



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>



Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

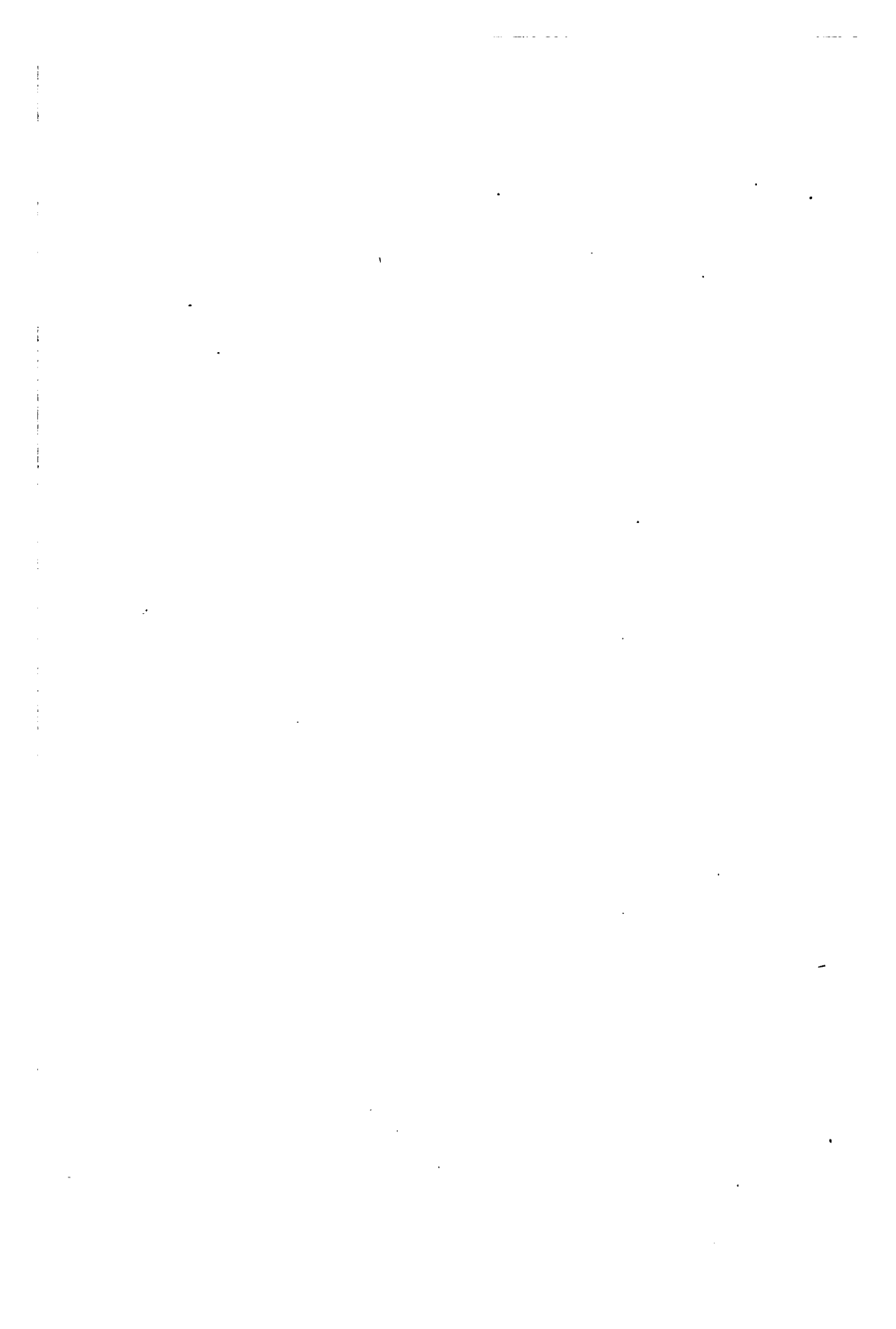
- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.
- Evite consultas automatizadas.
Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento óptico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.
- Mantenha a atribuição.
A "marca d'água" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.
- Mantenha os padrões legais.
Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As consequências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

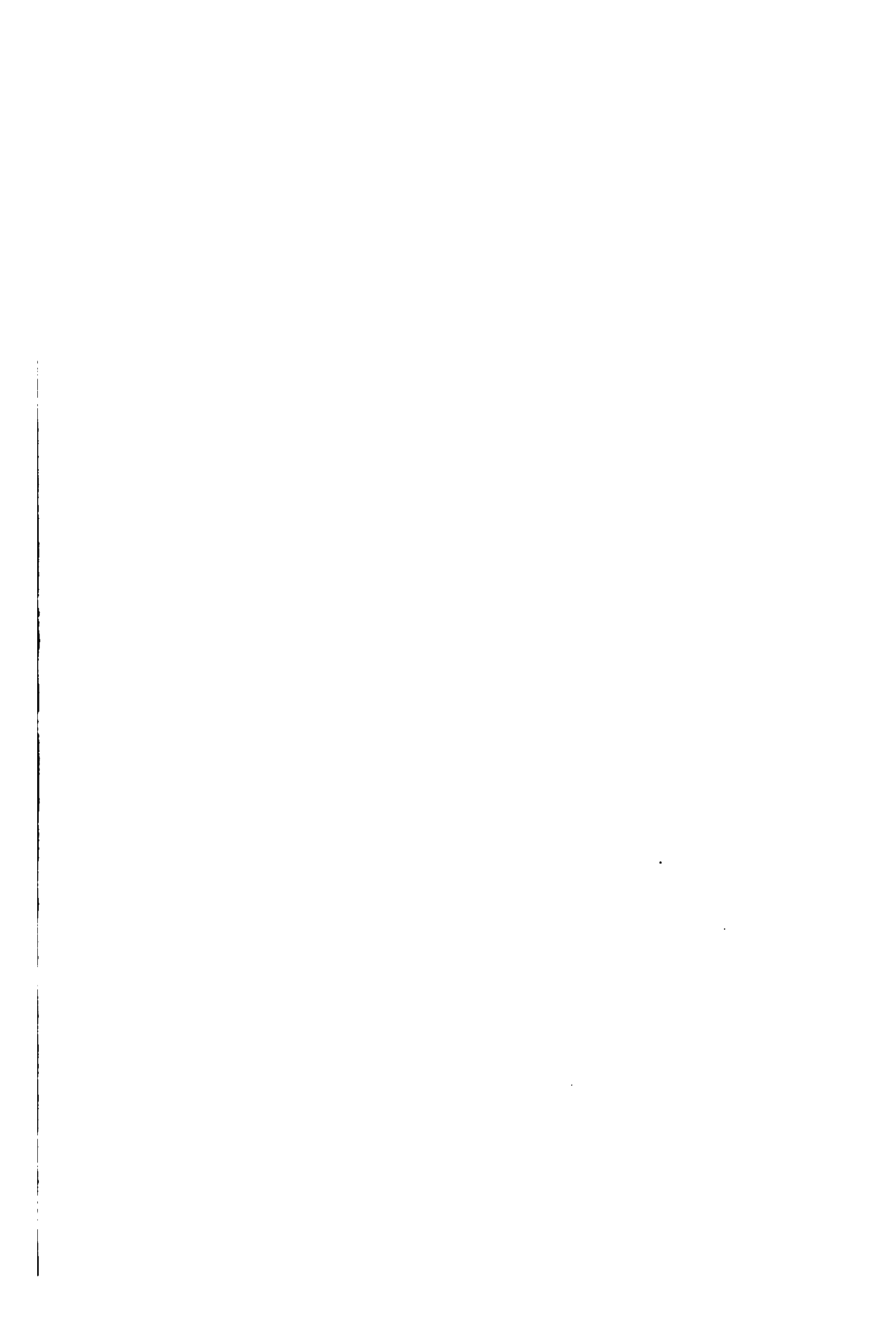
Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em <http://books.google.com/>



HARVARD LAW SCHOOL
LIBRARY







239 111
CLASSIFICAÇÃO DAS LEIS

DO

PROCESSO CRIMINAL E CIVIL

DO

IMPERIO DO BRAZIL



Brazil. Laws, statutes, etc. Codes, Procedural

CLASSIFICAÇÃO DAS LEIS

DO

PROCESSO CRIMINAL E CIVIL

DO

IMPERIO DO BRAZIL

OU

CODIGO DO PROCESSO

Posto em ordem de materias com toda a legislação referente nas
suas duas partes; — criminal e civil

PELO CONSELHEIRO

Tristão de Alencar Azeite

Desembargador da Relação da Corte

1.º VOLUME

RIO DE JANEIRO

EM CASA DOS EDITORES-PROPRIETARIOS

H. LAEMMERT & C.

66, Rua do Ouvidor, 66

1884

25, RUA DO COMMERCIO
S. PAULO

FL 54 1911

AO EXCELLENTISSIMO SENHOR

BARÃO DE IBIAPABA

O. D. C.

ESTE TRABALHO EM SIGNAL DE ESTIMA E AMIZADE

J. de Alencar Araújo.

ADVERTENCIA

O processo, segundo a nossa legislação, divide-se em criminal e civil, tendo cada uma dessas especies suas subdivisões.

A primeira regula-se pelo Codigo do Processo Criminal promulgado em 29 de Novembro de 1832, e a segunda rege-se pela Ordenação do Reino (principalmente pelos liv. 3 tit. 1 e seguintes) e pelo acto annexo ao sobredito Codigo do Processo sob o titulo de—*Disposição provisoria sobre a administração da justiça civil.*

O Codigo do Processo, quer na parte criminal, quer na parte civil, está profundamente alterado por leis subsequentes, que trouxerão a necessidade da expedição de numerosos regulamentos.

As duas leis, que maior alteração causarão, fôrão as de 3 de Dezembro de 1841 e a de 20 de Setembro de 1871.

Em principio facil era indicar as disposições alteradas, collocando em notas abaixo do texto as disposições novas ; hoje, porém, seguir o mesmo systema de publicação do Codigo do Processo é produzir a confusão, difficultando o estudo das materias, para de prompto conhecer-se o estado das disposições vigentes.

Sobre o mesmo assumpto estão os preceitos disseminados por muitos actos autoritarios, de maneira que preciso é empregar tempo e attenção em busca-los, e confronta-los com os respectivos

artigos do Código do Processo e da Disposição Provisoria, para verificar o que está em vigor, e qual a doutrina subsistente.

Este trabalho de verificação, porém, facilita-se, coordenando-se as materias do Código do Processo e da Disposição Provisoria segundo os seus titulos, e inserindo-se em seguida as respectivas disposições das leis e regulamentos posteriores, do maneira que assim promptamente vê-se o que está vigorando, ao mesmo tempo que pôde reconhecer-se o que está substituido ou modificado.

De um lance de vista sobre qualquer ponto, que se queira consultar, fica patente a doutrina vigente e a sua historia; porque vai-se vendo, pela ordem chronologica das disposições, a marcha successiva do pensamento do legislador em relação á cada especialidade do processo.

É este o intento, que temos, coordenando e publicando esta edição da classificação das leis do processo criminal e civil.

A parte criminal do processo está toda no código de 1832 e nas leis subsequentes; por isso com a publicação dello apresenta-se o processo criminal completo; a Disposição Provisoria, porém, e leis posteriores a ella não estabelecem todo o processo civil; por isso, para completa-lo, incluímos os titulos da Ordenação do Reino, a que acima nos referimos, e outros ao processo referentes.

Assim o processo criminal e o processo civil de 1ª e 2ª instancia se acharão na presente publicação.

Oxalá ella aproveite aos que necessitam de consultar constantemente a nossa legislação do processo, ou das fórmulas.

Não incluímos o processo commercial, que fará objecto de publicação diversa.

O processo, quer criminal, quer civil, exige tres condições de exequibilidade, e são: 1º, regras, segundo as quaes elle se constitui; 2º, pessoal, que as realize; 3º, territorio, onde ellas se executem.

Assim, nestas tres classes dividimos ou distribuimos as materias do Código do Processo.

Na 1ª mencionamos as regras estatuidas para o processo, e pelas quaes as pessoas ou autoridades praticão os actos de jurisdicção, formando o complexo desses actos o respectivo processo.

Na 2ª, consignamos a natureza dos funcionarios judiciaes, como elles constituem-se ou nomeão-se, como subsistem, como se substituem, e como desaparecem, mencionando todas as mais condições de sua existencia legal.

Na 3ª, incluimos tudo quanto refere-se ao territorio, isto é, ás divisões e subdivisões judicarias do solo, que marção o limite dentro do qual a autoridade funciona, conforme a sua competencia jurisdiccional.

Toda a materia destas tres classes será disposta por partes, titulos, capitulos e secções, e dest'arte ficará systematisado e completo o Codigo do Processo Criminal e Civil do Brazil.

T. ALENCAR ARARIPE.

Rio 21 de Agosto de 1883.



ABREVIATURAS

Ass.	Assento.
Av.	Aviso
Cod. do proc.	Codigo do Processo Criminal.
Decr.	Decreto.
Disp. prov.	Disposição provisoria sobre a administração da justiça civil.
L.	Lei.
Prov.	Provisão
Reg.	Regulamento.
Res.	Resolução.

Além do indice final, irá uma tabella de todos os artigos do Código do Processo Criminal e das leis, decretos e regulamentos incluídos nesta publicação para facilmente achar-se o artigo, que se quizer consultar.

ERRATA

PAG.	ERROS	EMENDAS
12	Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 175.....	Cod. do proc. art. 175.
16	Art. 28.....	Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 28.
83	Lei de 20 de Set. de 1878: Art. 50.....	Decr. de 22 de Nov. de 1871: Art. 50.
96	Accrescente-se, depois da epi- graphie do cap. IV.....	Secção I. Direito de queixa, apre- sentação desta e pronuncia.
113	Prazos de prescrição.	Prazos da prescrição.
138	Accrescente-se depois da epi- graphie do cap. I.....	Secção I. Juizes de quem se recorre, em que prazo, e como.
208	Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 72.....	Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 72.
242	Lei de 3 de Jul. de 1881: Art. 1.....	Lei de 3 de Jul. de 1851: Art. 1.
344	Ord. liv. tit. 19.....	Ord. liv. 3 tit. 19.
333	Ord. liv. 3 § 9.....	Ord. liv. 3 tit. 20 § 9.
401	Reg. de 15 de Març. de 1842	Reg. de 15 de Março de 1842: Art. 12.
427	Ord. liv. 2 tit. 21 § 8.	Ord. liv. 3 tit. 21 § 8.
427	(lin. 26) Feitos e actos.....	Feitos e autos.
433	Secção II.....	Secção IV.
434	Secção III.....	Secção V.
436	Secção IV.....	Secção VI.
437	Secção V.....	Secção VII.
460	Nomeadas com as partes....	Nomeadas pelas partes.
435	Accrescente depois do tit. VIII	Capitulo I.
501	Capitulo V.....	Capitulo VI.
507	Art. 18 (linha 5ª).....	Art. 19.
516	Capitulo VI.....	Capitulo VII.
521	Capitulo VII.....	Capitulo VIII.
537	Capitulo XIX.....	Capitulo IX.

PAG.	ERROS	EMENDAS
570	Lei de 22 de Dez. de 1176 § 13	Lei de 22 de Dez. de 1761 § 13.
582	Ord. liv. 5 tit. 96 § 1.....	Ord. liv. 4 tit. 96 § 1.
625	Perca outro seu officio (lin. 25).	Perca outro si seu officio.
631	Decr. de 15 de Jan. de 1859 :	
	Art. 46.....	Decr. de 15 de Jun. de 1859 : Art. 46.
643	Secção XII.....	Secção X.
645	Secção XIII.....	Secção XI.
655	1 (lin. 20).....	3.
672	Secção.....	Secção VII.
706	Decr. de 12 de Nov. de 1874 :	
	Art. 6.....	Decr. de 12 de Nov. de 1873 : Art. 6.
707	Lei de 3 de Dez. de 1841 :	
	Art. 124.....	Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 121.
748	Ao accordão de relação....	Ao accordão da relação.
774	Lei de 15 de Out. de 1827 :	
	Art. 5 § 7.....	Lei de 15 de Out. de 1827 : Art. 5 § 2.
779	Lei de 3 de Dez. de 1841	Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 1.
786	Salva a 2ª parte deste 4 (nota).	Salva a 2ª parte deste § 4.
797	Lei de 3 de Dez. de 1811 :	
	Art. 6.....	Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 6.
803	Reg. de 22 de Nov. de 1873 :	
	Art. 81.....	Reg. de 22 de Nov. de 1871 : Art. 81.
811	Art. 13.....	Cod. do proc. : Art. 13.
814	Lei de 1 de Out. de 1827...	Lei de 15 de Out. de 1827.
818	Secção III.....	Secção V.
818	Não exceda a 50\$ (lin. 26)....	Não exceda a 16\$000.
821	Reg. de 31 de Jan. de 1841 :	
	Art. 31.....	Reg. de 31 de Jan. de 1942 : Art. 31.
882	Supplentes municipaes (lin. 4).	Supplentes dos juizes municipaes.
884	Lei de 20 de Ag. de 1871 :	
	Art. 1 § 3.....	Lei de 20 de Set. de 1871 : Art. 1 § 3.
887	Cod. do proc.....	Cod. do proc. : Art. 6.
870	Art. 15.....	Reg. de 22 de Nov. de 1871 : Art. 15.
876	Accrescente-se depois do cap. X. (como epigraphe)..	Juiz dos feitos da fazenda.
877	Lei de 29 de Nov. de 1841..	Lei de 29 de Nov. de 1841 : Art. 4.
885	Lei de 30 de Out. de 1836 :	
	Art. 1.....	Lei de 30 de Out. de 1835 : Art. 1.
912	Cod. do proc. : Art. 323.....	Cod. do proc. : Art. 313.
914	Decr. de 22 de Nov. de 1881 :	
	Art. 24.....	Decr. de 22 de Nov. de 1871 : Art. 24.
918	Cod. do proc. : Art.....	Cod. do proc. : Art. 323.
923	Art. 223.....	Art. 223.
926	Lei de 20 de Set. de 1871 :	
	Art. 8 § 8.....	Lei de 20 de Set. de 1871 : Art. 1 § 8 .
933	Cod. do proc. : Art. 108....	Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 108.

PAG.	ERROS	EMENDAS
939	Decr. de 30 de 1851: Art. 7.	Decr. de 30 de Ag. de 1851: Art. 7.
961	Cod. proc.: Art. 152.....	Cod. do proc.: Art. 155.
987	Capitulo II.....	Capitulo V.
990	Capitulo III.....	Capitulo VI.
993	Capitulo IV.....	Capitulo VII.
995	Capitulo V.....	Capitulo VIII.
996	Capitulo VI.....	Capitulo IX.
997	Capitulo VII.....	Capitulo X.
1018	Decr. de 11 de Jul. de 1811.	Decr. de 11 de Jul. de 1811.
1081	Reg. de 31 de Jan. de 1841: Art. 495.....	Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 495.
1058	Decr. de 1 Ag. de 1842: Art. 3.	Decr. de 1 de Ag. de 1842: Art. 6.
1062	Decr. de 11 de Jul. de 1842.	Decr. de 11 de Jul. de 1842.
1074	Lei de 30 de Out. de 1834: Art. 2.....	Lei de 30 de Out. de 1835: Art. 2.
1127	Art. 33.....	Art. 33.
1123	Reg. de 31 de Jan. de 1842..	Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 461.
1131	Capitulo II. Antiguidade dos magistrados.....	Secção II. Processo para a decisão da antiguidade dos magistrados.
1149	Decr. de 1 de Mai. de 1874.	Decr. de 2 de Mai. de 1874.

CODIGO DO PROCESSO

PARTE I — Processo Criminal

TITULO I — Preliminares do Processo

CAPITULO I

FÔRO COMPETENTE

Jurisdição geral

Cod. do Proc.: Art. 324. Continuação a ter vigor os processos marcados na lei de responsabilidade dos ministros de estado, conselheiros de estado, e na do Supremo Tribunal de Justiça, assim como os do fôro militar em causas meramente militares, e os do fôro ecclesiastico em causas puramente espirituaes.

Art. 325. Ninguém é isento da jurisdição do juiz de paz, excepto os privilegiados pela Constituição, aos quaes será

imposta a pena pelo juiz competente, a quem o juiz de paz *ex-officio* remetterá por cópia todo o processo desde a sua origem até á pronuncia. (*)

Art. 339. O superior é autoridade competente para fazer advertencia aos subalternos, quando da omissão ou prevaricação se não seguir provavelmente prejuizo publico ou particular, independente de processo, e sómente pela verdade sabida.

Lci de 3 de Dez. de 1841 : Art. 93. Si em um termo, ou em uma comarca, ou em uma provincia tiver apparecido sedição ou rebellião, o delinquente será julgado ou no termo, ou na comarca, ou na provincia mais vizinha.

Art. 109. Quando nas rebelliões ou sedições entrarem militares, serão estes julgados pelas leis e tribunaes militares.

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 240. A competencia do fôro para o conhecimento e decisão das causas policiaes e criminaes continúa a regular-se pelas disposições dos arts. 8, 155, 156, 157, 158, 160 § 3, 171 § 1, 257 e 324 doCodigo do Processo Criminal, com as excepções declaradas nos artigos seguintes :

Art. 241. Os juizes municipaes são competentes para julgar definitivamente o contrabando na fórma do cap. 12 das disposições criminaes deste Regulamento.

Art. 242. Os juizes de direito das comarcas são os competentes para formar culpa aos empregados publicos não privilegiados, nos crimes de responsabilidade, e para julga-los definitivamente, na fórma do cap. 13 das ditas disposições criminaes.

(*) Vide no cap. VI secç. II os arts. 257 e 258 do Cod. do Proc.

São empregados publicos não privilegiados todos aquelles que não pertencem ás classes especificadas no art. 200 § 1 do mesmo Regulamento.

Art. 243. Quando em um termo tiver apparecido, e estiver em acto, sedição ou rebelião, será o fóro competente para o conhecimento de quaesquer delictos commettidos ahi, o do subdelegado ou delegado mais proximo do termo mais vizinho, ou juiz municipal e o jury do mesmo termo, segundo fór a natureza do delicto, e o tribunal ao qual deva pertencer o seu conhecimento.

Art. 244. Quando o mesmo acontecer em uma comarca, ou em uma provincia, será pela mesma maneira o fóro competente o do subdelegado, ou delegado mais proximo do termo mais vizinho, ou o juiz municipal e o jury do mesmo termo de qualquer das comarcas ou provincias confinantes.

Art. 245. Si nas rebelliões ou sedições entrarem militares, serão julgados pelas leis e tribunaes militares, e assim si as justicas civis os acharem envolvidos nos processos que organizarem; remetterão ás competentes autoridades militares as cópias authenticas das peças, documentos, e depoimentos, que lhes fizerem culpa.

Art. 246. Quando aconteça, que simultaneamente comecem a formar culpa sobre o mesmo delicto o chefe de policia, juiz municipal, delegado e subdelegado, ou todos, ou alguns delles, proceder-se-ha pela seguinte maneira :

Si concorrer o chefe de policia proseguirá elle, em todo o caso, no processo, salvo si julgar conveniente remette-lo ao juiz municipal, delegado ou subdelegado para o continuarem.

Si não concorrer o chefe de policia, mas sim o delegado, proseguirá este, salvo o caso da remessa acima figurado.

Si concorrerem sómente o juiz municipal e um subdelegado, proseguirá aquelle.

Si nos logares, em que houver mais de um juiz municipal com jurisdicção cumulativa, concorrerem dous ou mais, proseguirá aquelle que primeiro tiver começado a tomar conhecimento do delicto.

Decr. de 3 de Set. de 1847. Hei por bem declarar, que, para conhecer dos delictos, de que tratão os arts. 50 e 54 do Codigo Criminal, é competente o juiz da primeira culpa, em que tiverem sido condemnados os réos, que commetterem taes delictos.

Competencia especial

Lei de 2 de Jul. de 1850: Art. 1. Serão processados pelos juizes municipaes até á pronuncia inclusivamente, e julgado pelos juizes de direito os seguintes crimes :

§ 1. Moeda falsa.

§ 2. Roubo e homicidio, commettidos nos municipios das fronteiras do Imperio.

§ 3. A resistencia comprehendida na primeira parte do art. 126 do Codigo Criminal.

§ 4. A tirada do preso, de que tratão os arts. 120, 121, 122, 123 e 127 do Codigo Criminal.

Art. 2. O crime de banca-rota tambem será definitivamente julgado pelos juizes de direito.

Bispos e Arcebispos

Lei de 18 de Ag. de 1881: Art. 1. Os arcebispos e bispos do Imperio do Brazil, nas causas que não fôrem puramente espirituaes, serão processados e julgados pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Crimes militares

Lei de 18 de Set. de 1851: Art. 1 § 5. Os crimes, de que tratão os §§ 1, 2, 3, 4 da presente Lei, bem como os de que tratão os arts. 70, 71, 72, 73 e 76 do Codigo Criminal, serão, quando commettidos por paisanos, processados e julgados na fórma da Lei n. 562 de 2 de Julho de 1850.

Trafico de escravos africanos

Lei de 5 de Jun. de 1854: Art. 1. A competencia dos auditores de marinha para processar e julgar os réos mencionados no art. 3 da Lei n. 581 de 4 de Setembro de 1850 terá logar depois da publicação da presente resolução, ainda quando a perseguição dos delinquentes e dos escravos desembarcados não se realize no acto do desembarque, e se faça posteriormente, logo que a autoridade publica tiver noticia do desembarque, qualquer que seja a distancia da costa, em que elles se achem.

Art. 2. Será punido com as penas da tentativa de importação de escravos, processado e julgado pelos ditos auditores o cidadão brasileiro, onde quer que resida, e o estrangeiro residente no Brazil, que fôr dono, capitão ou mestre, piloto ou contra-mestre, ou interessado no negocio de qualquer embarcação, que se occupe no trafico de escravos, continuando, em

relação aos que importarem para o Brazil, a disposição da Lei de 4 de Setembro de 1850.

Esta disposição não comprehende o cidadão brasileiro residente em paiz estrangeiro, que ahi já tiver sido processado o julgado pelo mesmo crime.

Furto de gado, damnificação e furto de bens publicos, e injurias e outras offensas a empregados publicos

Lei de 1 de Set. de 1860 : Art. 1. Os crimes de furto de gado vaccum e cavallar, nos campos e pastos das fazendas de criação ou cultura, são casos de denuncia, e no seu processo e julgamento se observará o mesmo, que ácorca de outros crimes se acha estabelecido na Lei n. 562 de 2 de Julho de 1850, e Regulamento n. 707 de 9 de Outubro do mesmo anno.

Art. 2. Tambem terá logar o procedimento official da justiça nos crimes seguintes :

§ 1. Destruição e damnificação de aqueductos e mais obras publicas, assim como particulares, franqueadas ao uso publico.

§ 2. Furto e damno de cousas pertencentes á fazenda publica.

§ 3. Injurias e calumnias não impressas, ameaças, ferimentos, offensas ou violencias qualificadas criminosas por lei contra empregados publicos, sómente om actos de exercicio de suas funções, quer o delinquente seja preso em flagrante, quer não.

Art. 3. Ficão revogadas as Leis de 6 de Junho e 26 de Outubro de 1831, e mais disposições em contrario.

Privilegio de competencia

Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 29 § 2. Os juizes de direito, nos crimes communs, serão processados e julgados perante as Relações.

Os chefes de policia igualmente o serão, quer nos crimes communs, quer nos de responsabilidade.

Competencia nas fallencias

Decr. de 30 de Dez. de 1871: Art. 1. Para execução da Lei n. 562 de 2 de Julho de 1850 e Decretos n. 707 de 9 de Outubro do mesmo anno e 4824 de 22 de Novembro proximo findo, e art. 13 § 3, nas comarcas do art. 1 da Lei n. 2,033 de 20 de Setembro do corrente anno, os presidentes das Relações designarão por despacho o juiz de direito, que deva julgar em cada um dos processos por crime de banca-rotta.

Não serão contemplados na distribuição os juizes de direito especiaes do commercio.

Crimes em paiz estrangeiro

Lei de 4 de Ag. 1873: Art. 1. Poderão ser processados, ainda que ausentes do Imperio, e julgados, quando forem presentes, ou por terem regressado espontaneamente, ou por extradicação conseguida para esse fim, os Brasileiros, que em paiz estrangeiro perpetrarem algum dos crimes previstos peloCodigo Criminal:

§ 1. Contra a independencia, integridade e dignidade da nação (arts. 68 a 86).

§ 2. Contra a Constituição do Imperio e fórma do governo (arts. 85 e 86).

§ 3. Contra o chefe do governo (arts. 87 a 89).

§ 4. Moeda falsa o falsificação de titulos publicos, ou bilhetes de bancos autorisados pelo governo.

Art. 2. A disposição do artigo antecedente poderá ter execução no que fór applicavel em relação aos estrangeiros, que perpetrarem, fóra do Imperio, qualquer dos referidos crimes, quando venhão ao territorio brasileiro, ou espontaneamente, ou por extradicção obtida para esse fim.

Art. 3. Serão tambem processados e julgados, quando ao Imperio vierem espontaneamente, os Brasileiros, que em paiz estrangeiro perpetrarem contra Brasileiros ou estrangeiros os crimes de falsidade, perjurio, estellionato, ou qualquer crime inafiançavel, uma vez que preceda queixa ou denuncia, nos termos das leis do Imperio.

Art. 4. Nos sobreditos casos as penas applicaveis serão as das leis criminaes brasileiras.

CAPITULO II

AUDIENCIAS

Cod. do Proc.: Art. 58. Em todos os juizos haverá uma ou mais audiencias em cada semana, com attenção á regular affluencia dos negocios; não havendo casa publica para ellas destinada, serão feitas na residencia do juiz, ou em qualquer outra em que possa ser.

Art. 59. Todas as audiencias e sessões dos tribunaes e jurados serão publicas, a portas abertas, com assistencia de um

escrivão, de um official de justiça ou continuo, em dia e hora certa invariavel, annunciado o seu principio pelo toque de campainha.

Art. 60. Nas audiencias e sessões, os espectadores, as partes e os escrevães se conservaráõ sentados; aquellas porém levantar-se-hão, quando fallarem ao juiz, tribunal ou jurados, e todos quando estes se levantarem.

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 193. Os chefes de policia, delegados, subdelegados e juizes municipaes farão uma ou duas audiencias cada semana, segundo a maior ou menor affluencia de negocios, observando-se a respeito dellas o que dispõe o Codigo do Processo Criminal, arts. 58, 59 e 60.

Art. 194. Os juizes municipaes farão as audiencias, pelo que pertence ao desempenho de suas attribuições policiaes e criminaes, em differentes dias d'aquelles que forem destinados para as audiencias dos feitos civeis, e quando por algum motivo justo se fizerem nos mesmos dias, sempre serão de modo que sejam inteiramente separadas e distinctas umas das outras.

Art. 195. Haverá nas audiencias daquellas autoridades, e nas dos juizes do civil e orphãos, assentos collocados á dircita do juiz, unicamente destinados para os advogados e bachareis, que as frequentarem.

Art. 196. O governo na côrte, e os presidentes nas provincias, proverão a que se destinem casas publicas para as audiencias das autoridades policiaes e judiciarias.

Aquella que, havendo casa publica para esse fim destinada, a fizer em outras, será punida com uma multa de 100\$ a 150\$.

Decr. de 7 de Ag. de 1856. Hei por bem. . . decretar, que seja mantido o costume, não derogado pelo art. 60

do Código do Processo Criminal, de, nas audiências, fallarem os advogados de seus assentos e por sua antiguidade.

Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 77. Todos os juizes, que preparam os feitos ou nelles cooperão, darão audiência em dias certos e determinados, uma ou duas vezes na semana, conforme a affluencia do trabalho.

Os juizes substitutos darão suas audiências nos mesmos dias, em que as derem os effectivos, antes ou depois destes, conforme fôr mais conveniente e de accôrdo combinarem.

CAPITULO III

PRISÃO SEM CULPA FORMADA, E QUE PÓDE SER EXECUTADA SEM
ORDEM ESCRIPTA

SECÇÃO I

Quem póde prender

Cod. do Proc.: Art. 131. Qualquer pessoa do povo póde e os officiaes de justiça são obrigados a prender, e levar á presença do juiz de paz do districto, a qualquer que fôr encontrado commettendo algum delicto, ou emquanto foge, perseguido pelo clamor publico.

Os que assim fôrem presos entender-se-hão presos em flagrante delicto.

Art. 132. Logo que um criminoso preso em flagrante fôr presença do juiz, será interrogado sobre as arguições, que lhe fazem o conductor e as testemunhas que o acompanharem; do que se lavrará termo por todos assignados.

Art. 133. Resultando do interrogatorio suspeita contra o conduzido, o juiz o mandará pôr em custodia em qualquer lugar seguro que para isso designar; excepto o caso de se poder livrar solto ou admittir fiança, e elle a der; e procederá na formação da culpa, observando o que está disposto a este respeito no capitulo seguinte. (Cap. 4. do Cod. do Proc.)

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 114. Os chefes de policia, delegados, subdelegados e juizes de paz poderão, estando presentes, fazer prender por ordens vocaes os que forem encontrados a commetter crimes, ou forem fugindo, perseguidos pelo clamor publico (art. 131 do Codigo do Processo Criminal).

Fóra destes casos só poderão mandar prender por ordem escripta, passada na conformidade do art. 176 do dito Codigo.

Art. 115. Os alcaides e officiaes de justiça, encarregados de executar o mandado de prisão, observarão rigorosamente nas diligencias as disposições dos arts. 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187 e 188 do Codigo do Processo Criminal, sob pena de soffrerem 15 a 45 dias de prisão, quando em contrario procederem, além de outras penas, em que possam ter incorrido.

Aquella lhe será imposta pelo chefe de policia, delegado, subdelegado ou juiz municipal.

Art. 116. Os mandados de prisão são exequiveis na forma do art. 177 do Codigo do Processo Criminal, dentro do districto da jurisdicção da autoridade, que os houver expedido.

Art. 117. No caso, porém, em que uma autoridade policial, ou qualquer official de justiça, munido do competente

mandado vá em seguimento de objectos furtados, ou de algum réo, e este se passe a districto alheio, poderá entrar nelle, e nelle effectuar a diligencia, prevenindo antes ás autoridades competentes do logar, as quaes lhes prestarão o auxilio preciso, sendo legal a requisição.

E se essa communicação prévia puder trazer demora incompativel com o bom exito da diligencia, poderá ser feita depois e immediatamente que se verificar a mesma diligencia.

Art. 118. Entender-se-ha, que a autoridade policial, ou qualquer official de justiça vai em seguimento de objectos furtados, ou de um réo :

1.º Quando, tendo-os avistado, os fôr seguindo sem interrupção, embora depois os tenha perdido de vista.

2.º Quando alguém, que deva ser acreditado, e com circumstancias verosimeis, o informar de que o réo ou taes objectos passarão pelo logar ha pouco tempo, e no mesmo dia, com tal ou tal direcção.

Art. 119. Quando, porém, as autoridades locaes tiverem fundadas razões para duvidar da legitimidade das pessoas, que nas referidas diligencias entrarem pelos seus districtos, ou da legalidade dos mandados, que apresentarem, poderão exigir as provas e declarações necessarias dessa legitimidade, fazendo pôr em custodia e deposito as pessoas e cousas que se buscarem.

SECÇÃO II

Ordem de prisão e sua execução

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 175. Poderão tambem ser presos, sem culpa formada, os que fôrem indicados em crimes, em que não tem logar a fiança; porém

nestes e em todos os mais casos, á excepção dos de flagrante delicto, a prisão não pôde ser executada, sinão por ordem escripta da autoridade legitima.

Art. 176. Para ser legitima a ordem de prisão é necessario :

§ 1. Que seja dada por autoridade competente.

§ 2. Que seja escripta por escrivão, assignada pelo juiz ou presidente do tribunal, que a emittir.

§ 3. Que designe a pessoa, que deve ser presa pelo seu nome, ou pelos signaes caracteristicos, que a facção conhecida ao official.

§ 4. Que declare o crime.

§ 5. Que seja dirigida ao official de justiça.

Art. 177. Os mandados de prisão são exequiveis dentro do logar da jurisdicção do juiz, que os emittir.

Art. 178. Quando o delinquente existir em logar, onde não possa ter execução o mandado, se expedirá precatoria na fórma do art. 81.

Art. 179. O official de justiça, encarregado de executar o mandado de prisão, deve fazer-se conhecer ao réo, apresentar-lhe o mandado, intimando-o para que o acompanhe.

Desempenhados estes requisitos, entender-se-ha feita a prisão, com tanto que se possa razoavelmente crêr, que o réo viu e ouviu o official.

Art. 180. Se o réo não obedece e procura evadir-se, o executor tem o direito de empregar o gráo de força necessaria para effectuar a prisão ; se obedece, porém, o uso da força é prohibido.

Art. 181. O executor tomará ao preso toda e qualquer arma, que comsigo traga, para apresenta-la ao juiz, que ordenou a prisão.

Art. 182. Se o réo resistir com armas, o executor fica autorisado a usar daquellas que entender necessarias para sua defesa, e para repellir a opposição ; e em tal conjuntura, o ferimento ou morte do réo é justificavel, provando-se que de outra maneira corria risco a existencia do executor.

Art. 183. Esta mesma disposição comprehende quaesquer terceiras pessoas, que derem auxilio ao official executor e aos que prenderem em flagrante, ou que quizerem ajudar a resistencia e tirar o preso do seu poder no conflicto.

Art. 184. As prisões podem ser feitas em qualquer dia util, santo ou domingo, ou mesmo de noite.

Art. 185. Si o réo se metter em alguma casa, o executor intimará ao dono ou inquilino della para que o entregue, mostrando-lhe a ordem de prisão, e fazendo-se bem conhecer ; si essas pessoas não obedecerem immediatamente, o executor tomará duas testemunhas, o sendo de dia, entrará á força na casa, arrombando as portas, si fôr preciso.

Art. 186. Si o caso do artigo antecedente acontecer de noite, o executor, depois de praticar o que fica disposto para com o dono ou inquilino da casa, á vista das testemunhas, tomará todas as salidas, e proclamará trez vezes incommunicavel a dita casa, o immediatamente que amanheça, arrombará a porta e tirará o réo.

Art. 187. Em todas as occasiões que o morador de uma casa negue ó entregar um criminoso, que nella se acoutou, será levado á presença do juiz para proceder contra elle como resistencia.

Art. 188. Toda esta diligencia deve ser feita perante duas testemunhas, que assignem o auto, que della lavrar o official.

Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 12. Para execução do disposto nos arts. 132 e 133 do Código do Processo Criminal, observar-se-ha o seguinte :

§ 1. Não havendo autoridade no logar, em que se effectuar a prisão, o conductor apresentará immediatamente o réo áquella autoridade que ficar mais proxima.

§ 2. São competentes os chefes de policia, juizes de direito e seus substitutos, juizes municipaes e seus substitutos, juizes de paz, delegados e subdelegados de policia.

Na falta ou impedimento do escriptão servirá para lavrar o competente auto qualquer pessoa, que ali mesmo fôr designada e juramentada.

§ 3. Quando a prisão fôr por delicto, de que trata o art. 12 § 7 do Código do Processo Criminal, o inspector de quartoeirão ou mesmo o official de justiça, ou commandante da força, que effectuar a prisão, formará o auto, de que trata o art. 132 acima citado, e porá o réo em liberdade, salva a disposição do art. 37 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e 300 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842; intimando o mesmo réo para que se apresente, no prazo que fôr marcado, á autoridade judicial, a quem o dito auto fôr remettido, sob pena de ser processado á revelia.

Art. 13. O mandado de prisão será passado em duplicata. O executor entregará ao preso, logo depois de effectuada a prisão, um dos exemplares do mandado com declaração do dia, hora e logar, em que effectuou a prisão, e exigirá, que declare no outro have-lo recebido; recusando-se o preso, lavrar-se-ha auto assignado por duas testemunhas.

Nesse mesmo exemplar do mandado o carcereiro passará recibo da entrega do preso com declaração do dia e hora.

§ 1. Nenhum carcereiro receberá preso algum sem ordem

por escripto da autoridade, salvo nos casos de flagrante delicto, em que por circumstancias extraordinarias se dê impossibilidade de ser o mesmo preso apresentado á autoridade competente, nos termos dos paragraphos acima.

§ 2. Á excepção de flagrante delicto, a prisão antes da culpa formada só pôde ter logar nos crimes inafiançaveis, por mandado escripto do juiz competente para a formação da culpa ou á sua requisição; neste caso precederá ao mandado ou á requisição declaração de duas testemunhas, que jurem de sciencia propria, ou prova documental, de que resultem vehementes indicios contra o culpado, ou declaração deste, confessando o crime.

§ 3. A falta, porém, do mandado da autoridade formadora da culpa, na occasião, não inhibirá a autoridade policial ou juiz de paz de ordenar a prisão do culpado de crime inafiançavel, quando encontrado, se para isso houverem de qualquer modo recebido requisição da autoridade competente, ou se fôr notoria a expedição de ordem regular para a captura; devendo, porém, immediatamente ser levado o preso á presença da competente autoridade judiciaria para delle dispôr.

E assim tambem fica salva a disposição do art. 181, membro 2º do Codigo Criminal.

§ 4. Não terá logar a prisão preventiva do culpado, se houver decorrido um anno depois da data do crime.

Art. 28. Além do que está disposto nos arts. 12 e 13 da Lei, a autoridade que ordenar ou requisitar a prisão e o executor della observarão o seguinte:

O preso não será conduzido com ferros, algemas ou cordas, salvo o caso extremo de segurança, que deverá ser justificado pelo conductor; e quando não o justifique, além das penas om

que incorrer, será multado na quantia de 10\$ a 50\$ pela autoridade, a quem fôr apresentado o mesmo preso.

O exemplar do mandado, a que se refere o citado art. 13, equivale á nota constitucional da culpa.

Art. 29. Ainda antes de iniciado o procedimento da formação da culpa ou de quaesquer diligencias do inquerito policial, o promotor publico, ou quem suas vezes fizer, e a parte queixosa poderá requerer, e a autoridade policial representar ácerca da necessidade ou conveniencia da prisão preventiva do réo indiciado em crime inafiançavel, apoiando-se em prova de que resultem vehementes indicios de culpabilidade, ou seja confissão do mesmo réo, ou documento ou declaração de duas testemunhas; e, feito o respectivo autuamento, a autoridade judiciaria competente para a formação da culpa, reconhecendo a procedencia dos indicios contra o arguido culpado e a conveniencia de sua prisão, por despacho nos autos a ordenará, ou expedindo mandado escripto, ou requisitando por communicação telegraphica, por aviso geral na imprensa, ou por qualquer outro modo que faça certa a requisição.

§ 1. Independente de requerimento da parte accusadora ou representação da autoridade policial, poderá do mesmo modo o juiz formador da culpa, julgando necessario ou conveniente, ordenar ou requisitar, antes da pronuncia, a prisão do réo de crime inafiançavel, si tiver colligido ou lhe fôr presente aquella prova, de que resultem vehementes indicios da culpabilidade do dito réo.

§ 2. A autoridade policial e os juizes de paz deverão fazer prender os indiciados culpados de crimes inafiançaveis, descobertos em seus districtos, sempre que tiverom conhecimento de que pela autoridade competente para a formação da culpa foi ordenada essa captura, ou porque recibessem directa requisição,

ou por ser de notoriedade publica, que o juiz formador da culpa a expira.

Executada a prisão, immediatamente o preso será conduzido á presença do mesmo juiz para delle dispôr.

§ 3. Não poderá ser ordenada ou requisitada, nem executada, a prisão de réo não pronunciado, si houver decorrido um anno depois da perpetração do crime.

CAPITULO IV

PRISÃO DE RESPONSÁVEIS FISCAES (*)

Lei de 4 de Out. de 1831: Art. 88. Todas as disposições do Alvará de 28 de Junho de 1808, nos titulos 3, 4, 5, 7 e 8, continuão em vigor, fazendo parte desta lei em tudo que por ella não fica revogado.

Decr. de 5 de Dez. de 1849: Art. 1. Subsistem em seu inteiro vigor as disposições contidas nos titulos 3, 4, 5, o 8 do Alvará de 28 de Junho de 1808 por força do disposto no art. 88 da Lei de 4 de Outubro de 1831 e art. 310 do Codigo Criminal, paa, na conformidade dellas, proceder-se no que é relativo á fiscalisação da receita e despeza publica, arrecadação, distribuição e contabilidade das rendas.

Art. 2. Em especial observancia do tit. 3 § 2 e tit. 7 §§ 8, 10 e 11 do referido Alvará o ministro e secretario de estado dos negocios da fazenda e presidente do tribunal do thesouro publico nacional na côrte, e os inspectores das thesourarias nas

(*) Incluimos aqui esta materia, porque, estando essa prisão sujeita ao *habeas-corpus*, cahe na alçada criminal.

provincias podem e devem ordenar a prisão dos thesoureiros, recebedores, collectores, almoxarifes, contratadores e rendeiros, quando fôrem remissos ou omissos em fazer as entradas dos dinheiros a seu cargo nos prazos, que pelas leis e regulamentos lhes estiverem marcados.

Art. 3. Para se effectuarem essas prisões nos casos do artigo antecedente o presidente do thesouro, na côrte, ordenará, e os inspectores das thesourarias, nas provincias, deprecarão por seus officios ás autoridades judiciaes, que as mandem fazer por seus officiaes, e lhes remettão as certidões dellas.

Art. 4. Estas prisões assim ordenadas serão sempre consideradas meramente administrativas, destinadas a compellir os thesoureiros, recebedores, collectores ou contratadores ao cumprimento dos seus deveres, quando fôrem omissos em fazer effectivas as entradas dos dinheiros publicos existentes em seu poder, e por isso não obrigará a qualquer procedimento judicial ulterior.

Art. 5. Verificadas as prisões, o presidente do thesouro e os inspectores das thesourarias marcarão aos presos um prazo razoavel, para dentro delle effectuarem as entradas dos ditos dinheiros publicos a seu cargo, e dos respectivos juros devidos na conformidade do art. 43 da Lei de 28 de Outubro de 1848.

Art. 6. Se os thesoureiros, recebedores, collectores e contratadores, depois de presos, não verificarem as entradas dos dinheiros publicos no prazo marcado, se presumirá terem extraviado, consumido ou apropriado os mesmos dinheiros; por conseguinte se lhes mandará formar culpa pelo crime de peculato, continuando a prisão no caso de pronuncia, mandando-se proceder civilmente contra seus fiadores.

Art. 7. No caso, em que os thesoureiros, recebedores, collectores, almoxarifes, contratadores ou rendeiros remissos, ou omissos, não possam ser presos, por se haverem ausentado ou escondido, isso não obstante, se promoverão contra elles e seus fiadores os sequestros e mais processos civis competentes para segurança e embolso da fazenda nacional.

Decr. de 20 de Nov. de 1850: Art. 2. Compete ao tribunal do thesouro :

§ 4. Suspender os responsaveis, que não satisfizerem a prestação das contas nos prazos marcados pelas leis ou regulamentos, e determinar a prisão e sequestros dos que não as apresentarem no prazo, que lhes fór de novo concedido e notificado.

Lei de 17 de Set. de 1851: Art. 36. A disposição do § 4 do art. 2 do Decreto n. 736 de 20 de Novembro de 1850 é applicavel a todos os responsaveis por dinheiros e valores do Estado, os quaes, na fórma da legislação em vigor, são sujeitos á prestação de contas perante o tribunal do thesouro, qualquer que seja o ministerio a que pertençam, e além das penas ahí estabelecidas e no Decreto n. 657 de 5 de Dezembro de 1849, que lhes será tambem applicavel, quando não apresentarem os livros contas e documentos de sua gestão nos prazos, que lhes forem marcados, caso não o tenham feito no tempo prescripto pelas leis, regulamentos, e instrucções respectivas, poderá o mesmo tribunal impôr-lhes multas até 1:000%, as quaes serão cobradas executivamente.

Decr. de 27 de Abr. de 1844: Art. 33. Até 20 dias depois do em que se ultimar a extracção das loterias, principiará a pagar o thesoureiro os premios, sob pena de que,

não o fazendo, se procederá contra elle e seus fiadores, como depositarios que são.

Art. 34. Tres mezes depois de haver começado o pagamento dos premios de cada loteria, o thesoureiro recolherá ao thesouro nacional na côrte, e nas provincias ás respectivas thesourarias a importancia dos premios não reclamados, os bilhetes pagos, as listas e notas da extracção respectiva.

Decr. de 27 de Abr. de 1866 : Art. 1. Os thesoureiros das loterias principiarão a pagar os premios dous dias depois do em que se ultimar a extracção, sob pena do art. 33 do Decreto n. 357 de 27 de Abril de 1844.

Art. 2. Antes de começada a extracção de cada loteria os thesoureiros recolherão ao thesouro nacional na côrte, e ás thesourarias de fazenda nas provincias, os respectivos beneficios liquidos, sob a mesma pena.

Art. 3. O prazo concedido aos thesoureiros, para recolherem a importancia dos premios não reclamados, os bilhetes pagos, as listas, notas e cadernos da respectiva extracção, continuará a ser regulado pelo art. 34 do citado Decr. n. 357.

Decr. de 29 de Jan. de 1859 : Art. 25. As decisões dos chefes das repartições de fazenda, do tribunal do thesouro, ou do ministro da fazenda, nas materias de sua competencia de natureza contenciosa, terão a autoridades e força de sentença dos tribunaes de justiça.

Decr. de 10 de Març. de 1860 : Art. 1. É da competencia do tribunal do thesouro :

§ 4. Determinar a prisão e sequestro dos responsaveis, que não apresentarem as contas, ou os livros e documentos de

sua gestão, no prazo, que lhes fôr de novo concedido pelo tribunal (Decr. de 20 de Nov. de 1850, art. 2 § 4).

Art. 8. O tribunal do thesouro exerce jurisdição privativa e improrogavel a respeito do julgamento das contas, imposição de penas aos responsaveis, e dos demais negocios enumerados no artigo precedente.

As suas decisões terão a autoridade e força de sentença dos tribunaes de justiça (Decr. de 29 de Jan. de 1859, art. 25).

Art. 7. É da competencia das thesourarias de fazenda no exercicio de sua jurisdição contenciosa e disciplinar sobre os responsaveis para com a fazenda publica.

§ 3. Determinar a prisão e sequestro dos responsaveis, que não apresentarem as contas ou os livros e documentos de sua gestão, no prazo que lhes fôr de novo concedido pela thesouraria (Decr. de 22 de Nov. de 1851 e art. 1 § 4).

CAPITULO V

BUSCAS

Cod. de Proc.: Art. 189. Conceder-se-ha mandados de busca :

§ 1. Para apprehensão das cousas furtadas, ou tomadas por força ou com falsos pretextos, ou achadas.

§ 2. Para prender criminosos.

§ 3. Para apprehender instrumentos de falsificação, moeda falsa, ou outros objectos falsificados de qualquer natureza que sejam.

§ 4. Para apprehender armas e munições preparadas para insurreição ou motim, ou para quaesquer outros crimes.

§ 5. Para descobrir objectos necessarios á prova de algum crime, ou defesa de algum réo.

Art. 190. Não se dará jámais um mandado de busca sem vehementes indícios, firmados com juramento da parte, ou de uma testemunha.

Art. 191. As testemunhas devem expôr o facto, em que se funda a petição ou declaração da pessoa que requer o mandado, e dar a razão da sciencia ou presumpção, que tem, de que a pessoa ou cousa está no logar designado, ou que se achão os documentos irrecusaveis de um crime commettido ou projectado, ou da existencia de uma assembléa illegal.

Art. 192. O mandado legal de busca deve incluir :

§ 1. O nome das testemunhas e seu depoimento.

§ 2. Indicar a casa pelo proprietario ou inquilino, ou numero e situação della.

§ 3. Descrever a pessoa ou cousa procurada.

§ 4. Ser escripto pelo escrivão e assignado pelo juiz, com ordem de prisão ou sem ella.

Art. 193. O mandado de busca, que não tiver os requisitos acima, não é exequivel, e será punido o official, que com elle proceder.

Art. 194. Havendo quem reclame a propriedade das cousas achadas, nunca lhe serão entregues, sem que justifique esse direito em juizo competente, ouvida a parte que as tinha em seu poder ; e sem que por espaço de 30 dias se publique por editaes a relação dellas, com todos os possiveis esclarecimentos, ficando entretanto depositadas, excepto si prestar fiança idonea.

Art. 195. Si ninguem as reclamar, passados os 30 dias, o juiz de paz as remetterá ao juiz dos orphãos para proceder na fórma da lei, quando excedão ao valor das cousas que o juiz de paz póde julgar.

Art. 196. Aos officiaes de justiça compete a execução dos mandados de exhibição e buscas em casas de morada ou habitação particular.

Art. 197. De noite em nenhuma casa se poderá entrar, salvo nos casos especificados no art. 209 do Codigo Criminal.

Art. 198. Os officiaes da diligencia sempre se acompanharão, sendo possivel, de uma testemunha vizinha, que assista o acto, e o possa depois abonar e depôr, se fôr preciso, para justificação dos motivos que determinarão ou tornarão legal a entrada.

Art. 199. Só de dia podem estes mandados ser executados; e antes de entrar na casa, o official de justiça encarregado da sua execução os deve mostrar e lér ao morador ou moradores della, a quem tambem logo intimará para que abram a porta.

Art. 200. Não sendo obedecido, o mesmo official tem direito de arromba-la e entrar á força; e o mesmo praticará com qualquer porta interior, armario ou outra qualquer cousa, onde se possa com fundamento suppôr escondido o que se procura.

Art. 201. Finda a diligencia, farão os executores um auto de tudo quanto tiver succedido, no qual tambem descreverão as cousas, pessoas e logares onde fôrão achadas, e assignarão com duas testemunhas presenciaes, que os mesmos officiaes de justiça devem chamar, logo que quizerem principiar a diligencia e execução, dando de tudo cópias ás partes, si o pedirem.

Art. 202. O possuidor ou occultador das cousas ou

pessoas, que forem objecto da busca, serão levados debaixo de vara á presença do juiz, que a ordenou, para serem examinados e processados na forma da lei, se forem manifestamente dolosos, ou se forem complices no crime.

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 10. Para a concessão de um mandado de busca ou para a sua expedição *ex-officio*, nos casos em que este procedimento tem lugar, bastará vehementes indícios ou fundada probabilidade da existencia dos objectos ou do criminoso no lugar da busca.

O mandado não conterá nem o nome, nem o depoimento de qualquer testemunha.

No caso de não verificar-se a achada, serão communicadas a quem soffreu a busca as provas, em que o mandado se fundou, logo que as exigir.

Art. 11. Acontecendo que uma autoridade policial ou qualquer official de justiça, munido de competente mandado, vá em seguimento de objectos furtados ou de algum réo em districto alheio, poderá ali mesmo apprehende-los, e dar as buscas necessarias, prevenindo antes ás autoridades competentes do lugar, as quaes lhes prestarão o auxilio preciso, sendo legal a requisição.

No caso, porém, que essa communicação prévia possa trazer demora incompativel com o bom exito da diligencia, poderá ser feita depois, e immediatamente que se verifique a diligencia.

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 120. Os chefes de policia, delegados, subdelegados e juizes municipaes, concederão mandados de busca, ou os mandarão passar *ex-officio*, restrictamente nos casos e para os fins especificados no art. 189 do Código do Processo Criminal, logo que hajão vehementes indícios, ou fundada probabilidade da existencia dos objectos, ou do criminoso no lugar da busca.

Art. 121. Para se conceder um mandado de busca a requerimento de parte, será preciso, que seja pedido por escripto por ella assignado, com a declaração das razões, em que se funda, e porque presume acharem-se os objectos, ou o criminoso, no logar indicado ; e quando estas não fôrem logo demonstradas por documentos, apoiadas pela fama da vizinhança ou notoriedade publica, ou por circumstancias taes que formem vehementes indícios, se exigirá o depoimento de uma testemunha, que deponha com as declarações mencionadas no art. 191 do Codigo do Processo Criminal.

Art. 122. No caso de expedição de um mandado de busca *ex-officio*, se fará previamente, ou ainda mesmo depois de effectuada a diligencia, si a urgencia do caso não admittir demora, um auto especial com declaração de todos os motivos, e razões de suspeita, que constarem em juizo.

Art. 123. No caso do art. 117, a autoridade policial, ou o official de justiça, que fôr em seguimento do réo, ou de objectos furtados, em districto alheio, poderá dar ahi as buscas necessarias, sómente nos casos e pela fórma marcada nos arts. 185, 186, 187 e 188 do Codigo do Processo Criminal.

Art. 124. Para o caso do artigo antecedente não é indispensavel, que a autoridade policial, ou o official de justiça veja o réo, ou as cousas furtadas entrar em uma casa, bastará, que a vizinhança, ou uma testemunha, o informe de que ahi se recolherão.

Art. 125. O mandado de busca para ser legal, emquanto á sua fórma, e puder ser executado, deverá ter os requisitos exigidos pelo art. 192 do Codigo do Processo Criminal.

Não deverá, porém, conter o nome, nem as declarações de

qualquer testemunha, ainda mesmo quando haja sido passado em virtude do depoimento della.

Art. 126. Far-se-ha a execução do mandado pela maneira ordenada nos arts. 196, 197, 198, 199, 200, 201 e 202 do Código do Processo Criminal.

Art. 127. No caso de não se verificar a achada, por meio de busca, serão communicadas a quem a tiver soffrido, si o requerer, as provas, que houverem dado causa á expedição do mandado.

CAPITULO VI

CORPO DE DELICTO

Cod. de Proc : Art. 134. Formar-se-ha auto de corpo de delicto, quando este deixar vestigios, que possam ser ocularmente examinados; não existindo, porém, vestigios, formar-se-ha o dito auto por duas testemunhas, que deponhão da existencia do facto e suas circumstancias.

Art. 135. Este exame será feito por peritos, que tenham conhecimento do objecto, e na sua falta por pessoas de bom senso, nomeadas pelo juiz de paz, e por elle juramentadas, para examinarem e descreverem com verdade quanto observarem e avaliarem o damno resultante do delicto; salvo qualquer juizo definitivo a este respeito.

Art. 136. O juiz mandará colligir tudo quanto encontrar no logar do delicto e sua vizinhança, que possa servir de prova.

Art. 137. O auto de corpo de delicto será escripto pelo escrivão, rubricado pelo juiz, e assignado por este, peritos e testemunhas.

Art. 138. O juiz procederá a auto de corpo de delicto a requerimento da parte ou *ex-officio*, nos crimes em que tem logar a denuncia.

Art. 139. Os autos de corpo de delicto, feitos a requerimento da parte, nos crimes em que não tem logar a denuncia, serão entregues á parte, se o pedir, sem que delles fique traslado.

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 256. Quando se tiver commettido algum delicto, que deixe vestigios, os quaes possam ser ocularmente examinados, o chefe de policia, delegado, subdelegado, juiz municipal, ou de paz, que mais proximo e prompto se achar, a requerimento de parte, ou *ex-officio*, nos crimes em que tem logar a denuncia, procederá immediatamente a corpo de delicto, na fórma dos arts. 258 do presente Regulamento, e 136 e 137 do Codigo do Processo Criminal.

Art. 257. Si o delicto não tiver deixado vestigios, ou delle sómente se tiver noticia, quando os vestigios já não existão, não se procederá a corpo de delicto, bastando, para a base do processo da formação da culpa, a queixa ou denuncia da parte, ou a participação official que houver, ou na falta de queixa, denuncia ou participação official, a declaração, que fizer o chefe de policia, juiz municipal, delegado, ou subdelegado, no auto inicial do processo, de lhe haver chegado á noticia a existencia do delicto, com taes e taes circumstancias.

Art. 258. Para se fazer o auto de corpo de delicto serão chamadas, pelo menos, duas pessoas profissionais e peritas na materia, de que se tratar, e, na sua falta, pessoas entendidas e de bom senso nomeadas pela autoridade, que presidir ao mesmo corpo de delicto, a qual, tendo-lhes deferido juramento, as

encarregará de examinar e descrever com verdade, e com todas as suas circumstancias, quanto observarem, e de avaliar o damno resultante do delicto, salvo qualquer juizo definitivo a este respeito.

Art. 259. Havendo no logar medicos, cirurgiões, boticarios e outros quaesquer profissionaes e mestres de officios, que pertencão a algum estabelecimento publico, ou por qualquer motivo tenham vencimentos da fazenda nacional, serão chamados para fazer os corpos de delicto, primeiro que outros quaesquer, salvo o caso de urgencia, em que não possam concorrer promptamente.

As pessoas, que, sem justa causa, se não prestarem a fazer o corpo de delicto, será imposta a multa de 30% a 90%, pela autoridade que presidir ao mesmo corpo de delicto, salvo se fôr juiz de paz, porque nesse caso será a dita pena imposta pelo delegado, juiz municipal, ou subdelegado.

Art. 260. O corpo de delicto poderá ser feito de dia, ou de noite, em dia santo ou feriado; e sempre será o mais proximo, que fôr possivel, a perpetração do delicto.

Art. 261. Quando o juiz de paz fizer o corpo de delicto, remette-lo-ha immediatamente, com officio seu, á autoridade policial ou criminal, a quem pertencer proseguir no processo.

TITULO II — Actos do processo ordinario

CAPITULO I

QUEIXA E DENUNCIA

Cod. do Proc.: Art. 72. A queixa compete ao offendido, seu pai ou mãe, tutor ou curador, sendo menor, senhor ou conjuge.

Art. 73. Sendo o offendido pessoa miseravel, que, pelas circumstancias em que se achar, não possa perseguir o offensor, o promotor publico deve, ou qualquer do povo póde intentar a queixa, e proseguir nos termos ulteriores do processo.

Art. 74. A denuncia compete ao promotor publico e a qualquer do povo :

§ 1. Nos crimes que não admittem fiança.

§ 2. Nos crimes de peculato, peita, concussão, suborno, ou qualquer outro de responsabilidade.

§ 3. Nos crimes contra o Imperador, Imperatriz ou algum dos principes ou princezas da imperial familia, regente ou regencia.

§ 4. Em todos os crimes publicos.

§ 5. Nos crimes de resistencia ás autoridades e seus officiaes, no exercicio de suas funcções.

§ 6. Nos crimes em que o delinquente fôr preso em flagrante, não havendo parte que o accuse.

Art. 75. Não serão admittidas denuncias :

§ 1. Do pai contra o filho ; do marido contra a mulher ou vice-versa ; do irmão contra o irmão.

§ 2. Do escravo contra o senhor.

§ 3. Do advogado contra o cliente.

§ 4. Do impubere, mentecapto ou furioso.

§ 5. Do filho-familias sem autoridade de seu pai.

§ 6. Do inimigo capital.

Art. 76. Não se admittirão queixas nem denuncias contra os membros das duas camaras legislativas pelos discursos nellas proferidos.

Art. 77. São competentes para receberem queixas e denuncias :

§ 1. Os juizes de paz.

§ 2. O Supremo Tribunal de Justiça, as Relações, e cada uma das camaras legislativas nos crimes, cujo conhecimento lhes compete pela Constituição.

Art. 78. As queixas e denuncias devem ser assignadas e juradas pelo queixoso e denunciante ; e si este não souber ou não puder, por uma testemunha digna de credito.

Art. 79. A queixa ou denuncia deve conter :

§ 1. O facto criminoso com todas as suas circumstancias.

§ 2. O valor provavel do damno soffrido.

§ 3. O nome do delinquente ou os signaes caracteristicos, si fôr desconhecido.

§ 4. As razões de convicção ou presumpção.

§ 5. Nomeação de todos os informantes e testemunhas.

§ 6. O tempo e o lugar, em que foi o crime perpetrado.

Art. 80. Os juizes devem fazer ao denunciante, ou queixoso, as perguntas, que lhes parecerem necessarias, para descobrirem a verdade e inquirir sobre ellas testemunhas.

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 92. A denuncia, queixa e accusação poderão ser feitas por procurador, precedendo licença do juiz, quando o autor tiver impedimento que o prive de comparecer.

Lei de 20 de Set. de 1878: Art. 50. A queixa ou denuncia, que não contiver os requisitos legais, não será aceita pelo juiz, salvo o recurso voluntario da parte.

CAPITULO II

CITAÇÃO

Cod. do Proc.: Art. 81. As citações, que forem requeridas ao juiz de paz, e se houverem de fazer no respectivo districto, serão determinadas por despachos do mesmo juiz no requerimento das partes; as que fôrem requeridas a qualquer outra autoridade judicial, e se houverem de fazer no termo da jurisdição, serão determinadas por mandado dos mesmos juizes, ou por portaria, na fôrma dos seus regulamentos, salvo si houverem de ser feitas na cidade ou villa de sua residencia, onde tambem serão determinadas por despacho no requerimento das partes, e por precatorias as que houverem de ser feitas em logares, que não fôrem da jurisdição do juiz a quem fôrem requeridas.

Art. 82. O mandado para a citação deve conter:

§ 1. Ordens aos officiaes de justiça da jurisdicção do juiz para que o executem.

§ 2. O nome da pessoa, que deve ser citada, ou signaes caracteristicos della, si fôr desconhecida.

§ 3. O fim para que, excepto si o objecto fôr de segredo, declarando-se isto mesmo.

§ 4. O juizo, o logar e tempo razoavel, em que deve comparecer.

Art. 83. As precatorias serão tão simples como os mandados, com a unica differença de serem dirigidas ás autoridades judicarias em geral, rogando-lhes que as mandem cumprir.

Assim os mandados, como as precatorias, serão escriptos pelo escrivão, e assignados pelo juiz.

CAPITULO III

PROVAS

SECÇÃO I

Testemunhas, documentos e confissão

Cod. do Proc.: Art. 84. As testemunhas serão offerecidas pelas partes ou mandadas chamar pelo juiz *ex-officio*.

Art. 85. As testemunhas serão obrigadas a comparecer no logar e tempo, que lhes fôr marcado, não podendo eximir-se desta obrigação por privilegio algum.

Art. 86. As testemunhas devem ser juramentadas conforme a religião de cada uma, excepto si fôrem de tal seita que prohiba o juramento.

Devem declarar seus nomes, pronomes, idades, profissões, estado, domicilio ou residencia; si são parentes, em que gráo; amigos, inimigos ou dependentes de alguma das partes, bem como o mais que lhe fôr perguntado sobre o objecto.

Art. 87. A declaração das testemunhas deve ser escripta pelo escrivão; o juiz a assignará com a testemunha que a tiver feito. Perante o jury se guardará o que está disposto nos arts. 266 e 268.

Si a testemunha não souber escrever, nomeará uma pessoa que assigne por ella, sendo antes lida a declaração na presença de ambas.

Art. 88. As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si; o juiz providenciará, que umas não saibão, ou não oução as declarações das outras, nem as respostas do autor ou réo.

Art. 89. Não podem ser testemunhas o ascendente, descendente, marido ou mulher, parento até o segundo gráo, o escravo e o menor de 14 annos; mas o juiz poderá informar-se delles sobre o objecto da queixa ou denuncia, e reduzir a termo a informação, que será assignada pelos informantes a quem se não deferirá juramento.

Esta informação terá o credito que o juiz entender, que lhe deve dar em attenção ás circumstancias.

Art. 90. Si o delinquente fôr julgado em um logar, e tiver em outro alguma testemunha, que não possa comparecer, poderá pedir que seja inquirida nesse logar, citada a parte contraria ou o promotor, para assistir á inquirição.

Art. 91. Si alguma testemunha houver de ausentar-se, ou por sua avançada idade ou por seu estado valetudinario houver receio que ao tempo da prova já não exista, poderá tambem,

citados os mencionados no artigo antecedente, ser inquirida a requerimento da parte interessada, a quem será entregue o depoimento para d'elle usar, quando e como lhe convier.

Art. 92. Os documentos, para que possam servir, devem ser reconhecidos verdadeiros pelo juiz ou pelo tabellião publico.

Art. 93. As cartas particulares não serão produzidas em juizo sem consentimento de seus autores, salvo si provarem contra os mesmos.

Art. 94. A confissão do réo em juizo competente, sendo livre, coincidindo com as circumstancias do facto, prova o delicto, mas no caso de morte, só pôde sujeita-lo á pena immediata, quando não haja prova.

Art. 95. As testemunhas, que não comparecerem sem motivo justificado, tendo sido citadas, serão conduzidas debaixo de vara, e soffrerão a pena de desobediencia.

Esta pena será imposta pela autoridade, que mandou citar, ou por aquella perante a qual devia comparecer.

SECÇÃO II

Acareação, confrontação e interrogatorio

Cod. do Proc.: Art. 96. Cada vez que duas ou mais testemunhas divergirem em suas declarações, o juiz as reperguntará em face uma da outra, mandando que expliquem a divergencia ou contradicção, quando assim o julgo necessario, ou lhe fôr requerido.

Art. 97. Toda a vez que o réo, levado á presenca do juiz, requerer que as testemunhas inquiridas em sua ausencia

sejão reperguntadas em sua presença, assim lhe será deferido, sendo possível.

Art. 98. O juiz mandará lêr ao réo todas as peças comprobatorias do seu crime, e lhe fará o interrogatorio pela maneira seguinte :

§ 1. Qual o seu nome, naturalidade, residencia e tempo della no logar designado ?

§ 2. Quaes os seus meios de vida e profissão ?

§ 3. Onde estava ao tempo, em que diz aconteceu o crime ?

§ 4. Si conhece as pessoas que jurarão contra elle, e desde que tempo ?

§ 5. Si tem algum motivo particular a que attribua a queixa ou denuncia ?

§ 6. Si tem factos a allegar ou provas que o justifiquem ou mostrem a sua innocencia ?

Art. 99. As respostas do réo serão escriptas pelo escrivão, rubricadas em todas as folhas pelo juiz, e assignadas pelo réo, depois de as lêr e emendar, si quizer, e pelo mesmo juiz.

Si o réo não souber escrever ou não quizer assignar, se lavrará termo com esta declaração, o qual será assignado pelo juiz e por duas testemunhas, que devem assistir ao interrogatorio.

SECÇÃO III

Diligencias judicarias no thesouro nacional

Decr. de 16 de Abr. de 1847. Na suprema direcção e fiscalisação da receita e despesa, regulando a administração, arrecadação, contabilidade da fazenda nacional, nos termos dos arts. 6 §§ 1, 3, o 17, 25 e 27 da lei de 4 de

Outubro de 1831, não pôde ingerir-se autoridade estranha de qualquer classe ou graduação que seja.

Esta disposição, porém, não inibe, que nos processos criminaes, á requisição dos juizes competentes, se possam permittir novos exames ou quaesquer esclarecimentos; sendo estes feitos por empregados do thesouro, ou outros peritos da nomeação do governo ou proposição dos juizes criminaes.

Nas diligencias, que os juizes, a bem da justiça, tenham de fazer nas repartições subordinadas ao governo, deverão taes juizes dirigir-se directamente aos respectivos ministros, ou presidentes do provincia, pedindo-lhes dia para ellas se effectuarem, e estes, marcando-o, ordenaráo ás repartições, que lhe são subordinadas, que a ellas se prestem.

Igualmente, sempre que seja necessaria a presença de algum empregado publico fóra de sua repartição para qualquer acto da justiça, cumpre, que o juiz se dirija directamente ao respectivo ministro ou presidente de provincia com a competente requisição, para que este dê as providencias necessarias a não soffrer o serviço.

CAPITULO IV

FORMAÇÃO DA CULPA

Cod. do Proc.: Art. 140. Apresentada a queixa ou denuncia com o auto de corpo de delicto, ou sem elle, não sendo necessario, o juiz o mandará autuar, e procederá á inquirição de duas até cinco testemunhas, que tiverem noticia da existencia do delicto, o de quem seja o criminoso.

Art. 141. Nos casos de denuncia, ainda que não haja

denunciante, o juiz procederá á inquirição de testemunhas, na forma do artigo antecedente, fazendo autuar o auto de corpo de delicto, si o houver.

Art. 142. Estando o delinquente preso ou afiançado, ou residindo no districto, de maneira que possa ser conduzido á presença do juiz, assistirá á inquirição das testemunhas, em cujo acto poderá ser interrogado pelo juiz e contestar as testemunhas sem as interromper.

Art. 143. Da inquirição das testemunhas, interrogatorio e informações, se lavrará termo, que será escripto pelo escrivão e assignado pelo juiz, testemunhas, parte e informantes, guardada a disposição do art. 89.

Art. 144. Si, pela inquirição das testemunhas, interrogatorio ao indiciado delinquente ou informações, a que tiver procedido o juiz, se convencer da existencia do delicto e do quem seja o delinquente, declarará por seu despacho nos autos, que julga procedente a queixa ou denuncia, e obrigado o delinquente á prisão nos casos em que esta tem lugar, e sempre a livramento.

Art. 145. Quando o juiz não obtenha pleno conhecimento do delicto ou indícios vehementes de quem seja o delinquente (não se tratando de crimes politicos), declarará por seu despacho nos autos que não julga procedente a queixa ou denuncia.

Art. 146. Procedendo a queixa ou denuncia, o nome do delinquente será lançado no livro para isso destinado, o qual será gratuitamente rubricado pelo juiz de direito, e se passarão as ordens necessarias para a prisão.

Art. 147. A formação da culpa terá lugar enquanto não

prescrever o delicto, e proceder-se-ha em segredo sómente quando a ella não assistão o delinquente e seus socios.

Art. 148. A qualquer que fôr preso sem culpa formada, dentro em 24 horas, contadas da entrada na prisão, sendo em cidades, villas ou outras povoações proximas aos logares da residencia do juiz; e em logares remotos, dentro de um prazo razoavel, proporcionado á distancia daquelle onde foi commettido o delicto, contando-se um dia por cada tres leguas, o juiz, por uma nota por elle assignada, fará constar ao réo o motivo da prisão, os nomes do seu accusador e o das testemunhas, havendo-as.

Entender-se-hão por logares proximos á residencia do juiz, todos os que se comprehenderem dentro do espaço de duas leguas.

A formação da culpa não excederá o termo de oito dias, depois da entrada da prisão, excepto quando a affluencia de negocios publicos, ou outra difficuldade insuperavel obstar, fazendo-se comtudo o mais breve que fôr possivel.

Art. 149. O juiz de paz, ainda que pelas primeiras informações não obtenha conhecimento de quem é o delinquente, não deixará de proceder contra elle em qualquer tempo que seja descoberto, emquanto não prescrever o delicto.

Cod. do Proc.: Art. 329. Si o réo não tiver sido descoberto, nem perante o juiz de paz, nem perante o juiz de accusação, o queixoso ou denunciante, ou o promotor publico pôde propôr sua queixa ou denuncia, emquanto o crime não prescrever.

Decr. de 13 de Out. de 1834. A Regencia permanente. . . ha por bem ordenar, que d'ora em diante os

juizes, nos seus despachos de pronuncia, declarem sempre a natureza dos delictos por que fôrem pronunciados os réos.

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 47. Nos crimes que não deixão vestígios, ou de que se tiver noticia, quando os vestígios já não existão, e não se possão verificar ocularmente por um ou mais peritos, poder-se-ha formar o processo, indopendente de inquirição especial para corpo de delicto, sendo no summario inquiridas testemunhas, não só a respeito da existencia do delicto e suas circumstancias, como tambem ácerca do delinquente.

Art. 48. No summario, a que se proceder para formação da culpa, nos casos em que não houver logar o procedimento official da justiça, poderão inquirir-se de duas até cinco testemunhas, além das referidas ou informantes.

Nos casos de denuncia, poderão ser inquiridas de cinco até oito.

Quando, porém, houver mais de um indiciado delinquente, e as testemunhas inquiridas não depuzerem contra um ou outro, de quem o juiz tiver vehementes suspeitas, poderá este inquirir duas ou tres testemunhas a respeito delles sómente.

Si, findo o processo, e remettido ao juizo competente para apresenta-lo ao jury, tiver o juiz conhecimento de que existe um, ou mais criminosos, poderá formar-lhes novo processo. enquanto o crime não presorever.

Art. 49. Os delegados e subdelegados, que tiverem pronunciado, ou não pronunciado algum réo, remetterão o processo ao juiz municipal para sustentar, ou revogar a pronuncia, ou despronuncia; no caso de não pronuncia, e de estar o réo preso, não será solto antes da decisão do juiz municipal.

Art. 50. Os juizes municipaes, quando lhes fôrem presentes os processos com as pronuncias para o sobredito fim, poderão proceder a todas as diligencias, que julgarem precisas para a ratificação das queixas, ou denuncias, para emenda de algumas faltas, que induzão nullidades, e para esclarecimento da verdade do facto e suas circumstancias, ou seja *ex-officio*, ou a requerimento das partes; comtanto que tudo se faça o mais breve e summariamente que fôr possível.

Art. 51. As testemunhas da formação da culpa se obrigão por um termo a communicar ao juiz, dentro de um anno, qualquer mudança de residencia, sujeitando-se pela simples omissão a todas as penas de não comparecimento.

Art. 52. As notificações das testemunhas se farão por mandados dos juizes municipaes, que ficão substituindo aos juizes de paz da cabeça do termo, ou do districto, onde se reunirem os jurados para cumprirem quanto a estes competia a respeito dos processos, que tiverem de ser submettidos ao jury.

Art. 53. As testemunhas, que, sendo notificadas, não comparecerem na sessão, em que a causa deve ser julgada, poderão ser conduzidas debaixo de prisão para depôrem, e punidas pelo juiz de direito com a pena de 5 a 15 dias de prisão.

Além disto, si, em razão de falta de comparecimento de alguma ou algumas testemunhas, a causa fôr adiada para outra sessão, todas as despesas das novas notificações e citações, que se fizerem, e das indemnisações ás outras testemunhas, serão pagas por aquella, ou aquellas que faltarem, as quaes poderão ser a isso condemnadas pelo juiz de direito na decisão, que tomar sobre o adiamento da causa, e poderão ser constrangidas a pagar da cadeia.

Art. 96. A fôrma do processo será a mesma determinada pelo Código do Processo Criminal, que não estiver em opposição com a presente lei.

Art. 110. No art. 145 do Código do Processo ficão eliminadas as palavras do parenthesis—não se tratando de crimes politicos.

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 262. Os chefes de policia, juizes municipaes, delegados e subdelegados procederão á formação da culpa, ou em virtude de queixas ou denuncias dadas, nos casos e com as formalidades estabelecidas nos arts. 72, 73, 74, 75, 76, 78 e 79 do Código do Processo Criminal, ou moramente *ex-officio*.

Art. 263. O procedimento *ex-officio* tem logar todas as vezes que chegar á noticia das autoridades criminaes haver-se perpetrado em seus respectivos districtos alguns daquelles delictos, em que cabe a denuncia, ainda que denunciante não haja.

Tem igualmente logar a respeito dos delictos mencionados no art. 5 da Lei de 26 de Outubro de 1831. (*)

Art. 264. Quando se tiver formado corpo de delicto, na fôrma dos arts. 256 e 258 deste Regulamento, servirá elle de base ao processo da formação da culpa, para se proceder sobre o seu conteudo á inquirição das testemunhas, afim de se descobrir quem seja o delinquente ; mas, quando não se tiver formado por ser o crime daquelles, que não deixão vestigios, ou porque delle sómente houve noticia, quando taes vestigios, já não existião, organizar-se-ha o processo, não só sem esse auto precedente, como tambem sem a necessidade de uma inquirição

(*) Esta lei de 26 de Out. de 1831 está revogada pelo art. 3 da lei de 1 de Set. de 1860.

especial para se verificar previamente a existencia do delicto.

Art. 265. Com o corpo de delicto, ou sem elle, nos termos do artigo antecedente, proceder-se-ha ao summario para a formação da culpa.

No caso de haver corpo de delicto, as testemunhas serão inquiridas sómente a respeito do delinquente para se averiguar o descobrir quem elle seja; e no contrario serão inquiridas não só a respeito do delicto, e suas circumstancias, como também ácerca de quem seja o delinquente.

Art. 266. No summario, a que se proceder para a formação da culpa, nos casos em que não tem logar o procedimento *ex-officio*, inquirir-se-hão pelo menos duas testemunhas, e poderão ser inquiridas mais até que se preencha o numero de cinco.

Nos casos, porém, em que tiver logar a denuncia, inquirir-se-hão cinco, e poderão ser inquiridas mais, até o numero de oito.

Art. 267. Além do numero das testemunhas, que fôrem inquiridas, por virtude do artigo antecedente, tanto no caso do procedimento *ex-officio* como no contrario, serão inquiridas, sempre que fôr possível, as pessoas, ás quaes se referirem em seus depoimentos as testemunhas que já houverem deposto.

Igualmente, e sem que se contem no numero das testemunhas, serão tomadas as declarações de informantes, na fórmula do art. 89 do Codigo do Processo Criminal.

Art. 268. Quando do crime, sobre o qual se proceder a summario, fôr indiciado mais de um delinquente, e as testemunhas desse summario não depuzerem contra um ou outro de taes indiciados, a respeito do qual tenha o juiz summariamente concebido vehementes suspeitas, poderá este *ex-officio*

inquirir mais duas ou tres testemunhas, sómente a respeito daquelle indiciado.

Art. 269. No mais que pertence ao processo da formação da culpa, se observará exactamente o disposto nos arts. 142, 143, 147 e 148 do Codigo do Processo Criminal.

Art. 270. Ainda que as autoridades, a quem incumbe a formação da culpa, não obtenhão, por meio das informações e diligencias a que houverem procedido, o conhecimento de quem é o delinquente, não deixarão de proceder contra elle *ex-officio*, ou por virtude de queixa ou denuncia, segundo couber no caso, em qualquer tempo, que seja descoberto, enquanto não prescrever o delicto.

Si, findo o processo da formação da culpa, remettido ao juiz competente para apresenta-lo ao jury, tiverem as sobreditas autoridades noticia do que existem um ou mais criminosos do mesmo delicto, poderão formar-lhes novo processo, enquanto o crime não prescrever.

*CAPITULO V

PRONUNCIA

SECÇÃO I

Preparatorios para a formação do primeiro conselho de jurados ()*

Cod. do Proc.: Art. 235. O juiz de direito officiará ao presidente da camara municipal do termo, ou ao juiz de paz da cabeça do julgado, onde se houver de reunir o conselho de

(*) Foi supprimido este conselho pela lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 95.

jurados, indicando-lhes o dia e hora, em que ha de principiar a sessão.

Esta participação deve ser feita em tal tempo, que possa razoavelmente chegar á noticia de todos os jurados, e habitantes do termo ou julgado.

Art. 236. No dia seguinte ao do recebimento da participação do juiz de direito, o presidente da camara municipal, em presença dos mais membros della, que se acharem na cidade ou villa, na sala das sessões respectivas e a portas abertas, extrahindo da urna dos jurados 60 cedulas, annunciará logo por editaes a referida participação, convidando nomeadamente a comparecerem os jurados, que as 60 cedulas indicarem, e declarando que estes hão de servir durante a proxima sessão judiciaria; e devem, assim como todos os interessados, comparecer no dia assignado, sob as penas da lei, si faltarem.

As 60 cedulas serão fechadas em urna separada.

Art. 237. Os editaes, de que trata o artigo precedente, não só serão lidos, e affixados nos logares mais publicos das cidades, villas, ou povoações, mas serão remettidos aos juizes de paz do termo para os publicarem, e fazerem as notificações necessarias aos jurados, aos culpados, e ás testemunhas que se acharem nos seus districtos.

Nos julgados o juiz de paz da povoação, que fôr cabeça delles, na sala destinada para reunião dos jurados, fará o mesmo que o presidente da camara municipal.

SECÇÃO II

Formação do primeiro conselho de jurados, ou jury de accusação

Cod. do Proc.: Art. 238. No dia do assignado, achando-se presentes o juiz de direito, escrivão, jurados, e promotor, nos crimes em que deve accusar, e a parte accusadora, havendo-a, principiará a sessão pelo toque da campainha.

Em seguida o juiz de direito abrirá a urna das 60 cédulas, o verificando publicamente que se achão todas, as recolherá outra vez: feita logo pelo escrivão a chamada dos jurados, e achando-se completo o numero legal, observando-se o disposto nos arts. 313 e 315, mandará o mesmo juiz extrahir da urna, por um menino, 23 cédulas.

As pessoas que ellas designarem formarão o primeiro conselho de jurados, que será interinamente presidido pelo primeiro que tiver sahido á sorte.

Art. 239. Logo depois será admittido o juiz de paz do districto, onde se reunirem os jurados, a apresentar todos os processos, que tiver formado, ou recebido dos juizes de paz do termo, e os que devem ser julgados pelo jury.

Art. 240. Immediatamente o escrivão fará a chamada de todos os réos presos, dos que se livrão soltos ou afiançados, dos accusadores ou autores, e das testemunhas que constar terem sido notificadas para comparecerem naquella sessão.

Art. 241. A respeito dos réos, autores ou accusadores, que faltarem, observar-se-ha o que está disposto nos arts. 220 e 221, excepto nos crimes em que tem logar a denuncia: nestes

o juiz de direito ordenará ao promotor publico, que proceda na accusação, e condemnará o réo na pena do art. 229.

SECÇÃO III

Conferencia do primeiro conselho de jurados ou jury de accusação

Cod. do Proc.: Art. 242. O juiz de direito, deferindo aos membros do primeiro conselho de jurados o juramento, cuja formula se transcreverá no fim deste capitulo, entregará ao presidente todos os processos, que houverem de ser julgados na sessão.

Art. 243. Feito isto, o juiz de direito dirigirá os jurados á outra sala, onde sós, e a portas fechadas, principiarão por nomear dentro seus membros em escrutinio secreto por maioria absoluta de votos o seu presidente e um secretario; depois do que conferenciarão sobre cada processo, que fôr submittido ao seu exame, pela maneira seguinte:

Art. 244. Finda a leitura de cada processo, que será feita pelo secretario, e qualquer debate que sobre elle se suscitar, o presidente porá a votos a questão seguinte:

Ha neste processo sufficiente esclarecimento sobre o crime, o seu autor para proceder á accusação?

Si a decisão fôr affirmativa, o secretario escreverá no processo as palavras: «O jury achou materia para accusação.»

Art. 245. Si, porém, a decisão fôr negativa, por não haver esclarecimento sobre o crime ou seu autor, o presidente dará as ordens necessarias para que sejam admittidos na sala da sua conferencia o queixoso, o denunciante, ou o promotor publico,

e o réo, si estiver presente, e as testemunhas uma por uma, para ratificar-se o processo, sujeitando-se todas estas pessoas a novo exame.

Art. 246. Nas ratificações dos processos, o secretario apontará por minuta as respostas discordantes das que se achão nos autos, dadas pelas mesmas pessoas.

Art. 247. Nas ditas ratificações tambem não se admittirão testemunhas novas; salvo sómente quando não vier designado o autor do crime no processo.

Art. 248. Finda a ratificação do processo, ou formada a culpa, o presidente fará sahir da sala as pessoas admittidas, e depois do debate, que se suscitar entre os jurados, porá a votos a questão seguinte:

Procede a accusação contra alguem?

O secretario escreverá as respostas pelas formulas seguintes:

O jury achou materia para accusação contra F. ou F.

O jury não achou materia para accusação.

Art. 249. As buscas, prisões, notificações, que o jury resolver, serão communicadas, por officio do presidente, ao juiz de direito, que as recommendará aos juizes de paz respectivos; e quando estas diligencias sejam essenciaes ao seguimento da causa, o presidente a poderá suspender, até que ellas sejam satisfeitas.

Art. 250. Decidido qualquer processo, voltaráõ os jurados á primeira sala, e ahi repetirá o seu presidente em voz alta a decisão escripta.

Art. 251. Quando a decisão fór negativa, o juiz de

direito, por sua sentença, que lançará nos autos, julgará de nenhum effeito a queixa ou denuncia.

Art. 252. Si a decisão fôr affirmativa, a sentença declarará, que ha logar a formar-se accusação, e ordenará a custodia do réo, e o sequestro nos impressos, escriptos, ou gravuras pronunciadas, havendo-as.

Art. 253. Si algum queixoso recorrer para os jurados, do juiz de paz não pronunciar aquelle de quem se queixou, compete ao primeiro conselho decidir, si achar materia para accusação ; e neste caso procederá na fórma dos arts. 245, 246, 247, 248, 249 e 250.

Fórmula do juramento

Juro pronunciar bem e sinceramente nesta causa, haver-me com franqueza e verdade, só tendo diante de meus olhos Deus e alci; e proferir o meu voto segundo a minha consciencia.

SECÇÃO IV

Pronuncia, sua sustentação e ratificação do processo da formação da culpa

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 285. Si pela inquirição das testemunhas, interrogatorios ao indiciado delinquente, ou informações, a que tiverem procedido as autoridades criminaes, se convencerem da existencia do delicto, de quem seja o delinquente, declararão, por seu despacho nos autos, que julgão procedente a queixa, denuncia, ou procedimento *ex-officio*, obrigando o mesmo delinquente á prisão, nos casos em que esta tem logar, e sempre a livramento (art. 144

do Código do Processo Criminal), especificando o artigo da lei em que o julgamento incursa.

Art. 286. Quando não obtiverem pleno conhecimento do delicto, ou indícios vehementes de quem seja o delinquente, declararão, por seu despacho nos autos, que não julgam procedente a queixa, denuncia, ou procedimento official.

Art. 287. Os despachos de procedencia ou improcedencia, isto é, de pronuncia ou não pronuncia, na forma dos artigos antecedentes, que fôrem proferidos pelos chefes de policia ou juizes municipaes, produzirão immediatamente todos os effeitos a favor ou contra os réos; si fôrem, porém, pelos delegados ou subdelegados ficarão dependentes dos despachos do sustentação ou revogação dos juizes municipaes.

Art. 288. Os despachos de pronuncia ou não pronuncia, proferidos pelos delegados, produzirão, porém, logo todos os seus devidos effeitos, quando as funções de delegado se acharem accumuladas com as de juiz municipal na mesma pessoa.

Art. 289. Os delegados e subdelegados, que tiverem pronunciado ou não pronunciado algum réo, remetterão immediatamente o processo ao juiz municipal do respectivo termo para sustentar ou revogar o despacho de pronuncia ou não pronuncia.

No caso de não pronuncia e de estar o réo preso (ou por que o fôsse em flagrante, ou antes de culpa formada, nos casos em que essa prisão tem logar) não será solto antes da decisão do juiz municipal (art. 49 da Lei de 3 de Dezembro de 1841).

No de pronuncia, porém, expedir-se-ha mandado de prisão, antes da remessa do processo ao dito juiz, que dará a sua decisão, e o devolverá com a maior brevidade possível.

A remessa, de que trata este artigo, terá lugar ainda no caso, em que o juiz revogue a pronuncia, que proferira, o será considerado este despacho de revogação como do não pronuncia.

Art. 290. Si quando lhes fôrem presentes os processos para o fim indicado no artigo antecedente, acharem os juizes municipaes, que ha nelles preterição de formalidades legais, que induzem nullidade, ou faltas, que prejudicão o esclarecimento da verdade do facto, o de suas circumstancias, procederão *ex-officio*, ou a requerimento do parte, a todas as diligencias, que julgarem precisas para a ratificação das queixas ou denuncias, emendas das faltas, que induzem nullidade, e afim de dar ao facto o suas circumstancias todo o esclarecimento que fôr necessario, havendo-se nisso o mais breve e summariamente que fôr possível.

Art. 291. Para esse fim mandarão, que as queixas e denuncias sejam juradas e assignadas pelos queixosos e denunciantes; que os autos, interrogatorios e inquirições sejam assignadas pelos juizes, partes, testemunhas e mais pessoas, que tenham intervindo, quando faltarem taes solemnidades; ordenarão os interrogatorios dos réos, a repergunta, acareação e confrontação das testemunhas, e outras diligencias, quando nos ditos processos não houver sufficiente esclarecimento sobre o crime e suas circumstancias, e sobre os seus autores ou complices.

Art. 292. Estas diligencias serão feitas perante os mesmos juizes municipaes, quando os réos presos, ou soltos, as testemunhas, ou outras quaesquer pessoas, que tenham de intervir nellas, estiverem em distancia tal, que lhes permitta vir e voltar no mesmo dia, aliás serão feitas pela mesma

autoridade, que remetteu o processo, reenviando-lh'o o juiz municipal com as instrucções que julgar necessarias, as quaes serão por elle lançadas nos autos.

Art. 293. Decretada a pronuncia pelo chefe de policia cu juiz municipal, e sustentadas por este as que decretarem os delegados e subdelegados, será lançado o nome do réo no livro para esse fim destinado, o qual será numerado, rubricado pelo juiz de direito, com termo de abertura e encerramento, e se passarão as ordens necessarias para a prisão dos réos, que estiverem soltos, ficando os mesmos sujeitos :

1.º Á accusação e ao julgamento.

2.º Á suspensão do exercicio dos direitos politicos.

Art. 294. As testemunhas, que tiverem deposto no processo do formação da culpa, ficão obrigadas por espaço de um anno a communicar á autoridade, que formou o mesmo processo, qualquer mudança de sua residencia, sujeitando-se, pela simples omissão, a todas as penas do não comparecimento, em conformidade do art. 53 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

Art. 295. O escrivão, que escrever o depoimento da testemunha, a intimará logo que acabe de depôr, para que faça a communicação mencionada no artigo antecedente, debaixo das penas que se refere, e portará por fé esta intimação no fim do mesmo depoimento.

Art. 296. O juiz, que houver formado a culpa, apenas receber essas communicações, as transmittirá ao juiz municipal.

SECÇÃO V

Justificação da demora

Decr. de 25 de Mai. de 1859: Art. 1. Os juizes e mais autoridades, que fôrão culpa, sempre que tenham do concluir o processo fóra do termo prescripto no art. 148 do Código do Processo Criminal, declararão no despacho de pronuncia ou não pronuncia os motivos justificativos da demora.

Art. 2. O juiz superior, quando por qualquer modo haja de tomar conhecimento dos autos, apreciará os motivos allegados, e si os achar improcedentes, promoverá pelos meios legítimos a responsabilidade do formador da culpa.

SECÇÃO VI

Summario da culpa e allegação de defesa

Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 49. É abolido o procedimento *ex-officio*, excepto:

1.º Nos casos de flagrante delicto.

2.º Nos crimes policiaes.

3.º Quando, esgotados os prazos da lei, não fôr apresentada queixa ou denuncia.

4.º Nos crimes de responsabilidade, sendo competente a autoridade judiciaria, que os reconhecer em feitos ou papeis submittidos regularmente a seu exame jurisdiccional.

Art. 51. A incompetencia do juiz do summario poderá ser allegada antes da inquirição das testemunhas ou logo que o réo comparecer em juizo.

§ 1.º Si o juiz reconhecer a incompetencia, remetterá o feito

á autoridade competente para proseguir, a qual o ratificará, procedendo sómente á reinquirição das testemunhas, si houve-rem deposto em ausencia do accusado, e este o requerer.

§ 2.º Si não reconhecer a incompetencia, continuará o sumario, como si ella não fôra allegada. .

§ 3.º Em todo o caso será tomada por termo nos autos a alludida excepção declinatoria, ou seja offercida verbalmente ou por escripto.

Art. 52. O juiz não tem arbitrio para recusar ás partes quaesquer perguntas ás testemunhas, excepto se não tiverem relação alguma com a exposição feita na queixa ou denuncia; devendo, porém, ficar consignadas no termo da inquirição a pergunta da parte e a recusa do juiz.

Art. 53. No interrogatorio o accusado tem o direito de juntar quaesquer documentos e justificações processadas em outro juizo, para serem apreciadas como fôr de direito.

Si allegar com fundamento a necessidade de prazo para isso, ser-lhe-ha concedido até trez dias improrogaveis.

SECÇÃO VII

Efeitos politicos da pronuncia

Lei de 3 de Dez. do 1841 : Art. 94. A pronuncia não suspende o exercicio dos direitos politicos, se não depois de sustentada competentemente.

Lei de 20 de Set. de 1871 : Art. 29. A pronuncia não suspende senão o exercicio das funcções publicas, e o direito de ser votado para eleitor, membro da assembléa geral e provincial, e cargos, para os quaos se exige

qualidade para ser eleitor, ficando todavia salva a disposição do art. 2 da Lei de 19 de Agosto de 1846. (*)

SECÇÃO VIII

Crimes não imputáveis

Reg. de 22 de Nov. de 1871. : Art. 84. Os casos, de que trata o art. 10 do Código Criminal, são do conhecimento e decisão do juiz formador da culpa, com appellação *ex-officio* para a Relação, quando a decisão fôr definitiva.

É decisão definitiva a que julgar improcedente o procedimento, por estar o réo incluído em qualquer das espécies do citado art. 10, ou seja ella proferida immediatamente pelos juizes de direito das comarcas especiaes, ou pelos juizes de direito das comarcas geraes, em grão de recurso necessario.

CAPITULO VI

JULGAMENTO PERANTE O JURY

SECÇÃO I

Preparativos da accusação

Cod. do Proc. : Art. 228. Formada a culpa, o juiz de paz, nos delictos cujo conhecimento lhe não compete, fará logo dos processos a competente remessa, estejam ou não presos os delinquentes, sejam publicos ou particulares os delictos, por que fôrão processados.

Art. 229. Si os delinquentes estiverem presos fóra da

(*) Vide : Lei de 9 de Janeiro de 1831 art. 10 sobre a não illegibilidade do cidadão pronunciado em processo criminal.

cabeça do termo, em que devão ser julgados, serão com a precisa antecedencia para ali remettidos, quando se houver de reunir o conselho de jurados.

E os afiançados assignaráo termo de comparecimento perante o conselho de jurados, na reunião que no mesmo termo fôr indicada, sob pena de perderem metade do valor da fiança e de serem recolhidos á prisão.

Art. 230. Os processos serão sempre remettidos ao juiz de paz da cabeça do termo, e havendo mais de um, áquelle dentre elles que ahi fôr o do districto, onde se reunir o conselho de jurados.

Art. 231. No caso do art. 228, o juiz de paz mandará notificar as testemunhas para comparecerem na proxima primeira reunião de jurados, sob as penas do desobediencia, e de serem conduzidos debaixo do vara ao juramento.

Art. 232. Quando o juiz de direito concede a fiança, compete-lhe expedir precatória para a citação das testemunhas, que deveráo ser notificadas para comparecerem na primeira reunião ou na immediatamente seguinte, como fôr mais razoavel, segundo o tempo da notificação e as distancias; devendo assignar-se ás testemunhas um prazo sufficiente, para fazerem suas disposições na sua casa e jornada.

Os jurados arbitraráo indemnisação ás testemunhas, que requererem.

Art. 233. Não será accusado o delinquente, estando ausente fóra do Imperio ou em logar não sabido, nos crimes que não admittem fiança.

Art. 234. Nos casos do artigo antecedente, poderão propôr-se contra o ausente as acções civeis, que competem, para haver-se a indemnisação do damno, que houver causado com o delicto.

SECÇÃO II

Segundo conselho de jurados ou jury de sentença

Cod. do Proc.: Art. 254. Declarando o primeiro conselho de jurados, que ha materia para accusação, o accusador offerecerá em juizo o seu libello accusatorio, dentro de 24 horas, e o juiz de direito mandará notificar o accusado para comparecer na mesma sessão de jurados, ou na proxima seguinte, quando na presente não seja possível ultimar-se a accusação.

Art. 255. A notificação do réo para responder na mesma sessão será feita tres dias, pelo menos, antes do encerramento della, e será acompanhada da cópia do libello, da dos documentos e do rol das testemunhas.

Antes deste prazo poderá ser feita em qualquer occasião.

Art. 256. Para a declaração, de que não é possível ultimar-se a accusação na mesma sessão, o juiz de direito o proporá ao conselho de jurados, e o que fôr decidido pela maioria absoluta do votos dos membros presentes, será observado.

Art. 257. Nenhum privilegio isenta a pessoa alguma (excepto aquelles que têm seus juizes privativos expressamente designados na Constituição) de ser julgada pelo jury do seu domicilio, ou do lugar do delicto.

Art. 258. Quando no jury de accusação se decidir, que ha materia para accusação, e a responsabilidade recahir sobre pessoas, que tenham seus juizes privativos pela Constituição, serão remettidos os autos, *ex-officio*, pelo juiz de direito ao tribunal competente.

Art. 259. Formado o segundo conselho, que deve ser de 12 jurados, guardadas todas as formalidades que estão prescriptas para a formação do primeiro, e prestado o mesmo juramento, o juiz de direito fará ao accusado as perguntas, que julgar convenientes sobre os artigos do libello ou contrariedade; e aquelles factos, sobre que as partes concordarem, assignando os artigos que lhes fôrem relativos, não serão submettidos ao exame dos jurados.

Art. 260. Findo o interrogatorio, o escrivão lerá todo o processo de formação da culpa, e as ultimas respostas do réo, que estarão nelle escriptas.

Art. 261. O advogado do accusador abrirá o Codigo e mostrará o artigo e gráo da pena em que pelas circumstancias entende, que o réo se acha incurso, lerá outra vez o libello, depoimentos e respostas do processo de formação da culpa, e as provas com que se acha sustentado.

Art. 262. As testemunhas do accusador serão introduzidas na sala da sessão, e juraráõ sobre os artigos, sendo primeiro inquiridas pelo accusador ou seu advogado ou procurador, e depois pelo réo, seu advogado ou procurador.

Art. 263. Findo este acto, o advogado do réo desenvolverá sua defosa, apresentando a lei, e referindo os factos que sustentão a innocencia do réo, deduzidos em artigos succintos e claros.

Art. 264. As testemunhas do réo serão introduzidas, e juraráõ sobre os artigos, sendo inquiridas, primeiro pelo advogado do réo, depois pelo do accusador ou autor.

Art. 265. O autor ou accusador, seu advogado ou procurador, e por ultimo o réo, seu advogado ou procurador,

replicarão verbalmente aos argumentos contrarios, e poderão requerer a repergunta de alguma ou de algumas testemunhas já inquiridas, ou inquirições de mais duas de novo, para pleno conhecimento de algum ou alguns artigos, ou pontos contes-tados, ou para provar contra algumas testemunhas qualidades, que as constituem indignas de fé.

Art. 266. Si, depois dos debates, o depoimento de uma, ou mais testemunhas, ou documento, fór arguido de falso, com fundamento razoavel, o juiz de direito, em continente, examinará essa questão incidental summaria e verbalmente; sus-penso no entretanto a principal; e verificado o negocio suffi-cientemente, será a testemunha ou testemunhas, ou a pessoa, que tiver apresentado o documento, remettida com todos os es-clarecimentos ao jury de accusação para resolver sobre o caso.

Art. 267. Na hypothesis do artigo antecedente, conti-nuará o processo sem attenção ao depoimento da testemunha suspeita de falsa, si os jurados entenderem, que podem pro-nunciar a sua decisão.

Art. 268. No periodo das discussões tomarão os jurados as notas, que lhes parecerem, ou do processo escripto, ou das allegações verbaes, e respostas que ouvirem, rompendo-as logo que lhes não fôrem necessarias

Art. 269. Achando-se a causa no estado de ser decidida, por parecer aos jurados que nada mais restaa examinar, o juiz de direito, resumindo com a maior clareza possivel toda a mate-ria da accusação, proporá por escripto ao conselho as questões seguintes :

- § 1. Si existe crime no facto, ou objecto da accusação ?
- § 2. Si o accusado é criminoso ?

§ 3. Em que grão de culpa tem incorrido?

§ 4. Si houve reincidencia? (si disto se tratar).

§ 5. Si ha logar a indemnisação?

Art. 270. Retirando-se os jurados á outra sala, conferenciarão sós, e a portas fechadas, sobre cada uma das questões propostas, e o que fôr julgado pela maioria absoluta dos votos será escripto o publicado como no jury de accusação.

Decidida a primeira questão negativamente, não se tratará mais das outras.

Art. 271. Si a decisão fôr negativa, o juiz de direito, por sua sentença nos autos, absolverá o accusado, ordenando a sua soltura immediatamente (no caso que elle tenha sido posto em custodia), e o levantamento do sequestro dos impressos, gravuras, etc., si o crime fôr por abuso de expressão do pensamento.

Art. 272. Si a decisão fôr affirmativa, a sentença condemnará o réo na pena correspondente, ordenando a supressão das peças denunciadas, sendo a accusação de abuso de expressão do pensamento.

Art. 273. Si fôr affirmativa só quanto ao abuso, mas negativa quanto a ser criminoso o accusado, o juiz de direito o absolverá, e o mandará immediatamente soltar (si tiver sido posto em custodia); mas ordenará a supressão das peças denunciadas, sendo a accusação de abuso de expressão do pensamento.

Art. 274. Si, nas peças mandadas sequestrar, apparecer claramente provada a existencia de um outro facto criminoso distincto do que faz o objecto da accusação, e pelo qual haja logar o officio do promotor, por ser delicto publico, o mesmo promotorso servirá dos autos como corpo de delicto, e requererá ao juiz de direito a convocação do jury pelo facto denunciado e provado.

SECÇÃO III

Varias disposições communs do jury de accusação, e de sentença, e peculiares aos casos de abuso da liberdade de exprimir os pensamentos

Cod. do Proc.: Art. 275. Entrando-se no sorteamento para a formação do segundo conselho, e á medida que o nome de cada um juiz de facto fôr sendo lido pelo juiz de direito, farão o accusado e o accusador suas recusações sem as motivarem.

O accusado poderá recusar doze, o o accusador depois delle outros tantos tirados á sorte.

Art. 276. Si os accusados fôrem dous ou mais, poderão combinar suas recusações, mas não combinando, ser-lhes-ha permittida a separação do processo, e nesse caso cada um poderá recusar até dozo.

Art. 277. São inhibidos de servir no mesmo conselho ascendentes e seus descendentes, sogro e genro, irmãos, o cunhados, durante o cunhadio.

Destes o primeiro, que tiver sahido á sorte, é que deve ficar.

Art. 278. Preenchido o numero dos juizes de facto que effectivamente hão de formar o jury de sentença, o juiz de direito lhes tomará o juramento.

Na prestação dos juramentos basta, que o primeiro que o der leia a fórmula, dizendo depois cada um dos outros: Assim o juro.

Art. 279. Qualquer cidadão póde representar ao promotor, para officiar, nos casos em que o deve fazer; para o que lhe subministrará o conhecimento e instrucções do

crime, cuja denuncia propuzer, com a declaração do tempo, do lugar e das testemunhas presencias ao acto denunciado.

Art. 280. Participando o promotor, por escripto, ao juiz de direito, que o impressor faltou á sua obrigação, procederá o juiz de direito, *ex-officio*, mandando autuar a participação, e sem mais formalidades, que a audiencia do impressor, lhe imporá a pena, ou lho relevará, como fôr justo.

Art. 281. Todas as questões incidentes, d'ó que dependerem as deliberações finaes em um ou em outro jury, serão decididas pelos juizes de facto, ou pelo juiz de direito, segundo a materia pertencer a uma ou outra classificação: havendo duvida se a questão é de facto, ou de direito, o juiz de direito decidirá com recurso para a Relação.

Art. 282. Na occasião do debate (mas sem interromper a quem estiver fallando) e antes que as questões do art. 269 sejam propostas, póde qualquer juiz de facto fazer as observações que julgar convenientes; fazer interrogar de novo alguma testemunha, e pedir que o jury vote sobre qualquer ponto particular do facto, que julgar de importancia.

Art. 283. Quando fôrem dous ou mais os réos, o juiz de direito proporá ao jury sobre cada um delles em particular as questões do art. 269.

Art. 284. Tambem separará as questões quando os pontos da accusação fôrem diversos.

Art. 285. Dos despachos do juiz de direito sobre a organização do processo, e quaesquer diligencias precisas, não haverá aggravo de petição ou instrumento.

Art. 286. Os nomes dos multados, assim como as

quantias das multas, serão declarados em editaes do juiz de direito, e o escrivão que fór do processo remetterá uma cópia do termo, ou da sentença condemnatoria á camara municipal, a que pertencer, para proceder á cobrança e fazer-la publicar pela imprensa, se a houver no logar.

Igual publicação se fará dos nomes dos jurados, que mais assíduos fôrem em assistir ás sessões.

Art. 287. Os presidentes das camaras municipaes providenciarão sobre todas as cousas precisas, a requisição do juiz de direito: outro tanto farão os juizes de paz das cabeças dos julgados.

Art. 288. As sessões dos jurados serão todas publicas, excepto quando houver votação; mas ninguem assistirá a ellas com armas, ainda que não sejam das defesas, de qualquer natureza que fôrem, sob pena de ser preso, como em flagrante, e punido com as penas impostas aos que usão de armas defesas.

Art. 289. Os jurados, que servirem no jury de accusação, não entrarão no de julgação.

Os que comparcerem em uma sessão, não servirão em outra, emquanto não tiverem servido todos os alistados, ou não exigir a necessidade por falta absoluta de outros.

Art. 290. A liquidação das perdas e damnos, quando se julgar que tem logar, será feita por arbitros.

Art. 291. No caso de impossibilidade do pagamento das multas, serão commutadas na terça parte mais da pena de prisão, comminada nos respectivos artigos.

Art. 330. Perante o jury de accusação não se porá

suspeição, mas os jurados se darão de suspeitos por causas declaradas na lei, continuando o jury em suas funcções, emquanto houver processos de queixa ou denuncia.

Art. 331. Um jury de sentença pôde conhecer de diversos processos, si as partes o não recusão; mas prestará novo juramento, quando se lhe entregar cada um delles.

Art. 332. As decisões do jury são tomadas por duas terças partes de votos, sómente para imposição da pena de morte é necessaria a unanimidade; mas, em todo o caso, havendo maioria, se imporá a pena immediatamente menor; as decisões serão assignadas por todos os votantes.

Art. 333. A conferencia do jury, em sua sala particular, é secreta.

Dous officiaes de justiça, por ordem do juiz de direito, serão postados á porta della, para não consentirem que sáia algum jurado, ou que alguém entre, ou se communique por qualquer maneira com os jurados: pena de serem punidos como desobedientes.

A esta disposição sómente ha a limitação marcada no art. 245 para o jury da accusação.

Art. 334. As sessões do jury ou juntas de paz, se farão nos consistorios das igrejas ou capellas, nos logares onde não houver casa publica para isso destinada.

Art. 335. A mesma sentença, que condemnar o réo na pena, o condemnará na reparação da injuria e prejuizos que se liquidaráo no fóro commum, si tal liquidação fór necessaria.

SECÇÃO IV

Julgamento das causas perante o conselho dos jurados

Lei de 31 de Dez. de 1841: Art. 54. As sentenças de pronuncia nos crimes individuaes, proferidas pelos chefes de policia, juizes municipaes, e as dos delegados e subdelegados, que fôrem confirmadas pelos juizes municipaes, sujeitão os réos á accusação e a serem julgados pelo jury, procedendo-se na fórmula indicada no art. 254 e seguintes do Codigo do Processo Criminal.

Art. 55. Si, depois dos debates, o depoimento de uma ou mais testemunhas, ou um ou mais documentos fôrem arguidos de falsos, com fundamento razoavel, o juiz de direito examinará logo esta questão incidente, e a decidirá summaria e verbalmente, fazendo depois continuar o processo da causa principal, e no caso de entender pelas averiguações a que proceder, que concorrem vehementes indícios de falsidade, proporá em primeiro quesito aos jurados, no mesmo acto em que fizer os outros sobre a causa principal: — Si os jurados podem pronunciar alguma decisão a respeito dessa causa principal, sem attenção ao depoimento ou documento arguido de falso.

Art. 56. Retirando-se os jurados, si decidirem affirmativamente esta questão, responderão aos outros quesitos sobre a causa principal; resolvendo-a, porém, negativamente, não decidirão a causa principal, que ficará suspensa e dissolvido este conselho.

O juiz de direito em ambos os casos, remetterá a cópia do documento ou depoimento arguido de falso, com os indiciados delinquentes, ao juiz competente para formação da culpa.

Art. 57. Formada a culpa, no caso de que a decisão da causa principal tenha ficado suspensa, será ella decidida conjuntamente por novo conselho de jurados com a causa da falsidade arguida.

Art. 58. O juiz de direito, depois que tiver resumido a materia da accusação e defesa, proporá aos jurados, sorteados para a decisão da causa, as questões de facto necessarias para poder elle fazer a applicação do direito.

Art. 59. A primeira questão será de conformidade com o libello ; assim o juiz de direito a proporá nos seguintes termos : — O réo praticou o facto (referindo-se ao libello) com tal o tal circumstancia ?

Art. 60. Si resultar dos debates o conhecimento da existencia de alguma ou algumas circumstancias aggravantes não mencionadas no libello, proporá tambem a seguinte questão : — O réo commetteu o crime com tal ou tal circumstancia aggravante ?

Art. 61. Si o réo apresentar em sua defesa, ou no debate allegar como escusa um facto, que a lei reconhece como justificativo, e que o isente da pena, o juiz de direito proporá a seguinte questão : — O jury reconhece a existencia de tal facto ou circumstancia ?

Art. 62. Si o réo fôr menor de 14 annos, o juiz de direito fará a seguinte questão : — O réo obrou com discernimento ?

Art. 63. Quando os pontos da accusação fôrem diversos, o juiz de direito proporá ácerca de cada um delles todos os quesitos indispensaveis e os mais que julgar convenientes.

Art. 64. Em todo o caso, o juiz de direito proporá sempre

a seguinte questão: — Existem circumstancias attenuantes a favor do réo ?

Art. 65. Todas as decisões do jury deverão ser dadas em escrutinio secreto; nem se poderá fazer declaração alguma no processo, por onde se conheça quaes os jurados vencidos, e quaes os vencedores.

Art. 66. A decisão do jury, para applicação da pena de morte, será vencida por duas terças partes de votos ; todas as mais decisões sobre as questões propostas serão por maioria absoluta, e no caso de empate, se adoptará a opinião mais favoravel ao accusado.

O governo estabelecerá o modo pratico de proceder-se á votação no regulamento, que expedir para execução desta lei.

Art. 67. Ao juiz do direito pertence a applicação da pena, a qual deverá ser no gráo maximo, medio ou minimo, segundo as regras de direito, á vista das decisões sobre o facto preferidas pelos jurados.

Art. 68. A indemnisação em todos os casos será pedida por acção civil, ficando revogado o art. 31 do Codigo Criminal, e o § 5º do art. 269 do Codigo do Processo.

Não se poderá, porém, questionar mais sobre a existencia do facto, e sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se achem decididas no crime.

SECÇÃO V

Preparatorios da accusação, accusação e sentença

Reg. de 31 de Jan. de 1843 : Art. 318. Decretada a pronuncia pelo chefe de policia, fará elle, o mais

brevemente que fôr possível, remetter o processo ao escrivão de jury respectivo (o qual fica exercendo perante o juiz municipal as funcções, que exercia o escrivão de paz da cabeça do termo), estejam ou não presos os delinquentes, sejam publicos ou particulares os delictos por que fôrem processados.

Art. 319. Quando a pronuncia fôr decretada pelos delegados ou subdelegados, ordenaráõ estes a remessa, nos termos do artigo antecedente, depois que o processo lhes houver sido devolvido com a sustentação da mesma pronuncia pelo juiz municipal.

Art. 320. Si a pronuncia, porém, houver sido decretada pelo juiz municipal, encarregado de preparar os processos para entrarem em julgamento perante o jury, passará o respectivo processo para o escrivão do mesmo jury, afim de seguir opportunamente os seus termos.

Art. 321. Si os delinquentes estiverem presos fóra da cabeça do termo, em que devão ser julgados, serão, com a precisa antecedencia, para ahi remettidos, quando se houver de reunir o conselho de jurados, ficando na cadeia á ordem do juiz municipal.

Art. 322. O juiz municipal, logo que tiver conhecimento da época da reunião do jury, fará notificar as testemunhas para comparecerem nessa sessão.

As que não comparecerem, ficarão sujeitas aos procedimentos ordenados no art. 53 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Art. 323. Quando houver mais de um juiz municipal, o governo designará qual aquelle que deverá ficar encarregado de preparar os processos para entrarem em julgamento perante o jury.

Art. 324. Logo que o escrivão do jury receber qualquer processo, deverá fazê-lo concluso ao juiz municipal, afim de que ordene as diligencias necessarias para que possa ser submettido ao conhecimento do jury.

Art. 325. Quando o juiz de direito tiver de convocar uma sessão de jurados, officiará ao juiz municipal do termo, onde se houver de reunir o conselho, notificando-lhe o dia e hora em que ha de principiar a sessão.

Esta participação deverá ser feita em tal tempo, que possa razoavelmente chegar á noticia de todos os jurados e habitantes do termo.

Art. 326. No caso em que o mesmo juiz de direito se ache no termo, deverá convocar os outros dous clavicularios da urna dos jurados, e no dia immediato áquelle em que houver officiado, na fôrma do artigo antecedente, procederá na presença dos mesmos clavicularios, ao sorteio dos jurados, que têm de servir na sessão, cujos nomes participará logo ao juiz municipal.

Art. 327. Quando, porém, o juiz de direito se não achar no termo, em que se deve fazer a reunião dos jurados, deverá encarregar ao juiz municipal respectivo, que convoque os outros dous clavicularios, e proceda ao sorteio, de que trata o artigo antecedente, no dia immediato áquelle em que houver recebido a notificação, de que trata o art. 325.

Art. 328. O sorteio deverá ser feito a portas abertas e por um menor, lavrando-se de tudo o que occorrer termo escripto pelo escrivão privativo do jury, no livro destinado para nelle se lançar a lista dos jurados, e especificando-se o nome dos sorteados. As cedulas serão fechadas em urna separada.

Art. 329. Em todo caso, o juiz municipal annunciará logo por editaes a convocação do jury, e o dia em que deverá ter lugar, convidando nomeadamente a comparecer os jurados, que as cédulas indicarem, e declarando que estes hão de servir durante a proxima sessão judiciaria, e devem, assim como todos os interessados, comparecer no dia assignado, sob as penas marcadas na lei, se faltarem.

Art. 330. Os editaes, de quo trata o artigo antecedente, só serão lidos e affixados nos logaros mais publicos das cidades, villas e povoações, publicados pela imprensa, onde a houver, mas serão remettidos pelos juizes municipaes aos subdelegados para os publicar, e mandar fazer as notificações necessarias aos jurados, aos culpados, e ás testemunhas, que se acharem nos seus districtos, enviando-lhes para a notificação das testemunhas os competentes mandados.

Art. 331. O juiz municipal deverá, tres dias antes que comece a sessão, communicar ao juiz de direito quaes os jurados, que fôrão notificados, e quaes não, e por que motivo, afim de que possam ser relevados da pena pelo mesmo juiz de direito, si para isso houver causa justa, ou para providenciar como convier.

Art. 332. A notificação ao jurado se entenderá feita, sempre que, por official de justiça, fôr entregue na casa de sua residencia, uma vez que o mesmo official certifique, que o jurado não está fóra do municipio.

Art. 335. Quando a urna geral se exhaurir, recolher-se-hão nella cédulas novas de todos os jurados apurados.

Art. 336. Quando aconteça, que no principio do mez de

Janeiro ainda se não ache exaurida a urna do anno antecedente, sómente entrarão para ellas os nomes dos jurados novos, e os daquelles, que, supposto já tivessem sido apurados, comtudo ainda não tenham servido, de modo que não aconteça servir um jurado duas vezes, enquanto outros não tenham servido nenhuma (art. 289 do Código do Processo Criminal).

Art. 337. Feita a remessa dos processos, que têm de ser submettidos ao jury, na forma dos arts. 318, 319 e 320 do presente Regulamento, e recebidos pelo respectivo escrivão, deverá o accusador offerer o seu libello perante o juiz municipal, dentro de 24 horas, sob pena de lançamento.

Art. 338. O lançamento sómente poderá ser ordenado pelo juiz municipal, quando o juiz de direito estiver fóra do municipio; mas ainda nesse caso deverá ser-lhe concluso o processo, apenas chegue, para o confirmar ou revogar *ex-officio*.

Nos casos em que o mesmo lançamento importe accusação pela justiça, o juiz de direito no mesmo despacho ordenará, que se dê vista ao promotor, para vir com o seu libello.

Quando, porém, se tratar de dar baixa na culpa, sómente poderá ser ella ordenada pelo juiz de direito, precedendo audiencia do promotor publico, a quem a sentença, depois de proferida, deverá ser intimada.

Art. 339. Quando fór parte a justiça, o escrivão deverá dar vista por tres dias ao promotor publico para offerer o libello accusatorio, podendo esse prazo ser prorogado por mais 48 horas, quando a affluencia de negocios o exigir.

Si findar, porém, sem que o mesmo promotor tenha offercido o dito libello, será multado pelo juiz de direito em 20\$,

dando-se-lhe novamente vista por outro tanto tempo, e si, findo este, ainda não tiver offerecido o libello, será multado em 100\$, e suspenso para ser processado.

Art. 340. Sómente serão admittidos aquelles libellos, que, além de conterem o nome do réo, especificarem por artigos um facto com mais ou menos circumstancias, e concluirem pedindo a imposição de uma pena estabelecida por lei, que será apon-tada, no maximo, médio, ou minimo, quando ella estabelecer essas graduações.

O juiz municipal ou de direito mandará reformar aquelles libellos, que por outro modo fôrem feitos, impondo aos que os assignarem uma multa de 20\$, a 60\$000.

Art. 341. Offerecido o libello, deverá o escrivão do jury preparar uma cópia delle, dos documentos e do rol das testemunhas, que entregará ao réo quando preso, pelo menos tres dias antes do seu julgamento, e ao afiançado, si elle ou seu procurador apparecerem para recebe-lo, exigindo delles re-cibo, que juntará aos autos.

Art. 342. Si o réo quizer offerecer a sua contrariedade escripta, ser-lhe-ha aceita, mas sómente se dará vista do processo original a elle ou a seu procurador, dentro do cartorio do es-crivão, dando-se-lhe, porém, os traslados que quizer.

Art. 343. Os promotores deverão examinar cuidadosa-mente, e com a maior antecedencia possivel, todos os processos em que a justiça fôr parte, e extrahir delles as necessarias notas, afim de requerer em tempo, que se proceda ás diligencias e se procurem os documentos que possuem ser necessarios, e tudo quanto fôr a bem, para sustentar a accusação.

Para esse fim o juiz municipal, antes de aberta a sessão, ou

o juiz de direito, depois da abertura della, lhes mandarão entregar os processos, quando o requererem, por um prazo breve.

Art. 344. No dia assignado para a reunião, achando-se presentes o juiz de direito, escrivão, jurados, o promotor publico, e as partes accusadoras, havendo-as, principiará a sessão pelo toque da campainha.

Em seguida, o juiz de direito abrirá a urna das 48 cédulas, e verificando publicamente que se achão todas, as recolherá outra vez, feita logo a chamada dos jurados pelo escrivão, para verificar si se achão presentes em numero legal, que é o de 36 pelo menos.

Art. 345. Feita a chamada, e averiguado o numero de jurados presentes, o juiz de direito tomará conhecimento das excusas dos que faltarem, relevando-os da multa, ou condemnando-os, como fôr justo, e quando se não ache completo o numero legal, proceder-se-ha na forma do art. 315 do Codigo do Processo Criminal, afim de completar-se.

Art. 346. Logo que se tenha reunido o numero legal, deverá o juiz de direito declarar aberta a sessão; quando, porém, depois de uma espera razoavel, não se completar, annunciará as multas, que houver imposto aos jurados, que faltarem, ou se ausentarem, e levantará a sessão, adiando-a para o dia seguinte, si não fôr domingo.

Art. 347. Formado o tribunal, e praticado o que se acha disposto nos artigos antecedentes, será admittido o juiz municipal a apresentar todos os processos, que tiver formado, ou recebido, e que devem ser julgados pelo jury, os quaes deverão estar preparados com o competente libello das partes e necessarias diligencias.

Art. 348. Immediatamente o escrivão fará a chamada de todos os réos presos, dos que se livrão soltos ou afiançados, dos accusadores ou autores, e das testemunhas, que constar terem sido notificadas para comparecer naquella scessão, e notará as faltas das que não estiverem presentes (art. 240 doCodigo do Processo Criminal).

Art. 349. A respeito dos réos, autores ou accusadores, que faltarem, observar-se-ha o que está disposto nos arts. 220 e 221 doCodigo do Processo Criminal, e nos crimes em que tem logar a denuncia, o juiz de direito não julgará a accusação perempta, porém ordenará ao promotor publico, que proceda na accusação.

Art. 350. O juiz de direito, depois do lançamento do accusador, mandará fazer o feito conclusivo, sempre que julgar necessario maior exame, ou entender, que tem logar a baixa na culpa, que nunca deverá ordenar sem audiencia prévia do promotor publico, na fórma do art. 338.

Art. 351. A chamada dos autores, réos e testemunhas será feita pelo porteiro, á porta do tribunal, em altas vozes, e de assim o haver cumprido passará certidão, que se juntará aos autos.

Art. 352. O juiz de direito, onde não houver porteiro do jury, nomeará para servir esse logar um official de justiça.

Art. 353. Si o juiz de direito nos autos, que fôrem apresentados para julgamento do jury, achar alguns que não sejam da competencia desse tribunal, os fará por seu despacho remetter ao juizo, donde tiverem vindo, com as explicitas razões da incompetencia e indicação dos termos, que se deverem seguir.

Art. 354. Si nos que fôrem da competencia do jury encontrar qualquer nullidade ou falta dos esclarecimentos precisos, procederá na fôrma do § 2 do art. 200 do presente Regulamento.

SECÇÃO V

Accusação e julgamento

Reg. de 31 de Jan. de 1842. Art. 355. Depois de terem comparecido os autores e os réos, ou seus legítimos procuradores, ou tomada a accusação pela justiça, mandará o juiz de direito chamar as testemunhas e recolhe-las em logar, donde não possam ouvir os debates nem as respostas umas das outras.

O mesmo se praticará com as testemunhas que tiverem do ser inquiridas em quaesquer processos policiaes ou criminaes.

Art. 356. As testemunhas deverão ser apresentadas em rol pelo accusador e réo, para serem por elle chamadas.

Art. 357. Recolhidas as testemunhas, na fôrma do art. 355, proceder-se-ha ao sorteio de 12 jurados, para a formação do conselho, sendo as cedulas tiradas da urna por um menor, o observando-se o disposto nos arts. 275, 276, 277 e 278 doCodigo do Processo Criminal, até que aquella formação se effectue.

Art. 358. Formado o conselho e prestado o juramento, segundo a fórmula junta ao art. 253 do Codigo do Processo Criminal, o que deverá ser certificado pelo escrivão na respectiva acta, o juiz de direito procederá ao interrogatorio do réo, que será escripto, e junto ao processo, que dirigirá nos termos dos arts. 259, 260, 261, 262, 263, 264 e 265 do dito Codigo.

Art. 359. Na occasião do debate (mas sem interromper a

quem estiver fallando) pôde qualquer juiz de facto fazer as observações, que julgar convenientes, fazer interrogar de novo alguma testemunha, requerendo-o ao juiz do direito, e pedir que o jury vote sobre qualquer ponto particular de facto, que julgar importante.

A estes requerimentos dará o juiz de direito a consideração que merecerem, mas deverá fazê-los escrever no processo, bem como o seu deferimento, para que constem a todo o tempo.

Art. 360. Si, depois dos debates, o depoimento de uma ou mais testemunhas, ou um ou mais documentos fôrem arguidos de falsos, com fundamento razoavel, quer pelas partes, quer pelo promotor publico, o juiz de direito examinará mui diligente e escrupulosamente o fundamento dessa arguição, e por si só decidirá summaria e verbalmente, fazendo reduzir tudo a um só termo, em que se declare a natureza da arguição, as razões ou fundamentos della, as averiguações, exames e mais diligencias a que se procedeu, e em virtude das quaes se julgou ou não procedente a mesma arguição, o será esse termo assignado pelo dito juiz e partes.

Art. 361. No caso de entender o juiz de direito, pelas averiguações a que proceder, que concorrem vehementes indícios da falsidade arguida, ou de outra qualquer occorrente, proporá como primeiro quesito aos jurados, na mesma occasião em que fizer os outros sobre a causa principal, o seguinte :—Pôde o jury pronunciar alguma decisão definitiva sobre a causa principal, sem attenção ao depoimento ou documento arguido defalso ?

Art. 362. Retirando-se os jurados para a sala das suas conferencias, em que devem estar sós, e a portas fechadas, na forma do art. 373 do presente Regulamento, examinarão, si, no

caso de se provar a arguida falsidade do depoimento ou documento, poderá ella influir sobre a decisão da causa principal, de maneira que essa decisão tenha necessariamente de ser differente, nesse ou no caso contrario: e quando depois de conferenciarem, decidirem affirmativamente sobre o primeiro quesito, isto é, se certificarem de que a questão incidente da falsidade lhes não impede ajuizar e decidir sobre a causa principal, assim o declararão, e responderão aos outros quesitos.

Art. 363. Si os jurados, porém, resolverem negativamente a questão, logo suspenderão o acto, e nada mais decidirão sobre a causa principal, e o jury apresentará ao juiz de direito esta sua resolução:— O jury não pôde pronunciar decisão definitiva sobre a causa principal, sem attenção ao depoimento ou ao documento arguido de falso.

E com isto se haverá o conselho por dissolvido.

Art. 364. O juiz de direito, em ambos os casos, remetterá o documento ou depoimento arguido de falso, e todos os documentos e esclarecimentos obtidos com os indiciados delinquentes ao juiz competente para a formação da culpa.

Art. 365. Formada a culpa da falsidade, e feita a remessa do processo e dos delinquentes na fórma dos arts. 318, 319, 320 e 321 do presente Regulamento, e no caso de que a decisão da causa principal tivesse ficado suspensa, será ella decidida conjuntamente por novo conselho de jurados (no qual não poderá entrar nenhum dos membros que formáram o primeiro), com a causa da falsidade arguida, na mesma sessão do jury, si chegar a tempo, ou na immediatamente seguinte.

Art. 366. Em todos os casos, achando-se a causa em estado de ser decidida por parecer aos jurados, que nada mais

resta para examinar, o juiz de direito resumirá, com a maior clareza possível toda a materia da accusação e da defesa, e as razões expendidas pró ou contra, e depois proporá aos jurados sorteados as questões de facto necessarias para poder fazer applicação do direito, da maneira indicada nos arts. 59, 61, 62, 63 e 64 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Art. 367. Quando o juiz do direito, com referencia ao libello, tiver de propôr a questão, nos termos do art. 59 da Lei citada, e entender, que alguma circumstancia exposta no dito libello não é absolutamente connexa e inseparavel do facto, de maneira que não possa este existir ou subsistir sem ella, dividirá em duas a mesma questão:

1. ° O réo praticou o facto ? (do que constar o libello).
2. ° O réo praticou o facto mencionado, com a circumstancia tal?

Art. 368. No caso do dito art. 59 e do art. 60 da mesma Lei, o juiz de direito repetirá a questão tantas vezes quantas fôrem as circumstancias aggravantes de que se tiver apresentado revestido o delicto, pela maneira seguinte:

1. ° O réo commetteu o delicto com tal circumstancia aggravante ?
2. ° O réo commetteu o delicto com a circumstancia aggravante tal ?
3. ° Etc., etc.

Art. 369. Si o réo apresentar em sua defesa, ou no debate allegar como escusa um facto, que a lei reconhece como justificativo, e que o isente da pena, o juiz de direito proporá a seguinte questão :

O jury reconhece a existencia de tal facto ou circumstancia ?
(Art. 61 da Lei de 3 Dezembro de 1841).

E o jury responderá :—Sim, por unanimidade, o jury reconhece a existencia de tal facto ou circumstancia.

Não, por tantos votos, o jury não reconhece a existencia de tal facto ou circumstancia.

Art. 370. Si o réo fôr menor de 14 annos, o juiz de direito fará a seguinte questão :

O réo obrou com discernimento ? (Art. 62 da Lei de 3 de Dezembro de 1841).

E o jury responderá :—Sim, por unanimidade, o réo obrou com discernimento.

Não, por unanimidade, o réo não obrou com discernimento.

Art. 371. No caso do art. 63 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, quando o juiz de direito tiver de fazer differentes quesitos, sempre os proporá em proposições simples, e bem distinctas, de maneira que sobre cada um delles possa ter logar sem o menor equivoco ou ambibologia a resposta.

Art. 372. Para responder ao quesito do art. 64 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, a saber :—Existem circumstancias attenuantes a favor do réo ?—Proceder-se-ha da seguinte maneira :

O presidente do jury lerá o art. 18 doCodigo Criminal e depois proporá a votação : — Si existem circumstancias attenuantes a favor do réo ?

Si a resposta fôr negativa, fará immediatamente escrever a resposta :—Não existem circumstancias attenuantes a favor do réo.

Si, porém, fôr affirmativa, não a fará escrever, mas irá pondo á votação a existencia de cada uma das circumstancias, que aquelle artigo menciona, e quando se decidir, que existe alguma, fará escrever : —Existe a circumstancia attenuante de

(por exemplo) não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal, e directa intenção de o praticar.

E assim a respeito das mais.

Art. 373. Propostas as questões pelo juiz de direito e por escripto nos autos, os jurados se recolherão á sala das suas conferencias, e ahi sós, e a portas fechadas, principiarão por nomear dentro os seus membros, em escrutinio secreto, por maioria absoluta de votos, o seu presidente e um secretario; depois do que conferenciarão sobre cada processo, que fôr submettido ao seu exame pela maneira seguinte.

Art. 374. O secretario fará a leitura do libello, da contrariedade, de qualquer outra peça do processo, que o presidente julgar conveniente, ou algum dos membros requerer, e das questões propostas pelo juiz de direito.

Art. 375. Finda a leitura, admittidas as observações, que cada um dos membros tiver para fazer, e ultimada a discussão, o presidente porá a votos separadamente, e pela ordem em que se acharem escriptas, as questões propostas pelo juiz de direito, para o que estará sobre a mesa o escrutinio, e terão os membros do jury uma porção de pequenos cartões, em que estarão escriptas as palavras—Sim—Não.

Art. 376. Começando o presidente pela primeira questão, declarará que vai pôr á votação:—Si o réo F. praticou tal facto?

E immediatamente lançará no escrutinio, com toda a cautela, o cartão indicativo do seu voto, e o mesmo farão o secretario e todos os mais membros, pelos quaes correrá o escrutinio.

Art. 377. Quando todos tiverem votado, o presidente tomará o escrutinio, e, verificada a votação pelo conselho,

conforme o resultado della, mandará escrever pelo secretario a resposta, por uma das maneiras seguintes :

No caso de ser affirmativa.—O jury respondeu á 1ª questão :—Sim, por unanimidade, o réo F. praticou tal facto.

O jury respondeu á 1ª questão :—Sim, por tantos votos, o réo F. praticou tal facto.

No caso de negativa.—O jury respondeu á 1ª questão :—Não, por unanimidade, o réo F. não praticou tal facto.

O jury respondeu á 1ª questão :—Não, por tantos votos, o réo F. não praticou tal facto.

No caso de empate. —O jury responde á 1ª questão :—Sim, o réo F. praticou tal facto.—Não, o réo F. não praticou tal facto.—Por igual numero de votos.

Art. 378. Da mesma maneira se procederá a respeito de cada uma das outras questões, até que, dadas e escriptas todas as respostas, voltem os jurados á sala da sessão, e ahi as apresente o presidente da conferencia ao juiz de direito, que na conformidade dellas proferirá a sentença.

Art. 379. A resposta a cada um dos quesitos ou questões, depois de declarar o seu numero, como por exemplo :—O jury respondeu á 1ª questão, o jury respondeu á 2ª questão, etc.,—começará sempre pelas palavras—Sim—ou—Não,—seguindo-se depois a declaração do numero de votos vencedores, e depois a repetição das palavras do mesmo quesito com o acrescimo unicamente da affirmativa ou negativa, como nos exemplos postos nos artigos antecedentes.

SECÇÃO VII

Sentença

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 380. Si a decisão do jury fôr negativa, o juiz de direito absolverá o accusado, ordenando immediatamente a sua soltura, si estiver preso.

Art. 381. Si a decisão fôr affirmativa, o juiz de direito condemnará o réo na pena correspondente no grão maximo, médio, ou minimo, segundo as regras de direito, á vista das decisões do jury sobre o facto e suas circumstancias.

Art. 382. Si a decisão fôr empatada por igual numero de votos affirmativos e negativos, a sentença será proferida, conforme a opinião mais favoravel ao accusado.

Art. 383. Quando o delicto fôr daquelles em que tenha logar a pena de morte, sómente será imposta ao réo, quando a decisão affirmativa do jury tiver sido unanimo, ou por duas terças partes de votos, não sómente sobre o facto principal como tambem sobre cada uma das circumstancias aggravantes, cuja existencia a lei requer; aliás se lhe imporá a pena immediatamente menor pela decisão da maioria absoluta.

Art. 384. Todas as decisões do jury deverão ser dadas em escrutinio secreto; nem se poderá fazer declaração alguma no processo, por onde se conheça quaes os jurados vencidos e quaes os vencedores (art. 65 da Lei de 3 de Dezembro de 1841).

Art. 385. Si se tratar de crime por abuso de expressão do pensamento, além do que fica disposto se observará o que a

respeito delle dispoem os arts. 271, 272, 273 e 274 do Codigo do Processo Criminal.

Lei de 30 de Set. de 1871 : Art. 39 § 1. É derogado o art. 66 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e restabelecido o art. 332 do Codigo do Processo Criminal.

TITULO III — Processos espeziaes

CAPITULO I

TERMOS DE BEM-VIVER E SEGURANÇA

SECÇÃO I

Bem-viver

Cod. do Proc.: Art. 121. O juiz de paz, a quem constar, que existe no respectivo districto algum individuo em circumstancias dos que se achão indicados nos §§ 2 e 3 do art. 12, o mandará vir á sua presença, com as testemunhas que souberem do facto; si a parte requerer prazo para dar defesa, conceder-se-ha um improrogavel, e provado, mandará ao mesmo individuo, que assigne termo de bem-viver, em o qual se fará menção, na presença do réo, das provas apresentadas pró ou contra, do modo de bem-viver prescripto pelo juiz, e da pena comminada, quando o não observe.

Art. 122. Quebrado o termo, o juiz de paz, por um processo conforme ao que fica disposto no artigo antecedente, imporá ao réo a pena comminada, que será tantas vezes repetida, quantas fôrem as reincidencias.

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 111. Os

chefes de policia, delegados, subdelegados e juizes do paz, aos quaes constar, que existem nos seus districtos, ou a quem forem apresentados alguns vadios e mendigos, nos termos dos arts. 295 e 296 do Codigo Criminal, bebados por habito; prostitutas, que perturbem o socego publico; turbulentos, que por palavras e acções offendão os bons costumes, a tranquillidade publica e a paz das familias, procederão immediatamente na conformidade do disposto nos arts. 121, 122, 123 e 124 do Codigo do Processo Criminal, obrigando-os a assignar termo de bem-viver, e comminando-lhes pena, para o caso em que o quebrem.

E tende noticia, por qualquer maneira, de que o termo foi quebrado, procederão segundo o que se acha disposto nos arts. 206, 207, 208, 209 e 210 do mesmo Codigo, afim de que possam ser impostas aos transgressores as penas marcadas nos arts. 12 § 3, 121 e 122 do já citado Codigo.

SECÇÃO II

Segurança

Cod. do Proc.: Art. 123. Todo o official de justiça poderá *ex-officio*, ou qualquer cidadão, conduzir á presença do juiz de paz do districto a qualquer que fór encontrado junto ao logar, onde se acaba de perpetrar um crime, tratando de esconder-se, fugir ou dando qualquer outro indicio desta natureza, ou com armas, instrumentos, papeis e effeitos, ou outras cousas, que fação presumir cumplicidade em algum crime, ou que pareçam furtadas.

Art. 124. Si o juiz, perante quem fór levado o suspeito, entender, que ha fundamento razoavel (depois de ouvi-lo e ao

conductor) para acreditar-se, que elle tenta um crime ou é complice ou socio em algum, o sujeitará a termo de segurança até justificar-se.

Art. 125. O mesmo pôde fazer o juiz toda a vez que alguma pessoa tenha justa razão de temer, que outra tenta um crime contra ella ou seus bens.

Art. 126. O conductor ou as partes queixosas devem dar juramento e provar com testemunhas (ou documentos, quando lhes fôr possível) sua informação escripta; o accusado pôde contesta-la verbalmente, e provar tambem sua defesa antes que o juiz resolva; e por isso, no segundo caso, deve ser notificado para vir á presença do mesmo juiz.

Art. 127. O juiz, si a gravidade do caso o exigir, porá a parte queixosa sob a guarda de officiaes de justiça ou outras pessoas aptas para guarda-la, enquanto o accusado não assigne o termo.

Art. 128. Si o accusado destroe as presumpções ou provas do conductor ou queixoso, o juiz o mandará em paz, mas nem por isso fica o conductor ou queixoso sujeito a pena alguma, salvo havendo manifesto dolo.

Art. 129. Estes termos de segurança seguem todas as regras estabelecidas para as fianças dos réos, que se pretendem livrar soltos.

Art. 130. Estes termos serão escriptos pelo escrivão, assignados pelo juiz, testemunhas e partes; quando estas não queirão assignar, ou não souberem escrever, o fará por ellas uma testemunha.

Reg. de 31 de Jan. de 1843.: Art. 119. Quando

alguma pessoa tiver justa razão para temer, que outra tente um crime contra ella, o fará saber por meio de petição ao chefe de policia, delegado, subdelegado ou juiz municipal, e qualquer delles a attenderá, procedendo immediatamente nos termos dos arts. 124, 126, 127, 128, 129 e 130 do Código do Processo Criminal.

Art. 113. Si fôr apresentado ao chefe de policia, delegado ou subdelegado, por alcaide, official do justiça, pedestre ou qualquer cidadão, um individuo encontrado junto ao logar, em que se acaba de perpetrar um delicto, tratando de esconder-se, fugir, ou dando qualquer outro indicio desta natureza, ou com armas, instrumentos, papeis, ou outras cousas que fação presumir complicitade, ou que tenta algum crime, ou que pareção furtadas, a autoridade policial procederá da mesma fórma, sujeitando-o a termo de segurança até justificar-se.

CAPITULO II

PROCESSO POLICIAL

seção I

Desobediencia

Cod. de Proc.: Art. 203. O que desobedecer ou injuriar o juiz, ou qualquer autoridade a que seja subordinado, ao inspector, escriptão e officiaes de justiça ou patrulhas em actos de seus officios, será processado perante o juiz de paz do districto, em que fôr commettida a desobediencia ou injuria, e sendo este o desobedecido ou injuriado perante o juiz suppleto.

Art. 204. Os juizes, autoridades, inspectores, escriptaes e officaes de justiça ou patrulhas desobedecidas ou injuriadas, prenderão em flagrante, e levarão o facto ao conhecimento do juiz de paz respectivo, por uma exposição circumstanciada, por elles escripta e assignada, e com declaração das testemunhas, que fôrão presentes; á vista della mandará o juiz de paz citar o delinquente e proceder em tudo segundo vai disposto no capitulo seguinte.

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 486. O processo pela desobediencia ou injuria, de que tratão os arts. 203 e 204 do Codigo do Processo Criminal, será organizado pelos chefes de policia, juizes municipaes, delegados e subdelegados.

Quando fôr o chefe de policia ou o juiz de direito o desobedecido ou injuriado, será organizado pelo juiz municipal, e quando este o houver sido, ou o delegado, ou subdelegado, será feito pelos supplentes.

SECÇÃO II

Sentença no juizo de paz

Cod. do Proc. : Art. 205. Apresentada ao juiz de paz uma denuncia de contravenção ás posturas das camaras municipaes, ou queixa de crime, cujo conhecimento e decisão final lhe compete, mandará citar o delinquente para a sua primeira audiencia (que nunca será a do mesmo dia da citação).

Art. 206. Não havendo queixa, ou denuncia, mas constando ao juiz de paz, que se tem infringido as posturas, lei policial, ou termo de segurança, e do bem-viver, manda á

formar auto circunstanciado do facto, com declaração das testemunhas, que nelle hão de jurar, e citar o delinquente, na fórma do artigo antecedente.

Art. 207. O escrivão ou official de justiça permittiráo ao delinquente a leitura do requerimento ou auto, e mesmo copia-lo, quando o queira fazer.

Art. 208. Não comparecendo o delinquente na audiencia aprazada, o juiz dará á parte juramento sobre a queixa, inquirirá summariamente as suas testemunhas, e decidirá condemnando ou absolvendo o réo.

Art. 209. Comparecendo o delinquente, o juiz lhe lerá a queixa, ouvirá a sua defesa (que sendo verbal o escrivão a escreverá), inquirirá as testemunhas, e fará ás partes as perguntas, que entender necessarias; depois do que lhes dará a palavra, si a pedirom, para vocalmente por si, ou seus procuradores, deduzirem o que lhes parecerem a bom de seu direito.

Art. 210. O juiz dará a sentença nesta mesma audiencia, ou quando muito na seguinte.

Art. 211. Esta sentença passa em julgado dentro de 5 dias, e será executada; mas si qualquer das partes, dentro desse tempo, recorrer para a junta do paz, o escrivão escreverá o recurso, por termo assignado pela parte, e fará dos autos a competente remessa, suspensa a execução.

Art. 212. Taes recursos não terão logar:

§ 1. Quando os juizes punirem seus officiaes omissos com prisão, que não passe de 5 dias.

§ 2. Quando punirem as testemunhas, que não obedecerem ás

suas notificações: no entretanto ficam uns e outros o direito de vindicarem a injúria, e responsabilisarem o juiz pelos meios ordinarios.

SECÇÃO III

Ajuntamentos illicitos e sociedades secretas

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 129. Os chefes de policia, delegados, subdelegados e juizes municipaes terão todo o cuidado em que não se formem nos seus districtos, de dia ou de noite, quaesquer ajuntamentos illicitos, havendo por taes os especificados no art. 285 do Codigo Criminal, e no art. 2 da Lei de 6 de Junho de 1831 (*), estejam ou não armados os reunidos.

Art. 130. A respeito de taes ajuntamentos e das sociedades secretas, procederão as ditas autoridades da maneira declarada no Codigo Criminal nos arts. 282, 283, 284, 289 e seguintes.

SECÇÃO IV

Contravenções das posturas das camaras municipaes e crimes da alçada policial

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 128. No processo e julgamento de taes contravenções e crimes, observarão as autoridades policiaes o que está determinado nos art. 205, 206, 207, 208, 209 e 210 do Codigo do Processo Criminal, com appellação para a Relação do districto, quando as sentenças fôrem proferidas pelos chefes de policia, e para o juiz de direito, quando o fôrem pelos delegados, subdelegados e juizes municipaes.

(*) Esta lei está revogada pelo art. 3 da lei de 1 de Set. de 1860.

SECÇÃO V

Testemunhas e tempo para a sentença

Decr. de 6 de Jul. de 1859: Art. 1. Nos processos, de que trata o art. 205 do Código do Processo Criminal, poderão ser inquiridas tantas testemunhas, quantas fôrem necessárias para o descobrimento da verdade.

Art. 2. Sómente por impedimento invencível e declarado na sentença, poderá esta ser proferida depois da segunda audiência.

SECÇÃO VI

Processo e julgamento das infracções de posturas municipaes

Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 45. Compete aos juizes de paz o julgamento das infracções de posturas municipaes com appellação, no effeito suspensivo, para os juizes de direito.

§ 1. Lavrado o auto da infracção com assignatura de duas testemunhas, será remettido ao procurador da camara municipal, e este, antes de requerer a execução judicial, dará aviso á parte infractora para pagar a multa, quando a pena fôr sómente pecuniaria.

§ 2. Na falta de pagamento voluntario da multa, será apresentado o auto da infracção com requerimento do procurador da camara municipal ao juiz de paz, que mandará intimar com a cópia do mesmo auto a parte infractora para comparecer na primeira audiência, citadas tambem as testemunhas, que o tiverem assignado.

§ 3. Si não comparecer nem mandar escusa relevante, será julgado á revelia em vista do auto.

Apresentada e aceita a escusa, será adiado o julgamento para a seguinte audiencia.

§ 4. Si a parte infractora comparecer, lhe será lido o auto, e querendo contesta-lo, o juiz mandará escrever as suas allegações, e juntar os documentos que offerecer; inquirirá as testemunhas da accusação, e as que fôrem apresentadas pelo réo, até o numero de tres, e proferirá a sua decisão na mesma audiencia ou quando muito na seguinte.

§ 5. Si a parte condemnada quizer appellar, poderá faze-lo, ou verbalmente logo em audiencia, ou por escripto no prazo de 48 horas; e tomado por termo o seu requerimento, immediatamente o escrivão fará os autos conclusos ao juiz de direito, remetendo-os directamente a elle, si estiver no logar, ou, em sua ausencia, para o cartorio do escrivão do jury, afim de serem apresentados ao juiz de direito, quando chegar.

§ 6. A demora dos escrivãos na remessa e apresentação dos autos será punida pelo juiz de direito com a multa de 10\$ a 30\$000.

Art. 46. No fim de cada trimestre os juizes de paz remetterão á camara municipal uma relação das infracções de posturas, que tiverem julgado durante aquelle prazo, declarando as condemnações e absolvições, e bem assim as appellações que se derem.

SECÇÃO VII

Preparo do processo nos crimes policiaes

Reg. de 22 de Nov. de 1842 : Art. 47. Os chefes, delegados e subdelegados de policia, os supplentes dos juizes

municipaes e os substitutos dos juizes de direito das comarcas especiaes, organizarão o processo preparatorio das infracções dos termos de segurança e bem-viver, e dos crimes, a que não está imposta pena maior que a multa de 100\$, prisão, degredo ou desterro até 6 mezes, com multa ou sem ella, e 3 mezes de casa de correcção ou officinas publicas.

Art. 48. Apresentada a queixa ou denuncia de um desses crimes, a autoridade preparadora mandará citar o delinquente para ver-se processar na primeira audiencia.

§ 1. Terá logar a mesma citação, si, independente de queixa ou denuncia, constar a existencia de crime policial, e neste caso se procederá préviamente ao auto circunstanciado do facto, com declaração das testemunhas, que nelle hão de jurar, e que serão de duas a cinco.

§ 2. O escrivão ou official de justiça permittirá ao delinquente a leitura do requerimento ou auto, e mesmo copia-lo, quando o queira fazer.

§ 3. Não comparecendo o delinquente na audiencia aprazada, a autoridade dará á parte o juramento sobre a queixa, e inquirirá summariamente as suas testemunhas, reduzindo-se tudo a escripto.

§ 4. Comparecendo o delinquente, a autoridade lho fará a leitura da queixa, depois de tomar o juramento ao queixoso, ou o auto do § 1, receberá a defesa, inquirirá as testemunhas, e fará as perguntas, que entender necessarias, sendo tudo escripto nos autos, aos quaes mandará juntar a exposição e documentos, que a parte offerecer.

§ 5. Si as testemunhas não puderem ser inquiridas na primeira audiencia, continuará o processo nas seguintes, até que estejam colhidos todos os esclarecimentos necessarios.

§ 6. Terminado o processo preparatorio, poderão as partes, dentro de 24 horas, contadas da ultima audiencia, examinar os autos no paritorio e offerecer as allegações escriptas, que julgarem convenientes a bem de seu direito, regulando-se o prazo de modo, que não seja prejudicada a defesa.

Si houver mais de um réo, o prazo será de 48 horas.

§ 7. Findo o prazo, a autoridade, analysando as peças do processo, omitirá seu parecer fundamentado, e mandará, que os autos sejam remettidos ao juiz, que tiver de proferir a sentença.

§ 8. Essa remessa se fará dentro das 48 horas decerridas da ultima audiencia, sob pena de multa de 20% a 100%, que pela autoridade julgadora será imposta a quem dar causa á demora.

§ 9 São competentes para proferir a sentença, nas comarcas especiaes, os juizes de direito, e nos termos das comarcas garças, os juizes municipaes.

CAPITULO III

PROCESSO DE CONTRABANDO

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 286. O juiz municipal conhecerá e julgará definitivamente o crime de contrabando, na fórma do art. 17 § 1 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, por via de denuncia dada pelo promotor publico, ou por qualquer do povo, e revestida das formalidades exigidas nos arts. 78 e 79 doCodigo do Processo Criminal, ou *ex-officio*.

Art. 287. O juiz municipal, recebendo a denuncia, si não a achar em conformidade dos ditos artigos, a mandará emendar, tendo o maior escrupulo em exigir a bem clara e circunstanciada exposição do facto criminoso, isto é, do como,

quando, e sobre que generos e mercadorias se commetteu o contrabando, e bem assim a declaração (pelo menos approximada, e quanto fôr possível) do seu valor, o qual será regulado pelas pautas das alfandegas e consulados.

Art. 388. Tomada e autuada a denuncia, o juiz municipal mandará citar o denunciado para a sua primeira audiencia, que nunca será a do mesmo dia da citação.

Art. 389. Comparecendo o denunciado, o juiz municipal, com citação do promotor publico ou do denunciante, lhe fará os interrogatorios necessarios na conformidade dos arts. 98 e 99 do Codigo do Processo Criminal, e quando o mesmo denunciado, respondendo aos interrogatorios, declarar, que tem a allegar defesa, e produzir provas, o juiz municipal lhe assignará para isso o prazo de 5 dias, que por motivo justificado poderá prorogar por outros cinco.

Art. 390. No prazo assignado, e que sómente correrá depois que o respectivo escrivão tiver dado ao denunciado o traslado da denuncia, e dos documentos com que houver sido instruida, apresentará este a sua defesa por escripto, assignada por advogado, declarando nesse mesmo acto as testemunhas, que tem a produzir, e que não poderão ser substituidas por outras.

Art. 391. A nomeação das testemunhas, tanto do denunciante, como do denunciado, será feita de maneira que bem as faça conhecer para evitar qualquer fraude, declarando-se os seus nomes, estado, profissão, domicilio ou residencia.

Art. 392. Apresentada a defesa do pronunciado, o juiz em audiencia fará assignar uma dilação de 10 dias improrogaveis para a inquirição das testemunhas de ambas as partes ;

finda essa dilação, com as provas, ou sem ellas, se farão os autos conclusos para serem definitivamente julgados, com absolvição ou condemnação do réo.

Art. 393. Si o denunciado não tiver comparecido na audiência para que fôra citado, ou si, tendo comparecido, renunciar á defesa, o processo seguirá á revelia, e o juiz inquirindo as testemunhas do denunciante, decidirá definitivamente, condemnando ou absolvendo o réo.

Art. 394. Independentemente da denuncia, deverá o juiz municipal, *ex-officio*, conhecer do crime de contrabando, cuja existencia por qualquer maneira lhe vier á noticia.

Art. 395. Nesse caso ao processo determinado no art. 388 e seguintes precederá um auto, em que o juiz municipal fará declarar a noticia, que teve da existencia do delicto, com as circumstancias exigidas no art. 367, e inquirirá sobre elle até tres testemunhas, que verifiquem essa existencia ; sem o que não proseguirá.

CAPITULO IV

DENUNCIA DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS EMPREGADOS PUBLICOS E FÓRMA DO PROCESSO RESPECTIVO

Cod. do Proc. : Art. 150. Todo o cidadão póde denunciar, ou queixar-se perante a autoridade competente, do qualquer empregado publico, pelos crimes de responsabilidade, no prazo de tres annos, para que *ex-officio* se proceda, ou se mande proceder contra os mesmos na fôrma da lei.

Art. 151. A queixa ou denuncia póde ser apresentada a qualquer das camaras legislativas ou ao governo, ou aos

presidentes das provincias, ou ás autoridades judiciaes, a quem competir o conhecimento do facto.

Art. 132. A queixa ou denuncia só se admittirá por escripto, e deve conter :

1.º A assignatura do queixoso ou denunciante, reconhecida por tabellião ou escrivão do juizo, ou por duas testemunhas.

2.º Os documentos ou justificação que fação acreditar a existencia do delicto, ou uma declaração concludente da impossibilidade de apresentar alguma destas provas.

Art. 133. Qualquer das camaras legislativas, ou o governo ou os presidentes de provincia, a quem uma queixa ou denuncia fôr apresentada, depois dos esclarecimentos que entender necessarios, si a julgar concludente, a onviará ás camaras legislativas ou ao governo, e este e os presidentes das provincias á autoridade judiciaria, a quem competir, para proceder na fórma da lei.

O governo e presidentes, além disso, darão as providencias, que couberem nas suas attribuições.

Art. 134. A acção para verificar a responsabilidade dos empregados publicos, deverá ser intentada, *ex-officio*, pela autoridade judiciaria, ou por ordem superior, dentro em oito annos depois do crime commettido.

Será, porém, dentro do anno e dia :

1.º Sendo intentada pelo proprio queixoso.

2.º Quando qualquer do povo a fizer por infracção da constituição, usurpação do exercicio de algum dos poderes publicos, contra a segurança interna ou externa do Estado, e por suborno, peita, peculato ou concussão.

O estrangeiro tambem a póde fazer, mas em causa propria sómente.

Art. 155. A formação da culpa dos empregados publicos compete :

§ 1. Ao Supremo Tribunal de Justiça nos crimes de responsabilidade dos seus membros, e dos das Relações, dos empregados do corpo diplomatico e dos presidentes de provincia.

§ 2. Às Relações ou (nas provincias em que ellas não estiverem collocadas) á autoridade judicial, que residir no lugar, nos crimes de responsabilidade dos commandantes militares e dos juizes de direito.

§ 3. Aos conselhos de investigação nos crimes de responsabilidade dos empregados militares.

§ 4. Às justicas ecclesiasticas nos crimes de responsabilidade dos empregados ecclesiasticos, para imposição sómente das penas espirituaes decretadas pelos canones recebidos.

Art. 156. Toda autoridade judiciaria é a competente para formar culpa aos officiaes que perante as mesmas servirem.

Art. 157. O Supremo Tribunal de Justiça, as Relações e mais autoridades judicias, quando lhes fôrem presentes alguns autos ou papeis, si nelles se encontrar crime de responsabilidade, formarão culpa a quem a tiver, sendo de sua competencia, e não o sendo, remetterão cópia authentica dos papeis, ou da parte dos autos que contiver o crime, á autoridade judiciaria competente para a formação da culpa.

Esta cópia será extrahida por qualquer escrivão do juizo ou pelo secretario do tribunal, e concertada por outro escrivão ou tabellião qualquer.

Art. 158. No Supremo Tribunal de Justiça proceder-se-ha na fórma da Lei de 18 de Setembro de 1828 e mais disposições posteriores.

Art. 159. As Relações e mais juizes, a quem compete a formação da culpa, logo que fôr presente uma queixa ou denuncia concludente, contra qualquer empregado publico da sua competencia, fará ouvir a este, por escripto, depois do que proceder-se-ha nos termos da pronuncia.

Art. 160. O denunciado ou aquelle contra quem houver queixa, não será ouvido para formação da culpa :

§ 1. Quando estiver fóra do districto da culpa.

§ 2. Nos crimes em que não tem logar a fiança.

§ 3. Quando não se souber o logar da sua residencia.

É districto da culpa aquelle logar, em que foi commettido o delicto ou onde residir o réo, ficando á escolha do queixoso.

Art. 161. Quando a Relação conhecer do crime de responsabilidade de sua competencia, o ministro, a quem tocar por distribuição, ordenará o processo, fazendo autuar as peças instructivas, e o apresentará em mesa, onde se escolherão por sorte tres ministros, os quaes, depois de instruidos do mesmo processo, o pronunciarão, ou não, segundo a prova, vencendo-se a decisão por dous votos conformes.

Art. 162. O sorteio dos juizes para a pronuncia, determinada no artigo antecedente, será feito publicamente, e terá logar depois que o indiciado tiver sido ouvido, ou si tiver findo o termo, que lhe fôra assignado, expedindo o juiz do feito a ordem necessaria para esta audiencia.

Art. 163. Si antes da pronuncia, algum dos juizes sorteados vier a ser impedido, a sua substituição será feita immediatamente pelo sorteio.

Art. 164. A substituição do juiz do feito impedido far-se-ha por distribuição, a qual não alterará a ordem ácerca de

novos feitos, e cessando o impedimento do juiz substituído, cessarão também as funções do substituto, que passará logo o feito áquelle a quem substituirá.

Art. 165. Os effeitos da pronuncia são:

§ 1. Ficar sujeito o pronunciado á accusação criminal.

§ 2. Ficar suspenso do exercicio de todas as funções publicas.

§ 3. Ser preso ou conservado na prisão enquanto não prestar fiança, nos casos em que a lei a admitte.

§ 4. Suspender-se-lhe metade do ordenado ou soldo, que tiver em razão do emprego, o que perderá todo, não sendo afinal absolvido.

A suspensão do exercicio das funções não estorvará o accesso legal, que competir ao empregado pronunciado.

Art. 166. Os presidentes das provincias, a quem, *ex-officio*, se remetterá cópia da pronuncia dos commandantes militares, a farão executar.

O mesmo fará o juiz criminal do districto, a respeito daquelles culpados, em cuja pronuncia intervier.

Art. 167. Da sentença, que não pronunciar, appellará o juiz, *ex-officio*, para a Relação do districto, e os autos serão immediatamente remettidos pelo escrivão respectivo, *ex-officio*, sem formalidade alguma.

Da sentença, que pronunciar, poderá a parte appellar dentro de 10 dias improrogaveis, e os autos serão remettidos do mesmo modo, mas não se suspenderão os effeitos da pronuncia.

Em um e outro caso, ficará no juizo inferior o traslado dos autos, contendo unicamente a petição da queixa ou denuncia, os nomes das testemunhas, havendo-as, a cópia dos documentos e a da sentença, que tiver pronunciado ou não.

Art. 168. Das appellações, que fôrem interpostas no caso do artigo antecedente, conhecerá o ministro a quem fôr distribuido o feito com mais dous adjuntos nomeados pela sorte.

Art. 169. Das sentenças proferidas nas juntas do juizo de paz não se admite appellação.

Art. 170. Quando qualquer das camaras legislativas resolver, que continue o processo de algum de seus respectivos membros pronunciado por crime de responsabilidade, serão os autos e mais papeis remettidos ao senado, observando-se no processo accusatorio a mesma ordem, que tem logar na accusação dos ministros de estado, com a differença de que, em vez de commissão accusadora, accusará o procurador da corôa, soberania e fazenda nacional.

Art. 171. A accusação dos empregados publicos não privilegiados será feita perante o jury competente.

Exceptuão-se:

1. Os militares, que por crimes de emprego militar serão accusados no juizo do seu fôro.
2. Os empregados, que tiverem sómente de ser advertidos ou castigados com a pena de desobediencia.

Art. 172. Pronunciado o réo, serão os proprios autos remettidos *ex-officio* ao juiz municipal respectivo, para apresentar ao juiz competente, quando vier abrir a sessão, deixando sómente o traslado da queixa ou denuncia, e da pronuncia.

Art. 173. O juiz de direito, na primeira reunião dos jurados, apresentará os autos, afim de ser sustentada ou revogada a pronuncia, procedendo-se na accusação (quando esta tiver logar).

Art. 174. Revogada a pronuncia, ou absolvido o réo, será este immediatamente solto por mandado do juizo de direito, e restituído ao seu emprego, e metade do ordenado, que deixou de receber.

Art. 335. O promotor publico denunciará e promoverá a accusação nos crimes de responsabilidade dos empregados publicos, quando não houver parte.

Art. 336. O empregado, que fôr competente, deverá proceder á inquirição de testemunhas, e mandará passar todas as certidões, e dar os documentos necessarios, que lhe requerem para fundamentar qualquer queixa ou denuncia.

Art. 337. Si o empregado privilegiado, contra quem se dirigir a queixa ou denuncia, fôr o competente para, de qualquer modo, intervir na inquirição das testemunhas, expedição de documentos, formação de culpa, etc., será substituido por aquelle que por lei deve servir no seu impedimento; para isto basta requerimento da parte, ou de seu procurador.

Dispos. Prov.: Art. 18. Os processos de responsabilidade, e os das appellações, em todas as Relações, regular-se-hão pelas duas especies de processos, que têm logar no Supremo Tribunal de Justiça, e sempre em sessão publica.

SECÇÃO II

Processo de responsabilidade dos empregados não privilegiados

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 396. O juiz de direito conhecerá dos crimes de responsabilidade dos empregados publicos não privilegiados, por meio de queixa ou

denuncia do promotor publico, de qualquer cidadão, ou de estrangeiro em causa propria, e bem assim *ex-officio* nos termos do art. 157 do Codigo do Processo Criminal, e quando lhe fôr ordenado por autoridade superior.

Art. 397. A queixa ou denuncia sómente será admittida, sendo apresentada com as formalidades especificadas no art. 152 do Codigo do Processo Criminal.

Art. 398. Logo que se apresentar uma queixa ou denuncia legal e regularmente formalisada, o juiz de direito a mandará autuar, e ordenará, por seu despacho, que o denunciado seja ouvido por escripto, salvo verificando-se algum dos casos em que o não deve ser, conforme o art. 160 do Codigo do Processo Criminal.

Art. 399. Para esta audiencia expedirá ordem ao mesmo denunciado directamente ou por intermedio do juiz municipal respectivo, acompanhada da queixa ou denuncia e documentos, com declaração dos nomes do accusador e das testemunhas, afim de que responda no prazo improrogavel de 15 dias.

Art. 400. Dada a resposta do accusado, ou sem ella, nos casos de não a ter dado em tempo, ou de não dever ser ouvido, na fórma do art. 160 do Codigo do Processo Criminal, o juiz de direito ordenará o processo, fazendo autuar as peças instructivas, e procedendo ás diligencias ordenadas nos arts. 80 e 142 do Codigo do Processo Criminal, e ás mais que julgar convenientes, segundo o que achar verificado, pronunciará, ou não o accusado.

Art. 401. Si o indiciado fôr pronunciado, o juiz de direito mandará logo dar vista ao promotor publico para este formar o libello, e no caso de haver parte accusadora, poderá ser

admittida a addir ou declarar o libello official, comtanto que o faça no prazo de tres dias.

Art. 402. Offerecido o libello em audicencia pelo promotor com additamento ou sem elle, o juiz mandará notificar o réo ou seu legitimo procurador para apresentar a sua contrariedade, produzir os documentos de sua defesa, e nomear testemunhas no termo de oito dias, que poderá ser razoavelmente prorogado.

Art. 403. Findo este termo, na proxima audiencia, presentes o promotor, a parte accusadora, o réo, seus procuradores e advogados, o juiz, fazendo ler pelo escrivão o libello, contrariedade e mais peças do processo, procederá á inquirição das testemunhas, que tiverem sido apresentadas, ás quaes poderão tambem o promotor e as partes fazer as perguntas, que julgarem convenientes.

Art. 404. Findas as inquirições, immediatamente se farão os autos conclusos ao juiz, o qual, depois de um bem meditado exame, proferirá a sentença definitiva, condemnando ou absolvendo o réo.

Art. 405. Quando o juiz proceder *ex-officio*, ou em virtude de ordem superior, seguirá a mesma ordem do processo, fazendo autuar a ordem, ou papeis, que houver recebido, ou os traslados necessarios e papeis, que servirem de base ao procedimento.

SEÇÃO III

Modo e prazo da audiencia

Decr. de 8 de Out. de 1843: Art. 1. Presume-se, que renuncia do beneficio da prévia audiencia o empregado publico, que, no prazo que lhe fôr assignado, não responder ás imputações, que lhes fôrem feitas, de crimes e omissões no exercicio de seus empregos.

O prazo, de que se trata, não excederá a 15 dias, contados do recebimento da ordem para a resposta.

Art. 2. Independentemente do ordem imperial, poderão os presidentes de provincias mandar proceder ás diligencias determinadas no § 4 do art. 17 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e ouvir depois os juizes de direito, remettendo-lhes as provas e documentos, que contra elles houver, para que os tenham em vista, para as suas respostas.

Em caso de urgencia, poderá prescindir-se da verificação ordenada no § 4 do citado artigo da lei.

Art. 3. Quando antes da audiencia tiver logar o disposto no dito paragrapho, o juiz municipal remetterá directamente ao juiz de direito os autos, que houver formado, declarando-lhe que com a sua resposta os dirija ao presidente da provincia, quando este assim o tenha resolvido, ou a parte o tenha requerido, ainda sem prévia ordem superior.

Art. 4. O juiz municipal, si a parte o requerer, mandarlhe ha entregar os autos, que houver formado, em observancia do artigo antecedente, si para a formação delle não tiver precedido ordem superior.

Art. 5. A Relação, a que fôrem remettidos os papeis concernentes a um juiz de direito suspenso, mandará proceder na forma do citado § 4 do art. 17 da lei, quando as diligencias nelle prescriptas não tenham sido ainda executadas, ou as julgue defeituosas.

SECÇÃO IV

Proposição do processo e decretação da pronuncia

Decr. de 20 de Out. de 1850 : Art. 1. Nos delictos e erros de officio, de que pela Constituição deve conhecer o Supremo Tribunal de Justiça, e nos delictos, cujo conhecimento pertence ás Relações, o ministro, a quem o feito tocar por distribuição, ordenará o processo, fazendo autuar as peças instructivas, e procedendo a todas as diligencias necessarias, apresenta-lo-ha em mesa para relata-lo, na fórma que determinão os arts. 20 e 25 da Lei de 18 de Setembro de 1828 e os arts. 161 e 162 do Codigo do Processo Criminal.

Art. 2. O presidente do respectivo tribunal designará essa mesma sessão para propor-se o feito, e immediatamente escolher-se-hão por sorte tres ministros, os quaes, depois de instruidos do processo, passarão em acto successivo, e em sessão do tribunal, que tiver de conhecer do feito, a julgar si o denunciado, ou aquelle contra quem se houver dado a queixa, deve ou não ser pronunciado.

Art. 3. Todos os actos mencionados no artigo antecedente serão feitos em sessão publica do respectivo tribunal nos casos, em que o denunciado, ou aquelle contra quem houver queixa, estiver preso, ou quando o crime fôr afiançavel.

Art. 4. Nos casos em que o denunciado, ou aquelle contra quem houver queixa, não estiver preso, e o crime fôr inafiançavel, o relatorio do feito e o sorteio dos tres ministros para a pronuncia serão feitos em sessão publica do tribunal, procedendo-se depois a julgar sobre a pronuncia em sessão secreta na presença dos ministros do tribunal, e do secretario.

Art. 5. Os ministros, que tiverem de julgar sobre a pronuncia na fórma prescripta nos artigos antecedentes, poderão antes disto conferenciar particularmente sobre o feito, com tanto que na mesma sessão se julgue sobre a pronuncia, como determina o art. 2.

CAPITULO V

PROCESSO DE CRIMES COMMETTIDOS NO ESTRANGEIRO

SECÇÃO I

Delinquentes que podem ser processados e julgados por crimes commettidos em territorio estrangeiro

Decr. de 8 de Jun. de 1878: Art. 1. Podem ser processados, até pronuncia inclusive, os brasileiros que, em territorio estrangeiro, perpetrarem algum dos crimes previstos pelo Codigo Criminal.

1.º Contra a independencia, integridade e dignidade da nação (arts. 68 a 78 do cit. Codigo Criminal).

2.º Contra a Constituição do Imperio e fórma do governo (arts. 85 e 86).

3.º Contra o chefe de Estado (arts. 87 e 89).

4.º Moeda falsa, ou falsificação de titulos publicos ou bilhetes de bancos autorizados pelo governo.

Art. 2. Aquelles delinquentes, porém, não poderão ser definitivamente julgados senão quando presentes no Imperio, ou por virtude de extradicação, ou por haverem voluntariamente regressado.

Art. 3. Poderão ser processados e definitivamente julgados no Imperio, sómente quando a elle vierem, ou por extradicação obtida para esse fim, ou por deliberação propria, os estrangeiros que fóra do Brazil commetterem qualquer dos crimes enumerados no art. 1 deste decreto.

Art. 4. Poderão ser igualmente processados e definitivamente julgados no Imperio, quando a elle espontaneamente voltarem, os brasileiros que, em territorio estrangeiro, perpetrarem contra brasileiros ou estrangeiros os crimes de falsidade, perjurio, estollionato ou qualquer outro delicto inafiançavel.

Art. 5. Nos sobreditos casos serão applicaveis as penas das leis criminaes brasileiras.

Art. 6. Os estrangeiros que, em paiz estrangeiro, perpetrarem contra brasileiro algum dos crimes referidos no art. 4, e vierem ao Imperio, serão entregues por extradicação, sendo reclamados ou expulsos do territorio brasileiro, ou punidos conforme a lei brasileira.

Para este ultimo caso, porém, é necessario que preceda queixa ou denuncia autorizada pelo governo, e que as leis do paiz do delinquente estabeleçam a punição em caso semelhante contra estrangeiros.

Art. 7. Fica salvo aos offendidos o direito de intentarem as acções civeis, que fôrem competentes para satisfação do damno resultante de delictos commettidos em paiz estrangeiro por qualquer individuo residente no Imperio, ainda quando

taes delictos não sejam dos que podem ser processados e julgados no Brazil.

SECÇÃO II

Fôro competente

Decr. de 8 de Jun. de 1878: Art. 8. São competentes, cumulativamente para a formação da culpa, para o julgamento nos casos do art. 1:

§ 1. As autoridades e justiças criminaes da capital do Imperio.

§ 2. As autoridades e justiças criminaes da capital da provincia, onde o delinquente é domiciliado, ou onde teve o seu domicilio ultimo no Brazil.

Art. 9. É exclusiva a competencia das autoridades e justiças criminaes do municipio ou comarca fronteira, quando o delinquente é ahi domiciliado, ou teve o seu ultimo domicilio no Imperio, e commetteu o crime no paiz confinante.

Art. 10. São applicaveis aos casos do artigo antecedente as disposições do art. 93 da Lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841 e do art. 17 § 6 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, verificadas as occurrencias previstas em taes disposições.

Art. 11. Si os criminosos, de que trata o art. 1, voltarem ao Brazil antes de culpa formada, serão competentes para instaura-la e para o julgamento as autoridades do lugar onde vierem residir, ou onde fôrem encontrados.

Art. 12. Quando os crimes mencionados no art. 1 fôrem connexos com delictos da mesma natureza, commettidos no Imperio, prevalecerá para o processo e julgamento daquelles crimes a competencia das autoridades, a quem incumbe o conhecimento destes ultimos delictos.

Art. 13. Para processar e julgar os delinquentes, de que fazem menção os arts. 3, 5 e 6, serão competentes as autoridades e justiças criminaes do logar onde elles residirem, ou fôrem encontrados.

Art. 14. As autoridades e justiças criminaes, a que se referem os artigos antecedentes, são as mesmas, que pela legislação vigente têm jurisdição para processar e julgar os autores e cúmplices dos crimes acima mencionados, quando commettidos no Imperio.

SECÇÃO III

Fôrma do processo

Decr. de 8 de Jun. de 1878: Art. 15. O governo communicará ás autoridades criminaes competentes os esclarecimentos, informações, documentos e quaesquer provas que tenha obtido ácerca da existencia dos delictos, e de quem sejam os delinquentes.

Art. 16. Na formação da culpa e no julgamento se observarão as leis e decretos vigentes, que regulão estes processos, quando os mesmos crimes são perpetrados no Imperio.

Art. 17. A formação da culpa poderá ser iniciada independentemente de inquerito policial (arts. 38 a 44 de Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871).

Art. 18. Os juizes solicitarão do governo imperial, por intermedio do ministerio da justiça, o emprego dos meios diplomaticos convenientes para haverem os corpos de delicto, e se cumprirem as cartas rogatorias de inquirição de testemunhas,

de exames, vistorias e quaesquer outras diligencias para o descobrimento da verdade.

Art. 19. Si as cartas rogatorias não puderem ser expedidas, ou si não fôrem cumpridas pelas autoridades do paiz estrangeiro, a autoridade consular do Brazil poderá, mediante ordem do governo, inquirir, sob juramento, a respeito do facto criminoso, não só os brasileiros que ali fôrem encontrados, o houverem testemunhado o mesmo facto, mas tambem os estrangeiros que si prestarem voluntariamente a dar o seu depoimento; e, reduzindo a inquirição a escripto assignado por elle e pelos depoentes, a enviará para ser junta ao respectivo processo.

Art. 20. Sempre que o permittirem as leis ou estylos do paiz, em vez de proceder na fôrma do artigo antecedente, requererá a inquirição da testemunha perante a autoridade competente do logar, e remetterá ao governo os autos originaes, ou cópia authentica.

Art. 21. Na contrariedade ao libello accusatorio é licito ao réo requerer a expedição de cartas rogatorias para a inquirição de testemunhas da defesa residentes em paiz estrangeiro.

Neste caso o juiz marcará para cumprimento de taes rogatorias, até o maximo de quatro mezes.

Findo o prazo concedido, apresentada ou não a rogatoria, entrará a causa em julgamento.

Art. 22. Não serão processados e novamente julgados os delinquentes de que trata este decreto, si provarem que, pelo mesmo crime, fôrão absolvidos, punidos, ou perdoados em paiz estrangeiro.

Fica entendido, que a simples formação da culpa, e ainda a condenação definitiva por tribunaes estrangeiros á pena dependente de execução não excluem a jurisdicção dos tribunaes brasileiros para tomar conhecimento do crime.

Art. 23. Cessará tambem o procedimento ainda quando começado, logo que se reconheça que o crime ou a pena está prescripta segundo a lei mais favoravel, ou a do Brazil, ou do Estado em que elle poderia ser punido.

TITULO IV — Incidentes do processo

CAPITULO I

PRESCRIPÇÃO

SECÇÃO I

Prazos de prescrição

Cod. do Proc.: Art. 54. Os delictos e contravenções, que os juizes de paz decidem definitivamente, prescrevem por um anno, estando o delinquente presente sem interrupção no districto, e por 3 annos, estando ausente em logar sabido.

Art. 55. Os delictos, em que tem logar a fiança, prescrevem por 6 annos, estando o delinquente presente sem interrupção no termo, e por 10 annos, estando ausente em logar sabido, com tanto que seja dentro do Imperio.

Art. 56. Os delictos, que não admittem fiança, só prescrevem por 10 annos, estando o delinquente presente sem interrupção no termo.

Art. 57. A prescrição não se estende á indemnisação, que poderá ser demandada em todo o tempo.

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 32. Os delictos, em que tem logar a fiança, prescrevem no fim de 20 annos, estando os réos ausentes fóra do Imperio, ou dentro em logar não sabido.

Art. 33. Os delictos, que não admittem fiança, prescrevem no fim de 20 annos, estando os réos ausente em lugar sabido, dentro do Imperio; estando os réos ausentes em lugar não sabido, ou fóra do Imperio, não prescrevem em tempo algum.

Art. 34. O tempo para a prescrição conta-se do dia, em que fôr commettido o delicto.

Si, porém, houver pronuncia, interrompe-se, e começa a contar-se da sua data.

Art. 35. A prescrição poderá allegar-se em qualquer tempo, e acto do processo da formação da culpa, ou da accusação; e sobre ella julgará summaria e definitivamente o juiz municipal, ou do direito, com interrupção da causa principal.

Art. 36. A obrigação de indemnisar prescreve passados 30 annos, contados do dia em que o delicto fôr commettido.

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 271. Os delictos e contravenções, sobre os quaes as autoridades policiaes e judicarias decidem definitivamente, prescrevem por um anno, estando o delinquente presente sem interrupção no districto, e por 3 estando ausente em lugar sabido.

Art. 272. Os delictos, em que tem lugar a fiança, prescrevem por 6 annos, estando o delinquente presente sem interrupção no termo, em que residia ao tempo da perpetração do delicto, por 20 annos estando ausente fóra do Imperio, ou dentro em lugar não sabido, e por 10 estando ausente em lugar sabido dentro do Imperio.

Art. 273. Os delictos, que não admittem fiança, prescrevem no fim de 20 annos, estando os réos ausentes em lugar sabido dentro do Imperio; por 10 annos, estando presentes

sem interrupção no termo, e estando ausentes em lugar não sabido, ou fóra do Imperio, não prescrevem em tempo algum.

Art. 274. A obrigação de indemnisar prescreve passados 30 annos, contados do dia, em que o delicto fôr commettido.

Art. 275. O tempo para a prescrição dos delictos conta-se do dia, em que fôrem commettidos, ou do ultimo acto praticado, quando os delictos constarem de actos successivos e reiterados, quer se tenha ou não procedido a qualquer acto da formação da culpa: si, porém, houver pronuncia, interrompe-se o curso da prescrição, e começa a contar-se o tempo della da data da mesma pronuncia.

SECÇÃO II

Processo da prescrição

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 276. Os réos poderão allegar a prescrição em seu favor em qualquer tempo, e acto do processo da formação da culpa, ou accusação, perante o juiz municipal, ou de direito, conforme a natureza e estado dos processos, e com interrupção delles, em quanto á causa principal.

Art. 277. Si o processo, que se formar, disser respeito a delicto e contravenções, sobre que as autoridades policiaes e judicarias decidem definitivamente, julgará a prescrição a mesma autoridade, que o estiver formando.

Art. 278. Si a respeito de crimes, cujo julgamento final pertence ao jury, fôr opposta a prescrição antes que o processo seja sujeito ao seu conhecimento, será ella julgada pelo juiz municipal, a quem os chefes de policia, delegados e subdelegados remetterão o processo, quando lhe tenham dado principio.

Art. 279. Si, porém, a mesma prescrição fôr opposta depois que o processo tiver sido affecto ao conhecimento do jury, conhecerá della o juiz de direito.

Art. 280. O réo, que tiver de allegar prescrição, o fará por meio de uma petição articulada, na qual indicará todos os seus fundamentos, ajuntando-lhe todos os documentos e provas que tiver.

Art. 281. Julgando o juiz de direito ou municipal concludente a allegação de prescrição, ouvirá a parte contraria, e inquiridas sobre os factos, que tiverem allegado, as testemunhas que offerecerem, proferirá a sua decisão, que dará logo sem dependencia de prova e de audiencia da parte, quando entender, que os factos allegados, ainda que provados, não são concludentes.

Art. 282. Quando a decisão fôr contra a prescrição allegada, proseguirá o processo, sem embargo do recurso interposto pela parte.

Art. 283. Quando a prescrição fôr opposta perante o chefe de policia, delegado ou subdelegado, no processo da formação da culpa, farão estes juntar os autos á respectiva petição, e ordenaráo a sua remessa ao juiz municipal.

Si acharem, porém, que a mesma allegação é evidentemente cavillosa e inconcludente, proseguiráo no processo, ou determinaráo, que a parte a apresente ao juiz municipal, á vista de cujo despacho sómente remetteráo o mesmo processo.

Art. 284. Quando o delegado fôr ao mesmo tempo juiz municipal, tomará, como tal, conhecimento da prescrição, que fôr opposta, em processo por elle formado como delegado.

CAPITULO II

SUSPEIÇÕES E RECUSAÇÕES.

SECÇÃO I

Casos de suspeição e recusação, e respectivo procedimento

Cod. do Proc. : Art. 61. Quando os juizes fôrem inimigos capitaes ou intimos amigos, parentes, consanguineos ou affins até segundo grão de algumas das partes, seus amos, senhores, tutores ou curadores; ou fôrem particularmente interessados na decisão da causa; poderão ser recusados.

E elles são obrigados a darem-se de suspeitos, ainda quando não sejam recusados.

Art. 62. O supplente, que não fôr suspeito, fará as vezes de juiz, e sendo os tres supplentes suspeitos, será o processo remetido ao juiz mais vizinho, para proceder nelle como fôr de direito.

Art. 63. O escrivão officiará ao supplente ou juiz a quem remetter o processo, declarando que lhe compete a decisão do pleito de F. . . por haver-se reconhecido suspeito o juiz ou quem suas vezes fazia.

Art. 64. Si o juiz não se reconhecer suspeito, poderá continuar no processo como si lhe não fôra posta a suspeição; mas o escrivão não continuará a escrever no processo sem primeiro declarar, por termo nos autos, o requerimento vocal ou escripto sobre a suspeição, e a final resolução do juiz.

Art. 65. O escrivão, que não observar o disposto no artigo antecedente, será punido com um mez de prisão pela junta dos juizes de paz, depois de o ouvir, a parte e testemunhas.

Art. 66. Os juizes não podem ser dados de suspeitos no caso de formação de culpa ou desobediencia.

Art. 67. Quando a suspeição fôr posta a um ou mais membros da junta de paz, si o juiz ou juizes não se reconhecerem suspeitos, poderão continuar, e o escrivão procederá na fôrma do art. 64.

Art. 68. Reconhecendo-se suspeito o juiz ou juizes, serão chamados pela junta de paz os supplentes mais vizinhos, quando possão comparecer a tempo de decidir a causa no prazo marcado para a sua actual reunião; e não sendo possível o comparecimento no dito prazo, ficará a decisão adiada para a reunião proxima seguinte.

Art. 69. Quando a parte contraria reconhecer a justiça da suspeição, poderá a requerimento seu, lançado nos autos, suspender-se o processo, até que se ultime o conhecimento da mesma suspeição.

Art. 70. As juntas de paz julgão as suspeições dos juizes de paz e dos juizes municipaes, nos crimes de que conhecem cumulativamente com os juizes de paz. Os jurados as dos juizes direito, a dos juizes municipaes e membros da junta de paz.

Art. 71. Todo o processo feito perante o juiz, que fôr julgado suspeito, é nullo, e assim será declarado pela junta de paz e jurados que houverem julgada o suspeição, condemnando ao juiz, que se não reconheceu suspeito, a satisfazer á parte recusante as custas do processo; poderá, porém, reproduzir-se a acção.

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 97. As suspeições postas aos subdelegados, delegados e juizes municipaes, serão processadas e julgadas, na fôrma dos regulamentos do

governo, conformando-se nesta parte com a disposição da Ord. do liv. 3, tit. 21.

A caução nas suspeições interpostas aos primeiros será de 12\$000; e para os segundos, de 16\$000.

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 247. Os chefes de policia, delegados e subdelegados, os juizes do direito e municipaes, quando fôrem inimigos capitaes, ou intimos amigos, parentes, consanguineos ou affins até ao 2º grão de alguma das partes, seus amos, senhores, tutores ou curadores, ou tiverem com alguma dellas demandas, ou fôrem particularmente interessados na decisão da causa, poderão ser recusados.

E elles são obrigados a dar-se de suspeitos, ainda quando não sejam recusados.

Art. 248. As disposições do artigo precedente não têm porém logar a respeito dos processos de formação de culpa, e de desobediencia, em que os juizes não podem ser dados de suspeitos.

SECÇÃO II

Processo da suspeição

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 249. Quando qualquer das sobreditas autoridades se houver de declarar suspeita, o fará por escripto, declarando o motivo, e firmando-o com juramento; e immediatamente fará passar o processo ao juiz á quem competir o seu conhecimento, com citação das partes.

SEÇÃO III

Processo da recusação

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 250. Quando algumas das partes pretender recusar o juiz, deverá declarar-lho em audiência, por escripto por ella assignado, ou por seu procurador, deduzindo as razões da recusação por artigos assignados por advogado, e annexando-lhes logo o rol das testemunhas (que não poderão ser accrescentadas, mudadas ou substituidas por outras) todos os documentos que tiver, e o conhecimento do deposito da caução respectiva, a qual é para os subdelegados ou delegados, da quantia de 12\$000; para os juizes municipaes, de 16\$000; e para os juizes de direito e chefes de policia, de 32\$000.

Art. 251. Apresentados os artigos pela maneira dita, o juiz recusado, suspendendo o progresso da causa, si reconhecer a suspeição, mandará juntar os artigos aos autos, por seu despacho se lançará de suspeito, e fará remetter o processo ao juiz, que deve substitui-lo, na fórma do art. 253 do presente Regulamento.

Si não se conhecer suspeito, poderá continuar o processo, como se lhe não fôra posta suspeição, e remetterá os ditos artigos ao juiz a quem competir tomar conhecimento delles, com a sua resposta, ou circunstanciada informação, que dará dentro de 3 dias, que se contarão daquelle em que os mesmos artigos fôrem offerecidos.

Art. 252. O juiz da suspeição, sem demora, assignará termo, dia e hora para o recusante apresentar suas testemunhas, não passando de 5 dias, e, produzidas estas, lhe assignará

mais 24 horas para allegar o mais que lhe convier, e decidirá definitivamente, comprehendendo na sentença, quando fôr contraria ao recusante, a perda da respectiva caução.

Art. 253. No caso de proceder a recusação, ou porque haja sido reconhecida, ou porque a sentença a tenha julgado procedente, si o recusado fôr delegado, ou subdelegado, ou juiz municipal, será substituido pelo seu supplente, e este pelo seu immediato, e si fôr chefe de policia ou juiz de direito, pelo juiz municipal.

Art. 254. Quando a parte contraria reconhecer a justiza da suspeição, poderá, a requerimento seu, lançado nos autos, suspender-se o processo, até que se ultime o conhecimento da mesma suspeição.

Art. 255. Das suspeições postas aos juizes de direito conhecerá o jury, ao qual serão remettidos os artigos com a resposta ou informação, de que trata o art. 251, sendo o mesmo jury para este caso presidido pelo juiz municipal, supplente do juiz de direito.

SECÇÃO IV

Competencia nas suspeições

Lei de 20 de Set. de 1871 : Art. 11. As suspeições postas aos juizes de direito serão decididas :

§ 1. Nas comarcas, de que trata o art. 1 desta lei, pelo presidente da respectiva Relação.

§ 2. Nas demais comarcas, pelo juiz de direito da comarca mais vizinha do termo, em que se arguir a suspeição.

Uma tabella fixará a ordem da proximidade reciproca de cada comarca.

Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 13. Aos juizes de direito das comarcas especiaes compete:

§ 7. A decisão das suspeições postas aos juizes substitutos, e juizes de paz.

Art. 14. Aos juizes de direito das comarcas geraes compete:

§ 2. A decisão das suspeições postas aos juizes inferiores, e aos mesmos juizes de direito na ordem designada.

Os presidentes das provincias organizarão uma tabella fixando a proximidade de cada uma das comarcas, com individuação dos seus termos em relação ás outras, por onde se regulará a competencia dos referidos juizes de direito para o julgamento das suspeições, que lhes fôrem postas, cabendo o mesmo julgamento ao juiz de direito da comarca mais vizinha do termo onde se arguir a suspeição. (*)

CAPITULO III

FIANÇAS

SECÇÃO I

Fiança definitiva

Cod. do proc: Art. 100. Nos crimes em que não tiverem maior pena do que a de seis mezes de prisão ou desterro para fóra da comarca, poderá o réo livrar-se solto.

Tambem poderá livrar-se solto, nem mesmo será conservado na prisão, se nella já estiver, prestando fiança idonea, nos crimes não exceptuados no artigo seguinte.

(*) Sobre o julgamento das suspeições dos juizes de segunda instancia, vide adiante.

Art. 101. A fiança não terá logar nos crimes, cujo máximo da pena fôr:

- 1.º Morte natural.
- 2.º Galés.
- 3.º Seis annos de prisão com trabalho.
- 4.º Oito annos de prisão simples.
- 5.º Vinte annos de degredo.

Art. 102. A fiança será tomada por termo lavrado pelo escrivão do juiz, que a conceder, e assignado pelo mesmo juiz, pelo fiador, afiançado, e por duas testemunhas, que subsidiariamente se obriguem.

Art. 103. Este termo será lavrado em livro para esse fim destinado e rubricado, donde se extrahirá certidão para se ajuntar aos autos.

Nelle se declarará, que o fiador fica obrigado, até a ultima sentença do tribunal superior, a pagar certa quantia (que deve ser assignada) si o réo fôr condemnado e fugir antes de ser preso, ou não tiver a esse tempo meios para indemnisação da parte e custas.

Art. 104. Aos fiadores serão dados todos os auxilios necessarios para a prisão do réo.

Art. 105. Em logar de fiadores poderá o réo hypothecar bens de raiz livres e desembargados, que tenham o valor da fiança ou depositar no cofre da camara municipal o mesmo valor em moeda e apolices da divida publica, trastes de ouro ou prata, ou joias preciosas.

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 46. Ficão supprimidas as palavras—ou que sejam conhecidamente abonados—do art. 107 do Codigo do Processo.

Cod. do Proc.: Art. 103. Afiançada ou depositada a quantia, será dada ao réo contra-mandado, para não ser preso, soltando-se immediatamente, quando o esteja.

Art. 107. Podem ser fiadores os que, tendo a livre administração de seus bens, possuem os de raiz na mesma comarca ou termo, onde se obrigão e segurão o pagamento da fiança, com a hypotheca ou deposito de que trata o art. 105, ou que são conhecidamente abonados.

Art. 108. Quando a mulher casada ou qualquer pessoa, que viva sob a administração de outrem, necessitar de fiança para se livrar solta, poderá obtê-la sobre os bens que legitimamente lhe pertencerem, e o marido, tutor, ou curador, ficarão obrigados aos fiadores até á quantia dos bens do afiançado, ainda que não consentão na fiança.

Art. 109. Para arbitrar-se a quantia da fiança, calcular-se ha por dous peritos, nomeados pelo juiz, o valor do damno causado, as custas do processo até os ultimos julgados, e a tudo isso se accrescentará uma quantia proporcionada á pena e possibilidade do criminoso, regulando-se o juiz pelas regras abaixo estabelecidas, não tendo recurso suspensivo o seu arbitrio.

§ 1. Cada dia de desterro será avaliado no valor de 5 até 12 tostões; cada dia de degredo no de 8 a 20 : cada dia de prisão no de 10 a 30 : cada dia de trabalhos publicos no de 20 a 40 : com tanto que nenhuma destas penas excedão a um anno.

§ 2. Sendo por mais de um anno, o juiz augmentará de maneira que nem seja illusoria para o rico, nem impossivel para o pobre; o que a lei confia de seu prudente arbitrio e das pessoas que em tal caso deve consultar.

§ 3. Si qualquer destas penas trazer consigo suspensão

ou perda dos direitos civis ou politicos, o juiz porá sobre as quantias acima calculadas outra de 50\$000 a 100\$000.

Art. 110. Si o juiz tomar por engano uma fiança insufficiente, ou si o fiador no entretanto soffrer perdas taes que o tornem pouco idoneo e seguro, a fiança será reforçada, e para esse fim o juiz mandará vir á sua presença o réo, debaixo de prisão, si não obodecer logo que se lhe intime a ordem.

Não reforçando o réo a fiança, será recolhido á cadeia.

Art. 111. Da denegação ou concessão de fiança pelo juiz de direito, haverá recurso para as Relações, interposto por um simples requerimento documentado com a certidão da culpa.

Art. 112. Si o réo quebrar a fiança, perderá metade da quantia afiançada ; a mesma pena será repetida a cada reincidencia.

Art. 113. Ficão abolidas as cartas de seguro e qualquer outro meio que não seja o da fiança para que algum réo se livre solto.

Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 37. Nos crimes mencionados no art. 12 § 7 do Codigo do Processo, os réos (que não fôrem vagabundos, ou sem domicilio) se livrarão soltos.

Art. 38. Além dos crimes declarados no art. 101 do Codigo do Processo, não se concederá fiança :

1.º Aos criminosos, de que tratão os arts. 107 e 116 na primeira parte, e 123 e 127 do Codigo Criminal.

2.º Aos que fôrem pronunciados por dous ou mais crimes, cujas penas, posto que a respeito de cada um delles sejam menores que as indicadas no mencionado art. 101 do Codigo do Processo, as igualem, ou excedão, consideradas conjunctamente.

3.º Aos que uma vez quebrarem a fiança.

Art. 39. No termo de fiança os fiadores se obrigaráõ, além do mais contido no art. 103 do Codigo do Processo, a responderem pelo quebramento das fianças, e os afiançados, antes de obterem contra-mandado ou mandado de soltura, assignaráõ termo de comparecimento perante o jury, independente de notificação, em todas as subseqüentes reuniões até serem julgados afinal, quando não consigão dispensa do comparecimento.

Art. 40. Aos fiadores serão dados todos os meios necesarios para a prisão do réo, qualquer que seja o estado do seu livramento.

1.º Si elle quebrar a fiança.

2.º Si fugir depois de ser condemnado.

Art. 41. Querendo o fiador desistir da fiança, poderá notificar o afiançado para apresentar outro que o substitua, dentro do prazo de 15 dias, e si elle o não satisfizer dentro desse prazo, poderá requerer mandado de prisão; porém só ficará desonerado depois que o réo fór effectivamente preso ou tiver prestado novo fiador.

Art. 42. A fiança se julgará quebrada :

1.º Quando o réo deixar de comparecer nas sessões do jury, não sendo dispensado pelo juiz de dircito por justa causa.

2.º Quando o réo, depois de afiançado, commetter delicto de ferimento, offensa fisica, ameaça, calumnia, injuria, ou damno contra o queixoso, ou denunciante, contra o presidente do jury, ou promotor publico.

Art. 43. Pelo quebramento da fiança o réo perderá metade da multa substitutiva da pena, isto é, daquella quantia, que o juiz accrescenta ao arbitramento dos peritos na fórma do art. 109 do Codigo do Processo Criminal.

O juiz, que declarar o quebramento, dará logo as providencias para que seja capturado o réo, o qual fica sujeito a ser julgado á revelia, si ao tempo do julgamento não tiver sido preso.

Em todo o caso o resto da fiança fica sujeita ao que dispõem os artigos seguintes.

Art. 44. O réo perde a totalidade do valor da fiança, quando, sendo condemnado por sentença irrevogavel, fugir antes de ser preso.

Neste caso o producto da fiança, depois de deduzida a indemnisação da parte e custas, será applicado a favor da camara municipal, a quem tambem se applicará os productos dos quebramentos de fianças.

Art. 45. Si o réo affiançado, que fôr condemnado, não fugir, e puder soffrer a pena, mas não tiver a esse tempo meios para a indemnisação da parte e custas, o fiador será obrigado a essa indemnisação e custas, perdendo parte do valor da fiança destinada a esse fim, mas não a que corresponde á multa substitutiva da pena.

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 297. Os chefes de policia, delegados, subdelegados e juizes municipaes são competentes para conceder fiança, tanto aos réos que houverem pronunciado, como aos que sómente tiverem prendido, em quanto estiverem debaixo de sua ordem.

Art. 298. Aos juizes municipaes pertence conceder fiança áquelles réos que lhes houverem sido remettidos com os respectivos processos, para serem apresentados ao jury.

Art. 299. A fiança não é precisa, porque nelles os réos se livrarão soltos, nos crimes a que não estiver imposta pena maior que a da multa até 100\$000, prisão, degredo ou desterro até 6

mezes, com multa correspondente á metade deste tempo, ou sem ella, e 3 mezes de casa de correcção, ou officinas publicas.

Art. 300. Da disposição do artigo antecedente são exceptuados os réos, que fôrem vagabundos ou sem domicilio.

São considerados vagabundos os individuos, que, não tendo domicilio certo, não têm habitualmente profissão, ou officio, nem renda, nem meio conhecido de subsistencia.

Serão considerados sem domicilio certo os que não mostrarem ter fixado em alguma parte do Imperio a sua habitação ordinaria e permanente; ou não estiverem assalariados ou aggregados á alguma pessoa ou familia.

Art. 301. A fiança não póde ser concedida:

§ 1. Nos crimes cujo maximo da pena fôr: 1.º morte natural; 2.º galés; 3.º seis annos de prisão com trabalho; 4.º oito annos de prisão simples; 5.º vinte annos de degredo (art. 101 do Codigo do Processo Criminal).

§ 2. Aos comprehendidos nos crimes: 1.º de conspiração; 2.º de opposição por qualquer modo á execução das ordens legaes das autoridades competentes, quando dessa opposição resulte não se effectuar a diligencia ordenada, ou soffrerem os officiaes encarregados da execução alguma offensa physica da parte dos resistentes; 3.º de arrombamento em cadeas por onde fuja, ou possa fugir o preso; 4.º de arrombamento ou acommetimento de qualquer prisão com força para maltratar os presos.

§ 3. Aos que fôrem pronunciados por dous ou mais crimes, cujas penas, posto que a respeito de cada um delles sejam menores que as indicadas no § 1.º, as igualemente ou excedão, consideradas conjunctamente.

§ 4. Aos que uma vez quebrarem a fiança, concedida pelo mesmo crime, de que ainda não estejam livres.

Art. 302. A fiança, nos casos em que tem lugar, será tomada por termo, na conformidade e com as declarações especificadas nos arts. 102 e 103 do Código do Processo Criminal e art. 39 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e não se passará ao réo a fiançada contra-mandado, ou mandado de soltura, sem que tenha assignado o termo declarado na segunda parte do dito art. 39 da lei acima citada, o qual será lavrado pelo escriptão no mesmo livro, e em seguida ao termo de fiança.

Art. 303. Sómente podem ser fiadores os que, tendo a livre administração de seus bens, possuem os de raiz na mesma comarca ou termo, onde se obriga, e segurão o pagamento da fiança com hypotheca de bens de raiz livres, e desembargados, que tenham o valor da mesma fiança, ou com deposito no cofre da camara municipal do mesmo valor em moeda, apolices da divida publica, ou trastes de ouro e prata, ou joias preciosas, devidamente avaliadas (art. 107 do Código do Processo Criminal).

Art. 304. Em lugar dos fiadores, poderá o mesmo réo fazer a hypotheca, ou deposito, de que trata o artigo antecedente (art. 105 do Código do Processo Criminal).

Art. 305. Quando a mulher casada, ou qualquer pessoa que viva sob administração de outrem, como são os orphãos, os desassisados, aquelles a quem por qualquer motivo está interdita a administração de seus bens, e os filhos familias, que tiverem bens propriamente seus, necessitarem de fiança, poderão obtê-la sobre os bens, que legitimamente lhes pertencerem, ficando obrigados aos fiadores (art. 108 do Código do Processo Criminal).

Art. 306. No caso do artigo antecedente ficará desde

logo os bens dos fiadores legalmente hypothecados, e serão disso intimados os pais, maridos, tutores e curadores, os quaes ficarão obrigados aos fiadores até á quantia dos bens do afiançado, ainda que não consintão na fiança (art. 108 do Codigo do Processo Criminal).

Art. 307. O valor da fiança será sempre arbitrado da maneira ordenada no art. 109 do Codigo do Processo Criminal.

Si a autoridade, a quem pertence concede-la, tomar por engano uma fiança insufficiente, ou si o fiador no entretanto soffrer perdas taes, que o tornem pouco idoneo e seguro, a fiança será reforçada, e para esse fim a autoridade acima mencionada mandará vir á sua presença o réo, e debaixo de prisão, si não obedecer logo que se lhe intimar a ordem (art. 110 do Codigo do Processo Criminal).

Art. 308. Aos fiadores serão dados os auxilios necessarios para a prisão do réo, qualquer que seja o estado do seu livramento:

- 1.º Si elle quebrar a fiança.
- 2.º Si fugir depois de ter sido condemnado, e antes de principiar a cumprir a sentença.
- 3.º Si notificado pelo fiador para apresentar outro, que o substitua, dentro do prazo de 15 dias assim o não fizer.

Art. 309. Estes auxilios, quando os requererem os fiadores, lhes serão dados, não só pelas autoridades, que tiverem formado as culpas e concedido as fianças, e que farão expedir os mandados de prisão, mas tambem por quaesquer outras, em cujos districtos se acharem os réos, sendo-lhes apresentados os ditos mandados.

Art. 310. A fiança ficará sem effeito, e o réo será recolhido á prisão :

1.º Si elle não reforça-la no caso do art. 307 deste regulamento.

2.º Si, desistindo da fiança o primeiro fiador, não apresentar outro, na fórma e no prazo do art. 308 § 3 do mesmo regulamento.

Nestes casos, porém, não se haverão os fiadores por desobrigados, em quanto os réos não fôrem effectivamente presos, ou não tiverem prestado novos fiadores.

Art. 311. A fiança se julgará quebrada de direito :

§ 1. Quando o réo deixar de comparecer nas sessões do jury, ao que se obrigará pelo termo de que trata o art. 302 deste regulamento, não sendo dispensado do comparecimento pelo juiz de direito por justa causa.

§ 2. Quando o réo, depois de afiançado, commetter delicto de ferimento, offensa fisica, ameaça, calumnia, injuria ou damno contra o queixoso ou denunciante, contra o presidente do jury, ou promotor publico, sendo por qualquer dos mesmos delictos pronunciado.

Art. 312. O julgamento do quebramento da fiança, no primeiro caso do artigo antecedente, será feito pelo juiz de direito, logo que, feita a chamada dos réos afiançados, elles não comparecerem.

Este julgamento se incluirá na acta, e o sobre dito juiz dará logo todas as necessarias providencias para que seja capturado o réo.

Art. 313. O julgamento deste quebramento, no segundo caso do dito artigo, será proferido a requerimento do promotor,

da parte, ou *ex-officio* pelo juiz, perante quem se achar o processo, logo que lhe fôr apresentada a certidão da pronuncia, pelos delictos de que trata o mesmo art. 311 § 2 deste regulamento, procedendo a uma informação summaria sobre a identidade da pessoa, quando a esse respeito haja alguma duvida.

Art. 314. Pelo quebramento da fiança o réo perderá a metade daquella quantia que o juiz tiver accrescentado ao arbitramento dos peritos, na fórma do art. 109 do Codice do Processo, e ficará sujeito a ser julgado á revelia, si ao tempo do julgamento não tiver ainda sido preso.

Art. 315. O réo perderá a totalidade do valor da fiança, quando, sendo condemnado por sentença, que tenha passado em julgado, fugir antes de ser preso.

Art. 316. O producto do quebramento das fianças, nos casos dos artigos antecedentes, é pertencente ás camaras municipaes, que promoverão a sua cobrança pelos meios competentes, deduzida primeiramente a importancia da indemnização da parte, e custas.

Art. 317. Si o réo afiançado, que fôr condemnado, não fugir e puder soffrer a pena, mas não tiver a esse tempo meios para a indemnização da parte e custas, o fiador será obrigado a essa indemnização e custas, e perderá a parte do valor da fiança destinada a esse fim, mas não o que corresponde á multa substitutiva da pena (art. 45 da Lei de 3 de Dezembro de 1841).

Lei de 15 de Set. de 1869: Art. 4. Fica revogado o § 2 do art. 38 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Art. 5. Nos casos de tentativa ou complicitade, o art. 101

do Código do Processo Criminal só é applicavel, quando a pena do crime, feito o desconto legal de terça parte, se comprehende nas disposições do referido artigo.

SEÇÃO II

Fiança provisoria

Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 14. A fiança provisoria terá logar nos mesmos casos, em que se dá fiança definitiva. Os seus effeitos duraráõ por 30 dias, e por mais tantos outros dias, quantos fôrem necessarios para que o réo possa apresentar-se ante o juiz competente para prestar a fiança definitiva na razão de 4 leguas por dia.

§ 1. A fiança regular-se-ha por uma tabella organizada pelo governo, fixando o maximo e o minimo de cada anno de prisão com trabalho, de prisão simples, com multa ou sem ella, degredo ou desterro.

§ 2. Dentro dos dous termos, o juiz, independente de arbitramento, fixará o valor da fiança, attendendo á gravidade do delicto e á condição de fortuna do réo.

§ 3. Em crime afiançavel ninguem será conduzido á prisão, si perante qualquer das autoridades mencionadas no art. 12 § 2 desta lei prestar fiança provisoria, por meio de deposito em dinheiro, metaes e pedras preciosas, apolices da divida publica ou pelo testemunho de duas pessoas reconhecidamente abonadas, que se obriguem pelo comparecimento do réo durante a dita fiança sob a responsabilidade do maximo de que acima se trata; e, estando já preso, será immediatamente solto, si perante o juiz da culpa preestar fiança definitiva, na fórma dos arts. 303 e 304 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842,

ou ainda a provisoria, si não houverem decorrido os 30 dias depois de sua apresentação ao juiz.

§ 4. O quebramento da fiança importa a perda de metade do valor definitivo desta, e obriga o réo ao processo e julgamento á revelia, nos termos do art. 43 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, subsistindo a disposição do art. 44 da mesma lei.

§ 5. Nas sentenças de pronuncia e nos mandados de prisão se declarará o valor da fiança, a que fica o réo sujeito.

§ 6. A fiança pôde ser prestada em qualquer termo do processo, uma vez que seja reconhecido o crime por afiançavel.

§ 7. É derogada a disposição do art. 45 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 30. É instituida a fiança provisoria nos mesmos casos em que tem logar a definitiva. Os seus effeitos duraráõ 30 dias e mais tantos quantos fôrem necessarios para que o réo possa apresentar-se ao juiz competente, afim de prestar a fiança definitiva, na razão de 4 leguas por dia.

Art. 31. São competentes para admittir a prestação da fiança provisoria os juizes de paz, autoridades policiaes, juizes municipaes e seus supplentes, juizes de direito e seus substitutos.

Não poderá ser prestada a fiança provisoria, si fôrem decorridos mais de 30 dias depois da prisão.

Art. 32. Não é exequivel o mandado de prisão por crime afiançavel, si delle não constar o valor da fiança, a que fica sujeito o réo.

Art. 33. Em crime afiançavel ninguem será conduzido á prisão, si perante qualquer das mencionadas autoridades

prestar fiança provisoria por meio de deposito em dinheiro, metaes e pedras preciosas, apolices da divida publica, ou pelo testemunho de duas pessoas reconhecidamente abonadas, que se obriguem pelo comparecimento do réo durante a dita fiança, sob a responsabilidade do valor que fôr fixado.

§ 1. Preso o réo em flagrante delicto, será immediatamente conduzido á autoridade, que ficar mais proxima, ou seja policial ou judiciaria, inclusive o juiz de paz; e esta, procedendo de conformidade com a determinação do art. 132 doCodigo do Processo, guardadas as disposições do art. 13 da lei, si reconhecer, que o facto praticado pelo réo constitue crime afiançavel, e querendo elle prestar fiança, o admittirá logo a depositar ou caucionar o valor, que, independente de arbitramento, a mesma autoridade fixar.

§ 2. Para determinar o valor da fiança provisoria, a autoridade respectiva attenderá ao maximo do tempo de prisão com trabalho, ou de prisão simples com multa ou sem ella, de degredo ou desterro, em que possa incorrer o réo pelo facto criminoso; e dentro dos dous extremos, que marca a tabella annexa a este regulamento, fixará o valor da fiança, tendo em consideração, não só a gravidade do damno causado pelo delicto, como a condição de fortuna e circumstancias pessoais do réo, incluída a importancia do sello.

§ 3. Quando a prisão do réo fôr determinada por mandado, á vista do valor da fiança nelle designa lo, se regulará o deposito ou caução.

§ 4. Não se pagará sello da fiança provisoria, que fôr substituida pela definitiva; o deposito ou caução, porém, da fiança provisoria garante a importancia do sello devido, si não seguir-se a definitiva.

Art. 34. Nos logares, em que não fôr logo possível recolher ao cofre da camara municipal o deposito em dinheiro, metaes ou pedras preciosas e apolices da divida publica, será elle feito provisoriamente em mão de pessoa abonada, e, em sua falta, ficará no juizo, devendo ser removido para o dito cofre no prazo de 3 dias; do que tudo se fará menção no termo da fiança.

Art. 35. O juiz competente para conceder a fiança definitiva póde cassar a provisoria, si reconhecer o crime por inafiançavel, ou exigir a substituição dos fiadores provisórios, si estes não fôrem abonados, ou dos objectos preciosos, si não tiverem o valor sufficiente.

O promotor publico ou quem suas vezes fizer, sempre que estiver presente, será ouvido nos processos da fiança provisoria, e em todo o caso, ainda depois de concedida, terá vista do respectivo processo, afim de reclamar o que convier á justiça publica.

Art. 36. No caso de prisão do réo em flagrante delicto, quando a fiança provisoria fôr concedida por autoridade, que não seja a competente para a formação da culpa, remetterá á esta no prazo de 24 horas o auto do inquerito a que procedeu de conformidade com o art. 132 do Codice do Processo Criminal; sendo o mesmo inquerito acompanhado do termo da fiança provisoria, de que se fará declaração no protocollo do escrivão competente, ainda quando se verifique a substituição, de que trata o art. 12 § 2 da lei.

Quando, porém, a fiança provisoria fôr concedida a réo preso por virtude de mandado, no verso deste, si houver logar, será lançado ou a elle addicionado o termo da fiança, e entregue ao mesmo official de justiça, encarregado de sua execução,

para ser apresentado ao juiz da culpa, que o mandará juntar ao respectivo processo e dar o devido seguimento.

Far-se-ha igual declaração no protocollo do escrivão.

Art. 37. Poderá ser alterado o valor da fiança provisoria ou mesmo ficar ella sem effeito, si o despacho de pronuncia ou de sua confirmação, ou si o julgamento final innovar a classificação do delicto.

A innovação da classificação do delicto pelo despacho de pronuncia produzirá seu effeito, si não estiver pendente de recurso, quer voluntario, quer necessario.

A nova classificação pelo julgamento final prevalecerá desde logo, seja ou não interposta appellação do promotor publico ou da parte.

SECÇÃO III

Tabella da fiança provisoria

Reg. de 22 de Nov. de 1871 :

TERMOS		PENAS		
MINIMO	MAXIMO	PRISÃO POR MENOS DE	PRISÃO COM TRABALHO POR MENOS DE	DEGREDO OU DETERRO POR MENOS DE
100,000	1.500,000	1 anno	9 mezes	2 annos e 6 mezes
200,000	3.000,000	2 „	1 anno e 6 „	5 „
300,000	4.500,000	3 „	2 „ e 3 „	7 „ e 6 „
400,000	5.000,000	4 „	3 „	12 „
500,000	6.500,000	5 „	3 „ e 9 „	14 „ e 6 „
600,000	8.000,000	6 „	4 „ e 6 „	17 „
700,000	9.500,000	7 „	5 „ e 3 „	17 „ e 6 „
800,000	11.000,000	8 „	6 „	20 „

Quando a pena de prisão simples ou de prisão com trabalho for acompanhada de multa correspondente a uma parte do tempo serão proporcionalmente augmentados os termos da tabella.

TITULO IV.— Recursos

CAPITULO I

RECURSOS EM GERAL

Cod. do Proc.: Art. 292. Não haverá outros recursos nem meios de defesa, além dos declarados neste Código.

Art. 293. Da decisão do juiz de paz, que obriga a termo de benviver, de segurança, ou apresentar passaporte, haverá recurso sem suspensão para a junta de paz.

Art. 294. Da decisão de juiz de paz, que obriga ou não obriga o denunciado á prisão, ou que concede ou denega a fiança, haverá recurso, sem suspensão, para o juiz de direito.

Art. 295. Da decisão do juiz de direito, por bem do artigo antecedente, não haverá recurso algum, senão o da revista.

Art. 296. Os recursos dos arts. 293 e 294 só podem ter logar sendo interpostos dentro em 5 dias, depois de publicadas as sentenças das partes, ou depois de notificadas as mesmas partes, si não fôrão presentes á sua publicação.

Art. 297. Da decisão do juiz de paz, nos crimes que não

lhe compete julgar, haverá recurso para os jurados; nos outros para as juntas de paz.

Art. 298. Das decisões da junta de paz não ha outro recurso senão o de revista.

Art. 299. Da decisão do juiz de paz, que julga perdida a quantia afiançada pelo réo, ha recurso para o juiz de direito.

Art. 300. Da nomeação, que o juiz de paz fizer para qualquer cargo publico, compete ao nomeado ou qualquer do povo recurso, na provincia onde estiver a côrte, para o governo, nas outras, para os presidentes em conselho.

Art. 309. Nos casos do art. 301, quando a sentença da Relação julgar ter havido nullidade, e esta não proceder da decisão do primeiro conselho, e nos casos do art. 308, não se procederá ao julgamento pelo primeiro jury, mas só pelo segundo.

Art. 310. Os recursos, nos casos dos artigos 301 e 308, serão interpostos perante o juiz de direito, dentro de 8 dias depois de notificadas as sentenças, ou depois de publicadas na presença das partes.

Art. 311. Os recursos interpostos do juiz de paz e do juiz de direito e a sua remessa não terão formalidade alguma, senão a que está prescripta no art. 211.

Decr. de 6 de Maio de 1833: Art. 1. Os recursos estabelecidos nos arts. 109, 294 e 299 do Codigo do Processo Criminal serão todos interpostos dentro do prazo marcado no art. 296 do referido codigo.

Art. 2. A interposição será feita por termo assignado

pela parte, contendo a expressa declaração do juiz, para quem se recorre, nas cidades em que houver mais de um.

Art. 3. Para se conhecer dos referidos recursos, bastará que se apresente ao juiz de direito um simples requerimento documentado com certidão da culpa, da sentença ou despacho, de que se recorre, e do termo da interposição do recurso.

Art. 4. Em todos os casos o recurso será apresentado dentro de 5 dias contados da data do termo de interposição, quando o juiz de direito estiver no districto do juiz de paz, de que se recorre, ou até duas leguas de distancia, e, estando o juiz de direito além das duas leguas, terão os recorrentes para a apresentação, além dos referidos dias, os mais que fôrem correspondentes á distancia, computados a 3 leguas por dia.

Art. 5. O juiz de direito lançará a sua decisão ou despacho no requerimento do recurso, e o entregará á parte ou seu procurador, ou a quem lh'o tiver apresentado.

Art. 6. A decisão do juiz de direito deverá ser apresentada ao juiz de paz, de que se recorrêra para seu cumprimento dentro dos prazos estabelecidos no art. 4, e, quando não seja, não valerá, si ao tempo da apresentação o recorrente já não estiver sujeito á jurisdição do juiz recorrido.

Art. 7. Nenhum destes recursos produz effeito algum suspensivo; sua expedição será prompta e abreviada, sem dependencia de audiencia de partes, e sem admissão de quaesquer embargos.

SECÇÃO II

Recurso nas juntas de paz ()*

Cod. do Proc. : Art. 213. As juntas de paz consistem na reunião de maior ou menor numero de juizes de paz sob a presidencia de um dentre os que fôrem presentes, escolhido por seus collegas em escrutinio secreto, por maioria absoluta de votos.

Não poderão ser formados com menos de 5 nem com mais de 10 membros.

Art. 214. Na provincia em que estiver a côrte, o ministro da justiça, e nas outras os presidentes em conselho, sobre informação das camaras municipaes, determinarão onde, e quantas vezes terão lugar estas reuniões em differentes pontos de cada termo; não podendo ser menos de 4, nem mais de 12 vezes no anno; com attenção ao numero das causas e ás distancias.

Art. 215. As sessões das juntas de paz serão publicas, a portas abertas, na casa que fôr para esse fim pelos juizes de paz escolhida, e não poderão durar mais de 8 dias successivos, incluídos os dias santos, nos quaes tambem haverá sessão.

Art. 216. Compete a estas juntas conhecer de todas as sentenças dos juizes de paz, que houverem imposto qualquer pena de que se tiver recorrido em tempo, e as confirmarão ou revogarão, ou alterarão sem mais recurso, excepto o de revista.

Art. 217. O juiz de paz que faltar, será multado pela

(*) As juntas de paz estão abolidas.

junta, por cada dia de sessão em 1^ª nas villas, em 2^ª nas cidades, salvo produzindo escusa legitima e provada.

Art. 218. Não concorrendo pelos menos metade e o presidente dos juizes de paz, não haverá sessão, mas ficará adiada para outro dia, e se chamarão os supplentes dos que faltarem.

Art. 219. Todos os negocios serão decididos á maioria absoluta de votos dos membros presentes; o empate importa a absolvição do réo.

Art. 220. Si o réo ou autor, ou ambos juntamente, não comparecerem, mas mandarem escusa legitima, a decisão da causa ficará adiada para a sessão seguinte, si não puder ter logar na actual, por não comparecerem as partes em tempo.

Art. 221. A falta de comparecimento do réo sem escusa legitima, o sujeitará á pena de revelia, isto é, á decisão das provas dos autos sem mais ser ouvido; a do autor, á perda do direito de continuar a accusação, a qual por este mesmo facto ficará perempta.

Esta mesma disposição se guardará na falta de ambas as partes.

Art. 222. Principiado o conhecimento de um processo, não poderá ser mais interrompido, nem mesmo pela noite, salvo a requerimento das partes por motivo justo.

Art. 223. O juiz de paz que julgou a causa, não entrará no segundo julgamento d'elle, mas sómente dará as explicações que lhe fôrem pedidas pelas partes, ou membros da junta.

Art. 224. A ordem do processo será a seguinte:

§ 1. O escrivão da junta de paz, que será o do districto-

em que se reunir a junta, lerá os autos perante as partes, juizes e testemunhas.

§ 2. O queixoso ratificará sua queixa, e o réo sua defesa : o primeiro será obrigado a jurar, si o segundo requerer.

§ 3. As testemunhas serão reperguntadas, e outras que de novo apresentem as partes, si assim o requererem, escrevendo-se seus ditos para os casos de recurso, si as partes o requererem.

Art. 225. O presidente proporá por escripto nos autos as seguintes questões, depois de discutida a materia :

§ 1. O crime está provado ?

§ 2. O réo é por elle responsavel ?

§ 3. Que pena se lhe ha de impôr ?

§ 4. Deve indemnização ?

§ 5. Em quanto monta ella ?

Art. 226. O presidente lavrará a sentença em conformidade : si a pena fôr simplesmente pecuniaria, o réo dará logo fiança tanto á ella como ás custas e damnos, ou irá para a cadeia por tanto tempo, quanto seja necessario para a satisfação, contando-se como se pratica ácerca das fianças ; si fôr de prisão, ou correção, o réo não sahirá mais da sessão, senão para o seu destino, e si além disso tiver de pagar indemnização á parte, e o não fizer, será comprehendido no que fica acima determinado, até pagar.

Art. 227. A junta marcará o vencimento das testemunhas, que fôrem chamadas a requerimento das partes, as quaes o pagaráo.

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 95. Ficão abolidas as juntas de paz, e o primeiro conselho de jurados.

As suas attribuições serão exercidas pelas autoridades policiaes creadas por esta lei, e na fórma por ella determinada.

SECÇÃO III

Recursos não prejudicados

Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 17 § 3º. Não são prejudicados os recursos interpostos *ex-officio* ou pelo promotor publico, quando expedidos ou apresentados fóra dos prazos fataes; serão, porém, responsabilizados o juiz, o promotor publico ou qualquer official do juizo pelas faltas ou inexactidões que occasionarem a demora.

Tambem em nenhum caso serão prejudicados os recursos interpostos pelas partes, quando por causa de falta, erro ou omissão do official do juizo ou de outrem não tiverem seguimento e apresentação em tempo no juizo *ad quem*.

Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 56. Não são prejudicados os recursos interpostos *ex-officio* ou pelo promotor publico, quando expedidos ou apresentados fóra dos prazos fataes; serão, porém, responsabilizados o juiz, o promotor publico ou qualquer official do juizo que por faltas ou inexactidões occasionarem a demora.

Tambem não serão prejudicados os recursos interpostos pelas partes, quando por causa de falta, erro ou omissão do official do juizo ou de outrem não tiverem seguimento e apresentação em tempo.

SECÇÃO IV

Exclusão de recurso

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 80. Das sentenças proferidas nos crimes, de que trata a Lei de 10 de Junho de 1835, não haverá recurso algum, nem mesmo o de revista.

Art. 86. Nas causas crimes, de que trata esta lei, não se admittiráo embargos alguns ás decisões e sentenças da primeira e segunda instancia.

Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 501. Nos crimes de que trata a Lei de 10 de Junho de 1835, não haverá recurso algum, nem mesmo o de revista, mas prevalece o que se dá para o poder moderador, nos termos do Decreto de 9 de Março de 1837.

Art. 503. Nas causas crimes, de que trata este regulamento, não poderão as partes usar de embargos, qualquer que seja a denominação e natureza das decisões e sentenças na 1.^a e 2.^a instancia, quer interlocutorias, quer definitivas.

SECÇÃO V

Especies de recursos

Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 437. Das decisões, despachos e sentenças, de que trata este regulamento, se dão os seguintes recursos:

1. Recurso (tomado em sentido stricto).
2. Appellação.
3. Protesto por novo julgamento.
4. Revista.

SECÇÃO VI

Casos e processo do recurso em sentido stricto

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 69. Dar-se-ha recurso :

1°. Da decisão que obriga a termo de bem-viver, e de segurança, e a apresentar passaporte.

2°. Da decisão que declara improcedente o corpo de delicto.

3°. Da que pronuncia, ou não pronuncia, e que sustenta ou revoga a pronuncia.

4°. Da concessão ou denegação de fiança, e do seu arbitramento.

5°. Da decisão que julga perdida a quantia afiançada.

6°. Da decisão contra a prescrição allegada.

7°. Da decisão que concede soltura em consequencia de *habeas-corpus*: este recurso será interposto *ex-officio*.

É sómente competente para conceder *habeas-corpus* o juiz superior ao que decretou a prisão.

Art. 70. Estes recursos serão interpostos para a Relação do districto quando as decisões fôrem proferidas pelos juizes de direito, ou chefes de policia, nos casos em que lhes competir.

Dar-se-hão porém para o juiz de direito, quando proferidas por outras autoridades judicarias inferiores.

O recurso de não pronuncia, nos casos de responsabilidade, será interposto *ex-officio*.

Art. 71. O recurso dos despachos do juiz de direito, de que tratão os arts. 281 e 285 doCodigo do Processo, será interposto para a Relação.

Art. 72. Estes recursos não terão effeito suspensivo, e serão interpostos dentro de 5 dias, contados da intimação ou publicação, em presença das partes, ou seus procuradores, por uma simples petição assignada, na qual devem especificar-se todas as peças dos autos de que se pretende traslados para documentar o recurso.

Terá porém effeito suspensivo o recurso no caso de pronuncia, afim de que o processo não seja remettido para o jury até a apresentação do mesmo recurso ao juiz *a quo*, segundo o art. 74 desta lei.

Art. 73. Dentro de 5 dias, contados da interposição do recurso, deverá o recorrente ajuntar á sua petição todos os ditos traslados e razões: e si dentro desse prazo o recorrido pedir vista, ser-lhe-ha concedida por 5 dias, contados daquelle em que findarem os do recorrente, e ser-lhe-ha permitido ajuntar as razões e traslados que quizer.

Art. 74. Com a resposta do recorrido, ou sem ella, será o recurso conclusivo ao juiz *a quo*, e dentro de outros 5 dias, contados daquelle em que findar o prazo do recorrido, ou do recorrente, si aquelle não tiver pedido vista, poderá o juiz reformar o despacho, ou mandar ajuntar ao recurso os traslados dos autos que julgar convenientes, e fundamentar o seu despacho.

Art. 75. Os prazos concedidos ao recorrente e recorrido para ajuntar traslados e arrazoados, poderão ser ampliados até o dobro pelo juiz, si entender que assim o exige a quantidade e qualidade dos traslados.

Art. 76. O recurso deve ser apresentado na superior instancia dentro dos 5 dias seguintes, além dos de viagem, na

razão de 4 leguas por dia, ou entregue na administração do correio dentro de 5 dias.

Nas Relações serão julgados esses recursos pelo modo estabelecido no art. 14 do seu regulamento.

Art. 37. Para a apresentação do provimento do recurso ao juiz *a quo*, é concedido o mesmo tempo que se gasta para a sua apresentação na superior instancia, contando-se da publicação do mesmo provimento.

Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 438. Os recursos dão-se :

1º. Da decisão que obriga a termo de bem-viver e de segurança, e a apresentar passaporte.

2º. Da decisão que declara improcedente o corpo de delicto.

3º. Do despacho que pronuncia, ou não pronuncia, quando fôr proferido pelos juizes municipaes, chefes de policia, ou pelos juizes de direito nos crimes de responsabilidade.

4º. Do que sustenta ou revoga a pronuncia.

5º. Da concessão ou denegação da fiança, e do seu arbitramento.

6º. Da decisão que julga perdida a quantia afiançada.

7º. Da decisão contra a prescripção allegada.

8º. Da decisão que concede soltura em consequencia de *habeas-corpus*.

É sómente competente para conceder *habeas-corpus* o juiz superior ao que decretou a prisão.

São superiores, para esse fim, aos juizes de paz, subdelegados, delegados e juizes municipaes, os juizes de direito, as Relações e o Supremo Tribunal de Justiça.

São igualmente superiores aos juizes de direito e chefes de policia as Relações e Supremo Tribunal de Justiça.

9°. Da decisão do juiz de direito sobre as questões incidentes, de que trata o art. 281 do Código do Processo Criminal.

10°. Dos despachos do juiz de direito sobre a organização do processo, e quaesquer diligencias precisas, a que se refere o art. 285 do mesmo código.

Art. 439. Destes recursos são necessários os seguintes, que devem ser interpostos *ex-officio* pelo juiz:

1°. O que concede soltura em consequencia de *habeas-corpus*.

2°. O que se interpõe do despacho de não pronuncia nos casos de responsabilidade.

Os mais são voluntarios, e serão interpostos a arbitrio das partes.

Art. 440. São competentes para conhecer destes recursos:

1°. A Relação do districto dos que fôrem interpostos das decisões e despachos dos juizes de direito, e chefes de policia.

2°. Os juizes de direito dos que o fôrem das decisões e despachos dos juizes de paz, subdelegados, delegados e juizes municipaes.

Art. 441. Quando o juiz interpuzer o recurso *ex-officio*, em algum dos casos acima mencionados, o declarará no fim da sua decisão ou despacho, e ordenará ao escrivão, que immediatamente remetta os autos ao superior, a quem competir o seu conhecimento.

Art. 442. Os recursos interpostos pelas partes o serão por meio de uma petição simples, assignada pelo recorrente, ou seu legitimo procurador, dirigida ao juiz que proferio a decisão ou despacho de que se recorre, dentro de 5 dias; e nella se especificarão todas as peças dos autos, de que se pretenda traslado para documentar o recurso.

Art. 443. Sendo estas petições apresentadas ao juiz de direito dentro dos 5 dias, o que se verificará por informação do escrivão, que a dará á requisição da parte, independentemente de despacho, o mesmo juiz ordenará, que se tome o recurso por termo nos autos, e se expeção os traslados pedidos, com brevidade, assignando prazo ao escrivão para o fazer, si julgar preciso, ou si lhe fôr requerido.

Si o prazo dos 5 dias, contados da intimação ou publicação em presença das partes, ou seus procuradores, já tiver decorrido, o juiz não admittirá o dito recurso.

Art. 444. Interposto e admittido o recurso da maneira exposta, se seguirá no seu expediente exactamente o que está estabelecido nos arts. 73, 74, 75, 76 e 77 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Art. 445. A interposição destes recursos não produz effeito suspensivo; e por isso não obstante a sua existencia proseguir-se-ha nos termos posteriores e regulares do processo, como si recurso não houvera, excepto quando fôr interposto de despacho de pronuncia, porque então se suspenderá a remessa do processo para o jury até á apresentação do mesmo recurso ao juiz *a quo*, segundo o art. 64 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Art. 446. Dar-se-ha tambem recurso, no caso da indevida inscripção ou omissão na lista geral dos jurados, o qual será interposto para o governo na côrte, e para os presidentes nas provincias, sendo processado e decidido na conformidade dos arts. 101 e 102 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Art. 443. Quando as representações que os chefes de policia ou delegados, no exercicio da attribuição que lhes confere o § 9 do art. 58 deste regulamento, não fôrem attendidas pelas camaras municipaes, e entenderem os mesmos chefes de policia, e delegados, que não procedem as razões que estas lhes oppuzerem, usarão do recurso marcado no art. 73 da Lei de 1 de Outubro de 1828, por meio de representações circumstanciadas e motivadas, ás quaes juntarão copias authenticas daquellas que houverem dirigido ás ditas camaras, e de quaesquer respostas que estas lhes tenham dado.

Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 17. O recurso, de que trata o art. 281 do Codigo do Processo Criminal, fica convertido em agravo no auto do processo.

§ 1. Os recursos de pronuncia ou não pronuncia seguirão sempre nos proprios autos; podendo as partes arrazoar e juntar documentos nos prazos legaes.

São voluntarios os que fôrem interpostos das decisões dos juizes de direito do art. 1 desta lei, em processo de formação da culpa nos crimes communs.

São, porém, necessarios os mesmos recursos das decisões dos juizes municipaes, que *ex-officio* os farão expedir sem suspensão das prisões decretadas.

§ 2. Do despacho que não aceitar a queixa ou denuncia, e bem assim da sentença de commutação da multa, haverá recurso voluntario para o juiz de direito ou para a Relação, conforme fôr a decisão proferida pelo juiz municipal ou de direito.

Reg. de 23 de Nov. de 1871: Art. 54. O recurso da pronuncia ou não pronuncia seguirá sempre nos proprios autos; e as partes deverão arrazoar e juntar documentos nos prazos legaes, si o requererem.

Esta disposição não exclue a necessidade de traslado para ficar no cartorio, si o feito houver de ser remetido de um logar para outro, salvo expressa determinação do juiz em contrario.

Art. 55. O recurso da pronuncia ou não pronuncia :

§ 1. É voluntario, quando interposto de decisões dos juizes de direito das comarcas especiaes, em processo de formação da culpa por crimes communs.

§ 2. É necessario, quando interposto de decisões dos juizes municipaes, que *ex-officio* o farão expedir, sem suspensão das prisões decretadas.

Art. 57. Ha mais os seguintes recursos :

1. Do despacho que não accitar a queixa ou denuncia.
2. Da sentença de commutação da multa.
3. Da decisão de autoridade inferior que impuzer multa comminada por este regulamento.

Art. 58. Das decisões dos juizes de direito, quer das comarcas especiaes, quer das geraes, o recurso será interposto para a Relação do districto.

SECÇÃO VII

Recurso de fallencia

Decr. de 30 de Dez. de 1871 : Art. 2. Da pronuncia ou não pronuncia, no caso de quebra, haverá sempre recurso para a Relação, quer seja a sentença proferida pelos juizes de direito especiaes do commercio, quer pelos seus substitutos na fôrma da legislação vigente, ficando assim derogado o art. 61 do Decreto n. 1597 de 1 de Maio de 1855.

CAPITULO II

APPELLAÇÃO

SECÇÃO I

Appellação no jury

Cod. do Proc.: Art. 301. Das sentenças proferidas pelo jury não haverá outro recurso senão o de appellação para a Relação do districto, quando não tiverem sido guardadas as formulas substanciaes do processo, quando o juiz de direito se não conformar com a decisão dos juizes de facto, ou não impuzer a pèna declarada na lei.

Art. 302. Julgando-se na Relação procedente o recurso, por se não terem guardado as formulas proscriptas, formar-se-ha novo processo na subsequente sessão com outros jurados, remettendo-se para esse fim os autos *ex-officio* ao juiz de direito, quando a accusação tiver sido por officio do promotor; e entregando-se á parte interessada, quando fôr particular.

Art. 303. No caso de imposição de pena, que não fôr decretada, a Relação, reformando a sentença, imporá a que fôr correspondente ao delicto.

Art. 304. Havendo impossibilidade de renovar-se o processo perante o jury do mesmo logar em que se proferio a sentença de que se appellou, formar-se-ha no do logar mais vizinho, ou em outro em que ambas as partes convenhão.

Art. 305. As Relações, quando julgarem definitivamente

os crimes dos empregados publicos, que nellas devem ser processados, ou as appellações que fôrem interpostas das sentenças definitivas dos jurados, procederão collectivamente e conforme as leis que regulão o processo no Supremo Tribunal de Justiça.

SECÇÃO II

Casos de appellação, e processo della

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 78. É permittido appellar:

1.º Para os juizes de direito, das sentenças dos juizes municipaes, delegados e subdelegados, nos casos em que lhes compete o julgamento final.

2.º Para as Relações, das decisões definitivas, interlocutorias com força de definitivas, proferidas pelos juizes de direito, nos casos em que lhes compete haver por findo o processo.

3.º Das sentenças dos juizes de direito que absolverem ou condemnarem nos crimes de responsabilidade.

4.º Nos casos do art. 301 do Código do Processo Criminal.

Art. 79. O juiz de direito appellará *ex-officio*:

1.º Si entender que o jury proferio decisão sobre o ponto principal da causa, contraria á evidencia resultante dos debates, depoimentos, e provas perante elle apresentadas; devendo em tal caso escrever no processo os fundamentos da sua convicção contraria, para que a Relação, á vista delles, decida si a causa deve ou não ser submettida a novo jury.

Nem o réo, nem o accusador ou promotor terão direito

de solicitar este procedimento da parte do juiz de direito, o qual não o poderá ter, si, immediatamente que as decisões do jury fôrem lidas em publico, elle não declarar que appellará *ex officio*; o que será declarado pelo escrivão do jury.

2.º Si a pena applicada fôr de morte, ou galés perpetuas.

Art. 81. A Relação, no caso do § 1 do artigo antecedente, examinará as razões da appellação, e si as achar procedentes, ordenará que a causa seja submettida a novo jury, no qual não poderão entrar nem os mesmos jurados que proferirão a primeira decisão, nem o mesmo juiz de direito que interpôz a appellação, devendo este novo jury ser presidido pelo substituto do juiz de direito.

Art. 82. Si a Relação mandar proceder a novo jury, da decisão deste não competirá a appellação de que trata o art. 79.

Art. 85. Para o julgamento da appellação só subirá o processo original quando nelle não houverem mais réos para serem julgados, aliás subirá traslado.

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 448. As appellações são igualmente necessarias, isto é, interpostas *ex-officio*, ou voluntarias que ficarão ao arbitrio das partes.

Art. 449. As appellações necessarias, ou *ex-officio*, têm logar, quer a parte tambem appelle, quer não:

1.º Quando o juiz de direito entender que o jury proferio decisão sobre o ponto principal da causa contraria á evidencia resultante dos debates, depoimentos, e provas perante elle apresentadas.

2.º Quando a pena, applicada em consequencia da decisão do jury, fôr de morte, ou galés perpetuas.

Art. 450. As appellações voluntarias ou a arbitrio das partes, dão-se :

1º. Das sentenças dos juizes municipaes, delegados e sub-delegados nos casos em que lhes compete o julgamento final.

2º. Das decisões definitivas, ou interlocutorias, com força de definitivas, proferidas pelos juizes de direito, nos casos em que compete haver por findo o processo.

3º. Das sentenças dos juizes de direito, que absolverem ou condemnarem nos crimes de responsabilidade.

4º. Nos casos do art. 301 do Código do Processo Criminal.

5º. Das sentenças do chefe de policia, nos casos em que lhes compete o julgamento final.

Art. 451. As appellações que fôrem interpostas pelas partes, o serão dentro de 8 dias (contados daquelle em que fôrem notificadas as decisões ou sentenças ás mesmas partes ou seus procuradores) em audiencia, ou, por meio de uma simples petição assignada pelo appellante, ou seu legitimo procurador, dirigida ao juiz, que proferio a decisão ou sentença de que se appella, o qual mandará tomar as appellações por termo nos respectivos autos, sendo interpostas em tempo.

Art. 452. São competentes para conhecer das appellações:

1º. As Relações do districto nos casos de que trata o art. 449, e os §§ 2, 3, 4 e 5 do art. 450.

2º. Os juizes de direito, das comprehendidas no § 1 do dito art. 450.

Art. 453. Para a decisão das appellações serão remetidos ao juizo superior os proprios autos quando nelles fôr comprehendido um só réo; ou quando, sendo mais, fôrem todos

appellantes, ou interessados igualmente na decisão da appellação; quando no processo houver mais do que um réo, e dever proseguir a respeito dos que ainda não tiverem sido julgados, subirá ao juizo superior o traslado, dando o juiz do feito todas as providencias para a sua breve extracção e expedição.

Art. 454. Quando o juiz de direito interpuzer a appellação *ex-officio*, no caso do § 1 do art. 449, deverá escrever no processo os fundamentos de sua convicção contraria á decisão do jury.

A Relação, á vista delles, decidirá si a causa deve ser ou não submettida a novo jury; e quando decidir negativamente, si as razões produzidas pelo juiz de direito lhe parecerem notoriamente frivolas, e infundadas, de maneira que se manifeste prevaricação, abuso, ou falta de exacção da parte delle, lhe mandará fazer effectiva a responsabilidade.

Nem o réo, nem o accusador terão direito de solicitar aquelle procedimento da parte do juiz de direito, o qual não o poderá ter, si, immediatamente que as decisões do jury fôrem lidas em publico, não declarar que appella *ex-officio*; o que será declarado pelo escrivão do jury.

Art. 455. Si a appellação fôr interposta no caso do § 2 do referido art. 449, o juiz de direito nenhuma observação fará, nem a respeito da sentença e da pena, nem a respeito das circumstancias favoraveis ou desfavoraveis ao réo, quaesquer que ellas sejam, anteriores, ou posteriores ao julgamento, salvo si entender que se acha tambem no caso do § 1 do citado artigo.

Art. 456. Si a Relação, nos casos da appellação *ex-officio*, de que trata o art. 449, conhecer pelo exame escrupuloso do

processo, ou que nelle não fôrão guardadas as formulas substanciaes, ou que a decisão é manifestamente contraria á evidencia resultante dos depoimentos, provas e actos constantes do mesmo processo, ordenará que a causa seja submettida a novo jury.

Art. 457. No caso de ser a causa remettida pela Relação a novo jury, será formado de maneira que nelle não entre algum dos jurados que proferirão a primeira decisão, e presidido pelo substituto do juiz de direito, que tiver interposto a appellação *ex-officio*.

Art. 502. Quando a Relação, nos casos de que trata o art. 449, mandar proceder a novo jury, não poderá o juiz de direito interpôr da sua decisão as appellações *ex-officio*, de que trata o art. 449.

Lei de 20 de Set. de 1871; Art. 17. § 6. Não havendo sessão do jury em algum termo, poderá o réo ser julgado em outro termo mais vizinho da mesma comarca, si assim o requerer e o promotor publico ou a parte accusadora convier.

E independente de convenção de partes, sempre que não fôr possível effectuar o julgamento do réo no districto da culpa, terá logar no juizo do termo mais vizinho, com preferencia o da mesma comarca.

Verificar-se-ha a impossibilidade, si em 3 sessões successivas do jury não puder ter logar o julgamento.

Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 59. A disposição do art. 56 aproveita igualmente ás appellações para o effeito de não serem prejudicadas, conforme as circumstancias.

SECÇÃO III

Efeitos da appellação

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 83. A appellação interposta da sentença condemnatoria produz effeito suspensivo, excepto:

1.º Quando o appellante estiver preso, e a pena imposta fôr a de prisão simples ou mesmo com trabalho, havendo casa de correcção com systema penitenciario.

2.º Quando a pena fôr pecuniaria, mas neste caso deverá a sua importancia ser recolhida a deposito, e emquanto não fôr decidida a appellação, não poderá o réo soffrer prisão a pretexto de pagamento de multa.

Art. 84. A appellação interposta da sentença de absolvição não suspende a execução, excepto no caso do art. 79 desta lei, e nos crimes inafiançaveis.

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 458. A appellação que *ex-officio*, ou a requerimento de parte, fôr interposta de sentença condemnatoria, terá effeito suspensivo para se não dar a execução antes da decisão superior, excepto:

1.º Quando o appellante estiver preso, e a pena imposta fôr a de prisão simples ou com trabalho onde houver casa de correcção com systema penitenciario; porque em tal caso, o juiz da execução, si a condemnação tiver sido de prisão simples, fará abrir assento ao réo de estar preso em cumprimento da sentença; e si fôr de prisão com trabalho o fará recolher á casa de correcção.

2.º Quando a pena for pecuniaria; porque neste caso o juiz executor obrigará o réo a depositar a importancia da condemnação, procedendo pelos meios coactivos, quando o não

faça voluntaria, e amigavelmente, mas não poderá soffrer prisão a pretexto de pagamento da multa, enquanto não fôr decidida a appellação.

Art. 459. Si a appellação fôr interposta de sentença de absolvição, será esta, não obstante a pendencia desse recurso, posta logo em execução, soltando - se o réo, si estiver preso, excepto :

1.º Quando a absolvição tiver sido em consequencia de decisão do jury, de que o juiz de direito tenha interposto a appellação *ex-officio*, na conformidade do art. 449.

2.º Quando o réo tiver sido processado por crimes, em que não é permittida a fiança.

Nestes casos ficará suspenso o effeito da absolvição, e o réo conservado na prisão em que estiver, até á decisão do tribunal superior.

Lei de 20 de Set. de 1871 : Art. 17. § 4. A appellação do § 1 do art. 79 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 só tem effeito suspensivo quando interposta de sentença absolutoria do accusado de crime inafiançavel, e não sendo unanime a decisão do jury que a determinar.

Faltando qualquer destas condições, sómente será recebida no effeito devolutivo.

§ 5. Tão sómente terá effeito suspensivo a appellação interposta pelo promotor publico ou parte offendida da sentença de absolvição, quando fôr esta proferida a respeito de réos accusados de crimes punidos no maximo com as penas de morte, galés ou prisão com trabalho por 20 ou mais annos e prisão simples perpetua.

Nunca, porém, a mesma appellação terá effeito suspensivo,

si for unanime a decisão do jury que determinar a respectiva sentença.

No prazo de 2 dias deve ser interposta a appellação de que trata este paragrapho, e, não o sendo, por-se-hão logo em liberdade os réos absolvidos; os sujeitos a penas menores, immediatamente depois de proferida a sentença absolutoria.

Reg. de 22 de Nov. de 1871 : Art. 60. Não tem effeito suspensivo a appellação do § 1 do art. 79 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, quando a sentença absolutoria fôr proferida sobre decisão unanime do jury.

Ainda que não seja unanime a decisão do jury, tambem não terá effeito suspensivo essa appellação, si o crime fôr afiançavel.

Art. 61. A appellação, interposta pelo promotor publico ou pela parte queixosa, da sentença de absolvição só terá effeito suspensivo a respeito de réos accusados de crimes punidos no maximo com as penas de morte, galés ou prisão com trabalho por 20 ou mais annos e prisão simples perpetua, si a decisão do jury não houver sido unanime.

§ 1. No praso de 2 dias deve ser interposta a appellação, de que trata este artigo; e, não sendo, pôr-se-hão em liberdade os réos absolvidos; os sujeitos a penas menores do que as mencionadas, immediatamente depois de proferida a sentença absolutoria.

§ 2. Não são mais applicaveis as disposições dos arts. 1 e 3 do Decreto n. 1696 de 15 de Setembro de 1869.

Art. 62. Para regular os efeitos das appellações nos casos dos dous artigos antecedentes, prevalecerá o despacho de pronuncia.

SECÇÃO IV

Appellação em casos de multa e prisão

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 460. Da imposição das penas de multa e prisão, estabelecidas neste regulamento, por virtude do art. 112 da lei de 3 de Dezembro de 1841, dar-se-ha o recurso de appellação para a Relação do districto, quando fôrem impostas pelos juizes de direito e chefes de policia, e para os juizes de direito, quando o fôrem por autoridades inferiores.

Art. 461. Esta appellação deverá ser interposta dentro de 24 horas, depois de intimada a sentença á parte, e terá effeito suspensivo quando a pena fôr de prisão, procedendo-se na fórma do art. 458 § 2 d'este regulamento, quando fôr de multa.

SECÇÃO V

Nullidade em casos de appellação

Decr. de 21 de Jul. de 1847: Art. unico Quando as Relações conhecerem, que houve falta de fórmulas substanciaes na formação da culpa, que servio de baze ao processo do jury, de cuja sentença se tem appellado, deverão mandar

proceder á nova formação de culpa no competente juízo, remettendo para este fim os autos ao juiz de direito.

SECÇÃO VI

Fiança nas appellações

Lei de 15 de Set. de 1869: Art. 1. Absolvido o réo em 1.^a instancia, sendo interposta appellação, será admitida a fiança até decisão do recurso, quando a pena fôr menor de 14 annos de prisão simples, 12 annos de prisão com trabalho e degredo por 20 annos.

Art. 2. Não se comprehende nas disposições do artigo antecedente o caso do art. 79 § 1 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Art. 3. Independente de fiança, será solto o réo, si o accusador não appellar nos 3 dias seguintes ao da intimação da sentença.

SECÇÃO VII

Cumprimento da sentença appellada

Lei de 15 de Set. de 1869: Art. 7. O réo preso, que fôr condemnado á pena de prisão com trabalho, não será obrigado a este, pendente a appellação.

Confirmada porém a sentença, será levado em conta no cumprimento da pena o tempo de prisão simples, que o réo tiver soffrido desde a sentença da 1.^a instancia, descontada a sexta parte.

O disposto neste artigo não terá logar, si o réo preferir o cumprimento da pena de prisão com trabalho, não obstante a appellação.

CAPITULO III

REVISTA

Cod. do Proc. : Art. 306. Das decisões da Relação poder-se-ha recorrer por meio de revista para o tribunal competente.

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 89. É permittida a revista para o tribunal competente :

1.º Das sentenças do juiz de direito, proferidas em grão de appellação sobre crime de contrabando, segundo o art. 17 § 1 desta lei, e sobre a prescripção, de que trata o art. 55, quando se julgar procedente.

2.º Das decisões das Relações, nos casos do art. 78 §§ 2, 3 e 4 desta lei.

Art. 90. Não é permittida revista :

1.º Das sentenças de pronuncia, concessão, ou denegação de fiança e de quaesquer interlocutorias.

2.º Das sentenças proferidas no fôro militar e no ecclesiastico.

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 464. O recurso de revista é só permittido nos casos restrictos especificados no art. 89 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 ; e a respeito de sua interposição e expediente se observará as disposições da Lei de 18 de Setembro de 1828, Decreto de 20 de Dezembro de 1830, e mais legislação em vigor.

CAPITULO IV

PROTESTO POR NOVO JULGAMENTO

Cod. do Proc. : Art. 308. Si a pena imposta pelo jury fôr de 5 annos de degredo, ou desterro, 3 de galés ou prisão, ou fôr de morte, o réo protestará pelo julgamento em novo jury, que será o da capital da provincia; e sendo a sentença proferida nesta para o de maior população dentre os mais vizinhos designados pelo juiz de direito.

Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 87. O protesto por novo julgamento, permittido pelo art. 308 doCodigo do Processo Criminal, sómente tem logar nos casos em que fôr imposta a pena de morte, ou de galés perpetuas, e para outro jury no mesmo logar, ou no mais vizinho, quando haja impossibilidade naquelle.

Art. 88. Usando o condemnado deste recurso, ficarão sem effeito os do artigo 79 e quaesquer outros.

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 462. O réo, a quem por sentença do jury fôr imposta a pena de morte, ou de galés porpetuas, poderá protestar por julgamento em novo jury, fazendo este protesto dentro de 8 dias, depois de lhe ser notificada a sentença, ou publicada na sua presença.

Art. 463. Neste caso se procederá a novo julgamento em outro jury, no mesmo logar do primeiro, observando-se a respeito dos jurados, e do presidente do jury, o que fica determinado no art. 457, e sómente no caso de impossibilidade de se formar novo jury no mesmo logar, se poderá submetter o processo ao do mais vizinho.

Art. 504. Quando o réo condemnado usar do recurso do protesto por novo julgamento, ficarão sem effeito as *appellações ex-officio*, interpostas pelo juiz de direito e quaesquer outros recursos.

TITULO VI

Execução das sentenças

SECÇÃO I

Cumprimento da pena

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 406. Logo que as sentenças condemnatorias tiverem passado em julgado, serão os réos postos á disposição do juiz municipal respectivo, em virtude de ordem por escripto do juiz de direito.

Art. 407. O juiz municipal, recebendo esta ordem, ordenará, que o réo seja recommendado na cadeia, si já estiver preso, ou que seja recolhido á prisão, quando dever ser, em razão da pena, expedindo para esse fim mandado, e fazendo proceder ás mais diligencias necessarias.

Art. 408. Estando o réo preso, si a sentença lhe tiver imposto a pena de morte, o juiz municipal a fará dar á execução, na conformidade dos arts. 39, 40, 41, 42 e 43 do Código Criminal, e junta a certidão aos autos, declarará, por sua sentença, terminada e concluida a execução, dando parte ao juiz de direito, para o fazer averbar no processo principal.

Art. 409. Si a pena imposta pela sentença fôr de galés o juiz municipal, si houver dentro do municipio arsenal de

marinha, ou qualquer outro estabelecimento e obras publicas, em que, segundo as ordens do governo na côrte, e dos presidentes nas provincias, se empreguem galés, mandará expedir carta de guia dirigida á autoridade ou empregado encarregado da direcção ou administração de taes estabelecimentos ou obras para fazer empregar nellas o réo ; recommendando-lhe que o faça ter debaixo de boa guarda e segurança por todo o tempo da condemnação.

Art. 410. Si a pena fôr de prisão com trabalho, procederá o juiz municipal da mesma fórma, dirigindo a carta de guia á autoridade encarregada da direcção ou administração das casas de correcção, ou quaesquer outras prisões, destinadas para esse fim, que estejam dentro do municipio.

Art. 411. Quando nos municipios, em que os réos se acharem presos, não houverem ossobreditos estabelecimentos, em que tenham logar os trabalhos de galés, ou não existão casas de correcção ou prisões com trabalho, o juiz municipal dirigirá as cartas de guia ao juiz municipal do termo mais vizinho ou mais facil, em que houverem taes estabelecimentos ou prisões; e este, cumprindo a carta de guia, a fará autuar pelo escriptão das execuções, e expedirá outra com o theor dessa á respectiva autoridade.

Art. 412. As cartas de guia deverão conter especificadamente os nomes e sobrenomes dos réos, e os appellidos por que fôrem conhecidos, a sua naturalidade, filiação, idade, estado, modo de vida, estatura e mais signaes, por que physicamente se distinguão, o theor das sentenças contra elles proferidas, e todas as mais declarações, que as circumstancias exigirem, na fórma do modelo n. 6. (*)

(*) Vide adiante Secção VI.

Art. 413. As autoridades ou empregados, que houverem recebido os réos para o cumprimento das sentenças, deverão passar recibos, nos quaes se designaráõ os mesmos réos com indicações iguaes ás da guia.

Estes recibos serão entregues pelos conductores dos ditos réos á autoridade que houver feito a remessa e juntos aos respectivos autos.

Art. 414. Si a pena fôr de prisão simples, o juiz municipal expedirá ordem para que o réo seja preso, si estiver solto, ou fique e se conserve preso na cadeia do municipio, declarando nella o tempo da prisão, na fórmula da sentença, e o escrivão das execuções fará assento no logar competente do livro respectivo da cadeia, com declaração do dia, mez e anno, em que principia o cumprimento da pena, assignado pelo carcereiro, e a copia authentica desse assento será junta aos autos.

Art. 415. Si a pena fôr de banimento, o juiz municipal fará intimar o réo, para que, no prazo que lhe assignar, se aprompte para sahir do Imperio.

Si o mesmo réo estiver em porto de mar, ou em alguma cidade ou villa da fronteira, o juiz municipal o fará embarcar, ou sahir do territorio do Brazil; sendo acompanhado até o embarque, ou até os limites do Imperio, por official de justiça, o qual então lhe comminará a pena de prisão perpetua, imposta pelo art. 50 de Codigo Criminal, no caso de voltar; do que passará certidão para ser junta aos autos.

Art. 416. Quando o réo não estiver em porto de mar, nem em cidade, ou villa limitrophe, o juiz municipal executor o remetterá com carta de guia ao juiz municipal do porto de mar, cidade ou villa limitrophe, que lhe ficar mais perto, ou

mais facil; e este, cumprindo a carta de guia, o fará embarcar ou sahir dos limites do territorio do Brazil, na fórma do artigo antecedente, e remetterá certidão para se ajuntar aos autos.

Art. 417. Si a pena fôr de degredo, o juiz municipal executor remetterá o réo com carta de guia ao juiz municipal do termo que comprehender o logar destinado pela sentença para residencia do réo, e este juiz, cumprindo a dita guia, a fará autuar, e immediatamente lavrar o termo da apresentação do réo, designado com todas as indicações especificadas na dita guia, obrigando-o por esse mesmo termo, que elle assignará, a apresentar-se em juizo em certos prazos, mais ou menos breves, conforme as circumstancias, e não sahir do dito logar, em quanto durar o tempo do degredo, e de tudo enviará certidão para se ajuntar aos autos principaes.

Art. 418. Si a pena fôr de desterro, o juiz municipal executor mandará intimar o réo para se apromptar e sahir do termo, ou termos, que a sentença lhe tiver interdicto, no prazo que lhe assignar, e, findo esse prazo, o constrangerá a sahir solto, si a pena fôr sómente de 6 mezes, e debaixo de prisão, si o mesmo desterro fôr por mais tempo.

Art. 419. No caso do artigo antecedente, e de ir o réo solto cumprir a sentença, levará elle mesmo a carta de guia para as justças de qualquer termo, onde se apresentar fôra daquelles que a sentença lhe inhibio, tendo assignado termo de não entrar no logar, ou logares, de que fôr desterrado antes do tempo marcado na sentença, sob pena de ser condemnado na terça parte mais, na fórma do art. 54 do Código Criminal.

Feita a apresentação daquella guia, o mesmo réo remetterá disso certidão ao juiz respectivo.

Art. 420. No caso porém em que réo vá preso, será acompanhado por um official de justiça, o qual, logo que o mesmo réo estiver fóra dos limites do termo ou termos, de que foi obrigado a sahir, o deixará ir solto, depois de lhe ter intimado o comminado a pena do art. 54 do Código Criminal, e de tudo passará certidão para ser junta aos autos.

Art. 421. Ao juizo em que existir o processo principal, communicará á autoridade, ou empregado, ao qual houverem sido remettidos os condemnados, a soltura, obito, fuga, ou qualquer interrupção, que tiverem os mesmos condemnados na execução da pena, e taes communicações serão juntas ao dito processo.

Art. 422. Quando a communicação fôr da soltura do réo, por se haver terminado o tempo da pena de galés, prisão, desterro, ou degredo, etc., ou da morte do que tivesse sido condemnado em pena de galés, prisão, ou degredo perpetuo, fazendo-se os autos conclusos ao juiz, este haverá a sentença por cumprida, e mandará dar baixa na culpa, havendo a execução por extincta, no caso do fallecimento do réo.

SECÇÃO II

Conversão da multa em prisão

Cod. do Proc. : Art. 291. No caso de impossibilidade do pagamento das multas, serão commutadas na terça parte da pena de prisão, comminada nos respectivos artigos.

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 423. Si a pena fôr de multa, o juiz municipal executor a fará immediatamente liquidar pela maneira seguinte :

Art. 424. Quando a multa imposta fôr de tantos por cento do valor de qualquer objecto, si este já estiver liquidado e conhecido, o juiz mandará fazer a conta, e por ella ficará liquidada a multa.

Quando porém o valor desse objecto não estiver liquidado, o juiz nomeará arbitros para o liquidarem, e ter depois logar a conta da liquidação da multa.

Art. 425. Quando a multa fôr correspondente a um certo espaço de tempo, deverá o juiz mandar avaliar, por peritos, quanto pôde o condemnado haver em cada dia pelos seus bens, emprego, ou industria, para que o contador, regulando-se por este arbitramento, designe a somma correspondente ao tempo marcado na sentença.

Art. 426. Os peritos devem ser nomeados pelo juiz, que fará intimar ás partes esta nomeação, assignando-lhes 48 horas para opporem contra os nomeados qualquer razão que tenham e que o juiz attenderá, ou desprezará, conforme ajuizar da sua procedencia; e si dentro desse prazo nada fôr contra elles allegado, ou se offerecerem allegações, que não sejam attendidas, o juiz lhe defirirá o juramento debaixo do qual darão seu arbitramento fundamentado, que o escrivão reduzirá a termo assignado por elles e pelo juiz.

Art. 427. Feita a liquidação da multa, será intimada ás partes, que, dentro de 5 dias, poderão por meio de requerimentos fundados em razões attendiveis, allegar contra a liquidação feita o que julgarem conveniente.

Art. 428. Si o juiz entender que na liquidação houve abuso, ou lesão, poderá, á vista dos requerimentos, ou mesmo

ex-officio, ordenar nova liquidação, especificando no seu despacho qual o abuso, ou lesão, que julga ter havido.

Art. 429. Depois de liquidada definitivamente a multa, o juiz ordenará, por seu despacho, que, si o réo, dentro de 8 dias contados da intimação, não pagar a quantia liquidada, seja recolhido á prisão, ou nella conservado até pagar, ou prestar fiança idonea ao pagamento em tempo razoavel.

Art. 430. Si o multado porém mostrar que não tem meios para pagar as multas, na fórmula do artigo antecedente, o juiz as commutará, observando as regras seguintes :

Art. 431. Si a multa tiver sido imposta ao réo condemnado em prisão simples, por infracção de um mesmo artigo de lei, será commutada em um terço mais da pena de prisão, que lhe tiver sido imposta por essa infracção.

Art. 432. Quando não se verificar a hypothese antecedente, ea multa imposta fôr correspondente a um certo espaço de tempo, a commutação será em prisão com trabalho por esse mesmo tempo.

Art. 433. Quando a multa fôr sem relação a tempo, o juiz nomeará peritos para arbitrarerem o tempo de prisão com o trabalho necessario ao réo, para ganhar a importancia da multa, e nesse tempo lhe será commutada.

Art. 434. Quando houver prisão com trabalho, terá lugar a redução desse tempo á prisão simples, com o augmento da terça parte do tempo.

Art. 435. Na liquidação e commutação das multas, são partes os réos e o procurador da camara municipal.

Exceptua-se o caso especial de ser a multa applicada a beneficio de terceiro, caso em que esse, e não o procurador da camara, deve ser ouvido.

Art. 436. Nos casos em que os réos são remettidos de uns para outros termos, não para cumprir sentença, mas para outro fim, a guia e o recibo soffrerá as alterações marcadas nos modelos n. 7, (*) sendo, porém, o expediente conforme ao que fica acima determinado.

Decr. de 18 de Març. de 1849: Art. 1. O juiz da execução no mesmo despacho, em que mandar cumprir a sentença, ordenará as diligencias necessarias para a liquidação da multa, si a houver.

Art. 2. Quando a multa fôr de tantos por cento do valor de qualquer objecto, si este já estiver liquidado e conhecido, o juiz mandará fazer conta, e por elle ficará liquidada a multa.

Quando porém o valor desse objecto não fôr conhecido, o juiz nomeará um arbitrador para liquidar, e ter depois logar a conta.

Art. 3. Quando a multa fôr correspondente a um certo espaço de tempo, deverá o juiz mandar avaliar, por um arbitrador, quanto pôde o condemnado haver em cada dia pelos seus bens, emprego ou industria, para que o contador, regulando-se por este arbitramento, designe a somma correspondente ao tempo marcado na sentença (Cod. Crim. art. 55).

Art. 4. O arbitrador, de que tratão os artigos antecedentes, será nominalmente designado no despacho do juiz, que em

(*) *Vide* adiante Secção VI.

caso algum deixará sua designação dependente do escrivão, nem de qualquer terceiro, nem mesmo a título de informação.

Art. 5. No mesmo dia em que fôr o despacho entregue ao escrivão, ou no dia immediato, será o arbitrador avisado e juramentado, dando logo e em seguida o seu arbitramento fundamentado, por elle escripto e assignado, ou lavrado pelo escrivão e assignado pelo arbitrador.

Si porém o arbitramento depender de maior exame, poderá o juiz nomear dous arbitradores em vez de um, e marcar-lhes um prazo improrogavel, que não exceda de 8 dias, para ambos conjunctamente.

Sendo advogados, terão vista dos autos; não sendo, poderão examinal-os no cartorio, onde o escrivão lh'os franqueará em quanto durar o prazo marcado.

Art. 6. Feito o arbitramento, irá em 24 horas o feito ao contador, independente de novo despacho, e este em 48 horas improrogaveis liquidará a multa, e tornará o feito ao cartorio.

Art. 7. Esta liquidação será intimada ao réo, e ao procurador da camara, que poderá, dentro de 5 dias, requerer nova liquidação por arbitradores escolhidos a aprazimento das partes, para o que indicará cada uma 3 nomes, dentre os quaes o juiz nomeará um.

Si esses dous assim escolhidos discordarem, o juiz indicará terceiro, que será obrigado a concordar com algum dos laudos, ou com o primeiro arbitramento.

Quem requerer a segunda liquidação deve fazer as intimações e diligencias necessarias para que se conclua dentro de 20 dias; e só no caso de impedimentos alheios á sua vontade

poderá o juiz conceder-lhe outros tantos dias, além do prazo necessario para correr qualquer citação edital, ou por precatoria.

Si nos prazos marcados não se concluir a segunda liquidação, subsiste a primeira.

Si porém o juiz entender, que essa primeira é evidentemente exagerada, ou diminuta, poderá *ex-officio* ordenar, que se prosiga nas diligencias da segunda, ou mesmo que se faça independente de reclamação contra a primeira.

Art. 8. Si algum dos arbitradores escolhidos sobre proposta da parte não dêr laudo, será processado como desobediente, e substituido por outro, escolhido pelo juiz, independente de audiencia dos interessados.

Art. 9. O accusador particular, ou o promotor publico, pode espontaneamente apparecer a intervir na liquidação, qualquer que seja o seu estado, preferindo neste caso ao procurador da camara.

O juiz tambem pôde ordenar, que o promotor publico intervenha.

Nos casos, em que a multa não fôr applicada á municipalidade, e sim a beneficio de terceiro, a este competem os direitos, que acima se reconhecem no procurador da camara.

Art. 10. Si contra a primeira liquidação não se reclamar, e passados 8 dias contados da intimação, o réo não tiver pago a quantia liquidada, será recolhido á prisão, ou nella conservado até prestar fiança idonea, ou pagar (Cod. Crim., art. 56), ou cumprir a pena substitutiva da multa (Cod. Crim. art. 57).

Si se houver ordenado nova liquidação, os 8 dias contar-se-hão da segunda intimação.

Quando porém essa nova liquidação houver sido requerida pelo réo, em vez de segunda intimação, basta, que *ex-officio* o escrivão assigne em audiencia os 8 dias, que correrão logo, quer tenham estado presentes o réo e seus procuradores, quer não.

Art. 11. Concluido o prazo dos 8 dias, si o réo não tiver pago, o escrivão fará logo nas 24 horas seguintes os autos conclusos ao juiz para reduzir a multa á outra pena, segundo as regras seguintes :

Art. 12. Si a multa tiver sido imposta ao réo condemnado em prisão simples, por infracção de um mesmo artigo de lei, será commutada em um terço mais da pena de prisão, que lhe tiver sido imposta por essa infracção (Cod. do Proc. art. 291).

Art. 13. Quando não se verificar a hypothese do artigo antecedente, e a multa imposta fôr correspondente a um certo espaço de tempo, a commutação será em prisão com trabalho por esse mesmo tempo (Cod. Crim. art. 57).

Art. 14. Quando a multa fôr sem relação a tempo, o juiz nomeará arbitadores para calcularem o tempo de prisão com trabalho necessario ao réo para ganhar a importancia da multa e nesse tempo lhe será commutada (Cod. Crim. art. 57).

Art. 15. Quando não houver prisão com trabalho, terá logar a redução desse tempo á prisão simples com o augmento da sexta parte do tempo (Cod. Crim. art. 49).

Art. 16. Feita a redução, o réo será immediatamente enviado a cumprir a pena substitutiva da multa, salvo si estiver cumprindo outra pena de maior ou igual intensidade (Cod. Crim. art. 61); devendo mesmo nesse caso fazer-se as communicações

necessarias para, concluida uma pena, começar logo o cumprimento da outra.

Esta disposição não comprehende o caso de estar provado no processo, que o réo tem meios de pagar a multa, devendo nesta hypothese conservar-se em prisão indefinidamente até pagar (Cod. Crim. art. 56).

Art. 17. A todo o tempo, que o réo satisfizer em dinheiro a importancia da multa, ou da parte, que lhe faltar para se haver por cumprida a sentença, será posto em liberdade, não estando por al preso.

Tambem poderá o juiz admittir fiança idonea ao pagamento em tempo razoavel, que não exceda de 1 mez, nas multas inferiores a 400\$; de 3 mezes nas inferiores a 1.000\$; e de 6 mezes nas outras (Cod. Crim. art. 32 e 57).

Art. 18. Só será admittido a afiançar:

1.º Quem hypothecar bens de raiz equivalentes á multa, e sites na mesma comarca, mostrando que os possui livres e desembargados, e sob sua livre administração.

2.º Os que depositarem no cofre da camara municipal o valor da multa, em moeda, apolices da divida publica, de que mostrarem ter a plena propriedade, ou trastes de ouro ou prata devidamente avaliados, e que cubrão com segurança o valor da multa (Cod.do Proc. art. 107, e L. de 3 de Dez. de 1841 art. 46).

Art. 19. O juiz, que admittir fiança, que não tenha esses requisitos, incorrerá na multa de 100\$ a 200\$000.

O escrivão, que não tiver informado ao juiz contra essa falta, incorrerá na multa de 20\$ a 80\$000.

O fiador, que sem ter os meios de fazer effectiva a fiança, a

assignar, incorrerá em prisão de 1 a 3 mezes, e as testemunhas de abono em prisão de 8 dias a 1 mez (L.de 3 de Dez. de 1841 art. 112).

Art. 20. Os juizes de direito nas correções examinarão com especial attenção, si os juizes, escrivães, contadores e arbitadores têm cumprido com zelo estes devores, impondo-lhes multa de 10\$000 até 100\$, conforme a gravidade das faltas.

Art. 21. Ninguém poderá ser recolhido á prisão, nem nella conservado a pretexto de multa, enquanto não estiver liquidada.

Art. 22. As multas actualmente illiquidas serão immediatamente liquidadas, mesmo quando os réos tenham outras penas de longa duração a cumprir.

Os escrivães mandarão *ex-officio* conclusos aos juizes todos os processos de execução criminal, em que houverem multas illiquidas: os juizes farão a este respeito as maiores recommendações e diligencias.

Art. 23. Logo que as multas estiverem liquidadas, os procuradores das camaras municipaes, ou as partes interessadas poderão requerer contra os bens do multado as providencias necessarias para se fazer effectiva a cobrança.

Lei. de 15 de Set. de 1869 : Art. 6. A commutação da pena de multa, que não fôr correspondente a certo tempo, nunca poderá exceder a 3 annos de prisão com trabalho.

SECÇÃO III

Sentenças contra escravos

Decr. de 2 de Jan. de 1850. Hei por bem declarar, que a Lei de 10 de Junho de 1835 deve ser executada sem recurso algum, salvo do poder moderador, no caso de sentença condemnatoria contra escravos não só pelos crimes mencionados no art. 1, mas tambem pelo de insurreição, e quaesquer outros em que caiba pena de morte, como determina o art. 4, cuja disposição é generica, e comprehende não só os crimes, de que trata o art. 1, mas tambem os do art. 2 della.

SECÇÃO IV

Pena de suspensão

Decr. de 5 de Nov. de 1850. Hei por bem declarar, que a pena de suspensão imposta ao empregado publico por crime de responsabilidade, não deve ser cumprida sinão depois que a sentença do juiz de direito, da qual se appellou, é confirmada pelo tribunal superior.

SECÇÃO V

Cumprimento de pena em Fernando

Decr. de 5 de Març. de 1850. Hei por bem determinar, que para o presidio de Fernando só se possam remetter, afim de nelle cumprirem sentença, os réos que se acharem nos seguintes casos:

1.º Os militares condemnados a 6 ou mais annos de trabalhos publicos ou de fortificação;

2.º Os réos militares condemnados a mais de 2 annos de galés, e aquelles a quem se referem os arts. 8 e 9 da Lei de 3 de Outubro de 1833;

3.º Os condemnados a degredo;

4.º Os condemnados á prisão, quando no logar, em que se deva executar a sentença, não haja prisão segura, precedendo, neste caso, ordem do governo.

SECÇÃO VI

Modélos de guia e recibos

MODELO N. 6

Da guia para os que vão cumprir a sentença

O cidadão F....(seu emprego e logar em que o serve) faz saber ao Sr. (emprego da pessoa a quem se remette e logar em que o serve),que a esta guia acompanha o réo F....,natural de...., de idade de...., estado...., estatura....,signaes particulares....(si tiver assento de prisão que comprehenda estas declarações, é melhor declarar—cujo assento é do theor seguinte, e transcrevel-o) que vai a cumprir a pena de....,que lhe foi impostã pela sentença do theor seguinte:— (copia litteral, e si a sentença tiver referencia á outra, de maneira que para ser entendida careça de copia dessa outra, deve tambem juntar-se a sua integra) da qual sentença ainda nada cumprio, ou começou a cumprir a pena de ..., em (tantos) do mez de.... do anno de....,(si tiver multa e já tiver pago toda, ou parte della) e pagou a multa, ou (tanto) por conta

da multa. (Quando a multa foi illiquida e se tiver liquidado, deve-se accrescentar) A multa foi liquidada no valor de. . . ,deve de sustento (tanto), de curativo (tanto), vestuario (tanto), ou nada deve. Eu F. . . ,escrivão de. . . , a escrevi (ou fiz escrever e subscrevi) nesta cidade, villa, ou freguezia da. . . ,aos (tantos) do mez de. . . . do anno de. . . .

(Assignatura da autoridade que remette).

*Modello do recibo para os que vão cumprir sentença annexo ao
modello n. 6*

Fica recolhido a esta cadeia de. . . o preso F. . . ,vindo com guia de. . . (autoridade que o remetteu), para cumprir a pena de. . . (o que vier declarado na guia), cujo assento se acha aberto a folhas. . . do livro das entradas. Cidade ou villa de. . . ,aos (tantos) do mez de. . . do anno de. . .

F. . . , Carcereiro.

MODELO N. 7

Da guia para os que não vão cumprir sentença

O cidadão F. . . (seu emprego e logar em que serve) faz saber ao Sr. (emprego da pessoa a quem se remette e logar em que serve) que a esta guia acompanha o réo F. . . , natural de. . . ,filho de. . . , idade de. . . , estado. . . , estatura. . . e signaes particulares (si tiver assento de prisão que comprehenda estas declarações, é melhor declarar—cujo assento é do theor seguinte :— e transcrevel-o), o qual vai responder ao jury de. . . , ou para ser

guardado na cadeia de....ou (finalmente para o fim que fôr) (si estiver pronunciado deve declarar-se por que crime e em que cartorio), deve de sustento (tanto), de curativo (tanto), de vestuario (tanto), ou nada deve. Eu F...., escrivão de...., a escrevi (ou a fiz escrever e subscrevi) nesta cidade ou villa, ou freguezia de.... aos (tantos) do mez de.... do anno de....

(Assignatura da autoridade que remette).

*Modêlo do recibo para os que não vão cumprir sentença
annexo ao modêlo n. 7*

Fica archivada no meu cartorio a guia e recibo do carcereiro, em que se declara ficar recolhido á cadeia de.... o preso F...., vindo de.... (autoridade que o remetteu) para (o fim declarado na guia). Cidade, ou villa de...., aos (tantos) do mez de...., do anno de....

F...., Escrivão.

N. B.—Si o réo vier para conservar-se solto.

Fica archivada em meu cartorio a guia que acompanhou o réo F...., remettido por (autoridade que o remetteu) para (o fim declarado na guia). O réo apresentou-se, ou não se apresentou. Cidade, ou villa de.... (tantos) do mez de.... do anno de....

F...., Escrivão.

TITULO VII

Petição de graça

SEÇÃO I

Necessidade da petição de graça

Lei de 11 de Set. de 1836 : Art. 1. A sentença proferida em qualquer parte do Imperio, que impuzer pena de morte, não será executada sem que primeiramente suba á presença do Imperador para poder perdoar ou moderar a pena, conforme o art. 101 § 8 da Constituição do Imperio.

Art. 2. As excepções sobre o artigo precedente, em circumstancias urgentes, são de privativa competencia do poder moderador.

Art. 3. Extinctos os recursos perante os juizes, e intimada a sentença ao réo, para que no prazo de 8 dias, querendo, apresente sua petição de graça, o relator do processo remetterá á secretaria de estado competente as sentenças, por copia, por elles escriptas, e a petição de graça, ou certidão de não ter sido apresentada pelo réo no prazo marcado; e pela mesma secretaria de estado será communicada a imperial resolução.

SEÇÃO II

Pena capital contra escravos

Decr. de 9 de Març. de 1837 : Art. 1. Aos condemnados em virtude do art. 4 da carta de Lei de 10 de Junho de 1835 não é vedado o direito de petição de graça ao poder

moderador, nos termos do art. 101 § 8 da Constituição, e Decreto de 11 de Setembro de 1826.

Art. 2. A disposição do artigo antecedente não comprehende os escravos, que perpetrarem homicídios em seus proprios senhores, como é expresso no Decreto de 11 de Abril de 1829, o qual continua no seu vigor.

Art. 3. Quer o réo tenha apresentado petição de graça dentro dos 8 dias prescriptos pela lei, quer o não tenha feito, o juiz fará extrahir copia da sentença, que deve ser romettida ao poder moderador, a qual virá acompanhada do relatorio do mesmo juiz, em que declare todas as circumstancias do facto, e será encaminhado ao governo geral pelo presidente da respectiva provincia com as observações, que este achar conveniente.

Art. 4. Ainda naquelles casos, em que não ha logar o exercicio do poder moderador, não se dará execução á sentença de morte, sem prévia participação ao governo geral no municipio da côrte, e aos presidentes nas provincias, os quaes, examinando e achando que a lei foi observada, ordenaráõ, que se faça a mesma execução, podendo comtudo os presidentes das provincias, quando julgarem conveniente, dirigir ao poder moderador as observações, que entenderem ser de justiça, para que este resolva o que lhe parecer, suspenso até então todo o procedimento.

SECÇÃO III

Processo da petição de graça

Decr. de 12 de Jul. de 1851. Hei por bem ordenar, que, além dos relatorios e copias dos libellos, contrariedades e sentenças, que em virtude do art. 3 da Lei de 11

de Setembro de 1826, Aviso do ministerio da justiça de 2 de Junho de 1835, e Decreto de 9 de Março de 1837, são obrigados os juizes de direito a fazer subir á minha imperial presença, remetter copias da inquirição das testemunhas e informantes, interrogatorios, e respostas dadas pelo jury nos respectivos processos.

Decr. de 16 de Dez. de 1853. Hei por bem ordenar, que as petições de graça dos réos condemnados á morte subão á minha imperial presença com o traslado de todo o processo, e acompanhadas do relatorio do juiz de direito, e da informação do presidente da provincia, por cujo intermedio devem ser remettidas.

Decr. de 14 Out. de 1854. Art. 1. Os recursos de graça, a requerimento de parte ou *ex-officio*, serão por intermedio do presidente da Relação remettidos á secretaria de estado dos negocios da justiça pelo relator do processo, quando este tenha sido sujeito por appellação á decisão da Relação.

Art. 2. Nos casos em que não ha appellação para a Relação serão esses recursos dirigidos á mesma secretaria de estado pelos juizes de direito directamente na côrte, e por intermedio dos presidentes nas provincias.

Art. 3. Os recursos, quer sejam remettidos pelo relator do processo, quer pelo juiz de direito, devem ser sempre acompanhados de relatorio de um ou outro, do traslado de todo o processo, e da informação ou parecer do presidente da Relação ou da provincia.

Art. 4. O relatorio deve conter essencialmente :

§ 1. A relação do facto e suas circumstancias.

§ 2. O exame das provas constantes dos autos.

§ 3. A declaração das formalidades substanciaes, que fôrão guardadas ou preteridas.

§ 4. A exposição da conducta e vida passada do réo e suas circumstancias pessoaes.

Art. 5. Quando o relatorio fôr feito pelo juiz de direito, que presidio ao jury, deverá indicar as provas produzidas e não escriptas, assim como os pontos principaes do debate, si não constarem dos autos.

Art. 6. A amnistia, perdão, ou commutação de pena, para surtirem effeito, devem ser previamente julgados conforme á culpa.

Art. 7. Este julgamento compete:

§ 1. Ao tribunal ou jury no qual pender o processo.

§ 2. Ao juiz executor, quando a sentença estiver em execução.

Art. 8. A conformidade consiste na identidade de causa e pessoa.

Todavia, no caso de perdão ou commutação de pena, verificando o tribunal ou juiz que houve ob ou subrepção de alguma circumstancia essencial, que poderá influir para denegação da clemencia imperial, devolverá o decreto, expondo respeitosa-mente a mencionada circumstancia.

A romessa desta exposição será feita pelo presidente do tribunal (art. 7 § 1).

Art. 9. A fórmula do julgamento será a mesma dos recursos crimes, e se haverá sempre como negocio urgente.

Art. 10. Nos casos de ob e subrepção, de que trata o art. 8, decidida pelo poder moderador a duvida proposta pelo

tribunal, serão o perdão ou commutação de pena julgados conformes pelos mesmos juizes que suscitárão a duvida.

Decr. de 28 de Març. de 1860 : Art. 1. As petições de graça para perdão e commutação de pena, e que não fôr a capital, serão apresentadas, na cõrte á secretaria de estado dos negocios da justiça, nas provincias aos respectivos presidentes, nos termos do Decreto n. 632 de 27 de Agosto de 1849.

Art. 2. Devem essas petições ser instruidas com os seguintes documentos:

1.º Certidão da queixa, denuncia, ou ordem, por que se houver instaurado o processo.

2.º Certidão do corpo de delicto, quando houver.

3.º Certidão do depoimento das testemunhas da accusação e da defesa.

4.º Certidão das sentenças.

5.º E de todos os mais documentos que ao peticionario e aos respectivos juizes pareção convenientes.

Art. 3. Quando os peticionarios, por sua pobreza, não possão ajuntar ás petições os documentos mencionados no art. 2, os presidentes das provincias e o director geral da secretaria de estado dos negocios da justiça as farão ajuntar *ex-officio*.

Art. 4. Ouvidos os juizes respectivos, seguir-se-ha no processo das petições de graça o que está determinado no Decreto n. 2350 de 5 de Fevereiro de 1859. (*)

Art. 5. Aos recursos de graça nestes casos são applicaveis as disposições dos arts. 6, 7, 8, 9 e 10 do Decreto n. 1458 de 14 de Outubro de 1854.

(*) Refere-se ao processo na secretaria do ministerio da justiça para a decizão do negocio.

TITULO VIII

Ordem de habeas-corpus

SECÇÃO I

Requerimento e concessão da ordem

Cod. do Proc. : Art. 340. Todo o cidadão que entender, que elle ou outrem soffre uma prisão ou constrangimento illegal em sua liberdade, tem direito de pedir uma ordem de *habeas-corpus* em seu favor.

Art. 341. A petição para uma tal ordem deve designar :

§ 1. O nome da pessoa que soffre a violencia, e o de quem é della causa ou autor.

§ 2. O conteudo da ordem por que foi mettido na prisão, ou declaração explicita de que, sendo requerida, lhe foi denegada.

§ 3. As razões em que funda a persuasão da illegalidade da prisão.

§ 4. Assignatura e juramento sobre a verdade de tudo quanto allega.

Art. 342. Qualquer juiz de direito ou juizes municipaes ou tribunal de justiça, dentro dos limites da sua jurisdicção, á vista de uma tal petição, tem obrigação de mandar e fazer passar dentro de duas horas a ordem de *habeas-corpus*, salvo constando evidentemente que a parte nem póde obter fiança, nem por outra alguma maneira ser alliviada da prisão.

Art. 343. A ordem de *habeas-corpus* deve ser escripta por um escriptão, assignada pelo juiz ou presidente do tribunal, sem emolumento algum ; e nella se deve explicitamente ordenar ao detentor ou carcereiro, que dentro de certo tempo, e em certo logar, venha apresentar perante o juiz ou tribunal o queixoso, e dar as razões do seu procedimento.

Art. 344. Independentemente de petição, qualquer juiz pôde passar a ordem de *habeas-corpus ex-officio*, todas as vezes que no curso de um processo chegue ao seu conhecimento por prova de documentos, ou ao menos de uma testemunha jurada, que algum cidadão, official de justiça, ou autoridade publica, tem illegalmente alguém sob a sua guarda ou detenção.

Art. 345. Quando da petição e documentos apresentados a qualquer juiz ou tribunal, se inferir contra alguma pessoa particular ou publica prova tal de detenção que justifique perante a lei a sua prisão, incluir-se-ha na ordem um mandado neste sentido.

Art. 346. Qualquer inspector de quartirão, official de justiça, ou guarda nacional, a quem fór apresentada uma tal ordem em fórma legal, tem obrigação de executá-la ou coadjuvar sua execução.

Art. 347. As ordens, que levarem logo o mandado de prisão, serão executadas pela maneira que fica estabelecida no capitulo vi do titulo III ; as que o não levarem, serão primeiro apresentadas ao detentor ou carcereiro, e quando elles não as queirão receber, lidas em alta voz, serão affixadas na sua porta.

Art. 348. O official passará então certidão ou attestação jurada de tudo, á vista da qual o juiz ou tribunal mandará passar ordem de prisão contra o desobediente, que será executada como acima fica estabelecido.

Art. 349. O detentor ou carcereiro, depois de preso, será levado á presença do juiz ou tribunal; e si ahi se obstinar em não responder ás perguntas que o juiz houver de lhe fazer, na fórma do art. 343, será recolhido á cadeia, e processado conforme a lei.

Art. 350. Neste caso o juiz ou tribunal dará as providencias, para que o paciente seja tirado da detenção pelos meios estabelecidos no capitulo vii do titulo iii, estando em casa particular; ou por quaesquer outros compatíveis com as leis, estando em cadeia publica, para que se effectue o seu comparecimento.

SECÇÃO II

Apresentação do paciente

Cod. do Proc.: Art. 351. Nenhum motivo escusará o detentor ou carcereiro de levar o paciente que estiver sob seu poder perante o juiz ou tribunal; salvo:

1.º Docença grave (neste caso o juiz irá ao logar vêr a pessoa);

2.º Fallecimento, identidade de pessoa, e justificação de conducta provada evidentemente (*);

3.º Resposta jurada de que não tem, nem jámais teve, tal pessoa em seu poder.

(*) L. de 3 de Dez. de 1841, art. 111.—No art. 351 (do Cod. do Proc. Crim.) antes da palavra—identidade—acrescente-se a palavra—não;— e ficão supprimidas as seguintes —justificação de conducta.

Art. 352. Obedecendo o detentor ou carcereiro, ou vindo por qualquer outra maneira o paciente perante o juiz ou tribunal, elle o examinará, e achando que de facto está illegalmente detento, ou que seu crime é afiançavel, o soltará, ou o admittirá á fiança.

SECÇÃO III

Motivos de decisão

Art. 353. A prisão julgar-se-ha illegal:

- 1.º Quando não houver uma justa causa para ella ;
- 2.º Quando o réo esteja na cadeia sem ser processado, por mais tempo do que marca a lei ;
- 3.º Quando a autoridade, que o mandou prender, não tenha direito de o fazer.
- 4.º Quando já tem cessado o motivo que justificava a prisão.

SECÇÃO IV

Audiencia e informação

Cod. do Proc.: Art. 354. Si a prisão é em consequencia de processo civil, que interesse a algum cidadão, o juiz ou tribunal não soltará o preso sem mandar vir essa pessoa, e ouvir-a summariamente perante o queixoso.

Art. 355. Sendo possível, o juiz ou tribunal requisitará da autoridade, que ordenou a prisão, todos os esclarecimentos que provem sua legalidade por escripto, antes de resolver a soltura do preso.

SECÇÃO V

*Casos de concessão, responsabilidade pela violencia,
indemnisação e effeitos da concessão*

Lel de 20 de Set. de 1871 : Art. 18. Os juizes de direito poderão expedir ordem de *habeas-corpus* a favor dos que estiverem illegalmente presos, ainda quando o fôsem por determinação do chefe de policia ou de qualquer outra autoridade administrativa, e sem exclusão dos detidos a titulo de recrutamento, não estando ainda alistados como praças no exercito ou armada.

A superioridade de gráo na ordem da jurisdicção judiciaria é a unica que limita a competencia da respectiva autoridade em resolver sobre as prisões feitas por mandado das mesmas autoridades judiciaes.

§ 1. Tem logar o pedido e concessão da ordem de *habeas-corpus* ainda quando o impetrante não tenha chegado a soffrer o constrangimento corporal, mas se veja delle ameaçado.

§ 2. Não se poderá reconhecer constrangimento illegal na prisão determinada por despacho de pronuncia ou sentença da autoridade competente, qualquer que seja a arguição contra taes actos, que só pelos meios ordinarios podem ser nullificados.

§ 3. Em todos os casos em que a autoridade, que conceder a ordem de *habeas-corpus* reconhecer que houve, da parte da que autorizou o constrangimento illegal, abuso de autoridade ou violação flagrante da lei, deverá, conforme fôr de sua competencia, fazer effectiva, ordenar ou requisitar a responsabilidade da que assim abusou.

§ 4. Negada a ordem de *habeas-corpus* ou de soltura pela autoridade inferior, poderá ella ser requerida perante a superior.

§ 5. Quando dos documentos apresentados se reconhecer evidentemente a illegalidade do constrangimento, o juiz, a quem se impetrar a ordem de *habeas-corpus*, poderá ordenar a immediata cessação, mediante caução, até que se resolva definitivamente.

§ 6. É reconhecido e garantido o direito de justa indemnização, e, em todo caso, das custas contadas em trestdobro, a favor de quem soffrer o constrangimento illegal, contra o responsavel por semelhante abuso de poder.

§ 7. A plena concessão do *habeas-corpus* não põe termo ao processo, nem obsta a qualquer procedimento judicial que possa ter logar em juizo competente.

§ 8. Não é vedado ao estrangeiro requerer para si ordem de *habeas-corpus*, nos casos em que esta tem logar.

Decr. de 22 de Nov. de 1871: Art. 75. O carcereiro detentor, escrivão ou official do juizo, que de qualquer modo embaraçar, demorar, ou difficultar, a expedição de uma ordem de *habeas-corpus*, a conducção e apresentação do paciente, ou a sua soltura, alem das penas, em que possa incorrer, na fórma da lei criminal (*), será multado na quantia de 40\$ a 100\$ pela autoridade competente.

(*) Cod. Crim. arts. 184 e 185.

TITULO IX. — Competencia e actos policiaes

CAPITULO I

COMPETENCIA POLICIAL

SECÇÃO I

Policia em geral

Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 1. A policia administrativa e judiciaria é incumbida, na conformidade das leis e regulamentos :

1. Ao ministro e secretario de estado dos negocios da justiça, no exercicio da suprema inspecção, que lhe pertence como primeiro chefe e centro de toda a administração policial do Imperio.

2. Aos presidentes das provincias, no exercicio da suprema inspecção, que nellas tem pela lei do seu regimento, como seus primeiros administradores e encarregados de manter a segurança e tranquillidade publica, e de fazer executar as leis.

3. Aos chefes de policia no municipio da côrte, e nas provincias.

4. Aos delegados de policia e subdelegados nos districtos de suas jurisdicção.

5. Aos juizes municipaes nos termos respectivos.

6. Aos juizes de paz nos seus districtos.

7. Aos inspectores de quartirão nos seus quarteirões.

8. As camaras municipaes nos seus municipios, e aos seus fiscaes.

SECÇÃO II

Policia administrativa

Reg. de 31 de Jan. de 1843 : Art. 3. São da competencia da policia administrativa geral, além das que se achão encarregadas ás camaras municipaes pelo tit. 3 da lei de 1 de Outubro de 1828:

1.º As attribuições comprehendidas no art. 12 §§ 1, 2 e 3 do Codigo do Processo.

2.º A attribuição de julgar as contravenções ás posturas das camaras municipaes. (Codigo do Processo Criminal, art. 12 § 7).

3.º As attribuições mencionadas nos §§ 3, 4, 5, 6, 7 e 9 do art. 4.º da lei de 3 de Dezembro de 1841.

4.º As attribuições mencionadas no art. 7 §§ 1, 2, 3 e 4 da mesma lei.

5.º As attribuições conteudas nos §§ 4, 5, 6 e 14 do art. 5 da lei de 15 de Outubro de 1827, e que a lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 91, conserva aos juizes de paz.

SECÇÃO III

Policia judiciaria

Reg. de 31 de Jan. de 1843 : Art. 3. São da competencia da policia judiciaria :

1. A attribuição de proceder a corpo de delicto, comprehendida no § 4 do art. 12 do Codigo do Processo Criminal.

2. A de prender os culpados, comprehendida no § 5 do mesmo artigo do dito Codigo.

3. A de conceder mandados de busca.

4. A de julgar os crimes, a que não esteja imposta pena maior que multa até 100\$, prisão, degredos, ou desterro, até seis mezes com multa correspondente á metade desse tempo, ou sem ella, e tres mezes de casa de correecção, ou officinas publicas, onde as houver. (Cod. do Proc. Crim. art. 12 § 7).

CAPITULO II

PASSAPORTE

SECÇÃO I

Passaporte no interior

Cod. do Proc.: Art. 114. Toda a pessoa que se fôr estabelecer de novo em qualquer districto de paz, deve apresentar-se pessoalmente, ou por escripto, ao juiz respectivo, o qual poderá exigir della as declarações, que julgar necessarias, quando se lho faça suspeita.

Art. 115. Todo o que não cumprir a obrigação pre-scripta no artigo antecedente, será chamado á presença do juiz de paz, por ordem deste, para ser interrogado sobre seu nome, filiação, naturalidade, profissão, genero de vida e actual pretensão.

Art. 116. Si o juiz, pelas respostas, não fôr convencido de estar o interrogado livre de crime, mandará, que este se retire para fóra do seu districto, no prazo que lhe fôr assignado, pena de ser expulso debaixo de prisão, excepto si provar que não tem crime, ou si der fiador conhecido e de probidade, que se obrigue a apresentar passaporte

dentro de certo prazo, sujeitando-se a uma multa, si o não fizer.

Art. 117. Verificando-se a expulsão, o juiz de paz publicará isto pelos jornaes que houverem na comarca, declarando o nome do expulso com todas as circumstancias que possão fazel-o conhecido; ou officiará ao presidente da provincia pedindo-lhe esta publicação por quaesquer outros jornaes, não os havendo na comarca.

Art. 118. Si o expulso em identicas circumstancias apparecer outra vez no mesmo districto, será punido com prisão por um mez; esta pena será tantas vezes repetida quantas fõrem as reincidencias.

O cidadão que viajar por mar ou por terra dentro do Imperio, não é obrigado a tirar passaporte, mas fica sujeito ás indagações dos juizes locais.

Art. 119. O passaporte deve ser passado pelo escrivão do districto, onde morar o que o pedir, no qual se declaro o nome, naturalidade, idade, profissão, estatura e os signaes mais caracteristicos, e que não tem crime nem obrigação de fiança em causa crime, e ainda a estes conceder-se-ha uma vez que se não passe para logar donde deixem de satisfazer a obrigação ou pena.

Art. 120. O passaporte será assignado pelo juiz de paz. A parte pagará para o juiz 40 réis, e para o escrivão 200 réis.

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 12. Ninguém poderá viajar por mar ou por terra, dentro do Imperio, sem passaporte, nos casos e pela maneira, que fôr determinada nos regulamentos do governo.

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 67. Os cidadãos brasileiros poderão viajar dentro do Imperio sem passaporte; mas nesse caso ficão sujeitos ás indagações dos subdelegados, os quaes poderão proceder ácerca delles, na fórma dos arts. 115, 116, 117 e da primeira parte do art. 118 do Codigo do Processo Criminal, quando fôrem suspeitos.

Art. 68. Não se exigirá passaporte, nem se embarçará por modo algum o trânsito:

1.º Quando o viajante, livre ou escravo, fôr conhecido por alguma das autoridades do logar.

2.º Quando duas pessoas de conceito do mesmo logar o conhecerem e abonarem.

3.º Para o transito habitual e frequente de umas fazendas para outras, e destas para as povoações e de umas povoações para outras, que mantenhão relações frequentes.

Art. 69. Aos empregados publicos, quando viajarem no exercicio das obrigações do seu emprego, ou para o ir exercer, servirão de paseaporte os seus titulos ou diplomas, que serão obrigados a apresentar, quando lhes fôrem exigidos.

Art. 70. Os escravos, e africanos livres, ou libertos, ainda que vão em companhia de seus senhores, ou amos, são obrigados a apresentar passaporte, salvo os casos do art. 68.

Art. 71. Os estrangeiros não poderão viajar sem passaporte. Exceptuão-se:

1.º Os que fôrem empregados no serviço publico do Imperio, aos quaes bastará os titulos, ou diplomas respectivos, na fórma do art. 69.

2.º Os agentes diplomaticos e consulares das nações estrangeiras, e os individuos que fôrem addidos ás legações e consulados, em quanto seguirem para o seu destino.

Si depois de estarem residindo na côrte, ou em qualquer cidade, ou villa, do Imperio no desempenho dos seus deveres, pretenderem viajar dentro do Imperio, lhes será preciso o passaporte, o qual lhes será dado na côrte pelo ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, e nas provincias pelos presidentes.

3.º Os que fizerem parte da tripolação de qualquer navio.

Os que entrarem por escala em algum porto de mar com passaporte estrangeiro, si se não demorarem mais de um mez, poderão sahir com o mesmo passaporte, comtanto que tenha o *visto* da autoridade policial competente.

Art. 73. Para se conceder passaporte a um estrangeiro, é sempre necessaria a apresentação de seu titulo de residencia.

Esta apresentação é sufficiente para a concessão do passaporte, independentemente das formalidades marcadas no artigo antecedente, si a viagem fôr dentro da mesma provincia.

Art. 74. O prazo para a validade de qualquer passaporte não poderá ser maior que o de quatro mezes.

Art. 75. Si antes de chegar ao ponto de seu destino tiver o individuo, que seguir por mar, necessidade de viajar por terra, o passaporte deverá ser apresentado ás autoridades policiaes dos logares pelos quaes passar, uma vez que nelles se demore mais de tres dias.

Com o *visto* destas autoridades continuará a ter vigor o mesmo passaporte por outro prazo, igual ao primeiro marcado.

Art. 76. Nos portos de mar, o *visto* da autoridade policial respectiva é indispensavel para a validade do passaporte obtido em outro lugar. Exceptua-se o caso em que o viajante segue viagem no mesmo navio em que entrou, demonstrando-se este no porto menos de tres dias.

Art. 77. São competentes na côrte e nas capitães das provincias para conceder passaportes os ministros e secretarios do estado, pela maneira até agora praticada, os presidentes das provincias, e os chefes de policia.

Fôra dessas capitães são competentes os delegados; e nas cidades, villas, ou freguezias, em que não residirem delegados, poderão os subdelegados concede-los, ainda mesmo a estrangeiros; porém os que fôrem dados pelos ditos subdelegados sómente terão vigor dentro da provincia.

Art. 78. Os passaportes expedidos pelos chefes de policia, delegados e subdelegados o serão segundo o modelo n. 1 (*), e por elles se exigirão os emolumentos marcados no art. 120 do Codigo do Processo Criminal.

Decr. de 10 de Jan. de 1855: Art. 8. Para o estrangeiro viajar de uma provincia para outra, e dentro dellas, é bastanto o passaporte com que entrou no Imperio, tendo o *visto* da autoridade competente, com a clausula—Para a provincia de...

O *visto* deve ser datado, assignado, gratuito e repetido tantas vezes sómente quantas o estrangeiro sair de uma provincia para outra.

(*) Vide adiante Cap. V.

Art. 9. Si, porém, o estrangeiro tiver vindo sem passaporte, ou perder aquelle com que entrou no Imperio, valerá para o mesmo fim com o *visto* da autoridade brasileira, na fórma do artigo antecedente, o passaporte do ministro, ou do consul e vico-consul respectivo, na falta daquelle.

Art. 10. O estrangeiro que no Imperio residir por dous annos, tendo algum estabelecimento e bôa conducta, ou fôr casado com brasileira, pôde viajar livremente como brasileiro, obtendo do chefe de policia o attestado de alguma das ditas condições; este attestado é revogavel por mudança de circumstancias.

Art. 11. Não havendo agente diplomatico ou consular, ou sendo o estrangeiro refugiado, colono, ou não estando no caso do artigo antecedente, o passaporte será passado pelo chefe de policia, delegado ou subdelegado, sendo sempre gratuito para o colono ou indigente.

Art. 12. São competentes para conceder passaporte, ou o *visto*, de que tratão os artigos antecedentes, os ministros de estado, ou officiaes maiores das respectivas secretarias na côrte, os presidentes ou seus secretarios nas capitães das provincias, os chefes de policia, delegados, ou subdelegados, no lugar do embarque, ou da sahida.

As attribuições, que por este decreto competem ao chefe de policia, delegados e subdelegados, não são cumulativas, mas serão exercidas pelo delegado no lugar em que não residir o chefe de policia, e pelo subdelegado onde não fôr a residencia do chefe de policia, ou delegado.

Art. 13. Á vista dos artigos antecedentes, ficão derogados, na parte respectiva, os artigos do Regulamento n. 120

de 31 de Janeiro de 1842, que se referem aos titulos de residencia e aos passaportes para os estrangeiros viajarem dentro do Imperio.

A disposição do artigo 87 do citado regulamento comprehendendo os estrangeiros.

Decr. de 21 de Set. de 1859: Art. 1. O visto dos passaportes dados a estrangeiros para viajarem de uma provincia para outra, ou dentro dellas, será da exclusiva competencia dos chefes de policia, delegados e subdelegados.

Art. 2. Fica nesta parte derogado o decreto n. 1531 de 10 de Janeiro de 1855.

SECÇÃO II

Passaporte a emigrantes

Decr. de 27 de Nov. de 1879: Art. 1. Ficão isentos de passaportes os emigrantes que transitão de um para outro ponto do Imperio.

Art. 2. A qualidade de emigrante será reconhecida á vista de certificado do agente official de colonização.

Art. 3. Ficão nesta parte derogados os Decr. n. 1531 de 10 de Janeiro de 1855 e n. 2466 de 21 de Setembro de 1859.

SECÇÃO III

Passaporte a escravos

Decr. de 10 de Jan. de 1855: Art. 1. Os capitães, ou mestres de navios, que, contra a disposição do art. 70 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, transportarem escravos

de umas provincias para outras sem passaporte, soffrerão a multa de 20\$ a 200\$, e prisão por oito dias, sem prejuizo das penas criminaes, em que incorrerem, e ficando os escravos retidos até ser provada a propriedade de quem os remetteu ou recebeu, si não fôrem pessoas conhecidas.

Art. 2. A referida multa e prisão serão impostas pelas autoridades policiaes do porto de sahida, trajecto ou entrada, pela mesma fórmula por que se procede no caso do art. 80 do dito regulamento.

Decr. de 1 de Dez. de 1871: Art. 45. Não se dará passaporte a escravos sem que sejam presentes á autoridade, que houver de dar o documento da matricula, cujos numeros de ordem, data e logar, em que foi feita, serão mencionados no passaporte, e, si fôrem acompanhados por seus filhos livres, devem os passaportes conter os nomes e mais declarações relativas a estes.

Decr. de 13 de Nov. de 1872: Art. 93. Não se dará passaporte a escravos, sem que sejam presentes á autoridade, que houver de dar os documentos da matricula, cujos numeros de ordem, data e logar, onde fôr feita, serão mencionados nos passaportes, e, si fôrem acompanhados por seus filhos livres, devem os passaportes conter os nomes e mais declarações relativas a estes.

SECÇÃO IV

Passaporte de entrada no pais

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 81. Os cidadãos brasileiros, que vierem de portos estrangeiros sem passaporte,

poderão livremente desembarcar, comtanto que declarem logo á visita o motivo por que vierão sem elle, ratificando a declaração nos primeiros tres dias perante o chefe de policia, e, quando este não resida no lugar, perante o delegado.

Si, por circumstancias que occorrêrão, se tornarem suspeitos, poderá a policia exigir que se lhe apresentem, dentro de curtos prazos, nunca menores de um mez. Esta inspecção, porém, nunca se estenderá além do um anno.

Art. 82. Quando algum estrangeiro, vindo de porto estrangeiro, entrar no Imperio sem passaporte, deverá a visita impedir-lhe o desembarque e dar parte ao chefe de policia, e, quando este não resida no lugar, ao delegado, que passará com maior urgencia a interroga-lo.

Si achar materia para suspeitar que seja malfeitor, deverá obrigar o navio a reexportal-o, dando conta disso ao ministro da justiça na côrte, e nas provincias aos presidentes.

Art. 83. Si não achar materia para suspeita, deverá permittir o desembarque, mas nos titulos de residencia haverá attenção a essa circumstancia, quando tiver de marcar os prazos da apresentação.

Em todo o caso deverá solicitar da respectiva secretaria do estado, ou dos presidentes nas provincias, a expedição das convenientes participações do consulado do Imperio, no ponto donde houver vindo o estrangeiro, declarando seu nome, signaes, circumstancias, e o navio que o trouxe, afim de que proceda ás necessarias indagações.

Art. 84. O resultado dessas investigações deve ser communicado pelo dito consulado ao ministro ou aos presidentes, que as houverem exigido, afim de ordenarem a prompta sahida do estrangeiro, si assim o exigir a natureza das informações.

Art. 85. Os commandantes e mestres das embarcações mercantes, ou de outra qualquer classe, á excepção sómento das de guerra, declararáo em relação por elles assignada a bordo, no porto em que entrarem, o numero, nomes, empregos, occupações e naturalidade dos passageiros, que trouxerem com passaporte ou sem elle, ou de quaesquer pessoas que não pertenção á matricula de suas embarcações, e não consentiráo que algum dos mesmos passageiros, ou outra qualquer pessoa, desembarquem sem ordem da visita da policia, sob pena de serem multados de 30\$ a 100\$ por cada pessoa.

Art. 86. Os presidentes das provincias, que confinarem com paizes estrangeiros, deveráo organizar e sujeitar á approvação do governo os regulamentos especiaes que convierem sobre passaportes, tendo muito em vista as circumstancias peculiares das localidades.

Art. 87. Quando em alguma provincia, comarea, ou torme, fór por qualquer maneira gravemente compromettida a segurança e tranquillidade publica, ou se tiverem commettido muitos e graves crimes, ou finalmente quando se achar infestada de grande numero de salteadores e facinorosos, poderá o governo ordenar que temporariamente não se permitta o transito em toda a provincia, ou em parte della, a pessoa alguma sem passaporte, sob pena de ser preso todo aquelle desconhecido que o não trouxer, e remettido á autoridade competente para proceder ás necessarias averiguações.

Art. 88. Em caso de urgencia poderá esta medida ser tomada provisoriamente pelo presidente da provincia, que a sujeitará á approvação do governo.

Art. 89. A mesma medida será annunciada com a possivel

antecedencia, e executada por modo tal, que por ella não venhão a soffrer aquelles individuos que vierem de logares onde não pudesse ainda ser conhecida.

Art. 90. A expedição de passaporte á pessoa nacional ou estrangeira, que não fôr notoriamente conhecida e acreditada, precederá a sua legitimação, feita perante a autoridade policial, a qual, depois de todas as averiguações necessarias, lhe mandará dar um titulo, na fórma do modelo n. 2. (*)

Decr. de 10 de Jan. de 1855: Art. 1. Ficão derogados os titulos de residencia, e dellos isentos os estrangeiros, que vierem ao Imperio.

Art. 2. Em cada uma das secretarias de policia, crear-se-ha um livro, que servirá para registro dos estrangeiros, que entrarem ou sahiem do Imperio.

Art. 3. No acto da visita da policia declararão os estrangeiros o seu nome, estado, naturalidade, profissão, e fim a que vierão, quando vierão, e para onde vão residir.

Nos logares em que não houver visita de policia, a sobre-dita declaração será feita perante o chefe de policia, delegado, ou subdelegado, dentro de 24 horas, depois do desembarque, sob a multa de 10\$ a 50\$, imposta pela autoridade competente.

Art. 4. A declaração de que trata o artigo antecedente, não deroga a obrigação, que aos commandantes e mestres de embarcações mercantes incumbe o art. 85 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, de declararem, em relação por elles assignada, o numero, nome, emprego, occupação

(*) Vide adiante cap. V.

e naturalidade dos passageiros que trouxerem com passaportes, ou sem elles.

Art. 5. As declarações do estrangeiro e do mestre, ou capitão, da embarcação serão transmittidas logo á secretaria de policia pelo encarregado da visita, ou pela autoridade que a receber.

Art. 6. O encarregado da visita da policia, o chefe de policia, ou delegado e subdelegado, a quem o estrangeiro se apresentar, examinará o seu passaporte, e, achando-o sem duvida, lh'o entregará com o *visto* datado e assignado.

Art. 7. Si houver duvida sobre a legitimidade do passaporte, ou vier sem elle o estrangeiro, o chefe de policia, delegado, ou subdelegado, deverá permittir o desembarque, si não houver materia para suspeitar que é malfeitor; si fôr, porém, suspeito, e não apresentar a seu favor attestado do ministro, e, na falta delle e do consul ou vice-consul respectivo, o chefe de policia, delegado ou subdelegado, obrigará o navio que o trouxe, a reexportal-o, dando conta disto ao governo na côrte e aos presidentes nas provincias.

Decr. de 26 de Jan. de 1871. Fica revogado o art. 17 do Decr. n. 1727 de 23 de Fevereiro de 1856, que exigio passaporte, ou guia, para os indios pertencentes á republica do Perú entrarem ou sahirem do territorio do Imperio.

SECÇÃO V

Passaporte para fóra do Imperio

Cod. de Proc. : Art. 118. Ficão em vigor as leis sobre passaportes para paizes estrangeiros.

Deer. de 2 de Maio de 1836. O regente... ordena:

Que todo o estrangeiro, que viajar de uma para outra provincia, ou sair para fóra do Imperio, solicite o seu passaporte na secretaria de estado dos negocios estrangeiros;

Que os nacionaes, que viajarem para fóra do Imperio, o solicitem tambem, conforme a seguinte regra:

1.º Os militares do exercito na secretaria de estado dos negocios da guerra.

2.º Os da armada na secretaria de estado dos negocios da marinha.

3.º Os juizes e mais officiaes adherentes á repartição da justiça, assim como os ecclesiasticos a esta respectiva secretaria.

4.º Os officiaes de fazenda á secretaria do tribunal do thesouro.

5.º Todos os mais, que não pertencerem por seus empregos a qualquer das repartições apontadas, á secretaria de estado dos negocios do Imperio.

Levando todas por taes passaportes o emolumento que lhes estiver marcado em lei em seu respectivo regimento, prece-dendo sempre a habilitação da policia, ou o conhecimento individual do proprio ministro de estado, que houver de assignar o passaporte.

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 72. Não se concederá passaporte a cidadão brasileiro para porto estrangeiro, ou a estrangeiro, ainda que seja de uma para outra provincia do Imperio, sem que sua sahida seja primeiramente annunciada nos jornaes por tres dias ao menos.

Onde não houverem jornaes, os annuncios se affixaráo na porta da freguezia e nos logares mais publicos.

Só no caso de necessidade urgente e especificada, se dispensará esta formalidade aos que prestarem fiança idonea.

O fiador se responsabilizará neste caso pelas dividas do afiançado, e se sujeitará á pena de multa até 200\$ no caso de se mostrar que o afiançado procurou esse meio para evadir-se a qualquer responsabilidade.

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 79. Ninguém poderá sahir para fóra do Imperio sem passaporte, á excepção das pessoas que fizerem parte das guarnições e tripolações dos navios de guerra nacionaes e estrangeiros.

Art. 80. Aquelles que tentarem sahir para fóra do Imperio sem passaporte, e os commandantes, ou mestres, de navios que sem elles os admittirem, ou occultarem, incorrerão nas penas de multa de 20\$ a 100\$, que poderá ser acompanhada de prisão até 15 dias, si houverem circumstancias aggravantes.

Esta pena pôde ser imposta pelas autoridades policiaes do logar da sahida, trajecto, ou entrada.

A falta do *visto*, nos casos em que elle deve ter logar. será punida com a multa de 10\$ a 50\$, ou prisão de tres a oito dias.

Decr. de 1 de Abril de 1843: Art. 1. As pessoas que fizerem parte das tripolações dos navios mercantes, nacionaes, ou estrangeiros, não são obrigadas a tirar passaporte para sahirem do Imperio, bastando a sua comprehensão na respectiva matricula.

Lei de 17 de Ag. de 1867: Art. 1. A disposição do artigo 12 da lei de 3 de Dezembro de 1841 é applicavel aos passaportes para fóra do Imperio.

Decr. de 6 de Mai. de 1868 : Art. 1. Os passaportes, para os nacionaes que sahirem do Imperio, são obrigatorios sómente quando o viajante fôr menor, filho-familias, mulher casada, ou escravo.

Neste caso, o passaporte não poderá ser concedido senão com expressa autorização do pai, tutor, marido, ou senhor.

Art. 2. Os estrangeiros, para sahirem do Imperio, deverão apresentar o passaporte com que nelle entrárão, ou, na falta desse passaporte, outro expedido pelas respectivas legações, ou consulados.

Art. 3. Taes passaportes, para valorem, dependem do *visto* da autoridade policial do logar do embarque, ou sahida.

O *visto* é sempre gratuito.

Art. 4. A disposição do art. 1 é applicavel aos estrangeiros domiciliados no Imperio.

Art. 5. As autoridades brasileiras deverão, todavia, conceder os passaportes, requeridos por nacionaes ou estrangeiros, que os quizerem por motivo de protecção e para facilidade do viajante.

Art. 6. A concessão do passaporte, ou do *visto*, não depende dos annuncios e formalidades exigidas pela legislação actual, que fica derogada.

Art. 7. A viagem, porém, póde ser impedida antes, ou depois, do passaporte, ou do *visto*, nos casos seguintes:

§ 1. Por ordem do governo, por motivos diplomaticos relativamente aos subditos estrangeiros.

§ 2. Pelas autoridades policiaes, ou judicias, si o individuo

estiver condemnado, pronunciado, ou mesmo indiciado em qualquer crime.

§ 3. Pelas autoridades judicarias nos casos em que pelas leis fiscaes civis, ou commerciaes, este procedimento tenha lugar.

Art. 8. Os passaportes serão expedidos pelas mesmas autoridades, que actualmente os concedem.

Art. 9. Em tempo de guerra, ou no caso do art. 87 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, as disposições deste regulamento poderão ser provisoriamente alteradas como fôr necessario.

CAPITULO III

LEGITIMAÇÕES

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 91. Para concessão da legitimação, as autoridades policiaes procederão do mesmo modo, e com as mesmas cautelas exigidas nos artigos antecedentes para a concessão do passaporte.

Art. 92. As legitimações serão expedidas segundo o modelo n. 2 (*). O prazo marcado para a duração não excederá de 8 dias.

Art. 93. As legitimações, além dos 1\$600, que se recolhem ao thesouro, pagarão 800 réis de emolumentos para os empregados, que as expedirem.

(*) Vide adiante cap. V.

CAPITULO IV

TITULO DE RESIDENCIA (*)

Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 94. Os estrangeiros, que entrarem no Brazil, deverão apresentar-se nos primeiros tres dias ao chefe de policia, si residir no lugar, senão ao delegado, e, finalmente, si não houver delegado no lugar, ao subdelegado, para obterem titulo de residencia. Exceptuão-se :

1. Os agentes diplomaticos e consulares das nações estrangeiras, e os individuos que forem addidos ás legações e consulados.

2. Os que pertencerem á tripolação de qualquer navio, e nelle residirem.

3. Os empregados no serviço nacional, civil, ou militar, emquanto nelle permanecerem.

Art. 95. Para obter o titulo de residencia, o estrangeiro deve declarar seu nome, sobrenome, naturalidade, idade, estado, profissão, fim para que veio, quando, e a sua residencia.

Art. 96. Estas declarações serão lançadas, segundo o modelo n. 3, em livro para esse fim destinado, guardado na secretaria da policia, onde houver, ou no cartorio do escrivão que em tal escripturação servir perante o delegado, ou subdelegado.

A declaração será assignada pelo estrangeiro, ou por uma testemunha a seu rogo, quando o não saiba, ou possa fazer.

Art. 97. Uma certidão desse termo, segundo o modelo

(*) Abolido pelo art. 1 do Decr. de 10 de Janeiro de 1855. Vide retro sec. IV.

n. 4, será na mesma occasião entregue ao estrangeiro, para lhe servir de titulo de residencia.

Nos portos em que houver visita de policia, esta deverá entregar aos estrangeiros, que chegarem, um cartão, segundo o modelo n. 5. (*)

Art. 98. O estrangeiro, que não tirar o titulo de residencia no tempo marcado, será multado pela primeira vez na quantia de 10\$ a 100\$, e, si dentro de oito dias depois de notificado não tirar, a multa poderá ser elevada até 200\$, acompanhada de tres a trinta dias de prisão.

Si oito dias depois de cumprir esta pena ainda insistir em não tirar o titulo, continuará a ser-lhe impostas as mesmas penas pela reincidencia, devendo a autoridade policial dar parte do occorrido á secretaria de estado dos negocios da justiça na côrte, e provincia do Rio de Janeiro, e nas qutras ao presidente, para que possa ser expulso do Imperio, si assim se julgar conveniente.

Art. 99. Aquelle que não reformar o titulo nos prazos nelle marcados, incorrerá na quarta parte destas penas.

A falta de communicação da mudança de residencia, ou profissão, sujeita á multa de 5\$ a 20\$, que se irá duplicando nas reincidencias até 200\$000.

Art. 100. O prazo marcado no titulo de residencia para sua duração não poderá ser menor que o de um mez, nem maior que o de um anno, e, na designação deste prazo, a autoridade policial regular-se-ha pelas circumstancias do individuo, sua residencia, e garantias de moralidade e bom procedimento que offerecer.

(*) Vide adiante cap. V.

CAPITULO V

MODELOS DE ACTOS POLICIAES

MODELO N. 1

PASSAPORTE N....

SIGNAES**Idade.....****Altura.....****Rosto.....****Cabellos.....****Olhos.....****Nariz.....****Boca.....****Côr.....****Barba.....**

Assignatura do portador.....

Custo do passaporte.

F... (emprego, e logar em que o exercita).

Concedo passaporte a F..., natural de..., profissão de..., para (logar para que vae); levando em sua companhia (tantas, pessoas, seus nomes, qualidades em que vão. (N. B. Sendo varões maiores de 21 annos, é necessario que se especifiquem os signaes).

Afiançado por F..., (si tiver prestado fiança), e apresentou tal documento (si tiver apresentado documento).

Valerá pelo tempo de. . .

Cidade ou Villa de..., (tantos) do mez de... do anno de...

(Assignado) F.....

MODELO N. 2

LEGITIMAÇÃO N. . .

SIGNAES

Idade

Altura

Rosto

Cabellos

Olhos

Nariz

Boca

Cor

Barba

Assignatura do portador

Custo da legitimação

Perante mim (chefe de policia ou delegado de...) legitimou-se para obter passaporte para (logar) F..., natural de..., levando em sua companhia..., (tantas) pessoas, seus nomes e qualidades em que vão. (N. B. Sendo varões maiores de 21 annos, é necessario que se especifiquem os signaes).

Afiançado por F..., (si tiver prestado fiança), e apresentou tal documento (si tiver apresentado documento).

Valcrá pelo tempo de...

Cidade ou Villa de... aos (tantos) do mez de... do anno de...

(Assignado) F.....

MODELO N. 3

MODELO DE APRESENTAÇÃO PARA LIVRO

Anno de... mez de...

(Dia)

F..., natural de..., idade de..., estado (tal), profissão de..., vindo para..., (o fim), declarou residir na rua de..., n.º... andar, e ter chegado no dia (tantos) do mez de..., anno de... vindo..., (si tiver vindo embarcado) no navio tal, do porto, cidade ou villa de..., (si o lugar de onde veio é porto, cidade ou villa do Imperio, deve accrescentar) tendo chegado ao Imperio no anno de..., aos... dias do mez de... vindo do (porto, cidade ou villa estrangeira de onde veio) no navio tal, (si veio embarcado), apresentou (tal ou tal documento, que ficou archivado), e assignou a seu rogo a testemunha F..., por não saber escrever F... (Deve tambem assignar quem escreveo o termo).

À margem deve lançar-se—estatura, côr, cabellos, olhos, nariz, boca, barba, rosto, pessoas de familia, e signaes particulares.

MODELO N. 4

Estatura.....	POLICIA DA CÔRTE, OU DA PROVINCIA TAL
Côr.....	<i>Título de residencia de estrangeiros</i>
Cabellos.....	
Olhos.....	Certifico, que á fl..., do livro, que serve
Nariz.....	para apresentações de estrangeiros nesta
Boca.....	cidade ou villa de..., consta ter-se apre-
Barba.....	sentado F..., natural de..., idade de..., es-
Rosto.....	tado de... profissão de..., vindo para (o
	fim), e declarou residir na rua de..., n....
	andar, e ter chegado no dia (tantos) do
	mez de..., do anno de..., (si tiver vindo
	embarcado), no navio tal, do porto, cidade
	ou villa de..., (si o lugar donde veio é
	porto, cidade ou villa do Imperio) deve
Signaes particulares.	accrecentar: tendo chegado ao Imperio no
	anno de..., aos..., dias do mez de..., vindo
	do (porto, cidade ou villa estrangeira, donde
	veio), apresentou tal ou tal documento, e
	veio no navio tal, (si veio embarcado), e
	com este titulo se apresentará no prazo de
	tres dias ao inspector de quarteirão, onde
	fôr residir para lhe pôr o visto.
Pessoas de familia.	Fica outrosim obrigado a não mudar de
	residencia, ou profissão, sem que o participe
	préviamente (e nos casos especiaes do regu-
	lamento se dirá a não mudar de municipio
	sem que etc.), para que isto lhe seja no-
	tado á margem do seu assento, sob pena
	de ser processado, segundo a lei.
Assignatura do apre-	Este só terá vigor pelo prazo de..., (e
sentado.	nos casos especiaes do regulamento se dirá).
	Este tem vigor para sempre.
	Cidade ou villa de..., aos..., dias do mez
	de... do anno de...

MODELO N. 5

DO CARTÃO

Todo o estrangeiro deve apresentar-se dentro de tres dias á (designação da autoridade policial do logar) na casa n.º..., da rua de..., para obter titulo de residencia, debaixo das penas estabelecidas no art. 98 do Regulamento n.º... de...

CAPITULO VI

INSPECÇÃO DOS THEATROS E ESPECTACULOS PUBLICOS

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 131. Pertence aos chefes de policia inspecionar os theatros e esepotaculos do termo em publicos, dentro que residirem.

E no caso de não poderem exercer por si mesmos esta inspecção, a poderão delegar, encarregando-a, no todo, ou em parte, ás autoridades judicias, ou administrativas, do logar, as quaes lhes darão conta do que occorrer.

Esta attribuição pertence nos seus districtos aos delegados que a exercerão na fôrma das leis, dos regulamentos e das instrucções que lhes derem os chefes de policia, aos quaes darão conta de tudo quanto occorrer de notavel sobre tal objecto.

Os delegados do termo, em que residirem os chefes de policia, sómente a exercerão a respeito daquelles theatros e espectaculos, de cuja inspecção fôrem por elles designadamente encarregados.

Art. 132. Os chefes de policia, nos termos em que residirem, e os delegados nos outros, não consentirão que se levem a effeito nas ruas, praças e arrayaes, aquelles espectaculos publicos que não fôrem autorizados, na conformidade do art. 66 § 12 da lei de 1 de Outubro de 1828, e os que fôrem immoraes, ou dos quaes possam resultar desastres e perigo ao publico e aos particulares.

Art. 133. A autoridade, á qual fôr encarregada a inspecção de um theatro, ou de qualquer outro espectaculo

publico, deverá assistir a todas as representações, comparecendo antes de começarem, retirando-se depois de dissolvido o ajuntamento dos espectadores, e fiscalizando o pontual cumprimento dos annuncios ao publico, tanto no que diz respeito ao espectáculo em si, e á commodidade devida promettida aos espectadores, como á hora em que deve começar.

Art. 134. Deverá igualmente prover a que não se distribua um numero de bilhetes de entrada excedente ao numero de individuos, que póde conter o recinto destinado aos espectadores.

Art. 135. Nenhum theatro, casa de espectáculo, circo, amphitheatro, ou qualquer outra armação permanente, ou temporaria, para representação de peças dramaticas, ou mimicas, jogos, cavalhadas, danças, e outros quaesquer divertimentos licitos, poderá ser patente ao publico sem que primeiramente tenha sido inspecionado pelo chefe de policia, ou delegado respectivo, que fará verificar si a construcção ou arranjo é tal, que afiance a segurança e commodidade dos espectadores.

Art. 136. Além disto, o director, ou empresario, tambem préviamente concertará com o chefe de policia, delegado, ou autoridade, a quem fôr encarregada a inspecção do theatro ou espectáculo, as horas em que deverá começar e findar o mesmo espectáculo, de dia ou de noite, e o numero dos espectadores.

Art. 137. Nenhuma representação terá logar sem que haja obtido a approvação, e o visto do chefe de policia, ou

do delegado, que o não concederão quando offenda a moral, a religião, e a decencia publica.

Si a representação não fôr recitada, a approvação deverá recahir sobre o programma.

Art. 138. A autoridade, á qual fôr encarregada a inspecção do theatro, ou espectaculo, deverá vigiar que o programma e o recitado sejam conformes ao approvado, e que os actores não procurem dar ás palavras e gestos um sentido equivoco, ou offensivo da decencia e moral.

Art. 139. Deverá vigiar que dentro do theatro, ou no recinto destinado para o espectaculo, se observe a ordem, decencia, e silencio necessarios, fazendo sahir immediatamente para fóra os que o merecerem, remettendo-os á autoridade competente (quando o não fôr), para proceder na forma da lei, si o caso assim o exigir.

Art. 140. Não consentirá que nas portas, escadas e corredores, se conservem pessoas paradas, impedindo a entrada e sahida, ou incommodando de qualquer modo os que entrarem ou sahirem; nem que os bilhetes de entrada se vendão por maior preço do que o estabelecido, quer por conta da empresa, quer de particulares, que os tenham comprado para os tornar a vender.

Art. 141. Os chefes de policia e delegados obrigarão os empregados no scenario, impondo-lhes a pena de multa até 100\$, ou de prisão até um mez, em quanto não estiverem findos, ou dissolvidos, os seus contratos, a que os cumprão, para que se não interrompão os espectaculos, ou deixem de cumprir-se as promessas feitas ao publico.

Art. 142. Nos theatros e espectaculos publicos, em que houver camarotes, será um destinado para a autoridade encarregada de os inspecionar. Naquelles em que os não houver, ser-lhe-ha sempre franqueada a entrada gratuita.

Art. 143. A guarda, ou força, destinada para manter a ordem nos theatros e espectaculos publicos, ficará inteiramente á disposição da autoridade encarregada de os inspecionar, e sómente poderá obrar por ordem sua.

CAPITULO VII

CORRESPONDENCIA DAS AUTORIDADES POLICIAES

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 185. Os subdelegados de policia, que o fôrem nos districtos das cidades capitães das provincias, em todas as segundas-feiras remetterão, por intermedio dos delegados, aos chefes de policia, uma circumstanciada relação, que deverá conter a declaração :

1. De todas as pessoas, que tiverem entrado de novo, ou sahido, no seu districto, em o decurso da semana antecedente, com passaporte, ou sem elle, com declaração do seu destino e modo de vida.

2. Dos termos de bem-viver e de segurança, que se tiverem assignado, e dos motivos por que.

3. Dos corpos de delicto, que se houverem feito, com especificação da natureza e circumstancias dos crimes.

4. Das pronuncias, que tiverem decretado, com prisão, ou sem ella.

5. Das buscas e achadas, que tiverem feito.

6. Das prisões dos culpados, que se houverem effectuado, e das fianças, que tiverem concedido.

7. Dos presos, que tiverem sido soltos em virtude de despachos, sentenças, ou ordens de *habeas-corpus*.

8. Dos procedimentos, que tiverem havido a respeito de sociedades o ajuntamentos illicitos.

9. Dos processos, que tiverem definitivamente julgado nos casos de sua competencia.

Art. 186. Esta relação comprehenderá todas as observações relativas ao estado actual do seu districto em tudo o que pertence á policia.

Art. 187. Os chefes de policia darão, para estas relações, um modelo, que será o mais simples e facil possivel. Não serão as mesmas relações acompanhadas de officio de remessa.

Art. 188. Extraordinariamente, e em qualquer occasião, participaráo aos ditos chefes de policia, por intermedio dos delegados, quaesquer acontecimentos graves, que occorrerem e interessarem a ordem publica, tranquillidade e segurança dos cidadãos, e bem assim lhes representaráo sobre a necessidade de qualquer providencia, que delles dependa.

Art. 189. Os subdelegados, que o fôrem nos districtos das cidades, ou villas, cabeças de comarca, farão as mesmas participações e representações, nos termos dos artigos 185, 186 e 188.

Art. 190. Os subdelegados dos districtos de fóra das cidades, ou villas, farão as participações na fórmula dos artigos 185, 186 e 188 aos delegados respectivos, nos dias 1 e 15 de cada mez, estando em distancia de 20 leguas, e no 1º de cada mez sómente, estando em maior distancia; e aos mesmos delegados

dirigiráo as representações convenientes todas as vezes que fôrem necessarias.

Art. 181. Os delegados dos districtos, de que trata o artigo antecedente, no dia 15 de cada mez remetterão aos chefes de policia uma mappa com o extracto de todas as relações e participações, que tiverem recebido no mez antecedente dos subdelegados, com as observações relativas ao estado da comarca, pelo que pertence á policia, e extraordinariamente lhes farão as participações e representações na forma do artigo 188.

Art. 182. Os chefes de policia participarão diariamente aos presidentes das provincias tudo quanto occorrer, pelo que respeita á ordem e tranquillidade publica na capital, e naquellas partes da provincia, de que tiverem noticia.

Além disto, lhes communicaráo, immediatamente que cheguem á sua noticia, os acontecimentos graves e notaveis, que occorrerem, e lhes requererão as providencias e auxilios, de que necessitarem.

CAPITULO VIII

REQUISIÇÃO DE FORÇA PUBLICA

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 20. Os chefes de policia, juizes municipaes, delegados e subdelegados, requisitarão dos respectivos commandantes a força armada, que fôr necessaria para manter a ordem, segurança e tranquillidade publica, para a prisão dos criminosos, e outras diligencias, e ordenaráo nas cidades, villas, povoações e estradas, as patrulhas e rondas que fôrem precisas.

Estas requisições serão primeiramente dirigidas aos corpos

de policia, quando os houver no logar, e nasua falta, ou quando não tiverem praças disponiveis, aos da guarda nacional.

CAPITULO IX

INSPECÇÃO DAS PRISÕES E DA SUA ECONOMIA

Reg. de 31 de Jan. de 1843 : Art. 144. A inspecção geral das prisões das provincias pertence aos chefes de policia, que a exercerão por si, nos termos em que residirem, e por meio dos delegados e subdelegados, nos outros termos.

Art. 145. Ainda mesmo nos termos em que residirem, poderão os chefes de policia encarregar a inspecção de tal, ou tal prisão, a este ou áquelle delegado, ou subdelegado.

Art. 146. Nesta inspecção se haverão os delegados e subdelegados na fórmula prescripta no presente regulamento, e nos especiaes que o chefe de policia der para cada prisão, o qual será posto em execução depois de approved provisoriamente pelo presidente da provincia, que o levará ao conhecimento do ministro da justiça, para que possa obter approvação definitiva, e guardar-se a possível uniformidade.

Art. 147. Os regulamentos especiaes, que organizarem os chefes de policia, versarão sobre as providencias necessarias em attenção á posição, capacidade e mais circumstancias peculiares das prisões e da localidade, e sobre o modo de applicar-lhes as regras e providencias geraes estabelecidas no presente.

Art. 148. Os presos deverão ser classificados por sexos, idades, moralidade e condições, separando-se essas classes,

quanto fôr possível, e observando-se o maior numero de subdivisões que permittir o edificio.

Estas classificações e divisões serão estabelecidas, bem como o modo pratico de as pôr em execução, no regulamento especial da prisão, e nunca ficarão ao arbitrio do carcereiro.

Art. 149. Os que fôrem recolhidos á cadeia sómente em custodia, os recrutados e os que sendo presos antes de culpa formada, nos casos em que essa prisão tem lugar, não estiverem ainda pronunciados, serão, sempre que fôr possível, postos em lugar separado, sem communicação com os pronunciados e criminosos.

Art. 150. A autoridade encarregada da inspecção de uma prisão deverá visita-la no principio de cada mez, pelo menos, e examinar si os presos estão bem classificados, si recebem bons alimentos, si têm tido nota da culpa, si as prisões se conservão no devido asseio, e si os regulamentos são observados.

Quando o promotor publico estiver no lugar, deverá ser sempre presente á visita, para requerer a bem dos presos e dos seus livramentos o que fôr de direito.

Do que occorrer na visita se lavrará termo em livro para esse fim destinado.

Art. 151. As mesmas autoridades deverão mandar ao chefe de policia, no principio do mez de Janeiro de cada anno, um relatorio sobre o estado das prisões, cuja inspecção lhes pertence, declarando o numero dos presos que nellas fôrão recolhidos durante o mesmo anno, e o maximo e minimo a que chegou.

Sobre esses relatorios formarão os chefes de policia um geral, que remetterão ao ministro da justiça e ao presidente da provincia.

Art. 153. Quando o expediente da prisão o exigir, poderá o carcereiro ter um ajudante, um chaveiro e um escrevente.

Art. 154. Quando na occasião da soltura o preso se recusar ao pagamento da carceragem, o carcereiro poderá demoral-o por tres dias, si fôr livre e tiver meios para pagar; mas neste caso entender-se-ha, que renunciou ao mesmo pagamento.

Si o preso fôr escravo, não será entregue emquanto esse pagamento não se effectuar.

Art. 155. Qualquer demora fóra do caso, e além do prazo marcado no artigo antecedente, sujeitará o carcereiro, além das penas em que possa incorrer, á multa de 20\$ a 100\$, que lhe será imposta pelo chefe da policia, delegado, ou sub-delegado.

Art. 156. Pela mesma maneira incorrerá na mesma pena, si exigir dos presos alguma quantia na occasião da entrada, estada, ou sahida, a pretexto de melhor commodo e tratamento, ou outro de qualquer natureza que seja.

Art. 157. Aos presos pobres se fornecerá almoço e jantar, pareos, porém saudaveis.

Os regulamentos especiaes marcarão a tabella das rações e o modo de as fornecer, preferindo, sempre que fôr possivel, o meio de concurso annual.

Art. 158. Haverá nas cadeas, além dos mais livros que os regulamentos especiaes possão exigir (todos numerados, rubricados e encerrados pelo delegado do districto), um para as entradas e sahidas dos presos, no qual o carcereiro lançará o nome, sobrenome, naturalidade, idade, filiação, estado, estatura

e signaes particulares dos que entrarem, declarando qual a autoridade, a cuja ordem se acharem, e bem assim outro livro de obitos para os que fallecerem.

Os chefes de policia darão os necessarios modelos para a escripturação.

Art. 159. As notas de culpa, as intimações de sentenças e os alvarás de soltura serão apresentados ao carcereiro, antes que aos presos, para que ponha verba no assento da entrada, da qualidade da culpa e do nome das testemunhas que as ditas notas mencionarem; assim como do dia da intimação da sentença, da pena que ella decretar, e da data em que é apresentado o alvará de soltura, declarando quaes os escrivães que passarão taes papeis, e os juizes que os houverem assignado.

Quando o preso vier acompanhado de guia para cumprir sentença, será ella transcripta por extenso no assento de entrada.

Art. 160. Na margem das folhas do livro de entradas e sahidas se reservará espaço sufficiente para as observações ácerca dos factos que occorrerem, como mudanças de prisão, entrada e sahida da enfermaria, obito, etc.

Art. 161. Quando aconteça fallecer algum preso, o carcereiro dará immediatamente parte á autoridade encarregada da inspecção da prisão, e ao juiz da culpa, quando estiver no logar, e, não estando, a qualquer outra autoridade criminal, ou policial, que estiver mais proxima, a qual com facultativo, quando o houver, e na presença de duas testemunhas, procederá a um exame no cadaver, para verificar a identidade da pessoa, lavrando-se de tudo o que se passar o competente auto, que será escripto no livro competente pelo escrivão da culpa,

ou da autoridade que presidir no mesmo auto, e assignado por todos e pelo carcereiro.

Neste auto será transcripto o assento de prisão do fallecido, e se escreverão as declarações que fizer o facultativo sobre a morte e suas causas provaveis.

Art. 162. O escrivão da culpa extrahirá immediatamente certidão do dito auto, e juntando-a ao processo, o fará concluso ao juiz, para julgar extinta a accusação, ou a execução da sentença, contra o finado, quando se ache evidentemente provada a identidade da pessoa, ou para mandar proceder como fôr de direito, no caso contrario.

Art. 163. Não consentirão as autoridades encarregadas da inspecção das prisões que pessoa alguma, á excepção dos presos e empregados, pernoite na cadeia, nem tolerarão jogos de dados, cartas e outros quaesquer, e tão pouco que nella se introduzam instrumentos que possam servir para arrombamento, armas e bebidas espirituosas. (Ord. liv. 1 tit. 33)

Art. 164. O carcereiro é o responsavel pelo asseio das prisões, em cujo serviço poderá empregar (dentro do recinto dellas), pela maneira que fôr marcada no respectivo regulamento especial, os presos, cada um por sua vez (Ord. liv. 1, tit. 33 § 6), quando não apresentem quem por elles faça esse serviço.

Art. 165. O carcereiro não poderá estar fóra da cadeia depois do sol posto, sem licença escripta da autoridade encarregada da sua inspecção, nem comprar, ou vender, cousa alguma aos presos, e menos receber delles presentes, donativos, ou depositos. (Ord. liv. 1 tit. 33 § 1)

Art. 166. Os presos deverão obedecer promptamente ao carcereiro em tudo o que fôr relativo á sua bôa guarda, e policia das prisões, representando depois á autoridade encarregada de inspecionar, contra as injustiças e violencias que entendão ter soffrido. (Ord. liv. 1 tit. 33 § 6)

Art. 167. Para se fazer obedecer e reprimir quaesquer actos, que possam perturbar o socego das prisões, e destruir a ordem e disciplina, que nellas deve reinar, poderão os carcereiros encerrar por tempo conveniente em prisão solitaria os presos desobedientes, rixosos, e turbulentos, sollicitando do inspector das mesmas prisões outras medidas mais efficazes, quando essa não produza o seu effeito, ou quando não hajão prisões solitarias no edificio.

Art. 168. Os regulamentos especiaes marcarão a hora de silencio para as cadeas, e a essa hora se fecharão as portas exteriores até ao amanhecer, abrindo-se unicamente para a entrada de presos, ou por causa justificada de muita ponderação.

Art. 169. Marcarão igualmente os mesmos regulamentos as horas e o modo, por que se ha de passar revista ás prisões, grades, portas, etc., em ordem a verificar-se si tem e conservão a segurança precisa, e si ha tentativa de arrombamento; as horas e maneira por que se ha de fallar aos presos, e tudo quanto disser respeito ao regimen policial interno das mesmas prisões.

Art. 170. Os carcereiros deverão conservar as portas interiores do cada prisão constantemente fechadas, não consentindo que saia preso algum, sem ordem escripta da autoridade competente. (Ord. liv. 1 tit. 77 § 2)

Porém, ainda mesmo nesse caso, quando tiverem de mandar um preso fóra, nunca o confiarão a menos de dous guardas.

CAPITULO X

INQUERITO POLICIAL

Decr. de 22 de Nov. de 1871 : Art. 38. Os chefes, delegados e subdelegados de policia, logo que por qualquer meio lhes chegue a noticia de se ter praticado algum crime commum, procederão em seus districtos ás diligencias necessarias para verificação da existencia do mesmo crime, descobrimento de todas as suas circumstancias e dos delinquentes.

Art. 39. As diligencias, a que se refere o artigo antecedente, comprehendem :

- 1.º O corpo de delicto directo.
- 2.º Exames e buscas para apprehensão de instrumentos e documentos.
- 3.º Inquirição de testemunhas, que houverem presenciado o facto criminoso, ou tenham razão de sabe-lo.
- 4.º Perguntas ao réo e ao offendido.

Em geral tudo o que fôr util para esclarecimento do facto e das suas circumstancias.

Art. 40. No caso de flagrante delicto, ou por effeito de queixa ou denuncia, si logo comparecer a autoridade judiciaria competente para a formação da culpa a investigar do facto criminoso, notorio, ou arguido, a autoridade policial se limitará a auxiliar-a, colligindo *ex-officio* as provas e esclarecimentos, que possa obter, e procedendo, na esphera de suas attribuições, ás diligencias que lhe fôrem requisitadas pela autoridade judiciaria, ou requeridas pelo promotor publico, ou por quem suas vezes fizer.

Art. 41. Quando, porém, não compareça logo a autoridade

judiciaria, ou não instaure immediatamente o processo da formação da culpa, deve a autoridade policial proceder ao inquerito ácerca dos crimes communs de que tiver conhecimento proprio, cabendo a acção publica; ou por denuncia, ou a requerimento da parte interessada, ou no caso de prisão em flagrante.

Art. 42. O inquerito policial consiste em todas as diligencias necessarias para o descobrimento dos factos criminosos, de suas circumstancias e dos seus autores e complices; deve ser reduzido a instrumento escripto, observando o seguinte:

1.º Far-se-ha corpo de delicto, uma vez que o crime seja de natureza dos que deixão vestigios.

2.º Dirigir-se-ha a autoridade policial com toda a promptidão ao logar do delicto; e ahi, além do exame do facto criminoso e de todas as suas circumstancias e descripção da localidade em que se deu, tratará com cuidado de investigar e colligir os indicios existentes, e apprehender os instrumentos do crime e quaesquer objectos encontrados, lavrando-se do tudo auto, assignado pela autoridade, peritos e duas testemunhas.

3.º Interrogará o delinquente, que fôr preso em flagrante, e tomará logo as declarações juradas das pessoas, ou escolta, que o conduzirem, e das que presenciarem o facto, ou delle tiverem conhecimento.

4.º Feito o corpo de delicto, ou sem elle, quando não possa ter logar, indagará quaes as testemunhas do crime, e as fará vir á sua presença, inquirindo-as sob juramento a respeito do facto e suas circumstancias, e de seus autores, ou complices.

Estes depoimentos na mesma occasião serão escriptos resumidamente em um só termo, assignado pela autoridade, testemunhas e delinquente, quando preso em flagrante.

5.º Poderá dar busca com as formalidades legais para apprehensão das armas e instrumentos do crime, e de quaesquer

objectos a elle referentes; e desta diligencia se lavrará o competente auto.

6.º Terminadas as diligencias e autuadas todas as peças, serão conclusas á autoridade, que proferirá o seu despacho, no qual, recapitulando o que fôr averiguado, ordenará que o inquerito seja remettido, por intermedio do juiz municipal, ao promotor publico, ou a quem suas vezes fizer; e na mesma occasião indicará as testemunhas mais idoneas, que porventura ainda não tenham sido inquiridas.

Desta remessa dará immediatamente parte circumstanciada ao juiz de direito da comarca.

Nas comarcas especiaes a remessa será por intermedio do juiz de direito que tiver a jurisdicção criminal do districto, sem participação á outra autoridade.

7.º Todas as diligencias relativas ao inquerito serão feitas no prazo improrogavel de cinco dias, com assistencia do indiciado delinquente, si estiver preso, podendo impugnar os depoimentos das testemunhas.

Poderá tambem impugnal-os nos crimes afiançados, si requerer sua admissão aos termos do inquerito.

8.º Nos crimes, em que não tem logar a acção publica, o inquerito feito a requerimento da parte interessada, e reduzido a instrumento, ser-lhe-ha entregue para o uso que entender.

9.º Para a notificação e comparecimento das testemunhas e mais diligencias do inquerito policial se observaráõ, no que fôr applicavel, as disposições que regulão o processo da formação da culpa.

Art. 43. Si, durante o inquerito policial, a autoridade judiciaria competente para a formação da culpa entrar no procedimento respectivo, immediatamente a autoridade

policia! lhe communicará os esclarecimentos e resultado das diligencias que já tenha obtido, e continuará a cooperar nos termos do artigo 40.

Não ha prevenção de jurisdicção no acto do inquerito policia! para o effeito de poder a autoridade judiciaria, ou o promotor publico, dirigir-se a qualquer autoridade policia!, e requisitar outras informações e diligencias necessarias; ou para o effeito de poder *ex-officio* cada qual das autoridades policiaes colher esclarecimentos e provas a bem da mesma formação da culpa, ainda depois de iniciada.

Art. 44. Os juizes de direito das comarcas especiaes, e os juizes municipaes dos termos das comarcas geraes, recebendo directamente, por parte da autoridade policia!, o inquerito, delle tomarão conhecimento, e o transmittirão ao promotor publico, ou a quem suas vezes fizer, depois que verificarem si do mesmo inquerito resultão vehementes indicios de culpa por crime inafiançavel contra alguém; e, neste caso, reconhecida a conveniencia da prompta prisão do indiciado, deverão logo expedir o competente mandado, ou requisição.

Si não existir no termo promotor publico, ou adjunto, nomearão pessoa idonea, que sirva no caso sujeito.

Quando o proprio juiz effectivo não puder encarregar-se da instrucção do processo, por affluencia de trabalho, ou impedimento legitimo, transmittindo o inquerito ao promotor, ou adjunto, ou a quem fôr nomeado na falta delles, deverá logo declarar que seja requerido o respectivo substituto, ou supplente, que de preferencia é o que tem jurisdicção no districto do crime.

TITULO X.—Infracção dos regulamentos do governo

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 112. As infracções dos regulamentos que o governo organizar para a execução da presente lei, serão punidas, guardado o respectivo processo, com pena de prisão, que não poderá exceder a tres mezes, e de multa até 200\$000.

O mesmo governo especificará nos ditos regulamentos qual a pena que deverá caber a cada uma infracção.

Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 463. O producto das multas impostas em virtude do presente regulamento será entregue aos procuradores das camaras municipaes, afim de coadjuval-as nas despezas que fazem com o jury, e com as custas dos processos dos presos pobres.

Art. 464. As penas de prisão e de multas estabelecidas no presente regulamento, em virtude do art. 112 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 serão sempre impostas com audiencia verbal ou por escripto (segundo o exigir a natureza do caso e as circumstancias) da pessoa em quem tiverem de recahir, e á sua revelia, quando não responder no prazo que lhe fôr marcado (o qual nunca excederá a tres dias), ou não comparecer.

Art. 465. Si esta em sua resposta allegar factos o

declarar que quer proval-os, ser-lhe-hão para esse fim concedidos oito dias, dentro dos quaes deverá apresentar todos os documentos e testemunhas que tiver em seu favor, cujos depoimentos serão escriptos no processo que se formar.

Lei de 30 de Set. de 1871: Art. 39 § 14. O governo poderá, no regulamento que der para a execução da presente lei, impôr prisão até tres mezes e multa até 200\$; e fará consolidar todas as disposições legislativas e regulamentares concernentes ao processo civil e criminal.

TITULO XI. — Custas

SECÇÃO I

Condemnação nas custas

Cod. do Proc.: Art. 307. Todos os que decahirem da acção, em qualquer instancia que fôr, serão condemnados nas custas, excepto o promotor, e neste caso pagar-se-hão pelo cofre da municipalidade.

E quando se decidir, que houve abuso no facto que se denunciou, mas que o accusado não é criminoso, por não ser elle o autor do abuso, ou por lhe assistir alguma das excepções que o livrão da imputação, o accusador pagará as custas.

SECÇÃO II

Taxa e cobrança das custas

Cod. do Proc.: Art. 49. Os juizes de paz, juizes municipaes, promotores, escriptaes e officiaes de justiça, perceberão os emolumentos marcados nas leis para os actos que praticarem.

Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 31. Os juizes municipaes e de orphãos pelos actos, que praticarem, tanto no

civil como no crime, perceberão dobrados os emolumentos marcados no alvará de 10 de Outubro de 1754 para os juizes de fóra e orphãos das comarcas de Minas-Geraes, Cuyabá e Mato-Grosso.

Art. 98. A expedição dos autos e traslados não poderá ser retardada pela falta do pagamento das custas, as quaes poderão ser cobradas executivamente.

Art. 99. Sendo o réo tão pobre que não possa pagar as custas, perceberá o escrivão a metade dellas do cofre da camara municipal da cabeça do termo, guardado o seu direito contra o réo quanto á outra metade.

Art. 100. Os julgamentos nos processos criminaes terão logar independentemente do sello e preparo, que poderão ser pagos depois.

Art. 113. As autoridades de que trata esta lei, continuarão a perceber os emolumentos marcados nas leis em vigor, salva a disposição do art. 21.

Reg. de 31 de Jan. 1843 : Art. 465. Os chefes de policia, juizes de direito, delegados, subdelegados, escrivães e officiaes de justiça, perceberão pelos actos e diligencias que praticarem, nos negocios policiaes e criminaes, os emolumentos e salarios marcados no alvará de 10 de Outubro de 1754 para as provincias de Minas-Geraes, Goyaz e Mato-Grosso, os chefes de policia e juizes de direito os que percebão os ouvidores de comarca, e os delegados e subdelegados os que levavão os juizes de fóra.

Art. 466. Os juizes municipaes perceberão por taes actos

e diligencias os emolumentos que percebão os juizes de fóra em dobro ; não se estendendo esta disposição favoravel o excepcional aos escriptães e officiaes de justiça do seu juizo, que os haverão singelos.

Art. 467. As autoridades criminaes de que trata este regulamento, os escriptães, e officiaes de justiça têm o direito de cobrar executivamente a importancia dos emolumentos e salarios, que lhes fôrem devidos, e contados na conformidade dos artigos antecedentes e das leis em vigor ; quer das partes que requererem, ou a favor de quem se fizerem as diligencias, e praticarem os actos antes da sentença ; quer das que fôrem condemnadas ; quer finalmente do cofre da municipalidade, nos termos do art. 307 doCodigo do Processo Criminal.

Art. 468. Não poderão os escriptães retardar o andamento, remessa e expedição dos autos, e a extracção e entrega dos traslados, a pretexto da falta do pagamento das custas, sob pena de se lhes fazer effectiva a responsabilidade pelo delicto do art. 129 § 6 doCodigo Criminal.

Art. 469. Si o réo condemnado fôr tão pobre que não possa pagar as custas, o escriptão haverá metade dellas do cofre da camara municipal da cabeça do termo, ficando-lhe salvo o direito para haver a outra metade do mesmo réo, quando meliore de fortuna.

Art. 470. Tambem se não retardará a expedição o julgamento dos processos criminaes e policiaes, em qualquer instancia, pela falta do sello e preparo ; e, quando findo o processo, alguma quantia se dever do dito sello, o escriptão do feito, como fiscal neste caso, a haverá da parte vencida, e a

— 222 —
autuação da causa, para a respectiva, e a respectiva
ou a respectiva, que, para a, a respectiva.

A autuação da causa, para a respectiva, e a respectiva
autuação da causa, para a respectiva, e a respectiva
autuação da causa, para a respectiva, e a respectiva
autuação da causa, para a respectiva, e a respectiva
autuação da causa, para a respectiva, e a respectiva
autuação da causa, para a respectiva, e a respectiva

Art. 431. As apellações e recursos consistirão a ser
preparados com a importância das apellações, impugnações e
recursos, estabelecidas pelas leis em vigor, para
serem apresentadas às Relações, salvo se as mesmas apella-
ções e recursos de prova pública.

Art. 432. Os promotores publicos haverão as partes, ou
do cofre da municipalidade, na conformidade do art. 37 do
Codigo do Processo Criminal, os seguintes emolumentos:

- 1.º Por offerecimento de libello, 1\$600.
- 2.º Por cada sustentação no jury, nos termos dos arts. 261 e
265 do Codigo do Processo Criminal, 3\$200.
- 3.º Pela sustentação da accusação por meio de arrazoados
escriptos, que tenham logar em qualquer processo policial ou
criminal, ainda que os mesmos arrazoados sejam mais de um,
2\$400.

SECÇÃO III

Regimento de custas

Lei de 3 de Jul. de 1881 : Art. 1. Fica o governo
autorizado :

§ 1. A organizar um novo regimento de custas. (*)

(*) Em virtude desta autorização foi organizado o regimento de custas de 3
de Março de 1883, hoje substituído por novo regimento.

Art. 2. As disposições autorizadas pelo art. 1 serão desde logo postas em execução, ficando, porém, sujeitas a ulterior aprovação do poder legislativo.

Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 29 § 6.º O governo fica autorizado a rever o regimento de custas. (*)

(*) O governo organizou novo regimento de custas, que baixou com o Decr. de 2 de Setembro de 1874, hoje em vigor.

TITULO XII — Estatística

CAPITULO I

CONSTITUIÇÃO DA ESTATISTICA

SECÇÃO I

Estatística criminal

Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 171. Na primeira occasião em que o réo comparecer perante a autoridade policial ou criminal, lhe será perguntado o seu nome, filiação, idade, estado, profissão, nacionalidade, o logar do seu nascimento, e si sabe lêr ou escrever, lavrando-se das perguntas e das respostas um acto separado, com a denominação de auto de qualificação.

Art. 172. A autoridade policial ou criminal que houver organizado o processo, em que faltar semelhante auto, será multada na quantia de 20\$ a 60\$, pela autoridade ou tribunal superior que tomar conhecimento do mesmo processo, por meio de recurso ou de appellação.

Art. 173. Cada subdelegado é obrigado a remetter ao delegado do termo, até o dia 15 de Janeiro e de Julho de cada anno, um mappa semelhante ao do modelo n. 1, dos crimes comprehendidos no § 7 do art. 12 do Codigo do Processo que houver julgado definitivamente, e se tiverem commettido no

semestre antecedente, sob pena de 10% a 30% de multa, no caso de falta não justificada, a qual lhe será imposta pelo chefe de policia.

Art. 174. Os juizes municipaes remetterão nas mesmas épocas, e debaixo de igual pena, imposta pelo mesmo modo, ao chefe de policia um mappa organizado, segundo o modelo n. 2.

Art. 175. O delegado organizará até áquellas épocas, pela mesma maneira, outro mappa igual, e reduzindo-o com os que lhe houverem enviado os subdelegados a um só, segundo o modelo n. 3, o remetterá com os parciaes ao chefe de policia até o dia 15 de Agosto e 15 de Fevereiro, debaixo da mesma pena mencionada no art. 173, a qual será igualmente imposta.

Art. 176. Os chefes de policia farão organizar mappas iguaes aos de n. 2, dos crimes ácima mencionados que houverem definitivamente julgado, e os farão reduzir depois com todos aquelles de que tratão os artigos antecedentes, a um só geral, segundo o modelo n. 4, classificando as observações que tiverem achado nos parciaes.

Art. 177. Os juizes de direito e os municipaes remetterão, debaixo das penas marcadas no art. 713 e no mesmo prazo, ao chefe de policia, uma relação circumstanciada de todos os crimes de responsabilidade e contrabando que houverem julgado, com todas as indicações e declarações constantes do mappa n. 5. Com as relações assim enviadas pelo juiz de direito e pelo juiz municipal, organizará o chefe de policia dous mappas semelhantes.

Art. 178. Quando tiver sido commettido algum delicto e não houver tido logar a formação do respectivo processo por falta absoluta de indícios ou provas ácerca de quem fôsse o delinquente, ou, tendo-se procedido ao competente summario, tiver este sido julgado improcedente (havendo-se comtudo reconhecido a existencia de um crime), os juizes municipaes, delegados e subdelegados o declararãõ na casa das observações dos mappas que remetterem aos chefes de policia, especificando o numero dos crimes, a sua natureza e as circumstancias que ácerca delles fôrem conhecidas.

Art. 179. Os juizes de direito, 15 dias depois do encerramento de cada sessão do jury, organizarãõ um mappa semelhante ao modelo n. 5, e remetterãõ ao chefe de policia, sob pena, no caso de falta, de soffrerem uma multa de 30\$ a 90\$, que lhes será imposta pela Relação, á qual os chefes de policia darão conta das faltas que os mesmos juizes commetterem, tendo-os ouvido por escripto préviamente.

Art. 180. Os mappas de que trata o artigo antecedente serão acompanhados de uma exposição, que deverá conter:

- 1.º O juizo motivado dos ditos juizes de direito ácerca de cada uma das decisões do jury;
- 2.º A indicação motivada das causas a que attribuirem a frequencia dos crimes ou de uma ou outra especie dos mesmos;
- 3.º A indicação motivada dos defeitos e lacunas que tiverem encontrado nas leis e regulamentos.

Art. 181. O chefe de policia fará reduzir todos os mappas que receber dos juizes de direito a um geral, conforme o modelo n. 6, e á vista d'elle, das exposições que fizerem os mesmos juizes de direito, segundo o artigo antecedente, e do que lhes

constar por sua propria experiencia, organizará um relatório geral que, com os mappas de que tratão os arts. 176 e 177, será annualmente remettido á secretaria do estado dos negocios da justiça, por intermedio do presidente da provincia. (*)

Art. 182. O ministro e secretario de estado dos negocios da justiça, fazendo reduzir a um só todos os mappas geraes que houver recebido dos chefes de policia, e classificando todos os factos e observações que constarem dos relatorios ácima mencionados, organizará de tudo uma conta geral ácerca do estado da administração da justiça criminal no Imperio, a qual será annualmente apresentada (impressa) á assembléa geral legislativa, e remettida a todos os juizes e tribunaes.

Art. 183. Os mappas relativos a um anno sómente deverão conter os crimes commettidos nelle, e por isso quando aconteça venhão a ser julgados em um anno crimes commettidos nos anteriores, serão comprehendidos em um mappa separado, supletorio dos do anno anterior, a que pertencerem.

Art. 184. Quando por causa de grandes distancias, em que residirem os subdelegados, dos delegados, e estes e os juizes municipaes, dos chefes de policia, não lhes fór possível organizar e remetter os mappas de que tratão os artigos antecedentes, nos prazos nelles marcados, poderão os presidentes das provincias amplia-los, ouvido o chefe de policia.

(*) Os mappas de que tratão este artigo e os anteriores estão substituidos por outros modelos dados pelo Decr. de 17 de Agosto de 1878, como adiante se verá.

SECÇÃO II

Tempo da estatística

Decr. de 17 de Ag. de 1878 : Art. 1. (*) A estatística policial e judiciaria versará sobre os factos pertencentes a cada anno; mas a primeira, relativa ao corrente anno, será liquidada em 1879, o presente ao poder legislativo em 1880.

Similhantermente se procederá, sem interrupção, nos annos seguintes, de modo que haja sempre o espaço de um anno para a collecção dos factos e formação da estatística annual.

Art. 2. No fim de cada periodo de dez annos as estatísticas annuaes serão reduzidas o uma só, relativa ao decenio.

Aos mappas do decenio serão addicionados os numeros comprehendidos nos mappas suppletorios de que trata o art. 25, 3ª parte.

SECÇÃO III

Da estatística policial

Decr. de 17 de Ag. de 1878 : Art. 3. A estatística policial comprehende:

§ 1. As finanças provisórias. — Modelo n. 1.

§ 2. Os termos de segurança e bem-viver. — Modelos ns. 2 e 3.

(*) Antes deste decreto regulou a estatística policial e judiciaria o Decr. de 30 de Dezembro de 1863, hoje revogado pelo art. 29 do Decr. de 17 de Ag. de 1878.

§ 3. Os inqueritos policiaes. — Modelo n. 4.

§ 4. As detenções ou prisões preventivas. — Modelo n. 5.

§ 5. O preparo dos processos pelas autoridades policiaes.
— Modelo n. 6.

§ 6. A formação da culpa e pronuncia ou não pronuncia (paragrapho unico do art. 9 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, e art. 12 do Decr. n. 4824 de 22 de Novembro do mesmo anno). — Modelo n. 7.

§ 7. Os crimes de responsabilidade commettidos pelos delegados, subdelegados e officiaes, que servirem porante elles e o chefe de policia. — Modelo n. 8.

§ 8. Os crimes commettidos, sejam ou não conhecidos os réos. — Modelo n. 9.

§ 9. Os accidentes ou factos notaveis. — Modelo n. 10.

§ 10. O movimento dos estrangeiros, que entrão ou sahem.
— Modelos ns. 11 e 12.

Art. 4. Os mappas parciaes da estatistica policial serão organizados e remettidos aos chefes de policia pelos funcionarios seguintes, a saber :

§ 1. Polos juizes de direito e seus substitutos, juizes municipaes e seus supplentes, juizes de paz e autoridades policiaes, os mappas parciaes a que se refere o § 1 do artigo antecedente.

§ 2. Pelos juizes de paz e autoridades policiaes, os mappas parciaes, referentes ao § 2 do artigo antecedente.

§ 3. Pelas autoridades policiaes, os mappas parciaes, a que se referem os §§ 3, 5 e 7 a 10 do artigo antecedente.

§ 4. Pelas mesmas autoridades e pelos juizes de direito e seus substitutos, juizes municipaes e seus supplentes e juizes de paz, os mappas parciaes a que se refere o § 4.

§ 5. Pelas autoridades mencionadas no parographo anterior, menos os juizes de paz, os mappas parciaes de que trata o § 5 do artigo precedente.

Art. 5. O mappa dos accidentes e factos notaveis (§ 9 do art. 3) será acompanhado de mappas especiaes relativos aos suicidios e accidentes das estradas de ferro, minas officinas industriaes e vehiculos publicos.

A respeito dos suicidios, o mappa especial mencionará não só o seu numero e os meios por que forão praticados, mas tambem as causas que os determinarão.

Quanto aos accidentes das estradas de ferro, minas e officinas industriaes, o mappa especial declarará o numero, a natureza, a causa e os effeitos dos accidentes, assim como o numero das victimas.

Art. 6. A formação dos mappas geraes da estatistica policial, e dos especiaes, de que trata o § 6 do art. 3, incumbe aos chefes de policia na côrte e provincias.

SECÇÃO IV

Estatistica judiciaria.

Dec. de 17 de Ag. de 1878 : Art. 7. A estatistica judiciaria se dividirá em criminal, civil, commercial e penitenciaria.

SECÇÃO V

Estatistica criminal

Dec. de 17 de Ag. de 1878: Art. 8. A estatistica criminal comprehende:

§ 1. Quanto á competencia das autoridades judicarias:

N. 1. As fianças provisórias. (Art. 31 do Decr. n. 4824).

—Modelo n. 1.

N. 2. As definitivas.—Modelo n. 13.

N. 3. Os *habeas-corpus*.—Modelo n. 14.

§ 2. Quanto á competencia dos juizes de paz:

N. 1. Os julgamentos das infracções de posturas.—Modelo n. 15.

N. 2. Os processos de locação de serviços feita por estrangeiros.—Modelo n. 16.

N. 3. Os processos contra os que allicião colonos obrigados a outrem por contrato.—Modelo n. 17.

§ 3. Quanto á competencia dos juizes municipaes:

N. 1. O preparo, pronuncia ou não pronuncia, e julgamento de processos.—Modelo n. 18.

N. 2. Os julgamentos das infracções dos termos de segurança e bem-viver.—(Art. 16 n. 2 do Decr. n. 4824).—Modelos ns. 19 e 20.

§ 4. Quanto á competencia dos supplentes dos juizes municipaes, substitutos dos juizes de direito, e autoridades policiaes, o preparo do processo nos crimes policiaes. (Art. 47 do Decr. n. 4824). —Modelo n. 21.

§ 5. Quanto á competencia dos juizes de direito:

N. 1. A pronuncia ou não pronuncia e julgamentos. — Modelos ns. 22, 23, 24 e 25.

N. 2. Os recursos. — Modelo n. 26.

N. 3. As appellações. — Modelo n. 27.

N. 4. Os julgamentos do jury. — Modelo n. 28.

§ 6. Quanto á competencia dos mesmos juizes e dos municipaes, a execução das sentenças criminaes.—Modelo n. 29.

§ 7. Quanto á competencia das Relações:

N. 1. Os recursos.—Modelo n. 30.

N. 2. As appellações.—Modelo n. 31.

N. 3. Os crimes julgados.—Modelo n. 32.

§ 8. Quanto ao Supremo Tribunal de Justiça:

N. 1. As revistas.—Modelo n. 33.

N. 2. Os crimes julgados.—Modelo n. 34.

Art. 9. Os mappas goraes da estatistica criminal em relação á côrte competem á secretaria da justiça, e em relação ás provincias, aos presidentes dellas.

Art. 10. Para este fim serão remettidos ao governo na côrte e presidentes nas provincias:

§ 1. Pelos juizes de paz, os mappas parciaes de que trata o art. 8 § 1 n. 1 e § 2.

§ 2. Pelos juizes municipaes, o mappa parcial de que trata o art. 8 § 1 ns. 1 e 2 e § 3.

§ 3. Pelos supplentes, por intermedio dos juizes municipaes, o mappa parcial de que trata o art. 8 § 1 n. 1 e § 4.

§ 4. Pelos substitutos, por intermedio dos juizes de direito perante quem servirem, os mappas parciaes mencionados no art. 8 § 1 n. 1 e § 4.

§ 5. Pelos juizes de direito, os mappas parciaes a que se refere o art. 8 §§ 5 e 6.

§ 6. Pelos presidentes das Relações, os mappas parciaes de que trata o art. 87 § 1 n. 3 e § 7.

§ 7. Pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, os mappas parciaes indicados no art. 8 § 1 n. 3 e § 8.

Art. 11. Os mappas do art. 8 § 5 n. 4, além da exposição exigida pelo art. 180 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, serão acompanhados:

SECÇÃO VI

Estatística civil

Decr. de 17 de Ag. de 1878 : Art. 12. A estatística civil comprehende:

§ 1. As conciliações.—Modelo n. 36.

§ 2. As causas julgadas pelos juizes de paz.—Modelo n. 37.

§ 3. As causas civeis julgadas—Modelo n. 38 :

N. 1. Pelos juizes municipaes.

N. 2. Pelos juizes de direito das comarcas geraes.

N. 3. Pelos das especiaes.

§ 4. As appellações interpostas :

N. 1. Para os juizes de direito.—Modelo n. 39.

N. 2. Para as Relações.—Modelo n. 40.

§ 5. As revistas.—Modelo n. 41.

§ 6. A execução das sentenças civeis — Modelos ns. 42 e 43 :

N. 1. Pelos juizes de direito.

N. 2. Pelos juizes substitutos.

N. 3. Pelos juizes municipaes.

§ 7. Os inventarios.—Modelo n. 44.

§ 8. As tutelas.—Modelo n. 45.

§ 9. As interdições e curatelas.—Modelo n. 46.

§ 10. Os testamentos.—Modelo n. 47.

§ 11. As acções de liberdade.—Modelo n. 48.

§ 12. As hypothecas.—Modelo n. 49.

§ 13. As alienações de immoveis transcriptos.—Modelo n. 50.

§ 14. Os divoreios.—Modelo n. 51.

Art. 13. Os mappas parciaes de que trata o artigo antecedente serão organizados e remettidos pelos funcionarios seguintes, a saber :

§ 1. Pelo juiz de paz, os mappas dos §§ 1 e 2 do art. 12.

§ 2. Por intermedio dos juizes de direito :

N. 1. Pelos juizes municipaes, os mappas do § 3 n. 1 e § 6 n. 3.

N. 2. Pelos substitutos dos juizes de direito, o mappa do § 6 n. 2.

§ 3. Pelos juizes de direito, os mappas do § 3 ns. 2 e 3, § 4 n. 1, § 6 n. 1 e §§ 7 a 13.

§ 4. Pelos presidentes das, Relações, o mappa do § 4 n. 2.

§ 5. Pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o mappa do § 5.

§ 6. Pelos vigarios geraes, o mappa do § 14.

Art. 14. A formação da estatística civil incumbe ao governo na côrte e presidentes nas provincias.

SECÇÃO VII

Estatística commercial

Deer. de 17 de Ag. de 1878: Art. 15. A estatística commercial comprehende:

§ 1. As acções commerciaes.—Modelo n. 38.

§ 2. As appellações commerciaes.—Modelo n. 40.

§ 3. As revistas.—Modelo n. 41.

§ 4. As execuções commerciaes.—Modelos ns. 42 e 43.

§ 5. As fallencias.—Modelo n. 52.

§ 6. As sociedades commerciaes registradas.—Modelo n. 53.

Art. 16. Os mappas parciaes relativos ao artigo antecedente são remettidos pelos seguintes funcionarios, a saber :

§ 1. Pelos juizes especiaes do commercio ou pelos juizes de direito, os mappas dos §§ 1, 4 e 5.

§ 2. Pelos presidentes das Relações, os mappas do § 2.

§ 3. Pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, os mappas do § 3.

§ 4. Pelas juntas commerciaes, os mappas do § 6.

Art. 17. A formação da estatistica commercial incumbe ao governo na côrte e presidentes nas provincias.

SECÇÃO VIII

Disposições communs

Decr. de 17 de Ag. de 1878: Art. 18. As estatisticas criminal, civil e criminal comprehendem tambem as suspeições dos membros dos tribunaes e juizes singulares (modelo n. 54), sendo organizados e remettidos os mappas respectivos :

§ 1.º Pelos juizes de paz.

§ 2.º Pelos juizes municipaes e de orphãos.

§ 3.º Pelos juizes de direito.

§ 4.º Pelos presidentes das Relações.

§ 5.º Pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 19. Os juizes de direito enviarão annualmente os mappas das correições e das sessões do jury. — Modelos ns. 55 e 56.

SECÇÃO IX

Estatística penitenciária

Decr. de 17 de Ag. de 1878 : Art. 20. A estatística penitenciária comprehende :

§ 1. O movimento dos galés.—Modelo n. 57.

§ 2. O movimento dos condemnados á prisão com trabalho.
—Modelo n. 58.

§ 3. O movimento dos condemnados á prisão simples. —
Modelo n. 59.

Art. 21. A formação desta estatística incumbe aos chefes de policia, que exigirão os mappas parciaes respectivos dos juizes das execuções, dos delegados e dos directores ou administradores dos diversos estabelecimentos ou casas de prisão.

Art. 22. Os mappas parciaes desta estatística serão acompanhados de informação relativa ao numero, capacidade, regimen e estado das prisões existentes em cada termo.

SECÇÃO X

Formação dos mappas geraes e organização da estatística

Decr. de 17 de Ag. de 1878 : Art. 23. Até o fim do mez de Junho de cada anno serão remettidos pelas autoridades competentes todos os mappas parciaes, relativos ao anno anterior e referidos nos capitulos II e III. (*)

Art. 24. Os chefes de policia, os presidentes das provincias e o director geral da secretaria da justiça, recebendo os mappas

(*) Vide hic : sec. 3 e sec. 4.

parciaes, farão reduzi-los a geraes, que com aquelles serão apresentados ao governo imperial até o fim de Dezembro de cada anno.

Art. 25. Os mappas geraes serão acompanhados de um relatorio especial em que os chefes de policia, os presidentes das provincias e o director geral da secretaria da justiça, comparando e apreciando as cifras constantes dos mesmos mappas, farão as considerações que julgarem convenientes sobre o estado moral da população e a administração da justiça.

A estatistica judiciaria deve conter sómente os crimes commettidos no anno respectivo.

Si, porém, fôrem julgados em um anno crimes commettidos nos annos anteriores, serão comprehendidos em mappas especiaes suppletorios da estatistica deesses annos anteriores, havendo um mappa suppletorio para cada anno anterior (Art. 183 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842).

Art. 26. A vista dos mappas geraes será organizada na secretaria da justiça a estatistica policial, judiciaria e penitenciaría, que deve ser presente ao corpo legislativo no principio da sessão annual.

Art. 27. É dispensada a remessa de quaesquer outros mappas sobre estatistica judiciaria oxigidos por circulares e regulamentos anteriores ao presente.

Art. 28. As infracções deste regulamento, além das multas impostas pelo Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842 a respeito da estatistica, sujeitão á suspensão e responsabilidade os empregados omissos.

MODELO N. 2

18...

TERMOS DE SEGURANÇA

Provincia d.....

Comarca d.....

Termo d.....

NUMEROS	NOMES	POR SUSPEITAS DE TENTATIVA		POR SUSPEITAS DE COMPLICIDADE	
		Contra as pessoas	Contra os bens	Contra as pessoas	Contra os bens

18...

MODELO N. 4

INQUERITOS POLICIAES

Provincia d.....

Comarca d.....

Freguezia d.....

Termo d.....

	CRIMES	NUMERO DOS INDIVIDUOS	AUTORIDADES QUE FIZERÃO OS INQUERITOS
PUBLICOS			
PARTICULARES			
POLICIAES			

18...

MODELO N. 6

PROCESSOS PREPARADOS PELAS AUTORIDADES POLICIAES

Provincia d.....

Comarca d.....

Termo d.....

Freguezia d.....

	CRIMES	NUMERO DOS RÉOS COMPREHENDIDOS EM CADA PROCESSO	AUTORIDADES PRO- CESSANTES
PUBLICOS			
PARTICULARES			
POLICIAES			

18...

MODELO N. 9

CRIMES COMMETTIDOS

Provincia d.....

Comarca d.....

Termo d.....

Freguezia d.....

CRIMES	Numero	Quando commettidos	DELINQUENTES		CORPO DE DELICTO		INQUERITO	
			Conhecidos	Desconhecidos	Houve	Não houve	Houve	Não houve
PUBLICOS								
PARTICULARES								
POLICIAES								

ESTRANGEIROS QUE ENTRÃO

19..

Provincia d.....

Comarca d.....

Termo d.....

[illegible]

MODELO N. 12

ESTRANGEIROS QUE SAIRÃO

Provincia d.....

Comarca d.....

Termo d.....

Numero	SEXO	FAMILIA	NACIONALIDADE	PROFISSÃO
	Homens	Com		Agricultura
	Mulheres	Sem		Industria
				Commercio
				Artes
				Letras
				Clero
				Servico do-mestico

SECÇÃO II

Mappas da estatística criminal

MODELO N. 13

18...

FIANÇAS DEFINITIVAS

Provincia d.....

Comarca d

Termo d.....

CRIMES							
	Numero	Perante quem pres- tadas	Valor das fianças	Sem effeito. Art. 310 do Reg. n. 120 de 1842	Quebradas. Art. 311 do Reg. n. 120 de 1842	Extinçias pela fuga	Revogadas em re- curso
PUBLICOS							
PARTICULARES							
POLICIAES							

18...

HABEAS-CORPUS

Provincia d.....

Comarca d.....

Termo d.....

[illegible]

MODELO N. 18

18...

**MAPPA DOS PROCESSOS QUE FORÃO SUBMETTIDOS AO CONHECI-
MENTO DO JUIZ MUNICIPAL**

Provincia d.....

Termo d.....

Comarca d.....

CRIMES	PROCESSOS					NUMERO DOS RÉOS		
	Preparados	Em que houve pronuncia	Em que não houve pronuncia	De que houve recurso	Julgados	Conhecidos	Desconhecidos	Julgados
PUBLICOS								
PARTICULARES								
POLICIAES								

MODELO N. 21

18...

**MAPPA DOS PROCESSOS QUE FORÃO SUBMETTIDOS AO CONHECI-
MENTO D..... PARA O PREPARO**

Termo d.....

Comarca d.....

	CRIMES	Processos preparados	NUMERO DOS RÉOS	
			Conhecidos	Desconhecidos
PUBLICOS				
PARTICULARES				
POLICIAES				

MODELO N. 22

18...

MAPPA DOS PROCESSOS QUE FORÃO SUBMETTIDOS AO JUIZ DE
DIREITO DA COMARCA D.....

Provincia d.....

Termo d.....

Comarca d.....

CRIMES	Numero dos réos	PROCESSOS	AGGRA- VOS	RECUR- SOS	APPELLAÇÕES	NUMERO DOS RÉOS EM CADA PROCESSO	
		Instaurados	Providos	Procedentes	Confirmando as sentenças con- demnatorias	Condenados	Absolvidos
		Pronuncias	Não providos	Improcedentes	Confirmando as sentenças abso- lutorias	Execuções	
PUBLICOS							
PARTICULARES							
POLICIAES							

18..

CRIMES ESPECIAES. — LEI N. 662 — 1860

MODELO N. 24

	Provincias.	
	Comarcas.	
	Datas dos crimes.	
	Datas dos julgamentos.	
	Numero de processos.	
	Queixa	
	Particular. { Denun-	SEM COMENÇO
	Do Promotor { cia	
	Ex-officio.	
	O queixoso.	QUEM SUSTENTOU NO JUZO
	Seu procurador.	
	O denunciante.	
	Seu procurador.	
	O promotor.	
	Numero de réos.	
	Homens.	SEXO
	Mulheres.	
	Brazileiros.	NACIONA- LIDADE
	Estrangeiros.	
	Até 14 annos.	IDADES
	De 14 até 17.	
	De 17 até 21.	
	De 21 até 40.	
	De 40 para cima.	
	Solteiros.	ESTADO
	Casados.	
	Viuvos.	
	Pessoalmente.	MODO DO LITIGAMENTO
	Por procurador { Assen-	
	A' revelia. { ças	
	Comparecendo { Ausen-	
	A' revelia. { tes	
	Autores.	QUALI- DADES
	Cumplices	
	Simple tentativa	
	Roubo.	CRIMES
	Homicidio.	
	Resistencia comprehen-	
	dida na 1ª parte do art.	
	116 do Cod. Crim.	
	Bancarota.	
	Tirada de presos de que	
	tração os arts. 120 a	
	125 e 127 do Cod. Crim.	
	Moeda falsa.	
	Total dos crimes.	
		PENAS IM- POSTAS
	Por decisão do juiz.	ABSOLVI- ÇÕES
	Por prescripção.	
	Por perempção.	
	Appellações.	RECUR- SOS
	Dita das partes para a Relação.	

18..

22

MODELO
OLNE
DOS JUIZES DE DIREITO

CRIMES DE RESPONSABILIDADE. JUL

16...

MODELO

CRIMES

CRIMES DE RESPONSABILIDADE. JUIZAMENTO

SEU COMEÇO		QUEM SUSTENTOU NO JUÍZO		SEXO		IDADE		ESTADO		NACIONALIDADE		MODO DE LIVRAMENTO		QUALIDADES		CRIMES		PENAS IMPOSTAS		Absoluções.		Appellações.	
Particular.	Do Promotor.	Dennúncia	Seu promotor.	0 denunciante.	Seu procurador.	0 queixoso.	Ex-officio.	Por ordem superior.	Presos.	Pessoalmente.	Por procurador.	A' revelia.	Comparcendo	A' revelia.	Autores.	Cumplices.	Simples tentativa.						
Queixa.		Número de presos.																					
Comarcas.		Datas dos julgamentos.																					
Provincias.																							

MODELO N. 28

18...

ESTATISTICA CRIMINAL

Jury

~~~~~

Provincia d.....

Comarca d.....

Termo d.....

Presidente

Jurados      Maximo na sessão.....      Minimo.....

Promotor

Escrivão







**MODELO N. 28 a**

**QUANTO ÀS PENAS IMPOSTAS**

| CRIMES | Numero dos réos           |
|--------|---------------------------|
|        | Morte                     |
|        | Açoites                   |
|        | Inhabilitade para emprego |
|        | Suspensão de emprego      |
|        | Multa                     |
|        | Desterro                  |
|        | Degredo                   |
|        | Banimento                 |
|        | Prisão simples            |
|        | Prisão com trabalho       |
|        | Galés por tempo           |
|        | Galés perpetuas           |





MODELO N. 28 f  
QUANTO Á NATURALIDADE

| CRIMES | Numero dos réos | NACIONAES                          |
|--------|-----------------|------------------------------------|
|        |                 | Côrte                              |
|        |                 | Alagoas                            |
|        |                 | Amazonas                           |
|        |                 | Bahia                              |
|        |                 | Ceará                              |
|        |                 | Espirito-Santo                     |
|        |                 | Goyaz                              |
|        |                 | Maranhão                           |
|        |                 | Matto-Grosso                       |
|        |                 | Minas-Geraes                       |
|        |                 | Para                               |
|        |                 | Parahyba                           |
|        |                 | Paraná                             |
|        |                 | Pernambuco                         |
|        |                 | Planhy                             |
|        |                 | Rio-Grande do Norte                |
|        |                 | Rio de Janeiro                     |
|        |                 | Santa Catharina                    |
|        |                 | São Paulo                          |
|        |                 | São Pedro do Rio-<br>Grande do Sul |
|        |                 | Sergipe                            |
|        |                 | Estrangeiros                       |





— 295 —

**MODELO N. 28 1**

**OBSERVAÇÕES**

MODELO N. 29

EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS CRIMINAES

| Provincias | PENAS | Numero dos condemna-   |
|------------|-------|------------------------|
| Comarcas   |       | dos                    |
| Termos     |       | Data do cumprimento da |
|            |       | sentença               |
|            |       | Cumprirão a pena       |
|            |       | Fallecidos             |
|            |       | Perdoados              |
|            |       | Executados             |
|            |       | Fugidos                |
|            |       | Com boa conducta       |
|            |       | Reincidentes           |
|            |       | Ficão cumprindo sen-   |
|            |       | tença                  |





**MODELO N. 32**

18...

**CRIMES JULGADOS PELA RELAÇÃO D. . .**

| CRIMES | Numero dos réos | Absolvidos | Condemnados |
|--------|-----------------|------------|-------------|
|        |                 |            |             |



**MODELO N. 33**

18...

**SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Revistas Crimes**

| CRIMES | De que Tribunal interpostas | Numero dos réos em cada processo | Negadas e quando | Concedidas e quando | Quando começou o processo na 1ª instancia |
|--------|-----------------------------|----------------------------------|------------------|---------------------|-------------------------------------------|
|        |                             |                                  |                  |                     |                                           |





SECÇÃO III

*Mappas da estatística civil*

MODELO N. 36

18...

CONCILIAÇÕES

|                  | CONCILIAÇÕES |                 |
|------------------|--------------|-----------------|
|                  | Verificadas  | Não verificadas |
| Provincia d..... |              |                 |
| Comarca d.....   |              |                 |
| Termo d.....     |              |                 |
| Freguezia d..... |              |                 |
| Districto d..... |              |                 |



MODELO N. 38

JUIZO CIVEL

Ações julgadas pelo Juiz Municipal ou de Direito

18...

C. P.

|                          |  |
|--------------------------|--|
| Provincia                |  |
| Comarca                  |  |
| Termo                    |  |
| QUALIDADES               |  |
| Comminatorias            |  |
| Ordinarias               |  |
| Summarias                |  |
| Executivas               |  |
| INTENTADAS               |  |
| Em 18..                  |  |
| Em annos anteriores      |  |
| Contestadas              |  |
| A' revelia               |  |
| Confissão                |  |
| Preparadas pelo Juiz Mu- |  |
| nicipal supplente        |  |
| JULGADAS                 |  |
| Das intentadas em 18..   |  |
| Das de annos anteriores  |  |
| CONDEMNADAS              |  |
| Das intentadas em 18..   |  |
| Das de annos anteriores  |  |
| ABSOLVIDAS               |  |
| Embarços                 |  |
| Appellações              |  |
| Revisitas                |  |
| RECURSOS                 |  |
| Passarão em julgado      |  |
| Valor dos julgamentos    |  |

18...

**APPELLAÇÕES CIVEIS**

## Interpostas para os Juizes de Direito

[illegible]









18...

MODELO N. 43

MAPA DAS EXECUÇÕES DAS SENTENÇAS CÍVEIS SOBRE AÇÕES REALES OU COUSA CERTA

|  |                                   |
|--|-----------------------------------|
|  | Provincia                         |
|  | Comarca                           |
|  | Termo                             |
|  | Numero                            |
|  | Especies de acções                |
|  | Em 18.                            |
|  | Em annos anteriores               |
|  | Das começadas em 18.              |
|  | Das começadas em annos anteriores |
|  | Pela entrega                      |
|  | Pela execução do valor            |
|  | Por transacção                    |
|  | Valor da causa                    |
|  | Com                               |
|  | Sem                               |

**18...**

## INVENTARIOS

Provincia d.....

**Comarca d.....**

**Termo d.....**

[illegible]





























SECÇÃO VI

*Mappas da estatistica penitenciaria*

18...

MODELO N. 57  
MOVIMENTO DOS GALÉS

|  |                                   |                 |
|--|-----------------------------------|-----------------|
|  | Provincia                         |                 |
|  | Comarca                           |                 |
|  | Termo                             |                 |
|  | Numero                            |                 |
|  | Existião no anno anterior         |                 |
|  | Entrarão                          |                 |
|  | Livres                            |                 |
|  | Escravos                          |                 |
|  | Nacionaes                         |                 |
|  | Estrangeiros                      |                 |
|  | De 21 a 40 annos                  |                 |
|  | De 40 a 60 annos                  |                 |
|  | Galés perpetuas                   |                 |
|  | Galés temporarias                 |                 |
|  | Cumprirão pena                    | SAHIRÃO POR QUE |
|  | Fôrão perdoados                   |                 |
|  | Forão transferidos                |                 |
|  | Evadirão-se                       |                 |
|  | Fallecêrão                        |                 |
|  | Bôa                               | CONDUCTA        |
|  | Castigados discipli-<br>narmente  |                 |
|  | Incorrigiveis                     |                 |
|  | Reincidentes                      |                 |
|  | Já commettêrão ou-<br>tros crimes |                 |
|  | Existem                           |                 |

18..:

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Provincia                    |  |
| Comarca                      |  |
| Termo                        |  |
| Numero                       |  |
| Perpetua                     |  |
| Temporaria                   |  |
| Existião anteriormente       |  |
| Entrãção                     |  |
| Nacionaes                    |  |
| Estrangeiros                 |  |
| De 14 a 21 annos             |  |
| De 21 a 40 annos             |  |
| De 40 annos para mais        |  |
| Livres                       |  |
| Escravos                     |  |
| Perdoados                    |  |
| Cumprithão a pena            |  |
| Transferidos                 |  |
| Evadidos                     |  |
| Fallecidos                   |  |
| Bôa                          |  |
| Castigados disciplinadamente |  |
| Reincidentes                 |  |
| Incorrigiveis                |  |
| Jã cumpritho outra pena      |  |

18...

MODELO N. 59  
MOVIMENTO DOS CONDEMNADOS A PRISÃO SIMPLES

|  |                                   |
|--|-----------------------------------|
|  | Provincia                         |
|  | Comarca                           |
|  | Termo                             |
|  | Numero                            |
|  | Existião no anno anterior         |
|  | Entrarão                          |
|  | Nacionais                         |
|  | Estrangeiros                      |
|  | Homens                            |
|  | Mulheres                          |
|  | De 14 a 21 annos                  |
|  | De 21 a 40 annos                  |
|  | De 40 annos para mais             |
|  | Perdoados                         |
|  | Cumprirão a pena                  |
|  | Transferidos                      |
|  | Evadidos                          |
|  | Fallecidos                        |
|  | Bôa                               |
|  | Castigados discipli-<br>narmente  |
|  | Reincidentes                      |
|  | Já commetterão ou-<br>tros crimes |
|  | Existem                           |

SAIRÃO

CONDUCTA



**CLASSIFICAÇÃO DAS LEIS**

**DO**

**PROCESSO CRIMINAL E CIVIL**

**DO**

**IMPERIO DO BRAZIL**





**CLASSIFICAÇÃO DAS LEIS**

DO

# **PROCESSO CRIMINAL E CIVIL**

DO

**IMPERIO DO BRAZIL**

OU

## **CODIGO DO PROCESSO**

**Posto** em ordem de materias com toda a legislação referente nas  
suas duas partes ; — criminal e civil

PELO CONSELHEIRO

**Cristão de Alencar Araripe**

Desembargador da Relação da Côrte

**3.º VOLUME**

RIO DE JANEIRO

EM CASA DOS EDITORES-PROPRIETARIOS

**H. LAEMMERT & C.**

66, Rua do Ouvidor, 66

1884

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

## **PARTE II**

# **PROCESSO CIVIL**





# CODIGO DO PROCESSO

---

## PARTE II — Processo civil

### TITULO I—Fôro competente

#### SEÇÃO I

##### *Fôro privilegiado da côrte*

**Ord. liv. 3 tit. 3:** Todo o que fôr achado em nossa côrte, ou casa da supplicação, pôde ser citado para responder nella, ainda que seja morador em outra parte.

E assim os estrangeiros, sendo achados na côrte, poderão ser nella demandados em todos os casos, em que em nossos reinos o podem ser.

Porém não pôde nelle ser citado para ahi responder, si a ella veio chamado por nós, ou citado para testemunhar em algum feito, ou veio com alguma appellação ou aggravo, emquanto ahi por isso andar, nem em seis dias depois que acabar cada um dos sobreditos negocios, salvo si houver de ser demandado por contrato, que tenha feito na côrte em qualquer

tempo, ou fôr citado por pessoa, que o podia trazer a ella citado.

Porém quando os que na côrte podem, demandados, ser nella citados, ser-lhes-ha assignado termo, si o autor o requerer a que razoadamente possam tornar a suas casas e lá responder pela dita citação, ou em outro logar, onde segundo a fórma de seus contratos fôrem obrigados a responder.

E tudo que acima dito é, não se entenderá no que fôr achado na casa do Porto. (\*)

## SECÇÃO II

### *Fôro dos embaixadores*

**Ord. liv. 3 tit. 4:** Si algum vier á côrte com embaixada de fóra do reino ou de alguma cidade, ou villa de nossos reinos e senhorios, poderá sómente ser citado na côrte, pelo contrato, que nella tiver feito, depois que a ella veio por embaixador, e não por outro contrato, que antes ahi tivesse feito em algum tempo.

E isso mesmo poderá ser demandado por qualquer aução temporal, que não sendo intentada a esse tempo, pareceria o direito daquello, cuja a aução é: porque nesse caso poderá ser demandado até a aução ser perpetuada.

E si depois que esse embaixador tiver acabado a embaixada, e sem outra evidente necessidade estiver mais na côrte, passados dez dias, poderá geralmente ser em ella citado, como qualquer outro do povo.

E si elle demandar outrem na côrte durando o tempo da embaixada, poderá ser por elle reconvindo, em quanto durar a demanda, que elle assi principalmente fizer: salvo se essa demanda que elle fizer, fôr sobre injuria, furto, roubo, ou

---

(\*) Esta Ord. considera-se inapplicavel, em face da disposição constitucional, que abolio os privilegios não inherentes aos cargos. Const. art. 179 § 6.

damno que haja recebido, depois que de sua terra partio, e entrou em nossos reinos e senhorios.

Ou querendo perpetuar alguma aução temporal, que pareceria não sendo a esse tempo intentada, porque a demanda que por cada uma das ditas razões fizer, não lhe deve ser imputada, pois a fez por necessidade tão evidente, que razoadamente não se podia escusar.

1. Si algum embaixador a nós vier de fóra do reino com embaixada de algum principe, ou communiidade, tanto que entrar em nossos reinos e senhorios, o havemos por seguro de qualquer maleficio, que em elles houvesse commettido em qualquer tempo, antes de ser enviado com a dita embaixada, e bem assim a todos os que em sua companhia vierem pelo servir, e acompanhar na dita embaixada, não sendo nossos naturaes.

E por tanto não devem ser citados, accusados, nem demandados em nossa cõrte, nem em outra parte de nossos reinos, por taes maleficios, durando a embaixada, e mais dez dias, salvo accusando elles, ou cada um delles outrem, como dito é.

### SECÇÃO III

#### *Privilegio pessoal de fóro em razão do emprego*

**Ord. liv. 3 tit. 5:** O regedor da casa da supplicação, presidente da mesa do desembargo do paço, e o chanceller-mór, desembargadores do paço, e vedores da nossa fazenda, desembargadores da dita casa, presidente da mesa da consciencia, e os deputados della, escrivão da chancellaria da cõrte e os officiaes da justiça, que continuadamente nella andão, e os escrivães que escrevem perante os desembargadores, e corregedores do crime e civil della, e hão de Nós mantimento ordenado, e os escrivães de nossa fazenda podem trazer seus contendores á cõrte, si quizerem nella litigar, posto que

sejão autores, e posto que os réos sejão moradores nas comarcas do districto da casa do Porto.

Do qual privilegio isso mesmo usarão o escrivão da nossa puridade, e os nossos secretarios, e assim a pessoa que conosco despachar as petições do estado, mordomo-mór, camareiro-mór, alferes-mór, guarda-mór, meirinho mór, reposteiro-mór, anadel-mór, monteiro-mór, copeiro-mór, aposentador mór, coudel-mór, porteiro-mór, caçador-mór, almotacé-mór, vedor da nossa casa, em quanto andarem em nossa côrte. E isto pela occupação do serviço que continuadamente nos fazem nos ditos officios, de que não podem ser escusos.

E posto que algum dos sobre-ditos tenha contenda com outro algum de semelhante privilegio, em todo caso sempre litigarão na côrte.

1. Porém, si algum desembargador da casa da supplicação tiver contenda com outro desembargador da casa do Porto, o da casa da supplicação será demandado perante o corregedor da côrte, e o da casa do Porto perante o seu corregedor, seguindo o autor o foro do réo.

2. E o governador, chanceller, desembargadores da casa do Porto, e os escrivães della, que têm de nós mantimento, quer sejão réos, quer autores, poderão levar seus contendores á dita casa, si quizerem perante o corregedor della litigar, posto que os réos sejão moradores nas comarcas do districto da casa da Supplicação.

3. E o orfão barão menor de quatorze annos, e a fema menor de doze, e a viuva honesta, e pessoas miseraveis, ainda que sejão autores têm privilegio de escolher por seu juiz os corregedores da côrte, ou o juiz das anções novas na casa do Porto, sen lo do seu districto, ou os juizes ordinarios do logar, a que directamente pertenceria o conhecimento da causa, qual elles mais quizerem.

E esta mesma escolha e privilegio terá a viuva, e o orphão, nos feitos que ficarem começados por morte de seu marido, ou pai, ora fôsse autor, ora réo.

Porém si o orphão, viuva, ou outra pessoa miseravel tiver contenda com outra de semelhante qualidade, o autor seguirá o foro do réo, o qual réo poderá escolher o juiz ordinario, ou os corregedores da côrte, ou o juiz das auções novas da casa do Porto, sendo do seu districto, salvo si a contenda fôr sobre força nova, guarda, e deposito, soldada, ou jornal, porque nestes casos poderá o autor, ainda que privilegiado não seja, demandar perante os corregedores da côrte, ou perante o dito juiz da auções novas, si o dito corregedor ou juiz estiver no lugar, onde si a tal demanda devia tratar, ou perante os juizes ordinarios do dito lugar, a que o conhecimento pertencer.

E o que uma vez escolhe, será seu juiz, e não poderão mais nesse feito tomar outro.

E sendo cada uma das pessoas acima ditas dermandada perante os corregedores do civil da cidade de Lisbôa, poderá declinar para os juizes da dita cidade, e será a elles remettida.

4. E si o autor e réo fôrem moradores no districto da casa do Porto, não poderá o autor citar nem demandar o réo perante os corregedores das causas civeis da côrte na casa da supplicação.

E sendo moradores no districto da casa da supplicação, não poderá citar, nem demandar perante o corregedor e juiz das auções novas na casa do Porto.

E sendo o autor morador no districto da casa do Porto, poderá citar perante o juiz das auções novas della ao réo morador no districto da casa da supplicação.

E pelo mesmo modo o autor morador no districto da casa da supplicação, poderá citar perante os corregedores do civil della ao réo morador nas comarcas da casa do Porto.

5. O orphão, viuva, ou pessoa miseravel, não poderão escolher cada um dos ditos juizes nos casos que pertencerem a nós, ou a nossos direitos reaes, nem poderão nelles usar de tal privilegio, porque o conhecimento delles pertence aos officiaes, e desembargadores para isso deputados por nossas ordenações.

E todo o que dito é ácerca das viuvias, haverá logar nas mulheres honestas, e que hostamente viverem, posto que nunca

fôsses casadas, ainda que stem em idade para poderem casar. Porém si as viúvas ou mulheres honestas, que nunca fôrão casadas, tiverem jurisdição, não gozarão dos privilegios outorgados por essa Ordenação ás viúvas.

6. E si algum official da justiça da côrte, ou da casa do Porto, ou algum dos officiaes-móres acima nomeados, quizer citar, ou demandar em nossa côrte, ou casa do Porto, ou algum orphão, viúva, ou pessoa miseravel, ou o orphão, viúva, e pessoa miseravel, quizer demandar a algum official da justiça da nossa côrte, ou casa do Porto, ou algum dos ditos nossos officiaes-móres, perante algum juiz dos que podem escolher por seus privilegios, em tal caso faça-o saber a nós, para vêrmos a qualidade do feito, e do autor e réo, para mandarmos o que nos parecer justiça, e bem das partes.

7. E isto não haverá logar no regedor da casa da supplicação, desembargadores della, chanceller-mór, escrivão da chancellaria da côrte, presidente, e desembargadores do paço, presidente, e deputados da mesa da consciencia, governador, e desembargadores da casa do Porto, escrivães das chancellarias das ditas casas, védores da fazenda, escrivão da puridade, secretarios, e a pessoa que com nosco despacha as petições do estado, almotacé-mór, porque em todo caso que elles queirão demandar alguma viúva, orphão, ou pessoa miseravel, ou a viúva, orphão, e pessoa miseravel queirão demandar a elles, sempre o corregedor da côrte, ou o seu corregedor da casa do Porto ha de ser juiz: porque assim se contém no privilegio, que lhes temos dado, o qual precede todo o privilegio das viúvas, e pessoas miseraes, e quaesquer outros.

8. E os desembargadores da casa do Porto poderão demandar, quem lhes fôr contra seus privilegios pelos encoutos, perante os corregedores da côrte, si quizerem.

9. E mandamos, que em todo o caso que pertencer á almotaceria, seja o réo citado, e demandado perante o almotacé de seu fôro, onde o caso acontecer, sem embargo de qualquer privilegio de fôro, que o autor ou réo tenha, salvo estando nós,

ou a casa da supplicação nesse logar, porque então poderão disso tomar conhecimento os corregedores do civil da côrte.

10. Porém, nós poderemos mandar em todo caso por simples petição trazer perante nós por nosso especial mandado qualquer feito, ainda que seja da almotaceria, quando o houvermos por nosso serviço, porque assim foi usado pelos reis, que ante nós fôrão.

11. Os procuradores, escrivães, e enqueredores da nossa côrte poderão geralmente, por autoridade do juiz da chancellaria, citar fóra da côrte, e trazer a ella seus contendores perante o dito juiz da chancellaria, sobre seus sallarios, e escripturas, que tenham feitas, e merecido em ella, e assim os da casa do Porto poderão mandar citar pelos ditos sallarios ante o juiz da chancellaria da dita casa.

12. Os moradores das ilhas poderão ser demandados por aução nova perante os corregedores da côrte, sendo nella achados, posto que os contratos, porque são demandados sejam celebrados nas ditas ilhas.

E bem assim, quando fôrem demandados em algum logar dos nossos reinos, por contrato feito no dito logar, ou por razão de cousas situadas nos ditos logares, tanto que fôrem citados perante quaesquer justiças, logo devem ser remettidos aos corregedores da côrte, os quaes conhecerão dos ditos casos, e os determinaráõ, segundo fórma de seu regimento, e nossas Ordenações.

#### SECÇÃO IV

##### *Privilegio de fóro em razão da pessoa, e da obrigação*

**Ord. liv. 3 tit. 6:** Todos os que por bem de seus privilegios pódem trazer seus contendores á côrte, podem ser na côrte demandados, ainda que não sejam achados em ella.

E não poderão ser citados para outra parte, porque pois pelas occupações de seus officios lhes é concedido poderem



trazer seus contendores á côrte de qualquer parte do reino, com maior razão lh'o deve ser, que não possam ser em outra parte demandados senão em ella.

E isto se não entenderá no orphão, viuva, e pessoa miseravel, porque em estes se terá a maneira declarada no titulo precedente.

E bem assim os procuradores que procurão, escrivães que escrevem em nossa côrte, perante os officiaes de justiça, e todos os nossos moradores, que de nós têm moradia, ou mantimento, no tempo em que segundo nossa ordenação vencem moradia, ou mantimento, e todos os que com cada um dos sobreditos continuadamente viverem, e com elles andarem na côrte, todos estes não podem ser demandados, senão nella, posto que no dito tempo fóra della sejam achados, salvo si elles tiverem feito fóra da côrte alguma força, roubo, furto, injuria, ou qualquer outro maleficio, porque em cada um destes casos poderão ser demandados e accusados nos logares onde commetterão os maleficios, posto que ahi não sejam achados, se aquelles a que os maleficios forão feitos, os quizerão antes ahi accusar e demandar.

1. E bem assim, nos feitos das soldadas, guardas, e depositos, e em feitos de pequena quantidade, poderão ser demandados na terra, sendo nella achados, ou na côrte, onde mais aprouver aos autores.

2. E si algum privilegiado se obrigar por escriptura publica ou que tenha força de escriptura publica, nos casos em que se ella requer, a responder por alguma razão, ou a pagar alguma divida em certa villa ou logar ou perante certo e declarado juiz, poderá ahi perante elle ser citado e demandado, posto que ahi não seja achado, sem embargo de qualquer privilegio, que em contrario tenha.

O que haverá logar assim nos que sendo demandados podem escolher por seu juiz os corregedores da côrte, e o juiz das acções novas na casa do porto, ou os juizes ordinarios de seu foro, como nos outros, que directamente devem

ser demandados na côrte, pois por vontade se obrigáão a isso.

3. E quando alguma pessoa se obrigar geralmente responder perante quaesquer justiças, onde o autor o quizer demandar, poderá sómente ser demandado no lugar onde for achado, mas não poderá em outra parte ser citado para ir responder a outro lugar, que não seja de seu fôro, ainda que o autor ahi o queira demandar, posto que em tal obrigação renunciasse o juiz de seu fôro.

4. E si algum commetteu maleficio na côrte, não sendo a esse tempo morador no lugar onde a côrte estiver, ou fez ahi contrato, por que se obrigou a pagar ahi ou ser citado, e responder na côrte, poderá ser na côrte accusado, e demandado ainda que não seja achado em ella.

E bem assim, o que na côrte fizer algum quasi contrato, tratando negocio em nome de outro, assim como o tutor, curador, procurador, feitor, ou por outra qualquer maneira negociador, não sendo ahi morador a esse tempo, porque estes taes poderão na côrte ser demandados, ainda que não sejam achados em ella.

5. E podem ainda ser citados para a côrte, e hão de responder nella perante os corregedores ou outros desembargadores, a que o conhecimento do caso pertencer, os concelhos não sendo o da cidade de Lisboa, que tem juiz particular e os corregedores, juizes e alcaides-môres, e quaesquer outras pessoas seculares que jurisdição de nós tiverem em qualquer parte de nossos reinos, e senhorios, e os mestres das ordens e os commendadores que têm logar de senhorio, nos casos em que a jurisdição a nós pertença.

E assim as pessoas ecclesiasticas, que não têm superior ecclesiastico ordinario no Reino, segundo dissemos no 2º livro tit. 1.

E todos estes conteudos neste capitulo podem assim mesmo ser citados, e demandados perante o juiz das auções novas na casa do Porto, nos casos de que, segundo seu regimento lhe

póde pertencer o conhecimento, si os autores perante elle os quizerem antes demandar.

E depois que o autor uma vez escolher o corregedor da côrte ou o juiz das auções novas, não poderá mais variar.

6. Outrosim, os prelados de nossos reinos que de nós têm jurisdição temporal ou direitos reaes, usando della ou levando os direitos contra fórma de suas doações, como não devem, poderão ser citados para a nossa côrte, posto que em ella não sejam achados, e ahi responderão.

#### SECÇÃO V

##### *Competencia do fóro da citação e obrigação de comparecimento*

**Ord. liv. 3 tit. 7 :** Todo o que é citado por feito civil póde mandar seu procurador bastante, que haja de responder por elle e não é obrigado ir responder a juizo pessoalmente contra sua vontade, salvo quando fór citado expressamente para apparecer em pessoa, ou quando o julgador lhe mandar expressamente para lhe fazer perguntas, que necessariamente pertencão a bem de feito, sem as quaes devidamente não póde ser despachado; porque nestes casos deve vir em pessoa a juizo, e responder ás perguntas que lhe fôrem feitas, e não vindo ou não pondo a ellas, poder-lhe-ha pôr pena de dinheiro ou havê-lo por revel, posto que seja presente, e proceder contra elle no feito á sua revelia, segundo a qualidade do feito requerer, e lhe bem parecer.

1. Si algum fidalgo ou outra pessoa, que de nós terra ou terras tiver, usar dellas ou contra os moradores dellas, como não deve, e nós fôrmos disso informados, em todo caso que nos bem parecer e entendermos ser serviço de Deus e nosso, o poderemos mandar citar, que appareça perante nós pessoalmente a dia certo para isso assignado e se escusar.

E não apparecendo pessoalmente perante nós no dito termo,

mandaremos proceder contra elle como revel, e o caso requerer.

O que haverá logar em qualquer outro, que não tenha de nós terras, e tiver feito alguma cousa, porque nos pareça, que com justa razão deve apparecer perante nós pessoalmente, para se escusar do mal que fez.

#### SECÇÃO VI

##### *Fôro da residencia e do contrato*

**Ord. Hv. 3 tit. 11 :** Todo o homem pôde citar seu adversario perante o juiz ordinario de seu fôro, si o seu adversario ahi é morador no logar, e nelle fôr achado. (\*)

Porém, si se absentar, poderá o juiz manda-lo citar por sua carta precatoria para os juizes do logar, onde quer que fôr, declarando nella a razão por que o assim manda citar fóra do seu territorio.

1. E poderá o juiz ordinario mandar citar fóra do seu territorio qualquer pessoa, que lhe fôr requerido, se lhe fôr mostrada escriptura publica, ou que tenha força de escriptura publica porque elle se obrigue responder, ou pagar no logar, onde elle é juiz, segundo dissemos no titulo: *Dos que podem ser citados, e trazidos á corte.*

2. Outro sim, poderá o juiz ordinario mandar citar fóra de sua jurisdição, o que fôr herdeiro de outro, que morava no seu territorio, e que perante elle poderá ser citado por a tal causa. E neste caso seguirá o citado o fôro daquelle, cujo herdeiro é, sem embargo de privilegio, que tenha: salvo si o privilegio fôr incorporado em direito.

3. O juiz ordinario poderá mandar citar fóra da sua jurisdição todo aquelle, que quizerem citar por causa de algum negocio, que tratasse no logar da sua jurisdição; pôde-se pôr exemplo no tutor, curador, feitor, negociador, procurador, e

---

(\*) Vide adiante: Titulo IV—conciliação; lei de 11 de Setembro de 1837.

qualquer outro de semelhante condição, e será demandado no lugar, onde o dito negocio tratou ou administrou.

4. Item todo aquelle que difamar outro sobre o estado de sua pessoa, como se dissesse, que era seu captivo, liberto, infame, espurio, incestuoso, frade, clerigo, ou casado, em outros casos semelhantes a estes, que tocarem ao estado da pessoa de qualquer qualidade que a cauza do estado seja, pôde ser citado, para vir citado ao domicilio do difamado, que o mandar citar.

Enos ditos casos em que o assim citar, lhe fará assinar termo, para que o demande, e prove o defeito do estado, porquanto a tal questão do estado é prejudicial á pessoa, e não sofre dilação, nem deve estar impendente; e isto, quando a dita causa se intentar direita, e principalmente sobre o estado da pessoa.

E em nenhuma outra causa civil poderão os possuidores das cousas citar, os que pretenderem terem direito nellas, para que contra sua vontade os demandem pelas ditas cousas, nem fazer-lhes pôr perpetuo silencio, nem encurtar-lhes o tempo, que o direito dá, para fazerem as ditas demandas, antes de se acabar o tempo das prescripções, que o direito lhes concede, nem leva-los sobre isso a outro fôro.

Posto que quando a demanda fôr principalmente intentada sobre as ditas causas civeis no juizo e fôro ordinario, as partes possam allegar incidentemente, ou por via de excepção a dita questão do estado.

5. Outro sim, si alguma pessoa estiver em posse de alguma coisa movel, ou de raiz, e fôr por ella demandado por reivindicacão, antes que passe o anno, e dia contado do dia que a começou a possuir, posto que a coisa esteja em outro lugar, e não naquelle, onde o possuidor fôr morador, será obrigado a responder por ella perante o juiz de seu foro, ou perante o juiz do lugar, onde a coisa estiver situada, onde mais aprouver ao autor.

6. E si o possuidor estiver em posse pacificamente por anno, e dia, em presença de seu adversario, sendo demandado por

reivindicação, depois que passar o dito anno, e dia, não será obrigado responder por a cousa que assim possuir, senão perante o juiz de seu fôro.

E si o possuidor fôr clérigo de ordens sacras, ou beneficiado, será demandado perante o seu juiz ecclesiastico, posto que seja demandado antes do anno e dia, quer a cousa seja situada, onde elle fôr morador, quer em outra parte.

7. E si a pessoa, que fôr citada perante algum nosso juiz, onde com direito e razão havia de responder, depois de ser citado, se fôr morar á outra parte fóra de nossa jurisdição, ou do juiz, perante quem foi primeiro citado, este tal será demandado perante o juiz, perante quem primeiro foi citado, posto que já não está no seu territorio, nem em nossa jurisdição.

**Ass. de 23 de Nov. de 1769 :** Na mesa grande da casa da supplicação... se propoz, si o concessionario estrangeiro, ou outro qualquer, que goza do privilegio do fôr o juiz privativo, póde nas dividas cedidas pelo que não tem tal privilegio, usar delle contra o devedor.

E por uniformidade de votos se assentou, que não podia usar do seu privilegio contra os devedores dos seus devedores por qualquer modo, que as dividas fossem cedidas; porque além dos cessionarios não terem nem conseguirem mais direito que os descendentes, se evitão aos devedores as oppressões de mais duros contendores, e as continuas fraudes, com que successivamente se perturba a sociedade civil, tirando aos cidadãos (que com os privilegiados não convencionarão) do juizo do seu fôr, de que os seus credores cedentes os não podião tirar já acauteladas em parte pela Ord. liv. 3 tit. 39, e pela lei de córtes de 2 de Maio de 1647.



SECÇÃO VII

*Fôro privativo*

**Ord. liv. 3 tit. 12 :** As pessoas que tiverem privilegios, por que especialmente lhes sejam outorgados certos juizes para reconhecer de suas causas, não poderão ser citadas, nem demandadas, si não perante os ditos juizes.

Porém as ditas pessoas privilegiadas podem ser citadas e demandadas ante os corregedores da côrte no logar onde nós estivermos, ou a casa da supplicação, e até cinco legoas ao redor, os quaes conhecerão, e desembargarão estes feitos, emquanto nós ahi estivermos.

E tanto que partirmos desse logar, os deixarão aos ditos seus juizes no ponto e estado em que em esse tempo estiverem.

1. E o que acima dito é, não haverá logar na viuva, que honestamente vive, e no orphão menor de quatorze annos, ou pessoa miseravel, porque estes não responderão contra suas vontades perante os corregedores da côrte, salvo em caso de força, soldadas, guarda, deposito, quando os autores antes quizerem perante elles litigar.

E bem assim queremos, que o estudante, que continuamente estuda na Universidade de Coimbra, emquanto nella estudar, não seja constrangido a responder, e litigar perante os ditos corregedores, porque hão de responder perante o seu conservador.

SECÇÃO VIII

*Fôro privativo da fazenda nacional*

**Lei de 29 de Nov. de 1841: Art. 1.** Fica restabelecido o privilegio de fôro para as causas da fazenda nacional, e creado o juizo privativo dos feitos da fazenda em 1.<sup>a</sup> instancia.

**Art. 2.** Neste juizo se processará e julgará de ora em diante todas as causas civeis da fazenda nacional, em que ella fôr interessada por qualquer modo, e em que por conseguinte houverem de intervir os seus procuradores como autores, réos, assistentes e oppoentes.



## TITULO II. — Audiencias

**Ord. liv. tit. 19:** Os desembargadores da casa da supplicação, e do Porto, e todos os julgadores e os juizes de quaesquer cidades, vilas, e lugares de nossos reinos, nos dias que houverem de fazer audiencia, tenham ordenado hora certa, na qual a ajão de começar a fazer.

À qual hora os tabelliães, escrivães, procuradores e destribuidores irão á casa da audiencia, em modo que quando o julgador fôr a ella, elles reguem, e estêem já lá, e o juiz se não detenha por elles; e o alcaide e o meirinho, onde o ouver, irão com os seus omens á casa do julgador, e virão com elle á audiencia, e o porteiro irá á sua casa, e lhe trará os feitos, que tiver despachados para se publicarem.

1. E o julgador publicará logo todos os feitos, que levar despachados, e não dirá, que os ha por publicados.

E acabados de publicar, ouvirá os prezos que estiverem na audiencia, si os houver, e apóz os prezos ouvirá os procuradores, e os advogados, que primeiro fôrem ás audiencias, falarão primeiro, posto que os que depois delles forem sejam mais antigos, e estêem presentes.

E cada um, quando falar, dará primeiro os feitos, que tiver de dar, e depois falará por seu rol por as partes, cujo procurador fôr, o que novamente o fizerem procurador.

E acabando de falar, se não tiver dado todos os feitos, que ouver de dar, ou acuzaráõ os outros procuradores, accuzando primeiro o procurador, que primeiro houver de falar, e depois outro, a que couber, e todos os mais, que quizerem acuzar.

2. E nas casas da supplicação e do Porto irão todos os Advogados dellas ordinariamente ás audiencias, e aos que a

ellas não fôrem não se farão procurações, nem serão recebidos, castigos, nem razões, nem petições feitas por elles em feitos nem em casos alguns, que nas ditas relações pendão.

3. E acabados de ouvir os procuradores, fará lêr o rol dos presos, e accusados, se os houver, em o qual rol estarão escriptos todos os presos, e todos os feitos da justiça, e dos que por carta de seguro se livrarem, ou por alvará de fiança. E em assim lendo cada um pelo dito rol, porá seu feito em termos, se já pelos procuradores, ou quando aos presos se fallou, não fór posto.

E acabado o dito rôl saberá dos tabelliães, se ha algum preso, ou seguro, que não esté no rôl, e o fará pôr nelle: do qual rôl terão cuidado os escrivães, ou tabelliães, cada um seu mez, e porão nelle todos os presos, e accusados, que ahi houver.

E nas casas da supplicação, e do Porto, os solicitadores da justiça terão cuidado dos ditos rôes, como es contém em seu regimento.

4. E acabado o rôl dos presos, e seguros, se na audiencia estiverem pessoas religiosas, as ouvirá logo, e despachará para se logo irem: e então ouvirá as molheres que ahi estiverem, primeiro que ouça algum homem.

E si alguns cavalleiros, ou escudeiros, ou pessoas poderosas vierem á audiencia, ouça-os, e lhes mande que se vão, e não lhes consinta que ahi mais estôem: e se quizerem levantar palavras, defenda-lhes que não venhão ahi mais, e por seus procuradores requeirão seu direito nos casos, em que por procuradores o pôdem requerer, e depois ouça os homens de menor qualidade, os quaes virão um e um á vara com aquelle acatamento, que á justiça é devido, e em quanto a ella estiverem, estarão sempre com o chapéo na mão: salvo se o julgador por alguma causa ou qualidade de suas pessoas os mandar cobrir.

E ouça primeiro os lavradores, e homens de fóra: e depois que acabar de ouvir toda a gente que na audiencia estiver, e

fallar quizer, antes que se alevante da seda, mandará ao porteiro, que pergunte em alta voz, si alguém quer requerer alguma cousa.

E não vindo alguma pessoa, então se levantará, e o alcaide, e meirinho se tornem com elle para sua casa.

5. E faça de maneira, que sua audiencia seja bem ouvida e que quando as partes, ou procuradores fallarem, outra pessoa alguma não falle, de modo que possa fazer torvação. E os que a fizerem, poderá o juiz condenar, no que lhe bem parecer, para os presos pobres, não passando de duzentos réis.

Porém se a torvação, ou cousas, que se na audiencia passarem, fôrem de qualidade para fazer auto, manda-lo-ha fazer, e procederá segundo fórma de nossas ordenações.

6. E antes, que se vá da audiencia, saberá se ha alguma inquirição da justiça por tirar, e mandala-ha acabar.

7. E os procuradores terão seus assentos ordenados, o se assentará cada um, segundo fór mais antigo na dita audiencia no procurar, posto que menor gráo tenha, que o que mais moderno fór no procurar.

Porém, onde houver procuradores graduados, e outros de linguagem, ou que graduados não sejam, sempre se assentará, e fallará primeiro o que fór graduado, posto que o de linguagem, ou não graduado seja mais antigo no procurar na dita audiencia.

8. E assim mesmo os escrivães, e tabelliães se assentarão em seus bancos ordenados, cada um segundo fór mais antigo no officio, assim se assentará primeiro: e após os tabelliães se assentará o distribuidor.

E os porteiros estarão sempre em pé, e quando pegoarem, com a cabeça descoberta.

9. E com os juizes na seda se não assentará official algum de qualquer qualidade que seja, posto que sejam escrivães dos nossos feitos, ou meirinhos da côrte. E os meirinhos e alcaides terão seu assento acima dos procuradores junto da seda dos juizes, para que com segredo lhes possam mandar o que cumprir a bem da justiça.

10. E nos lugares, onde nas audiencias houver grades, não se assentará pessoa alguma das grades a dentro, se não fór official da audiencia: salvo quando o julgador lh'o mandar.

E onde não houver grades, não se assentarão nos assentos, que forem ordenados para os officiaes da audiencia, e assentando-se sem sua licença, o porteiro terá cuidado de lhes dizer, que se saião fóra das grades, ou se alevantem dos ditos assentos.

11. E os escrivães, e tabelliães, que não estiverem já nas audiencias ao tempo, que o julgador começar publicar os feitos, elle os condenará no que lhe bem parecer, segundo fór sua tardança, não passando porém de duzentos réis, quando vier áquella audiencia.

E sendo escrivães da côrte, o julgador os poderá condenar até quantia de mil réis. E poderá commeter os seus feitos, e desembargos a outro escrivão do mesmo juizo.

12. E os ditos escrivães, e tabelliães levarão escrivatinhas ás audiencias, e livros enquadrados, em que porão em lembrança os termos que nas audiencias passarem, com declaração do julgador que as fazia, para depois em casa as pôrem nos feitos, se logo as não poderem pôr. E não mandarão ás audiencias seus escreventes, para por elles tomarem os termos, nem os julgadores lh'o consentirão.

E enquanto na audiencia estiverem, estarão promptos para dar razão dos feitos, em que os procuradores fallarem, e para tomarem perfeitamente o que nella passar, e não escreverão cartas, nem outras cousas, se não os termos das audiencias sómente, nem se occuparão em outra cousa. E não o cumprindo assim, os poderão os ditos julgadores condenar por cada huma das ditas cousas no que lhes bem parecer, não passando de duzentos réis.

13. E nenhum dos ditos officios, assim procuradores, como escrivães, tabelliães, alcaides, meirinhos, e seus homens distribuidor, e porteiros, se sahirá da audiencia, nem se elevantará de seu assento sem licença do julgador, até se elle sahir

da casa da audiencia, porém tendo algum delles necessidade de se ir, elle lhes dará licença para isso.

14. E os sobre-ditos julgadores não digão palavras de escandalo, nem remoque aos procuradores, nem escrivães, nem outros officiaes da audiencia, nem á parte alguma, que perante elles vier requerer sua justiça.

E si os ditos officiaes, ou partes não forem diligentes em cumprir, o que lhes por elles julgadores fôr mandado, ou lhe não tiverem o acatamento, que devem, procedão contra elles, e os condenem segundo neste regimento, e por nossas ordenações o podem e devem fazer, sem lhes por isto dizerem cousa que traga injuria, ou escandalo.

E fazendo o contrario, os officiaes, e pessoas sobreditas se poderão queixar, ou aggravar aos seus superiores, aos quaes mandamos, que nisso provejão, e lhes dêem a satisfação e emenda, que o caso requerer.

15. E nos casos, em que neste regimento não é posta certa pena, poderão pôr as penas que lhes bem parecer, e fôrem justas, as quaes darão a execução, tendo para isso alçada, o não a tendo darão apelação e agravo, qual no caso couber.

### **TITULO III.—Férias do fóro**

**Ord. liv. 3 tit. 18 :** Em tres maneiras são ordenadas as férias: a primeira e maior é por louvor e honra de Deos e dos santos, convem a saber: os domingos, festas, e dias que a Igreja manda guardar; portanto pessoa alguma não será ouvida em juizo nos ditos dias; e sendo em cada um delles alguma couza em juizo demandada ou julgada, será auido por nenhum tal procedimento e sentença, posto que seja feito com expresso consentimento de ambas as partes.

1. A segunda maneira de férias é quando nós por alguns respeitos mandamos, que se não fação geralmente audiencias em nossos reinos e senhorios, ou em certo logar, porque taes férias assim por nós ordenadas se devem em todo guardar, e qualquer acto, que nelles se fizer em juizo, seja auido por nenhum assim como feito contra nosso mandado e ordem.

2. A terceira maneira é das férias, que se devem dar para colhimento do pão e vinho: e estas são outorgadas por prol commum do povo, e são de dous mezes, os quaes se darão pelos julgadores, segundo a disposição e necessidade das terras, repartindo os tempos as razões, em que os taes frutos ouverem de colher, com tanto que não passem de dous mezes inteiros, ou por partes, por todas as férias, que em cada um anno derem.

E qualquer acto judicial, que em taes férias se fizer sem consentimento de ambas as partes, seja auido por nenhum, salvo nos casos seguintes.

3. Primeiramente, si a demanda fôr sobre o colhimento de alguns fructos, qual das partes os colherá, e apanhará, não lhe concederá o julgador férias, posto que cada huma das partes seião pedidas.

4. E em qualquer caso, em que for contenda entre partes sobre o colhimento de alguns fructos, em tempo que se poderia perder, si a demanda muito durasse, procederá o juiz summariamente, sem estrepito, e segura de juizo, e sem outra delonga: de maneira, que por razão della se não percão os ditos fructos.

5. Poderá o juiz em as ditas ferias dar tutores, ou curadores aos orfãos, ou menores de idade, e remove-los, se achar que são suspeitos aos orfãos, e menores. E poderá ouvir as execuções dos tutores, ou curadores, e julgar sobre elles, o que lhes por direito parecer.

6. Outro si, poderá ouvir os feitos que fôrem movidos sobre alimentos, que alguma pessoa diga lhe serem devidos por direitos, assim como, si o orfão demandasse seu tutor por razão dos ditos alimentos, ou o filho a seu pai, ou outras semelhantes pessoas, a que por direito taes alimentos fôrem devidos.

7. E poderá ouvir, e julgar sobre demanda, que faça alguma mulher que ficasse prenhe, pedindo que a mettão em posse de alguns bens, que lhe pertencerem por razão da criança que tem no ventre.

8. E poderá outro si ouvir qualquer feito, movido sobre algum ser de maior, ou de menor idade, ou sobre captiveiro, ou liberdade.

9. Outro si poderá ouvir qualquer feito, movido sobre a publicação, e abertura de algum testamento. Ou si fosse contenda sobre os bens de algum que fosse devedor de outro, e se finasse, e seus bens ficassem desemparrados por não aver herdeiros, ou por os herdeiros os não quererem aceitar, si o credor, a que tal devida fôr divida, requerer que o mettão em posse dos taes bens, ou que se entreguem á pessoa fiel, que os guarde, e aproveite, de modo que se não percão, nem damnifiquem.

10. E poderá ouvir qualquer feito, que se mover sobre comento de paz, ou tregoa, ou sobre ordenança de gente,



que se ordene para guarda da terra, ou por outra qualquer cousa, que pertença a prol commum, ou sobre castigo que se haja de dar a traidores, ou ladrões publicos, tecedores de caminhos.

11. E poderá outro si, ouv ir nas ditas ferias os feitos que se moverem sobre forças novas, e suspeições, e proceder nas execuções das sentenças.

12. E acordando-se o autor, e réo de proseguirem sou feito, sem embargo das ferias, que são ordenadas para colhimento do pão, e vinho, pode-lo-hão fazer, si o julgador os quizer ouvir, e valerá tudo o que for feito no tempo das taes ferias.

Porém se algum quizesse demandar outro, e a aução fosse tal, que pereceria, si em o tempo das ditas ferias não fosse intentada, bem podera mover tal demanda, e o juiz será obrigado de o ouvir com o réo, até a aução ser perpetuada, por contestação da lide.

E tanto que assim for perpetuada, não irá o juiz mais pelo feito em diante sem consentimento de ambas as partes, mas assinar-lhes-ha termo, a que o venhão seguir passadas as ferias.

13. E sendo dado sentença contra algum em dia não feriado, poderá appellar della, posto que seja em dia feriado para colher pão, e vinho, si o caso for tal, em que caiba apelação, e for apelado dentro nos dez dias, que por direito são ordenados para os apelantes poderem apelar.

14. E não haverão lugar as ditas ferias em feito crime, onde o accusado he preso, porém, si o feito, posto que seja crime, for civilmente intentado, demandando o autor alguma cousa que lhe fosse roubada, ou furtada, ou lhe fosse feito algum dano, ou offensa, porque recebesse perda em sua fazenda, se o réo não for preso, serão outorgadas ferias ao autor si as pedir, e não as pedindo proceder-se-ha no feito sem embargo d'ellas.

Porém, si o autor demandar emenda, e vingança de alguma injuria, ou offensa, que lhe fosse feita sem outro dano da fazenda, averão lugar as ditas ferias, e contra vontade do réo, não deve o juiz proceder no feito, em quanto ellas durarem.



15. E posto que o autor, ou réo não tenham herdades, nem vinhas de que ajão de colher pão, ou vinho, si pedirem as ditas ferias, ser-lhes-hão outorgadas.

16. E nos feitos, que se tratarem em nossa côrte, e casa da supplicação, e na casa do Porto, não se darão as ferias de colhimento de pão, e vinho porque em lugar dellas são ordenados de espaço cada anno os mezes de Setembro, e Outubro.

Nos quaes, porém, se despacharáõ os feitos dos presos, que não tiverem parte, sómente a justiça, ou posto que a tenha, sendo ambos disso contentes, e os feitos dos presos da cadeia da côrte, e da casa do Porto, posto que as partes não sejam contentes, sendo moradores na cidade de Lishôa, ou do Porto.

E os feitos crimes dos que se livrão sobre fiança, não tendo parte, e os instrumentos, e petições de aggravo de casos crimes, ou civeis.

**Deer. de 28 de Nov. de 1850: Art. unico.** São feriados nos juizos de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> instancia, e no supremo tribunal de justiça os dias mencionados na tabella, que com este baixa.

**TABELLA DAS FERIAS, ALEM DOS DOMINGOS E DIAS SANTOS  
DE GUARDA**

| MEZES      | DIAS FERIADOS |                                                  | DENOMINAÇÃO DAS FESTAS                         | LEGISLAÇÃO QUE AUTORIZA OS FERIADOS                                         |
|------------|---------------|--------------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
|            | FIXOS         | VARIÁVEIS                                        |                                                |                                                                             |
| Janeiro... | 1 a 6         | .....                                            | Continuação da festa do natal.....             | Ord. l. 8 tit. 18; Ass. de 22 de Dez. de 1889 e 15 de Nov. de 1727.         |
|            |               | Quarta-feira de cinza, e os 2 dias antecedentes. | Festa do entrudo.                              | Ord. liv. 3 tit. 18.                                                        |
| Março....  | 25            | .....                                            | Anniversario do juramento da Constituição..... | L. de 19 de Set. de 1826 e L. de 19 de Agosto de 1848.                      |
|            |               | Semana santa.....                                | Festa deste nome.                              | Ord. l. 3 tit. 18.                                                          |
|            |               | Semana da Paschoa...                             | Festa deste nome.                              | Ord. l. 3 tit. 18; Ass. de 15 de Nov. de 1727.                              |
|            |               | Semana do Espirito-Santo.....                    | Festa deste nome.                              | Ord. l. 3 tit. 18.                                                          |
| Setembro.. | 7             | .....                                            | Anniversario da independencia do Brazil.....   | L. de 19 de Set. de 1826 e L. de 19 de Agosto de 1848.                      |
| Novembro   | 2             | .....                                            | Commemoração dos defuntos..                    | Ord. l. 3 tit. 18.                                                          |
| Dezembro.  | 2             | .....                                            | Anniversario natalicio do Imperador.....       | L. de 25 de Out. de 1831; e L. de 19 de Agosto de 1848.                     |
| Dezembro.  | 31 a 31       | .....                                            | Festa do natal...                              | Ord. l. 3 tit. 18; Ass. de 22 de Dez. de 1889 e Ass. de 15 de Nov. de 1727. |

**Lei de 3 de Jul. de 1851 : Art. 1.** Fica o governo autorizado :

§ 2. A designar as férias e dias feriados para o fôro.

**Art. 2.** As disposições autorizadas pelo artigo 1 serão desde logo postas em execução, ficando, porém, sujeitas a ulterior aprovação do poder legislativo.

**Decr. de 30 de Nov. de 1853 : Art. 1.** As férias do natal começarão no dia 21 de Dezembro até o ultimo de Janeiro ; as da semana santa, de quarta-feira de trevas até se completarem 15 dias ; as do Espirito Santo, desde o domingo do Espirito Santo até o da Trindade.

**Art. 2.** São também feriados nos juizos de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> instancia, e supremo tribunal de justiça, os dias 25 de Março, 7 de Setembro, 2 de Novembro e 2 de Dezembro, assim como em cada provincia os dias de festividade, que forem anniversarios da adzeção da mesma provincia á independencia nacional.

**Art. 3.** Podem ser tratados durante as férias, e não suspendem pela superveniencia dellas :

§ 1. Os actos de jurisdicção voluntaria, como testamentos, contratos, posses, e todos aquelles que forem necessarios para conservação de direitos, ou que ficariao prejudicados não sendo feitos durante as férias.

§ 2. Os processos de *habeas-corpus*, fianças, formação de culpa e recursos crimes.

§ 3. A dação e remoção dos tutores e curadores suspeitos.

§ 4. Os arrestos, requestros, penhoras, depositos, prisões civis, embargos de obra nova e suspeições.

§ 5. As causas de liberdade, alimentos provisionaes, soldadas, e interdictos possessorios.

**Art. 4.** Os juizes, desembargadores e ministros do supremo tribunal de justiça não podem durante as férias, se

licença do governo, residir em lugar, d'onde lhes não seja possível vir aos tribunaes e audiencias em 24 horas.

**Art. 5.** Uma vez ao menos por semana devem os juizes comparecer no lugar, em que costumão despaxar, e os secretarios das relações e supremo tribunal, ou aquelles que com licença dos respectivos presidentes fizerem as suas vezes, logo que receberem petições e recursos de que trata o art. 3, os remeterão aos ditos presidentes para providenciarem sobre a convocação dos desembargadores e conselheiros, aprazendo o dia da sessão.

**Art. 6.** Não gozão das ferias, salvo com licença expressa dos respectivos juizes e prezidentes dos tribunaes, e ficando em seu lugar o substituto legitimo :

§ 1. Os tabeliães.

§ 2. Os escrivães.

§ 3. Os contadores e distribuidores.

O serviço dos officiaes de justiça e empregados dos juizos e tribunaes, será distribuido entre elles, para cada semana, pelos respectivos juizes e prezidentes.

**Art. 8.** Não se considerão revogadas por este decreto as disposições especiaes doCodigo do Commercio e regulamentos respectivos sobre ferias e alçadas.

Este decreto não comprehende tambem os actos de policia administrativa ou judiciaria, as sessões do juri e preparatorios della.

#### **TITULO IV.—Conciliação.**

**Ord. liv. 3 tit. 20 § 1:** E no começo da demanda dirá o juiz a ambas as partes, que antes que fação despezas, e assigão entre elles os odios e dissensões, se devem concordar e não gastar suas fazendas por seguirem suas vontades, porque o vencimento da causa sempre é duvidoso.

E isto que dissemos de reduzirem as partes á concordia não é de necessidade, mas sómente de honestidade nos casos, em que o bem poderem fazer.

**Const. Art. 161:** Sem se fazer constar, que se tentou intentado o meio da reconciliação, não começará processo algum.

**Lei de 15 de Out. de 1837: Art. 5.** Ao juiz de paz compete :

§ 1. Conciliar as partes, que pretendem demandar por todos os meios pacíficos, que estiverem ao seu alcance, mandando lavrar termo do resultado, que assignará com as partes e o escrivão.

Para a conciliação não se admittirá procurador, salvo por impedimento da parte, provado tal, que a impossibilite de comparecer pessoalmente, e sendo outro sim o procurador munido de poderes ilimitados.

§ 2. Julgar as pequenas demandas, cujo valor não exceda a 16\$, ouvindo as partes, e á vista das provas apresentadas por elles; reduzindo-se tudo a termo na forma do paragrapho antecedente.

**Lei de 11 de Set. de 1837: Art. 1.** Os prezos ou

afiançados podem livremente ser citados e demandados por qualquer feito civil.

**Art. 2.** É-lhes concedida a dilação de 60 dias, para prepararem a sua defesa, além daquella que concedem as leis geraes.

**Art. 3.** Quando não comparecerem a defender-se, nomear-se-lhes-á um curador.

**Art. 4.** O prezo ou afiançado terá a escolha do foro ou da fiança, ou daquelle a que era sujeito.

**Art. 5.** A reconciliação será feita perante o juiz de paz do districto da prisão ou daquelle em que foi prestada a fiança. A escolha do foro será feita pelo réo no acto da conciliação.

**Art. 6.** Fica revogada a Ord. liv. 3 tit. 9 § 12, e todas as mais disposições em contrario.

**Disp. prov : Art. 1.** Póde intentar-se a conciliação, perante qualquer juiz de paz onde o réo fôr encontrado, ainda que não seja a freguezia do seu domicilio.

**Art. 2.** Quando o réo estiver ausente em parte incerta, poderá ser chamado por edictos para a conciliação, como é prescripto para as citações em geral.

**Art. 3.** Si o autor quizer chamar o réo á conciliação fóra do seu domicilio, no caso do artigo 1º, será admittido a nomear procurador com poderes especiaes, declaradamente para a questão iniciada na procuração.

**Art. 4.** Nos casos de revelia á citação do juiz de paz, se haverão as partes por não conciliadas, e o réo será condemnado nas custas.

**Art. 5.** Nos casos que não soffrem demora, como nos arrestos, embargos de obra nova, remoção de tutores e curadores

suspeitos, a conciliação se poderá fazer posteriormente a providencia que deva ter lugar.

**Art. 6.** Nas causas em que as partes não pôdem transigir, como procuradores publicos, tutores, testamenteiros, nas causas arbitraes, inventarios e execuções, nas de simples officio do juiz, e nas de responsabilidade, não haverá conciliação.

**Art. 7.** Nos casos de se não conciliarem as partes, fará o escrivão uma simples declaração no requerimento, para constar no juizo contencioso, lançando-se no protocollo para se darem as certidões quando sejam exigidas. Poderão logo ser as partes ahi citadas para juizo competente que será designado, assim como a audiencia do comparecimento, e o escrivão dará promptamente as certidões.

**Art. 17.** Não se julgarão nullas, por falta de conciliação as causas intentadas antes da existencia dos juizes de paz.

## **TITULO V.—Instancia**

### **CAPITULO I**

#### **CITAÇÃO**

##### **SECÇÃO I**

##### *Modo de fazer a citação*

**Ord. liv. 3 tit. 1:** As citações se podem fazer em quatro modos:

O primeiro, dando o julgador licença á parte, ou a qualquer outra pessoa em seu nome, para poder citar perante uma testemunha ao menos. E isto é sómente outorgado ao regedor da casa da supplicação, e ao governador da casa do Porto, e ao chanceller-mór. E a estes por razão da proeminencia de seus officios.

E assim o poderá fazer o chanceller da casa da supplicação, e o juiz da chancellaria della, e os corregedores de nossa côrte, por os negocios que lhes occorrem, a que convem prover com diligencia. E nenhum outro julgador poderá mandar citar pela dita maneira.

1. O segundo modo de citar é, por porteiro por nós especialmente deputado a algum nosso official, ou geralmente dado por o concelho de alguma cidade, villa, ou logar, que jurisdição tenha.

E este tal porteiro pôde citar sem licença do julgador, si a citação houver de ser feita dentro no lugar, ou em seus arbalades. E havendo de ser feita no termo, não o poderá fazer sem licença do julgador.



E o julgador não lhe deve dar tal licença, para citar alguma pessoa em feito cível sobre divida, ou outra obrigação pessoal, salvo mostrando-lhe o autor escriptura publica, ou que tenha força de escriptura publica, daquillo sobre que entende fazer a demanda, si a quantidade fôr tão grande, que requiera, ou si o autor disser que o quer deixar em juramento do réo.

E se a citação houver de ser feita sobre aução real, por que o autor queira demandar alguma cousa, que lhe pertença de direito, ou sobre feito de injuria, ou qualquer outro feito crime, deve o juiz mandar citar a pessoa, que lhe fôr requerido, sem lhe ser mostrada escriptura publica.

E o julgador que mandar citar no termo de qualquer cidade villa ou lugar, sem fazer cada uma das diligencias sobre-ditas, além da citação ser nenhuma, pagará á parte citada as custas que por causa da citação fizer.

2. E póde o juiz na terra, onde o fôr, mandar citar em todo caso por porteiro. E fóra do seu territorio poderá mandar citar por carta precatoria, segundo se dirá adiante.

3. O terceiro modo de citar é por tabellião, quando lhe for mostrada carta nossa, ou de algum corregedor, ou juiz, por que lhe é mandado que cite a pessoa conteuda nella, que pareça no termo nella assinado.

E quando no lugar não houver tabellião publico, ou não poder ser tão prestes achado, faça essa citação, ou a mandar fazer o juiz da terra.

E mandará ao escrivão da camara, que dê carta testemunhavel da dita citação sellada com o sello do conselho, a qual fará comprida fé perante os julgadores, que a mandará fazer, assim como si fosse instrumento publico.

4. E si as citações se houverem de fazer em alguma aldeas, ou no termo, onde não houver tabellião, ou escrivão, o juiz da cidade ou villa mandará que a faça o vintaneiro ou jurado da tal aldêa ou limite; o qual jurado ou vintaneiro virá dar sua fé, ou a mandará por escripto ao juiz, e o juiz

mandará a um tabelião da dita cidade ou villa que com a fé da citação lhe passe um instrumento.

E não havendo ahi tabelião mandará ao escrivão da camara, que lhe passe carta testemunhavel com a dita fé da citação.

5. E quanto ás cartas precatorias, que passarem os julgadores para outros, para serem citadas algumas pessoas fora de seu territorio, o julgador, a quem fôrem dirigidas, fará fazer a citação por tabelião, ou porteiro ou jurado, na maneira que acima dito he. E nas cartas precatorias se deve declarar o juiz a que é commettido, que mande fazer a citação.

E as cartas que forem dos superiores, hirão geralmente dirigidas a qualquer tabellião, a que as cartas fôrem mostradas.

E nellas irá declarado o nome do que ha de ser citado, e a razão por que, e onde é morador, e onde ha de apparecer, e em que dia, e a cujo requerimento, e se ha de apparecer pessoalmente, se por procurador, e que venha, ou envie seu procurador bem informado, para se defender, e dizer de seu direito, no caso em que póde mandar procurador.

6. E o juiz que mandar passar as taes cartas para citar, fará primeiro cada uma das diligencias declaradas no paragrapho primeiro desse titulo, sob a pena nelle conteuda.

7. E si em a carta da citação for declarada a razão por que o autor manda citar o réo, e depois o autor quizer mudar a substancia da demanda em outro modo, do que se contém na carta, não será o réo obrigado a responder, sem ser outra vez citado, e pagando-lhe primeiro todas as custas, que tiver feitas por causa da primeira citação.

E não mudando a substancia da citação, mas fazendo a ella alguma addição, o julgador assignará ao réo um breve termo, para haver seu conselho.

8. O quarto modo de citar é por edictos, e elles se têm, quando a pessoa que ha de ser citada não é certa, e si é certa, não é certo nem sabido o lugar onde está.

E posto que seja certo e sabido, si o lugar for perigoso, por onde com razão a citação se não deve fazer em pessoa do que se

requer ser citado, em estes casos, e outros semelhantes, por onde se a citação não possa, ou não deva fazer em pessoa, mandamos que sejam dados prégões pelas praças dos lugares, onde os réos por direito devem, e podem ser demandados, e postos alvará de edictos nos pelourinhos, e em outros lugares semelhantes porque hão por citados aquelles a que o caso pertence, que a certo dia nos ditos prégões, e edictos assignado hajão de apparecer perante os que mandarem fazer a citação. E passado o termo procedão os juizes como for direito.

E quando a citação houver de ser feita por edictos, deve-se o juiz primeiro informar por inquirição, si o réo póde razoavelmente ser achado, e seguramente citado por o porteiro, ou por sua carta citatoria, sem perigo do que o ha de citar. Por que onde a citação assim póde razoavelmente ser feita, não se devem fazer edictos.

E fazendo-se em outra maneira, os juizes da mór alçada a devem revogar, e todo o processo, que d'ella proceder.

E quando os edictos se houverem de pôr, se fará n'elles menção da dita diligencia, que foi feita por inquirição.

9. No primeiro e segundo e terceiro modo de citar, deve ser feita a citação em pessoa do citado, e não de outra maneira.

Salvo quando o juiz da causa fór em verdadeiro conhecimento por inquirição, que, o que havia de ser citado, se escondeo, ou absentou por não ser citado, de maneira que não póde ahi ser achado, para o haverem de citar em sua pessoa, ainda que seja certo o lugar, onde a esse tempo está, porque em taes casos, como estes deve ser citado á porta da casa, onde costuma morar a mór parte do anno, perante sua mulher, ou familiares de casa, ou vizinhos da rua, e amigos não estando ahi a mulher, ou familiares, aos quaes deve ser requerido que notifiquem a citação ao absente, que a termo certo pareça perante o juiz que o manda citar.

O qual termo lhe seja assignado, segundo a informação, que esse juiz houver da distancia do lugar, onde ao tempo da citação estiver o que ha de ser citado.

E no caso onde se não pôde saber o lugar certo, em que a esse tempo estiver, deve ser citado por edictos, como fica declarado no quarto modo de citar.

10. E quando ao juiz que novamente manda fazer a citação, for por a parte, que a requer, allegada cada uma das ditas causas, ou outra semelhante, poderá mandar pôr na carta citatoria, que se acharem por inquirição, que a parte se esconde, para não ser citada em pessoa, que o citem á porta de sua morada, e sem lhe ser allegada a dita causa, não deve o juiz mandar pôr na carta a tal clausula.

11. O chanceller mór, e o chanceller da casa da supplicação, e os corregedores da corte, e o juiz da chancellaria, poderão mandar citar nos casos, que a seus officios pertencem por seus alvarás, ou porteiros, até cinco legoas donde nós estivermos, ou a casa da supplicação.

12. A citação feita simplesmente entende-se para a primeira audiencia, que se fizer depois do dia em que a parte he citada, e si no mesmo dia se fizer audiencia depois da citação, não será o citado obrigado ir a ella, salvo si o que o citar disser que a cita para a audiencia, que naquelle dia se ha de fazer.

13. A parte não será citada mais de uma vez em cada um negocio, e por aquella citação procederão até sentença definitiva inclusive, ainda que a citação seja feita simplesmente, sem dizer nella *peremptoriamente*, porque a citação feita no começo da demanda, se entenderá ser feita para todos os actos judiciaes.

Porém, quando se der lugar á prova no feito, e a parte contra quem se dá a inquirição ao tempo, que primeiramente foi citado, appareceo em juizo, e for presente no lugar, onde se trata o feito ao tempo que se assigna a dilação, será citada para ver jurar as testemunhas.

E não sendo presente, tendo feito procurador no dito juizo será notificado ao seu procurador.

E não sendo presente, ou não tendo procurador, e sendo morador no dito lugar, seja citada uma pessoa de sua

casa, para assim ver jurar as testemunhas. E si não for morador nesse lugar, nem tiver procurador, não será mais necessario citarem a parte para as ver jurar, antes o fará o pregoar no juizo, e á sua revelia assignarão a dilação.

E si a parte nunca appareceo em juizo, posto que esteja presente no lugar onde se tira a inquirição, ou ahi se não morador, não lhe será feita citação para ver jurar as testemunhas, porque pois sempre foi revel, e nunca appareceo em juizo, não é necessario mais outra citação que a primeira; posto que a parte, ou seu procurador seja requerido para ver jurar as testemunhas ao tempo, que se der lugar á prova, com tudo quando assim for citada ou seu procurador, será ao tempo que se houver de tirar cada uma testemunha, notificando á dita parte, ou a seu procurador, o dia, lugar, e tempo, em que ha de ser perguntada, e si ha de ser antes do meio dia, si depois.

E sendo nos ditos casos perguntada qualquer testemunha sem ser feita a dita notificação, o testemunho, que assim tiver dado, será nenhum.

Porém quando fôr citada pessoa de sua casa, ou elle apregoado á revelia, não será necessaria mais notificação do dia, tempo, e logar.

14. E para mais facilmente se poder fazer a dita notificação mandamos que a parte, contra quem se houverem de perguntar as testemunhas, em todo o tempo da dilação este possa si ou por seu procurador, no fim das audiencias, que fizer o julgador, que a inquirição mandar tirar, no logar onde se tira para ali o tabellião, ou escrivão da inquirição assignar o dia, logar, e tempo, onde se hão de perguntar as testemunhas.

E não estando ahi a parte, ou seu procurador, lhe assignará o dia, tempo, e lugar á sua revelia, até outra audiencia logo seguinte.

E assim se fará em cada audiencia, até se acabar a inquirição, ou dilação.

15. E depois que passão os seis mezes sem se fallar ao feito não estando concluso, ou estando concluso um anno na má

do escrivão sem se fallar a elle, não se pôde tornar a fallar nelle, até que a parte seja novamente citada.

16. Toda a citação deve ser feita de dia, enquanto o sol dura. E sendo feita antes que o sol saia, ou depois que se pizer, não valerá cousa alguma.

17. A citação que é feita em dia feriado á honra, e louvor de Deos para o citado responder em dia não feriado, não valerá, salvo onde o réo se quizer absentar para outra parte, ou a aução do autor fosse de tal qualidade que pereceria, si a citação não fosse feita naquella dia, porque em tal caso valerá a citação feita em dia feriado para responder no dia não feriado.

18. E quando alguma pessoa fôr citada no logar, onde ha de ser ouvido, ou em seu termo, e lhe fôr assignado certo termo a que appareça, ao qual o citado não apparecer, nem o que o fez citar, e depois de passado o termo vier o que citou a juizo, para fazer apregoar o citado, e proceder contra elle, ou vier apparecer o citado para pedir que o absolvação da instancia, seja a citação havida por circumducta, e não procedão por ella.

E quando fôr citado por carta fóra do logar, e termo onde ha de ser ouvido, não será o termo circumducto, até serem passados vinte dias depois de ser assignado.

E si cada uma das partes vier requerer sua justiça dentro nos termos que lhe fôrão assignados, será ouvida.

19. Os infantes, duques, marquezes, e outros grandes de nossos reinos, que por antigo estilo, e costume de nossa cõrte, sendo achados fóra della são citados por carta de camara para alguma causa, o não devem ser para fallarem a ella por passar de seis mezes, nem para execução da sentença.

Porém sendo achados na cõrte podem, e devem ser citados, pelo escrivão dante o julgador, que houver de conhecer, ou conhece do feito: e isto se não entenderá na rainha.



SECÇÃO II

*Casos de citação do procurador do réo no começo da demanda*

**Ord. liv. 1 tit. 2:** Geralmente em todo o caso no começo da demanda deve ser citada a parte principal, a que o negocio toca, e não seu procurador, ainda que seja geral ou especial para aquelle acto, para que se quer fazer a citação.

Porém si o réo fôr absente da comarca e correição, onde fôr morador, poderá ser citado seu procurador no começo da demanda si tiver procuração geral, ou especial, sufficiente para aquelle acto, para que o querem citar: e si na procuração (posto que seja geral para demandar) fôr conteudo, que esse procurador não possa ser citado nos casos, onde se houver de fazer nova citação, não poderá o dito procurador geral ser citado.

Porém, si por virtude da tal procuração o procurador demandar alguma pessoa, poderá o demandado reconvir o dito procurador, sem embargo da tal clausula posta na procuração, si fôr causa em que caiba reconvenção.

E dizendo o dito procurador, que não tem informação para responder á reconvenção, ser-lhe-ha dado tempo para a haver, no qual não poderá seguir o feito em que demanda o que o reconvem.

1. E não sendo achado procurador sufficiente no logar onde se a demanda houver de tratar, deve ser citada a parte principal em sua pessoa por carta citatoria do juiz, a quem pertence o conhecimento da causa, si fôr certo o logar onde a esse tempo o réo está, ou á porta de sua casa, si se absentar por não ser citado, ou por edictos, quando não fôr certo o logar de sua morada.

E no caso, onde dissemos que o procurador pôde ser citado no começo da demanda, si elle fôr sufficiente procurador, poderão proceder á sua revelia, assim, e tão cumpridamente como farião, si a parte principal em sua pessoa fosse citada.

SECÇÃO III

*Efeitos da citação em relação ao autor*

**Ord. liv. 3 tit. 14 :** Si uma pessoa fizer citar outra perante algum julgador, e o citado apparecer em juizo por si, ou por seu procurador no termo, para que foi citado, e não apparecer o que o fez citar por si, nem por seu procurador, ou si appareceo não fez procurador nem pôz libello, ou petição por escripto, e o citado pedir ao juiz que o absolva da tal citação, pois o que o fez citar não apparece, o juiz o absolverá da citação, e instancia, e condemnará o autor nas custas.

E si depois o tornar a citar, e o citado apparecer, e não apparecer o que o fez citar, absolve-lo-ha outra vez daquella instancia, e condemnará o autor nas custas.

E si a terceira vez o fizer citar, e o citado apparecer em juizo, e não o que o fez citar, pela sobre dita maneira, o citado será absoluto, e o que o fez citar condemnado nas custas. E não poderá mais por aquella causa cita-lo em tempo algum.

E si o citar outra vez, fazendo o citado certo, como já tres vezes foi absoluto de tres citações, que pela dita causa lhe forão feitas, não será mais o autor ouvido sobre a dita causa em que assim tres vezes foi revel. E de cada uma das ditas absolvições haverá sómente aggravo por instrumento, ou petição.

1. E si o autor apparecer em juizo, e não fizer procurador e der libello, ou petição por escripto, e então se absentar, e o libello for ja recebido, ou o julgador o receber depois de elle se absentar, poderá o réo seguir o feito, e mostrar todo seu direito á revelia do autor, e o julgador assignará todos os termos ao autor, fazendo-o apregoar a cada termo, e a sua revelia lhe assignará para cada termo de todos os autos judiciaes o tempo, e dilação que lhe assignaria si presente



fôsse. E como o feito for concluso para final sentença, julgará por elle, absolvendo-o em todo da demanda, se pelo feito se mostrar tanto, porque mereça ser absoluto.

E mostrando-se tanto, porque o réo deva ser condemnado, condena-lo-ha, posto que o autor seja absente, pois á revelia delle quiz o réo seguir o juizo.

E não se mostrando tanto pelo feito, porque o réo mereça ser absoluto, nem condemnado, sem se fazer alguma diligencia em favor do autor, em tal caso não curará della, pois o autor é absente, mas absolverá o réo da instancia do juizo, e condemnará o autor nas custas.

2. Porém, si o réo quizer, tanto que o autor se absenta em qualquer parte do juizo sem deixar procurador, pedir que o absolvaõ daquella instancia, e não quizer seguir o feito á revelia do autor, o julgador o absolverá da instancia, e condemnará o autor nas custas.

A qual escolha terá em qualquer parte do juizo, posto que, depois que o autor se absentar, elle requeira que procedão contra o autor á revelia.

Porém, neste caso será o autor condemnado sómente naquellas custas, que se montarem, até o tempo que se absenteu, no qual o réo poderá requerer que o absolvessem da instancia, e as mais que se fizerem depois procedendo á revelia do autor até o tempo, em que o réo pede absolvição da instancia, se determinaráõ, quando finalmente se sentenciar.

E proseguindo o autor o feito por si, ou seu procurador, se guardará o que diremos no titulo : *Da ordem do juizo.*

3. E em todos os casos, que dissemos neste titulo, que o réo seja absoluto da instancia, e condemnado o autor nas custas, não será já mais recebido o autor tornar á dita demanda, sem primeiro pagar ao réo todas as custas, em que foi condemnado, quando o réo foi absoluto da instancia.

SECÇÃO IV

*Citação do réo e sua revelia*

**Ord. liv. 3 tit. 15:** Si o réo, sendo citado por qualquer aução pessoal ou real, ou de qualquer qualidade que seja, fôr revel, e nunca apparecer em juizo por si, nem por seu procurador ao termo, que lhe fôr assignado, e mais tres dias que será esperado, si fôr citado por carta para a côrte, ou para a casa do Porto, ou apparecer, e se ausentar, sem deixar procurador, o autor seguirá seu feito e sua revelia, sem poder requerer contra elle, que o mettão em posse de nenhuns bens pcr beneficio do primeiro, nem segundo decreto, o qual feito seguirá, segundo diremos no titulo: *Da ordem do juizo*.

1. Porém si a parte, que fôr revel, apparecer em juizo antes que a sentença seja passada pela chancellaria, ou entregue á parte, onde não houver de passar pela chancellaria, tomará o feito no ponto em que se achar.

E sendo a dita sentença já passada pela chancellaria, ou entregue á parte, onde não houver chancellaria para passar quando a parte que foi revel apparecer, não será em esse juizo mais ouvido sobre aquillo que a sua revelia foi determinado: salvo por via de embargos, segundo he conteudo no titulo *Dos embargos, que se allegão ás execuções*, no paragrapho: *E bem assim quando o réo*.

Porém se a sentença fôr sobre a appellação ser deserta, e não seguida, guardar-se-ha o que ao diante diremos no titulo: *Da ordem que se terá nas appellações*, e assim nos outros casos ahí declarados.

2. E isto que dito é não haverá logar, quando o réo fôr demandado por escriptura publica, porque neste caso se procederá, segundo diremos neste livro, no titulo: *Em que maneira se procederá contra os demandados por escripturas publicas*.

SECÇÃO V

*Citação para diversos juizos*

**Ord. liv. 3 tit. 10 :** Sendo o réo citado, que a um dia haja de apparecer perante differentes juizes, que não são iguaes, em modo que um delles tem jurisdicção sobre outro por via de appellação, ou aggravo, ou simples querela, deve o citado ir primeiro responder perante o maior juiz, e tanto que se acabar a audiencia desse juiz, deve logo ir responder perante o menor : e si os juizes, perante quem é citado, são iguaes, e as cousas por que é citado também são iguaes, que uma não é mais grave que outra ficará em arbitrio do réo ir e responder primeiro perante qual lhe mais aprouver, depois que se acabar a audiencia daquello juiz, deve logo responder perante o outro, e durando a audiencia do juiz, que primeiro fôr, não será havido por revel no outro juiz para que foi citado.

Porém si a causa do um juizo fôr mais grave que a outra deve o citado ir primeiro ao juizo da causa mais grave, e do maior prejuizo, e tanto que se acabar a audiencia, irá responder á outra causa de menos substancia.

E em todo o caso, onde o réo fôr citado para responder a um dia certo por duas causas, ou mais perante um juiz, requerimento de uma parte, ou partes diversas, então irá sempre responder perante elle, assim por uma cousa, como pela outra, e não vindo, ou não mandando procurador sufficiente, poderá ahi ser havido por revel.

1. E si o réo fôsse citado para responder a um dia certo em differentes villas, ou concelhos, si a distancia dos lugares fôsse tão grande, que elle razoadamente não podesse no dito dia apparecer perante os juizes de ambos os lugares, em tal caso irá primeiro ao juizo, a que segundo a distincção que acima fizemos, é obrigado apparecer, e fazer ahi se

procurador, e dahi ir logo a outro juizo, ou mandar seu procurador, e poderá ficar no primeiro, ou fazer procurador sufficiente para os ditos juizes, como lhe mais aprouver, havendo para isso espaço razoado, segundo fôr a distancia de um logar a outro.

2. E si depois que o réo fôsse citado para um juizo, houvesse feito algum contracto, ou outra cousa, porque fôsse citado para outro juizo, em que houvesse de responder ao dia para que primeiro foi citado, será obrigado ir responder ás citações ambas, e não indo aos ditos juizos ambos, ou não mandando procuradores sufficientes, poderá ser havido por revel naquello juizo, onde não apparecer por si, nem por outrem com seu poder bastante, ainda que os auditorios destes juizes concorrão em um tempo.

3. E si algum fôsse citado para responder a certo dia perante algum juiz o antes desse dia fôsse chamado por nós, ou pela rainha, ou pelo principe, virá primeiro ao dito chamado, e durando o tempo de sua hida, estada, ou tornada, e mais de dous dias para repousar (si a distancia dos lugares fôr mais de vinte legoas, e si fôr menos haverá um dia) não será obrigado responder á dita citação, cessando ácerca do tal chamamento, hida, vinda, estada, toda a fraude, ou engano.

E isto se entenderá, quando nós, a rainha, ou principe estivermos fóra do logar, para onde o dito réo fôr citado, porque de outra maneira responderá á dita citação, sem embargo de assim ser chamado. E quando nós nos quizermos servir delle, proveremos ácerca da citação, como houvermos por nosso serviço.

#### SSECÇÃO VI

##### *Privilegios de cargo, de pessoa e de logar para a citação*

**Ord. Hv. 3 tit. 9:** Qualquer julgador temporal, que pôde conhecer de feitos crimes ou civeis de toda a quantia

não póde citar, nem ser citado durante o tempo de seu officio, por não ser tirado das occupaões, que ao officio pertencem.

Salvo, se a aução, que elle quizesse intentar contra outrem, ou outrem contra elle, fôsse tal que poderia perecer, não sendo intentada durante o tempo de seu officio; porque em tal caso poderá citar, e demandar e ser citado e demandado, até ser a dita aução perpetuada por contestação por o autor não perder seu direito por falta da dita citação.

Porém, se elle antes de haver o officio houvesse commettido algum maleficio, ou o commettesse durante o officio, assim ácerca delle, como fóra delle, poderá ser demandado e accusado por elle, sem mais outra nossa licença.

E em este caso será o officio dado, ou commettido a outrem que o sirva até elle ser livre, e achado sem culpa do maleficio, da maneira que temos dito no livro primeiro, titulo : *Como os julgadores e outros officiaes serão suspensos, etc.*

1. Outro sim, não poderá o pai natural, e legitimo, ou natural sómento, nem outro ascendente macho ou fema ser citado por seu filho, ou outro qualquer descendente, posto que seja emancipado, por nenhuma causa civil nem crime nem o patrono, nem quaesquer descendentes ou ascendentes do dito patrono por seu liberto, sem primeiro impetrarem licença do juiz que da causa houver de conhecer.

E o que o contrario fizer incorrerá em pena de cincoenta cruzados para aquelle, que assim fór citado sem a dita licença do juiz ser primeiro impetrada, si a dita pena quizer demandar.

Porém, si antes que seja citado pela dita pena quizer desistir da citação, e instancia daquelle juizo pode-lo-ha fazer, e fazendo-o não poderá ser demandado pela dita pena.

E si aquelle, que nella incorrer, não tiver fazenda porque a possa pagar será punido corporalmente, segundo a qualidade das pessoas e arbitrio do julgador.

2. Nem poderá ser citado o pai adoptivo pelo filho adoptado, nem o sogro ou sogra pelo genro ou nora, emquanto entre

elles durar a affinidade, nem o padrasto ou madrasta pelo enteado ou enteada, enquanto durar entre elles a affinidade, e a citação feita sem a dita licença ser impetrada, será nenhuma, e assim o processo que se por ella fizer sem incorrer na dita pena de cincoenta cruzados, nem em outra alguma.

Porém, si o dito citado por sua vontade quizer responder, o não requerer, que se annulle a citação e autos por ella feitos, serão valiosos, porque em tal caso parece approvar a dita citação e autos.

3. E assim não poderá o pai ser citado por seu filho, que em seu poder estiver, nem será para isso concedida licença pelo juiz, posto que lhe seja pedida, salvo si o tal filho tivesse bens ou fazenda que tivesse adquiridos em acto de guerra, ou de letras ou por doação nossa (os quacs bens se chamão em direito peculio castrense, ou quasi castrense).

E sobre os ditos bens ou cousa que delles dependa, o quizer demandar.

E isto havendo o tal filho idade cumprida de vinte e cinco annos pela qual fica legitimada a sua pessoa para poder por si e em seu nome estar em juizo, ou tendo impetrada de nós carta de supplemento de idade que commummente se chama emancipação.

4. E bem assim pelo dito modo poderá o pai ser demandado pelo filho-familias sobre aquelles bens, e cousas adventicias em que o pai segundo a disposição do direito não deve haver o uso e fructo ou posto que nellas tenha o uso e fructo si o dito pai dissipar, gastar ou em tal maneira damnificar que o filho as não poderá depois recobrar ao tempo, que lhe houverem de ser restituídas, e no caso orde o pai diz que o filho está sob seu poder e o filho diz ser emancipado, ou diz que por direito deve ser seu pai constrangido a o emancipar.

E bem assim, quando o filho pedir ao pai que lhe dê mantimento, segundo a faculdade de seu patrimonio.

5. Outro sim, si o filho, ou liberto fôr tutor, curador, feitor, ou procurador de outrem para negocios, poderá citar seu pai



ou patrono, e assim os seus ascendentes ou descendentes, si os quizer demandar em nome daquelle, cujo tutor, curador, feitor, ou procurador fôr, posto que não tenha impetrada a venia e licença do julgador, perante quem os quer demandar.

Porém, quando como procurador o filho ou liberto quizer demandar cada uma das ditas pessoas, não o poderá fazer, sem ter idade de dezeseito annos perfeitos.

E não sabendo ao tempo que aceitou a procuração, que a demanda se havia de fazer contra as sobre-ditas pessoas, nem isso mesmo o sabendo ao dito tempo, o que o assim constituiu procurador, porque achando que o sabia cada um delles, não serão recobidos a fazer a tal demanda contra as ditas pessoas, e tudo o que já fôr feito pela dita procuração, será nenhum.

E no caso, que nenhum delles o sabia, ainda o filho, ou liberto não poderão demandar as ditas pessoas, estando o constituinte presente no lugar, ou em outro qualquer, que sem a demanda parecer, ou sem receber perda o constituinte pôde ser avisado pelo filho ou liberto, que faça outro procurador, porque estando em tal lugar, não serão recebidos a demandar as ditas pessoas, e tudo o que fôr feito será nenhum, como acima dito é.

6. E se o pai ou patrono for tutor, curador, procurador, ou feitor de outra pessoa, e o filho ou liberto em seu proprio nome o quizer citar, e demandar por cousa que pertença a aquelle, cujo tutor, curador, procurador, ou feitor o pai ou patrono for, não o poderá fazer, sinão nos casos, em que o poderia demandar, si o pai ou patrono em seu proprio nome houvesse de ser demandado, e impetrada primeiro a dita licença.

7. Item, não pôde ser citado o clérigo na igreja emquanto celebrar o officio divino, e a citação que se fizer em tal lugar e tempo, será havida por nenhuma.

E bem assim, o leigo não pôde ser citado no tempo que estiver na igreja ouvindo o officio divino e si estiver nella falando ou passeando, e não ouvindo o officio divino, poderá ser citado, e responderá a qualquer tempo, que lhe fôr mandado.

8. O marido ou mulher não podem ser citados no dia de sua voda, nem dahi a nove dias, contados do dia em que cazarem, e a citação feita no dito tempo será havida por nenhuma.

E todos os que andarem em alguma festa de voda, não poderão no dia, em que nella andarem, ser citados para nelle responderem. Mas poderão ser citados para responder no dia seguinte, em que se fizer audiencia.

9. Item, o marido não poderá ser citado no tempo em que tiver sua mulher morta, nem no dia em que fôr enterrada, nem desse dia a nove dias.

E o mesmo se guardará na mulher, a que morrer o marido, e na pessoa a que morrer o pai, mãe, irmão, ou irmã, filho, ou filha. E a citação feita em tal tempo seja havida por nenhuma.

E todos os outros, que estiverem com o dito defunto, ou com elle fôrem ao enterramento, poderão ser citados no dito tempo, para responderem depois que o corpo fôr enterrado, e acabado o officio do enterramento.

10. E si algum fôr citado sendo enfermo do tal enfermidade, que razoadamente não possa ir a juizo, haverá nove dias contados do dia que lhe a citação fôr feita, para ir ou mandar seu procurador, que por elle responda no juizo.

E durando os nove dias, não procederá o juiz contra elle, e procedendo, tudo o que fizer será nenhum, si fôr sabedor da enfermidade do citado: e não o sabendo, poderá o citado assim enfermo desfazer o processo, que contra elle fôr ordenado, por via de restituição da clausula geral.

E si a enfermidade fôr tão prolongada, que dure mais dos nove dias, informar-se-ha o julgador, si o réo doente é tão enfermo, que razoadamente não póde ir ao juizo, nem mandar informar seu procurador bastante, e então lhe dará de espaço outros nove dias.

O qual termo passado, poderá proceder contra elle á revelia, não mandando procurador sufficiente a juizo.

E si algum, assim autor como réo, adoeecer depois que a



demanda fôr começada, e a lide contestada, haverá sómente um espaço de nove dias, para fazer informar, e mandar seu procurador.

O qual termo passado, não haverá mais outro, e poderá então o julgador á sua revelia proceder, não mandando procurador sufficiente.

11. O prégociro, em quanto aprégoar alguma cousa, que a seu officio pertence, não será citado, nem constrangido para ir a juizo, nem responder, em quanto assim andar aprégoando.

Porém poderá ser citado emquanto andar aprégoando, para responder depois que deixar de aprégoar.

12. O preso, ou encarcerado em cadeia publica por autoridade de justiça, ou em sua casa sobre sua homenagem, não poderá ser citado para haver de responder por feito civil, emquanto assim fôr preso. Porém poderá ser citado, posto que estê preso, para responder depois que fôr solto.

E procedendo o juiz contra o preso em feito civil por citação que lhe é feita na cadeia, ou em casa sobre sua homenagem, tal processo seja nenhum, sabendo o juiz como tal citação foi feita ao preso, e não o sabendo, o processo valerá, porém o preso o poderá desfazer por via de restituição da clausula geral.

E isto que dissemos do preso, e encarcerado não haverá logar, quando elle fôsse citado por causa leve, e de pequeno prejuizo, para responder onde é preso, porque em tal caso bem poderá constituir seu procurador, para em seu nome responder, posto que preso seja.

Nem isso mesmo poderá ser citado o que é preso sobre fiança, ou a que é dada a cidade ou villa por prisão, salvo sendo a citação para o logar, em que é preso. Porém todo o seguro por qualquer feito crime poderá ser citado, como si seguro não fôsse.

E bem assim, todo o preso póde ser citado para feito civil, para seguir a demanda, que antes de sua prisão era já começada;

e assim para se executar a sentença, si contra elle já era dada, ou se der estando preso. (\*)

13. Nenhum será citado por porteiro, nem perante testemunhas em sua casa de morada; porém estando elle á sua porta, ou janella, ou dentro em modo que possa ser visto da rua, poderá ser citado, e valerá a citação, comtanto que o que o citar, o cite de fóra e não entre em casa; porém bem poderá ser citado em sua casa por tabellião, ou escriptão, por mandado do julgador.

#### SECÇÃO VII

##### *Licença regia para a citação*

**Ord. liv. 3 tit. 8 :** Conselho algum não será citado á petição de outro conselho, ou de qualquer pessoa sem nossa licença especial, nem outro sim corregedor, nem outro julgador temporal, durante o tempo de sua correição, ou julgado, salvo si fôr por causa de algum malficio que tivesse commettido antes do officio, ou commettesse durando o officio, assim ácerca de seu officio como fóra delle, porque então poderá ser citado e accusado por isso sem outra nossa licença.

E quando algum quizer citar conselho, corregedor ou juiz temporal faça-o saber a nós, para vermos a qualidade da causa e do autor e réo, portanto mandamos, que algum nosso official não dê carta para os sobre-ditos serem citados, emquanto durar o tempo de seus officios, sem nossa especial licença.

---

(\*) Vide retro: Tit. IV. — Conciliação; lei de 11 de Set. de 1837.

SECÇÃO VIII

*Citação de agente diplomatico como representante do respectivo soberano*

**Av. de 23 de Març. de 1871 :** Foi presente a S. M. o Imperador uma reclamação do internuncio apostolico da santa sé contra o acto pelo qual Vm. mandara-o citar para comparecer nesse juizo a requerimento do monsenhor Antonio Pedro dos Reis, e bem assim a informação que a 28 de Outubro ultimo Vm. prestou, declarando que havendo o mesmo internuncio requerido, comparecido e assignado termo em juizo responsabilizando-se pela pessoa do santo padro Pio IX e seus successores, afim de que fôsse fielmente cumprida uma disposição testamentaria do finado bispo Conde de Irajá, ficando por isso sujeito á jurisdicção das autoridades do paiz sem poder invocar as immunities diplomaticas.

E o mesmo Augusto Senhor, tendo-se conformado com o parecer da secção de justiça do conselho de estado, houve parecer bem, por sua immediata e imperial resolução de 21 de Dezembro ultimo, mandar declarar a Vm. que, conforme a Ord. li. 3 tit. 4, e a doutrina geralmente consagrada, o internuncio apostolico da santa sé não podia ser citado por uma causa a que se não obrigára pessoalmente, e que a sua citação naquella qualidade importa o mesmo que a do soberano que elle representa ; o que communico a Vm. para sua intelligencia e execução.

CAPITULO II

CONSTITUIÇÃO DO JUIZO

**Ord. liv. 3 tit. 20 :** Tres pessoas são por direito necessarias em qualquer juizo ; juiz que julgue, autor que demande e réo que se defenda.

Ao juiz pertence mandar fazer os autos necessarios para boa ordem de juizo, assim como libello, ou petição por escripto, ou por palavra, contestação, juramento de calumnia, artigos contrarios de replica ou treplica, e depoimento a elles, e assim os outros autos necessarios ao juizo, em tal maneira, que quando o feito finalmente fôr conclusivo, o juiz seja bastantemente informado da verdade, para que justamente possa dar sentença de absolvição ou condemnação, conforme ao pedido.

2. E ao autor pertence, antes que comece a demanda, haver conselho, se tem direito no que quer demandar, e se tem prova de testemunhas ou escripturas no caso em que testemunhas se não hão de receber, porque possa provar sua tenção.

E assim buscar procurador, que por elle haja de procurar em maneira que, antes que comece o feito, tenha prestes as cousas que lhe são necessarias, sendo certo que lhe não será dado tempo para deliberar sobre o para que fez citar seu adversario, posto que o peça, salvo si no proseguimento do feito o réo allegar tal cousa, que o autor não tenha razão de saber quando começou a demanda, porque neste caso lhe poderá ser dado tempo, se o pedir, para deliberar si proseguirá a demanda, ou desistirá della.

3. E ao réo convem, tanto que fôr citado, e souber o que lhe querem demandar, ir á audiencia para que é citado, ou mandar procurador bastante.

E quando não poder ir por si, nem mandar procurador, mandará escusador que por elle allegue a razão que teve para não poder ir, nem mandar procurador. E não o fazendo assim, se poderá proceder contra elle á sua revelia.

**Reg. de 15 de Març. de 1842, art. 10:** A ordem do juizo tanto na primeira como na segunda instancia, e nas execuções continuará a regular-se pelo que se acha disposto no livro 3º das Ordenações, nos arts. 15, 16, 17, 18 e 19 da Disposição provisoria, no Regulamento de 3 de Janeiro de 1833, e mais legislação em vigor, que não estiver

revogada pela lei de 3 de Dezembro de 1841, e regulamentos expedidos para a sua execução.

**Art. 11.** Os juizes municipaes, de orphaos, e os de direito civil e crime farão observar rigorosamente todas as disposições das sobreditas ordenações, leis, e regulamentos relativamente á assignação e lançamento dos termos fixados para os actos do processo, e bem assim as que nas mesmas ordenações e mais leis em vigor são relativas as penas e multas impostas ás partes e seus advogados, procuradores pelos actos e omissões contrarias aos regimentos e regras daues do processo.

### CAPITULO III

#### TERMOS DO PROCESSO

##### SECÇÃO I

##### *Libello.*

**Ord. liv. 3 tit. 20. § 4:** Tanto que o réo fôr citado para vir a juizo, o juiz fará, assim ao autor, como ao réo, de seu officio, ou á petição da parte, as perguntas que lhe bem parecer, assim para a ordem do processo, como para a decisão da causa.

E se pelas taes perguntas poder logo determinar a causa, determinará finalmente, dando appellação ou agravo, quando no caso couber, não cabendo em sua alçada.

E parecendo-lhe que pelas taes perguntas se não pôde determinar a causa, e que se requer vir com libello, segundo a forma das ordenações, mandará ao autor que venha com elle até primeira audiencia.

5. Offerecido o libello na audiencia, o juiz o mandará lêr para vêr se articula de certa quantia de fructos, rendimentos,



interesses, e não se articulando de certa quantia, não receba o libello, e mandará fazer a dita declaração, porque as sentenças devem ser dadas sobre cousa certa.

E depois de feita a declaração, ou não se tratando no libello de fructos, rendimentos ou interesses, sem o mais ver, nem mandar ler, o receba naquella audiência em quanto de direito fôr de receber.

E por brevidade haverá a demanda por contestada, e mandará ao réo que venha com sua contrariedade á segunda audiência.

E vindo com ella no dito termo, a receberá logo na audiência, em quanto de direito é de receber.

E mandará ao autor que venha com replica á primeira audiência, e ao réo com treplica á outra audiência seguinte.

E nas audiencias, em que fôrem offerecidas, sem as ver, as receberá em quanto de direito forem de receber, e dará logar ás partes para darem sua prova, assignando-lhes dilação conveniente, conforme a distancia do logar, onde se a prova houver de fazer, da qual não haverá appellação, nem agravo : salvo quando fôr assignada para fóra do reino, e fôr grande, ou pequena, ou sendo-lhe de todo denegada para o reino, ou fóra dello.

7. E si depois que o libello fôr dado, e assignado termo ao réo para responder a elle, o autor fizer alguma addição de cousa, que não fôsse declarada na citação ou no libello, será dado ao réo outro termo para haver seu conselho, e responder á dita addição, o qual termo será o mais breve que possa ser : o que ficará em arbitrio do julgador, segundo o caso fôr.

8. E quantas vezes o autor fizer nova addição a seu libello ou petição, tantas vezes será dado ao réo termo para se aconselhar, e responder ao accrescentado, si o pedir.

E isto se endenterá, si o réo fôr presente no logar, em que lhe fazem a demanda, que si fôr absente, e sómente litigar, por seu procurador, não será o procurador obrigado a responder á dita addição, até a parte principal ser citada para o informar do que deve responder.

SECÇÃO II

*Tempo das excepções*

**Ord. liv. 3 § 9:** E antes do réo vir com contrariedade, n responder ao libello cousa alguma, virá á segunda audien com todas as excepções dilatorias, que tiver juntamente, se certo que desde que uma vez fôr pronunciado sobre a tal cepção ou excepções dilatorias, com que vier, não poderá já vir com outras, nem lhe será para isso dado logar. E vindo ellas ao dito termo, se fará o feito conclusivo ao juiz.

E pronunciará sobre ellas segundo fôrma de nossas ornações, e não as recebendo os lançará dellas, e mandará ao que venha com contrariedade á primeira audiencia, e do sobre as ditas excepções pronunciar, não se poderá appellar nem aggravar, salvo no auto do processo.

Porém no caso da incompetencia do juiz, ora receba a cepção, ora não, ou se julgue por competente ou não, podem as partes aggravar por petição ou por instrumento, posto a causa principal caiba na alçada do juiz.

E pondo o réo cada uma das ditas excepções, e sendo tal deya ser recebida, e provando-a o réo ou confessando-a o autor, o juiz absolverá o réo da citação, si a excepção fôr declinar sua jurisdicção, condemnando o autor nas custas, ou, se lhe bem parecer, segundo a culpa que no caso lhe achar, remette-lo-ha ao juiz a que pertencer, havendo por citado o réo, para proseguir a causa no dito juizo. E isto, sendo o réo presente ou seu sufficiente procurador.

A qual remissão fará a requerimento do autor, ou de seu procurador, e não de outra maneira : mas absolverá o réo da instancia, e quando o autor o tornar a citar, lhe pagará as custas.

E si a excepção sómente fôr posta contra a citação, ou contra a parte que o fez citar, sendo de receber e provada, o

absolverá o réo da tal citação, e citando-o outra vez, não será o autor ouvido até pagar o réo as custas da primeira citação.

E isto não haverá logar na excepção de excommunhão, ora se ponha contra a pessoa da parte ora do juiz, a qual em todo o tempo se poderá allegar, como diremos no titulo: *Das excepções dilatorias* (\*).

E quanto ás suspeições, se guardará o que diremos neste livro, notitulo: *Das suspeições postas aos julgadores* (\*\*).

10. E quando as partes, ou cada uma dellas vierem a juizo por seus procuradores, o juiz verá si são as procurações bastantes para o caso em que são offerecidas, e achando que a procuração do autor não é sufficiente, e o réo por esta razão pedir absolvição, absolve-lo-ha da citação que lhe foi feita, e condemnará o autor nas custas.

E o mesmo será, quando o réo oppuzer contra a procuração, ou contra a pessoa do procurador tal razão, porque a procuração por direito não valha, e assim fôr julgado; e, citando-o outra vez, não será ouvido até que as pague.

E si a procuração do réo não fôr bastante, e o autor o requerer, haverá o réo por revel, e á sua revelia procederá no feito. E si as procurações lhe parecerem bastantes, assim o declarará por seu despacho.

Porém si depois se achar que as procurações não orão bastantes, será o juiz obrigado a pagar ás partes todas as perdas e custas, que por isso recebêrão, como diremos neste livro, no titulo: *Que os julgadores julguem pela verdade sabida*.

11. E si cada uma das partes puzer excepção contra a pessoa do procurador, por ter tal impedimento ou inhabilidade, porque com direito o não pódo ser, si o que fez a procuração era sabedor, quando a fez, do tal impedimento ou inhabilidade, se terá a maneira acima dita, quando as procurações não são bastantes.

E si o que fez a procuração não era sabedor do impedimento

---

(\*) Vide adiante: Titulo vi— Incidentes do processo, cap. iv.

(\*\*) Vide adiante: Titulo vi— Incidentes do processo, cap. v.



na pessoa, que fez procurador, o juiz mandará citar o que a tal procuração, assignando-lhe termo a que venha prosegua seu feito ou fazer outro procurador.

E não vindo, nem mandando procuração á pessoa que possa ser, si fôr autor, absolverá o réo da instancia, e si réo, procederá á sua revelia.

12. E si a parte mandar procuração, contra a qual posta alguma excepção, que impida haver effeito, tudo o que o tal procurador fizer ou disser no feito principal, não vale até ser julgado, por procurador, ou a parte ratificar especificamente o que assim fôr feito.

13. E si o procurador fôr doente, e si não souber si a doença é prolongada ou não, deve ser esperado até cinco dias e não cessando a enfermidade no dito termo, não será mais esperado, mas as partes que sous feitos quizerem seguir, citar as partes contrarias.

14. Mandamos que si dous procuradores mais avantajados fôrem na côrte, e uma parte tomar ambos, não lhe seja escolhido, mas escolha um delles, e deixe o outro a seu adversario, o quizer.

O qual será constrangido procurar por elle, posto que outra parte tenha sabido os segredos da causa e recebido algum salario, e tornará á parte que o tinha tomado o dinheiro que já della tinha recebido.

E isto se fará geralmente em todos os feitos de qualquer substancia que sejam, para que as partes não percam seu direito por desigualdade dos procuradores.

15. E querendo o réo, antes de offerecer a contrariação, embargar o processo, e ser a demanda contestada com alguma das seguintes excepções peremptorias, sentença, transacção, julgamento, paga, quitação, prescripção, e bem assim quaisquer outras que conclua o autor não ter aucto, offerecendo-se logo prova-la dentro de dez dias, poderá vir com ella ao tempo que lhe foi assignado para contrariar, e na audiencia dirá logo que dá aquelles artigos de excepção peremptoria a embargar

processo, e o juiz lhe receberá na audiência, em quanto de direito é de receber, e sem dar logar ao autor para contrariar, assignará ao réo para a provar dez dias, passados os quaes, mandará fazer o feito concluso com a prova que tiver dado, sem as partes haverem vista.

E achando que o réo não provou, ou que a provou por testemunhas, não se podendo provar senão por escriptura, pronunciará que a não prova, e irá pelo processo em diante, e condemnará o réo nas custas do retardamento, ficando-lhe reservado seu direito para poder ainda tornar a allegar materia da dita excepção peremptoria ao tempo, que pôde vir com contrariedade, e se processará nella, como quando vem com contrariedade.

E vendo o juiz que o réo pela prova que deu nos dez dias, provou a excepção, assignará ao autor termo para a contrariar á segunda audiência, e o réo poderá replicar, e o autor treplicar cada um á primeira audiência.

O que todo receberá na audiência, em quanto de direito é de receber, assignando as partes dilação na fôrma o com o exame dos artigos que diremos no titulo : *Das dilações*: sem embargo da dilação dos dez dias, que já foi assignada ao réo.

E passado o tempo da prova dará sentença sobre a dita excepção, e artigos, que sobre ella fôrão feitos.

E achando que provou o réo a excepção, o absolverá, e dará appellação e agravo, qual no caso couber, não cabendo em sua alçada.

E si achar que o réo não provou a excepção, assim o pronunciará, e mandará, que venha com sua contrariedade, e condemnará sempre o réo nas custas do retardamento, desde o tempo que da primeira vez lhe foi mandado que viesse com ella, até o tempo em que lhe manda que venha com contrariedade, sem embargo da excepção com que veio. E da tal pronunciação, e da condemnação das custas não haverá appellação nem agravo, sómente se poderá agravar no auto do processo.

SECÇÃO III

*Contrariedade, replica e treplica*

**Ord. liv. 3 tit. 2o § 1o:** E se antes do réo vir com contrariedade, achar que a materia do libello é tal, que por elle não póde o autor ter aução para demandar o que pede, poderá razoar por escripto contra o libello no termo que lhe foi assignado para contrariar, e o autor haverá á vista das razões do réo, e elle responderá á primeira audiencia, e o feito se fará conclusivo.

E parecendo ao juiz que o autor não póde ter aução, absolva o réo da instancia do juizo, e condemnará ao autor nas custas, dando appellação ou agravo, não cabendo o caso em sua alçada.

E parecendo-lhe, que sem embargo do allegado por parte do réo, o libello foi bem recobido, mandar-lhe-ha que venha com contrariedade á primeira audiencia, condemnando sempre nesse caso o procurador do réo, em dous mil reis para o autor sendo o caso tratado na côrte ou em Lisboa, ou nas Relações, e sendo tratado em outra parte, em pena de quinhentos mil reis, sem mais condemnação de custas de retardamento.

Da qual condemnação não haverá appellação, nem agravo.

17. E quando o autor tornar a demandar o réo pela mesma causa, de que já foi absoluto da instancia do juizo, e tornando a intentar outro libello, que isso mesmo seja tal, que pela materia delle não póde ter aução para demandar o réo, absolva-lo-ha de toda a causa, e condemnará o autor nas custas, dando appellação, ou agravo, qual no caso couber, não cabendo em sua alçada.

18. E não vindo o autor com libello ao termo, que lhe foi assignado, o juiz mandará prégoar, não sendo presente na audiencia elle nem seu procurador, ou si fôr presente cada um delles, e não vier com libello ao dito termo, absolverá o réo da instancia do juizo, e condemnará o autor nas custas; da qual

absolvição haverá somente agravo por petição ou por instrumento.

18. E não vindo o réo com contrariedade, ou treplica, nem o autor com replica, ou com quaesquer outros artigos nos termos que lhe fôrão assignados, o juiz os mandará prégoar, não sendo elles presentes na audiencia, ou seus procuradores, e á sua revelia, ou posto que seja presente cada um delles, os lançará dos artigos com que assim houverão de vir, sem mais lhes ser afinado outro termo, nem poderem mais vir com os artigos, de que já fôrão lançados, assim naquella instancia, como na causa da appellação ou agravo, pois não vierão com elles ao tempo que lhes foi mandado.

Salvo nos casos em que por esta Ordenação lhes expressamente fôr concedido ; ou por beneficio de restituição, sendo caso em que por direito lhe deva ser outorgada, e dará logar a prova aos artigos recebidos.

20. Porém, vindo o autor, ou o réo a juizo á primeira audiencia, depois de ser lançado dos artigos, com que houvera de vir, allegando razão juridica, porque o não devera ser, o juiz lhe conhecerá della, jurando que a allega bem, e verdadeiramente, e sem outra prova nem exame lhe dará logar que até primeira audiencia venha com os artigos, de que era lançado.

E, vindo com elles, os receberá em quanto do direito são de receber, e não vindo o lançará delles, e dará logar á prova aos artigos recebidos, e condenará a parte nas custas do retardamento.

21. E não apparecendo o réo na audiencia ao tempo, que houvera de vir, o juiz o mandará prégoar, o lhe assignará termo á sua revelia, para que venha com contrariedade á segunda audiencia, e, vindo com ella, procederá como acima dito é, e não vindo ao dito termo, o fará outra vez prégoar na audiencia, que lhe foi assignada, e o lançará da contrariedade, sem mais poder vir com ella, e dará logar á prova.

SECÇÃO IV

*Contestação da lide*

**Ord. liv. 3 tit. 31:** Tanto que o julgador receba o libello do autor, emquanto com direito fôr de receber, contestará a demanda por negação.

E sendo a parte presente por si, ou por seu procurador, poderá contestar negando, ou confessando diroitamente a acção do autor, ou dizendo perfeitamente a verdade do caso como passou, e não pela clausula geral, que era confessar o réo o que era por elle, e negar o que é contra elle.

E estes modos de contestar a lide bastão, e por qualquelles que se fizer, será a lide havida contestada, e o julgador irá pelo feito em diante.

SECÇÃO V

*Documentos do libello, da contrariedade, replica e treplica*

**Ord. liv. 3 tit. 20 § 22** E quando o autor houver offerrecer libello, que se não possa provar sinão por escriptura publica, ou que tenha força de escriptura publica, ou fazer no libello menção della, offerece-la-ha juntamente com elle, porque não a offerecendo logo, e sendo apontado pelo réo quando o feito lhe fôr para contrariar (o que poderá fazer a palavra na audiencia, e não por escripto), o julgador mandará lêr o libello na audiencia, e achando que é assim, como por réo é apontado, absolve-lo-ha da instancia, e condemnará o autor nas custas, da qual absolvição se poderá aggravar por petição ou instrumento.

E tornando outra vez a citar o réo pelo mesma causa no libello conteuda, fazendo nelle menção da escriptura, com

dito é, ou fundando o libello nella, si lhe fôr opposto pelo réo, que a não offereceu, o juiz o absolverá de toda a causa intentada no libello, e condemnará o autor nas custas. Da qual absolvição se poderá appellar, ou aggravar, não cabendo em sua alçada, porém, no caso da appellação ou aggravamento, a poderá offerecer.

23. O que dito é no autor, que não offerece a escriptura, haverá lugar no réo que fundar a contrariedade em escriptura ou fizer della menção na maneira acima dita.

Porque sendo dado o feito ao autor para replicar, poderá allegar todo o sobredito por palavra na audiencia, e o juiz mandará lêr a contrariedade perante si, e achando que é assim como o autor diz, a haverá por não recebida, e lançará o réo della, e dará logar a prova dos artigos recebidos, sem de tal lançamento se poder appellar, nem aggravar, sómente no auto do processo.

E o que dito é na contrariedade do réo, e a fórma sobredita, haverá logar na replica do autor.

24. E duvidando o juiz na audiencia, quando lhe fôr apontado, si no caso contendo no libello, ou nos mais artigos é necessaria escriptura, mandará fazer o feito conclusivo, e determinará a duvida como dito é.

E em todos os casos acima ditos em que fôr apontado que é necessaria escriptura, e se determinar que não é necessaria, condemnará a parte que o allegou nas custas do retardamento, e mandará que satisfaça ao que houvera de satisfazer, sem da tal condemnação de custas se poder apellar, nem aggravar, sómente no auto do processo.

25. E si o réo na replica fizer menção de autos ou de escriptura, ou os artigos fôrem taes, que se não podem provar si não por escriptura, e der prova de testemunhas, será a tal prova havida por nenhuma, e o réo condemnado nas custas, que sobre ella se fizerem; e posto que vença na causa principal, não lhe serão tornadas.

**Ass. de 23 de Nov. de 1769:** Se questionou si a Ord. liv. 3 tit. 20 § 22, que manda offerecer a escrip-



tura logo juntamente com o libello, se devia entender de tal sorte, que se não possa offerecer, nem deixar de absolver-se o réo, depois que este, quando o feito lhe foi para contrariar, apontar, ainda que por escripto, a referida falta; e assentou-se, que se podia offerecer, emquanto o julgador, duvidando do que era apontado, o averigua, ouve a parte, e o não tem determinado; por ser assim mais conforme o dito paragrapho com o § 24 do mesmo titulo.

#### SECÇÃO VI

##### *Requerimentos e artigos depois do libello*

**Ord. liv. 3 tit. 20 § 25:** Porém indo o feito concluso sobre algum incidente antes de serem tiradas as ditas testemunhas, o juiz proverá sobre isso, si pela parte lhe foi requerido, não consentindo tirar as taes testemunhas, e condemnará a parte nas custas do retardamento, de que não haverá appellação nem agravo, sómente no auto do processo.

E si o autor quizer vêr a treplica que foi recebida, a poder vêr na audiencia, e trasladar em casa do escrivão, para a treplica para o que cumprir á sua justiça.

26. E allegando as partes demandadas, que não podem fornecer suas contrariedades, ou outros artigos, sem alguns papeis que dizem ter na India, ou na ilha de São-Thomé e do Príncipe, Cabo-verde, Mina, Brazil, ou em Roma, ou em algum dos outros reinos, que não sejam estes nossos de Portugal, e do Algarves daquem, e dalém em Africa, nem nas outras ilhas, nem em o reino de Castella, com tudo o juiz lhes mandará que formem os seus artigos da dita materia, os quaes lhes não serão riscados, posto que logo com elles não offereção os ditos papeis; e depois que as partes jurarem que os pedem bem e verdadeiramente: e depois de o juiz examinar bem o negocio, lhes assignará termo conveniente, para os trazerem.

E sem embargo do dito termo e dilação, o feito principalmente irá por diante, até nelle ser dada sentença final.

E sendo a tal sentença condemnatoria, se dará a execução com effeito, e a parte que receber o dinheiro, ou cousa julgada pela dita sentença, dará fiança, porque se obrigue, que em caso que por causa dos ditos papeis se revogue a sentença, tornará o que assim recebeu com as custas em dobro.

Porém isto se não entenderá nos casos, ou contractos, que se fizerem nos ditos logares de fóra destes reinos, porque então se sobrestará no feito, até os ditos papeis virem, como diremos no titulo : *Das dilações que se dão de partes*: paragrapho: *E mandamos*.

O qual tambem se guardará nos papeis, sem os quaes a parte disser que não pôde formar seus artigos, no modo acima declarado.

27. E mandamos que nos processos assim civeis, como crimes não haja mais artigos que libello, contrariedade, replica, e treplica, e não haverá artigos accumulativos, nem dependentes, nem de nova razão ; posto que a causa caiba na alçada do juiz.

28. E no caso da appellação que se tratar na casa da supplicação, ou do Porto, ou no caso do aggravo da definitiva, ou quando o juiz houver de despachar os feitos finalmente em relação, ou com outros julgadores na primeira instancia, posto que não seja por appellação ou aggravo, em estes casos poderá a parte vir com razão de novo, ou com outra juridica, que verisimilmente pareça que a não deixou de allegar maliciosamente, e que faz a seu direito, posto que a não houvesse de novo.

E vindo com a tal razão, não deixará de fallar a bem do feito nos termos em que estiver, antes allegará tudo o que houvera de allegar, si com ella não houvera de vir, e mais a dita razão, e a outra parte responderá a tudo.

E achando que a dita razão é de receber na maneira que dito é, mandará fazer della artigos. E achando que a não deve de receber, pronunciará sobre o caso principal nos termos, em que o feito estiver.



E não allegando a parte ao tempo que veio com a dita razão tudo o que nesse tempo além da dita razão podia allegar, segundo os termos em que o feito estava, não será já mais a elle recebido, e o feito se despachará, sem mais para isso ser esperado.

O que haverá logar, posto que não fallasse a bem de feito, e o feito estava em termos para isso.

29. E tanto que uma vez a parte no caso da appellação allegar razão de novo, ou qualquer outra juridica no modo sobredito, não poderá mais naquella instancia, nem no caso de agravo, allegar alguma outra razão de novo, nem formular alguns artigos, posto que jure que novamente vierão a sua noticia.

E si no caso da appellação não allegou razão de novo, ou alguma outra no modo sobredito, pode-la-ha allegar no caso de agravo.

E si no caso da appellação a allegou, e lhe não foi recebido, poderá no caso do agravo requerer que lh'a recebam. vindo com os ditos artigos de nova razão, se pronunciará nell' por desembargo. E sendo-lhe recebidos, a parte os poderá contrariar, e não haverá mais artigos de uma e outra parte.

30. Depois que o feito fôr finalmente concluso, não se abrirá a conclusão, posto que a parte jure, que houve razão de novo, e que não pôde antes ser instruido de seu direito, salvo si a razão houve nascimento depois do feito ser concluso, porque então poderá vir com ella, sendo juridica o de receber.

E não vindo com ella ao dito termo, o julgador julgue o feito como lhe parecer.

Porém, querendo vir com excepção de nullidade, se guardará o que diremos no titulo: *Das excepções peremptorias*.

33. E quanto aos artigos da subornação, falsidade, nullidade, restituição, contra-ditas, embargos a alguma sentença alvará, ou carta nossa, que se tratarem incidentemente, embargos de impedimento, de que mostrar publico instrumento far-se-ha com elles o feito concluso, e examinados

ditos artigos, receber-se-hão por desembargo, si fôrem de receber, e depois de recebidos os mais artigos de contrariedade, replica, ou treplica, si a parte com elles vier, se receberão na audiencia.

E não sendo os primeiros artigos, sobre que o feito fôr conclusivo, de receber, assim o pronunciará, e condemnará a parte, que os allegou nas custas do retardamento, do que não haverá appellação nem aggravo, sómente se poderá aggravar no auto do processo.

34. E as partes não porão nos artigos palavras deshonestas, nem diffamatorias, que não fação a bem de sua justiça, e fazendo o contrario mandará o juiz, que por ellas se não perguntem testemunhas, e além disso dará ao procurador, ou á parte, que os taes artigos fez, ou os offereceu em juizo, a pena que merecer, segundo a qualidade das pessoas, e da infamia das palavras. (\*)

35. E quando o juiz achar, que cada uma das partes fez alguns artigos em todo impertinentes, que não fazião a bem de sua justiça, ou posto que fossem pertinentes, pedio dilação para logar alongado, donde se o feito trata, por cem leguas ou mais, ou para fóra do reino, e não deu prova a elles, de maneira que pareça que pedio a dilação maliciosamente, nestes casos, e cada um delles condemnará as partes, que taes artigos fizerão, ou tal dilação pedirão, nas custas que por causa dos ditos artigos, ou prova se fizerão, e não lhe serão tornadas, posto que no feito seja vencedor. Da qual condemnação não haverá appellação, nem aggravo; sómente se poderá aggravar no auto do processo.

36. E sendo alguns autos julgados por nenhuns por falta de alguma solemnidade, será condemnada nas custas a parte, por cuja culpa faltou a tal solemnidade, porque os autos fôrão annullados, da qual condemnação e pronunciação de nullidade se poderá appellar e aggravar, qual no caso couber, não cabendo na alçada do juiz a causa principalmente intentada.

---

(\*) Vide: Cod. crim. art. 241.

37. Quando se o feito retardar por culpa de cada uma das partes, ou de seus procuradores, por offerecerem artigos de excommunhão, incompetencia, ou por allegarem qualquer outra declinatoria, ou outros artigos semelhantes, cujo fim não é para absolver, nem condemnar na causa principal, os quaes lhe não são recebidos, ou sendo recebidos não são provados, a parte por cuja culpa tal retardamento se fizer, seja logo por esse mesmo feito havida por condemnada em todas as custas do tal retardamento, e logo sejam contadas e executadas, e pagas á outra parte, sem mais lhe serem tornadas, posto que a parte, que a levar, seja finalmente vencida e condemnada nas custas.

E si logo as não pagar, sendo presente no lugar, onde o feito se trata, ou absente depois que passar o tempo, que foi assignado a seu procurador, para lh'o notificar, em quanto assim não pagar, não seja ouvido, até que pague ou as offereça em juizo, assim as em que foi condemnado, como as que recusarem pelas não pagar.

Porém a outra parte que não retardou será ouvida, e lh'o será dado despacho á revelia do que tal retardamento fez.

38. E em todos os casos, em que por esta Ordenação as partes devem ser condemnadas em custas de retardamento, nunca de tal condemnação haverá appellação, nem aggravo salvo nos casos em que por nossas Ordenações expressamente fôr declarado.

Porém, si se aggravar no auto do processo, na inór alçada poderá ser provido, achando-se que nellas foi mal condemnado.

## SEÇÃO VII

### *Termos para fallar e arrazoar nos autos*

**Ord. liv. 3 tit. 20 § 30:** E nenhuma das partes poderá razoar sobre os artigos de embargos, com que no feito se vier, sob pena de lhe serem riscadas as razões, em modo que se não possam lêr, e o procurador que as taes razões fizer sobre

os ditos embargos pagará dous mil réis á parte contraria, salvo si com os embargos offerrecer alguma escriptura ou autos, porque então poderá com elles razoar, e a outra parte lhe responderá.

Porém, parecendo ao julgador depois de vistos os ditos embargos, que é necessario as partes razoarem, poderá mandar que razoem, primeiro aquelle contra quem se os ditos embargos offercerem, e a parte que com elles veio lhe responderá por derradeiro.

40. E não concentrará os julgadores ás partes, nem seus procuradores, requerentes, ou conselheiros, que razoem mais que cada um uma vez, de maneira que em umas só razões digão por cada uma das partes o que lhes parecer, assim em final, como em qualquer outra cousa, sobre que podem razoar por bem de nossas Ordenações, nem lhes consentiráo razoar por palavra, salvo si o feito houver de ser visto em relação, e a nós, ou aos desembargadores, que o houverem de julgar, parecer que devem ser ouvidos por palavra em alguns casos, ou duvidas especiaes.

E então não dirão cousa alguma do que tiverem já dito por escripto nesse mesmo feito. E não se ouvirá em tal caso um procurador sem outro.

41. E posto que cada uma das partes autor, réo, ou oppoente tenha tomado em esse feito dous ou mais procuradores, não lhes seja assignado mais termo para razoarem, do que se daria a um só procurador, e aquelle que no feito houver de razoar poderá praticar as duvidas delle com os outros procuradores, que a parte tiver, e elle só escreverá, e não se ajuntaráo no feito outras razões nem conselhos.

E si vier algum assistente a cada uma das partes, ou fôr chamado por autor, e quizer ajudar o réo, e cada um quizer fazer seu procurador, e não o que cada uma das partes tem feito, pode-lo-hão fazer: porém não será assignado termo a cada um dos ditos procuradores por si, mas ajuntar-se-hão ambos os procuradores, ou os mais que fôrem, e farão um só razoado.

E o procurador, que o contrario fizer, pague por cada vez dez

cruzados para as despesas da Relação, e tirem-lhe as razões feito, e não lhe sejam recebidas, nem vistas.

E o julgador que isto não guardar pague á parte contra todas as custas, que por causa do tal retardamento se fizerem.

42. E sendo assignado termo ao procurador para fallar finalmente a bem de feito, posto que tenha algumas razões para allegar, de que se espere ajudar, não deixará de razoar e fallar a bem de feito, e dirá no começo de seu razoado as cousas que pode, antes que o feito se determine; e o juiz verá tudo, achando que é necessario o que pede, antes que se determine o feito, fará nisto o que lhe parecer justiça.

E achando que não é necessario o que pede, despachará o feito finalmente.

E si o procurador ao tempo que lhe foi dado para fallar a bem de feito não satisfizer, o juiz despachará a causa, como tivesse fallado a bem de feito, sem mais o feito lhe ser tornado para isso.

Porém, sendo a dita razão tal, que se não pôde allegar de perto de vistas as inquirições, e a parte não houve ainda vista d'elle, pode-la-ha allegar sem fallar a bem de feito, e não sendo recebido, lhe mandará que falle a bem de feito, e o condemnará nas custas do retardamento.

43. E si o procurador da parte allegar, que não pôde razoar finalmente sem alguns autos, pedindo carta, ou mandados para os trazer, não lhe será assignado termo para isso, porque não pôde offerecer sómente, quando se o feito trata na primeira instancia, durando o termo da dilação.

E se fôr no caso da appellação, ou agravo, pode-os-ha offerecer no termo que lhe foi dado para razoar sem lhe para isso ser dado outro termo.

Porém não lhe será consentido que ajunte algum feito proprio, que pender em outro juizo, sómente poderá offerecer o traslado do que d'elle quizer ao tempo, que dito é.

44. Outro sim, todos os termos que os julgadores assignarem ás partes ou a seus procuradores em juizo, sejam havidos por

peremptorios, sem os julgadores os poderem reformar, nem poderão delles fazer graça alguma, antes por esse mesmo feito as partes e seus procuradores sejam havidos por lançados do oom que houverão de vir, posto que a parte contraria não acuse sua contumacia.

E não será necessaria outra obra, mandado, pronunciação do julgador, sómente terá poder para assignar um só termo, que lhe parecer igual e razoado, o qual passado não poderá reformar outro termo, nem restituir a parte, que assim fôr lançada a elle, salvo allegando e provando tal razão, ou impedimento pelo qual, conforme a direito, por clausula geral ou especial deve ser restituída a outro termo.

45. Qualquer advogado, que não der o feito no termo que lhe fôr assignado, será logo condemnado pelo juiz nas custas do retardamento, as quacs pagará á parte. E será outro sim condemnado em dez cruzados, a metade para as despezas da Relação, e a outra para a parte que o accusar, das quacs condemnações não haverá appellação nem aggravo.

E posto que o advogado venha com embargos de qualquer qualidade que sejam, para não ser condemnado, não lhe serão admittidos, sem primeiro depositar as ditas quantias, e depois se tratará dos ditos embargos em acto apartado.

Porém, em quanto penderem os ditos embargos, o não fõrem findos, não será o dito advogado ouvido naquelle feito, nem em outro algum.

E mandamos aos julgadores, que tenham especial cuidado de dar á execução estas penas.

E se o juiz do feito absolver o advogado destas penas, em que o condemnou, poderá a parte aggravar da tal absolvição, e os desembargadores do aggravo lhe darão provisão por petição, sem embargo de ser aggravo de sentença final.

46. E de nenhum mandado, nem interlocutoria, que qualquer juiz ponha ou mande judicialmente acerca do ordenar e processar o feito, se poderá appellar, nem aggravar, salvo nos casos declarados nesta Ordenação, ou quando se aggravar de



Ordenação não guardada acerca do ordenar o processo, por então se poderá aggravar por petição, ou por instrumento.

Porém, tanto que fôr posto desembargo por accordo da Relação, ou o feito fôr finalmente sentenciado, ainda que a petição allegue que lhe não foi guardada alguma Ordenação, posto que seja acerca do ordenar o processo, não se poderá aggravar por petição á Relação, mas poderá appellar, ou aggravar ordinariamente, si no caso couber appellação ou aggravo.

E a parte que fizer petição de aggravo nos casos do ordenar o processo declarará logo nella como o caso de que se aggrava dos conteudos nesta Ordenação, e não o declarando, não lhe será a petição recebida, nem se mande ajuntar aos actos.

E em termo de dez dias, contando do dia do aggravo, se a parte que aggravar obrigada a fazer ajuntar os actos á petição e passado o dito termo, se não tomará conhecimento do aggravo e se remetterão os actos ao juiz do feito, para que vá por elle em diante. O qual juiz condemnará o aggravante nas custas do retardamento, e constrangerá o escrivão ou a pessoa, em cujo poder estiverem os actos, que lh'os traga logo.

E isto mesmo se guardará na petição de aggravo, que se fizer dentro das cinco leguas para os desembargadores dos aggraves ou corregedores da côrte.

47. E em todos os casos, que dante o juiz da primeira instancia por esta Ordenação se pôde aggravar por petição á Relação, ou por instrumento de aggravo, se o feito se trouxer perante juiz, que em Relação, haja de despachar a causa finalmente, ou com outros julgadores, sempre despachará nesses ditos casos em Relação, ou com os outros julgadores, que elle não elle não de ser na sentença final, salvo si fôr sobre concessão de dilação grande ou pequena para cem leguas ou mais, para fóra do reino, porque o fará por si só na audiencia.

E todos os outros casos, que nesta Ordenação se contém, que ante o juiz da primeira instancia, do que determina a audiência não haja appellação nem aggravo, despachará si só na audiencia, sem sobre isso mandar fazer o feito conclusivo.

Porém nestes casos poderá a parte aggravar no acto do processo, e tanto que o feito vier concluso a primeira vez á Relação por razão de qualquer incidente, para nella se despachar, ou por outra qualquer maneira que seja, os desembargadores, que dello conhecerem, poderão acerca do dito agravo prover a parte, que se aggravou no acto do processo como lhes parecer justiça.

E isto quando a parte ou seu procurador tiver aggravado no acto do processo em tempo devido, e o pedir por palavra, fazendo assentar por termo no feito, quando fôr concluso sobre o dito incidente antes que se despache em Relação, acerca do caso sobre que foi concluso.

E não o pedindo pelo modo sobre dito, não será mais ouvida a parte no dito agravo, nem os desembargadores a poderão prover, posto que lhes pareça que foi aggravada.

#### SECÇÃO VIII

##### *Como se conta o termo dos prazos*

**Ord. liv. 3 tit. 13:** Em todo o termo, que por qualquer maneira fôr assignado, não se entenderá nelle o dia, em que o tal termo fôr assignado.

E sendo assignado termo de mez, ou de anno, o mez se entenderá de trinta dias, e o anno se entenderá do dia seguinte depois do dia, em que fôr assignado, até outros tantos dias daquelle mez do anno seguinte.

I. E assignado o julgador termo a alguma parte, que até certos dias ou mezes appareça em juizo, ou faça algum outro auto judicial, o dia derradeiro, em que se acabar o termo, será comprehendido nelle; salvo si fôr dia feriado, em que tal auto se não possa fazer, porque então não será o derradeiro dia contado no termo, mas aquelle, a que o termo foi assignado será obrigado fazer o que lhe foi mandado no primeiro dia logo seguinte não feriado, em que o dito auto se possa fazer.



### CAPITULO III

#### *Sentenças*

##### SECÇÃO I

#### *Prato para as sentenças.*

**Reg. de 22 de Nov. de 1871, art. 72:** O juiz da primeira instancia é obrigado a despachar o feito dentro de 10 dias contados da conclusão, si a sentença fôr definitiva; de 10 dias nos demais casos.

Far-se-ha carga ao juiz com a sua assignatura em livro proprio do escrivão, pelo recibimento dos autos concluzos, e do livro se daráõ ás partes certidões, que pedirem.

São comprehendidos n'esta disposição os juizes de segunda instancia.

##### SECÇÃO II

#### *Sentenças definitivas.*

**Ord. liv. 3 tit. 66:** Todo julgador, quando o feito for concluso sobre a definitiva, verá e examinará com bõa diligencia todo o processo, assim o libello, como a contestação, artigos, depoimentos a elles feitos, inquirições, e as razões allegadas de uma e outra parte, e assim dê a sentença definitiva, segundo o que achar allegado e provado de uma parte, e da outra, ainda que lhe a consciencia dicte o contrario, e elle saiba a verdade ser em contrario do que for feito fôr provado: porque sómente ao principe, que não conhece superior, é outorgado por direito, que julgue segundo sua consciencia, não curando de allegações, ou provas contrarias feitas pelas partes, por quanto é sobre a lei, e o direito não presume, que se haja de corromper por affecto.

A qual presumpção é tão vehemente, por razão de sua alta preeminencia, que em nenhum tempo se receberá contra ella prova, e aos outros julgadores é mandado, que julguem segundo o que acharem allegado e provado pelos feitos, ou confessado.

Porém, si o julgador como juiz em auto judicial visse alguma cousa, que não estivesse no feito, poderá segundo sua consciencia mandar ajuntar os autos, que assim vio, como juiz em auto judicial, e tanto que fôrem juntos, julgará segundo a prova de feito e autos, que assim segundo sua consciencia mandou ajuntar.

E isto não haverá logar nos feitos civeis, em que já os autos, porque assim o dito juiz fôsse informado, segundo sua consciencia, fossem allegados, e a parte delles lançada, porque neste caso o juiz os não mandará ajuntar, mas julgará pelas provas que estiverem no feito.

1. O julgador sempre dará a sentença conforme ao libello. condemnando ou absolvendo em todo, ou em parte, segundo o que achar provado pelo feito.

E si achar que se prova tanto, que faça meia prova, julgará segundo dissemos neste livro no titulo 52: *Do juramento que se dá pelo julgador a aprazimento das partes*; nem julgará mais do que é pedido pelo autor, quanto ao principal.

E quanto ás custas, fructos e interesse, póde julgar aquillo que se mostrar pelo feito, que accresceu depois da lide contestada em diante, ainda que pela parte não seja pedido, porque todas as cousas que acontecem em juizo depois da lide contestada, pertencem ao officio do juiz, ainda que não sejam pedidas.

2. E será outro si avisado, que dê sentença certa em certa quantidade, ou em certa cousa.

E si der sentença incerta, não valerá, salvo si a dita sentença incerta pudesse ser certificada pelos autos do processo, ou si pudesse liquidar na execução della, assim como os fructos, e interesse de que acima fallámos, quando pela prova dada aos artigos não puder bastantemente constar da quantidade dos

ditos fructos ou interesses, para sobre elles pronunciar sentença certa.

3. Porém algumas vezes nos juizos e ações principaes, se pedir, e dar sentença geral e incerta, pôde-se pôr exemplo naquelle que se diz herdeiro de outro, pedindo ser declarado por herdeiro, e que seja entregue de toda a herança, que universalmente ficou daquelle, cuje herdeiro diz ser.

E bem assi no herdeiro, que demanda a outro co-herdeiro, a partição de toda a herança universal, em que ambos são herdeiros, para haver a sua parte della, porque em taes casos como esses, podem fazer as partições geraes e incertas, e consequente as sentenças (porque hão de ser conformes) por serem geraes.

E posto que assi sejam geraes e incertas, é necessario que se certifiquem ao tempo da execusão, quaes são as cousas da herança e quaes não, pelas provas, que sobre isso serão feitas.

4. E não deve dar sentença condicional, salvo se a condição logo fôsse cumprida, assim como se o julgador condemnasse o réo no que o autor jurasse que lhe era devido, porque em tal caso poderá dar a dita sentença condicional, e si a condição fôsse cumprida, assim como se o julgador condemnasse o réo no que o autor jurasse que lhe era devido, porque em tal caso poderá dar a dita sentença condicional.

Porém não tolhemos, si a sentença fôr injustamente dada e contra direito da parte, poder-se emendar na instancia de appellação, si della fôr appellado em tempo devido, e fôr de appellação, segundo diremos no titulo 70 : *Das appellações das sentenças definitivas*.

5. E porque algumas vezes antes de os julgadores pôr sentença, mandão os feitos ao contador para que faça conta, e ponha em somma o que se prova pelo feito, mandamos, sempre o julgador em taes casos declare as addições e contas, que o contador ha de levar em conta, e pôr em somma e quantia, em modo que não faça mais que contar e sommar o que pelo julgador lhe fôr mandado.

E isso mesmo farão os julgadores, quando fôr duvida sobre

o que se deve partir ; porque primeiro que mandem os feitos aos partidores, declararão e determinarão, quaes são as cousas, que se hão de trazer á partilha, e quaes não, e as duvidas que nellas houver.

6. E depois que o julgador der huma vez sentença definitiva em algum feito, e a publicar, ou der ao escrivão ou tabelião, para lhe pôr o termo da publicação, não tem mais poder de a revogar, dando outra contraria pelos mesmos autos.

E si depois a revogasse, e dêsse outra contraria, a segunda será nenhuma, salvo si a primeira fôsse revogada por via de embargos, taes que por direito, por o nelles allegado ou provado, a devesse revogar.

Porém si o julgador der alguma sentença definitiva, que tenha em si algumas palavras escuras e intrincadas, bem a poderá declarar, porque outergado é por direito ao julgador, que possa declarar e interpretar qualquer sentença por elle dada, ainda que seja definitiva, si duvidosa fôr.

E não sómente a esse julgador, que a sentença deu, mas ainda ao que lhe succedeu no officio de julgar, salvo si fôr nosso desembargador, porque então se guardará tambem na definitiva para poder interpretar, o que dissemos no titulo 65:  
*Das sentenças interlocutorias.*

E da dita declaração e interpretação poderá a parte, que se sentir aggravada, appellar no termo do direito, e sendo a quantidade tal, em que caiba appellação.

7. E para as partes saberem, si lhes convêm appellar, ou aggravar das sentenças definitivas, ou vir com embargos a ellas, e os juizes da mór alçada entenderem melhor os fundamentos, porque os juizes inferiores se movem a condemnar ou absolver, mandamos, que todos nossos desembargadores e quaesquer outros julgadores, ora sejam letrados, ora o não sejam, declarem especificadamente em suas sentenças definitivas, assim na primeira instancia, como no caso da appellação, ou agravo ou revista, as causas em que se fundarão para condemnar ou absolver, ou a confirmar ou revogar.

E o julgador que puzer sentença definitiva contra fór desta ordenação, si no caso tiver alçada, pagará 20 cruzados; e si houver delle appellação ou aggravo, pagará 10 cruzados para a parte em cujo prejuizo fôr posta a dita sentença definitiva.

E sendo posta em relação ou assignada por muitos, incorrerá na dita pena o juiz do feito que a sentença puzer, e não os outros.

E as partes, que as ditas penas quizerem demandar, si em caso que do dito julgador haja appellação ou aggravo, poderão tomar instrumento para o superior as prover por elle, por simples petição, si o superior estiver no mesmo lugar, ou assim estiver o inferior.

8. E si fôr julgador, em que o dito caso não haja appellação nem aggravo, ou desembargador de cada uma das relações de casa da supplicação ou do Porto, poderão as partes demandar perante o regedor ou governador das ditas casas, onde pertenceria a appellação ou aggravo, si no caso o houvera, o qual despachará com os desembargadores, que lhe bem parecer, condemnará o dito desembargador ou julgador na dita pena, e fará dar á execução.

9. E quando as partes confessarem em juizo as dividas e cousas, por que fôrem demandadas perante os julgadores, e elles lhes mandarem que paguem, não serão condemnados por sentenças condemnatorias, mas por preceito de solvendo, do qual mandarão passar mandados.

10. E os escrivães ou tabelliães, que as cartas das sentenças definitivas fizerem, porão nellas todas as forças dos feitos, ass da parte do autor, como do réo, por maneira que si alguma demanda se recrescer sobre essa cousa entre essas partes, ou entre outras, que se possa por essa sentença saber qual foi a demanda que fez o autor e defesa que pôz o réo, e de que foi livre, ou condemnado.

E as sentenças dos feitos crimes em que houver condemnação pecuniaria, porão no relatorio dellas, que não pagando

condemnados com effeito logo, tanto que fôrem requeridos, sejam presos e paguem da prisão, posto que o julgador o não declare assim na sentença.

### SECÇÃO III

#### *Sentenças interlocutorias, e como podem ser revogadas.*

**Ord. liv. 3 tit. 65:** Sentença interlocutoria é chamada em direito qualquer sentença, ou mandado, que o juiz dá, ou manda, em algum feito, antes que dê sentença definitiva.

E todo juiz pôde revogar sua sentença interlocutoria, antes que dê a definitiva, porque depois que a definitiva é dada, já si não intermetterà mais para julgar em aquelle feito, que já é findo, e assim a sentença definitiva não poderá ser por o juiz que a deu mais revogada, porque deu por ella fim a todo o seu juizo.

1. Porém, si a sentença interlocutoria fosse tal, que fizesse fim ao juizo, e processo, não poderia ser mais revogada, assim como si o juiz julgasse, que não procedia o libello, ou absolvesse o réo da instancia do juizo, ou não recebesse o autor a demanda, ou outro caso semelhante, porque em cada um destes casos o juiz deu fim a seu juizo: e por tanto não pôde mais proceder nelle, nem fazer outra causa alguma.

E bem assim onde o juiz recebesse appellação de alguma sentença definitiva, não poderá depois revogar a tal sentença interlocutoria, porque assim recebeu a appellação.

Porém, si a dita interlocutoria fôr de denegação de appellação de sentença definitiva, pode-la-ha revogar e receber a appellação, si por direito lhe parecer de receber: e isto em todo tempo, antes que a sentença seja entregue á parte.

2. E a sentença interlocutaria pôde ser revogada até dez dias, contados do dia em que foi dada, si a parte contra quem foi dada allegar por onde hãa de ser revogada, e o juiz que a achar por direito, que a deva revogar.

E si o juiz de seu proprio notu, sem requerimento da parte,



a quizer revogar, pode-lo-ha fazer a todo tempo, si achar por direito, que não foi justamente dada, com tanto que a revogue antes da sentença definitiva, e ella seja tal interlocutoria, que segundo direito possa ser revogada, como acima temos dito.

3. E si o juiz deu sentença interlocutoria, a qual mandou logo executar, antes que a parte se della aggravesse, e depois a parte requer que seja revogada, já esse juiz dahi em diante não a pôde mais revogar, salvo de aprasimento de ambas as partes, entre que é a contenda.

4. E posto que seja appellado da sentença interlocutoria por uma parte, que della se sentio aggravada, poderá o juiz revogala ainda que tal seja, que segundo direito se possa della appellar, porque a appellação assim interposta não impede poder o juiz revogar a sentença, si lhe bem parecer.

5. E si a parte aggravada da interlocutoria requerer ao juiz que a revogue, e elle não a quizer revogar, poderá a parte appellar; si a interlocutoria fôr tal, de que segundo direito se possa appellar, e ser-lhe-ha recebida a appellação, e os juizes, que dellas conhecerem, a revogarão, ou confirmarão, segundo acharem por direito.

E si fôr tal que, segundo direito, não se possa della appellar, poderá a parte, contra quem foi dada, requerer ao juiz que a revogue, e si não a quizer revogar, tomará logo instrumento, ou cartão testemunhavel, segundo diremos n'este livro 3 no titulo 74: *Da maneira que se terá quando o juiz não recebe a appellação das sentenças interlocutorias.*

6. E si algum juiz der em algum feito, sentença interlocutoria, e por sua ausencia fôr em seu lugar subrogado, delegado ou subdelegado outro juiz, ou expirasse seu officio de julgar por morte, ou por qualquer outro modo, poderá o juiz subrogado, delegado, subdelegado ou successor no officio, revogar ou emendar a dita interlocutoria, assim como podia revogar o juiz que a deu: porque todo o seu poder é trespassado ao outro que depois vem.

Porém, isto não haverá lugar, quando o juiz fôr desembargador de cada uma de nossas Relações, e lhe fôsse por nós dada

outro officio na dita casa, ou ficasse nella, e fôsse nella presente; porque pois elle é presente, a elle pertence revogar, e interpretar sua interlocutoria, e não ao successor.

7. E si a sentença interlocutoria fôr uma vez revogada, já não poderá outra vez ser revogada em outra fôrma.

#### SECÇÃO IV

*Sentença dá-se pela verdade sabida, sem embargo do erro do processo.*

**Ord. liv. 3 tit. 63 :** Para que se abreviem as demandas com guarda do direito e justiça das partes, mandamos que os julgadores julguem e determinem os feitos segundo a verdade, que pelos processos fôr provada e sabida, ou por confissão da parte, não julgando mais do pedido pelo autor; posto que o processo seja mal ordenado, ou errado, ou fulte nelle alguma solemnidade, que para a boa ordem e substancia do juizo se requiera, assi como si não fôsse dado, ou posto libello em fôrma devida, ou se não fôsse dado juramento de calumnia ás partes, ou não fosse a lide contestada, ou não fossem as inquirições abertas e publicadas, ou não fosse a sentença definitiva publicada pelo julgador, ou lhe não fossem assignados os termos de nossas ordenações, para vir com artigos, ou faltasse no processo outra alguma cousa substancial do juizo igual de cada uma dessas, ou de menor substancia, á qual, faltando ou sendo errada no processo, todo o juizo e sentença que delle procedesse seria nenhuma, segundo direito.

Porque sem embargo disto queremos, que não seja o processo annullado, nem se possa dizer a sentença (posto que seja passada em cousa julgada) nenhuma, se a verdade fôr sabida pelo processo e o julgador julgou o que lhe pareceu justiça, por as provas no processo feitas sobre a verdade e substancia da cousa.

Porém, se no primeiro juizo antes da sentença definitiva, ou no caso da appellação ou agravo antes da sentença, fôr



allegado por cada uma das partes, como foi algum dos d'ellos, os erros no processo, pode-lo-hão os julgadores supprir, se necessario fôr, sem por isso os autos serem nenhuns.

Mas depois da sentença ser dada, si os erros não forem suppridos em cada um dos ditos juizos não poderão allegar os ditos erros ou nullidades: e allegando-se, não serão recebidos, todavia os autos e sentenças serão valiosas.

1. E si o erro do processo fôr por se allegar, que não houve procuração das mulheres, ou que se tratou o feito sem procurador não sufficiente, ou que sendo o feito de algum menor de vinte e cinco annos e maior de quatorze, sendo varão ou maior de doze, sendo femêa, não interveiu procuração quando era autor, ou quando era réo, faltou a citação de ambos, assim do menor como do curador, havendo, porém, citação e procuração de cada um delles, em cada um destes casos, si se allegar o tal erro no primeiro juizo antes de o juiz ter dado sentença, elle mesmo o supprirá, mandando ao que fez a procuração não sufficiente, que a faça sufficiente, ou se o erro era de falta de procuração da mulher, mande ao marido, quando fôr autor, que traga outorga ou procuração della, para o dito feito, ou si o erro era de falta de procuração do menor, ou de seu curador, mandando vir a procuração de cada um delles, que não interveiu, assignando-lhe para isso termo conveniente, segundo a distancia do logar, onde estiver o que assim ha de fazer a procuração.

E si o réo tratou o feito sem a procuração da mulher, do menor, ou curador, ou sem ser citada cada uma das sobreditas pessoas, nos casos sobreditos, onde se requiera citação, mandará o juiz ao autor que faça citar a pessoa, que se queria ser citada, e feita a dita citação procederá no feito, posto que a pessoa assim citada não mande procuração.

E isto tudo fará sem os autos até alli processados serem havidos por nenhuns.

2. E si já fôr dada sentença pelo juiz da primeira instancia e cada um dos taes erros fôr allegado na causa da appellação,

ou agravo, antes da sentença ser dada na instancia da appellação ou agravo, os juizes supprirão o tal erro, sem por elle os autos até alli processados serem havidos por nenhuns.

Porém o juiz da appellação ou agravo, que o tal erro mandar supprir, condemnará o juiz da primeira instancia, ou o da appellação, si o erro fôr supprido pelos seus superiores, nas custas do retardamento que si fizer em quanto se supprir o dito erro, e cada um pela parte que processou.

E supprindo cada um dos ditos juizes antes de dar sentença, tolos os autos feitos desde principio serão valiosos.

E si os ditos erros não fôrem suppridos por os ditos juizes, suas sentenças e autos serão nenhuns, e cada um dos ditos juizes que os processou será obrigado ás custas, alli pessoas, como do processo, pela parte que cada um processou.

3. E nos taes casos, posto que hajão de julgar pelos ditos autos, quando assim mandão supprir o erro, si depois que a pessoa que traz a procuração sufficiente, ou a pessoa que de novo é citada, quizer allegar nos autos alguma cousa de novo que seja de receber, ou dar mais testemunhas das que são dadas aos artigos que já são recebidos, jurando, que o allegão sem malicia, ser-lhe-ha recebido.

4. E si em algum dos casos sobre ditos, quando for mandado que venha a procuração sufficiente, ou da mulher, ou de outra pessoa que seja necessaria, e a pessoa cuja procuração se manda trazer, não quizer dar, o juiz absolverá o réo da instancia do juizo, e o julgador, ou julgadores que o tal feito processarão sem a dita procuração, pagarão todas as custas que as partes por isso fizerem.

Porém, si a mulher, sem justa causa, recusar de lhe dar tal outorga e procuração o parecer aos julgadores, que lhe deve ser dada autoridade para poder proseguir a dita demanda, irão com o feito por diante, segundo temos dito no titulo 47: *Que o marido não possa litigar em juizo sobre bens de raiz sem autoridade de sua mulher.*

5. E si o erro do processo fôr, por se allegar, que falta a

citação da parte, ou que foi feita citação, que por direito nenhuma, assim como si fosse citado o menor de quatro annos, e a femca de doze, sem lhes ser dado tutor no caso que o tivessem, ou que se tratou com procurador falso que offereceu falsa procuração, em estes casos o tal erro se não poderá supprir em nenhuma parte de qualquer juizo que se allegado, antes todo o processo será nenhum, e o julgador que os taes autos processou, será obrigado ás custas, no caso que processou sem citação ou com citação nulla.

6. Outro sim si os juizes da alçada acharem que o autor te provado sua tenção, segundo a aução por olle em seu libello intentada, e que por essa aução não pôde haver vencimento a que demanda, e que lhe conviria formar novo libello sobre outra aução, fundada em alguma razão pelo dito autor allegada, e si os ditos juizes acharem por o processo provado todo ou a maior parte daquella aução, que segundo rigor de direito lhe fôr necessario intentar, mandarão ao autor, que declare a razão que allega, em esse mesmo processo sem outro novo libello e vista sua razão, mandem ao réo que responda a ella, e assim vão pôr o feito em diante, como acharem por direito.

E si acharem, que são taes razões, a que se deva dar prova o juiz lhes receba a dita prova, e não o mandem tornar aos juizes, de que a elles o feito veiu por appellação ou agravado, nem constrenção o autor que venha com outro libello de novo.

#### SECÇÃO V

*Sentença nos casos não determinados pelas Ordenações.*

**Ord. liv. 3 tit. 64:** Quando algum caso fôr trazido em pratica, que seja determinado por alguma lei de nossos reinos ou estylo de nossa côrte, ou costume em os ditos reinos, ou em cada uma parte delles longamente usado, e tal que por direito se deva guardar, seja por elles julgado, sem embargo do que as leis imperiaes acerca do dito caso em outra maneira dispõem

porque onde a lei, estylo, ou costume de nossos reinos dispoeem, cessem todas as outras leis e direitos.

E quando o caso de que se trata, não fôr determinado por lei, stylo ou costume de nossos reinos, mandamos que seja julgado, sendo materia que traga peccado, por os sagrados canones.

E sendo materia que não traga peccado, seja julgado pelas leis imperiaes, posto que, os sagrado canones, determinem o contrario. As quaes leis imperiaes mandamos sómente guardar pela bôa razão em que são fundadas.

1. E si o caso de que se trata em pratica não fôr determinado por lei de nossos reinos, estylo ou costume ácima dito, ou leis imperiaes, ou pelos sagrados canones, então mandamos que se guardem as glosas de Acurcio, incorporadas nas ditas leis, quando por commun opinião dos doutores não fôrem reprovadas, e quando pelas ditas glosas o caso não fôr determinado, se guarde a opinião de Bartolo, porque sua opinião communmente é mais conforme á razão sem embargo que alguns doutores tivessem o contrario, salvo si a commun opinião dos doutores, que depois della escreverão, fôr contraria.

2. E acontecendo caso, ao qual por nenhum dos ditos modos fosse provido, mandamos que o notifiquem a nós, para o determinarmos, porque não sómente taes determinações são desembargo daquelle feito que se trata, mas são leis para desembargarem outros similhantes.

3. E sendo o caso de que se trata tal, que não seja materia de peccado, e não fôsse determinado por lei do reino, nem estylo de nossa côrte, nem costume de nossos reinos, nem lei imperial fôsse determinado pelos testos dos canones por um modo, e por as glosas e doutores das leis por outro modo, mandamos que tal caso seja remettido a nós para darmos sobre isso nossa determinação, a qual se guardará. (\*)

---

(\*) Vide: Lei de 18 de Agosto de 1769 sobre interpretação e omissão das leis.

## **TITULO VI.—Incidentes do processo.**

### **CAPITULO I**

#### **AUTORIA**

#### **SECÇÃO I**

*Quando é admissivel a autoria.*

**Ord. liv. 3 tit. 44:** Em todo caso em que alguém fôr demandado por cousa movel ou de raiz, que tenha ou possua em seu nome ou de outrem, assim em feito civil, como crime civilmente intentado, para cobrar e haver a dita cousa pôde chamar por autor qualquer pessoa que entender provar de que a houvesse.

E em feito crime, criminalmente intentado, não haverá logar a autoria.

1. Porém, si algum demandasse alguma cousa dizendo que lhe fôra furtada, a qual fôsse achada em poder de outro, e esse demandado por ella nomeasse por autor algum certo, que lh'a vendeu, deu e escambou, ou de quem a houve por outra qualquer via, etc., será recebido á autoria.

E si esse nomeado por autor nomear outro, será recebido a isso, e assim dahi em diante.

E si esse derradeiro vier a juizo e mostrar que houve a cousa do autor e demandador, será logo o réo principal, que primeiro foi demandado, absoluto da demanda e condemnado o autor nas custas em dobro ou tresdobro, segundo a malicia em que fôr

achado. E mais pagará a verdadeira estimação da coisa em dobro ao réo, que assim foi absoluto pelo demandar maliciosamente.

2. E si o que derradeiramente fôr nomeado por autor não vier a juízo, ou vindo não quizer ser autor á demanda, em tal caso ficará com todo o encargo do furto aquelle que derradeiramente veio á autoria, e se den por autor á demanda, ficando-lhe resguardado seu direito contra aquelle que o nomeou por autor e o não quiz ser para provar contra elle, como lhe deu, vendeu ou escambou a dita coisa.

3. E em todo caso dos sobreditos, onde o autor principal provar a coisa demandada ser sua e que lhe foi furtada, ser-lhe-ha entregue depois que a verdade fôr sabida no juízo, que se tratar com esses, que assim nomeados fôrem por autores, si quizerem vir defender a dita demanda e autoria, sem por a dita causa pagar ao réo principal demandado, o preço ou outra coisa que por ella deu a aquelle de que a houve, ficando, porém, ao réo, resguardado seu direito contra aquelle de quem houve a dita coisa.

## SEÇÃO II

### *Chamamento d autoria.*

**Ord. liv. 3 tit. 45:** Si o possuidor da coisa movel ou de raiz é por ella demandado e allega autor, e o feito é tal em que opóde allegar, o juiz lhe assignará tempo conveniente segundo a distancia do lugar, onde aquelle que é nomeado por autor a esse tempo estiver e no dito termo se sobrestará no feito, salvo si o nomeado por autor estiver na India ou ilha de São-Thomé, Cabo-verde ou em outros logares de nossos senhorios fóra destes reinos, ou em outros reinos, porque sem embargo de tal autoria o feito irá por diante e se determinará finalmente, e ao chamado por autor ficará seu direito resguardado, si depois que vier quizer allegar alguma coisa de novo, e a sentença dada em sua ausencia lhe não prejudicará em seu direito coisa alguma.



1. E si ao termo que é dado ao réo, elle não trouxer aquelle que nomear por autor, ou trazendo-o, elle o não queira defender, virá o réo apparelhado para responder logo á demanda que lhe é feita, negando ou confessando, e que lhe não será dado outro termo.

E fazendo elle o que nomeou por autor, e elle o que nomeou defender, então se dará a esse nomeado por autor termo para vir responder negando ou confessando directamente a demanda.

E si esse, que nomeado fôr por autor, quizer chamar outro por autor, assigne-lhe termo o juiz a que o traga, e assim aos outros que vierem por autores, si muitos fôrem.

E nos termos que lhe assim fôrem assignados, não recella a appellação nem agravo, e si lh'a receber não valha.

E si algum nomear autor, será obrigado jurar que o não nomeia maliciosamente, nem para prolongar o feito, e não querendo jurar, não lhe seja recebida a autoria.

2. Outro si, si algum é demandado por cousa que possua, e elle quer chamar por autor o que lhe a cousa vendeu ou escamotizou, ou outro qualquer de quem a houve, nomea-lo-ha e chama-lo-ha antes das inquirições abertas e publicadas, e não o chamará até esse tempo, não será o dito autor nomeado, obrigado a pagar o damno que receber por a cousa lhe ser tirada por falta de guarda, posto que o dito autor nomeado fôsse sabedor que o demandado era demandado em juizo por ella.

3. E chamando-o assi, e não vindo o dito autor, ou não o demandado defender, seguirá o réo a demanda fiel e verdadeiramente.

E sendo vencido no juizo principal, e da appellação (a que se não appellou, será obrigado seguir até ao fim), será obrigado o autor chamar a parte a lhe compôr a causa vencida com seu interesse, ou pagar o preço que por ella recebeu, qual o réo vencido mais quizer.

E assi será obrigado a compor-lhe o dobro, quando assim prometteu em algum contrato, conforme ao que no contrato se concertarão.

E assim lhe será obrigado no caso, onde o nomeado por autor vier defender o réo, e fôr vencido no feito em que é chamado por autor.

Porém o réo assim demandado não será obrigado a aggravar nem seguir aggravo, quando tal sentença fôr dada por juiz, do que não haja appellação.

Porém si o réo demandado nomear autor e o fizer citar que o venha defender, e esse autor por elle nomeado, e citado, não vier, e esse réo principal proseguir a demanda sem malicia, nem engano assim na causa principal, como da appellação, e fôr contra elle dada sentença injustamente, e contra direito, ou por ignorancia do juiz, ou por malicia por querer fazer damno ao réo, ou por querer favorecer ao autor principal, em taes casos será aquelle que fôr nomeado por autor obrigado compor ao dito réo a perda e damno que recebeu por causa da injusta sentença contra elle dada, e ficará ao dito chamado por autor seu direito resguardado contra os juizes que a sentença injusta derão, si contra elle tiver direito.

4. E em todo caso, onde o comprador ou qualquer outro possuidor de alguma cousa, que houve por qualquer titulo, foi della esbulhado ou roubado, ou lhe foi furtada a dita cousa, ou pereceu por algum caso fortuito, não será obrigado aquelle de que esse possuidor houve a dita cousa, a lh'a compor, porque tal roubo, esbulho, furto, ou caso fortuito, que aconteceu ao dito possuidor, não deve com razão empecer a aquelle, de quem elle a comprou, ou por qualquer titulo a houve.

5. E qualquer que vender cousa alheia será obrigado a compor ao comprador a dita cousa com seu interesse, como dito é, salvo si o comprador era sabedor que a dita cousa era alheia, porque em tal caso não será obrigado o vendedor a lh'a compor, nem a lhe tomar o preço.

Porém o tal preço se perderá para os captivos, sendo o vendedor isso mesmo sabedor ao tempo da venda, que a cousa era alheia.

6. E si o nomeado por autor para defender o réo principal vem a juizo, e diz que o quer defender, e que o réo principal se



vá em paz, e fique todo o feito a elle, e o autor não quer sentir nisso, por dizer que não quer litigar sinão com o réo principal, que é possuidor da cousa demandada, si este segundo réo nomeado por autor disser, que elle quer defender o principal com tenção de innovar, e tolher a primeira acção do autor, que toda seja transmudada em elle, não o poderá elle fazer contra vontade do dito autor principal.

7. E si esse nomeado por autor quer defender o principal, assim como procurador em causa sua propria, que pertence todo o proveito e damno da demanda, por ser obrigado a compor o vencimento della, em tal caso, si elle se obrigar e der penhores, ou fiadores em juizo, que senão a sentença dada contra elle, fará de maneira que livremente será executada na cousa demandada, ou pagará logo todo o interesse ao autor principal, poderá elle defende-lo, ainda que seja contra vontade do autor, e proseguir a demanda até ao fim.

8. Porém, si o autor disser no começo do feito, e razavelmente mostrar, que o réo principal é homem mais fiel, mais verdadeiro que o réo nomeado por autor, e por tal razão lhe vem melhor ter a demanda com elle, e não será obrigado a litigar com o segundo réo, mas convem ao principal defender e proseguir a demanda por si.

9. E em todo o caso, onde o segundo réo póde contra vontade do autor litigar, e proseguir a demanda com elle, e pertencer a bem do feito fazerem-se algumas perguntas ao principal, poderá o julgador do feito feze-lo vir perante para lhe haver de responder a ellas, assim como si principalmente elle litigasse com o dito autor.

10. E o que fôr demandado por alguma cousa movel, de raiz, que elle possuisse, e tivesse em nome de outro, assim como seu lavrador, colono, inquilino, rendeiro, feitor, procurador, ou por outro modo semelhante, elle póde, e de nomear por autor á tal demanda o senhor da cousa, em cujo nome a possui, e a quem principalmente essa demanda pertence.

E tanto que o nomear, si o autor quizer seguir a demanda, fará citar ao dito senhor que venha defender a demanda a termo certo, que lhe para isso será assignado, e não vindo ao dito termo por si, nem por seu procurador, se procederá á sua revelia.

E sendo caso que aquelle, que possui a cousa, nomear por senhor della alguma pessoa, em cujo nome a não possua, pagará as custas todas, que se por isso causarem em dobro, e além disso será punido pelo juiz da causa corporalmente, segundo a qualidade da malicia em que fôr comprehendido.

E vindo o senhor a defender a demanda ao tempo, que lhe foi assignado, será ouvido com seu direito perante o juiz de seu fôro, pois é demandado por causa que diz ser sua, e de que está de posse, por aquelle que primeiramente foi citado por ella.

Porém si a cousa estiver em um lugar, e o réo que é chamado por senhor, morar em outro lugar, haverá o autor faculdade para demandar o réo, onde a cousa estiver, ou onde o réo morar, qual mais aprouver ao dito autor.

E quando o quizer citar no lugar, onde a cousa estiver, o poderá fazer, sendo o réo por ella demandado, antes que passe o anno, e dia, contado do dia que a começou a possuir, segundo mais largamente dissemos neste livro, no titulo 11: *Das que podem ser citados perante os juizes ordinarios.*

11. E si aquelle que é nomeado por autor por o réo, que é demandado por cousa, que delle houve por titulo de compra ou escambo, ou por outro qualquer semelhante titulo e elle vem, e o quer defender, defende-lo-ha naquelle juizo em que é chamado por autor, o qual não pôde declinar, posto que não seja do fôro desse juiz por direito, ou por privilegio especial, salvo se esse que é nomeado por autor disser que a cousa, sobre que é a contenda, houve de nós por mercê, que lhe della fizemos, e que nos pertencia por direito, porque em tal caso será remettido o feito ao juizo dos nossos feitos, para ahi se ver por direito se a dita cousa nos pertence.

## CAPITULO II

### OPPOSIÇÃO

**Ord. liv. 3. tit 20 § 31 :** E por quanto a opposição é como libello, ácerca della se terá (quando com ella se vier o mesmo modo de proceder, que se tem no libello.

E vindo o oppoente com seus artigos de opposição a elucidir assim ao autor, como ao réo, dizendo que a cousa mandada lhe pertence, e não a cada uma das ditas partes, os taes artigos fôrão offerecidos na primeira instancia, e antes de se dar logar á prova, serão logo recebidos na audiencia assim os mais artigos de contrariedade, replica, e treplica, e vier com elles depois de dado logar á prova, ou no caso de appellação, ou aggravado, antes do feito ser finalmente concluso no caso em que por direito com opposição possa vir, pronunciando-se ha sobre ella por desembargo, e não se sobrestará ao primeiro feito, antes se irá por elle em diante, até se dar a final determinação.

E a opposição correrá em feito apartado, e depois que o primeiro feito fôr findo, se proseguirá o feito da opposição contra o vencedor.

E tratando-se o feito perante juiz, que por si só delle ha de conhecer, e não cabendo a causa em sua alçada, não recebendo a dita opposição, não se poderá appellar delle, somente se aggravará por petição ou instrumento.

E em todo o caso, onde não fôr recebida a opposição, será o oppoente condemnado nas custas do retardamento em dobro para as partes, posto que tivesse causa de litigar.

### CAPITULO III

#### ASSISTENCIA

**Ord. liv. 3 tit. 30 § 33:** E vindo alguma parte assistir ao autor ou ao réo, será obrigado a tomar o feito nos termos em que estiver, sem ser ouvido ácerca do que já fôr processado, posto que o pretenda ser por via de restituição, ou por outro qualquer modo.

E si a assistencia fôr depois de ser dada sentença na mór alçada, poderá o assistente, por via de restituição, ou per outro modo juridico, allegar contra a dita sentença o que lhe parecer ácerca do prejuizo que ella lhe faz, sem o principal, contra quem se deu a sentença, ser mais ouvido como parte, nem se tratar de seu interesse. E na assistencia se procederá na fôrma de nossas Ordenações e direito.

### CAPITULO IV

#### EXCEPÇÕES

##### SECÇÃO I

#### *Excepções dilatorias.*

**Ord. liv. 3 tit. 49:** As excepções dilatorias são em tres maneiras : uma se põe contra a pessoa do autor, quando contra elle se allega, que não é pessoa legitima para estar em juizo ; ou contra o procurador, que não tem sufficiente procuração, ou é inabil para ser procurador ; ou contra a pessoa do juiz, quando é recusado por suspeito.

A segunda se põe á jurisdição do juiz ; quando o réo declina seu fóro por direito, ou privilegio especial, que lhe per nós seja outorgado.

A terceira se põe ao processo, e bem do feito, quando o réo allega espaço á demanda, o qual lhe é outorgado por direito, ou por graça especial nossa, ou allega espaço á divida por que é demandado, dizendo que não é obrigado sinão a certo dia, o qual ainda não é chegado, ou sob certa condição, que ainda não é cumprida, e outras semelhantes.

1. A excepção de suspeição se ha de alegar primeiro que todas, por que si o réo a deixasse de allegar, e allegasse outra excepção dilatoria do fóro, ou qualquer outra, não poderá em esse processo recusar o juiz por suspeito, como se disse no titulo 21 : *Das suspeições postas aos julgadores.*

2. E todas as excepções dilatorias se hão de pôr, e allegar juntamente antes de o réo vir com contrariedade, e responde ao libello, allegando primeiro a declinatoria do fóro si a tiver, porque si allegar primeiro a excepção que toca ao processo ou qualquer outra, não poderá jámais declinar o fóro do juiz, si elle fôr capaz de prorrogação, porque parece haver prorogado sua jurisdicção, allegando perante elle a excepção dilatoria, que toca ao processo e bem de feito, o que se não entenderá na excepção de excommunhão, porque esta se pôde pôr a todo tempo.

3. E posto que a excepção dilatoria se haja de allegar antes da lide contestada, si aquelle a que pertencer allegar não fôr della sabedor, ou a tal excepção lhe sobrevier depois novamente, em estes casos bem poderá ser posta, e allegada depois da lide contestada.

4. E sendo posta a excepção de excommunhão, dar-se-ha termo peremptorio de oito dias para se provar, se não se provando neste termo, o juiz condemnará a parte, que a allegou nas custas sobre isso feitas, e procederá pelo feito em diante assim como si posta não fôra.

E si o juiz fôr sabedor, que o autor é publico excommunhado, não o ouvirá, ainda que pela outra parte lhe não seja requerido.

E esta excepção de excommunhão não poderá ser allegada em um juizo mais de duas vezes, salvo no caso onde elle



novamente sobreviesse, ou o réo fizesse logo certo della sem outra alguma dilação.

5. E sendo essa excepção posta, e allegada contra o juiz, o superior conhecerá della, e a determinará finalmente segundo per direito achar, da qual determinação não haverá appellação, nem aggravado.

E si no logar, onde a causa se tratar, não houver superior desse juiz a esse tempo, louvar-se-hão as partes em juiz, ou juizes, que hajão de conhecer da dita excepção, e a determinem como fôr direito, da qual determinação não haverá appellação nem aggravado.

6. E sendo duvida, si cada uma das taes excommunições é valiosa, ou não, remetter-se-ha o conhecimento da tal excepção ao juiz ecclesiastico.

## SECÇÃO II

### *Excepções peremptorias.*

**Ord. liv. 3 tit. 50 :** Excepção peremptoria se chama aquella, que põe fim a todo negocio principal, assi como sentença, transacção, juramento, prescripção, paga, quitação, e todas aquellas que nascem das convenções feitas sobre algum crime, ou injuria, ou outra qualquer acção famosa. E bem assi quaesquer outras que concluaõ o autor não ter per direito acção para demandar.

E com cada uma das ditas excepções poderá a parte vir a embargar o processo, e a ser a lide contestada ao tempo, que lhe fôr assignado para contrariar, e se procederá nellas pela ordem que fica dito no titulo 20 : *Da ordem do juizo* : no paragrapho 15 : *E querendo*. E não allegando no dito termo cada uma das ditas excepções, não lhe será mais recebida, salvo si jurar, que depois do dito termo ser passado, veio á sua noticia; porque então o poderá alegar, tanto que de novo vier á sua noticia, ou sendo ella de tal natureza, que

annulle todo o processo e juizo ; porque neste cazo o poder allegar em todo o tempo, assim antes da sentença, como depois, como diremos no titulo 87: *Dos embargos que se allegam ás execuções.*

1. Todo o julgador perante quem se puzer excepção peremptoria, que não sejam das que podem embargar a contestação, não a receberá, nem dará logar á prova della, antes a contestação ser feita.

Porém si o réo na excepção peremptoria confessar a aução do autor, haverá o dito julgador a dita aução por provada pela confissão, e receberá a excepção si fôr posta em forma, que seja de receber, e dará logar á prova della.

E quanto ás excepções prejudiciaes mandamos, que acerca dellas se guarde a disposição de direito commum.

## CAPITULO V

### SUSPEIÇÃO

#### SECÇÃO I

*Quando e como se oppõe a suspeição.*

**Ord. liv. 3 tit. 21 :** Si o réo quizer recusar o juiz suspeito, ponha logo a recusação, antes que responda á demanda principal ; porque si logo não a fizer, não lhe será recebido depois que fizer algum acto, porque parece consentir nelle salvo si houver suspeição de novo.

Porque a suspeição, que vem de novo, se póde pôr em todo o tempo antes da sentença, não fazendo a parte, depois que della teve noticia, algum acto, porque pareça haver consentido no juiz.

1. E posto que o réo peça vista do libello em juizo perante o juiz, não se entenderá, que por isso consente nelle, para

não poder ao diante recusar, si contra elle tiver legitima recusação, e não tiver feito a parte algum outro acto, porque pareça ter consentido nelle.

2. E si o réo pretender recusar o juiz por suspeito, e por outras razões entender declinar seu fóro, primeiro fará a recusação em fórmula, antes que allegue outra alguma razão declinatoria do fóro.

Porque deixando a recusação da pessoa do juiz, e allegando outra declinatoria do fóro, e jurisdicção, não poderá depois recusar o juiz por suspeito, porque parece ter consentido em sua pessoa, allegando perante elle declinatoria do fóro.

3. Mandamos, que se não possa pôr suspeição a algum julgador, sinão em causa declarada, e que penda em juizo.

4. Quando alguma das partes tiver suspeição ao julgador, deve-lhe logo intentar por palavra na audiencia, declarando a causa, porque o entende recusar, e não a declarando logo, não lhe será dado termo para isso : e o julgador irá com o feito por diante.

E declarando-a por palavra, o julgador lhe mandará que venha com ella até primeira audiencia por escripto, feita por advogado, e de outra maneira não lhe será recebida.

E não o fazendo a parte assim, vá o julgador pelo feito em diante, e valha seu procedimento.

E vindo com ella por escripto, nomeará no fim dos artigos das ditas suspeições as testemunhas, porque as entende provar, e não poderá depois nomear outras, e o julgador as remetta ao juiz, a que pertencer.

E sendo postas a corregedor de comarca, sejam levadas ao chanceller da correição, e sendo a suspeição posta em fórmula que proceda, assim o julguem.

E o dito julgador não proceda mais no feito, até sobre a suspeição ser dado final despacho, ou ser passado o termo, em que se ha de determinar. Porque, procedendo por esse mesmo facto será nenhum tudo o por elle processado, e mais pagará á parte todo o damno, que por elle receber, e as custas que sobre isso fizer.



E o juiz da suspeição mande, que o julgador, a quem fôr posta, deponha a ella pelo juramento do seu officio, posto que a parte diga, que não quer o depoimento do recusado.

E querendo a parte dar mais prova, si a tiver no logar onde o feito se trata, lhe assignará termo de tres dias para a dar.

E jurando a parte que tem testemunhas fóra do dito logar, lhe será dado termo peremptorio, o mais breve que ser possa, segundo a distancia do logar, onde as tiver, não lhe dando porém mais termo, que de vinte dias para qualquer logar, posto que allegue que tem sua prova fóra do reino, ou nas ilhas, ou em qualquer outro logar, para que lhe seja necessario mais termo, e si o tal logar, onde jurar que tem as testemunhas, fôr tão distante, que verisimilmente não as possa dar dentro dos vinte dias, não lhos dará, posto que os peça, por que parece que os pede para dilatar.

5. Depois que um desembargador estiver no despacho de qualquer feito, posto que não tenha dado voto, nem posto sentença, nem tomado lembrança nelle, não lhe poderá a parte mais pôr suspeição, para o que adiante accrescer, si a suspeição teve nascimento de antes, ainda que jure que lhe veio de novo.

E isto sabendo a parte, ou tendo razão de saber, como o tal julgador era juiz de seu feito, por quanto algumas pessoas sabendo as causas, porque podem recusar os julgadores, os não recusão, esperando que a sentença saia por sua parte, e se é contra elles, vêm com suspeição de novo, dizendo que então a souberão, e para lhes ser recebida, jurão que antes da sentença não a sabião, nem viera á sua noticia.

E isto haverá logar, quando a parte que puzer a suspeição, tratou seu feito por si, ou por seu procurador.

Porém si se proceder por edictos contra algum absente, poderá pôr suspeição ao julgador, que a sentença deu, para annullar os actos, e sentença contra elle em sua ausencia dada.

O que poderá fazer em pessoa, mas não por procurador, como fica dito no título 7: *Dos que podem, e devem ser citados que appareção pessoalmente em juizo.*

6. E quando depois da sentença definitiva, ou depois de ser posta tenção, ou lembrança tomada, ou votos dados, ou depois do desembargador estar no despacho do feito, nascer causa alguma de suspeição, tal porque o julgador deva ser havido por suspeito, poderá ser recusado, para não conhecer dos embargos, si fôrem postos á dita sentença, nem de cousa alguma, que dahi em diante ao feito pertença: e os actos, e sentenças, que antes da suspeição fôrão processados, não serão em razão da nova suspeição annullados, nem revogados.

E si além do juiz do feito, fôrem no despacho delle outros julgadores, de que a parte não soube, nem teve razão de saber que havião de ser nelle, poderá a parte pôr suspeição ao julgador, de que não soube que havia de ser no feito, para annullar o embargo, ou sentença, em que elle foi.

7. Tanto que algum desembargador fôr julgado por suspeito por sentença final, entregará todos os feitos e actos, que tiver, em que assim fôr julgado por suspeito ao desembargador, ou escrevão a que pertencer, do dia que lhe fôrem pedidos, até o outro dia seguinte, e não o fazendo assim, perderá o mantimento de um quartel, e não irá a ról para ser delle pago, e o regedor além disso, ou o governador, ou o vedor da fazenda o constrangerá a dar, e entregar os ditos feitos, e actos.

## SECÇÃO II

*Competencia para o julgamento da suspeição, motivos e processo della.*

**Ord. liv. 2 tit. 21 § 8:** E si a demanda se tratar perante qualquer outro julgador, tanto que a suspeição fôr proposta, mande ás partes que se louvem em uma pessoa que a julgue. E não se concordando em uma, então tomarão cada um sua pessoa, que a julgue.

E sendo as pessoas, em que se assim as partes louvarem diferentes no julgar da suspeição, veja a differença o ver mais velho do logar, si suspeito não fôr, e si o fôr a outro, e com aquelle com que concordar porá de bargo.

E si fôr julgado, que a suspeição não procede, vá o a que foi posta, pelo feito em diante, e si fôr julgado, procede, os juizes da suspeição mandem, que o dito julg deponha, e dê logar á prova, assim como é dito, quando a suspeição é julgada por cada um dos juizes acima determinados.

E mandamos aos juizes, em que se as partes louvarem para a dita suspeição, que tomem conhecimento della, e desembarguem, como acharem per direito, sem receber pellação, nem aggravo, salvo quando julgarem que algum juiz é suspeito, porque então a parte, que se sentir aggruada, poderá tirar instrumento de aggravo para o corregedor da comarca, que o determinará finalmente, sem mais appellação, nem aggravo.

E não o querendo o juiz commissario fazer, o juiz ordinario o constrangerá, emprazando-o, que por pessoa appareça perante nós a certo dia, para mostrar a razão por que não cum o seu mandado.

9. E os juizes das suspeições, no procedimento dellas, tem sempre intento, quanto o direito o permittir, a não proceder ás suspeições, que os litigantes muitas vezes intentão, a de dilatar as causas.

E julgando-se que não procedem, não se poderá vir com o bargo ao dito despacho.

10. E nenhum julgador será havido por suspeito por parte dizer, que foi julgado por suspeito a algum seu parente nem por dizer, que lhe é suspeito, porque outro julgador parente lhe foi julgado por suspeito.

Porém poderá vir com suspeição, sendo o parentesco por linha direita ascendente, ou descendente, ou sendo transversal dentro do segundo gráo, contado por direito canonico.

articulando de novo, e allegando as causas della, que tambem toquem directamente ás pessoas do recusado, e recusante.

11. E quando a suspeição se der ao recusado para depôr, não a terá mais que tres dias, e não dando dentro nelles seu depoimento, queremos que se haja a suspeição por confessada, e se dê outro juiz em logar do recusado.

12. E depois de uma parte vir com a primeira suspeição a um julgador, si se julgar, que não procede ou procedendo se julgar por não suspeito, ou fôr lançado della por ser passado o tempo, em que se houvera de determinar, ou por qualquer outra via, não poderá vir com outra suspeição naquella causa, posto que jure que de novo lhe veio: salvo si a causa da tal suspeição nascesse de novo.

Nem poderá outro si vir com artigos accumulativos á suspeição, salvo si a causa delles tiver nascimento depois da suspeição ser apresentada.

13. E havendo sido um julgador dado por testemunha em alguma causa, não deixará de ser juiz della, por a parte dizer que foi testemunha na causa, tendo o tal julgador declarado por juramento no testemunho, que não sabe cousa alguma do para que foi nomeado por testemunha.

14. E o juiz da suspeição, quando lhe fôr apresentada, no primeiro despacho, que nella puzer, mandará ao escrivão, que ajunte qualquer suspeição, com que a parte já tiver vindo naquella causa.

E não sendo o escrivão da chancellaria presente, escreverá na suspeição, e cousas a ella tocantes qualquer escrivão do agravo, que presente fôr.

15. E os recusantes não poderão pôr suspeição aos desembargadores, que com os chancelleres das casas conhecerem das suspeições, salvo sendo de inimizade capital, declarando as causas della, em modo que concluaõ.

Assim como depois da sentença dada na causa, se não póde pôr sinão semelhante suspeição.

16. Si alguma das partes vier com suspeição ao chanceller ou juiz que da suspeição conhecer, ora seja antes do despacho,



ora depois, allegando que lhe era suspeito, e que não razão de saber que havia de conhecer della, a tal suspensão e embargos, não lhe serão admittidos, salvo allegando era seu inimigo capital, e as causas porque o era.

17. E mandamos que os chancelleres da casa da suspensão, e do Porto tirem por si as testemunhas das suspensões postas aos desembargadores, e não commettão o tirar delles algum enqueredor, nem a outro official.

18. E sentindo-se algum desembargador, ou outro qualjuiz julgador suspeito em sua consciencia, e declarando-o tal por juramento, poder-se-ha lançar de suspeito dentro em tres dias, depois que o feito lhe fôr.

E passados os tres dias, se poderá outro si lançar de suspeito sobre-lita maneira, mas pagará ás partes em dobro as custas do retardamento, que se fizerão depois de passados os ditos dias até o tempo que se lançar : e até mostrar certidão de não o ser, estará suspenso de seu officio.

19. Em qualquer logar de nossos reinos, quando são nomeados juizes ordinarios, e um delles é recusado, e havido por suspeito, em algum feito, logo seu parceiro fica suspeito, e o feito remettido aos juizes do anno passado.

E si ambos, ou cada um fôrem suspeitos, louvar-se-hão a partes em dous homens bons do logar, ou em um qualjuiz, e a esse será o feito remettido aos juizes do anno passado, que o julgue, assim como o fôr, e os juizes ordinarios, si suspeitos não fôsem, sem poderem levar esportulas, nem premio algum.

E isto se não entenderá nos officiaes da côrte, ou da cidade do Porto, corregedores do crime, e civil da cidade de Lisboa, e juizes della, porque ainda que um seja suspeito não se lançará por isso o outro de ser juiz.

20. E da determinação final, que se tomar sobre a suspensão, se passará sentença ou certidão á parte, qual ella mais quizer.

**Decr. de 15 de Jan. de 1839: Art. 1.**  
juizes do civil desta côrte, e das outras cidades, onde

Relações, compete cumulativamente conhecer e julgar as suspeições postas nas causas cíveis, aos juizes de direito do civil e municipaes da mesma côrte e cidades.

**Art. 2.** Nos outros termos do Imperio, para julgamento de taes suspeições, se procederá na conformidade da Ord. liv. 3 tit. 21 § 8; e no caso de ser preciso recorrer aos vereadores, preferiráõ os mais aos menos votados, incluindo o presidente.

**Decr. de 3 de Març. de 1842: Art. unico.** Quando no caso da Ord. liv. 3 tit. 21 § 8 verso — E sendo — tiver de ser vista a diffença no julgar a suspeição por algum dos vereadores, e por parte na causa de suspeição a camara municipal da qual fizerem parte, verá essa differença o juiz do civil si o houver; o da primeira vara, si houver mais de um; na sua falta ou impedimento o da segunda, seguindo-se o da terceira; e na falta ou impedimento destes juizes, o municipal.

**Decr. de 14 de Nov. de 1855:** Hei por bem decretar, que, nos casos de suspeição posta ao juiz de orphãos da côrte, sirvão de adjunto conforme a Ord. liv. 4 tit. 96 § 25, em primeiro logar o juiz de direito da primeira vara criminal, e em segundo logar o juiz de direito da segunda vara crime.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 24.** Aos juizes de direito compete:

§ 3. A decisão das suspeições postas aos juizes inferiores.

**Art. 26.** A suspeição em materia civil posta aos juizes de direito serão decididas pelo modo determinado no artigo 11 desta lei.

**Art. 11.** As suspeições postas aos juizes de direito serão decididas:

§ 1. Nas comarcas, de que trata o artigo 1 desta lei, pelo presidente da respectiva Relação;

§ 2. Nas demais comarcas pelo juiz de direito da comarca mais vizinha do termo, em que se arguir a suspeição.

Uma tabella fixará a ordem da proximidade reciproca de cada comarca.

**Decr. de 22 de Nov. de 1871: Art. 69.** As suspeições postas aos juizes de direito serão julgadas na forma da lei (20 de Setembro de 1871).

### SECÇÃO III

#### *Tempo para o julgamento da suspeição.*

**Ord. liv. 3 tit. 21 § 21:** Mandamos, que qualquer pessoa que vier com suspeição a algum julgador, a prosiga, para se determinar dentro de trinta dias, no qual termo trará certidão de como é julgado por suspeito.

E não a trazendo no dito termo, o julgador a que fôr intentada vá por o feito em diante, salvo si dentro do dito termo trouxer certidão do juiz de suspeição, que sempre proseguir o juizo della, e não ficou por elle termo algum, que proseguisse, e com declaração do termo, em que lhe parou, que se poderá determinar: e em tal caso esperará pelo termo, comtanto que não passe de quinze dias.

Passado o qual termo o julgador, a que foi intentada a suspeição, sem mais outra pronunciação irá naquelle feito em diante, e assim será juiz em todos os outros feitos do recusado como si a suspeição lhe não fôra intentada.

22. E os ditos quarenta e cinco dias serão continuos, e contarão do dia que a suspeição fôr actuada.

E tanto que fôrem passados sem a suspeição ser finalmente determinada por sentença, o juiz, que della conhecer, não mais por ella em diante, e a causa da suspeição fique firme sem se poder mais fallar nella, sem embargo de quaesquer allegações, que a parte allegar.

E sómente por via de restituição se poderão assignar aos menores quinze dias mais, e sendo passados, não se vá mais pela suspeição em diante.

23. E o chanceller será obrigado dentro dos quarenta e cinco dias a dar sentença nas suspeições em quaesquer termos, que os actos estiverem.

E allegando as partes que por culpa do chanceller lhes não despacharão no dito termo, e provando-o, o chanceller lhes pagará todas as custas dos actos das suspeições, e seja suspenso do officio por tempo de um mez.

E não tornará a servir, sem mostrar como tem satisfeito á parte.

E quando o chanceller de cada uma das casas pedir ao regedor, ou governador, desembargadores para despacho das suspeições, dêm-lh'os logo, para que não fiquem por despachar por falta de adjuntos.

24. E vindo a parte com embargos ao procedimento da suspeição, correrão os embargos juntamente com ella, e se determinará tudo dentro dos quarenta e cinco dias, em que se a suspeição ha de determinar.

Os quacs passados se procederá sem embargos dos embargos, como si postos não fôrão.

## SECÇÃO II

### *Juizes a que não pôe suspeição.*

**Ord. Hv. 3 tit. 21 § 25 :** Porque alguns litigantes, quando seus feitos vão a alguns desembargadores, os mandão citar, dizendo que lhes são em algumas obrigações, e depois lhe intentão suspeição, allegando que andão com elles em demanda, mandamos, que sendo as taes citações por causas, que as partes poderão demandar antes de se saber, que o tal julgador era juiz de seu feito, não lhes sejam recebidas suspeições, e sem embargos dellas desembarguem os feitos.



26. E si alguma parte, depois de trazer feito perante alg julgador, lhe disser, ou fizer alguma injuria, além da p que por nossas ordenações merecer, o dito julgador fiqu seja juiz de seu feito, como si a tal injuria lhe não dissera, fizera.

27. E depois que um julgador fôr julgado por suspeito a parte consentir nelle, não lhe poderá pôr suspeição outras causas, salvo vindo-lhe com suspeição de novo, e causa nova.

28. E aos juizes de execução se não poderá vir com peição de qualquer qualidade que seja, porque excedendo e o modo, têm as partes outros remedios de direito, de que pod usar.

29. Por quanto no tomar das contas de nossa fazenda cabe suspeição, nem a houve de antigamente, mandam que no tomar dellas não se possa intentar suspeição algu ao contador-mór, nem aos contadores de nossos contos.

### SEÇÃO III

#### *Caução das suspeições.*

**Ord. liv. 3 tit. 22 :** Para que se não ponhão s peições afim de dilatar, mandamos, que a pessoa, que recu de suspeito a qualquer dos presidentes do desembargo paço, mesa da consciencia, vedor da nossa fazenda, regedor da casa da supplicação, governador da casa do Porto, não seja recebida suspeição sem primeiro depositar cincoenta cruzados, e recusando ao chanceller mór, ou a algum dos desembargadores do paço, depositará trinta cruzados, e recusando o desembargador da casa da supplicação, ou do Porto, ou o regedor da mesa da consciencia, depositará vinte cruzados, e pondo suspeição ao conservador da cidade de Coimbra, ou a algum dos regedores da cidade de Lisbôa, e das comarcas, provedor

dellas, ouvidores dos mestrados, ouvidores letrados de senhores de terras, depositaráo dez cruzados.

E aos juizes de fôra letrados postos per nós, ou que servirem em terras de senhores, ou a outros julgadores da cidade de Lisbôa, depositaráo cinco cruzados.

As quaes cauções se depositaráo na mão do escrivão, que houver de escrever nas ditas suspeições.

Enão se depositando logo, não será o recusante ouvido sobre ellas, e o juiz irá pelo feito em diante, come si lhe não fôra intentada suspeição.

1. E intentando-se suspeição ao contador da fazenda da cidade de Lisbôa, ou contadores das comarcas, se depositaráo dez cruzados.

E intentando-se a cada um de seus escrivães, se depositará o cinco cruzados.

2. E a pessoa, que puzer qualquer das ditas suspeições, não será relevada de depositar a caução, salvo sendo tão pobre, que a não tenha, para o que lhe não será admittido juramento, mas sómente o poderá provar por testemunhas, e aos pobres, que notoriamente constar, que não têm possibilidade para depositar a caução, nas causas que penderem nas casas da supplicação, e do Porto, se poderá moderar a caução pelo regedor, ou governador, como lhes parecer justo.

3. Recusando alguma parte qualquer julgador, e pronunciando-se que a suspeição não procede, perderá a metade da caução.

E desistindo da suspeição posta antes de ser julgado, se procede, ou não, não perderá a caução.

Mas desistindo depois de se pronunciar que procede, ou julgando-se que o julgador não é suspeito, perder-se-ha toda.

E sendo posta a suspeição aos desembargadores da casa da supplicação, officiaes da côrte, corregedores da cidade de Lisbôa, applicar-se-ha a caução para as despesas da Relação.

E sendo posta a desembargadores da casa do Porto, applicar-se-ha para as despesas della.

E sendo posta a outros alguns julgadores, applicar-se aos captivos.

4. E nos casos em que o recusante perde a caução, ou metade, será irremissivel a condemnação, posto que ter justa causa de recusar, e será condemnado nas custas do recusamento sem remissão, pelas quaes logo realmente se fará a caução.

E o que as vencer não será obrigado torna-las á parte posto que na sentença final seja vencedor no principal, e custas.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 69.** Lhe recolherão as cauções de suspeição exhibidas em juizo se recolhidas ao cofre da camara municipal respectiva dentro de 24 horas, juntando-se aos autos o necessario conhecimento do procurador da mesma camara.

#### SEÇÃO IV

##### *Suspeição dos tabelliães e escrivães.*

**Ord. liv. 3 tit. 23 :** Mandamos, que a parte que tiver suspeição ao tabellião, ou escrivão dante os julgadores das cidades, villas, logares, e comarcas de nossos reinos, lh'a interjaure em audiencia tanto que o souber, e uma só vez no principio da causa, porque si depois de a saber o deixar escrever, não poderá pôr, salvo sendo por causa que tiver nascimento novo.

E o julgador lhe mandará, que venha com ella por escrito até o outro dia, e não vindo no dito termo, o lançará della, e vindo com ella no dito termo, lhe dará juizes a elle, que vejão si procede, e a determinem finalmente sem appellação, nem aggravo.

E julgando-o por não suspeito, irá o escrivão por o feito e diante, e julgando-o por suspeito, se dará a outro tabellião,

escrivão, dante o mesmo julgador, para que escreva nelle, e tudo o que o escrivão suspeito tiver escripto, até lhe ser intentada a suspeição, será valioso, e se lhe descarregará o dito feito da distribuição, e lhe será dado outro em seu lugar.

1. E tanto que fôr intentada suspeição ao escrivão, ou tabellião, o julgador, que do caso conhecer, ou fizer a audiência, faça logo passar o feito a outro escrivão, ou tabellião do mesmo juizo, que mais sem suspeita lhe parecer, e não o havendo no dito juizo, o julgador nomeará para isso outro official, que melhor lhe parecer, e mais a aprazimento das partes que ser possa.

E o escrivão, a que assim fôr passado o feito, escreverá nelle até a suspeição ser finalmente despachada, ou em quanto durarem os quarenta e cinco dias, que são dados ás suspeições postas aos julgadores, o que tambem haverá logar nos escriptos dos juizos da côrte, e das casas da supplicação, e do Porto, e da cidade de Lisbôa e de todas as cidades, villas, e logares, e correições dos nossos reinos, e senhorios.

2. E sendo o escrivão ou tabellião julgado por não suspeito, ou julgando-se que a suspeição não procede, a parte, que lhe intenta suspeição, será obrigada a lhe pagar seu salario em dobro, além do salario que ha de pagar ao escrivão, que no feito escreveu, em quanto pendia a suspeição.

3. E as partes não poderão vir com suspeição aos escriptos, que escreverem nas execuções de quaesquer qualidades que sejam, nem serão a isso admittidos, porque excedendo elles o modo, têm as ditas partes outros remedios de direito, de que poderão usar.

#### SUSPEIÇÃO V

*Suspeição do julgador nos feitos dos seus parentes ou dos officiaes dante elle.*

**Ord. Hv. 3 tit. 24 :** Nenhum julgador conhecerá, nem julgará em feito ou cousa, que a elle pertença, ou a cada

um de seus parentes, ou cunhados dentro do 4º gráo, em quanto durar o cunhadio, contando os gráos do parentesco, e cunhadio conforme o direito canonico, nem dos que com elle vivem e o servem, nem outro si, conhecerá de feito que algum official dante elle haja com outrem ou outrem com elle, salvo si a parte contraria consentir que o tal julgador seja juiz do official dante elle; porque então o será, posto que o dito official recuse, dizendo que é official dante elle: salvo si houver outra razão de suspeição a allegar, e provar.

E isto se não entenderá no ouvidor da alfandega de Lisboa porque conhecerá das causas dos officiaes dante elle, como em seu titulo dissemos.

1. E si esse julgador fôr desembargador da casa da supplicação, ou do Porto, e elle se deitar por suspeito por a dita razão, o regedor, ou governador commetta o feito a outro desembargador sem suspeita, que delle conheça.

E si fôr corregedor da comarca, ou ouvidor dos mestrados ou de senhor de terras, ou juiz de fóra, remetta-o a um homem bom, o mais a aprazimento das partes que ser possivel que conheça, dando appellação e agravo.

E sendo outro julgador, que não seja dos sobreditos, remetta o feito aos juizes, que fôrão em esse logar o anno passado, si não fôrem suspeitos. E sendo suspeitos, remetta-o a um homem bom a aprazimento das partes, que o desembargue, assim como esse julgador o desembargará, si suspeito não fóra.

2. Porém si algum official dante algum julgador commetter erro em seu officio, esse julgador o poderá punir, segundo achar per direito, dando de sua sentença appellação, e a aggravo.

E quando o maleficio fôr tal, que não toque a seu officio esse julgador não conheça de seu feito, ainda que o conhecimento delle pertença á sua jurisdicção, porque o havemos e isso por suspeito, em razão de assim ser official dante elle salvo si o dito crime fôr notorio, e feito em sua presença porque em tal caso bem poderá tomar delle conhecimento,

determinal-o como fôr justiça, dando porém sempre de sua sentença appellação, ou aggravo.

E isso que ordenamos no official do julgador, que commette crime contra outrem, haverá logar em qualquer crime, que outrem contra elle houver commettido em presença do julgador ou em sua ausencia sobre seu officio, porque em taes casos procederá como diremos no livro quinto, no titulo 50: *Dos que dizem, ou fazem injurias aos julgadores.*

3. E bem assim, todo o julgador poderá conhecer das causas dos salarios devidos aos officiaes dante elle, mandando sobre elles penhorar as partes, que não quizerem pagar, ou prende-las si taes pessoas fôrem, que devão ser presas, e da cadeia lhes farão pagar. (\*)

## CAPITULO VI

### RECONVENÇÃO

**Ord. liv. 3 tit. 33:** A natureza da aução e reconvenção é, que ambas andem igual passo, ambas sejam determinadas por uma sentença.

Porém primeiro se responderá ao libello do autor, e primeiro será contestado, que o do réo, e pelo consequente todos os outros termos e autos judiciaes, e tanto que fôr respondido ao libello do autor, e contestado logo se responderá ao libello do réo, e a mesma maneira se terá dahi em diante.

E quando se dêr sentença definitiva, primeiro será julgada a aução do autor, e logo a reconvenção do réo, em tal maneira que a aução, e reconvenção ambas sejam determinadas em um tempo, e em uma sentença.

1. E isto haverá logar quando a reconvenção fôr começada, antes que a aução seja contestada, ou logo depois da contestação, antes que o autor faça sua prova, porque si a reconvenção

---

(\*) A prisão por custas está abolida: Reg. de 2 de Set. de 1874 art. 207.



fôr começada depois da aução contestada, e o autor tiver dada sua prova, a reconvenção perderá sua natureza, quanto a esta parte, e não andarão igual passo, mas cada uma fará seu curso como por direito melhor puder, sem uma aguardar a outra.

2. E dizemos que a convenção, e reconvenção tem outra natureza, convem saber, si o réo durante a primeira demanda quizer demandar o autor, não o poderá demandar em outro juizo, sinão diante daquelle mesmo juiz, perante quem é o demandado; porque não é justo, que o autor pendendo a primeira demanda, haja de ser molestado pelo réo em outro juizo.

3. E si o réo quizer demandar o autor diante aquelle juiz, perante quem é demandado, não poderá tal juiz recusado pelo autor, porque pois o elle já escolheu por juiz a primeira demanda, não é razão que o posea recusar por outra alguma.

4. Ha ahi taes auções, em que não cabe reconvenção, convem saber, convenção de esbulho, guarda, e deposito, accusação de feito crime, em que a justiça haveria logo posto que a parte não accusasse, porque estas convenções são privilegiadas, e não cabe em ellas reconvenção, porque não seja impedida a restituição da cousa esbulhada, ou posta a guarda, e deposito, nem accusação de feito crime.

5. A reconvenção não ha lugar, nem se póde fazer, salvo no caso, onde ella é de tal natureza, que o juiz tenha jurisdição para della conhecer sendo principalmente intentada assim como no embaixador, que não póde ser demandado em côrte durando o tempo de sua embaixada: porém, si elle ahi demandar outrem, poderá ahi ser reconvido, se a reconvenção fôr de tal natureza, e qualidade, em que o juiz tenha jurisdição para della conhecer: porque se ella não coubesse na jurisdição do juiz, sendo intentada principalmente em tal caso não haverá lugar a reconvenção por maneira alguma, porque o consentimento do autor, de que é causa a reconvenção, não póde obrar onde a natureza da causa não sofre, que o juiz tenha nella jurisdição.

6. E si o juiz conhecer de algum feito, em que segundo direito deva proceder summariamente, haverá então logar a reconvenção, si fôr de tal qualidade, em que summariamente se deva proceder.

E si a reconvenção fôr tal, que requeira conhecimento ordinario, não se poderá fazer, salvo si o réo renunciar o privilegio da reconvenção, porque é outorgado, quo ambas procedão igual passo, porque então bem se poderá fazer a reconvenção, mas andarà cada uma por seu curso, convém saber, a convenção summariamente, e a reconvenção por via ordinaria, segundo fórma de direito.

7. E na causa da appellação não ha logar a reconvenção, porque o appellante vai ao juiz da appellação por necessidade, entendendo que é aggravado da sentença contra elle dada, espera ser relevado por appellação.

8. Si dous homens se louvarem em juizes arbitros, que hajão de julgar, e determinar alguma questão entre elles, não poderá o réo fazer reconvenção contra o autor perante os juizes arbitros, porque não fôrão escolhidos por juizes por o autor sómente, mas por vontade, e consentimento de ambos.

E por tanto, si fôsse per nós delegado algum juiz entre duas partes de aprazimento, e consentimento de ambos, não poderá a reconvenção ser feita perante o dito juiz, pois por consentimento de ambos foi delegado; porque a reconvenção não tem logar, sinão quando o juiz é escolhido por vontade e aprazimento só do autor.

## CAPITULO VII

### FIANÇA ÀS CUSTAS

**Ord. liv. 3 tit. 20 § 6 :** E sendo requerido pelo réo, que o autor dê fiança às custas, será obrigado a da-la em qualquer tempo, que lhe fôr pedida, o qual requerimento será por palavra na audiencia, e se escreverá no processo, sem por isso o feito se retardar, nem se perder termo algum,



e não a dando o juiz sem embargo disso irá pelo feito em diante, e o autor ficará obrigado a pagar as custas da cadeia, quando nellas fôr condemnado ; posto que a isso se não obrigasse.

E si o autor fôr estrangeiro, ou pessoa que não seja de nossa jurisdição, não dando a dita fiança no tempo, que lhe fôr assignado, será condemnado nas custas, e o réo absoluto da instancia do juizo, da qual absolvição poderá a parte appellar ou aggravar, qual no caso couber.

E isto se cumprirá posto que as partes tenham bens, e sejam abonadas.

**Disp. prov.: Art. 10.** Ficão abolidos os juramentos de calunnia... assim como a fiança ás custas, ficando o autor vencido obrigado a paga-las da cadeia, quando o não faça 24 horas depois de requerido por ellas.

**Lei de 10 de Jul. de 1850: Art. 1.** O artigo 10 da disposição provisoria sobre a administração da justiça civil, na parte em que abolio a fiança ás custas, não comprehende as demandas propostas por quacsquer autores nacionaes ou estrangeiros rezidentes fóra do Imperio, ou que delle se ausentarem durante a lide.

**Art. 2.** Sendo os ditos autores requeridos, não só prestarão fiança ás custas do processo, mas tambem ao valor de dous por cento substitutivo da dizima da chancellaria; e quando a não prestem, serão os respectivos réos absolvidos da instancia do juizo.

Esta disposição não comprehende as pessoas miseraveis, que justificarem perante o juiz da causa a impossibilidade, pela sua pobreza, de prestar uma outra fiança.

Da decisão do juiz poderá a parte interpor o competente recurso de aggravo.

**Art. 3.** Estas disposições são applicaveis ás acções pendentes.

## TITULO VII.—Provas

### CAPITULO I

#### INSTRUMENTOS

##### SECÇÃO I

*Casos de prova por instrumento ou escriptura publica.*

**Ord. liv. 3 tit. 59 :** Todos os contratos, avenças, convenças, pactos, composições, compras, vendas, scambos, permutações, dotes, arras, doações, estipulações, promissões, aforamentos, arrendamentos, empréstimos, encommendas, guardas e depozitos, e quaesquer outros contratos de qualquer natureza, e condição, que sejam, assim perpetuos, como a certo tempo, e por qualquer nome por direito, ou costumes de nossos reinos nomeados, ou sejam de maior ou menor força, e virtude que estes aqui declarados, que quaesquer pessoas assim publicas como privadas, conselhos, communidades, collegios, confrarias, e assim homens como mulheres de qualquer estado e condição que sejam, fizerem, e affirmar quizerem em nossos reinos, e senhorios, se fôrem sobre bens de raiz, e a quantia da obrigação passar de quatro mil réis, ou se fôrem sobre bens, e cousas moveis, e a quantidade da divida passar de sessenta mil réis, e bem assim todas as pagas, quitações, soluções, renunciações, transações, remissões, divisões, partições de heranças, e de quaesquer outros bens, revogações, spaços de dividas, e de quaesquer obrigações, pacto, ou convença de não demandar, e outras quaesquer innovações dos ditos contratos, ou firmidões, ou de outros de qualquer natureza, e condição que sejam, assim reaes, como pessoasas, quer em razão de feitos crimes, quer

civeis, que passarem das ditas quantias de scssenta mil réis nas cousas moveis, e de quatro mil réis nos bens de raiz, sejam firmados, e feitos por escripturas por tabelliães publicos, ou Escrivão authentico que para isso tenha autoridade, perante testemunhas, ou por nossas cartas.

E em taes casos, em que segundo disposição desta lei se requer escriptura publica, não será recebida prova alguma de testemunhas: e si fôrem recebidas testemunhas, tal prova será nenhuma, e de nenhum effeito, posto que a parto o não opponha.

1. E não sómente isto haverá logar nos contratos, e disposições sobre-ditas, que fôrem feitas em nossos reinos, e senhorios, mas ainda nos que fôrem feitos fóra delles, onde nós em arraial formos, ou estivermos, ou em armada, que por nós, ou por nosso capitão por nosso mandado for feita, e nos contratos feitos fóra em alguma outra parte se guarde o direito commum, e ordenações, e costumes do reino, onde esses instrumentos, e contratos fôrem feitos.

2. E nos contratos feitos em caravellas, navios, ou nãos que de nosso reino partirem, emquanto andarem, e estiverem no mar, ou rios da nossa conquista, commercio, e navegação, ou feitos em alguns logares da dita conquista, e commercio (si ahi não houver tabellião publico), queremos que o escrivão, que fôr ordenado em algum dos ditos navios, abaste com o tabellião.

E si o contrato fôr por elle escripto, e assignado, e pelas partes contrahentes, e testemunhas, como havia de ser feito por tabellião publico, si o ahi houvera, seja a tal escriptura havida por escriptura publica.

E tanto que chegar ao logar de nossos reinos, donde partio, ou onde houver de descarregar, dê logo os taes contratos a um tabellião publico do dito logar.

3. E posto que nas cousas moveis se possa receber prova de testemunhas até quantia de sessenta mil réis, assim para provar o contrato, como para se provar a paga, distracto ou

quitação, si todavia o contrato principal fôr feito, celebrado, e provado por escriptura publica, posto que seja de menos quantia, que dos ditos sessenta mil réis, provar-se-ha a paga, ou quitação, ou distracto por outra escriptura publica: e não será em tal caso recebida prova de testemunhas.

E quando o contrato se provar por testemunhas, ou por confissão da parte, e não por escriptura, poder-se-ha provar o distrato por testemunhas.

4. E mandamos a todos os nossos desembargadores, corregedores, ouvidores, juizes, e justicas de nossos reinos, e se-nhorios, que não recebam pessoa alguma a demandar em juizo a outrem, nem mandem citar por carta, nem porteiro, nem por outra maneira em razão de algum contrato, ou casos sobreditos, em que se requeira prova por escriptura, salvo mostrando-lhe primeiro instrumento publico, ou outra autentica escriptura, porque se possa provar sua intenção.

E posto que as partes alleguem, que têm, escriptura privada assignada pela parte contraria com cinco testemunhas, ou mais, não bastará a dita escriptura privada com quaesquer testemunhas, que nella estiverem.

## SEÇÃO II

### *Cazos de dispensa de instrumento e escriptura publica.*

**Ord. liv. 3 tit. 59 § 11:** E esta lei, quanto á prova das escripturas publicas, se não entenda, nem haja logar nos contratos, convenças, e outras quaesquer firmidões, ou pagas, e quitações feitas entre pai, e filho natural, e não adoptivo, nem entre filho, e mãe, ou feitas entre sogro, e sogra, e genro, ou nora depois do matrimonio ser feito por palavras de presente, durando o dito matrimonio, posto que as demandas dos taes contratos, assim feitos depois do casamento feito por palavras de presente, se fação depois do matrimonio ser separado.

Nem entre irmãos, quer sejam conjunctos de pai, e de mãe, quer de qualquer delles sómente.

Nem entre primos com irmãos.

Nem entre sobrinhos, e tios irmãos do pai, ou da mãe.

Porque entre estas pessoas queremos que se receba prova por testemunhas, posto que a demanda seja sobre bens de raiz que valia de mais de quatro mil réis, ou sobre mór quantia, que exceda sessenta mil réis.

Porém, si entre estas pessoas fôr contratado por escriptura publica não se poderão provar aos distratos, pagas, ou quitações entre elles mesmos feitas, sinão por outra escriptura publica, porque pois podendo contratar sem scriptura a qual não se querão fazer, queremos que isso mesmo, o distrato, paga, ou quitação seja por escriptura publica.

12. E si algum contrato fôr feito entre as ditas pessoas, e não podem provar por testemunhas seus contratos, e convenções, e depois alguma outra pessoa, posto que não seja das sobreditas, lhes vier a succeder por qualquer via que seja universal ou particular, poderá o dito successor provar por testemunhas os ditos contratos, e convenções, em que assim succede, assim como o poderia provar cada uma das ditas pessoas privilegiadas que o contrato, ou convenção fez.

13. E sendo feito parceria entre mercadores sobre alugueros, distratos, arrendamentos, ou mercadorias, si a parceria fôr feita e provada por escriptura publica, poder-se-hão provar por testemunhas, e por qualquer outra maneira de prova, segundo disposição do direito commum, quaesquer duvidas, que se moverem entre elles, os seus herdeiros, sobre a dita parceria, e cousas della dependentes, ou a ella pertencentes, posto que não mostre scriptura publica para provar as taes cousas. (\*)

14. Outro si, nas pagas que se fizerem de pensão de algures, fôro, censo, alugueres, ou de arrendamentos, não haverá lo

(\*) Vide sobre a materia deste § 13 o Cod. Comm., e o Reg. Comm. de 1850.



Porque posto que os contratos principaes sejam feitos por escriptura publica, si as pagas das pensões, que assim fõrem feitas, não passarem de sessenta mil réis, poder-se-hão provar por testemunhas.

15. Nos alvarás feitos, e assignados por arcebispos, bispos, abbades bentos, fidalgos de solar, ou assentados em nossos livros, ou cavalleiros fidalgos, ou por nós confirmados, ou doutores em theologia, ou em canones, ou em leis, ou em medicina, feitos em estudo universal por exame, ou officiaes da justiça que sejam do nosso desembargo, não haverá logar esta lei; porque por a qualidade de suas pessoas queremos, que lhe seja dada esta autoridade, que si por elles fõrem feitos, e assignados, sendo contra elles, lhes seja dada tanta fé, como as escripturas publicas.

E posto que os alvarás sejam assignados por cada um dos sobre-ditos, si não fõrem feitos de sua letra, haverá esta lei logar em elles.

Porém, sendo os taes alvarás assignados por cada um dos arcebispos, e bispos das cidades de nossos reinos, e senhores, ou dos infantes, duques, mestres, marquezes, ou condes, e feitos por seus escrivães, lhes será dada tanta fé, como que fõsem feitos, e assignados por elles.

16. Nos empréstimos de roupas de camas, e de vestir, e de alfaias de casa, bestas, armas, e prata emprestada para beberem por ella, ou comerem nella, esta lei não haverá logar, porque neste empréstimos não se poderião tão asinha fazer as escripturas; e por tanto havemos por bem, que nelles se receba prova de testemunhas, segundo a disposição do direito commum, posto que o preço das taes cousas exceda a dita somma de sessenta mil réis.

17. Nem haverá outro si logar nas encomendas, que vierem da India, e de outras partes de fóra deste reinos, assim de pedraria, como de quaesquer outras mercadorias, nas quaes se receberá prova de testemunha, como por direito se requer, posto que o preço das taes cousas exceda a quantia de sessenta mil réis.

18. Nem haverá logar nas sizas, e pagamentos dellas, nem dos outros tributos, e direitos nossos, porque nisto queremos que se guarde o que sempre se guardou, assim por nós, como contra nós.

19. Nas compras, e vendas das mercadorias, que fôrem feitas por corretores entre os estrangeiros, e naturaes do reino, assim das que os estrangeiros venderem, como das que comprarrem por corretores, nem nas de mercadorias feitas entre naturaes do reino, sendo feitas por corretor para isso especialmente deputado, não haverá logar esta lei, porque em taes casos se poderão provar os contratos pelo corretor, que as mercadorias fez vender, com duas testemunhas dignas de fé, de maneira que sejam tres, contando o corretor por uma dellas.

E quando o contrato da mercadoria fôr confessado pelas partes, e fôr elles differença sobre a quantidade do preço, ou de outra alguma qualidade, e circumstancia, será crido o corretor por juramento dos evangelhos, que lhe será dado, além do juramento que fez, quando lhe foi dado o officio.

20. Nas cousas dadas a pregoeiros, e adelas para venderem, ou alfaiates, e outros officiaes para coserem, e concertarem, não haverá esta lei logar, e receber-se-ha prova por testemunhas, como por direito se deve fazer.

21. E bem assim não haverá logar esta lei nos contratos dos casamentos, quanto pertença á conjunção do matrimonio.

E quanto aos dotes, e quaesquer outras convenças, e promettimentos feitos nos casamentos, haverá logar o que acima dizemos no paragrapho : *E esta lei.*

22. Nem haverá logar nos quasi contratos, porque nellas se não requer convença, nem consentimento de ambas as partes.

23. Nem outro si haverá logar nos arrendamentos, quando se fizerem de bens de raiz por um só anno, por preço que não passar de sessenta mil réis, porque em tal caso se poderão provar sem escriptura publica, pela prova que

segundo nossas ordenações, e disposições de direito fôr sufficiente.

24. E porque para defraudar essa ordenação, muitas vezes sendo os contratos feitos de maior quantia de sessenta mil réis nos bens moveis, as partes demandão sómente sessenta mil réis, e dahi para baixo, e veio muitas vezes em duvida, si se poderia dividir a dita somma, mandamos que mostrando-se, que a quantia é de contrato, que quando foi feito passava de sessenta mil réis, não sejam ouvidos, posto que queirão pedir sessenta mil réis sómente, e dahi para baixo; porque pois o contrato, por bem desta ordenação, por assim passar da dita quantia, e ser feito sem escriptura publica, se não pôde provar por testemunhas, nem ser ouvido em juizo, razão é que nenhuma quantidade do dito contrato se possa pedir.

25. Nem haverá logar outro fim essa lei nos contratos simulados, porque muitas vezes as partes, por defraudarem o direito civil, ou canonico, fazem enganosamente alguns contratos simulados, assim como se tivessem vontade de fazer um contrato usurario, e por defraudar o direito, que defende as usuras, fizessem outro contrato, por mudarem a susbtancia da verdade, que tinham em vontade fazer.

Em tal caso, porque a verdade foi entre elles encuberta no contrato simulado, e o engano foi nelle sómente declarado, havemos por bem, que tal engano, e simulação se possa provar por testemunhas, porque o engano sempre se faz encubertamente, e por tanto não se poderia provar por escriptura publica.

### SEÇÃO III

*Fé dos instrumentos publicos e outras escripturas, e como se podem redarguir de falsas.*

**Ord. liv. 3 tit 60:** Si algum instrumento fizer menção de outro, não dará o julgador fé ao tal instrumento,



de que o segundo fizer menção, salvo sendo mostrado o primeiro, ou sendo incorporado no segundo perante a p a que o primeiro instrumento pertence, ou si o dito instrumento primeiro, de que o segundo faz menção, fôr por aquelle tabellião, que fez o segundo, o o dito tabe assim o diga e o declare no segundo instrumento, qu menção do outro, porque em tal caso lhe dará fé, assim con fôsse mostrado o primeiro instrumento, de que o segund menção.

1. E quanto aos alvarás, ou cartas por nós assign em que fizermos menção de algumas escripturas, ou assign que outrem fizesse, não se fará obra por tal alvará, ou em prejuizo de outrem (quanto é por respeito da tal escriptura ou assignado), sem se mostrar assignado ou escriptura de q nosso alvará, ou carta fizermos menção.

2. E mandamos que os livros dos escrivães das alfand portagens, sisas, e de quaesquer outros direitos reaes, fé cumprida entre nós, e o povo.

3. E si algum mostrar em juizo escriptura publica, a fôr suspeita, por ter alguma rasura, entre linha, ou riscar logar suspeito, ou por ser suspeito o tabellião que a fez, razão que já fôsse achado em alguma falsidade, ou sendo a offerece suspeito; sendo costumado offerecer em juizo a escriptura suspeita, não lhe será dada fé, si a não corrobolizer bôa, e verdadeira pelas testemunhas nella contida fôrem mortas, ou absentes por grande ausencia, que não ser havidas, será corroborada por outras testemunhas digna fé, ou por escripturas publicas.

E o que a offerecer, não a corroborando na maneira sob sera havido por falsario, e haverá a pena de falsario, si der escusa, porque pareça não ser culpado na dita fals como diremos no quinto livro, no titulo 53: *Dos que escripturas falsas, ou usão dellas.* (\*)

4. E si algum instrumento suspeito de falso fôr tr

(\*) Vide Cod. Crim. art. 167 e 168.

juízo, e a parte que o apresentar disser, que não quer usar delle, dahi em diante seja havido por não verdadeiro, e o que assim o offerrecer, haverá a pena contenda no titulo 53: *Dos que fazem escripturas falsas, ou uso dellas.*

5. E si a parte, contra quem em juízo é offerrecido algum instrumento, ou escriptura publica, allegar, e quizer provar, que é falsa, ora o allegue por via de accusação, ou por via de excepção, o juiz que do feito conhecer a não receberá a isso, sem primeiro se obrigar, e subscrever, que não provando a falsidade, haja a mesma pena, que haveria aquelle, que por sua parte offerce a dita escriptura, si falsa fôsse.

E feita a dita subscripção, lhe faça fazer declaração da razão da falsidade, em que parte é falsa, e de que maneira, e como entende provar essa razão de falsidade, e todas as outras circumstancias, porque melhor se possa entender, e conhecer a dita falsidade, si é com verdade, si com malicia allegada.

E logo sem outro intervallo faça vir perante si o tabellião, ou escrivão, que fez o instrumento, ou escriptura, e alguma ou algumas das testemunhas nella nomeadas, para serem logo perguntadas sobre a verdade da escriptura.

E por qualquer presumpção de falsidade, ou de malicia, que achar contra cada uma das partes, prenda logo aquelle contra quem achar, a presumpção, e não seja solto até o feito ser determinarlo.

E si as partes quizerem dar mais prova a seus artigos de falsidade, além da dita diligencia, o juiz lhe assignará dilação segundo o caso fôr.

Porém, si a parte que assim allega a falsidade, disser que não póde declarar a fôrma della sem primeiro vir a nota, tendo assim feito a subscripção para haver a sobredita pena, o juiz sendo em sua jurisdicção, mandará vir a nota, e o tabellião com ella, á custa da parte, e depois de vinda, mandará fazer as sobreditas declarações, e artigos dellas.

E sendo o tabellião de fôra da sua jurisdicção, passará sua carta precatoria, para se fazer exame na nota presente a parte.

e depois de vindo o exame, mandará fazer as sobreditas rações, e artigos dellas.

6. E quando a parte que move, ou defende alguma coisa sobre contrato, de que allegou ser feita escriptura publicando allegar que a perdeu por algum caso, e quizer tirar ou nota, haverá carta nossa passada pelos nossos desembargadores do paço na fôrma costumada, para que lhe seja dado instrumento pela nota, o qual se lhe dará com salva, e por a parte.

E si acontecer, que a nota seja perdida, e quizer o provar por testemunhas, como o instrumento foi notado, e nota, e instrumento perdidos, será recebido e ouvido com a que pertencer.

E provando-o por homens discretos e entendidos, declaradamente digão o teor do instrumento, e como foi notado e perdido, tal prova faça fé, assim como si o dito instrumento fôsse offerecido.

E em caso que se prove o instrumento ser notado, e perdido, si as testemunhas assim qualificadas não disserem e declararem o teor do contrato contendo nelle, tal prova não aproveitará ao requerente, salvo provando elle, que no tempo que o dito instrumento havia de ser offerecido, foi perdido por causa e culpa da parte contraria.

E sendo a prova por pessoas, que não sejam das acima ditas, as taes testemunhas farão sómente meia prova.

7. E sendo em juizo offerecido instrumento, que contém em si alguma contrariedade, e bem assim quando uma parte offerecer dous instrumentos ou mais, que sejam contrarios ao outro, não lhes será dada fé, salvo podendo a contraria ser ajudada por alguma distincção razoada, e trazida á evidencia.

E si duas partes offerecerem dous instrumentos, dos quaes um é contrario ao outro, dará o juiz fé ao que fôr feito pelo notario de mais credito, e que tenha testemunhas mais qualificadas e dignas de maior fé.

SECÇÃO IV

*Traslados das escripturas nas repartições publicas como se dão.*

**Ord. liv. 3 tit. 61 :** Porquanto algumas partes nos feitos e causas, que trazem com os nossos procuradores, pedem provisões para lhes serem dados da Torre do Tombo traslados de escripturas, doações, privilegios, foraes, sentenças e outras semelhantes, e sendo as ditas escripturas revogadas, declaradas, ou limitadas por outras, que estão na dita Torre, não pedem mais, que o que sómente faz a bem de sua justiça, o que é em prejuizo notavel de nossos direitos.

Mandamos que as provisões, que se passarem para o guardamór da Torre do Tombo, se passem com declaração e clausula, que elle faça a diligencia, que lhe parecer necessaria para saber se ha alguma escriptura ou sentença em contrario daquella, cujo traslado se pede.

E achando-se alguma de qualquer sorte que seja, porque se declare, limite, ou revogue em parte ou todo o que se pede, se faça especial menção disso no dito traslado.

E passando-se em outra maneira, não se possa a parte ajudar do dito traslado, nem por elle se faça obra alguma em prejuizo de nosso direito.

CAPITULO II

TESTIMUNHAS

SECÇÃO I

*Nomeação das testemunhas e inquirição dellas.*

**Ord. liv. 3 tit. 55 :** Depois que o julgador assignar termo ás partes para darem as suas provas, si as partes, ou cada uma dellas fór presente na audioncia, o juiz lhe mandará, que nomée as testemunhas, que entende darem o feito, e será obrigado de as nomear naquelle dia, ou até o outro a mais



tardar; e não as nomeando a esse termo, não lhe sejam mais recebidas, e não estando na audiência, as poderá nomear e escrever do feito enquanto durar a dilação.

Porém se durando a dilação estando a parte presente no lugar, onde se o feito trata, a parte contraria lhe quizer fazer assignar termo para que as nomee, poderá requerer ao juiz o feito, que mande de notificar por o porteiro, ou escrivão do feito a dita parte, que as nomee, e vá dar ao escrivão, e sendo lhe assim notificado, será obrigado de as nomear naquella hora ou até o outro a mais tardar, e não as nomeando a esse termo não lhe sejam mais recebidas.

1. E si as inquirições houverem de ser tiradas em outro lugar, onde o feito fôr tratado, não sendo já notificado, ou mandado á parte, que nomee as testemunhas, ta que a carta porque si a inquirição se houver de tirar, apresentada ao juiz, a que fôr dirigida, onde se houver de tirar a inquirição, será obrigada a parte, que a carta le ou quem por elle a apresentar, de nomear as testemunhas no dito lugar houver de dar, no dia que a si apresentar, ou no outro dia, e não as nomeando no dito termo, não mais recebido a ellas.

2. E nenhuma parte poderá dar e nomear, a cada artigo, quando fôrem em si diversos, mais que quinze testemunhas, e quando sómente tiver um artigo para provar, tiver muitos de uma mesma substancia, e caso, não poderá dar ao dito artigo, ou artigos mais que vinte testemunhas todas, e si a todos os artigos, posto que em si sejam diversos, quizer nomear, e dar vinte testemunhas, pode-lo-ha fazer ser-lhe-hão perguntadas, e mais não.

3. E nos feitos das injurias verbaes se perguntarão a cada um artigo, posto que em si sejam diversos, sete testemunhas, e mais não.

E si sómente fôr um artigo, ou uma petição, que não articulada, se poderão dar até dez testemunhas sómente.

4. Porém, em todos os casos acima ditos, onde a p

fôr lançada de poder nomear as testemunhas, por não as nomear em tempo, si durando a dilação, que a elle, ou á outra parte contraria fôr assignada, as houver de novo, e jurar, que as houve de novo depois de ser passado o termo, a que as houvera de nomear, ser-lhe-hão recebidas, com tanto que não passe o numero sobre dito.

E isso mesmo no caso, onde as já tiver nomeadas, si durando a dilação jurar, que houve outras testemunhas de novo, além das que têm nomeadas, ser-lhe-hão recibidas aos artigos, as que as nomear, com tanto que por todas não passe o numero sobre dito.

E si passarem, e quizer deixar das que já tem nomeadas, e que lhe recebam as de novo, pode-lo-ha fazer, com tanto que não passe o numero sobre dito, e que não sejam já perguntadas as que assim deixar.

5. E si por qualquer maneira fôrão perguntadas mais testemunhas, que as do numero sobre dito, as que ultimamente fôrão perguntadas depois que o numero foi cheio, sejam nenhuma, e de nenhum vigor, e sejam de todo seus ditos riscados e rotos, que nunca se possam lêr.

6. E si alguma das partes requerer, que algumas testemunhas venhão em pessoa á côrte para testemunharem novamente nella, ou para serem reperguntadas pelo testemunho, que já tinham dado, e aos desembargadores, que no desembargar do feito fôrem, parecer necessario, a parte que isto requerer, pagará as ditas testemunhas as despezas, que em sua vinda, estada, e tornada verdadeiramente despenderem, contando-lhes do caminho, ás seis leguas por dia, e mais o que de seus officios, e mestres perderem por assi hirem fóra de suas casas a testemunhar, e ponha logo o que isto requerer, caução em juizo para pagar as ditas despezas, antes que as testemunhas serão chamadas, para que as testemunhas não sejam detidas na côrte por causa de paga.

E sendo vencedor a parto que assi as fizer vir, ser-lhe-ha contada com as custas a dita despeza.

Porém si as testemunhas, que assim fôr requerido que venhão estiverem em cada uma das ilhas, ou em os nossos logares de Africa, não as mandarão vir sem nosso especial mandado.

7. E si o autor antes da demanda começada, requerer o julgador, que lhe sejam perguntadas algumas testemunhas sobre a cousa, que entende demandar, allegando que são muito velhas, ou enfermas de grande enfermidades, ou estão aviada para se partir para fóra do reino, e que seus ditos estejam cerrados para os dar em ajuda de sua prova, e se abrirem, publicarem ao tempo, que com direito se deva fazer, manda-las ha o julgador perguntar, sendo elle primeiramente informado da dita velhice, e enfermidade, ou longa ausencia, sendo outro si a parte contraria citada para vêr como jurão em sua pessoa si puder ser achada, sinão á porta de sua casa, presente sua mulher, ou vizinhança, que lh'o hajão de notificar.

8. E si por parte do réo fôr feito semelhante requerimento ainda que as testemunhas não sejam velhas, nem enfermas nem esperem ser absentes, serão perguntadas em todo o caso sendo a parte citada em sua pessoa, ou em sua casa, para vêr como jurão, e as inquirições cerradas, assim como dito é no requerimento feito por parte do autor; porque o dito réo não sabe quando lhe será feita a demanda, nem está em seu poder de lhe ser feita tarde ou cedo, e si lhe assim não fôsem perguntadas as testemunhas, em todo o tempo por elle requerido, poderiam fallecer ao tempo da demanda feita, e perecer seu direito.

9. E si a parte que houver de ser citada para vêr jurar, não estiver no lugar, onde as testemunhas se hão de perguntar, nem tiver ali mulher, nem filhos, nem familiares, a que se haja de notificar, e estiver tão longe, que se houvesse de ser citada, a testemunha poderia partir, ou fallecer, em esse caso o julgador perguntará ás taes testemunhas, sem a parte ser citada, ficando-lhes seu direito resguardado para pôr suas contraditas.

10. E nestes casos, em que assi mandamos que as

testemunhas sejam perguntadas, si a parte não fôr citada em sua pessoa, não se perguntaráõ sinão pessoas conhecidas por o juiz, ou tabellião, ou inquiridor, ou por uma testemunha conhecida, que diga por juramento, que as conhece, e sabe onde são moradores, e o dito da tal testemunha se escreverá na inquirição, e será por elle assignada.

11. E em todo o caso, onde algumas pessoas não quizerem testemunhar, o julgador as constrangerá, penhorando-as, apenando-as, e prendendo-as, si fôrem pessoas em que razoadamente caiba prisão, e fôrem em evidente desobediencia.

E si fôrem taes que o julgador não as possa constranger, e fôrem da nossa jurisdicção, fação-no-lo saber, se tão necessario fôr seu testemunho, para provermos no caso com direito.

E si o testemunho não fôr tão necessario, ou não fôrem as ditas pessoas de nossa jurisdicção, mande-lhe perguntar outras em seu lugar.

12. E a parte que deu algum por testemunha em seu feito, não o poderá depois reprovar em osse feito, nem em outro, salvo si allegar razão sufficiente, que de novo houvesse, porque seja reprovada.

Poderá porém impugnar seu dito, arguindo-o de falso, si o entender provar, porque por o dar por testemunha, approvou sómente sua pessoa, mas não o seu dito, quanto bom, e verdadeiro fôr.

## SECÇÃO II

### *Pessoas inhabsis para testemunhas.*

**Ord. liv. 3 tit. 58:** Todo o homem pôde geralmente ser testemunha, e será perguntado em todo caso, que fôr nomeado por testemunha, posto que lhe seja posta contradita antes que seja perguntado, salvo nesses casos que se seguem.

1. Primeiramente, o pai, ou mãe não pôdem ser testemunhas, nem serão perguntados nos feitos dos filhos por elles, nem contra elles.



E bem assi, o avô, ou bisavô por o neto, ou bisneto dahi em diante, por elles, nem contra elles, e assim o neto bisneto no feito do avô, ou bisavô.

Podem porém o pai, ou mãe ser perguntados no feito filho ou filha, quando fôr a questão sobre a sua idade, que tem mais razão de o saber que outra nenhuma pessoa, porém não lhe darão fé cumprida, mas serão cridas com pessoas suspeitas.

2. O irmão não pôde ser testemunha, nem será geralmente perguntado no feito do irmão, por elle, nem contra elle, que se dá por testemunha está debaixo do poderio, e governo do irmão, por quem, ou contra quem se requerer ser perguntado, ou si o feito em que é dado por testemunha é crime, civil em que se trate, e mova questão de todos seus bens, maior parte delles.

3. O escravo não pôde ser testemunha, nem será perguntado geralmente em feito algum, salvo nos casos por direito especialmente determinados.

4. O Judeu, e o Mouro não podem ser testemunhas, nem serão perguntados em feito que um christão haja com outro.

Porém si fôr a contenda entre judeu, e christão, vale igualmente os testemunhos dos judeus com os dos christãos, sendo dados os judeus por testemunhas pelo christão, e christãos pelo judeu.

E o que dizemos no judeu, haverá isso mesmo logar no mouro. (\*)

5. O desasistado sem memoria, e por tal geralmento habido não pôde ser testemunha, nem será perguntado em qualquer caso que seja.

6. Os menores de quatorze annos não podem ser testemunhas em nenhum feito.

Porém havemos por bem, que os julgadores em feitos criminaes muito graves, perguntem os menores de quatorze annos se

(\*) A disposição deste § 4 já não vigora ante as nossas doutrinas constitucionaes, que admittem a liberdade de consciencia, e a tolerancia dos cul-

juramento, por falta de outra prova, para se informarem na verdade, por não ficarem os delictos graves sem castigo.

7. O inimigo capital de algum não será perguntado por testemunha contra elle.

E declaramos ser inimigo capital de outro, o que com elle algum tempo teve, ou tem feito crime, ou civil, em que se trate, e mova demanda de todos os bens, ou a maior parte delles, ou que houvesse aleijado, ou mal ferido aquelle, que fôsse dado por testemunha contra elle, ou contra sua mulher, seu filho, neto, irmão, ou houvesse feito a cada um delles algum grande furto, roubo, injuria, ou houvesse commettido adulterio com a mulher de cada um delles ou a testemunha houvesse morto, ou commettido cada um dos ditos casos contra a parte, ou contra sua mulher, filho, neto, ou irmão.

8. E em todos estes casos, e em cada um dellos não será algum dos sobre-ditos perguntado por testemunha, si o julgador tiver certa informação, que o parentesco, ou inimizade é entre a testemunha, e alguma das partes por quem, ou contra quem se nomca por testemunha.

E si o julgador não tiver tal informação, e a parte quizer provar cada uma das ditas razões, porque entenda recusar seu testemunho, receber-lhe-ha prova sobre isso, e provando-a não consinta que seja perguntado.

9. E o preso, emquanto em nouseas cadéas publicas fôr preso, não será perguntado por testemunha, salvo si antes de ser preso era já nomeado por testemunha.

Mas sendo preso por feito civil, ou por delicto leve, que provado não mereceria pena corporal, nem de degredo, que passasse do seis mezes fóra da villa, e termo, sendo pessoa de boa fama, e reputação, poderá ser perguntado em qualquer feito.

E assim poderão ser perguntados quaesquer presos nos casos, e maleficios, que se fizerem na cadêa, e ser-lhes-ha dada a fé que bem parecer aos julgadores, que despacharem os feitos.

10. E geralmente em todos os outros casos que accerem, ainda que algum seja recusado de testemunha por peito, e a recusação seja legitima, e posta em tempo do não deixará o julgador de o mandar perguntar, e escrever seu testemunho nos autos, assim como de cada uma das outras testemunhas que recusadas não fôrem.

E si fôr dada prova á recusação que lho fôr posta, ve o julgador, e segundo vir a qualidade da recusação, e da prova ella dada, assim dê credito á dita testemunha.

11. E em qualquer caso porque fôr accusado algum mo ou escravo branco christão, os que fôrem com cada um dos participantes no delicto, queremos que fação inteira prova no que tocar á condemnação dos taes, como se participantes não fôsem.

#### SECÇÃO III

##### *Incommunicabilidade das testemunhas nomeadas como partes.*

**Ord. liv. 3 tit. 67 :** Do dia que pelas partes fôr em juizo nomeadas as testemunhas, para darem seus testemunhos, até os darem, nenhuma das partes por si, nem outrem por seu mandado falle com ellas de parte, e se provando-se que o fizerão por juramento das mesmas testemunhas, ou por outra prova, tudo o que a testemunha disser em favor da parte que assim com ella fallar, será nenhum, e de nenhum effeito, e mais pagará á parte contraria dez cruzados por cada testemunha com que fallar, e a mesma pena haverá fallando-lhes perante outrem, rogando-lhes que em seu fallalhe cale a verdade, ou digão o contrario della.

E promettendo-lhes por isso alguma cousa, haverá a pena contida no livro quinto, titulo 54: *Do que disser testemunha falso.* (\*)

(\*) Vid. Cod. Crim. art. 169.

1. E para que os julgadores melhor possam saber se alguma das partes fallou com as testemunhas, antes de serem perguntadas, tanto que fôr dado juramento, e a cada uma dellas antes que as testemunhas sobre o caso principal, lhe perguntaráõ se fallou alguma das partes com ella só, depois de ser nomeada ou lhe pedio que deixasse de dizer a verdade do que soubesse em aquelle feito, e tudo o que a testemunha disser escreva o tabellião, ou escrevão no começo do testemunho.

#### SECÇÃO IV

##### *Contraditas e reprovadas.*

**Ord. liv. 3 tit. 58 :** Tanto que o juramento fôr dado á testemunha, ou ao outro dia a mais tardar, sendo a parte presente no lugar, onde se a testemunha houver de perguntar, dirá logo ao tabellião, ou escrevão que a tirar, que lhe tom contradita, especificando-lhe a causa della.

E não lhe pondo assim especificada no dito tempo, não lh'a poderá mais pôr em tempo algum.

E não sendo a parte presente no lugar, quando se a testemunha perguntar, não será obrigado a lh'a intentar no dito tempo: mas tanto que as inquirições fôrem acabadas ou até o outro dia depois, pedirá por si, ou por seu procurador os nomes das testemunhas, para vir com as contraditas.

E não os pedindo no dito termo, não lhe serão mais dados.

1. E quando as inquirições fôrem tiradas por carta fóra do lugar, onde se trata o feito, se intentarãõ as contraditas, e porãõ perante o julgador, que mandar cumprir a carta, intentando-as, ou pedindo-as aos tempos que dito é.

E formando-as em fórma, que sejam de receber, receba-lhe aquellas, que por direito fôrem de receber, e dentro da dilação assignada na carta lhe mandará, que faça sua prova.

E sendo a dilação da carta já passada, ou tão pouco que não baste, si o juiz vir que não ficou por aquelle que poz as



contraditas acabar a prova dellas dentro da dilação, lhe dadas mais dilação que vir ser necessaria.

E não satisfazendo perante o juiz, que a carta mandou tirar, não lhe serão mais dados os nomes nem logar para vir com ellas, pelo juiz do feito.

2. E posto que no termo acima dito não intente as contraditas ao tempo, que as testemunhas jurarão sendo presente o logar, ou sendo absente, não peça os nomes dellas para vir contraditas, ou pedindo-as, não vier com ellas ao termo, lhe fôr assignado, e por isso seja lançado dellas, si jurar as houve depois de novo, e que as não soube até o tempo que as pede, e que não tem sabido por si, nem por outrem de alguma do que as testemunhas tem testemunhado, com este juramento, e solemnidade lhe serão dados os nomes das testemunhas e dado logar, que venha com as contraditas com tanto que ponha antes que as inquirições sejam abertas, e publicadas, porque depois que fôrem abertas e publicadas, e a parte houver vista, ou sabedoria dellas, não as poderá mais pôr, salvo se quizer provar que a testemunha que quizer impugnar por contradita, foi pela outra parte sobornada por prego, ou por coisa que lhe deu, ou prometteu por testemunhar contra falsamente: porque em este caso bem lhe pôde pôr contradita e impugna-la, depois que as inquirições fôrem abertas e publicadas.

3. Porém nos presos não haverá logar o que fica dito, de haverem de pôr, as contraditas perante o juiz, que a inquirição tirar por carta.

E posto que não vão, ou enviem pedir os nomes das testemunhas, e pôr as contraditas no termo sobredito, ser-lhe dados, e poderão vir com contraditas perante o juiz do feito antes de abertas e publicadas.

4. E quando as contraditas fôrem recebidas, perguntarão tres testemunhas a cada um artigo dellas, e mais não, posto que a uma testemunha sejam postos muitos artigos de contraditas.

E querendo a parte vir com reprovos, não lhe serão recebidos.

O que assi havemos por bem, por se não retardarem os feitos, salvo si as reprovassas fôrem de parentesco até o segundo gráo inclusive, contado segundo direito canonico, ou de inimizade, porque estas sómente se receberão sendo em fôrma de receber.

5. E posto que algum seja comprehendido em falsidade, e condemnado por sentença por falso, não deixará de ser perguntado por testemunha, e a parte contra quem fôr apresentado lhe poderá por a contradita da falsidade, porque si foi condemnado, e segundo a contradita fôr provada, assi será seu testemunho impugnado em parte, ou em todo.

E a pessoa que fôr comprehendida em falsidade, e não fôr condemnada por sentença, não será por isso deitado de testemunha, si por outra cousa o não lançarem.

6. Outro si pôdem ser impugnadas as testemunhas, si se obrigar a parte a provar, que a testemunha dissesse á parte contraria, que demandasse tal cousa, e que elle seria sua testemunha ou se prometteu fazer todo o mal, e damno que pudesse áquelle contra quem quer testemunhar.

7. E pôde ser impugnada a testemunha, se é inimigo daquelle, contra quem quer testemunhar, ou de algum seu parente de segundo com irmão para cima, ou si a parte, contra quem quer ser testemunha, é inimigo de algum parente da dita testemunha no dito gráo, ou se fez alguma deshonor, ou disse taes palavras a elle, ou algum de seus parentes nos ditos grãos, em que caiba emenda, e satisfação.

8. E isto haverá logar, si a inimizade, e mal querença se causou antes que o feito fôsse começado ; porque se foi depois do feito começado, se hade ver por cuja parte se começou primeiro a inimizade e si foi por parte da testemunha, bem o pôde deitar por contradita, para que não valha seu testemunho contra elle.

E si se começou a inimizade da parte daquelle, cujo é o feito, não o poderá por essa causa lançar de testemunha, porque parece que o fez por não ser testemunha contra elle naquelle feito, e para o poder lançar por razão da dita inimizade, mas bem o poderá lançar por outra causa.

9. E pôde isso mesmo ser impugnada por contradita p razão de parentesco, que tenha com a parte que o dá por t timunha, até o quarto grão inclusive, contando segundo dire canonico.

**Decr. de 26 de Abr. de 1824: Art. 3.** No a da inquirição, e com a mesma publicidade, poderá cada u das partes, por si ou seus procuradores, reprovar de pa vras as testemunhas de seu adversario, ou contraditando- assim a respeito de seus defeitos e qualidades pessoas, co de seus ditos, guardada a fôrma da lei ; ou allegando raz e fazendo reflexões que pareçam demonstrar inverosimilhan dos factos que a testemunha recontrar, e a falsidade de juramento, escrevendo-se em um e outro o resultado de debate.

**Art. 4.** O juiz ou inquiridor, qual a este acto presi prevenirá os excessos que nestas alterações commetterem partes e testemunhas impondo-lhes o preceito de se abster de proferirem injurias e palavras insultantes, pena de se fazer culpa, na fôrma da lei, a que se procederá, si o o exigir, formando-a o juiz immediatamente, estando prese ou pelos documentos e participação que o inquiridor enviar.

**Art. 5.** Não se achando presentes as partes ou s procuradores, ou não querendo contraditar por palavras testemunhas do seu contendor, o poderão fazer por artig pela fôrma estabelecida na Ord. liv. 3 tit. 58, com a ferença sómente de que as inquirições lhes devem ser blicas para os formar, não obstante a disposição do § 2 dito titulo, que fica nesta parte revogado pelo mesmo art. da Constituição.

SECÇÃO V

*Embargos á abertura e publicação das inquirições.*

**Ord. liv. 3 tit. 63:** Tanto que as inquirições são acabadas, perguntaráo os julgadores ás partes se têm embargo a serem abertas e publicadas.

E porque ás vezes vêm com embargos, dizendo que lhes ficárão algumas testemunhas por perguntar, assim do principal, como das contraditas, umas por não serem achadas na terra, e outras por serem mortas, depois de serem nomeadas, e outras por não quererem testemunhar, requerendo que lhe perguntem outras testemunhas em logar dellas: nestes casos informar-se-ha o julgador da verdade, e achando que é assim, como dizem, dar-lhes-ha logar para perguntar outras em logar das mortas, ou absentes.

E as que testemunhar não quizerem, obrigue-as, ou tome outras em seu logar, como dissemos neste livro no tit. 53: *Das testemunhas, que hão de ser perguntadas.*

1. Outras vezes allegão as partes contra as inquirições a serem abertas e publicadas, que fôrão tiradas devassamente, sem as partes serem chamadas, nem citadas, nem saberem dellas parte, e neste caso mandará o julgador, que se fação judiciais, perguntando as testemunhas outra vez, e vendo a parte como jurão.

E isto sendo as testemunhas no reino, e sendo fóra do reino, ou mortas, ser-lhes-ha dada tanta fé, como que a parte as vira jurar, posto que não sejam reperguntadas, sómente serão dados ás partes os nomes das testemunhas, para vir com contraditas a ellas.

Porém quando se proceder por editos contra algum absente, não se reperguntaráo as testemunhas, por não serem judiciais, mas em odio do contumaz o julgador as haverá por judiciais.

2. Outras vezes se allega a embargar a publicação, que



fôrão as inquirições tiradas por inquiridor, ou tabellião peitos de suspeição muito evidente, neste caso informar o julgador sobre isso, e se achar que a suspeição é tão grave que faça as inquirições muito duvidosas e suspeitas, e a suspeição lhe foi posta, e allegada antes que as inquirições fossem começadas, e depois a parte nunca nisso por algum modo sentio, faça o juiz queimar as ditas inquirições, assim os contraes, como os traslados, perante as mesmas testemunhas, que assim possam livremente testemunhar, e sem receio de encontrarem, e depois de queimados, faça perguntar outras as testemunhas por outro tabellião, ou escrivão, ou inquiridor em lugar do que fôr achado suspeito, á custa daquelle, e achar culpado, e além disto lhe dê a pena, que fôr direito.

3. E outras vezes se allega contra a publicação, que foram postas as contraditas, e que não fôrão recebidas, neste caso verá o julgador as inquirições, e se achar que as testemunhas a que são postas contraditas, se lanção pelo costume, considerando as suspeições, que são postas, não cure dellas. E ainda faça onde achar que as testemunhas não dizem coisa alguma substancial, ou si algumas dizem alguma coisa, que toque a substancia do feito.

Ha ahi outras a que não é posta contradita, que dizem a verdade mesmo, ou mais, e nestes casos não receberá as contraditas mas sem embargo dellas haverá as inquirições por abertas e publicadas, e mandará que hajão as partes vista della, se quizerem.

4. E quando as partes vierem com embargos ás inquirições serem abertas e publicadas, não lhes serão dadas a não nem a seus procuradores para vêr os termos dellas, posto queirão jurar, que não lerão os ditos das testemunhas, e que não terão em segredo.

E ser-lhes-hão sómente dados os nomes das testemunhas com o traslado dos termos das inquirições, que os procuradores pedirem para virem com embargos.

E o escrivão que der as inquirições, antes de serem abe-

e publicadas, por este mesmo feito, perderá o officio e incorrerá nas penas, em que por novas ordenações e direito incorrerem os officiaes, que descobrem o segredo da justiça.

**Dispos. prov. : Art. 11.** As testemunhas serão publicamente inquiridas pelas proprias partes, que as produzirem, ou por seus advogados ou procuradores, e pelas partes contrarias, seus advogados ou procuradores, na fórma dos arts. 262 e 264 do Codigo do Processo Criminal. (\*)

### CAPITULO III

#### JURAMENTO D'ALMA

**Ord. liv. 3 tit. 59 § 5.** Porém, si a parte disser ao julgador, que quer deixar no juramento do réo a cousa que entende demandar, manda-lo-ha o juiz citar por carta, ou porteiro, ou por outra maneira, para vir perante elle.

E si essa parte citada por juramento dos Evangelhos negar o que lhe o autor demanda, absolva-o logo o juiz dessa demanda, e condemne o autor nas custas, que lhe por causa dessa citação fez fazer.

E si o citado não quizer jurar, e recusar o juramento, e o autor jurar, que o réo lhe é obrigado em aquillo que lhe demanda, o juiz condemne o réo por sentença no em que o autor jurar, que o réo lhe é obrigado pagar, pois o réo, em cujo juramento o autor deixava, não quiz jurar.

6. E isto haverá logar, quando a parte que é demandada, e não quiz jurar, é a parte principal, que tem razão de saber a verdade do que lhe demandão, porque si fôr herdeiro, que seja demandado por cousa que fôsse posta em guarda, e deposito a seu antecessor, ou á outra pessoa, que não tenha razão de saber o que lhe demandão, si o réo jurar que tal cousa não

---

(\*) Vide: Parte I, tit. II, cap. VI sec. II.

tem, nem sabe o que si della fez, seja absoluto da demanda e não ficará no juramento do autor, si não tiver outra prova bastante, e necessaria para o tal caso.

E si o réo não quizer jurar, poderá referir o juramento ao autor, e não querendo o autor jurar, será o réo absoluto da demanda.

7. E si algum herdeiro, ou testamenteiro demandar alguma pessoa por cousa, ou divida, em que fôsse obrigado ao defuncto antecessor desse herdeiro, e o autor não tiver escriptura publica que demanda, ou não tiver prova de testemunhas nos casos em que testemunhas podem ser recebidas, pôde-o deixar no juramento do réo, e jurando que o não deve, seja absoluto do que lhe fôr demandado, e não querendo jurar, será condemnado no que contra elle fôr pedido, e não poderá nesse caso referir o juramento ao autor, pois que elle réo tem razão para saber a verdade da cousa, e o autor não, por o negocio ser com elle tratado.

8. E isto que dito é do juramento, que se dá sobre a acção principal, mandamos que haja logar nas excepções, e replica, e quaesquer outros artigos.

9. E si o réo que fôr demandado allegar alguma excepção, ou razão, assim como absolvição, paga, quitação, espaço, transacção, delegação, pacto de não ter demandado, compromisso, ou cousa julgada, ou qualquer outra similhante razão, em que segundo a determinação dessa lei seja necessario escriptura publica, não seja recebida tal excepção, ou defesa, se não mostrar instrumento, ou escriptura publica, como dito é, na parte das acções.

E assim por essa maneira se faça na replica, e treplica, assim da parte do autor, como do réo.

Porém si o réo antes de vir com contrariedade, ou excepção, jurar que a não pôde formar sem escriptura, ou autographo, e que estão em certo logar, seja-lhe dado tempo conveniente para os trazer, e apresentar em juizo, como dissemos no tit. 2.<sup>o</sup>  
*Da ordem do juizo.*

E o que dito é da excepção, e treplica, não se entenda naquelle que allegar preferição, porque esta se poderá provar por testemunhas.

10. E em todo o caso onde o réo não póde provar a paga sinão por escriptura publica, si elle mostrar alvará privado de paga, como pagou ao autor, posto que não seja das pessoas a cujos alvarás se dá tanta fé, como escriptura publica, o juiz de seu officio lhe perguntará por juramento dos Evangelhos, si o dito alvará é seu, e jurando que é seu, absolva o réo, o negando condemne o réo.

Porém si o réo quizer querelar e provar, como o conhecimento é do autor, será recebido a isso, e provando-o, será o autor punido por perjuro.

Porém não poderá o réo, por tal prova nem condemnação de perjuro, ser relevado da condemnação do dinheiro, em que elle réo foi condemnado, por o autor negar o dito alvará.

## CAPITULO IV

### DEPOIMENTO DA PARTE

#### SECÇÃO I

#### *Quando cabe o depoimento da parte*

**Ord. liv. 3 tit. 53:** Si o autor fez meia prova de sua acção, ou o réo de sua excepção, o julgador sendo requerido, lhe dará juramento em ajuda de sua prova, e com seu juramento ficará a prova inteira.

E isto ha logar assim nos feitos civeis, como nos crimes civelmente intentados.

E dizemos que é feita meia prova por uma testemunha sem suspeita, que deponha compridamente do caso, sobre que é a contenda, ou por confissão feita pela parte fóra do juizo, ou por escriptura privada, justificada por comparação de letra, ou por qualquer outro modo, porque segundo direito é feita meia prova.

Porém declaramos, que si a quantidade sobre que é a



contenda fôsse grande, ou a cousa fôsse de grande valia, não ha logar esta lei, nem o juramento de que falla, porque então não provando o autor compridamente sua tenção, ou o réo sua excepção, não haverá vencimento.

4. E póde-se dizer quantidade, ou cousa grande, ou pequena por respeito das pessoas litigantes, que taes pessoas podem ser, que um marco de prata será grande quantia, e taes que cem cruzados seria pequena.

2. E si o autor não é sabedor da cousa, nem tem justa razão de a saber, ainda que a cousa, ou quantidade demandada seja pequena, não lhe será dado juramento, mas será o réo absoluto.

Nem será dado tal juramento em caso algum ao autor, posto que faça meia prova, quando elle fôr pessoa torpe, e vil, porque não é justo, que por juramento de tal pessoa haja algum de ser condemnado.

E bem assim não será dado o tal juramento ao réo, sendo pessoa vil, ainda que houvesse feita meia prova sobre alguma excepção por elle allegada, que lhe fôsse recebida: porém em cada um destes casos, para mór abastança, será dado juramento á parte contraria, e segundo seu juramento assim será julgado.

3. E si alguma sentença fôsse dada por bem de tal juramento, que se chama em direito necessario, si depois fôssem achadas algumas escripturas publicas, porque si mostrasse o juramento não ser verdadeiro, será a dita sentença revogada.

E si a sentença fosse dada por bem de juramento judicial, que é dado pelo juiz a uma das partes a requerimento da outra, ou por bem de juramento que si dêsse em juizo por uma parte á outra de consentimento, e autoridade do julgador, em estes casos não se revogará a dita sentença por virtude dos instrumentos achados depois, ainda que por elles se mostrasse a parte não ter jurado verdadeiramente.

A razão de differença é, porque no juramento necessario não póde ficar em culpa á parte, contra que é dada a sentença, pois que contra sua vontade o juramento foi dado á outra parte: e no juramento judicial póde ser imputado á parte, que deu

juramento á outra de autoridade do julgador, ou consentio ser-lhedado pelo juiz, pelo qual foi a dita sentença dada.

E por aqui determinamos, que no caso em que o autor, por não ter escriptura publica, deixar a demanda no juramento do réo, e por seu juramento fôr absoluto, ainda que depois o autor ache escripturas publicas, porque si mostre o réo não jurar verdade, não se poderá por tanto revogar a dita sentença, em que o réo foi absoluto, e posto que o autor neste caso queira querelar do réo, que jurou falso, não será recebido á tal querela, nem accusação: e assim se faça, onde o autor jurou sobre alguma excepção, que o réo não podia provar senão por escriptura publica. Porque em outra maneira seria occasião de os feitos, e demandas não terem fim.

Porém, si pelo réo fôr mostrado algum conhecimento, que dissesse ser do autor, e o autor o negasse por juramento, poderá o réo depois querelar, segundo diremos no titulo 59: *Das provas que se devem fazer por escripturas publicas.*

4. E por não darmos azo ás partes para jurarem falsamente, quando em seu juramento fôsse deixado, mandamos que, sendo dada alguma sentença por bem de juramento judicial, e depois si mostrar alguma escriptura publica, sem vicio, e sem suspeita, pela qual conhecidamente se mostre o juramento ser falso, os juizes, ou desembargadores que de tal feito conhecerem, fação-no saber a nós, para, sabida a verdade, ordenarmos o que sobre isso se haja de fazer por bem, e justiça das partes.

5. E, sendo provado contra algum que é ladrão, ou roubador de alguma casa, ou navio, ou de outra cousa semelhante, e fôr dado juramento ao roubado, ou forçado, sobre as cousas, que lhe fôrão tomadas, e o ladrão, ou roubador, ou forçador fôr condemnado conforme ao dito juramento, ainda que depois seja achada escriptura publica, porque se mostre o juramento não ser verdadeiro, não será por tanto a sentença revogada, ainda que o juramento fôsse dado ao roubado contra vontade do roubador, e ladrão, porque assim é determinado por direito em odio do roubador, o ladrão, pelo furto e roubo que fez da cousa alheia.

SECÇÃO II

*Artigos para o depoimento das partes.*

**Ord. liv. 3 tit. 53 :** Para os artigos serem feitos em fórma, que a parte, contra quem se derem, seja obrigada depôr a elles, se requerem seis cousas.

A primeira, que sejam feitos sobre cousa certa, porque se fôrem fundados sobre cousa incerta, não será a outra parte obrigada a depôr a elles.

Pelo que si o autor demandar uma herdade, ou casa, deve declarar nos artigos o logar certo onde está, e as demarcações, e confrontações com que demarca, e confronta.

E si demandar um escravo, cavallo, ou outra cousa movevel ou semovente, deve declarar os signaes certos, ou qualidade della : e não fazendo as ditas declarações, taes artigos não são de receber, nem a parte obrigada depôr a elles.

Porém, si o artigo é incerto, não por respeito de quem o faz, mas por respeito daquelle, contra quem se faz, por se tratar nelle de feito alheio, que elle não tem razão de saber e de receber, e aquelle, contra quem se deu, póde pedir tempo razoado para deliberar, e depôr a tal artigo.

E si no tempo que lhe fôr dado tiver bastante informação do que se contém no artigo, poderá depôr a elle no certo, segundo a informação que tiver.

E não podendo ser informado bastantemente, poderá (depõdo ao dito artigo) dizer que não sabe, nem crê o que nelle se contém.

E não será constrangido para dizer mais, pois é perguntado por feito alheio, que elle não tem razão de saber.

1. E si o artigo tratasse do feito antigo proprio da pessoa, que ha de depôr a elle, ser-lhe-ha dado tempo razoado para deliberar ácerca delle, e haver seu accordo. E posto que o feito não seja antigo, si fôr muito intrincado, ser-lhe-ha dado o

dito termo, e sendo claro, deporá logo a elle, declarando a verdade, sem haver para isso outra dilação.

2. A segunda cousa que se requer é que os artigos sejam pertencentes ao feito de que se trata, porque não o sendo, não será a parte contra quem se dão obrigada depôr a elles, assim como se o autor demandasse ao réo cem cruzados, e para isso fizesse artigos, que é obrigado a lh'os dar, porque o papa está em Roma.

3. Porém, posto que o artigo para o negocio que se trata não seja pertencente necessariamente, si o fôr presumptivamente, assi como se o autor demandasse ao réo uma herdade, ou casa por sua, e fizesse artigo, que em outro tempo foi senhor della, posto que tal artigo não conclua necessariamente, conclue porém presumptivamente, porque o que em algum tempo foi senhor da cousa, presume-se por direito ainda agora o ser, até que se mostre o contrario: e por tanto tal artigo é de receber, e a outra parte, contra quem se faz, é obrigada depôr a elle.

4. E pôde ainda um artigo ser não pertencente por si, mas junto com outro será pertencente, assim como se o autor demandasse ao réo cem cruzados, e fizesse um artigo, que Pedro é publico notario, e fizesse outro, em que dissesse, que o dito Pedro fizera o instrumento de como lhe os ditos cem cruzados são devidos, porque posto que o artigo, que Pedro é publico notario, por si não seja pertencente, juntando o outro, em que diz que fez o instrumento da divida, é pertencente, e é obrigado o réo depôr a elle.

5. A terceira cousa que se requer é, que os artigos não sejam em si contrarios, porque sendo-o de maneira, que a parte que os faz nelles se contradiz, a outra parte não será obrigada depôr a elles.

6. E posto que a parte que offerece os artigos não seja nelles em si contraria, si elle fizer um artigo que dependa de outro, si a parte contraria, depondo ao primeiro artigo, o



negar, não será obrigado depôr ao segundo, por não cabir contrariedade.

Póde-se pôr exemplo : si a parte fez um artigo, em que contém, que o Pedro fez seu solemne testamento, e outro segundo artigo disse, que o dito Pedro o deixou em dito testamento por seu herdeiro, si a parte depondo ditos artigos negou o primeiro artigo, não será obrigado responder, nem depôr ao segundo, porque confessando o segundo, seria em si contrario, e cahiria em perjurio.

7. A quarta coisa que se requer é, que os artigos sejam fundados em cousa que consista em feito, e não em ponto de direito; e, por tanto, si o artigo fôr fundado em direito não seria a parte obrigada depôr a elle, e respondendo elle a tal artigo, si seu depoimento não fôr conforme á disposição do direito, tal depoimento não terá effeito algum.

8. Porém, si o artigo não fôr fundado em direito commum mas em direito de algum reino, cidade, ou villa, onde a demanda se trata, si tal direito não é escripto, assim como costume usado por longo tempo, pode-se delle articular a parte será obrigada depôr a elle, e se tal direito fôr escripto posto que delle si possa articular, não será a parte obrigada depôr a elle, assim como não é obrigada depôr ao artigo fundado em direito commum.

9. E articulando-se o direito de outro reino, ou cidade, onde a demanda si não trata, deporá, e responderá a parte a tal artigo.

Póde-se pôr exemplo. Em Florença ha estatuto, que menor de dezoito annos não possa fazer testamento, si a parte fizer artigo do dito estatuto, por entender ajudar-se de seu feito, responderá, e deporá a parte contraria a elle.

Porque por ser direito de lugar certo, póde-se provar tudo o que se póde provar, se póde por direito articular, por conseguinte a parte deporá a elle, porque o depoimento foi introduzido para que pela confissão feita por elle aos artigos seja a parte relevada de dar a elles prova.

10. A quinta cousa é, que os artigos não sejam meramente negativos, porque sendo-o, não será a parte obrigada a depôr a elles, salvo para se deixarem no juramento da parte, contra quem se poem, e não para se dar a elles outra prova.

E posto que seja regra, que a negativa se não pôde provar, e, por conseguinte, se não pôde articular, esta regra não é sempre verdadeira, porque bem se pôde provar si é coartada a certo tempo, e certo lugar, e bem assi se pôde provar, si é negativa que se resolva em affirmativa, e pôde-se ainda provar por confissão da parte feita no depoimento.

E pois os taes artigos se podem provar, podem-se articular, e a parte contra quem se poem será obrigada depôr a elles.

11. A sexta cousa, que é necessaria para o litigante ser obrigado depor aos artigos, é, que não sejam os artigos criminosos, porque no feito crime não é a parte obrigada depôr aos artigos, que contra elle fôrem dados, porque sendo constrangido para elles depôr, sempre negaria o crime, de que fôsse accusado, e seria causa de cahir em perjurio, por escusar a pena, que por tal maleficio mereceria, si o confessasse.

E bem assi, não será obrigado depôr aos artigos, porque fôsse demandado por pena pecuniaria, ou sendo taes, que incorreria nella, si os confessasse.

12. E depois que a parte uma vez depuzer aos artigos, posto que não deponha a elles directamente, negando ou confessando, não será obrigada mais, ou outra vez depôr a elles, salvo si abertas as inquirições, elle fôsse novamente informado da verdade por ellas, a qual antes não sabia.

Porque então, posto que já depuzesse aos artigos em tempo que não era sabedor da verdade, será obrigado depôr outra vez a elles, si lhe fôr requerido pela nova informação, que depois houve da cousa.

13. E si a parte, contra quem são offerecidos os artigos, lhe é mandado pelo julgador, que deponha a elles, depois do juramento de calúnia, e da lide contestada, recusa de o fazer sem justa causa em presença do dito julgador, será havido por confessado, ou posto que não seja presente o julgador, si elle mandar dizer á parte por o escrivão, ou tabellião do feito, que deponha, e que si não depuzer o haverá por confessado, e se tal parte não quizer depôr ao termo, que lhe é assignado sem justa causa, o julgador haverá os artigos por confessados, tendo a outra parte já jurado de calúnia, e sendo a lide contestada.

E bem assi, si o julgador o mandar citar por o porteiro, que venha a juizo perante elle a depôr, deve-lhe isso mesmo mandar dizer, que não vindo, o haverá por confessado; e si não vier ao termo, que lhe assim mandar assignar, sem justa causa, have-lo-ha por confessado, tendo a outra parte jurado, e sendo a lide contestada.

Porém, requer-se que assi seja julgado por sentença, por que si elle morresse antes, que assi fôsse por sentença, julgado, não passaria contra seu herdeiro a pena, que lhe é por direito dada, pela desobediencia que commetteu em não cumprir o mandado do julgador.

## CAPITULO V

### ARBITRAMENTO

**Ord. liv. 3 tit. 17 :** Entre os juizes arbitros e os arbitadores (que quer tanto dizer como avaliadores, ou estimadores) ha ahi differença, porque os juizes arbitros não sómente conhecem das cousas e razões, que consistem em feito, mas ainda das que estão em rigor de direito, e guardarão os autos judiciais, como são obrigados de os guardar os juizes ordinarios, e delegados.

E os arbitadores conhecerão sómente das cousas, que consistem em feito, e quando perante elles fôr allegada alguma

cousa, em que caiba duvida de direito, remette-la-hão aos juizes da terra, que a despachem, e determinem, como acharem por direito, e dahi por diante, havida sua determinação, procederão em seu arbitramento, segundo lhes bem parecer, guardando sempre o costume geral da terra, que ao tempo de seu arbitramento fôr costumado.

1. E estes arbitradores serão juramentados aos Santos Evangelhos, que bem, e verdadeiramente fação o arbitramento, que lhes fôr encomendado, sem affeição, nem odio.

E porque ha nestes reinos alguns logares, onde são elles arbitradores eleitos pelos officiaes dessas cidades e villas, para geralmente fazerem arbitramentos, estes serão juramentados logo, quando fôrem eleitos para tal cargo.

E si as partes, a que o arbitramento pertencer, tiverem suspeição a algum delles, notifica-la-hão aos juizes, que o mandarão fazer, para vêrem se procede o assim commetterem o arbitramento á outra pessoa sem suspeita, em modo, que sempre seja feito por homem sem suspeita, e a mais aprazimento das partes, que ser possa.

E estes arbitradores eleitos, o deputarão em as cidades e villas, para fazerem os arbitramentos, guardarão, ácerca delles, as posturas e accordos, que por essas cidades ou villas fôrem para isso feitos.

E acontecendo caso, que não seja determinado pelas ditas posturas e accordos, o determinarão por nossas Ordenações.

2. E si os ditos arbitradores discordarem em seu arbitramento, os juizes, que o mandarão fazer, escolherão outro terceiro, a aprazimento das partes, que se accorde com um dos principaes arbitradores que melhor lho parecer.

E si as partes se não quizerem louvar no terceiro, os juizes de seu officio o escolherão, fazendo-o sempre a mais aprazimento das partes, que puderem.

3. E si dous arbitradores escolhidos de aprazimento das partes, e juramentados aos Santos Evangelhos, fizerem alguma estimação ou arbitramento, em que ambos sejam concordes, e

alguma das partes a que pertencer e disser, que não foi justamente feito, e que é aggravado nelle, póde-se soccorrer-se a elle, e os juizes, que o mandarão fazer recontando a razão de seu aggravamento, e elles, sem embargo do dito arbitramento assi ser feito, o valem por si, e as cousas, que fôrem estimadas, e arbitradas, e juramento de seu officio, as arbitrarão outra vez, segundo o verdadeiro juizo, confirmando, acrescentando, ou diminuindo o arbitramento feito pelos principaes arbitradores, segundo bem parecer.

4. E si os ditos juizes fôrem discordes em seus arbitramentos, louvar-se-hão as partes em um terceiro juramentado, que se comprometterá de concordar com uma das tenções dos ditos juizes; e uno querendo louvar em elle, escolhão-no os juizes de seu officio, e o mais a aprazimento das partes, que puderem, e accordem com cada um delles, fique seu accordo findo, e determinado, e não possa em algum tempo ser mais contradito nem revogado.

5. E quando o arbitramento fôr feito por arbitradores approvados pelas partes, e juramentados, si alguma della sentir aggravada, e pedir que seja reduzido ao arbitrio, e o juizo dos juizes, como dito é, pode-lo-ha fazer do dia que o arbitramento fôr feito, até um anno cumprido, queixando-se a elles do arbitramento injustamente feito, ou reclamando perante outro qualquer julgador, estando em outra parte, e tirando disso instrumento publico.

E não se queixando nem reclamando no dito anno, dahy em diante o não poderá mais contradizer, mas ficará para sempre firme, como se já secundariamente fôsse approvedo pelos juizes.

6. E si o arbitramento fôr uma vez feito, e assignado por arbitradores approvados pelas partes, não se podem de novo chamar aggravados; salvo dizendo, e allegando o que se devesse queixar, que é aggravado por elle, ao menos na sexta parte do justo e verdadeiro arbitramento.

E si o aggravamento assi allegado pela parte não chegar á sexta parte, não será ouvido, nem lhe conhecerão do aggravamento.

7. E si as partes se louvarem em algum, ou alguns arbitadores, promettendo estar por seu arbitramento, e o guardar sob certa pena, e depois alguma dellas reclamar, e contradisser o arbitramento, assim como se fôsse feito injustamente, recorrendo-se aos juizes, que por seu bom arbitrio e juizo o emendem, e elles não sendo suspeitos o approvarem, e confirmarem por bom, a parte, que assi impugnou e reclamou o dito arbitramento, pague a pena nelle conteuda á outra parte, que por elle estiver, e que sempre o approvou.

## CAPITULO V

### DILAÇÃO DAS PROVAS

**Ord. liv. 3 tit. 54 :** Depois que os julgadores receberem os artigos ás partes, dar-lhes-hão dilação, em que fação suas provas.

Porem si alguma das partes requerer, que a outra deponha aos artigos, que lhe são recebidos, primeiro que lhe seja assignada dilação, e que lhe seja dado vista do depoimento, para ver si é delle contente, e a dita parte contraria fôr presente no lugar, onde se o feito trata, o juiz o constrangerá primeiro que assigne dilação á parte, que o depoimento requer, que deponha na fórma que dissemos no titulo precedente (53).

1. E quando o julgador houver de assignar dilação, si houverem as partes de fazer a prova no lugar, onde se trata o feito, assigna-se primeiro uma só dilação, a que dêem sua prova no dito lugar, com tanto que não passe de 20 dias.

A qual acabada não lhe poderá mais reformar, salvo, si antes que se acabe, a parte pedir outra dilação, e jurar, que não a pede por fraude ou engano, mas sómente á boa fé, porque não póde por mór deligencia na dilação, que já houve, e que por si ou por outrem não soube cousa alguma do conteudo na inquirição, que já é tirada; porque neste caso dar-lhe-ha o julgador (com esta solemnidade) outra dilação, qual elle entender



que com razão lhe deve de dar, não passando de dez dias passada esta dilação não lhe dará mais outra.

2. E quando a inquirição houver de ser dada fóra do lugar onde se a demanda trata, nestes reinos, ou nos nossos logares de Africa, assignará o julgador uma só dilação peremptoria segundo a distancia do lugar, e qualidade do negocio.

3. E si houver de ser em cada uma de nossas ilhas, assignará o julgador o termo que lhe bem parecer, segundo a distancia dellas, e a qualidade do tempo que fôr, quando assignar a dilação.

4. E si houver de ser na India, assignará o julgador o termo anno e meio, o qual correrá do tempo, que partir a primeira frota, ou armada para lá.

5. E si a inquirição houver de ser feita no reino de Castella, assignará o julgador tres mezes de dilação, ou mais segundo a distancia do lugar, porque poderá ser no dito lugar tão remoto, que razoadamente se dará mais um mes, assi serão quatro mezes: assi que o mais dos tres mezes ficará em arbitrio do julgador.

6. E si houver de ser feita em Aragão, ou em França, dar-lhe-ha seis mezes, e dahi em diante segundo a distancia do dito reino, como dito é no de Castella.

7. E si houver de ser feita em Inglaterra, ou em Flandres, ou em outra similhante terra, dar-lhe-hão nove mezes, e dahi em diante segundo a disposição do tempo, e qualidade do negocio.

8. E quando houver de ser feita em Roma, ou em outro logar de Italia, dar-lhe-hão um anno, e dahi em diante segundo a qualidade do feito, e disposição do tempo, ficando a maioria do termo limitado em todo caso em arbitrio do julgador.

9. E acabadas assi as dilaciones, não poderá o julgador nem reformar outra, sinão a aprazimento das partes, ou por via de restituição, ou provando a parte tão legitimo impedimento, que segundo disposição de direito lhe deva ser concedida.

10. E quando as partes, ou cada uma dellas disserem que hão de fazer suas provas em diversos logares, fação repartição de quantos dias hão de gastar em um logar para a dita prova, e quantos em outro, e não se concordando as partes na repartição, que assi hão de fazer, o juiz do feito verá as repartições, e as concordará o mais a proveito das partes que puder.

E si a prova houver de ser assim no logar, onde se o feito trata, como em outros, sempre se acabará primeiro de fazer a prova no logar onde se a demanda trata, e depois nos outros logares, segundo sua repartição, salvo si as partes se acordarem em outra maneira.

11. E em todos os casos sobreditos, onde as partes pedirem dilação para cada um dos ditos logares, si as partes contrarias pedirem, que lhe dêem juramento, se as allegão bem, e verdadeiramente, o juiz lh'o dará.

12. E quando pelas partes, ou cada uma dellas se pedir dilação para cada um dos reinos de Castella, ou para cada um dos logares de Africa, ou para logar allongado, donde si o feito tratar por cem legoas, ou mais, o juiz lhes mandará a petição da parte, ou sendo feito crime, em que não haja parte, de seu officio, que declarem para quaes artigos pedem a tal dilação, e que cousas são as que dos ditos artigos querem provar, sem para isso lhes mandar dar o feito, porque ao fazer delles lhes deve ficar o traslado, para saberem ao que querem dar prova nos ditos logares.

E com esta declaração mandará fazer o feito concluso, e achando que os artigos são impertinentes, e taes que provados não relevão, ou por outra maneira lhe constar, que pedem a dita dilação maliciosamente afim de dilatar, ou que a tal prova não é necessaria, não assignará a dilação que lhe é pedida, e sem ella procederá no feito nos termos em que estiver.

E si, examinados os artigos, o juiz achar que são pertinentes, e que se não allegão maliciosamente, nem afim do



dilatar, e que a prova é necessaria, lhes assignará para provarem, tempo conveniente, segundo a distancia do logar, e fórma das ordenações.

E do que sobre o exame dos taes artigos pronunciar, e ascerca do denegar, ou conceder dilação grande, ou pequena para os ditos logares, sobre que fez o exame sobre os artigos, poderá cada uma das partes aggravar, não cabendo o caso alçada do juiz.

13. E mandamos, que quando as partes nomearem testemunhas nas Indias, assi deste reino, como nas Castella ou ilhas de São Thomé, e Principe, Cabo-verde, em Roma, ou em outros reinos, que não sejam estes no de Portugal, e dos Algarves, e em Africa, nem nas outras ilhas, nem em Castella, e jurarem, que as allegão, e que dar bem, e verdadeiramente nas ditas Indias, ilhas de São Thomé, e Principe, reinos e provincias outras fóra dos aqui declarados, lhes seja dada dilação segundo a distancia fóra, e nossas ordenações declarão; porém o juiz do feito irá elle em diante, e o despachará finalmente, segundo ao provado pelo feito, inquirições, que se tirarem nos ditos nossos reinos, e ilhas outras, o em Castella, e dará sentença como achar que é direito.

E sendo a sentença condemnatoria, se dará a execução o effeito segundo nossas ordenações, e a parte que receber o dinheiro, ou cousa outra da dita sentença e condemnatoria dará primeira fiança, pela qual se se obrigará, que si depois pelas inquirições que vierem das Indias, ilhas de São Thomé e Principe, Cabo-verde, Roma, ou reinos outros, para elle foi dada dilação, a sentença si revogar, tornará todo o dinheiro, ou cousas outras, que assim recebeu, com as custas em dobro em que mais será condemnado.

E sendo a tal sentença absolutoria, ella se tornará a confirmar, ou revogar, segundo se achar, que se deve fazer pelas inquirições, que depois assi vierão das ditas partes, e não dando fiança, se fará todavia execução, e se deposita

até virem as inquirições, e sobre ellas se dar sentença, assi, e da maneira, que se dirá no titulo 86: *Das execuções*, quando o condemnado vem com embargos, e o vencedor não da herança.

Porém, si os contratos, ou delictos, ou outras cousas sobre que a demanda fôr, se fizerão na dita India, ilhas de São Thomé, e do Principe, Roma, ou reinos outros, isto não haverá logar, porque quando assi fôr, justa cousa é, que onle os contratos, ou delictos, ou cousas outras, sobre que as demandas são, se fizerão, que lá se hajão de provar; e bem parece, que não pedem para lá a dilação maliciosamente.

E portanto se sobrestará no feito, até virem as inquirições dos taes logares, posto que os réos sejam presos em prisões, ou sobre suas homenagens.

E bem assi se sobre-estará, quando as partes todas, assi autores como réos, quizerem fazer suas provas nas ditas Indias, e logares outros atrás declarados.

14. E quanto aos feitos crimes de presos em prisão publica, ou sobre sua homenagem, posto que o accusador peça dilação para provar nas ditas Indias, ilhas de São Thomé, Cabo-verde, e Principe, Roma e reinos outros, lhe não seja dada, salvo sendo os delitos nos taes logares commettidos, porque parece que o accusador, que em taes reinos quer provar, o faz mais por ter o accusado por longo tempo em prisão, que por ter lá prova.

E se despachará o feito segundo se achar provado pelos autos, e inquirições, que se tirarem em nossos reinos, e ilhas, e reinos de Castella.

E si o réo preso accusado crimemente, ou por causa civil, que dependa de crime, pedisse dilação para as ditas Indias, e ilhas, e reinos outros, ser-lhe-ha dada, posto que lá não sejam os delitos commettidos.

15. E durando o tempo da dilação, que fôr dentro em nossos reinos, e ilhas, logares de Africa, e reino de Castella, que o julgador der a cada uma das partes, não fará o julgador

em esse feito innovação, nem se entremetterá em entennelle, salvo naquillo sobre que foi dada dilação, assi com receber as testemunhas, ou vôr as escripturas e privilegios que perante elle fôrem dados em prova.

16. E em todos os casos acima ditos, onde fôr assignada dilação ás partes, si não trouxerem suas inquirições dentro do tempo da dilação, serão dollas lançadas, e o feito se decimarará sem ellas.

Porém, si antes de o feito ser sentenciado finalmente, depois de ser sentenciado, posto que a sentença seja feita assignada, e passada pela chancellaria, antes que a parte se vá com ella do logar, onde a côrte, ou relações estiverem, a parte contraria vier com as inquirições, que fôrão tiradas dentro do tempo da dilação, ou com escripturas, que nom foram declarada especificadamente a sustancia dellas dentro do tempo da dilação para dar em sua prova, ou posto que a parte as nomeasse, si dentro da dilação as tirou das notas para dar em prova, poderão ser ouvidos com seu direito como fôrão si com ellas vierão em tempo, e a sentença fôr dada.

E o que assi embargar com as ditas inquirições ou escripturas, pagará primeiro as custas do redardamento.

17. E si a sentença fôr dada no logar, onde o vencedor fôr morador, poderá embargar com as ditas inquirições e escripturas sobreditas, antes que a sentença passe pela chancellaria, ou, onde não houver de ser passada pela chancellaria, antes que seja entregue á parte.

## **TITULO VIII.—Processos especiais.**

### **PROCESSO SUMMARISSIMO.**

#### **SECÇÃO I.**

*Valor determinativo da acção, competencia e processo.*

**Lei de 30 de Set. de 1871: Art. 27.** Nas causas até 100\$000 o processo será summarissimo e determinado em regulamento pelo governo.

**Decr. de 12 de Nov. de 1873: Art. 28.** A excepção das causas fiscaes, e das que versarem sobre bens de raiz, comprehendem-se na competencia dos juizes de paz todas as causas civeis até o valor de 100\$000.

**Art. 29.** Nas causas da competencia do juiz de paz, são inadmissiveis embargos á sentença.

**Art. 30.** Julgada em 2ª instancia a causa intentada no juizo de paz, devem ao juizo inferior descer os proprios autos para nelle expedir-se o mandado de execução.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 63.** Os juizes de paz julgarão, com appellação para os juizes de direito, as causas civeis até o valor de 100\$000, sendo previamente intentado o meio da reconciliação.

§ 1. A petição inicial deverá conter, além do nome do autor e do réo :

O contrato, transacção ou facto de que resultão o direito do autor e obrigação do réo com as necessarias especificações e estimativa do valor, quando não fór determinado.

A indicação das provas, inclusive o rol das testemunhas.

§ 2. Citado o réo a quem se dará cópia da petição inicial, presente elle, na audiencia aprazada, com as suas testemunhas que poderá levar, si as tiver, independente de citação; revelia do mesmo réo, si não comparecer, o juiz de direito ouvirá as testemunhas de uma e outra parte, mandando t por termo os seus depoimentos.

§ 3. A citação da testemunha só será ordenada se a p a requerer.

§ 4. Concluidas as inquirições e tomado o depoimento o juramento de qualquer das partes, si tór requerido ou c nado pelo juiz, segundo os principios geraes do processo, a ellas ouvidas verbalmente, juntando-se aos autos, com q quer allegações, os documentos que offerecerem; depois do q juiz proferirá sua sentença na mesma audiencia ou na segui

§ 5. No caso de appellação, não ficará traslado, si o de direito residir no mesmo logar: todavia, convindo partes, não ficará traslado, quando o juiz da appellação re em logar diverso.

§ 6. A appellação tem effeito suspensivo e será tomada um simples termo, notificada a parte contraria.

As partes arrazoarão em uma ou outra instancia, onde l convier, dando-se cinco dias improrogaveis a cada uma.

## SECÇÃO II.

### *Execução.*

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 63 § 7.** Para a execução bastará o simples mandado contendo a substancia julgado.

O processo de quaesquer embargos, a execução se fará su marissimamente, apresentando o embargante seu requi mento com exposição do que julgar a bem de seu direito ouvida a parte contraria em quarenta e oito horas, o decidirá afinal, com appellação para o juiz de direito.



SECÇÃO III.

*Excepções e sua decisão*

**Reg. de 22 de Nov, de 1871 : Art. 63 § 8.** Nestas acções só as excepções de incompetencia e de suspeição suspendem o curso da causa até sua decisão ultima.

As mais excepções constituem materia de contrariedade e serão apreciadas na sentença definitiva.

§ 9. Ha agravo do despacho pelo qual o juiz de paz julgar-se competente ou incompetente.

A excepção será opposta por escripto ou verbalmente em audiencia ; e do despacho proferido a parte aggravará, se quizer, para o juiz de direito ; devendo o agravo seguir nos proprios autos.

§ 10. A decisão do juiz de direito sobre a suspeição é peremptoria.

A suspeição será opposta em audiencia, por escripto ou verbalmente ; si o juiz de paz não reconhecer-se suspeito, depositada a caução, subirá o processo, com a resposta do juiz recusado, ao juiz de direito, que ouvirá verbalmente e de plano as testemunhas offerecidas pelo recusante e pelo juiz recusado, citadas umas e outras previamente para deporem.

CAPITULO II.

PROCESSO SUMMARIO.

SECÇÃO I.

*Valor determinativo da acção e sua comprehensão.*

**Leide 20 de Set. de 1871 : Art. 27.** Nas causas de mais de 100\$000 até 500\$000 seguir-se-ha o processo estabelecido pelo Decreto n. 737 de 25 de Novembro de 1850 (art. 237 até 244), salvo tratando-se de bens de raiz.

**Decr. de 12 de Nov. de 1873 : Art. 32.** O processo summario estabelecido no artigo 27 da Lei de 20 de Setembro de 1871, para as causas de mais de 100\$000 e 500\$000, que não fôrem intentadas sobre bens de raiz, é extensivo a todas as acções desse valor, civeis, commerciaes, da pvedoria, orphanologicas, ou de ausentes, quer pertencente alçada dos juizes de direito das comarcas especiaes, quer competencia dos juizes municipaes e de orphãos.

**Art. 33 :** Exceptuão-se desta regra os processos executivos, de assignação de 10 dias, e os mais que tem por diffôrma peculiar derivada da natureza da acção.

SECÇÃO II.

*Forma do processo.*

**Reg. de 22 de Nov. de 1871 : Art. 65.** Quando se tratarem de bens de raiz, o processo a seguir-se nas causas do § 2 do artigo antecedente é o dos arts. 237 e 238 do Regulamento n. 737 de 25 de Novembro de 1850.

**Reg. de 25 de Nov. de 1850 : Art. 237.** As acções summarias serão iniciadas por uma petição, que conterá, além do nome do autor e réo:

§ 1. O contrato, transacção ou facto de que resulta o direito do autor e obrigação do réo, conforme a legislação commercial.

§ 2. O pedido com todas as especificações e estimativa do valor, quando não fôr determinado.

§ 3. A indicação das provas em que se funda a demanda.

**Art. 238.** Na audiencia, para a qual fôr o réo citado, presente elle, ou apregoado e á sua revelia, o autor ou seu advogado lerá a petição inicial (art. 237), a fé da citação, e, exhibindo o escripto do contrato nos casos em que o artigo o exige, e os documentos que tiver, exporá de viva voz a sua intenção e depositará o rol de testemunhas.

**Art. 239.** Em seguida o réo ou seu advogado fará a defesa oral, ou por escripto, exhibindo os documentos que tiver e o rol de testemunhas.

**Art. 240.** Depois da defesa, terá logar a inquirição das testemunhas, a qual, se não fôr concluida na mesma audiencia, será continuada nas seguintes, podendo o juiz marcar audiencias ordinarias para esse fim.

**Art. 241.** Findas as inquirições arrazoando ou requerendo as partes o que lhes convier, ou verbalmente ou por escripto, o juiz fará reduzir a termo circunstanciadamente as allegações e requerimentos oraes, e depoimentos das testemunhas e, autuado esse termo com a petição inicial, documentos, conciliação e allegações escriptas, será concluso ao juiz.

**Art. 242.** Conclusos os autos, o juiz procederá, *ex-officio* ou a requerimentos das partes, ás diligencias necessarias para julgar afinal, ou ao arbitramento nos casos em que o codigo o determina.

A sentença do juiz será proferida na audiencia seguinte á conclusão do processo (art. 241), ou das diligencias que tiver decretado (art. 242).

**Art. 243.** Os depoimentos das testemunhas serão escriptos por inteiro e não resumidos :

- 1.º quando alguma das partes o requerer á sua custa ;
- 2.º quando a prova fôr sómente testimonhal.

**Art. 244.** Se a sentença fôr de absolvição do pedido, e só houver condemnação de custas para executar, não será necessario extrahir sentença, mas passar-se-ha mandado de penhora para o pagamento della e dos dous por cento de chancellaria. (Reg. arts. 288 e 298.)



**SECÇÃO III.**

***Excepções.***

**Reg. de 22 de Nov. de 1871 : Art. 65.**

§ 3. Nestas acções só tem logar as excepções de incompetencia e suspeição do juiz, que serão processadas na fôrma dos §§ 9 e 10 do art. 63.

Todas as outras excepções constituem materia de defeza e devem ser allegadas nas contestação.

Esta disposição prevalece, ainda que a acção versee sobre bens de raiz, uma vez que o seu valor não exceda a 500\$000.

**SECÇÃO IV.**

***Execução.***

**Reg. de 22 de Nov. de 1871 : Art. 65.**

§ 1. O processo da execução nessas causas, quanto a formalidades e encargos offerecidos, será identico ao da acção.

§ 2. Se a sentença exequenda fôr de juiz municipal, e não houver havido appellação, serão por elle decididos os embargos e dando ás partes os recursos que no caso couberem.

**Decr. de 12 de Nov. de 1873 : Art. 31.** Do modo como se procederá (\*) nas causas julgadas pelos juizes municipales, quando a sentença fôr de absolvição do pedido, e não houver condemnação de custas. (Reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 244.)

**CAPITULO III.**

**ACÇÃO DECENDIARIA.**

**Ord. liv. 3 tit. 25:** Porque as demandas que são fundadas em escrituras publicas devem brevemente ser acabadas, mandamos que tanto que alguma pessoa em juizo demandar ou

(\*) Isto é, como fica estatuido no art. 30 deste decreto, transcripto na sessão de 1 de Maio de 1873, e no art. 1 do capítulo precedente.

por razão de alguma cousa, ou quantidade, que lhes seja obrigada a dar, ou entregar, e o autor mostrar escriptura publica da obrigação, ou alvará feito, ou assignado por tal pessoa, a que se deva dar tanta fé, como á escriptura publica, o juiz, que de tal causa conhecer, assigne logo termo de dez dias peremptorios ao réo, a que pague o autor todo o na dita escriptura, o alvará conteudo, ou mostre paga, ou quitação, ou allegue, e prove dentro nos ditos dez dias qualquer outra razão de embargos, que tiver a não pagar, ou cumprir o que assim por a escriptura, ou alvará se mostra ser obrigado.

E passados os dez dias não mostrando, nem provando o réo paga, ou quitação, ou outra tal razão, que o desobrigue de pagar, seja logo condemnado por sentença que pague ao autor tudo aquillo, em que assim se mostrar ser obrigado. Porém, si o réo dentro dos dez dias que lhe hão de ser assignados para vir com embargos mostrar quitação, ou provar pagamento ou cousa, que o releve da condemnação, o juiz do caso lhe receberá os embargos por desembargo, sem o condemnar no conteudo na escriptura, ou conhecimento.

E não provando perfeitamente nos dez dias os embargos, e forem taes, que provados relevem de condemnação, o juiz o condemnará no conteudo na escriptura, e lhe receberá os embargos, e dará sua sentença á execução sem appellação, nem aggravo, e não será a cousa entregue ao autor, sem dar fiança de a tornar, em caso que o condemnado haja sentença pelos embargos recebidos.

E não dando o autor a dita fiança, a cousa julgada se depositará.

1. E não vindo a parte dentro nos dez dias com embargos, ou sendo taes que ao juiz pareça que não são de receber, condemnará ao réo no conteudo na escriptura, sem receber os embargos, e a cousa julgada será entregue ao vencedor, sem ser obrigado a dar fiança.

E nestes dous casos poderá a parte condemnada appellar, ou aggravar, qual no caso couber, não cabendo na alçada do julgador.

E sem embargo de appellação, ou aggravo se fará executar pela dita maneira.

2. E, em caso que o julgador não condemnar o réo, por lhe parecer que provou seus embargos perfeitamente dentro dos dez dias, ou lhe receber os embargos, e o condemnar por lhe parecer que os não provou perfeitamente, a parte, que se sente aggravada, se poderá aggravar por instrumento, ou por requisição aos superiores.

Porém não se sobrestrará na execução da sentença por causa do dito aggravo.

3. Si a parte não vier com embargos nos dez dias, e com elles á chancellaria, e forem taes, que ao juiz pareça se devem receber, comtudo a sentença se passará pela chancellaria, para effeito de se executar.

E nos embargos se procederá pelo modo em que se ha de proceder nos embargos, recebidos, e que a parte perfeitamente não provou dentro nos dez dias.

4. E em todos os mais artigos, que se offercerem pelo actor ou réo, depois de serem recebidos os primeiros artigos, e embargos, que hão de ser recebidos por desembargo, se dará o que temos dito no titulo 20: *Da ordem do juiz* na forma de pronunciar sobre os artigos, e processar delles.

5. Quando alguma pessoa demandar outra por escriptura publica por dote, que lhe prometterem, offerecendo-se com dita escriptura do dote certidão autentica do prior, ou de como o matrimonio foi celebrado em face da igreja, ou em casa com licença do prelado, ou outro instrumento publico por que conste do matrimonio, se proceda na tal causa, como acima dito temos.

E isto mesmo se guardará nos casos semelhantes a este, que houver igual favor conforme a direito.

6. Vindo os demandados dentro dos dez dias com embargo de incompetencia, ou de alguma outra excepção dilatoria, pender-se-ha nos taes embargos, e excepções summariamente, avaliando-se os termos o mais que puder ser.

7. E quando o réo fôr citado por alguma escriptura publica, ou alvará, que tenha força de escriptura publica, e não apparecer em juizo por si, nem por seu procurador, ser-lhe-hão assignados os dez dias, como acima dito é.

E, passados elles, será condemnado, e executado na fôrma e maneira que acima dissemos, quando é presente, e allega os embargos dentro dos dez dias.

8. E queremos que isto que dito é das dividas, que se demandão por escripturas publicas, haja logar em qualquer divida que se dever, e demandar por virtude de alguma sentença, que pa-sar em cousa julgada, quando se demandar por via de aução, que nasça dessa sentença.

9. E sendo contra alguma pessoa apresentado em juizo alvará, ou conhecimento, que não seja daquellas pessoas, a cujos alvarás se deva dar tanta fé como a escriptura publica, e fôr demandada pelo contendo do dito alvará, se aquelle, contra quem se apresenta, reconhecer em juizo, que é por elle feito, e assignado, ou assignado sómente, reconhecendo elle haver feito a obrigação conteuda no dito alvará, lhe assignaráõ dez dias a que venha com embargos, e se procederá por o tal alvará, e se executrá, como se ha de proceder, e executar por as escripturas publicas.

E para o reconhecimento dos taes alvarás, o juiz poderá constringer as partes, que deponhão, não passando a quantia de sessenta mil réis.

10. E esta Ordenação se entenderá sómente nas proprias pessoas, que fizeram as taes escripturas, e não em outras nenhumaes pessoas, posto que sejam herdeiros.



## CAPITULO IV.

### ACÇÃO HYPOTHECARIA.

#### SECÇÃO I.

*Natureza, privilegios e custas da acção.*

**Lei de 24 de Set. de 1864: Art 11.** Aos credores hypothecas convencionaes, inscriptas e celebradas depois da lei, compete :

O sequestro do immovel como preparatorio da acção;

A conciliação posterior ao sequestro;

A acção de 10 dias, cujo processo e execução se regem pelo decreto n. 737 de 25 de Novembro de 1850;

O fôro civil.

§ 1. Os immoveis hypothecados podem ser arrematados e adjudicados, qualquer que seja o seu valor e a importância da divida.

§ 2. Fica derogado o privilegio das fabricas de assucar e mineração, do qual trata a lei de 30 de Agosto de 1831.

§ 3. Os bens especialmente hypothecados só podem ser executados pelos credores das hypothecas anteriores, depois de executados os outros bens do devedor commum.

§ 4. As custas judiciaes serão reduzidas a dous terços das quantias fixadas no regulamento actual.

#### SECÇÃO II.

*Acção contra o devedor hypothecario.*

**Reg. de 26 de Abr. de 1865: Art. 282.** Aos credores de hypothecas convencionaes, celebradas e inscriptas depois da lei n. 1237 de 1864, compete a acção de assignação de dote (art. 14 da lei).

**Art. 283.** O processo e execução da assignação de dote e de 10 dias serão regulados pelo decreto n. 737 de 1850.

O fóro competente é o civil (art. 14 da lei).

**Art. 284.** Precede a esta acção como preparatorio della o sequestro, o qual, independentemente de outro requisito, que não seja a falta de pagamento, deve ser deferido, logo que fór requerido pelo credor hypothecario, com o titulo respectivo.

O sequestro terá logar, quem quer que seja a pessoa em cujo poder se achar o immovel.

**Art. 285.** Esta acção é só competente contra o devedor. Será exequivel:

1.º Contra o terceiro, si a hypotheca foi por elle constituida e não pelo proprio devedor

2.º Contra o adquirente, no caso de transmissão e não remissão do immovel (art. 309).

**Art. 286.** Só pelo effectivo pagamento da divida hypothecaria o sequestro pôde cessar:

§ 1. O effeito do sequestro é sujeitar ao pagamento da divida, como accessorio, os fructos ou redimentos do immovel hypothecado.

§ 2. Convindo ao credor, pôde o immovel ficar em poder do devedor, obrigando-se este como depositario á disposição do paragrapho antecedente.

**Art. 287.** O sequestro resolve-se na penhora.

**Art. 288.** A conciliação pôde ser posterior ao sequestro, e a mesma conciliação que se fizer para o processo do sequestro servirá para acção principal.

**Art. 289.** O sequestro não admitte embargos que não sejam os da extincção da hypotheca: os outros embargos ficarão reservados para acção principal.

**Art. 290.** Tambem não admitte o sequestro outro recurso que não seja o aggravo de petição ou instrumento.

**Art. 291.** As custas judiciais das acções hypothecarias serão contadas na razão de dous terços das quantias fixas no regulamento das custas.

**Art. 292.** Na execução da acção hypothecaria observam-se as seguintes disposições excepcionaes :

§ 1. Os immoveis hypothecados podem ser arrematados, adjudicados, qualquer que seja o valor dos bens e a importância da divida.

§ 2. Ainda mesmo sem estipulação se considera derogada a favor do credor hypothecario o privilegio das fabricas de cana de assucar e mineração de que trata a lei de 30 de Agosto de 1864.

§ 3. Só podem disputar preferencia com o credor hypothecario outros credores que se apresentem com hypothecas inscriptas sobre o mesmo immovel.

Os demais credores que concorrerem á execução promovida pelo credor hypothecario não podem impedir o seu pagamento e contestar a hypotheca, mas só têm direito sobre a quantia que restar depois do pagamento da mesma hypotheca.

### SECÇÃO III.

#### *Remissão do immovel hypothecado.*

**Reg. de 26 de Abr. de 1865: Art. 293.** Se o adquirente do immovel hypothecado quizer evitar a execução deve notificar para remissão dos credores hypothecarios.

**Art. 294.** Esta notificação deve ser feita no fôro civil.

**Art. 295.** Só é admissivel a dita notificação nos 30 dias depois da transcrição.

**Art. 296.** O adquirente, na sua petição inicial denunciando a aquisição, e declarando o preço da alienação ou o

que estimar, requererá que sejam notificados os credores hypothecarios para em 24 horas dizerem o que lhes convier sobre a remissão mediante o preço proposto.

**Art. 297.** A notificação será feita no domicilio inscripto. ou por editos, si o credor ahi se não achar.

**Art. 298.** Si os credores não comparecerem ou comparecerem e nada oppuzerem sobre o preço proposto, o juiz julgará a remissão por sentença para produzir os seus effeitos (art. 308).

**Art. 299.** Comparecendo, porém, o credor e requerendo que o immovel seja licitado, o juiz mandará proceder á licitação no dia que designar, annunciado por tres editaes consecutivos.

**Art. 300.** São admittidos a licitar :

§ 1. Os credores hypothecarios.

§ 2. Os fiadores.

§ 3. O adquirente.

**Art. 301.** A licitação não poderá exceder ao quinto da avaliação proposta pelo adquirente.

**Art. 302.** O adquirente será preferido em igualdade de circumstancias.

**Art. 303.** A remissão terá logar ainda não sendo vencida a divida.

**Art. 304.** As hypothecas legaes especialisadas são remiveis como são as hypothecas especiaes, figurando pela fazenda publica o empregado competente; pela mulher casada, e pelo menor ou interdito, o promotor publico como curador geral; pelas corporações de mão-morta, o promotor de capellas.

**Art. 305.** As hypothecas legaes não especialisadas serão remiveis ou substituidas por fianças idoneas prestadas pelos responsaveis.



**Art. 306.** As sobreditas fianças serão admittidas, o vindo o promotor publico como curador geral e sendo autorizadas pelo Juiz competente.

**Art. 307.** A acção de remissão não é necessaria e applicavel quando o preço da alienação fôr sufficiente para o pagamento da divida hypothecaria e o credor outorgar e assignar com o devedor e o comprador a escriptura de venda do immovel.

**Art. 308.** Julgada a remissão, e á vista da sentença della, da qual deve constar o pagamento do preço respectivo o immovel ficará livre da hypotheca, esta remida, e a inscripção cancellada.

SECÇÃO IV.

*Acção do credor hypothecario contra o adquirente.*

**Reg. de 26 de Abr. de 1865: Art. 309.** Si o adquirente do immovel hypothecado não tratar da remissão delle nos trinta dias depois da transcripção, fica sujeito:

§ 1. Ao sequestro e á execução da acção de que trata a secção 1.<sup>a</sup>

§ 2. As custas e despesas judiciaes da desapropriação.

§ 3. Á differença do preço da avaliação e alienação.

§ 4. Á acção de perdas, e damnos pela deterioração do immovel.

**Art. 310.** O immovel será penhorado e vendido pelo preço da venda ou avaliação, ainda que elle queira pagar ou depositar o preço da venda ou avaliação, salvo:

§ 1. Si o credor consentir.

§ 2. Si o preço da venda ou avaliação bastar para pagamento da hypotheca.

§ 3. Si o adquirente pagar integralmente a hypotheca.

**Art. 311.** A avaliação nunca será menor que o preço da alienação (art. 10 § 3 da lei).

**Art. 312.** Não havendo lançador, será o immovel adjudicado ao adquirente pelo preço da avaliação, qualquer que tenha sido o preço da alienação.

**Art. 313.** Não é licito ao adquirente oppôr ao sequestro, ou execução da sentença contra elle promovida, a excepção de excussão ou beneficio de ordem.

Esta disposição é applicavel ao terceiro que constituir hypoteca a favor do devedor.

**Art. 314.** Tambem não é licito ao adquirente largar ou entregar o immovel, mas é sempre obrigado a responder pelo resultado da excussão judicial, como se determina nos arts. 309 e seguintes.

**Art. 315.** O adquirente :

- § 1. Que soffrer a desapropriação do immovel ;
- § 2. Que pagar a hypotheca ;
- § 3. Que paga-la por maior preço que o da alienação por causa da adjudicação, ou da licitação ;
- § 4. Que supportar custas e despesas judiciais, tem acção regressiva contra o vendendor.

## CAPITULO V.

### CAUSAS DE LOCAÇÃO DE SERVIÇO.

#### SECÇÃO 1.

#### *Competencia e processo civil.*

**Lei de 15 de Març. de 1879: Art. 81.** Todas as causas derivadas da locação de serviços comprehendida nesta lei incumbem aos juizes de paz da situação do predio

rustico (art. 4) com alçada até 50\$, e competencia, mediação e appellação devolutiva para o juiz de direito, qualquer que seja a quantia.

**Art. 84.** O processo civil será o processo summario estabelecido pelos artigos 237 e seguintes do regulamento n. 7 de 1850. (\*)

**Art. 85.** Quando, porém, esta lei autoriza a acção executiva contra outros que não o locatario ou locador, fica entendido que a jurisdicção para processa-la e julga-la é a do juiz municipal do domicilio do réo, com appellação devolutiva para o juiz de direito, tendo o processo a mesma forma determinada pelas leis do processo civil.

#### SECÇÃO II.

##### *Competencia e processo penal.*

**Lei de 15 de Març. de 1879: Art. 84.** Quanto á materia penal, de que trata o capitulo 6, a competencia do juiz de paz é sempre com recurso suspensivo para o juiz de direito.

**Art. 83.** O processo penal será regulado pelas seguintes disposições:

§ 1. A petição inicial deverá conter a indicação das partes, e será acompanhada do instrumento do contrato.

§ 2. Citado o réo, e presente na audiencia com as suas testemunhas, que poderá levar independentemente de citação ou á revelia do mesmo réo, si não comparecer, o juiz de paz ouvirá as testemunhas de uma e outra parte, mandando tomar por termo os seus depoimentos.

§ 3. Concluidas as inquirições e tomado o depoimento o

---

(\*) Vide : Parte II tit. VIII cap. II secç. II

o juramento de qualquer das partes, si fôr ordenado pelo juiz, serão ellas ouvidas verbalmente, juntando-se aos autos, com quaesquer allegações, os documentos que offerecem, depois do que o juiz proferirá sua sentença na mesma audiencia ou na seguinte.

**Art. 86.** Fica autorizado o governo a dar os regulamentos necessarios para execução desta lei. (\*)

## CAPITULO V.

### *Processo de desapropriação.*

#### SECÇÃO I.

#### CASOS DE DESAPROPRIAÇÃO, E DECRETAÇÃO DELLA

**Lei de 9 de Set. de 1836: Art. 1.** A unica excepção feita á plenitude do direito de propriedade, conforme a constituição do imperio tit. 8 art. 179 § 22, terá logar quando o bem publico exigir o uzo ou emprego da propriedade do cidadão por necessidade nos casos seguintes:

- 1.º Defesa do Estado ;
- 2.º Segurança publica ;
- 3.º Soccorro publico em tempo de fome, ou outra extraordinaria calamidade ;
- 4.º Salubridade publica.

**Art. 2.** Terá logar a mesma excepção, quando o bem publico exigir o uzo ou emprego da propriedade do cidadão, por utilidade previamente verificada por acto do poder legislativo, nos casos seguintes:

- 1.º Instituições de caridade ;
- 2.º Fundações de casas de instrucção da mocidade ;

---

(\*) Ainda não fôrão expedidos estes regulamentos.

3.º Commodidade geral;

4.º Decoração publica.

**Art. 3.** A verificação dos casos de necessidade, a que destinar a propriedade do cidadão, será feita a requerimento do procurador da fazenda publica, perante o juiz do domicílio do proprietario, com audiencia delle; mas a verificação dos casos de utilidade terá logar por acto do corpo legislativo perante o qual será levada a requisição do procurador da fazenda publica, e a resposta da parte.

**Art. 4.** O valor da propriedade será calculado não pelo intrinseco da mesma propriedade, como da sua localidade e interesse, que della tira o proprietario; e fixado por arbitrio nomeados pelo procurador da fazenda publica, e pelo dono da propriedade.

**Art. 5.** Antes do proprietario ser privado da sua propriedade, será indemnizado do seu valor.

**Art. 6.** Si o proprietario recuzar receber o valor da propriedade, será levado ao deposito publico, por cujo compromisso, junto aos autos, se haverá a posse da propriedade.

**Art. 7.** Fica livre ás partes interpôr todos os recursos legais.

**Art. 8.** No caso de perigo emminente, como de guerra ou commoção, cessarão todas as formalidades, e poder-se-ha tomar a posse do uzo, quanto baste ou mesmo do dominio da propriedade quanto seja necessario para emprego do bem publico nos termos do art. 1, logo que seja liquidado o seu valor, cumprida a disposição dos arts. 5 e 6, reservados os direitos para se deduzirem em tempo oportuno.

**Lei de 12 de Jul. de 1845: Art. 1.** A desapropriação por utilidade publica geral ou municipal da corte terá logar nos seguintes casos:

§ 1. Construção de edificios e estabelecimentos publicos de qualquer natureza que sejam ;

§ 2. Fundação de povoações, hospitaes, casas de caridade ou de instrucção ;

§ 3. Aberturas, alargamentos, ou prolongamentos de estradas, ruas, praças, e canaes ;

§ 4. Construção de pontes, fontes, aqueductos, portos, diques, caes, pastagens, e de quasquer estabelecimentos destinados á commodidade, ou servidão publica ;

§ 5. Construções ou obras destinadas á decoraçào ou salubridade publica.

**Art. 2.** Quando fôr determinada por lei ou decreto qualquer obra das indicadas no artigo antecedente, comprehendendo, no todo, ou em parte, predios particulares, será levantado por engenheiros, ou peritos, o plano da obra, e as plantas dos predios comprehendidos, declarando-se os nomes das pessoas a quem pertencem.

**Art. 3.** Tanto o plano da obra, como as plantas dos predios comprehendidos, serão depositados na camara municipal respectiva e ahi expostos ao conhecimento dos proprietarios por 10 dias, contados do dia da convocação, por bando feito aos mesmos para esse fim.

A mesma convocação será feita por editaes affixados em logares publicos, e em jornaes, havendo-os no municipio.

**Art. 4.** O secretario da camara municipal certificará as publicações por bando, e por editaes, e lavrará termo de comparecimento dos proprietarios, tomando-lhes as declarações, e reclamações que fizerem verbalmente, e annexando as que lhe fôrem apresentadas, ou dirigidas por escripto.

**Art. 5.** Findos os 10 dias, a camara municipal, unindo a si dous engenheiros, e na falta, peritos (não sendo os que levantarão o plano), receberá as reclamações dos proprietarios, e ouvindo as pessoas que entender conveniente dará seu parecer.



Todos estes actos findarão em 20 dias improrogaveis, guidos aos 10 precedentes; e, lavrado termo de quanto accorserá tudo remettido ao presidente da provincia.

**Art. 6.** Si o presidente da provincia, em vista das reclamações, e observações dos proprietarios, e parecer da camara municipal, entender que o plano primitivo deva soffrer alteração, e esta comprehender outros predios particulares, mandará praticar a respeito destes as formalidades do artigo seguintes.

**Art. 7.** O presidente da provincia remetterá tudo com o parecer ao governo imperial, a quem compete approvar definitivamente os planos das obras, para cuja execução fôr necessario cessão de propriedades particulares por motivo de utilidade publica geral, ou municipal da côrte.

**Art. 8.** Quando as obras de que trata o artigo 1, fôr projectadas na côrte, a camara municipal remetterá directamente ao ministro do imperio as reclamações, e observações que fizerem ás partes; e, si as ditas obras fôrem projectadas pela Exm. camara municipal da côrte, e a desapropriação exigida por ella, por utilidade municipal, não terão logro as disposições do artigo 5, e seguintes.

Neste caso, praticadas as formalidades dos artigos 2, 3 e 4, a referida camara remetterá os documentos e plantas, com a requisição, ao ministro do imperio, perante quem poderão os proprietarios fazer suas reclamações, e observações no estabelecido no artigo 5, devendo o ministro ouvir a camara sobre taes reclamações, se parecerem attendiveis.

**Art. 9.** Approvados os planos das obras por decreto imperial, depois de praticadas as formalidades dos artigos antecedentes, entende-se verificado o bem publico para exigir-se o uso, ou emprego das propriedades particulares comprehendidas nos planos.

SEÇÃO II.

*Fôrma do processo.*

**Lei de 12 de Jul. de 1845: Art. 10.** A desapropriação será promovida pelo procurador da corôa, ou outro agente do poder executivo para isso designado, quando as construcções, e obras e estabelecimentos, que derem logar á desapropriação, se fizerem a custa do thesouro publico; será, porém, promovida pelo procurador da camara municipal da côrte, ou por outro agente della, quando se fizerem á custa das rendas da mesma.

**Art. 11.** O juiz do civil de 1ª instancia pronunciará a desapropriação, á vista dos seguintes requisitos :

§ 1. Lei, ou decreto imperial, que autorize alguma das obras, ou estabelecimentos declarados no art. 1. ;

§ 2. Decreto Imperial, que approve definitivamente os planos das ditas obras ;

§ 3. Plantas de cada uma das propriedades particulares comprehendidas no plano, com indicação dos nomes dos proprietarios ;

§ 4. Certidão de se haverem praticado todas as formalidades exigidas para a approvação definitiva dos planos ;

§ 5. Citação dos proprietarios e suas mulheres.

Esta decisão será intimada aos proprietarios, e della se dará agravo de petição, ou de instrumento, no qual só haverá provimento quando faltar algum dos requisitos exigidos neste artigo, ou a decisão não fôr conforme a elles.

**Art. 12.** Dentro de 5 dias, depois desta intimação, é o proprietario obrigado a declarar em juizo os nomes dos inquilinos, ou rendeiros, e possuidores de bemfeitorias, e de servidões reaes, que podem ser prejudicados pela desapropriação, e apresentar cópia authentica dos contratos, que com elles tiver.

A falta desta declaração, e apresentação, obriga o proprietario á indemnização dos ditos interessados.



**Art. 13.** O procurador, ou agente, que promove desapropriação, declarará por termo nos autos a quantia das quantias, que offerece por indemnização ao proprietario, e aos demais interessados declarados na fórmula do artigo antecedente, e lhes fará intimar esta offerta, que será publicada em jornal, havendo-os no lugar.

**Art. 14.** Os proprietarios, e os outros interessados, a quem for feita a offerta, serão obrigados a declarar dentro de 10 dias, da intimação, se aceitam a indemnização offerecida, e no caso de a não aceitarem declararáo a quantia que pretendem.

**Art. 15.** Os tutores, e curadores das pessoas, que devem ter, serão autorizados por simples despacho do juiz, a consentirem na desapropriação, e a aceitarem as offertas, achando-as uteis aos seus tutelados ou curados.

**Art. 16.** Si as offertas não fôrem aceitas no prazo do art. 14, e o procurador, ou agente da desapropriação, não annuir ás exigencias, serão as indemnizações marcadas por um jury na fórmula seguinte :

**Art. 17.** O juiz do civil designará na lista dos jurados do municipio, onde fôrem sitos os predios, que se devem desapropriar, 18 dos principaes proprietarios nella inscriptos, formando com elles uma lista especial, a fará intimar ao proprietario, e ao procurador, ou agente, da desapropriação, para comparecerem na primeira audiencia, e cada um escolher tres jurados na lista especial, com pena de revelia.

Sendo muitos os co-proprietarios, ou concorrendo outros interessados na indemnização, a escolha dos tres jurados será feita por accôrdo de todos, e, quando não concordarem, sendo tres, cada um nomeará um ; e sendo mais, ou menos de tres, a sorte decidirá quem deva nomear um ou mais de um.

Além dos seis escolhidos pelas partes, ou á sua revelia,

juiz do civil escolherá mais um, e os sete jurados assim escolhidos, formarão o jury, que deve fixar a indemnização.

**Art. 18.** Não poderão ser designados os jurados interessados na desapropriação ou indemnização.

**Art. 19.** Os jurados escolhidos comparecerão com o juiz do civil e seu escrivão, no lugar e dia, para que fôrem convocados, e prestarão juramento : os que não comparecerem sem motivo legítimo serão multados pelo juiz em 50\$ para as despesas da municipalidade, e substituídos por nova escolha.

**Art. 20.** Reunido o jury em sessão publica presidido pelo juiz do civil, este lhe apresentará :

1.º As offertas e as exigencias para as indemnizações;

2.º As plantas dos predios sujeitos á desapropriação, e os documentos offerecidos pelas partes em seu favor.

**Art. 21.** As partes, ou os seus procuradores, poderão apresentar suas observações reunidamente, e o jury poderá ouvir os peritos, que julgar conveniente, fazer vistorias nos logares, ou delegar para esse fim um, ou alguns de seus membros.

**Art. 22.** A discussão será publicada, podendo continuar mais um dia; e, logo que fôr encerrada pelo juiz do civil, os jurados se retirarão á sala particular, e sob a presidencia de um de seus membros ali eleito, fixarão as indemnizações por maioria absoluta de votos.

**Art. 23.** Serão fixadas indemnizações distinctas em favor das partes, que os reclamarem sobre titulos differentes

No caso de usufructo, porém, uma só indemnização será fixada pelo jury, em attenção ao valor total da propriedade, e o usufructuario, o proprietario, exercerão seus direitos sobre a quantia fixada.

O usufructuario, não sendo pai ou mãe do proprietário, poderá ser obrigado a prestar fiança.

**Art. 24.** As indemnizações, que o jury fixar, não poderão em caso algum ser inferiores ás offertas dos agentes da desapropriação, nem superiores ás exigencias das partes.

**Art. 25.** Os edificios, que fôr necessario desapropriar para a parte, serão desapropriados, e indemnizados no todo, si os proprietarios o requererem.

Com a mesma condição serão igualmente desapropriados e indemnizados no todo, os terrenos que ficarem reduzidos a menos de meio.

**Art. 26.** Nas indemnizações os jurados attenderão á utilidade, ao tempo, ao valor em que ficar o resto da propriedade por causa da nova obra, ao damno que provier da desapropriação e a quaesquer outras circumstancias que influão no prejuizo, porém as construcções, plantações, e quaesquer melhorias feitas na propriedade, depois de conhecido o plano das obras, e com o fim de elevar a indemnização, não deverão ser avaliados.

**Art. 27.** Assignada a decizão do jury, será esta entregue pelo seu presidente ao juiz do civil, que a julgará por sentença condemnando nas custas na fórmula abaixo declarada.

**Art. 28.** Si as indemnizações não excederem ás offertas das partes que as recusarem serão condemnadas nas custas, e fôrem iguaes as exigencias das partes, serão estas allivadas das custas, que serão pagas pelo thesouro, ou pela municipalidade.

Si a indemnização fôr superior á offerta, e inferior á exigencia das partes, as custas se dividirão em proporção.

Serão sempre condemnados nas custas, qualquer que seja a somma da indemnização, os proprietarios, que se não conformarem com a disposição de artigo 14.

**Art. 29.** Desta sentença se poderá interpôr o recurso de appellação para a relação do districto.

A appellação terá o effeito devolutivo sómente; e a relação só poderá annullar o processo por falta da observancia de fórmās substanciaes.

Si a relação annullar o processo, será fixada a indemnização com outros jurados, que serão presididos pelo substituto do juiz do cível, e do julgamento não haverá mais recurso.

**Art. 30.** Fixada a indemnização, na fórmula acima, e depositada a quantia, o juiz do cível expedirá mandado de emissão de posse, que não admittirá embargos de natureza alguma.

**Art. 31.** Feito o deposito, praticar-se-ha o disposto na Ord. liv. 4 tit. 6 in pr. e § 1, com o que o predio desapropriado se considerará livre de todos os onus, hypothecas e lides pendentes, as quaes não poderão impedir o processo da desapropriação.

**Art. 32.** Quando as partes accitarem as offertas do procurador ou agente, que promover a desapropriação, será a quantia depositada, e se praticará o ordenado no artigo antecedente para os mesmos fins.

**Art. 33.** A desapropriação e processo della são isentos dos impostos de siza e dos sellos fixos e proporcionaes.

**Art. 34.** Os emprezarios das obras declaradas no artigo 1 promoverão as desapropriações necessarias para a execução das ditas obras, usando dos mesmos direitos do procurador da corôa e da camara municipal.

**Art. 35.** Fica em seu vigor a lei de 9 de Setembro de 1826, no que toca á desapropriação por necessidade.



### SECÇÃO III.

#### DESAPROPRIAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE FERRO-VIAS.

**Lei de 10 de Jul. de 1855: Art. 1.** O governo fica autorizado a estabelecer o processo para as desapropriações dos predios e terrenos, que fôrem necessários para a construção das obras e mais serviços pertencentes á estrada de ferro de D. Pedro Segundo, e as outras estradas de ferro do Brazil, e a marcar as regras para as indemnizações dos proprietarios.

O processo será summarissimo, e a avaliação para a indemnização, no caso de falta de accôrdo entre os proprietarios, os agentes das respectivas companhias, feita por 5 arbitros nomeados pelo proprietario, dous pelo agente da companhia da estrada, de que se trata, e um pelo governo.

Não poderão ser arbitros :

1º. Os socios da companhia;

2º. Os proprietarios dos predios ou terrenos que houverem de ser desapropriados.

**Art 2.** Ficão revogadas as disposições em contrario.

**Decr. de 27 de Out. de 1855 : Art 1.** As estradas de ferro autorizadas por lei ou decreto do governo imperial não poderãõ ser executadas pelos emprezarios ou companhias, a quem tiver sido incumbida a sua execução, até que tenham sido approvadas as respectivas plantas por decreto.

**Art. 2.** Pela approvação das plantas por decreto entender-se-hão desapropriados em favor dos emprezarios, ou companhias incumbidas da construção das estradas de ferro, todos os predios e terrenos comprehendidos, total ou parcialmente nos planos e plantas das respectivas estradas, que fôrem necessários para a sua construção, estações, serviço e mais dependencias.

Nenhuma autoridade judiciaria ou administrativa poderá admitir reclamação ou contestação contra a desapropriação resultante da approvação das plantas por decreto.

**Art. 3.** O empresario ou companhia incumbida da construção da estrada de ferro não tomará posse dos terrenos e predios desapropriados sem que preceda a respectiva indemnização.

O processo de indemnização será promovido pelos agentes do empresario ou companhia perante os juizes do civil onde os houver, e na falta destes perante os juizes municipaes dos respectivos termos, no caso de não poderem os empresarios ou directores da companhia convencionar amigavelmente com os proprietarios, ou quando estes fôrem menores ou interdictos si seus tutores ou curadores não aceitarem as offeras.

**Art. 4.** Para se instaurar o processo perante o juiz do civil ou municipal, conforme o disposto no artigo antecedente, o empresario ou agente de companhia lhe requererão em separado a citação de cada um dos proprietarios, e de seus tutores ou curadores, no caso de serem menores, para effeito de nomearem dous arbitros, que com os dous nomeados pelo empresario ou companhia, e com o designado pelo governo, procedão á avaliação do predio ou terreno, sendo que não queirão aceitar a quantia que o empresario ou agente da companhia deverão offerer para sua indemnização.

O requerimento deverá ser instruido com os seguintes documentos :

- 1º. Cópia do decreto que approvou o plano das obras ;
- 2º. Cópia da planta especial do terreno do predio ;
- 3º. Attestado de um engenheiro designado pelo governo, certificando ser o terreno ou predio, de que se tratar, comprehendido no plano approved por decreto imperial, e si é exacta a planta que delle se apresentar ;
- 4º. Declaração dos dous arbitros, que nomearem, para com

os do proprietario e o designado pelo governo proceder á avaliação da indemnização, si a offerta não fôr aceita.

Si se tratar de indemnização de predio urbano, certidão de decima, que tiver sido paga no segundo semestre do segundo anno financeiro, e no caso de não ter pago decima nesse semestre por não ser devida, certidão da ultima anterior, e da primeira posterior, que se houver paga.

A companhia da estrada de ferro de D. Pedro II fica pensada de apresentação do documento, de que trate o numero 1º, dos processos de indemnização dos predios e terras comprehendidos na primeira secção da referida estrada, tratada pelo governo imperial com Mr. E. Price.

**Art. 5.** Os proprietarios, ou seus tutores, ou curadores, quem fôr feita a citação, serão obrigados, sob pena de revelia, a declarar dentro de 5 dias, depois da citação, si aceitam ou não a indemnização offercida, e, no caso de não a aceitar, declararão a quantia, que pretenderem, e nomearão logo os arbitros, que deverão proceder com os do empresario, companhia e o designado pelo governo, á avaliação da indemnização, si o empresario ou companhia não se conformar com o pedido feito pelo proprietario.

Nos casos de revelia o juiz nomeará os arbitros, que competeria ao proprietario nomear.

**Art. 6.** Os tutores, ou curadores dos proprietarios, que não tiverem, serão autorizados por simples despacho do juiz a aceitar as ofertas da indemnização, que acharem uteis a seus tutelados ou curados.

**Art. 7.** Si o offercimento do empresario, ou companhia, ou pedido do proprietario fôr aceito, recebida por este a quantia ou depositada, si recusar ou não puder recebe-la, o juiz civil ou municipal mandará passar em favor do empresario ou companhia, mandado de posse, que será executado sem embargo de quaesquer embargos, e servirá de titulo ao empresario, ou companhia.

**Art. 8.** Si nem o offerecimento do empresario ou companhia, nem o pedido do proprietario fôr aceito, os arbitros nomeados se reunirão sob a presidencia do juiz a que se refere o artigo 3, no dia e hora fixados por este, e em sua presenca farão a avaliação da indemnização devida, observadas as regras dos artigos 12 e 13.

**Art. 9.** Feita a avaliação e recebida pelo proprietario a sua importancia, ou depositada, si recusar ou não puder rocebe-la mandará o juiz passar mandado de pösse na fórmula do artigo 7, si as indemnizações não excederem as offertas do empresario ou companhia, as partes, que as tiverem recusado pagarão as custas do processo; si, porém, fôrem superiores, será o empresario ou companhia condemnada nas custas.

**Art. 10.** As pessoas que fôrem nomeadas arbitros pelo empresario ou companhia ou pelos proprietarios, não poderão recusar o encargo, salvo sendo empregados publicos ou tendo algum impedimento dos declarados no artigo 8 do Decreto n. 806.

**Art. 11.** Os arbitros, que não fôrem escuzos pelo juiz, e que não comparecerem no dia fixado para a avaliação dos predios e terrenos desapropriados, poderão ser compellidos a cumprir o seu dever com multa até 50\$ e prisão até 8 dias.

As multas e prisão serão ordenadas pelo juiz administrativa-mente, revertendo as multas em favor da respectiva municipalidade.

**Art. 12.** Para proceder á avaliação das indemnizações dos terrenos, que não fôrem quintaes das casas sujeitas ao pagamento de decima, os arbitros observaráo as seguintes regras:

1º. As indemnizações não poderão ser em caso algum inferiores ás offertas do empresario ou agentes da companhia, nem superiores as exigencias dos proprietarios.

2º. Si os terrenos ou predios, que houverem de ser desapropriados sómente em parte ficarem reduzidos a menos de metade



da sua extensão, ou ficarem privados das serventias necessárias para uso e gozo dos terrenos e predios, não comprehendidos na desapropriação, ou ficarem muito desmerecidos de valor, pela privação de obras e bemfeitorias importantes, desapropriados e indemnizados no seu todo, si assim requererem os seus proprietarios.

3ª. Serão fixadas indemnizações em favor de cada uma das partes, que as reclamarem sob titulos differentes.

No caso de usufructo porém uma só indemnização será fixada em attenção ao valor total da propriedade, e usufructuario e o proprietario exercerão os seus direitos sobre a quantia fixada.

4ª. Os arbitros attenderão á localidade, ao tempo, ao valor que ficar o resto da propriedade, ao damno que provier da desapropriação, e a quaesquer outras circumstancias, que influem no preço; porém, as construcções, plantações, e quaesquer bemfeitorias feitas na propriedade, depois de conhecido o plano das obras, e com o fim de elevarem a indemnização, não deverão ser attendidas.

5ª. As partes ou seus procuradores poderão apresentar observações resumidamente, e os arbitros poderão ouvir peritos, que julgarem conveniente, fazer vistorias nos logares, ou delegar para este fim um ou alguns de seus membros.

**Art. 13.** Para avaliação das indemnizações dos predios sujeitos á decima serão observadas as seguintes regras :

1ª. Nenhuma indemnização poderá ser menor do que o valor de 20 annos do rendimento do predio, devendo ser calculado este rendimento pela decima, que houver pago no ultimo semestre immediato a aquelle que houver de verificar-se a desapropriação; e no caso de não ter pago decima neste semestre pela certidão da que pagou no semestre anterior.

Si não houver pago decima no referido semestre, regular-se-á o preço sómente pela ultima decima paga, salvo o caso de haverem feito no predio obras importantes depois desse pagamento.

2ª. Nenhuma indemnização será elevada a maior quantia do que importarem os ditos 20 annos de rendimento calculado pela decima, e mais 10 por cento dessa importancia, si o referido predio estiver alugado, e os proprietarios fôrem maiores ; si, porém, fôrem menores, ou morarem nos predios, que tiverem de ser indemnizados, ou fôrem corporações de mão morta, ou os predios estiverem no ultimo caso da regra 1ª, a indemnização poderá ser elevada até 20 por cento acima dos 20 annos de rendimento calculado pela decima.

Si os predios fôrem de corporações, que não paguem decima, ou pertencerem ao Estado, e não estiverem comprehendidos na disposição na 2ª parte do § 1 do artigo 1 do Decreto de 26 de Junho de 1852, a avaliação será feita, no primeiro caso sobre a base do aluguel do predio com a porcentagem devida, a juizo dos arbitros, não excedendo a 20 por cento, e no 2º caso será a avaliação feita por estimativa, precedendo informação de dous engenheiros, e de dous mestres de obras designados pelo juiz do civil.

3ª. A indemnização dos predios, que estiverem situados em localidades não sujeitas ao imposto de decima, será feita segundo a avaliação, a que se proceder sobre a base do seu aluguel com a porcentagem devida, a juizo dos arbitros, não excedendo a 20 por cento.

4ª. A indemnização daquelles a que por seu destino especial não poderem ser applicadas as regras dos §§ anteriores, será feita segundo as regras estabelecidas para os terrenos no artigo 12.

**Art. 14.** Os proprietarios dos terrenos e predios pelos quaes devão passar as estradas de ferro autorizadas pelo corpo legislativo, e concedidas a emprezarios ou companhias pelo governo imperial, não poderão impedir, que esses terrenos ou predios sejam examinados e percorridos pelos engenheiros encarregados do levantamento dos planos e plantas das estradas.

Os emprezarios ou companhias e seus engenheiros poderão

recorrer ás autoridades administrativas ou policiaes no caso de recusa dos proprietarios.

Fica porém entendido, que terão os ditos proprietarios o direito de serem indemnizados do valor de quaesquer bens destruidos ou damnificados por exames.

## CAPITULO VI

### CAUSAS DE LIBERDADE E PROCESSO DA LIBERTAÇÃO

#### SECÇÃO I

##### *Casos e natureza da acção*

**Lei de 28 de Set. de 1871: Art. 7.** Nas causas em favor da liberdade :

§ 1. O processo será summario.

§ 2. Haverá appellações *ex-officio*, quando as decizões fôr contrarias á liberdade.

**Art. 4. § 6.** As alforrias, quer gratuitas, quer a título oneroso, serão isentas de quaesquer direitos, emolumentos ou despesas.

**Decr. de 13 de Nov. de 1872 : Art. 80.** Nas causas em favor da liberdade :

§ 1. O processo será summario.

§ 2. Haverá appellações *ex-officio*, quando as decizões fôr contrarias á liberdade (Lei art. 7 e seus paragraphos.)

**Art. 81.** O processo summario é o indicado no artigo 1.º do Decreto de 22 de Novembro de 1871.

§ 1. As causas de liberdade não dependem de homologação.

**§ 2.** Os mantenidos em sua liberdade deverão contratar seus serviços durante o litigio, constituindo-se o locatario, ante o juiz da causa, bom e fiel depositario dos salarios em beneficio de qualquer das partes, que vencer o pleito.

Si o não fizerem, serão forçados a trabalhar em estabelecimentos publicos, requerendo-o ao juiz o pretendido senhor.

**§ 3.** Estes processos serão isentos de custas.

**Art. 82.** O processo para verificar os factos do artigo 18 deste regulamento, é o dos §§ do artigo 63 do Decreto de 22 de Novembro de 1871.

§ unico. Essa mesma forma de processo servirá para a verificação do abandono, conforme os artigos 76, 77 e 78 deste regulamento.

**Art. 83.** No caso de infracção do contrato de prestação de serviços, a forma do processo é da Lei de 11 de Outubro de 1837, (\*) e o juiz competente é o de orphãos nas comarcas geraes, e os de direito nas comarcas especiaes, onde não houver juiz privativo de orphãos.

§ unico. Havendo perigo de fuga, ou no caso de fuga, póde ser ordenada a prisão do liberto contratado como medida preventiva, não podendo porém exceder de 30 dias.

**Art. 84.** Para alforria por indemnização do valor e para remissão é sufficiente uma petição, na qual exposta a intensão do peticionario, será solicitada a venia para a citação do senhor do escravo ou do possuidor do liberto.

Antes da citação o juiz convidará o senhor para um accôrdo e só em falta deste, proseguirá nos termos ulteriores (Lei art. 4 e seus paragraphos).

§ 1. Si houver necessidade de curador, precederá á citação

---

(\*) Esta lei foi revogada pelo artigo 3 da lei de 15 de Março de 1879.



nomeação do mesmo curador, em conformidade das disposições deste regulamento.

§ 2. Feita a citação, as partes serão admittidas a litem-se em arbitadores, si houver necessidade de arbitramento, e o juiz prozequirá nos termos dos artigos 39, 40 e 51 deste regulamento, decretando a final o valor ou o preço da indemnização, e paga esta, expedirá carta de alforria, com titulo de remissão ;

§ 2. Si a alforria fôr adquirida por contrato de servidão, esta circumstancia será mencionada na carta ; e no caso de ulterior remissão, não se passará titulo especial, mas basta averba-la na mesma carta.

**Art. 85.** Nos casos para que este regulamento designa fórma de processo, o juiz procederá administrativamente.

**Art. 86.** O valor da indemnização para a alforria para a remissão regulará a competencia para o julgamento, ou para o preparo e julgamento, em conformidade da Lei n. 2.033 de 20 de Setembro de 1871.

Assim, o valor do escravo no caso de abandono.

## SECÇÃO II

### *Processo do arbitramento*

**Decr. de 13 de Nov. de 1872 : Art. 39.** O processo do arbitramento consistirá sómente na nomeação de arbitadores, na decizão da suspeição de algum delles, si allegada e na resolução dos arbitadores seguindo-se o disposto nos artigos 192, 193, 195, 196, 197, 201 e 202 do Reg. n. 73 de 25 de Novembro de 1850. (\*\*)

(\*) Vide a secç. seguinte

(\*\*) Vão adiante.

O juiz nomeará arbitradores á revelia das partes, na ausencia do senhor, credor e exequente, fóra do termo, sem ter deixado procurador, e bem assim no caso de litigio sobre o dominio o terceiro arbitrador é obrigado a concordar com qualquer dos louvados divergentes, sinão houver accôrdo.

§ unico. Feito o arbitramento o juiz respectivo o remetterá immediatamente ao de orphãos, de que trata o artigo 42.

As custas do processo de arbitramento correrão por conta do fundo de emancipação.

**Art. 40.** Nas avaliações observar-se-hão as seguintes regras

§ 1. O preço da indemnização será taxado sobre as condições: da idade, saude e profissão.

§ 2. Os escravos sujeitos a usufruto, ou a fideicommisso serão avaliados sem attenção a qualquer desses onus; o seu preço porém, representará para todos os effeitos juridicos, como si permanecessem escravos, salvas as seguranças, a que, segundo a legislação civil, julgue com direito o proprietario ou successor.

§ 3. Os escravos, que houverem de ser vendidos judicialmente, ou que ainda não houverem sido adjudicados em partilha por sentença final, não dependem de arbitramento, prevalecerá a avaliação judicial ou a do inventario.

§ 4. Na avaliação será levada em conta para ser deduzida, qualquer quantia que o escravo houver pago ao senhor para a sua alforria, devendo ser declarada esta circumstancia no termo da avaliação.

Qualquer fraude neste caso será punida nos termos do Cod. Crim.

**Art. 58.** Além das regras do processo de arbitramento previstas nos artigos 39 e 40 deste regulamento, observar-se-hão mais as seguintes em execução do citado § 2 do artigo 4 da lei :

§ 1. O curso do dito processo não será prejudicado por outros trabalhos judiciarios de natureza civil.

§ 2. No arbitramento figurará por parte do escravo curador nomeado pelo juiz.

Quanto ao senhor ou a quaesque interessados no valor do escravo, observar-se-ha o disposto no artigo 38.

§ 3. Na avaliação dos escravos, cuja liberdade esteja prometida para certa época, ou até que se cumpra especificada condição, se deverá attender para a fixação real do seu valor, e e circumstancias como favoraveis ao libertando.

**Decr. de 13 de Nov. de 1872 : Art. 76.** Considera-se abandonado o escravo, cujo senhor, residindo no logar e sendo conhecido, não o mantem em sujeição, e não manifestar o querer mantê-lo sob sua autoridade.

**Art. 77.** As cartas passadas aos escravos das heranças vagas, e aos escravos abandonados serão a certidão da sentença extrahida pelo escrivão, e rubricada pelo juiz.

**Art. 78.** Si os senhores abandonarem os escravos invalidos, são obrigados a alimentá-los, salvo o caso de penuria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de orphãos (Lei, art. 6 § 4 in fine).

§ unico. Os alimentos serão taxados na sentença, que declarar o abandono.

**Decr. n. 737 de 25 de Nov. de 1850 : Art. 19.** A louvação será feita na audiencia aprazada, nomeando com uma das partes os seus arbitradores em numero igual.

Este numero será marcado pelo juiz, salvo si as partes se acordarem em um só.

**Art. 193.** Na mesma audiencia nomearão as partes o arbitrador; e si não se acordarem, será a nomeação feita pelo juiz dentre as pessoas propostas por elles em numero igual.

No caso de revelia de alguma das partes, a nomeação do 3º se fará sem dependencia de proposta.

**Art. 195.** No mesmo acto e audiencia, depois da louvação das partes, ou nomeação do juiz, podem as mesmas partes averbar de suspeito o arbitrador, louvados ou nomeados.

A suspeição só póde fundar-se nos motivos declarados no art. 86.

**Art. 196.** O juiz na mesma audiencia ou até a seguinte tomará conhecimento verbal e summario da questão reduzindo a termo a suspeição, interrogatorios, inquirição, e demais diligencias, a que proceder. e a sua decisão, da qual não haverá recurso.

**Art. 197.** Os tres arbitradores consultarão entre si, e o que resolverem, por pluralidade de votos, será reduzido a escripto pelo 3º arbitrador, e assignados por todos, cumprindo ao vencido declarar expressamente as razões de divergencia.

**Art. 201.** Nomeados os arbitradores serão notificados para prestar juramento.

Si não aceitarem a nomeação, proceder-se-ha a novo arbitramento.

**Art. 202.** Prestado o juramento, si não comparecerem no dia e lugar designados ou não derem o laudo, ou concorrerem para que o arbitramento não seja feito no termo assignado, que o juiz prorogará razoavelmente, serão multados de 50\$ a 100\$, e pagarão as custas do retardamento, e despesas do novo arbitramento, ao qual se procederá, nomeando o juiz o arbitrador ou arbitradores em lugar dos que faltarem.



## CAPITULO VII.

### CAUSAS ARBITRAES

#### SECÇÃO I

#### *Instituição do juizo arbitral*

**Const.: Art. 160.** Nas causas civeis e nas pen-  
civilmente intentadas poderão as partes nomear juizes  
bitros.

Suas sentenças serão executadas sem recurso, si assim  
vencionarem as mesmas partes.

**Ord. liv. 3 tit. 16 :** Posto que as partes compromet-  
em algum juiz ou juizes arbitros, e se obriguem no comp-  
misso estar por sua determinação e sentença, e que della  
possão appellar nem aggravar, e o que o contrario fizer, pa-  
a outra parte certa pena, e ainda que no compromisso se di-  
que paga a pena, ou não paga, fique sempre a sentença dos ar-  
tros firme e valiosa, poderá a parte que se sentir aggravada s-  
embargo de tudo isto, appellar de sua sentença para os super-  
res sem pagar a dita pena; e si os arbitros lhe denegarem  
appellação, fação-lhe a dar os juizes ordinarios.

Porém, si os juizes da appellação confirmarem a sente-  
dos arbitros, de que fôr appellado, pagará o appellante ao v-  
cedor a pena contenda no compromisso, que não se pôde  
cusar de a pagar, pois prometten não vir contra a sentenç-  
é achado que injustamente d'ella appellou.

E posto que as partes renunciem o beneficio d'esta lei, tal  
nunciação será de nenhum effeito.

§ 1. E no caso, em que fôr appellado dos juizes arbitros  
recebida a appellação, todas as provas assim de testimon

como de escrituras que por ambas os partes forem dadas perante os arbitros, farão fé perante os juizes da appellação, assi e tão cumpridamente como já fizerão perante os arbitros durando o seu juizo.

Porém si alguma das partes allegar tal razão, porque pareça que as testemunhas perguntadas perante os arbitros, não fôrão perguntadas na forma devida, os juizes da appellação as mandarão outra vez perguntar na fórma costumada, e de outra maneira não valerão seus testemunhos perante os juizes da appellação.

E si algumas testemunhas fôrem já a este tempo mortas, serão seus testemunhos valiosos e se lhes dará tanta fé, como si fôsem perguntadas por os mesmos juizes da appellação.

§ 2. E si cada uma das partes não appellar em tempo devido da sentença dada pelos arbitros, tal sentença se dará á execução pelos juizes ordinarios, quer no compromisso fôsse posta a pena, quer não, assim como se daria á execução, sendo dada pelos juizes ordinarios.

Porém no caso, onde fôr posta no compromisso, ficará em escolha do condenado pagar a pena ou estar pela sentença, a qual escolha poderá fazer do dia, que fôr requerido a tres dias, com tanto que quando escolher pagar a pena, a pague logo, e não pagando, se faça execução pela sentença sem mais gozar da escolha.

Porém si no compromisso for posta a clausula, que pague a pena, ou não pague, fique sempre a sentença valida, não haverá logar a dita escolha, mas a sentença se dará em todo a execução.

§ 3. E poderão as partes tomar por seu juiz arbitro o juiz ordinario, ou delegado.

§ 4. E si as partes comprometterem em um só juiz arbitro, e elle ou cada uma das partes se finar antes da sentença definitiva, logo espira, e é em todo dissoluto o compromisso, como si nunca fôra feito, nem serão os herdeiros das partes principaes obrigados a estar por elle.

§ 5. E bem assim não serão obrigadas as partes estarem pelo compromisso, quando o juiz arbitro for ausente de tão grande e longa ausencia que não possa julgar o feito, sobre que nelle foi compromettido.

§ 6. Sendo compromettido em dous ou tres arbitros, ou mais, si algum d'elles o não puder ser, ou se finar, ou for ausente antes da sentença definitiva, de tal ausencia que não possa julgar esse feito, os outros seus parceiros não poderão julgar, nem mandar cousa alguma no feito, mas será de todo dissoluto o compromisso, como si não fosse feito; salvo si nelle for declarado, que cada um d'elles seja juiz *in solidum*, porque em tal caso poderá cada um d'elles por si julgar sem o outro parceiro, como si em ele só fôsse comprometido.

Porém si dous, ou tres arbitros começarem a conhecer do feito, fazendo algum acto judicial, jámais não poderá um sem o outro julgar o dito feito, posto que no compromisso diga, que cada um d'elles possa ser juiz *in solidum*.

§ 7. E quando as partes se comprometterem em tres juizes arbitros, posto que no compromisso se não declare, que cada um possa ser juiz *in solidum*, si todos tres fôrem juntos, poderão os dous d'elles julgar, segundo ambos acordarem, ainda que o terceiro contradiga sua sentença e sendo um d'elles ausente, os dous não poderão sem elle julgar, e julgando sem elle não valerá sua sentença.

§ 8. E si fôr compromettido em dous juizes arbitros, valerá o compromisso, e si elles ambos fôrem acordados em a sentença, e determinação do feito e sendo diferentes, não valerá, salvo si em elle for declarado terceiro certo e nomeado.

Porém si no compromisso se disser, que discordando os dous arbitros, elles possam escolher um terceiro, ou que as partes se possam louvar e escolher um terceiro para concordar com cada um dos arbitros principaes, não valerá tal compromisso, si os dous principaes arbitros fôrem diferentes na determinação do feito, nem serão elles obrigados a escolher o terceiro.

Escolhendo-o, não serão as partes obrigadas a estar por seu juízo, nem serão constrangidas a se louvarem em terceiro.

**Lei de 14 Set. de 1866: Art. 1.** Fica derogado juízo arbitral necessario estabelecido pela artigo 20 do código commercial.

§ 1. O juízo arbitral será sempre voluntario mediante o compromisso das partes.

§ 2. Podem as partes autorisar os seus arbitros para julgarem por equidade, independentemente das regras e formas de direito.

**Art. 2.** Os processos começados antes d'esta lei, estando já os arbitros nomeados, e tendo aceitado, continuarão a ser instruidos e julgados segundo o código commercial.

**Art. 3.** O governo dará o regulamento necessario para execução d'esta lei.

**Reg. de 26 de Jun. de 1867: Art. 1.** Fica derogado o juízo arbitral necessario, estabelecido pelo artigo 20 título unico do código commercial.

**Art. 2.** O juízo arbitral será sempre voluntario, e póde ser instituido antes ou na pendencia de qualquer causa; em 1.<sup>a</sup> ou 2.<sup>a</sup> instancia e até mesmo depois de interposta ou concedida a revista.

**Art. 3.** O juiz arbitral só póde ser instituido mediante o compromisso das partes.

**Art. 4.** Podem fazer compromisso todos os que podem transigir.

**Art. 5.** O compromisso ou é judicial ou extrajudicial.

**Art. 6.** O compromisso judicial pôde ser feito na conciliação, ou durante a demanda, perante o juiz ou tribunal onde ella pender, e por termo nos autos.

**Art. 7.** O compromisso extrajudicial pôde ser feito por escriptura ou por escripto particular assignado pelas partes e duas testemunhas.

**Art. 8.** O compromisso deve conter sob pena de nullidade :

§ 1. Os nomes, pronomes e domicilios dos arbitros.

§ 2. O objecto da contestação sujeita a decisão dos arbitros.

**Art. 9.** A clausula de compromisso, sem a nomeação de arbitros ou relativa á questões eventuaes, não vale sinão como promessa, e fica dependente para sua perfeição e execução do novo e especial acordo das partes, não só sobre os requisitos do artigo 8 sinão tambem sobre as declarações do artigo 10.

§ unico. Esta disposição é extensiva aos estatutos das companhias ou sociedades anonymas.

**Art. 10.** Além dos requisitos essenciaes do artigo 8 podem as partes acrescentar no compromisso as seguintes declarações

§ 1. O prazo em que os arbitros devem dar a sua decisão.

§ 2. Si a decisão dos arbitros será executada sem recurso.

§ 3. A pena convencional, que pagará á outra parte, aquella que recorrer da decisão arbitral, não obstante a clausula, sem recurso.

A pena convencional nunca será maior que o terço do valor da demanda.

§ 4. Autorisação para os arbitros julgarem por equidade indepentemente das regras e fórmulas do direito.

§ 5. Autorisação para nomeação de 3º arbitro.

**Art. 11.** A pena convencional estipulada no compromisso será demandada quando e como determinão os artigos 66 e 70.

**Art. 12.** As partes devem no compromisso nomear um ou dous arbitros e tambem os respectivos substitutos, si isto lhes aprouver.

**Art. 13.** É tambem livre ás partes nomear o 3º arbitro para o caso de divergencia, ou autorisar aos dous arbitros para essa nomeação.

**Art. 14.** Si as partes não tiverem nomeado o 3º arbitro, nem autorizado a sua nomeação, a divergencia dos dous arbitros extingue o compromisso.

**Art. 15.** Podem ser arbitros todas as pessoas que merecem a confiança das partes.

Exceptuão-se :

§ 1. Os surdos-mudos.

§ 2. Os cegos.

§ 3. Os menores.

§ 4. As mulheres.

§ 5. Os interdictos.

§ 6. Os analphabetos.

§ 7. O estrangeiro que não souber a lingua nacional.

§ 8. O inimigo capital.

§ 9. O amigo intimo.

§ 10. O parente por consanguinidade ou afinidade até o segundo grão, contado por direito canonico.

§ 11. O que tiver particular interesse na decisão da causa, como o socio, o advogado, o procurador, e o dependente de qualquer das partes.

**Art. 16.** Todavia podem ser arbitros as pessoas designadas nos paragraphos seguintes, não obstante a razão de suspeições,

sendo esta razão conhecida pelas partes e expressamente declarada no compromisso.

§ 1. O amigo commum.

§ 2. O parente entre os parentes.

**Art. 17.** Podem tambem ser nomeados arbitros :

§ 1. O juiz de paz no acto da conciliação.

§ 2. O juiz da 1ª instancia.

§ 3. Qualquer membro dos tribunaes superiores.

**Art. 18.** Tem logar a disposição do artigo antecedente, ainda que pelo compromisso os arbitros tenham poder para julgar independentemente das regras e formas do direito.

## SECÇÃO II

### *Processo no juizo arbitral*

**Reg. de 26 de Jun. de 1867 : Art. 19.** Instituido o juizo arbitral por compromisso judicial ou extrajudicial, começará a causa perante os arbitros nomeados.

**Art. 20.** Si já a lide estiver pendente junto aos autos o compromisso judicial ou extrajudicial, ou assignado o termo pelos compromitentes o juiz do feito ordenará ao escrivão que devolva os autos ao juiz arbitral sem dependencia da intimação das partes.

**Art. 21.** Si a causa se achar na segunda instancia, ou interposta ou já concedida a revista, será a petição para ajuntar o compromisso dirigida no primeiro caso ao presidente do tribunal do commercio ; no segundo caso ao mesmo presidente ou ao do supremo tribunal de justiça, si já o recurso tiver sido ahi apresentado, e no terceiro ao presidente do supremo tribunal ou o do tribunal revisor, se já ahi estiverem os autos da revista.

**Art. 22.** Em qualquer dos casos do artigo antecedente, os respectivos presidentes mandarão autoar o compromisso e mais papeis que acompanharem a petição, ordenando que os autos sejam devolvidos ao juiz competente, para ter logar o juizo arbitral.

**Art. 23.** Não havendo tempo marcado para os arbitros darem a sua decisão, será este de dous mezes a contar da aceitação expressa ou tacita dos mesmos arbitros.

**Art. 24.** O prazo legal ou convencional para decisão arbitral pôde ser prorogado por expresso consentimento das partes, com tanto que a prorrogação tenha logar antes de espirado o primeiro prazo, sendo junto aos autos o documento respectivo.

**Art. 25.** Os arbitros nomeados aceitarão ou se excusarão dentro de oito dias, depois que lhes fôr notificada a nomeação, e si nesse prazo nada disserem, julgar-se-ha terem aceitado.

**Art. 26.** Fica extinto o compromisso :

§ 1. Divergindo os arbitros, si no compromisso as partes não tiverem nomeado 3º arbitro ou autorizado a sua nomeação (artigo 14).

§ 2. Excusando-se qualquer dos arbitros antes de aceitar, não havendo no compromisso substituto nomeado.

§ 3. Falecendo ou impossibilitando-se por qualquer modo antes da decisão algum dos arbitros, si no compromisso não houver substituto nomeado.

§ 4. Sendo julgado procedente a recusação de algum dos arbitros, não havendo no compromisso substituto nomeado.

§ 5. Tendo expirado o prazo convencional, ou legal (artigo 10 § 1 e artigo 24).

§ 6. Falecendo alguma das partes, sendo algum dos herdeiros menor.



**Art. 27.** Em qualquer dos casos de artigo antecedente, reverterão os autos ao juizo ordinario, si já houver causa pendente para proseguir nos termos ulteriores, ou proporão as partes as acções, que julgarem competir-lhes.

**Art. 28.** Depois de aceita a nomeação expressa ou tacitamente (artigo 25) não poderão os arbitros escusar-se no encargo que receberão.

**Art. 29.** Terminado o prazo marcado para a decisão da causa (artigo 26 § 5) poderá o juiz punir com multa de 5% do valor da causa, e prisão de 8 a 20 dias o arbitro, que fôr convencido de conluio com uma das partes para demorar a decisão ou frustrar o compromisso.

**Art. 30.** Este julgamento será summario ; ouvido o acuzado por escripto sobre a petição e documentos da parte, dentro de tres dias improrogaveis, inquiridas verbalmente as testemunhas, si as houver, o juiz proferirá a sua sentença por escripto, como de direito fôr.

D'esta sentença compete agravo de petição ou de instrumento.

**Art. 31.** Feita a nomeação dos arbitros, só por commun acôrdo das partes poderá ser revogada.

**Art. 32.** Só poderão os arbitros ser recusados pelas partes, por causa legal posterior ao compromisso, salvo si d'ella não tinham conhecimento e jurarem ter chegado á sua noticia depois da nomeação.

**Art. 33.** São causas legaes de recusação dos arbitros todas as enumeradas no artigo 15, e a proposta por escripto será julgada na fórma do artigo 196 do regulamento n. 737 de 1850.

**Art. 34.** Aceita a nomeação (artigo 25) os arbitros nomeados ordenarão por despacho, que as partes deduzão sua intenção nos termos que serão marcados segundo a dificuldade e complicação do negocio, e não poderão exceder de dez dias para cada um.

**Art. 35.** O escrivão fará os autos com vista ao advogado de cada uma das partes, e findo o termo, os cobrará com razões ou sem ellas.

**Art. 36.** Quando alguma das partes não tenha advogado, poderá no prazo marcado apresentar assignadas as suas allegações com os documentos respectivos, independente de vista dos autos.

**Art. 37.** Si alguma das partes não allegar ou não ajuntar os seus documentos nos prazos marcados, irá por diante a causa; e não se ajuntarão depois, salvo si isso convier á outra parte.

**Art. 38.** Quando a causa precisar de maior discussão, ou réo com a sua contestação ajuntar novos documentos, de que o autor não tenha feito menção, poderá conceder-se ao autor para replicar e ao réo para treplicar novo prazo, que nunca excederá de cinco dias.

**Art. 39.** Terminados os prazos, si as partes, ou alguma d'ellas protestou por prova testemunhal será marcada para isso uma só dilação, que não poderá ser maior de 10 dias.

**Art. 40.** As testemunhas serão inquiridas pelas partes, que as produzirem, seus advogados ou procuradores na presença dos arbitros, no dia, logar e hora marcados pelo escrivão, com intimação das partes ou seus procuradores.

**Art. 41.** No juizo arbitral serão admittidas todas as provas admissiveis no juizo ordinario.

**Art. 42.** Findo o termo probatorio serão os autos confiados aos arbitros em commum per cinco dias para os examinar, findos os quaes declararão por cóta si os achão em estado de ser julgados.

**Art. 43.** Si qualquer dos arbitros entender que a questão não está sufficientemente esclarecida, poderá mandar proceder ao exame e diligencia que julgar conveniente, e mesmo ao juramento de alguma das partes para ajuda de prova.

**Art. 44.** Qualquer destas diligencias póde tambem ser feita a requerimento das partes, si alguma d'ellas o requerer até encerrar-se o tempo probatorio.

**Art. 45.** Si os arbitros entenderem que a causa se acha em termos de ser julgada, assim o declararão por despacho, mandando, que, sellados os autos, se lhes fação conclusos para sentença final.

**Art. 46.** Os arbitros julgarão de facto e de direito conforme a lei, e as clausulas do compromisso; salvo si no compromisso (artigo 10 § 4) as partes os autorizarem para julgar por equidade, independentemente das regras e fórmulas do direito.

**Art. 47.** Quando os arbitros tiverem poderes para julgar por equidade, independentemente das regras e fórmulas de direito, poderão prescindir do processo estabelecido nos artigos antecedentes, e darão a sua decisão ouvindo verbal e summariamente as partes e testemunhas; reduzindo a termo os depoimentos das testemunhas, e admittindo os memoriaes que as partes offerecerem.

SEÇÃO III

*Decisão e sentença*

**Reg. de 26 de Jun. de 1867 : Art. 48.** A sentença dos arbitros será datada e assignada em commum, si concordarem, ou separadamente, si discordarem.

**Art. 49.** Si concordarem em parte e em parte discordarem, poderão na mesma sentença declarar aquillo em que concordão e aquillo em que discordão.

**Art. 50.** Si occorrer divergencia entre os arbitros, e no compromisso as partes não tiverem nomeado tres arbitros, ou autorizado a sua nomeação, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz para declarar extinto o compromisso (artigos 14 e 26 § 1).

**Art. 51.** Si pelo compromisso estiverem os arbitros autorizados para nomeação do terceiro arbitro, o escrivão fará os autos conclusos aos mesmos arbitros para nomeação do 3º arbitro.

**Art. 52.** Os arbitros, conferenciando entre si, declararão por despacho datado e assignado em commum, ou a nomeação do terceiro arbitro, ou a sua discordancia sobre essa nomeação.

**Art. 53.** Dada a discordancia entre os arbitros sobre a nomeação do terceiro arbitro, o escrivão procederá nos termos do artigo 50.

**Art. 54.** Havendo terceiro arbitro nomeado pelas partes, ou pelos arbitros, o escrivão lhe fará os autos conclusos para desempatar.

**Art. 55.** O terceiro arbitro será sempre obrigado a conformar-se com a opinião de um dos arbitros, podendo todavia, si a decisão versar sobre questões diversas, adoptar em parte a opinião de um ou outro sobre cada um dos pontos divergentes.

**Art. 56.** Para decidir, deverá o terceiro arbitro conferenciar com os outros, e sómente decidirá por si não se reunindo os arbitros no prazo marcado para a conferencia.

**Art. 57.** N'estas conferencias poderão os arbitros discordantes modificar a sua opinião no todo ou na parte, em que discordarão e do que se vencer entre elles á pluralidade se lavrará sentença por todos assignada.

**Art. 58.** O terceiro arbitro dará a sua decisão na forma determinada nos artigos antecedentes dentro do prazo de 20 dias, contados da publicação da sentença dos outros arbitros, si não fôr outro prazo marcado para este fim no compromisso, ou si não fôr renovado por mutuo accôrdo das partes.

#### SECÇÃO IV

##### *Execução e recursos da sentença arbitral*

**Reg. de 26 de Jun. de 1867: Art. 59.** A sentença arbitral só pôde ser executada depois de homologada.

**Art. 60.** A sentença arbitral proferida pelo juiz da 1ª instancia ou por qualquer membro dos tribunaes do commercio, quer como arbitro unico e commum das partes, quer intervenha qualquer d'elles sómente como arbitro nomeado por uma d'ellas, será executada independentemente de homologação.

**Art. 61.** A sentença arbitral não aproveita nem prejudica a terceiro, que não assignou o compromisso; mas os herdeiros

e successores dos que o assignárão respondem pelos seus resultados, e são obrigados a cumprir tudo a que serão obrigados aquelles a quem succedem, ainda que sejam menores, ou outras quaesquer pessoas sujeitas á curatela.

**Art. 62.** Si o compromisso não contiver a clausula—sem recurso—appellando alguma das partes será a causa decidida em segunda instancia pela fórma e modo por que são julgadas as causas da jurisdicção ordinaria.

**Art. 63.** É livre ás partes sob sua responsabilidade appellar da sentença arbitral, não obstante a clausula—sem recurso.

**Art. 64.** Ao tribunal superior compete decidir si o caso é de appellação, não obstante a clausula—sem recurso.

**Art. 65.** A clausula—sem recurso—não obsta a appellação:

§ 1. Sendo nullo ou extinto o compromisso.

§ 2. Excedendo os arbitros os poderes conferidos pelo compromisso.

§ 3. Preterindo os arbitros as fórmas essenciaes do processo.

**Art. 66.** Decidindo o tribunal superior que não houve algum dos casos referidos no artigo antecedente, não tomará conhecimento da appellação.

**Art. 67.** Decidindo, porém, o tribunal que o compromisso é nullo ou extinto, julgará nulla a decisão arbitral e mandará que se proceda na fórma do artigo 27.

**Art. 68.** Outrosim, decidindo o tribunal superior que os arbitros excedêrão os seus poderes, julgará nulla a decisão arbitral e mandará que os arbitros decidão de novo a causa, salva a disposição dos artigos 24 e 26 § 5.

Assim se procederá também quando o tribunal decidir, que houve preterição das formas essenciaes do processo.

**Art. 69.** Em qualquer dos casos dos artigos 67 e 68, a pena convencional ficará sem effeito.

**Art. 70.** A pena convencional no caso do artigo 66, será demandada por acção de dez dias.

#### SECÇÃO V

##### *Competencia de escrivão*

**Reg. de 26 Jan. de 1867 : Art. 71.** Si a causa já pender em juizo ordinario, continuará a escrever no juizo arbitral o escrivão que era do feito.

**Art. 72.** Si a causa começar logo no juizo arbitral, escreverá no feito qualquer dos escrivães do civil a quem tocar por distribuição a requerimento do autor.

#### SECÇÃO VI

##### *Atribuições do juiz da causa*

**Reg. de 26 de Jun. de 1867 : Art. 73.** Ao juiz que presidir o juizo arbitral compete :

§ 1. Proceder as diligencias que lhe fôrem requeridas para instituição do juizo arbitral (artigo 19 e seguintes).

§ 2. Impôr a pena marcada no artigo 29.

§ 3. Conhecer da recusação dos arbitros (artigo 32 e seguintes).

§ 4. Omologar e executar as sentenças arbitraes.

§ 5. Providenciar sobre todos os incidentes que dependerem de jurisdição.

**Art. 74.** O juiz de 1ª instancia do domicilio das partes compromitentes, ou de uma dellas, quando fôr diverso, qual fôr por ellas escolhido, será o competente para presidir ao juizo arbitral.

**Art. 75.** Continuaráõ a ser julgados conforme o codigo do commercio os processos do juiz arbitral necessario, começados antes d'este regulamento, estando já os arbitros nomeados e tendo aceitado.

## CAPITULO XIX

### ACÇÃO DE FORÇA NOVA

**Ord. liv. 2 tit. 1 § 2:** E poderá o clérigo ser citado e demandado perante o juiz leigo por qualquer força nova (dentro de anno e dia) que o clérigo faça em qualquer couza, assim movel como de raiz, posto que a tal couza seja ecclesiastica.

O qual juiz leigo poderá d'isso conhecer para desfazer a força, e restituir o forçado em todo o de que estiver esbulhado, e mais não.

**Ord. liv. 3 tit. 40 § 2:** E no caso, onde o autor tivesse provado como o réo estava em posse da couza, e o réo dicesse e alegasse ser sua, offerecendo-se a provar logo sem outra dilação, já a tal razão lhe não aproveitará, nem será recebido a ella; porque, n'este caso, um direito especialmente é privilegiado, assim como o caso do esbulho, onde a tal razão não se recebe, mas o esbulhado antes de outra couza é restituído á mesma posse, de que foi esbulhado.

§ 3. Depois que no caso acima dito o autor for entregue de posse, si o réo quizer provar como a couza é sua, e lhe pertence de direito, será recebido a isso em novo juizo, e ser-lhe-á feito cumprimento de direito, e poderá em esse novo



juízo mudar a negação sobre a posse, o dizer que estava em posse da couza, si se entender ajudar da posse por dizer, que a possuio por muito tempo com algum titulo, de que possa cauzar prescripção por conservação de todo o seu direito ou por alguma outra razão, de que se possa com direito ajudar; porque sem embargo que seja em si contrario, podel-o-á fazer, pois que os juizos são diversos, ainda que seja entre as mesmas pessoas, com tanto que alegue justa razão, porque se mova a revogar a dita confissão, assim como alegando ignorancia corada por causa de alguma justa razão, que houve a não saber que possuia a dita couza no tempo em que negou possuila.

**Ord. liv. 3 tit. 48.** Todos os julgadores, que conhecerem de forças novas, quando as taes demandas se começarem antes do anno e dia do dia que a força se disser ser feita, procedão em os feitos d'ellas sem ordem nem figura de juizo, e sem delonga nem estrepito os desembarguem, não constrangendo o autor a dar libello em escripto, com a solemnidade que se dá nos feitos, em que se guarda a ordem do juizo, e sómente mandem ao autor que dê sua petição por escripto, ou a diga por palavra perante o julgador, e escreva o escrivão, ou tabellião no processo, e o réo a conteste, negando ou confessando.

E nos ditos feitos poderão os julgadores proceder em todos os dias, posto que sejam feriados para colhimento do pão e vinho.

1. E sendo algum citado por força nova, que se diga ter feita, antes que passe o anno e dia, depois que foi feita, será dado termo ao réo para responder, si no libello, ou petição, ou ação intentada por palavra, que o autor dá sobre a força, acrescentar outra cousa além da força, ou si o réo pedir o dito termo para recusar o juiz.

E em estes dous casos sómente lhes deve ser dado termo, com tanto que no caso de recusação logo a intente por palavra na audiencia, declarando a causa, porque entende recusar o juiz.

E não a declarando logo, não lhe seja mais dado termo para ella, e o juiz proceda no feito como for direito.

2. Outro sim abreviarão quanto poderem as dilatações, que em as outras causas costumão ser dadas, dando sómente uma dilatação peremptoria a cada uma das partes, e lhes farão as perguntas, que forem necessarias, em qualquer parte do juizo, e poderão sentenciar os ditos feitos estando assentados, ou em pé, e a sentença que em elles derem seja valiosa, o sem embargo de nos ditos feitos não ser feita conclusão.

3. E posto que, segundo direito em estes feitos de forças novas, não se haja de receber appellação, porque isto poderia ser em prejuizo dos esbulhados, e os juizes ordinarios das terras communmente não são lettrados, para segundo direito saberem julgar em taes feitos, havemos por bem que as partes em elles possam appellar nos casos, em que segundo nossas Ordenações se póde appellar.

4. E bem assim por ignorancia, ou negligencia do julgador, não for feita contestação nos feitos das taes forças, sem embargo d'isso o processo será valioso, si a verdade é sabida, em modo que o juiz possa dar sentença final.

5. E isto que dito é, que se proceda sem ordem de juizo em estes feitos de forças novas, entendemos sómente quando a demanda for sobre a força, porque si for sobre a pena, que os forçaadores devem de haver, guardar-se-á a ordem do juizo em tal caso.

**Ord. liv. 3 tit. 78 § 3:** Outros autos extrajudiciaes ha, que não põem fim ás demandas, e estes são em tres maneiras; porque ha ali uns que são começados e acabados, e outros que não começados e não acabados, e outros que não são começados mas sómente são comminatorios.

No primeiro caso não se póde appellar de taes autos, mas são por direito introduzidos outros remedios de provimento, a que chamão interdictos recuperatorios; pelos quaes sabida a verdade summariamente, todos os autos feitos e attentados serão tornados e restituídos ao primeiro estado.

Assi como si um homem esbulhasse outro de alguma cousa que possuisse pacificamente em tal caso não se acha por direito que de tal auto possa appellar, mas é dado o dito remedio, que se chama *interdicto*, pelo qual provando elle como justamente será logo restituído á posse da cousa sem outro embargo, nem será o que esbulhou relevado da dita restituição ainda que diga que a cousa esbulhada é sua, e tem em ella propriedade ou qualquer outro direito.

## CAPITULO X

### CAUSAS DE SOLDADA

#### SECÇÃO I

#### *Tempo de pedir a soldada*

**Ord. liv. 4 tit. 32 :** Os homens e mulheres, que morarem com senhores, ou amo a bem fazer, ou por soldada, ou jornal, ou por qualquer convença, si depois que se d'elles sahirem passarem tres annos, e seus senhores e amos estiverem sempre n'estes logares, onde se d'elles servirão, sem d'elles se partirem, e os tacs servidores e criados os não demandarem nos ditos tres annos por seu serviço, não os poderão mais demandar, nem serão a isso recebidos, nem seus amos mais obrigados a lhes pagar.

Porém, aos menores de 25 annos, começarão de correr os ditos tres annos, tanto que chegarem á idade de 25.

1. Mas porque muitas vezes se vio por experiencia, que muitos que viverão com senhores ou amos, depois de receberem suas soldadas, ou salarios passados alguns annos, pedem satisfação de seus serviços que já recebêrão, esperando que os que sabião serem elles satisfeitos, ou morrão, ou se absentem, ou lhes não lembre a verdade do que passou, o qual atrevimento tomão maior, quando os senhores já são defuntos, que não podem dar

razão do que pagáráo, nem perante quem, e porque no dito caso o engano está mais facil, porque poucas vezes os senhores pedem aos criados, que com elles vivem, conhecimentos e qui-tações do que lhes dão.

Por evitarmos as ditas fraudes ordenamos, que todo o laçao ou criado que estiver com amo aos mezes com lhe dar de comer e beber, e no cabo do mez certa cousa, que os taes criados não possam pedir soldada de algum mez que hajão servido, passados tres mezes depois que sahirem de casa de seus amos.

E ai a razão de comer lhe derem a dinheiro secco, não o poderão pedir sinão até 10 dias depois de sahidos dos ditos seus amos, porque se presume que estão pagos e satisfeitos, pois não pedirão o salario no dito tempo.

## SECÇÃO II

### *Provas da acção*

**Ord. liv. 4 tit. 33:** Porque ordinariamente os homens que têm criados lhes pagão pelo miudo, o que lhe os criados pedem á boa conta de sua soldada, e sem buscarem testemunhas que lhee vejão pagar, nem cobrarem escritos dos criados, e depois dahi a tempo lhes vão pedir a soldada, e salario do seu serviço, que todo, ou em parte lhes pagáráo, e por os senhores ou amos não terem prova são condenados, esguardando nós as ditas fraudes, e considerando outro sim, que muitas vezes os criados passarião mal, si os amos lhes não houvessem de soccorrer as suas presentes necessidades, sem os ditos criados fazerem conhecimento de qualquer miuda couza que pedissem.

Ordenamos, que dando algum senhor dinheiro a criado seu parente outros seus criados, ou familiares, e dando alguns d'elles por testemunhas, que jurem que lh'o virão dar, ainda que não digão a quantia, e jurando o dito senhor como lhes pagou tudo, ou certa parte, se haja por prova bastante até

quantia de dez mil réis, sendo os ditos seus amos pessoas de qualidade, como escudeiros, ou d'ahi para cima, ou mercadores acreditados.

1. E sendo a quantia de dez mil réis para cima, qualquer que seja, havendo conhecimento do tal oriado, escripto e assinado por elle, e não sabendo elle escrever, assinando por elle outra terceira pessoa, e outra testemunha mais, porque confesse receber em todo, ou em parte sua soldada dar-se-á credito ao assinado, como si fôsse escriptura publica.

2. E sendo os amos já fallecidos bastará para prova da paga dos serviços que os oriados pedirem, a declaração que os ditos seus amos fizerem em seus testamentos, ou outras quaesquer ultimas vontades, ou a relação que nellas fizerem a seus livros de razão, onde têm assentado, sendo os defuntos arcebispos, bispos, abbades bentos, ou fidalgos, ou cavalleiros fidalgos, ou por nós confirmados, ou doutores em theologia, canones, leis, e medicina, feitos em estudo universal por exame, ou officiaes de justiça que sejam de nosso dezembargo, porque por a qualidade de suas pessoas, e o tempo da morte, com cuja lembrança dispoem das cousas de sua alma, queremos que lhes seja dado este credito.

## CAPITULO XI

### CAUSAS DE ALIMENTO

**Ord. liv. 3 tit. 18 § 6 :** Outrosi poderá ouvir os feitos que fôrem movidos sobre alimentos, que alguma pessoa diga lhe serem devidos por direito, assim como si o orphão demandasse seu tutor por razão dos ditos alimentos, ou o filho seu, pai ou outras semelhantes pessoas, a que por direito tacs alimentos fôrem devidos.

**Ord. liv. 4 tit. 78 § 3:** Nem haverá logar (a compensação), quando a alguma pessoa fôrem devidos alimentos, posto que consistão em quantidade, quer por contrato, quer por testamento, ou por outro qualquer modo, porque a divida dos alimentos é tão favoravel, que não soffre ser-lhe opposta compensação de outra divida ainda que seja de quantidade.

## CAPITULO XII

### AÇÃO DE DESPEJO DE CASAS

#### SECÇÃO I

#### *Natureza da acção*

**Ord. liv. 3 tit. 30 § 3:** E si o caso fôr sobre despejo de casas de qualquer quantia e qualidade que seja se procederá summariamente.

**Ord. liv. 4 tit. 23:** Ninguém pôde reter a casa alheia, nem morar n'ella sem consentimento da pessoa cuja fôr, e posto que o que n'ella mora diga, que a quer tanto por tanto, e pagar de aluguer quanto outrem por ella der, não o pôde fazer sem consentimento do senhor d'ella.

1. Porém as pessoas que tiverem casas, e as alugarem a outrem por tempo certo, assim como até S. João, S. Miguel, Natal, ou outro tempo declarado pelas partes, devem trinta dias antes que se acabe o tempo do aluguer, requerer os alugadores que lh'as deixem, e despejem, quando se acabar o tempo; e feito o dito requerimento, poderão fazer das suas casas o que quizerem.

E querendo os senhores das casas, que os alugadores fiquem n'ellas por mais tempo, devem-os requerer trinta dias antes do tempo acabado, si querem ficar n'ellas por mais tempo, e

feito este requerimento, os alugadores devem dar sua resposta até tres dias, e dizer si querem ficar n'ellas ou não.

E não dando resposta nos ditos tres dias, d'ahi em diante serão obrigados a ter as casas, e pagar o aluguer d'ellas o anno que vier, do que não serão escusos, posto que digão que têm outras casas alugadas, pois não derão resposta no tempo que devião.

2. E não sendo cada um dos ditos requerimentos feito aos alugadores, ficará em sua escolha deixarem as casas acabado o tempo por que as tinham alugadas, ou ficarem n'ellas e pagarem o aluguer a seus donos.

**Ass. de 23 de Jul. de 1811 :** Foi proposto, que sendo frequentes os clamores dos proprietarios, que se vêem privados da livre disposição das suas casas pela má intelligencia, que alguns julgadores dão ás Ord. liv. 4 tit. 23 e 24, e abuso, que d'ellas se faz no fóro, onde por isso durão annos as causas do despejo, conservados os inquilinos despedidos, contra a fórma das ditas Ord., que prohibem expressamente a retenção e morada da casa alheia contra a vontade de seu dono, a quem authorisão para mandar expulsar os inquilinos pelo alcaide e ainda durante o tempo do arrendamento nos casos n'ellas expresso; e por isso se faz necessario remover todas as duvidas e embaraços, que obstão a devida execução das mesmas leis pelo meio, que parecer mais adequado e conveniente á sua devida e inteira observancia; e por pluralidade de votos pelos desembargadores abaixo assignados foi assentado, que requerendo os senhores despejo de seus inquilinos nos termos das sobreditas Ord. liv. 4 tit. 23 § 1 e tit. 24 pr., qualquer vista, que estes pedirem, só deve ser concedida sem suspensão, excepto quanto á primeira referida Ord. nos dous unicos casos de bemfeitorias provadas incontinente, e feitas com expresso consentimento do senhorio, e de aposentadoria legitimamente concedida; pois deste modo ficão acautelados os abusos, que a praxe tem introduzido: para o que se tomou este assento.

*Casos de despejo*

**Ord. liv. 4 tit. 34.** A pessoa que der de aluguel alguma casa a outrem por certo preço, e a certo tempo, não o poderá lançar fóra d'ella durando o dito tempo, se não em quatro casos.

O primeiro é, si o alugador não pagar a pensão ao tempo que prometteo, ou no tempo que fór costume da terra pagarem-se as taes pensões.

O segundo caso é, quando o alugador uza mal da casa como dannificando-a, ou uzando n'ella de alguns actos illicitos, e deshonestos, ou damnosos á casa.

O terceiro é quando o senhor a quer renovar, ou reparar de adubios necessarios, que se não poderão fazer conveniente-mente, morando o alugador n'ella, e acabado o reparo, e adubio lhe tornará a casa até se acabar o tempo do aluguel, e descontar-se-ha da pensão, soldo a livra o tempo que não morou n'ella por causa do reparou.

O quarto é, quando o senhor da casa por algum caso que de novo lhe sobreveio, ha mister para morar n'ella, ou para algum seu filho, filha, irmão, ou irmã, porque n'esses casos poderá lançar o alugador fóra durante o tempo do aluguel, pois lhe é tão necessaria, pelo caso que de novo lhe sobreveio, de que não tinha razão de cuidar ao tempo que a alugou.

I. E em cada um dos ditos casos o senhor da casa não poderá por si lançar fóra d'ella o alugador, mas requererá o alcaide da villa, que lhe diga que se saia d'ella, declarando-lhe a razão porque não deve morar mais n'ella: e não querendo elle sahir, então o lance o alcaide fóra d'ella, o qual alcaide mandamos, que n'isso faça o que lhe fór requerido pelo senhor da casa.

E achando-se depois que o mandou lançar maliciosamente, e sem justa causa, o alugador seja logo tornado a ella, e poderá n'ella morar em tres-dobro o tempo que lhe ainda ficava por morar quando d'ella foi lançado pelo alcaide, e não pagará d'ella pensão alguma pelo tempo que assim n'ella morar.



## CAPITULO XIII

### CAUSAS DE DEMARCAÇÃO

**Ord. liv. 1 tit. 16 § 2 :** E fará (o desembargador da casa da supplicação, que fôr juiz dos feitos da misericórdia e hospital da cidade de Lisboa) as demarcações e medições de todos os bens e propriedades do dito hospital, e das capellas, que se a elle annexarão antigamente por não terem administradores, e que pertencesse a administração d'ellas.

As quaes medições e demarcações fará citadas as partes, com que os bens partirem e confrontarem, e com as mais solemnidades que em direito se réquerem.

E movendo-se algumas duvidas ácerca das ditas medições e demarcações conhecerá d'ellas e as determinará, e despachará em Relação pela maneira acima declarada sem appellação nem agravo, para depois de acabadas se lançarem no livro do tombo dos bens e propriedades do hospital, que para isso ha, com o traslado dos titulos das ditas propriedades.

**Ord. liv. 1 tit. 50 § 2 :** E farão (os provedores das capellas e residuos da cidade de Lisboa) demarcação e medição de todos os bens e propriedades das capellas, hospitaes, albergarias, e confrarias, que em Lisboa e seu termo houver, mandando primeiro citar as partes, com que os ditos bens, e propriedades confrontarem, conforme ao regimento dos provedores, e contadores dos residuos e capellas das comarcas, e segundo fórma das provisões, que para elle fôrem passadas.

E farão lançar os ditos bens e propriedade em livro de tombo com os traslados das instituições, pondo cada capella, hospital ou albergaria em titulo apartado por si.

**Alv. de 25. de Jan. de 1809 § 1.** A meza do desembargo do paço não mandará passar cartas de concessão de

sesmarias, nem de confirmação das que concedem os governadores e capitães generaes, sem que apresentem os que as requerem, medição e demarcação judicial feita e ultimada legalmente com citações dos hereos confrontantes e sobre que haja sentença final, e que tenha passado em julgado.

§ 2. E porque, imposta esta obrigação, é justo que se facilitem os meios de se poderem fazer as demarcações com a promptidão e exatidão que convem, e sem excesso de salarios; haverá em todas as villas um juiz das sesmarias, que servirá por 3 annos: as camaras proporão 3 pessoas n'esta capitania á meza do desembargo do paço, e nas mais ao governador e capitão general, para se escolher d'ellas a que mais apta parecer, devendo ser propostos com preferencia bachareis formados em direito e em philosophia, e na falta d'elles pessoas que forem de maior probidade e saber.

§ 3. O juiz das sesmarias dará appellação e aggravo para os ouvidores das comarcas, dos quaes se recorrerá para as relações do disctrito na forma da lei do reino. E quando as partes quizerem antes requerer as demarcações aos juizes ordinarios ou de fóra, ou aos ouvidores das comarcas, estes lhes defirirão indo fazer-lhes, pois não fica sendo privativo a jurisdicção do juiz das sesmarias; serão porém elles obrigados a guardar o que vai disposto neste regimento.

§ 4. Em cada villa haverá tambem um piloto para as medições e demarcações, cleito pela camara, o qual servirá 3 annos, tirando o competente provimento. E servirá de escrivão ou tabellião mais antigo, ou o que mais desoccupado estiver, e ao juiz parecer mais habil para semelhantes diligencias.

§ 5. As demarcações serão feitas seguidamente, começando umas nas quadras das outras, sem se deixarem terrenos intermedios e devolutos; salvas sómente as estradas e serventias geraes, e as fontes publicas: enteirando-se sempre a quantidade de terras concedidas, ainda que pela configuração e situação topographica do terreno não possa haver quadra perfeita e regular.

§ 6. Para cada meia legoa se contarão 1.500 braças, e no auto da medição se especificarão além dos marcos, as balizas perduráveis que se encontrarem no terreno, como vertentes, rios, morros e semelhantes; e se fará também declaração si ha campinas, serras e matas virgens, e de todas as qualidades notáveis que ao juiz parecer que podem concorrer para bem assignalar a sesmaria que se vai medindo e demarcando.

§ 7. Finda a medição e demarcação, fará o piloto uma planta do terreno onde se desenhará a sua configuração, o logar dos marcos, as balizas que tem notáveis, os rios, ribeirões, pantanos, e o mais que se poder figurar, a qual será guardada na secretaria da meza do desembargo do paço para a todo o tempo, por meio d'ella, se poder decidir algumas duvidas que occorrem.

§ 8. Por cada uma demarcação de meia legoa quadrada ou de uma legoa sendo em campos, levarão de salario ou gastem muitos ou poucos dias, o juiz, 20\$000 ; o piloto 12\$000; e o ajudante da corda 6\$000 ; além d'este salario perceberão pelo do caminho na ida e na volta por cada seis legoas, 2\$000 ao juiz, 1\$200 ao piloto, e 600 réis, o ajudante da corda.

O escrivão vencerá sómente os salarios que lhe fôrem contados, segundo o regimento geral do seu officio.

O piloto perceberá mais 6\$400 pelo trabalho de tirar a planta; os quaes pertencerão a quem a fizer, no caso de haver o juiz encarregado a outrem pela inhabilidade ou qualquer outro impedimento do piloto.

§ 9. E convindo que o juiz das sesmarias e mais officiaes não falem aos deveres de seu cargo, nas devassas de correição se perguntará por elles, averiguando si cumprem as suas obrigações, e si levão salarios de mais; dando-se-lhes em culpa o que contra elles se provar.

E os ouvidores das comarcas os constrangerão a que com toda a promptidão vão fazer as medições que lhes fôrem requeridas, si lhes constar por notoriedade ou por queixa das partes, que recusão ir faze-las.

**Resol. de 17 de Out. de 1824:** Tendo S. M. o Imperador determinado que se consultasse o que com effeito parecesse ácerca do requerimento de D. Maria Barbosa Garcez Pinto, em que expondo ser possuidora de um engenho de fazer assucar, denominado Aramaré... e os inconvenientes que se seguirão da opposição que de ordinario havia no acto da medição e demarcação de semelhantes terras, pedia portanto a graça de provisão para fazer medir e demarcar as terras do dito engenho, á vista dos titulos que apresentasse, sem suspensão da mesma medição e demarcação, dando-se no caso de opposição a vista em separado, para de tudo tomar conhecimento depois de ultimadas a medição e demarcação, como se havia concedido a outros fazendeiros d'aquella provincia; sobre cujo objecto officinando o desembargador procurador da corôa soberania e fazenda nacional, á vista de anteriores resoluções de outras consultas, se fazia attendivel, segundo o que se considerou nas mesmas consultas resolvidas em conformidade com o parecer da sobredita mesa, o qual fôra de fazer-se a medição e demarcação sem embargo de quaesquer embargos, conservando-se os confinantes nas respectivas posses até a decisão da causa dos mesmos embargos em ultima instancia...

E subindo a consulta á presença do Imperador teve a resolução seguinte:

Como parece, servindo de medida geral para qualquer medição e demarcação como pondera em sua resposta o procurador da corôa.

**Prov. de 26 de Ag. de 1825:** Faço saber a vós, desembargador juiz dos feitos da corôa e fazenda nacional, que... hei por bem, que vádes pessoalmente fazer o tombo da minha imperial fazenda de Santa-cruz, medindo e demarcando todas as terras que a constituem, sendo perante vós citadas as partes a que tocar os seus certos procuradores, que ouvireis sobre o caso da demarcação e tombo, tomando acerca d'isso verdadeira informação por testemunhas de maior antiguidade, que possam haver dignas de fé e com juramento por sesmarias, compras e

doações, traspassos e deixas em testamento, fazendo vós medir e demarcar as referidas terras assim pelos titulos como pela posse das mesmas por um ou de mais pilotos, mesmo por um ou de mais engenheiros sem suspeita, que nomeareis e tambem os ajudantes de corda, porteiro, e demais officiaes, deferindo a todos juramento, sendo primeiramente citadas e requeridas as partes, e confrontadas as terras, fareis logo pôr marcos e divizões nos logares e limites, em que forem necessarios, intervindo em tudo a precisa audiencia e assistencia do mesmo procurador da corôa, soberania e fazenda nacional e n'aquellas couzas em que as partes não tiverem duvida e forem conformes, se fação autos necessarios publicos, que assignareis com o procurador da corôa, soberania e fazenda nacional, e as partes e testemunhas prezenciaes, e no que as partes tiverem duvida e fôr procedente o deferimento, só por vós o dareis, admitindo o recurso de agravo de petição para a casa de supplicação, e nos cazos em que não puder ser assim o deferimento, só por vós despachareis na dita casa e meza dos feitos de corôa e fuzenda com adjuntos, ouvindo e assistindo o procurador da corôa, soberania e fazenda nacional, não podendo, porém, em conformidade da minha imperial resolução de 16 de Outubro do anno preterito, tomada a consulta da meza do dezembargo do paço, suspender-se por qualquer embargo a medição, demarcação, e tombo, que deverá proseguir e acabar, ficando os confinantes na posse dos terrenos sobre que versarem os embargos até final decizão d'elles.

E procedereis em conformidade e observancia da minha imperial resolução de 18 de Dezembro de 1820, tomada em consulta da predita meza do dezembargo do paço, a respeito das sesmarias de terrenos usurpados á minha imperial fazenda, declarando-se nullas e improcedentes, e desde logo encorporadas no tombo que vos é ordenado...

**Lei de 22 de Set. de 1828: Art. 2 § 1:** Aos juizes de 1.<sup>a</sup> instancia, precedendo as necessarias informações, audiencia dos interessados, havendo-os, e conforme o disposto no

regimento dos desembargadores do paço e mais leis existentes com recurso para a relação do districto compete. . . . fazer tombos pertencentes ás corporações ou a pessoas particulares.

## CAPITULO XIV

### ACÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA

**Ord. liv. 1 tit. 68 § 23:** E aos almotacés pertence embargar a requerimento de parte qualquer obra de edificio, que se fizer dentro da villa ou seus arrabaldes, pondo a pena que bem lhes parecer até se determinar a causa por direito.

E a pessoa, que depois do dito embargo fizer mais obra, sem mandado de justiça, incorrerá na dita pena, e desfar-se-ha toda a obra, que assim depois fez, posto que mostre, que de direito a podia fazer.

§ 25. E tendo alguem feito janella, fresta, ou eirado com peitoril, em caso que a não podia fazer, depois ter passado anno e dia, se a parte era presente, já o não poderá obrigar a desfazer-a, posto que se queira alevantar.

§ 42. E mandamos, que se alguma pessoa se queixar de outrem, ou o demandar perante os almotacés razão de alguma serventia de casa ou qualquer outra cousa de serventia, que pertença á almotaceria, e depois passarem tres mezes sem seguir a demanda, ou sem se tornar a queixar, não possa mais seguir a demanda, ou cauza, nem tornar-se a queixar d'isso.

E si seguindo deixar de fallar a ella tres mezes inteiros, não será mais ouvido sobre ella, não havendo algum justo e legitimo impedimento.

**Ord. liv. 3 tit. 78 § 4:** No segundo cazo dos autos (extrajudiciaes que não põem fim ás demandas), que são começados e não acabados, é achado um só cazo em direito,

em o qual (ponto que não podem appellar) podem denunciar segundo o costume de cada lugar, a qual denunciação tem tanto effeito e vigor como appellação; convem a saber, quando alguém edifica novamente alguma obra, que ao outro é prejudicial, tolhendo-lhe a vista de suas cazas, ou outra servidão, que lhe seja devida, póde aquelle a que assim se tolhe a vista ou servidão, por si denunciar ao edificante, lançando certas pedras na obra segundo direito e uzo da terra, que mais não faça n'aquella obra, pois a elle é prejudicial; e depois que a denunciação assim fôr feita, sendo mais edificado na obra, o juiz da terra, sendo para isso requerido, mandará desfazer tudo, que assim mais fôr edificado, e depois que tudo fôr torná-lo ao primeiro estado, então tomará o juiz conhecimento da duvida e contenda, e fará justiça as partes.

**Decr. de 15 de Nov. de 1787:** Sou servido, que dentro dos districtos, que pelo decreto de 3 de Dezembro de 1755 se assinarão para a reedificação da cidade de Lisboa, nenhuns julgadores possam tomar conhecimento de embargos de obra nova, ou de questões algumas de servidões, e outros litigios, que erão da competencia dos juizes das propriedades, por que tudo ficará pertencendo aos inspectores dos bairros da mesma cidade com toda jurisdicção primitiva e exclusiva...

Nas cauzas de embargos de obra nova e nas mais da referida natureza, se procederá breve e summariamente, como pede a publica utilidade para se não impedirem as edificações e reparos dos edificios da mesma cidade (de Lisboa) com as formalidades, que as leis prescrevem para as ordinarias.

**Lei de 23 de Set. de 1828: Art. 2 § 1.** Ao juizes de 1.<sup>a</sup> instancia precedendo as necessarias informações, audiencia dos interessados, havendo-os.... compete admitir *caução de opere demoliendo*.

## CAPITULO XV

### CASOS DE SEQUESTRO.

**Ord. liv. 3 tit. 31 :** Si o autor mover demanda contra o réo sobre coisa movel, dizendo que lhe pertence por direito, intentando sobre ella aução real, ou pessoal, e o réo não possuir bens de raiz seus, que valhão tanto como a coisa movel demandada, sendo o julgador para isso requerido, constrangerá o réo que satisfaça com penhores, ou fiadores bastantes, que estará a juizo sobre a coisa demandada, e que a não desbaratará até o feito ser findo por sentença definitiva, de maneira que sendo a coisa julgada ao autor, lhe possa logo ser entregue sem outra detença, e difficuldade.

E não satisfazendo, porá o julgador em sequestro a coisa demandada, até o feito ser findo, para ser entregue a quem pertencer.

1. E si no caso acima dito o autor renunciar a demanda, ou se afastar d'ella indo para outra parte, sem deixar procurador para a proseguir, mandará o julgador que seja a dita coisa entregue ao réo, posto que lhe fosse sequestrada condicionalmente, convem saber, até que a dita demanda fosse finalmente determinada.

2. E si algum homem demandar outro por quantia de dinheiro, ou qualquer outra quantidade, e o demandado fôr pessoa suspeita, que não possua bens de raiz, nem tenha bens moveis, que valhão tanto como a quantia, ou quantidade demandada porque razoavelmente se tolha a suspeita de sua ausencia, ou fugida, mandará o julgador ao réo, que satisfaça com penhores, ou fiadores bastantes, de estar a juizo sobre a dita contenda, até que se determine finalmente.

3. E não dando a dita satisfação, fará o juiz sequestro em qualquer coisa sua, onde quer que fôr achada, que vala tanto como a coisa demandada.

E não lhe sendo achada, nem querendo elle satisfazer em juizo,



se ao juiz parecer, que é pessoa, que facilmente se poderá ausentar para outra parte, por se d'elle não fazer direito, mandando-lo-á prender, ou entregar a fiadores idoneos, que o apresentem em juizo a todo tempo, que requeridos fôrem, tomando primeiro algum summario conhecimento nos casos, que por testemunhas se podem provar, porque ao menos se mostre conjecturadamente ser o dito réo obrigado ao que lhe é demandado.

4. E isto que acima dito é do réo, que deve ser preso, não se entenderá nas mulheres, por quanto por dividas civis, ainda que n'ellas sejam condemnadas, não podem ser presas.

5 E tudo isto haverá logar no caso, onde o autor nunca tivesse aprovado a pessoa do réo.

Porque se elle tivesse feito algum contrato com o réo, porque lhe fosse obrigada a dita demanda em tempo, que o réo não tivesse bens de raiz, nem fazenda movei, e o autor fosse disso sabedor, não lhe póde pedir a dita satisfação, nem lhe ha por isso de ser feito sequestro, nem prisão, pois o autor ao tempo do contracto aprovou a pessoa do réo sabendo que era suspeito de se ausentar, ou fugir.

**Ord. liv. 4 tit. 93 § 2 :** E si o que vivo ficar (conjuge) disser e allegar alguma justa razão, para que taes bens ou terras, que do defunto fôrem, lhe pertencem, ou tem em ellas direito algum, e as pessoas fossem taes, de que se tema virem a pelejas e annuidos, mandamos, que os ditos bens e terras (de que o marido ou mulher ficar em posse) se ponhão em sequestro em mão de pessoa fiel e idonea, que os tenha até ser determinado por direito a quem pertencem.

## CAPITULO XVI

### PRECEITO COMMINATORIO.

**Ord. liv. 3 tit. 78 § 5 :** E quanto ao terceiro caso dos autos extrajudiciaes, que não são começados, mas commi-

natorios, dizemos, que a parte, que se teme ou receia ser aggravada por a outra parte, pôde recorrer aos juizes da terra, implorando seu officio, que provejão como lhe não seja feito aggravo.

E poderá ainda fóra de juizo appellar de tal comminação, pondo-se sob o poderio do juiz,requerendo e protestando de sua parte á aquelle de que se teme ser aggravado, que tal aggravo lhe não faça.

E si depois do dito requerimento e protestação assim feita, fór alguma novidade commettida ou attentada, mandará o juiz (si fór requerido) tomar e restituir tudo ao primeiro estado.

E em tal protestação será inserta e declarada a causa verosimil e razoada, porque assim protestou : pôde-se por exemplo : si alguém se temer de outro, que o queira offender na pessoa ou lhe queira se n razão occupar e tomar suas couzas, poderá requerer ao juiz, que segure a elle as suas couzas do outro, que o quizer offender, a qual segurança lhe o juiz dará, e si depois d'ella elle receber offensa d'aquelle de que foi seguro, restitui-o-a o juiz, e tornará tudo o que foi commettido e attentado depois da segurança dada, e mais procederá contra o que a quebrantou e menosprezou seu mandado, como achar por direito.

## CAPITULO XVII

### CAUZAS DE DEPOZITO

**Ord. liv. 4 tit. 49 § 1 :** E porque algumas vezes os corregedores e juizes ou outros officiaes mandão consignar dinheiro ou outra couza em mão de algum homem bom, e depois lhe o pedem emprestado, outra algum modo de maneira que o preço ou couza depositada que não podião receber em consignação vem-n'o depois a receber da mão d'aquelle a que foi entregue, como o homem bom, e o convertem em seus proprios uzo3 ; querendo nós a isto prover mandamos, que em este

cazo esse homem bom, em cuja mão foi consignado o preço ou qualquer outra couza não se possa excuzar por dizer que o entregou ao tal juiz ou regedor ou official, mas seja-a obrigado a responder por elle, entregar a quem com direito deva ser entregue.

E não o entregando do dia, que lhe for mandado a 9 dias, seja preso, e não seja solto até que o entregue.

**Ord. liv. 4 tit. 76 § 5 :** E si a divida descender de maleficio ou quasi maleficio, em que alguém seja condemnado, deve indistinctamente ser prezo até que pague da cadeia.

Portanto si fôsse alguma cousa posta em guarda e deposito, e o depositario recuzasse entregul-a ao senhor sem justa e legitima razão, ou uzasse d'ella sem vontade expressa do senhor, deve ser prezo até que da cadeia entregue a couza ou pague o damno, que n'ella fez por usar d'ella contra a vontade do seo dono.

E não será solto, posto que dê fiadores, nem poderá dar logar aos bens.

E sendo d'elle querelado em fórmula devida haverá a pena de burlão e inliçador.

## CAPITULO XVIII

### COMPETENCIA E PROCESSO PARA LICENÇA DE CAZAMENTO E DE ESPONSAES

**Lei 23 de Nov. 1616:** Hci por bem e mando, que todas as pessoas de qualquer estado e condição que sejam, que tiverem bens de minha coroa, ou se quizerem habilitar para os ter em caso que possão em algum tempo vir a herdar, sejam obrigados a haver licença minha, para o que me apresentaráõ consentimentos de seos pais, e não os tendo, de seos curadores (si elles não fôrem interessados em os dar); a qual licença se pedirá ao dezembargo do paço, aonde em cazo que os pais ou curadores

lhes neguem seus consentimentos conhecerão das razões, que por isso têm, e me farão consulta sobre ellas com o mais que em razão de conveniencia e igualdade se offerecer.

E que as pessoas que se cazarem sem estes requisitos todos, fiquem incapazes de em algum tempo poderem haver bens da corôa, e privados dos que já tiverem, de que desde logo os privo e a todos os seus descendentes sem embargo de qualquer clausula que nas ditas doações houver e que requerão expressa derogação d'ellas.

**Lei 29 de Jan. de 1739 :** E afim que as pessoas acima nomeadas procurem conservar nos cazamentos a distincção, que convem ao seu estado e qualidade, hei por bem e mando, que se não continuem dar os tratamentos acima declarados a qualquer das pessoas referidas, si cazar sem licença e approvação minha por escripto, como tambem aos filhos e filhas que do seu matrimonio provierem.

**Lei de 29 de Nov. de 1735 :** Faço saber... que competindo-me como pai commum de meus vassallos, não só moderar os abusos e tyrantias do poder particular, mas tambem o privativo conhecimento das causas e razões, porque os pais negão licença para os matrimonios dos filhos :

Ordeno, que em tudo que respeita aos matrimonios da nobreza, que administra bens da corôa, ou tiver o fôro de moço fidalgo, e d'ahi para cima, se ponhão na mais indefectivel observancia as sobreditas leis de 23 de Novembro de 1616, e 29 de Janeiro de 1739, que com esta mando estampar.

Item : ordeno que no outro resto de nobreza da côrte e das provincias, no caso das referidas repugnancias, se recorra á meza do dezembargo do paço ; a qual informada das qualidades das familias, e das conveniencias dos cazamentos, e ouvidos em termo breve e summario os pais, mães, tutores, ou curadores, concederá ou negará as pretendidas licenças, segundo o merecimento dos recursos.

Item : ordeno, que o mesmo se observe a respeito dos negociantes de grosso trato, e das mais pessoas, que se achão nobilitadas pelas minhas reaes leis.

Item : ordeno, que as outras pessoas da corporação e gremios dos artifices, e das occupações da plebe, recorraõ nos sobreditos casos n'esta côrte aos corregedores do cível d'ellas ou da cidade, e nas provincias aos corregedores ou provedores das comarcas, os quaes ouvindo do plano em termo breve e summario os pais, mãis, tutores, ou curadores sobre a razão da sua repugnancia, e informando da conveniencia dos ditos cazamentos, concederão ou negarão as ditas licenças, dando aggravo de petição da concessão, ou negação d'ellas para as respectivas relações :

Nas quaes mando, que do plano pela inspecção da verdade dos factos e sem mais figura de juizo se defira a estes recursos com preferencia a todos e quaesquer outros negocios dentro do prezo termo de 10, 15, 20, ou 30 dias, segundo as menores e maiores distancias dos logares, d'onde seja preciso mandar vir as partes, ou fazer algumas informações particulares.

**Lei de 6 de Out. de 1784 § 5 :** Para que as discussões que ocorrerem e das decizões, que se proferirem sobre a concessão ou denegação das licenças, que se pedirem para estes contratos (de esponsaes) se não revele ao publico couza alguma, que por qualquer modo possa prejudicar ao decoro e reputação das familias, ou de cada um dos individuos d'ellas, sou servido ordenar :

1.º Que assim as informações, que se pedirem a este respeito a quaesquer juizes pelos tribunaes respectivos, como os processos que a este fim se formarem não possam sahir das mãos dos respectivos juizes ou dos seus escrivães, a que forem distribuidos os ditos processos ou informações, em que se houverem de inquerir testemunhas ; e aos escriptorios dos mesmos escrivães vão as partes, ou seus bastantes procuradores a dizerem ou responderem por escripto o que lhes convier, havendo

a esse fim as cópias que poderão tirar do que contra elles tiverem dito os seus contendores.

2.º Que assim nas sentenças, que se proferirem sobre as referidas contestações como nas proviões, que sobre ellas se expedirem pala meza do desembargo do paço, nos cazos de sua competencia, simplesmente se conceda ou denegue a licença pedida com absoluta relação ás provas, e informações do processo, sem que se individuem fundamentos alguns, ~~sem~~ embargo da Ord. liv. 3 tit. 66 § 7, que n'estes cazos sómente hei por derogada.

3.º Que nos recursos, que se interpozerem dos corregedores do civil da cõrte, e dos da cidade ou dos das comarcas do reino se entreguem os processos pelos juizes d'elles aos presidentes das relações respectivas ou remettão pelo correio em segredo de justiça; e que sendo escrivães d'elles os respectivos guarda-móres, sejam sentenciados pelos juizes a que fõrem distribuidos pelos igualmente respectivos presidentes, na conformidade da lei de 29 de Novembro de 1775.

4.º Que passados 6 mezes depois da decizão das referidas contestações e de se haverem expedido ás partes as suas sentenças ou proviões, sejam mandados queimar os processos pelos presidentes dos tribunaes ou pelos magistrados, que houverem proferido as ultimas sentenças.

5.º Finalmente que todo e qualquer magistrado ou official que for legitimamente convencido de haver faltado o segredo de justiça, que n'estes cazos lhe hei por muito recommendado será irremissivelmente punido na conformidade da Ord. liv. 5 tit. 9.

Item: ordeno, que obtendo os ditos recorrentes licenças minhas, ou da dita meza, ou dos respectivos magistrados, as apresentem aos parocos, a que tocarem, para por elles serem admittidos aos matrimonios, como si para elles interviesse expresso consentimento dos pais, mãis, tutores ou curadores.

Tudo debaixo das penas declaradas nas sobreditas leis de 23 de Novembro de 1616, e 19 de Junho d'este presente anno, contra os que de outra fórma contrahirem matrimonios.

Item : order  
negociantes d  
nobilidades p

Item : o  
mios dos  
sobredit  
ou da  
das  
e s  
d

## CAPITULO XIX

HABILITAÇÃO POR ESPONSAES

*Ord. de 1834 § 7:* Não querendo al-  
cuma dos contrahentes cumprir os esponsaes celebrados na  
forma acima determinada, e sendo necessario por isso recorrer-  
se ao juiz, para ser n'elle obrigado a encher a fê dada, se  
procederá n'ella cauza breve e summariamente, como a natureza  
d'elle pede: e requer.

Para que ainda melhor se possa propor a acção, que pro-  
duzirem os esponsaes, terá a mesma a natureza da assigna-  
ção de 10 dias, que resulta dos contratos celebrados por  
escriptura publica; procedendo-se n'elle como dispõe a Ord.

§ 8. Para se evitarem demandas, e se facilitarem os meios  
de haverem as partes o seo direito, quando alguma d'ellas fica  
a outra obrigada por todo e qualquer damno, que cause com o  
seo injusto repudio, poderão os contrahentes com consentimento  
e approvação de seus pais, tutores e curadores, definir e ajuntar  
na escriptura dos esponsaes a quantia que deverá servir de  
compensação á parte leza em tal caso.

E succedendo tratar-se em juizo da satisfação da mesma  
quantia assim definida e estipulada, se procederá n'elle na  
forma da Ord. referida; e na falta de especial estipulação das  
partes de indemnização e interesses, ficarão ao prudente arbi-  
trio dos julgadores, conforme as circumstancias, que no caso  
occorrerem.

## CAPITULO XX

HABILITAÇÃO DE HERDEIROS E SUCCESSORES

*Ord. liv. 3 tit. 27 § 2:* E tanto que cada uma das  
partes se fina em qualquer tempo e parte do juizo, logo cessa

ancia d'esse feito e o procurador; e não irão os por elle mais em diante até que os herdeiros d'aquelle se finou, sejam novamente citados para fazerem novos procuradores, ou confirmarem o que pelo defunto era já feito.

**Ord. liv. 3 tit. 82:** Si pendendo a cauza principal, ou a da appellação morrer cada uma das partes, passará a instancia do feito a seus herdeiros no ponto e estado, em que fôr achado ao tempo do seu fallecimento, mas não se procederá mais pelo feito em diante até que sejam chamados os herdeiros do defunto.

## CAPITULO XXI

### AÇÃO DE JURAMENTO D'ALMA

**Decr. de 15 de Jun. de 1758:** Mandando vêr petição de queixa, que do almotacé-mór me fez José Rodrigues da Silva, e consistio em que sendo notificado para na primeira audiencia do dito juizo ir declarar debaixo de juramento, si era devedor a Manoel d'Araujo Liina da quantia pedida, fôra o recorrente condemnado á revelia por não comparecer na dita audiencia, e isto pelo juramento do recorrido, de que se extra-hira sentença de condemnação, e formando contra ella embargos, que offerecêra no transito da chancellaria, depois de impugnados e sustentadas fôrão logo desprezados, sem dar occasião a que o recorrente pudesse fazer certa a sensivel materia, que continhão:

Fui servido resolver, que o almotacé-mór do reino não fez justiça em regeitar os embargos, attenta a principal materia d'elles, que respeita a não ser o recorrente esperado á segunda audiencia, porque ainda no caso que pelo seu regimento lhe fôsse concedida a jurisdicção de conhecer d'estas acções de alma, n'ellas se devem esperar os réos á segunda audiencia, conforme a expressa disposição da lei, principalmente em quantias excessivas, como a de que se trata n'aquella



acção, em que se não devia proceder á condemnação do recorrente sem esperar a segunda audiencia, porque o estilo, de que attesta o escrivão, e se observa na correição do civil da corte de não serem os réos esperados nas acções de alma á segunda audiencia por maiores que sejam as quantias, em que são condemnados, nem se deve observar como contrario á lei, e por isso é barbaro, e nem se deve permittir, muito mais não sendo na cidade de Lisboa geral a observancia d'elle, porque nos mais juizos se observa a disposição da lei na fôrma referida.

**Decr. de 10 de Mai. de 1780 :** Sendo informada, de que nas acções de juramento d'alma para haver de se condemnar pelo juramento do autor se podião excusar as segundas citações, de que faz menção a Ord. liv. 1 tit. 43 § 1, antes que pelo contrario se fazião impraticaveis as sobreditas segundas citações, tanto assim que sem ellas se tem procedido sempre no fôro em grande utilidade dos meus vassallos e boa expedição das partes, sou servida.

Que d'aqui em diante em todos os auditorios d'este reino se observe a pratica, que se acha autorizada pelo decreto de 15 de Junho de 1758, para effeito de que não podendo nenhuma réos serem condemnados á revelia pelos juramentos dos autores, logo na primeira audiencia, sem que sejam esperados até a segunda, o possão comtudo ser, não comparecendo em nenhuma d'ellas, sem que seja necessario cital-os de novo, visto ter-lhes sido logo declarado que a parte os manda citar para deixar o cazo no seu juramento.

E que a parte os mande citar para deixar o cazo no seu juramento.

E que o mesmo se observe ainda que as quantias sejam modicas, ficando comtudo comprehendido debaixo d'esta geral determinação, ainda os cazos que se acharem pendentes sem embargo da sobredita Ord., e quaesquer ontras, que possão haver em contrario. (\*)

---

(\*) Vide : Tit. VII.—Provas, cap. III.

## CAPITULO XXII

### REFORMA DE AUTOS DESAPARECIDOS

**Ord. liv. 1 tit. 24 § 25 :** E o escrivão, que o feito entregar sem o termo sobredito, perdendo-se o feito não lhe será recebida prova alguma a dizer que o tem entregue, e haverá as penas, que acima estão ditas no parographo : *E porque*

E em nenhum cazo lhe poderá ser dada menos pena, que a suspensão do officio até o feito ser reformado e achado; o que tudo determinará o regedor com os dezembargadores, que bem lhe parecer.

§ 26. E si fôr duvida entre o escrivão e o procurador sobre o perdimento dos autos, não será ouvido o escrivão ; salvo si provar como lh'o entregou.

**Ass. de 23 de Mai. de 1758 :** Foi proposta a duvida, que ha sobre o recurso, de que deve uzar-se nas sentenças proferidas sobre refôrma de autos perdidos, ou queimados ; julgando uns que da sentença, que julgava reformados ou não reformados, só tinha lugar aggravo de petição, ou instrumento ; outros que só cabia o meio de appellação ou aggravo ordinario ; e outros distinguindo no cazo de julgar reformados os autos, cabia aggravo de petição ou instrumento, e de julgar não reformados cabia appellação ou aggravo ordinario.

E sendo por todos os dezembargadores de aggravos ouvido, se assentou pela maior parte dos votos dos ministros abaixo assignados, distinguindo dous casos, a saber :

Si os autos se perderão ou queimarão antes de haver nelles sentença definitiva, haja sómente aggravo de petição, ou instrumento das sentenças, que os julgão ou não reformados ;

E si nos autos, quando se perderão, havia sentença difinitiva ou está já posta em execução, haja das sentenças da sua refôrma appellação ou aggravo ordinario na fórma da lei.

Sendo a razão da differença no primeiro caso o esperar-se ainda sentença definitiva no ponto principal, em que podia attender-se algum defeito na reforma, e tambem não ser justo houvesse nos ditos autos duas sentenças definitivas, uma na reforma, e outra sobre o ponto principal.

No segundo caso por se não esperar depois da sentença da reforma outra definitiva e resultar d'aquella a qualquer dos litigantes damno irreparavel, que só pôde emendar-se por meio de appellação ou aggravado ordinario, reforma da lei do reino liv. 3 tit. 69 § 1.

E para não vir mais em duvida, e cessar a variedade no julgar, se fez este assento.

---

## **TITULO IX.— Acções executivas.**

### **CAPITULO I**

#### **CAUSAS FISCAES**

##### **SECÇÃO I**

##### *Natureza do processo.*

**Lei de 23 de Dez. de 1761 § 1.** A jurisdição contenciosa, que por esta lei fica pertencendo privativa e exclusivamente ao conselho de minha real fazenda para processar e decidir as execuções, que do thezoura geral lhe forem remittidas, será exercitada na maneira seguinte :

§ 2. Logo que as contas correntes com os alcances, que ellas fizerem liquidas, e com os papeis que as acompanharem, forem recebidos pelos respectivos procuradores da minha fazenda, cada um na repartição, que lhe tocar, as mandará ao escrivão do juizo dos feitos da corôa e fazenda, a quem pertencerem, para as autoar e fazer concluzas ao sobredito conselho da minha real fazenda no termo de tres dias continuos, successivos e improrogaveis, debaixo das penas de privação do officio e de seis mezes de cadeia, em que incorreráõ pelo lapso do referido termo os ditos escrivães, si por mais tempo dilatarem as sobreditas continuações o concluzões.

Nas mesmas penas incorreráõ pelas móras que fizerem nos mais termos abaixo declarados.

§ 3. E para que couste quando os referidos termos têm principio e fim, mando, que cada um dos sobreditos meus procuradores tenham um livro ou protocollo, no qual fação lançar

os dias, em que os papeis e autos fôrem para os ditos escrivães, e os em que elles fizerem concluzos ao conselho, mandando cada um dos meus ditos procuradores á minha real presença nos mezes de Junho e Dezembro de cada anno uma relação especifica das execuções, que por elles correrem, do tempo em que principiárão e do estado em que se acharem.

§ 4. Em todas as cauzas das referidas execuções se procederá verbal e mercantilmente, de plano e pela verdade sabida, assim pelo que pertence a minha real fazenda, como pelo que toca á defeza das partes, na fórma abaixo delarada.

§ 5. Com as contas correntes, que fôrem extrahidas do thezouro geral (na sobredita fórma) entrará sempre a minha real fazenda com a sua intenção fundada e liquidada assim de facto como de direito, sem necessitar de outra alguma prova.

§ 6. N'esta certeza, assim como as referidas contas correntes, e papeis a ellas concernentes se propozerem no conselho, se assignaráo por despacho do juiz relator 10 dias continuos, successivos e preremptorios, que serão logo intimados dos executados nas suas pessoas ou na de qualquer de seus socios ou procuradores; ou por editaes de 10 dias, não estando na côrte, nem tendo n'ella procurador ou socio para no termo dos sobreditos 10 dias assignados juntarem os documentos, que tiverem para a sua defeza: e cobrando o escrivão os autos com os referidos documentos e declarações de que n'elles se contiver, e do que com elles se pretender provar, os continuará ao mesmo juiz relator.

O qual, achando que possa isso concorrer justa causa, poderá ainda conceder aos mesmos executados os dias que lhe parecerem competentes (comtanto que não excedão de 10 dias) para sustentarem os referidos documentos, e alegarem o que fizer a bem de sua justiça contra a execução.

Porque tambem estes dias devem ser continuos successivos e improrogaveis, tanto que elles fôrem findos, cobrará o escrivão os autos, e os continuará sem esperar outro despacho ao procurador fiscal, a quem tocarem, o qual tambem sem

outra formalidade os levará com a sua resposta ao conselho, para n'elle serem distribuidos e entregues ao conselheiro, que se achar no turno, e para que, sendo o mesmo conselheiro relator, se sentencie em conferencia o que for justiça a bem da minha real fazenda e das partes.

§ 7. Attendendo a que ou os mesmos procuradores fiscaes, ou os executados poderão ainda ter em alguns casos justa causa para pedirem alguma declaração das sentenças, que se proferirem na sobredita fórma, ordeno que, logo que ellas fôrem proferidas, sejam notificadas no termo de 24 horas ou ás mesmas partes, ou a qualquer dos seus socios ou procuradores com a intimação do que lhes ficão correndo 5 dias tambem continuos e improrogaveis, e contados da hora da intimação, para poderem embargar, parecendo-lhes, ou dentro do referido termo, ou na parte d'elle que restar, quando fôrem entregues os embargos.

Os quaes sendo pelo escrivão remettidos no mesmo dia, em que os receber, aos respectivos procuradores da fazenda, os trarão estes ao conselho; e entregando n'elle ao juiz relator, serão julgados na sobredita fórma pelos mesmos ministros, que houverem proferido a sentença sem a falta de algum dos que houverem sido juizes na mesma que sentença, e sem que entrem nos embargos outros de novo, a menos que não seja por morte ou mudança para outros tribunaes; para que sendo os embargos julgados por provados mandem suspender e annullar as execuções, que houverem feito aos embargantes; e para que sendo os mesmos embargos regeitados, se mandem extrahir dos respectivos processos verbaes as cartas executórias, com que se devem proseguir as execuções ate se juntar aos autos conhecimento autentico de haverem sido as quantias d'ellas entregue no thezouro geral.

§ 8. Será sempre juiz executor d'estas sentenças o conselheiro da fazenda, que eu for servido nomear, vencendo este á custa das partes (além das assignaturas) 2 % das quantias, que por effeito das sobreditas executórias e procedimentos, que d'ellas se seguirem, entrarem no thezouro geral; havendo eu, como hei, desde logo por extinctos todos os outros executores

letrados, que até agora exercitarem n'esta corte nas differentes repartições da minha real fazenda.

§ 9. Havendo esta (a real fazenda) entrado com a sua intenção liquidada e fundada de facto e de direito, na fórmula acima estabelecida, e devendo por isso os devedores vir também a juizo preparados com as suas defezas, que só podem consistir em quitações e pagas, mando que a respeito d'elles se observe o seguinte.

§ 10. Apresentando os mesmos devedores quitações liquidas e puras do pagamentos, que hajão feito no thesouro geral, ainda depois de terem sido prezos ou sequestrados, lhes serão logo recebidas, e elles absolutos nas concorrentes quantias das sobreditas quitações; de sorte que, estinguindo-se com ellas as dividas na sua total importancia, não pagaráo mais custas do que aquellas que necessarias fôrem para se lhes expedirem as suas sentenças de absolvição; e havendo os ditos pagamentos sido feitos sómente em parte, se continuará a execução pela outra parte, que restar para se pagarem os 2 %. e as mais custas, que forem competentes ás quantias, porque se continuarem as execuções.

**Alv. de 28 de Jan. de 1808: Tit. 3 § 4.** No caso, porem, de não serem bastantes as sobreditas ordens de suspensão sequestro, prisão e mais diligencias expedidas pelo presidente do erario como lugar tenente meo, para effectivamente entrarem os computos das rendas sem mais outra figura de juizo, mandará então o mesmo prezidente extrahir dos competentes livros de contas correntes a dos executados, por onde conste o alcance, em que se achão; e fazendo juntar a ella os mais papeis de suspensões, prisões, e sequestros, que houverem precedido, na fórmula que fica ordenado para segurança da minha real fazenda, se remetterá tudo ao procurador da fazenda, para que distribuida, depois de autoada a referida conta e mais papeis ao conselheiro a quem tocar, faça proseguir nas execuções pela maneira que abaixo vai declarado, até final conclusão destas cobranças, ou dependencias.

**Tít. 7 § 18.** Pelo que pertence ao despacho dos negocios da jurisdicção contencioza, observará o conselho inviolavelmente o disposto no tit. 13 da lei de 22 de Dezembro de 1761.

**Lei de 4 de Out. de 1831: Art. 88.** Todas as disposições do alvará de 28 de Junho de 1808, nos titulos 3, 4, 5, 7 e 8 continuão em vigor, fazendo parte d'esta lei.

## SECÇÃO II

### PROCESSO DOS EMBARGOS DE TERCEIROS

**Lei de 22 de Dez. de 1761 § 11.** Considerando que as execuções e sequestros, que se fazem pelas dividas da minha real fazenda, se costumão impedir muito frequentemente com embargos de terceiros, senhores e possuidores, os quaes por uma parte são muito attendiveis, quando são bem fundados, porque não poderia haver cousa mais incompativel com a minha constante justiça e religiosa clemencia do que pagarem os terceiros, senhores e possuidores dos taes bens por erro ou engano, o que na realidade devem os outros terceiros contratadores, thezoureiros, ou executores negligentes ou dolosos, e que pela outra parte, quando são maliciosamente machinados os referidos embargos, não cabe na razão que produzão effeito, nem possam prestar impedimento a tão indispensaveis execuções, ordeno a respeito d'estes embargos o seguinte.

§ 12 Sendo certo que em todo e qualquer juizo, ou seja ordinario, ou summario, ou ainda d'aquelles em que se procede de plano, como tenho ordenado, que n'estes cazos se deve proceder, não pôde pessoa alguma ser admittida sem se legitimar antes do tudo.



E sendo igualmente certo, que os sobreditos embargos de terceiro, senhor e possuidor contêm por sua natureza um remédio meramente possessório, no qual sempre se ajuntão os títulos, ainda que se não trate sinão de justificar com elles a posse, ordeno, que os embargantes exhibão logo com os seus embargos todos os títulos, que tiverem para legitimar-se.

E mando, que logo que os ditos embargos forem oppostos, sejam immediatamente remettidos pelo executor, ante o qual se oppozerem, ao escrivão, que houver expedido a executoria para os fazer conclusos ao conselho da fazenda.

Que n'elle se assignem aos embargantes 10 dias continuos, successivos, peremptorios, e improrogaveis para exhibirem os mais títulos e mais provas da sua legitimidade para poderem embargar ;

Que findos elles se cobrem os autos para se continuarem pelo escrivão competente ao procurador da fazenda ;

Que este os traga com a sua resposta ao conselho sem mais conclusão para serem julgados ;

Que, achando-se que os bens com effeito são dos taes embargantes, sejam estes absolutos, e as execuções, que se lhes houverem feito levantadas ;

Que, porém, achando-se que os mesmos embargantes se não legitimão, sejam logo excluidos *in limine*, e se mande continuar as execuções; condemnando-se os sobreditos embargantes nas custas em dobro, e na dizima da importancia dos bens a favor do contrato da chancellaria-mór, por onde as outras dizimas se cobrão.

### SECÇÃO III

#### *Processo da preferencia da fazenda*

**Lei de 22 de Dez. de 1176 § 13:** *Attendendo na mesma forma aos embaraços, que têm resultado á arrecadação da minha fazenda do concurso ou laberinto dos credores particulares e das preferencias fundadas na Ordenação do reino,*

que as têm graduado pela prioridade das penhoras com os graves inconvenientes, que a experiencia tem mostrado, e de que me tem sido presentes os gravames, mando, que da publicação d'esta em diante, se não possam mais graduar as preferencias pela prioridade das penhoras, nem ainda a respeito dos credores particulares e que ainda entre estes credores particulares prefirão os que tiverem hypothecas especiaes anteriores, provadas por escripturas publicas, e não de outra sorte, nem por outra maneira alguma qualquer que ella seja, e que a respeito de minha real fazenda se proceda na fórma abaixo declarado :

§ 14. Logo que qualquer credor pretender entrar em concurso com o meu real erario se legitimará antes de tudo verbal summariamente e de plano, produzindo ante o juiz executor todos os titulos e razões, com que intentar preferir, para o mesmo fazer autoar estes requerimentos pelo escrivão, a que tocar, o qual continuará d'elles vista immediatamente ao procurador-fiscal, a que pertencer, e para que o tal procurador com a sua resposta leve os papeis, em que a lançar ao mesmo conselho, para n'elle se decidirem pela pluralidade de votos, de sorte que, achando-se os taes preferentes em algum dos dous casos, em que devom preferir, os quaes são :

1.º O de terem hypothecas especiaes provadas por escripturas publicas, e anteriores aos contratos dos rendeiros da minha fazenda, e ás posses dos magistrados, e aos provimentos dos thezoureiros, e officiaes obrigados á mesma fazenda :

2.º O de terem sentença tambem anteriormente alcançadas contra os sobreditos, com pleno conhecimento da cauza e não de preceito, ou fundada na confissão das partes.

En qualquer d'estes dous casos se mandem suspender as execuções, e se proceda ao levantamento d'ellas e dos sequestros ou penhoras, que se houverem feito.

§ 15. Achando-se, porém, que as hypothecas ainda provadas por escripturas publicas são sómente geraes ou posteriores, ou que as sentenças, vendas, doações, dotes, legados, ou alheações, em que os taes preferentes intentarem fundar-se são posteriores

aos contratos reaes, ou aos provimentos dos thezoureiros ou officiaes, que tenham a seu cargo a arrecadação da minha fazenda, ou as posses dos magistrados, que tenham o mesmo encargo, logo serão os pretensos preferentes excluidos *in limine* como inhabeis e como illegitimos contraditores para serem admittidos a concurso com o meu real erario, e se darão logo despacho para se ajuntarem aos autos das execuções, afim de n'ellas se proseguir até integral pagamento da mesma real fazenda.

## CAPITULO II

### CAUZAS DE ALUGUEL DE CASAS

**Ord. liv. 4 tit. 23 § 3:** E si o alugador da casa não pagar o aluguel ao tempo que prometteu, o senhor d'ella o não poderá por si penhorar por se escusarem differenças; mas poderá mandar fazer isso ao alcaide da villa ou lugar, onde acontecer, ao qual mandamos, que por seu mandado faça essa penhora, sem outra autoridade de justiça.

E si o senhor da casa não achar a pessoa a que alugou, e achar outrem n'ella, poderá requerer o que achar na casa, ou que n'ella tiver alguma couza, que lhe pague o aluguel, e não querendo pagar, póde-o por isso mandar penhorar.

E achando-se depois que o senhor da casa mandou fazer a penhora como não devia, sendo já pago do aluguel todo, ou de parte d'elle, pague ao alugador em tresdobro tudo o que fôr achado que não lhe era devido. E o alugador poderá morar nas casas, e não seja d'ellas tirado até que acabe tanto tempo, quanto montar no dito tresdobro, havendo respeito ao aluguel porque a casa se alugou de principio, e mais seja-lhe entregue seu penhor.

**Alv. de 24 de Jul. de 1793 § 2:** Os credores, porém, pelo aluguel de casas urbanas, os quaes, por todas as

mais antigas leis têm especial hypotheca nos moveis e trastes, que o locador n'ellas introduz para commodidade o uzo da habitação, deverão sómente a respeito do producto d'estas, e não de outros bons, terem preferencia para pagamento dos alugueis a quacsquer outros credores do fallido.

### CAPITULO III

#### ACÇÃO DE HONORARIO DE BOTICARIOS MEDICOS E CIRURGIÕES

**Alv. de 22 Jan. 1810 § 34:** Os boticarios, medicos, e cirurgiões, que substituem na sua falta a assistencia de alguns interinos, cobrarão as dividas dos medicamentos e curativos executivamente perante o juiz commissario, como juiz primitivo para se animar a sua promptidão em acudir as necessidades do publico, e a subsistencia de pessoas tão uteis e recommendaveis nos estabelecimentos politicos.

Porém, para o receituario dos boticarios ser admittido em juizo, deverá ser assignado pelas partes ou pelos professores, que as receitarão, declarando o nome do enfermo, ou dono da casa para onde fôrão os medicamentos, e os medicos e cirurgiões referidos antes que requeirão o executivo, pedirão ao juiz da commissão a louvação do que merecem, segundo as circumstancias, citada a parte, serão arbitradores dous medicos, que terão cada um 1\$200, o juiz 2\$000 e o escrivão o que mande o regimento dos corregedores.

Com certidão d'este termo de louvação os requererá o executivo, ainda que a parte tenha appellado ou agravado para o fisico-mór do reino do dito julgado, pois que estes actos em semelhantes cazos são feitos para demorar a satisfação do que devem.

Os referidos arbitradores não deverão regular-se pelo numero de vizitas, mas tambem pela qualidade de enfermidade mais ou menos difficil de curar-se, pelo trabalho, que ouve, pela distancia do enfermo, pelo tempo da cura, pelo encommodo da

estação, porque ouve a existencia, pelo estilo e uzo das terras, e pela maior ou menor possibilidade de enfermo.

**Lei de 30 de Ag. de 1828: Art. 5.** As cauzas, que até agora se processavão nos juizos do provedor-mór da saude, fisico-mór, e cirurgião-mór do imperio, ficão de ora em diante pertencendo ás justíças ordinarias; e a estas serão remettidos todos os processos findos ou pendentes nos mesmos juizos.

## CAPITULO IV

ACÇÃO POR CUSTAS DE ESCRIVÃES, OFFICIAES DE JUSTIÇA, ADVOGADOS, PROCURADORES, E JUIZES.

**Ord. liv. 1 tit. 24 § 4:** E os escrivães não deterão em maneira alguma os feitos, por dizerem que as partes lhes não passão, mas farão tudo o que n'elles devem fazer, e requererão aos julgadores, que lhes fação pagar o que hão de haver das partes, e os julgadores lhe mandem logo pagar.

E os que pagar não quizerem, sejam logo penhorados, ou prezos, si taes pessoas fôrem, que o devão ser, e paguem da cadeia.

**Ord. liv. 1 tit. 84 § 30:** E sendo as partes presentes no logar onde os tabelliães ou escrivães fôrem moradores, demandem os seus salarios do dia que se publicar a sentença definitiva a tres mezes.

E não os demandando no dito tempo não os possão mais demandar, nem sejam sobre isso mais ouvidos.

E os ditos officiaes serão avisados, que não levem mais couza alguma além do que lhes é taxado, sob pena de perdimento de seus officios.

E haverão as mais penas conteudas no liv. 5 tit. 62: Da

pena que haverão os officiaes que levão mais do conteúdo em seu regimento. (\*)

**Ord. liv. 1 tit. 93 § 18:** E sendo as partes presentes no lugar, onde os procuradores fôrem moradores, elles demandarão seus salarios do dia em que se publicar a sentença definitiva, em que elles forão procuradores até tres mezes.

E os não demandando no dito tempo, não os poderão mais demandar, nem serão sobre isso ouvidos.

**Ord. liv. 3 tit. 24 § 3:** E bem assim todo o julgador poderá conhecer das causas de salario devidos aos officiaes dante elle, mandando sobre elles penhorar as partes, que não quizerem pagar ou prende-las, si taes pessoas fôrem que devão, e da cadêa lhes farão pagar.

**Decr. de 15 de Març. de 1842:** Art. 40. Os juizes de direito, municipaes, e dos orphãos, seus escrivães, e officiaes de justiça têm o direito de cobrar executivamente a importancia dos emolumentos e salarios, que lhes fôrem devidos, quer das partes que requererem, ou a favor de quem se fizerem as diligencias e praticarem os actos antes das sentenças, quer das que fôrem condemnadas.

**Decr. de 2 de Set. de 1874:** Art. 202 § 1. O executivo, que compete aos advogados para cobrança dos seus honorarios comprehende estas taxas d'este regimento, ou a importancia certa e liquida dos seus contratos.

§ 2. Estes contratos, qualquer que seja o seu valor, podem ser feitos por escripto particular, assignado pelo advogado e pelo seu cliente.

§ 3. Em falta de contrato escripto com a parte, entende-se, que o advogado se sujeitou ás taxas do regimento.

---

(\*) Vide: Cod. crim. art. 129 § 5, e Decr. de 2 de Set. de 1874 art. 197 a 200.

Art. 205. Os emolumentos ou honorarios, os salarios, e custas continuão a ser cobrados executivamente.

Extrahido dos autos o mandado contendo a sentença ou despacho, que manda pagar as custas, e a conta feita pelo contador, ou o contrato no caso do artigo 202, será á parte citada para pagar no prazo de 24 horas.

Não effectuado o pagamento, proceder-se-á á penhora, que, decididos os embargos oppostos como contestação da acção será julgada por sentença, proseguindo n'este cazo a execução dos bens, e effectivo pagamento.

Art. 206. É abolida a prisão por custas.

## CAPITULO V.

### VENDA DO PENHOR CONVENCIONAL

**Ord. liv. 4 tit. 36:** Si algum devedor empenhar a seu credor alguma couza movel, ou de raiz, com condição que não lhe pagando a divida a dia certo, o penhor fique por ella vendido, e arrematado ao credor, mandamos que tal convença seja nenhuma, e de nenhum effeito.

Porém se o devedor der alguma couza sua em penhor a seu credor, sob condição que não lhe pagando a tempo certo, fique o penhor arrematado pelo justo preço, o tal apenhamento assim feito valerá, e a convença será guardada.

E em este cazo o penhor será estimado depois do tempo da paga por dous homens bons juramentados, e escolhidos pelas partes, convém saber, por cada um seu, e ficará arrematado ao credor pelo o preço em que fôr estimado.

1 E se ao tempo do empenhamento fôsse accordado entre as partes, que o penhor fôsse arrematado ao creador pelo preço que pelo credor fôsse estimado, mandamos que o empenhamento feito neste modo não valha couza alguma; porque é

grande presumpção, que facilmente se moverá a fazer a estimação não verdadeira, posto que lhe para isso seja dado juramento.

E por tanto não é razão darmos-lhe azo para jurar o contrario da verdade.

---



## **TITULO X.—Processo orphanologico**

### **CAPITULO I**

#### **INVENTARIO.**

##### **SECÇÃO 1**

##### *Tempo e bens do inventario*

**Ord. liv. 1 tit. 88 § 4.** E tanto que fallecer algum que tenha filho, ou filhos menores de 25 annos, (\*) o juiz dos orfãos terá cuidado, do dia de seu fallecimento a um mez, fazer inventarios de todos os bens moveis, e de raiz, que por morte do defunto ficarem.

E dará juramento a pessoa, em cujo poder ficarem os ditos bens, que faça inventario de todos elles, bem, e verdadeiramente, declarando as confrontações dos bens de raiz, e o logar onde estão, e dos moveis porá taes sinaes, porque em todo o tempo se possam conhecer, e não haja sobre elles duvida.

E assim se porão no dito inventario todas as dividas, que se deverem a esses orfãos, ou em que elles a outrem fôrem devedores.

E si algumas couzas alheias ahi fôrem achadas, declarede cujas são, e porque modo vierão a poder do defunto, e se tem os orfãos algum direito n'ellas, para se saber o que lhes fica, ou póde ficar por fallecimento de seu pai: e logo então se farão as partilhas das taes fazendas ordenadamente.

E assim farão declarar no inventario todas as escripturas, que aos orfãos pertencão, declarando sómente o de que cada uma escriptura é, e o nome do tabellião, ou escrivão, que a fez, e quando, para se saber em todo o tempo, quaes, e quantas escripturas ficárão, e para o tutor dar d'ellas conta, porque os proprios lhe hão de ser entregues pelo dito inventario.

---

(\*) A menoridade hoje entre nós cessa aos 21 annos, conforme a lei de 31 de Outubro de 1831.

E para que os orphãos não recebam perda, mandamos que ao tempo, em que os inventarios, e partilhas se fizerem, não avaliadas todas as couzas que aos orphãos pertencerem ao juiz, e escrevão, e duas, ou tres pessoas outras ajuramentadas, que o bem entendão.

E sejam os preços das ditas couzas escriptos nos ditos inventarios, e partilhas, para que ao tempo, em que se lhe ha de fazer entrega das ditas cousas, por serem cazados, ou emancipados, ou por qualquer outra razão, si as taes couzas fôrem estadas, ou damnificadas, por d'ellas servirem as mãis dos orphãos, si em seu poder ficárão, os seus tutores, e si logo es fôrão entregues, se pagarem pelas ditas avaliações, e assim serão remediados os orphãos, sem receberem perda, nem agano.

Porém, si fôrem moveis, de que os orphãos se servirem, não será sua mãe, ou seu tutor obrigado a lh'os entregar, senão assim como estiverem.

6. E si a mãe de algum menor de 25 annos se finar, o juiz será obrigado dentro do dito mez mandar ao pai desse menor, que faça inventario de todos os bens moveis, e de raiz, que elle tenha, e possuia ao tempo da morte da dita sua mulher, dando-lhe para isso juramento dos Santos Evangelhos.

E tanto que o inventario for feito, fará as partilhas, e avaliações, como dito é.

E deixará os bens em poder do pai, porque elle por direito seu legitimo administrador.

Porém é obrigado conservar os bens a seus filhos, quanto á propriedade, e sómente póde gastar as rendas, e novidades dos ditos bens, em quanto tiver seus filhos em poder, e é obrigado entregar-lhos pelo inventario, quando fôrem emancipados, ou cazarem: porque segundo estilo de nosso reino, sempre como filho é cazado, é havido por emancipado, e fóra do poder de seu pai.

Porém, si fôrem moveis de que os orphãos se servirem, ou em seu uzo se gastarem, não será o pai obrigado a lh'os entregar, senão assim como estiverem.

E si o pai fôr torvado do entendimento, ou doente de tal enfermidade, que não possa reger, ou administrar os bens de seus filhos, não lhe serão entregues os bens, que aos ditos filhos pertencerem por morte de sua mãe, mas ser-lhes-á dado tutor, ou curador, na maneira que por nossas Ordenações está provido.

7. E mandará fazer inventario de toda a fazenda, e bens, que a algum menor de 25 annos pertencer herdar, ou haver por morte de alguma pessoa, do dia que souber que lhe pertencem a um mez, na maneira que acima mandamos que se faça, quando lhe morre pai, ou mãe.

E todo o que dito é, cumprirá o dito juiz, sob pena de privação do officio.

8. E mandamos que por fallecimento do marido, ou da mulher, cada hum delles que vivo ficar, a que ficarem filhos, ou netos menores de vinte cinco annos, dentro de dous mezes do dia do dito fallecimento, quando ainda por mandado do juiz dos orphãos não tiver feito inventario, posto que por elle lhe não seja mandado que o faça, seja obrigado de fazer inventario de todos os bens moveis, e de raiz, que por morte do defunto ficarem, com as declarações acima ditas, o qual fará com o escrivão dos orphãos, por juramento dos Santos Evangelhos, que pelo juiz lhe será dado, e o juramento se assentará pelo dito escrivão, em cuja mão ficará o inventario, assignado por aquelle que o fizer, para em todo o tempo se poder delle ajudar a pessoa, ou pessoas a que pertencer.

E não o fazendo assim dentro no dito tempo, e pelo modo que dito é, o pai, ou avô que o assim não fizer, por esse mesmo feito será privado da herança dos filhos, ou descendentes que ao tal tempo tiver, para nunca mais em tempo algum lhes poder succeder: e mais se for seu pai, será privado do uso e fructo de seus bens.

E si for mãe, ou avó, além da privação da herança, nenhuma dellas poderá ser sua tutora, nem ter mais seus filhos em sua governança.

SECÇÃO II

*Sonegados.*

**Ord. liv. 1 tit. 88 § 9.** E o pai, ou a mãe, ou qualquer outra pessoa, que por mandado da justiça fizer inventario, e elle sonegar, e encobrir alguma cousa, assim movei, como de iz, que fosse do defunto ao tempo de seu fallecimento, perará para os menores tudo aquillo, que sonegar.

E não haverá parte alguma (si a tiver) do que sonegar, e eis pagará em dobro para os menores a valia das contas que sem sonegar, e não pozer no inventario, posto que, nas ditas usas, que assim sonegou, não tenha parte alguma.

E além disso haverá a pena de perjuro.

CAPITULO II

PARTILHAS ENTRE OS HERDEIROS

SECÇÃO I

*Pessoas a quem compete a partilha*

**Ord. liv. 4 tit. 98:** Quando algum homem casado, e sua mulher se finar, deve o que ficar vivo dar partilha aos filhos do morto, se os tiver, quer sejam filhos de entre mbos, quer da parte do que se finou, si fõrem legitimos, ou es que por nossas Ordenações, ou direito devão herdar ns bens.

E não havendo ahi filhos, dará partição aos netos, ou utros descendentes do defunto, ou aos ascendentes, se descendentes não tiver, quando os ascendentes ertiverem em qual gráo.

E estando os ascendentes em desigual gráo, herdará o ascendente mais chegado ao gráo, assim como se si finasse uma

pessoa sem descendentes, e tivesse sua mãe viva, e seu avô, ou avô pai, ou mãe de seu pai, em tal caso succederá a mãe, e não o avô, ou avô por parte de seu pai, e assim em semelhantes casos.

E não havendo herdeiros descendentes, ou ascendentes por linha directa, dará o que vivo ficar partição a quem o morto mandar em seu testamento.

E fallecendo sem testamento, a dará aos parentes mais chegados do defunto, segundo disposição do direito, e partirá com os herdeiros do defunto todos os bens, e cousas que ambos havião, assim moveis, como raiz.

## SECÇÃO II

### *Bens da partilha e modo de a fazer*

**Ord. liv. 5 tit. 98 § 1.** E tendo o pai, ou a mãe, ou qualquer pessoa algum herdamento de que deva dar partilha a outrem, se a pessoa a que deve ser dada partilha o fizer citar perante os juizes, e requerer que vá partir com elle, e elle o recusar fazer, por ser algum dos irmãos, ou herdeiros fóra da terra, de maneira que o não poderão achar tão afinha, devem os juizes ir, ou mandar ao dito herdamento ou logar, e devem dar ao que pede a partilha outra tamanha parte naquella logar, quanta por direito lhe pertencer, e elle a lavro, e aproveite como quizer.

E não será obrigado tornar á partilha os fructos que d'ella houver, quando o absente vier, e requerer partilha, mas sómente tornará á partilha a parte do herdamento que lhe foi entregue, sem outros fructos.

E tendo elle feito grandes bemfeitorias, deve o que quer com elle vir á partilha fazer outra tal bemfeitoria em outro herdamento, ou campo de herança, se o ahi houver, e então devem partir, e não o havendo, pagará sua parte da despesa que em aquella cousa foi feita, e então partiráõ.

E esta mesma maneira se terá, quando algum dos irmãos estiver em captiveiro.

2. Porem se algum dos irmãos, ou herdeiros não fôr na terra, e os outros pedirem partilha dos bens que lhes pertence herdar por fallecimento do defuncto, se o absente estiver em lugar certo e sabido, onde bem possa ser citado para vir, ou mandar estar á partilha, o que tem, e está em posse dos bens, não lhes dará partilha d'elles até vir o absente, ou ser citado, ou requerido para estar com elles por si, ou por seu procurador á partilha, porém dar-lhes-á a sua parte dos renovaes, que em esse meio tempo se houverem dos ditos bens, e terá em guarda o quinhão do absente, e dar-lho-á quando vier, e pagará cada um primeiro seu quinhão das despesas que fôrem feitas na cultura dos herdamentos, e abudios dos ditos bens.

3. E demandando algum a outro partilha de herdamento, de que por direito deva haver parte, se o demandado lh'a não quizer dar, ou querendo elle dar partilha a outro, a que a deva dar, elle a não quizer receber, sendo para isso chamado a juizo, onde quer que esteja, e sendo esperado o tempo que lhe fôr assignado, não querendo elle vir, nem enviar por si outrem que esteja á partilha, entregaráo ao que quer partir seu quinhão do herdamento, ou bens em lugar da penhora.

E não será obrigado trazer á partição ao outro, que não quizer partir os fructos e rendas, que dos ditos bens houver em esse meio tempo até que venha partir.

4. E se algum estiver em posse de herdamentos, de que deva dar partilha, e os outros que n'elles tem quinhão, lhe demandarem seu quinhão do pão; e dos fructos que colheo desses herdamentos que lavra, e possue, deve-lhe dar outro tanto quinhão dos fructos, quanto cada um deve haver nos herdamentos, e elles lhe devem dar cada um seu quinhão da semente que ahi mettem, e das outras despesas que ahi tiver feitas.

5. Tendo os herdeiros, ou companheiros alguma cousa, que não possam entre si partir sem damno, assim como escravo, besta, moinho, lagar, ou outra cousa semelhante, não a devem

partir, mas devem-na vender a cada um d'elles, ou a outro algum qual mais quizerem, ou por seu aprazimento tracarão com outras cousas, se as ahi houver.

E si se não poderem por esta maneira haver, arrenda-la-ão, e partirão a renda entre si.

6. E se por morte do pai, ou mãe ficarem muitos filhos, e algum fôr menor de vinte cinco annos, poderão os outros irmãos partir por si, e por elle, com o pai, ou mãe que vivo ficar, com autoridade do juiz a que pertencer, e depois que tiverem partido, dará o juiz partidor que parta pelo menor, com os outros irmãos que fôrem de idade cumprida, e valerá a partilha assim feita.

7. Finando-se o pai, se ficar a mãe viva, sendo casados por carta de rmetade, e antes que tenha dado partilha de herança aos filhos, ou outros herdeiros do marido comprar, ou ganhar com os fructos, ou dinheiro da herança alguma cousa, tendo recebido os fructos que aos filhos, ou outros herdeiros pertencião (quer os filhos sejam de entre ambos, quer da parte do morto) deve trazer tudo á partilha, quando lh'a demandarem, assim o que ficou por morte do marido, como o que depois comprou, ou ganhou antes de ter partido com os herdeiros do marido a herança, ou fructos d'ella : e isto quer se ella case, quer não.

E se os filhos, ou herdeiros do marido antes quizerem partilha dos fructos e renovos dos bens da herança, não haverão parte dos ganhos, e compras que depois fôrem feitas.

E se quizerem partilha dos ganhos, e das compras, não haverão partição dos fructos, e renovos que depois vierão.

8. E se por morte da mulher ficar o marido vivo, e ficarem filhos da parte da mulher sómente, ou outros seus herdeiros, se filhos d'ella não ficarem, será o marido obrigado dar aos filhos de sua mulher, ou outros seus herdeiros partilha do que comprar, ou ganhar com os fructos, ou dinheiro da herança, em quanto lhes não der partilha dos bens, ou dos fructos e renovos d'elles.

E dando-lhes sua parte dos fructos e renovos, não será



rigado dar-lhes partilha das compras e ganhos. A qual es-  
ta ficará aos herdeiros do defunto.

E ficando por morte da mulher filhos de entre ambos,  
ardar-se-ha a disposição do direito commum.

9. Outro sim, se por morte do pai ou mãe ficar algum de  
os filhos, ou outro seu herdeiro na posse dos bens, e vierem  
outros seus irmãos, ou herdeiros de fóra, e lhe pedirem par-  
tilha dos ditos bens, e herança, aquelle que assim tiver em  
posse, haverá sua parte d'aquillo que tiverem os outros her-  
deiros que vierem pedir a partilha, sendo cousas taes, que  
os herdeiros sejam obrigados trazer-las á partilha, como acima dissemos.  
E os irmãos, ou herdeiros que assim vierem de fóra, não  
entrarão na posse dos ditos bens que elle tiver para partir;  
mas de fóra lhe devem pedir partilha d'elles.

10. Estando algum em posse dos bens de seu pai, ou sua  
mãe por um anno, ou mais, levando d'elles os fructos e renovos,  
ficará aos outros irmãos e herdeiros partilha dos fructos e re-  
novos, ou terá cada um d'elles outro tanto tempo os ditos  
bens, quanto os elle teve, e então partirão.

11. E depois que algum começar dar partilha a seus irmãos ou  
outros quaesquer, não a póde deter, que a não acabe de todo,  
em razão de entrega de casamento, nem de outra alguma  
cousa, nem fará sobre isso demanda, até que a partilha seja  
cabada.

E o que houver de dar partilha, começa-la-á, ou no movel,  
ou na raiz, qual mais quizer.

### SECÇÃO III

#### *Tempo para a partilha*

**Ord. Hv. 4 tit. 96 § 12.** E começando alguma pessoa  
dar partilha a seus filhos, ou irmãos, ou quaesquer outros her-  
deiros, não poderá dilatar, nem deter a dita partilha por  
duvidas algumas que depois mova.



E si a pessoa que está em posse da herança, antes de começar a dar partilha, allegar algumas duvidas sobre que deva haver demanda, será tirada da posse da herança, e bens, e os ditos bens, e novidades d'elles se sequestrarão até as duvidas se acabarem.

E não se acabando as partilhas, e duvidas d'ellas d'entro de um anno contado do dia da morte do defunto, logo os bens, e herança se sequestrarão, salvo constando notoriamente, que não se acabará as partilhas, e duvidas d'ellas dentro do dito anno por culpa do possuidor, senão dos outros herdeiros.

E o mesmo se guardará, quando algum dos herdeiros tiver em si dote, ou couza que deva trazer á collação, e dixer que quer ser herdeiro, e mover alguma divida ácerca do que assim é obrigado trazer á collação : porque logo o juiz das partilhas, de seu officio sequestrará o dito dote, ou couza, posto que lhe não seja requerido pelas partes.

13. E porque o juiz dos orfãos, e mais julgadores que fazem partilhas tenham cuidado de fazer os ditos sequestros, mandamos que em suas residencias se pergunte particularmente, se os fizerão nos cazos acima declarados, e não os fazendo, se os dará em culpa nas ditas residencias.

E os ditos sequestros se não levantarão, posto que as partes o requeirão, com se offerecerem a dar fiança.

E sentindo-se alguma das partes aggravada de o juiz não fazer os ditos sequestros, não poderá appellar, sómente poderá aggravar por instrumento, ou por petição.

14. Porém o irmão que não está em posse da herança, pôde requerer ao que estiver em posse d'ella, que traga logo á partilha o que houve de seu pai, ou mãe, posto que a partilha seja entre elles começada, e não seja ainda acabada.

E n'este cazo não será o irmão que estiver em posse tirado d'ella.

15. E o que dissemos do irmão que está em posse da herança de seu pai, ou mãe, haverá logar no marido que por morte da mulher tem em seu poder os bens que ambos havião, e possuíão em sua vida.

E bem assim na mulher que por morte de seu marido ficou em posse e cabeça de casal, de cuja mão os herdeiros hão de receber a herança.

16. Si os irmãos começassem entre si partir a herança de seu pai, ou mãe, ou de qualquer outro defuncto que a elles pertença, sem algum d'elles estar em posse da herança ao tempo que começarão fazer a partilha, poderá cada um d'elles allegar contra o outro em todo o tempo (posto que a partilha não seja entre elles acabada) qualquer razão que com direito lhe pertença, assim da entrega do casamento, como de outra qualquer honra, e será ouvido em seu direito, sem embargo de já a partilha ser entre elles começada.

17. Havendo filhos que tenham dotes, se fará partilha do liquido entre os outros filhos, que não tiverem dotes, salvo se os dotados disserem que querem vir logo á partilha com seus dotes: porque então se fará a partilha direita entre todos.

E havendo alguma fazenda de partilha, que não seja liquida, ou que esteja fóra do reino, se fará partilha da fazenda liquida que estiver no reino, e assim como a fazenda que não é liquida, ou que estiver fóra do reino se fór arrecadando, assim se fará fazendo partilha d'ella.

E isto se entenderá, quando todos fôrem moradores no reino, porque morando alguns d'elles fóra do reino, e tendo fazenda que deva vir á partilha, não se dará partilha da que estiver no Reino, sem primeiro se fazer partilha da que estiver fóra d'elle.

#### SECÇÃO IV

##### *Effeito da partilha e emenda d'ella*

**Ord. liv. 4 tit. 96 § 18.** E quando a partilha fór de todo feita, e acabada entre os irmãos, ou outros herdeiros, se fór feita em sua presença, e de seu expresso aprazimento, e consentimento, por mandado da justiça, e por partidores, e for concordada, e assinada pelo juiz e partidores, ou quando as

partes fizerem partilha entre si sem autoridade de justiça, tanto que por elles fôr acabada, e o auto que se d'ella fizer fôr por elles assignado em escriptura publica, ou autos publicos em cada um desses casos não se poderá jámais a partilha desfazer, posto que alguma das partes a contradiga.

Porém si disser que foi n'ella enganado, além da ametada do que justamente lhe pertencia haver, e o assim provar, as partilhas, outro sim se não desfarão, mas os outros herdeiros lhe comporão sómente a sua direita parte.

19. Posto que a partilha seja feita e acabada, se alguma das partes disser que é errada, e feita como não deve, e provar que é aggravado, e damnificado em a sexta parte do que lhe directamente pertencia haver, a dita partição se não revogará nem fará outra de novo, mas os outros herdeiros lhe comporão outro si sua direita parte, com tanto que o que assim da partição se queixa, a contradiga, e reclame até um anno, contado do dia que a partilha se acabou perante o juiz das partilhas, ou perante outro qualquer julgador, estando em outra parte, tomando disso instrumento publico.

20. E quando o herdeiro allegar que foi enganado na sexta parte, ou além da ametade do que justamente lhe pertencia haver, como acima dito é, a sexta parte se entenderá respectivamente a todo o quinhão do herdeiro que allegar o dito engano.

21. E o que dito é, se deve entender quando todos fôrem de perfeita idade, porque se alguns d'aquelles entre os quaes fôr feita a partilha; não fôrem de idade cumprida de vinte e cinco annos, e se acharem depois enganados n'ella, pode-la-ão, se quizerem, desfazer por remedio de restituição, que por nossas Ordenações, e direito lhes é outorgado.

22 E sendo a partilha acabada, se metterão os herdeiros de posse dos seus quinhões, conforme as cartas de partilha que lhe fôrem passadas, sem embargo de quaesquer embargos com que as outras partes a isso venhão.

Nem se impedirá a dita posse, e entrega, posto que as ditas partes appellem, ou aggravem das ditas partilhas.

SECÇÃO V

*Partilha nos afôramentos perpetuos*

**Ord. liv. 4 tit. 98 § 23.** E os aforamentos perpetuos que algumas pessoas tomão para si, e seus herdeiros, e successores, sempre se hão de partir por estimação entre os filhos, ou herdeiros do defuncto, por cuja morte ficarão os bens aforados.

E porque os taes bens, segundo a natureza dos foros, não se hão de partir e hão de andar em uma só pessoa, mandamos que se encabecem em um dos herdeiros em que se todos, ou a mór parte d'elles concordarem, do dia que se o foreiro finir até seis mezes.

E o que assim os houver, pagará a estimação aos outros herdeiros, a cada um seu quinhão, e a pensão ao senhorio segundo fôrma do contrato.

E não se acordando, sejam obrigados vender os ditos bens aforados dentro de seis mezes, requerendo primeiro o senhorio se os quer tanto por tanto.

E o que comprar o dito fôro, pagará a pensão ao senhorio, e os herdeiros partirão entre si o preço, que assim houverem da venda, segundo fôrem herdeiros.

E passados os seis mezes sem o encabeçarem em algum d'elles, ou venderem, mandamos que o fôro seja devoluto ao senhorio, se o elle quizer.

24. E quando o marido, ou mulher, ou cada um d'elles; sendo já casados por carta de ametade, tomarem algum aforamento em perpetuo, por quaesquer palavras que no contracto fôrem postas serão ambos meeiros no aforamento, e por morte de cada um delles se partirá por estimação entre o que vivo ficar, e os herdeiros do que fallecer, segundo dissemos no paragrapho precedente.

E se antes que cada um delles casasse, tivesse o tal aforamento em perpetuo, e de pois casasse, partisse-á entre o que vivo ficar, e os herdeiros do defuncto, por extinção, ficando sempre o aforamento

encabeçado no que o tinha antes que casasse, ou em cada um de seus herdeiros.

Porém se no contrato do aforamento, que foi feito antes que casasse, fôr contendo, que o aforamento é dado para aquelle a que foi dado, e para seus filhos, ou para seus filhos e seus descendentes, sem fazer menção de herdeiros, e successores, ou de herdeiros, ou successores, não se partirá o tal aforamento, nem a estimação delle por morte de cada um delles entre o que vivo ficar, e os herdeiros do que fallecer, mas ficará precipuo com o que antes o tinha, ou seus herdeiros. E quanto aos que casarem por dote e arras, guardar-se-á o que entre elles fôr acordado.

SECÇÃO VI

*Suspeição no processo das partilhas*

**Ord. liv. 4 tit. 98 § 25.** E vindo alguma das partes com suspeição ao juiz das partilhas, sendo na cidade de Lisboa, o juiz dos orphãos, ou outro julgador a que a suspeição se puzer, tomará por adjunto para o ajudar a proceder, e para determinação das duvidas, outro juiz dos orphãos da mesma cidade, a qual senão poderá pôr suspeição alguma, e nos outros logares do reino, quando fôr posta suspeição aos juizes dos orphãos, ou a outros julgadores, a que algumas partilhas fôrem commetidas, ou as fizerem em razão do seus officios, tomará cada um delles por adjunto o juiz de fóra, si o no logar houver, e não o havendo, tomará um dos juizes ordinarios, que seja mais sem suspeita.

E sendo o juiz de fóra juntamente juiz dos orphãos, tomará por adjunto um dos vereadores do tal logar que seja mais sem suspeita.

E uns e outros procederão nas ditas partilhas com os ditos adjuntos, até de todo se acabarem, sem aos ditos adjuntos se poder pôr suspeição alguma. (\*)

---

(\*) Vide: Lei de 22 de Set. de 1871, art. 11 e 26. Hic: Tit. VI cap. V — Suspeição.

### CAPITULO III

#### COLLAÇÕES

##### SECÇÃO I

##### *Bens da collação e bens excluido d'ella*

**Ord. liv. 4 tit. 97:** Si o pai, ou mãe, ou ambos juntamente derem alguma cousa movei, ou de raiz a algum de seus filhos, quer em casamento, quer em outra qualquer maneira, será obrigado tornar tudo á collação, aos outros seus irmãos depois da morte do pai, e mãe, que fizerão a doação, com as novidades que os bens que assi tiver em seu poder, e trouxer á collação, renderem depois da morte dos doadores até o tempo das partilhas, porque não os tendo em seu poder ao tempo que o pai, ou mãe finar, não será obrigado trazer as novidades á collação: e isto posto que pelos irmãos lhes não seja requerido e elle quizer com elles entrar á herança.

E bem assim trará á collação tudo o que houver de seu pai, ou mãe, ou o que delles procedesse, que se chama em direito profecticio.

1 E fallecendo sómente o pai, ou mãe ficando o outro vivo e havendo ahi outros filhos, si aquelle a que foi feita a doação quizer entrar á herança do que se finou, trará á collação a metade do que lhe foi dado, e elle, e os outros irmãos partirão a outra herança commummente com o pai, ou mãe que fôr vivo, e depois que fôr morto o dito pai, ou mãe, tornará aquelle a que foi feita a doação á collação, a outra a metade que ficou, e partirá outra vez igualmente com seus irmãos. E o que dito é se entenderá quando o pai, e mãe casarão por carta de ametade, segundo lei do reino, mas quando o pai, e mãe fôrão casados por dote, e arras, e dotarão os filhos, ou lhe fizerão outra qualquer doação, se guardará a disposição do direito commum, ora dotassem ambos, ou cada um por si.

2. E não tornarão á collação o jantar, ou cea que o pai, ou mãe lhe derão em os dias de sua vida.

3. E si o filho, ou filha a que foi feita doação por pai, ou mãe, ou por ambos, assim em casamento, como por qualquer outra maneira, não quizer por morte do pai, ou mãe, ou ambos entrar com os irmãos á herança do pai, ou mãe, ou de ambos, não será obrigado tornar a seus irmãos a couza que lhe foi dada, salvo se a doação fôr tão grande que exceda a legitima desse filho, ou filha a que foi feita, e mais a terça da herança de seu pai, ou mãe, ou de ambos, se ambos lhe fizerão a doação, por cuja cauza a legitima dos outros filhos fique em alguma parte diminuida, porque em tal cazo se á herança não quizer entrar, será obrigado refazer aos irmãos toda a sua legitima, que tirada a terça lhes pertence haver dos bens do pai, ou mãe, ou de ambos, se ambos fizerão a doação.

E si elle ainda não fôr entregue dos bens, ou quantidade de que lhe foi feita doação, não poderá demandar, nem haver mais que o que montar em sua legitima, e na terça do pai, ou mãe, que lhe fizerão a tal doação.

Porque sempre as terças do pai, e mãe, até onde abrangerem, são obrigadas a refazer os casamentos que promettem, e doações que fazem a seus filhos, ainda que expressamente não fôsem obrigadas, e posto que os defuntos d'ellas ordenem outra couza.

4. E declaramos que para se dizer que a doação é grande, e excede a legitima, e terça, se ha de olhar a valia dos bens do que os deu, ou prometeu em casamento ao tempo que a fez, ou ao tempo de sua morte qual escolher o donatario.

E esta escolha será sómente nas doações dadas em casamento, porque nas outras doações que se fizerem aos filhos, se olhará que os bens do doador valerem ao tempo de sua morte.

5. E quando os filhos dotados declararem, que não querem ser herdeiros, e os dotes excederem suas legitimas, e as terças dos doadores, e fôrem obrigados refazer aos outros filhos suas legitimas por inteiro, o juiz das partilhas poderá obrigar aos filhos, que se sahem com seus dotes, a comporem a seus irmãos,



que mais tiverem em si, executivamente sem mais outro processo.

6. E querendo o filho a que foi feita a doação pelo pai, ou mãe, entrar á sua herança, e trazer á partilha a dita doação, de-lo-á fazer em todo o cazo, ainda que os irmãos não queirão.

7. E não trará o filho á collação a seus irmãos, o que lhe o pai, ou mãe derem para aprender em escolas, ou em estudo, ou quem o ensinar a qualquer outro mister, nem o que lhe deu para sair a alguma romaria, ou para a sua cavallaria enquanto solteiro, posto que vá muitas vezes á guerra, e posto que quando a ella foi já fôsse cavalleiro.

Porém si depois que o filho for casado fôr á guerra, e seu pai, ou mãe lhe derem qualquer couza para lá gastar, trará á collação tudo o que assi lhe derem: salvo si ao tempo que foi á guerra sendo casado, ainda não era cavalleiro, porque neste cazo posto que seja casado, pois se vai fazer cavalleiro, devemos por bem que não traga á collação o que n'isso gastar.

8. Nem trará o filho á collação, o que lhe o pai, ou mãe derem para sair de captiveiro, ou de homezio, nem o que com elle gastarem no paço quando era solteiro, porque si depois de casado lhe foi dado, posto que seja para o gastar no paço, trará á collação o que lhe assim fôr dado.

E declaramos que paço neste cazo se entende sómente nos que comnosco vivem, ou com a rainha, ou principe, ou cada um de nossos filhos.

9. E isto que dizemos, que o que fôr dado para cavallaria, ou paço se não traga á colloção, se entende, quando as cousas que lhe assim fôrem dadas são já gastadas, que se ainda as tiver ao tempo da morte de quem lhas deu, será obrigado traze-las á collação, assim como as tiver.

E posto que não as tenha, si lhe provarem, que o que lhe foi dado para cavallaria, o trouxe, e vendeu, ou gastou no reino, será obrigado trazer á collação o que disso recebeu, ou o que valia ao tempo que o trouxe.

10 E queremos que não tragão á collação os filhos, ou outros



descendentes as merces que a elles, ou a seus pais, e ascendentes para elles fizermos, ou tenhamos feitas, ou promettidas de casamentos, ou ajudas de casamentos, porque queremos que sejam precipuas, e *in solidum* dos filhos, ou descendentes para que os desembargarmos, e mandarmos pagar, nem lhe sejam imputadas em suas legitimas, posto que seja certo e manifesto, que em respeito e contemplação dos pais, ou dos outros ascendentes, e por seu requerimento as taes doações de casamentos, ou ajudas delles fôrão feitas aos filhos, ou a outros descendentes.

E poderão com os outros herdeiros entrar á partilha dos bens, e herança do pai, ou da mãe, e dos outros ascendentes.

E queremos que os ditos casamentos, e merces de ajuda para elles se regulem, como si fôsem bens quasi castrenses, e não tenham natureza de bens profecticios, e isto que dito haverá logar, e se guardará nos casamentos, e ajudas para elles dadas, ou promettidas por fidalgos, e outras quaesquer pessoas, que não sejam ascendentes por linha direita daquelles, a que os casamentos, ou ajudas para elles derem, porque nas doações feitas pelos ascendentes se guardará o que por direito fôr determinado.

11. Porem si a vontade, e tenção dos que as doações, e merces fizerem fôr que se hajão de partir, e vir á collação, deve-se declarar expressamente nas doações, porque o que declaradamente ácerca disto por os doadores fôr dito, e ordenado ao tempo que as doações fizerem, mandamos que se guarde.

12. E as cousas de juro que alguns de nós trazem, ou em vida, e as tenças que são em vida, ou em quanto fôr nossa merce, que os pais, ou mães, ou avós nos requerem, que em suas vidas as ponhamos em cada um de seus filhos, ou netos, e por nos disso aprazer lhe mandamos fazer cartas das ditas cousas em um filho, ou neto, determinamos, que quando as taes cousas dermos, a filho, filha, ou outro descendente per consentimento do pai, mãe, ou avô, que a dita tença, ou cousa de nós, ou da corôa de nossos reinos tinha, a dita cousa, ou tença, ou estimação della não venha a collação, nem se impate em sua legitima por morte do que a soltou, ou traspassou.

13. E dando o pai, ou mãe a seu filho bens de raiz si os tiver, quer sejam dados em certo preço, quer não, tra-los-ha á collação a seus irmãos, si os tiver.

Porém si o dito filho tiver feito bemfeitorias nos ditos bens de raiz depois que lhe assim fôrão dados, fique-lhe escolha trazer á collação os ditos bens assim como estão, com tanto que os irmãos lhe paguem as bemfeitorias, que nelles tiver feitas, e si antes quizer trazer o preço que valião ao tempo que lhe fôrão dados, pode-lo-ha fazer.

E si os bens estiverem damnificados, tendo respeito ao tempo em que lhe fôrão dados, fique escolha aos irmãos, constranger ao dito seu irmão traze-los assim como estão, e mais a estimação do damno, ou que traga o preço que valião ao tempo que lhe fôrão dados.

As quaes escolhas assim no caso das bemfeitorias, como dos damnificamentos haverão logar sómente quando as bemfeitorias, ou damnificamentos chegarem a quarta parte do preço que os bens valião ao tempo que lhe fôrão dados.

14. E si aquelle, a quem os bens fôrão dados em casamento os não tiver, por os ter vendidos, doados, ou alheados, será obrigado trazer á collação o preço que valião ao tempo que lhe fôrão dados em casamento.

15. E si lhe fôrão dados em casamento bens moveis, e os ainda tiver, tra-los-ha á collação no estado em que ao tempo da partilha estiverem, quer lhe fôssem dados em preço certo, quer não.

E não os tendo para os poder trazer, trará a estimação do que valião ao tempo que lhe fôrão dados em casamento, ou outros bens moveis taes como elles erão ao tempo que lh'os derão, qual elle mais quizer.

16. E quando o filho que catá com seu pai, ou com sua mãe, ou com ambos ganhar alguma cousa por seu trabalho, quer antes de casado, quer depois, ou lh'a nós dermos, ou qualquer outra pessoa, não será obrigado de a trazer á collação aos outros seus irmãos depois da morte de seu pai, ou mãe, posto que a

demandem, salvo se o ganhou com os bens do pai, ou da mãe, vivendo, e estando com elles, e governando-se com os bens delles.

Porque em este caso o pai, ou mãe devem haver, e receber tudo, e depois que morrer o pai, ou mãe, os irmãos o partirão entre si, depois que partirem com o que ficar vivo, e haja cada em sua parte.

E ainda que o filho se governe com os bens do pai, ou da mãe, si com os bens delles o não ganhar, não será obrigado a trazê-lo á collação.

17. E si o filho que estiver debaixo do poder de seu pai, houver delle alguns bens, ou que delle procedessem, e estando sob seu poder fallecer o pai, trará á collação a seus irmãos tudo aquillo que assim houve de seu pai, e bem assim todos os ganhos que dos ditos bens procedêrão, si os houve vivendo, e estando com o pai, ou mãe.

18. E ganhando o filho que estiver sob poder de seu pai alguns bens em acto militar, ou em acto de letras, posto que o pai morra estando o filho sob seu poder, não trará os taes bens á collação a seus irmãos, porque todos esses bens, e ganhos que delles procederem, são proprios desse filho que os ganhou.

19. E si o filho estando sob poder de seu pai, ganhasse alguns bens por outra alguma via, que se chama em direito adventicia, haverá o filho a propriedade delles, e o pai os usos e fructos enquanto o filho estiver sob seu poder, e tanto que fôr emancipado, ou casado, logo lhe serão entregues, para d'elles haver o senhorio cumprido como de sua cousa propria.

E si o pai fallecer estando o filho sob seu poder, haverá o filho todos esses bens assim como seus proprios, e não os trará á collação a seus irmãos, nem parte alguma dellos.

20. Si o avô fizer em sua vida doação de alguma cousa a seu neto, ou neta, filhos de seu filho, ou de sua filha, traze-la ha á collação depois da morte de seu avô, si quizer entrar á sua herança com seus tios irmãos de seu pai, ou mãe filhos do dito seu avô, que lhe fez a doação, si a esse tempo o pai ou mãe dos ditos netos vivo não fôr.

21. E sendo ainda ao tempo da morte do avô vivo o filho, ou filha, pai, ou mãe do neto, ou netas a que foi feita a doação pelo avô, querendo o pai ou mãe do neto, ou neta entrar á herança de seu pai, ou mãe, trará á collação a seus irmãos aquillo que por seu pai, ou mãe foi dado ao neto, ou neta, filho, ou filha d'esse que quer entrar á herança de seu pai, ou mãe com seu irmão, ou irmãos.

Porque pois a doação foi feita pelo avô ao neto por contemplação de seu pai, ou mãe, si esse pai, ou mãe quer entrar á herança do avô com seu irmão, é justo que traga á collação tudo aquillo que por sua contemplação foi dado pelo avô, a seu filho, ou filha, ainda que todos sejam vivos.

E não querendo o dito filho, ou neto entrar á partilha, se terá a maneira que acima dissemos.

E tudo o que se descontar ao filho na successão de seu pai, ou mãe pela doação que fez a seu neto, se contará na legitima ao dito neto pelos seus irmãos, quando se finar o pai, ou mãe a que assi foi descontado.

## SECÇÃO II

### *Collação em bens de emprazamento ou de fôro*

**Ord. liv. 4 tit. 97 § 22.** E por quanto muitas vezes acontece, que algumas pessoas comprão alguns bens, que outros trazem emprazados em certas pessoas com autoridade dos senhores, e os ditos compradores em sua vida, ou por seu fallecimento nomeão cada um de seus filhos, e entre o dito nomeado, e os outros irmãos se seguem duvidas, e contendas, se trará o dito nomeado á collação, ou lhe será imputado em sua legitima a valia do dito prazo, ou o dinheiro que seu pai por elle deu, ou se haverá o prazo precipuo sem os irmãos terem contra elle direito algum sobre elle.

E isto mesmo alguns hão por emprazamento de certas pessoas alguns bens damnificados, ou matos maninhos, e fazem

em elles muitas bemfeitorias, e despezas, e nomeão algum filho e os outros requerem que traga á collação a valia do dito prazo, ou o que o pai nas bemfeitorias gastou.

Querendo nós a isto prover, mandamos que si o pai, ou mãe tiver algum emprazamento que lhe seja feito em pessoas, ou para elle, e para seus filhos, ou para elle e para sua mulher, e um filho que de entre ambos nascer, ou o que derradeiro delles nomear, e em sua vida o der em casamento, ou por outro titulo a cada um de seus filhos, e o nomear ao dito prazo, seja obrigado o dito filho ao trazer á collação, si quizer herdar com seus irmãos, ou lhe será imputado em seu quinhão a valia, e estimação do prazo, que valia ao tempo que lhe foi dado.

E si o pai que lh'o deu fôr a derradeira pessoa, trará á collação o que valia na vida do pai que lh'o deu.

E não lhe sendo dado em vida do pai, ou mãe, mas nomeando-o sómente ao prazo para depois de sua morte, não será obrigado trazer o prazo, nem a valia delle á collação, nem lhe será imputado em sua legitima, nem descontado della, salvo si fôsse comprado, ou adquirido do dinheiro, ou fazenda do pai, ou mãe, que o nomeou, ou posto que não fôsse comprado, tivesse o nomeante feitas muitas bemfeitorias, e despezas nelle, porque nestes casos será o filho nomeado obrigado trazer á collação, ou lhe será contado em seu quinhão o preço por que o prazo foi comprado, ou o que valia ao tempo que o houve, qual o filho nomeado mais quizer.

E assim lhe será contado no caso das bemfeitorias, o preço que o prazo mais valer em razão d'ellas ao tempo, que elle houver o prazo, ou que custarão as ditas bemfeitorias, qual elle mais quizer.

E isto não se entenderá em algumas despezas, e bemfeitorias pequenas, nem em algumas outras que o nomeante de necessidade, conforme a direito, sem outra convenção das partes nem condição posta no contrato emphyteutico, é obrigado fazer.

23. Mandamos que depois que uma vez se fizer partilha do preço, ou das bemfeitorias de alguma propriedade foreira em

vidas, por ser comprada pelo defunto, ou ter n'ella feitas bemfeitorias as quaes se avaliárão, e partirão já na partilha que uma vez se fez dos bens do dito defunto, não tornem outra vez a collação, nem se avaliem para a partilha que se fizer d'aquelle, que houve a tal propriedade, e pagou o preço d'ella, ou as bemfeitorias que n'ellas fôrão feitas: salvo si de novo houver outras bemfeitorias feitas por aquelle que a houve, e de cujos bens agora se faz a partilha, porque n'este caso se partirão sómente, e virão á collação as bemfeitorias, e o preço d'ellas que de novo se fizerão.

24. E si algum homem sendo casado por carta da ametade comprar alguns bens foreiros para si, e certas pessoas a que os taes bens por nomeação devão vir sua mulher sera meeira na valia do prazo, ou no preço que os bens custarão.

E bem assim quando o marido fizer nos bens foreiros grandes despesas, e bemfeitorias, segundo a declaração do paragra-  
pho: *E por quanto*: quer estes bens houvesse por compra, quer por outro qualquer titulo, será sua mulher meeira na valia das ditas bemfeitorias.

25. E o filho, ou filhos que o pai nomear, serão obrigados pagar á mulher do nomeante, quer seja sua mãe, quer não, si ella em a nomeação expressamente não outorgou a parte que do preço do prazo, ou bemfeitorias lhe pertence, como acima temos dito.

E ficando ella nomeada em tal prazo, será obrigada satisfazer aos herdeiros do marido a sua parte da valia d'elle, ou bemfeitorias, qual ella escolher, pela maneira que em os filhos dito é.

E esta maneira se terá com o marido, quando o prazo fôr da mulher.

## CAPITULO IV.

### TUTORES E CURADORES

#### SECÇÃO I

#### *Tutores e curadores dos orphãos*

**Ord. liv. 4 tit. 102 :** O juiz dos orphãos terá cuidado de dar tutores, e curadores a todos os orphãos, e menores que os não tiverem, dentro de um mez, do dia que ficarem orphãos, aos quaes tutores, e curadores fará entregar todos os bens moveis, e de raiz, e dinheiro dos ditos orphãos, e menores per conto, e recado, e inventario feito pelo escrivão de seu cargo, sob pena de privação do officio.

I. E para saber como ha de dar os ditos tutores, e curadores: primeiramente se informará si o pai, ou avô deixou em seu testamento tutor, ou curador a seus filhos, ou netos.

E si era pessoa que podia fazer testamento, por quanto algumas pessoas o não podem fazer, como acima é dito.

E saberá, outro si, si deixou por tutor, ou curador pessoa que per direito o póde ser, que não seja menor de 25 annos, ou sandeu, ou prodigo, ou inimigo do orphão, ou pobre ao tempo do fallecimento do defunto, ou escravo, ou infame, ou religioso, ou impedido de algum outro impedimento perpetuo.

E onde tutor fôr dado em testamento perfeito, e solemne, não será dado ao orphão, ou menor outro tutor, ou curador pelo juiz, mas aquelle que lhe foi dado em testamento o será em quanto o fizer bem, e como deve a proveito do orphão, ou menor, e não fizer cousa porque deva ser tirado da dita tutoria, ou curadoria.

E estes tutores, ou curadores dados em testamento pelas sobre ditas pessoas, que por direito os podem dar, não serão obrigados dar fiança alguma.

SEÇÃO II

*Tutores e curadores testamentarios*

**Ord. liv. 4 tit. 103 § 2.** E si algum pai em testamento deixar tutor, ou curador a seu filho natural, e não legitimo, ou a mãe deixasse tutor, ou curador em seu testamento a seus filhos, essas taes tutorias ou curadorias devem ser confirmadas pelo juiz dos orphãos, si vir que os taes tutores ou curadores são para isso pertencentes.

3 E si algum orphão não tiver tutor, ou curador que lhe fôsse deixado em testamento, e tiver mãe, ou avó que viverem honestamente, e não fôrem já outra vez casadas, e quizerem ter as tutorias, ou curadorias de seus filhos, ou netos, não consentirá o juiz dos orphãos que uzem d'ellas, até perante elle se obrigarem de bem, e fielmente administrarem os bens, e pessoas de seus filhos, ou netos: o que havendo de casar, antes que casem pedirão que lhe sejam dados tutores, ou curadores, aos quaes entregaráõ todos os bens, que aos ditos orphãos pertencerem, para o que renunciaráõ perante o juiz o beneficio da lei do velleano, a qual diz que nenhuma mulher póde ser fiador, nem obrigar-se por outrem, a qual lei lhe será declarada qual é o favor que por ella lhes é dado.

E assim renunciaráõ todos os outros direitos, e privilegios introduzidos em favor das mulheres.

E que sem embargo delles cumpriráõ tudo aquillo a que assim se obrigarem.

E este auto, e renunciação, e obrigação, escreverá o escrivão no inventario dos bens dos ditos orphãos, e o juiz o assignará de seu sinal, e o fará assignar a tres testemunhas pelo menos, que serão presentes, das quaes uma subscreverá, e dirá que assigna pela dita tutora, ou curadora, que assim se obrigou por lh'o ella rogar, quando ella não souber escrever.

E tanto que o dito auto fôr feito, lhe deixará ter os orphãos ou menores, e seus bens, em quanto o bem fizer, e se não casar.



E não tendo, nem possuindo bens de raiz as ditas mãis, ou avós dos orphãos, porque possam cumprir a obrigação sobre-dita, darão fiança bastante e segura a toda a fazenda dos ditos orphãos que lhe assim ficar em poder, a qual fiança o juiz fará assignar, e escrever nos inventarios com testemunhas, como se costuma nas notas de semelhantes contratos, e ser-lhe-á dada fé como a escriptura feita per tabellião das notas.

E outras mulheres não serão dadas por tutoras, ou curadoras nem lhes será consentido que uzem de tal carregio, posto que o queirão ser.

4 E si alguma mulher sendo viuva fôr dada por tutora, ou curadora de seus filhos, ou netos na maneira que dito é, e se casar, e por isso lhe fôr removida, e tirada a tutoria, e curadoria, si ella depois enviudar, e quizer tornar a ser tutora, e curadora dos ditos seus filhos ou netos, não lhe será consentido.

### SECÇÃO III

#### *Tutor e curador legitimo*

**Ord. liv. 4 tit. 102 § 5.** E si o orphão, ou menor não tiver tutor, ou curador dado em testamento, nem mãe, ou avô que seja sua tutora, ou curadora na maneira que dito é, o parente mais chegado que tiver no logar, ou seu termo onde estão os bens do orphão, será constrangido, que seja seu tutor, ou curador.

E si tiver muitos parentes em igual gráo, o juiz escolherá o mais idoneo, e pertencente para isso, e o constrangerá ao ser.

Porém antes de lhe entregar o dito orphão, ou menor, e seus bens dará fiador abonado, que por elle se obrigue, que guardará, e aproveitará os bens do orphão, e os fructos e rendas delles.

E além disto o dito tutor, ou curador jurará de fazer todas as cousas que fôrem em proveito do orphão, e guardar fielmente sua pessoa e bens.

Porém si o tutor fôr abonado em tantos bens de raiz, porque

o orphão razoadamente possa ter segurança de seus bens, e endas delles, emquanto em poder do tutor estiverem, não será constrangido a dar fiança.

E não sendo abonado, si jurar aos santos Evangelhos, que não tem, nem pôde achar fiador, tendo feito toda a diligencia em o buscar, si o juiz houver per verdadeira informação, que elle é pessoa honesta, e digna de fé, e que bem rege, e governa sua pessoa, e fazenda, de que razoadamente se deva, e possa fiar a pessoa, e bens do orphão, concorrendo todas estas cousas seja relevado da fiança, e seja constrangido a reger, e administrar a dita tutoria.

E emquanto o juiz achar parente do orphão abonado para ser tutor, não constrangerá o que não fôr abonado, ainda que seja parente mais chegado em grão, de maneira que sómente por falta do abonado seja constrangido o não abonado.

E emquanto fôr achado parente do orphão idoneo, e pertencente para ser seu tutor, não seja constrangido a isso algum estranho.

6. E si algum parente mais chegado se escusar de ser tutor, não herdará os bens do dito orphão, si morrer antes de haver 14 annos, si fôr varão; e antes de 12, si fôr femea.

E morrendo o orphão depois da dita idade, não perderá o tal seu parente o direito que tiver para herdar em seus bens, por assi se escusar da tutoria.

#### SECÇÃO IV

##### *Tutores e curadores dativos.*

**Ord. Hv. 4 tit. 102 § 7.** E não se achando parente ao orphão para poder ser constrangido, o juiz obrigará um homem bom do lugar, que seja abonado, discreto, digno de fé, e pertencente para ser tutor, e curador do dito orphão, e para guardar e administrar sua pessoa, e bens que o orphão tiver nesse lugar; ao qual fará entregar o dito orphão, e todos seus bens per escripto.

8. E tendo o orphão alguns bens em outro lugar fóra da

jurisdição do dito juiz, este juiz escreverá com diligencia ao juiz do lugar onde os ditos bens estiverem, dando-lhe declaradamente a informação do negocio, e requerendo-lhe da nossa parte, que faça logo dar um curador abonado a esses bens, e lh'os faça entregar por escripto, sendo-lhe primeiro dado juramento, que os administrará bem e fielmente, e dará conta delles, e dos fructos e rendas que renderem, a toda o tempo que para isso fôr requerido.

E o dito juiz tenha cuidado de haver a resposta per escripto do outro juiz a que tal recado enviar, e da obra que por elle fez; o que todo se escreverá no inventario dos bens do dito orphão, para todo vir a bôa arrecadação.

E faça o dito juiz de tal maneira, que por sua culpa, ou negligencia os bens dos orphãos não recebam damno, porque todo o damno, e perda que receberem, pagará por seus bens.

9. E os tutores que não sendo parentes, fôrem constrangidos, não serão obrigados ter as ditas tutorias contra suas vontades mais que dous annos continuos, contados do dia que começarem reger, e administrar.

E acabados os dous annos, o tutor requererá logo ao juiz dos orphãos, que dê outro tutor ao orphão.

E o dito juiz constrangerá logo ao outro na maneira que dito é ao qual mandará entregar per escripto todos os bens, e rendas do orphão, constrangendo o tutor, que de antes foi, que lh'os faça logo entregar realmente, e com effeito.

E não fazendo a entrega do dia que a conta fôr acabada, até nove dias primeiros seguintes, seja logo preso até que da cadeia com effeito pague, e entregue ao tutor novo, tudo o que per conta fôr achado que deve ao orphão.

E assim se faça cada vez que algum tutor fôr removido ou dado outro de novo.

10. E si algum tutor, não sendo parente do orphão, quizer ter a tutoria mais tempo, que os ditos dous annos, achando o juiz que a administrou bem o tempo passado, e que é abonado para isso, e que não ha outra causa para lhe deverser tirada, deixar-lhe-á ter a dita tutoria em quanto o bem fizer, e bem parecer ao juiz.

SECÇÃO V

*Curadores aos prodigos e mentecaptos.*

**Ord. liv. 4 tit. 103 :** Porque, além dos curadores que hão de ser dados aos menores de 25 annos, se devem também dar curadores aos desasistados, e desmemoriados e aos prodigos, que mal gastarem suas fazendas.

Mandamos que, tanto que o juiz dos orphãos souber que em sua jurisdicção ha algum sandeu, que por causa de sua sandice possa fazer mal, ou damno algum na pessoa, ou na fazenda, o entregue a seu pai, si o tiver, e lhe mande, de nossa parte, que d'ahi em diante ponha n'elle bôa guarda, assi na pessoa como na fazenda, e si cumprir o faça aprisoar, em maneira que não possa fazer mal a outrem.

E si depois que lhe assi fôr encarregada a guarda do dito seu filho, elle fizer algum mal, ou damno a o utrem na pessoa, ou fazenda, o dito seu pai será obrigado a emendar tudo, e satisfazer pelo corpo, e bens, por a culpa, e negligencia que assim teve, em não guardar o filho.

E os bens que o sandeu tiver, serão entregues ao dito seu pai per inventario feito pelo escrivão dos orphãos, e o juiz ordenará certa couza ao dito pai, porque o haja manter.

1. E sendo o sandeu, ou prodigo, ou desmemoriado casado, será entregue a seu pai, si o tiver, e será feito pelo juiz e escrivão dos orphãos inventario de todos os bens moveis, e de raiz, e da renda d'elles, e assignará o juiz a sua mulher o necessario para seu mantimento, e dos filhos, si os tiver, e para vestir, e calçar, e alfaias de casa, e outras despezas necessarias, conforme a qualidade de sua pessoa, e da fazenda do dito seu marido, e ao pai que é dado por seu curador se dará juramento, que bem e fielmente governe a fazenda, e bens do filho, e faça d'elle curar com bôa diligencia a medicos, segundo lhe fôr necessario, e a qualidade de sua pessoa requerer.

E o juiz mandará escrever ao escrivão todas as despezas

que o dito seu curador fizer, assi ácerca da cura e mantimento do dito seu filho, como do mantimento, e despesas que fizer com a mulher, e filhos do dito seu filho, para tudo vir a boa arrecadação.

Porém si sua mulher viver honestamente, e tiver entendimento e discrição, e quizer tomar carregó de seu marido, ser-lhe-ão entregues todos seus bens, sem ser obrigada a fazer inventario.

2. E esta curadoria administrará o pai, ou a mulher, emquanto o filho ou marido durar na sandice.

E tornando a seu perfeito sizo, e entendimento, ser-lhe-ão tornados e restituídos seus bens com toda livre administração d'elles, como a tinha antes que perdesse o entendimento.

E o pai será obrigado a dar conta, como os regeu e administrou emquanto foi seu curador.

E si alguma duvida houver entre elles sobre a dita conta, determine-a o juiz como achar per direito.

3. E sendo furioso per intervallos, e interposições de tempo, não deixará seu pai, ou sua mulher de ser seu curador no tempo em assim parecer sesudo, e tornado a seu entendimento.

Porém em quanto elle estiver em seu siso, e entendimento, poderá governar sua fazenda, como se fósse de perfeito siso.

E tanto que tornar á sandice, logo seu pai, ou sua mulher usará da curadoria, e regerá e administrará a pessoa, e fazenda d'elle como d'antes.

4. E não tendo o desasisado pai, nem mulher, e tendo algum avô da parte do pai, ou da mãe, o juiz lhe encarregará a curadoria.

E tendo ambos vivos, a encarregará ao que para isso for mais pertencente, e o constrangerá, que aceite o dito cargo.

5. E no caso que o desasisado não tiver pai, nem mulher, nem avô, seja constrangido para ser seu curador seu filho varão, tal que seja para isso idoneo, e maior de vinte e cinco annos, e não tendo tal filho, seja constrangido para isso seu irmão para isso pertencente, e maior da dita idade, e que tenha casa mantida em que viva, e não havendo tal irmão, será constrangido

o parente mais chegado, assim da parte do pai, como da mãe, que para isso fôr pertencente, e abonado em tantos bens, que abastem, segundo a fazenda e o patrimonio do desasistado.

E não tendo parentes, seja constrangido qualquer estranho a fornecer, e abonado como dito é.

6. E si o juiz por inquirição souber, que em a cidade, villa, ou logar de seu julgado ha alguma pessoa, que como prodigo desordenadamente gasta, e destrue sua fazenda, mandará pôr editos de edictos nos logares publicos, e apregoar por pregoeiro, que dahi em diante ninguem venda, nem escambe, nem faça algum outro contrato de qualquer natureza, e condição que seja com elle, sendo certos, que todos os contratos, que com elle fôrem feitos, serão havidos por nenhuns.

E além disso si o dito prodigo per virtude de taes contractos alguma cousa receber, não poderá mais por ella ser demandado.

E feito tudo isto, e escripto pelo escrivão dos orphãos, dará o juiz curador á fazenda, e bens do tal prodigo guardando em tudo o que acima dissemos do desasistado.

7. E esta curadoria durará em quanto o dito pródigo perseverar em seu máo governo, etornando elle em algum tempo a bons costumes, e temperança de sua despeza pela fama que d'elle houver, e pelo arbitrio, e juizo de seus parentes, amigos, e vizinhos que o saibão, e affirmem per juramento dos Evangelhos, em tal caso lhes serão entregues seus bens para os livremente reger, e administrar.

8. E estes curadores dados assi aos desasistados, como aos pródigos, não serão obrigados a servir mais em cada uma curadoria, que dois annos cumpridos, segundo acima é ordenado acerca do curador dativo, que é dado ao menor 25 annos, salvo no caso onde lhe fôr dado por curador seu pai, ou sua mulher, ou avô, porque cada um destes terá a curadoria em quanto o sandeu durar na sandice, ou o pródigo em seu máo governo.

SECÇÃO VI

*Escusa dos tutores*

**Ord. liv. 4 tit. 104:** Porque as pessoas que são dadas por tutores algumas vezes se escusão de o ser para que se saiba quaes escusas são legitimas, e quaes não, declaramos que por privilegio que algumas pessoas tenham, nunca se entendem serem privilegiadas para deixarem de ser tutores de seus parentes, as quaes tutorias se chamão em direito legitimas.

Mas sómente aquelle que assim fôr privilegiado será escuso de ser tutor daquelles que são dados pelo juiz a pessoas estranhas que em direito se chamão tutores dativos.

Porém si algum tivesse cinco filhos legitimos entre machos e femeas, ou tivesse cinco netos, ou netas de algum seu filho, ou filhos, ou de filha, ou filhas já defuntos, ou essa filha, mãe dos ditos netos seja casada com outro marido, si esse pai tivesse todos os cinco filhos em seu poder, ou o avô tivesse todos os ditos netos debaixo de sua administração, será escuso de todas as tutorias, quer seja deixado por tutor em testamento, quer seja parente do orphão, quer dado pelo juiz, por falta de parentes.

E posto que os cinco ditos filhos, ou netos não sejam vivos ao tempo que a dita tutoria lhe fôr encarregada a seu pai, ou avô, si elles, ou cada um delles morrerão em acto de guerra, ou indo para ella em nosso serviço, estes que assim morrerão, serão contados para escusar o dito seu pai, ou avô de toda a tutoria, assi como si fôsssem vivos.

1. E serão escusos de todas as tutorias, assi deixadas em testamento, como legitimas, ou dativas, os nossos desembargadores, corregedores, ouvidores, juizes, e vereadores de quaesquer cidades, villas, ou logares de nossos reinos.

Mas os juizes, e vereadores não serão escusos das tutorias de que já fôsssem encarregados antes que houvessem os officios, salvo os juizes de fóra, que nós enviarmos a algumas cidades, ou villas emquanto nossa mercê fôr, porque estes taes serão

escusos de todas tutorias, posto que ao tempo em que os enviássemos já dellas fossem encarregados, e as tivessem aceitadas.

E bem assi serão escusos todos os officiaes que são deputados para servir ante os sobreditos, assim como procuradores, escriptvães, inquiridores, contadores, carcereiros, porteiros, e caminheiros.

2. E pela mesma maneira serão escusos os que administração cousas nossas, como vedor da fazenda, contadores, thesoureiros, almoxarifes, e todos os mais officiaes, que outrosi são deputados para servir ante elles. E bem assi os rendeiros de nossas rendas, que sejam de 20\$ para cima.

3. Item todo o maior de 70 annos será escuso de toda a tutoria deixada em testamento, ou legitima, ou dativa.

E bem assi o menor de 25 annos, posto que tenha impetrado carta nossa por que seja havido por maior, e lhe sejam entregues seus bens, não será constrangido para tutoria alguma, até ser de 25 annos perfeitos.

E posto que o tal menor queira ser tutor, não lhe seja consentido.

4. Item será escuso de toda a tutoria, o que fôr enfermo de tal enfermidade, que razoadamente não possa reger, e administrar sua fazenda, emquanto tal enfermidade durar.

5. E bem assi será escuso de toda a tutoria o fidalgo de linhagem, ou cavalleiro, e o doutor em leis, canones, ou medicina, feitos por exame em estudo geral; e posto que cada um destes queira ser tutor, não deve ser a elle recebido.

Porém sempre lhes ficará seu direito resguardado de succeder na herança do orphão, si ao tempo de sua morte lhes pertencer per direito; porque pois não houve culpa nelles em deixarem de ser tutores, não lhes deve ser imputada para perderem o direito de succederem ao orphão.

6. E porque além destes tutores que são dados aos orphãos emquanto não chegam á idade de 14 annos si são varões, ou até 12 si são femeas, depois que passam da dita idade, e não chegam a 25 annos lhes são dados curadores, tudo o que acima dissemos ácerca das pessoas que podem ser tutores, assim deixados



em testamento, como daquelles, que são constrangidos por serem parentes dos orphãos, como dos que são dados pelo juiz por falta de parentes, e também ácerca das escusas que por si podem allegar, como em aquelles que o não devem ser, haverá lugar em os curadores que fôrem dados aos menores de 25 annos.

## CAPITULO V

### PESSOA E BENS DO ORPHÃO

#### SECÇÃO I

##### *Arrolamento dos orphãos, e dos seus bens.*

**Ord. liv. 1 tit. 88 § 3 :** E o juiz dos orphãos deve com grande diligencia e cuidado saber quantos orphãos ha na cidade, villa, ou logar, em que é juiz, e faze-los todos escrever em um livro ao escrivão d'esse officio, declarando o nome de cada orphão, e cujo filho é, de que idade, e onde vive, e com quem, e quem é seu tutor e curador.

E deve saber quantos bens tem moveis, e de raiz, e quem os traz, e se andão bem aproveitados, damnificados ou perdidos, e por cuja culpa, e negligencia, para os poder fazer aproveitar e arrecadar.

E assim deve fazer pagar aos orphãos toda a perda e damno, que em seus bens receberem por aquelles que n'isso achar negligentes ou culpados.

E o juiz que assi não cumprir, pagará aos ditos orphãos toda a perda e damno, que por isso receberem.

#### SECÇÃO II

##### *Criação do orphão*

**Ord. liv. 1 tit. 88 § 10.** E si alguns orphãos nascidos de legitimo matrimonio, ficarem em tão pequena idade, que hajão mister criação, da-los-hão a criar a suas mães, si as tiverem, emquanto se ellas não casarem.

A qual criação serão obrigadas fazer, até os orphãos haverem tres annos cumpridos; e isto de leite sómente, sem por isto levarem cousa alguma, e todo o al lhes será dado dos bens dos ditos orphãos, conforme ao que na cidade, villa, ou logar se acostuma dar ás amas por criação de meninos.

E esta criação se pagará até o tempo, que os orphãos sejaõ de idade, em que possam merecer alguma cousa por seu serviço.

Porém si alguma mãi fôr de tal qualidade, e condição, que não deva com razão criar seus filhos ao peito, ou por algum impedimento os não possa criar, será o orphão dado a ama que o crie, assi de leite, como de toda a outra criação, que lhe fôr necessaria, á custa dos bens dos ditos orphãos.

E si não tiverem bens, per que se possa pagar sua criação, suas mãis serão constrangidas, que os criem de graça de toda criação, até serem de idade em que possam merecer soldada.

11. Porém si as crianças, que não fõrem de legitimo matrimonio, fõrem filhos de alguns homens casados, ou de solteiros, o primeiro serão constrangidos seus pais, que os criem, e não tendo elles por onde os criar, se criarão á custa das mãis.

E não tendo elles, nem ellas por onde os criar, sejaõ requeridos seus parentes, que os mandem criar.

E não o querendo fazer, ou sendo filhos de religiosos, ou de mulheres casadas, os mandarão criar á custa dos hospitaes, ou albergarias, que houver na cidade, villa, ou logar, si tiver bens ordenados para criação dos engeitados; de modo que as crianças não morrão por falta de criação.

E não havendo ahi taes hospitaes e albergarias, se criarão á custa das rendas do concelho.

E não tendo o concelho rendas, per que se possam criar, os officiaes da camara lançarão finta pelas pessoas, que nas fintas e encarregos do concelho hão de pagar.

12. Item si o juiz dos orphãos achar, que algumas pessoas criarão alguns orphãos pequenos, sem levarem por sua criação algum preço, si a criação fizerão antes de os orphãos chegarem á idade de sete annos, a estes que assim criárão, deixarão ter de graça outros tantos annos, quantos os assim criárão sem preço.

SECÇÃO III

*Soldada*

**Ord. liv. 1 tit. 88 § 13:** E quando si alguns orphãos houverem de dar por soldada, ou a pessoas, que se hajão de obrigar de os casar, tanto que fôrem de idade de sete annos, e juiz dos orphãos fará lançar pregão no fim de suas audiencias, em que digão, que têm orphãos para se darem por soldada, ou por obrigação de casamento, que quem os quizer tomar vá á sua casa, e que lh'os dará, não nomeando no pregão que orphãos são, nem cujos filhos.

E não os dará, sinão em sua casa, a quem por elles mais soldada der.

E fará obrigar per escripturas publicas a aquelles, a que os der, que lhes pagarão seus serviços, casamentos ou soldadas, segundo lhes fôrem dadas, aos tempos que se obrigarem pagar, para o que darão fiadores abastantes ao assi cumprirem.

E si alguns orphãos fôrem filhos de lavradores, e outros lavradores os quizerem para o mister da lavoura, não lhes serão tirados tanto por tanto.

E si suas mesmas mãis os houverem mister para lavoura, e fôrem viúvas, que viverem honestamente, a ellas se dêem primeiro tanto por tanto.

E não tendo mãis, si seus avós os quizerem para o dito mister, a elles se dêem.

E não tendo avós, si outros parentes tiverem, e para o dito mister da lavoura os quizerem, a elles sejam dados, preferindo sempre os parentes mais chegados até o quarto grão.

E havendo dous em igual grão, precederá o da parte do pai, que fôr mais abastado.

E o juiz, que isto não cumprir, pagará ao orphão toda a perda e damno, que por isso se lhe causar.

E o juiz, que o filho do lavrador der a quem não fôr lavrador, para outro serviço, achando lavrador, que o queira tomar, pagará mil réis.

E o tutor, que em tal dada consentir, outros mil réis, a mãe para quem os accusar, e a outra para as obras do concelho.

E não tolhemos aos lavradores, a que os orphãos fôrem dados principalmente para lavrar, servirem-se delles em guardar do, e bestas, e outros serviços, quando lhes cumprir, com tanto que principalmente os occupem na lavoura.

E em todo o caso, quando o orphão se houver de dar por soldada, não será tirado á sua mãe, emquanto se não casar, ou seus avós tanto por tanto.

14. E o juiz dos orphãos, ou escrivão de ante elle, não tomará para si por soldada, nem em outra maneira orphão algum de sua jurisdição, posto que lhe queirão dar mais soldada, que outra pessoa, sob pena de perderem os officios, e mais a soldada, que prometterem anoveado, a metade para quem acuser, e a outra para o orphão.

15. Si alguns orphãos fôrem filhos de taes pessoas, que não devão ser dados por soldadas, o juiz lhes ordenará o que lhes necessario fôr para seu mantimento, vestido, e calçado, e todo o mais em cada um anno.

E o mandará escrever no inventario, para se levar em conta a seu tutor, ou curador.

E mandará ensinar a ler, e escrever áquelles, que fôrem para isso, até idade de 12 annos.

E dahi em diante lhes ordenará sua vida, e ensino, segundo a qualidade de suas pessoas, e fazenda.

16. E si fôrem filhos de officiaes mecanicos, serão postos a aprender os officios de seus pais, ou outros, para que mais pertencentes sejam, ou mais proveitosos, segundo sua disposição, e inclinação, fazendo escripturas publicas com os mestres, em que se obriguem aos dar ensinados em aquelles officios, em certo tempo arrazoado, obrigando para isso seus bens.

E o tutor, ou curador com autoridade do juiz obrigará os bens dos orphãos, e suas pessoas a servirem os ditos mestres, por aquelle tempo, no serviço que taes aprendizes costumão fazer.

E o juiz que isto nao cumprir, pagará ao orphão toda a perda e damno, que por isso se lhe causar.

17. E si os orphãos fugirem por culpa de seus amos, que os tinham, por os tratarem mal, serão constrangidos a lhes pagar aquelle tempo que os servirão, sem os orphãos serem obrigados a acabar de servir o tempo da obrigação.

E si a fugida fôr por culpa dos orphãos, serão constrangidos a tornar a servir todo o tempo conteudo na obrigação, e mais outro tanto, quanto deixarão de servir, por andarem fugidos por sua culpa, não passando de seis mezes todo o tempo, que por pena houverem de servir.

Porém si aquelles, que os tinham, não quizerem que os acabem de servir, não serão obrigados a os tomar, não lhe sendo tornados dentro de um mez, do dia que fugirão.

E si algum dinheiro tiverem recebido dante mão, torna-lhe soldo á libra do tempo que o orphão servio.

18. E defendemos que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja, não tome nenhum orphão, nem se sirva delle no lugar onde tiver seu tutor ou curador, sem lhe ser dado pelo dito tutor ou curador, com autoridade do juiz dos orphãos.

O qual, quando os houver de dar por soldada, os dará a pessoas de quem sejam bem tratados, e com as seguranças e condições atraz declaradas.

E qualquer pessoa, que os ditos orphãos de outra maneira tomar, ou se servir delles, pagará por cada mez ao orphão mil réis, e outro tanto aos captivos.

E o tutor ou curador que deixar assi estar o dito orphão pagará esta pena em dobro.

E o juiz que nisso fôr negligente, pela primeira vez será suspenso do officio um anno: e pela segunda o perderá, e pagará outro tanto, como ha de pagar a pessoa que assi tiver o dito orphão sem sua licença.

E tomando-o fóra do lugar, onde tiver seu tutor ou curador pagará o dito orphão o que merecer pela soldada.

SEÇÃO IV

*Casamentos*

**Ord. liv. 1. tit. 88 § 19:** E si algum orphão ou menor de 25 annos, que tiver tutor, ou curador, se casar a autoridade do juiz dos orphãos, e o casamento fôr feito a vontade do orphão, ou menor, sem induzimento de pessoa alguma, e fôr o casamento menos daquillo, que o orphão menor pudera achar segundo a qualidade de sua pessoa, e fazenda que tiver, não lhe mandará o juiz entregar seus bens até chegar á idade de 20 annos.

E posto que haja carta nossa, ou dos nossos desembargados do paço, para que lhes sejam entregues, si nella se não fizer expressa menção, como assi se casou sem autoridade do juiz dos orphãos, o dito juiz não cumprirá tal carta, nem lhe mandará entregar seus bens, até chegar á idade de 20 annos.

E esta pena haverá outro qualquer, que sem autoridade dos casar com alguma orphã, ou menor de 25 annos que tutor, ou curador tiver.

20. E casando algum orphão sem autoridade do juiz dos orphãos, posto que tutor ou curador não tenha, por engano, ou induzimento, que lhe per alguma pessoa seja feito, aquelle que o assim enganou, ou induzio, será constrangido perfazer ao orphão sobre a fazenda da dita pessoa, com quem assi casou, tanto quanto lhe devêra ser dado em casamento com a pessoa, com quem assi casou.

21. E si algum tutor, ou curador induzir a algum orphão, ou menor de 25 annos, cujo tutor, ou curador fôr, e o casar a autoridade do juiz dos orphãos, será constrangido dar de sua fazenda ao dito orphão outro tanto, quanto elle tiver.

E além disso será preso até nossa mercê, e pagará para nossa câmara o quinto daquillo que por bem deste regimento ha de satisfazer ao orphão, não se descontando pelo tal quinto coisa alguma do que ao dito orphão mandamos dar.

SECÇÃO V

*Bens dos orphãos*

**Ord. liv. 1 tit. 88. § 22:** E terá cuidado o juiz dos orphãos de saber, como os bens delles são aproveitados.

E si o não fôrem, faça-os aproveitar logo.

E os que damnificados fôrem, saiba por cuja culpa.

E pelos bens dos que nisto fôrem culpados, os faça aproveitar, e tornar a seu estado com os fructos e rendas, que delles poderão haver, si aproveitados forão.

23. E constrangerá aos tutores, que arrendem os bens, que fôrem para arrendar, os quaes farão metter em prégão os ditos bens, e arrematar a quem por elles mais dêr, sendo sempre as ditas arrematações com autoridade do juiz dos orphãos.

E achando que não dão por elles couza arrazoada, os fará aproveitar aos tutores, ou curadores.

E o que rendorem de fructos, ou novidades, receberão os tutores por conta, e recado, e lhes será carregado em receita no livro do inventario do orphão, ou menor, pelo escrivão do dito officio.

E não farão contractos alguns dos bens, e dinheiro dos orphãos, em que haja alguma especie de usura, nem consentirão que se fação: e fazendo-se, o que o assi fizer, incorrerá nas penas conteudas no liv. 4 tit.: *Das usuras*: assi como incorrerá si o tal dinheiro, ou bens fôrão seus.

Porém o dinheiro ou bens dos orphãos não se perderão por isso.

24. Et tendo o orphão bens em outro lugar fóra da jurisdição do dito juiz, elle escreverá com diligencia ao juiz do lugar, onde os ditos bens estiverem, dando-lhe declaradamente a informação do negocio, e requerendo-lhe de nossa parte, que faça logo dar um curador abonado a esses bens, e lhes faça entregar per escripto, sendo-lhe primeiro dado juramento, que os administrará bem, e fielmente, e dará conta delles, e dos fructos e rendas que renderem, a todo o tempo, que para isso fôr requerido.



E o dito juiz tera cuidado de haver a dita resposta percripto do outro juiz, a que tal recado enviar, e da obra que elle fez.

O que tudo se escreverá no inventario dos bens do dito orphão, para vir á boa arrecadação.

E faça de tal maneira, que por sua culpa e negligencia os bens dos orphãos não recebam damno, porque todo o damno e perda que receberem pagará per seus bens.

25. E achando que os orphãos têm bens moveis, que será mais seu proveito venderem-se, manda-los-ha vender em régão ou almoeda, a quem por elles mais dêr.

E do dinheiro que se delles fizer, e de qualquer outro que vier, mandará aos tutores, e curadores, que com sua autoridade comprem bens de raiz para os ditos orphãos, que lhes vendão.

E achando herdades de pão, antes as comprem que vinhas, nem outras heranças que hajão mister adubios.

E destas heranças, que assi comprarem, faça o juiz fazer as escripturas das compras com toda a segurança, que para os orphãos fôr necessaria, em maneira que os bens, que comprem, não lhes possa ser em algum tempo tirados, por se dizer que não erão dos vendedores, ou por defeito de alguma solemnidade nas ditas escripturas.

E antes de se fazerem as compras, fará toda a diligencia que cumprir, para se saber si esses bens são livres, e desembargados, e sem obrigação a alguma pessoa, por onde a venda não fique firme, e segura.

26. E em nenhum caso se venderão bens de raiz dos orphãos ou menores, salvo por tal necessidade, que se não possa escusar.

E quando se assi houverem de vender, vender-se-ha a propriedade, que menos proveitosa fôr ao orphão.

E vendendo-se de outra maneira, a venda seja nenhuma, e o tutor, ou curador, que a fizer, e o juiz, que a ella der sua autoridade, pagarão ao orphão toda a perda e damno, que em razão da dita venda receber.



27. E defendemos ao juiz dos orphãos, que não mande entregar os bens a nenhum orphão, salvo si houver 20 annos perfectos, ou fôr casado per sua autoridade depois de haver 18 annos, ou levar carta de suprimimento de idade, passada pelos desembargadores do paço, como diremos no liv. 3 tit. 42 : *Do orphão menor de 25 annos, que impetrou graça.*

E não por outros officiaes, nem corregedores, nem provedores.

23. E havendo o menor tal carta, ou sendo casado, e de idade de 20 annos, sendo lhe seus bens entregues per virtude de tal carta, ou casamento, será dahi em diante em todo o caso havido por maior de 25 annos.

Em tanto que vendendo elle, ou alheando, ou obrigando alguma possessão de raiz, com consentimento e autoridade de justiça, ainda que seja leso o damnificado, não poderá usar do beneficio de restituição, que per dircito é outorgado aos menores quando são lesos.

E fazendo elle a dita alheação ou obrigação sem autoridade de justiça, o tal contrato será nenhum, e de nenhum valor, assi como si o dito menor não houvesse impetrado a dita carta ou não fôsse casado.

29. E mandamos que os tutores e curadores, não comprem por si, nem per outrem bens moveis, nem de raiz das pessoas cujos tutores, ou curadores fôrem, posto que por elles queirão dar sua justa valia.

E posto que se vendão por mandado da justiça publicamente, e em prégão, não lhes poderão os juizes dar licença para os comprarem.

E comprando-os, ou havendo-os, não valha a tal venda ou contrato, antes seja nullo e de nenhum effeito, e perção anoveado o preço, que por elles derem, a metade para o orphão, e a outra para quem os accusar.

Nem poderão haver os ditos bens em tempo algum por nenhum titulo, ainda depois de não serem tutores: salvo per via de successão.

Porém, si se venderem alguns outros bens depois de o tutor

curador deixar de o ser, os poderá haver e comprar, porque então cessa a presumpção da fraude.

30. E bem assi, o juiz e escrivão não tomarão nem comprarão per si, nem por outrem, nem receberão, nem terão seu poder dinheiro algum, ou bens, ou quaesquer outras coisas que sejam dos ditos orphãos.

E posto que se lhes não prove, nem allegue serem compradas, somente por lhes assi serem achadas em seu poder, ou lhes provado, que em seu poder tiverão o dito dinheiro, queremos que percão os officios, e paguem o dinheiro, que assi tomarem receberem, e tornem as ditas cousas, sendo havidas, ou sua estimação não sendo havidas, e tudo o sobredito anoveado para orphão. E ficarão inhabiles para nunca poder haver officio honra. E as ditas vendas serão nenhumas.

#### SECÇÃO VI

##### *Arca do dinheiro e sua escripturação.*

**Ord. liv. 1 tit. 88 § 31:** Mandamos, que o dinheiro dos orphãos se deposite em uma arca com tres chaves, em poder de um depositario, pessoa abonada, que haverá em cada cidade, villa, e conselho.

32. Outrossi mandamos aos corregedores das comarcas, que de dois em dous annos, quando fôrem fazer correição, em cada um dos logares de sua comarca, se ajuntem em camara com os alcaides, vereadores, e procuradores, os quaes lhes nomearão alguns homens de bem, e abonados da tal cidade, villa, ou conselho, para terem o dito dinheiro depositado.

Dos quaes, ou de outros, que assi houver, cada um dos ditos corregedores, com o parecer dos ditos officiaes, elegerá uma pessoa abonada, que mais apta lhe parecer para ter o dito deposito, e lhe mandará de nossa parte, que se encarregue disso por tempo de dous annos.

E mandará fazer á custa do dinheiro dos orphãos uma arca com tres chaves de diferentes guardas, das quaes terá o juiz dos orphãos uma, e o depositario outra, e o escrivão dos

orphãos outra : e onde houver mais que um escrivão, tela-ha o mais antigo no officio.

E o escrivão, que tiver a dita chave, terá na arca dous livros, um para a receita, e outro para a despeza do dinheiro, que se houver de metter, e tirar della.

Os quaes livros serão encadernados, e de tantas folhas, e intitulados um como o outro, e as folhas serão contadas, e assignadas, segundo fórma de nossas Ordenações, sob as penas nellas conteudas, e serão assignadas pelo provedor da comarca.

Os quaes livros não se tirarão da arca, sinão quando se nelles houver de escrever.

33. E para mais facilmente se acharem no dito livro as tutorias de cada um dos orphãos, se fará no começo d'elle um titulo de todas as tutorias dos orphãos da villa de tantas folhas, que possam nelle caber além das tutorias, que então houver, as mais que depois sobrevierem.

E em outra parte do livro fará outro titulo das tutorias dos orphãos do termo, fazendo de cada vintena, julgado ou quadrilha, o titulo apartado, na maneira sobredita.

E em cada um dos ditos titulos ficarão tantas folhas em branco entre uma tutoria e outra, em que possa caber, o que se houver de deitar em receita ou despeza.

E em cada titulo se declarará os nomes dos orphãos, o do pai, mãe e alcunhas que tiverem.

E tanto que cada um dos ditos livros fôr de todo escripto, se fará outro na fórma acima dita.

34. E todo o dinheiro, que os orphãos tiverem, por lhes ficar por fallecimento de seu pai ou mãe, ou de dividas, que se lhes devão, ou rendimentos de sua fazenda, tanto que fôr na mão do tutor, elle será obrigado a logo requerer ao juiz, para com o escrivão o irem metter na arca do depositario.

E quando se metter na dita arca, se fará assento pelo escrivão dos orphãos no livro da receita, no titulo da tal tutoria, carregando-se sobre o dito depositario, com declaração de seu nome, e da quantidade do dinheiro, e de quem se

arrecadou, e a quem se entregou, e do dia, mez e anno, em que assi se carrega.

O qual assento será assignado pelo depositario.

E o escrivão que tiver inventario de tal orphão, fará nelle outro tal assento, com as mesmas declarações, no qual assignará o juiz dos orphãos.

35 E na dita arca se metterão todas as pedras, perolas, joias, ouro e prata, que aos orphãos pertencerem, com declaração dos nomes, peso, conto, valia e signaes de cada peça, além das declarações sobreditas do livro, e do inventario, e esta mesma ordem se terá cada vez que se metter ou tirar da dita arca dinheiro ou cada uma das sobreditas cousas.

36 E querendo o tutor para sua guarda e lembrança, certidão do dinheiro ou cousas, que tiver na arca, o juiz lhe mandará dar, feita pelo escrivão e assignada per elle.

37 E quando se houver de tirar dinheiro ou alguma das ditas cousas da arca, assi para se comprarem bem de raiz, como pera se entregar aos orphãos, por serem casados ou emancipados ou de idade perfeita, ou per qualquer outra maneira, que segundo forma das Ordenações e regimento, se deva despende, o escrivão, que tiver a chave, fará assento no livro da despeza, no titulo do orphão, cujo fór declarando o dia, mez, e anno, em que se tira, e para que, e per cujo mandado, e a quem se entrega, e o nome do depositario que o entrega.

O qual assento será assignado pelo juiz, e pela parte que o receber.

38. E antes que o dinheiro se metta na arca, o juiz com os partidores taxará a despeza necessaria para o orphão naquelle anno, segundo sua qualidade, não sendo tal que haja de ser dado por soldada, nem tendo outros bens, de que se possa alimentar.

E a dita despeza poderá o juiz deixar na mão do tutor, para despende com o orphão aquelle anno.

39. E a dita arca não se abrirá, sinão sendo presentes o juiz, depositario e escrivão, que tiverem as chaves.

E si o juiz ou escrivão fôrem impedidos, em modo que não possam ser presentes, dará cada um delles a sua chave á pessoa que por elle servir ao tempo que assi fôr impedido, de maneira que em nenhum tempo possa uma só pessoa ter duas chaves.

40. E passados os dous annos, em que o depositario servir o dito cargo, ou tendo tal impedimento, por onde não possa acabar de servir os ditos dous annos, se fará outro depositario novo, na maneira acima dita.

E antes que se lhe entregue a arca e chave, o provedor com o juiz dos orphãos, sendo presente o escrivão que tiver a chave, tomará conta ao depositario passado, e o que não fôr de peso, fará entregar logo ao depositario novo; e se fará um termo no livro da receita, do que assim lhe fôr entregue, com declaração da somma de dinheiro e cousas que na arca estiverem, e de cujas são.

No qual termo assignaráõ o provedor, e o juiz, depositario e escrivão.

41. E o escrivão, que tiver a chave, terá um livro em seu poder fóra da arca, em que fará o auto da entrega da arca e cousas que nella se mettêrão, e que o primeiro depositario entregou ao novo.

E dahi em diante, quando se houver de entregar de um depositario a outro.

E no dito livro trasladará os termos das entregas que se fizerem aos depositarios.

Nos quaes autos assignaráõ as mesmas pessoas, que assignarem no termo do livro, que ficar na arca.

42. E pedindo o depositario passado quitação do que sobre elle carregava, depois de ter tudo entregue, ser-lhe-ha passada pelo escrivão dos orphãos, e assignada pelo juiz e provedor.

Na qual se trasladará o termo da entrega do que estiver na arca ao tempo, que o depositario passado a entregar ao depositario novo.

E tudo o que dahi em diante se houver de receber, e despendar pelo depositario novo, se assentará, e assignará pela maneira e pessoas acima ditas.

43. E os que fôrem eleitos para depositarios, não serão excusos do dito carregó, senão naquelles casos, e aquellas pessoas que podem ser excusos dos officios de juizes, vereadores, procuradores e almotaceis, segundo fórma de nossas Ordenações.

44. E os depositarios, que assi não cumprirem as cousas nesta ordenação declaradas, no que a cada um delles toca, serão degradados dous annos para a Africa, e pagará cada um vinte cruzados, a metade para os captivos, e a outra para quem os accusar.

E mais serão obrigados a pagar aos orphãos a perda e damno, que lhes causar sua negligencia.

E o provedor, juiz e escrivão, que não cumprirem o que a seus officios toca ácerca dos ditos depositos, além da sobre-dita pena perderão seus officios.

E uns e outros haverão as mais penas, que, segundo a qualidade de suas culpas, per direito merecerem.

#### SECÇÃO VII

##### *Destino do dinheiro dos orphãos*

**Lei de 13 de Nov. de 1841: Art. 6 § 4.** O governo é autorizado a tomar por emprestimo com o juro de 6 por cento todas as sommas dos cofres dos orphãos, que não serão mais emprestadas a particulares, indemnizando-as, logo que fôrem reclamadas, pelos meios concedidos para a realização do credito.

**Lei de 6 de Set. de 1854: Art. 13.** Fica reduzido a 5 por cento a taxa do juro do emprestimo do cofre dos orphãos; e a receita proveniente deste emprestimo será escripturada sob o titulo—operações de credito.

#### SECÇÃO VIII

##### *Contas dos tutores*

**Ord. liv. 1 tit. 88 § 49:** E estas contas não tomarão aos tutores, ou curadores dativos, sinão de dous em dous annos que ha de durar a sua tutoria, ou curadoria.

E a legitimos, ou testamentarios não tomarão conta, sinão de quatro em quatro annos, si tanto durar a tutoria ou curadoria.

E bem assi a uns, e outros no fim do tempo da tutoria ou curadoria.

50. Porém cada vez que o juiz dos orphãos fôr informado, que alguns dos tutores, ou curadores rege mal a tutoria ou curadoria, logo lhe tomará a conta.

E achando que o fez mal, o privará della, e fará outro tutor ou curador, ao qual fará entregar todos os bens do orphão, ou menor, constrengendo ao tutor ou curador removido, que logo entregue tudo ao tutor, ou curador novo, com todas as perdas, e damnos, que o orphão ou menor recebeu por culpa ou negligencia do removido.

#### SECÇÃO IX

##### *Vintena dos tutores e curadores.*

**Ord. liv. 1 tit. 88 § 53 :** E para que os tutores, e curadores com melhor vontade aproveitem, e administrem os bens dos orphãos, haverão por seu trabalho, em cada um anno a vintena do que os bens renderem, não passando a vintena de cincoenta mil réis de cada um anno.

E isto se entenderá não sómente nos tutores, ou curadores dativos, mas ainda nos parentes, a que fôr encarregada a tutoria, ou curadoria. E bem assim, nos que fôrem deixados em testamento.

Porem, os que forem deixados em testamento, poderão escolher haver a dita vintena, ou o que pelo testador lhes fôr deixado.

E os ditos tutores, ou curadores não perceberão, nem tomarão para si a dita vintena, sinão por alvarás assignados pelo juiz, e feitos pelo escrivão dos orphãos : o qual levará por cada alvará destes oito réis sómente á custa do tutor.



SECÇÃO X

*Fiança dos juizes dos orphãos.*

**Ord. liv. 1 tit. 88 § 54:** E para que os orphãos tenham mais segurança de suas fazendas, mandamos que os juizes dos orphãos das cidades, e villas principaes de nossos reynos, sejam obrigados, tanto que os ditos officios houverem, antes de os começarem servir, darem fiança de quatro centos mil réis, de fiadores abonados, que se obriguem a compôr, e pagar toda a perda e damno, que por malicia, ou culpa dos ditos juizes se seguir a os orphãos, até a quantia da dita fiança. (\*) A qual será desaforada com a declaração que os orphãos fizerem o seu por cada um delles *in solidum*, qual os orphãos mais quizerem, e pelo melhor parado.

E essa fiança será escripta por tabellião publico das notas, trasladada no livro da camara, para a todos ser notorio.

E nos outros logares será a fiança de trezentos mil réis, ou quinhentos, segundo a povoação e grandeza d'elles.

E nos logares pequenos será de cem mil réis.

O que ficará na intimação dos officiaes da camara.

55. E o juiz dos orphãos, que servir sem dar a dita fiança, perderá o officio.

E os officiaes da camara, que o deixarem servir sem a ter dado, pagará cada um vinte cruzados, a metade para quem os accusar, e outra para os captivos.

E o escrivão, que com elle servir, perca outro seu officio.

---

(\*) Esta fiança dos juizes dos orphãos está entre nós abolida pela nova legislação, que a não exigio para o exercicio d'este cargo.



## **TITULO XI.—Arrecadação de bens de incerto dominio.**

### **CAPITULO I**

#### **BENS SUJEITOS Á ARRECADAÇÃO**

##### **SECÇÃO I**

##### *Bens de defuntos e ausentes*

**Deer. de 15 de Jun. de 1859: Art. 1.** São bens de defuntos e ausentes :

1.º Os de fallecidos, testados ou intestados, de quem sabe-se ou presume-se haver herdeiros ausentes ;

2.º Os de pessoas ausentes, sem se saber si são mortos ou vivos.

**Art. 2.** Uns e outros se devem arrecadar, inventariar e administrar, e até serem entregues a seus donos, si apparecerem, ou a seus herdeiros successores legitimamente habilitados, ou até se haverem por vagos e devolutos ao estado.

##### **SECÇÃO II**

##### *Bens vagos*

**Deer. de 15 de Jun. de 1859: Art. 11.** São bens vagos, que na conformidade das leis vigentes se devolvem á azenda nacional :

f 1.º Os moveis e de raiz, a que não é achado senhor certo ;

2.º Os bens dos intestados, que não deixarem parentes ou conjuge herdeiros nos termos de direito, ou dos fallecidos com testamento ou sem elle, cujos herdeiros, mesmo ab-intestado, repudiarem a herança ;

3.º Os denominados do evento no municipio da côrte ;

4.º O producto de todos os predios e quaesquer bens vagos, ou heranças jacentes, ainda letigiosas, que por falta de senhores ou herdeiros certos se devolvem ao estado;

5.º Todas as embarcações ou navios que se perderem ou derem á costa nas praias do imperio, e seus carregamentos, sendo de inimigos ou corsarios, salvo accordo ou convenção em contrario.

**Art. 13.** Todos estes bens se devem arrecadar, inventariar, avaliar ou arrematar, recolhendo-se os productos aos cofres publicos, na conformidade deste regulamento.

Todavia si algum ou alguns destes bens fôrem proprios para o serviço do estado, o governo, pelo ministerio da fazenda, poderá ordenar, que não sejam arrematados, para destina-los ao referido serviço.

### SECÇÃO III

#### *Bens do evento*

**Decr. de 15 de Jun. de 1859 : Art. 85.** São bens do evento os escravos, gado ou bestas achados sem saber-se dosenhor ou dono, a quem pertença: o seu producto liquido deve ser recolhido á recebedoria do municipio da côrte.

### SECÇÃO IV

#### *Processo da arrecadação dos bens de defuntos e ausentes e dos bens vagos*

**Decr. de 15 de Jun. de 1859 : Art. 20.** O juiz de orphãos e ausentes, logo que tiver conhecimento de ter falecido no seu distrito alguma pessoa, cujos bens estejam nas circumstancias do capitulo I (\*) nomeará curador afiançado

---

(\*) Vide: Secção I, II e XII deste cap.

procederá á arrecadação e inventario de todos os bens, e proverá a respeito da administração e apuração d'elles na fórma das leis e regulamentos.

E' mesmo da sua obrigação e da dos officiaes e empregados do juizo procurarem por todos os meios a seu alcance saber das pessoas que falecem em taes circumstancias.

Sendo os bens arrecadados de pequena importancia, e não avendo quem de sua guarda e administração se queira encarregar com prestação de fiança, o juiz de orphãos confiará a curadoria e administração sem esse onus á pessoa, que tenha sufficiente abonação para por ella responder.

**Art. 21.** Da mesma fórma procederá o juizo de orphãos a respeito dos bens das pessoas auzentes, nos termos da Ord. liv. 1 tit. 9, *in princ.*

**Art. 22.** O juiz de orphãos tambem procederá na fórma declarada no artigo 20, a respeito dos bens de auzentes, nos termos da Ord. liv. 1 tit. 62 § 38, *vers. absentes.*

**Art. 23.** Os delegados e subdelegados de policia são obrigados a participar immediatamente ao juiz de orphãos o obito de todos que falecerem no seu distrito com testamento, ou sem elle, com herdeiros, conjuge ou sem elles, presentes ou auzentes, conhecidos ou desconhecidos, e bem assim a noticiar as pessoas, que se tiverem auzentado sem saber de seu destino deixando bens dezamparados; para esse fim servir-se-ão tambem dos inspectores de quartairão, a quem darão as necessarias instrucções.

**Art. 24.** A obrigação imposta no artigo antecedente é extensiva aos parochos nas suas respectivas parochias, quanto aos falecimentos, cuja noticia poder interessar ao juiz de orphãos.

**Art. 25.** As autoridades competentes, logo que abrirem

qualquer testamento, ordenarão, que os escrivães respectivos remetão uma cópia autentica ao juiz de orphãos, afim de que este possa examinar, si tem ou não logar a arrecadação pelo seu juizo, e proceder ulteriormente como no caso couber.

**Art. 26.** A pessoa, em cuja casa alguém falecer, ou d'ella se auzentar nas circumstancias, de que trata o artigo 23, deverá participal-o immediatamente ao juiz de orphãos, ou ao delegado ou subdelegado de policia, para que este possa providenciar na fórma do prezente regulamento.

**Art. 27.** O juiz de orphãos, comparecendo na casa da residencia do defunto ou auzente, procederá á arrecadação e arrolamento, de que se lavará o respectivo auto; quando porem não puder ter lugar em um só dia, procederá á aposição de sellos, que se devera effectuar em todos e quaesquer effeitos e bens, livros, titulos de credito e papeis, que fôrem susceptiveis de recebel-os.

Estes sellos se irão depois abrindo e rompendo á proporção que se proceder ao arrolamento dos bens, fazendo-se no auto menção especial da abertura e rompimento dos mesmos sellos e do estado, em que fôrem encontrados.

**Art. 28.** No mesmo acto o juiz deferirá ás pessoas, que morarem na casa do defunto ou auzentes, e outros quaesquer, que lhe parecer poderem ter noticia dos bens, juramento para debaixo d'elle declararem, si alguns outros bens existem, que possam ser arrecadados ou descriptos, e o que lhes constar a respeito da naturalidade, idade, estado e filiação do falecido ou auzente.

**Art. 29.** A arrecadação pertence ao juiz de orphãos do domicilio do defunto ou auzente. No caso de ter elle mais de um domicilio ou não ter algum, a competencia se regulará pela prevenção da arrecadação.

**Art. 30.** O juiz de orphãos providenciará para que se

arrecadem, na conformidade d'este regulamento, os bens existentes fóra do districto da sua jurisdicção, expedindo logo aos juizes competentes as precisas precatorias, que serão devolvidas ao juizo deprecante, depois de satisfeitas as diligencias deprecadas.

**Art. 31.** Si o juiz, pela distancia em que se achar do logar, onde existirem os bens do falecido ou auzente, ou por outra occorrença attendivel, não puder acudir immediatamente para arrecada-los, os delegados e subdelegados de policia, estando ostrictamente obrigados a acautelar, que se não extraviem os bens, e devendo dar para esse fim as providencias necessarias, procederão immediatamente, com assistencia de dous vizinhos á apposição dos sêlos, que não poderão ser abertos, sob pretexto algum, sinão pelo mesmo juizo, salvo a disposição do artigo 41.

Pela falta de cumprimento d'essa obrigação soffrerão as autoridades policiaes a pena de 50\$ a 100\$, além de ficarem responsaveis por todos os prejuizos, a que por sua negligencia derem cauza.

**Art. 32.** Feita a arrecadação e postos os bens em administração, o juiz de orphãos, havendo todas as possiveis informações sobre a naturalidade do finado, quando já não lhe constar, mandará affixar editaes no termo e publical-os tres vezes nos periodicos do logar e da côrte ou da capital da provincia, dirigindo-se deprecadas para os termos de naturalidade dos finados, si fôrem nacionaes, afim de lá tambem se affixarem editaes por tempo razoavel, chamando os herdeiros, successores dos mesmos finados e todos os que de direito tenham na sua herança, a virem habilitar-se.

**Art. 33.** Si feitas as averiguações necessarias, vier o juizo de orphãos no conhecimento de que o finado é estrangeiro, participal-o-á immediatamente ao respectivo consul, quando já antes o não tenha feito, e, no case de não haver, ao ministro dos negocios estrangeiros, para communicar-o ás autoridades competentes do paiz do falecido.

**Art. 34.** Todas as avaliações de bens moveis, semoventes e de raiz, das heranças de defuntos e auzentes, e bens vagos, serão feitos por dous louvados nomeados e approvados pelo curador e procurador da fazenda ou aos ajudantes na côrte e procuradores fiscaes, seus ajudantes collectores, e mais agentes nas provincias.

Estes louvados devem ser pessoas entendidas nos objectos que forem avaliar, prestarão juramento de desempenhar seu cargo na fórma das leis, vencendo os emolumentos estabelecidos para os mais avaliadores.

**Art. 35.** O procurador da fazenda na côrte e os procuradores fiscaes nas cidades da Bahia e Pernambuco, quando tiverem de avaliar bens de raiz, poderão escolher para louvados os lançadores das recebedorias de rendas internas, que em tal caso desempenharão seu encargo independente de novo juramento.

**Art. 36.** Escolhidos os louvados, proceder-se-á á avaliação, nos termos da legislação em vigor, nomeando-se um terceiro, na fórma da Ord. liv. 3 tit. 17 § 2, si aquelles discordarem.

**Art. 37.** Prestado o juramento, os louvados, si não comparecerem no logar e dia designados, ou não proferirem o laudo, ou concorrerem, sem motivo justo, para que a avaliação se transfira, soffrerão uma multa de 50\$ a 100\$, que lhes será imposta pelo juiz, além de pagarem a despeza a que derem causa.

#### SECÇÃO V

##### *Venda dos bens*

**Decr. de 15 de Jun. de 1859 : Art. 38.** Feito e concluido o inventario no mais curto espaço de tempo possivel, serão vendidos em hasta publica, precedendo editaes, todos os bens moveis e semoventes, assim como as acções de companhias,

não havendo dinheiro para continuar a fazer as entradas, ou ameaçando depreciarem-se, e o seu producto será recolhido aos cofres publicos respectivos, 24 horas depois da arrematação, não sendo entregues aos arrematantes sem que fiquem no juizo os conhecimentos em fôrma, por que conste o pagamento dos impostos dos bens e sua transferencia, e a entrada do producto.

Da mesma fôrma será recolhido aos cofres publicos todo o dinheiro, ouro, prata, pedras preciosas, titulos da divida publica, e depois de competentemente sellados e lacrados, quaesquer papeis, que contenhão segredos de familia, para serem entregues aos herdeiros habilitados.

Todavia não ficão sujeitos á disposição deste artigo :

§ 1. Os moveis e semoventes destinados e applicados á laboração dos estabelecimentos agricolas ou fabris, e consequentemente não deveráõ ser os mesmos estabelecimentos arrematados sinão em toda a sua integridade, e jámais por partes.

§ 2. Os moveis, que sejão de valor de affeição, v. g., retratos de familias, collecção de medalhas, manuscriptos, etc.

**Art. 39.** Ficão supprimidos em todas as arrematações, que se fizerem no juizo de ausentes, os prégões, e reduzidas as praças a uma unica; o juiz, todavia, poderá adial-a duas vezes, si por falta de lançadores, ou por não serem vantajosos os lanços offerecidos, assim o julgar conveniente, annunciando-se por editaes e pela imprensa o dia novamente designado.

Os editaes serão affixados na casa das audiencias, e impressos nos periodicos no dia da affixação e no da arrematação, e mediando entre este e aquella o espaço de tres dias, si os bens fôrem moveis ou semoventes, e nove, si fôrem de raiz.

**Art. 40.** O juiz de orphãos, sendo os bens de facil deterioração, ou não se podendo guardar sem perigo ou grande despesa, mandará arrematal-os logo depois de arrecadados, reduzindo a seu arbitrio o prazo e o numero de annuncios, de que trata o artigo antecedente.

**Art. 41.** Os bens de pouca importancia, que por commun e geral estimação não excederem do 200\$, serão da mesma forma arrematados a quem mais der, independentemente de avaliação, devendo, todavia, annunciar-se a arrematação com a precisa antecedencia por edital e pela imprensa.

Si os bens acima mencionados existirem fóra do logar da residencia do juiz, poderá este deprecar por simples officio a diligencia da arrematação á autoridade policial, que os tiver arrecadado, a qual, feita a diligencia, remetterá o producto ao mesmo juiz com as devidas seguranças.

**Art. 42.** O juiz de orphãos poderá adiar a arrematação dos bens por tempo indeterminado, sempre que, pendendo habilitação, os herdeiros assim o requeirão, e não houver inconveniente.

**Art. 43.** Os bens de raiz serão administrados e aproveitados na conformidade deste regulamento: antes de decorrido um anno depois de encerrado o inventario, só poderão ser vendidos, quando da demora se seguir ruina, a juizo de peritos, ou fór indispensavel o seu preço para pagamento de credores legalmente habilitados; mas em todo o caso a venda se effectuará em hasta publica, na conformidade dos artigos antecedentes.

**Art. 44.** Os juizes respectivos farão recolher aos cofres publicos, no principio de cada mez, o producto liquido arrecadado no mez anterior não só do rendimento, que tiverem tido no dito tempo os bens administrados, como das dividas, que se houverem cobrado; pena de responsabilidade sua, e demissão dos curadores.

Estas remessas serão acomp anhas de guia do juiz, e de uma conta corrente da receita e despeza havida no mez anterior, que será arrecadada pelo curador, juiz, e escrivão. A estação arrecadadora entregará ao curador recibo extrahido do livro de talão.



**Art. 45.** O producto dos bens, que fôrem arrematados nos termos do artigo 73, tambem será pago a boca do cofre, 24 horas depois de feita a arrecadação, não sendo entregues os bens ao arrematante, sem que fiquem em juizo os conhecimentos em fôrma, passados pela estação respectiva, dos quaes conste o pagamento dos impostos que devidos fôrem, dos bens e de sua transferencia, e a entrada do mesmo producto no cofre.

**Art. 63.** Na arrematação dos bens de raiz, quando não houver nenhum licitante, admittir-se-hão lanços a prazos razoaveis, e com as cautelas usadas nos contratos da fazenda nacional.

#### SECÇÃO VI

##### *Habilitação de herdeiros.*

**Decr. de 15 de Jan. de 1859:** Art. 46. As habilitações dos herdeiros serão feitas, conforme as leis existentes, perante o juiz de orphãos, que houver procedido á arrecadação nos termos do artigo 29, sendo ouvidos, além do curador, no municipio da côrte, procurador da fazenda ou seu ajudante, e nas provincias os procuradores fiscaes, seus ajudantes, collectores, e mais agentes fiscaes, dando-se appellação ás partes e aos mencionados agentes da fazenda publica, sempre que o valor da herança exceder á alçada do juizo, e appellando os ditos juizos *ex-officio* das sentenças, que derem a favor dos habilitandos, sempre que o dito valor exceder de 2.000\$000.

#### SECÇÃO VII

##### *Bens de pessoas presumidas mortas*

**Decr. de 15 de Jun. de 1859:** Art. 47. A legislação em vigor a respeito da curadoria dos bens do ausente, que se presume morto, continuará a ser observada com as seguintes alterações.

1.º A curadoria e os bens do ausente poderá ser defirida, na forma da Ord. liv. 1 tit. 62 § 38, e regimento do desembargo do paço § 50, passados 4 annos a contar da data das ultimas noticias si o tiver deixado, salva a disposição da lei de 15 de Novembro de 1827.

Os juizes de orphãos, quando tiverem de julgar as habilitações dos herdeiros do ausente, attenderão sempre aos motivos da auzencia e ás cauzas que dão logar á falta de noticias, embora tenha decorrido qualquer dos referidos prazos.

2.º A mesma curadoria não poderá ser defirida aos herdeiros mais chegados do ausente, na forma da Ordenação e regimento citado, sem que os ditos herdeiros se habilitem, nos termos do artigo 46 d'este regulamento e mais disposições em vigor.

3.º Além da citação pessoal a quem de direito fôr, o parente ou parentes mais proximos na ordem da successão, que na forma das disposições citadas pretenderem a curadoria, requererão ao juiz de orphãos do termo a citação do ausente e quaesquer outros interessados, por editaes com o prazo de um anno, para virem offerecer os artigos de habilitação.

Estes editaes serão afixados nos logares do estylo, e publicados nos periodicos do termo e da capital da provincia, passando-se as certidões competentes e juntando-se aos autos a publica-forma do annuncio.

**Lei de 15 de Nov. de 1827.** Havendo a assembléa geral resolvido: Art. unico: que a disposição da Ord. liv. 1 tit. 62 § 38, na parte que regula o espaço de tempo, em que se deve considerar morto aquelle que, auzentando-se de um logar, não se sabe noticias d'elle, não comprehendendo o caso, em que, tendo partido algum navio de um porto com destino certo para outro, não haja noticia de sua chegada a esse porto, ou a algum outro, nem das pessoas que nelle fôrão, dentro de 2 annos nas viagens mais dilatadas; devendo n'este caso reputar-se perdido o navio, e falecidos os que nelle partirão para o effeito de devolver-se a sua herança por testamento ou sem este

aos que a ella tiverem direito, provados os requeзитos exigidos na dita Ord., da mesma sorte que foi estabelecido a respeito dos navios seguros, no artigo 19 da regulção approvada pelo § 3 do alvará de 11 de Agosto de 1791, e tendo eu sancionado esta resolução, hei por bem, que assim se cumpra.

SECÇÃO VIII

*Cobrança das dividas passivas, e entrega dos bens.*

**Decr. de 15 de Jun. de 1859 :** Art. 48. As justificações e libellos para a cobrança de dividas, a que estejam sujeitas as heranças de defuntos e auzentes, serão intentadas perante o juizo, que houver procedido á arrecadação nos termos do art. 29, sendo ouvidos no municipio da corte o procurador da fazenda ou seu ajudante, e nas provincias os procuradores fiscaes, seus ajudantes, ou os collectores, e mais *agentes fiscaes*, dando-se appellação ás partes e *agentes fiscaes*, sempre que o valor da divida exceder á alçada do juizo, e appellando os juizes *ex-officio* das sentenças, que profirirem a favor dos curadores, sempre que o seu valor exceder a 2.000\$000.

Não serão admittidas justificações por quantias excedentes á alçada do juizo.

**Art. 49.** Sendo a divida liquida, certa, constante de escriptura publica, ou de instrumento como tal considerado pelas leis civis, ou pelo Codigo Commercial, nada tendo que oppôr o curador e *agentes fiscaes*, para o que deveráo ser ouvidos, poderá o juiz, exigindo os esclarecimentos que entender necessarios, autorizar o pagamento, expondo em todo o caso os fundamentos de sua deliberação, de que não haverá recurso.

**Art. 50.** As despesas do funeral serão logo autorizadas pelo juiz de orphãos, sendo possivel, ou pela autoridade policial do distrito, com attenção ás forças da herança, e á qualidade da pessoa do defunto.

**Art. 51.** No caso de não apparecerem interessados a habilitar-se como legitimos successores e herdeiros dos defuntos interessados, o juiz de orphãos, lavrados os termos necessarios, porque conste claramente haverem-se praticado todas as diligencias com audiencia dos fiscaes, julgarão por suas sentenças vacantes e devolutas ao Estado os bens das heranças.

**Art. 52.** Depois de julgados vacantes e devolutos para o Estado, as habilitações dos herdeiros, e as reclamações de dividas activas e passivas relativas ás mesmas heranças, bem como quaesquer outros processos, que com ellas entendão, terão logar pelo juizo dos feitos, abonando aos agentes da fazenda publica as porcentagens competentes.

**Art. 53.** Um anno depois de concluido o inventario, nenhuma herança jacente, ou bens vagos poderão ser conservados em poder dos curadores: os herdeiros ou interessados habilitados, que no dito prazo não as reclamarem, serão pagos pelo thezouro nacional.

**Art. 54.** Os bens de raiz serão então vendidos na fórma do artigo 39, e o seu producto recolhido aos cofres publicos, salvo a disposição do artigo 12.

**Art. 55.** Da mesma fórma se procederá a respeito das dividas activas, que fôrem de difficil liquidação ou cobrança, com abatimento nunca excedente de 30 %; e os titulos dos que o não fôrem serão recolhidos ao thesouro e thesourarias.

**Art. 56.** As diligencias dos artigos antecedentes não terão logar, si a habilitação dos herdeiros ou a reclamação dos donos dos bens estiver pendente em qualquer instancia judiciaria ao tempo em que findar o prazo do artigo 53, sendo prorogadas a requerimento da parte as mesmas diligencias até final decizão do processo.

**Art. 57.** Da mesma fórma as diligencias dos artigos antecedentes não terão logar a respeito dos bens arrecadados nos termos dos artigos 21 e 22, os quaes continuarão na administração, até que os herdeiros se habilitem para a curadoria, ou se recolha o seu producto aos cofres publicos, quando se provar, ou reputar provada, conforme direito, a morte do ausente.

Esta disposição não é extensiva aos moveis e semoventes, devendo proceder-se a respeito d'elles na fórma do artigo 38.

**Art. 58.** Os fundos das heranças jacentes e bens vagos recolhidos ao thesouro nacional serão entregues aos legitimos herdeiros, ou a quem de direito pertencerem, á vista das deprecadas legaes, de que trata o artigo 91, da lei de 24 de Outubro de 1832, acompanhadas das habilitações originaes, ficando o traslado dellas nos respectivos cartorios; nestas deprecadas terão vista no thesouro e thezourarias os respectivos procuradores fiscaes.

**Art. 59.** As deprecadas legaes serão substituidas por simples officio do juiz, sempre que o valor da herança não exceder de 2.000\$, sem emolumento algum.

**Art. 60.** A apresentação dos autos originaes, de que trata o artigo 58, não é extensiva aos processos e sentenças relativas a dividas passivas da herança, a respeito das quaes se procederá nos termos da legislação em vigor.

**Art. 61.** Nenhuma entrega de bens de herança jacente se effectuará, nenhuma deprecada ou officio do juiz de orphãos para levantamento de dinheiros ou bens das mesmas heranças será expedida ou cumprida, sem que conste o pagamento prévio dos impostos estabelecidos pelas leis de 30 de Novembro de 1841, tabela annexa § 42, de 21 de Outubro de 1843, artigo 12 § 1, e pelo alvará de 17 de Junho de 1809 §§ 8 e 9, que fôrem devidos da herança ou legado; o que não será extensivo aos credores.

**Art. 63.** Nenhum precatório ou officio, em virtude do qual se requesite o levantamento de dinheiros ou bens pertencentes a heranças jacentes ou bens vagos, será expedido sem que do mesmo conste a intimação da sentença a quem de direito fôr, que nenhuma opposição houve do curador ou dos fiscaes da fazenda, ou tendo havido que satisfizerão-se as diligencias requeridas, ou proseguio-se nos termos ultteriores do processo, nos termos da legislação em vigor.

SECÇÃO IX

*Processo de arrecadação de bens do evento*

**Decr. de 15 de Jun. de 1859: Art. 86.** No juizo da provedoria dos reziduos, na conformidade do artigo 114 § 2 da lei de 3 de Dezembro de 1841, haverá para a arrecadação e arrematação dos bens do evento os livros seguintes :

1.º O livro das arrecadações, em que se lançaráõ o dia, mez e anno, da achada, o nome, naturalidade, idade e signaes dos escravos achados, com todas as declarações que delles se puderem haver; a côr e signaes do gado ou besta, o nome de quem os achou e o lugar onde forão achados; e bem assim o valor em que forão avaliados.

2.º O livro de termos, em que se lançaráõ as avaliações dos escravos, gado e besta achados, e os de arrematações dellas, e das remessas do producto á recebedoria.

3.º O livro dos depositos, em que se lançaráõ as verbas de entrada e sahida dos escravos, gado e bestas do evento, que hão de ser depositados no deposito geral.

**Art. 87.** Os livros, de que trata o artigo antecedente, serão fornecidos pelo escrivão, e abertos, rubricados e encerrados pelo juiz.

**Art. 88.** Logo que forem apresentados os escravos, gado e bestas achadas, e pelas diligencias e averiguações, a quem se

proceder, senão conseguir saber a quem pertencem, se fará immediatamente a avaliação, e, verificado o lançamento nos termos do artigo 86 § 1, se remetterão ao deposito geral.

**Art. 89.** A avaliação será feita por peritos nomeados pelo juiz.

**Art. 90.** Feita a avaliação, se passarão logo editaes, por que se chamem as pessoas que tiverem direito aos escravos, bestas e gado achados no evento, sendo de 30 dias para os escravos, e 3 para o gado e bestas; estes editaes serão affixados nos lugares publicos, e deverão conter a descrição dos bens, com todos os signaes e declarações, por que se possa conhecer a identidade e as circumstancias, e data da achada ou entrega.

**Art. 91.** Findo o prazo dos editaes, de que trata o artigo antecedente, serão arrematados os escravos, bestas ou gado do evento, precedendo editaes que serão affixados na casa das audiencias, e publicados nos periodicos no dia da fixação e no da arrematação, mediante entre este aqueile 3 dias, independentemente do pregões.

**Art. 92.** Feita a arramatação, depois de deduzidas as despesas do juizo e do deposito e porcentagens, se remetterá o producto liquido á recebedoria do municipio, regulamentando-se as porcentagens pelo que fica disposto no artigo 82.

**Art. 93.** O lanço para liberdade dos escravos será preferido a qualquer outro ainda que superior seja, desde que cubra a avaliação.

**Art. 94.** Si até ao acto da arrematação e antes da entrega do objecto ao arramatante, e de recolhido o producto, comparecer o dono a reclamar, o juizo sobrestará na arrematação

ou entrega; e provando elle o seu direito, identidade de pessoa, e do objecto, não terá lugar a arrematação ou ficará ella sem effeito.

**Art. 95.** Si depois de concluida a arrematação, e recolhido o producto á recebedoria do municipio, comparecer o dono do escravo ou do animal achado do evento, e justificar pelos meios competentes, no juizo da provedoria, o seu dominio neste escravo ou animal, e a identidade dello, de maneira que o juiz reconheça o seu direito, ordenará por sua sentença, que se lhe entregue o producto liquido da arrematação do mesmo escravo ou animal, e lhe dará precatoria para o levantamento na fórma do artigo 58 deste regulamento, sem que deva ser acompanhado dos autos originaes da justificação.

Nestas justificações será ouvido o procurador da fazenda, e nas deprecadas para o levantamento terá vista no thesouro nacional o procurador fiscal.

**Art. 96.** O juizo competente, quando houver de proceder na conformidade dos artigos antecedentes, ordenará, que seja ouvido o procurador da fazenda, o qual assistirá a todos os actos do processo; e deverá requerer tudo quanto fôr conveniente á bôa arrecadação, avaliação e arrematação dos bens do evento, e para que se realizem as entradas do producto delles no prazo legal.

**Art. 97.** O escrivão do juizo remetterá nos mezes de Janeiro e Julho de cada anno, ao thesouro nacional, por intermedio de respectivo juiz, uma relação exacta dos bens do evento arrematados, com as declarações constantes dos livros competentes, acompanhada de uma conta circunstanciada das despesas de que trata o artigo 92.



**Ord. liv. 3 tit. 94:** Sendo qualquer gado, ou bestas achadas do vento, o mordomo ou rendeiro, ou quem cargo tiver de arrecadar as cousas do vento, as faça logo escrever e assentar no livro pelo escrivão dos direitos reaes ou tabellião para isso ordenado, o qual escreverá o dia, mez e anno, e a cor e signaes da cousa achada, e o nome de quem a achou e o logar onde foi achada.

E si a achar outra alguma pessoa, que não seja o rendeiro ou o mordomo, e a tomar o notifique logo ao rendeiro ou mordomo, do dia que a achar a cinco dias.

E não lh'o notificando ao dito tempo, pagará a dita besta ou gado que assim achou, em dobro ao rendeiro ou mordomo, ou a aquelle que tiver carregado de arrecadar as cousas do vento.

1. E em cada cidade e villa, haverá um logar assignado conveniente para isto, que seja perto da villa, para a elle trazerem as bestas e gados do vento, e serão ahi trazidos por o mordomo ou rendeiro á terça-feira de cada uma semana, até se acabarem quatro mezes, contados do dia que fôrem assentados no livro.

E isto nos logares, onde se costuma fazer feiras nos dias da terça-feira, e nos outros logares as trarão ao dito logar em qualquer outro dia de cada semana, segundo fôr costume do logar.

Em os quaes dias apregoarão os gados e bestas do vento, e escreverá os pregões, o escrivão dos direitos reaes, ou tabellião para isso ordenado, em seu livro, para se poder saber como as ditas cousas assim andão de vento, e vir á noticia de seus donos para as virem requerer e arrecadar.

2. E si dentro dos ditos quatro mezes vier o dono da cousa que fôr achada de vento, e fizer certo que é sua, ser-lhe-ha entregue, e pagará ao mordomo ou rendeiro as custas que fez em a manter e guardar, si della se não servio.

3. E passados os quatro mezes, não lhe sahindo dono, o julgador, a que o conhecimento pertencer, sendo requerido, e vendo os autos feitos na fórma sobredita, julgará ao mordomo ou a quem o direito do vento pertencer, os ditos gados ou bestas que assim andarem de vento.

E tanto que lhe fôrem julgadas, as poderá vender e arrematar a quem lhe aprouver, e fará dellas como de cousa sua.

E posto que depois de lhe serem julgadas, venhão seus donos a demanda-las, não serão ouvidos, nem recebidos á tal demanda.

4. E antes do gado ou bestas serem julgadas na maneira sobre-dita, o mordomo ou rendeiro, ou cujo fôr o direito do vento, não poderão vender, matar, nem emalhear por maneira alguma, nem esconder, nem levar para outra parte, as cousas que assim trouxerem de vento.

Mas todo o tempo dos quatro mezes as trarão no termo da cidade ou villa, onde fôrem achadas, e em logar que as possam ver e saber onde andão, e o que o contrario fizer, seja preso, e haja a pena que haveria si as furtasse.

Porém, si em alguma cidade ou villa, for ordenado por foral, postura ou costume antigo, usado e longamente praticado, que as cousas do vento hão de andar em prégão mais tempo que quatro mezes, guardar-se-ha o tal foral, postura ou antigo costume do logar, assim ácerca do mais tempo, em que se hajão de julgar, como da ordem e solemnidade, que si n'isso deve guardar.

## SECÇÃO XII

*Cazos em que se não procede á arrecadação e em que se suspende a arrecadação começada*

**Dec. de 15 de Jun. de 1859 : Art. 3.** A disposição do artigo antecedente (que manda arrecadar, inventariar, e administrar os bens de defuntos e auzentes) (\*) não terá logar :

1.º A respeito dos bens do defunto testado ou intestado, que deixar na terra conjuge ou herdeiros presentes, descendentes ou ascendentes, ou callateraes dentro do 2º gráo por direito canonico, notoriamente conhecidos :

---

(\*) Vide : Sec. I.

2.º A respeito dos bens do defunto testado, que deixar na terra presente herdeiro instituído nomeadamente no testamento.

Si estiver presente, observar-se-á o disposto no § seguinte.

3.º A respeito dos bens do defunto com testamento, que tiver deixado testamentário, que esteja presente e aceite a testamentaria.

Si ao tempo do fallecimento estiver ausente o testamentário far-se-á arrecadação judicial; mas si acontecer apresentar-se o testamentário antes de feita a entrega aos herdeiros, ou recolhido o producto dos bens ao thezouro ou thezourarias, lhe será tudo entregue para cumprimento do testamento.

4.º A respeito dos quinhões pertencentes aos herdeiros ausentes do defunto testado ou intestado, quando estiverem no logar procuradores legalmente autorizados para receber o que lhes pertencer.

**Art. 4.** Si os collateraes dentro do 2º grão não fôrem notoriamente conhecidos, far-se-á a arrecadação judicial, que todavia cessará sem deducção de porcentagem, si justificarem em prazo razoavel, assignado pelo juiz, a sua qualidade hereditaria.

**Art. 5.** Si os herdeiros, a que se refere o § 1 do Art. 3, fôrem filhos illegítimos, e houver fundamento por contestar-se a qualidade hereditaria, tambem terá logar a arrecadação judicial, que cessará sem deducção de porcentagem, si elles justificarem o seu direito certo e indubitavel á herança, proseguindo-se nos ultteriores termos d'ella, para serem os bens entregues a quem de direito pertencerem, si não fôr concludente a justificação.

**Art. 6.** A disposição do artigo antecedente é extensiva ao caso em que se duvidar da legitimidade do casamento, pelo que respeita ao conjuge e filhos legítimos.

**Art. 7.** Das justificações, de que tratão os artigos precedentes, não haverá recurso, ficando salvo o direito de habilitação, na fórma do presente regulamento.

**Art. 8.** O conjuge herdeiro abintestado, nos termos de direito, não poderá entrar na posse dos bens herdados sem prévia habilitação.

**Art. 9.** Em qualquer caso, si houver herdeiros ausentes, o juiz de orphãos nomeará um curador, que assista ao inventario e partilhas, arrecade, e administre os bens, si findo o tempo da conta, ou julgada a partilha, não tiverem os herdeiros entrado na posse da herança.

**Art. 10.** A respeito dos que fallecerem nas circumstancias dos artigos 309 e 310 do codigo commercial, e quanto aos bens dos fallecidos, observar-se-á o que se acha disposto no mesmo codigo e seus regulamentos.

### SECÇÃO XIII

#### *Contabilidade dos bens arrecadados*

**Decr. de 15 de Jun. de 1850: Art. 13.** A contabilidade dos bens de defuntos e ausentes e bens vagos se fará em um jogo de quatro livros distinctos, que se denominaráo livro de registro dos inventarios, livro de termos de leilão, livro de razão e livro de receita e despeza.

Estes livros serão fornecidos pelos escriptães, e abertos, rubricados e encerrados gratuitamente pela directoria geral de contabilidade na corte e provincia do Rio de Janeiro, e pelos inspectores das thesourarias nas demais provincias, as quaes poderão delegar esta incumbencia a empregados das respectivas repartições.

**Art. 14.** O registro dos inventarios constará :

1.º Do nome, profissão, naturalidade, estado e domicilio do defunto testado ou intestato, ou do ausente; data do fallecimento ou época da ausencia com declaração si são conhecidos os ausentes, a quem pertença ou devão pertencer os bens

*arrecadados; seus nomes e domicilio, e do que mais convem ou constar no juizo;*

2.º *Da descripção dos bens, suas especies e avaliações e do-  
laração dos avaliadores e do logar onde se fizerão as ava-  
liações;*

3.º *Da designação das especies metallicas e classificação dos  
valores fiduciarios;*

4.º *Dos livros de commercio, que serão numerados, não  
estiverem, e em todo caso rubricados pelo juiz e do estado  
delles, e quaesquer outros titulos ou documentos de impor-  
tancia;*

5.º *Da natureza e especies das obrigações activas e passivas.*

**Art. 15.** O livro dos termos de leilão servirá para se lançarem nelle todas as arrematações, que se fizerem, as entregas dos bens de raiz, moveis ou semoventes, a seus donos, ou aos herdeiros e interessados, assignando cada um o competente recibo.

**Art. 16.** O livro de razão terá conta aberta a cada inventario, e no titulo delle virão declaradas as circumstancias do § 1 do artigo 14.

No debito das contas se carregaráo ao curador os valores especificados dos bens arrecadados e postos em administração por classes, que constarem do registro do inventario; no credito se lançaráo os mesmos objectos e seus valores entregues aos herdeiros e interessados habilitados, com referencia ás ordens do juizo; as entregas feitas pelo curador dos dinheiros existentes e do producto dos bens, que se fôrem liquidando, e a importancia das despezas com o costeio e custas do processo de cada herança e com o aluguel de armazens e depositos para boa guarda e arrecadação dos bens, de modo que cada conta deste livro, quando saldada e fixada, demonstre em resumo o estado activo e passivo de cada herança illiquida.

**Art. 17.** No livro de receita e despesa escripturar-se-ha:

na receita todo o dinheiro recebido pelo curador, proveniente dos bens escripturados no livro da razão; e na despesa todas as entregas e pagamentos, que se fizerem por ordens legaes do juizo aos herdeiros e interessados habilitados, a importancia da gratificação fixada aos funcionarios, de que trata o artigo 82, e a importancia do saldo liquido dos bens arrecadados e administrados, que se houver de remetter aos cofres publicos no principio de cada mez; de modo que cada conta de receita e despesa represente a totalidade ou valores de cada herança liquida.

**Art. 18.** O thesouro e thesourarias fiação autorizados para alterar o systema de escripturação dos bens de defuntos e ausentes, estabelecendo o que mais conveniente fôr: as thesourarias submeterão á approvação do thesouro as alterações, que julgarem conveniente fazer.

**Art. 19.** No principio das ferias do Natal, em cada anno, os escriptores dos juizos remetterão, sob as penas das leis, os livros de contabilidade e escripturação, de que trata este capitulo, acompanhados dos respectivos autos, no municipio da corte ao thesouro nacional, e nos das capitães das provincias, á excepção do do Rio de Janeiro, ás thesourarias respectivas, onde com preferencia a qualquer outro trabalho se tomará immediatamente, na forma das leis, a conta da gestão dos curadores, afim de que sem demora revertão os livros ao mesmo juizo, expedindo-se-lhe depois as quitações.

Nos mais municipios, bem como no da capital da provincia do Rio de Janeiro, serão as contas tomadas pelos respectivos agentes da fazenda, os quaes darão conta ao thesouro e o thesouraria do resultado, enviando tudo com a cópia dos livros. (\*)

---

(\*) Antes do decreto de 15 de Junho de 1859 a arrecadação dos bens de defuntos e ausentes e do evento regulava-se pelo decreto de 9 de Maio de 1842.

## TITULO XII

### CONTAS DE TESTAMENTARIA

#### CAPITULO I

#### *Obrigaçào da prestaçào de contas e tempo d'ella, e verificaçào da existencia dos testamentos*

**Ord. liv. 1 tit. 62 :** Os testamenteiros serão obrigados de dar conta do que receberão e despendêrão pelas almas dos defuntos, como e quando por elles lhes foi mandado, ora as despesas hajão de ser em cousas certas pelos testadores declaradas, ou sejam deixadas em arbitrio dos testamenteiros.

As quaes contas serão obrigados a dar, posto que os testadores digão em seus testamentos, que querem que seus testamenteiros não sejam obrigados a dar conta.

1. E quando os testadores limitarem a seus testamenteiros certo tempo, em que cumprão o que por elles é ordenado, não sejam os testamenteiros constrangidos emquanto o dito tempo durar, a dar conta do que receberão e despendêrão.

Porém, si os testadores em suas ultimas vontades disserem que si os testamenteiros não puderem cumprir no primeiro anno o que por elles lhes é mandado, que o possam cumprir no segundo ou no terceiro.

Em tal caso, si os testamenteiros mostrarem que no primeiro anno fizerão toda a diligencia para cumprirem o que pelos testadores foi mandado, e não puderão gozar do segundo, ou terceiro anno, fazendo elles toda a diligencia, de maneira que por sua negligencia se não dilate a execuçào do testamento.

2. E não limitando os testadores tempo em que os testamenteiros hajão de cumprir o por elles ordenado, serão obrigados ao cumprir dentro de um anno e um mez do dia, que os testadores morrerem, salvo si fõrem legitimamente impedidos por

os bens, de que se hão de cumprir as vontades dos testadores, serem litigiosos, ou possuidos por outrem, ou por lhes serem demandados.

Porque então não lhes correrá o tempo da execução, senão do dia, que as sentenças por sua parte fôrem dadas, e passarem em cousa julgada, com tanto que os testamenteiros fação toda a diligencia para logo demandar os ditos bens, e prosigão as demandas, em maneira que por sua culpa se não retardem.

E quando algum outro impedimento tiverem, se soccorrão a nós, allegando-nol-o, para provermos como nos bem parecer.

3. Outrosim os testadores poderão dar autoridade a qualquer pessoa, de que confiem, para escrever a receita e despeza, que seus testamenteiros hão de fazer.

E a escriptura da tal pessoa será dada fé, assim como aos tabelliães publicos, quando taes autos fazem.

8. E os provedores terão especial cuidado de fazer cumprir as vontades dos defuntos.

E tanto que fôrem em cada logar de sua provedoria, mandem com juramento aos Evangelhos a todos os tabelliães e escrivães do logar e termo que lhe mostrem todas as notas, testamentos cedulas e codicillos, que tiverem, sem sonegar algum, sob pena de privação dos officios, para por elles verem o que ao residuo pertence, e o mandarem arrecadar na maneira adiante declarada.

Os quacs darão de 25 annos atraz, não sendo já tomadas as contas por elles provedores, ou por outro official, que para isso poder tivesse; e aos tabelliães e escrivães mandarão pagar por cada uma nota e escriptura, em que houver residuo, quatro réis, e das em que não houver residuo não haverão cousa alguma.

E perguntarão por juramento quaesquer pessoas, que tiverem por informação, que sabem algumas cousas, que pertencem á execução de seus carregos.

9. E mandarão pregoar que todos os testamenteiros e pessoas outras, que tiverem carregos de cumprir alguns testamentos lh'os vão mostrar, e os inventarios das receitas dos bens dos defuntos, e as despesas que delles fizerem



E isto a um certo tempo, que logo lhe assignaráo, segundo fôr o lugar em que estiverem, sob pena de perderem o premio que no tal testamento lhe fôr deixado, e mais pagarem vinte cruzados, a metade para a nossa camara e a outra para quem os accusar.

10. E tanto que lhes as notas fôrem trazidas, as verão com os escrivães de seus carregos.

E como as fôrem vendo, porão a cada uma seu signal, porque se conheça que foi vista por elles, e o escrivão porá em lembrança em um caderno os defuntos, que fizerem os testamentos, e em que tempo, e porque tabelliães, e quem são os testamenteiros : e o tempo que lhes dão para os cumprirem.

O qual caderno terá guardado em seu poder; e si os tabelliães ou escrivães deixarem algumas das ditas notas por mostrar, além de haverem a pena de perjuros, os havemos logo por condemnados em perdimentos dos officios.

E tanto que os provedores souberem, que deixarão de mostrar algumas das ditas notas, logo os suspendão dos officios, e fação auto da culpa, que tem e o enviem ao juiz da chancelaria para nisso prover como fôr de justiça.

E si depois de suspensos mais servirem, os juizes do lugar onde acontecer, os prendão e não soltem sem nosso mandado.

11. E quando os testamenteiros levarem a mostrar os testamentos, que tem, como lhes é mandado pelo pregão, os provedores os concertaráo com o caderno, que o escrivão ha de ter feito das notas, e aos que concertarem com ellas, porá um signal do concerto, assi no caderno, como no testamento.

E faltando alguns testamentos dos que estiverem no caderno mandarão aos testamenteiros, que lh'os levem pessoalmente.

E executarão n'elles as penas do pregão, em que incorrêrão, por o assim não o cumprirem.

## CAPITULO II

### TOMADA DAS CONTAS

**Ord. liv. 1 tit. 63 § 12.** E examinados por elles (os provedares) as clausulas dos testamentos e despesas feitas pelos testamenteiros, si acharem que tem tudo despeso, e nas proprias cousas declaradas no testamento, e perante o tabellião ou escrivão delle levarlhes-hão em conta tudo o que bem despendirão, até o tempo em que lhes fôr tomada a conta posto que as despesas sejam feitas depois do anno e mez que lhes assi damos ou depois do tempo que lhes o testador assignou, sendo porém feitas antes de serem citados para darem conta.

F quando acharem que os testamenteiros não despendirão bem e como devião, e nas cousas declaradas no testamento e perante o tabellião ou escrivão dado para fazer as despesas delle julga-lo-hão para o residuo, e removerão o testamenteiro da execução do testamento e fôrão entregar ao recebedor dos residuos todos os bens que o testamenteiro ainda tiver por despendir, e tudo o que mal despendeu.

E isto perante o escrivão dado para escrever as despesas e inventario do testamento o qual assentará tudo em receita sobre o thesoureiro, ou recebedor declaradamente para se despendir, como se adianta dirá.

O qual recebedor ou thesoureiro não levará por isso premio algum e sómente haverá o mantimento que por nós lhe fôr ordenado.

E farão tornar aos testamenteiros que não cumprião o que dito é todo o premio que os testadores lhes deixarão, para executarem seus testamentos; o qual será entregue ao mam-posteiro-mór da redempção dos captivos desse bispado, si no mesmo logar estiver ou em outro logar, que seja perto; porque o temos apropriado á dita redempção.

19. E os testamenteiros não receberão bens alguns moveis nem de raiz que pertença aos defuntos, senão por inventario

feito por tabellião e por mandado de justiça a que o conhecimento pertencer.

E fazendo o contrario e sendo-lhe depois provado, que receberão mais do que dão em conta os provedores os privem logo da administração e execução dos testamentos e sejam presos até pagarem e entregarem toda a fazenda que receberão dos defuntos que ainda não tiverem despesa no tempo ordenado.

E não tendo por onde pagar os ditos provedores lhes darão as penas que lhes parecer justiça dando appellação e agravo nos casos em que couber.

E mandamos aos testamenteiros que as despesas que houverem de fazer em cumprimento dos testamentos as fação perante tabelliães das notas ou perante a pessoa que o defunto ordenou que as escrevesse.

E estas sómente lhe serão levadas em conta, e não outras ainda que mostrem conhecimentos de clérigos ou frades ou de outras pessoas, que o dinheiro recebessem; nas quaes os provedores se haverão como se não fossem feitas e farão a obra e execução, como se fossem certos, que não era feita nem cumprida cousa alguma dellas.

21. E serão cridos os testamenteiros por seus juramentos até valia de dous marcos de prata ou per dito de duas testemunhas dignas de fé em toda a dita conta não passando porém cada addição da tal despesa de seiscentos e cinquenta réis que é o intrinseco valor das duas onças.

Porém os provedores tomarão de fóra informações para saberem si elles fallão certo.

E achando o contrario além de haverem a pena de perjuros pagarão em tresdobro o que assi falsamente jurarem que tinham despesa.

Do qual tresdobro se cumprirá a vontade do defunto e as duas partes se recadarão para o residuo.

E si alguma pessoa o descobrir haverá a metade do que se houver de arrecadar para o residuo.

Outrosi serão obrigados os testamenteiros de dar conta, e os provedores de lh'a tomarem de todos os bens de raiz e

novidades delles, que se mostrar que houverão dos defuntos do dia que os receberão até 25 annos e dos bens moveis até 15 annos.

Porém si alguns bens de raiz que ficarem por morte dos testadores, fôrem achados em poder dos testamenteiros serão constrangidos a os entregar até 40 annos contados do dia que os testadores fallecerem para se venderem para os residuos como acima dito é: salvo si os ditos bens lhes fôrem deixados expressamente pelos testadore, ou os houverão por qualquer justo titulo.

## TITULO XIII.— Custas no civil

### CAPITULO I

#### *Condemnação nas custas*

**Ord. liv. 3 tit. 57:** Quando o juiz der sentença final em qualquer caso, de qualquer qualidade que seja, sempre condemnará em custas ao menos do processo, assim ao réo que fôr vencido, como ao autor, quando o réo fôr absoluto, sem poder dellas relevar cada uma das partes, posto que lhe pareça, que cada uma dellas teve justa causa para litigar, salvo entre as pessoas, que por bem das Ordenações não ha custas.

E das custas pessoasas poderáo ser escusas, si tiverem justa causa de litigar.

1. E no caso em que o vencido foi em culpa sómente de fazer demanda, que não devera sem outra malicia, será condemnado nas custas singelas. E sendo achado em malicia, será condemnado nas custas em dobro, ou em tres-dobro, segundo a malicia em que fôr achado.

E porque acerca disto se não póde dar certa regra, ficará em arbitrio do julgador.

E em todo o caso onde o vencido é condemnado nas custas em dobro, ou em tres-dobro, e não lhe fôrem achados bens, em que se faça execução, será preso até que as pague da cadeia, porque a dita condemnação procedeo de malicia, que é havida por maleficio. (\*)

2. E si o réo fôsse condemnado em parte do que foi demandado, e em parte fôsse absoluto, o julgador condemnará nas

---

(\*) Está abolida a prisão por custas, pelo art. 206 do decreto de 2 de Setembro de 1874.

custas o réo pela parte, em que foi condemnado do principal, e ao autor pela parte em que o réo foi absoluto, respeitando o julgador sempre, si houve ahi malicia, ou ignorancia no demandar, ou justa razão de litigar, e assim pronunciará sobre as custas dobradas, ou singelas, ou nas do processo segundo acima dissemos, não podendo porém nunca relevar o vencido das custas do processo por aquella parte, em que foi condemnado como dito é.

E em semelhante condemnação, quando nas custas houver de condemnar, assim autor, como réo, não dirá : *como vence, e são vencidos* : mas verá a parte em que é condemnado, e a parte em que é absoluto, havendo respeito ao que é demandado, e dirá expressamente que condemna o réo em tanta parte das custas, como terça, ou quarta parte, ou outra semelhante cota, e em tanta ao autor, para que ao contador, que as houver de contar, saiba claramente as custas em que cada um é condemnado.

E este mesmo modo de declarar a condemnação das custas terá, quando a sentença fôr sobre aução, e reconvenção.

1. E bem assim nos feitos civis, que são entre nós, e cada um do povo, não ha custas, quer o procurador dos nossos feitos seja autor, quer réo, conforme ao costume antigo destes reinos.

Porém nos feitos crimes, quando algum fôr accusado pelo promotor da justica, ou por o nosso procurador, e fôr condemnado, sempre condemnaráo o réo nas custas do processo.

4. E entre pai, e mãe, e o filho, ou filha, ou genro, e sogro, enquanto está casado com sua filha, e ambos estão, e morão juntamente em casa manteúda, não haverá custas pessoas, sómente as poderá haver do processo, como acima dissemos.

Porém si o matrimonio fôr separado entre o genro, e filha, por morte ou por sentença do juizo ecclesiastico, quer perpetuamente, quer a tempo certo e durante o dito tempo houver alguma demanda entre o sogro ou sogra, e o dito genro, guardar-se-á entre elles a regra, que se guarda entre os estranhos, segundo acima temos declarado.

## CAPITULO II

### TAXA DAS CUSTAS E SUA CORRANÇA

**Decr. de 15 de Mar. de 1842: Art. 37.** As appellações civeis e aggravos continuaraõ a ser preparados com a importancia das assignaturas, braçagens e mais contribuições estabelecidas pelas leis em vigor, para serem apresentados ás relações, recahindo em prejuizo das partes o retardamento que houver por falta deste preparo.

**Art. 38.** O juiz de direito e seus escrivães, e officiaes de justiça, no que pertence ao civil, perceberão pelos actos que praticarem, os emolumentos e salarios marcados no alvará de 10 de Outubro de 1754 para as provincias de Minas-geraes, Goiaz, e Mato-grosso, percebendo os juizes de direito criminaes os emolumentos marcados para os ouvidores e provedores de comarcas, e os do civil, os que estão designados para juizes de fóra.

**Art. 39.** Os juizes municipaes e de orphãos perceberão em dobro os emolumentos marcados no dito alvará para os juizes de orphãos e de fóra, não sendo porém extensivo este favor aos escrivães e officiaes de justiça que perante elles servirem.

**Art. 40.** Os juizes de direito, municipaes e dos orphãos, seus escrivães e officiaes de justiça, têm o direito de cobrar executivamente a importancia dos emolumentos e salarios que lhes fôrem devidos, quer das partes que requererem, ou a favor de quem se fizerem as diligencias e praticarem os actos antes da sentença, quer das que fôrem condemnadas.

**Art. 41.** Não poderão receber quantia alguma adiantada, nem a pretexto de falta de pagamento poderão os escrivães e mais officiaes de justiça retardar o andamento dos processos e a extracção e entrega dos traslados precisos para a instrucção dos recursos, ou quaesquer outros actos e diligencias, sob pena de se lhes fazer effectiva a responsabilidade pelo delicto do artigo 139 § 6 doCodigo Criminal. (\*)

---

(\*) A taxa das custas e sua cobrança actualmente regula-se pelo decreto de 2 de Setembro de 1874.

Outr'ora essa taxa era regulada pela Ord. liv. 3 tit. 96, e 97, que foi substituida pelo alvará de 10 de Outubro de 1754 para o Brazil. Sobre o executivo por custas vide: Tit. IX, cap. IV.



## TITULO XIV. — Execução das sentenças

### PROCESSO DAS EXECUÇÕES

#### CAPITULO I

##### SECÇÃO I

##### *Ingresso da execução e modo d'ella*

**Ord. liv. 3. tit. 86.** Quando algumas sentenças da mór alçada, ou outra qualquer, que passar em cousa julgada, fôr apresentada a algum julgador, pela qual se deva fazer execução, sendo o dito julgador requerido para isso, a mandará com deligencia executar, e sendo a condemnação por aução pessoal, que descenda de contracto, ou quasi contracto, porque alguma parte seja condemnada, que pague ao vencedor alguma quantidade de dinheiro, pão, vinho, azeite ou qualquer outra cousa, que se costuma contar, pesar, medir, será o condemnado requerido, que pague o conteúdo na sentença ou dê penhores bastantes á condemnação, sendo achado no lugar onde se faz a execução, e não sendo ahi achado para ser requerido, seja citado na fôrma que dissemos no titulo : *Das citações* : o qual requerimento lhe será dado, feito pelo tabellião ou escrivão que fôr presente ou pelo porteiro, no caso onde porteiro abaste para penhora, segundo se dirá no titulo : *Da execução, que se faz por o porteiro* : e será escripto pelo escrivão, que os prégões houver de escrever, por fé do porteiro que o requerer.

E feita a dita notificação e requerimento, não será necessário ser o condemnado mais requerido ao tempo da venda e rematação dos penhores, e esse requerimento se assentará nas autos da penhora pelo escrivão ou tabellião, e não o assentando, incorra em pena do perdimento do officio.

E si logo não pagar o conteúdo na sentença, não lhe será mais dado tempo, nem espaço algum, antes será logo feita penhora em tantos de seus bens, que bastem para a dita condenção.

1. E sendo outro si a condemnção de dinheiro, ou de outra cousa que se costume contar, pesar ou medir, de que já foi feita liquidação, o condemnado não será ouvido com embargos de qualquer qualidade que sejam, até pagar ou dar penhores livres e desembargados, que valhão a quantia da condemnção, e custas da execução, e até serem os penhores realmente entregues ás justiças, que houverem de fazer a execução ou a pessoa, a quem as taes justiças os mandarem entregar, de maneira que o condemnado nem por si, nem por outrem fique por via alguma em posse dos penhores.

E dando á penhora bens de raiz livres e desembargados, será desapossado delles, e serão entregues por autoridade de justiça a pessoa ou pessoas sem suspeiça, seguras e abonadas, a que será mandado que não entregue, nem rendimento algum delles ao condemnado.

E pagando o condemnado ou sendo feita a penhora, e a entrega pela dita maneira, poderá requerer sua justiça ácerca dos embargos com que vier, vindo dentro de seis dias depois da dita entrega ser feita.

2. E tratando-se da execução de cousa em que conforme a sentença haja de haver liquidação, si o juiz, que houver de fazer a execução, declarar por sua sentença a quantidade, que se ha de liquidar, se guardará o que acima dissemos : *Quando a sentença condemnatoria é de certa cousa.*

3. E vindo com embargos a dita sentença em tempo devido, taes que ao julgador pareça que se devem receber ou remetter ao julgador ou julgadores, que a sentença derão : e posto que

sobre elles receba appellação sem embargo de assi remetter, ou delles conhecer, ou de receber a appellação, o juiz vá com sua execução por diante, não querendo o condemnado pagar.

E havido o dinheiro, que se da execução fizer, si o vencedor quizer dar fiança bastante na terra ao tornar, trazendo o condemnado provisão pelos embargos, que lhe seja o dinheiro tornado, ser-lhe-ha entregue.

A qual fiança ha de ser, porque se obrigue o fiador de o tornar, sem mais o principal ser requerido, e sem outra figura, nem ordem do juizo, e não querendo a parte vencedora dar a dita fiança, ou não a podendo dar, todavia se fará a execução, não pagando o condemnado, e o dinheiro se porá em deposito até se dar final determinação sobre os embargos, e segundo o que fór determinado sobre elles, assim se fará do dinheiro, que em deposito estiver.

4. E sendo a sentença, porque se tal execução fez, revogada em parte ou em todo, os bens, que por ella assim revogada fôrão vendidos, sejam tornados a cujos erão, e ao comprador seja tornado o preço, que por elles deu, e as custas que fez na arrematação á custa d'aquelle, que a execução fez fazer ou por seu fiador, não lhe achando a elle logo bens, sem outra de longa, como acima dissemos.

E isto se entenderá, si a sentença em todo fór revogada em parte, o mesmo que ficar condemnado em parte, pagará ao comprador as custas segundo a parte, em que ficar condemnado, e a demasia se haverá pelo que a execução assi fez fazer, em modo que o comprador, que os ditos bens ha de tornar, não perca coisa alguma do seu : com tanto que a pessoa, que a sentença houve no caso dos embargos, pela qual a primeira foi revogada em parte ou em todo, requeira que lhe sejam tornados os bens, que lhe assi fôrão vendidos pela primeira sentença, do dia que a sentença sobre os embargos fór passada por a chancellaria ha um mez, não sendo embargado nella : e sendo embargada, correrá o dito mez da publicação da sentença que se der nos embargos.

Porque não o requerendo dentro no dito mez, não lhe serão

mais os ditos bens tornados, sómente haverá o preço pelo depósito, ou pelo vencedor na primeira sentença, si o recebeu, ou por seu fiador, como acima é declarado.

E em caso que o comprador de taes bens os torne, não tornará as novidades que delles tiver recebidas, e aquelle a quem se os ditos bens tornarem poderá pedir as novidades ao que lh'os fez vender, o qual lh'as pagará todas, si a sentença for revogada em todo, ou a parte que lhe montar, soldo a livra segundo a parte della, em que o condemnarem.

5. Porém, quando o comprador dos ditos bens tiver feitas bemfeitorias, ser-lhe-hão pagas por aquelle, a que se os bens tornão, compensando todavia em tal caso as novidades, que tiver recebidas, porque posto que acima digamos, que lhe não seião descontadas as novidades, e que as pague, o que fez vender os bens, segundo a parte, em que a sentença fôr revogada, havemos por bem, que onde houver bemfeitorias, se faça compensação.

E o que os ditos bens fez vender, ficará livre da parte, que montar nas novidades, que se compensarem com as bemfeitorias.

6. E quando os embargos fôrem postos por algum menor, nos quaes peça restituição, e lhe fôrem recebidos, guardar-se-ha acerca da execução, o que dissemos no titulo: *Da restituição, que se dá aos menores de 25 annos contra sentenças injustas.*

## SECÇÃO II

*Como e em que bens se faz a penhora*

**Ord. liv. 3 tit. 86 § 7.** E será avisado o official que fez a penhora, que si o condemnado fôr presente ao tempo della, lhe pergunte si tem bens moveis, e dizendo que os tem, lhe mande que os mostre, e dê até o outro dia, para nelles fazer execução.

E dizendo que os não tem, ou não os mostrando, nem dando ao dito tempo desembargados, ser-lhe-ha logo feita penhora em

qualquer bens moveis, que o vencedor mostrar, ou nos de raiz, qual a parte que a execução requer mais quizer, sem mais o condemnado poder allegar, que tinha bens moveis, em que se primeiro houvera de fazer execução, e sempre tomará os penhores que lhe o condemnado der, dando-lhe tantos, que ao dito official pareça que bastão, e não lhe dando tantos, então lhe tomará os que lhe mais parecer, que bastaráo.

8. E sendo o condemnado absente ao tempo da penhora, o escrivão que a ella fôr presente, se informará na casa do condemnado, e pela vizinhança summariamente por algumas testemunhas, que sobre isso por si só tirará, e assentará no auto, si o condemnado tem nesse logar ou sen termo, bens moveis, e segundo o que achar pela informação, assi fará a penhora, fazendo-a primeiro nos bens moveis, que nos de raiz.

E si os moveis fôrem taes, que lhe pareça, que não bastaráo para a condemnação, fará logo penhorar nos bens de raiz em tanta parte, que lhe pareça, que razoadamente bastará para a condemnação, em maneira, que não faça mais execução nos bens moveis, nem de raiz do condemnado, que quantos razoadamente possam bastar para a condemnação ou divida, porque é penhorado, posto que a divida seja nossa.

E o que o contrario maliciosamente fizer, pague á parte toda a perda e damno, que receber e mais ser-lhe-ha estranhado, como fôr direito.

9. E si a penhora fôr feita pelo porteiro sómente sem escrivão, no caso que a póde fazer, o mesmo porteiro se informará pela maneira que dito é, e dará sua fé ao escrivão, que os prégões houver de escrever, da diligencia que fez para saber se tinha o condemnado bens moveis, em modo que onde se mostrar que o condemnado tinha moveis, sempre nelles se faça primeira execução, que nos de raiz.

10. E posto que depois o condemnado queira provar, que ao tempo da penhora tinha bens moveis bastantes para a condemnação, não se desfará por isso a execução.

Porém, provando-se que o official, que a diligencia fez sobre os bens moveis, se houve nisso maliciosamente, a execução se

desfará, e se fará outra de novo, e o official será punido segundo a malicia, em que fôr achado, e por seus bens faça o julgador satisfazer ás partes todo o damno, que por isso tiverem recebido.

11. E nos casos acima ditos, onde o official tomar os penhores, si poder achar um cousa movel, que valha a quantia da condemnação, em ella sómente faça a execução, e assi o faça nos bens de raiz.

E posto que o condemnado queira fazer dos bens de raiz moveis, para sómente andarem em prégão os dias, que os moveis havião de andar, e lhe não sejam tomados os moveis, não será a isso recebido, salvo si a parte que requer a execução fôr disso contente.

12. E em qualquer caso, onde se houver de fazer penhora nos bens moveis, si o condemnado fôr escudeiro, cavalleiro ou fidalgo, ou dahi para cima, ou nosso desembargador, ou mulher de cada um dos sobreditos, ou mulher fidalga, e o official achar fóra da casa alguns bens moveis seus, em que possa fazer penhora, que abastem á quantia, faça a penhora e execução nelles, e não nos que estiverem dentro em casa.

E não achando fóra da casa bens moveis, ou os que achar não bastarem para pagamento da divida, peça de fóra penhor ao senhor da casa, ou aos que ahi achar, e se lh'o não quizerem logo dar, entre dentro em casa, e faça penhora nos bens que ahi achar, como deve.

E o official que fizer a execução que isto não guardar, será castigado pelo julgador, segundo fôr a qualidade da pessoa que penhorar, e mais a pessoa penhorada lhe poderá demandar a injuria, e lhe será julgada, segundo a qualidade de sua pessoa e do excesso que o official nisto tiver feito.

13. E si algum devedor, depois de ser condemnado em alguma quantidade de dinheiro, pão, vinho, ou outra semelhante cousa, que se costuma contar, pesar ou medir, alhear seus bens em prejuizo do vencedor, por nelles se não fazer execução, seja preso, e o não soltem até cumpridamente satisfazer ao vencedor, sem poder fazer cessão.

E sendo casado, e tendo bens moveis e de raiz, e por se fazer execução da sentença, que contra elle fôr dada nos bens de raiz, alhear os moveis depois de ser condemnado, por prejudicar á sua mulher, seja preso, e não o soltem até que traga os bens moveis que emalheou para se nelles fazer execução, de maneira que a mulher não seja damnificada nos bens de raiz, pela emalheação que o marido fez nos bens moveis.

14. E si o que fôr condemnado em alguma quantidade, por que deva ser penhorado, e no dia em que fôr requerido com a sentença, que pague, ou dê penhores, os não quizer dar, tendo-os, ou se provar que os escondeu por lh'os não acharem, ou os deutaes, de que a parte vencedora, ou o executor se não contentou, por não serem de tanta valia, como a condemnação, e depois sendo vendidos, se não achar por elles a dita valia, mandamos que o dito condemnado seja outra vez penhorado em tantos bens que bastem, sem mais ser requerido para a dita penhora, nem arrematação.

E estes penhores, que assi novamente tomarem, andará em prégão os dias nesta ordenação ordenados, e pagará o condemnado ao vencedor todas as custas pessoas que fizer desde o tempo que se acabou a arrematação dos primeiros penhores, que lhe fôrão tomados, que não abastaráõ, até realmente o vencedor ser pago de tudo o que lhe é devido por a dita sentença, quer o vencedor seja diligente em requerer seu pagamento, quer não.

E sendo a parte vencedora, ou o executor ao tempo da primeira penhora contente dos bens, que lhe são dados, o vencedor não levará custas de pessoa do tempo, em que se assim fizer a segunda execução.

### SECÇÃO III

#### *Execução nas acções reaes*

**Ord. liv. 3 tit. 80 § 15:** E quando a sentença, de que se requer execução, fôr porque algum seja condemnado por aução real ou pessoal, que entregue coisa certa ao vencedor,

assignar-lhe-ha o juiz da execução termo de 10 dias, a que a entregue, si ahi fôr achado.

E não sendo ahi achado, será citado para lhe assignarem o dito termo á sua revelia, si não acudir á citação.

O qual termo passado, si a não entregar, se tirará logo em effeito de poder da parte condemnada, sem mais para isso ser citada, e será entregue ao vencedor.

E dizendo o condemnado, que tem embargos á sentença, ou á execução della, o vencedor dará fiança á tal cousa, e a todas perdas e damnos, como acima dissemos, quando a condemnação é de quantidade.

E sendo a cousa de raiz, dará fiança aos fructos della sómente.

E não dando a dita fiança, o executor mandará sequestrar as cousas, em que fôr feita condemnação, em poder de pessoa segura e abonada, e pôr em arrecadação os fructos, si fôrem bens de raiz.

E enquanto se assim não fizer a penhora, ou sequestro, a parte condemnada não será ouvida com embargos ou suspeições de qualquer qualidade que sejam, com que venha a impedir a execução.

Porém, feita a dita penhora, ou sequestro, poderá vir com os embargos que tiver, apresentando-os perante o juiz da execução dentro de seis dias, do dia da penhora, ou sequestro, e se procederá sobre os embargos na fórma que acima dissemos das outras execuções.

16. E si esse condemnado maliciosamente deixou de possuir a cousa julgada, por se não fazer em ella execução, depois da lide com elle contestada em diante, far-se-ha execução em ella, si achada fôr em poder de aquelle, em que foi alheada, sem ser com elle outro processo ordenado, si foi sabedor, como a dita cousa era litigiosa ao tempo que foi traspassada nelle, ou si teve justa razão de o saber.

Porém, si o vencedor quizer sómente a verdadeira valia della, a qual não foi estimada na sentença, o julgador taxará a valia della com conselho de pessoas, que tenham disso bom conhecimento, e poderá o vencedor jurar aos Santos Evangelhos sobre



a valia della até á dita taxaço, e mais não, e segundo seu juramento será o réo condemnado.

E si o vencedor quizer haver, não sómente a verdadeira estimação da cousa, mas segundo a affeição que a ella havia, em tal caso jurará elle sobre a dita affeição, e depois do dito juramento póde o juiz taxal-a, e segundo a dita taxaço assi condemnará ao réo, e fará execução em seus bens, sem outra citaço da parte.

E não sendo ao condemnado achados bens desembargados, por que se faça a execução em tudo o em que assi fôr condemnado, seja preso, e não solto, nem possa fazer cessão, até que tudo entregue livremente, para se fazer execução desembargadamente.

E no caso em que a cousa vem já na sentença estimada, cumprirá o juiz, e executará a dita sentença na estimação, sem outro juramento e taxaço, nem condemnaço de interesse.

#### SECÇÃO IV

##### *Tempo para os officiaes fazerem a penhora*

**Ord. liv. 3 tit. 86 § 20.** Mandamos que nenhum official leve dinheiro ás partes, por as penhoras que houverem de fazer por mandado dos julgadores, sem primeiro as terem feitas.

E sendo cada um requerido, que as faça, e não as dando feitas dentro de 5 dias, depois de assim ser requerido, o juiz da execução o suspenderá até nossa mercê, constando-lhe por duas testemunhas, que algum dos ditos officiaes foi requerido pela parte, e a penhora se não fez dentro dos 5 dias, salvo si allegarem taes causas, que ao julgador pareça, que os deve relevar da suspensão.

E os ditos officiaes poderão aggravar da suspensão que lhes fôr feita, porém não servirão seus officios em quanto o aggravado se não acabar de determinar finalmente.

E si o julgador, que conhecer da execução, os não suspender, a parte se poderá tambem aggravar disso para os superiores.

21. E os officiaes, a que fôrem apresentados mandados para fazerem alguma execução, os receberão logo, sem pôrem nisso duvida.

Esendo na cidade de Lisboa, não se escusarão com dizerem, que as pessoas, que hão de ser executadas, não são do bairro da sua repartição.

E constando ao julgador por juramento da parte, que o alcaide não quiz aceitar o mandado apresentando-lh'o, o suspenderá logo do officio até nossa mercê.

E tanto que os ditos officiaes receberem os mandados, os escrivães de seu cargo passarão certidão á parte do dia, e hora em que lhe forão dados, para se saber si é feita a penhora, e a execução dentro dos ditos cinco dias.

22. E os julgadores a que pertencer, terão muito cuidado de saber si se fazem as execuções, ainda que as partes a que toca se não queixem.

E achando que não são feitas no termo acima declarado, suspenderão os officiaes por cuja culpa se não fizerão, e as farão logo aca bar, e nas residencias, que se tomarem aos ditos julgadores, se perguntará pelas execuções que se fazem, e por cuja culpa se retardão, esendo por falta do julgador, a que se tomar residencia, se lhe dará em culpa.

#### SEÇÃO V

##### *Isenção de penhora*

**Ord. liv. 3 tit. 86 § 23.** Porém não se penhorarão os fidalgos, e cavalleiros, e nossos desembargadores nos cavallos, armas, livros, vestidos de seus corpos, nem as mulheres dos sobre-ditos, nem mulheres fidalgas nos vestidos de seus corpos, e camas de suas pessoas, havendo respeito ao que a cada um é necessario para seu serviço, e uso, confôrme a qualidade de suas pessoas, posto que outros bens não tenham.

E nos mais cavallos, vestidos, e cousas sobre-ditas, que lhes não fôrem necessarias, se fará execução, quando não tiverem outros bens moveis, ou de raiz.

E isto se não entenda nos roubos, e malfetorias, porque por taes casos serão penhorados, e constrangidos até que paguem, assim por seus bens, posto que sejam dos sobreditos, como por prisão de suas pessoas.

24. E bem assim, não se fará penhora, nem execução por quaesquer dividas, posto que sejam nossas, nos cavallos, e armas dos que continuamente costumão ter armas, e cavallos de estada para nosso serviço, nem nos bois de arado, que tiverem os lavradores, e lhes fôrem necessarios para lavrarem as terras e herdades, nem nas sementes, que tiverem, e lhes fôrem necessarias para semear.

Nem nas armas de quaesquer pessoas, que as tiverem por obrigação, nem de outros, que as tenham para nosso serviço, nem nas armas, espingardas, e béstas, que tiverem os espingardeiros, e besteiros do monte, que tiverem nossos privilegios, mostrando as pessoas conteudas neste paragrapho, outros seus bens moveis, ou de raiz, desembargados, em que se possa fazer penhora, e execução.

Porém, si os sobreditos tiverem algumas armas em poder de regoeiros, armeiros, adeis, adelas, ou em algum lugar para vender, poder-se-ha fazer nellas execução, como nas outras cousas.

**Lei de 15 de Nov. de 1827 : Art. 36.** Não se admittirá opposição, nem ao pagamento e capital, nem á transferencia destas apolices (da divida publica) sinão no caso de ser feita pelo proprio possuidor.

**Av. de 14 de Set. de 1848.** Quanto á penhora e sequestros em apolices de fundos publicos, em vista do artigo 36 da lei de 15 de Novembro de 1827, declara, que depois que foi promulgada esta lei nunca entrou em duvida, á face do dito artigo, que as apolices não são sujeitas a embargo ou penhora por acções ou execuções entre particulares, salvo tendo convindoo possuidores; e só se tem pretendido fraudar esta intelligencia e pratica procurando-se explicar o citado artigo como

subordinado ao artigo 35, quando são muito distinctas as disposições de um e outro ; á vista pois da letra e espirito dos referidos dous artigos, e dos privilegios outorgados a taes titulos de dividas, que até estão livres do imposto das heranças e legados, prevalece ainda nas execuções fiscaes a mesma immuni-  
dade sobre a regra das compensações, salvo mostrando-se que o devedor convertera dolosamente em apolices a sua fortuna para fraudar a fazenda publica, illudindo a execução.

**Lei de 27 de Out. de 1837 :** Art. 1. São izentas de penhoras e arrestos as pensões uzufruidas pelos pensionistas do monte-pio geral e economia dos servidores do estado, e do monte-pio geral estabelecido n'esta côrte.

#### SECÇÃO VI

##### *Avaliação dos bens penhorados*

**Lei de 20 de Jun. de 1774 § 5.** Item : porque não soffre a boa razão da justiça, que nas arrematações dos bens dos devedores da minha real fazenda proceda sempre a avaliação do justo valor delles e o que o mesmo se não observe nas que se fazem á instancia de credores particulares com intolleravel prejuizo delles e ainda dos mesmos devedores executados, tendo resultado desta diversa pratica ás desordens e abusos que se têm feito notorios ; ordeno, que o cap. 177 das ordenações da fazenda se observe geral e inviolavelmente, quanto á necessidade das avaliações em todas as arrematações, que se fizerem á instancia dos credores, e que as mesmas avaliações se fação indispensavelmente publicas, na praça antes de se dar principio aos pregões.

§ 6. Item : ordeno, que na praça se não admittão lanços de pessoas desconhecidas, sinão fór, ou trazendo comsigo, ou dando na praça outras de que haja conhecimento, que com elas assine os ditos lanços, ou mostrando procurações legitimas de cujo estabelecimento e idoneidade haja cabal noticia.

§ 7. Item: ordeno que ainda depois de andarem em praça os moveis e fazendas os dias da lei e do util, se não possão arrematar em quanto os lançadores não chegarem aos preços das avaliações a outros maiores.

§ 8. Item : ordeno, que, para avaliadores escolherá, o senado da camara em cada um anno das pessoas mais praticas peritas e inteligentes nos officios e artificios a que os moveis pertencerem, as de maior verdade e mais estabelecida reputação, as quaes passará provisões de avaliadores privativos debaixo da pena de nulidade das avaliações feitas por outros, que não sejam os nomeados e approvados pelo mesmo senado.

§ 9. Item : ordeno que os moveis que com o uso e com os transportes se deteriorão e se arruinão, sejam avaliados depois de se acharem recolhidos nos armazens do deposito publico no ultimo estado, em que se acharem ao tempo, em que se meterem a pregão, e que os preços d'essas avaliações sejam os que regulem na praça as arrematações que dos mesmos moveis se fizerem.

§ 10. Item : ordeno, que si os moveis forem d'aquellas, que têm valor intrinseco, certo e permanente, como sejam peças de ouro, prata, diamantes, ou outras peças de estimação conhecida, sejam avaliadas pelos contrastes e ensaiadores, que tiver approvado o senado, havendo respeito nas avaliações a metade do feittio das peças, que os tiverem.

§ 11. Item : ordeno, que as avaliações dos predios rusticos se fação na fôrma de meu alvará de Outubro de 1773, escolhendo para elas o mesmo senado da camara 12 fazendeiros de honra, verdade e consciencia, a quem passe provisão por um anno sómente de avaliadores privativos da cidade e 5 legoas ao redor d'ela, e outros tantos para as avaliações dos predios urbanos com distincção dos respectivos officios necessarios para a construcção d'ellas, procedendo para a escolha de uns e outros as informações mais exactas e rigorozas.

E não poderá o mesmo senado reformar as ditas provisões sem novamente se informar do procedimento, que houverem tido aqueles avaliadores no tempo das primeiras.

12. Item : porque tem mostrado a experiencia por factos da mais incontestavel certeza a facilidade com que se deixarão corromper alguns avaliadores a favor das partes, que têm interesse em que as avaliações se fação por mais ou por menos, de que tem resultado intoleraveis prejuizos e publicos escandalos, mando que o ministro mais moderno do senado inquiria no fim de cada um anno devassamente do procedimento que nelle tiverão todos os sobreditos avaliadores, e constando por por provas legaes, que elles não cumprirão com verdade e inteireza as suas obrigações, o mesmo ministro os pronunciará e mandará prender, e sendo relator da devassa em pleno senado, serão castigados com a pena de seis mezes de cadêa e seis annos de degredo para Angola, além da outra já declarada no referido meu alvará de 14 de Outubro de 1773.

Nas mesmas penas incorrerão os corruptores, do que constar pela dita devassa com a mesma legalidade.

**Alv. de 14 de Out. de 1773. Art 1.** Mando, que o arbitrio dos louvados seja precisamente regulado e adstricto:

Nas terras de lavoura, que não andarem arrendadas ao numero de alqueires, que levarem de sementeira, regulado pelo preço commun, pelo qual nas respectivas terras se costuma avaliar cada alqueire ou moio de sementeira, segundo as qualidades dos differentes terrenos, em que forem situados, ou o maior ou menor fundo delles.

Nos casaes, pelo cumulo de 20 annos das rendas, em que costumarem andar; constituindo este o preço do capital de cada um delles, sem a menor alteração;

Nas quintas de vinhas e arvoredos se praticará o mesmo, andando arrendadas, e fabricando-se por conta de seus donos, pela computação dos fructos, que produzirão nos 20 annos proximos precedentes, deduzindo-se sempre a terça parte, que no fabrico dellas se costuma gastar;

Nos olivaeas e montados se praticará o mesmo em cada um dos dous casos acima referidos.

E esta fórma de avaliação se não poderá alterar nem exceder

pelos louvados a respeito de nenhuma das partes interessadas; debaixo da pena de pagarem pelos seus bens o dobro dos excessos ou diminuições, que arbitrarem com fraude da lei, como tem succedido muitas vezes; fazendo-se liquidações para este effeito por outros louvados peritos e livres de suborno, e applicando-se a metade de seu producto em beneficio da parte leza, e a outra metade para as despezas do conselho das respectivas terras, onde estes casos succederem.

SECÇÃO

*Prégões*

**Ord. liv. 3 tit. 86 § 25.** E mandamos que os bens moveis, não andem em prégão mais que 8 dias continuos do dia da penhora em diante, e os bens de raiz, 20 dias, não contando os domingos, nem os dias santos, que a igreja manda guardar, porque nestes se não dará prégão, salvo se fôr no dia, em que se houver de fazer a arrematação nos logares onde aos domingos, e dias santos se costumão fazer as arrematações, por então se ajuntar nelles mais gente.

26. E posto que os bens moveis, e de raiz sejam tomados juntamente, por parecer que os moveis não abastavão, sejam logo mettidos em prégão uns e outros, e corraõ os prégões, assim dos moveis, como dos de raiz, e acabados os 8 dias arrematarão os moveis, o depois dos 20 os de raiz, e em todos os 8 dias os moveis, e em todos os 20 os de raiz andarão em prégão pelas praças, e logares publicos da cidade, ou villa, onde se a execução, e arrematação houver de fazer.

E o tabellião, ou escrivão será presente cada dia ao prégão, que o porteiro der no logar mais principal, e os outros prégões escreverá o porteiro, que os der, nos autos da execução.

*Arrematação dos bens*

**Ord. liv. 3 tit. 88 § 27.** E passando o termo dos prégões, não será necessario ser o condemnado mais requerido, para dizer si tem embargos á arrematação, porque o requerimento, que lhe foi feito, que pagasso, ou desse penhores, basta.

Mas passado o tempo dos prégões, os bens em que fôr feito penhora, se arrematarão, e venderão, a quem por elles mais der.

A qual arrematação se fará sempre por mandado do julgador, que mandou fazer a penhora e execução.

E fazendo-se a execução em bens de raiz, será para ella requerida a mulher do condemnado, si fôr casado.

28. E si as partes condemnadas quizerem haver os prégões por corridos, e que lhes esperem os dias que os bens havião de andar em pregão, e assignarem termo em que o assim digão, e o que requerer a execução fôr contente, podem lo-hão fazer, e o executor não metterá os ditos bens em pregão.

E não pagando até o derradeiro dia dos em que havião de ser apregoados, serão vendidos no derradeiro dia, em que se acabar o dito termo, andando esse dia sómente em pregão.

A qual arrematação se fará sem mais a parte ser requerida.

E si a penhora fôr em bens de raiz, será assignado o dito termo pelo condemnado, e por sua mulher, si fôr casado.

29 E posto que nas execuções, e arrematações dos bens de raiz se não continuem os prégões tres dias juntamente um apoz outro, ou até cinco dias por diversas vezes; e nas dos bens moveis até dous dias sómente um apoz outro, ou tres interpolados, mandamos que sejam valiosas, e se não annullem por causa dos ditos tres dias, ou cinco dias continuos sómente nos bens de raiz, ou dous, ou tres nos bens moveis, que pela dita maneira ficarão por continuar, sendo corridos os prégões todos os outros dias, não havendo outro defeito porque conforme a direito se devão annullar.



30. E si até o derradeiro dia dos prégões não se achar quem lance nos bens, em que se faz execução, ou si lançar pouco, e o vencedor quizer mais lançar, pode-lo-ha fazer, ou quem por elle requerer a execução, com tanto que peça licença ao julgador, que a manda fazer, o qual lhe dará no derradeiro dia, si vir que outrem não lança, ou que lança pouco, e que elle quer lançar mais.

31. Eem todo caso, onde se fizer penhora, e execução, sempre o condemnado pagará as custas, assim do processo da execução, como da pessoa, e assim pagará ao escrivão, porteiro, e pregoeiro, tudo o que lhes fôr contado.

**Lei de 20 de Jun. de 1774 § 16.** Item: pelo que respeita aos leilões, mando, que findos os dias da lei e do estylo, havendo lanço que chegue ao preço da avaliação, ou exceda, o ministro que presidir na praça, se informe do lançador se tem prompto o preço do seu lanço; e tendo-o ordenará ao porteiro lhe entregue o ramo, e ao escrivão, que lhe lavre o termo de arrematação. Immediatamente fará entrar o preço della no cofre do deposito com a precisa distincção e clareza do devedor, a que pertence.

Não tendo o lançador prompta a quantia do lanço, dará ahi mesmo pessoa capaz, que o abone por tres dias; e não satisfazendo, o ministro presidente o mandará prender á sua ordem, e não será solto sem effectiva entrega do preço porque arrematou.

17. Item: ordeno, que pondo-se em praça bens da terceira especie, quaes são as acções exigidas, nunca possam ser arrematadas, si não pela sua liquida e verdadeira importancia. Poderão, porém, os credores continuar a boa pratica das arrematações de real por real, que lhes deixo salvas nesta terceira especie de bens.

§ 18. Item: ordeno, que estando proximos a findar os dias dos prégões, e não havendo quem lance o preço das avaliações, ou outro maior; o ministro que presidir, faça notificar o devedor, a quem pertencem os bens; para que nos dias, que

restão, dê a elles lançador, querendo, e findos os dias, sem dar quem chegue os bens ao seu justo valor o mesmo ministro ordenará ao escrivão passe logo certidão, em que especificamente declare, pelo que respeita aos bens arrematados que andando em praça os dias da lei, e do estylo os bens moveis e immoveis, ou acções em que é exequente N. e executado N. fôrão avaliados em... e arrematados em... e as acções na sua verdadeira importancia... que ficão no cofre do deposito, para se entregarem por precatório a quem legitimamente pertencerem.

E pelo que respeita aos que não fôrão arrematados, outra certidão, em que declare com a mesma especificação, que andando em praça pelos dias da lei, e do estylo os bens moveis e immoveis, ou acções, em que é exequente N. e executado N., depois de serem avaliados na quantia de... não chegárão na praça os moveis ou immoveis, ao preço das suas avaliações, nem as acções á sua verdadeira quantia de...

As quaes certidões depois de vêr o ministro presidente que estão em tudo coherentes, as remetterá immediatamente ao juiz da execução fechadas em carta do serviço. O qual juiz ordenará logo ao seu escrivão as ajunte aos autos da execução e os faça conclusos, e dahi por diante procederá na fórma e maneira seguinte :

§ 13. Item: porque a experiencia tem mostrado, que se faz indispensavel nova fórma de assistencia e presidencia naquelles leilões, ordeno, que vão assistir e presidir nelles as semanas e cada um na sua os ministros criminaes dos bairros, por uma ordem e distribuição que ha de estabelecer-lhes o regedor das justças; permittindo que nos casos das occupaões e impedimentos daquelles a que tocarem as presidencias, possuão uns supprir a falta dos outros, como entre si ajustarem, de maneira que nunca falte a assistencia e presidencia de um delles; declarando, como declaro, nullas, de nenhum effeito as arrematações, que sem ella se fizerem; e a elles ministros responsaveis com o perdimento dos seus officios e inhabilidade para servirem outros pela falta da mais exacta observancia desta, e das mais providencias acima e abaixo ordenadas.

SECÇÃO IX

*Adjudicação dos bens*

**Lei de 20 de Jun. de 1774 § 19.** Item: o juiz da execução, vendo pelos autos que o preço dos bens arrematados, constante da certidão a elles junta, basta para inteiro pagamento do credor exequente julgará por sua sentença a execução por extincta: mandando que o exequente requeira precatorio para haver do depositario publico o producto dos bens arrematados.

Achando que elle não basta, mandará proseguir a execução só pelo resto, tendo o devedor mais bens de alguma das tres especies, por onde possa have-lo. Porém não os tendo, nem os mostrando o credor exequente, ou que o executado os occulta com dolo ou malicia, mandará nos autos, que não prosiga mais na execução.

§ 20. Item: porque no outro caso de não ter havido na praça quem subisse os bens aos preços das avaliações, é mais util aos credores e devedores; mais coherente ás regras da razão e da justiça que elles se adjudiquem aos mesmos credores exequentes com alguma commodidade, que compense a coacção, que se lhes faz na compra delles; depois do observada toda aquella proporção que pedem a qualidade, estado e natureza dos bens: ordeno, emquanto aos moveis, o seguinte:

§ 21. Si os moveis fôrem daquelles que com o uso se deteriorão e arruinãrão: mando que o juiz da execução os adjudique ao exequente com o abatimento da quarta parte menos da avaliação que tiverem, tendo sido feita na forma que deixo ordenado no § 9 desta lei.

§ 22. Item: mando, que si os moveis tiverem valor intrinseco, certo e permanente como são peças de ouro, prata, diamantes, ou outras pedras de estimação conhecida, sendo avaliados na forma que tenho ordenado no § 10, se adjudiquem pelo seu valor intrinseco, sem carga alguma de feitiços. Sendo, porém, peças que os não tenham, ou se achem guarnecidas de

pedras preciosas, se adjudiquem pela quantia das avaliações com o abatimento de 10 por cento do seu justo valor; e sendo bastantes as adjudicações dos moveis nas referidas quantias para inteiro pagamento do credor; julgará o juiz a execução extincta; sendo, porém necessario passar aos immoveis, observará o seguinte:

23. Ordeno, que nos casos de se achar que os bens immoveis pelas suas avaliações chegam para pagamento da divida, e no de não ter outros alguns o devedor executado se adjudiquem em pagamento ao credor exequente na mesma quantia, em que fôrem avaliados sem abatimento algum havendo o juiz da execução a divida por extincta.

Si, porém, o executado tiver mais bens se adjudicarão aquelles ao exequente por menos a quinta parte do justo valor delles; e poderá haver o resto pelos outros bens na corrente quantia, sem mais abatimento.

24. Item: ordeno, que se os bens valessem o dobro, tresdobro, ou mais ainda do que a divida; como por exemplo, se a divida fôr de cinco, e os bens valerem dez, quinze ou ainda mais o juiz da execução mandará avaliar os annuaes rendimentos dos ditos bens pelos respectivos avaliadores que o senado da camara tiver approvado e por uma sentença os adjudicará ao credor pelos annos que bastarem para inteiro pagamento da divida; e findos elles, entrará o senhor dos ditos bens pela mesma sentença na posse e fruição dos seus rendimentos. Tanto advertido o mesmo juiz da execução que depois de ter precedido aquella effectiva adjudicação, fica imputavel na divida do credor o que deixar de cobrar por sua culpa, ommissão ou negligencia.

25. Item: que para o referido se observar impreterivelmente sejam sempre segundo as doutrinas que nestes termos sustentão esta fórma de pagamento; e reprovadas e proscriptas no fóro as contrarias, que ainda nos mesmos termos não soffrem que o pagamento se faça por partes para que mais por ellas não possa julgar-se.

26. Item: ordeno, que se os bens valerem até uma quinta parte mais do que a divida, como por exemplo, se a divida fôr

de doze, e os bens valorem quinze; o juiz da execução os adjudiquem ao credor exequente sem obrigação de repôr o excesso havendo a execução por finda.

27. Item: succedendo não bastarem as duas especies de bens acima referidas para pagamento das dividas; ou não tendo o devedor outras mais que os da terceira, quaes são as acções activas sendo exigiveis si o que tiver nellas fôr correspondente a quantia da divida porque se executa, ordeno que o juiz da execução as adjudique na sua liquida e verdadeira importancia ao credor exequente; e haverá com ellas a execução por extincta.

28. Item: ordeno que se o que tiver o devedor em acções excede a importancia da divida se adjudiquem na sua mesma quantia aquellas sómente que bastarem para o pretendido pagamento; abatendo-se só nelle as despesas da execução depois de liquidadas nos autos pelo contador do juizo. E poderá o credor haver estas despesas assim liquidadas e contadas pelas acções na sua concorrente quantia.

29. Item: mando, que se o credor tiver arrematada as acções real por real, como lhe fica permittido no § 17 desta lei impute o juiz da execução no pagamento, não só o que legalmente constar, que elle cobrou, mas tambem tudo quanto deixou de cobrar por sua ommissão ou negligencia.

**Lei de 6 de Nov. de 1875: Art. 1 § 11.** Na execução da acção hypothecaria instituida pela lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864, serão observadas as seguintes disposições:

1.<sup>a</sup> Não havendo nos estatutos das companhias um preço previsto para o caso de adjudicação, esta será regulada pelo valor do immovel, que servio de base ao emprestimo com abatimento da 5.<sup>a</sup> parte.

Em todo o caso a adjudicação não será decretada sinão depois de sujeito um ou outro preço á hasta publica, e não havendo lançador, ou não sendo remida a execução na fórma do artigo 546 do regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850.

2.<sup>a</sup> O prazo designado no artigo 1 da lei n. 1695 de 15 de Setembro de 1869 para as propostas escriptas nas praças judiciais dos escravos, fica reduzida ao fixado nas leis do processo para a arrematação dos immoveis.

3.<sup>a</sup> O licitante, que se propuzer a arrematar englobadamente os immoveis, escravos e demais accessorios conjuntamente hypothecados, será preferido desde que offerecer preço igual á somma dos maiores lances.

#### SECÇÃO X

##### *Concurso de preferencia*

**Lei de 20 de Jun. de 1774: § 30.** Item: porque é necessario estabelecer certas regras e principios para a decisão das preferencias no concurso ou labyrintho dos credores; tira-las da obscuridade e confusão com que ainda se tratão no fóro; e fixar sobre ellas a jurisprudencia: ampliando a minha lei de 22 de Dezembro de 1761, tit. 3 § 13, pelo que respeita sómente as execuções dos particulares; ordeno se observe o seguinte:

§ 31. Estabeleço, como primeira regra decisiva no concurso das preferencias, a prioridade das hypothecas, ou ellas sejam geraes, tacitas, ou especiaes, sendo contrahidas por escripturas publicas; em fórma que si os credores ainda tendo fiadores si habilitarem todos com hypothecas geraes preferirão os que fôrão primeiro nas datas das escripturas dellas; si todas as hypothecas fôrem especiaes, e em diversos bens preferirá cada um dos credores nos respectivos bens, que lhes fôrão especialmente hypothecados ou dados em penhor; si as hypothecas especiaes fôrem contrahidas a respeito dos mesmos bens, preferirá o credor que tiver por si a prioridade da hypotheca.

§ 32. No concurso da hypotheca geral anterior com a especial posterior; si os bens do devedor não bastarem, entrando os posteriormente adquiridos para pagamento dos credores preferirá o que foi primeiro na hypotheca geral.

No concurso, porém, da hypotheca especial anterior com a geral posterior será graduado em primeiro logar nos bens especialmente hypothecados o credor, que foi primeiro na hypotheca especial; e no resto della, havendo-o, e nos mais bens, ainda adquiridos depois preferirão os da hypotheca geral pela prioridade das suas datas.

Não havendo outros bens que não sejam os especialmente hypothecados, ordena que se prefira sempre o credor de hypotheca especial, e que só no resto della possam entrar as das hypothecas geraes, pela prioridade das suas datas.

§ 33. Item: por evitar as duvidas que se possam excitar a respeito das pessoas que dão a mesma força aos seus escriptos particulares que têm por direitos as escripturas publicas, ordeno que esse privilegio se entenda sómente para a prova das das dividas pessoas, e não para que possam por esses mesmos escriptos particulares contrahir hypothecas que de sua natureza pedem publicos instrumentos; mas que tenham sómente a força dellas para o dito effeito quando fôrem legalisadas com trez testamentos de inteira fé e conhecida probidade, que os assignem com as mesmas pessoas devedoras, e reconhecidas por tabelliães publicos que os vejam escrever.

§ 34. Exceptuo da regra geral, que acima deixo estabelecida: em primeiro logar o credor que concorrer com os materiaes ou o dinheiro para a reedificação reparação ou construção de edificios para que a respeito das bemfeitorias seja nellas primeiro graduado que outro qualquer credor a quem o solo ou edificio antigo tenha sido geral ou especialmente hypothecados.

§ 35. Exceptuo em segundo logar no mesmo espirito o credor, que concorrer com os materiaes ou com dinheiro para se refazer a náó, navio, ou outra qualquer embarcação para que em concurso prefira ao credor hypothecario mais antigo, o qual tanto neste, como no caso acima exceptuado, deve ceder ao outro credor, que com os seus materiaes e dinheiros restituiu, e fez salva a causa da hypotheca.

§ 36. Exceptuo em terceiro logar o credor que concorrer com os seus dinheiros para se romper, e reduzir a cultura

qualquer paril, ou terra inculta para que a respeito das bem-faitorias, seja primeiro graduado que outro qualquer credor, por mais antigo e privilegiado que seja.

§ 37. Exceptuo em quarto logar o credor, que emprestar o seu dinheiro para a compra de qualquer fazenda; para que constando da mesma escriptura do emprestimo que elle se fez com esse destino; e verificando-se a compra posterior, prefira o credor a respeito sómente das fazendas compradas a outro qualquer credor, posto que tenha hypotheca geral ou especial.

§ 38. Exceptuo em quinto logar os senhores dos predios rusticos ou urbanos, e os senhores directos, quando concorrem, para haverem rendeiros, inquilinos ou emphytentas, as pensões, alugueres e foros para preferirem neste caso pela sua tacita e legal hypotheca a outros credores posto a tenham geral, ou especial mais antiga.

§ 39. Exceptuo em sexto logar os credores dos fretes para preferirem a respeito das fazendas, que fizerão a carga da embarcação, a outra qualquer hypotheca geral ou especial.

§ 40. Exceptuo em setimo logar o dote quando consistir em fazendas, e se der estimado ao marido, para preferir a respeito delle á mulher a outros quaesquer credores anteriores ou posteriores do mesmo marido posto que sejam geral ou especialmente hypothecarios.

§ 41. Item: exceptuo todos os mais casos que por força da identidade da razão se acharem comprehendidos dentro no espirito dos acima exceptuados, segundo as regras estabelecidas, para assim se julgar na minha lei de 18 de Agosto de 1769 no § 11.

§ 42. Estabeleço como segunda regia subsidiaria, depois das hypotheses, a da prioridade das datas das dividas sendo contrahidas por escripturas publicas ou por escriptos particulares de pessoas que lhes dão neste caso a mesma força: em que outrossim mando se comprehendão os escriptos particulares dos homens de negocios no que respeita sómente ao seu commercio.



§ 43. Excluo porém inteiramente do concurso das preferencias, em primeiro logar as dividas contrahidas por escriptos simplesmente particulares, e em segundo logar as sentenças de preceito havidas por confissões dos devedores communs, ainda que os credores provem aliunde a verdade das dividas: e ordeno, quem em um e outro caso achando-se os credores habilitados com sentenças sejam pagos por um rateio regulado pelas quantias dos creditos.

§ 44. Exceptuo sómente o caso das sentenças havidas em juizo contencioso com plena discussão, e disputa sobre a verdade das dividas; não bastando para dar a preferencia, que as dividas sejam pedidas por libello, e que sobre os artigos delle haja producção de testemunhas, quando fôrem confessadas pelos réos, porque só poderão dar a dita preferencia as sentenças preferidas em causas ordinarias controvertidas entre as partes nos termos estabelecidos pelas minhas leis para as causas da dita natureza.

**Lei de 24 de Set. de 1864:** Art. 1. Não ha outras hypothecas sinão as que esta lei estabelece.

Art. 5 § 2. Continuação em vigor as preferencias estabelecidas pela legislação actual, tanto a respeito dos bens moveis, semoventes e immoveis não hypothecados, como a respeito do preço dos immoveis hypothecados depois de pagas as dividas hypothecarias (\*).

## CAPITULO II

### *Embargos na execução*

#### SECÇÃO I

### *Embargos de terceiro*

**Ord. Hv. 3 tit. 86 § 17:** E vindo alguma pessoa a embargar alguma cousa, em que se peça a execução, assi movel,

---

(\*) Sobre o regimen hypothecario convém vêr toda a lei de 24 de Setembro de 1864, e o respectivo regulamento de 26 de Abril de 1865.

como de raiz, por dizer que a dita coisa pertence a elle, e que não foi ouvido sobre ella, e que portanto não deve ser entregue ao vencedor, ou allegar outro qualquer embargo a se dar a sentença á execução, em tal caso mandamos que a execução se faça no condemnado.

E sendo tal a razão do embargo com que o terceiro embargante vem, que por direito lhe deva ser recebida, o vencedor dará fiança á coisa, de que se pede a execução, e lhe será entregue, e não a dando, será posta em poder de um terceiro, até finalmente se determinar sobre os embargos.

E vindo algum terceiro com embargos, dizendo ser possuidor dos bens em que se faz a execução, si o condemnado não der logo outros penhores livres e desembargados, será preso até os dar.

18. E si a execução se retardar com embargos, com que a parte condemnada venha, ou por sua causa se não acabar dentro em tres mezes, o condemnado será logo preso conforme a qualidade de sua pessoa, e não será solto até a execução com effeito ser finda, salvo constando ao juiz que se não acabou dentro dos tres mezes, por causa e culpa do vencedor.

Porém a parte, que por a tal causa fôr presa, poderá aggravar por petição, ou instrumento, si lhe parecer, e não lhe será recebida appellação neste caso.

19. E sendo a materia tal, que se devão fazer artigos de liquidação, o juiz os mandará fazer, e não haverá mais, que os ditos artigos e contrariedade a elles, e em tudo se procederá summariamente.

## SECÇÃO II

### *Embargos do executado*

**Ord. liv. 3 tit. 87:** Porque muitas vezes as partes condemnadas allegão embargos ás sentenças, que se executão, mandamos que venhão com elles dentro de seis dias primeiros seguintes do dia, em que fõrem penhorados.

E para vir com elles, não se lhes dará vista da sentença nem dos autos da penhora, e execução, mas dar-se-lhes-á o traslado sómente, e tratar-se-ha dos ditos embargos em auto apartado, e não se receberão neste caso mais, que os embargos, e a contrariedade a elles, e proceder-se-ha n'isso summariamente.

Porém em tal caso o condemnado terá cuidado de pedir o dito traslado, e o haver, de modo que dentro dos ditos seis dias os apresente, porque não os apresentando assi em escripto dentro dos ditos seis dias, não será mais recebido a allegar embargos de qualquer qualidade, e natureza que sejam, nem ouvido ácerca delles por via de embargos, posto que por palavra os tivesse allegado, salvo si jurar, que os houve de novo depois de passado o termo dos ditos seis dias, porque então os poderá allegar emquanto os bens não fôrem arrematados, ou quando allegar, que a execução e arrematação se faz, como não deve, contra fórma de nossas Ordenações.

1. E os embargos, com que as partes condemnadas poderão vir dentro do dito tempo, são todos os embargos de nullidade, assim como, que a sentença foi dada contra parte não citada, ou que foi dada contra outra sentença ou que foi dada por peita, ou preço que o juiz houve, ou por falsa prova, ou por juiz incompetente em parte, ou em todo, ou sobre os bens de raiz sem procuração, ou citação da mulher, ou com falso procurador, ou outros semelhantes, porque se conclua segundo direito a sentença ser nulla.

E bem assi poderão vir com embargos de compensação, e outros quaesquer, que fôrem de qualidade, que não offendão, nem desfiação a sentença já dada contra o condemnado: os quaes embargos sobre ditos se receberão sendo em fórma, que sejam de receber, posto que os não houvesse de novo, si já na causa principal não fôrão allegados.

2. E quando os embargos não fôrem de algumas das qualidades sobreditas, porém fôrem taes, que offendão e desfiação as sentenças definitivas, não se poderão pôr, e allegar ao tempo da execução, salvo si o embargante jurar, que novamente

passar á sua noticia, depois que a sentença foi dada, e passada pela chancellaria, quando a sentença é de qualidade, que não de passar pela chancellaria, ou si esse que os allegasse fôsse soldado ou lavrador rustico, e cada um delles morasse, e litigasse em aldêa ou lugar, onde não houvesse letrados, com quem se podesse aconselhar.

Porque estes taes por privilegio especial, que lhes por direito é outorgado, podem allegar os taes embargos depois das sentenças definitivas, ainda que as offendão ou desfação em todo ou parte dellas.

3. E bem assi quando o réo fôsse condemnado á revelia, por nunca apparecer em juizo por si, nem por seu procurador, até se dar contra elle a sentença, pela qual se pede execução contra elle, este tal, si em sua pessoa não fôr citado, poderá allegar embargos de qualquer qualidade que sejão, posto que os não houvesse de novo, com tanto que os allegue dentro dos ditos seis dias.

Porém si sendo citado em sua pessoa, não appareceu em juizo por si, nem por seu procurador, por não querer, não poderá vir com taes embargos, si não como poderá vir si por si, ou por seu procurador litigára, como acima dissemos.

4. E declaramos que todos os sobreditos embargos, que dissemos, que se podem pôr á execução, se poderão isso mesmo pôr á chancellaria; e bem assim os que se não podem pôr á execução, não se poderão pôr á chancellaria, depois que a sentença fôr dada.

5. E quando a parte, contra quem fôr dada sentença, fôr presente á publicação della, e não lhe puzer embargos, ou si lh'os puzer, passar a sentença sem embargos delles, e fôr entregue á parte, si depois á execução della quizer pôr embargos, não lhe serão recebidos, salvo si a parte condemnada jurar, que os houve de novo, depois da sentença ser entregue á parte.

6. E o juiz, que contra disposição desta lei receber alguns embargos, por esse mesmo feito incorrerá em pena de tres mil réis, a metade para os captivos, e a outra para a parte que requerer a execução da sentença.

7. E para se poder saber, si os embargos, que a parte condemnada puzer á execução, fôrão já allegados, e postos perante o juiz, que a sentença deu, mandamos que em quaesquer sentenças, que se derem em nossa côrte ou na casa do Porto, os pelos desembargadores e quaesquer outros julgadores, que tenham alçada, se ponha, e assente pelos escrivães ou tabeliães (sob pena de perdimento dos officios) si foi a parte condemnada presente á publicação da sentença, e si depois della publicada fôrão por ella, ou por seu procurador postos embargos a não passar pela chancellaria, e o que sobre elles foi pronunciado, e fação ajuntar ao feito, de que a sentença sahio, os ditos embargos e o desembargo sobre elles dado.

E si depois a parte condemnada jurar perante o juiz, que a execução ha de fazer, que houve alguns embargos de novo, si ao dito juiz parecer, que são de receber, remetta-os aos juizes que derão a sentença, e assigne termo conveniente ás partes, a que appareção perante elles.

E si os desembargadores que a sentença derão acharem, que aquelles embargos já fôrão allegados no feito antes da sentença, ou depois, mandem logo prender a parte que taes embargos pôz, e a condemnem em dous annos de degredo para Africa, e que pague á parte embargada todas as custas pessoas, que por razão dos ditos embargos fez, em tresdobro.

8. E em todo caso, onde a parte vier com quaesquer embargos, e os juizes acharem que nunca fôrão allegados por aquelle, que jurou, que novamente vierão á sua noticia, e sem embargo delles fôr havida a sentença por bem dada, ou por não serem de receber, ou por a parte que os allegou os não provar, sendo-lhe recebidos, sempre condemnaráo a parte que os pôz, nas custas em dobro, sem da dita condemnação se poder escusar por razão, nem causa, que sua parte em alguma maneira se possa allegar.

9. E nesta mesma condemnação de custas em dobro pela dita maneira, em todo caso será condemnado o embargante, quando puzer os taes embargos á chancellaria, e lhe não fôrem recebidos

ou os não provar, posto que a principal sentença fosse sem astas.

10. E porque os advogados algumas vezes vêm com embargos de materia velha, e que já foi tratada no feito principal, e com isso dilatao as causas, mandamos que os advogados, que nisto fôrem comprehendidos, sejam condemnados pelos juizes, que dos taes embargos conhecerem, em suspensão de seus officios pelo tempo, que lhes parecer, e em dez cruzados para as despesas da relação, e não tornarão a servir os ditos officios, sem mostrarem certidão de como os tem pagos.

11. E em todo o caso, onde a parte vier com embargos depois da sentença em tempo, que lhe devão ser recobidos, ser-lhe-ha dado primeiro juramento si os allega bem, e verdadeiramente, e os espera provar, ou si os faz por dilatar.

12. E poderá o juiz da execução, si quizer conhecer dos embargos, si os não quizer remetter aos juizes, que a sentença derão, e determinará sobre elles o que lhe direito parecer, dando appellação, e aggravo nos casos que deve, a qual appellação e aggravo sempre dará para os juizes, que a sentença derão, si fôrem seus superiores, salvo si a quantia de que se pede execução couber na alçada do executor, porque então não dará appellação, nem aggravo.

E entender-se-ha ser seu superior neste caso o corregedor da corte ou desembargador, que a sentença deu, porque a elles pertence o conhecimento da appellação ou aggravo. que se tirar dante o juiz da execução, e não aos desembargadores do aggravo, nem a outro algum julgador, e do que o dito corregedor ou desembargador determinar, não cabendo em sua alçada poderão as partes aggravar.

Porém si a sentença, de que se fizer execução, fôr de qualidade, que o conhecimento da tal causa originalmente não pertenceria ao juiz, perante quem se pede execução, como si fôsse cousa de que pertencesse o conhecimento aos officiaes de nossa fazenda ou nossos direitos reaes, ou outros semelhantes, em taes casos o juiz, que a execução fizer, não conhecerá dos ditos embargos, mas os remetterá logo ao juiz ou juizes, que a

sentença derão, sendo as partes requeridas para os virem seguir.

13. E executando-se alguma sentença dada na casa do Porto, que passasse em cousa julgada, perante os corregedores da côrte, e alguma parte vier a ella com embargos, si da pronunciação, que nelles ou nos autos dér, a parte quizer aggravar, aggravará para os desembargadores do agravo da casa da supplicação, por quanto os desembargadores da casa do Porto não são superiores dos corregedores da côrte.

14. E si o juiz da execução não quizer conhecer dos embargos e fizer delles remissão, sempre e em todo o caso, os remetta aos julgadores que a sentença derão, com a parte citada, por que pois elles derão a sentença principal, elles devem conhecer dos embargos a ella postos, salvo si a dita sentença fôr já confirmada em parte, ou em todo por outros julgadores superiores, porque então, por evitar circuitos, irão taes embargos, ou appellação ou agravo sobre ditos aos superiores, que a dita sentença confirmarão, e os embargantes não poderão allegar perante os juizes, que a sentença principal derão, ou confirmarão outros embargos, si não os que em tempo devido tiverem allegados perante o juiz da execução, salvo os que jurarem, que houverão de novo, que sejam taes, que por direito devão ser recebidos.

## SECÇÃO II

### *Segundos embargos não são admissiveis*

**Ord. liv. 3 tit. 88 :** Por se evitarem as dilações, que as partes fazem, vindo com muitos embargos, mandamos que vindo-se com embargos a alguma sentença final, ou interlocutoria, ou qualquer outro despacho ou desembargo, não possam as partes vir mais que com uns sós embargos, e para vir com elles, se dará o feito a seu procurador, sem lhe ser dado juramento, se pede a vista bem, e verdadeiramente, e não a fim de dilatar.

E depois de as partes virem com embargos, posto que ellas, ou seus procuradores digão que têm embargos ao despacho ou desembargo, que se deu sobre elles, não serão ouvidos com elles, nem lhes será recebida petição de agravo, nem o feito lhes será mais dado para virem com elles, salvo sendo de restituição, ou de suspeição, que a parte tinha a algum julgador de que não sabia, nem tinha razão de saber, que havia de ser no feito, e sendo a tal suspeição de inimizade capital, ou de algum dos juizes lhe ser em outra causa julgado por suspeito, por causa que ainda dure, ou em que haja a mesma razão, não sendo porém a suspeição posta na execução, como dissemos neste livro, no titulo 21: *Das suspeições*.

E no caso em que se vier com os ditos embargos, e não fôrem recebidos, será a parte que com elles veio, condemnada nas custas do retardamento.

1. E vindo as partes com segundos embargos, á chancellaria, o porteiro ou outro qualquer official della, os não tome, nem receba, sob pena de serem suspensos dos seus officios até nossa mercê, e de pagarem dez cruzados para os captivos.

E não poderão tornar a servir seus officios sem mostrarem como os têm pago.



## **TITULO XV. — Execução de sentenças estrangeiras.**

### **CAPITULO I**

#### **EXEQUIBILIDADE DA SENTENÇA**

**Lei de 4 de Ag. de 1874: Art. 8.** É outrossim autorisado (o governo) para regular, mediante reciprocidade:

§ 2. A execução das sentenças civeis dos tribunaes estrangeiros.

**Decr. de 27 de Jul. de 1878: Art. 1.** As sentenças estrangeiras, civeis ou commerciaes, só poderão ser executadas no Brazil, concorrendo os requisitos seguintes:

§ 1. Que a nação, a que pertencem os juizes ou tribunaes que as proferirão, admitta o principio da reciprocidade. (\*)

§ 2. Que venhão revestidas das formalidades externas necessarias para torna-las executorias, segundo a legislação do respectivo estado.

§ 3. Que tenham passado em julgado.

§ 4. Que estejam devidamente authenticadas pelo consul brasileiro.

§ 5. Que sejam acompanhadas da traducção em vulgar por interprete juramentado.

---

(\*) Temos actualmente tratado sobre cartas rogatorias e sentenças de habilitação com as seguintes nações: Uruguay 1 de Março de 1879, Italia 9 de Junho de 1879, Paraguay 10 de Agosto de 1880, Bolivia 15 de Outubro de 1880, Confederação Argentina 3 de Novembro de 1880.

**Art. 2.** Não obstante concorrerem os requisitos do artigo antecedente, as ditas sentenças não serão executadas si contiverem decisão contraria:

§ 1. Á soberania nacional, como si, por exemplo, subtraíssem algum Brasileiro á competencia dos tribunaes do imperio.

§ 2. Ás leis rigorosamente obrigatorias, fundadas em motivos de ordem publica, como são as que vedão a instituição da alma e das corporações de mão-morta por herdeiras.

§ 3. Ás que regulão a organização da propriedade territorial, como são as que prohibem o estabelecimento de morgados e vinculos, a inalienabilidade perpetua.

§ 4. Ás leis da moral, como si a sentença consagrar a polygamia, ou convenções reprovadas.

## CAPITULO II

### JUIZ COMPETENTE E AGGRAVO

**Deer. de 27 de Jul. de 1878 : Art. 3.** São competentes para a execução as justças brasileiras, que o serão si as sentenças fossem dadas pelos juizes e tribunaes do imperio.

**Art. 4.** O juiz, a quem fôr apresentada a sentença para execução, verá si ella tem os requisitos do artigo 1, ou si, por não offender o artigo 2, está no caso de ser executada.

§ 1. Si achar que a sentença é exequivel lhe porá o — cumpra-se.

§ 2. Do despacho que nega o — cumpra-se — cabe o recurso de agravo de petição ou de instrumento.

### CAPITULO III

#### MODO DE EXECUÇÃO E APPELLAÇÃO

**Decr. de 27 de Jul. de 1878. Art. 5.** No caso de suscitar-se duvida ácerca da existencia do principio da reciprocidade, o juiz pedirá ao governo por intermedio do ministro da justiça esclarecimento a este respeito.

**Art. 6.** O processo da execução e seus diversos modos e incidentes serão regulados pelas leis, estylos e praticas que vigorão no imperio para execução das sentenças nacionaes da mesma natureza.

**Art. 7.** A interpretação, porém, da sentença e os seus effeitos immediatos serão determinados pela lei do paiz, onde tal sentença foi proferida.

**Art. 8.** Nos 6 dias que seguirem á penhora nas acções penaes, e nos 10 para a entrega da cousa nas reacs, é permitido ao executado oppôr á sentença embargos :

- 1.º fundados na materia do artigo 1 ou 2;
- 2.º de nullidade;
- 3.º infringentes.

§ 1. Si os embargos, apoiados em qualquer daquelles fundamentos, forem procedentes, o juiz, deduzindo as razões de direito e de facto, se limitará a declarar a sentença inexecutable.

§ 2. Do despacho pelo qual a sentença é declarada inexecutable cabe appellação em ambos os effeitos.

**Art. 9.** Quando a sentença fôr julgada inexecutable, os pees, documentos e mais provas em que ella se fundar, poderão ser exhibidos nas acções que pelo mesmo objecto se intentarem no imperio, e serão aceitos pelo que, em direito, valem.

**Art. 10.** Carecem do—cumpra-se— (artigo 4), afim de serem recebidas nas estações publicas para os devidos effeitos, as sentenças estrangeiras de partilhas.

**Art. 11.** Dependem igualmente do —cumpra-se— as sentenças meramente declaratorias, como são as que julgão questões de estado das pessoas.

**Art. 12.** Embora as sentenças estrangeiras não tenham sido submettidas ao—cumpra-se—, todavia produzirão perante os tribunaes do imperio os effeitos de cousa julgada, si em relação a ellas occorrerem os requisitos do artigo 1 e não contiverem decisão contraria ao disposto no artigo 2.

**Art. 13.** São tambem exequiveis no Brazil, mediante as formalidades deste decreto, as sentenças arbitraes homologadas pelos tribunaes estrangeiros.

## CAPITULO IV

### SENTENÇAS DE FALLENCIA E SEUS EFEITOS

**Decr. de 27 de Jul. de 1878. Art. 14.** Serão exequiveis no Brazil as sentenças estrangeiras que abrirem fallencia a negociantes que tenham o seu domicilio no paiz, onde forem proferidas.

**Art. 15.** As ditas sentenças, depois de receberem o —cumpra-se— dos juizes brasileiros (artigos 1 e 2) e depois da publicação do mesmo—cumpra-se—, produzirão no imperio os effeitos que por direito são inherentes ás sentenças de declaração de fallencia, salvo as restricções dos artigos 17, 18, 19 e 20.

**Art. 16.** Independentemente do —cumpra-se—, e só com a exhibição da sentença e do acto da nomeação, em forma authentica, os syndicos, administradores ou curadores terão

qualidade para, como mandatarios, requererem no imperio diligencias conservatorias dos direitos da massa, cobrar dividas, transigir, si para isso tiverem poderes, e intentar acções.

Mas todos os actos que importão directamente execução da sentença, como são a arrecadação e arrematação de bens do fallido, não poderão ser praticados, senão depois que a sentença se tornar executoria pelo—cumpra-se—, e mediante authorisação do juiz brasileiro, guardando-se as formulas do direito patrio.

**Art. 17.** Sem embargo de haver sido declarada executoria a sentença estrangeira de abertura de fallencia, os credores domiciliados no Brazil, que tiverem hypotheca sobre immoveis aqui situados, pertencentes ao fallido, não ficão inhibidos de demandarem os seus creditos e executar os ditos immoveis.

**Art. 18.** A disposição do artigo anterior é applicavel aos credores chirographarios, igualmente domiciliados no Brazil, que na data do—cumpra-se—tenhão acções ajuizadas contra o fallido. Ser-lhes-ha lícito proseguir nos termos ulteriores do processo e executar os bens do fallido, sitos ou existentes no imperio.

**Art. 19.** A sentença estrangeira que abrir fallencia a negociante que tenha dous estabelecimentos, um no paiz do seu domicilio e outro distincto e separado no Brazil, não comprehenderá nos seus effeitos o estabelecimento existente no Brazil.

A fallencia deste estabelecimento só poderá ser decretada pelas justicas brasileiras; e os credores do mesmo estabelecimento serão pagos pela respectiva massa, de preferencia aos credores do estabelecimento existente no estrangeiro.

**Art. 20.** As concordatas e moratorias homologadas por tribunaes estrangeiros só serão obrigatorias para os credores, residentes no Brazil, que houverem sido citados para nellas tomarem parte, e depois de receberem o—cumpra-se—.

**Art. 31.** Fica entendido que não são susceptíveis de execução no Brazil as sentenças estrangeiras, que declararem a fallencia de negociantes domiciliados no imperio (artigo 2 § 1).

**Art. 32.** No caso de haver tratado ou convenção com alguma nação, regulando a execução das sentenças, se observará o que a este respeito se achar estipulado.

## CAPITULO V

### EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS ESTRANGEIRAS, NA FALTA DE RECIPROCIDADE

**Dec. de 37 de Jul. de 1880: Art. 1.** Na falta da reciprocidade a que se refere o artigo 1 § 1 do decreto n. 6982 de 27 de julho de 1878, a sentença estrangeira será exequível no imperio si o governo conceder *exequatur*.

**Art. 2.** O *exequatur* concedido pelo governo nos termos do artigo antecedente, equivalerá para todos os effeitos ao—cumpra-se—do poder judiciario.

**Art. 3.** Na execução das sentenças por virtude de *exequatur* se observará o mesmo processo estabelecido pelo citado decreto n. 6982 de 27 de Julho.

## TITULO XVI.—Recursos

### CAPITULO I

#### AGGRAVOS

##### SECÇÃO I

*Obrigaçào de tomar o agravo e responder a elle e carta  
testimunhavel*

**Ord. liv. 3 tit. 74:** Quando alguma parte appellar da sentença interlocutoria e o juiz lhe não receber a appellação, si o appellante pedir instrumento de agravo ao tabellião, ou carta testemunhavel ao escrivão do feito, e o juiz mandar que lh'o dêem com sua resposta, e da outra parte, a quem tocar (si para decisão da causa a resposta da outra parte fôr necessaria), e com os autos do processo (si o aggravante não quizer levar todos os autos, por lhe não serem necesarios para despacho de seu agravo) o juiz será obrigado a dar logo sua resposta por palavra ao requerimento do aggravante, ou por escripto até dous dias contados de momento a momento, declarando na resposta aquelles autos sómente do processo, que pertencerem a esse agravo, e mais não, pelos quaes autos elle possa mostrar, como não aggravou a parte.

E si o aggravante replicar a esta resposta dada pelo juiz, e pela outra parte, dê o tabellião, ou escrivão instrumento, ou carta testemunhavel com o requerimento do aggravante, e resposta do juiz, e da parte, e réplica do aggravante, ou appellante

como dissemos no titulo 80: *Das cousas que são communs aos tabelliães das notas, e do judicial*: dando sua fé, e testemunho, si aquillo, que é dado em resposta pelo juiz, e replicado pela parte aggravante, passa na verdade, e se contém assi no processo como por elle é dito, em modo que os juizes da alçada possam pela dita fé, e testemunho desse tabellião, ou escrivão ser perfeitamente informados na verdade, para darem despacho no instrumento de agravo, ou carta testemunhavel, como acharem por direito.

1. E quando a parte aggravar de algum julgador, declare logo no requerimento que fizer, ou por termo nos autos, para que juizo, ou superior agrava.

E não o declarando, os superiores não tomarão conhecimento do tal agravo.

O que se não entenderá nos agravos que tiverem certos juizes limitados, a que pertença, e dos quaes outros julgadores não possam tomar conhecimento.

2. E o tabellião, ou escrivão, que fizer instrumento, ou carta, a faça conforme á verdade, e aos autos do feito de que sahir o agravo, informando-se pelo processo, de maneira que não seja depois achado o contrario, porque achando-se pelo processo, que deu a dita fé, e testemunho mal, e como não devia, pagará á parte todo o damno, que por isso receber, e custas que fizer, e mais será privado do officio, e será degradado quatro annos para Africa.

3. E não querendo o juiz dar sua resposta na maneira, e no tempo, que dito é, mandamos ao tabellião, ou escrivão, que dê instrumento, ou carta testemunhavel do dito agravo á parte aggravante, com o traslado sómente daquelles autos do processo, que por sua parte fõrem requeridos, para por elles mostrar como é aggravado.

E em todo caso receberá o tabellião, ou escrivão qualquer resposta, que a outra parte, a que tocar, quizer dar, e a escreverá no instrumento, ou carta testemunhavel, e o entregará á parte, ao termo, e na maneira, que fica dito no livro primeiro,



titulo 80: *Das cousas communs aos tabelliões das notas, e aos do judicial*: e sob as penas nelle conteudas.

E si os autos, que o juiz, ou a parte contraria derem em resposta, que o aggravante não quizer levar, a parte contraria disser que os quer pagar, e requerer que vão no instrumento, o escrivão, ou tabellião os trasladará, e metterá no instrumento, ou carta testemunhavel, ainda que o aggravante o recuse: e não passará o instrumento sem elles.

4. E os ditos requerimentos, e respostas se não porão no feito principal, sómente estarão na mão do escrivão apartados do feito, e o feito vá por diante.

E si se houver depois de trasladar a appellação do feito, não se trasladaráo nella os requerimentos, e respostas, porém si cada uma das partes requerer, que sejam trasladados na dita appellação, trasladar-se-hão á custa daquelle, que o requerer.

5. E mandamos que o instrumento, ou carta testemunhavel, que assim a parte tirar, seja apresentada perante o juiz superior, a que pertence, dentro em 30 dias, contados do dia que aggravar da sentença interlocutoria, com tanto que aggrave dentro no tempo, em que se pôde appellar das sentenças interlocutorias, ou definitivas, segundo nossas Ordenações.

E não a offerecendo dentro dos ditos 30 dias, não lhe será dada provisão, nem será mais sobre o agravo ouvido, posto que pelo instrumento, ou carta testemunhavel, se mostre que é aggravado, salvo si o tabellião, ou escrivão, que passar o instrumento, ou carta testemunhavel, dêr fé que não esteve pelo que assim tira o instrumento, de o não tirar mais cedo, porque em este caso se contaráo os 30 dias, do dia que lhe o tabellião, ou escrivão acabou o instrumento, e lh'o entregou.

Porém, si se tirar dante julgador de qualquer das nossas ilhas, ou de outro lugar de nossos reinos, e senhorios, donde não podem vir á nossa cõrte por terra, o juiz donde se tirar o dito instrumento, lhe assignará termo conveniente, a que o apresente, segundo fôr a qualidade do tempo, e a distancia do lugar onde se tira.

SECÇÃO II

*Instrumento do agravo*

**Ord. liv. 1 tit. 80 § 9:** E si alguma parte pedir instrumento de agravo, por se sentir agravada do juiz, ou instrumento de qualquer outra protelação dante o juiz para seu superior, o tabellião das notas ou do judicial, ou escrivão dos contos, ou de outro qualquer officio de nossa fazenda, nos casos em que cada um delles o pôde passar, ou carta testemunhavel dante os corregedores, ouvidores, contadores, ou quaesquer outros officiaes e justiças, dizendo que lhes não fazem direito, si o julgador disser que lhe seja dado instrumento, ou carta com sua resposta, será obrigado responder em dous dias primeiros seguintes, contados de momento a momento, em que lhe o requerimento fôr feito por palavra.

E si a parte fizer o requerimento por escripto, contar-se-hão os dous dias, do momento em que lhe fôr apresentado.

E si a parte, a que tocar, quizer responder, responderá em outro tanto termo.

E si o requerente quizer replicar, e a outra parte treplicar, ou o juiz, pode-lo-hão fazer, em um dia cada um contado pela dita maneira.

E o tabellião ou escrivão será diligente em apresentar o requerimento ao juiz na hora que lhe fôr dado, e em pedir ao juiz a resposta, ou á parte, e a treplica, no fim de cada um dos ditos termos.

E não lh'a dando cada um dos sobreditos ao dito termo, o tabellião ou escrivão passará o instrumento ou carta á parte que lh'o pedir sem a resposta, replica ou treplica, que lhe assim não fôr dada.

E desta maneira o faça entre as partes, quando lhe alguma dellas pedir instrumento de requerimento, ou protesto, ou de outro qualquer acto fóra de juizo, si a outra parte lhe não der resposta no dito termo de dous dias.

Porque é de presumir, que o juiz ou a parte que dilata dar resposta, o faz por alongar a demanda e tolher ao requerente seu direito.

11. E o tabellião ou escrivão assim da justiça, como da fazenda, que logo não der o instrumento ou carta á parte, que lh'o requerer, ao outro dia seguinte, depois de passados os ditos termos, ora seja com resposta do julgador ou da parte, ou sem ella, si no dito termo a não quizer dar, por esse mesmo feito perca o officio, e nunca o mais haja, nem outro algum de justiça, e seja preso, e da cadêa pague 20 cruzados para a parte, si o quizer accusar e pedir.

E no caso que algum instrumento fôr tirado dante alguns desembargadores, que com alçada mandamos o tal instrumento não irá a nenhuma das relações, mas virá a nós.

12. E quando passarem alguns instrumentos ás partes, declararão toda a verdade dos autos, que pelas partes, ou pelo juiz fôr apontada em seus requerimentos ou respostas, sob pena de privação dos officios, como se contém no terceiro livro no titulo 74: *Da maneira que se terd, quando o juiz não recebe appellação.*

14. E mandamos a todos os nossos corregedores, juizes e officiaes de justiça, e assim aos nossos contadores, almoxarifes, juizes das sisas e officiaes de nossa fazenda, contadores dos residuos, ouvidores nossos e das terras dos mestrados, e assim de senhores de terras e grandes de nossos reinos e senhórios, que quando quer que semelhantes requerimentos lhes fôrem feitos e pedirem disso intrumentos, dêem sua resposta no tempo aqui declarado, e não a dilatam mais.

E si passado o dito termo a não dérem, mandamos que não impidão, nem tolhão aos ditos tabelliães ou escrivães, que passem os ditos instrumentos, ou cartas testemunhaveis e lh'os deixem fazer, e dar ás partes segundo a seus officios pertenc.

E não sómente lh'os não impediráo, mas serão obrigados a lhes fazer dar os ditos instrumentos, ou cartas testemunhaveis, nos termos acima contenidos: sob pena de qualquer que o contrario fizer, e o tal instrumento ou carta impedir, ou lh'a não fizer dar, como dito é, perder por esse mesmo feito o

officio, e será inhabil para nunca mais ter officio de justiça, nem outro algum de cidade, villa ou logar, e mais pagará vinte cruzados á parte, si quizer accusar.

15. E serão avisados os ditos tabelliães, que os taes instrumentos fizerem, e si os fizerem por petições, que lhes as partes derem, que tanto que as ditas petições fôrem por elles trasladadas, sejam lidas, e concertadas perante as partes, si a isso quizerem ser presentes.

E quando não fôrem presentes, sejam concertadas com outro tabellião, o qual porá o concerto, e assignará de seu final raso.

E não lhe pondo o dito concerto, será privado do officio e pagará á parte toda a perda, damno e custas, que por isso receber.

### SECÇÃO III

#### *Especies, casos e processo do aggravo*

**Disp. Prov : Art. 14.** Os aggravos de petição e instrumentos ficão reduzidos a aggravos do auto do processo: delles conhece o juiz de direito, sendo interpostos do juiz municipal, e a relação, sendo do juiz de direito.

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 120.** Fica revogado o artigo 14 da Disposição provisoria, tanto na parte que supprime as réplicas e tréplicas como naquella que reduzio os aggravos de petição e instrumento a aggravos no auto do processo, ficando em vigor a legislação anterior que não fôr opposta a esta lei.

Os districtos dentro dos quaes se poderão dar os de petição, e o tempo e maneira em que poderão apresentar-se nas instancias superiores, serão determinados em regulamento do governo.

**Deer. de 15 de Març. de 1843 : Art. 14.** Os aggravos são de tres especies :

- 1.º de petição ;
- 2.º de instrumento ;
- 3.º no auto do processo.

**Art. 15.** Os aggravos de petição sómente terão logar quando a relação ou juiz de direito, a quem competir o seu conhecimento, se achar no termo ou dentro de 15 leguas onde se aggrava. Sómente se admittirão :

1.º Das decisões sobre materia de competencia, quer o juiz se julgue competente, quer não (Ord. liv. 1 tit. 6 § 9, liv. 3 tit. 20 § 9).

2.º Das sentenças da absolvição da instancia (Ord. liv. 3 tit. 14 pr., tit. 20 §§ 18 e 22).

3.º Da decisão que não admitte o terceiro que vem oppôr-se na causa (Ord. liv. 3 tit. 20 § 31 verso—E tratando-se) e da que denega vista dos autos ou admitte nos proprios autos ou em separado os embargos oppostos na execução.

4.º Das sentenças nas causas de assignação de 10 dias, quando por ella o juiz condemna o réo, porque provou seus embargos ou lhe recebe os embargos, e o condemna, por lhe parecer que os não provou (Ord. liv. 3 tit. 25 § 2).

5.º Dos despachos pelos quaes se concedem para fóra do imperio dilações grandes ou pequenas, ou pelos quaes inteiramente se denegão para o imperio ou fóra d'elle (Ord. liv. 1 tit. 6 § 9, e liv. 3 tit. 20 § 5, tit. 54 § 12).

6.º Dos despachos pelos quaes se ordena a prisão dos executados no caso da Ord. liv. 3 tit. 86 § 18, ou de qualquer parte em caso civil.

7.º Dos despachos pelos quaes se não manda proceder aquestro no caso da Ord. liv. 4 tit. 96 § 13.

8.º Das sentenças que julgão ou não reformados os autos perdidos ou queimados, em que ainda não havia sentença definitiva (Assento de 23 de Maio de 1758).

9.º Dos despachos de recebimento de appellação, ou denegação do recebimento della (Ord. liv. 1 tit. 6 § 4, tit. 58 § 27, e liv. 3 tit. 74 pr.).

10. Das decisões sobre erros de contas e salarios (Ord. liv. 1 tit. 14 § 4).

11. Da absolvição dos advogados das penas e multas em que incorrêrão, nos casos expressos nas leis do processo (Ord. liv. 3 tit. 20 § 45).

12. Da licença concedida para casamentos, supprindo o consentimento do pai ou tutor (Lei de 20 de Novembro de 1775).

Este agravo é sempre de petição e não de instrumento (Assento de 10 de Junho de 1777).

**Art. 16.** Os agravos de instrumento da mesma sorte sómente serão admittidos nos mesmos casos em que têm logar os de petição enumerados no artigo antecedente.

**Art. 17.** Os agravos denominados de ordenação não guardada não são admissiveis em caso algum.

**Art. 18.** Os agravos no auto do processo, que se interpõe das sentenças meramente interlocutorias, que tendem a ordenar o processo, só poderão ser admittidos nos casos expressamente contendos nas ordenações, leis e assentos, que regulão a ordem do juizo, e declarando as partes especificadamente em suas petições escriptas, ou feitas verbalmente em audiencia, qual a disposição dessas ordenações, leis ou assentos que lhes permite interpor o agravo no auto do processo, no caso de que se tratar (Ord. liv. 1 tit. 8 § 2, liv. 3 tit. 20 §§ 46 e 47).

**Art. 19.** Os agravos de petição serão interpostos em audiencia, ou no cartorio do escrivão por termo nos autos, dentro de 5 dias contados da intimação ou publicação dos despachos ou sentenças em audiencia.

**Art. 20.** Havendo sido interposto o agravo, o escrivão, sem perda de tempo, fará os autos com vista ao advogado do agravante para minuta-lo, dentro de 24 horas improrogaveis, deverá o agravante apresentar a petição do agravo ao escrivão, que immediatamente a fará inclusa com os autos ao juizo *a quo*, o qual, si não reformar o despacho do qual fôr interposto o agravo, deverá fundamenta-lo, dando as razões delle por escripto para serem presentes ao juiz ou tribunal superior, no prazo de 48 horas.

**Art. 21.** Terminadas as diligencias do artigo antecedente, deverão ser apresentados os autos na superior instancia dentro de dous dias, estando no mesmo logar a relação ou juiz de direito para que se tiver recorrido ; aliás ou serão os mesmo autos entregues na administração do correio dentro dos dits dous dias, ou apresentados no juizo superior, ou relação dentro desse prazo de dous dias, e mais tantos quantos fõrem precisos para a viagem, na razão de quatro leguas por dia.

**Art. 22.** A apresentação destes agravos, para se conhecer si foi feita em tempo, será certificada pelo termo da mesma apresentação e recebimento que lavrar o secretario da relação ou o escrivão do juiz de direito.

**Art. 23.** Os agravos de instrumento serão interpostos, processados e apresentados nas instancias superiores, no tempo e maneira marcada na legislação instaurada pelo artigo 120 da lein. 261 do 3 de Dezembro de 1841, devendo os agravantes, nas petições e termos de sua interposição, declarar especificadamente todas as peças dos autos de que pretenderem haver traslado.

**Art. 24.** Preparado o instrumento do agravo, far-se-ha a sua remessa na fórmula prescripta na segunda parte do artigo 21.

**Art. 25.** Todos os termos de interposição dos aggravos deverão ser assignados pelas partes ou por seus procuradores, e as petições ou minutas dos de petição e instrumento, não serão aceitas sem que sejam assignadas com o nome inteiro do advogado constituido nos autos; o que igualmente se observará a respeito das respostas ou contestações dos aggravados no aggravo de instrumento.

**Art. 26.** Quando os aggravos fôrem interpostos dos despachos e sentenças não comprehendidas nas que ficão especificadas no artigo 15, o juiz *a quo* declarará por seu despacho que os não admite por illegaes, condemnará as partes nas custas do retardamento e imporá aos advogados, que tiverem assignado as petições e minutas, as multas respectivas.

**Art. 27.** O mesmo juiz não admittirá que os aggravantes nos termos da interposição no aggravo, annexem o protesto de que do caso se conheça por appellação, quando não seja de aggravo ou lhes fique o direito salvo para a interpôr si do aggravo não conhecer; e caso tal protesto se faça, será nullo e de nenhum effeito.

**Art. 28.** Os juizes de direito, logo que lhes fôrem apresentados os aggravos de petição ou instrumentos, dos quaes lhes compete conhecer, sem mais audiencia ou arrozoados das partes, proforiráo a sua sentença, confirmando ou revogando os despachos ou sentenças das quaes se houver aggravado.

**Alv. de 29 de Nov. de 1775 § 3.** Os juizes, ouvindo de plano, em termo breve e summario os pais, mãis, tutores, ou curadores sobre a razão da sua repugnancia, e informando-se da conveniencia dos casamentos (dos menores) concederáo, ou negaráo as licenças, dando aggravo de petição da concessão ou denegação dellas para as respectivas relações; nas quaes mando, que de plano pela verdade dos factos, sem mais figura de



juízo, se defira a estes recursos com preferencia a todos quaesquer outros negocios, dentro do preciso termo de 15, 20, e 30 dias, segundo as menores ou maiores distancias dos logares, de onde seja preciso, ou mandar vir as partes, ou fazer algumas informações particulares.

**Decr. de 8 de Jul. de 1852.** Hei por bem... declarar que tanto dos despachos do recebimento da appellação, ou de denegação do recebimento della, como daquelles pelos quaes se recebe a appellação em um só effeito, ou em ambos, cabe aggravo de petição ou de instrumento.

**Decr. de 7 de Març. de 1853 :** Hei por bem... decretar, que nas decisões sobre materia de competencia, proferidas pelos juizes de paz, ou por quaesquer outros juizes, ainda que as causas caibão na alçada, haja aggravo de petição ou instrumento, sendo a fórma do processo e superiores, que delles devem conhecer, os mesmos estabelecidos pelo decreto n. 143 de 15 de Março de 1842.

**Decr. de 12 de Nov. de 1871. Art. 6.** Além dos casos definidos no decreto de 15 de Março de 1842, e mais disposições em vigor, dá-se aggravo de petição e instrumento, nos feitos civis, da sentença, que julga, o não, deserta a appellação (Decr. n. 2342 de 6 de Agosto de 1873 art. 1 § 8).

**Art. 7.** Os aggravos por incompetencia do juízo ou prisão (não do despacho que concede a detenção pessoal, Reg. n. 737 de 25 de Nov. de 1850, art. 669 § 19), terão effeito suspensivo, ainda que interpostos sejam por instrumento.

**Art. 11.** Não depende de despacho do juiz o aggravo, que fôr interposto no cartorio do escrivão por termo nos autos.

**Art. 12.** Assim na interposição do aggravo, como no da appellação, é dispensavel a ratificação em audiencia.

SECÇÃO IV

*Competencia para o julgamento do agravo*

**Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 124.** Compete á relação do districto conhecer dos recursos estabelecidos pelo artigo antecedente (agravo de petição, instrumento, e no auto do processo); nos termos, porém, que distarem das relações do districto mais de 15 leguas, os mesmos recursos serão interpostos para o juiz de direito da comarca dos despachos proferidos pelos juizes municipaes ou de orphãos.

**Art. 123.** Os despachos dos ditos recursos na relação serão proferidos por um relator e dous adjuntos, e não poderão ser embargados, nem sujeitos a qualquer outro recurso.

**Decr. de 15 de Març. de 1842 : Art. 8.** Compete ás relações dos districtos :

1. Conhecer dos aggravos no auto do processo, interpostos dos seus despachos (dos juizes do civil, municipal ou de orphãos).

2. Conhecer dos aggravos de petição e instrumento, interpostos dos despachos proferidos pelos juizes municipaes ou de orphãos, dos termos que não distarem das mesmas relações mais de 15 leguas.

Dos aggravos de petição ou instrumentos, interpostos dos despachos dos juizes municipaes e de orphãos dos termos que distão das relações mais de 15 leguas, conhecerão os juizes de direito.

3. Conhecer dos aggravos de petição ou instrumentos, interpostos dos despachos dos juizes de direito do civil, ainda que estejam fóra das 15 leguas.

**Art. 9.** As 15 leguas para o fim de que tratão os artigos antecedentes serão contadas, não na cidade ou villa em que

residirem os juizes do civil, municipaes ou de orphãos, mas dos limites dos seus termos até ao logar em que estiver a relação do districto.

**Decr. de 13 de Nov. de 1873: Art. 1.** Aos tribunaes de relação compete conhecer dos aggravos... interpostos dos despachos e sentenças dos juizes de direito.

**Art. 2.** Aos juizes de direito compete conhecer dos aggravos... interpostos dos despachos e sentenças dos juizes inferiores.

**Art. 3.** Interpõe-se o aggravo :

§ 1. Para a relação do districto.

1.º Das decisões proferidas pelos juizes de direito das comarcas especiaes, no processo das causas de valor excedente ao da sua alçada, si o aggravo não fôr sobre incompetencia do juizo;

2.º Das decisões proferidas pelos juizes de direito das comarcas geraes no processo das causas, que lhes pertence julgar, quando o despacho fôr sobre incompetencia do juizo, ou de natureza tal, que ponha termo ao feito em primeira instancia.

§ 2. Para o juiz de direito do comarca especial, da decisão do juiz de paz sobre incompetencia do juizo ou prisão.

§ 3. Para o juiz de direito de comarca geral:

1. Das decisões do juiz de paz nos cazos do § antecedente;

2. Das decisões do juiz municipal ou de orfãos no processo das cauzas, em que lhes compete preparar e julgar;

3. Das decisões do juiz municipal e de orfãos no preparo das cauzas, que ao juiz de direito incumbe julgar, quando essas decisões não fôrem das mencionadas no § 1 n. 2 deste artigo.

**Art. 4.** Pertencem á ordem das decisões, que põem termo ao feito, e devem ser proferidas pelos juizes de direito das

comarcas geraes nas cauzas, que lhes compete julgar, as sentenças seguintes, quer dellas caiba agravo, quer appellação :

1. De absolvição de instancia, si com ella julga-se perempta a acção ;

2. De rejeição *in limine* de embargos do executado, ou do 3º embargante ;

3. De recebimento de embargos com condemnação, na assignação de 10 dias ;

4. De denegação do recebimento da appellação, ou do recebimento della em um efeito sómente ;

5. De dezerção da appellação ;

6. De concessão ou denegação de licença para casamento de menor ;

7. De liquidação, exhibição, e habilitação (Reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, art. 669 §§ 12, 13 e 14).

8. De julgamento sobre a procedencia ou improcedencia do embargo (Reg. cit. art. 669 § 18).

**Art. 5.** Sempre que fôr possível proferir-se decisão terminativa do feito em 1ª instancia, o despacho será do juiz de direito, ainda que na especie tenha-se de proferir simples interlocutoria.

**Art. 9.** Nas causas, que aos juizes de paz, municipaes, ou de orphãos, e aos juizes de direito das comarcas geraes compete julgar, admitte-se agravo..., por menor que seja o valor da demanda.

**Decr. de 3 de Mai. de 1874. Art. 10.** Compete ás relações :

§ 2. Julgar como tribunaes de segunda e ultima instancia ... os agravos, cartas testemunhaveis o appellações civeis interpostas dos juizes de direito nos termos da legislação em vigor.

**Decr. de 13 de Nov. de 1873. Art. 10.** Os agravos de petição e instrumento serão interpostos, processados, e apresentados na instancia superior da maneira e no tempo determinados no decreto de 15 de Março de 1842.

SECÇÃO V

*Julgamento do agravo no auto do processo*

**Decr. de 15 de Març. de 1842: Art. 29.** As relações julgarão os agravos, no auto do processo pela maneira estabelecida no regulamento de 3 de Janeiro de 1833, artigos 41 e seguintes, e os de petição e instrumento, segundo o disposto no artigo 32 do mesmo regulamento, verso—e sendo—e artigo 33.

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 41.** Os agravos do auto do processo serão julgados pelo mesmo numero de juizes, e pela mesma forma, porque se l.ão de julgar as appellações, precedendo sempre o conhecimento daquelles ao destas.

**Art. 42.** Antes de se discutir, e votar sobre a materia das appellações, se discutirá e votará sobre os pontos dos agravos do auto do processo, que tiverem sido legalmente interpostos, tratando-se uns depois dos outros pela ordem, em que se acharem nos autos.

**Art. 43.** Quando o agravo, ou agravos do auto do processo se não julgarem dignos de provimento, assim se declarará por sentença lançada nos autos, condemnando-se aos que interposerão nas custas respectivas, e proseguir-se-ha no julgamento da appellação em acto consecutivo.

**Art. 44.** Si os agravos do auto do processo se considerarem no caso de deverem ser providos, conhecendo-se porém

que apesar de terem sido menos justos os despachos, ou sentenças interlocutorias, de que se interpozerão, nada com tudo faltou no feito, que fosse essencial, e necessario para fazer constar a verdade, sobre que se baseasse a definitiva; será lavrada a sentença de provimento para o fim sómente de poder a parte aggravada requerer que se faça effectiva a responsabilidade do Juiz, pelos meios competentes, e se seguirá o julgamento da appellação.

**Art. 45.** Si com o provimento do agravo, ou agravos do auto do processo se declarar ou a nullidade dos autos, ou a de algum dos termos do processo, ou a necessidade de algum acto, ou diligencia indispensavel para o conhecimento e decisão da causa, ou outra semelhante, lançada a sentença, se não tratará mais do julgamento da appellação.

**Art. 46.** No primeiro caso, si a nullidade fôr insupprivel, e a sua falta de supprimento influir na decisão da causa, será julgado nullo todo o processado com direito para nova acção.

Si, porém, ella fôr supprivel, ou si a sua falta de supprimento não influir para a decisão, depois de lavrada a sentença sobre o agravo, se conhecerá da appellação, como fica dito no art. 44.

No segundo caso, lavrada a sentença sobre o agravo, se mandaráo reverter os autos para o juizo, d'ende vierão appellados, para ahi se fazer a diligencia e tornal-os a remetter a relação, afim de ser julgada a appellação, vistos os autos de novo pelos tres desembargadores, ou pelos que legalmente os substituirem.

**Decr. de 2 de Mai. de 1874 : Art. 129.** Si nos casos de appellação houverem agravos no auto do processo, serão estes decididos pelos mesmos juizes da appellação, constituindo a materia dos agravos questão preliminar.

SEÇÃO VI

*Julgamento do agravo de petição, de instrumento, e carta testemunhavel na relação.*

**Decr. de 12 de Nov. de 1873: Art. 19.** Os agravos, que se interpuzerem para a relação do districto, serão julgados na fôrma indicada no regulamento das relações.

**Decr. de 2 de Mai. de 1874: Art. 125.** Os agravos de petição e de instrumento e as cartas testemunhaves serão processados da maneira indicada nos arts. 110 a 112 para os recursos criminaes com a differença de ser delles sempre relator o presidente da relação.

**Art. 126.** Sorteados os dous adjuntos, que com o presidente tiverem de conhecer do agravo, ou da carta testemunhavel, reunir-se-hão, na sala das conferencias, e ahi, feito o relatorio pelo presidente, será pelos tres juizes proferida a decisão.

**Art. 127.** Os despachos de agravo na relação não podem ser embargados nem sujeitos a qualquer recurso.

**Art. 110.** Logo que se apresente na relação, interposto e processado nos termos dos artigos 73 e 77 da lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841 e artigo 17, § 1 da lei n. 2,033 de 20 de Setembro de 1871 o recurso das sentenças de pronuncia ou não pronuncia proferidas pelos juizes de direito o secretario escreverá nos autos sob sua rubrica a data do recebimento e os fará conclusos ao presidente do tribunal, que os distribuirá ao desembargador a quem tocar.

**Art. 111.** Examinados os autos, o relator as apresentará em mesa na primeira sessão, e proceder-se-ha ao sorteio de dous juizes adjuntos.

**Art. 112.** Feito o relatorio e discutida a materia, será proferida a decisão, que se tomará por acórdão escripto pelo relator e assignado pelos tres julgadores.

**Decr. de 13 de Març. de 1875 : Art. 1.** Os agravos de petição e instrumento, e as cartas testemunhaveis serão julgados nas sessões ordinarias das relações, depois das appellações civeis.

**Art. 2.** O sorteio dos adjuntos será feito na occasião do julgamento.

**Art. 3.** Quando por affluencia de trabalho não se puder conhecer dos agravos, e cartas testemunhaveis, durante o tempo da sessão ordinaria, o presidente prorogará ou convocará para aquelle fim sessão extraordinaria, que terá logar no primeiro dia desimpedido.

**Art. 5.** Ficão derogados os artigos 55 e 126 do decr. n. 5618 de 2 de Maio do anno passado (1874).

**Decr. de 18 de Dez. de 1875 : Art. un.** No julgamento dos agravos de petição, e instrumento, e cartas testemunhaveis, perante as relações, se observará a legislação anterior ao decreto n. 5618 de 2 de Maio de 1874, que fica nesta parte derogado.

## CAPITULO II

### APPELLAÇÃO

#### SECÇÃO I

#### *Sentenças appellaveis*

**Disp. prov. : Art. 15.** Toda a provocação interposta da sentença definitiva ou que tem força de definitiva do juiz inferior para superior, afim de reparar-se a injustiça, será de appellação, extintas para esse fim as distincções entre juizes de maior ou menor graduação.



Esta interposição pôde ser na audiência ou por despacho do juiz e termo nos autos, como convier ao appellante, intimada a outra parte ou seu procurador.

## SECÇÃO II

### *Appellação nas sentenças definitivas*

**Ord. liv. 3 tit. 70:** Todo aquelle que appellar quizer da sentença definitiva, si fôr publicada perante elle ou seu procurador, appellará até 10 dias primeiros seguintes, contados de hora, em que a sentença foi publicada em diante, com tanto que o appellante em esse tempo dos 10 dias não faça algum auto, porque haja consentido nella.

E no caso, onde o appellante e seu procurador fôrem absentes ao tempo da publicação da sentença contar-se-hão os 10 dias do tempo que cada um foi sabedor, como a sentença foi publicada.

1. E quem quizer appellar irá appellar a audiência perante o julgador, que a sentença deu.

E se não houver audiência primeiro que se acabem os 10 dias, vá appellar perante o escrivão ou tabellião do feito, e como fizerem a primeira audiência o irá notificar a ella.

E sendo a parte sabedora da sentença, de que quer appellar, fóra do logar, onde a sentença fôr dada, irá dentro dos 10 dias contados da hora que o soube, á audiência do juiz ordinario, que fôr no dito logar, e ali perante elle appellará e pedirá, que lhe dem disso uma certidão, e do tempo, em que appella, a qual lhe o dito juiz ordinario mandará dar, para ir apresentar ao juiz, que a sentença deu, a qual lhe apresentará por si ou por seu procurador, dentro do tempo que rasoadamente possa ir do logar donde appellar, ao logar onde a sentença foi dada, contando a seis leguas por dia.

2. E tanto que a parte appellar, e lhe fôr recebida a appellação requererá logo ao julgador, que deu a sentença, que lhe mande trasladar a appellação.

E o julgador mandará logo ao tabellião ou escrivão, que tiver o feito, que a traslade logo sem detença, e o tabellião ou escrivão será diligente em o fazer, e sendo negligente, o julgador o constrangerá, pondo-lhe a pena que lhe parecer razão.

3. E si o appellante depois que por si ou por seu procurador appellar, e lhe fôr recebida a appellação, se deixar estar seis mezes sem a fazer trasladar, e sem fazer atempar tempo ao appellado, a que a vá seguir, já a não poderá mais seguir.

E o juiz, que deu a sentença a requerimento do appellado, haja a appellação por deserta e não seguida, sendo primeiro o appellante requerido para a deserção, para dizer si teve justo impedimento, por onde não podesse vir tirar a appellação, nem manda-la tirar por outrem. (\*)

O que haverá logar, posto que a parte seja absente, e não seja sabedora, como seu procurador appellou, e para o caso desta deserção não será obrigado citar a mulher do appellante, posto que seja sobre bens de raiz.

Porém si o appellante por si ou por seu procurador fez atempar a appellação entre elle e o appellado, posto que o appellante a não tire dentro dos seis mezes, o juiz que deu a sentença não poderá haver a appellação por deserta, porque neste caso podera o appellado, pois já a appellação é atempada, tirar dia de apparecer, e o juiz superior a haverá por deserta e não seguida.

4. E si dentro dos ditos seis mezes o appellado quizer seguir seu direito, por vêr que o appellante quer esperar seis mezes, poderá citar o appellante, e assi sua mulher, sendo sobre bens de raiz, e o appellado trará procuração da sua, e lhe fará assignar termo para seguir a appellação.

E si o appellante a não tirar, elle tirará dia de apparecer, pelo qual haverá provisão.

E quando o appellante ou appellado houverem de ser citados para o seguimento da appellação, far-se-ha a citação em pessoa da propria parte, posto que tenha procurador sufficiente, salvo

---

(\*) Vide aliante: Sec. xvii.

si a parte fôr absente da comarca, onde fôr morador, porque então bastará ser citado o seu procurador sufficiente para isso.

E sendo a appellação de feito sobre bens de raiz, e as partes, ou algumas dellas fôr casado, si o marido tiver procuração sufficiente da mulher para tal proseguimento posta no feito, bastará ser citado o marido sómente, e não a tendo, então se citará a mulher, para seguir a appellação, posto que já fôsse citada para a primeira instancia.

5. E tanto que a appellação fôr acabada, e concertada por esse tabellião ou escrivão, e sellada com o sello que deve ser, será entregue á parte, si fôr o feito civil, ou a uma pessoa segura, se o feito fôr crime, assignando-lhe logo termo de 30 dias, a que appareça com ella perante o superior ou superiores, a que houver de vir, poderá porém o julgador abreviar esse termo, segundo a distancia do lugar onde isto fôr.

E não apresentando no dito termo, se guardará o que dissemos neste livro, no titulo 68: *Da ordem que se terá nas appellações.*

6. E será recebida a appellação, e atempada, quando a quantia demandada, ou a valia da cousa sem as custas do feito, passar da alçada, que tiver o juiz, que a sentença deu.

E sendo a demanda sobre cousa ou quantia que caiba em sua alçada, não poderá a parte appellar, nem lhe seja recebida a appellação, nem os superiores tomarão della conhecimento, salvo si a demanda fôr sobre jurisdição ou direitos reaes, ou sobre armas, e penas dellas, porque em estes casos, poderá a parte appellar de qualquer quantia ou avalia que fôr, e lhe será recebida a appellação.

7. E se cada uma das partes appellar de sentença definitiva, sendo caso de que se deva receber appellação, e o julgador a não receber, achando os juizes superiores ser caso de appellação, e que houvera de ser recedida, e que o juiz inferior a não quiz receber, recebe-la-hão, e passarão carta em forma costumada, e condemnarão o julgador, que a não recebeu, nas custas em dobro para a parte.

E querendo a parte proseguir contra o dito juiz seu interesse, pode-lo-ha fazer, e seja-lhe julgado com as custas singelas.

E ficará em sua escolha qualquer destas, que quizer proseguir, não tolhendo a mais pena, que por outras nossas ordenações é dada aos que denegão a appellação, ou não appellão, onde hão do appellar.

8. E no caso que o juiz inferior recebesse a appellação de sentença definitiva a alguma parte, e a outra parte contraria o pozesse por agravo nos autos, sem disso tirar instrumento, por dizer que não era caso de appellação, os superiores, que de tal appellação hão de conhecer, pronunciarão sobre o dito agravo, si era caso de appellação ou não, posto que lhe a appellação seja devoluta.

E achando que não era caso de appellação, assim o pronunciarão, e não irão mais por o feito em diante.

9. Declaramos, que para se vêr, e saber, si é caso de appellação, por se dizer, que cabe na alçada dos julgadores, que as sentenças derão, quer o autor appelle, quer o réo, sempre se olhará a quantidade ou valia da cousa pelo autor pedida sem as custas. E isto posto que a quantia ou valia da condemnação caiba na alçada do julgador de quem se appella.

10. E por quanto muitas vezes as demandas são sobre posse de alguma cousa, e se dá sómente sentença sobre ella, ficando resguardado á outra parte seu direito sobre a propriedade, e vem em duvida como se avaliará a posse para recebimento da appellação, declaramos que se avalie a dita posse em menos a metade do que valer a propriedade, e segundo a valia da dita posse, assi se receberá a appellação ou não.

11. E mandamos que tanto que os juizes inferiores receberem as appellações, antes que as atempem, fação avaliar a cousa que é pedida, para o que farão louvar as partes, cada uma em uma pessoa, e si desvairarem, lhes dem um terceiro, que avalie, e o que differem, se ponha no cabo da appellação, salvo si no mesmo feito de que é appellado se tratou sobre a valia da cousa demandada, e sobre ella se fizerão artigos e inquirições, porque em tal caso não fará o dito juiz mais avaliação.

E o juiz que a appellação atempar sem nella andar feita a dita avaliação, no caso em que por esta ordenação mandamos,

que a faça, e o escrivão do feito, pagarão ambos as custas, que por a não mandar, si depois fizerem, e o mesmo se guardará nos dias de apparecer.

### SECÇÃO III

#### *Appellação nas sentenças interlocutorias*

**Ord. liv. 3 tit. 69 :** Das sentenças interlocutorias que fôrem dadas por quaesquer julgadores, de que se deva para nós appellar, sem outro meio ou por algum meio não poderá alguma das partes appellar, salvo si o feito, sobre que fôr dada a sentença interlocutoria, fôr de tal natureza, que pela tal interlocutoria seja o feito acabado, por maneira que o juiz que a deu não pôde em elle por aquella citação mais proceder nem dar sentença definitiva no principal, mas é e logo finda a citação ; assi como si a parte pede ao juiz, que lhe mande citar a outra parte, e o juiz determina, que não ha de ser citado ou julga que a citação, que é já feita é nenhuma, ou não valiosa, ou julga que o demandado não é obrigado responder ou que o autor não é pessoa para demandar, ou que o libello ou petição não proceda.

E assi será recebida a appellação da sentença interlocutoria em todos os outros casos semelhantes, porque não podem todos ser declarados em esta lei, mas procederão os julgadores de similhante a similhante.

1. E pôde-se isto mesmo appellar da sentença interlocutoria quando é tal que si della não fôsse appellado se executaria antes que o juiz procedesse a definitiva, e pela sentença definitiva que depois fôsse dada, e pela appellação, que della fôsse interposta, se não poderia reparar o damno, que pela execução da interlocutoria a parte tivesse recebido, assi como si o juiz julgasse, que mettão algum a tormento, porque sendo feito execução da tal interlocutoria, já nunca mais a parte poderá reparar o damno recebido.

Portanto mandamos, que em todo caso, em que depois da sentença interlocutoria o juiz não pôde mais proceder a sentença

definitiva, ou o damno não póde ser emendado, seja recebida a appellação da sentença interlocutoria, e seja atempada ás partes, para a irem seguir perante os juizes da appellação.

2. E poder-se-ha tambem appellar da sentença interlocutoria, si o juiz mandar citar a parte fóra da sua jurisdicção para apparecer e responder perante elle a tempo, que n'esse logar andasse notoriamente grande peste ou si o réo tivesse em esse logar grandes e notorios inimigos, porque pois não póde vir a tal logar sem perigo de sua pessoa, si o juiz lhe não conhecer dessa razão, poderá appellar de tal mandado.

3. E os juizes, que devem conhecer das appellações, que sahem das sentenças definitivas, conheção das appellações das sentenças interlocutorias em aquelles casos, que segundo esta lei dellas se póde appellar.

4. E o que appellar da sentença interlocutoria, appellará tanto que publicada fôr ou até 10 dias contados da hora da publicação, comtanto que depois da tal sentença dada, não faça algum auto, porque a approve.

E quando o appellante, e seu procurador fôrem absentes ao tempo da publicação da sentença, contar-se-hão os 10 dias do tempo, que cada um delles fôr sabedor, como a interlocutoria era publicada.

5. E quando a sentença fôr dada no logar, onde estiverem os superiores, que da appellação hajão de conhecer, ou em seu termo, o juiz assignará ás partes o mais breve termo que puder ser, a que vão seguir.

E mandará que o escrivão leve o proprio processo, em que se deu a sentença appellada aos ditos superiores, para verem por elle cumpridamente o direito das partes, e darem determinação, como acharem por direito.

E si o appellante fôr negligente em requerer que se leve o processo, os juizes da appellação darão despacho ao appellado por uma certidão de dia de apparecer, que lhe dará o tabellião do feito á revelia do appellante, que por ei, nem por outrem não fizer trazer o processo, havendo a appellação por deserta e não seguida.

E neste caso, posto que a appellação se despache pelo processo, sempre, tanto que fôr despachada, mandarão tornar o processo ao juiz que a appellação recebeu, posto que achem que o appellante foi aggravado.

6. E si fôr appellado da sentença interlocutoria (fóra do logar, onde a côrte, ou superior estiver e a appellação fôr recebida) o juiz assignará ás partes termo de 30 dias ou de menos, segunda a distancia do logar, em que vão seguir sua appellação, mandando-lhes dar o traslado della, guardando em todo, assi acerca do tempo para poder proseguir a appellação, como para deserção della, o que diremos no titulo seguinte 70 : *Das appellações das sentenças definitivas.*

E o juiz de que foi appellado não procederá mais no feito, nem fará cousa alguma, emquanto pender o outro da appellação.

7. E quando a appellação da sentença interlocutoria, que fôr interposta fóra do logar, onde estiverem as relações não fôr recebida pelo juiz, que a deu a parte, contra quem foi dada, tomará instrumento de agravo ou carta testemunhavel, segundo fôr o juiz de que se agrava, e com sua resposta o apresentará na relação, a que pertencer até 30 dias, segundo diremos no titulo 74: *Da maneira, que se terá quando o juiz não recebe a appellação da sentença interlocutoria.* (\*)

8. E vindo algum instrumento ou carta testemunhavel de cada um dos ditos casos, que segundo esta ordenação era de receber a appellação, os juizes superiores, que de taes agravos houverem do conhecer, a receberão e passarão carta em forma acostumada.

E quando se achar, que não é aggravado em o julgador não receber appellação de tal interlocutoria, por não ser dos casos, em que se deva receber appellação, os juizes superiores a não recebem ; mas si a interlocutoria fôr de emendar, a emendarão, posto que o agravo viesse sómente sobre o não receber da

---

(\*) Vide retro : Cap. I.

appellação. E neste caso sempre mandaráõ tornar o feito á terra.

E si pelo dito instrumento o caso não vier instructo, para que se possa dar provisão certa, si é aggravado na interlocutoria, e parecer ao julgador necessario fazer alguma breve diligencia, para poder dar despacho no instrumento, fa-la-ha.

E si fôr de qualidade, que si não possa dar provisão certa, si é aggravado ou não, sem sobre isso fazerem longa diligencia, porão desembargo, que se não póde dar provisão pelo instrumento, que vá o juiz inferior pelo feito em diante.

9. E em os taes instrumentos e outros, assi de feitos crimes, como de feitos civeis, ainda que seja dos nossos feitos ou de cousas tocantes a residuos, capellas, e cousas piedosas, ou de qualquer outra qualidade que seja, os juizes superiores quaesquer que fôrem, que dos sobre ditos aggravos conheção, nunca poderão haver os autos por appellação, nem ponhão tal desembargo em nenhum aggravo, que a elles venha das ditas sentenças interlocutorias, nem de autos extrajudiciaes.

E qualquer dos ditos superiores que houver os autos por appellação, pagará 100 cruzados de pena pela primeira vez, a metade para a parte, e a outra para nossa camara, e mais as custas á parte, que sobre isso fizer, e os autos, e feito, que sobre isso se fizerem, sejam nenhuns, e pela segunda vez, além das ditas penas, serão privados dos officios, para os mais não poderem servir.

#### SECÇÃO IV

##### *Appellação nas execuções de sentença*

**Ord. liv. 3 tit. 76 :** Tres maneiras ha de executores ; uns são executores do feito, como são porteiros, alcaides, meirinhos, que são deputados para executar cousas de justiça, e fazerem o que lhes mandão, e destes, que não tem jurisdição, nem podem tomar conhecimento de contenda, nem feito algum, se não póde appellar.



Mas quando elles passarem o que lhes fôr mandado, e fizerem o que não devem, aggravar-se-hão as partes ao julgador, que mandou fazer a execução, para que emende o agravo, e quando o julgador o não emendar, poderão delle appellar, sendo a quantia tal de que se possa appellar.

1. Outros executores ha, que se chamão de direito, e estes são em duas maneiras: uma é quando nós commettemos a execução de alguma sentença dada por nós ou por nossos desembargadores a algum julgador, e deste se pôde appellar, si exceder o modo da execução.

2. Eo modo da execução se pôde exceder por quatro maneiras.

A primeira é, si o executor faz execução em maior quantidade do que se contém na sentença.

A segunda é quando faz execução em outra cousa, e não na que se contém na sentença.

A terceira é, quando faz execução sem citar a parte, contra quem se manda fazer nos casos, em que por direito deve primeiro ser citada, segundo diremos no titulo 86: *Das execuções*.

A quarta é, quando a parte condemnada allega a embargar a execução taes cousas e embargos, que segundo direito devem ser recebidos, que são aquelles que depois da sentença definitiva se podem pôr e allegar, e o executor os não recebe.

Portanto excedendo o julgador o modo da execução por cada uma destas maneiras, poderão licitamente delle appellar.

3. Outro executor ha de direito, que é quando nós commettemos a algum a execução de cousa, que não é por nós, nem por outrem julgada, nem procedeu sobre ella conhecimento algum, o qual, posto que no mandado da execução lhe não seja commettido algum conhecimento, deve conhecer do negocio principal, como si lhe fôsse expressamente commettido.

E informar-se-ha da verdade, segundo a relação que por a parte nos foi feita, conteúda na carta da commissão.

E deste tal executor se poderá appellar em todo caso, assi como de qualquer outro, a que seja commettido o conhecimento de todo o negocio principal, si a quantia fôr tamanha, de que segundo nossas ordenações se possa appellar.

SECÇÃO V

*Appellação na sentença condicional*

**Ord. liv. 3 tit. 77:** Toda a sentença definitiva deve ser pura, e não ter em si condição alguma.

Porém sem embargo disto si fôr condicional, não será por isso nenhuma de direito, como seria si fôsse dada contra direito expresso ou por quem não tivesse jurisdição, segundo dizemos no tit. 75: *Da sentença que por direito é nenhuma.*

Portanto si da sentença condicional não foi appellado ao tempo por direito limitado, passará em cousa julgada, o que não faria si fôsse por direito nenhuma.

E o tempo para appellar da sentença condicional será contado do tempo e hora, em que foi publicada, sem se esperar o tempo em que a condição seja cumprida.

De maneira, que si da sentença condicional não fôr appellado até 10 dias, contados do momento em que foi publicada, jámais não poderá appellar della o que foi sabedor como foi dada contra elle, e poderá della appellar si quizer. E passará a tal sentença em cousa julgada, assi como si fôra pura sem condição alguma.

SECÇÃO VI

*Appellação nas sentenças nullas*

**Ord. liv. 3 tit. 75:** A sentença que é por direito nenhuma, nunca em tempo algum passa em cousa julgada, mas em todo tempo si póde oppôr contra ella que é nenhuma, e de nenhum effeito, e por tanto não é necessario ser d'ella appellado.

E é por direito a sentença nenhuma, quando é dada sem a parte ser primeiro citada, ou é contra outra sentença já dada, ou foi dada por peita ou prego, que o juiz houve ou por falsa prova, ou se erão muitos juizes delegados, e alguns derão sentença

sem os outros, ou si foi dada por juiz incompetente em parte ou em todo, ou quando foi dada contra direito expresso, assi como si o juiz julgasse directamente que o menor de 14 annos podia fazer testamento ou podia ser testemunha, ou outra cousa semelhante, que seja contra nossas Ordenações ou contra direito expresso.

1. E posto que de tal sentença seja appellado, não será por isso feita por direito valiosa, ainda que a appellação pareça acto approvativo della, pelo qual parece o appellante approvar a tal nullidade, porque pois a sentença de principio foi nenhuma, já por nenhum acto seguinte pôde ser confirmada, salvo por nós de certa sciencia, porque o rei é lei animada sobre a terra, e pede fazer lei e revoga-la, quando vir que convém fazer-se assim.

2. Porém si o juiz julgasse contra direito expresso, não será a sentença por direito nenhum mas é valiosa, e por tanto é necessario, que a parte appelle della ao tempo limitado para appellar, porque não appellando, ficará a sentença firme, como si fôsse bem julgado.

E pôde-se pôr exemplo, si fôsse contenda sobre um testamento, dizendo-se por uma parte, que o testador era menor de 14 annos ao tempo que o fez, e da outra parte si dissesse que era maior, e posto que pelas inquirições se provasse que era menor da dita idade ao dito tempo, o juiz julgou o testamento por bom e valioso, não havendo respeito, como é por direito determinado, que o testamento feito pelo menor de 14 annos é nenhum, mas havendo respeito como se não provava ser menor, sendo porém provado o contrario pelas inquirições.

#### SECÇÃO VII

##### *Appellação nas causas da fazenda*

**Lei de 29 de Nov. de 1841 : Art. 13.** Serão appelladas *ex-officio* para as relações do districto todas as sentenças que forem proferidas contra a fazenda nacional em primeira

instancia, qualquer que seja a natureza d'ellas, e o valor excedente a 100\$, comprehendendo-se nesta disposição as justificações e habilitações, de que se trata no artigo 90 da lei de 4 de Outubro de 1831; não se entendendo contra a fazenda nacional as sentenças, que se proferirem em causas particulares, a que os procuradores da fazenda nacional sómente tenham assistido; porque destas só se appellará por parte da fazenda, si os procuradores o julgarem preciso.

**Art. 14.** Das sentenças, que se proferirem contra as partes, ellas poderão appellar, quando excederem a alçada designada no artigo antecedente, para as mesmas relações; e em um e outro caso se observará na sua interposição, recebimento e expedição as disposições das leis em vigor, bem como no processo e julgamento das relações, que será sem differença das mais appellações civeis com audiencia e assistencia do procurador dos feitos da fazenda.

**Art. 15.** Nos juizos de segunda instancia serão as causas da fazenda nacional promovidas e defendidas pelos procuradores da fazenda, que servirem nas relações, a quem os procuradores de fazenda de primeira instancia enviarão officialmente todas as informações e documentos, que julgarem necessarios, ou por elles lhe fôrem exigidos.

#### SECÇÃO VIII

##### *Casos, em que se não admite a appellação*

**Ord. liv. 3 tit. 79 :** Não pôde appellar o que é condemnado na quantia, que cabe na alçada do julgador que deu a sentença, como é declarado no titulo 70 : *Das appellações das sentenças definitivas.*

1. Nem será recebido a appellar, o que appella depois de 10 dias, contados da hora, e momento, que a sentença foi

publicada, si dentro do dito termo não appellou, porque aquelle termo é por direito assignado aos que querem appellar das sentenças, de que se sentem aggravados, o qual termo si entenderá no que estiver presente por si, ou por seu procurador ao tempo que a sentença foi publicada contra elle, porque si elle, e seu procurador fossem absentes ao dito tempo, não lhe será contado o termo dos 10 dias, salvo desde aquella hora que se mostrar que elle ou seu procurador foi sabedor, como a sentença foi publicada contra elle.

2. Nem será recebido appellar, o que por alguma maneira consentio na sentença dada contra elle, porque si fosse presente ao tempo, que a sentença contra elle fosse publicada, não appellando della, e fazendo algum auto, porque mostrasse consentir em ella, não será jámais recebido a appellar della, assi como si pedisse tempo para pagar o em que era condenado, em tal caso ainda que houvesse appellado da sentença, por tal auto mostrava consentir nella, e renunciar a appellação, em tanto que já a não poderá proseguir em algum tempo.

3. Outrosi o revel verdadeiro não deve ser recebido a appellar.

E revel verdadeiro para não ser recebido a appellar é aquelle, que nem por si, nem por seu procurador appareceu em juizo, até se dar sentença definitiva, e sendo citado para appellar, disse que não queria, nem determinava ir á audiencia, ou se calou, ou disse que iria, e em cada um destes casos não foi, não havendo justa razão porque deixasse de ir a ella.

E ainda si algum, sabendo que o querião citar para appellar, disse que, posto que o citassem, não iria á audiencia, este será havido por verdadeiro revel, ainda que não seja mais citado para appellar, salvo chegando á audiencia, para que foi citado para appellar, antes que o juiz se levante da séda.

4. Porém si algum apparecesse na primeira instancia em qualquer parte do juizo por si, ou por seu procurador, posto que ao tempo da sentença definitiva fosse absente por si, e por seu procurador, este tal não será havido por revel em nenhum caso dos sobreditos, para não ser recebido a appellar, ainda

que não vá á audiência para que foi citado, para appellar, mas poderá appellar dentro de 10 dias, do dia que foi citado, si já antes não tivesse vindo á sua noticia a tal sentença.

5. Não será outrosi recebido a appellar, o que appella do executor, que não excede o modo da execução.

Nem outrosi se poderá appellar do mero executor, como dissemos no titulo 76: *Quando poderão appellar da execução da sentença.*

6. E tudo o que dito é neste titulo ha lugar nas appellações de feitos civéis, ou crimes civilmente intentados.

#### SECÇÃO IX

*Appellação de uma só parte, havendo outros litisconsortes*

**Ord. liv. 3 tit. 80:** Si dous, tres, ou mais tutores, curadores, ou procuradores, fôsem demandados juntamente todos por alguma administração conjuncta, e nunca entre elles partida, porque administrarão, como não devião, e todos juntamente fossem condemnados em uma sentença, e um delles appellasse della, sem appellar cada um dos outros, e depois fosse a appellação achada ser justa, e direita, não sómente relevará o appellante, mas ainda a cada um dos outros, que não appellarão, e isto porquanto a administração era toda conjuncta, e nunca fôra divisa ou partida entre os ditos tutores, curadores, ou procuradores.

E portanto assi elles, como a dita administração serão todos julgados por um corpo, sem outra divisão.

1. E si muitos herdeiros de um defunto, jazendo a herança por partir entre elles, fossem demandados por toda a herança, ou parte della, ou certa cousa, ou por alguma divida, em que dizião o defunto ser obrigado, e todos fossem condemnados em uma sentença, e um só della appellasse sem os outros, sendo achada a appellação ser justa e direita, não sómente relevará o appellante, mas ainda aos outros, que della não appellarão, por a razão sobredita.

2. E isto que dito é nos casos sobreditos, entender-se-ha, salvo si aquelles, que das ditas sentenças não appellarão, houvessem consentido em ellas expressa, ou tacitamente, pedindo tempo para pagar, ou fazendo outro auto semelhante, porque se mostrasse haverem consentido em ella, porque então a appellação relevaria sómente ao appellante, e não os outros, que houvessem consentido na sentença.

3. Porém si nos casos acima ditos muitos, tutores, curadores, procuradores ou herdeiros de alguma administração ou herança conjuncta, e nunca entre elles partida fôsem todos juntamente condemnados em uma sentença, da qual não fôsse appellado por alguma parte, e depois algum dos condemnados desfizesse e rescindisse a sentença por bem de algum privilegio, que lhe fôsse especialmente outorgado por direito, pelo qual fôsse restituído contra ella, por ser menor de 25 annos, ou por outro privilegio, tal restituição não aproveitará a algum dos outros, porque esta restituição não vem por via geral, mas por graça, e privilegio especial outorgado particularmente, salvo si a cousa sobre que era a contenda fôsse individua, e que não podesse ser partida, porque então, pois é cousa, que em si não padece participação ou divisão, a restituição dada a um aproveitará aos outros necessariamente.

#### SECÇÃO X

##### *Appellação de terceiros na causa*

**Ord. liv. 3 tit. 81 :** Posto que a sentença não aproveita, nem empece mais que ás pessoas, entre que é dada, poderá porém della appellar, não sómente cada um dos litigantes, que se della sentir aggravado, mas ainda qualquer outro a que o feito possa tocar, e lhe da sentença possa vir algum prejuizo, assim como si um herdeiro consentisse conluiosamente ser condemnado em prejuizo dos outros herdeiros, ou si fôsse contenda entre um, que se dissesse ser herdeiro de algum defunto

*ab intestato*, e outro que se dissesse herdeiro por testamento, e sendo dada sentença contra o testamento, e não sendo appellado pelo que se dizia herdeiro pelo testamento, poderão appellar della quaesquer herdeiros, que fôsem instituidos no testamento, e os legatarios, a que fôsem no dito testamento deixados alguns legados, posto que com elles não fôsse tratada a demanda, porque poderão elles allegar taes razões na causa da appellação, pelas quaes deveria ser julgado em favor do dito testamento, e assi os outros herdeiros e legatarios, que appellassem por virtude da dita appellação, conservarão seu direito da herança e legados, a qual por outra via não poderião facilmente cobrar.

1. E bem assi si o credor e o devedor trouxessem ambos contenda sobre divida, e fôsse dada sentença contra o devedor, que tivesse dado fiador, ainda que este devedor condemnado não appellasse da sentença, e houvesse consentido em ella, poderá o fiador appellar, si entender que ácerca desse feito, ou sentença é feito algum conluio em seu prejuizo, e será ouvido na causa da appellação com seu direito, como si o feito fôsse principalmente com elle tratado.

2. E si o vendedor dêsse fiador ao comprador da cousa vendida, a lhe compôr todo o damno, que houver recebido, no caso que lhe seja vencida por outro, e depois a vencesse algum por sentença, ainda que esse comprador não appellasse da sentença contra elle dada ou consentisse expressamente em ella, poderá o fiador della appellar, si entender que é feito engano, ou conluio em seu prejuizo, para o desfazer no caso da appellação, porque a sentença, que entre os ditos litigantes assi fôr dada ou avença e transacção, que entre elles fôr feita ou não póde prejudicar, nem empecer a quaesquer outros não chamados, a que esse negocio possa tocar, si achado fôr, que em alguma parte lhes é prejudicial.

E isto que dito é em estes casos aqui especificados, haverá logar em quaesquer outros semelhantes, em que a razão pareça ser igual destes.



SECÇÃO XI

*Interposição da appellação*

**Decr. de 13 de Nov. de 1878: Art. 12.** Na interposição da appellação é dispensavel a ratificação em audiencia.

**Art. 13.** A appellação, que se interpuzer das sentenças dos juizes de paz, será processada na forma do artigo 63 do decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

**Art. 14.** Póde ser interposta, perante os juizes municipaes ou perante os juizes de direito, a appellação das sentenças proferidas por estes nas comarcas geraes (Lei de 20 de Set. de 1871 artigo 23 § 3).

Nos mais casos a appellação deve ser interposta perante o juiz, que houver proferido a sentença.

**Art. 15.** Interposta a appellação e avaliada a causa, o juiz que tiver proferido a sentença receberá a appellação, si fór de receber, declarando si em ambos os effeitos ou no devolutivo sómente; e no mesmo despacho assignará o prazo, em que os autos devem ser apresentados na instancia superior.

**Art. 16.** Não é necessario a avaliação:

1.º Nas causas até 100\$ e 500\$, julgadas pelos juizes de paz e juizes municipaes.

2.º Quando a causa contiver pedido certo, de cuja estimação deu-se prova, ou não houve impugnação.

**Art. 17.** A expedição dos autos se fará independente de traslado:

1.º Na appellação das sentenças proferidas pelo juizes de paz, si o juiz de direito residir no mesmo lugar;

2.º Na appellação das sentenças dos juizes municipaes, si

o juiz de direito residir no mesmo termo ; salvo si por favor a causa estiver expressamente disposto, que nesse caso a appellação seja recebida no effeito devolutivo sómente ;

3.º Na appellação das sentenças dos juizes de direito das comarcas espeziaes, salva a excepção do paragrapho anterior ;

Em todo o caso não se extrahira traslado dos autos, si partes nisso convierem.

**Art. 18.** Nas appellações interpostas das sentenças dos juizes municipaes, apresentados os autos no cartorio, o escrivão que tiver de servir perante o juiz de direito, lavrará termo de recebimento delles e os fará conclusos ao juiz que dará vista ás partes por 8 dias, e julgará em 2ª instancia.

**Art. 19.** As appellações, que se interpuzerem para a relação do districto, serão julgadas na fórma indicada no regulamento das relações.

#### SECÇÃO XII

##### *Nada se innova na pendencia da appellação*

**Ord. liv. 3 tit. 73 :** Tanto que a appellação é interposta, assim da sentença interlocutoria, de que se póde appellar, como da definitiva, logo a jurisdição do juiz, de que é appellado é suspensa, e não poderá jámais innovar cousa alguma, nem attentar, até que a instancia da appellação seja finalmente determinada. E isto haverá lugar, posto que a appellação não seja recebida por esse juiz, de que foi appellado, porque em todo caso, em que pelos juizes da alçada fór achado, que foi bem appellado, sempre revogará5 tudo o que acharem feito e attentado, depois que a appellação foi interposta, e bem assim o que foi feito e attentado depois da sentença ser publicada, até a appellação ser interposta.

1. Porém os julgadores, de que se aggrava, poderão dar suas sentenças á execução, depois de passados seis mezes, pendendo o aggravo, como diremos neste livro, tit. 84: *Dos aggravos das sentenças definitivas*: o que outro se farão os provedores dos residuos, pendendo as appellações, que delles sahirem sobre cousas dos residuos, como se contém no liv. 1 tit. 62: *Dos contadores e provedores*: paragrapho: *E mandamos*.

E o mesmo será nos casos contendos neste livro, tit. 25: *Em que maneira se procederá contra os demandados por escripturas publicas*.

2. E si pendendo a causa na appellação, os juizes da alçada acharem, que o appellante condemnado em alguma cousa de raiz, dessipa e gasta os fructos e rendas della, mandarão sequestrar esses fructos e rendas em mão de um homem bom, leigo, fiel e abonado, que os tenha em seu poder, até que a appellação de todo seja finda e determinada, para então serem entregues a quem fór julgado que pertencem.

#### SECÇÃO XIII

*Procuração de mulher casada nas appellações, e traslado destas.*

**Ord. liv. 1 tit. 79: § 22.** Quando as demandas forem sobre bens de raiz, o tabellião ou escrivão, que a appellação houver de fazer, ou o feito de aggravo houver de mandar, si das sentenças, que os juizes das appellações derem for aggravado, não as serrará, nem entregará ao appellante, nem aggravante, sem primeiro serem postas na dita appellação, e feito de aggravo, as procurações das mulheres dos litigantes, si casados forem, para proseguimento das appellações, ou feitos de aggravo.

E si algumas das partes appellantes, ou aggravantes não quizer trazer procuração de sua mulher, o juiz do feito lhe não assignará termo para seguir appellação, ou aggravo, antes

passado o tempo, que pela ordenação para isso é limitado aos appellantes, ou aggravantes, elles não poderão mais seguir suas appellações, ou aggravos.

E quanto ás partes appelladas, ou aggravadas, não serão obrigadas trazer procurações de suas mulheres, mas os Juizes, que a appellação, ou agravo houverem de atempar, mandarão aos appellantes, ou aggravantes, que citem as mulheres dos appellados, ou aggravados, quando citarem os maridos.

E o tabellião, ou escrivão, que o feito da appellação, ou agravo entregar, sem as ditas procurações, ou citações, incorrerá em pena de perdimento do officio.

Porém, si a mulher cuja procuração, ou citação se requer para o caso da appellação, ou agravo, tiver dado procuração bastante a seu marido para seguir a dita appellação, ou agravo e a tal procuração estiver já offerecida no feito, não será necessaria outra procuração, nem citação da dita mulher.

23. E quando mandarem alguma appellação sobre bens de raiz, porão nella, e nos dias de apparecer a avaliação dos ditos bens, como se contém no livro terceiro, no titulo 84: *Dos aggravos das sentenças definitivas*: sob as penas ahi postas.

24. E ahi porão no fim das appellações, antes que as mandem o traslado da conta, que o contador fez, do que montou haver ao tabellião, assim do proprio feito, como do traslado.

E mandando as appellações sem a dita conta, serão privados dos officios,

25. E porque trasladar nas appellações a leitura, que se escreve nas suspeições, é desnecessario, nenhum tabellião, nem escrivão traslade nas appellações as suspeições, nem os termos dellas, nem os testemunhos, que sobre ellas forem tirados, somente farão um termo, como foi posta suspeição ao julgador, ou ao official, e foi julgado por suspeito, ou por não suspeito, e foi a outro, como consta dos autos da suspeição, que em seu poder ficão: salvo si por alguma das partes lhe for requerido, que traslade o que dito é das suspeições, porque então o trasladará.

E antes que serre a appellação, fará assignar a parte no mesmo

traslado da appellação, que ao superior ha de hir, como he verdade que lh'o requereu, e a mesma parte, que lh'o requereu, pagará o traslado, e a vista que se nelle montar na causa da appellação, assim da sua parte, como da parte contraria.

E posto que a parte que o assim requereu seja vencedor nas custas, não lhe serão contadas as que se fizerem no tal traslado, nem o que pagou da vista na causa da appellação.

E o escrivão, ou tabellião, que o assim não cumprir, pagará á parte que o accusar tudo o que se montar no traslado da dita appellação.

26. E bem assim mandamos sob a dita pena, que no traslado das appellações não trasladem carta alguma, porque se tirasse inquirição por artigos, que no feito estão, donde sahirão as ditas cartas; salvo si por alguma das partes lhes for requerido: porque então se cumprirá em todo o que acima dito é nos autos das suspeições.

27. E quando quer que houverem de dar ás partes algumas appellações, primeiro as concertem perante ellas, de maneira que não possam dizer, onde taes appellações, ou traslados de escripturas forem vistas, que são diminutas, ou accrescadas.

E para se isto evitar, farão assignar ás partes o concerto, quando forem presentes, ou ao outro tabellião, sob pena de privação dos officios, e de lhes pagarem as perdas, damnos, e custas, que se lhes por isso causarem.

23. E pelo dito modo farão concertar todos os autos, que derem em publica fórma. E assim as cartas que fizerem, para se tirarem inquirições por artigos.

E não as concertando houverão as penas acima ditas. As quaes outrosi haverá o tabellião, que concertar a escriptura alheá, que se não achar ser na verdade.

SECÇÃO XIV

*Atempação, razões e decisão da appellação*

**Ord. liv. 3 tit. 68:** Quando alguma das partes appellar a sentença, que contra elle fôr dada, e a appellação lhe fôr recebida (quer a sentença seja definitiva, quer interlocutoria, ao caso em que das interlocutorias se póde appellar) apparecerão as partes ambas, assi o appellado, como o appellante por si ou por seus procuradores sufficientes (nos casos em que por procuradores podem litigar), perante os juizes, que da appellação houverem de conhecer, ao termo, que lhes fôr assignado pelo juiz, de que foi appellado.

E apparecendo ao dito termo, haverão vista dos autos da appellação, si a pelirem, e arrazoaráõ sobre ella, cada uma sua vez, e depois que o feito fôr conclusõ, veção-no os julgadores, a que o conhecimento de tal appellação pertencer, e si fôr appellado da sentença interlocutoria, e acharem que foi bem appellado, e que o appellante foi aggravado pelo juiz, assim o determinem: e não mandem tornar o feito ao juiz de que foi appellado, mas vão por elle em diante, e o determinem finalmente, como acharem por direito, salvo si o appellante, e o appellado ambos requererem, que se torne o feito á terra perante o juiz, de que foi appellado, porque então se tornará, e será assignado termo, a que o vão lá seguir.

1. E achando que foi mal appellado, e que o appellante não aggravado pelo juiz, assim o julguem, e condemnem o appellante nas custas da appellação, e assignem termo ás partes, a que tornem seguir seu feito perante o juiz, de que foi appellado, e mandem ao juiz que vá pelo feito em diante, e o determine finalmente como fôr direito, salvo si o appellado quizer antes litigar, e proseguir seu feito perante os juizes da appellação, porque então ficará o feito perante elles, e não tornará mais á terra.

SECÇÃO XV

*Dia de apparecer*

**Ord. liv. 3 tit. 68 § 2.** E quando o appellante sómente apparecer ao termo com sua appellação, e o appellado não vier, será esperada tres dias além do termo, que lhe foi assignado.

E não vindo passados os tres dias o appellante o faça apregoar na audiencia, e á sua revelia se procederá na causa da appellação.

E si acharem que appellou bom, ficará o feito perante os juizes da appellação, o procederão nelle, e o determinarão finalmente como acharem por direito.

E achando que foi mal appellado, não procederão mais no feito, e o remettão ao juiz de que foi appellado, mandando-lhe que proceda nelle, e o determine finalmente sem embargo da dita appellação, que delle foi mal interposta.

3. E vindo o appellado proseguir a appellação ao termo, que lhe fôr assignado, e não vindo o appellante por si nem por outrem com a appellação, e fazendo o appellado certo aos juizes della por instrumento publico do dia de apparecer ou carta testemunhavel do termo, que lhes foi assignado para seguirem a appellação, e passados os tres dias de côrte além do termo, e sendo o appellante pregoadado, haverão os juizes da alçada a appellação por deserta e não seguida, e condemnarão ao appellante nas custas do dia de apparecer, e mandarão ao juiz, de que foi appellado, que proceda no feito, e o determine finalmente.

Porém, si o appellante que foi revel, fôr autor, não seja recebido a proseguir a demanda, até pagar ao appellado todas as custas do dia de apparecer.

4. E si a sentença de que fôr appellado fôr deffinitiva, e as partes ambas apparecerem ao termo perante os juizes da appellação por si ou por seus sufficientes procuradores, procedão os juizes da appellação no feito, e o determinem finalmente como fôr direito.

5. E quando o appellante sómente apparecer ao termo com sua appellação, e o appellado não vier, será esperado tres dias além do termo, que lhe foi assignado, e não vindo passados os ditos tres dias o appellante o faça apregoar na audiencia, e á sua revelia se proceda na causa da appellação, e os juizs da appellação determinaráo o feito finalmente como acharem por direito.

6. E vindo o appellado proseguir sua appellação ao termo, que lhe foi assignado, e não vindo o appellante por si, nem por seu procurador (onde procurador deve ser recebido), e fazendo o appellado certo aos juizes da appellação, do termo, que a elle, e ao appellante foi assignado para virem seguir sua appellação por instrumento publico do dia de apparecer ou carta testemunhavel, e passados tres dias de côrte depois do termo passado, serão perguntados os escrivães e distribuidores na audiencia pelo porteiro, si tem a dita appellação, declarando-lhes o lugar donde é, e sobre que, e os nomes das partes.

E quando se não achar, fação apregoar o revel na audiencia, e lhe dêo termo á revelia até a primeira audiencia, na qual o tornarão outra vez a pregoar, e não apparecendo por si, nem por seu procurador, ou não mandando a appellação, a hajão por deserta e não seguida, e condemnaráo ao appellante nas custas do dia de apparecer, e não será o appellante mais recebido a proseguir a dita appellação, e mandarão que a sentença de que fôr appellado se cumpra, e se dê á execução, salvo si o appellante allegar e provar justo, e legitimo impedimento, porque não pudesse ir á côrte com a dita appellação, nem envia-la por outrem.

E achando-se depois que a appellação era em mão de cada um dos sobreditos escrivães ou distribuidor ao tempo, que fôrão perguntados, e o não disse, em tal caso hajão a sentença da deserção por nenhuma, e por ella se não faça obra, e toda a perda e damno, que a parte por elle receber, pague-a o escrivão, e mais perderá o officio; e o chanceller o faça assim cumprir e executar.



**Reg. de 3 de Jan. de 1833 : Art. 59.** Quando se apresentar na relação instrumento de dia de apparecer, o desembargador, a quem fôr distribuido fará observar o que se acha determinado na Ord. liv. 3 tit. 68 §§ 3, 4 e 6 para o preparo do processo, e concluidas as diligencias ahi especificadas, se procederá a julgar deserta e não seguida a appellação, pela forma estabelecida nos arts. 29 e 30 deste regulamento.

**Decr. de 12 de Nov. de 1873 : Art. 27.** Fica abolido o instrumento do dia de apparecer.

#### SECÇÃO XVI

##### *Prazo para a apresentação das appellações*

**Decr. de 12 de Nov. de 1873 : Art. 20.** O prazo dentro do qual devem subir os autos á instancia superior, para o julgamento da appellação será:

1.º De 10 a 30 dias, conforme a distancia da parochia, si a appellação fôr interposta de sentença do juiz de paz ;

2.º De 30 dias, si a appellação fôr interposta de sentença proferida pelo juiz municipal do termo, em que o juiz de direito residir, ou pelo juiz de direito de comarca especial ;

3.º De 2 mezes, si a sentença fôr proferida por juiz municipal de outro termo da comarca ;

4.º De 3 mezes, si a sentença fôr do juiz de direito da qualquer comarca geral da provincia, em que a relação estiver, excepto as de Goiaz e Mato-grosso ;

5.º De 4 mezes, si a sentença fôr de juiz de direito de qualquer comarca geral de Goiaz e de Mato-grosso, ou de provincia, em que não estiver a relação.

**Art. 21.** Estes prazos decorrem da data da publicação do despacho, pelo qual fôr recebida a appellação ; são communs a ambas as partes, não se podem prorogar ou restringir, nem se interrompem pela superveniencia das ferias.

SEÇÃO XVII

*Deserção da appellação*

**Ord. liv. 3. tit. 68 § 7 :** Outro si porque nossa tenção é prover os appellantes por alguma maneira, que de tôdo não percão o seu direito, si o tiverem, posto que em apresentarem, e seguirem suas appellações, sejam em alguma parte negligentes, havemos por bem que no caso, onde o appellado vier com o dia de apparecer ao termo devido, e a revelia do appellante houver sentença, porque seja a appellação havida por deserta, e não seguida pelos juizes da appellação, e porque mandem cumprir a sentença de que foi appellado, posto que a sentença seja feita e assignada, e passe pela chancellaria, si antes que a parte se vá com ella do logar, onde a corte estiver, vier o appellante com a appellação, que os juizes da appellação lh'a recebam sem embargo da sentença ser contra elle dada pelo dia de apparecer, pagando primeiro á outra parte todas as custas, que si fizerão sobre o dia de apparecer, e desembarguem esse feito da appellação, como fôr direito.

E isto não haverá logar nas appellações dos moradores no logar, onde a nossa côrte ou casa da supplicação ou do porto tiverem em que as ditas appellações se hão de tratar, porque esses poderão purgar suas revelias, antes que as sentenças passem pela chancellaria.

E depois que a sentença passar á mão da parte ou de seu procurador, não serão mais recebidos a purgar suas revelias, nem mais ouvidos sobre isso.

8. E isto que dissemos, que será havida a appellação por deserta, quando o appellante a não proseguir, e o appellado faz certo della pelo dia de apparecer, não haverá logar nos feitos crimes, em que a justiça haja ou possa haver logar, porque em taes casos, posto que o appellante não prosiga a appellação, o juiz de que foi appellado a enviará á côrte.

E isto se fôr appellado da sentença definitiva, ou de tal

interlocutoria, de que segundo nossas ordenações o juiz appellaria, quando a parte não appellasse.

E os ouvidores dos feitos crimes desembargarão o feito pelos autos da appellação, a não por o dito dia de apparecer sómente.

**Deer. de 13 de Nov. de 1873 : Art. 22.** Si dentro do prazo assignado pelo juiz de paz na appellação da sentença por elle proferida, não se tiverem expedido os autos para a instancia superior, será citado o appellante para dizer em 24 horas, que correrão em cartorio, sobre o impedimento, que teve para o seguimento da appellação.

**Art. 23.** Com a resposta do apelante e provas *in continenti* produzidas, ou sem ellas, o juiz de paz proferirá sua sentença julgando dezerta a appellação, ou assignando novo prazo para a expedição dos autos.

**Art. 24.** Na deserção da appellação interposta das sentenças do juiz municipal ou de orphãos para o juiz de direito, ou do juiz de direito para a relação, observar-se-ha o disposto nos artigos 657 a 660 do regulamento n. 737 de 25 de Novembro de 1850.

**Art. 25.** Considerão-se impedimentos attendiveis, para ser o appellante relevado da deserção da appellação :

- 1.º Os casos fortuitos ;
- 2.º Doença grave do appellante ;
- 3.º Prisão do appellante ;
- 4.º Embaraço do juizo ;
- 5.º Obstaculo judicial opposto pela parte contraria.

**Art. 26.** Compete aos juizes municipaes o processo da deserção da appellação nas causas do julgamento dos juizes de direito até a sentença da dezerção exclusivamente.

**Decr. de 25 de Nov. de 1850: Art. 657.** Para o julgamento da deserção deverá ser citado o appellante ou seu procurador, nos termos do artigo 722, para dentro de 3 dias allegar embargos de justo impedimento.

**Art. 658.** Só poderá obstar o lapso do tempo para o seguimento da appellação doença grave e prolongada do appellante, peste e guerra, que impeção as funcções dos juizes ou relações respectivas, ou algum impedimento legal.

**Art. 659.** Ouvido o appellado sobre a materia dos embargos por 24 horas, si o juiz relevar da deserção o appellante, lhe assignará de novo para a remessa dos autos outro tanto tempo, quanto fôr provado que esteve impedido.

**Art. 660.** Si o juiz não revelar da deserção o appellante, ou si findo o novo prazo não tiverem sido ainda remettidos os autos para a instancia superior, será a sentença executada.

#### SECÇÃO XVIII

##### *Allegações e provas na causa da appellação não dadas na causa principal*

**Ord. liv. 3 tit. 83 :** As partes litigantes podem allegar e provar na causa da appellação qualquer razão nova, que em outra instancia não tenha allegado, e fazer artigos na fórmula, que se diz no titulo 20: *Da ordem do juizo*; e si lhe não fôrem recebidos não vierem com elles no termo, que para isso se lhes assignar, não poderão jámais haver outro termo, e serão delles lançados, e sendo-lhes recebidos por desembargo, assignarão termo á parte para os contrariar e não haverá mais artigos de uma, nem da outra parte.

1. E será avisado assim o appellante, como o appellado,

quando a primeira vez cada um houver vista da appellação, ou do feito do agravo, que não faça artigos em lugar das razões, sómente allegue de seu direito por razões, e nellas poderá allegar a razão, de que quer fazer artigos.

E fazendo o contrario, o procurador que o fizer, pague dous mil réis para as despezas da relação, e mais os artigos lhe sejam contados por razões, e mande dar a vista neste caso dos ditos artigos á outra parte, e não sendo de receber, seja o feito sentenciado, sem elle haver vista para razoar.

2. E sendo na primeira instancia sobre alguma razão, que fôsse recebida, dado prova e ahi acabada, e publicada, não serão as partes na causa da appellação, ou agravo, recebidas a dar mais prova de testemunhas, porque seria causa de se fazerem falsidades, e de se induzirem, e sobornarem testemunhas.

Porém, se quizerem offerecer escripturas na causa da appellação, ou agravo para os artigos, a que já foi dada prova, e de que já erão lançados na primeira instancia, pode-las-hão offerecer, porque nas escripturas cessa a razão do temor da subor-nação, que ha nas testemunhas.

3. E si os superiores na causa da appellação, ou agravo mandarem, por metter o feito em ordem, que fação libello, e fizerem contrariedade, replica, e treplica, que sejam conformes á aução intentada na primeira instancia, neste caso não se dará mais lugar á prova, e se julgará pelo provado na primeira instancia, salvo se nos artigos, que assim na causa da appellação ou agravo fôrem feitos, fôr recebido algum outro de outra materia, de que não foi articulado na primeira instancia, nem dado lugar á prova, porque então se dará lugar á prova ao dito artigo e á contrariedade, que sómente haverá.

SEÇÃO XIX

*Competencia para o julgamento da appellação*

**Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 123.** A relação do districto compete o conhecimento de todas as appellações das sentenças civeis definitivas ou interlocutorias com força de definitivas, proferidas pelos juizes de direito especiaes do civel, pelos juizes de orphãos ou municipaes.

As relações terão alçada nas causas civeis até 150\$ reis em bens de raiz e 300\$ réis em bens moveis.

**Decr. de 15 de Març. de 1842 : Art. 8.** Compete ás relações do districto.

§ 1. Conhecer das appellações civeis das sentenças definitivas, proferidas pelos juizes do civel, municipal ou de orphãos.

**Decr. de 12 de Nov. de 1873 : Art. 1.** Aos tribunaes de relação compete conhecer... das appellações interpostas das sentenças dos juizes de direito.

**Art. 2.** Aos juizes de direito compete conhecer... das appellações interpostas... das sentenças dos juizes inferiores.

**Art. 8.** Interpõe-se a appellação :

§ 1. Para a relação do districto, das sentenças proferidas pelos juizes de direito de quasquer comarcas nas causas de valor excedente a 500\$ réis.

§ 2. Para o juiz de direito de comarca especial, das sentenças dos juizes de paz no julgamento final das causas de valor até 100\$, ou sobre locação de serviços de colonos.

§ 3. Para o juiz de direito de comarca geral, das sentenças de juizes de paz no julgamento das causas mencionadas no paragrapho antecedente, e dos juizes municipaes e de orphãos nas causas de mais 100\$ até 500\$000.

**Art. 9.** Nas causas que ao juizes de paz, mnnicipaes, ou de orphãos, e aos juizes de direito das comarcas geraes compete julgar, admitte-se appellação por menor que seja o valor da demanda.

SECÇÃO XX

*Julgamento da appellação nas relações*

**Disp. prov. : Art. 18.** Os processos... das appellações, em todas as relações, regular-se-hão pelas duas especies do processo, que tem logar no supremo tribunal de justiça, e sempre em sessão publica.

**Decr. de 15 de Març. de 1843: Art. 30.** As appellações das sentenças definitivas ou interlocutorias com força de definitivas, proferidas pelos juizes do civil, pelos municipaes ou de orphãos, serão processadas e julgadas nas relações dos respectivos districtos, na fórmula dos artigos 15, 18 e 19 da disposição provisoria e regulamento de 3 de Janeiro de 1833, artigos 47 e seguintes.

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 47.** As appellações das causas civeis serão interpostas por algum dos meios declarados no artigo 15 do titulo unico da disposição provisoria ácerca da administração da justiça civil, e essa interposição deverá ser feita no termo de 10 dias improrogaveis, e contados do dia da publicação, estando presente a parte vencida ou seu procurador, ou da intimação da sentença, quando se não acharem presentes; o que tudo será declarado pelo escrivão no termo da publicação.

**Art. 48.** Interpostas estas appellações e intimadas as outras partes ou seus procuradores, seguir-se-ha ácerca da avaliação da causa do recebimento em um ou em ambos os effeitos, e da atempação, o que se acha determinado nas leis em vigor.

**Art. 49.** Recebida e atempada a appellação, o escrivão remetterá os autos pelo correio, havendo-o, ao secretario da relação, e juntará ao traslado dos autos o conhecimento da remessa.

**Art. 50.** Si a appellação fôr interposta no lugar em que estiver a relação, a remessa se fará independente de traslado, salvo no caso de ter sido recebida no effeito devolutivo sómente.

**Art. 51.** Tanto os autos, como o traslado serão sellados á custa do appellante, e não se fará a remessa sem que este tenha pago o sello, imputando-se-lhe a demora que por essa causa houver.

**Art. 52.** Todas as providencias que fôrem necessarias para activar e effectuar os actos, e diligencias do expediente da appellação, e da remessa dos autos, serão dadas pelos juizes, que tiverem proferido as sentenças, os quaes decidirão as duvidas suscitadas pelas partes ou pelo escrivão.

**Art. 53.** Recebidos pelo secretario os autos, os apresentará na primeira conferencia, e o presidente por seu despacho mandará dar vista ás partes para arrasoarem, concedendo a cada uma dellas o prazo de 15 dias.

**Art. 54.** Este termo será improrogavel; correrá em prejuizo de qualquer das partes, tenham ou não constituido procurador, e sem precisão de lançamento: findo elle, o escrivão independente de despacho do presidente ou do sollicitação da parte, cobrará os autos com as allegações ou sem ellas, e fará seguir os devidos termos.

**Art. 55.** Findos os termos assignados ás partes para arrasoarem, o escrivão fará os autos conclusos ao presidente, o qual



os distribuirá ao desembargador, a quem tocar, e então se seguirá no despacho da appellação o disposto nos artigos 29 e 30 deste regulamento.

**Art. 56.** Proferida a sentença e publicada na audiencia da relação, será extrahida do processo e irá transitar na chancellaria, onde poderá ser embargada nos restrictos termos da Ordenação do liv. 3 tit. 87 § 4.

**Art. 57.** Para se apresentar os embargos á chancellaria, se requerá faculdade ao presidente da relação, o qual concederá o praso improrogavel de cinco dias; quando porém a parte vencedora se demore por mais de 15 dias, em fazer extrahir a sentença, o desembargador, a quem fôra distribuido o feito, permittirá sobre informação do escrivão, que declare não ter a parte requerido extracção da sentença ou não tê-la procurado depois de prompta, que os embargos sejam offerecidos nos proprios autos, concedendo para isso o mesmo praso acima declarado.

**Art. 58.** Vindo a parte com embargos na chancellaria ou nos proprios autos na fórma dos artigos antecedentes, o escrivão fará os autos conclusos ao desembargador a quem o feito fôra distribuido, o qual concederá para impugnação e sustentação, cinco dias improrogaveis a cada uma das partes, e tornando-lhe os autos conclusos com a impugnação e sustentação, ou sem ellas, quando as partes as não apresentem no termo que lhes é concedido, seguir-se-ha para a decisão dos embargos, o mesmo que se acha estabelecido nos arts. 29 e 30 deste regulamento.

**Lei de 2 de Jun. de 1834: Art. 1.** O artigo 18 da disposição provisoria ácerca da administração da justiça civil, sancionada pela lei de 29 de Novembro de 1832, continuará a observar-se com a seguinte alteração.

**Art. 2.** Os processos civeis, ora pendentes por appellação nas relações do imperio, e aos que de novo se fôrem distribuindo,

serão vistos e examinados e julgados por 5 juizes, dividindo-se para esse fim em secções as mesmas relações, si assim convier.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 30.** Os feitos cíveis serão vistos e julgados na relação por tres juizes, inclusive o relator, que deverá fazer por escripto o relatorio da causa estabelecida pelo regulamento n. 1597 do 1º de Maio de 1855, seguindo-se os demais termos desde o artigo 39 até o artigo 44 do citado regulamento.

§ 1. A excepção do desembargador procurador da corôa da relação da côrte, os das outras relações entrarão na ordem de julgadores do respectivo tribunal, sujeitos á distribuição dos feitos em que não tenham de intervir como promotores da justiça, ou como procuradores da fazenda nacional.

§ 2. O juiz do feito o apresentará com o relatorio dentro de 40 dias, contados daquelle em que lhe fôr distribuido; podendo o presidente da relação prorogar este prazo, á seu prudente arbitrio, por mais 20 dias.

§ 3. Os juizes revisores terão sómente 20 dias, cada um para a revisão, os quaes do mesmo modo podem ser prorogados até 30.

**Decr. de 1 de Mai. de 1855: Art. 30.** Interposta, recebida e seguida a appellação, o secretario do tribunal lavrará termo de recebimento, e apresentará ao presidente, que por seu despacho mandará dar vista ás partes para arrazoarem, concedendo o prazo improrogavel de 10 dias a cada uma, seja ella singular ou collectiva.

**Art. 40.** Findos os termos, e independente de despacho ou solicitação das partes o escrivão cobrará os autos com as allegações ou sem ellas para proceder-se á distribuição do relator.

**Art. 41.** O relator antes de tudo examinará, si o feito está nos termos de ser proposto, e por seu despacho ordenará as diligencias precisas, como pagamento de direitos, nomeação e audiencia do curador, inquirições, exames ou vistorias.

**Art. 42.** Também compete ao relator processar e julgar as habilitações que sobrevierem.

**Art. 43.** Estando a causa em termos de ser proposta, o relator a entregará em conferencia ao desembargador immediato em antiguidade com o relatorio escripto, em o qual não revelará seu voto.

**Art. 44.** O desembargador immediato, tendo examinado o processo, o apresentará ao presidente que marcará o julgamento para a mesma conferencia ou para a seguinte.

**Reg. de 2 de Mai. de 1874: Art. 128.** O processo das appellações civeis nas relações será o estabelecido para as appellações criminaes, com as seguintes differenças: (\*)

§ 1. Os autos não serão sujeitos a distribuição senão depois de pago o respectivo preparo.

§ 2. Só terão voto no julgamento o juiz relator, e os dois juizes revisores; podendo porém todos os membros do tribunal discutir ou elucidar a materia.

#### SECÇÃO XXI

##### *Embargos ao accordão de relação*

**Reg. de 2 de Mai. de 1874: Art. 130.** Só si admittem embargos aos accordãos da relação proferidos em causas civeis, em grão de appellação ou de execução, e nos processos criminaes a que se referem os artigos 90 a 105.

---

(\*) Vide o processo desse julgamento que irá adiante.

**Art. 157.** Não são admittidos segundos embargos, salvo os de declaração e de restituição *in integrum*.

**Art. 158.** A sentença pôde ser embargada pela parte no termo de cinco dias contados da data da intimação.

**Art. 159.** O juiz relator mandará dar vista ás partes, por 10 dias cada uma, quer singular quer collectiva, para impugnar ou sustentar os embargos.

**Art. 160.** Nas causas civeis os embargos serão julgados pelos mesmos juizes que proferirão o accordão embargado.

**Art. 161.** Nos processos crimes (artigos 90 a 105) os embargos serão julgados por todos os desembargador presentes, embora em numero inferior ou diverso dos que proferirão o accordão embargado.

**Art. 162.** Quanto aos demais termos do processo dos embargos seguir-se-ha o que fôr applicavel e se dispõe no artigo 128 ácerca das appellações, e nos artigos 661, 662 e 664 do decreto n. 737 de 25 de Novembro de 1850.

**Reg. de 25 de Nov. de 1850: Art. 681.** Apresentados os autos ao secretario da relação, será ali a causa entre as partes discutida e julgada pela forma determinada para o julgamento das appellações nas causas civeis pelo regulamento de 3 de Janeiro de 1833 com as modificações estabelecidas neste regulamento.

**Art. 682.** As sentenças proferidas nas relações poderão ser embargadas dentro de dez dias (artigo 369) pedindo o embargante vista dos proprios autos ao relator do feito, que a dará por cinco dias ao embargante, seja a parte singular ou collectiva, seguindo a discussão dos embargos a forma determinada no artigo 644.

**Art. 663.** Estes embargos podem ser modificativos ou refringentes do julgado: nelles poderá allegar-se qualquer nulidade nos termos do cap. 1 tit. 2, das nullidades, e quanto á materia de facto só poderão ser offerecidos sendo acompanhados de prova litteral incontinente. Além dos referidos embargos serão ainda admissiveis os de restituição.

**Art. 664.** Os mesmos juizes que assignarão o accordo embargado, conhecerão destes embargos, e dos de declaração, ou de restituição de menores, havendo-se no julgamento de todos elles a fórmula seguida para o dos embargos nas causas civeis (regulamento de 3 de Janeiro de 1883).

#### SECÇÃO XXII

##### *Embargos na chancellaria*

**Decr. de 18 de Març. de 1835.** A regencia permanente ha por bem declarar, que admittidos os embargos na chancellaria, sejam estes remettidos aos juizes respectivos da relação com os outros, para julgarem como entenderem, tomando ou não conhecimento dos mesmos embargos, sem que entretanto corra o tempo designado pela lei para o seguimento e apresentação da revista.

**Decr. de 4 de Març. de 1841: Art. 1.** A disposição do artigo 57 do regulamento de 3 de Janeiro de 1833, que define os casos, em que póde offerecer-se nos proprios autos embargos ás sentenças, comprehenderá a hypothese, em que a parte vencedora, não obstante haver feito extrahir sentença, e te-la procurado depois de prompta, deixar de leva-la á chancellaria, dentro do prazo de 15 dias, estabelecido no mencionado artigo.

**Art. 2.** Logo que a parte vencida obtiver do magistrado, a quem o feito estiver distribuido, despacho para embargar a

sentença nos proprios autos, em consequencia de ter-se verificado a hypothese mencionada no artigo antecedente, requererá, com certidão d'elle, ao presidente da relação, que não admitta mais a sentença a transitar na chancellaria.

**Art. 3.** O requerimento, de que trata o artigo antecedente, depois de despachado pelo presidente da relação, deverá ficar em poder do escrivão da chancellaria, e juntar-se-ha á sentença a todo o tempo que ali seja apresentada, para o fim de saber-se o motivo por que não foi admittida a transitar. A sentença será recolhida com o requerimento á caixa da chancellaria até decisão dos embargos, depois da qual poderá entregarse á parte.

**Art. 4.** Fica nesta parte sómente declarado e ampliado o Regul. de 3 de Janeiro de 1833.

**Lei de 5 de Out. de 1869: Art. 1.** Fica abolido o transito pela chancellaria das relações das sentenças, precatorias, alvarás, mandados, e quaesquer outros actos forenses de qualquer juizo ou tribunal.

**§ unico.** Os embargos ao accórdão das relações serão oppostos dentro dos cinco dias, contados da publicação ou intimação, requerendo-se para elles vista ao juiz relator.

### CAPITULO III

#### REVISTA

#### SECÇÃO I

##### *Competencia para concessão da revista civil e casos d'ella*

**Const. Art. 163.** Na capital do imperio haverá um tribunal com a denominação de supremo tribunal de justiça, composto de juizes letrados tirados das relações por suas antiguidades.

**Art. 161.** A este tribunal compete :

§ 1.º Conceder ou denegar revistas nas causas, e pela maneira que a lei determinar. (\*)

**Lei de 18 de Set. de 1828 : Art. 5. § 1.** Ao tribunal (supremo de justiça) compete conceder ou denegar revista nas causas pela maneira que esta lei determina.

**Disp. prov. : Art. 19.** Das sentenças proferidas nas relações do imperio não haverá mais agravos ordinarios de umas para outras relações, e só se admittirá revista nos casos em que as leis a permittem.

**Lei de 18 de Set. de 1828 : Art. 6.** As revistas sómente serão concedidas nas causas civeis e criminaes, quando se verificar um dos dous casos; manifesta nullidade ou injustiça notoria nas sentenças proferidas em todos os juizos em ultima instancia.

**Art. 7.** As revistas não suspendem a execução das sentenças (civeis).

**Lei de 30 de Dez. de 1830 : Art. 5.** Nos dous casos de manifesta nullidade ou injustiça notoria, pode interpor-se revista, na conformidade dos artigos 6 e 16 da lei de 18 de Setembro de 1828, das sentenças proferidas em ultima instancia em todos os juizos, ainda privilegiados, excepto os do senado e supremo tribunal de justiça.

**Art. 7.** Estas e todas as outras causas, em que o tribunal conceder revista, serão julgadas nas relações provinciaes, conforme o artigo 16 da citada lei (de 18 de Setembro de 1828) e o

---

(\*) No nosso antigo regimen de judicatura a revista era uma graça especial do soberano, e não um recurso ordinario do processo: regulava-se pela Ord. liv. 3 tit. 95.

processo, tanto para a interposição, como para a apresentação será o mesmo estabelecido no artigo 8, e seguintes.

**Lei de 30 de Dez. de 1830: Art. 8.** Os dous casos de manifesta nullidade e injustiça notoria só se julgarão verificados nos precisos termos da carta de lei de 3 de Novembro de 1768 §§ 2 e 3, o quando occorrerem casos taes, e tão graves e intrincados, que a decisão de serem ou não comprehendidos nas disposições desta lei se faça duvidosa no tribunal, solicitará elle as providencias legislativas pelo intermedio do governo.

**Lei de 3 de Nov. de 1768 § 2.** E para que em um ponto de tanta importancia, que delle depende a tranquillidade publica dos meus vassallos, hajão certas e infalíveis regras que qualifiquem e fixem as sobreditas nullidade manifesta e notoria injustiça, que hajão de servir de fundamento aos recursos revisorios, mando que estas sómente se possam julgar taes nos casos literalmente expressos nos dous preambulos das ditas Ord. liv. 3 tit. 75, e tit. 95, concordando-se ambos os sobreditos preambulos para o dito effeito; e reduzindo-se aos casos nelle expressos o § 1 do referido tit. 95 nas palavras: *E sendo ambos conformes em parecer que a sentença não foi justamente dada*; e aos §§ 32 e 35 do regimento de desembargo do paço nas outras palavras, que até agora se tomarão por pretexto para as sobreditas concessões abusivas; e isto sem interpretação ou modificação alguma qualquer que ella seja.

§ 3. E porque sobre os termos, em que a sentença se deve julgar notoriamente injusta, pelo principio de serem proferidas contra direito expresso, ha tambem diversas opiniões que têm constituido perplexidade no direito das partes, e contrariedade nas decisões; determino, que o direito expresso, de que se trata nas referidas leis, deve ser o direito patrio dos meus reinos, e não as leis imperiaes, ou direito civil, de que resultaria a mesma perplexidade do dominio e incerteza do direito das



partes, que é da minha paternal intenção evitar quanto possível fôr; e isto não obstante a outra Ord. liv. 3 tit. 64.

**Decr. de 15 de Març. de 1842 : Art. 32.** Não se dará recurso, ainda mesmo de revista, das sentença proferidas em causa, cujo valor couber na alçada dos juizes que as houverem proferido. (\*)

## SECÇÃO II

### *Interposição da revista*

**Lei de 18 de Set. de 1828 : Art. 8.** A parte que quizer usar do recurso de revista, fará disso manifestação por si ou por seu procurador ao escrivão, que a reduzirá a termo assignado pela parte ou seu procurador e duas testemunhas.

**Art. 9.** Esta manifestação será feita dentro de 10 dias da publicação de sentença e logo intimada á parte contraria.

**Art. 18.** O procurador da corôa e soberania nacional pôde intentar revista das sentenças proferidas entre partes, tendo passado o praso que lhes é concedido para a intentarem; mas neste caso a sentença da revista não aproveitará áquelles que pelo silencio approvárão a decisão anterior.

**Lei de 20 de Dez. de 1830 : Art. 9.** A interposição da revista por meio da manifestação, de que trata o artigo 8 da referida lei (de 18 de Setembro de 1828), pôde ser feita por qualquer procurador, ou seja bastante ou geral, ou seja particular, dos que estiverem autorizados para o proseguimento do feito na instancia, em que se proferia a sentença de que a revista se interpuzer.

**Art. 10.** O termo dos dez dias fixados para a manifestação da revista é preremptorio e improrogavel, sem embargo de

---

(\*) Vide adiante: Tit. XVIII.

qualquer restituição, todavia os erros commettidos pelos escriptores dos juizos, de que se interpuzer a revista, ou pelo secretario do tribunal, não pejudicarão as partes que tiverem cumprido com as disposições legaes.

**Art. 11:** No caso de se provarem taes erros perante o tribunal, deferirá este ao direito das partes como si não existissem, salvo a responsabilidade dos que os tiverem commettido.

**Art. 12.** As revistas que tiverem sido denegadas por motivo dos mencionados erros admittirão novo conhecimento para se deferir como fôr justo, com tanto que as partes, tanto neste caso como no do artigo 6, o requeirão na côrte e provincia do Rio de Janeiro dentro de 30 dias; de um anno nas provincias de Mato-grosso, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará, e de 8 mezes nas demais provincias, contados da publicação da presente resolução.

**Art. 13.** Si a parte, contra quem se proferir sentença em ultima instancia, morrer antes de se findarem os 10 dias sem ter interposto a revista, nem consentido no julgado, sendo moradora no lugar do juizo ou sabendo-se nelle do seu fallecimento dentro dos ditos 10 dias, passará aos herdeiros o direito de a interpôr.

**Art. 14.** Os herdeiros neste caso farão a manifestação dentro dos 10 dias depois da publicação da sentença porque fôrem habilitados, perante o juiz ou relação, que julgára a causa principal.

Si a parte que fallecer não fôr moradora no lugar nem nelle se tiver noticia do fallecimento dentro dos 10 dias, valerá a interposição da revista feita pelo seu procurador; e si este a não interpuzer, passará o direito de a interpôr aos herdeiros, na forma acima declarada.

**Art. 13.** A intimação da manifestação, quando a parte contraria não residir, ou não estiver no lugar, pôde ser feita na pessoa do procurador, nos termos do artigo 9.

Si a parte tiver sido revel, e não estiver no lugar do juizo, e nem tiver constituido procurador, não é preciso a intimação.

**Art. 26.** Todas as providencias, que fôrem necessarias para o escrivão tomar o termo da manifestação, no caso de repugnar, e para fazer o traslado ou remessa, bem como para todos os mais actos e diligencias preparatorias, serão requeridas aos presidentes das relações, tribunaes ou aos juizes de primeira instancia, que tiverem proferido as sentenças.

**Art. 27.** Quando a revista fôr intentada pelo procurador da corôa, soberania e fazenda nacional, se procederá do modo declarado no artigo 8 e seguintes da lei (de 18 de Setembro de 1828), sendo, porém, a intimação feita sómente á parte vencedora, e não á vencida, a quem se não dará vista para arrasoar.

**Decr. de 17 de Jul. de 1838 : Art. unico.** Nem a carta de lei de 18 de Setembro de 1828, nem outra alguma legislação posterior comprehende no termo marcado para a interposição, seguimento e apresentação dos recursos de revista os que não puderem ter sido interpostos, seguidos e apresentados no mencionado termo, em consequencia de guerra ou de outro qualquer acontecimento, que haja suspendido o exercicio legitimo da autoridade publica.

### SECÇÃO III

#### *Rasões e seguimento dos autos*

**Lei de 18 de Set. de 1828 : Art. 10.** Intesposto o recurso da revista, as partes no termo de 15 dias arrasoarão por escripto sobre a nullidade ou injustiça, que servir de

fundamento ao dito recurso sem novos documentos ; e juntas as razões aos autos, serão estes, ficando traslado, remettidos ao secretario do tribunal supremo, onde serão apresentados na corte e provincia do Rio de Janeiro dentro de 4 mezes ; de 1 anno nas provincias de Goiaz, Mato-grosso, Ceará, Piaui, Maranhão e Pará ; e de 8 mezes nas demais provincias, contados do dia da interposição do recurso.

**Lei de 31 de Ag. de 1829 : Art. 6.** O termo de 15 dias para arrazoar por escripto depois de interposto o recurso da revista na fórma do artigo 10 da lei de 18 de Setembro de 1828, é concedido por inteiro e improrogavelmente a cada uma das partes, ou ellas sejam singulares ou collectivas.

**Lei de 30 de Dez. de 1830 : Art. 21.** O escrivão continuará á vista dos autos ao promotor da justiça e ao procurador da corôa, soberania e fazenda nacional, nos casos em que o deve fazer, para arrazoarem, ficando a seu cargo cobra-los irremessivelmente, logo que finde o termo da lei e da resolução de 31 de Agosto de 1831.

**Art. 22.** Si ambas as partes ou alguma dellas, depois de feita a manifestação e intimação, deixarem de arrazoar por escripto, não se deixará por esse motivo de conhecer do merecimento do recurso.

**Art. 23.** Depois de preparados os autos com as razões ou sem ellas, e feito o traslado, o escrivão os remetterá ao secretario do tribunal pelo correio, pago o porte pelo recorrente, e da remessa se ajuntará conhecimento ao traslado.

**Art. 24.** No lugar, em que estiver o tribunal a remessa dos autos se fará independente de traslado, o que sómente so tirará depois que fôr concedida a revista ; sendo para esse fim remettidos ao escrivão competente, que, tirado o traslado, os reenviará ao secretario do tribunal para serem remettidos á relação, que o tribunal tiver designado.

**Art. 25.** Tanto os autos como o traslado serão sellados á custa do recorrente, não se fazendo a remessa sem que este tenha pago o sello e o porte no correio, e imputando-se-lhe a demora que por essa causa houver.

O escrivão será responsavel, si fizer a remessa sem sello, mas não se deixará de conhecer do recurso.

#### SECÇÃO IV

##### *Habilitação de herdeiros na revista*

**Lei de 20 de Dez. de 1830: Art. 19.** Si nesse tempo (depois de feita a manifestação do recurso e a intimação, fallecer algumas das partes, sendo moradora no lugar do juizo, ou sabendo-se do fallecimento dentro do prazo de 15 dias, proceder-se-ha á habilitação dos herdeiros perante o juizo da sentença; e não se contará no tempo concedido para a apresentação o que se consumir na habilitação.

**Art. 18.** Quando a parte fallecida não fôr moradora no lugar, e se não tiver noticia do fallecimento dentro do dito prazo, não se poderá depois allegar o fallecimento para se invalidarem os actos praticados antes de ser sabido.

**Art. 20.** Si depois de feita a manifestação do recurso e a intimação fallecer o procurador de alguma das partes antes de arrazoar, ou por molestia, prisão ou grave impedimento se impossibilitar, não sendo a parte moradora no lugar do juizo, não correrão os dias que faltarem para o termo, sinão depois que fôr citada para constituir novo procurador, em prazo razoavel.

**Decr. de 26 de Abr. de 1838: Art. 1.** Fallecendo alguma das partes litigantes depois de terem subido os autos ao tribunal supremo de justiça para a decisão de revista que

haja interposto, não terá lugar a habilitação do herdeiro, enquanto estiverem no mesmo tribunal.

**Art. 2.** Depois de concedida a revista será a habilitação feita perante a relação revisora. (\*)

SECÇÃO V

*Renuncia da revista*

**Decr. de 20 de Set. de 1833: Art. 6.** Aos impetrantes de revista, depois de sua manifestação, é licito renunciar o direito ao seguimento della em qualquer estado, em que se ache antes da sentença da relação revisora.

**Art. 7.** A renuncia será manifestada por termo assignado pela parte ou por seu procurador, o duas testemunhas, e este termo será mandado tomar pelo juiz da causa principal, em que se proferiu a sentença de que se interpôz a revista, quando fôr de um só juiz, e pelo presidente da respectiva relação, quando nella tiver sido proferida a sentença, tanto antes como depois de se haverem expedidos os autos para o tribunal supremo de justiça.

**Art. 8.** No caso de estarem já os autos no tribunal supremo de justiça ou na relação revisora, o de se apresentar naquella ou nesta o requerimento da renuncia ou de desistencia, mandará tomar o termo o juiz a quem os autos tiverem sido distribuidos.

**Art. 9.** Si a renuncia fôr de revista interposta de sentença de algum dos juizes singulares extinctos, poderá mandar tomar termo, na conformidade do artigo 7, o juiz perante quem correr a execução.

---

(\*) Vide adiante: Tit. XVII cap. II.

**Art. 10.** O termo da renuncia será julgado por sentença pelo juiz singular ou pela relação que tiver proferido a sentença, enquanto os autos não tiverem sido remetidos para o tribunal supremo de justiça, e por este tribunal, e pela relação revisora, quando os autos se acharem naquella ou nesta.

**Art. 11.** Quando o termo fôr feito perante o juiz ou relação, que proferiu a sentença, de que se tiver interposto a revista, e os autos já tiverem sido remetidos, deverá ser enviado *ex-officio* pelo respectivo escrivão ou secretario, ao tribunal supremo ou relação em que os autos se acharem.

**Art. 12.** Sómente se deixará de admittir a renuncia da revista, que tiver sido interposta pelo réo ou seu curador, quando a sentença fôr do morte natural ou civil, salvo o caso de ter o mesmo réo obtido do poder moderador, a moderação da pena, com que se contente.

#### SECÇÃO VI

##### *Processo da concessão ou denegação da revista*

**Lei de 18 de Set. de 1828: Art. 11.** Recebendo o secretario os autos os apresentará na primeira conferencia ao tribunal, e se distribuirão a um dos magistrados, que será o relator.

**Art. 12.** O ministro a quem fôr distribuida a revista, examinará os autos e allegações das partes, e pondo no processo uma simples declaração de o ter visto, o passará ao ministro que immediatamente se lhe seguir, o qual procederá da mesma fôrma, e assim por diante até o numero de trez.

**Art. 13.** Quando o ultimo tiver visto o processo, o apresentará na mesa no dia que o presidente designar, e a portas

abertas, illustrado o tribunal pelos trez juizes, que virão o, autos, e debatida a questão por todos os membros presentes decidir-se-ha á pluralidade de votos, si se deve ou não conceder a revista; o resultado se lançará nos autos com as razões em que elle se fundou.

**Art. 14.** Em um e outro caso a decisão ficará constando no tribunal; para o que será registrada literalmente em livro para esse fim destinado, e se publicará pela imprensa.

**Art. 15.** Denegada a revista, serão remettidos os autos ao juizo, d'onde fôrão sentenciados, o recorrente condemnado nas custas.

**Art. 16.** Concedida a revista serão os autos remettidos *ex-officio* a uma relação, que o tribunal designar, tendo em vista a commodidade das partes...

**Lei de 31 de Ag. de 1839. Art. 1:** A substituição do juiz de feito impedido no tribunal supremo de justiça, ou seja em feito civil ou seja em criminal, se fará sempre por distribuição, a qual não alterará a ordem da de novos feitos.

**Art. 5.** Cessando o impedimento do juiz do feito substituido, cessaráõ tambem as funcções do substituto, que passará iogo o feito áquelle a quem substituiu.

**Art. 7.** O ministro, a quem tiver sido distribuido o feito, antes de passar ao seu immediato, da fórma do artigo 12 da mesma lei (de 18 de Setembro de 1828), exporá em mezes a especie, de que trata, e os pontos de direito, em que as partes se fundão.

**Decr. de 20 de Set. de 1833: Art. 1.** Todas as causas civis e crimes, que se acharem pendentes em qualquer tribunal de justiça do imperio, sem decisão definitiva, por ter



havido empate nos votos dos respectivos membros, serão expedidas na conformidade da resolução de 22 de Agosto deste anno, seguindo-se nos crimes a parte mais favoravel dos réos, ou dando o presidente o seu voto para o desempate nas civeis; não obstante que actualmente falte algum dos votantes que havia concorrido na occasião do empate, por ser morto, aposentado, ausente ou impedido.

**Art. 2.** Tanto a disposição geral da sobredita resolução de 22 de Agosto, como a especial do artigo antecedente, pelo que pertence ás causas pendentes, comprehende as revistas civeis e crimes, devendo prevalecer nestas a parte affirmativa, quando tiverem sido interpostas pelos réos condemnados; e a negativa, no caso de torem sido interpostas pelos autores accusadores.

**Art. 3.** Nas revistas intentadas pelo procurador da corôa, no caso do artigo 18 da lei de 18 de Setembro de 1828, ou as causas sejam civeis ou crimes, sempre se seguirá, havendo empate a parte negativa.

**Art. 4.** As disposições dos artigos precedentes, relativas ás causas actualmente indecisas por motivo de empate, já dantes verificado, só deixarão de ter cumprimento no unico caso de não constar, nem por alguma declaração nos autos, nem pelo testemunho concorde dos membros dos tribunaes que se acharem presentes, em que consistira o empate da votação.

**Art. 5.** Acontecendo não se achar presente no acto da expedição das causas, ora empatadas, algum dos membros dos tribunaes, que havia votado, o respectivo secretario, ou o membro do tribunal que escrever a sentença ou decisão, assim o declarará.

SECÇÃO VII

*Julgamento da revista na relação revisora*

**Lei de 18 de Set. de 1828: Art. 16.** Si a causa tiver sido julgada em relação ou em outro corpo collegial, será revista por tantos juizes quantos fôrão os da sentença recorrida, comtanto que não sejam da mesma relação; e si fôr de juizes singulares serão os autos igualmente remettidos a uma relação, e ahí julgados por trez juizes.

Em um e outro caso as partes não serão novamente ouvidas.

**Art. 17.** Proferida a sentença da revista serão *ex-officio* remettidos os autos pelo presidente do tribunal revisor de sentença ao juizo, em que se proferio a sentença recorrida, fazendo oficialmente ao supremo tribunal participação da remessa.

**Lei de 9 de Nov. de 1830: Art. 1.** Os processos das revistas nas causas civeis serão distribuidos a um dos ministros da relação, a que fôrem dirigidos, em livro propriamente destinado para cada um desses fins, o qual será gratuitamente rubricado pelo presidente.

**Art. 2.** O ministro a quem o processo fôr distribuido, que será o relator e o preparador do feito, depois de o ter examinado, passa-lo-ha com uma simples declaração de o ter visto, ao que immediatamente se lhe seguir, o qual procederá na mesma fórma, e assim por diante até o numero de tres, entregando-se depois ao presidente, que o dará para ordem do dia.

**Art. 3.** No dia designado o ministro relator apresentará por escripto um relatorio circumstanciado dos autos, a que as partes ou seus procuradores e advogados poderão fazer observações, quando fôr inexacto, ou não contiver a precisa

**Art. 9.** Nas causas que ao juizes de paz, municipaes, ou de orphãos, e aos juizes de direito das comarcas geraes compete julgar, admitte-se appellação por menor que seja o valor da demanda.

SECÇÃO XX

*Julgamento da appellação nas relações*

**Disp. prov. : Art. 18.** Os processos... das appellações, em todas as relações, regular-se-hão pelas duas especies do processo, que tem logar no supremo tribunal de justiça, e sempre em sessão publica.

**Decr. de 15 de Març. de 1842: Art. 30.** As appellações das sentenças definitivas ou interlocutorias com força de definitivas, proferidas pelos juizes do civil, pelos municipaes ou de orphãos, serão processadas e julgadas nas relações dos respectivos districtos, na fórma dos artigos 15, 18 e 19 da disposição provisoria e regulamento de 3 de Janeiro de 1833, artigos 47 e seguintes.

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 47.** As appellações das causas civeis serão interpostas por algum dos meios declarados no artigo 15 do titulo unico da disposição provisoria ácerca da administração da justiça civil, e essa interposição deverá ser feita no termo de 10 dias improrogaveis, e contados do dia da publicação, estando presente a parte vencida ou seu procurador, ou da intimação da sentença, quando se não acharem presentes; o que tudo será declarado pelo escrivão no termo da publicação.

**Art. 48.** Interpostas estas appellações e intimadas as outras partes ou seus procuradores, seguir-se-ha ácerca da avaliação da causa do recebimento em um ou em ambos os effeitos, e da atempação, o que se acha determinado nas leis em vigor.

**Art. 49.** Recebida e atempada a appellação, o escrivão remetterá os autos pelo correio, havendo-o, ao secretario da relação, e juntará ao traslado dos autos o conhecimento da remessa.

**Art. 50.** Si a appellação fôr interposta no lugar em que estiver a relação, a remessa se fará independente de traslado, salvo no caso de ter sido recebida no effeito devolutivo sómente.

**Art. 51.** Tanto os autos, como o traslado serão sellados á custa do appellante, e não se fará a remessa sem que esto tenha pago o sello, imputando-se-lhe a demora que por essa causa houver.

**Art. 52.** Todas as providencias que fôrem necessarias para activar e effectuar os actos, e diligencias do expediente da appellação, e da remessa dos autos, serão dadas pelos juizes, que tiverem proferido as sentenças, os quaes decidirão as duvidas suscitadas pelas partes ou pelo escrivão.

**Art. 53.** Recebidos pelo secretario os autos, os apresentará na primeira conferencia, e o presidente por seu despacho mandará dar vista ás partes para arrasoarem, concedendo a cada uma dellas o prazo de 15 dias.

**Art. 54.** Este termo será improrogavel; correrá em prejuizo de qualquer das partes, tenham ou não constituido procurador, e sem precisão de lançamento: findo elle, o escrivão independente de despacho do presidente ou de sollicitação da parte, cobrará os autos com as allegações ou sem ellas, e fará seguir os devidos termos.

**Art. 55.** Findos os termos assignados ás partes para arrasoarem, o escrivão fará os autos conclusos ao presidente, o qual

nullidade reconhecida para o unico effeito da precisa declaração do que as partes a este respeito julgarem obscuro, admitirão as relações revisoras a petição dessa declaração por meio de embargos que nada mais contenhão offerecidos pelas partes dentro do termo legal.

**Art. 7.** Para se dar andamento ás causas que ora se achão pendentes e paradas por não terem as relações revisoras proferido sentenças definitivas e não estar bem claramente designado o seguimento que deverião ter, poderão ás partes interessadas requerer a remessa dos autos ás relações revisoras para lhes pedirem a declaração pela maneira decretada no artigo antecedente ou seja por despachos e mandados das autoridades dos tribunaes e juizes, em que os mesmos autos se acharem, ou seja por meio de precatórias das referidas relações revisoras dirigidas a esses tribunaes e juizes.

**Decr. de 15 de Març. de 1842: Art. 31.** As revistas continuão a ser processadas e julgadas na conformidade das disposições da lei de 18 de Setembro de 1828, decreto de 20 de Dezembro de 1830 e mais disposições legislativas e regulamentares em vigor.

**Reg. de 2 de Mai. de 1874: Art. 130.** As revistas continuarão a ser processadas na conformidade da lei de 18 de Setembro de 1828 e dos decretos de 9 de Novembro de 1830 e 17 de Fevereiro de 1838.

## **TITULO XVII.—Processos especiaes na relação**

### **CAPITULO I**

#### **JULGAMENTO DA SUSPEIÇÃO NAS RELAÇÕES**

##### **SECÇÃO I**

##### *Suspeição dos desembargadores*

**Reg. de 3 de Jan. de 1833 : Art. 63.** A disposição do artigo 61 do Código do processo criminal comprehende os desembargadores, que devem proceder da maneira que ali se determina nos casos em que houverem de ser juizes, não sendo os exceptuados no artigo 66 do mesmo Código.

**Reg. de 2 de Mai. de 1874 : Art. 135.** Os desembargadores poderão ser recusados :

§ 1. Si fôrem inimigos capitaes ou amigos intimos das partes.

§ 2. Si com ellas tiverem parentesco de consanguinidade ou affinidade até ao 2º grão, contado segundo o direito canonico.

§ 3. Si litigarem com alguma das partes.

§ 4. Si por qualquer modo fôrem particularmente interessados na decisão da causa.

**Art. 136.** Os motivos previstos no § 2 do artigo antecedente obrigão á suspeição, ainda que unicamente se verifiquem em relação aos amos, senhores, tutores ou curadores das partes.

**Art. 137.** Os desembargadores, nos casos dos artigos precedentes, deverão dar-se de suspeitos, ainda quando não sejam recusados.

**Art. 138.** O desembargador que se julgar suspeito deverá declara-lo sob juramento :

§ 1. Por despacho nos autos, si fôr relator ou revisor do feito, afim de que este passe a quem competir.

§ 2. Verbalmente, em sessão, si fôr sorteado, afim de se proceder no sorteo de outro juiz.

**Art. 139.** Os desembargadores, que, sendo recusados pelas partes, não se reconhecerem suspeitos, continuarão a officiar no processo, como se não lhes fôra posta a suspeição.

**Art. 140.** Verificado, porém, o caso do artigo antecedente, o escrivão não continuará a escrever no processo sem primeiro declarar por termo nos autos o requerimento verbal, ou juntar o escripto sobre a suspeição, e a resolução final do desembargador ; devendo para isso cobrar os autos quando os não tenha em seu poder.

**Art. 141.** Poderá a parte recusante, no caso a que se refere o artigo 139, apresentar ao presidente do tribunal, por escripto, os motivos por que pôz a suspeição e exhibir ao mesmo tempo os documentos comprobatorios della e a certidão do termo mencionado no artigo 140.

**Art. 142.** O presidente mandará pelo escrivão autoar a representação da parte, e ouvir o desembargador recusado, que responderá no prazo improrogavel de tres dias.

**Art. 143.** Com a resposta do desembargador recusado, ou sem ella, quando não fôr dada no prazo legal, o presidente ordenará o processo, fazendo autoar pelo escrivão as peças instructivas, e inquirindo as testemunhas apresentadas pelo recusante.

**Art. 144.** Preenchidas estas formalidades, o presidente levará o processo á mesa na primeira sessão, e ahí escolherá á sorte e publicamente dous adjuntos para com elle decidirem se procede ou não a suspeição.

**Art. 145.** Enquanto se tratar do processo da suspeição o juiz recusado não estará presente á sessão do tribunal.

**Art. 146.** Na sentença que reconhecer a procedencia da suspeição, se declarará a nullidade de todo o processo lo perante o desembargador suspeito, e a condemnação deste ao pagamento das custas do processo á parte recusante.

**Art. 147.** Será reformado o processo que contiver a nullidade mencionada no artigo antecedente; ficando salvo á parte o direito de requerer, perante o tribunal competente, a imposição das penas do artigo 163 do Codigo criminal.

**Art. 148.** Quando a parte contraria reconhecer a justiça da suspeição, poder-se-ha, a requerimento seu lançado nos autos, suspender a continuação do processo até que se julgue a suspeição.

## EXCÇÃO II

### *Suspeição dos juizes de direito*

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 11.** As suspeições postas aos juizes de direito serão decididas:

§ 1. Nas comarcas, de que trata o artigo 1 desta lei (especiees), pelo presidente da respectiva relação.

**Reg. de 2 de Mal. de 1874: Art. 149.** As suspeições postas ao juizes de direito das comarcas, de que trata o artigo 1 da lei n. 2.033 de 20 de Setembro de 1871, serão



julgadas pelos presidentes das relações, sem intervenção de adjuntos (artigo 11 da lei citada); observando-se o processo estabelecido nos artigos 81 a 91 e 94 do regulamento n. 737 de 25 de Novembro de 1850.

**Decr. de 25 de Nov. de 1850: Art 81.** A excepção de suspeição deve ser opposta em audiencia e offercida por advogado.

**Art. 82.** Si o juiz não reconhecer abuso de suspeição, o escrivão officiará ao substituto, declarando que lhe compete a decisão do feito entre partes, F. e F., por se haver conhecido suspeito o juiz F.

**Art. 83.** Si o juiz não reconhecer a suspeição, ficará o feito suspenso até a decisão da suspeição e o escrivão remetterá immediatamente os autos á autoridade competente.

**Art. 84.** O conhecimento da suspeição compete :

§ 1.º Ao tribunal do commercio.

§ 2.º A' relação nos logares em que não houver tribunal do commercio.

§ 3.º A' autoridade judiciaria que substituir o tribunal do commercio, onde não houver relação.

**Art. 85.** Remettidos os autos e sendo conclusos, decidirá o tribunal preliuzinarmente si é legitima a suspeição.

**Art. 86.** A suspeição é legitima, sendo fundada nos seguintes motivos :

§ 1. Inimidade capital.

§ 2. Amizade intima.

§ 3. Parentesco por consaguinidade ou affinidade até o segundo grão, contado segundo o direito canonico.

**Art. 87.** Não sendo legitima a suspeição, será a parte condemnada nas custas em tresdobro, e a causa proseguirá seus termos.

**Art. 88.** Sendo legitima a suspeição o tribunal ouvirá o juiz apazando termo razoavel.

**Art. 89.** Findo o termo da audiencia, cobrados os autos, sendo mister, seguir-se-ha a dilação das provas, e ouvidas as partes no termo de cinco dias assignado a cada uma dellas, o tribunal decidirá definitivamente o sem recurso a suspeição.

**Art. 90.** Si proceder a suspeição pagará o juiz as custas, e a causa será devolvida ao substituto.

**Art. 91.** Não procedendo a suspeição, proseguirá a causa e a parte pagará as custas.

**Art. 94.** O tribunal do commercio ou a autoridade que o substitue, pôde impôr a multa de 50\$ até 100\$ á parte que, com manifesta má fé e calumniosamente, propuzer suspeição.

## CAPITULO II

### *Habilitação incidente das partes na relação*

**Reg. de 2 de Mai. de 1874: Art. 150.** Proceder-se-ha a habilitação perante a relação, quando fallecer uma das partes, ou por qualquer motivo fôr necessaria a habilitação de alguma dellas em processos civeis pendentes de decisão do tribunal em gráo de appellação ou revista. (\*)

**Art. 151.** A parte fará petição ao juiz relator do feito, declarando o motivo da habilitação e requerendo a citação de quem fôr competente em direito, para ver offerrecer os artigos de habilitação, confessa-los ou contesta-los, e proseguir nos mais termos do incidente.

---

(\*) Vide retro: Tit. XVI cap. II sec. IV.

**Art. 152.** O escrivão do feito, recebendo a petição para cumprir o despacho do juiz relator, cobrará os autos do desembargador que o tiver.

**Art. 153.** Effectuada a citação e accusada, serão offerecidos na primeira audiencia do tribunal os artigos de habilitação, cujo processo correrá seus termos perante os juizes semanarios, até o ponto de serem os autos preparados para o julgamento, seguindo-se em tudo o que se pratica na primeira instancia.

**Art. 154.** Preparados os autos, o escrivão os fará conclusos ao juiz relator, o qual, apresentando-os em mesa com o relatorio do incidente, julgará a habilitação com os mais juizes certos da causa, depois de discutida a materia.

### CAPITULO III

#### *Prorogação de tempo do inventario*

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 62.** Apresentada em conferencia uma petição de prorogação do tempo do inventario acompanhada dos documentos necessarios, será distribuida, e o relator, na conferencia seguinte, fará em mesa a exposição dos motivos allegados e provados, para se pedir a prorogação, e á pluralidade de votos dos desembargadores presentes, se decidirá.

Si a relação conceder a prorogação, o secretario passará provisão, que será assignada pelo presidente.

**Reg. de 2 de Mal. de 1874: Art. 134.** A petição para o prorogamento do tempo, em que deveria fazer-se o inventario terá na relação o mesmo processo e julgamento dos agravos de petição o de instrumento (artigo 125).

Si a prorogação fór concedida, o secretario passará provisão que será assignada pelo presidente.

## CAPITULO IV

### *Conflicto de jurisdição*

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 61.** Os casos de conflictos de jurisdição e de competencia, cujo conhecimento pertence ás relações, serão levadas a ellas ou pelas autoridades competidoras que deverão dar uma parte por escripto acompanhada dos necessarios documentos, ou pelo governo e presidentes das provincias, ou por qualquer parte interessada ; e, ouvido o procurador da corôa, soberania e fazenda nacional, serão julgados pela fórmula estabelecida para o julgamento das appellações civeis, lançando-se a sentença que deverá conter explicitamente a decisão, e seus fundamentos.

**Reg. de 3 de Mai. de 1874: Art. 131.** Os conflictos de jurisdição, ou de competencia entre autoridades judiciarias, serão levados á relações respectivas:

- 1.º Pelo governo imperial.
- 2.º Pelos presidentes de provincia.
- 3.º Pelas comarcas munciepaes.
- 4.º Pelas autoridades entre as quaes se houver levantado o conflicto.
- 5.º Por qualquer parte interessada.

**Art. 132.** As autoridades, a que se refere o n. 4 do artigo antecedente deverão dar parte escripta e circumstanciada do conflicto, a qual será acompanhada dos necessarios documentos.

**Art. 133.** Ouvido o procurador da corôa, soberania e fazenda nacional, serão processados e julgados os conflictos, pela fórmula estabelecida para o processo o julgamento das appellações civeis.

**TITULO XVIII.— Alçada no civil como impedimento para appellação e revista**

**CAPITULO I**

**ALÇADA NO JUIZO ORDINARIO**

**Lei de 15 de Out. de 1827 : Art. 5 § 7.** Ao juiz de paz compete :

§ 7. Julgar pequenas demandas, cujo valor não exceda a 16\$000.

**Deer. de 15 de Març. de 1842 : Art. 24.** A alçada dos juizes de paz é de 16\$ em bens moveis e de raiz.

A dos juizes do civil, dos municipaes e de orphãos, é de 32\$000 nos bens de raiz, e de 64\$000 nos moveis.

A das relações é de 150\$000 em bens de raiz, e de 300\$000 em bens moveis.

**Art. 35.** Para se verificar a competencia do juizo a respeito das causas de almotaxaria, isto é, si o valor dellas cabe ou não na alçada aos juizes de paz, as partes que intentarem qualquer causa deverão declarar logo na primeira petição o valor da cousa demandada, ou seja o real, ou o de estimação, o qual a parte contraria poderá contestar para firmar-se a sobredita competencia.

**Lei de 3 de Jul. de 1851 : Art. 1.** Fica o governo autorizado :

§ 3. A elevar as alçadas das autoridades judicias.

**Art. 2.** As disposições autorizadas pelo artigo 1, serão

desde logo postas em execução, ficando porém sujeitas a ulterior approvaço do poder legislativo.

**Decr. de 30 de Nov. de 1853: Art. 7.** Fica elevada a alçada das relações á quantia de 2:000\$000 a dos juizes de direito, em correição, do civil, dos feitos da fazenda, orphãos, auzentes e municipaes a 200\$000; e a dos juizes de paz a 50\$000.

**Art. 8** Não se considerão revogadas por este decreto as disposições especiaes do codigo do commercio e regulamentos respectivos sobre as ferias e alçadas.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 22.** Aos juizes de paz compete o julgamento das causas civeis até o valor de 100\$000 com appellação para os juizes de direito.

**Art. 23** Aos juizes municipaes compete:

§ 2. O julgamento das causas civeis do valor de mais de 100\$000 até 500\$000 com appellação para o juiz de direito.

**Art. 27 § 7.** Das sentenças dos juizes de direito em causa de valor até 500\$000 não haverá appellação.

**Lei de 6 de Ag. 1873: Art. 1** 3. A alçada das relações no civil e no commercial continuará a ser a que se acha estabelecida na legislação vigente (decreto de 30 de Novembro de 1853, e lei de 16 de Setembro de 1855).

## CAPITULO II

*Alçada no juizo privilegiado dos feitos da fazenda*

**Lei de 29 de Nov. 1841: Art. 13.** Serão appelladas *ex-officio* para as relações do districto todas as sentenças, que forem proferidas contra a fazenda nacional em 1ª instancia, qualquer

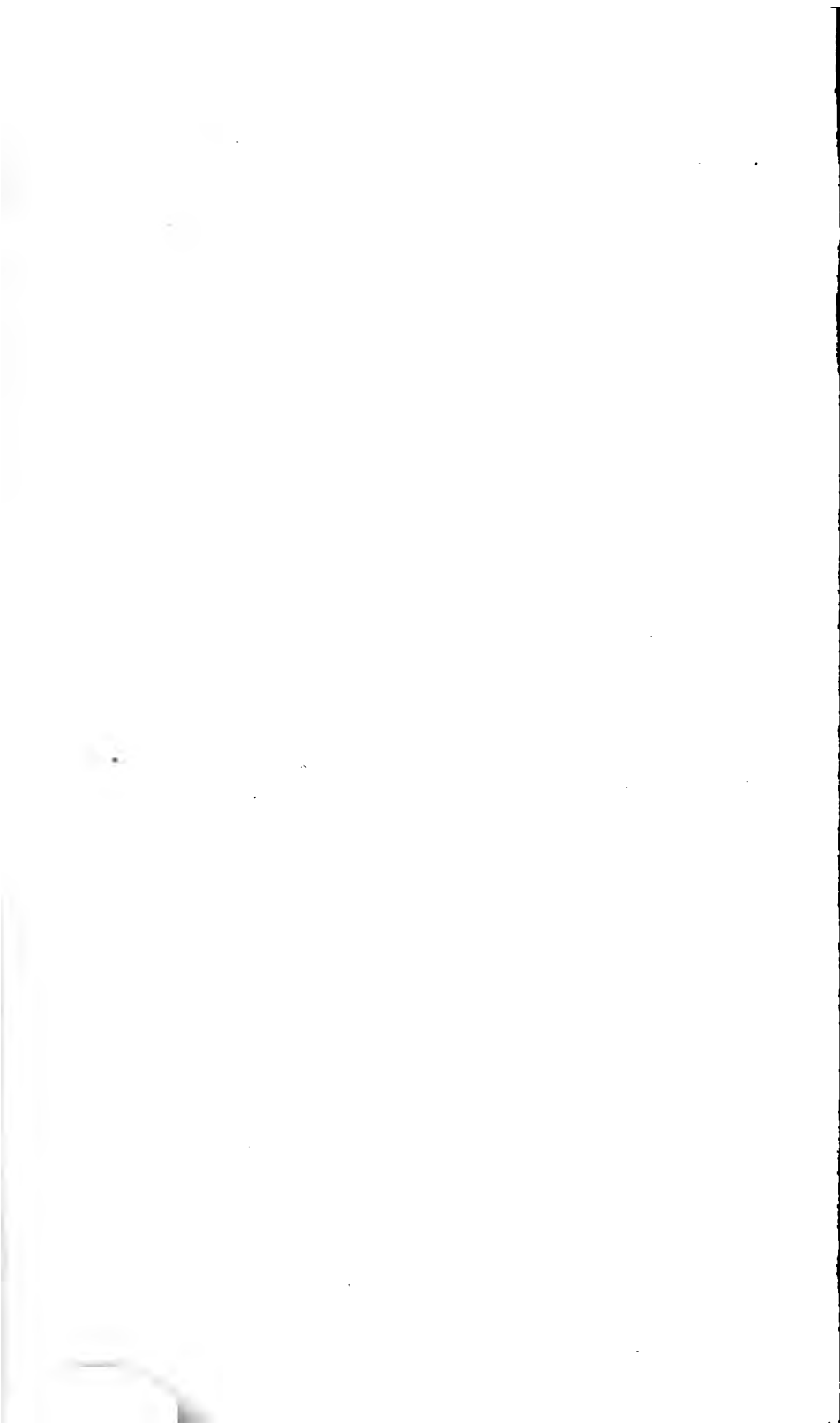
que seja a natureza d'ellas, e o valor excedente a 100\$000, comprehendendo-se nesta disposição as justificações e habilitações, de que trata o artigo 90 da lei de 4 de Outubro de 1831.

**Art. 14** Das sentenças, que se proferirem contra as partes, poderão ellas appellar, quando excederem a alçada designada no artigo antecedente para as mesmas relações.

---

**CLASSIFICAÇÃO DAS LEIS**  
**DO**  
**PROCESSO CRIMINAL E CIVIL**  
**DO**  
**IMPERIO DO BRAZIL**





CLASSIFICAÇÃO DAS LEIS  
DO  
**PROCESSO CRIMINAL E CIVIL**

DO  
IMPERIO DO BRAZIL  
OU  
**CODIGO DO PROCESSO**

Posto em ordem de materias com toda a legislação referente nas  
suas duas partes — criminal e civil

PELO CONSELHEIRO  
**Cristão de Alencar Araripe**

Desembargador da Relação da Corte

**3.º VOLUME**

RIO DE JANEIRO  
EM CASA DOS EDITORES-PROPRÍETÁRIOS  
**H. LAEMMERT & C.**

66, Rua do Ouvidor, 66

1884



## **PARTE III**

### **PESSOAL PARA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA**



# CODIGO DO PROCESSO

---

## PARTE III.—Pessoal para administração da Justiça

### TITULO I.—Autoridades policiaes

#### CAPITULO I

##### CHEFE DE POLICIA

##### SECÇÃO I

*Creação, nomeação, acceitação do cargo, e condições do exercicio*

**Cod. proc : Art. 6.** Feita a divisão haverá em cada comarca um juiz de direito... poderão haver até tres sendo um d'elles chefe de policia.

**Lei 3 de Dez. de 1841 :** Haverá no municipio da corte e em cada provincia um chefe de policia com os delegados e

subdelegados necesarios, os quaes, sob proposta, serão nomeados pelo Imperador ou pelos presidentes.

Todas as autoridades policiaes são subordinadas ao chefe de policia.

**Art. 3.º** Os chefes de policia serão escolhidos d'entre os desembargadores e juizes de direito : os delegados e subdelegados dentre quaesquer juizes o cidadãos: serão todos amovíveis, e obrigados a aceitar.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843 : Art. 31.** Os chefes de policia serão directamente nomeados pelo Imperador, dentre os desembargadores e juizes de direito.

Nenhum juiz de direito será nomeado chefe de policia (salvo o caso de interinidade) sem que tenha servido, pelo menos, por tres annos, o lugar de juiz de direito, e nelle dado provas de desinteresse, actividade e intolligencia.

**Art. 32.** Serão conservados nos lugares, em quanto bem servirem, e o governo julgar conveniente.

**Art. 33.** Deixarão os mesmos lugares nos casos seguintes:

1.º Sendo removidos de uns para outros, quando o exigir o bem do serviço.

2.º Sendo dispensados, ou por mera deliberação do governo, ou a requerimento seu a que annua o mesme governo.

Neste caso, os que forem desembargadores regressarão para as relações, nas quaes se achavão em exercicio, e os juizes, para os lugares dos quaes havião sido tirados, ou para outros equivalentes.

3.º Sendo promovidos ao supremo tribunal de justiça, quando forem desembargadores.

4.º Sendo privados do lugar por sentença.

**Art. 439.** Os desembargadores e juizes de direito, que forem nomeados chefes de policia, são obrigados a aceitar esses cargos (lei de 3 de Dezembro de 1841 artigo 2)

**Art. 490.** Aos desembargadores e juizes de direito não se imittirá outro motivo de escusa, que não seja o de molestia ou de inhabilite para servir taes cargos.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 1 § 5.** Os chefes de policia serão nomeados dentre os magistrados, doutores e bachareis em direito que tiverem quatro annos de pratica do fôro ou de administração, não sendo obrigatoria a accitação ao cargo.

E quando magistrados no exercicio do cargo policial, não gozarão do predicamento de sua magistratura ; vencerão porém, a respectiva antiguidade, e terão os mesmos vencimentos pecuniarios, si forem superiores aos do lugar de policia.

**Reg. de 29 de Nov. de 1871: Art. 9.** Os chefes de policia poderão ser nomeados de entre os desembargadores e juizes de direito, que voluntariamente se prestarem, ou de entre os doutores e bachareis formados em direito, que tiverem pelo menos quatro annos de pratica do fôro ou de administração.

Quando magistrados, no exercicio do cargo policial, não gozarão do predicamento de autoridade judiciaria ; vencerão, porém, a respectiva antiguidade, e terão os mesmos vencimentos pecuniarios, si fôrem superiores aos do cargo de chefe de policia.

## SECÇÃO II

### *Chefes de policia especiaes*

**Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 5.** No municipio da côrto e nas provincias do Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Parahiba, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Minas, Pará e São-Paulo, os chefes de policia não acumularão outras



funções; nas outras, porém, poderão exercer conjuntamente as de juiz de direito da capital e sua comarca ou termo.

**Decr. de 28 de Set. de 1853 : Art. un.** O chefe de policia da provincia do Paraná será especial, e não accumulará as funções de juiz de direito.

**Decr. de 28 de Set. de 1853 : Art. un.** O chefe de policia da provincia do Piauí será especial e não accumulará as funções de juiz de direito.

**Decr. de 16 de Dez. de 1853 :** Hei por bem decretar, que sejam especiaes os chefes de policia das provincias do Espirito-Santo, e Santa Catharina.

**Decr. de 3 de Fev. de 1854 :** Hei por bem decretar que sejam especiaes os chefes de policia das provincias de Goiaz, de Mato-grosso e do Amazonas.

### SECÇÃO III

#### *Substituição dos chefes de policia*

**Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 53.** Os chefes de policia, nas suas faltas e impedimentos, serão substituidos por algum dos desembargadores da relação (si a houver no lugar) ou por algum dos juizes de direito do crime, que o governo na côrte, e os presidentes nas provincias designarem para esse fim.

Si não houver relação na capital, si tambem não houver, ou faltar juiz de direito do crime, ou si por qualquer motivo convier ao serviço, poderá ser chamado algum dos juizes de direito do crime das comarcas mais proximas.

E no caso de falta repentina, será substituido o chefe de policia pelo juiz municipal da capital, que servirá sómente em

quanto não se apresentar algum dos juizes de direito das comarcas mais proximas, que houver sido chamado.

Quando houver mais de um juiz municipal, o governo na corte e os presidentes nas provincias designará aquelle que no caso referido, deverá substituir o chefe de policia.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 1 § 6.** Nos impedimentos dos chefes de policia servirão as pessoas que forem designadas pelo governo na corte, e pelos presidentes nas provincias, guardada sempre que fôr possível a condição relativa aos effectivos.

#### SECÇÃO IV

##### *Atribuições policiaes dos chefes de policia*

**Decr. de 16 de Abr. de 1834:** A regencia permanente ha por bem declarar, que em todas as comarcas, onde não houver chefe de policia especial, competem as attribuições deste cargo aos respectivos juizes de direito dellas, regulando-se e fazendo cumprir o decreto de 29 de Março do anno proximo passado. (\*)

**Decr. de 29 de Març. de 1833: Art. 1.** O juiz de direito, que fôr chefe de policia, terá a seu cargo:

1º. Vigiar sobre tudo, que pertence a prevenção de delictos, e manutenção da segurança, tranquillidade, saude e commodidade publica;

2º. Inspeccionar todas as autoridades policiaes de seu termo, e seus subalternos, os quacs lhe serão todos subordinados;

3º. Ter todo o cuidado em saber si as autoridades cumprem

---

(\*) Anteriormente tinhamos a intendencia da policia, que recebemos do regimen colonial, e regulava-se pelos alvarás de 25 de Junho de 1760 e 15 de Janeiro de 1780, mandados observar no Brazil pelo alvará de 10 de Maio de 1808, que criou entre nós essa intendencia.

seus regimentos, e desempenhão seus deveres no que toca á policia ;

4.º Dar as referidas autoridades as instrucções, que julgar necessarias, para melhor desempenho das attribuições policiaes, que a lei lhes incumbe, advertindo as que fõrem omissas, e negligentes, e promovendo a que si lhes faça effectiva a responsabilidade ;

5.º Convocar as vezes, que julgar conveniente, ou a pedido de qualquer autoridade policial, as outras autoridades policiaes do termo, afim de conferenciarem si lho parecer conveniente para o seu bom regimen policial, providenciando igualmente o que convier a respeito dos hospitaes publicos e casas de caridade, quando isso por lei não esteja incumbido a outra autoridade; e exigindo dos administradores dos hospitales, e casas de caridade de instituição particular, que providenciem o que lhes parecer necessario.

6.º Examinar se as camaras municipaes têm providenciado sobre os objectos de policia, que por lei se achão a seu cargo ; representando-lhes por meio de officios civis as medidas, que entender convenientes, que se convertão em posturas, e usando do recurso do artigo 73 da lei de 1º de Outubro de 1828, quando não fôr attendido ;

7.º Ter inspecção sobre os theatros, espectaculos, prisões, casas de correcção, hospitaes e casas de caridade, fiscalizando a execução dos seus respectivos regulamentos, e dando aos juizes a quem estiver incumbida a inspecção peculiar dos theatros, espectaculos, prisões e casas de correcção as instrucções, que dar, em conformidade do disposto no artigo antecedente, e observará, no que fõrem applicaveis, e ainda se acharem em vigor, as disposições dos §§ 6 até 19 do alvará de 25 de Junho de 1760.

**Art. 2.** Todos os juizes de paz da comarca serão obrigados a participar immediatamente ao chefe de policia os acontecimentos extraordinarios, que interessem á segurança e tranquillidade publica, e quaesquer outros, que demandem promptas

providencias, informando-o da existencia de quaesquer ajuntamentos illicitos, ou em que houver perigo de desordem.

Além disso, lhe remetteráõ uma relação semanal contendo delaração :

1.º Das pessoas, que de novo tiverem vindo habitar o seu districto, com individuação de seus nomes, filiações, naturalidades, profissões, genero de vida e motivo porque para ahi vierão ;

2.º Das pessoas, que tiverem sido obrigadas a assignar termo de bem viver, ou de segurança ;

3.º Das pessoas indiciadas de crimes, ou pronunciadas ou presas em consequencia delles ;

4.º Das pessoas mandadas retirar do districto, ou expulsas delle na conformidade do disposto no codigo do processo.

**Art. 3.** O chefe de policia dará conta ao ministro da justiça na côrte, e aos presidentes nas provincias de quanto se contiver em as participações, que os juizes de paz lhe devem sobre os meios de manter a policia, segurança e tranquillidade publica, prevenirem, que se commettão delictos, e coadjuvarem-se mutuamente.

**Art. 4.** O mesmo chefe de policia visitará no principio de cada mez as prisões e cadeias, acompanhado do promotor publico do termo, o qual deverá requerer o que convier a bem do adiantamento dos processos dos presos, e da observancia das leis, lavrando-se de tudo os competentes termos.

**Art. 5.** O expediente da policia da côrte se fará pela competente secretaria, para a qual o chefe de policia formará um regulamento contendo as obrigações de seus empregados, que submeterá á approvação do governo ; nas outras cidades, em que houver chefe de policia, o seu expediente se fará pelos escrivães dos juizes de direito.

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 4.** Aos chefes de policia, em toda a provincia e na côrte, compete :

§ 1. As attribuições conferidas aos juizes de paz, pelo artigo 12 §§ 1, 2, 3, 4, (\*) 5. . . do código do processo criminal.

§ 3. As attribuições que ácerca das sociedades secretas e ajuntamentos illicitos concedem aos juizes de paz as leis em vigor.

§ 4. Vigiar e providenciar na fôrma das leis, sobretudo que pertence á prevenção dos delictos e manutenção da segurança e tranquillidade publica.

§ 5. Examinar si as camaras municipaes têm providenciado sobre os objectos de policia, que por lei se achão á seu cargo, representando-lhes com civilidade as medidas que entenderem convenientes, para que se convertão em posturas, e usando do recurso do artigo 73 da lei de 1º de Outubro de 1828, quando não forem attendidos.

§ 6. Inspecionar os theatros e espectaculos publicos fiscalizando a execução de seus respectivos regimentos, e podendo delegar esta inspecção, no caso de impossibilidade de a exercerem por si mesmos, na fôrma dos respectivos regulamentos ás authoridades judicias ou administrativas dos lugares.

§ 7. Inspecionar, na fôrma dos regulamentos, as prisões da provincia,

§ 8. Conceder mandados de busca na fôrma da lei.

§ 9. Remetter, quando julgarem conveniente, todos os dados, provas e esclarecimentos que houverem obtido sobre um delicto, com uma exposição do caso e de suas circumstancias aos juizes competentes, afim de formarem culpa.

Si mais de uma autoridade competente começarem um processo de formação de culpa, proseguirá nelle o chefe de policia ou delegado; salvo, porém, o caso da remessa de que se trata na primeira parte deste paragrapho.

§ 10. Velar em que os seus delegados e subdelegados ou subalternos, cumprão os seus regimentos, e desempenhem os

---

(\*) Salva a 2ª parte d'este § 4, que contem disposição criminal (formação de culpa.) As nossas leis constantemente confundem as attribuições policiaes com as criminaes, desnaturando-as e amalgamando-as.

seus deveres, no que toca á policia, e formar-lhes culpa quando o mereção.

§ 11. Dar-lhes as instrucções que forem necessarias para melhor desempenho das attribuições policiaes que lhes forem incumbidas.

**Art. 7.** Compete aos chefes de policia exclusivamente:

§ 1. Organisar, na fórma dos seus respectivos regulamentos, a estatistica criminal da provincia e a da côrte, para o que, todas as autoridades criminaes, embora não sejam delegados da policia, serão obrigados a prestar-lhes, na fórma dos ditos regulamentos, os esclarecimentos que dellas dependerem.

§ 2. Organisar, na fórma que fôr prescripta nos seus regulamentos, por meio dos seus delegados, juiz de paz, e parochos, o arrolamento da população da provincia.

§ 3. Fazer ao ministro da justiça e aos prezidentes das provincias, as participações que os regulamentos exigirem nas épocas, e pela maneira nelles marcadas.

§ 4. Nomear os carcereiros e demittil-os quando não lhes mereção confiança.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 58.** Aos chefes de policia na côrte, e em toda a provincia. a que pertencerem, competem as seguintes attribuições policiaes:

1. Tomar conhecimento das pessoas, que de novo vierem habitar no seu districto, sendo desconhecidas, ou suspeitas, e conceder, na fórma da secção 1<sup>a</sup> do capitulo 5 deste regulamento, passaportes ás pessoas, que lh'o requererem.

2. Obrigar a assignar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bebados por habito, prostitutas, que perturbão o socego publico, e aos turbulentos, que por palavras ou acções offendem os bons costumes, a tranquillidade publica e a paz das familias.

3. Obrigar a assignar termo de segurança aos legalmente suspeitos da pretensão de commetter algum crime, podendo

comminar neste caso, assim como aos comprehendidos no parographo antecedente, multa até 30\$000, prisão até 30 dias, e 3 mezes de casa de correcção ou officinas publicas.

4. Proceder a auto de corpo de delicto.

5. Prender os culpados, ou o seião no seu ou em outro qualquer juizo.

7. Exercer as attribuições, que ácerca das sociedades secretas, e ajuntamentos illicitos competião aos juizes de paz.

8. Vigiar e providenciar, na fôrma das leis sobre tudo o que pertencer á prevenção dos delictos, e manutenção da segurança e tranquillidade publica.

9. Examinar se as camaras municipaes tem providenciado sobre os objectos de policia, que por lei se achão a seu cargo, representando-lhes com civilidade sobre as medidas que entenderem convenientes, para que se convertão em posturas e usando do recurso do artigo 73 da lei do 1.º de Outubro de 1828, quando não fôram attendidos.

10. Inspeccionar os theatros e espectaculos publicos, fiscalizando a execução dos seus respectivos regimentos e podendo delegar esta inspecção no caso de impossibilidade de a exercer por si mesmos, na fôrma dos respectivos regulamentos, ás autoridades judicarias ou administrativas dos logares.

11. Inspeccionar na fôrma dos regulamentos, as prisões, da provincia.

12. Conceder mandados de busca, na fôrma da lei.

13. Remetter, quando julgarem conveniente, todos os dados, provas, e esclarecimentos, que houverem obtido sobre um delicto com uma exposição do caso e de suas circumstancias, aos juizes competentes, afim de formarem a culpa.

14. Velar em que os seus delegados, subdelegados, e subalternos, cumprão os seus regimentos, e desempenhem os seus deveres, no que toca á policia.

15. Dar-lhes as instrucções, que fôrem necessarias, para melhor desempenho das attribuições policiaes, que lhes forem incumbidas.

16. Organisar a estatística criminal da provincia, e a do municipio da côrte.

17. Organisar, por meio dos seus delegados, subdelegados, juizes de paz e parochos, o arrolamento da população da provincia.

18. Fazer ao ministro da justiça e aos presidentes das provincias, devidas participações na forma prescripta no capitulo 6 das disposições policiaes deste regulamento.

19. Nomear os carcereiros, e ademittil-os quando lhes não mereção confiança.

**Art. 59.** Os chefes de policia exercerão por si mesmos e immediatamente as attribuições mencionadas nos §§ 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12 do artigo antecedente, dentro do termo da capital em que residirem, e nos outros sómente quando nelles se acharem, ou por intermedio dos seus delegados ou subdelegados.

**Art. 60.** O governo, ou os presidentes nas provincias poderão ordenar, que os chefes de policia se passem temporariamente para um outro termo, ou comarca da provincia, quando seja ahi necessaria a sua presença, ou porque a segurança e tranquillidade publica se achem gravemente compromettida; ou porque se tenha alli commettido algum ou alguns crimes de tal gravidade, e revestidos de circumstancias taes, que requireão uma investigação mais escrupulosa, activa, imparcial e intelligente; ou, finalmente, porque se achem envolvidas nos acontecimentos, que occorrem, pessoas cujo poderio e prepotencia tólha a marcha regular e livre das justiças do logar.

**Art. 61.** A remessa, de que trata o § 13 do artigo 58, poderá ter logar nos casos dos §§ 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 12 do mesmo artigo, todas as vezes que esses casos se não apresentem revestidos de circumstancias extraordinarias e taes que reclamem a attenção particular e o conhecimento do chefe de policia, e o emprego de meios mais amplos que tenha á sua disposição.



A exposição de que trata o referido § 13, deverá conter aquellas instruções que o mesmo chefe julgar conveniente dar, a indicação das testemunhas que souberem do facto e de todos os indícios que se houverem descoberto, e ser acompanhada dos requerimentos, queixas, ou denuncias que houverem.

SECÇÃO V

*Atribuições criminaes dos chefes de policia*

**Lei de 3 de Dez. de 1841 Art. 4 :** Aos chefes de policia em toda a provincia e na corte compete :

§ 1 As attribuições conferidas pelo art. 12 § 4... e 7 do codigo do processo criminal.

§ 2. Conceder fiança na forma da lei aos réos, que pronunciarem ou prenderem.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842 Art. 58 :** Aos chefes de policia na corte, e em toda a provincia a que pertencem compete :

§ 6. Julgar as contravenções ás posturas das camaras municipaes, e os crimes, a que não esteja imposta pena maior que multa até 100\$000, prisão, degredo ou desterro até seis mezes, com multa correspondente á metade desse tempo, ou sem ella, e tres mezes de casa de correcção, ou officinas publicas onde as houver.

**Art. 198.** Aos chefes de policia, como autoridades criminaes, competem, nos termos do artigo 59 do presente regulamento, salvo o caso do artigo 60 :

1.º Proceder a auto de corpo de delicto, e formar culpa aos delinquentes, e os officiaes que perante elles servirem.

2.º Conceder fiança, na forma das leis, aos réos que pronunciarem ou prenderem.

3.º Prender os culpados, ou o sejar no seu ou em outro juizo.

4.º Conceder mandados de busca.

5.º Formar culpa em toda a provincia aos seus delegados, subdelegados e subalternos, quando o mereção.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 9.** Fica extincta a jurisdicção dos chefes de policia, delegados e subdelegados no que respeita ao julgamento dos crimes de que trata o artigo 12 § 7 do codigo do processo criminal, assim como quanto ao julgamento das infracções dos termos de bem viver e segurança, e das infracções de posturas municipaes.

§ unico. Fica tambem extincta a competencia dessas autoridades para o processo e pronuncia nos crimes communs; salvo aos chefes de policia a faculdade de proceder á formação da culpa e pronunciar no caso do artigo 60 do regulamento de 31 de uaneiro de 1842.

Do despacho de pronuncia neste caso, haverá sem suspensão das prisões decretadas, recurso necessário, nas provincias de facil communicacção com a sede das reclamações, para o presidente da respectiva relação; nas de difficil communicacção, para o juiz de direito da capital da mesma provincia.

**Art. 10.** Aos chefes, delegados e subdelegados de policia, além das suas actuaes attribuições tão sómente restringidas pelas disposições do artigo antecedente, e paragrapho unico, fica pertencendo o preparo do processo dos crimes de que trata o artigo 12 § 7 do codigo do processo criminal até a sentença exclusivamente.

Por escripto serão tomadas nos mesmos processos, com os depoimentos das testemunhas, as exposições da accusação e defesa; e os competentes julgadores, antes de proferirem suas decisões, deverão rectificar o processo no que fôr preciso.

§ 1. Para a formação da culpa nos crimes communs ás mesmas autoridades policiaes, deverão em seus districtos proceder ás diligencias necessarias para descobrimento dos factos criminosos e suas circumstancias, e transmittirão aos promotores publicos, com os autos de corpo de delicto e indicação

das testemunhas mais idoneas, todos os esclarecimentos colligidos e desta remessa ao mesmo tempo darão parte á autoridade competente para a formação da culpa.

§ 2. Pertence-lhes igualmente a concessão da fiança provisoria.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871 : Art. 10.** As attribuições do chefe, delegados e subdelegados de policia subsistem com as seguintes reduções:

1.º A da formação da culpa e pronuncia nos crimes communs.

2.º A do julgamento dos crimes do artigo 12 § 7 do codigo do processo criminal, e do julgamento das infracções dos termos de segurança e de bem viver.

**Art. 11.** Compete-lhes, porém :

1.º Preparar os processos dos crimes do artigo 12 § 7 do citado codigo; procedendo *ex-officio* quanto aos crimes policiaes.

2.º Proceder ao inquerito policial e a todas as diligencias para o descobrimento dos factos criminosos e suas circumstancias, inclusive o corpo de delicto.

3.º Conceder fiança provisoria.

**Art. 12.** Permanece salva, ao chefe de policia, a faculdade de proceder á formação da culpa, e pronunciar no caso do artigo 60 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, com recurso necessario para o presidente da relação do districto na côrte e nas provincias do Rio de Janeiro, São-Paulo, Minas, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Parahiba e Maranhão; e nas outras para os juizes de direito das respectivas capitães, enquanto não se facilitarem as communicações com as sôdes das relações.

## CAPITULO II

### DELEGADOS DA POLICIA

#### SECÇÃO I

*Creação, nomeação e casos de excusa dos delegados de policia*

**Lei de 3 de Dez. de 1841 Art : 1.** Haverá no municipio da côrte e em cada provincia um chefe de policia com os delegados e subdelegados necessarios, os quaes, sob propôstas, serão nomeados pelo imperador, ou pelos prezidentes.

**Art. 2.** Os delegados e os subdelegados serão escolhidos dentre quaesquer juizos e cidadãos serão todos a inoviveis e obrigado a aceitar.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 25.** Os delegados serão nomeados pelo imperador na côrte, e pelos presidentes nas provincias, sobre propostas dos chefes da policia, a qual será acompanhada de todas as necessarias, observações, informações, documentos e esclarecimentos que justifiquem a idoneidade dos propostos.

Estas propostas comprehenderão tres nomes e quando forem rejeitadas far-se-hão outras.

**Art. 26.** Os delegados serão propostos de entre os juizes municipaes, de paz, bachareis formados, ou outros quaesquer cidadãos, (á excepção dos parochos) com tanto que residão nas cidades, ou villas, que forem cabeças de termo (ou dos termos no caso de reunião, de que trata o artigo 31 da lei de 3 de Dezembro de 1841) ou mui proxivamente (nunca porém, fóra dos limites dos ditos termo ou termos), e tenham as qualidades requeridas para ser eleitor, e que sejam homens de reconhecida probidade e intelligencia.

**Art. 28.** Os delegados serão conservados enquanto bem servirem, e o julgarem conveniente o governo na côrte e os presidentes nas provincias.

Deixaráõ os lugares nos casos seguintes :

1. Sendo bachareis formados juizes municipaes, quando forem promovidos aos lugares de juizes de direito.

2. Sendo dispensados por méra deliberação do governo, ouvido o chefe de policia ou a requerimento delles, a que annua o mesmo governo.

3. Sendo privados do mesmo lugar por sentença.

**Art. 30.** Os juizes municipaes, que forem delegados, e os juizes de paz que forem delegados ou subdelegados, não deixarão estes ultimos lugares por haver findo o tempo, durante o qual devem servir os primeiros, enquanto o governo na côrte, e os prezidentes nas provincias os não dispensarem.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 489.** Os cidadãos que fôrem nomeados delegados e subdelegados, são obrigados a aceitar esses cargos (artigo 2 da lei de 3 de Dezembro de 1841.)

**Art. 491.** Aos cidadãos que fôrem nomeados para servir de delegados e subdelegados serão admittidos como motivos de escusa, além de molestia que os inhabitem:

§ 1. O exercicio de outros cargos incompativeis com quelles, uma vez que os prefirão e sirvão effectivamente;

§ 2. O acharem-se em exercicio effectivo e não interrompido de outros cargos publicos, gratuitos, pelo espaço de oito annos;

§ 3. A impossibilidade em que estiverem de residir permanentemente no districto, sem notavel prejuizo dos seus interesses, ou pelo modo de vida que tiverem adoptado, ou por que tenham estabelecimentos em outros pontos.

**Art. 492.** Aquelles que allegarem e provar em taes motivos ou outros igualmente plausivcis, serão escusos, enquanto

elles durarem, pelo governo na côrte, e pelos prezidentes nas provincias.

**Art. 493.** Quando os motivos de excusa allegados pelo nomeado fôrem julgados improcedentes, e o governo ou prezidentes se convencerem de que a reluctancia do nomeado é filha do desejo de subtrahir á obrigação que tem todo o cidadão de supportar os onus da sociedade, poderá o mesmo nomeado ser constrangido, dobaixo da pena de desobediencia, que lhe será competentemente imposta tantas vezes quantas se negar a servir.

**Art. 494.** Da decisão do prezidente da provincia que desattenda os motivos da excusa que allegarem os nomeados, poderão estes recorrer para o governo geral, suspenso todo e qualquer procedimento, apenas fôr o recurso apresentado ao mesmo prezidente que, com sua informação, o remetterá ao ministro e secretario de estado dos negocios da justiça.

## SECÇÃO II

### *Substituição dos delegados de policia*

**Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 54.** Na occasião, em que se fizer a nomeação dos delegados, scrão pela mesma fórma, nomeados mais seis para servirem na falta e impedimento daquelles pela ordem em que estiverem collocados os seus nomes nas listas.

Estes supplentes deverão ter as qualidades requerida nos artigos 26 e 27 do presente regulamento.

**Art 57.** Os cidadãos nomeados supplentes dos juizes municipaes, tambem podem ser dos delegados.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 1 § 3.** São reduzidos a tres os supplentes dos delegados de policia em cada termo.

SECÇÃO III

*Atribuições policiaes dos delegados de policia*

**Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 4.** Aos seus delegados (do chefe de policia) nos respectivos districtos, competem:

§ 1. As attribuições conferidas aos juizes de paz pelo artigo 12 §§ 1, 2, 3, 4, 5 (\*) do codigo do processo criminal.

§ 3. As attribuições que ácerca das sociedades secretas e ajuntamentos illicitos concedem aos juizes de paz as leis em vigor.

§ 4. Vigiar e providenciar na fórma das leis, sobretudo o que pertence á prevenção dos delictos e manutenção da segurança e tranquillidade publica.

§ 5. Examinar si as camaras municipaes têm providenciado sobre os obiectos de policia, que por lei se achão a seu cargo, representando-lhes com civilidade as medidas que entenderem convenientes, para que se convertão em posturas, e usando do recurso do art. 73 da lei do 1º de Outubro de 1828, quando não fõrem attendidos.

§ 6. Inspeccionar os theatros e espectaculos publicos, fiscalizando a execução de seus respectivos regimentos, e podendo delegar esta inspecção, no caso de impossibilidade de a exercerem por si mesmos, na fórma dos respectivos regulamentos ás autoridades judicias ou administrativas dos logares.

§ 7. Inspeccionar, na fórma dos regulamentos, as prisões da provincia.

§ 8. Conceder mandados de busca na fórma da lei.

§ 9. Remetter, quando julgarem conveniente, todos os dados, provas e esclarecimentos que houverem obtido sobre um delicto, com uma exposição do caso e de suas circumstancias aos juizes competentes, afim de formarem a culpa.

---

(\*) Salva a 2ª parte d'este § 4, que contem attribuição criminal (formação de culpa).

Si mais de uma autoridade competente começar um processo de formação de culpa, proseguirá nelle o chefe de policia ou delegado, salvo porém o caso da remessa de que se trata na primeira parte deste paragrapho.

§ 10. Velar em que os seus delegados, subdelegados ou subalternos, cumprão os seus regimentos, e desempenhem os seus deveres, no que toca á policia, e formar-lhes culpa quando o mereção.

§ 11. Dar-lhes as instrucções que fôrem necessarias para melhor desempenho das attribuições policiaes que lhes fôrem incumbidas.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843 : Art. 63.** Aos delegados dos chefes de policia, nos seus respectivos districtos, competem :

1. As attribuições comprehendidas nos §§ 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do artigo 58 do presente regulamento.

2. Nomear os escrivães dos subdelegados, e os inspectores de quartirão, sobre proposta dos mesmos subdelegados.

3. As attribuições policiaes, que pertencião aos juizes de paz até a data da lei de 3 de Dezembro de 1851. (\*)

#### SECÇÃO IV

##### *Attribuições criminaes dos delegados de policia*

**Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 6.** As attribuições criminaes... que actualmente pertencem aos juizes de paz e que por esta lei não forem devolvidas as autoridades, que cria, ficão pertencendo aos delegados e subdelegados.

---

(\*) Vide retro no cap. I sec. V as disposições dos artigos 9 da lei de 20 de Setembro de 1871, e 10 e 11 do regulamento de 22 de Novembro do mesmo anno mod.ficativas destas attribuições.



**Reg. de 31 de Jan. de 1843 : Art. 212.** Aos delegados e subdelegados, na parte criminal, compete:

1. Desempenhar as mesmas attribuições incumbidas aos chefes de policia, e enumeradas nos §§ 1,2,3 e 4 do artigo. 198.

2. As attribuições criminaes, que pertencião aos juizes de paz, até a data da lei de 3 de Dezembro de 1841, e que essa lei não devolveu especialmente ás autoridades que creou.

Compete aos delegados :

1. Formar culpa aos subdelegados e subalternos, dentro do termo, quando o mereção.

2. Organisar a lista dos jurados. (\*)

### CAPITULO III

#### SUBDELEGADOS DE POLICIA

##### SECÇÃO I

*Creação, nomeação, obrigatoriedade do cargo e demissibilidade*

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 1.** Haverá no municipio da côrte, e em cada provincia um chefe de policia com os delegados e subdelegados necessarios, os quaes, sob propostas, serão nomeados pelo Imperador, ou pelos presidentes.

**Art. 2.** Serão escolhidos os subdelegados de entre quaesquer juizes e cidadãos. São amoveis e obrigados a aceitar.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 25.** Os subdelegados serão nomeados pelo Imperador na côrte, e pelos presidentes nas provincias, sobre proposta dos chefes de policia, a qual será acompanhada de todas as necessarias observações, informações, documentos, e esclarecimentos, que justifiquem a idoneidade dos propostos.

---

(\*) Vide retro: cap. 1 sec. V as disposições modificatorias destas attribuições.

Estas propostas comprehenderão tres nomes ; quando fôrem rejeitadas, far-se-hão outras.

**Art. 27.** Os subdelegados serão propostos, ouvindo o delegado, de entre os juizes de paz dos respectivos districtos ; le entre os bachareis formados e outros quaesquer cidadãos, que nelles residirem, e tiverem as qualidades requeridas no artigo antecedente.

**Art. 28.** Deixarão os lugares nos casos seguintes :

§ 2. Sendo dispensados por mera deliberação do governo, ouvido o chefe de policia, ou a requerimento delles.

§ 3. Sendo privados do mesmo lugar por sentença.

**Art. 29.** Os subdelegados serão igualmente conservados em quanto bem servirem, e o governo na côrte, e os presidentes nas provincias o julgarem conveniente, e deixarão os lugares nos casos dos §§ 2 e 3 do artigo antecedente. (\*)

## SECÇÃO II

### *Substituição dos subdelegados de policia*

**Reg. de 31 de Jan. de 1843 : Art. 54.** Na occasião, em que se fizer a nomeação dos subdelegados de policia, serão pela mesma forma nomeados mais seis para servirem na falta e impedimento daquelles, pelo ordem, em que estiverem collocados os seus nomes nas listas.

Estes supplentes deverão ter as qualidades requeridas nos artigos. 26 e 27 do presente regulamento.

**Lei de 30 de Set. de 1871 : Art. 1 § 3.** São reduzidos a tresos supplentes dos subdelegados de policia em cada districto.

---

(\*) Vide retro: cap. II sec. I a respeito de escusas.

SECÇÃO III

*Attribuições policiaes dos subdelegados de policia*

**Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 5.** Os subdelegados nos seus districtos, terão as mesmas attribuições marcadas no artigo antecedente para os chefes de policia e delegados, exceptuadas as dos §§ 5, 6 e 9.

**Art. 6.** As attribuições .... policiaes, que actualmenie pertencem aos juizes de paz que por esta lei não forem especialmente devolvidas ás autoridades que cria, ficão pertencendo ao delegados e subdelegados.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 63.** Aos subdelegados nos seus districtos competem :

1. As attribuições comprehendidas nos §§ 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11 e 12 do artigo 58 do presente regulamento. (\*)

2. Propôr aos delegados os cidadãos que deverão ser nomeados seus escriptaes, e inspectores de quarteirão.

3. Dividir o seu districto em quarteirões, contendo cada um, pelo menos, 25 casas habitadas.

4. As attribuições policiaes, que pertencião aos juizes de paz até a data da lei de 3 de Dezembro de 1841.

**Art. 488.** As visitas que o decreto de 12 de Abril de 1832, (\*\*) encarrega aos juizes de paz, serão feitas pelos respectivos subdelegados.

SECÇÃO IV

*Attribuições criminaes dos subdelegados de policia*

**Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 6.** As attribuições criminaes ..., que actualmente pertencem aos juizes de

(\*) Vide retro: cap. II sec. III.

(\*\*) Decreto dado para a execução da lei de 7 de Novembro de 1831 sobre o trafico de escravos africanos; obrigava á visita os navios entrados em qualquer porto.

paz, e que por esta lei não fôrem especialmente devolvidas ás autoridades que cria, ficão pertencendo aos delegados e subdelegados.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 212.** Aos subdelegados, na parte criminal, compete :

§ 1. Desempenhar as mesmas attribuições incumbidas aos chefes de policia, enumeradas nos §§ 1, 2, 3 e 4 do artigo 108.

§ 2. As attribuições criminaes, que pertencião aos juizes de paz até a data da lei de 3 de Dezembro de 1841, e que essa lei não devolveu especialmente ás autoridades, que creou. (\*)

## CAPITULO IV

### AUXILIARES DAS AUTORIDADES POLICIAES

#### SECÇÃO I

#### *Creação, nomeação, conservação e attribuições dos inspectores de quarteirão*

**Cod. proc. : Art 16.** Em cada quarteirão haverá um inspector, nomeado tambem pela camara municipal, sobre proposta do juiz de paz dentre as pessoas bem conceituadas do quarteirão, o que sejam maiores de 21 annos.

**Art. 17.** Elles serão dispensados de todo o serviço de 1ª linha e das guardas nacionaes ; e só serviráõ um anno, podendo excusar-se no caso de serem immediatamente reeleitos.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 42.** Os inspectores de quarteirão serão nomeados pelos delegados sobre proposta dos subdelegados.

---

(\*) Vide retro no cap. I sec. V as disposições do artigos 9 da lei de 20 de Setembro de 1871, e 10 e 11 do regulamento de 22 de Novembro do mesmo anno modificativas destas attribuições.

**Art. 43.** Para estes empregos serão escolhidos os que tiverem as qualidades declaradas nos artigos 14 e 16 do código do processo.

Os inspectores de quartirão não serão tirados do numero dos guardas nacionaes activos, senão no caso em que nos districtos não hajão outras pessoas idoneas para este cargo.

**Art. 44.** Serão conservados os ditos inspectores de quartirão emquanto fôrem de confiança dos subdelegados, e quando a desmerecerem, serão por elles suspensos até que a demissão seja ordenada pelos delegados, a quem os mesmos subdelegados representaráo a necessidade della.

**Cod. proc.: Art. 41.** Os inspectores... que se sentirem aggravados em suas nomeações, poderão recorrer na provincia onde estiver a côrte, ao governo e nas outras aos presidentes em conselho.

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 9.** Os inspectores de quartirão servirão perante os subdelegados, sobre cuja proposta serão nomeados pelos delegados.

**Cod. proc. Art 18.** Competem aos inspectores as seguintes attribuições :

1. Vigiar sobre a prevenção dos crimes, admoestando aos comprehendidos no artigo 12 § 2, para que se corrija; e quando o não fação, dar diisso parte aos juizes de paz respectivos.

2. Fazer prender aos criminosos em flagrante delicto, os pronunciados não affiançados, ou os condemnados á prisão.

3. Observar e guardar as ordens e instrucções que lhes fôrem dadas pelos juizes de paz, para o bom desempenho destas suas obrigações.

**Art. 19.** Ficão supprimidos os delegados.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843 : Art. 93.** Competem aos inspectores de quartelão as seguintes attribuições, nos seus quartelões :

1. Vigiar sobre a prevenção dos crimes, admoestando aos comprehendidos no artigo 12 § 2 do código do processo, para que se corrijão ; e quando o não fação, dar disso parte circumstanciada aos subdelegados, ou aos juizes de paz respectivos.

2. Fazer prender os criminosos em flagrante delicto, os pronunciados não affiançados, e os condemnados á prisão

3. Observar e guardar as ordens e instrucções que lhes fôrem dadas pelos subdelegados e juizes de paz, para o bom desempenho destas suas obrigações.

Quando as ordens e instrucções dos subdelegados e juizes de paz fôrem oppostas em materia sobre a qual a sua autoridade é cumulativa, deverão recorrer ao delegado, e observar o que este decidir.

## SECÇÃO II

### *Escrivães dos chefes de policia*

**Reg. de 22 de Nov. de 1873 : Art. 51.** Servirão perante os chefes de policia como escrevães quaesquer dos empregados das respectivas secretarias, que elles designarem ; e perceberão os emolumentos taxados no regimento de custas.

## SECÇÃO III

### *Escrivães dos delegados de policia*

**Reg. de 31 de Jan. de 1843 : Art. 17.** Os delegados de policia, quer sejam juizes municipaes, quer sejam tirados doutra classe de cidadãos, empregarão no expediente e escripturação de todos os negocios á seu cargo, os escrevães

e officiaes de justiça, que servirem perante os juizes municipaes, os quaes serão obrigados a obedecer-lhes, e a cumprir as suas ordens, debaixo das penas da lei.

Nos casos deste artigo, e da 2ª parte do antecedente, os chefes de policia e delegados participarão officialmente aos juizes municipaes e subdelegados quaes os escrivães e officiaes de justiça que tiverem empregado.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 81.** Os delegados de policia poderão ter escrivães especiaes.

**Art. 82.** Os juizes de direito das comarcas especiaes, seus substitutos, os juizes municipaes e seus supplentes, para os actos da formação da culpa, poderão servir com os escrivães dos delegados e dos subdelegados de policia nos respectivos districtos.

Logo que os processos escriptos por esses escrivães tenham chegado ao termo de conclusão para a pronuncia, si não fôr presente o juiz desta, deverão ser remettidos ao escrivão do jury, que os fará conclusos ao mesmo juiz.

Decretada a pronuncia neste caso, será feito o lançamento do nome do réo pronunciado no rol dos culpados em o livro a cargo do escrivão do jury, que passará os mandados de prisão de taes réos.

Quando, porém, o juiz da pronuncia fôr presente e a decretar antes da remessa do processo ao escrivão do jury, esta se fará logo depois, a fim de ter seguimento pelo cartorio do mesmo escrivão o recurso necessario para o juiz de direito, nas comarcas geraes, ou o voluntario para a relação nas especiaes.

Em todo o caso o escrivão do jury lançará os nomes dos réos pronunciados no rol dos culpados.

**Decr. de 17 de Out. de 1872: Art. un.** A 3ª delegacia de policia da côrte, creada por decreto n. 5.063 de 28 de Agosto ultimo, terá um escrivão especial, e o respectivo escrevente.

SECÇÃO IV

*Escrivães das subdelegacias de policia*

**Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 18.** Cada subdelegado terá um escrevão (a cujo cargo detará todo o seu expediente) e o numero de inspectores de quartelão que admittir o districto,

**Art. 19.** Tanto os escrevões como os inspectores de quartelão, servirão perante os juizes de paz os quaes, com authorisação no juiz de direito, poderão ter escrevões separados quando o julgarem conveniente, e hajão pessoas que queirão servir esse cargo separadamente.

SECÇÃO V

*Nomeação dos officiaes de justiça dos subdelegados de policia*

**Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 53.** Os officiaes de justiça dos subdelegados (que tambem servirão perante os juizes de paz) serão nomeados e demittidos por aquelles, na fórma e com o recurso do artigo 52 do codigo do processo, fazendo, os sobreditos subdelegados a distribuição do serviço por elles com igualdade.

SECÇÃO VI

*Secretarias de policia e expediente policial*

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 8.** Para o expediente da policia e escripturação dos negocios a seu cargo, poderão ter os chefes de policia das provincias um até dous amanuenses, cujos vencimentos e os dos carcereiros, serão marcados pelo governo, e sujeitos á approvação da assembléa geral legislativa. O expediente da policia da côrte poderá ter maior numero de empregados.



**Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 10.** Na côrte, e nas capitães das provincias mencionadas no artigo 5, haverá uma casa privativamente destinada para o expediente ordinario da policia.

**Art. 11.** Nas outras capitães, porém, o dito expediente se fará naquella em que residir o chefe de policia, o qual será obrigado a ter nella reservada uma sala unicamente para esse fim, e para guardar os armarios, onde estarão depositados os livros e papeis da repartição, havendo-se a devida attenção a este onus, na gratificação que se lhe marcar.

**Art. 12.** O expediente da policia da côrte, e o numero dos seus empregados, continuará pela mesma maneira por que tem estado até hoje, enquanto o governo, por um regulamento especial o não alterar.

**Art. 13.** Os chefes de policia das capitães das provincias especificadas no artigo 5 (à excepção do da côrte), terão dous amantenses para o seu expediente, e escripturação dos negocios á seu cargo. Os das outras terão um sómente.

**Art. 14.** O expediente das secretarias de policia nas provincias será regulado pelos regimentos especiaes, que organizarem os chefes de policia, e que fôrem approvados pelo governo; no entanto reger-se-ha pelas instrucções, que derem os ditos chefes, com approvação provisoria dos presidentes das mesmas provincias.

**Art. 15.** Em cada uma das secretarias de policia das provincias haverá pelo menos os seguintes livros :

Um para o registo da correspondencia que se expedir.

Um para o da reservada, no qual sómente escreverá o chefe de policia.

Um para o das legitimações e passaportes.

Um para a apresentação e matricula dos estrangeiros, conforme o modelo n. 3.

Um para os termos em geral.

Um de receita e despesa quando a houver.

**Art. 16.** Os chefes de policia, para a expedição dos negocios, que pertencem á policia administrativa, enumerados no artigo 2 do presente regulamento, e bem assim para escrever os interrogatorios, provas, e mais esclarecimentos, que houverem de remetter, para a formação da culpa, aos juizes competentes, na conformidade do § 9 do artigo 4 da lei de 3 de Dezembro de 1841, e do artigo 61 do dito regulamento, servir-se-hão dós empregados da sua secretaria; e para as dos negocios que pertencem á policia judiciaria, enumerados no artigo 3 do mesmo regulamento, e dos criminaes, servir-se-hão de qualquer dos escrivães, que escrevem perante os juizes municipaes e subdelegados que julgarem conveniente chamar.

Em todos os casos, porém, estando fóra da capital e seu termo, poder-se-hão servir destes ultimos.

**Lei. de 10 de Set. de 1854: Art. 2.** Fica o governo autorizado:

§ 1 A reformar os regulamentos das secretarias de policia da côrte e das provincias, marcando ordenados fixos aos empregados dellas, alterando a tabella dos emolumentos, como mais conveniente fôr, passando estes a fazer parte da renda geral. (\*)

---

(\*) Em virtude desta autorização fez-se a reforma das diversas secretarias de policia do imperio.

A reforma da secretaria de policia da côrte foi feita por decreto de 16 de Abril de 1857.

A do Rio-grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, e Minas por decreto de 21 de Fevereiro de 1857.

A de São-Paulo, Alagôas Parahiba, Ceará, Maranhão, Pará, Santa-Catarina, Paraná, Espirito-Santo, Sergipe, Rio-grande do Norte, Piauí, Amazonas, Mato-grosso, Goiaz por decreto de 21 de Fevereiro de 1857.

Depois derão-se alterações quanto ao vencimento dos empregados pelos decretos seguintes:

Piauí—27 de Fevereiro de 1858. Alagôas—13 de Janeiro de 1858. Pernambuco—6 de Março de 1858. Minas—15 de Setembro de 1858. Ceará—16 de Outubro de 1858. São-Paulo—6 de Fevereiro de 1858. Paraná—27 de Janeiro de 1858.—Amazonas—16 de Outubro de 1858. Varias outras provincias—8 de Janeiro de 1859.

SEÇÃO VII

*Nomeação e demissão dos carcereiros e exercicio de seu officio*

**Decr. de 28 de Nov. de 1833 : Art. 1.** Os carcereiros das cidades, villas e julgados do imperio serão providos na conformidade da lei de 11 de Outubro de 1827, e do decreto de 1.º de Julho de 1830, pela regencia na côrte, e nas provincias pelos prezidentes em conselho, segundo o disposto no artigo 18 da lei de 14 de Julho de 1831.

**Art. 2.** Nos casos de vaga, ou impedimento, serão providas as serventias interinas, e temporarias pelos juizes de direito e chefes da policia nas cidades populosas ; pelos juizes de direito nas outras cidades, e villas, que fôrem cabeças de comarca, e pelos juizes municipaes nas demais villas e julgados.

**Art. 3.** Os carcereiros, além dos emolumentos, que lhes competem pelo regimento de 10 de Outubro de 1754, e decreto de 13 de Outubro do anno passado, haverão das respectivas camaras municipaes o ordenado, que ou já estiver estabelecido legalmente, ou de novo estabelecerem as mesmas camaras municipaes, com approvação da regencia na côrte, e dos prezidentes em conselho nas provincias.

**Art. 4.** Os mesmos carcereiros se regularão, no exercicio de seu officio, e desempenho dos seus deveres, não só pelas disposições da Ord liv. 1. tit. 33, e 77, e da lei de 28 de Abril de 1681, no que fôrem applicaveis, mas também pelas instrucções, que lhes deverão dar os juizes de direito, e chefes da policia, relativas á disciplina, e regimento internodas prisões.

**Art. 5.** As camaras municipaes fica competindo fazer a despesa necessaria com as luzes, agua, e o mais preciso para

a limpeza, e asseio das cadeias, e sustentação dos presos pobres, nos logares em que isso não estiver a cargo de outras autoridades.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 46.** Os carcereiros e mais empregados das cadeias da corte e das capitães das provincias, serão da escolha e directa nomeação dos chefes de policia.

Os das cadeias das cidades e villas das comarcas tambem serão nomeados por elles, precedendo porém a proposta dos delegados, acompanhada de circunstanciada informação sobre as qualidades e circumstancias dos propostos. Os chefes de policia poderão rejeitar as propostas e mandar fazer outras.

**Art. 47.** Nas nomeações do que trata o artigo antecedente (em iguaes circumstancias de idoneidade), serão preferidos os que puderem votar nas assembléas parochiaes, aos que não tiverem este direito; os casados, aos solteiros; e os que já tiverem bem servido quaesquer officios de justiça, aos que não apresentarem essa circumstancia.

**Art. 48.** Os carcereiros e mais empregados das cadeias da corte, e das capitães das provincias serão demittidos por immediata deliberação dos chefes de policia, logo que desmereção a sua confiança.

Os das outras cadeias das cidades e villas da comarcas, quando desmerecerem a confiança dos delegados respectivos, serão por elles suspensos e substituidos interinamente por qualquer official de justiça, ou pessoa habil, emquanto a demissão não for ordenada pelos chefes de policia, a quem os mesmos delegados representarão sobre a necessidade della.

**Art. 49.** Estas disposições não comprehendem os carcereiros, que até a publicação deste regulamento houverem sido nomeados, na conformidade da lei de 11 de Outubro de 1827, e do decreto de 28 de Novembro de 1833 artigo 1.

**Lei de 19 de Ag. de 1846: Art. 93.** A eleição dos juizes de paz, será feita de quatro em quatro annos no dia 7 de Setembro em todas as parochias do imperio. Qualquer que seja o numero do districtos de paz de parochia, e embora se contnhão nelle capellas curadas, a eleição será uma só.

**Art. 99.** Podem ser juizes de paz todos os que podem ser eleitores, comtanto que morem no districto, a que pertencer a eleição.

**Art. 118.** O governo é competente para conhecer das irregularidades commettidas nas eleições dos juizes de paz, e mandar reformar as que contiverem nullidade.

Esta attribuição poderá ser provisoriamente exercida pelos presidentes de provincia, quando da demora possa resultar o inconveniente de não entrarem logo em exercicio os novos eleitos no dia designado pela lei.

**Lei de 20 de Out. de 1875: Art. 2 § 24.** A eleição de juizes de paz se fará no 1º dia do mez de Julho de ultimo anno do quatriennio.

§ 27. Só podem ser juizes de paz de um districto os cidadãos, que, além dos requisitos de eleitor, tiverem por mais de dous annos residencia nesse districto.

§ 30. O juiz de direito é o funcionario competente para conhecer da validade ou nullidade da eleição de juizes de paz, mas não poderá fazel-o sinão por via de reclamação, que deverá ser apresentada dentro do prazo de 30 dias, contados do dia da apuração.

Do despacho que approvar a eleição só haverá o recurso voluntario de qualquer cidadão votante do municipio, que deverá interpor dentro de 30 dias contados da publicação do edital do mesmo despacho; do despacho, porém, que annullar a eleição, além do recurso que a qualquer cidadão é licito interpor, haverá recurso necessario com effeito suspensivo para a relação do districto.

**Lei de 9 de Jan. de 1881: Art. 23.** A eleição dos juizes de paz continuará a fazer-se pelo modo determinado na legislação vigente com as alterações feitas nesta lei.

A apuração dos votos será feita pela camara municipal respectiva, quando a parochia ou o districto de paz estiver dividido em secções.

**Art. 24.** As funções de vereador e de juiz de paz são incompatíveis com as de empregos publicos retribuidos; e não podem ser accumulados com os de senador, deputado a assembléa geral, e membro da assembléa legislativa provincial durante as respectivas sessões (\*)

## SECÇÃO II

### *Substituição dos juizes de paz*

**Cod. de proc.: Art. 10.** Quando um dos juizes estiver servindo, os outros tres serão seus supplentes.

**Lei de 19 de Ag. de 1846: Art. 105.** Para prestarem juramento no mesmo dia (7 de Janeiro posterior á apuração eleitoral) serão convidados pelas camaras os juizes de paz eleitos, cujos supplentes serão os immediatos em votos.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 56.** Os juizes de paz continuão a ser substituidos na fórma das leis e ordens em vigor.

**Lei de 20 de Out. de 1875: Art. 2 § 33.** Os juizes de paz do quadriennio anterior são obrigados a servir enquanto os novos eleitos não fôrem empossados.

---

(\*) O processo eleitoral acha-se nas leis aqui citadas, e respectivos regulamentos. A lei de 9 de Janeiro de 1881, que contém a reforma eleitoral foi retocada pela de 7 de Outubro de 1882.

SECÇÃO III

*Atribuições policiais dos juizes de paz*

**Lei de 1 de Out. de 1887: Art. 5.** Ao juiz de paz compete:

§ 3. Fazer separar os ajuntamentos, em que ha manifesto perigo de desordem; ou fazer vigial-os afim de que nelles se mantenha a ordem; e em caso de motim deprecar a força armada para rebate-lo, sendo necessario.

A acção, porém, da tropa não terá logar senão por ordem expressa do juiz de paz, e depois de serem os amotinadores admoestados tres vezes para se recolherem ás suas casas, e não obdecerem.

§ 4. Fazer pôr em custodia o bebado durante a bebedice.

§ 5. Evitar as rixas, procurando conciliar as partes, fazer que não haja vadios, nem mendigos, obrigando-os a viver de honesto trabalho, e corrigir os bebados por vicio, turbulentos e meretrizes escandalozas, que perturbão o socego publico, obrigando-os a assignar termo de bem-viver, com comminação de pena, e vigiando sobre o seu procedimento ulterior.

§ 6. Fazer destruir os quilombos e providenciar a que se não formem.

§ 7. Fazer auto de corpo de delicto, nos casos e pelo modo marcado na lei.

§ 8. Sendo indicado o delinquente, fazer conduzi-lo á sua presença para interroga-lo á vista dos factos existentes, e das testemunhas, mandando escrever o resultado do interrogatorio. El provado com evidencia quem seja o delinquente, fazer prende-lo na conformidade da lei, remettendo-o immediatamente com o interrogatorio ao juiz criminal respectivo.

§ 9. Ter uma relação dos criminosos para fazer prende-los, quando se acharem no seu districto, podendo em seguimento delles entrar nos districtos vizinhos; e tendo noticia de algum criminoso em outro districto, avisar disso ao juiz de paz, e ao juiz criminal respectivo.

§ 10. Fazer observar as posturas policiaes das camaras, impondo as penas dellas aos seus violadores.

§ 11. Informar o juiz de orphãos ácerca do menor ou desavisado, a quem fallecer o pai ou que se achar abandonado pela ausencia ou deleixo do mesmo.

Informar igualmente ao mesmo juiz ácerca do direitos, que comecem a existir a favor de pessoas, que não exercerem plenamente a administração de seus bens e ácerca dos bens abandonados pela ausencia de seus donos, falta ou deleixo dos seus procuradores enquanto o juiz dos orphãos não providenciar, acautelar o perigo, que possa haver, tanto sobre as pessoas, como sobre os bens, remettendo immediatamente ao respectivo juiz o auto, que a tal assumpto praticar.

§ 12. Vigiar sobre a conservação das matas e florestas publicas, onde as houver, e obstar nas particulares ao corte de madeiras reservadas por lei.

§ 13. Participar ao presidente da provincia todas as descobertas, que, ou casualmente ou em virtude de diligencias publicas ou particulares, se fizerem no seu districto, de quaesquer producções uteis do reino mineral, vegetal, ou animal, remettendo-lhes as amostras.

§ 14. Procurar a composição de todas as contendas e duvidas, que se suscitarem entre moradores do seu districto, acerca de caminhos particulares, atrevesadouros e passagens de rios ou ribeiros; acerca do uso das aguas empregadas na agricultura ou mineração; dos pastos, pescas e caçadas; dos limites, tapagens e cercados das fazendas e campos; e acerca finalmente dos damnos feitos por escravos, familiares, ou animaes domesticos.

§ 15. Dividir o districto em quarteirões, que não conterão mais de 25 casas; e nomear para cada um delles um official, que o avise de todos os acontecimentos, e execute as suas ordens.

**Lei de 26 de Ag. de 1830 : Art. 1.** Está abolido o logar de juiz almotacé; e as suas attribuições em vigor, que



não forão expressamente transferidas para as camaras municipales ou para outras autoridades, pelas leis respectivas de suas creações, pertencem aos juizes de paz. (\*)

**Cod. proc.: Art. 12.** Aos juizes de paz compete:

§ 1. Tomar conhecimento das pessoas, que de novo vierem habitar no seu districto, sendo desconhecidas ou suspeitas; e conceder passaporte ás pessoas que lhe requererem.

§ 2. Obrigar a assignar termo de bem-viver aos vadios, mendigos, bebados por habito, prostitutas, que perturbão o socco publico, os turbulentos que por palavra ou acções offendem aos bons costumes, á tranquillidade publica, e á paz das familias.

§ 3. Obrigar a assignar termo de segurança aos legalmente suspeitos da pretensão de commetter algum crime, podendo comminar neste caso, assim como aos comprehendidos no paragrapho antecedente, multa até trinta mil réis, prisão até trinta dias e tres mezos de casa de correcção ou officinas publicas.

§ 4. Proceder á auto de corpo de delicto.

§ 5. Prender os culpados, ou o seião no seu ou em qualquer outro juizo.

§ 8. Dividir o seu districto em quarteirões, contendo cada um, pelo menos, vinte o cinco casas habitadas.

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 91.** A jurisdicção policial ...dos juizes de paz fica limitada á que lhes é conferida pelos §§ 4, 5, 6, 7, 9 e 14 do artigo 5 da lei de 15 de Outubro de 1827.

No exercicio de suas attribuições servir-se-hão dos inspectores dos subdelegados, e terão escriptões que poderão ser os destes.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 65.** As attribuições policiaes dos juizes de paz consistem:

1.º Em fazer pôr em custodia o bebado, durante a bebedice.

2.º Em evitar as rixas, procurando conciliar as partes.

(\*) Sobre as attribuições dos juizes almotacés, veja a Ord. liv. 1 tit. 68.

3.º Em fazer que não haja vadios, nem mendigos, obrigando-os a viver de honesto trabalho.

4.º Em corrigir os bebados por vicio, turbulentos, e meretrizes escandalosas, que perturbão o socego publico, obrigando-os a assignar termo de bem-viver, com comminação de pena, e vigiando o seu procedimento ulterior.

5.º Em fazer destruir os quilombos, e providenciar para que se não formem.

6.º Em fazer corpos de delicto.

7.º Em ter uma relação dos criminosos para os fazer prender.

8.º Em avisar os juizes de paz dos outros districtos, os chefes de policia, delegados e subdelegados, ácerca dos criminosos que souberem que existem nos seus districtos.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871 : Art. 19.** Além das attribuições subsistentes, competem aos juizes de paz :

§ 2. Obrigar a assignar termo de segurança e bem-viver, não podendo porém julgar as infracções de taes termos.

#### SECÇÃO IV

##### *Attribuições criminaes dos juizes de paz*

**Cod. proc. : Art. 12.** Aos juizes de paz compete :

§ 4. Formar culpa aos delinquentes.

§ 6. Conceder fiança, na fórma da lei, aos declarados culpados no juizo de paz.

§ 7. Julgar: 1.º, as contravenções ás posturas das camaras municipaes ; 2.º, os crimes a que não esteja imposta pena maior que a multa até 100\$000 réis, prisão, degredo ou desterro até 6 mezes, com multa correspondente á metade deste tempo ou sem ella, e 3 mezes de casa de correcção ou officinas publicas, onde as houver.

**Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 31.** A jurisdição criminal dos juizes de paz fica limitada á que lhes é conferida pelos §§ 4, 5, 7, 9 e 14 do artigo 5 o da lei de 15 de Outubro de 1827.

**Lei de 20 de Set. de 1871 : Art. 2.** Aos juizes de paz, além das suas actuaes attribuições, compete:

§ 1. O julgamento das infracções de posturas municipaes, com appellação para os juizes de direito; ficando, porém, supprimida a competencia para julgar as infracções dos termos de segurança e bem-viver.

§ 2. A concessão de fiança provisoria.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871 : Art. 19.** Além das attribuições subsistentes, compete aos juizes de paz:

§ 1. Processar e julgar as infracções de posturas municipaes.

§ 3. Conceder fiança provisoria.

#### SECÇÃO III

#### *Jurisdicção civil dos juizes de paz*

**Lei de 15 de Out. de 1827 : Art. 5.** Ao juiz de paz compete :

§ 1. Conciliar as partes, que pretendem demandar por todos os meios pacificos, que estiverem ao seu alcance, mandando lavrar termo do resultado, que assignará com as partes e escrivão.

§ 2. Julgar pequenas demandas, cujo valor não exceda a 50\$000, ouvindo as partes, e á vista das provas apresentadas por ellas, reduzindo-se tudo a termo, na fôrma do paragrapho antecedente.

**Lei de 11 de Out. de 1837 : Art. 14.**— O conhecimento de todas as acções derivadas de contrato de locação de

serviços, celebrados na conformidade da presente lei, será da privativa competência dos juizes de paz do fôro do locatario, que as decidiráõ summariamente em audiencia geral ou particular para o caso, sem outra fórma de processo que não seja a indispensavelmente necessaria para que as partes possam allegar, provar em termo breve o seu direito, admittindo a decisão por arbitros na sua presença, quando alguma das partes a requerer, ou elles a julgarem necessaria por não serem liquidas as provas. (\*)

**Reg. de 15 de Març. de 1842 : Art. 1.**—Aos juizes de paz compete:

1.º Conciliar por todos os meios pacificos, que estiverom ao seu alcance, as partes que pretenderem demandar, precedendo na fórma prescripta nos artigos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 da disposição provisoria sobre a administração da justiça civil, e fazendo lavrar, das conciliações que se verificarem, termos mui circumstanciados e claros, os quaes terão força de sentença, na conformidade do artigo 4 do decreto de 20 de Setembro de 1829.

Para que sejam exequiveis estes termos, serão fielmente passados por certidão subscripta pelo escrivão do juizo e rubricada pelo juiz.

2.º Conhecer verbal e summarissimamente, e julgar definitivamente as pequenas demandas, cujo valor não exceder á sua alçada, ouvindo as partes, e, á vista das provas apresentadas por ellas, reduzindo-se tudo a termo, que deverá conter a sua decisão e ser assignado por elle, pelas partes e pelo escrivão.

3.º Conhecer e decidir pela mesma maneira as causas de almotaceria que não excederem á sua alçada, na fórma do decreto de 26 de Agosto de 1830 e artigo 114 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

4.º O conhecimento de todas as acções derivadas de contratos, de locação de serviços, o qual, na conformidade da lei

---

(\*) Esta disposição com toda a lei de 11 de Outubro de 1837 está revogada pelo artigo 3 da lei de 15 de Março de 1879.

de 11 de Outubro de 1837, continúa a ser da privativa competência dos juizes de paz do fôro do locatario.

**Lei de 20 de Set. de 1871 : Art. 22.**— Aos juizes de paz compete o julgamento das causas civeis até o valor de 100\$000, com appellação para os juizes de direito.

### CAPITULO III

#### JUIZES MUNICIPAES

##### SECÇÃO 1

*Creação, nomeação, tempo de exercicio, e incompatibilidade*

**Cod. de pro. : Art. 5.** Haverá em cada termo ou julgado.. um juiz municipal.

**Art. 33.** Para a nomeação dos juizes municipaes, as camaras municipaes respectivas, farão de tres em tres annos uma lista de tres candidatos, tirados dentre os seus habitantes, formados em direito, ou advogados habéis, ou outras quaesquer pessoas bem conceituadas e instruidas, e nas faltas repentinas, a camara nomeará um que sirva interinamente.

**Art. 34.** Estas listas serão remettidas ao governo na provincia onde estiver a Côrte, e aos presidentes em conselho nas outras, para ser nomeado dentre os tres candidatos um, que deve ser o juiz municipal do termo.

**Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 13.** Os juizes municipaes serão nomeados pelo Imperador dentre os bachareis formados em direito, que tenham pelo menos um anno de pratica do fôro, adquirida depois da sua formatura.

**Art. 14.** Estes juizes servirão pelo tempo de quatro annos,

**findos os quaes, poderão ser reconduzidos ou nomeados para outros logares, por outro tanto tempo com tanto que tenham bem servido.**

**Reg. de 31 de Jan. de 1841. Art. 31.** Nos municípios que tiverem uma extensão e população regular haverá um juiz municipal.

Nos grandes e populosos, em que a affluencia dos negocios assim o exigir, poderá haver até tres com jurisdicção cumulativa.

**Art. 32.** Os municípios que fôrem pequenos, que tiverem pouca população, e os que não produzirem o numero de 50 jurados, poderão ser reunidos até o numero de tres, debaixo da jurisdicção de hum só juiz municipal.

**Art. 33.** Em quanto não houver um bacharel formado idoneo, que sirva o logar de juiz municipal em um termo, servirá nelle o 1.º juiz da lista, de que trata o artigo 19 da lei de 3 de Dezembro de 1841, sendo os cinco que se seguirem seus supplentes.

O mesmo se observará naquelles municípios, que fôrem tão insignificantes pela sua pequena extensão, população, ou importancia (não convindo reuni-los a outros) que não se tornem nelles absolutamente precisos juizes municipaes bachareis formados.

**Art. 34.** Os juizes municipaes serão nomeados pelo Imperador d'entre os bachareis formados em direito, que tenham pelo menos um anno de pratica do fôro, adquirida depois da sua formatura.

**Art. 35.** O anno de pratica exigido pela lei, será contado desde a data em que o bacharel formado se tiver apresentado e inscripto na classe dos advogados dos auditorios de uma cidade ou villa; e a frequencia e exercicio do fôro nesse anno, será provada por attestação de presidente da relação (si a

houver no logar), dos juizes do civil (si tambem os houver) do juiz municipal e do juiz de orphãos (si o houver separado), pelas quaes se mostre não sómente que fallou em feitos, pelo menos perante alguns desses juizes, como tambem que foi assiduo em frequentar as suas audiencias, e as sessões dos jurados.

**Art. 36.** Os juizes municipaes servirão pelo tempo de quatro annos, findos os quaes, serão promovidos aos logares de juiz de direito, quando hajão vagas, reconduzidos, ou passados para melhores logares, si tiverem bem servido.

Durante o quatrienio sómente deixaráõ os logares nos seguintes casos :

- 1.º Si fôrem nomeados juizes de direito.
- 2.º Si fôrem removidos para outro logar a requerimento seu.
- 3.º Si pedirem demissão, e o governo lh'a conceder.
- 4.º Si fôrem privados do logar por sentença.

**Art. 37.** Os presidentes das provincias enviarão de 6 em 6 mezes á secretaria de estado dos negocios da justiça uma informação circunstanciada ácerca da maneira por que os juizes municipaes, de orphãos, e promotores, que fôrem bachareis formados, servem os seus logares, fazendo especificada menção de todas as queixas, que contra elles houverem recebido, quando fundamentadas, e do destino e solução, que tiverem tido.

**Art. 38.** Os juzes [de direito das comarcas enviarão nas mesmas épocas aos presidentes das provincias (os quaes, com as observações que julgarem conveniente fazer, a transmittiráõ á secretaria d'Estado dos negocios da justiça) uma informação circunstanciada e fundamentada ácerca da maneira por que os sobreditos juizes municipaes, de orphãos e promotores, que fôrem bachareis formados, servem esses logares, para o que no julgamento dos recursos, que lhes fôrem presentes, nos crimes de responsabilidade, nas sessões dos jurados, e nas correições que fizerem para o fim indicado no artigo 119 da lei de 3 de

Dezembro de 1841, tomarão as notas e lembranças, que fôrem precisas, munindo-se dos necessarios documentos.

**Art. 39.** Todas as vezes que o supremo tribunal de justiça, ou as relações mandarem formar culpa por crime de responsabilidade a algum juiz municipal, e de orphãos, ou promotor, bacharel formado, em virtude do artigo 157 do codigo do processo, o participaráo, pelo intermedio do seu presidente, ao ministro e secretario de estado dos negocios da justiça.

**Art. 40.** As informações, que se obtiverem pelos meios marcados nos artigos antecedentes.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 1 § 4.** E' incompativel o cargo de juiz municipal com o de qualquer autoridade policial.

**Decr. de 22 de Nov. de 1871: Art. 7º.** Os cargos de juiz municipal e de juiz substituto são incompativeis com o de qualquer autoridade policial.

Esta incompatibilidade abrange os respectivos supplentes.

A aceitação de cargo judiciario importa a perda do policial, e não poderão ser nomeados delegados ou subdelegados de policia os que tiverem cargo judiciario, ainda sendo meros supplentes.

## SEÇÃO II

### *Substituição dos juizes municipaes*

**Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 55.** Os juizes, municipaes quando passarem a exercer as funcções de juiz de direito na comarca, ou de chefe de policia, nos termos do artigo 53 deste regulamento, ou quando tiverem algum legitimo impedimento, ou fôrem suspeitos, serão substituidos pelos seus supplentes, na fórma do artigo 19 da lei de 3 de Dezembro de 1841.



Nos logares, onde houver mais de um juiz municipal, por virtude do artigo 20 da mesma lei, nomear-se-ha para cada um os seus supplentes, na fórma do artigo 19 citado.

**Art. 311 § 10.** Logo que um juiz municipal substituir o juiz de direito na comarca, paseará o seu supplente a exercer as funcções do juiz municipal do termo.

### SECÇÃO III

#### *Attribuições policiaes dos juizes municipaes*

**Cod. do proc. : Art. 35.** O juiz municipal tem as seguintes attribuições :

§ 3. Executar cumulativamente a jurisdição policial.

**Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 17.** Competem aos juizes municipaes :

§ 2. As attribuições policiaes, que competião aos juizes de paz.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 64.** Aos juizes municipaes, como autoridades policiaes, competem as mesmas attribuições que pertencem aos delegados, exceptuadas as que vem especificadas nos §§ 9, 10, 13, 14e 15 do artigo 58 do presente regulamento.

### SECÇÃO IV

#### *Attribuições criminaes dos juizes municipaes*

**Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 17.** Competem aos juizes municipaes :

§ 1. Julgar definitivamente o contrabando, excepto o apprehendido em flagrante, cujo conhecimento, na fórma das

leis e regulamentos de fazenda, pertence ás autoridades administrativas; e o de africanos, que continuará a ser julgado na fôrma do processo commum.

§ 2. As attribuições criminaes que competião aos juizes de paz.

§ 3. Sustentar ou revogar *ex-officio*, as pronuncias feitas pelos delegados e subdelegados.

§ 4. Verificar os factos que fizerem objecto de queixa contra os juizes de direito das comarcas em que não houver relação, inquirir sobre os mesmos factos testemunhas, e facilitar ás partes a extracção dos documentos que ellas exigirem para bem a instruirem, salva a disposição do artigo 161 do codigo do processo criminal.

§ 5. Conceder fiança aos réos que pronunciarem ou prenderem.

§ 6. Julgar as suspeições postas aos subdelegados.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 211.** Aos juizes municipaes, na parte criminal, compete:

1. Julgar definitivamente o contrabando, excepto o apprehendido em flagrante, cujo conhecimento, na fôrma das leis e regulamentos de fazenda, pertence ás autoridades administrativas; e o de africanos, que continuará a ser julgado na fôrma do processo commum.

2. Proceder a auto de corpo de delicto, e formar culpa aos delinquentes, e aos officiaes que perante elles servirem.

3. Conceder fiança na fôrma das leis aos réos que pronunciarem ou prenderem.

4. Prender os culpados, ou o sejião no seu ou em outro juizo.

5. Conceder mandados de busca.

6. Sustentar ou revogar *ex-officio* as pronuncias feitas pelos delegados e subdelegados.

7. Verificar os factos, que fizerem objecto de queixa contra os juizes de direito das comarcas, em que não houver relação; inquirir sobre os mesmos factos testemunhas, e facilitar ás

partes a extracção dos documentos, que ellas exigirem para bem a instruirem, salva a disposição do art. 161 do Codigodo Processo Criminal.

8. Julgar as suspeições postas aos subdelegados.

9. Executar dentro do termo as sentenças e mandados dos juizes de direito ou tribunaes.

11. As attribuições criminaes que pertencião aos juizes de paz até a data da lei de 3 de Dezembro de 1841, e que ella não devolveu especialmente ás autoridades que creou.

**Lei de 30 de Set. de 1871. Art. 3.** Aos juizes municipaes fica competindo, além das outras attribuições:

§ 1. A organização do processo crime de contrabando fóra de flagrante delicto.

§ 2. O julgamento da infracção dos termos de segurança e bem-viver, que as autoridades policiaes e os juizes de paz tiverem feito assignar.

**Art. 4.** Aos juizes de direito das comarcas do artigo 1, e bem assim aos juizes municipaes de todos os outros termos fica exclusivamente pertencendo :

1.º A pronuncia dos culpados nos crimes communs.

2.º O julgamento nos crimes, de que trata o artigo 12 § 7 do codigo do processo criminal, e o da infracção dos termos de segurança, e bem-viver ;

Podendo ser auxiliados pelos seus substitutos no preparo e organização dos respectivos processos até o julgamento e pronuncia exclusivamente; e com a mesma limitação pelos delegados e subdelegados de policia, quanto aos processos dos crimes do citado artigo 12 § 7 do codigo do processo criminal.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 16.** Aos juizes municipaes competem, além das attribuições subsistentes, as seguintes:

1.º A organização do processo de contrabando fóra do flagrante delicto.

2.º O julgamento das infracções dos termos de segurança e bem-viver que as autoridades policiaes ou os juizes de paz houverem feito assignar.

**Art. 17.** Ficão-lhes exclusivamente competindo:

1.º O julgamento dos crimes de que trata o artigo 12 § 7 do codigo do processo criminal e mais processos policiaes.

2.º A pronuncia nos crimes communs, com recurso necessario para o juiz de direito respectivo.

#### SECÇÃO V

##### *Jurisdicção civil dos juizes municipaes*

**Cod. proc. : Art. 35.** Os juizes municipaes tem as seguintes attribuições:

§ 2. Executar dentro do termo as sentenças e mandados dos juizes de direito ou tribunaes.

**Disp. prov. : Art. 8.** Os juizes municipaes ficão autorizados para prepararem e processarem todos os feitos, até sentença final exclusiva, e para a execução da sentença.

**Decr. de 23 de Abr. de 1835.** A Rogencia permanente. . . ha por bem, em ampliação ao decreto de 3 de Outubro de 1833, ordenar, que, no caso de faltarem simultaneamente dous juizes do civil neste municipio (da côrte) passe o preparo dos feitos respectivos ao juiz municipal.

**Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 114.** Aos juizes municipaes compete:

1. Conhecer e julgar definitivamente todas as causas civeis, ordinarias ou summarias, que se moverem no seu termo, proferindo suas sentenças sem recurso, mesmo de revista, nas causas que couberem em sua alçada, que serão de 32\$000 nos bens de raiz, e de 64\$000 nos moveis.

2. Conhecer e julgar da mesma forma, contenciosa e administrativamente, todas as causas da competencia da provedoria dos residuos.

3. Conhecer e julgar definitivamente todas as causas de almotaceria que excederem á alçada dos juizes de paz.

4. Executar no seu termo todos os mandados e sentenças civeis, tanto as que fôrem por elles proferidas, como as que fôrem por outros juizes ou tribunaes, com excepção unicamente das que couberem na alçada dos juizes de paz.

5. Toda a mais jurisdicção civil que exercerem os actuaes juizes do civil.

**Reg. de 15 de Març. de 1842: Art. 2.** Aos juizes municipaes compete :

1. Conhecer e julgar definitivamente todas as causas civeis, ordinarias ou summarias, que se moverem no seu termo, á excepção daquellas que têm privilegio de fôro.

2. Conhecer e julgar da mesma forma, contenciosa e administrativamente, todas as causas da competencia da provedoria dos residuos.

3. Conhecer e julgar definitivamente no seu termo (ainda que haja nelle juiz do civil), todas as causas de almotaceria que excederem á alçada dos juizes de paz.

4. Executar no seu termo todos os mandados e sentenças civeis, tanto as que fôrem por elles proferidas, como por outros juizes ou tribunaes, com excepção unicamente das que couberem na alçada dos juizes de paz, porque estas serão executadas por elles.

5. Exercer, na forma das leis em vigor, toda a mais jurisdicção civil que exercião os juizes do civil.

6. Substituir os actuaes juizes do civil nos seus impedimentos.

Nos lugares onde houver mais de um juiz municipal, o governo na corte e os presidentes nas provincias, marcarão a ordem pela qual deverão substituir os juizes do direito do civil, quando haja mais de um.

7. Exercer a jurisdição dos juizes de orphãos nos termos em que os não houver por não terem sido creados, ou em que as suas funções não fôrem exercidas pelos juizes do civil.

**Lei de 20 de Set. de 1871 : Art. 23.** Aos juizes municipaes compete :

§ 1. O preparo de todos os feitos civeis que cabem ao juiz de direito julgar.

§ 2. O processo e julgamento das causas civeis do valor de mais de 100\$000 até 500\$000, com appellação para os juizes de direito.

§ 3. A publicação e execução das sentenças civeis, podendo ser perante elles interpostos e preparados os recursos que dellas couberem.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 64.** Competem aos juizes municipaes.

1. O preparo de todos os feitos civeis, cujo julgamento pertença aos juizes de direito.

2. O processo e julgamento das causas civeis do valor de mais de 100\$000 até 500\$000 com appellação no effeito suspensivo para os juizes de direito.

3. A publicação e execução das sentenças civeis, podendo ser perante elles interpostos e preparados os recursos que no caso couberem, salvas as decisões da competencia dos juizes de direito.

#### SECÇÃO VI

##### *Jurisdição dos juizes municipaes nos termos reunidos*

**Deer. de 24 de Març. de 1843 : Art. 1.** Nos municipios e termos, que se acharem, ou fôrem reunidos á outros por virtude do disposto no artigo 31 da lei de 3 de Dezembro de 1841, continuar-se-ha a observar as disposições

dos regulamentos ns. 120 e 143, formando os ditos termos um só conselho de jurados com aquelles á que fôrem reunidos, e deixando de ter em si fôro cível, que passará para o lugar que fôr designado para a reunião do conselho e da junta revisora.

**Art. 2.** Os municipios porém, que fôrem ou se acharem reunidos debaixo da autoridade de um só juiz municipal, por virtude do disposto no artigo 20, e tiverem apurado maior numero de juizes de facto, que o declarado no artigo 31 da referida lei; continuarão a ter fôro cível, e cada um terá seu conselho de jurados, separado dos outros municipios á que fôrem annexados, devendo a reunião do dito conselho verificar-se na respectiva villa, para o julgamento de todas as causas que lhe pertencerem, como se o municipio reunido não fôra.

**Art. 3.** Para cada um dos municipios, de que trata o artigo antecedente, serão nomeados os juizes supplentes, de que tratão os artigos 18 e 19 da referida lei de 3 de Dezembro de 1841, e poderá ser nomeado um delegado.

**Art. 4.** Os juizes municipaes, cuja autoridade abranger dous ou tres municipios, que estiverem nas circumstancias do artigo 2, residirão successivamente em cada um delles, segundo o exigirem as necessidades do serviço publico e as ordens que lhes fôrem transmittidas pelo presidente da provincia.

**Art. 5.** Quando o juiz municipal sahir de um dos ditos municipios para se passar á outro promiscuamente sujeito á sua jurisdicção, deixará a vara ao supplente a quem tocar.

**Art. 6.** Enquanto os juizes municipaes residirem, e estiverem em exercicio em qualquer dos termos ou municipios reunidos sob sua autoridade, a jurisdicção dos supplentes,

quanto ao crime não comprehenderá as sentenças finais, nos crimes em que compete o julgamento aos juizes municipaes, e nem as pronuncias.

Procedendo os ditos supplentes á todas as diligencias preparatorias, remetterão aos juizes municipaes em qualquer das villas de sua jurisdicção, em que se acharem os processos crimes que tiverem de ser julgados á final, e aquelles em que se tiver de proferir sentença de pronuncia.

Do mesmo modo serão remettidos aos juizes municipaes as pronuncias dos delegados e subdelegados por lhes competir a confirmação ou revogação.

**Art. 7.** Nas causas civeis e de orphãos, enquanto o juiz municipal exigir em qualquer dos municipios de sua jurisdicção, os supplentes não poderão proferir sentenças finais, e nem interlocutorias com força definitiva, nem despachos, de que caiba agravo de petição ou instrumento, e deverão remetter os feitos, quando estiverem no caso de se proferir taes sentenças e despachos ao juiz municipal em qualquer municipio em que estiver para os despachar.

Despachados os autos, o dito juiz os remetterá ao supplente para os publicar na audiencia que fizer, procedendo este em tudo o mais como praticavão os juizes pela lei nas villas, que se achavão promiscuamente sujeitas a jurisdicção de um só juiz de fóra ; segundo o disposto no alvará de 28 de Janeiro de 1785.

**Art. 8.** Quando os juizes municipaes cuja autoridade abranger dous ou tres municipios faltarem, e estiverem ausentes fóra dos ditos municipios ou impedidos, os supplentes exercerão nos respectivos municipios a jurisdicção plena, que compete aos ditos juizes, do mesmo modo porque o fazem os supplentes nos termos e municipios não reunidos.



## CAPITULO IV

### SUPLENTES DOS JUIZES MUNICIPAES

#### SECÇÃO I

#### *Nomeação e numero dos supplentes municipaes.*

**Lei de 3 de Dez. de 1842: Art. 16.** Em quanto se não estabelecerem os juizes do artigo 13, e nos logares onde elles não forem absolutamente precisos, servirão os substitutos do artigo 19.

**Art. 18.**— Quando os juizes municipaes passarem a exercer as funções de juiz de direito, ou tiverem algum legitimo impedimento, ou forem suspeitos, serão substituidos por supplentes na fórma do artigo seguinte.

**Art. 19.**— O governo na côrte, e os presidentes nas provincias, nomearão por quatro annos seis cidadãos notaveis do logar, pela sua fortuna, intelligencia e boa conducta, para substituirem os juizes municipaes nos seus impedimentos, segundo a ordem em que seus nomes estiverem.

Si a lista se esgotar, far-se-ha outra nova pela mesma maneira, devendo os incluidos nesta servir pelo tempo que faltar aos primeiros seis; e em quanto ella se não formar, os vereadores servirão de substitutos pela ordem da votação.

**Decr. de 21 de Nov. de 1849: Art. 1.** A nomeação, que o governo na côrte, e os prezidentes nas provincias devem fazer, por disposição do artigo 19 da lei de 3 de Dezembro de 1841, de seis cidadãos para substituirem os juizes

municipaes, nos seus impedimentos, só terá logar nos casos seguintes :

§ 1°. Quando se crear algum logar de juiz municipal, ou algum dos municipios existentes adquirir os requisitos necessarios para ter fôro civil, na fôrma dos artigos 2 e 3 do decreto n. 276 de 24 de Março de 1843.

§ 2°. Quando findar o quadriennio marcado a duração do exercicio dos nomeados para os municipios existentes.

§ 3°. Quando no decurso dos quatro annos se esgotar a lista dos nomeados.

**Art. 2.** Dos seis cidadãos nomeados para substituirem os juizes municipaes em seus impedimentos, se formará uma lista pela ordem numerica do primeiro a sexto.

**Art. 3.** A nomeação dos supplentes substituirá em seu inteiro vigor, e a lista em sua ordem, pelo espaço de 4 annos, nos casos do art. 1 § § 1 e 2.

No caso, porém, de se haver de nomear novos, em virtude do § 3, substituirá a nomeação, e se conservará a ordem da nova lista, pelo tempo que faltar aos primeiros, para preencher o quadriennio.

**Art. 4.** Os supplentes serão chamados á substituição dos juizes municipaes, e de orphãos, nos casos designados no art. 18 da lei de 3 de Dezembro de 1841, seguindo a ordem em que seus nomes estiverem na lista, precedendo sempre o primeiro ao segundo, este ao terceiro, e assim por diante : não podendo em caso algum, o de numero inferior encarregar-se da substituição, sem que falem ou estejam impedidos os que o precederem.

**Art. 5.** Não é permittido fazer nomeações parccas, durante o quadriennio, em quanto não estiver totalmente esgotada a lista dos primeiros nomeados.

**Art. 6.** Também não é permitido, a qualquer pretexto, alterar a ordem, em que forem designados os supplentes, na occasião da nomeação, ou esta seja feita por força do art. 1º §§ 1, e 2, ou por força do mesmo artigo § 3.

**Art. 7.** Em quanto a lista se não formar, nos casos do art. 1º, servirá de substitutos os vereadores, pela ordem da votação.

**Art. 8.** As disposições deste decreto não prejudicão o estado em que actualmente se acharem, em quaesquer municipios, as listas dos supplentes dos juizes municipaes, apesar de nomeações ou alterações, que tenham feito os prezidentes das provincias, se ao tempo da publicação já tiverem tido effeito.

**Art. 9.** Acontecendo, porém, que ao tempo da publicação deste decreto, as nomeações e alterações, de que trata o artigo antecedente, ainda não tenham tido algum effeito, não se havendo praticado acto algum em virtude dellas, não cassadas, observando-se o disposto nos artigos 1, 2, 3, 4, 5, 6.

**Dec. de 16 de Dez. de 1865: Art. 1.** As nomeações dos supplentes dos juizes municipaes serão feitas antes de terminar o quatriennio actual, e com a antecedencia necessaria para que os nomeados possam entrar em exercicio, immediatamente que o dito quatriennio for findo.

**Art. 2.** A antecedencia das nomeações não excederá o prazo de um mez na côrte, de seis mezes nas provincias de Mato-grosso, Goiaz e Minas, e de quatro mezes nas demais provincias.

**Lei. de 20 de Ag. de 1871: Art. 1 § 3.** São reduzidos a tres os supplentes dos juizes municipaes de cada termo.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 6.** O numero dos supplentes dos juizes municipaes, bem como o dos substitutos dos juizes de direito, dos delegados e subdelegados de policia, é reduzido a tres.

§ 1. Os supplentes dos juizes municipaes e dos juizes substitutos serão nomeados pelos presidentes nas provincias, e pelo governo na côrte, para servirem por quatro annos, durante os quaes só terá lugar a demissão delles, a seu pedido ou nos seguintes casos:

Mudança definitiva de residencia para fóra do termo.

Aceitação de cargo incompativel com o de supplente.

Impedimento prolongado por mais de seis mezes.

Sentença condemnatoria da autoridade competente.

§ 2. Nos casos do paragrapho antecedente, ou quando se derem vagas por falta de juramento, no prazo marcado ou por fallecimento serão ellas preenchidas, e os novos nomeados servirão até o fim do quadriennio, occupando os ultimos lugares na escala dos supplentes.

Fóra destes casos não é alteravel a ordem da supplencia.

§ 5. Quatro mezes depois dessa publicação (da lei de 20 de Setembro 1871) serão nomeados os supplentes dos juizes municipaes no mesmo dia em cada provincia.

## SECÇÃO II

### *Atribuições criminaes dos juizes supplentes dos juizes municipaes*

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: —Art. 6 § 3.** Os supplentes dos juizes municipaes, além de os substituirem todos tres com elles cooperação activa e e continuamente, nos actos da formação da culpa dos crimes communs e mais procedimentos criminaes da competencia dos mesmos juizes, até a pronuncia e julgamento exclusivamente.

§ 4. O termo da jurisdicção do juiz municipal será subdividido em tres districtos especiaes, designando-se a cada supplente um delles, em que de preferencia terá exercicio; sem por isso deixar de ser competente para ordenar as prisões e quaesquer diligencias do seu officio, e, sempre que fór necessario, proceder tambem aos actos da formação da culpa, nos outros districtos especiaes.

Os presidentes das provincias farão essas subdivisões de districtos especiaes, não podendo alteral-as durante o exercicio dos respectivos supplentes, salvo se houver augmento ou diminuição de territorio.

§ 5. Dous mezes depois da publicação da lei serão nomeados os supplentes dos juizes substitutos para todas as comarcas especiaes.

**Art. 18.** Aos supplentes dos juizes municipaes compete:

1.º Além da substituição dos juizes municipaes em seus impedimentos, cooperar no preparo de todos os processos crimes a cargo dos mesmos juizes até a pronuncia e julgamento exclusivamente.

2.º Conceder fianças.

### SECÇÃO III

#### *Jurisdicção civil dos juizes supplentes dos juizes municipaes*

**Reg. de 22 de Nov. de 1871:** Art. 73. Nos termos reunidos o respectivo supplente do juiz municipal, em exercicio deverá preparar o feito de valor superior a 500\$000, e remette-lo ao mesmo juiz, o qual, antes de o fazer subir ao juiz de direito, poderá ordenar as diligencias, que julgar necessarias, devolvendo o processo ao supplente com as convenientes instrucções.

Quanto aos feitos de valor inferior a 500\$000, serão preparados segundo a legislação vigente, e na forma do novo processo estabelecido; fazendo-se remessa delle ao juiz municipal para o julgamento final.

## CAPITULO V

### JUIZES DE DIREITO

#### SEÇÃO I

#### *Creação nomeação dos juizes de direito e condições de sua existencia*

**Cod. proc.:** Feita a divisão (territorial) haverá em cada comarca um juiz de direito; nas cidades populosas porém, poderão haver tres juizes de direito com jurisdicção cumulativa, sendo um delles o chefe de policia.

**Art. 44.** Os juizes de direito serão nomeados pelo Imperador, dentre os bachareis formados em direito, maiores de 22 annos, bem conceituados e que tenham pelo menos, um anno de pratica no fóro, podendo ser provada por certidão dos presidentes das relações ou juizes de direito, perante quem tenham servido; tendo preferencia os que tiverem servido de juizes municipaes e promotores.

**Art. 45.** Os juizes de direito não serão tirados de uma para outra comarca, senão por promoção aos logares vagos das relações a que tenham direito ou quando a utilidade publica assim o exigir.

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 24.** Os juizes de direito serão nomeados pelo Imperador, dentre os cidadãos habilitados, na forma do artigo 44 do codigo do processo; e

quando tiverem decorrido quatro annos da execução desta lei, só poderão ser nomeados juizes de direito aquelles bachareis formados que tiverem servido com distincção os cargos de juizes municipaes ou de orphãos, e promotores publicos ao menos por um quatriennio completo.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 199.** Os juizes de direito serão nomeados na conformidade do artigo 24 da lei de 3 de Dezembro de 1841, e sómente deixaráõ os logares:

1.º Sendo removidos de umas para outras comarcas na fórma do artigo 45 do código do processo.

2.º Sendo promovidos aos logares vagos das relações na fórma do dito artigo.

3.º Requerendo a sua demissão, e sendo-lhes concedida.

4.º Sendo privados do logar por sentença.

**Decr. de 26 de Jul. de 1850: Art. 1.** Os juizes de direito serão nomeados pelo Imperador dentre os bachareis formados, que tiverem servido com distincção os cargos de juiz municipal, de orphãos e promotor publico ao menos por quatro annos completos.

§ 1. É necessario, que esse serviço tenha realmente consistido no exercicio dos cargos acima referidos, ou na substituição dos juizes de direito, e não no desempenho de outros empregos ou comissões.

O tempo de interrupção por licença ou molestia, que exceder de seis mezes durante o quatriennio, não será também contado.

§ 2. O official maior da secretaria de estado dos negocios da justiça, em vista das informações dos presidentes de provincia e documentos, que pelos interessados fôrem apresentados, fará organizar uma matricula dos bachareis actualmente habilitados para o cargo de juiz de direito.

Os documentos, em vista dos quaes essa matricula for feita deveráõ ficar no archivo ao menos em publica-fôrma.

Aos bachareis, que o requererem, se expedirá um diploma de habilitação ou certidão da matricula, com que independente

de outros quaesquer documentos se possam mostrar habilitados para o cargo de juiz de direito.

Nenhum bacharel será despachado antes da matricula.

**Art. 2.** Nenhum cidadão habilitado será pela primeira vez nomeado juiz de direito senão para comarca de primeira entrancia; mas apenas tiver preenchido as condições do artigo seguinte, poderá o governo remove-lo para comarca de segunda entrancia, e desta para terceira.

**Const. Art. 153.** Os juizes de direito serão perpetuos, o que todavia se não entende, que não possam ser mudados de uns para outros logares pelo tempo e maneira, que a lei determinar.

**Art. 154.** O Imperador poderá suspende-los por queixas contra elles feitas, precedendo audiencia dos mesmos juizes, informação necessaria, e ouvido o conselho de estado.

Os papeis, que lhes são concernentes, serão remettidos á relação do respectivo districto para proceder na fôrma da lei. (\*)

**Art. 155.** Só por sentença poderão estes juizes perder o logar.

## SECÇÃO II

### *Substituição dos Juizes de Direito*

**Cod. proc.: Art. 35.** Os juizes municipaes têm as seguintes attribuições:

§ 1. Substituir no termo ao juiz de direito, nos impedimentos ou faltas.

---

(\*) Sobre o modo da remoção dos juizes de direito tratão os decretos de 28 de Junho, e 26 de Julho de 1850.



**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 17.** Aos juizes municipaes compete.

§ 7. Substituir na comarca ao juiz de direito na sua falta ou impedimento.

A substituição será feita pela ordem que designarem o governo na côrte, e os presidentes nas provincias.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 311.** Aos juizes municipaes na parte criminal compete:

§ 10. Substituir o juiz de direito na sua falta, ou impedimento.

O governo na côrte, e os presidentes nas provincias, designará no principio do mez de Janeiro, a ordem pela qual os juizes municipaes da comarca, ou os do termo, onde houver mais de um, deverão substituir os de direito.

O que fôr indicado em 1.º lugar, será primeiramente chamado, depois o 2.º, e assim por diante.

**Decr. de 30 de Set. de 1851: Art 1.** Sempre que estiver impedido, salvo nos casos de suspeição em causa determinada, deverá o juiz de direito passar a vara aos juizes municipaes designados para o substituirem, pela ordem da substituição.

### SECÇÃO III

*Substituição dos juizes de direito pelos juizes municipaes na côrte*

**Decr. de 30 de Fev. de 1843: Art. 1.** Os tres juizes municipaes desta côrte, creados por decreto de 23 do corrente mez, substituirão os dous juizes de direito do crime, os tres do civil, e o actual dos orphãos, nos seus impedimentos, observando-se nesta substituição a ordem marcada nas seguintes regras:

1.ª O juiz municipal da primeira vara; e o juiz municipal da segunda será substituto do juiz de direito do crime, e do civil da segunda; e o juiz municipal da terceira vara substituirá o juiz de direito da terceira, e o actual dos orphãos; nenhum delles, porém, poderá substituir duas varas ao mesmo tempo, emquanto houverem outros juizes municipaes, que não estejam em actual substituição.

2.ª Quando um dos juizes municipaes estiver substituindo um dos juizes de direito do crime, do civil, ou o dos orphãos, e se verificar impedimento de outro desses juizes a quem deveria substituir na forma da regra 1.ª, passará a substituição deste novamente impedido ao juiz municipal immediato na numeração das varas, que não estiver em actual substituição.

3.ª Para o fim designado na regra antecedente, o juiz municipal da primeira vara se considerará immediato ao da terceira, de maneira que, (por exemplo) si estiver impedido o juiz do civil da terceira vara, substitui-lo-ha o juiz municipal da terceira, e se durante esta substituição ficar impedido o juiz dos orphãos, será este substituido pelo juiz municipal da primeira vara no caso de não estar já exercitando alguma substituição; porque neste caso tocará a substituição ao immediato, isto é. ao juiz municipal da segunda.

4.ª Si por virtude do disposto na regra 2ª, a substituição de alguma das varas dos juizes de direito do crime, do civil, ou dos orphãos, vier a recahir em um juiz municipal, ao qual não pertenceria, na forma da regra 1ª, deverá esta ser observada apenas cessar o motivo, pelo qual teve lugar a alteração da dita regra 1ª, por exemplo, se por impedimento simultaneo do juiz do civil da 3ª vara, e do dos orphãos, foi o primeiro substituido pelo juiz municipal da 3ª vara, e o 2º pelo juiz municipal da 1ª; e cessou depois primeiramente o impedimento de um delles, deixará a substituição o juiz municipal da 1ª vara, e ficará o da 3ª substituindo áquelle cujo impedimento continuar.

5.ª Si acontecer que estando já todos os juizes municipaes occupados em substituir juizes de direito do crime, ou civil,

ou o dos orphãos, se dê o impedimento de mais algum, ou alguns dos juizes dessas varas, terá então lugar accumular-se a substituição, observada em tal caso a ordem estabelecida na regra 1<sup>a</sup>.

6.<sup>a</sup> As regras 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> não são extensivas ao impedimento proveniente de suspeição, porque nos casos deste se observará sempre a disposição da regra 1<sup>a</sup>.

**Art. 3.<sup>o</sup>** Os juizes municipaes sómente deixarão o exercicio de suas funcções para serem nellas substituidos pelos seus supplentes, quando substituirem os juizes de direito do crime.

**Art. 3.<sup>o</sup>** Os supplentes dos juizes municipaes, pelo impedimento destes, sómente substituirão os juizes de direito do crime, do civil, ou dos orphãos, quando cada um dos outros juizes municipaes em exercicio já se achar substituindo duas varas.

**Art. 4.<sup>o</sup>** O juiz municipal da 5<sup>a</sup> vara fica encarregado de preparar os processos para entrarem em julgamento perante o jury (artigo 323 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro do corrente anno) e da execução das sentenças criminaes.

**Decr. de 31 de Dez. de 1861: Art. 3.** O juiz municipal da 2<sup>a</sup> vara (da côrte), será o substituto dos juizes de direito das duas varas criminaes.

#### SECÇÃO IV

##### *Substituição dos juizes de direito nas comarcas especiaes*

**Lei de 30 de Setembro de 1871: Art. 1 § 1.** Para a substituição dos juizes de direito nas ditas comarcas, (especiales) haverá juizes substitutos.

**Decr. de 24 de Março de 1873: Art. un.** Os juizes

le direito das comarcas especiaes, que não estiverem impedidos para o exercicio da propria vara, são obrigados a exercer a que lhe tocarem na ordem da substituição reciproca; quando, porém, já se acharem no exercicio de alguma vara substituida, e outra lhes vier, poderão, por affluencia de trabalho, transferir aquella de que não forem mais proximos substitutos.

SEÇÃO V

*Attribuições criminaes dos juizes de direito*

**Cod. proc. : Art. 49.** Ao juiz de direito compete :

§ 1 Correr os termos de sua jurisdicção para presidir aos conselhos de jurados na occasião de suas reuniões.

§ 2. Presidir ao sorteio dos mesmos jurados, ou seja para o jury de accusação ou para o de sentença.

§ 3. Instruir os jurados, dando-lhes explicações sobre os pontos de direito, sobre o processo e suas obrigações, sem que manifeste ou deixe entrever sua opinião sobre a prova.

§ 4. Regular a policia das sessões, chamando á ordem os que della se desviarem, impondo silencio aos espectadores, fazendo sahir para fóra os que não se accomodarem; prender os desobedientes ou que injuriarem os jurados, e puni-los na forma das leis.

§ 5. Regular o debate das partes, dos advogados e testemunhas, até que o conselho de jurados se dê por satisfeito.

§ 6. Lembrar ao conselho todos os meios que julgar ainda necessarios para o descobrimento da verdade.

§ 7. Applicar a lei ao facto, e proceder ulteriormente na forma prescripta neste codigo.

§ 8. Conceder fiança aos réos pronunciados perante o jury; aquelles a quem os juizes de paz a tiverem injustamente denegado; e revogar aquellas que os mesmos juizes tenham indevidamente conseguido.

§ 9. Inspeccionar os juizes de paz e municipaes, instruindo-os nos seus deveres, quando careção.

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 35.** Aos juizes de direito das comarcas, além das attribuições que têm pelo código do processo criminal, compete:

1.º Formar culpa aos empregados publicos não privilegiados nos crimes de responsabilidade.

Esta jurisdicção será cummulativamente exercida pelas autoridades judicias a respeito dos officiaes que perante as mesmas servirem.

2.º Julgar as suspeições postas aos juizes municipaes e delegados.

3.º Proceder ou mandar proceder *ex-officio*, quando lhe for presente por qualquer maneira algum processo crime, em que tenha lugar a accusação por parte da justiça, a todas as diligencias necessarias, ou para sanar qualquer nullidade, ou para mais amplo conhecimento da verdade e circumstancias que possam influir no julgamento.

Nos crimes em que não tiver lugar a accusação por parte da justiça, só o poderá fazer a requerimento da parte.

4.º Correr os termos da comarca o numero de vezes que lhe marcar o regulamento.

5.º Julgar definitivamente os crimes de responsabilidade dos empregados publicos não privilegiados.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 300.** Aos juizes de direito, na parte criminal, compete:

1.º Formar culpa aos empregados publicos não privilegiados, nos crimes de responsabilidade, e julgar-os definitivamente.

São privilegiados os conselheiros e ministros do estado, os presidentes das provincias, os desembargadores e juizes de direito, os empregados do corpo de diplomatico, os commandantes e empregados militares, e os ecclesiasticos pelo que toca á imposição de penas espirituaes, decretadas pelos canones recebidos.

2.º Proceder, ou mandar proceder *ex-officio*, quando lhes fór presente, por qualquer maneira, algum processo crime, em que tenha lugar a accusação por parte da justiça, a todas as diligencias necessarias, ou para sanar qualquer nullidade ou para mais amplo conhecimento da verdade e circumstancias que possam influir no julgamento, e proceder do mesmo modo a requerimento de parte, nos crimes em que não tiver lugar a accusação por parte da justiça.

3.º Julgar as suspeições postas aos chefes de policia, juizes municipaes e delegados.

4.º Correr os termos da comarca, para o desempenho de suas obrigações, o numero de vezes marcado no art. 316 do codigo do processo, e as mais que os presidentes das provincias julgarem necessarias em quanto o governo, com informação dos mesmos presidentes, não marcar definitivamente esse numero, na fórma do artgoi 25 § 4 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

5.º Presidir á revisão e ao sorteio dos jurados.

6.º Instruir os jurados, dando-lhes explicações sobre os pontos de direito, relativos ao processo, e sobre as suas obrigações, sem que manifestem ou deixem entrever sua opinião sobre a prova.

7.º Regular a policia das sessões, chamando á ordem os que della se desviarem, impondo silencio aos espectadores, fazendo sahir para fóra os que se não accomodarem prender os desobedientes, ou que injuriarem os jurados, e punil-os na fórma das leis.

8. Regular o debate das partes, dos advogados e testemunhas, até que o conselho de jurados se dê por satisfeito.

9. Lembrar ao conselho todos os meios que julgar ainda necessarios para o descobrimento da verdade.

10. Applicar a lei ao facto averiguado pelos jurados, e proceder ulteriormente na conformidade das leis.

11. Applicar *ex-officio* das decisões do jury, nos casos do artigo 79 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

12. Conhecer das escusas dos jurados, quer sejam produzidas antes, quer depois de multados; e multar os que faltarem ás

sessões, ou tendo comparecido, se retirarem antes de ultimadas, na forma do artigo 103 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

A execução destas condemnações correrá perante o juiz municipal respectivo.

13. Decidir todas as questões incidentes, que fôrem de direito, e de que dependerem as deliberações finaes do jury.

14. Proceder na forma da secção seguinte nas correições que fizerem, em conformidade do artigo 26 da lei de 3 de Dezembro de 1841. (\*)

15. Conhecer dos processos, que lhes fôrem sujeitos por via de recurso, ou de appellação, interpostos dos juizes municipaes delegados e subdelegados.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 4.** Aos juizes de direito das comarcas do artigo 1 e bem assim aos juizes municipaes de todos os outros termos fica exclusivamente pertencendo a pronuncia dos culpados nos crimes communs; o julgamento nos crimes de que trata o artigo 12 § 7 do codigo do processo criminal e o da infracção dos termos de segurança e bem viver; podendo ser auxiliados pelos seus substitutos no preparo e organização dos respectivos processos até o julgamento e a pronuncia exclusivamente; e com a mesma limitação pelos delegados e subdelegados de policia quanto ao processo dos crimes do citado artigo 12 § 7 do codigo do processo criminal.

**Art. 5.** Aos mesmos juizes de direito tambem pertence:

§ 1. O processo e julgamento dos crimes de contrabando fóra de flagrante delicto.

§ 2. A decisão das suspeições postas aos substitutos e juizes de paz.

§ 3. Em geral quaesquer outras attribuições conferidas aos juizes de 1.<sup>a</sup> instancia.

---

(\*) Vide adiante Sec. VIII e seguintes.

**Art. 7.** Aos juizes de direito, em geral, além de suas actuaes attribuições, compete :

§ 1. O julgamento do crime de contrabando fóra de flagrante delicto.

§ 2. A decisão das suspeições postas aos juizes inferiores e aos mesmos juizes de direito na ordem designada.

§ 3. A concessão de fiança.

**Art. 11.** As supeições postas aos juizes de direito serão decididas :

§ 1. Nas comarcas de que trata o artigo 1 desta lei, pelo presidente da respectiva relação.

§ 2. Nas demais comarcas, pelo juiz de direito da comarca mais vizinha do termo em que se arguir a suspeição. Uma tabella fixará a ordem da proximidade.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 5.** Nas comarcas geraes os juizes de direito conservão o exercício de suas antigas attribuições, augmentada pela nova lei, assim como os juizes municipaes nos respectivos termos as que lhes ficarão subsistentes.

**Art. 13.** Aos juizes de direito das comarcas especiaes compete exclusivamente :

1.º A pronuncia dos culpados nos crimes communs.

2.º O julgamento dos crimes de que trata o artigo 12 § 7. do codigo do processo criminal, e mais processos policiaes.

3.º A pronuncia e o julgamento dos crimes de que tratão a lei n. 562 de 2 de Julho de 1850 e o artigo 1 do decreto n. 1090 de 1 de Setembro de 1860.

4.º O julgamento das infracções dos termos de segurança e bem viver; e, por appellação, o julgamento das infracções de posturas municipaes.

5.º O processo e julgamento dos empregados publicos não privilegiados.



6.º O processo e julgamento dos crimes de contrabando fóra de flagrante delicto.

7.º A decisão das suspeições postas aos juizes substitutos e juizes de paz.

Em geral, quaesquer outras attribuições conferidas pela legislação vigente aos juizes de primeira instancia.

**Art. 1.º.** Aos juizes de direito das comarcas geraes, além das suas attribuições actuaes, compete:

1.º O julgamento do contrabando fóra de flagrante delicto.

2.º A decisão das suspeições postas aos juizes inferiores e aos mesmos juizes de direito na ordem designada.

Os presidentes das provincias organizarão uma tabella fixando a proximidade de cada uma das comarcas, com individuação dos seus termos em relação ás outras, por onde se regulará a competencia dos respectivos juizes de direito para o julgamento das suspeições que lhes forem postas; cabendo o mesmo julgamento ao juiz de direito da comarca mais vizinha do termo, onde se arguir a suspeição.

3.º A concessão de fianças.

#### SECÇÃO VI

##### *Jurisdicção criminal dos juizes de direito especiaes e privativos*

**Lei. de 20 de Set. de 1871: Art. 2º § 3.** Todos os juizes de direito de comarcas especiaes exercerão cumulativamente a jurisdicção civil, á excepção dos juizes das varas privativas; e conjunctamente com estes a jurisdicção criminal na mesma comarca, conforme se determinar em regulamento.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 2.** Todos estes juizes de direito, ainda os das varas privativas, exercerão a

jurisdição criminal em districtos especiaes da respectiva comarca que lhes forem designados pelo governo na côrte e pelos presidentes nas provincias, podendo, porém, indistinctamente ordenar as prisões e todas as diligencias em qualquer parte da comarca.

#### SECÇÃO VII

##### *Jurisdição civil dos juizes de direito*

**Disp. prov.: Art. 9.** Os juizes de direito poderão, mandar reperguntar as testemunhas em sua presença, proceder a outra qualquer diligencia, que entenderem necessaria e julgarão afinal.

**Reg. de 15 de Març. de 1842 : Art. 3.** Aos juizes de direito compete em primeira instancia :

Exercitar toda a jurisdição que tinham os provedores de comarcas a respeito da revisão das contas de tutores, curadores, testamenteiros, administradores judiciais, depositarios publicos e thesoureiros dos cofres dos orphãos e ausentes, tomando as que não achar tomadas pelos juizes a quem compete toma-las, ou provendo sobre a sua tomada, e procedendo civilmente na fórma da Ord. liv. 1 tit. 62 e mais legislação em vigor.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 1.** Nas capitães, que forem sede de relações, e nas comarcas de um só termo a ellas ligadas por tão facil communicação, que no mesmo dia se possa ir e voltar, a jurisdição de 1ª instancia será exclusivamente exercida pelo juizes de direito, e a da 2ª pelas relações.

**Art. 24.** Aos juizes de direito compete:

§ 1. O julgamento em primeira instancia de todas as

causas civeis nas respectivas comarcas, e o preparo das mesmas nas comarcas de que trata o artigo 1 desta lei.

Inclue-se nessa competencia o julgamento das partilhas contas de tutores, bem como qualquer outra decisão definitiva que ponha termo á causa em primeira instancia.

§ 2. A decisão dos agravos interpostos dos juizes inferiores.

§ 3. A decisão das suspeições postas aos juizes inferiores.

§ 4. A execução das sentenças civeis nos termos em que não houver juiz municipal.

**Art. 25.** Os juizes de direito nas comarcas de que trata o artigo 1 poderão ser auxiliados pelos seus substitutos no preparo e instrucção dos feitos civeis até qualquer sentença exclusivamente.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 66.** Aos juizes de direito das comarcas geraes compete:

1.º O julgamento em segunda instancia de todas as causas civeis de valor até 500\$000.

2.º O julgamento em primeira instancia das de valor superior a 500\$000.

3.º A decisão dos agravos interpostos dos juizes inferiores.

4.º A decisão das suspeições postas aos juizes inferiores e aos mesmos juizes de direito, na fórma do artigo 11 da lei.

**Art. 67.** Aos juizes de direito das comarcas especiaes compete:

1.º O julgamento em segunda instancia das causas civeis de valor até 100\$000.

2.º O processo e julgamento em primeira e ultima instancia das de valor de mais de 100\$000 até 500\$000.

3.º O processo e julgamento em primeira instancia das de valor superior a 500\$000 ; e a execução das sentenças nestas causas.

**Art. 68.** Os juizes de direito, de que trata o artigo

antecedente, poderão ser auxiliados, no preparo e instrução de todas as causas civeis de sua competencia, pelos seus substitutos até qualquer sentença exclusivamente.

§ 1. As sentenças, a que se refere este artigo, são as de absolvição da instancia, e todas aquellas em que caiba appellação e agravo de petição ou instrumento.

Esta disposição é applicavel ao caso da substituição reciproca, de que trata o artigo 4 § 1, para determinar os actos dos juizes substitutos nos feitos civeis, e o dos juizes de direito effectivos que substituirem a outros em suas respectivas varas.

§ 2. Aos juizes substitutos incumbe tambem a execução das sentenças nas causas civeis de valor de mais de 100\$000 até 500\$000, julgadas em primeira e ultima instancia pelos juizes de direito, salvas as decisões que a estes competirem.

#### SECÇÃO VIII

##### *Jurisdicção do juiz de direito em correição*

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 26.** Os juizes de direito, nas correições que fizerem nos termos de suas comarcas, deverão examinar :

1.º Todos os processos de formação da culpa, quer tenham sido processados perante os delegados e subdelegados, quer perante o juiz municipal; para o que ordenarão que todos os escrivães dos referidos juizes lhes apresentem os processos dentro de tres dias, tenham ou não havido nelles pronuncia, e emendarão os erros que acharem, procedendo contra os juizes, escrivães e os officiaes de justiça, como fôr de direito.

2.º Todos os processos crimes que tiverem sido sentenciados pelos juizes municipaes, delegados e subdelegados; procedendo contra elles, se acharem que condemnarão ou absolverão os réos por prevaricação peita ou suborno.

3.º Os livros dos tabelliães e escrivães para conhecerem a

maneira porque usão de seus officios, procedendo contra os que fôrem achados em culpa.

4.º Si os juizes municipaes, de orphãos, delegados e subdelegados, fazem as audiencias, e si são assíduos e diligentes no cumprimento dos seus deveres, procedendo contra os que acharem em culpa.

**Art. 119.** O juiz de direito da comarca terá a jurisdição que tinham os provedores das comarcas para as correições que fizer, conforme fôr determinado em regulamento, revêr as contas dos tutores curadores, testamenteiros, administradores judiciais, depositarios publicos e thesoureiro dos cofres dos orphãos e ausentes, tomando as que não achar tomadas pelos juizes a quem compete, e procedendo civil e criminalmente na fôrma de direito.

**Reg. de 15 de Març. de 1842 : Art. 36.** Os juizes de direito, na mesma occasião em que fizerem as correições criminaes, procederão á revisão das contas dos tutores, curadores, testamenteiros, administradores judiciais, depositarios publicos e thesoureiros dos orphãos e ausentes, tomarão as que não estiverem tomadas, na fôrma da Ord. liv. 1 tit. 62, ou proverão sobre a sua tomada, exercendo a este respeito toda a jurisdição que competia aos provedores de comarcas a respeito dos orphãos, capellas, misericordias, hospitaes e albergarias, na fôrma da Ordenação citada, e dos alvarás de 13 de Janeiro de 1615, de 23 de Maio de 1775, e de 18 de Outubro de 1806 § 9.

#### SECÇÃO IX

*Jurisdição criminal dos juizes de direito nas correições*

**Reg. de 31 Jan. de 1842 : Art. 201.** O juiz de direito, pelo que respeita á reunião do jury para as suas sessões

periodicas, a que deve presidir, observará o disposto nos artigos 316, 317, 318 e 319 do código do processo criminal.

**Art. 302.** Fará as correições nos termos de sua comarca, na mesma occasião em que a elles fôr para presidir o jury.

**Art. 303.** Nos lugares onde houver mais de um juiz de direito do crime, terão jurisdição cumulativa, presidirão alternadamente o jury, e farão alternadamente as correições.

**Art. 304.** O juiz de direito quando tiver de fazer correição, mandará publicar por editaes, com anticipação que julgar conveniente, o dia em que ha de achar-se na cidade ou villa, cabeça do termo, e ordenará que no prazo de tres dias, seguintes ao da sua chegada, os escrivães dos delegados, subdelegados e juizes municipaes apresentem na casa de sua aposentadoria, e entreguem na sua presença ao escrivão da correição, que será o mesmo do jury, o rol dos culpados, os processos crimes tanto pendentes, como os definitivamente julgados pelos ditos delegados, subdelegados e juizes municipaes que tenham passado em julgado.

Quando, porém, o juiz de direito passar pelas povoações ou lugares onde residirem os mesmos delegados, subdelegados, juizes municipaes e seus escrivães, ali abrirá correição pelo que respeita aos negocios que lhes pertencem, demorando-se o tempo que para isso fôr indispensavel, sem que seja necessario fazer ir os processos e livros á cabeça do termo.

**Art. 305.** Nos processos pendentes, cujo julgamento final não compete aos delegados, subdelegados e juizes municipaes, que ainda não estiverem submettidos á decisão do jury, e na quelles cujo definitivo julgamento compete ás referidas autoridades, em que ainda não houver sentença, emendará o juiz de direito todos os erros, e irregularidades que encontrar, para sanar nullidades, e conseguir o perfeito conhecimento da verdade, mandando fazer interrogatorios, acareações, exames e

mais diligencias precisas, na forma do artigo 200 § 2 deste regulamento, procedendo contra os juizes, escrivães e officiaes de justiça, que achar em culpa, como fôr de direito.

**Art. 206.** Nos processos que estiverem findos, sem ter havido pronuncia, ou tendo sentença definitiva passada em julgado sem que houvesse recurso das partes, ou *ex-officio*, examinará se os juizes se houverão na decisão e julgamento com prevaricação, peita ou suborno, e lhes fará effectiva a responsabilidade. Da mesma sorte procederá contra os escrivães e officiaes de justiça que achar em culpa.

**Art. 207.** Nas mesmas correições chamará á sua presença todos os livros dos tabelliães de notas, e dos escrivães do termo, e examinará se estão devidamente numerados e rubricados; se estão escriptos pelos proprios tabelliães e escrivães ou seus ajudantes legitimos e autorisados para nelles escrever; se a sua escripturação está seguida, sem interrupção, ou espaço em branco que se faça notavel; se estão resalvados os erros, emendas ou entrelinhas que houverem na mesma escripturação; se os termos, autos e escripturas estão lançados e lavrados com todas as formalidades exigidas pelas leis, e assignadas pelas partes, testemunhas e mais pessoas, que os deverem assignar.

**Art. 208.** De tudo quanto achar o juiz direito, tanto regular e perfeito, como illegal, errado ou falsificado, fará lavar termo escripto pelo escrivão da correição, e por elle assignado nos mesmos livros examinados; dando no dito termo as providencias convenientes para se emendarem os erros; e procederá contra os tabelliães e escrivães, que achar incursos em responsabilidade.

**Art. 209.** As mesmas diligencias e exames fará o juiz de direito nas suas correições pelo que pertence ao juizo dos orphãos, revendo os autos de inventarios, as contas dos tutores, e todos os livros respectivos, para verificar, se o juiz, escrivão

e officiaes de justiça têm desempenhado seus deveres, e proceder contra elles como fôr de direito.

**Art. 310.** Informar-se-ha igualmente a respeito dos delegados, subdelegados, juizes municipaes, de paz e de orphãos, afim de saber se fazem as audiencias nos dias marcados; si nellas observão o regimento, e se são assiduos e deligentes em defrir e administrar justiça ás partes, para os advertir, e instruir convenientemente, ou fazer-lhes effectiva responsabilidade.

**Decr. de 3 de Out. de 1851: Art. 31.** Ao juiz de direito em correição, compete :

§ 1. Examinar as nullidades, erros, e irregularidades havidas nos processos findos ou pendentes, que vierem á correição (art. 2 da lei de 3 de Dezembro de 1841) para proceder na fôrma dos seguintes paragraphos:

§ 2. Proceder ou mandar proceder *ex-officio*, nos processos pendentes, que lhe fôrem apresentados a todas as diligencias necessarias ou para sanar qualquer nullidade, ou para mais amplo conhecimento da verdade e circumstancias, que possuão influir no julgamento.

Nos crimes, em que não tiver lugar a accusação por parte da justiça só o poderá fazer a requerimento da parte (art. 25 § 3 da lei de 3 de Dezembro de 1841).

§ 3. Providenciar a requerimento do promotor publico, partes ou pessoas do povo, sobre o andamento dos processos pendentes, que se acharem demorados, qualquer que seja o termo, em que estiverem, a jurisdicção a que pertencerem, nos casos em que compete a acção da justiça.

§ 4. Mandar proceder a novos processos para conhecimento do delicto e delinquentes, enquanto o crime não prescrever (art. 149 e 329 do codigo do processo) nos casos em que cabe a acção de justiça quando lhe constarem novas provas, ou quando á vista do processo findo com despacho de não pronuncia, ou de corpo de delicto improcedente, conhecer que houve preterição de alguma fôrma substancial, ou de diligencias necessarias para o descobrimento da verdade.



§ 5. Tomar conhecimento dos despachos, que obrigo a termo de bem-viver e de segurança, que declarão improcedente o corpo de delicto, que concedem e arbitram ou denegão fiança, ou julgo perdida a quantia afiançada, que julgo improcedente a prescripção allegada, que pronunção ou não pronunção, sustentão ou revogão a pronuncia ou não pronuncia, e outrosim das sentenças definitivas dos juizes municipales, delegados e subdelegados para o effeito sómente de corrigirem ou responsabilisarem os juizes que os proferirão contra a lei por prevaricação, peita o suborno, ou outro motivo contrario á lei, sem que possam revogar os ditos despachos e sentenças, ou intrometter-se no merecimento do facto e provas concernentes, uma vez que tenham passado em julgado (art. 26 da lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 200 § 15, 439 e 448 do regulamento n. 120 de 1842, Ord. liv. 1 tit. 58 §§ 25 e 27).

§ 6. Visitar as prisões sómente para se informar do estado, economia e inspecção dellas, afim de dirigir ao governo na corte, e presidentes nas provincias as representações convenientes, e outrosim para darem audiencia aos presos, afim de providenciar sobre o seu livramento, e conceder *habeas-corpus* aos illegitimamente detentos (art. 44 do cod. do proc. crim., cap. 5 sec. 7 regul. n. 120 de 1842, Ord. liv. 1 tit. 58 § 14).

#### SECÇÃO I

##### *Attribuições orphanologicas dos juizes de direito em correição.*

**Decr. de 2 de Out. de 1851 : Art. 32.** Competam aos juizes de direito em correição, além do disposto no artigo antecedente:

§ 1. Rever as contas dos tutores, curadores, e thezoueiros dos orphãos e quaesquer administradores, emendando e reformando as nullidades, erros e irregularidades que nellas acharem (Ord. liv. 1 tit. 62 § 29 e tit. 88 §§ 40 e 42).

§ 2 Tomar as contas não tomadas pelos juizes de orphãos ou providenciar sobre ellas, assignando com a comminação de penas disciplinares ou de responsabilidade o prazo dentro do qual devem ser ellas tomadas (Ord. liv. 1 tit. 62 § 29).

§ 3. Dar tutores e curadores aos orphãos e pessoas semelhantes que os não tiverem (Ord. liv. 1 tit. 62 §§ 32 e 37).

§ 4. Remover os tutores e curadores suspeitos; os illegalmente nomeados, ou negligentes e prevaricadores e aquelles que não houverem prestado fiança nos casos em que a lei exige (Ord. liv. 1 tit. 62 §§ 28 e 33).

§ 5. Providenciar sobre os inventarios não começados ou retardados, emendando, reformando ou supprimindo os erros, nullidades ou irregularidades, se ainda não tiverem dado logar a partilhas, que tenham passado em julgado, caso em que deverão limitar-se á'responsabilizar os que de taes erros nullidades ou irregularidades fôrem culpados.

§ 6. Sequestrar os bens dos orphãos e pessoas semelhantes comprados, ainda que seja em hasta publica, ou havidos directa ou indirectamente pelos juizes, escrivães tutores, curadores, administradores, e quaesquer officiaes do juizo, procedendo contra elles criminalmente (art. 147, cod. crim. Ord. liv. 1 tit. 62 §§ 7 e 38 tit. 88 § 30).

§ 7. Prender os tutores e curadores, e administradores, que houverem dissipado e extraviado os bens e rendimentos dos orphãos e pessoas semelhantes, e delles não fizerem entrega no prazo legal, se não tiverem bens por onde paguem (Ord. liv. 4 tit. 102 § 9), devendo immediatamente ordenar que se proceda a formação da culpa.

§ 8. Providenciar sobre os inventarios não começados ou retratados; sobre a effectiva arrecadação, e legal aproveitamento, applicação e destino dos dinheiros e bens dos orphãos, sobre a educação, ensino, soldadas e cazamentos delles, conforme sua qualidade e fazenda, sobre a annullação de contratos, e alheações nullas e lesivas, quando não fôr ella de sua competencia, e depender de acções regulares, sobre a cobrança do alcance dos tutores, curadores e administradores, com os

juros respectivos sobre a indemnisação do damno causado pelos tutores, curadores e administradores, ou provenientes de culpa dos juizes (Ord. liv. 1 tit. 88, liv. 3 tit. 41 § 3 liv. 4 tit. 102 § 8).

§ 9. Averiguar si o dinheiro do cofre dos orphãos tem sido effectivamente remettido ao thezouro ou thezourarias por emprestimo na fórma da lei, e si depois do decreto de 13 de Novembro de 1841, provisão de 12 de Maio de 1842, si tem emprestado a particulares alguma somma do mesmo cofre, promovendo a effectiva responsabilidade dos que fôrem culpados por falta de cumprimento da lei, ou prevaricação.

§ 10. Fica entendido, que o juiz de direito em correição não pôde tomar conhecimento dos inventarios sinão para o exercicio da jurisdicção, que neste artigo se lhe reconhece, assim como que esta jurisdicção não é exclusiva de que compete tambem ordinariamente ao juizo dos orphãos.

**Art. 33.** Os subdelegados, exigindo as necessarias informações dos inspectores de quartecirão e dos escrivães de paz (decreto n. 160 de 9 de Maio de 1842 art. 13, decreto n. 798 de 18 de Junho de 1851 art. 9, 10 e 11) apresentarão em correição a relação annual das pessoas fallecidas, que deixarem orphãos com declaração da residencia delles, ficando na falta sujeita á multa de 50\$000 a 100\$000 imposta pelo juiz de direito.

#### SECÇÃO XI.

*Atribuições dos juizes de direito em correição sobre testamentaria*

**Decr. de 2 de Out. de 1851: Art. 34.** Ao juiz de direito em correição compete, além do disposto nos artigos 31 e 32:

§ 1. Revogar as prorrogações concedidas pelos juizes da provedoria aos testamentarios, quando não houver litigio sobre os

bens dos testadores, ou outro qualquer impedimento que evidentemente tenha impossibilitado a execução dos testamentos, não provindo elle da culpa, mora ou negligencia dos testamenteiros (Ord. liv. 1 tit. 62 §§ 2 e 17).

§ 2. Providenciar sobre os testamentos não registrados, suspendendo e responsabilizando o escrivão que se negar algum testamento, ou deixar de registra-lo e impondo as penas da Lei ao testamenteiro, que dentro do prazo legal o não registrou, ou sendo citado para exhibi-lo, não compareceo (Ord. liv. 1 tit 62 e §§ 8, 9 e 11 da lei de 7 de Janeiro de 1692).

§ 3. Remover os testamenteiros suspeitos ainda antes de ser chegado o tempo das contas; os illegalmente nomeados; os que mal administrarem fôrem negligentes ou prevaricadores, encarregando das testamentarias os outros testamenteiros nomeados pelos testadores, ou, na sua falta, nomeando pessoa idonea que os substitua.

§ 4. Providenciar sobre a conservação, administração e aproveitamento dos bens do testador, sobre a effectiva arrecadação das indemnisações e penas pecuniarias, devidas ao residuo pelo testamenteiro; sobre a annullação de contra tos e alheações nullas e indevidas, quando não fôr ella da sua competencia e depender de acções regulares; sobre a entrega dos bens julgados para o residuo na fôrma do art. 35, e sobre os legados pios não cumpridos aos hospitaes do districto e a administração dos expostos, aonde não houver hospitaes (Ord. liv. 1 tit. 62, lei de 6 de Novembro de 1827, e regulamento de 9 de Maio de 1842 art. 3).

§ 5. São extensivas e applicaveis aos testamentos as disposições relativas aos orphãos (art. 32 §§ 1, 2, 5, 6 e 10).

**Art. 35.** Constitue residuo para ser entregue á fazenda nacional (lei de 4 de Dezembro de 1775 e alvará de 26 de Agosto do 1801).

1.º O producto da venda dos bens de raiz dos testadores que até 40 annos fôrem achados em poder dos testamenteiros (Ord. liv. 1 tit. 62 § 22).

2.º O dobro da valia de cousas pertencentes á fazenda dos testadores que os testamenteiros comprassem para si ou para outrem (Ord. cit. § 7).

3.º Duas partes do tresdobro em que fôrem condemnados os testamenteiros no caso de perjurio (Ord. cit. § 21).

4.º A perda do premio quando os testamenteiros não acudirem citação para prestação de contas, ou acudindo fôrem ellas glozadas por alguns dos tres motivos enunciados no n. 1 § 1 deste artigo (Ord. cit. §§ 9, 11, 12, 14 e 23).

§ 1. Constitue residuo para ser applicado ao cumprimento dos testamentos.

1º as reposições e indemnisações á que são obrigados os testamenteiros, quando as depezas fôrem glozadas, ou por illegaes, ou por não conformes ao testamento, ou por terem sido feitas depois da citação para a prestação das contas (Ord. liv. 1 tit. 62 §§ 12, 14 e 23).

2º uma parte tresdobro em que fôrem condemnados os testamenteiros se perjurarem (Ord. cit. § 21).

§ 2. Serão dadas com diligencia á execução as sentenças pertencentes aos residuos, sendo vendidos os bens dos condemnados em hasta publica no tempo, e maneira estabelecida nas leis para a venda dos bens dos devedores da fazenda nacional (Ord. cit. § 17).

§ 3. A arrecadação do residuo será effectuada na provedoria onde haverá um livro aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo respectivo provedor, para nelle se lançarem os nomes dos testamenteiros, e os das localidades, em que estes residem, e valor das quantias arrecadadas, remettidas e applicadas ao cumprimento dos testamentos com as datas da arrecadação e sahida das ditas quantias.

§ 4. As quantias a que tiver direito a fazenda nacional se rão remettidas ás repartições fiscaes competentes, das quaes se cobrará conhecimento de entrega, que será junto aos autos.

**Art. 36.** Considerão-se legados pios pertencentes aos hospitaes quando não cumpridos, até ser o testamenteiro citado

para dar contas, todas as esmolas de missas e officios; todas as disposições deixadas pelo testador em poito e arbitrio do testamenteiro por sua alma; todas aquellas destinadas para objectos pios, e obras meritorias, não sendo para pessoas determinadas, ainda que seu nome não seja declarado, como viúvas pobres, orphãos, ou para alguma obra certa, e designada, como capella, etc. (Ord. liv. I tit. 62 §§ 14, 15 e 16 da lei de 15 de Março de 1614, 5 de Setembro de 1786 e 3 de Novembro de 1803).

**Art. 37.** O premio que ao testamenteiro compete quando o testador não lhe deixar, ou elle não fór herdeiro ou legatario é de 5 %. da importancia da terça depois de apuradas e deduzidas as despesas do funeral; e bem d'alma, será imputado na terça do mesmo testador (alvará de 23 de Janeiro de 1798).

**Art. 38.** A percentagem que aos juizes e officiaes de provedoria compete só tem lugar e é devida nos casos em que o testamenteiro perde o premio que lhe pertence do qual a mesma percentagem é deduzida (Ord. liv. 1 tit. 62 (§§ 12 e 23).

**Art. 39.** O juiz de direito punirá com prisão ou suspensão por cinco dias aos officiaes de justiça que preterirem ou demorem as diligencias da provedoria, que devem ser preferidas a todas as outras.

**Art. 40.** O sello dos autos da provedoria será averbado para ser pago afinal pelo testamenteiro a quem se não dará quitação sem a prova de pagamento do dito imposto, e de quaesquer outros que fôrem devidos.

**Art. 41.** Os testamentos originaes depois de registrados serão guardados no cartorio da provedoria, e emmassados com os do mesmo anno com o rotulo respectivo (Ord. liv. 1 tit. 62 § 8 e lei de 7 de Janeiro de 1692).

Si fôrem requisitados para alguma acção crime ou civil de

falsidade o escrivão, precedendo despacho do juiz, o remetterá, deixando traslado em seu lugar.

**Art. 42.** São sómente sujeitos á contas os testamenteiros até passarem 25 annos (Ord. liv. 1 tit. 62 § 8).

**Art. 43.** O juiz de direito em correição requisitará ás repartições fiscaes competentes uma relação dos testamentos nelleas registrados, ou averbados, afim de melhor proceder á verificação do registro dos testamentos (art. 34 § 2)

Si da conferencia da sobredita relação com o livro do registros e testamentos apresentados, conhecer o juiz que algum testamento não está averbado na repartição fiscal competente, providenciará para que se verifique o registro ou averbação, fazendo a competente participação.

#### SECÇÃO XII

*Attribuições do juiz de direito em correição relativas á capellas, hospitaes e confrarias*

**Deer. de 3 de Out. de 1851: Art. 44.** Compete ao juiz de direito em correição, além do disposto nos arts. 31, 32 e 34:

§ 1. Verificar si as capellas existentes estão registradas nos livros competentes e providenciar para que sejam effectivamente registradas, suspendendo os administradores que não mostrarem as instituições (Ord. liv. 1 tit. 62 § 5).

§ 2. Proceder á inquirição e informação de pessoas antigas do logar, ou que tenham razão de sciencia, e a quaesquer diligencias necessarias para verificar a existencia de capellas usurpadas, ou cujos titulos se hajão sonogado, procedendo a este respeito como determina a Ord. liv. 1 tit. 62 § 51, e alvará de 23 de Maio de 1775 §§ 10 e 11, e alvará de 14 de Janeiro de 1807 §§ 2 e 3.

§ 3. Sequestrar e restituir ás capellas os bens indevidamente alheados um poder de pessoas, que os houverão do administrador por qualquer titulo, ouvido previamente o possuidor antes da sentença de sequestro, e ficando-lhe salvo o direito contra o administrador (Ord. liv. 1 tit. 62 § 54).

Esta disposição é comprehensiva das alheações feitas pelos conventos e ordens regulares sem licença do governo (lei de 9 de Dezembro de 1830).

§ 4. Remover os administradores illegalmente nomeados, intrusos, negligentes ou prevaricadores, nomeando ou fazendo nomear quem os substitua vencendo o mesmo premio (Ord. liv. 1 tit. 62 §§ 50 e 55).

§ 5. Supprimir e annullar os morgados e capellas instituidas depois da lei de 7 de Outubro de 1835, sequestrando para a fazenda publica os bens respectivos si ficarem vagos.

§ 6. Providenciar sobre os ornamentos e misteres do serviço, e encargos pios da capella, aforamento e aproveitamento dos bens della como fôr de direito.

§ 7. Criar, quando o não haja, um livro proprio e especial para o lançamento das capellas existentes, abrindo para cada uma um titulo no qual se especifique a sua instituição, tombo, rendimento, e a enumeração dos bens de qualquer especie, e deixando margem larga em branco para as occurrencias, que apparecerem (alvará de 23 de Maio de 1775) declarando aquellas a respeito das quaes, se tiver procedido nos termos dos §§ 2 e 3 do alvará de 14 de Janeiro de 1807.

§ 8. Enviar no fim de cada correição ao thesouro publico duas relações exactas das capellas, que existirem nos termos respectivos, com as declarações exigidas no § 11 do Alv. de 23 de Maio de 1775, declarando aquellas a respeito das quaes se tiver procedido nos termos dos §§ 2 e 3 do alvará de 14 de Janeiro de 1807.

§ 9. Providenciar para que seja effectiva a entrega dos encargos pios não cumpridos aos hospitaes e casas de expostos onde não houverem hospitaes.

§ 10. Estas disposições comprehendem todos os vinculos com



excepção dos morgados, salvo quanto aos onus e encargos fixos.

§ 11. São extensivas e applicaveis ás capellas as disposições do art. 32 §§ 1, 2, 5, 6 e 10, e art. 39, 40 e 59.

**Art. 43.** Quanto aos hospitaes compete :

§ 1. Examinar o regimento e tombo de seus bens, tomar ou rever as contas de sua receita e despeza, e no caso de achar culpa nas respectivas administrações e officiaes, applicar-lhe as penas da instituição, fazer restituir o mal despendido, e o não arrecadado, e destitui-los, fazendo eleger outros, si fôrem de eleição, e nomeando quem no intervalo os substitua (Ord. liv. 1 tit. 62 §§ 62, 63 e 64, alv. de 18 de Outubro de 1806 § 4).

§ 2. Examinar si os enfermos são tratados como o devem ser, procedendo contra os officiaes, que nisto faltarem ao seu dever, na fórma do art. 50 deste regulamento, além de communicarem á secretaria d'estado dos negocios do imperio para providenciar como melhor convier (Ord. liv. 1 tit. 62 § 65, alvará de 13 de Janeiro de 1615, e alvará de 18 de Outubro de 1806 § 4).

§ 3. São applicaveis aos hospitaes as disposições do art. 32 §§ 1, 2, 5, 6 e 10, e art. 39, 40 e 59.

**Art. 46.** No que diz respeito ás ordens terceiras, irmandades e confrarias ao juiz de direito em correição compete :

§ 1. Verificar si as ordens terceiras, irmandades e confrarias estão legalmente instituidas ou erectas com licença do poder competente, e si têm compromissos approvados ou confirmados, dissolver aquellas e suspender estes até que apresentem o compromisso approvado, nomeando interinamente um administrador (provisão de 17 de Novembro de 1766 e de 12 de Setembro de 1767).

§ 2. Providenciar sobre a arrecadação o aproveitamento dos bens, sobre as despesas dos ornamentos e dos objectos do culto : sobre a cobrança das indemnizações devidas pelas mesas

regedoras, ou officiaes dellas pela razão de despesas illegaes, e damno que fizerem (Ord. liv. 1 tit. 62 §§ 62, 63 e 64).

§ 3. Reformar os acordãos e deliberações prejudiciaes, e annullar os contratos lesivos e nullos, ou providenciar sobre a annullação delles, caso não seja ella da sua competencia, e dependa de acções regulares (Ord. liv. 1 tit. 62 §§ 54, 63 e 64).

§ 4. Annullar e fazer renovar as eleições feitas contra a fórmula dos compromissos.

§ 5. Remover as mesas regedoras, ou officiaes della, que fôrem suspeitos, negligentes, prevaricadores, ou administrarem mal, nomeando quem interinamente os substitua; e mandando proceder a novas eleições para a substituição das mesas, ou que estas nomeiem novos officiaes em lugar dos removidos (Ord. liv. 1 tit. 62 §§ 62 e 63).

§ 6. Instituir e fiscalisar o grande livro do tombo dos bens de todas as ordens terceiras, confrarias e irmandades, em o qual deve constar a relação de todos os bens com os respectivos caracteristicos, e declaração dos titulos de aquisição, ficando margem larga em branco para as occurrencias que houverem.

As despesas do custo, sello e escripturação deste livro, serão propriamente distribuidas pelas ditas ordens, confrarias e irmandades, decidindo o juiz de direito as questões que fôrem de natureza temporal, e da sua competencia, e prestando sua autoridade e braço secular para execução das decisões do ordinario, nos casos que lhe competirem.

**Art. 47.** As disposições desta secção comprehendem todos os hospitaes, fabricas e quaesquer estabelecimentos pios e associações religiosas com excepção sómente dos regulares e claustros.

#### SECÇÃO XIII

*Attribuições fiscaes dos juizes de direito em correição*

**Decr. de 2 de Out. de 1851: Art. 49.** Compete

ao juiz de direito em correição, além do disposto nos art. 31, 32, 34, 44 e 48 :

§ 1. Fiscalisar a arrecadação dos impostos devidos em autos, livros e quaesquer papeis sujeitos á correição, verificando si fôrão pagos o sello proporcional ou fixo, siza, ou meia siza, decima de heranças, legados e predios urbanos, 2 % da chancellaria, e quaesquer outras ; providenciar sobre o pagamento, si houve falta absoluta, ou participar ao thesouro na côrte, e thesourarias nas provincias si lhe parecer que foi indevidamente cobrado por não ser o competente (regul. de 15 de Março de 1842 art. 36, de 16 de Abril de 1842 art. 13, de 9 de Maio de 1842 art. 39, e 10 de Julho de 1850 art. 85).

§ 2. Averiguar e dar conta ao thesouro si descobrir, que existem bens das igrejas, religiões e mais corporações de mão morta possuidos além do anno e dia sem licença (Ord. liv. 2 tit. 18), bens nacionaes sonogados e fóra dos proprios (Regul. de 17 de Outubro de 1516, cap. 4 §§ 94 e 115, decr. de 24 de Outubro de 1796), capellas vagas por comisso ou por qualquer outro principio (alvará de 2 de Dezembro de 1791, lei de 9 de Setembro de 1795 § 18, alvaráss de 20 de Maio de 1796, de 23 de Maio de 1769, de 14 de Janeiro de 1807), bens vagos (regul. de 9 de Maio de 1842 art. 3).

§ 3. Rever as contas dos depositarios publicos, tomar as que não estiverem tomadas e proceder ao balanço do deposito geral em conformidade com o art. 39 do regulamento de 9 de Maio de 1842, ou providenciar para que elle seja feito em termo breve, que fixará com comminação de penas disciplinares ou de responsabilidade.

#### SECÇÃO XIV

*Attribuições dos juizes de direito em correição sobre bens de ausentes e heranças jacentes*

**Decr. de 3 de Out. de 1851: Art. 48.** Além do disposto nos artigos 31, 32, 34 e 44 compete ao juiz de direito

em correição fiscalizar a execução do regulamento de 9 de Maio de 1842 e 27 de Junho de 1845, sem todavia exercer jurisdição alguma, além daquella que se contém nos paragraphos seguintes :

§ 1. Providenciar sobre o andamento dos inventarios, e effectiva remessa para o thesouro ou thesourarias do producto dos bens arrecadados, assignando prazos razoaveis e peremptorios, sob a comminação de penas disciplinares ou de responsabilidade para a conclusão dos ditos inventarios.

§ 2. Sequestrar os bens de defuntos e ausentes, que por omissão ou ignorancia dos juizes dos orphãos não tenham sido arrecadados, e os que se tiverem sonogado, ou passado directa ou indirectamente para os juizes, escriptães, curadores e quaesquer officiaes, procedendo criminalmente contra elles (art. 147 e 172 do codigo criminal), e providenciando para que sejam effectiva e legalmente arrecadados e postos em administração. (\*)

#### SECÇÃO XV

##### *Limites da jurisdição correcional*

**Decr. de 3 de Out. de 1851 : Art. 56.** A emenda de nullidades, erros e irregularidades consiste sómente em notar ou declarar as nullidades, erros e irregularidades com simples advertencia, comminação ou imposição de penas disciplinares, ou com decreto de responsabilidade.

**Art. 57.** A jurisdição do juiz de direito em correição se refere ás jurisdições inferiores, e por consequencia não póde o juiz de direito, salva a disposição do art. 31 § 2 avocar e tomar conhecimento dos processos.

---

(\*) Vide Part. II Cap. XI.

§ 1. Julgados pelos tribunaes superiores ou com recurso pendente e seguido por elles.

§ 2. Submettidos ao juiz de direito (ainda que seja o mesmo que faz a correição) ou por meio de recurso ou appellação, ou para julgar afinal ou para por elles serem julgados.

§ 3. Submettidos aos chefes de policia, aos juizes de direito do civil e ao juiz dos orphãos da côrte.

**Art. 58.** Não pôde tambem o juiz de direito impedir o curso das jurisdicções ordinarias, avocando os processos submettidos aos juizes municipaes, delegados e subdelegados para julgar afinal, ou preparados para serem julgados pelo juiz de direito ou conclusos a qualquer juiz.

**Art. 59.** Dos despachos e sentenças proferidas pelo juiz de direito em correição haverá appellação e agravo, qual no caso couber, conforme a legislação em vigor (arts. 19 e 52). (\*)

#### SEÇÃO XVI

#### *Penas disciplinares em correição*

**Decr. de Out. de 1851: Art. 50.** Contra aquelles que o juiz de direito achar em culpa ou omissoes, procederá conforme o caso ou advertindo ou responsabilizando, ou impondo alguma das penas disciplinares seguintes :

- 1.<sup>a</sup> Advertencia com comminação de censura.
- 2.<sup>a</sup> Multa até 100\$000.
- 3.<sup>a</sup> Suspensão até dous mezes.

(\*) Sobre o tempo e forma da correição, empregados, autos, livros e papeis sujeitos a ella; veja-se os capitulos 1, 2 e 3 do decreto de 2 de Outubro de 1851.

A pena de suspensão importa a cessação de todos os vencimentos do emprego.

**Art. 51.** A pena de suspensão imposta aos juizes municipales e de orphãos, aos delegados e subdelegados e juizes de paz não terá effeito sem a approvação do governo na côrte e dos presidentes nas provincias.

**Art. 52.** Das penas disciplinares impostas pelo juiz de direito não ha recurso algum.

**Art. 53.** Não terão logar as penas disciplinares, quando nos regimentos especiaes houver alguma pena para a omissão, de que se trata.

**Art. 54.** O juiz de direito na imposição das penas disciplinares de responsabilidade observará o seguinte:

§ 1. Não poderá deixar de determinar a responsabilidade, e instaurar o processo respectivo nos crimes de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato, excesso ou abuso de autoridade, ou influencia do emprego.

§ 2. Poderá em vez de responsabilidade impôr sómente as penas disciplinares, conforme a gravidade do caso, nas omissões criminosas previstas pelo codigo criminal, quando deessas omissões se não seguir provavelmente prejuizo publico ou particular (art. 339 do codigo do processo).

§ 3. Poderá impôr nos casos não previstos pelo codigo criminal, as penas disciplinares do art. 50, §§ 2 e 3, conforme a gravidade do caso, e precedendo comminação.

**Art 55.** Sendo o caso de responsabilidade, o juiz de direito formará culpa, ou durante a correição, ou sendo ella finda; e quanto aos crimes que não fôrem da sua competencia, devolverá os documentos e rol de testemunhas, que fundamentão a culpa ao juiz competente, ou promotor publico.

## CAPITULO VI

### JUIZES SUBSTITUTOS DOS JUIZES DE DIREITO

#### SECÇÃO I

#### *Creação, nomeação, tempo e modo de exercicio*

**Lei de 30 de Set. de 1871: Art. 1 § 1.** Para a substituição dos juizes de direito nas ditas comarcas (comarcas especiaes) haverá juizes substitutos, cujo numero não excederá ao dos juizes effectivos; sendo nomeados pelo governo dentre os doutores ou bachareis formados em direito com dous annos de pratica do fóro pelo menos; e servirão por quatro annos nas mesmas condições e vantagens dos juizes municipaes.

§ 2. Os juizes substitutos sómente exercerão a jurisdição plena em falta dos effectivos que substituem-se reciprocamente na mesma comarca, sempre que fôr possível.

§ 3. São reduzidos a tres os supplentes em cada termo ou districto. Igual numero de supplentes terão os juizes substitutos.

**Art. 28 § 2.** O exercicio do cargo de substituto do juiz de direito por quatro annos habilita para o logar de juiz de direito.

**Art. 1 § 2.** Os juizes substitutos sómente exercerão a jurisdição plena em falta dos effectivos, que substituem-se reciprocamente na mesma comarca, sempre que fôr possível.

**Art. 15.** Aos substitutos dos juizes de direito das comarcas especiaes, compete:

§ 1. Substituir parcial ou plenamente os juizes de direito effectivos, no caso de impedimento.

**Decr. de 30 de Dez. 1871: Art. 1.** Fica elevado a nove o numero dos juizes substitutos da côrte.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 3.** Para a substituição dos juizes de direito nas ditas comarcas haverá juizes substitutos, nomeados pelo governo dentre os doutores ou bachareis formados em direito, com dous annos de pratica do fôro pelo menos, e servirão por quatro annos nas mesmas condições e vantagens dos juizes municipaes. O numero dos juizes substitutos não excederá ao dos juizes effectivos, e será fixado por decreto.

§ 1. Si fôrem em numero igual ao dos effectivos juizes, cada substituto será designado o immediato supplente de um dos respectivos juizes de direito e com elle cooperará; si em menor numero, a mesma designação se fará em relação a mais de um juiz de direito, de sorte que seja a cada juiz substituto marcada a ordem da especial substituição dos juizes effectivos, que é tambem a do serviço cumulativo determinado pelos arts. 8 e 25 da lei.

## SECÇÃO II

### *Attribuições criminaes dos juizes substitutos*

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 15.** Aos substitutos dos juizes de direito das comarcas especiaes, compete:

§ 2. Processar os crimes communs, até a pronuncia exclusivamente.

§ 3. Cooperar no preparo dos processos dos crimes do artigo 12 § 7 do codigo do processo criminal, e mais processos policiaes, dos da lei n. 542 de 2 de Julho de 1850 e do decreto n. 1090 do 1º de Setembro de 1860 artigo 1.

§ 4. Conceder fianças.



SECÇÃO III

*Jurisdicção civil dos juizes substitutos dos juizes de direito*

**Reg. de 22 de Nov. de 1871:** Art. 68. Os juizes de direito, de que trata o artigo antecedente (de comarcas es-peciaes) poderaõ ser auxiliados no praparo e instrucção de todas as causas civeis de sua competencia pelos seus sub-stitutos até final sentença exclusivamente.

§ 1. As sentenças, a que se refere este artigo são de absol-uição de instancia, e todas aquellas, em que caiba appellação o agravo de petição ou instrumento.

Esta disposição é applicavel ao caso da substituição reciproca aos actos dos juizes substitutos nos feitos civeis e os dos juizes de direito effectivos, que substituirem a outros em sua respectivas varas.

§ 2. Aos juizes substitutos incumbe tambem a execução das sentenças nas causas civeis de valor de mais de 100\$000 até 500\$000, julgadas em primeira e ultima instancia pelos juizes de direito, salvas as decisões, que a estes competirem.

CAPITULO VII

MODO DE EXERCICIO DA JURISDICÇÃO DAS SUBSTITUIÇÕES DOS  
JUIZES DE DIREITO

**Reg. de 22 de Nov. de 1871:** Art. 3 § 2. O exercicio dos juizes substitutos é regulado pelo modo seguinte:

Aos juizes de direito effectivos das differentes varas, estando em exercicio, serão sempre feitos os primeiros requerimentos para quaesquer acções ou diligencias judiciais.

Quando, porém, não puderem por affluencia de trabalho, dar prompto expediente, encarregando-se da preparação do processo,

antes de proferirem qualquer despacho, declararão que—seja presente ao substituto.

Si o juiz effectivo não estiver em exercicio e fôr substituido parcialmente pelo substituto, a este se fará logo o requerimento inicial.

De taes processos, assim iniciados pelo substituto, tem o juiz effectivo, voltando ao exercicio, a competencia para continuar o preparo; poderá, porém, declinar, si, quando lhe fôrem apresentados, e antes de proferir qualquer despacho nelles, declarar que—prosiga o substituto.

Salva a disposição especial antecedente, uma vez iniciada a acção ou diligencia judicial perante o substituto, é delle inclinavel o preparo do processo; pertencendo exclusivamente ao effectivo juiz de direito, quando lhe fôrem os autos conclusos, ordenar compatíveis rectificações e diligencias e proferir as sentenças definitivas ou com força de definitivas no civil e as sentenças de julgamento e pronuncia no crime.

Outrosim, quando o juiz de direito effectivo tiver iniciado qualquer acção ou diligencia judicial, só por motivo de suspeição superveniente, poderá declinar para o substituto a continuação do preparo do processo.

**Art. 4.** Os juizes de direito effectivos, na mesma comarca, substituem-se reciprocamente.

Havendo mais de dous, será designada a ordem da substituição pelo governo na corte e pelos presidentes nas provincias.

Esta designação será feita annualmente durante o mez de Novembro para vigorar desde o 1º de Janeiro seguinte; e o mesmo se praticará em relação aos juizes substitutos.

§ 1. A substituição reciproca dos juizes de direito effectivos é restricta, nas varas substituidas, ás sentenças definitivas com força de definitivas, em feitos civeis ou crimes; a despachos de pronuncias, á concessão ou denegação de *habeas-corpus*; á decisão de suspeições, e ao julgamento de *appellações*, ou quaesquer recursos interpostos de juizes inferiores.

Em todos os outros actos de jurisdição voluntaria ou contenciosa é substituído o juiz de direito pelo respectivo substituto.

§ 2. Os juizes substitutos sómente exercerão a jurisdição plena quando nenhum dos juizes de direito, que se substituem reciprocamente, a puder exercer, por impedimento ou affluencia de trabalho. E, neste caso, percorrida a escala da substituição, por communicação successivas dos impedimentos, até chegar ao respectivo substituto, assumirá este o exercicio da jurisdição plena.

§ 3. Quando o juiz substituto entrar no exercicio da jurisdição plena de juiz de direito, ou de qualquer modo ficar impedido, é substituído pelo supplente, no exercicio dos actos da jurisdição voluntaria ou contenciosa da competencia ordinaria do juiz substituto.

Ao supplente, porém, nunca se devolve o exercicio da jurisdição plena, sem que tenha sido percorrida a escala de todos os outros juizes substitutos, que, segundo a ordem designada, reciprocamente se substituem para o exercicio daquelle jurisdição.

§ 4. Ainda quando os substitutos exerçam a jurisdição plena, não poderão conhecer das suspeições dos artigos 11 § 2, e 26 da lei, si houverem sido postas a juizes de direito effectivos.

## CAPITULO VIII

NOMEAÇÃO, NUMERO E TEMPO DOS SUPPLENTES DOS JUIZES SUBSTITUTOS.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 1 § 3.** Igual numero de supplentes (isto é 3) terão os juizes substitutos.

**Decr. de 22 de Nov. de 1871: Art. 6.** O numero

dos supplentes bem como o dos substitutos dos juizes de direito é reduzido a tres.

§ 1. Os supplentes dos juizes substitutos serão nomeados pelos presidentes nas provincias, e pelo governo na côrte, para servirem por quatro annos, durante os quaes só terá logar a demissão delles a seu pedido, ou nos seguintes casos:

1. Mudança definitiva de residencia para fóra do termo.
2. Aceitação de cargo incompativel com o de supplente.
3. Impedimento prolongado por mais de 6 mezes.
4. Sentença condemnatoria da autoridade competente.

§ 2. Nos casos do paragrapho antecedente ou quando se derem vagas por falta de juramento no prazo marcado, ou por fallecimento, serão ellas preenchidas, e os novos nomeados servirão até o fim do quatriennio, occupando os ultimos logares na escala dos supplentes.

Fóra destes casos não é alteravel a ordem da supplencia.

§ 5. Dous mezes depois da publicação da lei (de 20 de Setembro de 1871) serão nomeados os supplentes dos juizes substitutos para todas as comarcas especiaes.

## CAPITULO IX

### CREAÇÃO E NOMEAÇÃO DOS JUIZES ESPECIAES DO COMMERCIO, E SUA SUBSTITUIÇÃO

**Lei de 16 de Set. de 1854: Art. 3.** Para julgamento das causas commerciaes em 1ª instancia serão nomeados juizes de direito especiaes nas capitaes, onde funcionarem os tribunaes do commercio.

**Lei de 1 de Mai. de 1855: Art. 20.** Ficão creados

juizes especiaes do commercio na capital do Imperio, e nas provincias da Bahia, Pernambuco e Maranhão. (\*)

**Art. 31.** Os juizes de direito especiaes do commercio serão substituidos nos seus impedimentos pelos juizes de direito da comarca da capital, e pelo da 1ª vara, onde houver mais de um, e pelo da 2ª na falta deste. (\*\*)

## CAPITULO X

### SECÇÃO I

#### *Creação dos juizes dos feitos*

**Lei de 29 de Nov. de 1841: Art. 1.** Fica restabelecido o privilegio do fóro para as causas da fazenda nacional, e creado o juizo privativo dos feitos da fazenda em primeira instancia. (\*\*\*)

(\*) Damos aqui as leis da criação dos juizes especiaes do commercio em razão de gozarem de attribuições criminaes: sobre o que veja-se *retro* secção VI.

Emquanto ás suas attribuições commerciaes, não as trasladamos para aqui, porque seria entrar na materia do processo commercial que não cabe nesta compilação.

(\*\*) Vide *retro* sobre a substituição reciproca: cap. V sec. IV.

(\*\*\*) No nosso antigo regimen judiciario as causas de fazenda se decidiam no conselho da fazenda.

A lei de 4 de Outubro de 1831 suprimio este conselho, e devolveu as causas da fazenda publica ao dominio do fóro commum; a lei de 1841, porém, restaurou o privilegio. Os privilegios são sempre odiosos, e a justiça com elles nada ganha.

Eis o que dispõe a lei de 1831:

**Art. 90.** Fica extincto o actual erario, e o conselho de fazenda.

As justificações, que até agora se faziam neste tribunal serão feitas perante os juizes territoriaes com audiencia do procurador fiscal, e as sentenças, que nelle se proferirem a favor dos justificantes, serão sempre appelladas *ex-officio* para a relação do districto, sob pena de nullidade.

Os processos ultimados dos justificantes lhes serão entregues sem dependencia de traslado.

**Art. 91.** A jurisdicção contenciosa, que exercitava o mesmo conselho extincto fica pertencendo aos juizes territoriaes com recurso para a relação do districto, guardados os termos de direito.

**Art. 2.** Neste juizo se processará e julgará de ora em diante todas as causas civeis da fazenda nacional, em que ella fór interessada por qualquer modo, e em que, por conseguinte, houverem de intervir os seus procuradores como autores, réos, assistente e oppoentes.

**Art. 3.** Neste juizo se continuará a seguir e observar a ordem do processo estabelecida pelas leis em vigor com as alterações decretadas na disposição provisoria ácerca da administração da justiça civil.

**Art. 4.** A jurisdição privativa e improrogavel dos juizes dos feitos da fazenda será exercida, na côrte e nas provincias da Bahia e Pernambuco, por um juiz de direito especial com a denominação de juiz dos feitos da fazenda, nomeado pelo governo dentre os bachareis formados em direito, que tiverem pelo menos tres annos de pratica do fóro; nas demais provincias pelos juizes do civil da capital, ou (onde os não houver) pelos de direito respectivos, e havendo mais de um, por aquelle que o governo designar.

## SECÇÃO II

### *Substituição dos juizes dos feitos*

**Lei de 29 de Nov. de 1841.** Nos impedimentos ou faltas, o juiz dos feitos da fazenda será substituido pela meama fórma que os do civil, servindo os juizes municipaes sómente na falta absoluta dos de direito.

**Decr. de 30 de Out. de 1861: Art. 1.** Os juizes de direito da 1ª e da 2ª vara crime, da 1ª e da 2ª vara do commercio, o juiz de orphãos, e os auditores de guerra e marinha, na ordem em que vão designados, são substitutos do juiz dos feitos da fazenda da côrte nos impedimentos deste.

**Art. 3.** Os juizes dos feitos nas provincias da Bahia e Pernambuco serão do mesmo modo substituidos pelos juizes de direito da 1ª e 2ª vara crime, e pelo juiz especial do commercio. (\*)

SECÇÃO III

*Jurisdicção civil do juiz dos feitos da fazenda*

**Lei de 29 de Nov. de 1841: Art. 12.** Para os juizos dos feitos da fazenda se remetterão e serão avocadas todas as causas mencionadas no artigo 2, (\*\*) que actualmente penderem em outros juizos de 1ª instancia, e as que para o futuro nestes se instaurarem indevidamente.

**Art. 13.** Serão appelladas *ex officio* para as relações do districto todas as sentenças, que fôrem proferidas contra a fazenda nacional em 1ª instancia, qualquer que seja a natureza dellas, e o valor excedente a 100\$, comprehendendo-se nesta disposição as justificações e habilitações de que trata o artigo 90 da lei de 4 de Outubro de 1831: não se entendendo contra a fazenda nacional as sentenças, que se proferirem em causas de particulares, a que os procuradores da fazenda nacional sómente tenham assistido, porque destas só se appellará por parte da fazenda, si os procuradores deila o julgarem preciso.

**Art. 14.** Das sentenças, que se proferirem contra as partes, ellas poderão appellar, quando excederem á alçada designada no artigo antecedente, para as mesmas relações; e em um e outro caso se observará, na sua interposição, recebimento e expedição, as disposições das leis em vigor, bem como no processo e julgamento das relações, que será sem differença

---

(\*) Vile *retro* sobre a substituição reciproca: cap. V sec. IV.

(\*\*) Vile *retro* sec. I.

do das demais appellações civeis, com audiencia e assistencia do procurador da fazenda nacional.

**Art. 15.** Nos juizos de segunda instancia serão as causas da fazenda nacional promovidas e defendidas pelos procuradores da fazenda, que servirem nas relações, a quem os procuradores da fazenda da primeira instancia enviarão officialmente todas as informações e documentos, que julgarem necessarios, ou por elles lhes fôrem exigidos.

**Av. de 21 de Jan. de 1842 : Art: 1.** Ao juizo privativo dos feitos da fazenda compete julgar e conhecer definitivamente em primeira instancia todas as causas civeis, ordinarias ou summarias, em que a fazenda nacional fôr autora ou ré, ou por qualquer maneira interessada, e deverem nella intervir os seus procuradores na conformidade das leis em vigor.

**Art. 2.** Comprehende-se no numero das ditas causas :

1.º As que se moverem a respeito dos bens nacionaes reservados, na fórma do artigo 115 da Constituição para decencia e recreio de S. M. o Imperador e sua augusta familia, e versarem sobre a propriedade e posse que nelles tenha a fazenda nacional.

2.º Todas as habilitações de herdeiros e cessionarios de quaesquer credores da fazenda nacional, e as justificações que dantes se fazião no extincto conselho da fazenda, conforme os artigos 6 §, 8 e 90 da lei de 4 de Setembro de 1831.

3.º As habilitações das pessoas, que têm direito ao meio soldo dos officiaes militares fallecidos, nos termos da lei de 6 de Novembro de 1827 e decreto de 6 de Junho de 1831; salva a disposição do decreto de 27 de Junho de 1840.

4.º Os processos para se verificar a desapropriação, na fórma dos artigos 4, 5, 6 e 7 da lei de 9 de Setembro de 1826.

5.º As justificações de serviços remuneraveis para se requerer alguma mercê.



Estas justificações serão exclusivamente feitas no juizo dos feitos da côrte, qualquer que seja a provincia, em que rezidão os justificantes.

**Art. 3.** A jurisdicção deste juizo é privativa e impro-rogavel, e por isso não só se devem nelle processar todas as causas mencionadas nos artigos antecedentes, que de novo se intentarem, mas tambem para elle se devem remetter todas as actualmente pendentes em qualquer juizo dos respectivos districtos, ou seja ex-officio pelos mesmos juizes perante quem correm, e que farão esta remessa logo que se estabelecerem os juizos privativos, ou seja em virtude de precatorias dos juizes dos feitos ou a requerimento das partes ; fazendo-se effectiva a responsabilidade dos que fôrem culpados da demora. .

**Art. 4.** Na ordem do juizo se deverá seguir o disposto no artigo 3 da lei de 29 de Novembro de 1841 e o mais que novissimamente foi determinado no artigo 120 da lei de 3 de Dezembro de 1841, e no regulamento respectivo.

**Art. 5.** O districto da jurisdicção dos juizes dos feitos é para o da côrte o municipio della, e para os das provincias todo o territorio destas.

**Art. 7.** Têm estes juizes alçada até 100\$000 em bens, moveis ou de raiz ; e por isso não serão appellaveis as sentenças por elles proferidas em causas que não excedão áquelle valor ; polerão porém as partes interpor a revista nos termos do artigo 6 da lei de 18 de Setembro de 1828.

**Decr. de 17 de Dez. de 1853.** Hei por bem declarar, que a jurisdicção privativa, que pelo artigo 4 da lei n. 242 de 29 de Novembro de 1841 compete ao juiz de direito da capital da provincia do Rio de Janeiro para conhecer dos feitos da fazenda, subsiste e continuará a ser exercida a respeito dos

feitos da fazenda provincial, entendendo-se a extinção determinada pelo artigo 78 do decreto n. 736 de 20 de Novembro de 1850 limitada sómente á parte relativa ao conhecimento dos feitos da fazenda geral, que são os que devem correr perante o juizo dos feitos da côrte.

## CAPITULO XI

### JUIZES DO CIVEL

#### SECÇÃO I

#### *Juizes do civil e sua jurisdição*

**Disp. prov. : Art. 13.** Nas grandes povoações, onde a administração da justiça civil puder occupar um ou mais magistrados haverá um ou mais juizes do civil, a quem fica competindo toda a jurisdição civil, com exclusão dos juizes municipaes, cuja jurisdição nessa parte fica cassada.

**Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 115.** Ficão abolidos os juizes do civil, conservados, porém, os actuaes, enquanto não fôrem empregados em outros logares.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 481.** Todas as vezes que algum juiz do civil fallecer, fôr removido para um logar vago, ou promovido á uma relação, será havido por extincto o seu logar, e as suas funcções passarão a ser exercidas pelo respectivo juiz municipal.

**Art. 487.** Os actuaes juizes do civil, ainda mesmo quando accumularem as funcções de juizes de orphãos, e es escrivães e tabellães que perante elles servem, não estão sujeitos ás correições, do que trata a secção 3ª cap. 1, das disposições criminaes.

SEÇÃO II

*Substituição dos juizes de direito do civil*

**Decr. de 15 de Out. de 1833: Art. 1.** Nas cidades populosas, em que houverem dous, ou mais juizes de direito serão uns supplentes dos outros, da mesma fórma e nos mesmos casos, que se dispõe a respeito dos juizes de paz nos artigos 10 e 62 do código do processo criminal, e só no impedimento de todos terá logar a substituição dos juizes municipaes, na conformidade do artigo 35 do referido código, e do artigo 33 das instrucções de 13 de Dezembro do anno passado.

**Art. 2.** Cada um destes juizes presidirá por seu turno ás sessões dos jurados, que se devem fazer nas sobreditas cidades, e quando por qualquer legitimo impedimento não possa presidir aquelle, a quem tocar, será substituido pelo outro, que se lhe seguir na ordem; ou pelo juiz municipal no caso do artigo antecedente.

**Art. 3.** A nenhum pretexto será licito alterar a ordem estabelecida nesta presidencia das sessões dos jurados, e nenhum servirá por outro juiz de direito fóra do caso de legitimo impedimento.

**Art. 4.** Os juizes de direito, a quem é incumbido percorrer as villas, e exercitar nellas a jurisdição criminal e civil, quando o fizerem para presidir ás sessões dos jurados, além das 15 dias que devem durar as mesmas sessões e dos mais, porque podem ser prorogadas, conforme o artigo 323 do código do processo criminal, se demorarão o tempo necessario para julgarem a final as causas civeis, que estiverem preparadas; procederem ás diligencias, de que trata o artigo 9 da disposição provisória ácerca da administração da justiça civil, e desempenharem o mais, de que os encarrega o artigo 46 § 9 do sobredito código,

contanto que esta demora não os impossibilite do comparecimento e presidencia em outros logares a que sejam obrigados.

**Art. 5.** Quando fôrem tantas as causas civeis, que não possam ser todas julgadas no tempo assim indicado, ou tantas diligencias a ellas relativas, que se não possam concluir, o juiz de direito as reservará para outra occasião; e por nenhum motivo poderá trazer os feitos para fóra do termo da villa, salvo convindo nisso as partes interessadas; mas neste caso sempre as sentenças serão publicadas nos respectivos termos, ou pelo juiz de direito na occasião em que fôrem percorridos; ou pelo juiz municipal sendo-lhes os autos remettidos officialmente e com segurança.

**Art. 6.** Si a necessidade o exigir irá o juiz de direito a qualquer villa do sua jurisdicção para o fim de julgar as causas civeis, ou proceder ás diligencias necessarias para o julgamento, mais uma vez no intervallo de cada uma das reuniões dos jurados, e poderá neste caso demorar-se ahi por cinco até dez dias.

**Art. 7.** Na falta de juiz de direito em qualquer comarca por vaga ou impedimento fará as suas vezes, pelo que pertence ao julgamento final das causas civeis nos casos em que elle lhe tocar, o juiz municipal do termo respectivo, e no impedimento deste o do termo mais vizinho, ficando porém livre ás partes quando nisto concordem, e o requeirão, esperarem para o julgamento final, que a comarca seja provida de juiz de direito; ou que cesse o impedimento.

**Decr. de 18 de Fev. de 1837.** O Regente....ha por bem, derogando os sobreditos decretos de 3 de Outubro de 1833, e 23 de Abril de 1835, na parte sómente que diz respeito ao municipio desta capital, que d'ora em diante, nos impedimentos de qualquor dos juizes de direito do civil della, sirvão interinamente bachareis nomeados pelo governo.

**Decr. de 3 de Mai. de 1837.** O Regente ...ha por bem declarar, que as nomeações de bachareis para servirem nos impedimentos dos juizes de direito do civil, de que trata o decr. de 18 de Fevereiro do corrente anno, se entende tão sómente pela ausencia ou molestia dos sobreditos juizes de direito, e não pelos impedimentos, que possam provir de suspeições ou outras causas semelhantes; porque em tais circumstancias deverão os juizes, que se acharem em exercicio servir de supplentes uns dos outros, como se acha providenciado no art. 16 do decreto de 3 de Outubro de 1833, que nessa parte deve subsistir em seu inteiro vigor.

**Decr. de 23 Set. de 1837.** O Regente interino...ha por bem instaurar a observancia dos decretos de 3 de Outubro de 1833, e 23 de Abril de 1835, no municipio da corte, e revogar os decretos de 18 de Fevereiro e 2 de Maio do corrente anno.

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 116.** No impedimento dos actuaes juizes do civil, servirão os juizes municipaes.

## CAPITULO XII

### JUIZES DE ORPHÃOS

#### SECÇÃO I

#### *Creação e nomeação dos juizes dos orphãos*

**Ord. liv. 1 tit. 88 pr.:** Antigamente o prover sobre as pessoas e fazenda dos orphãos pertencia aos juizes ordinarios e tabelliães; e por suas occupações serem muitas, e não poderem cumprir com esta obrigação, como devião, fôrão ordenados

os officios de juiz e escrivão dos orphãos para especialmente proverem nas pessoas e fazendas delles.

E em todas as villas e logares, onde nelles e no termo houver 400 vizinhos, ou dahi para cima, mandamos, que haja um juiz de orphãos apartado,

E onde não houver o dito numero de vizinhos, os juizes ordinarios sirvão o officio de juiz de orphãos com os tabelliães da villa: salvo si nas villas e logares, que a 400 vizinhos não chegarem houver costume e posse antiga de haver juiz dos orphãos, ou fôrem por nós ordenado.

**Disp. prov.: Art. 30** Haverá tantos juizes dos orphãos quantos fôrem os juizes municipaes, e nomeados pela mesma maneira.

**Lei de 30 de Out. de 1836: Art. 1.** O juiz de orphãos da côrte e seu municipio será nomeado pelo governo dentre os bachareis formados, e que tenham as qualidades, que o artigo 44 do codigo do processo criminal requer para os mais juizes de direito.

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 117.** Nas grandes povoações, onde a administração dos orphãos puder occupar um ou mais magistrados haverá um ou mais juizes de orphãos.

Estes juizes serão escolhidos pelo Imperador, dentre os bachareis formados, habilitados para serem juizes municipaes: servirão pelo mesmo tempo que os juizes municipaes, e serão substituidos da mesma maneira.

Vencerão o ordenado e emolumentos, e terão a mesma alçada dos juizes municipaes.

**Art. 118.** Nos termos em que não houver juiz de orphãos especial, se houver juiz de direito civil, exercerá este toda a jurisdição que compete ao de orphãos.

Não havendo juiz de direito civil competirá toda a jurisdição do juiz de orphãos ao juiz municipal.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 473.** Por via de regra os cargos de juiz municipal e de orphãos serão reunidos na mesma pessoa, salvo nos casos seguintes.

**Art. 474.** Nos termos muito populosos, onde um só juiz não puder, sem prejuizo e atrazo do expediente, accumula-los serão separados e providos em diversas pessoas.

**Art. 475.** Nos termos em que houver juiz do civil, e puder, sem prejuizo o atrazo do expediente, accumular as funcções de juiz de orphãos, exerce-las-ha na fórma do artigo 118 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

Si, porém, a população da cidade, villa ou termo fôr grande e o expedientes do juizo do orphãos fôr muito avultado, annexar-se-ha o cargo de juiz dos orphãos ao de juiz municipal.

**Art. 476.** Nos termos em que houver juiz do civil, accumulando as funcções de juiz dos orphãos, o juiz municipal exercerá sómente as attribuições policiaes e criminaes que lhe confere a lei de 3 de Dezembro de 1841.

**Art. 477.** Nos logares, onde houver juiz do civil, e este accumular as funcções de juiz dos feitos da fazenda, não accumulará as de juiz dos orphãos, as quaes serão exorcidas pelo juiz municipal.

**Art. 478.** Nos logares onde houver mais de um juiz do civil, o governo accumulará a um d'elles o cargo de juiz dos orphãos, quando isso tiver logar sem prejuizo e atrazo do expediente.

No caso contrario, exercerá as funcções de juiz dos orphãos o municipal, salva a disposição do artigo 117 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

**Decr. de 15 de Març. de 1843: Art. 6.** Quando em um termo houver mais de um juiz de orphãos, por virtude do

**artigo 117 da lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841, o governo na côrte e os presidentes nas provincias lhes marcarão districtos.**

**Art. 7.** O juiz de orphãos da côrte continuara a exercer as funcções, como até ao presente, em quanto não fôr empregado em outro logar de magistratura.

**Lei de 30 de Set. de 1871: Art. 1.** Na capital do imperio é creado mais um logar de juiz de orphãos.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 2.** Na côrte haverá uma 2.<sup>a</sup> vara de orphãos, e cumulativamente servirão ambos os juizes.

## SECÇÃO II

### *Substituição do juiz de orphãos*

**Decr. de 12 de Fev. de 1836: Art. 1.** O juiz de orphãos da côrte e municipio será substituido nos seus impedimentos, quaesquer que elles sejam, pelos juizes de direito do civil.

**Art. 2.** A substituição começará pelo juiz de direito do civil da 1.<sup>a</sup> vara, seguindo-se, quando este fôr tambem impedido, o da 2.<sup>a</sup> vara, e assim por diante.

**Art. 3.** No caso em que todos os juizes de direito do civil sejam impedidos, recahirá a substituição no juiz municipal.

**Decr. de 15 de Març. de 1836.** O regente... ha por bem ordenar... que quando fôrem impedidos todos os



juizes, que, pela disposição do decreto de 12 do mez proximo passado, devem substituir o juiz de orphãos da côrte e municipio nos seus impedimentos, a camara municipal, todas as vezes que fôr necessario, nomêe intorinamente, na fôrma do artigo 33 do codigo do processo criminal, um juiz municipal em logar daquelle que fôr impedido, para o fim de poder servir neste caso de juiz de orphãos, como determina o artigo 3 do referido decreto de 12 de Fevereiro proximo passado.

**Decr. de 6 de Mai. de 1843: Art. 1.** O decreto n. 133 de 26 de Fevereiro de 1842, que estabelece a ordem de substituição dos juizes de direito, dos do civil, e de orphãos no municipio da côrte, fica applicavel ao municipio da cidade do Salvador, capital da provincia da Bahia.

**Decr. de 12 de Fev. de 1843: Art. um.** As disposições do decreto n. 133 de 26 de Fevereiro de 1842, a que se refere o decreto n. 291 (de 6 Maio de 1843) são extensivas á comarca, e não somente ao municipio da capital da provincia da Bahia, como se menciona no mesmo decreto.

**Decr. de 31 de Dez. de 1861: Art. 1.** O juiz municipal da 1.<sup>a</sup> vara da capital do imperio substituirá ao juiz de orphãos.

**Decr. de 3 de Fev. de 1883: Art. 1.** O juiz de orphãos da capital da provincia da Bahia será substituido em seus impedimentos por supplentes quatrienaes, como são os juizes municipaes, nomeados na fôrma do artigo 19 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

**Art. 2.** Ficão derogados nesta parte os decretos n. 291 de 6 de Maio de 1843, e 403 de 12 de Fevereiro de 1845, e disposições em contrario.

SECÇÃO III

*Jurisdicção civil dos juizes de orphãos*

**Disp. prov.: Art. 30.** A jurisdicção contenciosa (dos juizes de orphãos) fica limitada ás causas, que nascem dos inventarios, partilhas, contas de tutores, habilitações de herdeiros, do ausente e dependencias dessas mesmas causas.

**Reg. de 15 de Març. de 1843: Art. 4.** Aos juizes de orphãos compete conhecer e julgar administrativamente os processos de inventarios, partilhas, tutelas, curadorias, contas de tutores e curadores.

**Art. 5.** Ficão-lhe outrosim pertencendo

1. As cartas de emancipação.
2. Os supprimentos de idade.
4. As licenças a mulheres menores, para venderem bens de raiz, consentindo os maridos.
4. Dar tutores em todos os casos marcados nas leis.
5. Supprir o consentimento do pai ou tutor para casamento.
6. A entrega de bens de orphãos á sua mãe, avós, tios, etc.
7. A entrega dos bens de ausentes a seus parentes mais chegados.
8. A entrega dos bens de orphãos a seus maridos, quando casarem sem liconça dos mesmos juizes.
9. A dispensa para os tutores obrigarem seus proprios bens á fiança das tutelas para que fôrão nomeados, ainda que os bens estejam fóra do districto onde contrahirem a obrigação (lei de 22 de Setembro de 1828).
10. Conhecer e julgar contenciosamente as causas que nascem dos inventarios, partilhas, e contas de tutores, e bem assim as habilitações dos herdeiros do ausente, e as causas que fõrem dependencias de todas as que ficão referidas neste paragrapho

(artigo 20 da Disposição provisória pelo qual ficou revogada a Ord. do liv. 1 tit. 88 § 45).

11. A arrecadação e administração dos bens dos ausentes nos termos da Ord. liv. 1 tit. 88, 91, e 62 § 38, versículo — *Absentes* e mais leis a este respeito (lei de 3 de Novembro de 1830).

12. A administração dos bens pertencentes aos índios, nos termos do decreto de 3 de Junho de 1833.

## CAPITULO XIII

### AUDITORES DE GUERRA

**Decr. de 13 de Ag. de 1833:**— A regencia... ha por bem que os juizes de direito sirvão de auditores (da gente de guerra) nas suas respectivas comarcas, até que a assembléa geral dê sobre este objecto a providencia legislativa, que parecer conveniente.

**Decr. de 21 de Jun. de 1845:** Hei por bem determinar, que nos impedimentos dos juizes de direito, quando se tiver de proceder a conselho de guerra por crimes capitães os prezidentes das provincias nomêem para servir interinamente algum outro ministro em idênticas circumstancias, e na sua falta algum advogado dos de melhor opinião.

**Decr. de 31 de Ag. de 1878: Art. 1.** Os substitutos dos juizes de direito são como taes competentes para, no caso de todo e qualquer impedimento dos ditos juizes, exercer as funções de auditor de guerra, independentemente de nomeação ou designação especial.

**Art. 2.** Os juizes de direito não podem conservar o exercicio das funções de seu cargo, e ao mesmo tempo deixar as de auditor de guerra por accumulção de trabalhos ou qualquer outro motivo.

## CAPITULO XIV

### AUDITORES DE MARINHA, E SUAS ATRIBUIÇÕES

**Lei de 4 de Set. de 1850: Art. 8.** Todos os apressamentos de embarcações, de que tratão os artigos 1 e 2 (empregadas no trafico de africanos boçaes) assim como a liberdade dos escravos apprehendidos no alto mar ou na costa antes do desembarque, no acto d'elle, ou immediatamente depois em armazens e depositos sitos nos portos e costas, serão processados e julgados em 1.<sup>a</sup> instancia pela auditoria de marinha, e em 2.<sup>a</sup> pelo conselho de estado.

O governo marcará em regulamento a fôrma do processo em 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> instancia, e poderá crear auditores de marinha nos portos onde convenha, devendo servir de auditores os juizes de direito das respectivas comarcas, que para isso fôrem designados.

**Art. 9.** Os auditores de marinha serão igualmente competentes para processar e julgar os réos mencionados no artigo 3 (\*).

De suas decisões haverá para as relações os mesmos recursos e appellações, que nos processos de responsabilidade.

**Lei de 5 de Jun. de 1854: Art. 1** A competencia dos auditores de marinha para processar e julgar os réos mencionados no artigo 3 da lei n. 581 de 4 de setembro de 1850 terá logar depois da publicação da presente resolução, ainda

---

(\*) Dono, capitão, piloto, contra-mestre, sobre-carga, e equipagem de navios empregados no trafico de africanos boçaes os coadjuvantes no desembarque no territorio brasileiro, e os concurrentes para evitar a apprehensão.

quando a perseguição dos delinquentes e dos escravos desembarcados não se realice no acto do desembarque, e se faça posteriormente logo que a autoridade publica tiver noticia do desembarque, qualquer que seja a distancia da costa em que se achem.

**Art. 3.** Será punido pelos ditos auditores o cidadão brasileiro aonde quer que resida, e o estrangeiro residente no Brazil, que for dono, capitão ou mestre, piloto ou contramestre, ou interessado no negocio de qualquer embarcação que se occupe no trafico de escravos, continuando, em relação aos que importarem para o Brazil, a disposição da lei de 4 de Setembro de 1850.

Esta disposição não comprehende o cidadão brasileiro residente em paiz estrangeiro, que ahi já tiver sido processado e julgado pelo mesmo crime

## CAPITULO XV

### PROVEDORES E SUA JURISDIÇÃO CIVIL.

**Lei de 3 de Nov. de 1830: Art. 1.** Fica extinta a provedoria dos defuntos e ausentes, e revogado o seu regimento de 10 de Dezembro de 1613 com todas as outras leis, providões, e ordens a elle relativas.

**Art. 2.** A arrecadação e administração dos bens dos ausentes fica pertencendo aos juizes dos orphãos nos termos do seu regimento, Ord. liv. 1 tit. 88, e do mesmo liv. tit. 90: « Do curador que é dado aos bens do absente etc. » e do tit. 62: « Dos procuradores e contadores das camaras, » § 38 versiculo *Absentes* e mais leis a este respeito.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 479.** Nos logares onde não houver juiz do civil, accumularão os juizes municipaes o cargo de provedores de capellas e residuos.

**Art. 480.** Quando houver mais de um juiz municipal, o governo designará dentro elles um que sirva esse cargo.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 1.** Na côrte, e nas capitães da Bahia, Pernambuco e Maranhão a provedoria de capellas, e residuos será de jurisdicção privativa.

**Decr. de 22 de Nov. de 1871: Art. 2.** Na côrte e nas capitães da Bahia, Pernambuco e Maranhão a provedoria de capellas e residuos será da privativa jurisdicção do juiz de direito que fór nomeado pelo governo.

Nestas capitães e mais comarcas connexas, de que trata o artigo antecedente, o numero dos juizes de direito será marcado por decreto, não podendo exceder o correspondente aos logares actuaes de juizes de direito, municipaes e de orphãos.

**Art. 83.** O inventario e partilha dos bens de defuntos, que deixarem testamento sem herdeiros, orphaos ou interdictos, é da competencia da provedoria.

Na falta do testamento e herdeiros orphãos ou interdictos será feito o inventario e partilha pelo juizo commun.

## CAPITULO XVI

### NUMERO DE VARAS DA CÔRTE E DAS COMARCAS ESPECIAES, E NUMERO DOS JUIZES SUBSTITUTOS

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 29. § 3.** É o governo autorizadô a fixar o numero dos juizes de direito em cada uma das comarcas do artigo 1 (especiaes) sem exceder

ao correspondente aos logares actualmente creados de juizes de direito, municipaes e de orphãos.

**Decr. n. 4.835 de 22 de Nov. de 1871: Art. 1.** Fica elevado a 11 o numero das varas dos juizes de direito na côrte, a 6 o das capitaes das provincias da Bahia, e Pernambuco e a 5 o da capital da provincia do Maranhão.

§ 1. Haverá na côrte um juiz dos feitos da fazenda, e um provedor de capellas e residuos, dous juizes do commercio, dous de orphãos, dous auditores, sendo um de guerra, e outro da marinha, e tres juizes do civil.

§ 2. Na Bahia e no Recife, além do juiz dos feitos da fazenda, e do provedor de capellas e residuos, haverá um juiz do commercio e outro de orphãos, e dous do civil.

**Art. 2.** Todos esses juizes, ainda mesmo das varas privativas, terão jurisdicção criminal cumulativa.

A jurisdicção civil tambem sera cumulativa, mas unicamente entre os juizes respectivos.

**Art. 3.** Para os auxiliar no preparo dos processos e os substituir em seus impedimentos são creados 8 juizes substitutos na côrte, 6 em cada uma das capitaes da Bahia, e Pernambuco, e 5 no Maranhão.

**Decr. de 30 de Dez. de 1871: Art. 1.** Fica elevado a 9 o numero dos juizes substitutos da côrte.

**Decr. de 7 de Nov. de 1873: Art. 3.** As comarcas de Porto-Alegre, São Paulo, Ouro-Preto, Fortaleza e Belém terão dous juizes de direito, dos quaes um exercerá a vara dos feitos da fazenda e a commercial, o outro a dos orphãos e a da provedoria de capellas e residuos, e ambas a jurisdicção civil e criminal cumulativamente.

É mantida a auditoria de guerra da cidade de Porto-Alegre com jurisdicção cumulativa nas causas criminaes.

**Art. 4.** Em cada uma das comarcas de Cuiabá e Goiaz haverá um só juiz de direito e um juiz substituto.

**Decr. de 18 de Ag. de 1880: Art. 1.** Fica extinta a 2ª vara civil da côrte, passando as respectivas funções a ser exercidas pelos juizes de direito da 1ª e 3ª varas, tomando esta a designação de 2ª, revogado nesta parte o artigo 1 § 2 do decreto n. 4.825 de 22 de Novembro de 1871.

## CAPITULO XVII

### JUIZES ARBITROS E SUA JURISDIÇÃO

**Const. art. 160.** Nas causas civeis, e nas penaes civilmente intentadas, poderão as partes nomear juizes arbitros.

Suas sentenças. serão executadas sem recurso, si assim o convencionarem as mesmas partes. (\*)

## CAPITULO XVIII

### COMPETENCIA CIVEL GERAL DOS JUIZES DA 1ª INSTANCIA E TEMPO DE DESPACHO

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 71.** Incluem-se na competencia da 1ª instancia, conforme o valor da causa, o preparo e o julgamento das partilhas, contas de tutores, bem como qualquer outra decizão definitiva, que ponha termo á causa na mesma instancia. (\*\*)

---

(\*) Vide Part. II Tit. VIII, Cap. VIII Secção I e seguintes.

(\*\*) Vide retro: cap. V sec. VII.



**Art. 72.** O juiz da 1.<sup>a</sup> instancia é obrigado a despachar o feito dentro de 60 dias, contados da conclusão, si a sentença for definitiva; dentro de 10 nos demais casos.

Faz-se-ha carga ao juiz com a sua assignatura, em livro proprio do escrivão, pelo recebimento dos autos conclusos; e desse livro se darão ás partes as certidões que pedirem.

São comprehendidos nesta disposição os juizes da 2.<sup>a</sup> instancia.

## CAPITULO XIX

### JURADOS

#### SECÇÃO I

##### *Instituição dos jurados, e sua competencia*

**Const. Art. 151.** O poder judicial será composto de juizes e jurados, os quaes terão logar assim no civil como no crimino nos casos e pelo modo que os codigos determinarem.

**Art. 152.** Os jurados pronunciação sobre o facto, e os juizes applicao a lei.

#### SECÇÃO II

##### *Qualificação dos jurados*

**Cod. proc.: Art. 23.** São aptos para serem jurados todos os cidadãos que podem ser eleitores, sendo de reconhecido bom senso e probidade.

Exceptuão-se os senadores, deputados, conselheiros e ministros d'estado, bispos, magistrados, officiaes de justiça, juizes ecclesiasticos, vigarios, presidentes, secretarios dos governos das provincias, commandantes das armas e dos corpos da 1.<sup>a</sup> linha.

**Art. 24.** As listas dos cidadãos que estiverem nas circumstancias de serem jurados, serão feitas em cada districto por uma junta composta do juiz de paz, parochio ou capellão, e o presidente ou algum dos vereadores da camara municipal respectiva, ou na falta destes ultimos, um homem bom, nomeado pelos dous membros da junta que estiverem presentes.

**Art. 25.** Feitas as listas dos referidos cidadãos, serão affixadas á porta da parochia ou capella, e publicadas pela imprensa em os logares em que a haja, e se remetterão ás camaras municipaes respectivas, ficando uma cópia em poder do juiz de paz para a revisão, a qual deve ser verificada pela respectiva junta, todos os annos, no dia primeiro de Janeiro.

**Art. 26.** A revisão tem por fim:

1. Inscrever nas listas as pessoas que fôrão omittidas, ou que dentro do anno tiverem adquirido as qualidades necessarias para jurado.

2. Eliminar as que tiverem morrido ou que se tiverem mudado do districto, ou que tiverem perdido as qualidades acima apontadas. Com estas listas reformadas se praticará o mesmo que se faz com a primeira indicada no artigo antecedente.

**Art. 27.** As camaras municipaes com os juizes de paz e parochios, logo que receberem as listas parciais dos districtos, formarão huma lista geral, excluindo sómente della os que notoriamente não gozarem de conceito publico por falta de intelligencia, integridade e bons costumes.

Si porém, em algum termo ou termos, ainda mesmo depois de reunidos como dispõe o artigo 7, resultarem apenas 60 juizes de facto, ou pouco mais, de sorte que não bastem para supprir as faltas que por ventura occorrão, se ampliará a apuração até numero tal que seja sufficiente.

**Art. 28.** Havendo queixas da parte de alguem, ou por ter sido inscripto, ou por ter sido omittido nas listas, é do dever

das camaras corrigi-las, eliminando ou inscrevendo os seus nomes.

**Art. 30.** Os nomes dos apurados serão lançados em um livro destinado particularmente para este fim, e serão affixados nas portas da camara municipal, e publicada pela imprensa, havendo-a, uma relação contendo por ordem alphabetica os nomes dos cidadãos apurados.

**Art. 30.** Passados quinze dias da publicação das listas apuradas, as camaras municipaes farão transcrever os nomes dos alistados em pequenas cedulas, todas de igual tamanho.

**Art. 31.** Preparadas as cedulas na fórmula do artigo antecedente, as camaras municipaes no dia seguinte, a portas abertas, com assistencia do promotor publico, mandarão lêr pelo seu secretario a lista dos cidadãos apurados, e á proporção que fôrem proferidos os nomes, o promotor os verificará com as cedulas, e os irá lançando em uma urna.

Esta urna se conservará na sala das sessões, fechada com duas chaves diversas, uma das quaes terá o presidente da camara, outra o promotor.

**Art. 32.** Tudo quauto nos termos compete ás camaras municipaes ácerca das listas dos que podem ser jurados, será praticado nos julgados por uma junta formada dos juizes de paz dos districtos que nelles houverem, da qual será presidente o juiz de paz da povoação principal, ou cabeça delles: e secretario o seu escrivão.

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 27.** São aptos para jurados os cidadãos que puderem ser eleitores, com a excepção dos declarados no artigo 23 do codigo do processo criminal, e os clérigos de ordens sacras, comtanto que esses cidadãos saibão lêr e escrever, e tenham de rendimento annual por bens

de raiz ou emprego publico, 400\$000, nos termos das cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife e São-Luiz do Maranhão, 300\$000 nos termos das outras cidades do Imperio, e 200\$000 em todos os mais termos.

Quando o rendimento provier do commercio ou industria, deverão ter o duplo.

**Art. 28.** Os delegados da policia organizarão uma lista (que será annualmente revista) de todos os cidadãos, que tiverem as qualidades exigidas no artigo antecedente, a farão affixar na porta da policia ou capella, e publicar pela imprensa, onde a houver.

**Art. 29.** Estas serão enviadas ao juiz de direito, o qual com o promotor publico, e o presidente da camara municipal formará uma junta de revisão, tomará conhecimento das reclamações, que houverem, e formará a lista geral dos jurados, excluindo todos aquelles individuos que notoriamente fôrem conceituados de faltos de bom senso, integridade e bons costumes, os que estiverem pronunciados, e os que tiverem soffrido alguma condemnação passada em julgado por crime de homicidio, furto, roubo, banca-rotta, estellionato, falsidade ou moeda falsa.

**Art. 30.** O delegado, que não enviar a lista, ou o membro da junta, que não comparecer no dia marcado, ficará sujeito á multa de 100\$000 a 400\$000; imposta pelo juiz de direito, sem mais formalidade que a simples audiencia, e com recurso para o governo na côrte, e presidentes nas provincias, que a imporão directa e immediatamente, quando tiver de recahir sobre o juiz de direito. Enquanto se não organizar a lista geral, continuará em vigor a do anno antecedente.

**Art. 31.** Os termos em que si não apurarem pelo menos 50 jurados, reunir-se-hão ao termo ou termos mais vizinhos, para formarem um conselho de jurados, e os presidentes

das provincias designaráõ, nesse caso, o logar da reunião do conselho e da junta revisora.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 223.** Em cada termo, em que se apurar o numero de 50 jurados para cima, haverá um conselho de jurados. Quando se não apurar esse numero, reunir-se-hão dous ou mais termos para formar um só conselho. Neste ultimo caso os prezidentes das provincias designaráõ logar em que o mesmo conselho e a junta revisora deverãõ reunir-se.

**Art. 224.** São aptos para ser jurados os cidadãos:

- 1.º Que poderem ser eleitores.
- 2.º Que souberem lêr e escrever.

3.º Que tiverem de rendimento annua, por bens de raiz, ou emprego publico 400\$000 nos termos das cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife e São-Luiz do Maranhão; 300\$000 nos termos das outras cidades, e 200\$000 em todos os mais termos.

Quando o rendimento provier de commercio, ou industria, deverão ter o duplo.

Exceptuão-se os senadores, deputados, conselheiros, de Estado, bispos, magistrados, officiaes, de justiça, juizes ecclesiasticos, vigarios, presidentes, e secretarios dos governos das provincias, commandantes das armas, e dos corpos del<sup>a</sup> linha.

**Art. 225** Os delegados de policia organizarãõ e remetterãõ ao respectivo juiz de direito, desde o dia 10 até 20 de Outubro de cada anno, uma lista, por ordem alphabetica, de todos os cidadãos moradores no seu districto, que tiverem as qualidades exigidas nos §§ 1, 2 e 3 do artigo antecedente; e nella declararáõ o rendimento que têm, se provém de bens de raiz ou emprego publico, commercio ou industria, especificando a circumstancia de saberem ou não lêr e escrever, assim como si estão pronunciados, ou si soffrêrão condemnação passada em julgado, por crime de homicidio, furto, roubo, banca-rotta, estellionato, falsidade, ou moeda falsa.

sta, servir-se-hão dos subdelegados  
vigindo dos escriptaes criminaes,  
parochos, empregados de  
esclarecimentos que fôrem

de um juiz de  
o, ou pre-

emetterem essa lista  
pia della na porta da  
-la pela imprensa, onde a  
mesma lista, que os individuos  
fazer contra a indevida inscripção  
o apresentar ao juiz de direito até o  
seguinte.

Recebidas pelo juiz de direito as listas dos dele-  
garcará o dia em que se deve reunir em cada termo a  
revisora, proverá a que se fação os necessarios avisos,  
ordenando as cousas por modo tal, que até 15 de Janeiro fu-  
turo possa estar concluida a revisão em toda a comarca.

**Art. 229** A junta revisora será composta do juiz de di-  
reito, como presidente, do promotor publico, e do presidente  
da camara municipal respectiva, apenas reunida, tomará em  
primeiro logar conhecimento das reclamações dos cidadãos, que  
se queixarem de haverem sido indevidamente incluídos ou omit-  
tidos nas listas dos delegados. Em seguida procederá a revisão  
das mesmas listas, e a formação da geral, incluindo nella os ci-  
dadãos, que indevidamente tenham sido omitidos naquellas, e  
excluindo:

- 1.º Todos aquelles que notoriamente fôrem conceituados de  
faltos de bom senso, integridade e bons costumes.
- 2.º Os que estiverem pronunciados.

quando a perseguição dos delinquentes e dos escravos desembarcados não se realice no acto do desembarque, e se faça posteriormente logo que a autoridade publica tiver noticia do desembarque, qualquer que seja a distancia da costa em que se achem.

**Art. 2.** Será punido pelos ditos auditores o cidadão brasileiro aonde quer que resida, e o estrangeiro residente no Brazil, que for dono, capitão ou mestre, piloto ou contramestre, ou interessado no negocio de qualquer embarcação que se occupe no trafico de escravos, continuando, em relação aos que importarem para o Brazil, a disposição da lei de 4 de Setembro de 1850.

Esta disposição não comprehende o cidadão brasileiro residente em paiz estrangeiro, que ahi já tiver sido processado e julgado pelo mesmo crime

## CAPITULO XV

### PROVEDORES E SUA JURISDIÇÃO CIVIL.

**Lei de 3 de Nov. de 1830: Art. 1.** Fica extincta a provedoria dos defuntos e ausentes, e revogado o seu regimento de 10 de Dezembro de 1613 com todas as outras leis, provições, e ordens a elle relativas.

**Art. 2.** A arrecadação e administração dos bens dos ausentes fica pertencendo aos juizes dos orphãos nos termos de seu regimento, Ord. liv. 1 tit. 88, e do mesmo liv. tit. 90: « Do curador que é dado aos bens do ausente etc. » e do tit. 62: « Dos procuradores e contadores das camaras » § 38 versiculo *Ausentes* e mais leis a este respeito.

**Reg. de 31 de Jan. de 1849: Art. 479.** Nos logares onde não houver juiz do civil, accumularão os juizes municipaes o cargo de provedores de capellas e residuos.

**Art. 480.** Quando houver mais de um juiz municipal, o governo designará dentro elles um que sirva esse cargo.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 1.** Na côrte, e nas capitães da Bahia, Pernambuco e Maranhão a provedoria de capellas, e residuos será de jurisdicção privativa.

**Decr. de 22 de Nov. de 1871: Art. 2.** Na côrte e nas capitães da Bahia, Pernambuco e Maranhão a provedoria de capellas e residuos será da privativa jurisdicção do juiz de direito que fôr nomeado pelo governo.

Nestas capitães e mais comarcas connexas, de que trata o artigo antecedente, o numero dos juizes de direito será marcado por decreto, não podendo exceder o correspondente aos logares actuaes de juizes de direito, municipaes e de orphãos.

**Art. 83.** O inventario e partilha dos bens de defuntos, que deixarem testamento sem herdeiros, orphãos ou interdictos, é da competencia da provedoria.

Na falta do testamento e herdeiros orphãos ou interdictos será feito o inventario e partilha pelo juizo commun.

## CAPITULO XVI

### NUMERO DE VARAS DA CÔRTE E DAS COMARCAS ESPECIAES, E NUMERO DOS JUIZES SUBSTITUTOS

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 29. § 3.** É o governo autorizadô a fixar o numero dos juizes de direito em cada uma das comarcas do artigo 1 (especiaes) sem exceder



**Decr. de 27 de Nov. de 1875 : Art. 1.** Na corte e nas comarcas, onde houver mais de dous juizes de direito, os trabalhos da revisão annual da lista dos jurados, de conformidade com o regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, artigo 225 e 239, competirão successivamente a cada um dos juizes, na ordem da designação dos districtos criminaes, de que trata o artigo 2 do decreto n. 4.824 de 22 de Novembro de 1871.

Na falta ou impedimento do juiz, a quem couberem os referidos trabalhos, servirá o immediato na mesma ordem, passando este a occupar o ultimo lugar, e funcionando o substituido no anno seguinte.

Só na falta ou impedimento de todos os juizes de direito servirão os substitutos, na mesma ordem estabelecida para aquelles.

#### SEÇÃO III

#### *Recurso da qualificação*

**Lei de 3 de Dez. de 1841.: Art. 101.** Da indevida inscripção ou omissão na lista geral dos jurados, segundo o artigo 27 desta lei, haverá recurso para o governo na corte, e para os presidentes nas provincias, os quaes, procedendo as necessarias informações, decidirão como fôr justo.

**Art. 102.** Esse recurso será apresentado na secretaria da presidencia, ou na de Estado dos negocios da justiça, dentro de um mez, contado do dia em que se tiverem affixado as listas, e será acompanhado de certidão desse affixamento, passada por um escrivão do juiz municipal.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 234.** Da indevida inscripção ou omissão na lista geral dos jurados dar-se-ha recurso, na fôrma dos artigos 101 e 102 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

SEÇÃO IV

*Jurados supplentes e seu sorteamento*

**Lei de 26 de Jun. de 1850 : Art. 1.** Quando por falta de numero legal de jurados, não puder instalar-se, ou continuar uma sessão do jury, o juiz de direito procederá publicamente ao sorteio, dentre os jurados supplentes, de tantos quantos faltarem.

São jurados supplentes os juizes de facto residentes dentro da cidade ou villa, em que reunir-se o jury, ou até á distancia de 2 leguas.

**Art. 2.** Do nome de cada um delles far-se-hão 2 cédulas, das quaes uma entrará para a urna geral, de que trata o artigo 31 do código do processo criminal, e outra para uma urna especial dos supplentes.

Quando abrir-se a sessão do jury, a urna especial será depositada no tribunal para o sobredito sorteio, em casos necessarios.

São applicaveis á lista dos jurados supplentes e á urna especial, disposições analogas ás que a lei decreta em relação á lista e á urna geral, com a differença de que a urna especial só terá 2 chaves, de que serão clavicularios o juiz de direito e o promotor publico.

**Art. 3.** Quando esgotada a urna especial, não puder instalar-se ou continuar a sessão do jury, o juiz de direito, convocando os outros 2 clavicularios da urna geral, procederá ao sorteio subsidiario de tantos quantos faltarem, e os fará notificar para que compareção no dia, que fôr de novo marcado.

Deste sorteio o juiz de direito excluirá os jurados, que residirem á distancia maior de 5 leguas do lugar de sessão, salvo quando não fôrem sufficientes os jurados mais proximos.

**Decr. de 31 de Ag. de 1850: Art. 1.** Na lista dos cidadãos aptos para jurados, que o regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842 no artigo 225 incumba os delegados de policia, deverão estes declarar adiante dos nomes de cada um os logares da residencia, e o numero de leguas, que distarem da casa das sessões do jury pelo caminho mais curto.

As juntas revisoras farão iguaes declarações nas listas, que apurarem, podendo emendar os erros que encontrarem a respeito das residencias e distancias, haja ou não reclamação.

**Art. 2.** As juntas revisoras, ao apurar a lista geral, repetirão logo em outra especial para supplentes os nomes dos jurados, que residirem nas cidades ou villas, em que se reunir o conselho de jurados, ou dentro de 2 leguas de distancia, contadas da casa das sessões do jury.

§ 1. A lista especial será lançada em seguimento da geral no livro, de que trata o artigo 230 do citado regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

§ 2. Os nomes dos jurados contemplados nas duas listas serão escriptos tambem em duas cedulas, para ser uma recolhida á urna geral, e outra á especial dos supplentes.

**Art. 3.** Esta urna especial será fornecida pela camara municipal, e terá duas chaves, de que serão clavicularios o juiz de direito e o promotor publico.

Quando o jury funcionar, essa urna será depositada na sala de suas sessões.

**Art. 4.** Quando, por falta de numero legal de jurados, não puder installar-se ou continuar uma sessão, o juiz de direito procederá publicamente ao sorteio de tantas supplentes quantos faltarem para completar o numero de 48 jurados promptos.

As cedulas serão extrahidas por um menor, e os sorteados inscriptos segundo a ordem do sorteio na acta respectiva, e immediatamente notificados para comparecer de ordem do juiz de direito.

**Art. 5.** Os jurados supplentes, depois de comparecerem, podem ser excluidos do tribunal pela presença dos primeiros sorteados, si comparecerem no mesmo dia.

Quando, porém, aconteça apresentarem-se estes em dia posterior, de maneira que o numero dos jurados presentes ouromptos exceda dos 48, serão excluidos não os supplentes, mas esses primeiro sorteados, que não se apresentárão em tempo, e os nomes não deixarão por esse tardio comparecimento de ser lançados novamente na urna, segundo o disposto no artigo 33 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

**Art. 6.** Quando, esgotada a urna dos supplentes, não puder estabelecer-se ou continuar a sessão do jury, o juiz de direito, convocando os outros dous clavicularios da urna geral, procederá ao sorteio subsidiario de tantos quantos faltarem para completar o numero de 48 jurados.

§ 1. Durante o sorteio estará presente a lista geral dos jurados, afim de se não chamarem os que residirem á distancia maior de 5 leguas; e só em falta absoluta destes poderão ser chamados os de maiores distancia.

§ 2. Na acta deverão ser declarados por sua ordem os nomes que fõrem sendo extrahidos, ainda quando por morarem além das 5 leguas não sejam chamados, fazendo-se dessa deliberação expressa menção na mesma acta.

**Art. 7.** Concluindo o sorteio, de que trata o artigo antecedente, o juiz de direito poderá em attenção ás distancias marcar novo dia para reunir-se o jury, fazendo-o publico por editaes, e declarando-o nas notificações que mandar fazer.

O adiantamento não excederá de 3 dias, se os jurados chamados residirem dentro das 5 leguas de circumferencia. Se no caso de ser necessario recorrer a maiores distancias poderá estender-se até 8 dias.

**Art. 8.** Si apezar da diligencia acima determinada, no dia novamente apazado não houver numero sufficiente de

jurados, o juiz de direito imporá aos que sem causa justificada tiverem deixado de comparecer, a multa correspondente aos 15 dias de sessão, ou aos que faltarem para completa-los, e convocará nova sessão.

Os jurados que houverem comparecido ficam comprehendidos no beneficio do artigo 289 do codigo do processo criminal, isto é, não servirão em outra sessão, em quanto não tiverem servido todos os alistados, ou não o exigir a necessidade por falta absoluta de outros.

**Art. 9.** As disposições deste regulamento só serão guardadas depois que estiver organizada a lista especial de jurados supplentes.

§ 1. Essa organização terá logar nas qualificações, que, em conformidade do artigo 285 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, devem começar no mez de Outubro proximo futuro.

§ 2. Naquelles termos, em que por falta do conhecimento deste regulamento, ou por outro qualquer motivo, a nova qualificação dos jurados não estiver feita com as explicações necessarias para se organizar a lista dos supplentes, o juiz de direito, precedendo informação dos delegados de parochia, que a deverão dar no prazo pelo mesmo juiz marcado, convocando os outros dous membros da junta revisora, procederá dentre os qualificados na lista geral á classificação especial dos jurados supplentes.

**Art. 10.** Nas sessões do jury, que tiverem logar antes de concluida a nova qualificação, a substituição dos jurados, que faltarem, será feita pelo methodo até agora seguido.

O mesmo se observará naquelles termos, em que a nova qualificação houver sido feita antes do conhecimento deste regulamento, si antes d'elle tambem estiver convocada a sessão. Em qualquer das duas hypotheses o escrivão certificará no processo o motivo, por que se não guardarão as disposições relativas aos jurados supplentes.

**Art. 11.** São applicaveis á lista dos jurados supplentes e á urna especial disposições analogas ás que a lei decreta em relação á lista e urna geral, e especialmente as dos artigos 237, 333, 334 e 335 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

**Art. 12.** Nos termos em que se apurarem cincoenta jurados sómente não tem logar as disposições relativas á urna especial e lista dos supplentes, sendo a substituição dos jurados feita pelo methodo até agora seguido.

#### SECÇÃO V

##### *Conselho de jurados e suas sessões*

**Cod. do proc. : Art. 314.** Não poderá principiar a sessão sem que estejam presentes quarenta e oito jurados.

**Art. 315.** Quando não compareça o numero de jurados do artigo precedente, os jurados presentes nomearáõ dentre os alistados tantos quantos faltarem, preferindo aquelles que mais promptamente puderem comparecer, os quaes serão logo chamados, e se apresentarão, sob as penas declaradas neste código. (\*)

**Art. 316.** As reuniões serão feitas em sessões periodicas; em cada anno far-se-hão seis vezes na côrte, e nas capitães das provincias da Bahia, Pernambuco e Maranhão: tres vezes nas capitães das outras provincias maritimas, e duas nas outras capitães, e em cada termo das differentes comarcas.

**Art. 317** Nestas sessões judiciaarias decidir-se-hão todos os

---

(\*) Vide *retro*: sec. III.

processos que estiverem competentemente preparados, preferindo-se sempre nos julgamentos os dos réos que estiverem presos, e entre estes aquelle cuja pronuncia ou decreto de accusação fôr anterior.

**Art. 318.** Não haverá segunda sessão em qualquer termo, sem que tenha havido a primeira em todos os que estejam sujeitos á jurisdicção de um mesmo juiz de direito, outro tanto se observará ácerca da 3ª sessão relativamente á 2ª, e assim por diante.

**Art. 319.** Si sobrevier, porém, algum caso extraordinario, e ao promotor pareça que por se não tratar immediatamente, pôde ser compromettida a segurança publica, o juiz de direito fará convocação extraordinaria, achando attendivel o requerimento do promotor.

**Art. 320.** Não se reunindo todos os jurados (ou a sessão seja ordinaria ou extraordinaria) e não sendo possível inteirar-se o numero pela maneira indicada no artigo 315, proceder-se-ha todavia a formação do jury; si dous terços da totalidade delles se acharem presentes.

**Art. 323.** Cada sessão durará 15 dias successivos, incluidos os dias santos, e só poderá ser prorogada por mais 3 até 8 dias, quando o conselho de jurados, por maioria absoluta de votos, decidir, que isto convem para ultimação de alguns processos pendentes.

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 107.** O conselho de jurados constará de quarenta e oito membros, e todos serão sorteados na fórma do artigo 320 do código do processo; todavia poderá haver sessão, uma vez que compareção trinta e seis membros.

**Decr. de 9 de Mai. de 1871:** Hei por bem decretar: No municipio da côrte annualmente far-se-hão 12

sessões ordinarias do jury, na forma prescrita pelo artigo 323 do codigo do processo criminal.

Outro sim, enquanto não fôrem julgados todos os réos actualmentes presos em avultadissimo numero, serão convocadas sessões extraordinarias do jury, e poderão ser celebradas simultaneamente sob a presidencia de ambos os juizes de direito criminaes.

**Decr. de 2 de Jan. de 1872. Art. 1:** No municipio da côrte as sessões do jury continuarão a ser reguladas pelo decreto n. 4.724 de 9 de Maio do anno passado.

**Art. 2.** Nos outros termos haverá quatro sessões em cada anno, excepto nos das capitães da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e São Paulo, em que o jury reunir-se-ha seis vezes.

**Art. 3.** Estas sessões guardarão entre si o mesmo intervallo, de modo que, si por qualquer motivo insuperavel, que será logo participado ao governo, o tribunal não puder reunir-se na época determinada, o faça no mez seguinte, observando-se o preceito do artigo 318 do codigo do processo criminal.

**Art. 4.** Além das sessões ordinarias, fixadas nos artigos antecedentes, o jury reunir-se-ha extraordinariamente ou por meio de prorogação na enfermidade das disposições em vigor.

**Cod. do proc.: Art. 47.** Nos logares da reunião do jury as camaras municipaes respectivas apromptarão para os juizes de direito casa, cama, escrivaninha, louça e a mobilia necessaria para seu serviço; os juizes deixarão tudo no mesmo estado, repondo o que fôr consumido, quando se retirarem.



SECÇÃO VI

*Falta de comparecimento dos jurados, escusas e multas*

**Cod. do proc.: Art. 323.** Os jurados que faltarem as sessões ordinarias ou extraordinarias, ou que tendo comparecido, se ausentarem antes de ultimadas todas as causas, serão multados segundo o juizo dos jurados, e por maioria absoluta de votos, de 20\$000 a 40\$000; salvo, si tiverem justa causa provada perante o mesmo jury.

A este pertence fazer naquelle mesmo acto a imposição da multa, lançando-a por termo em um livro para isso destinado.

**Art. 324.** Não poderá exercer emprego algum publico aquelle que, sem justa causa, reconhecida pelo jury, recusar o honroso cargo de jurado, ou fôr multado tres vezes em uma legislatura.

**Art. 326.** As multas estabelecidas neste codigo, e o producto das fianças ficão applicadas para as despesas das camaras municipaes, e sua cobrança a cargo dos procuradores das mesmas, que deverão require-las perante a autoridade competente, á vista dos mandados ou precatorias das juntas de paz, ou juizes de direito que as impuzerem, e que para esse fim as communicarão aos presidentes das camaras respectivas.

Os mandados ou precatorias assim expedidos terão força de sentença.

**Lei de 3 de Dez. de 1841. Art. 103.** Os jurados que faltarem ás sessões, ou que, tendo comparecido, se retirarem antes de ultimadas, serão multados pelo juiz de direito com a multa de 10\$000 a 20\$000 por cada dia de sessão.

**Art. 104.** Ao juiz de direito fica competindo o conhecimento das escusas dos jurados, quer sejam produzidas antes, quer depois de multados.

**Art. 105.** Fica revogado o artigo 321 do código do processo criminal.

**Art. 106.** Os jurados que fôrem dispensados pelos juizes de direito, de comparecer em toda uma sessão, por terem motivo legitimo, e bem assim os que doixarem de comparecer sem escusa legitima, e fôrem multados, não ficarão isentos de ser sorteados para a segunda sessão.

**Lei de 26 de Set. de 1867: Art. 27.** As multas applicadas ás camaras municipaes nas leis e regulamentos em vigor, farão parte da recoita geral, a excepção das comminadas nas leis, regulamentos e posturas municipaes.

**Lei de 27 de Set. de 1870: Art. 16.** Fica revogado o artigo 27 da lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867.

#### SECÇÃO VII

*Presidencia do jury nas comarcas geraes na falta dos juizes effectivos e seus substitutos*

**Decr. de 7 de Jan. de 1865: Art. un.** A presidencia do jury de um termo, em cuja comarca faltão os substitutos do respectivo juiz de direito, pertencerá em primeiro logar ao juiz de direito da comarca proxima, e na falta delle aos seus substitutos.

SECÇÃO VIII

*Presidencia do jury nas comarcas espeziaes*

**Decr. de 22 de Nov. de 1881: Art. 24.** Nas comarcas espeziaes o jury será presidido por um desembargador da respectiva relação, não contemplados os que servirem no tribunal do commercio.

§ 1. Para presidir aos julgamentos em cada sessão diaria do jury nestas comarcas, designará o presidente da relação o desembargador a quem tocar por escala, segundo a ordem da antiguidade.

§ 2. Nas mesmas comarcas serão successivamente exercidas pelos juizes de direito, que não tiverem varas privativas, as attribuições, que competião aos juizes municipaes, quanto aos actos preparatorios para o julgamento perante o jury, e bem assim a de proceder ao sorteio dos jurados.

§ 3. Incumbe-lhes igualmente presidir ás sessões preparatorias até haver numero legal de juizes de facto; devendo neste caso participar ao desembargador, a quem competir a presidencia effectiva, afim de assumi-la.

§ 4. As sessões do jury nas ditas comarcas serão convocadas por determinação do presidente da relação, que para esse fim officiará opportunamente ao juiz de direito respectivo.

§ 5. Tres dias antes da reunião do jury, o mesmo juiz de direito fará remetter os processos, que tiverem de ser julgados, ao secretario da relação, que os apresentará logo ao presidente para distribui-los pelos desembargadores.

Ficará em mão do escrivão do jury, para proceder á chamada, de que trata o artigo 240 do código do processo, um rol assignado pelo juiz de direito, contendo os nomes dos réos presos, dos que se livrão soltos ou afiançados, dos accusadores ou autores e das testemunhas notificadas.

Si durante a sessão fôrem preparados novos processos, praticar-se-ha do mesmo modo.

§ 6. Salvo por motivo de interesse publico e a requerimento do promotor, não é permittido alterar a ordem do julgamento dos processos determinada: 1.º pela preferencia dos réos presos aos afiançados; 2.º entre os mesmos presos, pela antiguidade da prisão de cada um; e com igual antiguidade, pela prioridade da pronuncia, prevalecendo tambem essa prioridade entre os réos afiançados.

Esta disposição é commum para os julgamentos em todas as comarcas.

§ 7. Encerrada a sessão periodica do jury, combinarão entre si os desembargadores, que houverem presidido aos julgamentos, e de commum accôrdo farão o relatorio determinado pelo artigo 180 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, sendo assignado pelo mais antigo.

**Decr. de 3 de Jul. de 1872: Art. 1.** Cada sessão judiciaria do jury, nas comarcas especiaes de que trata o artigo 1 da lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, será presidida por um desembargador da relação do districto designado pelo presidente della, segundo a ordem da antiguidade.

**Art. 2.** Tres dias pelo menos, antes da reunião do jury, o juiz de direito, que a tiver convocado, remetterá os processos preparados para julgamento ao secretario da relação, que os apresentará logo ao presidente, afim de distribui-los ao desembargador, a quem competir a presidencia effectiva da sessão.

Si durante esta fôrem preparados novos processos, o juiz de direito os enviará directamente ao presidente do tribunal do jury.

**Art. 3.** Encerrada a sessão judiciaria, o desembargador que a tiver presidido, fará o relatorio determinado pelo artigo 180 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

**Art. 4.** Ficão derogados neste sentido o artigo 24 §§ 1, 5, e 7 do decreto n. 4.824 de 22 de Novembro de 1871.

**Lei de 26 de Ag. de 1874: Art. 1.** Fica derogado o artigo 6 da lei n. 2.033 de 20 de Setembro de 1871, na parte que estabelece a competencia dos desembargadores para presidir as sessões do jury nas comarcas espeziaes.

§ um. Os juizes de direito das mesmas comarcas continuarão a preparar os processos, que devem ser julgados pelos respectivos conselhos de jurados, aos quaes presidirão do mesmo modo que os juizes das comarcas geraes, substituindo-se uns aos outros como nas outras suas attribuições criminaes.

**Decr. de 27 de Ag. de 1874: Art. 1.** A convocação e presidencia do jury nas comarcas espeziaes ficão pertencendo aos juizes de direito, como nas comarcas geraes.

**Art. 2.** Na côrte e nas comarcas espeziaes de dous ou mais juizes de direito as sessões do jury serão convocadas e presididas successivamente por todos elles, incluindo os de vara privativa, e os auditores de guerra e marinha, segundo a ordem da designação dos districtos criminaes, em que servirem.

**Art. 3.** Os juizes de direito das comarcas, do que trata o artigo antecedente, quando impedidos, se substituirão uns aos outros na presidencia do juiz, como nas outras suas attribuições criminaes, pela ordem da substituição reciproca, que for designada conformidade com o artigo 4 do decr. n. 4824 do 22 de Novembro de 1871.

Si a comarca tiver um só juiz de direito será este substituido, no caso de impedimento pelo juiz substituto.

**Art. 4.** Em qualquer das referidas comarcas os juizes de direito poderão ser auxiliados pelos juizes substitutos no preparo dos processos de julgamento do jury, a respeito daquelles actos, que nas comarcas geraes compete ao juiz municipal, quando o juiz de direito se acha no termo.

**Art. 5.** Encerrada a sessão judiciaria do jury, o juiz de direito, que a tiver presidido, fará o relatorio determinado pelo artigo 180 do regulamento n. 120 do 31 de Janeiro de 1842.

**Art. 6.** Fica revogado o artigo 24 e §§ 1, 2, 3, 4, 5 e 7 do decreto n. 4.824 de 22 de Novembro de 1871, e o decreto. n. 4.992 de 3 de Julho de 1872.

#### SECÇÃO IX

##### *Suspeição do presidente do jury*

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 27.** A suspeição posta ao presidente do tribunal do jury, si não fôr reconhecida pelo recusado, não suspenderá o julgamento.

O jury não julga a suspeições postas ao presidente do tribunal.

Nas comarcas especiaes serão julgadas pelo presidente da relação; e nas comarcas geraes pelo juiz de direito da mais vizinha na ordem designada.

#### SECÇÃO X

##### *Julgamento em termo diverso do lugar da culpa*

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 25.** Não havendo sessão do jury em algum termo, o réo poderá ser julgado em outro termo mais vizinho da mesma comarca, si assim o requerer, e o promotor publico ou a parte accusadora convier.

Independentemente de convenção da partes, sempre que não fôr possível effectuar o julgamento do réo no districto da culpa,

terá logar no jury do termo mais vizinho, com preferencia o da mesma comarca. (\*)

Verificar-se-ha a impossibilidade, si em tres sessões successivas do jury não puder ter logar o julgamento.

Não ha impossibilidade quando a falta do julgamento provier do facto providenciado no artigo 53 da lei de 3 de Dezembro de 1841, ou quando o réo dêr causa a ella, offerecendo escusa para provocar o adiamento.

## SECÇÃO XI

### *Modo de defesa e efeitos do julgamento no jury*

**Cod. do proc. Art.** Será sempre permittido ás partes chamar os advogados ou os procuradores que quizerem;

**Art. 327.** O que fór uma vez absolvido por um crime não tornará a ser accusado pelo mesmo crime.

**Art. 328.** Succedendo que um mesmo individuo seja pronunciado em um jury, por abuso de liberdade de exprimir os pensamentos, e em outro julgado sem criminalidade pelo mesmo facto, entender-se-ha não haver materia para accusação. (\*)

**Reg. de 23 de Nov. de 1871 : Art. 36.** É convertido em aggravno no auto do processo o recurso de que trata o artigo 281 do codigo do processo criminal, e do qual tomará conhecimento o tribunal da relação, si por apellação subir o feito.

---

(\*) Vide Parte I tit. II cap. VI secç. II (Cod. do proc. art. 257).

**TITULO III. — Auxiliares das autoridades civis e criminaes**

**CAPITULO I**

**PROMOTORES PUBLICOS**

**SECÇÃO I**

*Nomeação e numero dos promotores publicos*

**Cod. do proc.: Art. 38.** Podem ser promotores os que podem ser jurados; entre estes serão preferidos os que fôrem instruidos nas leis, e serão nomeados pelo governo na côrte, e pelo presidente nas provincias, por tempo de tres annos, sobre proposta triplice das camaras municipaes.

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 22.** Os promotores publicos serão nomeados e demittidos pelo Imperador, ou pelos presidentes das provinciais, preferindo sempre os bachareis formados que fôrem idoneos, e servirão pelo tempo que convier.

Na falta ou impedimento serão nomeados interinamente pelos juizes de direito.

**Art. 23.** Haverá pelo menos em cada comarca um promotor que acompanhará o juiz de direito: quando, porém, as circumstancias exigirem, poderão ser nomeados mais de um.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 213.** Em cada uma comarca haverá um promotor, e dous, quando pela



sua extensão, população e affluencia de negocios de sua competencia, não fôr um só bastante para dar-lhes facil e prompta expedição.

**Art. 314.** Quando a respeito de uma comarca se verificarem taes circumstancias, o presidente da provincia as levará por meio de uma exposição circumstanciada ao conhecimento do governo, que decidirá.

**Art. 315.** Quando houver dous promotores, os presidentes nas provincias poderão marcar-lhes districtos, nos quaes exercerão as suas attribuições, sem que todavia fique cada um inhibido de denunciar os crimes, e promover a prisão dos criminosos, que possam existir no outro districto, quando cheguem ao seu conhecimento, quer dando de tudo noticia ao outro promotor, quer dirigindo-se directamente ás autoridades competentes.

**Art. 316.** Para exercer o cargo de promotor serão com preferencia escolhidos bachareis formados, e quando os não haja idoneos para os logares, serão nomeados individuos, que tenham as qualidades requeridas pela lei de 3 de Dezembro de 1841 para ser jurados, a necessaria intelligencia, instrucção e bom procedimento, preferindo-se aquelles, que no desempenho dos deveres de outros cargos publicos, já tiverem dado provas de que possuem essas qualidades.

**Art. 317.** Os promotores serão nomeados pelo Imperador no municipio da corte, e pelos presidentes nas provincias, por tempo indefinido; e servirão em quanto convier a sua conservação ao serviço publico, sendo no caso contrario, indistinctamente demittidos pelo Imperador, ou pelos presidentes das provincias nas mesmas provincias.

**Art. 318.** Haverá no municipio da corte um só promotor (emquanto não fôr sufficientemente demonstrada a necessidade de mais um).

**Decr. de 30 de Dez. de 1873: Art. 1.** Haverá na comarca da capital da provincia da Bahia um logar de 2º promotor.

**Art. 2.** Esta comarca será dividida em dous districtos especiaes para o exercicio das attribuições dos respectivos promotores, comprehendendo :

O do 1º promotor as seguintes freguezias: Itapuan, Brotas, Victoria, São-Pedro, Sant'Anna, Sé, rua do Paço e Conceição da Praia.

O do 2º promotor as de Santo-Antonio além do Carmo Pilar, Mares, Penha, Pirajá, Paripe, Passé, Cotegipe, Maré e Matoim.

**Art. 3.** A disposição do artigo antecedente não inibirá os promotores de praticar actos de sua competencia em qualquer dos districtos indistinctamente.

**Decr. de 3 de Out. de 1873: Art. 1.** Haverá na comarca da capital da provincia de Pernambuco um logar de 2º promotor publico.

**Art. 2.** A mesma comarca será dividida em dous districtos especiaes para o exercicio das attribuições dos respectivos promotores, comprehendendo :

O do primeiro promotor o primeiro, segundo e terceiro districtos criminaes, e o do segundo, o quarto, quinto e sexto.

**Art. 3.** A disposição do artigo antecedente não inibirá os promotores de praticarem actos de sua competencia em qualquer dos districtos indistinctamente.

**Decr. de 7 de Nov. de 1873: Art. 3.** E' suprimido o logar de 2º promotor publico da comarca de Porto-Alegre.

SECÇÃO II

*Substituição dos promotores publicos*

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 22.** Os promotores publicos. .. na falta ou impedimento serão nomeados interinamente pelos juizes de direito.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 218.** Na falta ou impedimento dos promotores, os juizes de direito nomearão quem interinamente os substitua, e no primeiro caso (o de falta) participarão a vaga aos prezidentes da provincias, com informação circumstanciada ácerca das pessoas que julgarem dignas de ser nomeadas, ficando porém, inteiramente livre aos mesmos prezidentes a escolha de outras, quando as julgarem mais idoneas.

**Decr. de 30 de Ag. de 1851: Art. 3.** O promotor publico será substituido por quem o juiz de direito nomear, conforme o artigo 22 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 21 § 2.** Subsiste a competencia do juiz de direito para nomeação do promotor interino, na falta ou impedimento do effectivo e do adjunto.

SECÇÃO III

*Atribuições dos promotores publicos*

**Cod. proc.: Art. 37.** Ao promotor pertencem as attribuições seguintes:

§ 1. Denunciar os crimes publicos e policiaes, accusar os

delinquentes perante os jurados; assim como os crimes de reduzir á escravidão pessoas livres, carcere privado, homicídio ou a tentativa d'elle ou ferimentos com as qualificações dos arts. 202, 203 e 204 do código criminal; e roubos, calumnias e injurias contra o imperador e membros da familia imperial, contra a regencia e cada um dos seus membros, contra a assembléa geral e contra cada uma das camaras.

§ 2. Solicitar a prisão e punição dos criminosos, e promover a execução das sentenças e dos mandados judiciaes.

§ 3. Dar parte ás autoridades competentes das negligencias, omissões e prevaricações dos empregados na administração da justiça.

**Art. 38.** No impedimento ou falta do promotor, os juizes municipaes nomearão quem sirva interinamente.

**Art. 39.** Qualquer cidadão pôde representar ao promotor para officiar nos casos em que o deve fazer; para o que lhe subministrará o conhecimento e instrucções do prime cuja denuncia propuzer, com declaração do tempo, do lugar, e das testemunhas presencias ao acto denunciado.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842: Art. 320.** O promotor acompanhará o juiz de direito, quando fôr presidir os jurados, e nas correições, que fizer, para exercer nellas as attribuições, que lhe são incumbinadas. Quando houver mais de um promotor cada um o acompanhará no seu districto.

**Art. 331.** Aos promotores pertencem as attribuições marcadas no artigo 37 do código do processo criminal.

Requererão por meio de petição como outra qualquer parte, e sómente so dirigirão por meios de officios ás autoridades quando tiverem de pedir providencias a bem da justiça em geral, sem referencia a esto, ou aquelle outro caso especial.

**Art. 323.** Nos casos, em que o promotor incumbe denunciar, incumbe igualmente promover a accusação e todos os

termos do processo, nos quaes bem como na concessão e arbitramento das fianças, deverá ser sempre ouvido.

**Art. 500.** Todos os actos em que a lei requer juramento, ainda mesmo os de denuncia praticados pelos promotores, o serão debaixo do juramento que prestão para servir o seu cargo.

**Lei de 30 de Set. 1871: Art. 10.** Aos promotores publicos, além das actuaes attribuições, competem :

§ 1. Assistir, como parte integrante do tribunal do jury, a todos os julgamentos, inclusive aquelles em que haja accusador particular; e por parte da justiça dizer de facto e de direito sobre o processo em julgamento.

§ 2. Nos processos por crimes em que caiba a acção publica, embora promovidos por accusação particular, pertence tambem ao promotor publico promover os termos da accusação e interpôr qualquer recurso que no caso couber, quer na formação da culpa quer no julgamento.

**Reg. de 23 de Nov. de 1871: Art. 30.** Aos promotores publicos incumbem mais :

1.º Assistir, como parte integrante do tribunal do jury, a todos os julgamentos, inclusive áquelles em que haja accusador particular; e por parte da justiça dizer de facto e de direito, sobre o processo em julgamento.

2.º Promover todos os termos da causa nos processos em que couber a acção publica, embora haja accusador particular; additar a queixa ou denuncia o o libello, fornecer outras provas além das indicadas pela parte e interpôr os recursos legaes, quer na formação da culpa, quer no julgamento.

**Art. 23.** Os promotores publicos ou seus adjuntos são obrigados, sob as penas comminadas no artigo 15 § 5 da lei, a apresentar denuncia e promover a acção criminal :

1.º No caso de flagrante delicto, dentro de trinta dias da

perpetração do crime, si o réo obtiver fiança ; dentro de cinco dias, si o réo estiver preso.

2.º Fora do flagrante delicto, não estando preso nem afluado o réo, o prazo será de cinco dias conta los da data em que o promotor publico, ou quem suas vezes fizer, receber os esclarecimentos e provas do crime ; ou em que este se tornar notorio.

**Art. 23.** O promotor publico poderá additar a queixa ou denuncia, que o adjunto ou a pessoa nomeada no caso do § 8 do artigo 1 da lei houver apresentado, e proseguir nos termos da formação da culpa ; devendo para este fim o mesmo adjunto, ou quem suas vezes fizer, communicar-lhe a queixa ou denuncia logo que a formular.

O additamento sera recebido pelo juiz processante, si não houver acabado a inquirição das testemunhas do sumario.

## CAPITULO II

### ADJUNTOS DO PROMOTOR PUBLICO, SUA SUBSTITUIÇÃO, E SUAS ATRIBUIÇÕES

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 1 § 7.** Haverá em cada termo um adjunto do promotor publico, proposto pelo juiz de direito da respectiva comarca e approved pelo presidente da provincia.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 8.** Haverá em cada termo um adjunto do promotor publico, proposto pelo juiz de direito da respectiva comarca e approved pelo presidente da provincia.

§ 3. Na côrte haverá um adjunto para substituir a qualquer dos promotores em em seus impedimentos.

Este adjunto acumulará o cargo de curador geral de orphãos da 2ª vara novamente creada.

**Art. 21** O adjunto do promotor o substituirá em suas faltas ou impedimentos, no serviço geral da promotoria; e havendo na mesma comarca mais de um adjunto, o juiz de direito designará aquelle a quem deva tocar essa substituição em primeiro logar.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 8 § 8.** Na falta do adjunto do promotor publico, as suas funcções serão exercidas por qualquer pessoa idonea, nomeada pelo juiz da culpa para o caso especial de que se tratar.

**Reg. de 23 de Nov. de 1871: Art. 8 § 3.** Na falta de adjunto, as suas funcções serao exercidas por pessoa idonea, nomeada pelo juiz da culpa para o caso especial de que se tratar.

**Art. 21 § 1.** No termo de sua residencia o adjunto, não estando presente o promotor, tem o inteiro exercicio das attribuições da pro notoria relativas á formação da culpa.

## CAPITULO III

### ESCRIVÃES, OU TABELLIÃES DO JUDICIAL

#### SECÇÃO I

#### *Sua criação e serviço*

**Ord. liv. 1 tit. 79 pr. :** Mandamos, que nas cidades e villas de nossos reinos, onde estiverem por nós juizes de fora, sempre em sua casa esteja um tabellião do judicial tres horas

pela manhã e tres á tarde, que começaráo no tempo, que pelo juiz fôr ordenado, cada um sua semana, ou por distribuição, como se elles concertarem.

**Cod. do proc. Art. 39.** Os escrivães das cidades e villas, que servem perante os juizes locaes e ouvidores das comarcas continuarão a servir perante os juizes de direito e municipaes, tanto no crime, como no civil, em quanto bem desempenharem suas obrigações, conforme a lei de 11 de Outubro de 1827.

**Art. 40.** Os escrivães que servirem perante os corregedores e ouvidores do crime e civil das relações do Imperio, servirão nas mesmas relações de escrivães das appellações, promiscuamente com os escrivães existentes, e por distribuições em todas as appellações crimes e civeis.

**Decr. de 26 de Març. de 1833: Art. 1.** Os tres tabelliães do judicial desta cidade (Rio de Janeiro) e os escrivães do crime dos bairros de São-José e Candelaria servirão perante o juiz de direito, que tiver a 1ª vara do civil, e perante o juiz de direito que fôr o chefe da policia.

**Art. 2.** O escrivão de ouvidoria da comarca, o das execuções e os dos bairros de Santa Rita, Sacramento e Sant'Anna servirão perante o juiz de direito, que tiver a 2ª vara do civil, e perante o juiz de direito crime, que tiver de correr a comarca.

**Art. 3.** Os escrivães de que tratão os artigos antecedentes escreverão em todos os actos, que pertencem aos referidos juizes, tanto acerca dos processos, como das execuções das sentenças civeis.

**Art. 4.** Todos os referidos escrivães escreverão tambem perante o juiz municipal em todos os objectos de sua competencia,



a excepção das execuções das sentenças crimes, nas quaes escreverá sómente o actual escrivão das execuções civeis.

**Art. 5.** O escrivão da provedoria escreverá em todos os objectos pertencentes á capellas e residuos perante o juiz de direito, que tiver a 1ª vara do civil, ao qual fica competindo o conhecimento dos processos e contas que pertencião ao provedor de capellas e reziduos.

**Art. 6.** Despachados os processos e execuções pelos juizes, a quem tocar o seu conhecimento, ou por aquelles a quem as partes affectarem o negocio, sendo dos em que têm jurisdição cumulativa, o distribuidor do geral as distribuirá entre os escrivães, que por este regulamento devem escrever perante esse juiz.

**Decr. de 20 de Ag. de 1833.** A regencia em nome do imperador... alterando o decreto de 26 de Março do corrente anno, ha por bem determinar, que sirvão:

Perante o juiz de direito do civil da 1ª vara o escrivão da provedoria, e os tres tabelliães do judicial;

Perante o da 2ª vara o escrivão da extinta provedoria da comarca os que fôrão do crime dos bairros de Sant'Anna, e Candelaria, e o da Conservatoria do Commercio;

Perante o da 3ª vara os escrivães, que fôrão das execuções e do crime, dos bairros do Sacramento, São-José, e Santa Rita;

Continuando, porém, a escrever perante os juizes de direito do crime os mesmos designados no sobredito decreto, que só fica alterado na parte civil.

**Decr. de 30 de Jan. de 1834.** A regencia permanente... ha por bem declarar, em ampliação ao decreto do 1º de Março do anno pasado, que em cada uma das villas referidas (ultimamente creadas nas diversas provincias do Imperio em execução do codigo do processo criminal) haja dous

tabelliães do publico judicial e notas, servindo o 1º de escrivão de orphãos e dos residuos e capellas, e o 2º de escrivão das execuções civeis e crimes.

**Decr. de 6 de Nov. de 1834.** A regencia permanente... ha por bem ordenar., que os escrivães da corôa e fazenda desta cidade (Rio de Janeiro) continuem a escrever em todos os feitos, relativos aos seus officios, privativamente, como se praticava antes da publicação do codigo do processo criminal, e disposição provizoria ácerca da administração da justiça civil, sem entrarem porém perante a relação em concurso com os escrivães das appellações, e escrevendo sómente nos feitos, que dantes escrevião perante a mesma relação.

**Decr. de 30 de Ag. de 1851 : Art. 6 § 2.** Os escrivães e tabelliães do judicial e os privativos de orphãos se substituirão uns pelos outros, sendo designados pelos respectivos juizes.

**Decr. de 22 de Nov. de 1871 : Art. 82.** Os juizes de direito das comarcas especiaes, seus substitutos, os juizes municipaes e seus supplentes para os actos da formação da culpa poderão servir com os escrivães dos delegados e sub-delegados de policia nos respectivos districtos.

**Decr. de 30 de Dez. de 1871 : Art. 3.** Os actuaes escrivães do civil e crime da côrte escreverão no crime perante todos os juizes de direito, e no civil perante os juizes de direito respectivos.

**Decr. de 21 de Ag. de 1880 : Art. 2.** Os actuaes escrivães da extincta 2ª vara civil escreverão o mais antigo perante o juiz de direito da 1ª vara, e o outro perante o da antiga 3ª vara, que tomou a designação de 2ª.

SECÇÃO II

*Suspensão correccional de escrivães ou tabellães*

**Dec. de 7 de Març. de 1855:** Hei por bem... decretar, que os prezidentes dos tribunaes e juizes, pelo que respeita á suspensão correccional dos escrivães ou tabellães, que perante elles servem, se regulem quanto ao tempo, fórma, e cazos della, pelas disposições do decreto n. 834 de 2 de Outubro de 1851 artigo 5 § 4, e artigos seguintes. (\*)

CAPITULO IV

ESCRIVÃES DO JUIZ DE PAZ SUA NOMEAÇÃO E FUNÇÕES

**Lei de 15 de Out. de 1827: Art. 6.** Cada juiz de paz terá um escrivão do seu cargo, nomeado o juramentado pela camara, cujo provimento será gratuito, e não estará sujeito a prestação alguma.

Este escrivão servirá igualmente de tabellião de notas, no seu districto sómente para poder fazer e approvar testamentos, e perceberá os emolumentos devidos aos escrivães e tabellães.

No impedimento ou falta do escrivão, servirá interinamente um homem juramentado pelo juiz de paz.

**Cod. proc: Art. 14.** Os escrivães de paz devem ser nomeados pelas camaras municipaes, sobre proposta dos juizes de paz, dentre as pessoas que, além de bons costumes e 21 annos de idade, tenham pratica de processos ou aptidão para adquiri-la facilmente.

**Cod. proc: Art. 48.** Os escrivães que sentirem aggravados em suas nomeações, poderão recorrer na provincia, aonde estiver a côrte, ao governo, e nas outras provincias aos presidentes em conselho.

---

(\*) Vide retro cap. V. Sec. XVII.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843 : Art. 43.** Os *escrivães* dos subdelegados, serão nomeados pelos delegados, sob proposta dos subdelegados.

No caso porém em que (segundo o art. 19 do presente regulamento) os juizes de paz julguem conveniente ter *escrivães* separados, ou haja pessoa que queira servir esse cargo separadamente, serão nomeados na conformidade do art. 14 do código do processo.

**Art. 43.** Para estes empregos serão escolhidos os que tiverem as qualidades declaradas nos arts. 14 e 16 do código do processo.

**Art. 44.** Serão conservados os ditos *escrivães* e inspectores de quartirão em quanto fôrem da confiança dos subdelegados, e quando a *desmereção*, serão por elles suspensos e interinamente substituidos, até que a demissão seja ordenada pelos delegados, a quem os mesmos subdelegados, representarão a necessidade della.

**Cod. do proc : Art. 13.** Aos *escrivães* de paz compete :

1.º Escrever em *fôrma* os processos, officios, mandados e *precatorias* ;

2.º Passar *procurações* nos autos, *certidões* do que não con- tiver segredo sem dependencia de despacho ; com tanto que sejam *verbo adverbium*.

3.º Assistir ás audiencias e fazer nellas ou fóra dellas, cita- ções por palavras ou por carta.

4.º Acompanhar os juizes de paz nas diligencias de seus officios.

**Lei de 3 de Dez. de 1841 : Art. 9.** Os *escrivães* de paz servirão perante os subdelegados, sobre cuja proposta serão nomeados pelos delegados.

## CAPITULO V

### ESCRIVÃO DO JURY

**Cod. do proc: Art. 108.** Haverá perante cada um conselho de jurados, um escrivão privativo para o jury e execuções criminaes.

**Lei de 30 de Set. de 1871: Art. 30 § 7.** Haverá na côrte.. mais um escrivão para o jury, e execuções criminaes com o vencimento annual de 1.200\$000, tendo igual vencimento o escrivão companheiro.

## CAPITULO VI

### OFFICIAES DE JUSTIÇA DOS TERMOS, SUA NOMEAÇÃO

**Cod. do proc: Art. 41.** Os officiaes de justiça dos termos serão nomeados pelos juizes municipaes, dentre as pessoas de sua jurisdição, maiores de 21 annos.

**Art. 42.** Serão nomeados quantos fôrem necessarios para o bom desempenho das obrigações que estão a seu cargo.

**Art. 43.** A estes officiaes compete executar as ordens e despachos do juiz municipal e do juiz de direito, quando estiver no municipio.

**Art. 48.** Os officiaes de justiça, que se sentirem aggrados em suas nomeações, poderão recorrer na provincia, onde estiver a côrte, ao governo, e nas outras provincias aos presidentes em conselho.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 51.** Os officiaes de justiça dos termos serão nomeados e demittidos pelos juizes municipaes, na forma dos artigos 41 e 42 do codigo do processo; e serviráõ tambem perante os juizes de direito das comarcas, quando estiverem no termo, fazendo os sobreditos juizes municipaes a distribuição do serviço com igualdade (artigo 17 deste regulamento).

**Decr. de 30 de Nov. de 1871: Art. 3.** É da competencia de quaesquer juizes a nomeação e demissão dos officiaes de justiça, que perante elles servirem.

## CAPITULO VII

### OFFICIAES DE JUSTIÇA DE PAZ, SUA NOMEAÇÃO, E FUNÇÕES

**Cod. do proc.: Art. 20.** Estes officiaes serão nomeados pelos juizes de paz, e tantos quantos lhes parecerem bastantes para o desempenho das suas, e das obrigações dos inspectores.

**Art. 21.** Aos officiaes de justiça compete:

1. Fazer pessoalmente citações, prisões e mais diligencias.
2. Executar todas as ordens do seu juiz.

**Art. 22.** Para prisão dos delinquentes e para testemunhar qualquer facto de sua competencia, poderáõ os officiaes de justiça chamar as pessoas que para isso fõrem proprias; e estas obedeceráõ, sob pena de serem punidas como desobedientes.

**Art. 48.** Os officiaes de justiça, que se sentirem aggravados em suas nomeações, poderáõ recorrer na provincia, aonde estiver a côrte ao governo, e nas outras provincias ao presidente em conselho.

## CAPITULO VIII

### ESCRIVÃO DOS FEITOS E SUA SUBSTITUIÇÃO

**Lei de 29 de Nov. de 1841: Art. 5.** Em cada um destes juizos (dos feitos da fazenda) haverá um escrivão nomeado pelo governo.

Nos juizos, onde o expediente fór pequeno, servirá de escrivão um dos do civil, que o governo designar.

**Decr. de 30 de Ag. de 1851: Art. 8.** Os escrivães dos juizes dos feitos da fazenda serão substituidos por um escrivão de appellações, designado pelo presidente da relação; e onde não houver relação por um escrivão do judicial, designado pelos juizes dos feitos da fazenda.

## CAPITULO IX

### ESCRIVÃES DE ORPHÃOS, SUA CREAÇÃO, NUMERO E FUNÇÕES

**Ord. liv. 1 tit. 89 pr.:** Mandamos, que em todas as villas e logares, onde na villa e termo houver quatro centos vizinhos, ou mais, haja sempre escrivão dos orphãos apartado.

E onde os não houver, os tabelliães da villa, ou logares, servirão o dito officio com os juizes ordinarios: salvo si estiverem em costume e posse antiga de haver nos ditos logares escrivães dos orphãos, ou fôrem por nós ordenados, sem embargo de não haver o dito numero de vizinhos.

**Ord. liv. 1 tit. 89 § 9.** Não levarão mais da escriptura, que escrever, assim nos inventarios como em quaesquer outros autos do que levão os outros escrivães.

**Decr. de 30 de Ag. de 1851: Art. 6 § 2.** Os escrivães e tabelliães do judicial, e os privativos de orphãos serão substituidos uns pelos outros sendo designados pelos respectivos juizes.

**Lei de 30 de Set. de 1871: Art. 29 § 7.** Haverá na côrte mais dous escrivães de orphãos.

**Reg. de 23 de Nov. de 1871: Art. 87.** Os juizes de orphãos da côrte servirão com escrivães distinctos, passando um dos actuaes com o seu cartorio a servir na 2ª vara e sendo providos para cada uma dellas os dous officios novamente creados.

## CAPITULO X

### ESCRIVÃES DA PROVIDORIA E SEUS ENCARGOS

**Ord. liv. 1 tit. 50 § 16.** Os escrivães dante os ditos provedores escreverão perante elles em tudo o que a seus officios pertencer, e nas causas das capellas, encargos de morgados, hospitaes, albergarias e confrarias; e escreverão nas appellações e aggravos, que dante os ditos provedores sahirem para os desembargadores dos aggravos e appellações da casa da supplicação, aos quaes irão os proprios processos sem trasladarem, e terão cuidado de lembrar e requerer o despacho dellas.

**Ord. liv. 1 tit. 63 pr.:** Os escrivães, que são ordenados para servirem com os provedores, escreverão em todos os feitos e causas, que perante elles se processarem, e requererem.

**Decr. de 30 de Ag. de 1851: Art. 6 § 1.** Os escrivães de capellas e residuos serão substituidos pelo escrivão do judicial designado pelo provedor.



**Decr. de 26 de Mai. de 1860: Art. um.** Fica creado no municipio da côrte mais um officio de escrivão de ausentes, de conformidade com o artigo 76 do decreto n. 2433 de 15 de Junho ultimo, o com a resolução de consulta da secção de justiça do conselho de estado de 30 de Abril deste anno.

**Decr. de 20 de Fev. de 1863: Art. 1.** Fica revogado o decr. n. 2597 de 26 de Maio de 1860, que creou mais um officio de escrivão de ausentes no municipio da côrte.

**Art. 2.** Fica desannexado o officio de escrivão de ausentes do mesmo municipio, que até agora era servido por um dos escrivães de crphãos, obrigando-se o que fôr provido no referido officio ao que se acha determinado nos artigos 1 e 2 do decreto n. 1.294 de 16 de Dezembro de 1853, e mais disposições em vigor.

## CAPITULO XI

### PROCURADOR DOS FEITOS

**Lei de 29 de Nov. de 1811: Art. 5.** Em cada um destes juizos (dos feitos da fazenda) haverá um procurador... nomeado pelo governo.

**Art. 6.** Nas capitães das provincias serão procuradores de fazenda em 1.<sup>a</sup> instancia, para a promoção e defesa de todas as causas da fazenda nacional, os mesmos que fôrem procuradores fiscaes das thezourarias, e seus ajudantes.

Na côrte haverá um procurador especial denominado procurador da fazenda em 1.<sup>a</sup> instancia, nomeado pelo governo.

## CAPITULO XII

### SOLICITADORES DO JUIZO DOS FEITOS DA FAZENDA

**Lei de 29 de Nov. de 1841: Art. 5.** Em cada um destes juizos (dos feitos da fazenda) haverá um ou mais solicitadores, nomeados pelo Governo.

**Decr. de 10 de Ag. de 1878. Art. 1.** Ficão creados mais dous logares de solicitador dos feitos da fazenda da côrte.

**Art. 2.** As funcções dos referidos solicitadores serão restrictas á cobrança da divida activa, percebendo elles como salario de seu trabalho as porcentagens, que por lei lhes competirem.

**Art. 3.** O ministro da fazenda, ouvidos os procuradores dos feitos, dará as necessarias instrucções, regulando o serviço destes empregados.

## CAPITULO XIII

### OFFICIAES DE JUSTIÇA DO JUIZO DOS FEITOS DA FAZENDA

**Lei de 29 de Nov. de 1841: Art. 5.** Em cada um destes juizos (dos feitos da fazenda)... haverá dous officiaes de justiça nomeados pelos juizes.

## CAPITULO XIV

### CURADOR-GERAL, SUA EXISTENCIA, NOMENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

**Lei de 18 de Set. de 1848 : Art. 46.** O governo fica autorizado a reformar os regulamentos concernentes á administração dos bens de defuntos e ausentes.

**Av. de 27 de Abr. de 1855.** Os officios de curadores geraes dos orphãos só podem ser considerados legalmente existentes e vitalicios nos termos, em que elles têm sido creados por leis expressas; nesses mesmos termos não estão os juizes dos orphãos inhibidos de nomear curadores *in litem*, quando para isso occorrão razões juridicas.

Nos termos onde não existir lei, que tenha creado esses officios vitalicios, serão elles providos temporariamente pelos juizes dos orphãos, como é costume, devendo ser preferidos os promotores publicos nos termos em que residirem.

**Decr. de 15 de Jun. de 1859 : Art. 78.** O governo poderá nomear curadores-geraes das heranças jacentes e bens de ausentes, onde fôr conveniente; reduzindo-se neste caso as porcentagens marcadas para os curadores nos artigos 82 e 83. (\*)

**Decr. de 30 de Ag. de 1851: Art. 4.** O curador-geral dos orphãos e de africanos livres serão substituidos por advogados, que o juiz dos orphãos interinamente designar.

**Decr. de 6 de Fev. de 1875: Art. un.** Fica desannexado o logar de curador-geral dos orphãos da 2ª vara da corte do de

---

(\*) Vide Ord. liv. 1 titulo 90.

adjunto dos promotores publicos; derogado nesta parte o artigo 8, do decreto n. 4.824 de 22 de Novembro de 1871.

**Av. de 3 de Julho de 1880.** Declaro a V.Ex... que conforme a disposição do artigo 90 do regulamento de 15 de Junho de 1859, cessão as funções dos curadores especiaes nomeados pelo juizo, immediatamente que por este fôrem mandados cumprir os titulos de nomeação (de curador-geral das heranças jacentes e bens de defuntos e ausentes) expedidos pelo governo imperial.

**Decr. de 30 de 1851: Art. 7.** Os promotores de capellas e reziduos serão substituidos por quem o respectivo provedor nomear, sendo escolhidos dentre os advogados, e preferindo-se os formados.

## CAPITULO XV

### SOLICITADOR DE CAPELLAS E REZIDUOS

**Ord. liv. tit. 61 pr.:** Para que as cousas dos reziduos sejam arrecadadas como convem, havemos por bem, que com um dos provedores andem um promotor e um solicitador, que por parte dos reziduos demandem os testamenteiros, e os fação citar para dar contas, e requeirão que se faça executar nos condemnados as sentenças que se derem em favor dos reziduos, e fação com que tudo venha á bôa arrecadação.

**Decr. 19 de Out. de 1833 : Art. 1.** Haverá em cada termo um solicitador de capellas e reziduos com as attribuições e emolumentos marcados na Ord. liv. 1 tit. 61, que lhes serve de regimento.

**Art. 2.** Estes solicitadores serão nomeados interinamente pelos juizes municipaes, ou do cível, onde estes fôrem os provedores, e não houver ainda solicitador, e serão providos na côrte pelo governo, e nas provincias pelo presidente em conselho, nos termos da Lei de 14 de Junho de 1831.

**Art 3.** Além das attribuições marcadas na Ord. liv. 1, tit. 64, estes solicitadores prestarão aos colletores, do districto, as relações das pessoas livres fallecidas, de que trata o art. 27 do Reg. de 14 de Janeiro do anno passado, e solicitarão a execução do 37 do dito regulamento.

**Decr. de 30 de Ag. de 1851: Art. 7.** Os solicitadores de capellas e reziduos serão substituidos por quem o respectivo provedor nomear dentre os procuradores dos respectivos auditorios.

## CAPITULO XVI

### PROMOTOR DE CAPELLAS

**Decr. de 19 de Out. de 1833: Art. 1.** Quando por bem da administração da justiça, ou dos interesses da fazenda nacional se julgar necessario os sobreditos juizes, (municipaes ou do cível) que servem de provedores, darão vista dos autos ao procurador da fazenda nacional, ou promotor dos rezidios, onde houver; e no caso de falta, nomearão em cada processo um advogado, ou não o havendo, uma pessoa habil, que debaixo de juramento sirva de promotor, o qual vencerá em cada um dos autos de conta o emolumento, que competia aos antigos promotores da provedoria de capellas e rezidios, quer faça uma, quer muitas promoções no mesmo feito.

## CAPITULO XVII

### DISTRIBUIDOR, SUA CREAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

**Ord. liv. 1 tit. 27 pr.:** Mandamos, que onde houver lous escripturas, haja um distribuidor, que entre elles distribua todos os feitos, cartas, desembargos ou autos, que lhes pertencerem fazer, em modo que todos sejam igualados nas escripturas.

**Ord. liv. 1 tit. 85 pr.:** Ordenamos, que nos logares, onde houver lous tabelliaes do judicial ou mais, haja um distribuidor, que distribua entre elles os feitos, cartas, desembargos, e autos, que a elles pertence fazer em maneira que sejam igualados nos feitos e escripturas que fizerem.

E será obrigado a ter livro de distribuição encadernado, e a guardar, e dar conta delle até 30 annos.

E onde houver officios de contador, inquiridor (\*) e distribuidor, andarão todos tres em uma só pessoa.

**Lei de 13 de Set. de 1827.** Hei por bem ordenar que nos logares, onde ha um só tabellião, e nos juizes onde ha um escriptão, as ordenações, nem as leis subseqüentes ordenão a distribuição; as penas, portanto, que as ditas ordenações e leis impõem, não dizem respeito aos referidos logares, e juizes nem são nullos os feitos ahi processados.

**Lei de 7 de Out. de 1833: Art. 1.** Os distribuidores extinctos juizes das correições do civil e crime da corte, juizo da corôa, chancelaria e conselho da fazenda,

---

(\*) O officio de inquiridor foi abolido. O artigo 25 da Disposição provisoria diz: O logar de inquiridor fica abolido.

servirá conjuntamente com o distribuidor e contador geral do civil e crime para a distribuição dos feitos.

**Art. 3.** O governo designará as varas para que cada um delles deve fazer a distribuição e contagem dos autos.

**Decr. de 31 de Out. de 1833: Art. 1.** Ao contador e distribuidor do geral nesta cidade fica pertencendo a contagem e distribuição das notas e de todos os feitos, que se processarem nas varas do juizo do civil e juizo de orphãos.

**Art. 2.** Ao contador e distribuidor da relação fica pertencendo a contagem de todos os autos, que nellas e processarem, e a distribuição e contagem dos que forem processados nos juizos criminaes de 1.<sup>a</sup> instancia, e no juizo municipal.

**Decr. de 2 de Abr. de 1835.** A regencia permanente ha por bem revogar as disposições do decreto de 21 de Outubro de 1833, e ordenar o seguinte:

**Art. 1.** Que ao contador e distribuidor do geral fique de ora em diante pertencendo a contagem e distribuição das notas, de todos os feitos, que se processarem na 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> varas do civil e no juizo criminal.

**Art. 2.** Que ao contador e distribuidor da relação fique pertencendo, além da contagem e de todos os autos, que na mesma relação se processarem, a distribuição e contagem de todos os feitos da 2.<sup>a</sup> vara do civil e do juizo de orphãos.

**Decr. de 14 de Dez. de 1861.** Hei por bem decretar que na capital do Imperio cada um destes officios (de contador e distribuidor do geral, civil e crime) seja servido por serventuario especial.

**Decr. de 30 de Ag. de 1851: Art. 8.** Os distribuidores serão substituídos por quem o juiz competente designar, na forma do artigo 4.

## CAPITULO XVIII

### CONTADOR

**Ord. liv. 1 tit. 91 pr.:** Os contadores das contas as contarão assim ás pessoas que são para mantimento das pessoas, como as do processo, que são o que os escriptaes e tabelliães hão de haver da escriptura e o salario dos procuradores e outros quaequer officiaes; as quaes não contará outra qualquer pessoa na nossa côrte, nem na relação do Porto, nem nas cidades, villas e logares, onde contadores de contas houver. (\*)

**Decr. de 30 de Ag. de 1851: Art. 8.** Os contadores serão substituídos por quem o juiz competente nomear, na forma do artigo 4.

**Alv. de 26 de Abr. de 1816.** Sou servido declarar, que só no caso de não haver inquiridor ou contador no districto, e nos casos expressos em direito, é, que os juizes dos orphãos podem inquirir ou contar nos seus juizos.

**Lei de 20 de Set. de 1829: Art. 3.** Os juizes de paz serão inquiridores e contadores no seu juizo.

## CAPITULO XIX

### PORTEIROS DOS AUDITORIOS, SUA CREAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E ENCARGOS

**Ord. liv. 1 tit. 31, pr.:** O porteiro dos corregedores da côrte cada dia pela manhan estará á porta da relação para guardar a casa, onde elles estiverem despachando os feitos crimes e

---

(\*) Vide Cap. antecedente.



para o acharem prestes, si o houverem mister, e o quizerem mandar a alguma parte; e emquanto a relação durar, não sahirão dahi sem licença dos ditos corregedores.

**Ord. liv. 1 tit. 61 § 6.** Mandamos, que o porteiro dante o corregedor, ou ouvidor da comarca seja mui diligente em servir o seu officio.

**Decr. 30 de Ag. de 1831: Art. 4.** O porteiro dos auditorios será substituido por qualquer official de justiça nomeado pelo juiz de direito do civil; em falta dos juizes de civil pelos criminaes; e nas villas, emquanto elles não rezidirem pelos juizes municipaes.

Entre os juizes da mesma classe preferem pela prioridade na numeração das varas.

**Decr. 31 Jan. de 1837: Art. 1.** O 1º porteiro dos fuditorios do municipio da côrte servirá perante os juizes dos feitos da fazenda, e de orphãos, e da 1ª vara municipal.

**Art. 2.** O 2º porteiro servirá perante o juiz especial do commercio, e os da 2ª e 3ª varas municipaes.

**Art. 3.** No caso de impedimento substituirão reciprocamente.

**Decr. de 18 de Fev. de 1830 Art. 1.** Nos juizes, em que o officio de porteiro dos auditorios não estiver provido vitaliciamente, servirá o dito officio o official da justiça, que estiver de semana, ficando derogado nesta parte o decreto de 30 de Agosto de 1851.

**Art. 2.** O official de justiça, que assim servir o officio de porteiro dos auditorios vencerá pelos actos que praticar, as custas marcadas no respectivo regimento,

**Decr. de 31 de Fev. de 1860:** Hei por bem revogar o decreto n. 2530 de 18 de Fevereiro de 1860, que ordenára a maneira, pela qual tinha de fazer-se a substituição do porteiro dos auditorios nos juizos, em que este officio não é vitaliciamente provido; e restabelecer as disposições dos decretos ns. 817 de 30 de Agosto de 1851, e 1873 de 31 de Janeiro de 1857, que haviam sido revogados pelo referido decreto.

**Decr. de 10 de Nov. 1860: Art. 1.** O 1º porteiro dos auditorios do municipio da cõrte servirá perante os juizes dos feitos da fazenda, orphãos, e da 3ª vara municipal.

**Art. 2.** O 2º porteiro servirá perante o juiz especial do commercio, e os da 1ª e 2ª varas municipaes e provedoria.

**Art. 3.** Nos cazos de impedimento se substituirão reciprocamente.

**Art. 4.** Ficão revogadas as disposições do decreto n. 1873 de 31 de Janeiro de 1857.

**Decr. de 31 de Ag. de 1860: Art. 4.** O 1º porteiro dos auditorios continuará a servir perante os juizes de direito, dos feitos da fazenda, de orphãos e da antiga 3ª vara civil, hoje 2ª, e o 2º porteiro perante os juizes do commercio, o da provedoria, e o da 1ª vara do civil.

## CAPÍTULO XX

### PROVIMENTO DOS LOGARES DE ESCRIVÃO, E OUTROS OFFÍCIOS DE JUSTIÇA.

#### SECÇÃO I

*Natureza do officio, habilitação e concurso para o provimento*

**Lei de 11 de Out. de 1827 : Art. 1.** Nenhum officio de justiça ou fazenda, seja qual fór a sua qualidade e denominação, será conferido a titulo de propriedade.

**Art. 2.** Todos os officios de justiça ou fazenda serão conferidos por titulos de serventias vitalicias as pessoas que para elles tenham a necessaria edoneidade, e que as sirvão pessoalmente salvo o accesso regular que lhes competir por escala nas repartições em que o houver.

**Art. 3.** O serventuario vitalicio, que no exercicio do officio se impossibilitar de continuar a exercê-lo por doença provando a impossibilidade de seu bom serviço e a falta de outro meio de subsistencia perante o governo, poderá obter a terça parte do rendimento do officio, segundo a sua lotação, a cargo dos successores no dito officio; os quaes todavia poderão ventilar a verdade os motivos allegados, que, provados falsos, ficará o officio livre do encargo.

**Art. 4.** As pessoas que actualmente acharem na posse da propriedade ou serventia vitalicia de alguns officios que pessoalmente não possam servir, são obrigadas a fazer a nomeação

de pessoa idonea para a serventia dentro de seis mezes, se já antes não a tiverem feito, contados da data da publicação desta lei em cada um dos logares em que fôrem os officios, e perante as autoridades respectivas.

**Art. 5.** Si dentro do sobredito não fizerem a nomeação, perderão o direito a ella, e a farão os magistrados ou autoridades perante quem hão de servir os officiaes.

**Art. 6.** Em qualquer dos casos dos artigos antecedentes os serventuarios serão providos por uma só vez, para servirem em quanto viverem os proprietarios ou serventuarios vitalicios, ou durar o seu legitimo impedimento, e elles não commetterem crime ou erro que os inhabilite.

**Art. 7.** Os nomeados para as serventias não poderão ser obrigados a pagar por ellas mais do que a terça parte daquella quantia em que fôrem ou estiverem lotados os annuaes rendimento dos officios, sob pena, aos que tiverem a mercê da propriedade ou serventia vitalicia, de perderem os officios; e aos serventuarios; de perderem a serventia e pagarem uma quantia igual á lotação de um anno, a qual será applicada para as obras publicas da cidade, villa ou logar em que fôrem os officios.

**Art. 8.** No impedimento dos serventuarios nomeados, serão exercido os officios, interinamente, pelas pessoas que a lei designar, ou que escolher a autoridade competente na falta desta designação.

**Lei de 1 de Jul. de 1830: Art. 1.** Os officios de justiça, que vagarem, serão temporariamente providos pelos magistrados, ou autoridades, perante quem houverem de servir os officiaes.

**Art. 2.** O magistrado ou autoridade, que prover algum officio vago, dará immediatamente parte ao governo, com circumstanciada e documentada informação da idoneidade do provido para prover-se a serventia vitalicio, ou nesse mesmo, ou em qualquer outro cidadão, que nomear o poder executivo.

**Art. 3.** Ficão revogados todas as leis, alvarás, decretos, e mais rezoluções em contrario.

**Decr. de 30 de Ag. de 1851: Art. 10.** No provimento das vagas dos empregos, e officios de justiça mencionados nos artigos antecedentes, proceder-se-ha pela seguinte maneira:

§ 1. Apenas vagarem, serão providos temporariamente pelos magistrados ou autoridades perante quem houverem de servir, como dispõe o decreto do 1º de Julho de 1830.

Se não apparecerem a requerer esse provimento pessoas idoneas, deverão servir os substitutos marcados para os impedimentos.

§ 2. Os magistrados ou autoridades, a quem incumbe prover a substituição temporaria dos ditos officios e empregos, logo que vagou qualquer delles, darão parte, na corte ao governo, pela secretaria de estado dos negocios da justiça, e nas provincias aos presidentes, da vaga existente, e da maneira por que estiver interinamente preenchida.

**Art. 11.** Na mesma occasião mandarão affixar editaes, nos logares dos officios, que os prezidentes farão reproduzir nas capitães das provincias, annuenciando a vaga, e convidando os pretendentes a apresentarem seus requerimentos no prazo de 60 dias.

**Art. 12.** Findo o prazo, o magistrado ou autoridade, que tiver mandado affixar os editaes, remetterá ao prezidente da provincia os requerimentos, que, durante os 60 dias, lhe tiverem sido apresentados, acompanhando-os de informações

sobre as habilitações e merecimento de cada um delles, declarando explicitamente se estão no caso de merecer o provimento.

Si não tiverem apparecido pretendentes, disso mesmo dará conta ao presidente.

**Art. 13.** O presidente da provincia, logo que estejam concluidos os 60 dias marcados na capital, e depois que tiver recebido os requerimentos, de que trata o artigo antecedente, os remetterá, com os que lhe tiverem sido apresentados directamente, á secretaria de estado dos negocios da justiça, acompanhados de uma informação sobre a idoneidade de cada um dos pretendentes, declarando explicitamente se estão no caso de merecer o provimento.

§ 1. Os requerimentos apresentados dentro do prazo devem ser remettidos conjunctamente; e si a necessidade de obter informações, a falta de alguns documentos ou qualquer outro motivo obrigar a demora de algum, dessa circumstancia se fará expressa menção no officio que fizer a enumeração dos pretendentes.

§ 2. Os requerimentos, que forem apresentados depois do prazo, nem deixarão de ser acceitos, e remettidos na primeira occasião, como additamento á remessa dos apresentados em tempo.

§ 3. Não terá logar a reproducção de editaes quando a vaga occorrer nas capitães das provincias, e nem mesmo os primeiros serão affixados, se a vaga occorrer na côrte.

§ 4. Antes do provimento serão publicados na côrte, no jornal official, os nomes de todos os pretendentes, cujos requerimentos houverem sido remettidos ao governo pelos presidentes de provincia, e bem assim o daquelles, cujos requerimentos não tiverem sido remettidos em tempo, com declaração das causas que retardarão a remessa.

**Art. 14.** As petições em que se requererem officios ou empregos de justiça, mencionados neste regulamento, devem

ser datadas, assignadas pelos pretendentes ou seu procurador, e acompanhadas de folha corrida, e mais documentos, que entenderem conveniente, sendo todos dividamente sellados.

§ 1. Os pretendentes dos logares de escriptaes, ou tabelliães e mais officios e empregos de justiça deverão juntar, além desses documentos certidão de idade, e exame de sufficiencia.

**Decr. de 16 de Dez. de 1853: Art. 3.** Os exames de sufficiencia para habilitação dos concorrentes aos officios ou empregos de justiça exigidos pelo decreto n. 817 (de 30 de Agosto de 1851), só podem ser presididos por juizes letrados.

**Decr. de 5 de Jan. de 1871: Art. 1.** O decreto n. 817 de 30 de Agosto de 1851 será observado com as seguintes alterações:

§ 1. O presidente da provincia, logo que esteja findo o prazo marcado na capital, e depois que tiver recebido os requerimentos, de que trata o art. 12 do citado decreto, mandará publicar os nomes de todos os pretendentes.

§ 2. Oito dias depois da publicação, o presidente nomeará para servir provisoriamente na vaga do officio ou emprego o pretendente que mais idoneo lhe parecer, o qual entrará logo em exercicio.

§ 3. Esta nomeação será immediatamente publicada e o pretendente, que se julgar injustamente preterido, poderá reclamar perante o presidente dentro de 30 dias contra a injusta preterição, instruindo a sua reclamação com os documentos que tiver.

§ 4. Findo o prazo de que trata o parographo antecedente, o presidente sujeitará seu acto a confirmação do governo para a expedição do competente titulo.

No caso de haver reclamação a remetterá ao mesmo tempo com uma circumstanciada informação para prover-se na serventia vitalicia aquelle que tiver melhor direito.

§ 5. Recebidas na secretaria de estado por intermedio dos

presidentes de provincia as reclamações, de que trata o paragra-pho anterior, serão logo publicados no *Diario official* os nomes do nomeado para servir provisoriamente, e de todos os reclama-mantes; e a respectiva secção as submeterá a despacho junta-mente com a nomeação dentro de 60 dias contados da publica-ção, convenientemente processadas na fôrma do regulamento em vigor.

**Art. 2.** O prazo dos annuncios na capital da provincia se contará da data dos editaes affixados nos logares dos officios ou empregos.

**Art. 3.** São dispensados de exame de sufficiencia os dou-tores em direito, bachareis formados, advogados e os que ser-virem empregos semelhantes; e de juntar folha corrida os que exercerem funções publicas.

A certidão de idade só será exigida, quando de outro modo não constar que o pretendente é maior de 21 annos.

**Art. 4.** Os presidentes de provincia são competentes para aceitar as dezistencias, que até agora erão requeridas ao go-verno, ordenando logo as diligencias necessarias para o provi-mento dos respectivos officios ou empregos.

O mesmo se praticará a respeito dos que fôrem novamente creados por lei geral ou provincial.

**Art. 5.** Na côrte os requerimentos serão directamente apre-sentados na secretaria de estado dentro de um prazo razoavel, marcado pelo governo e annunciado no *Diario Official*, logo que se der a vaga.

Não se realisando o provimento dentro de 60 dias depois de findo aquelle prazo, será por uma só vez prorogado pela metade de tempo, com as mesmas formalidades.



SECÇÃO II

*Substituição dos escrivães, e outros serventuários de officios de justiça em casos de impedimento temporario, ou impossibilidade absoluta*

**Decr. de 16 de Dez. de 1853: Art. 1.** Em todos os casos de impedimento temporario dos serventuários dos officios e empregados de justiça a substituição delles terá logar pela forma estabelecida no decreto n. 817 de 30 de Agosto de 1851.

Quando, porém, em razão de avultado expediente dos dous cargos reunidos não possão os substitutos legitimos accumulal-os sem prejuizo do serviço, assim como nos casos de licença por mais de 6 mezes, o governo na côrte e os presidentes nas provincias sobre representação dos magistrados ou autoridades perante quem servirem, nomearáo pessoas idoneas para exercer temporariamente a substituição.

**Art. 2.** Si a impossibilidade do serventuario vitalicio for absoluta, ou proveniente de idade avançada, cegueira, demencia, ou outra molestia incuravel, segundo o juizo dos medicos, deveráo os mesmos serventuários requerer a nomeação de successor, provando além da impossibilidade o seu bom serviço, e a falta de outro meio de subsistencia para terem direito á terça parte do rendimento do officio, segundo a respectiva lotação.

Em nenhum caso lhe será admittida a nomeação ou indicação de successor.

**Art. 3.** Os juizes e autoridades, perante quem servirem os ditos serventuários, e bem assim os promotores publicos, serão obrigados a participar ao governo motivadamente aquellas circumstancias, quando os serventuários, a respeito dos quaes se verificarem, não requireão.

**Art. 4.** O governo, á vista destas participações ou das informações que houver exigido, mandará intimar o serventuario vitalicio, para que dentro de um prazo razoavel, que marcará, apresente seu requerimento, ou allegue e prove o que lhe convier, sob pena de ser havido o officio por vago e sem o onus de terça parte do rendimento.

**Art. 5.** Não satisfazendo o serventuario no prazo marcado, o governo, depois de colligir as provas, documentos e informações precisas, procedendo ás diligencias, que houver por bem, o mandará ouvir em novo prazo para esse fim marcado.

No caso de demencia será competentemente nomeado curador, que seja intimado e ouvido.

**Art. 6.** O governo, á vista das informações, documentos e provas colligidas, decidirá o negocio, ou declarando o serventuario habi para servir o officio, e obrigando-o a servi-lo pessoalmente, ou declarando vago o officio, e nomeando successor, com ou sem obrigação de pagar ao dito serventuario a terça parte do rendimento.

**Art. 7.** Da decisão do governo, que declara o officio vago, e o successor nomeado obrigado ou não ao pagamento da terça parte do rendimento, haverá o recurso estabelecido pelo art. 46 do regulamento n. 124 de 5 de Fevereiro de 1842, ouvida sempre a respectiva secção ou conselho de estado.

**Art. 8.** Os exames e diligencias necessarias, nos termos do art. 5, serão requeridos e promovidos pelos promotores publicos e presididos pelos juizes municipaes, e si os serventuarios servirem perante as relações, serão requeridos e promovidos pelo procurador da corôa, e presididos pelos presidentes dellas.

**Decr. de 9 de Fev. de de 1867: Art. un.** O caso de abandono dos officios de justiça está comprehendido no decreto n. 1294 de 16 de Dezembro de 1853, cujas disposições serão applicadas aos serventuarios dos ditos officios.

## **TITULO IV.—Tribunaes de segunda instancia**

### **CAPITULO I**

#### **RELAÇÕES**

##### **SECÇÃO I**

##### *Creação das relações e sua composição*

**Const. Art. 158.** Para julgar as causas em segunda e ultima instancia, haverá nas provincias do imperio as relações que fôrem necessarias para commodidade dos povos.

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 1.** Cada uma das relações do imperio se comporá de 14 desembargadores, dentre os quaes um será o prezidente nomeado na conformidade do artigo 22 do titulo unico da disposição provisoria ácerca da administração da justiça civil e outro será promotor da justiça, procurador da corôa, soberania, e fazenda nacional e será nomeado em conformidade do decreto de 1.º de Março de 1758.

**Art. 2.** Os desembargadores actuaes, que não entrarem no numero dos effectivos, nem forem empregados nos logares de juizes de direito, ficarão addidos ás relações, que mais convier, até que possam ter effectividade; no entanto, porém, servindo como si effectivos fossem.

**Art. 3.** Os desembargadores continuarão a usar de beca, e os que tiverem o título de conselho poderão usar também de capa na relação, não gozando, porém, de alguma outra prerrogativa, ou precedencia em quaesquer actos da relação por virtude deste título.

**Lei. de 6 de Ag. de 1873: Art. 1.** Ficão creadas mais sete relações no imperio.

§ 1. As relações existentes e as novamente creadas terão por districtos os territorios seguintes:

1.º Do Pará e Amazonas, com séde na cidade de Belém.

2.º Do Maranhão e Piauhý, com séde na cidade de S. Luiz.

3.º Do Ceará e Rio-Grande do Norte, com séde na cidade da Fortaleza.

4.º De Pernambuco, Parahiba e Alagoas, com séde na cidade do Recife.

5.º Da Bahia e Sergipe, com séde na cidade do Salvador.

6.º Do município neutro, Rio de Janeiro e Espirito-Santo, com séde na cõrte.

7.º De S. Paulo e Paraná, com séde na cidade de São-Paulo.

8.º Do Rio-Grande do Sul e Santa Catharina, com séde na cidade de Porto Alegre.

9.º De Minas, com séde na cidade de Ouro-Preto.

10.º De Matto-grosso com séde na cidade de Cuiabá.

11.º De Goyaz, com séde na cidade de Goyaz.

§ 2. A relação da cõrte constará de 17 desembargadores, as da Bahia e Pernambuco de 11, as do Pará, Maranhão, Ceará, São-Paulo, Rio-grande do Sul e Minas do 7, e as de Matto-Grosso e Goyaz de 5.

§ 3. Nenhum desembargador terá exercicio fóra da relação a que pertencer.

**Art. 2.** Os actuaes desembargadores excedentes ao numero fixado no artigo 1 § 2 serão distribuidos pelas novas relações, guardadas as seguintes regras:

§ 1. Serão removidos os que requererem.

§ 2. Si não se derem remoções pedidas, ou se não obstante estas, ainda houver desembargadores excedentes, serão removidos os mais modernos com preferencia para as relações mais proximas.

Aos desembargadores assim removidos compete o direito de regresso por ordem de antiguidade á relação, donde sahirão, quando o requeirão e nella haja vagas.

§ 3. Aos desembargadores removidos por occasião da execução da presente lei se abonará uma ajuda de custo de deus a quatro contos de réis.

**Art. 3.** Os juizes de direito nomeados desembargadores, e os desembargadores nomeados ministros do supremo tribunal de justiça, vencerão o ordenado do logar que deixarem, até a posse do novo cargo, si a tomarem no prazo marcado pelo governo.

**Reg. de 3 de Mai. de 1874: Art. 1.** O territorio do Imperio é dividido em 11 districtos de relação, comprehendendo:

O 1.º o municipio da corte e as provincias do Rio de Janeiro e Espirito-Santo

O 2.º as provincias da Bahia e Sergipe.

O 3.º as de Pernambuco, Alagoas e Parahyba.

O 4.º as de Ceará e Rio-Grande do Norte.

O 5.º as do Maranhão e Piahy.

O 6.º as do Pará e Amazonas.

O 7.º as de São-Paulo e Paraná.

O 8.º as de São-Pedro do Rio-Grande do Sul e Santa Catharina.

O 9.º a de Minas-Geraes.

O 10.º a de Goyaz.

O 11.º a de Matto-Grosso.

**Art. 4.** São sedes de relação:

No 1. districto a capital do imperio;

No 2. a cidade de São-Salvador;

No 3. a do Recife;

No 4. a da Fortaleza;

No 5. a de São-Luiz;

No 6. a de Belém;

No 7. a do São-Paulo;

No 8. a de Porto-alegre;

No 9. a de Ouro-preto;

No 10. a de Goyaz;

No 11. a de Cuyabá.

**Art. 5.** Constará de 17 desembargadores a relação da côrte; de 11 as de São-Salvador e Recife, de 7 as de Porto-Alegre, São-Paulo, Ouro-Preto, Fortaleza, São-Luiz e Belém, de 5 as de Goyaz e Cuyabá.

**Art. 6.** O tribunal da relação funcionará com a maioria dos seus membros.

**Art. 7.** Em falta de membros para constituir o tribunal na fôrma do artigo antecedente, ou quando fôrem impedidos desembargadores em numero legal para o julgamento de algum feito, serão chamados:

§ 1. Os juizes de direito mais antigos da comarca, em que a relação tiver a sua séde.

§ 2. Os das comarcas mais proximas, designados pelo presidente da relação.

**Art. 8.** Aos juizes de direito, quando substituirem os desembargadores, compete a jurisdição plena dos substituidos.

**Art. 9.** Nenhum desembargador terá exercicio fóra da relação, a que pertencer (decreto n. 2.342 do 6 de Agosto de 1873 artigo 1 § 3).

**SECÇÃO II**

*Nomeação de desembargadores, igualdade de serviço, e incompatibilidade eleitoral*

**Lei de 26 de Jun. de 1850: Art. 3.** A nomeação dos desembargadores será feita dentre os 10 juizes de direito mais antigos, cuja relação deverá ser apresentada pelo supremo tribunal de justiça, sempre que houver de ter lugar.

Existindo, porém, juizes de direito já apresentados 5 vezes, a relação dos que forem propostos á nomeação comprehenderá até os 15 mais antigos, nunca excedendo este numero, e nem em cazo algum, podendo conter mais de 10 daquelles juizes, que não tenham sido apresentados as 5 vezes.

**Disp. prov.: Art. 22.** Fica extincta a differença entre desembargadores aggravantes e estravagantes, e todos igualados em serviço.

**Lei de 6 de Ag. de 1873: Art. 4.** Os desembargadores são incompativeis, no districto de sua jurisdicção, para os cargos de senador, deputado, e membro da assembléa provincial, considerando-se nullo os votos, que ahi obtiverem.

A elles é applicavel a disposição do artigo 1 § 14 do decreto de 18 de Agosto de 1860.

**Lei de 9 de Jan. de 1881: Art. 11.** Não podem ser votados para senador, deputado, ou membro da assembléa legislativa provincial... na côrte e nas provincias, em que exercerem autoridade ou jurisdicção... os desembargadores.

SECÇÃO III

*Presidentes das relações, sua nomeação e substituição*

**Disp. prov.: Art. 22.** Igualmente ficão extinctos os logares de chanceler em todas as relações, e estas prezididas por um dos tres dezembargadores mais antigos, nomeado triennialmente pelo governo.

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 1.** Será o presidente da relação nomeado na conformidade do artigo 22 da disposição provisoria da administração da justiça civil.

**Lei de 14 de Set. de 1843: Art. 1.** Os presidentes das relações serão nomeados pelo governo, como os do supremo tribunal de justiça.

Ficão revogadas as disposições em contrario.

**Lei de 18 de Set. 1828: Art. 2.** O imperador elegerá o presidente (do supremo tribunal de justiça) dentre os membros do tribunal que servirá pelo tempo de tres annos.

**Reg. de 2 de Mai. de 1874: Art. 12.** O presidente da relação será nomeado dentre os dezembargadores della, terá o titulo do conselho, e servirá duraute 3 annos, podendo ser reconduzido por igual periodo tantas vezes, quantas o governo julgar conveniente.

**Art. 13.** O presidente antes de entrar em exercicio, prestará juramento nas mãos do presidente interino e perante ella de que se lavrará termo no livro destinado para os demais juramentos do tribunal.



**Decr. de 3 de Jan. de 1833: Art. 8.** No impedimento ou falta do presidente fará suas vezes o desembargador mais antigo, o qual tomará o seu lugar e na concorrência de dois ou mais do igual antiguidade a sorte decidirá.

**Reg. de 3 de Mai. de 1834: Art. 13.** Em suas faltas ou impedimento (o presidente) será substituído pelo desembargador mais antigo; entre os de igual antiguidade, pelo que tiver mais tempo de magistratura, e na dúvida pelo mais velho em idade, não sendo em caso algum o procurador da corôa.

#### SECÇÃO IV

##### *Procurador da corôa e sua nomeação*

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 1.** Outro (desembargador) será promotor da justiça, procurador da corôa, soberania e fazenda nacional, e será nomeado em conformidade do decreto do 1º de Março de 1758.

**Decr. de 1 de Març. de 1758.** Tomando na minha real presença os inconvenientes ao meu real serviço, e a má administração da justiça, de serem consultivos e regulados por antiguidade os logares de chanceller da casa da supplicação e de procuradores da corôa, da fazenda e do ultramar; sou servido reservar os sobreditos quatro logares á minha real e immediata nomeação para nelles prover os ministros, que bem me parecer; attendendo mais ao bom serviço dos mesmos logares do que a antiguidade e graduação dos que fôrem nelles providos; os quaes sahindo da casa da supplicação para quizesquer tribunaes não poderão conservar osditos logares sem nova ordem minha.

**Reg. de 3 de Mai. de 1874: Art. 17.** O procurador da corôa será livremente nomeado pelo governo dentre os desembargadores da respectiva relação.

SINOÇO V

*Função das relações*

**Cod. proc.: Art. 153** A formação de culpa dos empregados publicos compete:

§ 2. Às relações ou (nas provincias, em que ellas não estiverem collocadas) á autoridade judicial, que residir no lugar, nos crimes de responsabilidade dos commandantes militares, e dos juizes de direito.

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 3.** Compete ás relações:

1.º Conhecer dos crimes de responsabilidade dos commandantes militares, e juizes de direito, recebendo as queixas, e denuncias, formando as culpas e os mais termos, até o seu julgamento final, salva a providencia do § 2 do artigo 155 do codigo do processo criminal.

2.º Conhecer dos casos em que possam ter lugar as ordens de *habeas-corpus* na conformidade do artigo 340 e seguintes do codigo do processo criminal.

3.º Conhecer dos recursos, e appellações, de que tratão os artigos 111, 167, e 301 do mencionado codigo.

4.º Decidir dos agravos do auto do processo.

5.º Julgar as appellações interpostas das sentenças dos juizes de direito, ou de seus substitutos, e do conservador da nação britannica enquanto existir. (\*)

---

(\*) O juiz conservador dos inglezes foi instituido no Brazil pelo alvará de 4 de Maio de 1808, e cessou esse privilegio de fôro pelo aviso de 18 de Outubro de 1844, tendo expirado o prazo para isso marcado no tratado de 17 de Agosto de 1827, art. 6.

6.º Julgar as appellações dos juizes de orphãos.

7.º Julgar as appellações das sentenças proferidas pelos juizes de paz sobre objectos da antiga almotaceria, excedendo a alçada estabelecida no § 2 da lei de 15 de Outubro de 1827.

8.º Julgar as revistas.

9.º Decidir os conflictos de jurisdicção entre as autoridades nos termos da lei de 20 de Outubro de 1823.

10.º Julgar as questões de jurisdicção que houver com os prelados e outras autoridades ecclesiasticas.

11.º Prorogar por 6 mezes o tempo do inventario, havendo impedimento invencivel, pelo qual se não podesse fazer no termo da lei.

12.º Julgar as suspeições ou recusações motivadas, que fôrem postas aos dezembargadores.

**Reg. de 3 de Mai. de 1874 : Art. 10. Compete ás relações :**

§ 1. Julgar com o tribunaes de segunda e ultima instancia:

1.º Os recursos, aggravos e appellações criminaes, e os aggravos, cartas testemunhaveis a appellações civeis interpostas dos juizes de direito, nos termos da legislação em vigor ;

2.º As appellações interpostas das sentenças homologadas dos juizes arbitros, nas causas de valor excedente a 500\$000 ;

3.º As interpellações interpostas dos conselhos municipales de recurso sobre qualificação de votantes ;

4.º As revistas concedidas pelo Supremo Tribunal de Justiça.

§ 2. Julgar como tribunaes de primeira e unica instancia :

1.º Os crimes communs e de responsabilidade dos juizes de direito e chefes de policia e os de responsabilidade dos commandantes militares ;

2.º Os conflicts de jurisdicção entre as autoridades judicias do districto ;

3.º A reforma de autos que se perderem nas relações ;

4.º As habilitações em autos pendentes perante ellas ;

5.º As suspeições postas aos dezembargadores.

§ 3. Conceder ordem de *habeas-corpus* nos casos e pela forma estabelecida na legislação em vigor.

§ 4. Conceder prorrogação do prazo, até seis meses, para si proceder a inventario.

§ 5. Censurar ou advertir nos accórdãos os juizes inferiores, e multa-los ou condemna-los nas custas, segundo as disposições vigentes.

§ 6. Advertir os advogados solicitadores, multa-los nas taxas legais, e suspendê-los do exercicio de suas funções até seis meses.

§ 7. Proceder na forma do artigo 157 do código do processo criminal, quando em autos e papeis de que tiver de conhecer descobrir crime de responsabilidade, ou crime commum em que tenha logar a acção official.

**Art. 11.** A alçada das relações continúa a ser de 2:000\$000 para as causas civeis, e de 5:000\$000 para as causas commerciaes. (\*)

#### SECÇÃO VI

##### *Attribuições do presidente*

**Disp. prov : Art. 22.** Par a estes presidentes (da relação) passaráo, a excepção das glosas, que estão extinctas, as attribuições dos autores chancelleres.

**Decr. de 3 de Jan. de 1833. Art. 7.** Ao Presidente compete :

- 1.º Dirigir os trabalhos dentro da relação, manter a ordem, e fazer exoutar as leis, e este regulamento.
- 2.º Distribuir os processos.
- 3.º Conceder licença aos dezembargadores e aos juizes de

(\*) Sobre alçadas vide: Part. II tit. XVIII.

direito para sahirem da relação, e da comarca até 30 dias continuos, não fazendo falta ao serviço.

4.º Ter o sello da chancellaria para fazer sellar as sentenças e mais papeis, que por ella deverem passar; e desempenhar as mais attribuições dos anteriores chancelleres que ainda tiverem logar.

5.º Conceder, precedendo exame, licença para que advogue homem, que não é formado nos logares onde houver falta de bachareis formados, que exerção este officio e para advogar em qualquer logar aos cidadãos brasileiros formados, ou doutorados em universidades estrangeiras.

6.º Advertir aos officiaes da relação, que faltarem ao cumprimento dos seus deveres, na fôrma do artigo 339 do codigo do processo criminal.

**Reg. de 2 de Mai. de 1874 : Art. 14.** Ao presidente da relação compete :

§ 1. Deferir juramento aos desembargadores, procurador da corôa, empregados e serventuários do tribunal.

§ 2. Nomear os officiaes de justiça, continuos e porteiros do tribunal.

§ 3. Nomear quem substitua interinamente o secretario e mais empregados da relação nos casos indicados neste regulamento.

§ 4. Dirigir os trabalhos do tribunal, presidir ás sessões e conferencias, propôr afinal as questões e apurar o vencido; não consentindo que os desembargadores fallem sem que lhes seja concedida a palavra, que se interrompão uns aos outros, ou que fallem por mais de duas vezes, excepto si fôr para pedir ou dar algum esclarecimento, ou para modificar ou reformar a sua opinião.

§ 5. Manter a regularidade dos trabalhos, usando de todos os meios suaves, e dos coercitivos, si forem necessarios; mandando retirar do tribunal os assistentes que perturbarem a ordem, ou prender os desobedientes, lavrado o respectivo auto, para serem processados.

• § 6. Distribuir os feitos pelos desembargadores.

§ 7. Designar, por escala, os desembargadores que devam presidir ás sessões do jury nas comarcas especiaes de que trata o artigo 1. da lei n. 2.033 de 20 de Setembro de 1871.

§ 8. Conceder até 30 dias de licença, com ou sem ordenado, não fazendo falta ao serviço, aos desembargadores, juizes territoriaes e empregados de justiça, participando-o logo ao governo na côrte, e aos presidentes nas provincias.

§ 9. Conceder, precedendo exame, licença para advogar em qualquer lugar aos cidadãos brasileiros, formados em direito pelas universidades estrangeiras.

§ 10. Conceder provisões de advogados a pessoa não formada (cap. 4), e de solicitador judicial para qualquer comarca da relação, mediante exame.

§ 11. Mandar colligir os documentos e provas para se verificar a responsabilidade e os crimes communs dos empregados que são processados e julgados pela relação.

§ 12. Receber e dar conveniente direcção ás queixas e denuncias contra os referidos empregados.

§ 13. Assignar, com os juizes dos feitos, os accórdãos, e com o relator as cartas de sentença.

§ 14. Expedir em seu nome e com sua assignatura as ordens que não dependem de accórdão, ou não forem da privativa competencia dos juizes relatores.

§ 15. Rubricar gratuitamente todos os livros necessarios para a secretaria e cartorios da relação.

§ 16. Justificar ou não a falta de comparecimento dos desembargadores e do secretario da relação.

§ 17. Informar sobre os recursos de graça nos casos do decreto n. 1.458 de 14 de Outubro de 1854.

§ 18. Prestar as informações e consultas exigidas pelo governo e presidentes de provincia.

§ 19. Impôr correccionalmente aos empregados da secretaria e aos escrivães da relação as penas indicadas no artigo 17 do decreto n. 5.457 de 6 de Novembro de 1873.

§ 20. Conhecer da exigencia ou percepção de salarios

indevidos, nos termos dos artigos 181 e 183 do regimento de 3 de Março de 1855.

§ 21. Remetter, no fim de cada anno, ao ministro da justiça directamente na côrte, e nas provincias por intermedio dos respectivos presidentes :

1. Um relatorio circumstanciado dos trabalhos da relação e do estado da administração da justiça; mencionando as duvidas e difficuldades encontradas na execução das leis, regulamentos e decisões ;

2. Os mappas dos actos da relação (decreto n. 3.572 de 3 de Dezembro de 1865), afim de serem presentes á repartição geral de estatistica.

§ 22. Conhecer :

1. Das suspeições postas aos juizes de direito das comarcas especiaes (art. 11 § 1 da lei n. 2.033 de 20 de Setembro de 1871);

2. Das suspeições postas aos escrivães da relação ;

3. Dos recursos interpostos dos despachos de pronuncia, proferidos pelos chefes de policia, no caso do artigo 9 da lei n. 2.033 de 20 de Setembro de 1871.

§ 23. Exercer as attribuições que competião aos presidentes dos tribunaes do commercio na conformidade dos arts. 21 e 22 do decreto n. 3.900 de 26 de Junho de 1867, acerca do juizo arbitral.

**Art. 15.** Compete aos presidentes das relações conhecer, com dous adjuntos, dos aggravos de petição e de instrumento interpostos das decisões dos juizes de direito, das suspeições postas aos desembargadores, e da prorrogação do prazo para si proceder a inventario (arts. 225, 134 e 144).

**Art. 16.** O desembargador que exercer interinamente a presidencia por mais de duas sessões passará os feitos ao seu immediato.

**Decr. de 30 de Dez. de 1871: Art. 1.** Para execução

da lei n. 562 de 2 de Julho de 1850, e decreto n. 707 de 9 de Outubro do mesmo anno, e 4.824 de 22 de Novembro proximo findo, e artigo 13 § 3, nas comarcas do artigo 1 da lei n. 2.033 de 20 do corrente anno, os presidentes das relações designarão por despacho o juiz de direito, que deva julgar, em cada um dos processos por crime de banca-rôta.

Não serão contemplados na distribuição os juizes de direito especiaes do commercio.

#### SECÇÃO VII

##### *Atribuições do procurador da corôa*

**Reg. de 3 de Mai. de 1874: Art. 17.** O procurador da corôa é o órgão do ministerio publico perante a relação.

**Art. 18.** Ao procurador da corôa compete :

§ 1. Officiar na relação :

1. Nas appellações criminaes de qualquer natureza, afim de allegar e requerer por parte da justiça ;

2. Nas appellações civeis, em que fôr interessada a fazenda nacional, e naquellas em que alguma das partes se defender por curador ;

3. Nas appellações de sentenças de justificação de nobreza, ou de serviços feitos ao Estado para haver mercês ;

4. Nos processos de conflicto de jurisdição ;

5. Nas questões de perdas e damnos contra os juizes e empregados de justiça ;

6. Nas questões de liberdade das pessoas, tutelas e remoções de tutores e curadores.

§ 2. Promover o andamento dos processos criminaes e a execução das respectivas sentenças.

§ 3. Dar instrucções aos agentes do ministerio publico sobre objecto do serviço de sua competencia.



§ 4. Suggestir ao governo e aos presidentes das provincias a que julgar a bem do interesse da justiça, fazenda e soberania nacional.

§ 5. Intentar, quando lhe competir a denuncia, a accusação dos culpados por erros de officio ou crimes communs.

§ 6. Exercer todas as mais attribuições que lhe são incumbidas pelas leis e regulamentos em vigor.

**Art. 30.** Nos processos criminaes que tiverem de ser julgados pelo supremo tribunal de justiça, officiará sempre o procurador da corôa da relação da côrte, ainda que o crime fosse commettido fóra do districto da mesma relação.

**Art. 31.** Nos feitos em que não tiverem de intervir como órgãos do ministerio publico, os procuradores da corôa das relações das provincias, julgarão como os outros desembargadores.

**Art. 32.** Os procuradores da corôa servirão de procuradores-fiscaes perante os tribunaes do commercio.

**Art. 33.** Quando forem impedidos em algum feito serão neste substituidos pelo desembargador que o presidente da relação designar.

Em outras faltas e impedimentos o governo, na côrte, e os presidentes nas provincias, designarão o desembargador que o deva substituir.

**Decr. de 16 de Fev. de 1856.** Hei por bem decretar o seguinte:

Aos desembargadores promotores da justiça nos tribunaes da relação se dará d'ora em diante vista de todas as appellações crimes, para arrazoarem e requererem o que fór, em 2ª instancia, a bem da justiça; sendo-lhes igualmente apresentadas as decisões dos mesmos tribunaes para interporer revistas, nos casos em que ella couber.

## CAPITULO II

### EMPREGADOS DAS RELAÇÕES E SUAS SECRETARIAS

#### SECÇÃO I

##### *Secretaria e sua composição e escrivães*

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 75.** Para o expediente das relações haverá um secretario, dous continuos, e dous officiaes de justiça.

**Decr. de 6 de Nov. de 1873: Art. 1.** A secretaria da relação da côrte se comporá de um secretario, dous amanuenses, dous continuos, dous officiaes de justiça, e um porteiro.

**Art. 2.** As secretarias das mais relações, excepto a de Goyaz e Cuyabá, compor-se-hão de um secretario, um amanuense, dous continuos, servindo um de porteiro, e dous officiaes de justiça.

**Art. 3.** As de Goyaz e Cuyabá terão um secretario, um continuo, servindo de porteiro, e dous officiaes de justiça.

**Art. 8.** Além dos empregados da secretaria, haverá em cada relação dous escrivães, que escreverão por distribuição em todos os feitos do tribunal.

**Art. 18.** A secretaria trabalhará em todos os dias uteis das 10 horas da manhã ás 3 da tarde, salvo prorrogação por necessidade de serviço.

SECÇÃO II

*Secretario*

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 76.** O secretario deverá escrever tudo quanto neste regulamento lhe é encarregado, e tudo o mais que o presidente lhe ordenar pertencente ao serviço e expediente.

Terá em boa guarda os livros e papeis que pertencerem ao archivo, e desempenhará as outras attribuições, que competem ao guarda-mór pelas leis anteriores, e que ainda tiverem logar.

O guarda-mór. que tiver titulo de serventia vitalicia exercitará o emprego independente de nova nomeação.

**Art. 77.** O secretario terá uma mesa pequena com assento raso logo abaixo da mesa dos desembargadores, para nella escrever e lêr, quando lhe competir por este regulamento e lhe fôr ordenado pelo presidente.

**Decr. de 6 de Nov. de 1873: Art. 4.** Ao secretario incumbe dirigir os trabalhos da secretaria, lavrar as actas das sessões e conferencias, portarias, ordens, e provisões do tribunal, e o mais que lhe fôr determinado, ou lhe estiver prescripto no regulamento das relações.

**Decr. de 15 de Abr. de 1834: Art. 1.** Os secretarios das relações do imperio, além do que expressa e especificadamente lhes é encarregado nos respectivos artigos do regulamento de 3 de Janeiro do anno passado, deverão mais:

§ 1. Escrever em livro proprio, aberto, rubricado, e encerrado pelos presidentes das ditas relações, a acta da sessão contendo resumidamente, porém com toda clareza, quanto nella se houver passado.

Esta acta será lançada no mesmo dia da sessão, lida no fim della, encerrada com as observações que se fizerem, e forem approvadas pela relação, ou sem ellas quando não as houver, ou não forem julgadas dignas de notar-se; assignada pelo presidente e secretario, e deverá contér:

1.º sessão.

2.º o nome do presidente, ou do desembargador, que fizer as suas vezes.

3.º o numero, e os nomes dos desembargadores que se reunirem.

4.º uma summaria noticia dos negocios, que se expedirem, bastando notar a qualidade do processo, recurso, ou requerimento apresentado na sessão; os nomes das partes supplicantes, recorrentes, e recorridas, a favor de qual dellas foi a decisão; ou que do requerimento, ou recurso si não tomou conhecimento; ou que si mandou previamente proceder á alguma diligencia; ou que si addiou, declarando-se o motivo.

§ 2. Autoar todos os recursos, processos, e requerimentos que vão ás relações, e que na fôrma do regulamento dellas não tem de ser distribuidos a escrivão; e tanto nestes, como em quaesquer outros lavrar os termos necessarios para indicar o seu respectivo proseguimento legal, e certificar todos os incidentes, que occorrerem no dito proseguimento, e expediente.

§ 3. Escrever nos processos das fianças, a que forem admittidos os réos nas relações, na conformidade do artigo 352 do codigo do processo criminal, regulando-se pelo disposto nos artigos 102, e seguintes do mesmo codigo: o que tudo se fará perante o presidente.

**Art. 2.** Os secretarios das relações perceberão por estes autos e termos que escreverem, e certidões delles que passarem, os mesmos emolumentos e salarios que percebem os escrivães do judicial.

**Decr. de 30 de Ag. de 1851: Art. 2.** Os secretarios das relações serão substituidos por um dos escrivães e appellações, que fôr designado pelo respectivo presidente.

**Reg. de 2 de Mai. de 1874: Art. 21.** Ao secretario da relação compete:

§ 1. Dirigir os trabalhos da secretaria, segundo as disposições deste regulamento, e as instrucções do presidente.

§ 2. Organizar e conservar na melhor ordem o archivo e cartorio da secretaria, e a bibliotheca do tribunal.

§ 3. Assistir ás sessões e conferencias para lavrar as respectivas actas, e assigna-las com o presidente, depois de lidas e approvadas.

§ 4. Lavrar as portarias, provisões e ordens, e escrever toda a correspondencia, que tenha de ser assignada pelo presidente.

§ 5. Receber e ter sob sua guarda e responsabilidade os autos, que fôrem apresentados á relação.

§ 6. Fazer duplo registro dos autos recebidos, sendo o primeiro registro por ordem chronologica do dia, mez e anno de apresentação, e o segundo por ordem alphabetica dos nomes das partes.

§ 7. Receber e ter sob sua guarda e responsabilidade, para serem distribuidas no fim de cada mez, as assignaturas e propinas dos desembargadores, escripturando-as por verbas de receita numeradas, em livro proprio.

§ 8. Passar ás partes recibo das assignaturas e propinas, o qual será tirado de um livro de talão, e terá o mesmo numero de ordem dos autos respectivos e da verba da receita.

§ 9. Apresentar os autos á distribuição na vespera da sessão, que seguir-se ao recebimento delles, sendo criminaes, ou ao preparo, sendo civeis.

§ 10. Fazer a distribuição dos feitos aos escrivães, guardada a ordem das classes estabelecidas neste regulamento, podendo os escrivães reclamar perante o presidente contra a desigualdade da distribuição.

§ 11. Lançar em livros proprios e notar no rosto dos autos a distribuição feita aos desembargadores e escrivães.

§ 12. Escrever nos processos de *habeas-corpus*, conflictos de jurisdicção, prorrogação de prazo para inventario e fianças a que fôrem admittidos os réos nas relações.

§ 13. Examinar attentamente, para vér si estão na devida forma, os autos e mais papeis antes da distribuição, quando della dependão ; e antes da assignatura e do sello do tribunal as cartas, sentenças e mais papeis não sujeitos á distribuição.

§ 14. Dar, a quem de direito fór, circumstanciada informação das irregularidades que verificar pelo exame prescripto no paragrapho antecedente.

§ 15. Passar, por despacho do presidente, as certidões que fõrem requeridas de livros e documentos existentes na relação.

§ 16. Fazer sellar com o sello do tribunal as cartas de sentença e mais papeis que dependem desta formalidade.

§ 17. Abonar as faltas dos empregados da secretaria, com recurso para o presidente da relação.

**Art. 25.** O secretario, nas suas faltas ou impedimento por menos de 15 dias, será substituido :

§ 1. Pelo amanuense, e onde houver mais de um, pelo mais antigo.

§ 2. Pelo escrivão mais antigo nas relações que não tiverem amanuense.

### SECÇÃO III

#### *Amanuenses*

**Decr. de 6 de Nov. de 1873: Art. 5.** Os amanuenses devem auxiliar o secretario e substitui-lo nos impedimentos de curta duração.

**Reg. de 2 de Mai. de 1874: Art. 26.** Compete aos amanuenses auxiliar o secretario no serviço da secretaria, archivo e bibliotheca do tribunal, conforme as ordens, que receberem.

**Art. 27.** Nos autos e papeis processados pelo secretario, os amanuenses servirão como os escreventes juramentados dos escrivães.

**Art. 28.** Em suas faltas ou impedimentos, os amanuenses serão substituidos por quem o presidente designar, conforme a urgencia do serviço.

#### SECÇÃO IV

##### *Continuo:*

**Dec de 3 de Jan. de 1833: Art. 78.** Os continuos farão o serviço por semana, e um no impedimento do outro, quando o houver, ainda que não seja da sua semana; e desempenharão as attribuições que ora competem aos guardas menores, e ainda tiverem logar, servindo além dis-o um de thesoureiro e outro de escrivão das despesas.

**Art. 79.** Os guardas-menores, que tiverem titulo vitalicio exercitarão o emprego de continuo, si para elle tiverem idoneidade

**Decr. de 6 de Nov. de 1873: Art. 6.** Os continuos farão o serviço, que nos auditorios é proprio destes empregados, de maneira porque se dispuzer no regulamento das relações, ou lhes fôr ordenado.

**Reg. de 3 de Mai. de 1874: Art. 29.** Os continuos das relações comparecerão todos os dias, e cumprirão dentro do tribunal o que a bem do serviço lhes fôr determinado pelo presidente, desembargadores, secretario, amanuenses e escrivães.

**Art. 30.** Em suas faltas ou impedimentos por menos de 15 dias, os continuos serão substituidos pelos officiaes de justiça, mediante designação do secretario.

SECÇÃO V

*Officiaes de justiça*

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 80.** Os officiaes de justiça servirão alternadamente cada um sua semana, e um no impedimento do outro.

Estarão á porta da sala das sessões da relação nos dias em que as, houver, e executarão as ordens relativas ao serviço, que lhes forem dadas pelo presidente.

**Decr. de 6 de Nov. de 1873: Art. 6.** Os officiaes de justiça farão o serviço, que nos auditores é proprio destes empregados da maneira porque se dispuzer no regulamento das relações ou lhes fôr ordenado.

**Reg. de 3 de Mai. de 1874: Art. 42.** Aos officiaes de justiça da relação incumbe as obrigações que geralmente pertencem aos officiaes de justiça dos juizes de 1ª instancia.

Servirão alternadamente por semana, e nas suas faltas ou impedimentos serão substituidos um pelo outro.

SECÇÃO VI

*Porteiro*

**Decr. de 6 de Nov. de 1873: art. 6** Os porteiros farão o serviço que nos auditorios é proprio destes empregados, da maneira por que se dispuzer no regulamento das relações ou lhes fôr ordenado.



**Reg. de 3 de Mai. de 1874: Art. 31.** Ao porteiro incumbe:

§ 1. Ao guarda, conservação e asseio do edificio e de quaes moveis nelle existentes.

§ 2. Receber os moveis por inventario escripturado em livro proprio com as rubricas de entradas e sahidas.

§ 3. Comprar todos os objectos necessarios para o expediente, conforme as ordens que receber do presidente ou do secretario, prestando mensalmente contas a este que as submetterá com seu parecer a approvação do presidente.

§ 4. Exercer, no que for applicavel as obrigações impostas aos porteiros dos auditorios de primeira instancia.

**Art. 32.** Nas faltas ou impedimentos do porteiro por menos de 15 dias, será elle substituido por um dos continuos designado pelo secretario.

**Art. 33.** O porteiro terá ás suas ordens um servente incumbido de auxilia-lo.

**Art. 34.** Para o asseio do edificio adiantará mensalmente ao porteiro a quantia necessaria.

#### SECÇÃO VII

##### *Escrivães das appellações*

**Cod. do proc.: Art. 40.** Os escrivães, que servirem perante os corregedores e ouvidores do crime e civil das relações do imperio, servirão nas mesmas relações de escrivães das appellações, promiscuamente com os escrivães existentes, e por distribuição em todas as appellações crimes e civeis.

**Decr. de 30 de Ag. de 1851: Art. 3.** Os *escri-vães* das *appellações* serão substituidos uns pelos outros, por designação do presidente.

**Decr. de 6 de Nov. de 1873: Art. 9.** Os *actuaes* *escrivães* privativos de *appellações* e *aggravos* dos *tribunaes* do *commerceo* escreverão perante as *relações* nos *processos* *commercaes*, e cumulativamente com os *escrivães* das *relações* nos *processos* *criminaes*.

**Art. 10.** Ficão *extinctas*, quando *vagarem*, as *serven-tias* *vitalicias* dos *officios* de *escrivão* privativo das *causas* *commercaes* e da *fazenda* *nacional* em *segunda* *instancia*.

**Decr. de 30 de Fev. de 1874: Art. 1.** Nos *tribunaes* de *relação*, em que houver um só *escrivão*, de *appellações* e *aggravos* *commercaes*, escreverão com elle, por *distribuição* nos *processos* *commercaes*, os *escrivães* de *appellações* *civeis* e *crimes* da *relação*.

**Art. 2.** Os *actuaes* *escrivães* de *appellações* e *aggravos* *commercaes* continuão a ser *tabelliães* privativos do *pro-testo* das *letras* de *cambio*, da *terra* e *mais* *titulos* que o exigem.

**Art. 3.** Quando ficarem *extinctos* em cada *relação* todos os *officios* de *escrivão* das *causas* *commercaes* em *segunda* *instancia*, servirá de *tabelliães* de *protesto* de *letras* e *outros* *titulos* os *escrivães* do *juizo* *commercial* da *primeira* *instancia*.

**Art. 4.** Em falta destes, ou quando estiverem *impe-didos*, são *competentes* para tomar o *protesto* :

1.º Os *tabelliães* de *notas* do *logar* ou os *escrivães* do *juizo* de *paz* de *fôra* das *cidades* e *villas*.

2.º Os *escrivães* do *civel*.

**Reg. de 2 de Mai. de 1874: Art. 36.** Aos escri-  
vães da relação incumbem:

§ 1. Ter sob sua guarda e responsabilidade todos os autos e papeis que lhe tocarem por distribuição, ou que, em razão do seu officio, lhes fôrem entregues pelas partes.

§ 2. Passar no livro de distribuição, recibos dos autos para desengargo do secretario.

§ 3. Dar ás partes, ainda que não o exijão, recibos dos papeis por ellas apresentados; devendo datar e assignar os mesmos recibos, que serão extrahidos de um livro de talão, numerado e rubricado em todas as suas folhas pelo presidente da relação.

§ 4. Conservar seus cartorios devidamente arrumados e com asseio, dividindo os autos e papeis em classes, e organizando cada uma destas pela ordem chronologica das datas da distribuição.

§ 5. Ter os necessarios livros de registros para nelles tomar nota do andamento e estado dos autos e papeis.

§ 6. Organizar dous indices para cada livro de registro, sendo um delles por ordem da distribuição e numero dos autos e papeis, e o outro pela ordem alphabetica dos nomes das partes.

§ 7. Remetter ao archivo do tribunal, cobrando recibo do secretario, todos os livros e autos findos, quando já tiverem decorrido 30 annos, que se contarão, quanto aos livros, da data do ultimo termo ou assento, e quanto aos autos da ultima sentença passada em julgado ou despacho nelles proferido.

§ 8. Remetter, *ex-officio*, ao procurador da corôa, soberania e fazenda nacional:

1. Certidão das sentenças de condemnação dos réos nos processos criminaes, logo que estas passarem em julgado, ou quando nergar-se a revista e os autos tiverem regressado á relação;

2. As cartas de sentença em favor da fazenda nacional, e independentemente de despacho, quaesquer outras sentenças

ou certidões que o procurador da corôa exigir para cumprimento dos seus deveres.

§ 9. Lavrar, *ex-officio*, alvarás de soltura em favor dos réos presos, logo que passarem em julgado as sentenças de absolvição, uma vez que elles não estejam detidos por outro crime.

§ 10. Passar com promptidão, mediante despacho do presidente, todas as certidões, no prazo de 24 horas e ao mais tardar no de cinco dias, si fôrem extensas ou dependerem de busca.

§ 11. Fazer á sua custa as diligencias que se mandarem renovar por erro ou culpa sua, sem embargo das outras penas em que por isso tenham incorrido.

§ 12. Prestar ás partes interessadas, quando solicitarem, informações verbaes ácerca do estado e andamento dos feitos, salvo no caso de proceder-se em segredo de justiça.

§ 13. Dar ás partes ainda que não o exijão, recibos das custas que receberem, extrahidos de um livro de talão, numerado e rubricado em todas as suas folhas pelo presidente do tribunal.

**Art. 37.** Fica entendido que a obrigação imposta aos escrivães da relação pelo § 13 do artigo antecedente não dispensa a prescripta pela Ord. liv. 1 tit. 84, e artigo 184 do regimento annexo ao decreto n. 1.569 de 3 de Março de 1855. (\*)

**Art. 38.** Pela inobservancia de qualquer das obrigações previstas no artigo anterior, os escrivães incorrerão nas penas estabelecidas na ordenação e regimento citados.

**Art. 39.** A cada escrivão é permittido ter um escrevente juramentado de sua escolha, com approvação do presidente.

---

(\*) A Ord. liv. 1. tit. 84 trata do que hão de levar os tabelliães e escrivães de seus officios.

do tribunal, que poderá sujeita-lo préviamente a exame de habilitação, nos termos do art. 35.

**Art. 40.** Os escreventes juramentados dos escritvães das relações devem servir da mesma forma por que servem actualmente os escreventes dos escritvães da primeira instancia.

**Art. 41.** Nas faltas ou impedimentos de algum dos escrevães da relação, será elle substituido por um dos escritvães companheiros, ou por pessoa designada pelo presidente do tribunal, segundo a conveniencia do serviço.

#### SEÇÃO VII

##### *Solicitadores das relações*

**Decr. de 19 de Dez. de 1833 : Art. 1.** Haverá em cada uma das relações do imperio um solicitador dos feitos da corôa, soberania e fazenda nacional, o qual servirá tambem de solicitador da justiça, vencendo o ordenado que lhe fôr arbitrado pelo governo na côrte, e pelos presidentes em conselho nas provincias, dependendo da approvação do corpo legislativo.

**Art. 2.** Este solicitador será subordinado ao procurador da corôa, soberania e fazenda nacional, e ao promotor da justiça da respectiva relação a que pertencer, para agenciar e promover, conforme as ordens e instruções que lhe derem, quanto fôr a bem dos interesses da corôa, soberania e fazenda nacional, e da administração da justiça.

SECÇÃO IX

*Contador e distribuidor da relação da côrte*

**Decr. de 31 de Out. de 1833: Art. 3.** Ao contador e distribuidor da relação (da côrte) fica pertencendo a contagem de todos os autos, que nella se processarem, e a distribuição e contagem dos que fôrem processados nos juizos criminaes de 1.<sup>a</sup> instancia, e no juizo municipal.

SECÇÃO X

*Penas disciplinares aos empregados da relação*

**Decr. de 6 de Nov. de 1833: Art. 17.** O presidente da relação poderá impôr correccionalmente aos empregados da secretaria, e aos escrivães as seguintes penas:

1.<sup>a</sup>. Reprehensão.

2.<sup>a</sup>. Suspensão até 15 dias.

A pena de suspensão será infligida com a perda da gratificação, ou de todos os vencimentos

Os escrivães e officiaes de justiça omissoes no cumprimento de seus deveres poderão ser punidos com prisão correccional que não passe de 5 dias.

SECÇÃO XI

*Modo de nomeação dos empregados da relação*

**Decr. de 6 de Nov. de 1833: Art. 7.** Os secretarios serão nomeados por decreto imperial; os amanuenses por portarias do ministro da justiça; e os mais empregados pelos presidentes das relações.

**Art. 11.** Os escrivães da relação serão nomeados provisoriamente pelos presidentes de provincia, e definitivamente pelo governo, na fôrma estabelecida para o provimento dos officios de justiça.

**Art. 12.** Nas primeiras nomeações que se tiverem de fazer de escrivães da relação, ficão reduzidos á metade os prazos do concurso e os mais fixados no decreto n. 4.668 de 5 de Janeiro de 1871.

**Decr. de 31 de Dez. de 1844:— Art. 1.** Os solicitadores do numero das relações, os continuos, e os officiaes de justiça dellas, serão de ora em diante providos pelos presidentes das mesmas relações.

**Art. 2.** Para o provimento se farão, perante os mesmos presidentes as provanças de idoneidade na fôrma das leis, e os provimentos dos solicitadores serão temporarios, ou sem tempo determinado, como parecer aos mesmos presidentes, que não passarão as respectivas cartas aos providos, sem que tenham verificado o pagamento dos novos e velhos direitos, na fôrma da lei e regulamentos.

**Reg. de 2 de Mai. de 1874:— Art. 35.** Os escrivães das relações serão nomeados na fôrma da legislação em vigor, com as seguintes alterações:

§ 1 Os exames de habilitação para o concurso serão feitos publicamente, perante os presidentes das relações, em dia previamente annunciado nos jornaes.

§ 2. Os examinadores em numero de 3 serão designados pelo presidente da relação dentre pessoas idoneas.

§ 3 Habilitado com o exame, a que se referem os paragraphos anteriores, apresentar-se-hão na fôrma prescripta pelo decreto n. 4.668 de 5 de Janeiro de 1871.

### CAPITULO III

#### *Exame para advogados provisionados e solicitadores*

**Reg. de 2 de Maio de 1874: Art. 43.** Quem não for graduado em alguma das faculdades de direito do Imperio não tiver authorisação legal, ou não se achar no caso do artigo 14 § 9, só poderá exercer a advocacia nos logares em que houver falta de letrados, que advoguem, conforme o numero, que fór marcado.

**Art. 44.** Para obter provisão de advogado deverá o candidato exhibir certidão de idade, em que prove ser maior, folha corrida, atestações, que abonem sua moralidade e sujeitar-se perante o presidente da relação o exame oral e o escripto, em que mostre conhecimentos theoricos e praticos de jurisprudencia.

**Art. 45.** O exame será publico e annunciado com antecedencia de 8 dias pelos jornaes.

**Art. 46.** Os pontos para o exame serão organisados pelo presidente, e tirado á sorte pelo candidato meia hora antes de começar o exame.

**Art. 47.** O exame de habilitação dos solicitadores (artigo 14 § 10) versará sómente sobre a pratica do processo, será feito perante os juizes de direito, observadas as regras do artigo antecedente.

**Art. 48.** As provisões dos advogados e solicitadores serão passadas por tempo de 2 a 4 annos e poderão ser renovadas, si os provisionados apresentarem attestado de abonação dos juizes de direito perante os quaes servirem.



## CAPITULO IV

### *Conferencia das relações*

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 4.** Todo o despacho das relações se fará em sessão publica, e em uma só meza; os desembargadores tomarão assento nella á direita e esquerda do presidente pela ordem de suas respectivas antiguidades.

**Art. 5.** Haverá tres conferencias cada semana nas terças quintas, e sabbados, ou nos dias immediatamente anteriores, quando qualquer daquelles seja feriado ou impedido: e o despacho durará das 9 horas da manhã até 1 da tarde, no caso de urgencia poderá ser prorogado.

**Art. 6.** O despacho não começará sem que se achem na relação 5 desembargadores além do presidente, ou quem suas vezes fizer.

**Deer. de 30 de Març. de 1836:** O regente... ha por bem autorizar os presidentes das relações do imperio a mudar, si lhes parecer conveniente, para ás 10 horas da manhã até ás 2 da tarde, o despacho das mesmas relações, nos mezos de Maio e Outubro de cada anno, ficando nesta parte somente alterada a disposição do artigo 5 do regulamento de 3 de Janeiro de 1833.

**Deer. de 6 de Fev. de 1840: Art. 1.** Nas relações do imperio haverão unicamente duas conferencias semanarias, nos dias de terça-feira e sabbado; e quando estes fôrem legalmente impedidos, nos dias immediatamente anteriores, em se não der igual impedimento.

**Art. 3.** Fica alterado nesta parte a disposição do artigo 5 do regulamento de 3 de Janeiro de 1833.

**Decr. de 22 de Ag. de 1833.** A regencia ha por bem ordenar, que enquanto se não conseguir pôr em dia o julgamento dos sobreditos processos (accumulados e pendentes nas relações do imperio) hajão conferencias nas mesmas relações todos os dias uteis da semana.

**Decr. de 3 de Nov. de 1834.** Hei por bem, que d'ora em diante as sessões do supremo tribunal de justiça tenham lugar ás quartas-feiras e nos sabbados, e as de relação da corte ás terças e sextas-feiras; ficando nesta parte revogados os decretos de 2 de Janeiro de 1829, e 6 de Fevereiro de 1840.

**Reg. de 2 de Mai. de 1834: Art. 40.** Os tribunaes de relação se reunirãõ em sessão ordinaria duas vezes por semana, ás terças e sextas-feiras, ou nos dias anteriores, quando aquelles fõrem legalmente impedidos.

**Art. 30.** Haverã sessões extraordinarias, convocadas pelo presidente do tribunal, quando o serviço publico o exigir, além das que fõrem necessarias para a discussão e despacho dos agravos e cartas testemunhaveis (art. 126).

**Art. 51.** As sessões ordinarias começaráõ ás 10 horas da manhã, duraráõ 4 horas inteiras, pelo menos, e deverãõ ser prorogadas por affluencia de trabalhos, para a decisão de processos que não soffrãõ demora, como são os dos réus presos, ou para o julgamento de alguma causa que se estiver relatando ou discutindo.

**Art. 52.** As sessões extraordinarias começaráõ á mesma hora, e se encerrarãõ quando acabar o serviço para que tiverem sido convocadas.

**Art. 53.** As sessões e votações serão publicas, salvo nos casos exceptuados neste regulamento, ou quando no interesse da justiça e da moral resolver o presidente, com aprovação do tribunal, que se discuta e vote em sessão secreta.

**Art. 54.** Sómente as partes e seus advogados serão admittidos na sala do tribunal quando este trabalhar em sessão secreta.

**Art. 55.** A ordem dos trabalhos nas sessões do tribunal será a seguinte:

- § 1. Verificação do numero dos desembargadores presentes;
- § 2. Leitura, discussão e aprovação da acta da sessão antecedente;
- § 3. Distribuição pelos juizes e escriptaes, dos feitos crimes e civeis, preparados com o pagamento das assignaturas e custas, entrega e passagem de autos;
- § 4. Sorteio de adjuntos para o despacho de agravos e cartas testemunhaveis no dia immediato;
- § 5. Discussão e decisão:
  - 1.º De petições e ordem de *habeas-corpus*;
  - 2.º De recursos criminaes;
  - 3.º De conflictos de jurisdicção;
  - 4.º De suspeições postas a desembargadores;
  - 5.º De concessões de prazo para inventario;
  - 6.º De reformas de autos perdidos nas relações;
  - 7.º De habilitações em autos pendentes desses tribunaes;
  - 8.º De queixas, denuncias ou procedimento *ex-officio* contra juizes de direito e chefes do policia;
  - 9.º De revistas e appellações criminaes;
  - 10.º De revistas e appellações civeis.

## CAPITULO II

### DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 71.** A distribuição dos feitos crimes e civeis, de que trata este regulamento, será feita tanto entre os desembargadores, como entre os escriptaes mencionados no artigo 40 do código do processo criminal, com relação não só á sua natureza civil, ou criminal, como ás diferentes especies de cada um delles, como se fôr appellação, ou requerimento de prorrogação, ou representação sobre conflicto de jurisdicção, ou queixa e denuncia, ou outros quaesquer negocios da competencia das relações.

**Art. 72.** Para esta distribuição haverá quatro livros (além dos que actualmente servem para as revistas e appellações das juntas de justiça, emquanto as houver), dous para a dos processos criminaes, e dous para a dos processos civeis entre os desembargadores e escriptaes, sem consideração alguma ao valor das assignaturas. Todos serão rubricados pelo presidente.

**Art. 73.** A distribuição dos escriptaes precederá á dos desembargadores, e será feita pelo secretario antes dese apresentarem os autos, requerimentos, ou representações á relação, excepto no caso da ordem de *habeas-corpus* em que não haverá distribuição entre os escriptaes por pertencer o seu expediente ao secretario da relação.

**Art. 74.** A distribuição dos desembargadores será feita pelo presidente, e lançada nos livros respectivos pelo secretario, depois que tiver acabado o despacho da conferencia, em

que os autos, requerimentos e representações tiverem sido apresentados; e os desembargadores, a quem nesse mesmo acto serão entregues os papeis que lhes tocarem, assignarão as verbas com o presidente.

**Reg. de 2 de Mai. de 1874: Art. 56.** Os feitos serão distribuidos por classes, tendo cada uma sua numeração distincta, segundo a ordem, em que elles houverem sido apresentados na relação.

**Art. 57.** As classes de que trata o artigo antecedente se dividirão pela forma seguinte:

- 1.º Os recursos criminaes, conflictos de jurisdicção, processos crimes contra os juizes de direito, chefes de policia, e commandantes militares.
- 2.º Appellações sobre qualificação de votantes.
- 3.º Revistas e appellações criminaes.
- 4.º Revista e appellações civeis.

**Art. 58.** Não têm distribuição as reformas de autos perdidos, e nellas serão relatores e escrivães os mesmos que o erão nos autos perdidos.

**Art. 59.** Os embargos á execução distribuem-se como appellações.

**Art. 60.** O presidente na vespera das sessões fará a distribuição dos feitos pelos desembargadores, segundo a precedencia destes, observando inalteravelmente a ordem prescripta nos artigos 56 e 57.

**Art. 61.** O desembargador impedido por mais de 15 dias não será contemplado na distribuição nem no movimento dos autos.

**Art. 62.** Si o desembargador a que foi distribuido o feito,

ficar impedido por mais de 15 dias, far-se-ha nova distribuição por substituição. Cessado o impedimento do desembargador, receberá este o feito, si nelle não houver decisão pela qual os juizes ficarão certos.

**Art. 63.** Sendo revisor, que já tenha visto o feito, passará este ao desembargador que se seguir ao ultimo revisor; mas si, ao julgar-se a causa, estiver presente por ter cessado o impedimento, será juiz della.

**Art. 64.** Será adiado o julgamento para a sessão seguinte si algum desembargador pedir espaço para vêr os autos, uma vez que tenha de votar na causa.

**Art. 65.** E' permittido aos relatores, quando o solicitarem, que levem os autos para os apresentarem com o accórdão redigido na sessão immediata.

**Art. 66.** Para o sorteio dos juizes passará o secretario ao presidente do tribunal, que o lerá em voz alta, a cedula em que se contiver o nome do desembargador sorteado.

**Art. 67.** Proferida a sentença e publicada em audiencia, será extrahida do processo a carta de sentença, si o vencedor assim o exigir depois de 5 dias, a contar da publicação.

**Art. 68.** As actas das sessões e conferencias serão lavradas da maneira indicada no artigo 1 § 1 do decreto de 15 de Abril de 1834. (\*)

**Art. 69.** Pelas faltas que derem, perderão os desembargadores a gratificação correspondente aos dias em que deverião

---

(\*) Vide *retro* cap. II, sec. II.

ter comparecido, e também o ordenado pelas faltas não justificadas que excederem a duas por mez.

**Art. 70.** Os advogados que assistirem ás sessões tomarão assento dentro dos cancellos do tribunal, tendo precedencia pela ordem de antiguidade: 1.º os doutores; 2.º os bachareis formados; 3.º os provisionados.

### CAPITULO III

#### AUDIENCIAS

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 6.** Findo o despacho (nas conferencias) se farão as audiencias da mesma sorte que até agora se tem praticado.

**Reg. de 3 de Mai. de 1834: Art. 71.** Em todos os dias de sessão ordinaria, o logo depois della, um dos desembargadores, por escala semanal, dará audiencia ás partes.

**Art. 72.** A's audiencias das relações deverão estar presentes, comparecendo com a necessaria antecedencia, os escriptães, officiaes de justiça e o porteiro do tribunal.

**Art. 73.** Serão admittidos ás audiencias, tomando assento dentro do recinto do tribunal, os advogados, solicitadores, partes, testemunhas e quaesquer outras pessoas judicialmente chamadas.

**Art. 74.** A abertura da audiencia será annunciada, em voz alta, pelo porteiro do tribunal.

**Art. 75.** Declarada aberta a audiência, proceder-se-ha pela ordem e forma seguintes :

§ 1. Os escrivães mencionaráo em seus protocollos os advogados, solicitadores e partes presentes;

§ 2. O juiz semanario fará a publicação dos accórdãos e despachos do tribunal ;

§ 3. Serão accusadas as citações, intimações, requerimentos verbaes de audiência, e todos os mais actos e diligencias que possão ter logar em audiência.

**Art. 76.** De tudo quanto occorrer nas audiencias deverão os escrivães tomar nos seus protocollos as notas que lhes pertencereem.

**Art. 77.** Os escrivães, empregados do tribunal, advogados, solicitadores, partes, testemunhas e quaesquer outras pessoas judicialmente chamadas, estarão de pé em quanto fallarem ou fizerem alguma leitura, salvo si o desembargador juiz semanario lhes permittir que falem ou leão sentados.

**Art. 78.** Durante a audiência não é permittido aos escrivães, empregados, advogados, solicitadores, partes e testemunhas sahirem para fóra dos cancellos do tribunal sem licença do desembargador juiz semanario.

**Art. 79.** Findos os trabalhos e não havendo mais quem queira requerer, o juiz semanario mandará apregoar pelo porteiro que está encerrada a audiência.

**Art. 80.** E' extensivo ás audiencias das relações o disposto na Ord. liv. 3 tit. 19, no que fór applicavel e não estiver regulado nesta secção.



## CAPITULO IV

### JULGAMENTO EM SECÇÕES NA RELAÇÃO

**Lei de 2 de Jun. de 1834: Art. 2.** Os processos civeis, ora pendentes por appellação nas relações do Imperio, e os que de novo se fôrem distribuindo, serão vistos e examinados e julgados por cinco juizes, dividindo-se para esse fim em secções as mesmas relações, si assim convier.

**Deer. de 23 de Jun. de 1834: Art. 1.** Sempre que nas relações do imperio existir o numero de 12 desembargadores em actual exercicio, sem contar o procurador da corôa, soberania e fazenda nacional, e assim convier para mais prompto expediente dos processos e appellações civeis, terá logar a divisão em duas secções autorizadas pelo artigo 2º do sobrelito decreto, (de 2 de Junho de 1834) a qual será feita seguindo-se a ordem das antiguidades dos mesmos desembargadores. (\*)

**Art. 2.** A primeira secção será sempre presidida pelo presidente da relação, ou por quem servir no seu impedimento. A segunda secção será presidida pelo desembargador immediato áquelle em antiguidade.

**Art. 3.** A distribuição dos feitos continuará a fazer-se por todos os desembargadores da casa pela mesma forma e ordem por que actualmente se pratica, com a unica alteração de que, na distribuição das appellações civeis, não será contemplado o

---

(\*) A divisão da relação em secções para julgamento não subsiste.

de desembargador a quem por sua antiguidade competir servir de presidente da segunda secção, durante o tempo sómente em que esta dever permanecer em exercicio.

**Art. 4.** Os feitos serão vistos pelos quatro desembargadores seguintes ao relator, que fôrem da mesma secção a que este pertence,

No caso de não haver nesta secção o numero sufficiente de revisores, por se achar algum desembargador impedido, será o processo visto pelos immediatos de outra secção, a quem o feito devera passar, si a relação não se achasse devida em secções.

**Art. 5.** Os processos, que actualmente se acharem já vistos por um ou mais revisores de secção differente daquella a que pertencer os relatorios, continuarão a ser vistos até se completar o numero de cinco pelos desembargadores mais immediatos ao ultimo revisor, que os tiver visto, que se acharem servindo na secção do relator respectivo.

**Art. 6.** Acontecendo que exista em alguma das secções mais de seis desembargadores do numero excedente aos cinco que tiverem visto o feito não tomarão parte no julgamento.

**Art. 7.** Fica entendido que, todas as vezes que as apellações civeis, forem propo-tas achando-se a casa reunida, devem as mesmas ser julgadas unicamente pelos juizes que tiverem visto a feito.

**Art. 8.** O procurador da corôa, soberania e fazenda nacional, assistirá áquella secção onde a sua presença pela natureza das cousas se fizer necessaria.

**Art. 9.** Ambas as secções devem trabalhar no mesmo dia. A 2ª secção da relação do Rio de Janeiro fará suas conferencias na casa das secções do supremo tribunal de justiça que lhe fica contigua, ou em qualquer outra para isso propria.

**Art. 10.** Para mais regular e expedito despacho dos feitos os processos e recursos, que devem continuar a ser decididos por toda a relação, serão propostos e julgados nas sessões das terças-feiras, tratando-se nas quintas e sabbados unicamente dos autos de appellações civeis.

Esta regra, porém, poderá ser alterada todas as vezes que por falta de expediente houver logar para se tratar de appellações nas quintas-feiras, ou por maior affluencia delle se julgar conveniente que se dedique a tal serviço exclusivamente para o julgamento das appellações civeis, o bem assim naquellas causas que por sua natureza não admittirem demora.

**Art. 11.** Os presidentes das relações ficão autorizados para nomearem dentre os escrivães das appellações um que sirva de secretario no segundo, alternando uns com os outros por semanas.

A este fica competindo escrever uma minuta da acta da sessão respectiva, que seja em tudo conforme ás que os secretarios das relações do imperio são obrigados a escrever, em conformidade do artigo 1 § 1 do decreto de 15 de Abril do corrente anno.

Esta minuta, sendo por elle assignada e pelo presidente de secção, será immediatamente entregue ao secretario da relação, o qual a lançará litteralmente no livro das actas do tribunal, em seguimento da que se tiver formado no mesmo dia do expediente da primeira sessão.

**Art. 12.** Os continuos actuacs das relações farão o seu serviço effectivamente, cada um em sua sessão.

Nos seus impedimentos os presidentes das relações poderão nomear quem sirva dentre os officiaes que costumão fazer semana no serviço das relações, emquanto outras providencias se não derem.

**Art. 14.** Ficão subsistindo em tudo o mais ás disposições do regulamento de 3 de Janeiro de 1833.

## CAPITULO V

### LANÇAMENTO E ASSIGNATURA DOS ACCÓRDÃOS

**Ord. liv. 1 tit. 1 § 13:** E em todos os feitos sobreditos, que em relação se despacharem pelas mais vozes, como dito é, sempre a sentença, assim definitiva como interlocutoria, será escripta pelo juiz do feito, posto que seja em differente voto; e será outrosim assignada por todos os que no feito fôrem, e nelle derem a sua voz, posto que algum delles fôsse de contrario parecer, e assignaráo sem apostilla, nem outra declaração, por que se possa saber quaes de outro voto.

**Ord. liv. 3 tit. 66 § 6:** E depois que o julgador dêr a sentença em algum feito e a publicar ou der ao escrivão ou tabellião para lhe pôr o termo da publicação, não tem poder de a revogar, dando outra contraria pelos mesmos autos... salvo si a primeira fôsse revogada por via de embargos.

**Ass. de 1 de Març. de 1783:** E se venceu pela maior parte dos votos, que a dita Ord. (liv. 3 tit. 66 § 6) tambem era applicavel aos processos despachados por conferencia na relação; porque emquanto a sentença se não acha assignada por todos os juizes, na fôrma que determina a Ord. liv. 1 tit. 1 § 13, não se considera a sentença proferida, nem os juizes tinham nesse processo ultimado a sua obrigação do seu ministerio.

**Decr. de 23 de Jun. de 1834: Art. 13.** Porque frequentemente acontece ficarem as relações impossibilitadas de continuar os seus trabalhos emquanto os juizes relatores lavrão os accórdãos, e tambem porque estes não apparecem redigidos com a exactidão, que convem aos interesses das partes

e á boa administração da justiça, pela pressa com que este trabalho se faz, será permittido aos relatores, quando o exigirem, que levem os autos para os apresentarem com o competente accórdão na sessão immediata.

E si acontecer que nesta. sessão falte algum dos juizes, que tiverem intervindo no julgamento, será a falta da sua assignatura supprida, declarando isso mesmo o relator, e os nomes desses juizes si fôrão votos vencedores ou vencidos.

## CAPITULO VI

### REGISTRO DAS DECISÕES DEFINITIVAS DAS RELAÇÕES

**Decr. de 3 de Jun. de 1876 Art. 1.** As decisões definitivas das relações do imperio serão registradas:

§ 1. Pelos secretarios, as proferidas nas causas, de revista nos processos de *habeas-corpus* e conflictos de jurisdição.

§ 2. Pelos escrivães do tribunal as proferidas em processos pertencentes a seus cartorios.

**Art. 2.** O registro será lançado em livros especiaes para o civil e crime, e conterá a transcripção do accórdão o numero do feito, sua procedencia, os nomes das partes, os despachos, ou sentenças constantes dos autos, e a que o accórdão se referir,

**Art. 3.** Os livros serão fornecidos pelas secretarias das relações, e rubricados pelos respectivos presidentes.

Quando findos, serão recolhidos ao archivo e substituidos por outros.

**Art. 4.** Pelas certidões extrahidas dos livros do registro pagarão os que as requererem os emolumentos marcados no regimento annexo ao decreto n. 5.737 de 2 de Setembro de 1874.

## CAPITULO VII

### PROVIDENCIAS POR OCCASIÃO DA INSTALAÇÃO DAS NOVAS RELAÇÕES

**Decr. de 5 de Nov. de 1873 Art. 1.** As relações de Porto-Alegre, São-Paulo, Ouro-Preto, Fortaleza e Belém começarão a funcionar no dia 3 de Fevereiro de 1874. As de Goyaz e Cuyabá no dia 1.º de Maio do dito anno.

**Art. 2.** Os desembargadores que fôrem removidos devem declarar se aceitam a remoção, dentro de 30 dias da noticia official della.

**Art. 3.** Os que aceitarem a remoção poderão continuar com exercicio nas relações, em que estiverem servindo, até o fim do anno corrente, uma vez que não fique prejudicado o tempo indispensavel para o seu transporte.

**Art. 4.** No intervallo do exercicio de uma para outra relação os desembargadores removidos perceberão o seu ordenado.

**Art. 5.** Os que não aceitarem a remoção, ou nada declararem, ou tendo-a aceitado, não entrarem em exercicio dos novos logares na época fixada no artigo 1 serão considerados avulsos, não perceberão ordenado, nem se lhes contará antiguidade emquanto assim estiverem fóra do exercicio.

Esta disposição, e a do artigo 2 são applicaveis aos juizes de direito, que fôrem nomeados desembargadores.

**Art. 6.** Os desembargadores, que servem actualmente os cargos de presidente e de fiscal dos tribunaes do commercio, continuarão a exercer-los até ulterior determinação; devendo, porém, os fiscaes e os desembargadores adjuntos dos mesmos tribunaes ter exercicio desde já em suas relações.

Si fôrem removidos, proceder-se-ha com elles na forma dos artigos 1 e seguintes deste decreto.

**Art. 7.** Enquanto não fôr promulgado novo regulamento para os tribunaes do commercio, reger-se-hão elles, em suas funções administrativas, pelo que se acha estabelecido no código do commercio, nos decretos n. 738 de 25 de Novembro de 1850, n. 1597 do 1.º de Maio de 1855, e mais disposições em vigor, abolida a jurisdicção contenciosa que exercião.

**Art. 8.** As causas commerciaes, pendentes por appellação dos tribunaes do commercio, serão remettidas no estado em que se acharem:

1.º Para o tribunal de relação do districto a que pertencerem, si ainda não estavam distribuidas.

2. Para a relação do districto á que o tribunal do commercio pertencia, si já estavam distribuidas.

**Art. 9.** Das appellações commerciaes, que vierem dos tribunaes do commercio, conhecerá de preferencia os desembargadores, aos quaes tinham sido distribuidas, ou que já as houvessem visto.

**Art. 10.** Serão igualmente remettidas ás novas relações as appellações civeis, existentes nas relações actuaes, que ainda não tiverem sido distribuidas.

As appellações civeis já distribuidas e todos os mais recursos e processos pendentes das relações actuaes, serão nestas julgados,

**Art. 11.** As appellações civeis e commerciaes, que se interpuzerem de ora em diante, serão dirigidas para a relação do

respectivo districto, embora decorra maior prazo para a sua apresentação.

**Art. 12.** O mesmo terá logar com as appellações criminaes, si fôrem interpostas dentro de trinta dias antes da época fixada para a installação das novas relações.

**Art. 13.** Os mais recursos criminaes, processos por crimes communs e de responsabilidade, os de *habeas-corpus* e conflictos de jurisdicção, serão intentados perante as relações actuaes, até que as novas se installlem.

**Art. 14.** As revistas commerciaes, que não tiverem sido distribuidas, serão devolvidas ao supremo tribunal de justiça para que se designe a relação revisora do feito.

Si já houverem sido distribuidas passarão para a relação da cidade, séde do tribunal do commercio.

**Art. 15.** Os aggravos commerciaes pendentes de decisão dos presidentes dos tribunaes do commercio serão remettidos ás relações actuaes para nellas ter logar o julgamento.

**Art. 16.** Os embargos infringentes do julgado, que se opuzerem na execução dos acordãos, serão remettidos não ao tribunal que os tiver proferido, mas á relação do districto, em que a sentença se executar.



## **TITULO V.— Supremo Tribunal de Justiça**

### **CAPITULO I**

#### **CREAÇÃO E ORGANISAÇÃO**

**Const.: Art. 163.** Na capital do imperio, além da relação que deve existir, como nas demais provincias, haverá também um tribunal com a denominação de supremo tribunal de justiça composto de juizes letrados, tirados das relações por sua antiguidade; e serão condecorados com o titulo do conselho.

Na primeira organização poderão ser empregados neste tribunal os ministros daquelles que se houverem de abolir.

**Lei de 18 de Set. de 1838: Art. 1.** O supremo tribunal de justiça será composto de 17 juizes letrados, tirados das relações por suas antiguidades, e serão condecorados com o titulo do conselho; usarão de beca e capa; terão o tratamento de excellencia, e o ordenado de 4:000\$ sem outro emolumento ou propina.

E não poderão exercer algum outro emprego, salvo o de membro do poder legislativo, nem accumular algum outro ordenado.

Na primeira organização poderão ser empregados neste tribunal os ministros daquelles que se houverem de abolir, sem que por isso deixem de continuar no exercicio desses tribunaes, emquanto não fôrem extinctos.

## CAPITULO II

### NOMEAÇÃO DO PRESIDENTE E SUA SUBSTITUIÇÃO

**Lei de 18 de Set. de 1828 : Art. 2.** O imperador elegerá o presidente dentre os membros do tribunal, que servirá pelo tempo de tres annos.

No impedimento ou falta do presidente fará suas vezes o mais antigo, e na concurrencia de igual antiguidade a sorte decidirá.

**Art. 3.** O presidente prestará nas mãos do imperador, e os outros membros nas do presidente o seguinte juramento :  
Juro cumprir exactamente os deveres do meu cargo.

## CAPITULO III

### FUNÇÕES OU COMPETENCIA DO TRIBUNAL

**Lei de 18 de Set. de 1828 : Art. 5.** Ao tribunal compete :

1.º Conceder ou denegar revistas nas causas, e pela maneira que esta lei determina.

2.º Conhecer dos delictos e erros de officio que commetterem seus ministros, os das relações, os empregados no corpo diplomatico e os presidentes das provincias.

3.º Conhecer e decidir sobre os conflictos de jurisdicção e competencia das relações das provincias.

**Lei de 22 de Set. de 1828 : Art. 2 § 9.** Ao supremo tribunal de justiça pertence conhecer dos recursos e mais objectos pertencentes ao officio de chanceller-mór, em que intervenha a mesa do desembargo do paço á excepção das glosas, que ficão abolidas.

Os papeis, que o chanceller-mór não póde passar pela chancellaria, conforme a Ord. liv. 2 tit. 2 § 21, serão agora passados pelo ministro mais antigo do supremo tribunal.

**Lei de 16 de Nov. de 1831 : Art. un.** O julgamento da antiguidade dos magistrados fica competindo ao supremo tribunal de justiça.

**Lei de 18 de Ag. de 1831 : Art. 1.** Os arcebispos e bispos do imperio do Brazil, nas causas que não fõrem puramente espirituaes, serão processados e julgados pelo supremo tribunal de justiça.

**Lei de 23 de Out. de 1875 : Art. 2.** Ao supremo tribunal de justiça compete tomar assentos para intelligencia das leis civis, commerciaes e criminaes, quando na execução dellas occorrerem duvidas manifestadas por julgamentos divergentes havidos do mesmo tribunal, relações e juizos de primeira instancia nas causas, que cabem na sua alçada.

**Lei de 7 de Out. de 1889 : Art. 1 § 19.** Das decisões das relações em caso de nullidade do alistamento (electoral) haverá recurso para o supremo tribunal de justiça, que decidirá definitivamente. (\*)

---

(\*) Não foi regulado o modo e processo por que deve ser exercitada esta nova attribuição.

## CAPITULO IV

### ATTRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

**Lei de 18 de Set. de 1828: Art. 4.** Ao presidente compete :

1. Dirigir os trabalhos dentro do tribunal, manter a ordem, e fazer executar este regimento.

2. Distribuir os processos.

3. Fazer lançar em livro proprio, e por elle rubricado, a matricula de todos os magistrados que ora servem, ou de novo fôrem admittidos, e seguidamente o tempo de serviço que fôrem vencendo, com declaração dos logares e qualidades do serviço, notando se servirão bem ou mal, referindo-se em tudo a registros, ou documentos existentes na secretaria.

Todos os magistrados, para serem matriculados, apresentarão ao presidente por si, ou seus procuradores, as cartas dos logares que actualmente servirem, e dos que fôrem servindo, para serem registradas, pena de se lhes não contar a antiguidade.

4. Informar ao governo dos magistrados que estiverem nas circumstancias de serem membros do tribunal, e dos oppositores aos outros logares de magistratura.

5. Informar ao governo de pessoa idonea para secretario do tribunal, e nomear quem sirva interinamente na sua falta ou impedimento.

6. Advertir os officiaes do tribunal quando faltarem ao cumprimento dos seus deveres, e multa-los, bem como ao secretario, até á decima parte dos ordenados de seis mezes.

7. Mandar colligir os documentos e provas para se verificar a responsabilidade dos empregados de cujos delictos e erros de officio deve o tribunal conhecer.

8. Conceder a algum membro licença para não ir ao tribunal até oito dias em cada anno. Por mais tempo só o governo a poderá conceder.

9. Expedir portarias para a execução das resoluções e sentenças do tribunal, e mandar fazer as necessarias notificações, excepto no que estiver a cargo do juiz da culpa.

10. Determinar os dias de conferencia extraordinaria. Nos casos dos §§ 3, 4, 5 e 6 deve o presidente ouvir primeiramente o tribunal.

## CAPITULO V

### CONFERENCIAS

**Lei de 18 de Set. de 1828 : Art. 36.** O tribunal terá duas conferencias por semana, além das extraordinarias, que o presidente determinar; e para haver conferencia será necessario, que se reuna mais de metade dos membros.

**Art. 37.** Os ministros tomarão assento na mesa á direita e á esquerda do presidente, contando-se por primeiro o que estiver á esquerda.

**Decr. de 2 de Jan. de 1829.** Hei por bem, que o supremo tribunal de justiça, creado pela carta de lei de 18 de Setembro do anno proximo passado se installe no dia 9 do corrente mez que as conferencias do mesmo tribunal sejam ás terças e sextas-feiras ; que comecem ás 10 horas da manhã e durem ao menos 4 horas ; devendo taes conferencias ter lugar nos dias antece lentes, quando aquelles sejam impedidos.

**Decr. de 2 de Nov. de 1854.** Hei por bem, que de ora em diante as sessões do supremo tribunal de justiça tenham lugar ás quartas e nos sabbados, e as da relação da corte ás terças e sextas-feiras ; ficando nesta parte revogados os decretos de 2 de Janeiro de 1829, e 6 de Fevereiro de 1840.

**Decr. de 28 de Jul. de 1828.** Attendendo que ao me representou o conselheiro presidente do supremo tribunal de justiça, hei por bem decretar, que as conferencias do mesmo tribunal comecem ás 10 horas da manhã, revogadas as disposições em contrario.

## CAPITULO VI

### DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS E LIVROS DE REGISTRO

**Lei de 18 de Set. de 1828: Art. 38.** A distribuição será feita entre os ministros sem outra consideração mais que a do numero dos processos.

Para esta distribuição haverá tres livros rubricados pelo presidente, um para as revistas, outro para o registro das sentenças dos réos, e o terceiro para o dos conflictos de jurisdicção, além dos mais que necessarios forem.

O livro da distribuição das revistas será dividido em dous titulos, um para as civis, outro para as criminaes.

**Lei de 31 de Ag. de 1829: Art. 4.** A substituição do juiz do feito impedido no supremo tribunal de justiça, ou seja em feito civil ou seja em criminal, se fará sempre por distribuição, a qual não alterará a ordem da de novos feitos.

**Art. 5.** Cessando o impedimento do juiz do feito substituido, cessarão tambem as funcções do substituto, que passará logo o feito áquelle a quem substituiu.

## CAPITULO VII

### ORDENS DO TRIBUNAL; SUA EXPEDIÇÃO E OBRIGATORIEDADE

**Lei de 31 de Ag. de 1829: Art. 1.** Todas as ordens necessarias para a expedição e desempenho das attribuições do

supremo tribunal de justiça e do seu presidente serão passadas por meio de portarias em nome e com assignatura do mesmo presidente.

**Art. 2.** Ao cumprimento destas ordens serão obrigados todos os magistrados, juizes e mais officiaes de justiça, a quem forem dirigidas, qualquer que seja a sua graduação.

**Art. 3.** Si as ordens tiverem por fim citar ou notificar alguém, dentro da cidade, serão executadas pelos continuos do mesmo tribunal; quando as citações ou notificações forem officialmente communicadas, pelo secretario; e quando ellas houverem de ser feitas verbalmente, as executará o porteiro.

## CAPITULO VIII

### *Relação das causas julgadas*

**Lei de 18 de Set. de 1828: Art. 19.** O tribunal supremo de justiça enviará todos os annos ao governo uma relação das causas, que fôrão revistas, indicando os pontos sobre que a experiencia tiver mostrado vicio, insufficiencia da legislação, as suas lacunas e incoherencias para o governo propôr ao corpo legislativo, afim de se tomar a resolução que fôr conveniente.

## CAPITULO IX

### *Modo de tomar assentos interpretativos*

**Lei de 23 de Out. de 1875: Art. 2 § 1.** Estes assentos serão tomados, sendo consultadas préviamente as relações.

§ 2. Os assentos serão registrados em livro proprio, remetidos ao governo imperial, e a cada uma das camaras legislativas, numerados, e incorporados á collecção das leis de cada anno; e serão obrigatorios provisoriamente até que sejam derogados pelo poder legislativo.

§ 3. Os assentos serão tomados por 2 terços do numero total dos ministros do supremo tribunal de justiça, e não poderão mais ser revogados por esse tribunal.

**Decr. de 10 de Març. de 1876: Art. 2.** Ao supremo Tribunal de Justiça compete tomar assentos para intelligencia das leis civis, commerciaes e criminaes, quando na execução dellas occorrerem duvidas manifestadas por julgamentos divergentes do mesmo tribunal, das relações e dos juizes de primeira instancia, nas causas de sua alçada.

Paragrapho unico. Para ter logar a providencia indicada é indispensavel:

1.º Que os julgamentos tenham sido proferidos em processos que estejam findos, depois de esgotados os recursos ordinarios, facultados por lei.

2.º Que a divergencia dos julgamentos tenha por objecto o direito em these ou a disposição da lei, e não a variedade da applicação proveniente da variedade dos factos.

**Art. 3.** Os assentos tomados não prejudicarão os casos julgados contra ou conforme a doutrina que estabelecerem.

**Art. 4.** Serão tomados os assentos:

I. Por indicação de qualquer ministro do supremo tribunal de justiça.

II. Por proposta de alguma das relações do imperio, ou de qualquer juiz de primeira instancia.

III. A requerimento feito pelo instituto da ordem dos advogados.



**Art. 5.** As indicações, propostas e requerimentos serão acompanhados:

I. De um relatório circunstanciado dos julgamentos divergentes, que se especificará, e das dúvidas ocorridas sobre a intelligencia da lei ou do direito em these.

II. De certidão *verbo au verbum* dos julgamentos divergentes.

Estas certidões serão passadas *ex-officio* pelos funcionarios competentes, mediante requisição.

**Art. 6.** Havendo indicação nos termos do art. 4.º n. 1. será lida e ficará sobre a mesa para ser votada na sessão seguinte, sem discussão.

§ 1. Reconhecida a necessidade do assento por um terço dos membros do tribunal, o presidente expedirá cópia desta decisão ás relações do imperio, requisitando parecer de cada uma dellas.

§ 2. O tribunal poderá também ouvir, quando julgue conveniente, o instituto da ordem dos advogados, os tribunaes do commercio e jurisconsultos de melhor nota.

**Art. 7.** Os presidentes das relações, logo que receberem a consulta dirigida pelo presidente do supremo tribunal de justiça, deverão apresenta-la em mesa, e designar dia para a discussão do objecto da consulta e votação da resposta que se deva dar, com intervallo sufficiente para o exame.

§ 1. O que se vencer por maioria de votos será reduzido a parecer, contendo não só a intelligencia que se deva dar á questão sujeita, mas também as razões justificativas dessa intelligencia.

§ 2. O parecer será assignado por todos os membros da relação, podendo os vencidos fazer a declaração escripta de seus votos.

§ 3. O parecer será transmittido no prazo marcado pelo presidente do supremo tribunal de justiça, que attenderá ás distancias.

**Art. 8.** Nos casos do artigo 4, n. 2 e 3, o presidente do supremo tribunal marcará a sessão seguinte para a votação das propostas ou requerimentos.

Deliberada a admissão das propostas ou dos requerimentos por um terço dos membros do supremo tribunal de justiça, proceder-se-ha na conformidade dos artigos 6 e 7.

**Art. 9.** Findos os prazos marcados ás relações, na forma do artigo 7 § 3, o presidente do supremo tribunal de justiça entregará os pareceres recebidos e mais papeis a uma comissão de tres membros por elle nomeados, a qual, depois do necessario exame, apresentará em mesa seu parecer em relatório escripto.

§ 1. O presidente do supremo tribunal de justiça, facilitando o exame do parecer e documentos a todos os ministros pelo tempo que julgar conveniente, convocará, de accôrdo com o tribunal, uma conferencia extraordinaria, em que será amplamente discutida a materia.

O tribunal poderá prolongar a discussão por mais de uma conferencia, se assim julgar necessario para esclarecimento da decisão.

§ 2. Finda a discussão, será tomado o assento por maioria nunca inferior a dous terços do numero total dos membros do tribunal.

§ 3. Na acta da conferencia se fará especificada menção da discussão e votação.

§ 4. A redacção dos assentos será incumbida a um dos ministros do tribunal por designação do presidente, e ficará sujeita á approvação do mesmo tribunal.

§ 5. No preambulo dos assentos serão declaradas as razões, que lhes servirão de fundamento.

§ 6. Na integra dos assentos não se fará menção de voto vencido, mas sómente a declaração de ter sido tomado o assento por unanimidade ou maioria de votos nos termos do § 2.º deste artigo.

Poderão, porém os membros vencidos fazer inserir as razões de seu voto na acta da sessão do tribunal.

§ 7. Os assentos serão assignados pelos membros presentes do tribunal.

**Art. 10.** Numerados e registrados os assentos em livro proprio, serão remettidos ao ministro da justiça, a cada uma das camaras legislativas por intermedio deste, e ás relações do imperio.

**Art. 11.** Os assentos ficarão incorporados á collecção das leis de cada anno, e terão execução logo que forem publicados no *Diario Official*.

## CAPITULO X

### EMPREGADOS DO TRIBUNAL, SUA SUBSTITUIÇÃO E OBRIGAÇÕES

**Lei de 18 de Set. de 1838: Art. 40.** Para o expediente haverá:

Um secretario, que será formado em direito, podendo ser:

Um thesoureiro, que servirá de porteiro:

E dous continuos com a denominação de primeiro e segundo.

**Art. 41.** O secretario escreverá em todos os processos e diligencias do tribunal, vencendo unicamente o ordenado de 2:000\$000. Os emolumentos, que deve receber, serão recolhidos ao cofre do tribunal.

**Art. 42.** Haverá um official de secretaria com ordenado de 1:000\$; o qual servirá nos impedimentos repentinos do secretario.

**Art. 43.** O thezoureiro, que é tambem porteiro; terá a seu cuidado a guarda, limpeza, e asseio da casa do tribunal, todos os utensilios, e tudo quanto ali fôr arrecadado; terá o ordenado de 800\$; não percebendo mais cousa alguma, nem como thezoureiro, nem para as despesas do asseio da casa.

**Art. 44.** Os continuos farão o serviço por semana, e um no impedimento do outro, quando acontecer, ainda que não seja da sua semana.

Aquelle a quem tocar estará sempre prompto junto ao porteiro nos dias de tribunal para executar tudo o que lhe fôr ordenado a bem do serviço.

Os continuos servirão de ajudantes do porteiro nos impedimentos deste, e terão de ordenado 400\$000.

**Lei de 31 de Ag. de 1829: Art. 4.** Os continuos do tribunal ficão encarregados, além das obrigações, que lhes impoz o artigo 44 da lei de 18 de Setembro de 1828, de todo o expediente das remessas e entregas, sem que para isso percebam emolumento algum.

**Decr. de 30 de Ag. de 1851: Art. 1.** O secretario do supremo tribunal de justiça será substituido, durante os seus impedimentos temporarios, pelo official da respectiva secretaria; e, na falta deste, por um dos escrivães de apellações, que fôr designado pelo presidente do tribunal.

O thesoureiro e porteiro serão substituidos pelos continuos, e estes um pelo outro, na fórma do capitulo terceiro da lei de 18 de Setembro de 1828.

## CAPITULO XI

### EMOLUMENTOS E DESPEZAS DO TRIBUNAL

**Lei de 18 de Set. de 1828: Art. 39.** Os emolumentos dos papeis, que se expedirem serão recolhidos a um cofre, de que se deduzirá a quantia necessaria para as despesas miudas, e o resto será recolhido ao thesouro, e havendo falta este o supprirá.

**Art. 45.** Todas as despesas miudas do tribunal, como são: papel, pennas, lacre, tinta, areia, obréas, nastro ou fitelho serão pagas pelo cofre dos emolumentos, em folha, que formará o thesoureiro todos os mezes, assignada pelo presidente.

**Art. 46.** As entradas dos emolumentos para o cofre serão lançadas em livro de receita proprio, e serão recensados de seis em seis mezes por um dos membros do tribunal, que por nomeação do mesmo servirá de juiz das despesas.

**Lei de 30 de Out. de 1835: Art. 4.** Do producto dos emolumentos se farão as despesas do expediente do tribunal e amanuenses.

**Art. 5.** As sobras se dividirão em duas partes iguaes, uma para o secretario, outra para o official-maior.

## **TITULO VI. — Disposições diversas sobre os magistrados e o processo**

### **CAPITULO I**

#### **CONDIÇÕES DE EXERCICIO E REGALIAS DOS JUIZES E AUXILIARES** **SECÇÃO I**

##### *Diploma, juramento, posse*

**Cod. do proc.: Art. 50.** O governo dará diplomas de nomeação a todos os juizes de direito, e aos juizes municipaes da provincia onde estiver a côrte; uns e outr os prestarão, por si ou seu procurador, o juramento nas mãos do ministro da justiça.

Nas outras provincias do imperio, os presidentes em conselho passarão os diplomas e darão juramento aos juizes municipaes ou a seus procuradores, e as camaras passarão os titulos e darão juramento a todos os encarregados da administração da justiça, nos districtos e termos.

**Art. 51.** Do juramento se lavrará termo em um livro, e será assignado por quem o dêr e quem o deferir; e pelo diploma se não cobrará direito algum.

**Art. 52.** Os juizes de paz, juizes municipaes, promotores e os mesmos juizes de direito, servirão por todo o tempo que

lhes é marcado neste código, não commettendo crime por que perção os logares; e os seus agentes e officiaes, em quanto fôrem da sua confiança, aos quaes fica com tudo o direito de queixar-se na provincia onde estiver a côrte ao governo, e nas outras, aos presidentes em conselho, contra o juiz que os tiver lançado fóra por motivo torpe ou illegal.

**Decr. de 3 de Jan. 1871: Art. 1.** Os empregados sujeitos ao ministerio da justiça, que tiverem vencimento dos cofres publicos, nas provincias tomarão posse e entrarão em exercicio á vista da comunicação official, independente de titulo.

**Art. 2.** Os decretos de nomeação, depois de publicados no *Diario Official*, serão remettidos ás presidencias das respectivas provincias, afim de serem entregues ás partes, logo que apresentem certidão de exercicio.

**Art. 3.** Ficará sem effeito a nomeação do empregado, que no prazo marcado pelo decreto n. 4302 de 23 de Dezembro de 1868, não tiver solicitado a entrega do respectivo decreto na forma do disposto na ultima parte do artigo anterior.

Neste caso o presidente da provincia devolverá o decreto á secretaria de estado, afim de ser novamente provido o emprego respectivo.

**Art. 4.** Fica nesta parte alterado o decreto n. 4302 de 23 de Dezembro de 1868.

**Decr. de 23 de Dez. de 1868: Art. 1.** A posse dos empregados sujeitos ao ministerio da justiça, com excepção da guarda nacional, será dada de conformidade com as disposições deste decreto.

**Art. 2.** Ao juiz municipal compete deferir o juramento e a posse a todos os empregados, que têm jurisdição dentro do

município e suas freguezias (lei de 1º de Outubro de 1828 artigo 54).

**Art. 3.** A' camara municipal compete igual attribuição a respeito do juiz municipal, não estando presente no termo o juiz de direito (lei do 1º de Outubro de 1828 artigo 54, lei de 4 de Dezembro de 1830 artigo. 2).

**Art. 4.** Ao juiz de direito compete deferir juramento ao juiz municipal do termo, em que residir; e com autorização do presidente a qualquer empregado, que tenha jurisdição em mais de um termo.

**Art. 5.** O presidente da provincia deferirá o juramento e posse aos chefes de policia, juizes de direito e juizes municipais com jurisdição em mais de um termo (lei de 3 de Outubro de 1834, artigo 5 § 11).

**Art. 6.** Na corte os juizes municipaes e juizes de direito prestarão juramento nas mãos do presidente do respectivo tribunal de 2ª instancia (lei de 4 de Dezembro de 1830, código do processo, art. 50).

**Art. 7.** Ao presidente dos tribunaes, e em falta delle a quem o substituir, incumbe deferir o juramento e posse aos respectivos membros (Ord. liv. 1 tit. 5 § 3: lei de 18 de Setembro de 1828 artigo 3, e regulamento de 3 de Janeiro de 1833 artigo 89).

**Art. 8.** O presidente do supremo tribunal de justiça prestará juramento na forma do artigo 3 da lei de 18 de Setembro de 1828. O da relação e tribunal do commercio da corte nas mãos do ministro da justiça; os outros nas mãos do presidente da respectiva provincia (regulamento n. 738 de 25 de Novembro de 1850 artigo 30).

**Art. 9.** O juramento póde ser prestado por procurador;



mas o acto da posse sómente se considera completo para os effeitos legaes depois do exercicio.

**Art. 10.** Dentro de 8 dias da data da sua entrada em exercicio deve o empregado remetter a respectiva certidão na côrte á secretaria da justiça e nas provincias ao presidente, e qual a transmittirá ao governo immediatamente.

**Art. 11.** O empregado nomeado não pôde entrar em exercicio sem tirar o titulo, salvo quando o serviço publico assim o exija, devendo esta clausula ser consignada no acto de sua nomeação.

**Art. 12.** No caso do artigo anterior se expedirá directamente ao empregado uma cópia do acto de nomeação, ficando elle comtudo obrigado a tirar o titulo no prazo legal.

**Art. 13.** Incorrerá no artigo 128 do código criminal o juiz ou camara municipal que á vista do titulo ou da cópia no caso do artigo 12 deixar sem impedimento legitimo de deferir o juramento no prazo de tres dias.

**Art. 14.** Em caso extraordinario, o governo e os presidentes, a respeito dos empregados de sua nomeação, poderão por acto especial dispensar a posse e have-la como dada pela simples tradição do titulo.

**Art. 15.** O prazo legal para o empregado entrar em exercicio e tirar o titulo é de 1 mez para a côrte; 2 para a provincia do Rio de Janeiro; 4 para a de São-Paulo e Espirito-Santo; 5 para todas as outras, com excepção de Matto-Grosso, Goyaz, Piauhy e Amazonas, para as quaes será de 7 mezes.

**Art. 16.** O empregado, que não entrar no exercicio do emprego para que fôr nomeado, e não tirar a respectivo titulo nos prazos marcados no artigo 15 perderá o direito á nomeação.

**Art. 17.** Verificado na secretaria da justiça o lapso de tempo, será por despacho do ministro julgada sem effeito a respectiva nomeação e declarada a vacancia do logar.

**Art. 18.** Provando a parte impedimento legitimo antes de expirar o prazo, ser-lhe-ha concedida uma prorrogação por metade do tempo.

**Art. 19.** Os presidentes de provincia, e quaesquer autoridades perante quem prestão juramento os empregados do ministerio da justiça, devem communicar o lapso de tempo, logo que se verifique; ordenando os presidentes a immediata suspensão daquelles que estiverem exercendo os cargos sem titulo.

**Art. 20.** Servirá de titulo de nomeação o proprio decreto. Dez dias depois da publicação, não sendo solicitado, a secretaria o remetterá sem officio á presidencia da respectiva provincia para ser entregue á parte, logo que ella satisfaça os direitos.

**Art. 21.** O registro dos decretos de nomeação, depois de pagos os direitos e emolumentos, se fará na secretaria da respectiva provincia, devendo essa remetter immediatamente á secretaria da justiça a competente nota.

## SECÇÃO II

### *Uniforme das autoridades policiaes*

**Decr. de 11 de Ag. de 1858.** Hei por bem decretar, que os chefes de policia do imperio, e os empregados das respectivas secretarias, bem como os delegados e subdelegados de policia, usem, no exercicio das suas funcções e solemnidades publicas, dos uniformes descriptos nos desenhos, que com este baixão.

SECÇÃO III

*Trajo dos juizes e promotores publicos e tratamentos*

**Decr. de 10 de Fev. de 1854.** Hei por bem... que os juizes de direito, juizes municipaes, e de orphãos, e promotores publicos, no exercicio de suas funcções e solemnidades publicas, usem do vestuario descripto no desenho annexo.

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 3.** Os dezembargadores continuarão a usar de beca, e os que tiverem o titulo de conselho poderão usar tambem de capa na relação, não gozando porém, de alguma outra prerogativa ou precedencia em quaesquer actos da relação.

**Lei de 18 de Set. de 1838: Art. 1.** Serão (os juizes do supremo tribunal de justiça) condecorados com o titulo do conselho, usarão de beca e capa terão o tratamento de Excellencia.

**Decr. de 18 de Jul. de 1841:** Tendo consideração que os logares de presidente das relações são de muita distincção e honra, merecendo por este justo motivo que sejam condecorados com titulo honorifico, que lhes augmente a gradação, hei por bem que aos referidos logares de presidente das relações fique annexo ao titulo do meu conselho, e que se passe carta aos que actualmente servem, e aos que para diante fôrem por mim nomeados, logo que se lhes fixar a merçê, e em virtude da mesma nomeação.

**Decr. de 18 de Jul. de 1841:** Tendo consideração á importancia do cargo de procurador da corôa, soberania e fazenda nacional, hei por bem, que o magistrado, que actualmente exerce o dito cargo, e os que daqui em diante exercerem tenham o tratamento de Excellencia, e por ellese lhe falle e escreva.

SEÇÃO IV

*Residência dos juizes e promotores publicos*

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 85.** Os juizes de direito e promotores publicos são obrigados a residir dentro da villa ou cidade principal da comarca, pela importancia do fôro, e que será designada pelo presidente da provincia, com approvação do governo.

§ 1. Os juizes de direito que sem licença se ausentarem de suas comarcas, além da responsabilidade a que ficam sujeitos pela lei criminal, serão multados na quantia de 50\$ a pelo presidente da relação, que para isso os ouvirá logo que 200\$ tenha conhecimento do facto por participação official do presidente da provincia, ou por qualquer representação.

§ 2. Os juizes municipaes são igualmente obrigados a residir dentro da villa ou cidade, cabeça do termo, e ausentando-se deste sem licença, incorrem na mesma multa de 50\$ a 200\$ imposta pelo juiz de direito, depois de ouvi-los.

SEÇÃO V

*Concessão de licença aos juizes e demais funcionarios empregados na administração da justiça*

**Decr. de 9 de Març. de 1878: Art. 1.** São competentes para conceder licenças aos ditos funcionarios:

1.º O governo imperial.

2.º Os presidentes de provincias aos empregados que nellas exercem as suas funcções, de conformidade como decreto n. 247 de 15 de Novembro de 1842.

3.º Os presidentes das relações aos desembargadores, juizes e empregados de justiça, a que se refere o § 8 do artigo 14 do decreto n. 5618 de 2 de Maio de 1874, e nos termos do citado paragrapho e artigo.

**Art. 2.** As licenças serão dadas ou por molestia provada, que inhiba o funcionario de exercer o cargo, ou por qualquer outro motivo justo e attendivel.

§ 1. A licença por molestia dá direito á percepção do ordenado, por inteiro, até 6 mezes; por metade pelo excesso daquelle maximo até outro tanto tempo, dentro do mesmo anno.

§ 2. A licença por outro motivo, que não o de molestia, importa desconto da quinta parte do ordenado até 3 mezes; da terça parte até mais 3 mezes no mesmo anno; e da metade, pelos restantes seis mezes.

§ 3. A licença, em hypothese nenhuma, dará direito á percepção das gratificações de exercicio.

**Art. 3.** O tempo das licenças reformadas ou de novo concedidas, dentro de um anno, será addicionado ao das antecedentes, para o fim de fazer-se o desconto de que trata o artigo anterior.

**Art. 4.** Para formar o maximo de seis mezes, de que trata o artigo 2 § 1, deverão entrar como quantidades componentes os prazos das licenças concedidas pelos presidentes das provincias e das relações, ou por quaesquer outras autoridades competentes.

**Art. 5.** Esgotado o tempo maximo de um anno, a licença será gozada sem vencimentos.

Só se concederá nova licença com ordenado, ou parte d'elle, depois que tiver decorrido um anno, contado do termo da ultima, ainda quando esta acabasse sem vencimentos, qualquer que tenha sido a autoridade que a concedeu.

**Paragrapho unico.** Esta disposição comprehende o funcionario que, tendo sido exonerado de um cargo, fôr depois nomeado para outro da mesma natureza.

**Art. 6.** Toda licença entende-se concedida com a clausula de poder o funcionario goza-la ende lhe aprouver.

**Art. 7.** Ficará sem effeito a licença, se o funcionario que a tiver obtida, não entrar no gozo della dentro do prazo de 2 mezes da sua concessão, na côrte.

Nas provincias o prazo correrá do dia em que o respectivo presidente marcar, tendo em conta as distancias e difficuldades das communicações; o mesmo observará os presidentes das relações.

**Art. 8.** É permittido ao funcionario, que entrou no gozo de licença, renuncia-la pelo resto do prazo, devendo neste caso fazer a respectiva communicação á autoridade competente.

**Art. 9.** Não se concederá licença ao funcionario que, tendo sido nomeado, ou removido, não houver entrado no effectivo exercicio do seu cargo.

**Art. 10.** O disposto nos artigos antecedentes terá applicação ao empregado que perceber simplesmente gratificação, considerando-se como ordenado duas terças partes de seus vencimentos.

**Art. 11.** O cumpra-se—das presidencias é clausula essencial para a execução das portarias de licenças concedidas pelo governo imperial aos funcionarios das provincias, e a sua falta importa a perda do ordenado durante o tempo de ausencia do cargo, além das outras penas em que tiver incorrido o funcionario.

§ 1. As licenças concedidas pelos presidentes das relações não dependem do — cumpra-se — dos das provincias, mas

devem-lhes ser logo communicadas, assim como ao governo, na corte, para os fins convenientes, e os expressamente indicados nos arts. 2 e 5, do presente decreto.

§ 2. Tambem não é necessario o —Cumpra-se— nas portarias de prorrogação de licença pelo governo, devendo porém ser apresentadas aos presidentes, antes de terminado o prazo da prorrogação.

Salvo o caso de impossibilidade provada, incorrerá o funcionario nas penas deste artigo pela falta da apresentação das portarias de prorrogação.

**Art. 13.** Ainda quando apresente parte de doente, não tem direito a vencimento algum o funcionario que, depois de findo o prazo de uma licença com ordenado ou sem elle, continuar fóra do exercicio do seu cargo sem haver obtido nova licença.

#### SECÇÃO VI

#### *Aposentadoria dos magistrados*

**Lei de 30 de Set. de 1871: Art. 29 § 10.** Os juizes de direito, desembargadores e ministros do supremo tribunal de justiça que se acharem physica ou moralmente impossibilitados, serão aposentados, a seu pedido ou por iniciativa do governo, com o ordenado por inteiro, se contarem 30 annos de serviço effectivo, e com o ordenado proporcional si tiverem mais de 10.

§ 11. Sómente depois de intimado o magistrado para requerer a aposentação, e não o fazendo, terá ella logar por iniciativa do governo, precedendo consulta da secção de justiça do conselho de estado, e procedendo-se préviamente aos exames e diligencias necessarias, com audiencia do mesmo magistrado, por si ou por um curador no caso de impossibilidade.

SEÇÃO VII

*Casos de remoção dos juizes de direito e modo della*

**Lei de 28 de Jun. de 1850: Art. 1.** Nenhum cidadão habilitado será pela 1ª vez nomeado juiz de direito sinão para comarca de 1ª entrancia, nem passará desta para outra de 2ª sem que tenha 4 annos de effectivo exercicio.

Da 2ª para a de terceira poderão ter logar as remoções, havendo 3 annos de effectivo serviço na classe anterior.

**Art. 2.** Os juizes não poderão ser removidos, sem requerimento seu, para comarca de classe anterior, e na mesma sinão nos casos seguintes:

§ 1. Si tiver apparecido rebelião, guerra civil ou estrangeira, ou mesmo sedição ou insurreição dentro da provincia, ou conspiração dentro da comarca.

§ 2. Si o presidente da provincia representar sobre a necessidade da sua remoção com especificadas razões de utilidade publica.

Neste caso será ouvido o conselho de estado, precedendo audiencia do magistrado, sempre que della não resultar inconveniente; dando-se em todo o caso ao juiz removido conhecimento das razões da remoção.

**Art. 3.** Aos juizes de direito, mudados de umas para outras comarcas, se abonará a ajuda de custo, nunca menor de 400\$, nem maior de 2:000\$000.

Estas ajudas de custo serão marcadas pelo governo, segundo as distancias, e as difficuldades da viagem.

Não terá, porém, logar a ajuda de custo, quando a remoção fôr entre comarcas, cuja distancia fôr menor de 50 legoas.



**Art. 4.** Os juizes de direito removidos não serão obrigados a prestar novo juramento, nem a tirar nova carta, servindo-lhes de titulo a cópia dos decretos de remoção, por cuja expedição não pagarão direitos, nem emolumentos alguns.

**Decr. de 26 de Jul. de 1850: Art. 2.** Nenhum cidadão habilitado será pela primeira vez nomeado juiz de direito, senão para comarca de 1ª entrancia; mas apenas tiver preenchido as condições do artigo seguinte, poderá o governo remove-lo para comarca de 2ª entrancia, e desta para 3ª.

**Art. 3.** Os juizes de direito não poderão ser removidos de comarca de primeira entrancia para outras de segunda, sem que tenham quatro annos de serviço effectivo.

Não poderão igualmente ser removidos de comarcas de segunda entrancia para outras de terceira sem haverem naquellas prestado effectivo serviço por tres annos.

**Art. 4.** Os juizes de direito não poderão ser removidos de comarcas de terceira entrancia para outras de primeira ou segunda, nem os desta para as de primeira senão a requerimento seu.

**Art. 5.** Não poderão igualmente ser removidos de umas para outras comarcas da mesma entrancia senão a requerimento seu, e sem elle só nos casos seguintes:

§ 1. Si tiver apparecido rebellião, guerra civil, ou estrangeira, ou mesmo sedição ou insurreição dentro da provincia.

§ 2. Si apparecer conspiração dentro da comarca.

§ 3. Si o presidente da provincia representar sobre a necessidade da sua remoção.

Neste caso, porém, será de mister:

1.º Que o presidente especifique as razões de public utilidade, que aconselham a remoção.

2.º Que sobre essas razões seja ouvido o juiz de direito, sempre que isso não resultar inconveniente.

3.º Que sobre a representação do presidente seja ouvido o conselho de estado.

4.º Que no caso de effectuar-se a remoção, sem audiencia do juiz, lhe sejam communicadas as razões que a motivarão.

§ 4. Na côrte uma exposição de motivos organizadas na secretaria de estado dos negocios da justiça supprirá a representação dos presidentes de provincia.

**Art. 6.** Para os logares especiaes de chefes de policia pôde o governo escolher juizes de direito de qualquer das tres entrancias; mas por essa escolha não adquirem direito a considerar-se da segunda entrancia sinão depois de quatro annos de serviço, e da terceira só depois de sete.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 20 § 5:** O exercicio do cargo de juiz de direito por 7 annos em comarcas de 1ª entrancia habilita o juiz para ser removido para qualquer comarca de 3ª entrancia.

#### SECCÃO VIII

##### *Ajuda de custo aos juizes de direito removidos*

**Lei de 28 de Jun. de 1850: Art. 3.** Aos juizes de direito mudados de umas para outras comarcas se abonará a ajuda de custo nunca menor de 400\$000.

Estas ajudas de custo serão marcadas pelo governo, segundo as distancias e difficuldades da viagem.

Não terá logar, porém, a ajuda de custo, quando a remoção fôr entre comarcas, cuja distancia fôr menor de 50 legoas.

**Decr. de 26 de Jul. de 1850: Art. 8.** Aos juizes de direito removidos abonar-se-ha ajuda de custo, sempre que a distancia das comarcas exceder a 50 legoas.

A ajuda de custo em caso algum poderá exceder de 2.000\$000.

**Art. 9.** As distancias por terra contar-se-hão entre as cabeças das duas comarcas.

Reputar-se-ha para esse fim cabeça de comarca a cidade, ou villa mais importante, ou a em que os juizes de direito costumem estabelecer sua residencia.

**Art. 10.** Os presidentes de provincia organizarão sobre o modelo, que pela secretaria de estado dos negocios da justiça lhes deverá ser enviado, um mappa demonstrativo das distancias pelo caminho mais curto entre as cabeças de comarca de suas provincias, e entre ellas, e as de suas confinantes nas outras provincias.

Logo que seja possível na mesma secretaria de estado se organizará um mappa geral.

Em quanto, porém, por elle, ou pelos mappas provinciaes não fôr possível conhecer a distancia, será ella arbitrada, precedendo as necessarias averiguações pelo presidente da provinciadonde tiver de sahir o juiz de direito.

**Art. 11.** Conhecida ou arbitrada a distancia, o presidente da provincia, tendo em attenção as difficuldades da viagem, e especialmente a circumstancia de haver ou não familia a transportar, marcará com audiencia do procurador fiscal a ajuda de custo dentro dos limites da tabella n. 2. (\*)

Sempre que o presidente marcar mais do que o minimo da tabella, deverá participar á secretaria de estado dos negocios da justiça os motivos que a isso o determinarão.

Por familia entender-se-hão as pessoas que, relacionadas com o juiz de direito por parentesco, vivão em sua companhia e estejam a seu cargo.

---

(\*) Vai adiante.

**Art. 12.** Entre comarcas do litoral a ajuda de custo será regulada com attenção á tabella n. 3 (\*), devendo a respeito do mais observar-se o disposto no artigo antecedente.

Havendo meio e costume de fazer a viagem tambem por terra, a ajuda de custo menor será a preferida.

**Art. 13.** Quando houver necessidade de uma viagem por terra, e outra por mar, e a distancia de cada uma separadamente fôr menor de 50 leguas, entretanto que a de ambas reunidas seja maior, a ajuda de custo será dada como si fôsse uma só viagem de terra, ou de mar, conforme fôr mais extensa esta ou aquella.

§ 1. Quando cada uma dellas separadamente exceder de 50 leguas, a ajuda de custo será calculada até o porto, que mais encurte a viagem de terra, segundo a tabella n. 3, accumulando-se depois pelo restante da viagem a que lhe competir, segundo a tabella n. 2.

§ 2. O calculo para este accrescimo poderá descer abaixo dos 400,5000 estabelecidos como o minimo.

**Art. 14.** Na occasiao de ordenar a remoção, poderá o governo estabelecer a ajuda de custo, guardadas as regras acima declaradas.

Quando a ajuda de custo fôr marcada pelo presidente, o juiz de direito e o procurador fiscal poderão recorrer ao governo, si entenderem, que as regras acima estabelecidas não fôrão guardadas.

**Art. 15.** Os juizes de direito removidos não serão obrigados a tirar nova carta, servindo-lhes de titulo a cópia dos decretos de remoção, que lhes será expedida insenta de direitos e emolumentos.

**Art. 16.** Os juizes de direito removidos devem entrar no

---

(\*) Vai adiante.

exercício effectivo dos novos logares dentro de tres mezes, si a distancia a percorrer fôr de 50 ou menos leguas por terra, dentro de 4 mezes sendo de 50 até 100.

Passando a distancia de 100 leguas até 200, o prazo será augmentado com 1 mez, com 2 até 300, e assim por diante.

O modo de conhecer, e arbitrar as distancias será o mesmo marcado para as ajudas de custo.

**Art. 17.** Sendo a viagem por mar, e entre portos em que toquem os paquetes de vapor, o prazo será de 3 mezes para os que ficão entre São Pedro e o Rio de Janeiro, e entre este e o cabo de São Roque; ou entre este cabo e o Pará.

O prazo será de 4 mezes para os portos, que ficão entre o Rio de Janeiro e o Pará, transpôdo na viagem o cabo de São Roque, e para os que ficão ao sul e ao norte do Rio de Janeiro, de sorte que seja necessario transpô-lo na viagem.

**Art. 18.** Si para chegar aos portos, em que tocão os paquetes de vapor, fôr mister alguma viagem de mar, que exceda de 50 leguas, augmentar-se-ha um mez do prazo do artigo antecedente.

§ 1. Outro mez será addicionado, si para chegar á co-marca outra viagem semelhante se fizer necessaria.

§ 2. Si essas viagens addicionaes fôrem de terra, accrescentar-se-hão aos do artigo antecedente os prazos marcados no artigo 16 com o abatimento de 2 mezes.

**Art. 19.** O prazo será de 3 mezes sendo a viagem por mar sem transpôr nenhum dos portos, em que toquem os paquetes de vapor.

Si á essa viagem tiver de addicionar-se alguma outra por terra, accrescentar-se-hão os prazos marcados no art. 16 com o abatimento de 2 mezes.

**Art. 20.** Os prazos marcados nos artigos antecedentes poderão ser alterados por decreto; no caso porém de diminuição, só começarão a ter vigor um anno depois de sua publicação.

Estes prazos serão contados do conhecimento official, o qual se deve considerar adquirido desde o dia, em que o juiz de direito houver recebido a comunicação, por qualquer dos modos marcados nos dous artigos seguintes, ou por qualquer outro meio official.

**Art. 21.** Decretada a remoção de qualquer juiz de direito, o official-maior da secretaria de estado dos negocios da justiça dirigirá, dentro de oito dias, a cópia do decreto ao juiz removido, declarando no sobrescripto, que esse officio deve ser seguro na forma do regulmento n. 399 de 21 de Dezembro de 1844, artigo 149, e officiará ao administrador do correio para communicar a data em que fôr pelo juiz de direito recebido.

**Art. 22.** Na mesma occasião expedir-se-ha um aviso de comunicação ao presidente da provincia, em que o juiz de direito se achar, para que lhe seja logo communicada directamente, e por intermedio do juiz municipal, que deverá certificar ao presidente o dia em que o juiz de direito tiver recebido a comunicação.

**Art. 23.** No acto de communicar a remoção, o presidente da provincia especificará qual o prazo marcado pelos artigos antecedentes, para o juiz entrar em exercicio na sua nova comarca.

Si o juiz entender, que nesta especificação houve erro, deverá logo no primeiro mez reclamar ante o ministerio da justiça e o presidente da provincia.

Este da reclamação, e decisão que proforir, dará conta circumstanciada ao immisterio da justiça para se resolver definitivamente.

**Art. 24.** Recebida a comunicação, os juizes de direito deverão dentro de um mez declarar em officio dirigido ao official-maior da secretaria de estado dos negocios da justiça, e ao secretario do governo da provincia, em que estiverem a esse tempo, si aceitão ou não o logar.

Um e outro deverão immediatamente accusar o recebimento dessa declaração.

**Art. 25.** Declarando os juizes de direito que aceitão, perceberão logo a ajuda de custo, e sem interrupção o ordenado do novo logar.

§ 1. Si, porém, não entrarem no exercicio durante o prazo marcado ou sua prorrogação, serão obrigados a restituir o ordenado e ajuda de custo, que tiverem recebido, e passarão a considerar-se avulsos.

§ 2. Declarando que não aceitão, ou não fazendo dentro do mez declaração alguma, receberão apenas por seis mezes metade do ordenado do logar que deixarem, e passarão a considerar-se avulsos.

§ 3. Desde que um juiz de direito fôr considerado avulso, sua comarca reputar-se-ha vaga, e ainda quando seja novamente nomeado para a mesma comarca, nem por isso adquire direito á ajuda de custo, ordenado, e antiguidade, que tiver deixado de vencer.

TABELLA DE AJUDA DE CUSTO NAS VIAGENS DE TERRA DOS JUIZES DE DIREITO REMOVIDOS

| Distancia por legoas | Para os que não têm família a transportar | Para os que têm família a transportar |
|----------------------|-------------------------------------------|---------------------------------------|
| De 50 até 100        | 400\$                                     | De 400\$ até 700\$                    |
| De 100 " 150         | 500\$                                     | De 500\$ " 800\$                      |
| De 150 " 200         | 600\$                                     | De 600\$ " 900\$                      |
| De 200 " 300         | 700\$                                     | De 700\$ " 1.000\$                    |
| De 250 " 300         | 800\$                                     | De 800\$ " 1.000\$                    |
| De 300 para mais     | 900\$ até 1.000\$                         | De 400\$ " 1.300\$                    |

**TABELLA DE AJUDAS DE CUSTO NAS VIAGENS DE MAR DOS JUIZES DE DIREITO REMOVIDOS**

|                                                                                                                             | Para os que não têm família a transportar. | Para os que têm família a transportar. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|----------------------------------------|
| Sendo a viagem entre portos em que toquem os paquetes de vapor cituados:                                                    |                                            |                                        |
| Desde o Rio de Janeiro até São-Pedro...                                                                                     | 400\$                                      | 400\$ a 800\$                          |
| Desde o Rio de Janeiro até o cabo de São-Roque, ou desde este até o Pará                                                    | 400\$                                      | 400\$ a 800\$                          |
| Desde o Rio de Janeiro até o Pará, transpondo o cabo de São-Roque, ou deste até São-Pedro transpondo o Rio de Janeiro ..... | 400\$ a 500\$                              | 450\$ a 900\$                          |
| De São-Pedro até o Pará, transpondo o Rio de Janeiro, e tambem o cabo de São-Roque .....                                    | 500\$ a 600\$                              | 500\$ a 1:200\$                        |
| Sendo a viagem de portos em que não toquem os paquetes de vapor até chegar ao desses o mais proximo ou vice-versa.....      | 400\$                                      | 400\$ a 600\$                          |
| Si esta ultima ajuda de custo tiver de ser accumulada a outra terá o abatimento de 300\$000.                                |                                            |                                        |

## CAPITULO II

### *Representação sobre duvidas e lacunas nas leis*

**Cod. proc.: Art. 53.** Todas as autoridades judiciarias ficão obrigadas a dar parte ao tribunal supremo de todas as duvidas e omissões que encontrarem no presente codigo. (\*)

**Reg. de 31 de Jan. de 1841: Art. 495.** Os chefes de policia, juizes de direito, juizes municipaes, delegados e

---

(\*) Vide: Parte III, tit. V, cap. VII



subdelegados, levarão ao conhecimento dos presidentes das provincias (sem prejuizo das disposições do artigo 53 do código do processo criminal, e dos artigos 180 e 181 deste regulamento) todos os obstaculos, lacunas e duvidas que encontrarem na execução do mesmo regulamento, e da lei de 3 de Dezembro de 1841, e isso por meio de representações, nas quaes exporão os casos occorrentes com todas as circumstancias que os revestirem, e todas as razões de duvida que se lhes offecerem.

**Art. 496.** Os mesmos presidentes ouvirão sobre estas representações aquellas autoridades criminaes e policiaes da provincia que tiverem em maior conceito pelas suas letras, pratica e intelligencia, as quaes declararão se têm encontrado as mesmas lacunas, obstaculos e duvidas, e a maneira por que têm procedido em casos semelhantes. Si houver relação na provincia será tambem ouvido o seu presidente.

**Art. 497.** Preparadas assim as ditas representações, serão remettidas pelos ditos presidentes ao ministro e secretario de estado dos negocios da justiça, com aquellas reflexões e observações que julgarem conveniente addicionar-lhes.

**Art. 498.** Si as referidas representações e duvidas parecerem fundadas e procedentes, o ministro e secretario de estado dos negocios da justiça lhes fará juntar todos os papeis que possam existir na respectiva secretaria sobre o mesmo assumpto, e aquelles que com elle tiverem relação, sujeitará tudo ao exame da respectiva secção do conselho de estado.

**Art. 499.** Por estas disposições não fica prejudicada a faculdade que exercem os presidentes das provincias de dar ás autoridades policiaes e criminaes, aquelles esclarecimentos que são indispensaveis para o bom e regular andamento dos negocios.

### CAPITULO III

#### PROVIDENCIAS SOBRE A NOVA ORDEM NA MAGISTRATURA E NO PROCESSO

##### SECÇÃO I

##### *Extincção das autoridades antigas*

**Cod. proc.: Art. 8.** Ficão extintas as ouvidorias de comarcas, juizes de fóra e ordinarios, e a jurisdição criminal de qualquer outra autoridade, excepto o senado, supremo tribunal de justiça, relações, juizos militares, que continuão a conhecer de crimes puramente militares, e juizos ecclesiasticos em materias puramente espirituaes.

**Disp. prov.: Art. 18.** Fica supprimida a jurisdição ordinaria dos corregedores do cível e crime, e ouvidores do cível e crime das relações, comprehendendo esta supressão a jurisdição de todos os magistrados que julgão em relações, tanto em 1ª instancia, como em uma unica como adjuntos.

**Art. 21.** O governo na organização da nova fórmula de serviço, que em virtude do codigo criminal, e desta disposição deverá executar-se, poderá empregar em logares de juizes de direito, tanto no crime como no cível, os desembargadores existentes, mais modernos que o requererem, e não fôrem necessarios á dita nova fórmula de serviço das relações; os quaes reverterão para ellas quando lhes tocar por suas antiguidades, que lhes é conservada.

**Art. 25.** Ficão abolidos os inquiridores.

**Lei de 26 de Ag. de 1830. Art. 1.** Está abolido o logar de juiz almotacé.

SECÇÃO II

*Disposições sobre o processo*

**Disp. prov.: Art. 10.** Ficão abolidos os juramentos de calúnia que se dão no principio das causas ordinarias e nas summarias, ou no curso dellas, a requerimento das partes, assim como a fiança ás custas, ficando o autor vencido obrigado a paga-las da cadeia, quando o não faça 24 horas depois de requerido por ellas.

**Art. 11.** As testemunhas serão publicamente inquiridas pelas proprias partes que as produzirem, ou por seus advogados ou procuradores, e pelas partes contrarias, seus advogados ou procuradores, na fórma dos artigos 262 e 264 do código do processo criminal.

**Art. 12.** Os escrivães que servem perante os juizes municipales e de direito, no fôro criminal, escreverão em todos os actos que por esta disposição lhes fica pertencendo, ácerca dos processos e execuções das sentenças civis, regulando-se pelos regimentos dos escrivães do civil, e das execuções.

**Art. 14.** Ficão revogadas as leis que permittião ás partes, replicas e treplicas e embargos antes da sentença final, excepto aquelles que nas causas summarias servem de contestação da acção.

**Art. 16.** As sentenças que se extrahirem do processo não conterão mais do que o pedido, a contestação ou articulado das partes e a sentença com os documentos a que ella se referir.

**Art. 26.** Fica revogado o alvará de 23 de Abril de 1823,

na parte que impõe a pena de nullidade aos processos, escripturas e mais papeis por falta de distribuição.

**Art. 24.** Os autos pendentes passarão para o cartorio do juizo, a quem competir a continuação do conhecimento delles; e os findos dos cartorios extinctos passarão para os juizes municipaes.

### SECÇÃO III

#### *Causas da almotaceria*

**Lei de 26 de Ag. de 1830: Art. 1.** As suas attribuições em vigor (do juiz almotacé), que não fôrão expressamente transferidas para as camaras municipaes, ou para outras autoridades, pelas leis respectivas de suas creações, pertencem aos juizes de paz.

**Art. 2.** Das sentenças proferidas pelos juizes de paz sobre taes objectos, excedendo a alçada estabelecida no artigo 5 § 2, da lei de 15 de Outubro de 1827, haverá appellação para a relação do districto.

**Art. 3.** Todos os processos findos e ora pendentes no juizo da almotaceria, passarão para o juizo de paz da freguezia, ou capella, em que o réo tiver o seu domicilio.

**Art. 4.** Todos os actos praticado pelos juizes almotacés, depois das leis que crearão as camaras municipaes, e os juizes de paz, em virtude das attribuições mencionadas no art. 1, não poderão annular-se por incompetencia do juizo.

**Art. 5.** Os escrivães da almotaceria, providos vitaliciamente, e que não tiverem outro officio, deverão ser indemnizados com outro de igual lotação.

SEÇÃO IV

*Providencias para a nova organização dada peloCodigo do  
Processo Criminal*

**Decr. de 13 de Dez. de 1832: Art. 1.** O governo na provincia do Rio de Janeiro, e os presidentes em conselho, logo que fôr publicado o codigo do processo criminal nas respectivas provincias, passarão a fazer a nova divisão dos termos na fórma do artigo 3 do referido codigo, conservando ou alterando os actuaes limites onde parecer conveniente, e creando novos termos onde fôr necessario.

**Art. 2.** Confirmada a actual, ou feita nova divisão dos termos, farão a divisão de comarcas, declarando os termos de que ha de constar cada uma dellas, tendo para isso attenção ás distancias de uns e outros termos; ao numero provavel de causas crimes e civeis que nestes podem mover-se; ás vezes que o juiz de direito deve comparecer em cada um delles; e a demora que ha de ter, segundo a provavel abundancia de negocios de sua competencia.

**Art. 3.** Feita a divisão dos termos e comarcas, o governo e os presidentes em conselho ordenarão a eleição de novas camaras municipaes nos termos que fôrem novamente creados, conservando as actuaes em todos os outros termos; e ordenarão ás camaras actuaes, e as que fôrem eleitas para os novos termos, a divisão dos districtos na conformidade do artigo 2 do codigo do processo.

**Art. 4.** As camaras poderão conservar ou alterar os districtos actuaes, ou crear novos, segundo parecer mais conveniente, procurando, na divisão que fizerem, comprehender em

cada um dos districtos o numero necessario de cidadãos idoneos e capazes de occupar os cargos de juiz de paz, e os mais que devem haver em cada um delles, attendendo a que o numero de casas, de que trata o citado artigo 2, é o minimo, mas que ellas poderão fazer divisões de districtos, que comprehendão o numero de casas habitadas, que mais conveniente fór.

**Art. 5.** Feita a divisão dos districtos, as camaras marcarão dia para a eleição dos juizes de paz dos districtos que fôrem novamente creados ou alterados, procedendo-se a esta eleição em conformidade dos artigos 9 e 10 do codigo do processo criminal e das mais leis que regulão semelhantes eleições.

**Art. 6.** Quando algum dos quatro cidadãos mais votados, que hão de ser juizes, fallecer, ou fór escuso nos termos do artigo 4 da lei de 15 de Outubro de 1827, a camara municipal juramentará outro mais votado, de sorte que haja sempre quatro juramentados.

**Art. 7.** Nos districtos actuaes, que não fôrem alterados, diminuindo-se ou accrescentando-se o seu territorio, continuarão a servir os juizes de paz, que para elles estão eleitos, na fórma das leis em vigôr; devendo-se nas futuras eleições geraes proceder conforme o disposto nos citados artigos 9 e 10.

**Art. 8.** Divididos os districtos, as camaras municipaes participarão immediatamente ao ministro da justiça no Rio de Janeiro, e aos presidentes em conselho nas outras provincias, o numero de districtos que fica tendo o seu respectivo termo, declarando circumstanciadamente a divisão que houverem feito, e informando quaes os differentes pontos do termo em que convém que se fação as reuniões das juntas de paz, e o numero de vezes que taes reuniões devem ter logar em cada anno, tudo nos termos dos artigos 213 e 214 do codigo do processo criminal.

**Art. 9.** Na mesma occasião, se fôr possível, ou logo que o seja, as camaras municipaes remetterão ao governo na côrte, e aos presidentes em conselho nas provincias, as propostas para juizes municipaes, para juizes de orphãos, e para promotores publicos.

**Art. 10.** Cada uma destas propostas conterá tres nomes diversos de cidadãos habitantes nos respectivos termos, e que tenham os requisitos declarados nos artigos 33 e 36 do codigo; além dos nomes se fará menção nestas propostas da profissão de cada um dos propostos, declarando-se suas luzes, serviços, intelligencia, e quaesquer outras qualidades que os tornem aptos para occupar os cargos respectivos para que são propostos.

**Art. 11.** As camaras municipaes no formar as propostas terão o maior cuidado em escolher pessoas que não tenham escusa algu na legitima ou impedimento que as possa isentar ou inhibir de exercer os cargos para que são propostas; no caso de duvida ouvirão as pessoas que intentarem propôr, e haverão attenção aos motivos que apresentarem, conforme o merecimento que tiverem.

**Art. 12.** Recebidas as propostas, e estando ellas nos devidos termos, o governo na côrte e provincia do Rio de Janeiro, e os presidentes em conselho nas outras provincias, nomearão, dentre os cidadãos propostos para cada um dos cargos, os que hão de servir de juizes municipaes, juizes de orphãos e promotores, e farão constar ás respectivas camaras municipaes a escolha que houverem feito; estas darão os titulos, e deferirão juramento aos promotores que tiverem sido nomeados, e farão constar aos juizes municipaes e de orphãos suas respectivas nomeações, marcando-lhas um prazo razoavel, dentro do qual se hajão de apresentar por si ou por seus procuradores na côrte ao ministro da justiça, e nas provincias aos presidentes em conselho, afim de receberem seus diplomas, e prestarem juramento nos termos do artigo 50 do codigo.

**Art. 13.** As camaras municipaes participaráo ao ministro da justiça na côrte, e nas provincias aos presidentes em conselho, o prazo que tiverem marcado aos juizes municipaes e de orphãos para dentro delle prestarem juramento e receberem seus diplomas: e, não se apresentando estes dentro do referido prazo, por si, ou por seus procuradores devidamente autosizados, serão processados como desobedientes pela autoridade competente, para o que se lhes remetterá pela secretaria de estado respectiva na côrte, e pelas do governo nas provincias, cópia do officio da camara municipal, que participe o prazo marcado e certidão do official-maior, que certifique o não comparecimento.

**Art. 14.** As camaras municipaes, menos a da côrte, e a das capitães da provincias, logo que tiverem feito estas propostas, nomearáo dentre os respectivos candidatos um juiz municipal e um juiz de orphãos, os quaes, sendo por ellas juramentados, servirão interinamente os respectivos cargos até que se verifique a nomeação definitiva do governo, ou dos presidentes em conselho.

Os juizes municipaes interinos nomearáo dentre os candidatos propostos para promotor um, que, sendo igualmente juramentado pela camara municipal, sirva o referido cargo interinamente.

**Art. 15.** Estes empregados interinos começaráo immediatamente a exercer suas attribuições, pondo em execusão o código do processo na parte que lhes diz respeito.

**Art. 16.** Seis mezes antes de terminados os tres annos que os juizes municipaes e de orphãos e os promotores publicos devem servir, as camaras municipaes farão novas propostas nos mesmos termos.

Tambem farão nova proposta, nos casos de fallecimento, ausencia por mais de um anno para fóra do municipio, de provimento a emprego incompativel, e de reconhecida incapacidade physica ou moral de cada um dos ditos empregados.



**Art. 17.** Dividido o termo em districtos, e feitas as eleições de juizes de paz dos districtos novamento creados ou alterados, estes e os juizes de paz, que são conservados, passarão a dividir seus respectivos districtos em tantos quarteirões quantos fôrem necessarios para o bom desempenho de seus deveres, comtanto que nenhum tenha menos de 25 casas habitadas, podendo, onde fôr conveniente, conter cem ou mais, e proporão á respectiva camara municipal um in-pector para cada quarteirão, o qual, sendo por ella approvedo, receberá titulo e juramento; e, não o sendo, a mesma camara o communicará ao juiz de paz para que faça outra proposta, que tambem poderá ser rejeitada, mas não o poderá ser a terceira.

**Art. 18.** As propostas para escrivão de paz serão feitas pela mesma maneira que a dos inspectores de quarteirões, e estes empregados da mesma sorte receberão titulo e juramento das camaras municipaes.

**Art. 19.** Os propostos para escrivães de paz e inspectores de quarteirão entrarão logo a servir interinamente, sendo para isso juramentados pelos respectivos juizes de paz emquanto não são approvedos pelas camaras municipaes.

**Art. 20.** Quando os juizes de paz julgarem conveniente ao serviço publico, poderão remover os escrivães de paz e os inspectores de quarteirão, fazendo em tal caso nova proposta ás camaras municipaes, salvo aos removidos o recurso de que trata o artigo 52 do codigo do processo, sem suspensão dos effeitos da remoção.

**Art. 21.** Um dos primeiros trabalhos dos juizes de paz, tanto dos que fôrem eleitos de novo, como dos actuaes, que são conservados, será o alistamento dos jurados, de que tratão os artigos 23, 24, e 25 do codigo do processo o qual farão com a maior dilligencia, afim de ser o dito codigo posto em inteira execução.

**Art. 22.** Dando-se o caso de que o parochio ou capellão de algum districto esteja occupado no alistamento de outro districto, que igualmente pertença á sua parochia ou curato, poderá cada um destes em tal caso nomear um ecclesiastico ou cidadão do districto que faça as suas vezes, dando-lhe os documentos e esclarecimentos que fôrem precisos.

**Art. 23.** A' camara municipal compete designar os districtos em que cada um de seus membros ha de, com os juizes de paz, e parochos ou capellães, ou com os que os substituem, na forma do artigo antecedente, formar a junta para o alistamento dos jurados, de que trata o artigo 24 do codigo do processo; e só no impedimento do vereador designado para o districto, ou no caso de haver maior numero de districtos que de vereadores, terá logar a substituição deste membro da junta pela forma declarada no citado artigo 24.

**Art. 24.** Tambem compete á camara municipal, logo que tiver recebido as listas parciaes dos jurados de todos os districtos do seu termo, designar e publicar o dia em que os juizes de paz de cada um desses districtos e os parochos hão de comparecer na sala de suas sessões, para ahi procederem juntamente com ella á formação da lista geral dos jurados do termo, inscrevendo nella os alistados em cada um dos districtos, com exclusão sómente dos declarados no artigo 27 do codigo.

**Art. 25.** Durante as sessões que a camara municipal fizer para a formação da lista geral, de que trata o artigo antecedente, deverão ser apresentadas todas as queixas e reclamações dos que tiverem sido indevidamente inscriptos ou excluidos das listas parciaes dos jurados, e as camaras, examinando essas queixas ou reclamações, com os parochos e juizes de paz, corrigirão as listas parciaes, eliminando ou inscrevendo nas listas geraes os nomes dos queixosos ou reclamantes, uma vez que pela maioria absoluta de votos dos

voadores e membros adjuntos se julgue fundada a queixa ou reclamação, praticando-se assim o que está determinado no art. 28 do código.

**Art. 26.** Formada a lista geral, e praticados os actos determinados nos artigos 29, 30 e 31, as camaras municipales darão disso conta ao governo na corte e provincia do Rio de Janeiro, e aos presidentes em conselho nas outras provincias, participando o numero e os nomes dos jurados que tiverem sido apurados.

**Art. 27.** Se o numero dos jurados apurados fór diminuto para formar conselho de jurados, o governo na provincia do Rio de Janeiro, e os presidentes em conselho nas outras, ordenaráõ, quando assim convenha, a reunião desse termo a outro vizinho, como permite o artigo 7, e mandarão remetter á camara municipal da cidade, villa ou povoação que designarem como cabeça de termo as listas dos jurados apurados no termo que lhe fór reunido.

**Art. 28.** Si, ainda depois de assim reunidos dous termos, resultarem apenas sessenta juizes de facto, ou pouco mais, terá então logar a ampliação da apuração, de que trata o final do art. 27.

**Art. 29.** O governo na provincia do Rio de Janeiro, e os presidentes em conselho nas demais provincias, na mesma occasião em que procederem á formação dos termos e comarcas na conformidade dos artigos 1 e 2 destas instrucções, designaráõ quaes as povoações onde deve haver mais de um juiz de direito e um ou mais juizes do oivel, na fórma do artigo 6 do código e do artigo. 13 da disposição provisória acerca da administração da justiça civil.

**Art. 30.** Os presidentes em conselho são autorizados a designarem, dentre os magistrados que estiverem servindo nas

suas respectivas provincias, os juizes de dirqito para cada uma das comarcas, e os juizes especiaes do cível, havendo na provincia alguma povoação nas circumstancias declaradas no artigo 13 do titulo unico da disposição provisoria ácerca da administração da justiça civil.

**Art. 31.** Os presidentes em conselho darão conta ao governo da designação que tiverem feito, afim de ser o magistrado definitivamente nomeado pelo mesmo governo para juiz de direito da comarca, ou juiz do cível da povoação, ou ser em seu logar nomeado outro, como parecer mais conveniente, devendo todavia o magistrado assim designado ir logo exercer o logar de juiz de direito ou do cível para que fôr designado com portaria do presidente, e sob o juramento com que estiver servindo, até que, definitivamente nomeado, preste por si, ou por seu procurador, juramento nas mãos do ministro da justiça, e receba seu diploma.

**Art. 32.** Logo que estes magistrados cheguem ao logar que lhes fôr designado, porão em execução o codigo na parte que lhes diz respeito.

Poderão ser encarregados pelos presidentes de dirigirem as autoridades locais na execução do codigo e das presentes instrucções, explicando-lhes os artigos sobre que tiverem duvida.

**Art. 33.** Si na provincia não houver tantos magistrados, quantos bastem para juizes de direito de todas as comarcas que fôrem creadas, nem por isso se deixará de pôr em execução o codigo em todas as comarcas; devendo em tal caso os juizes municipaes das comarcas, para as quaes os presidentes não designarem juizes de direito por falta de magistrados na provincia, exercer, como substitutos dos ditos juizes, todas as suas funcões nos respectivos termos.

Da mesma sorte os juizes municipaes exercerão todas as funcões dos juizes de direito, sempre que o seu logar venha

por qualquer modo a vagar, e quando o juiz de direito estiver ausente da comarca, ou com licença, ou impedido de molestia grave e prolongada.

**Art. 34.** Os presidentes das camaras municipaes, logo que receberem a ordem ppra a execução do codigo, convocarão as camaras extraordinariamente, caso não estejam em sessão ordinaria, e estas não poderão interromper as sessões enquanto não estiver cumprido tudo quanto lhes é encarregado nas presentes instrucções e no codigo do processo, e que é necessario para ser pôsto em inteira execução; as mesmas camaras deverão activar as autoridades locais que fôrem omissas ou negligentes em executar aquillo que lhes é incumbido.

**Art. 34.** A divisão que nas provincias se fizer de comarcas, termos e districtos; os logares designados para as sessões das juntas de paz; o ordenado que fôr marcado para os juizes de direito, e tudo quanto em execução do codigo se praticar será levado pelos presidentes em conselho ao conhecimento da assembléa geral e do governo.

**Art. 36.** Os feitos crimes que estiverem pendentes perante juizes que julgão em 1ª instancia, não sendo de privilegiados, e não sendo os crimes daquelles que cabem na alçada dos juizes de paz, serão remettidos ao juiz de paz da cabeça do termo.

**Art. 37.** Destes feitos aquelles que já estiverem com o libello offerecido, ainda mesmo que já tenham sentença, estando pendente por embargos, deverão sómente ser apresentados ao segundo conselho dos jurados ou jury de sentença; aquelles, porém, em que ainda se não tiver offerecido libello accusatorio, deverão ser apresentados ao primeiro conselho de jurados ou jury de accusação, e, achando este materia para accusação seguirão os mais termos do codigo.

Nesta disposição se comprehendem os feitos crimes pendentes ante os conselhos de guerra, não sendo os crimes puramente militares, ou de emprego militar, e ante as justíças ecclesiasticas, sendo os crimes taes que dêem logar á imposição de outras penas além das espirituaes.

Neste caso serão os feitos remettidos por traslado.

**Art. 38.** Sendo parte accusadora a justiça, o juiz de paz respectivo, logo que receba o processo, fará disso participação ao promotor para proseguir na fórma do código.

**Art. 39.** Os aggravos de justa pronuncia pendentes perante os ouvidores de comarca serão, com os feitos em que tiverem sido interpostos, remettidos ao juiz de paz da cabeça do termo, para se proceder a seu respeito como fica disposto nos artigos antecedentes.

**Art. 40.** Os feitos civeis pendentes, ou em execução perante os juizes extinctos pelo código, e disposição provisoria ácerca da administração da justiça civil, serão remettidos aos juizes municipaes ou juizes de direito no cível dos termos ou povoações a que pertencerem, para ahi proseguirem seus ultteriores termos na fórma de direito, e da disposição provisoria ácerca da administração da justiça civil.

As mesmas autoridades serão remettidos os feitos que penderem perante os juizes de orphãos, não sendo dos enumerados no artigo 20 da disposição provisoria ácerca da administração da justiça civil.

**Art. 41.** As appellações civeis e crimes, que penderem perante os ouvidores de comarca, serão remettidas á relação do districto, para ahi proseguirem seus termos, e serem sentenciadas na fórma do novo regulamento.

**Art. 42.** Não se proseguirá no conhecimento dos aggravos de petição e instrumento, que ainda estiverem pendentes ante

os ouvidores de comarca, qualquer que seja o seu estado; porém a requerimento de parte ficarão reduzidos a agravos do auto do processo para delles se tomar conhecimento nos termos do artigo 14 da disposição provisoria ácerca da administração da justiça civil.

**Art. 43.** Os juizes municipaes nos termos em que não houver juizes de direito especiaes para o civil, na fórmula do artigo 3 da disposição provisoria ácerca da administração da justiça civil, deverão conhecer dos feitos e contas pertencentes á provedoria de residuos e capellas até sentença final exclusive, na fórmula por que procedem a respeito dos outros feitos civis na conformidade do artigo 8 da referida disposição, competindo o julgamento final dos ditos feitos e contas ao juiz de direito.

**Art. 44.** Nas povoações, em que houver juizes do civil, competirá a estes todo o conhecimento dos ditos feitos e contas.

**Art. 45.** Os escrivães das provedorias das comarcas passarão a escrever nos objectos de provedoria perante os juizes municipaes e de direito do termo que era cabeça de comarca; e, si nesse termo houver escrivão especial de provedoria, poderá escolher outro termo dessa comarca.

**Art. 46.** Ácerca dos processos pendentes nas relações se guardará o disposto no respectivo regulamento.

#### SECÇÃO V

#### *Disposições sobre processos pendentes nas relações e diferentes varas*

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 90.** As apellações pendentes das juntas de justiça, em quanto as houver

serão julgadas em conformidade da resolução de 9 de Novembro de 1830.

**Art. 91.** As revistas antigas, concedidas pelo extinto desembargo do paço que ainda não tiverem sido julgadas, ou penderem por embargos, serão julgadas pela mesma forma das concedidas pelo supremo tribunal de justiça, sendo primeiro distribuidas.

**Art. 92.** As appellações civeis ou crimes, e aggravos ordinarios, pendentes nas diversas mesas das relações, que ainda não tiverem sido julgadas ou penderem por embargos, serão julgadas pela maneira determinada neste regulamento para o julgamento das appellações civeis e crimes, sendo apresentadas em mesa pelos desembargadores, que as tiverem em seu poder, e pelo secretario as que estiverem nos cartorios dos escrivães para serem novamente distribuidas sem assignatura ou emolumento algum; trancando-se as tenções, que estiverem escriptas nos autos.

Os autos que estiverem com vista aos advogados para razões, ou outros quaesquer termos, serão cobrados a proporção que se forem findando os prazos ou termos, para serem apresentados e distribuidos na forma dita.

**Art. 93.** As causas civeis e crimes, que se julgavão nas diversas mesas das relações em primeira e ultima instancia, e que ainda penderem por embargos nas sobreditas mesas, serão distribuidas sem assignatura ou emolumento algum, como appellações, e como taes serão julgadas na forma deste regulamento.

**Art. 94.** Aquelles, porém, que não tiverem algum julgamento, ou accórdão decisivo, e todas as outras, que penderem perante os juizes, cujas jurisdicções ficão extinctas, serão remettidas aos juizes, a quem pertencer na forma determinada nos artigos 36, 37 e 40 das instrucções para execução do código do processo criminal de 13 de Dezembro de 1832.



**Art. 95.** Não se proseguirá no conhecimento dos aggravos de petição e instrumento, que ainda estiverem pendentes, qualquer que seja o seu estado; porém, a requerimento da parte ficarão reduzidos a aggravos do auto do processo para delles se tomar conhecimento nos termos do artigo 14 da disposição provisoria ácerca da administração da justiça civil.

**Art. 96.** As appellações pendentes ante o conselho supremo militar, e juntas de justiça militar, não tendo ainda sentença, e não sendo os crimes puramente militares ou de emprego militar, serão remettidas ás relações do districto, para serem sentenciadas na forma deste regulamento.

#### SECÇÃO VI

#### *Julgamento de processos criminaes anteriores ao código do processo criminal.*

**Lei de 22 de Ag. de 1833: Art. 1.** Os juizes de direito ficão autorizados a julgarem porsí só todos os processos crimes anteriores á publicação do código do processo criminal, que já estiverem preparados com as provas competentes para o julgamento definitivo, uma vez que as partes nisso convenhão por um termo nos autos.

**Art. 2.** Os processos assim julgados terão os recursos estabelecidos no sobredito código para as relações dos districtos competentes, e ahí serão julgados definitivamente pelos membros das ditas relações, segundo a forma e regras estabelecidas no mesmo código a respeito dos processos civis.

**Art. 3.** Todos os mais processos, em que ao tempo da publicação do sobredito código já houvesse pronuncia, e convindo o réo, por termo nos autos, serão preparados simplesmente de libello, e contestação, dentro de prazos sufficientes, e iguaes a cada uma das partes; e logo submettidos ao jury de sentença para o que os mesmos juizes de direito poderão convoca-lo extraordinariamente, e prorogar as suas sessões até serem concluidas, conciliando a expedição de taes processos com o menor gravame dos jurados.

**Art. 4.** Nos logares, onde ha mais de um juiz de direito poderá cada um delles convocar ao mesmo tempo um jury de sentença, procedendo na fórmula do artigo antecedente, e observando-se neste caso, quanto ao promotor publico, a disposição do artigo 38 do código.

**Art. 5.** Ficão suspensas para este fim sómente todas as disposições do código do processo criminal, e mais disposições legislativas em contrario.

#### SECÇÃO VII

*Providencias para a execução da reforma judiciaria e policial alterando o código do processo*

**Decr. de 2 de Fev. de 1842 : Art. 1.** Logo que o regulamento n. 120 de 31 de Janeiro do corrente anno, para a execução da lei de 3 de Dezembro de 1841, fôr publicado na capital de qualquer provincia em que se não tenha ainda apresentado o chefe de policia nomeado pelo governo, ficará o desempenho das suas respectivas attribuições, em toda a provincia, a cargo do que actualmente servir na capital, e na sua falta ou impedimento os presidentes das mesmas provincias nomearão um magistrado que faça as suas vezes.

**Art. 95.** Não se proseguirá no ex-  
graves de petição e instrumento, qu-  
dentes, qualquer que seja o seu  
mento da parte ficarão reduzidos  
cesso para delles se tomar co-  
tigo 14 da disposição provi-  
justiça civil.

citado re-  
her todas as  
rmos da pro-  
2 do dito regu-  
assim para fixar o  
em que têm de servir,  
do mesmo regulamento.

**Art. 96.** As a-  
premo militar, e j-  
sentença, e não p-  
emprego milit-  
para serem :

do procederão para marcar os dis-  
rmos que estiverem nas circumstan-  
regulamento.

ocasião ordenará aos chefes de poli-  
mais escrupulosas informações acerca de  
termos da provincia, as pessoas as mais  
de delegados, subdelegados e supplentes  
provenhao, procurando individuos que, pela sua  
pencia, imparcialidade e independencia, pos-  
a justiça.

presidentes das provincias fixarão provisoria-  
de juizes municipaes e de orphãos que deverá  
municipios que se acharem nas circumstancias da se-  
artigo 31 do regulamento n. 120 já citado, e  
e 117 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

tambem determinarão provisoriamente  
e termos em que deve haver juiz municipal  
de orphãos, e quaes aquelles em que os juizes do  
acumular as funcções de juiz de orphãos.

Feita a accumulção dos termos que deverem ser  
designados os districtos dos subdelegados, e

ções precisas, passarão os presidentes dos delegados, subdelegados

cargos a pessoas propostas e dominadas por odios.

nomeações de subdelegados serão audiência dos delegados, e ao mesmo tempo, sendo possível.

Os mesmos presidentes proverão provisoriamente os de juizes municipaes e de orphãos, nomeando da mesma maneira os seus supplentes, quando o governo geral não tenha ainda feito taes nomeações.

Os nomeados entrarão logo em exercicio.

**Art. 10.** Darão immediatamente conta, pela secretaria de estado dos negocios da justiça, das nomeações que assim houverem feito, afim de serem definitivamente nomeados os mesmos juizes, ou em seu logar outros, segunho parecer mais conveniente.

**Art. 11.** As participações de que trata o artigo antecedente deverão ser acompanhadas dos requerimentos dos nomeados (si os tiverem feito) e de todos os documentos e informações que os possam abonar.

**Art. 12** Feita a nomeação dos delegados, procederão elles immediatamente á organização da lista dos jurados do termo.

**Art. 13.** Quando, pela apuração e revisão das ditas listas, se vier a reconhecer que um termo não tem o numero de cincoenta jurados, exigido pela lei, annexar-se-ha a outro (quando o não tenha sido), e far-se-ha nova nomeação de juiz municipal, de orphãos e de delegado para os termos reunidos, ficando

sem vigor as que havião sido feitas para cada um separadamente.

**Art. 14.** Logo que para esse fim houverem obtido os esclarecimentos necessários, informaráõ os presidentes das provincias o governo, na fórma do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, sobre as gratificações e ordenados que convenha marcar aos chefes de policia, juizes municipaes e promotores, alim de serem estabelecidas pelo mesmo governo.

**Art. 15.** Os escrivães, inspectores de quartearão e officiaes de justiça, que actualmente servem perante os juizes de paz, passarão a servir perante os subdelegados, e conjunctamente perante aquelles, nos negocios que são de sua competencia, salvas as disposições dos artigos 19, 42, 44 e 52 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

**Art. 16.** Quando os districtos dos subdelegados fôrem maiores do que os dos juizes de paz, e vier portanto a haver nelles mais de um escrivão de paz, servirá perante o subdelegado aquelle que elle escolher, o qual, comtudo continuará a escrever perante o juiz de paz com quem servia.

**Art. 17.** Os escrivães e tabelliães do judicial que servem perante os actuaes juizes municipaes o de orphãos servirão perante aquelles de que trata a lei de 3 de Dezembro de 1841.

**Art. 18.** Os presidentes das provincias nomearáõ provisoriamente os escrivães privativos do jury, podendo recahir a nomeação, nos logares menos populosos, e onde houver pouco expediente, em algum dos escrivães existentes, e principalmente no das execuções.

**Art. 19.** Os subdelegados, apenas nomeados, ordenaráõ aos actuaes escrivães de paz que lhes apresentem todos os

processos pendentes que existirem nos seus cartorios, afim de proceder-se á sua distribuição pela maneira seguinte :

**Art. 20.** Remetteráõ aos juizes municipaes as denuncias e autos de formação da culpa pelo crime de contrabando, quer estejam, quer não, com despacho de pronuncia ou de despronuncia, que ainda não tenham passado em julgado, afim de proseguirem perante elles seus devidos termos.

**Art. 21.** Outrosim lhes remetteráõ todos os autos de formação da culpa por outros delictos (excepto os de responsabilidade) quose acharem com despacho de pronuncia ou de não pronuncia, que ainda não passassem em julgado, afim de serem sustentados ou revogados esses despachos como fôr de direito, e seguirem-se os ultimos termos, na fôrma do Regul. n. 120, já citado.

**Art. 22.** Igualmente lhes remetteráõ todos os autos e papeis relativos á formação da culpa de juizes de direito e commandantes militares, na conformidade dos artigos 155 do codigo do processo criminal, e 17 § 4 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

**Art. 23.** Da mesma sorte procederáõ pelo que respeita aos autos pendentes sobre causa de almotaçaria, cujo valor exceder á alçada dos juizes de paz.

**Art. 24.** Ordenaráõ que prosigão perante elles subdelegados todos aquelles negocios policiaes ou criminaes de sua competencia, salvo aquelles que tambem o fôrem da dos juizes de paz por que proseguiráõ perante estes.

**Art. 25.** Remetteráõ ao juiz municipal todos os processos que estiverem em poder dos juizes de paz da cabeça dos termos para serem apresentados ao jury, exceptuados os dos crimes de contrabando e de responsabilidade de empregados não privilegiados.

**Art. 26.** Remetteráõ aos juizes de direito os requerimentos de queixa e denuncias, e os autos de formação de culpa por delictos de responsabilidade de empregados publicos não privilegiados, quer estejam, quer não, pronunciados, e bem assim os processos de suspeição dos juizes municipales que estiverem pendentes.

**Art. 27.** Igualmente os recursos e appellações, cujo conhecimento e decisão, pela lei de 3 de Dezembro de 1841 e respectivo regulamento, fica pertencendo ao mesmo juiz de direito.

**Art. 28.** Os escrivães de paz que não apresentarem aos subdelegados os processos pendentes nos seus cartorios, na fórma do artigo 19, serão por elles punidos com a multa de 100\$000 a 200\$000.

E quando, não obstante a imposição dessa pena, persistirem em não os apresentar (não os declarando desencaminhados, caso em que se procederá como fôr de direito), ser-lhes-ha imposta, pelos mesmos subdelegados, a de prisão por um a tres mezes.

Da imposição das ditas penas haverá recurso para o juiz de direito.

**Art. 29.** As relações farão remetter aos juizes de direito respectivos aquellas appellações cujo conhecimento lhe fica pertencendo pela lei de 3 de Dezembro de 1841, e que ainda estiverem pendentes.

**Art. 30.** Todos os despachos de pronuncia ou não pronuncia, que não houverem passado em julgado, e que não tiverem sido sustentados ou revogados pelo primeiro conselho do jury, o serão pelo juiz municipal, seguindo-se depois os termos marcados no regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

Exceptuão-se; além das pronuncias proferidas sobre crimes de responsabilidade ou contrabando, as que o houverem sido pelo jury, as quaes entrarão logo no conselho de accusação sem dependencia da sustentação pelos juizes municipaes.

**Art. 31.** Os processos por crime de contrabando que tiverem pronuncia seguirão os termos marcados no capitulo 12 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, do artigo 389 por diante.

**Art. 32.** Todos os mais processos que por virtude dos artigos antecedentes fõrem remettidos às autoridades hoje competentes pela lei de 3 Dezembro de 1841, e respectivo regulamento, proseguirão perante ellas igualmente na fôrma da mesma lei e regulamento, para o que determinarão as mesmas autoridades que lhes sejam conclusos, para ordenar os seus termos.

**Art. 33.** Os protestos por novo julgamento em novo jury, que estiverem pendentes e não julgados pelo jury para o qual houverem sido interpostos, salvo o caso em que o protestante declare por termo nos autos espontaneamente, ou em prazo (nunca menor de 8 dias) que com intimação lhe será assignado a requerimento da parte ou do promotor, que prefere ser julgado pelo jury do mesmo logar ou mais vizinho, nos termos do artigo 87 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

**Art. 34.** Os presidentes das provincias resolverão as duvidas que se suscitarem na execução deste e do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, dando de tudo conta ao governo.

**Art. 35.** Os juizes de direito das comarcas darão aos juizes municipaes, delegados, subdelegados e juizes de paz, as



necessarias instrucções e esclarecimentos para solver as duvidas que lhes occorrerem na execução das presentes instrucções relativas á ordem e marcha dos processos.

**Art. 36.** As autoridades criminaes e policiaes, actualmente existentes, continuarão em exercicio em quanto se não effectuar a nova organização.

**Art. 37.** Á medida que as novas autoridades fôrem sendo nomeadas, entrarão em exercicio, provendo os presidentes, quanto fôr possivel, para que entrem conjunctamente todas as de um termo ou termos reunidos.

**TITULO VII.—Vencimento dos funcionarios incumbidos da administração da justiça**

**CAPITULO I**

**VENCIMENTO DAS AUTORIDADES POLICIAES E SEUS AUXILIARES**

**SECÇÃO I**

*Chefes de policia*

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 3.** Os chefes de policia, além do ordenado que lhes competir como desembargadores ou juizes de direito, poderão ter uma gratificação proporcional ao trabalho, ainda quando não accumulem o exercicio de um e outro cargo.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 24.** Os chefes de policia, além do ordenado de desembargadores (quando o sejam) ou de juizes de direito das capitaes em que servirem, vencerão mais uma gratificação proporcional ao trabalho, a qual será marcada pelo governo, sob informação dos presidentes das provincias.

**Decr. de 18 de de Jul. de 1842: Art. un.** O chefe da policia da provincia de Santa-Catharina vencerá a gratificação annual de 400\$000.

**Deer. de 6 de Set. de 1843: Art. 1.** O chefe de policia da provincia do Rio-Grande do Sul vencerá a gratificação annual de 400\$000.

**Deer. de 5 de Nov. de 1843: Art. un.** O chefe de policia da provincia Matto-Grosso, de vencerá a gratificação annual de 800\$000.

**Deer. de 5 de Nov. de 1843: Art. un.** O chefe de policia da provincia de Goyaz receberá a gratificação annual de 500\$000.

**Deer. de 6 de Nov. de 1843: Art. 4.** O chefe de policia da provincia de Minas perceberá a gratificação annual de 800\$000.

**Deer. de 11 de Jul. de 1843: Art. un.** O chefe de policia da Bahia vencerá a gratificação annual de 800\$000.

O da Parahyba 400\$000.

**Deer. de 1 de Ag. de 1843: Art. 3.** O chefe de policia da sobredita provincia (Pará) vencerá a gratificação annual de 800\$000.

**Deer. de 31 de Ag. de 1843: Art. 3.** O chefe de policia da mesma provincia (Piauhy) vencerá a gratificação annual de 400\$000.

**Deer. de 11 de Mai. de 1843: Art. un.** Os chefes de policia da côrte, e das provincias do Rio de Janeiro e São Paulo vencerão cada um a gratificação annual de 800\$000.

O da provincia do Espirito-Santo de 400\$000 reis.

**Deer. de 15 de Mai. de 1843: Art. un.** Os chefes

de policia das provincias do Maranhão, Ceará, e Pernambuco vencerão a gratificação annual de 800\$000.

O das Alagoas a de 600\$000.

**Decr. de 18 de Jun. de 1842. Art. un.** O chefe de policia da provincia de Sergipe vencerá a gratificação annual de 600\$000 com a obrigação marcada no artigo 11 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro do anno, que corre.

**Decr. de 1 de Mai. de 1843. Art. 1.** O chefe de policia da provincia do Rio-Grande do Norte vencerá a gratificação annual de 600\$000.

**Decr. de 26 de Jul. de 1850: Art. 27.** Os chefes de policia, que fôrem dezembargadores, receberão, além do ordenado dos demais juizes de direito, as respectivas gratificações de exercicio, com o acrescimo seguinte:

§ 1. De 800\$000 na corte;

§ 2. De 600\$000 nas provincias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, e Matto-Grosso;

§ 3. De 400\$000 nas do Maranhão, Rio-Grande do Sul e Goyaz.

§ 4. De 300\$000 nas do Pará, Ceará, Parahyba, Alagoas, Minas e São-Paulo.

§ 5. De 200\$000 nas do Piahy, Rio-Grande do Norte, Sergipe, Espirito-Santo, e Santa Catharina.

**Decr. de 15 de Set. de 1851: Art. un.** O chefe de policia da provincia do Amazonas vencerá a gratificação annual de 400\$000.

**Lei de 28 de Set. de 1853. Art. 25.** O governo fica autorizado para augmentar, desde já, a gratificação do chefe de policia da corte e provincias do imperio, cujo serviço demandar esta providencia.

**Decr. de 17 de Out. de 1853.** Hei por bem... elevar a 2:400\$000 a gratificação annual de chefe de policia do municipio da corte.

**Decr. de 17 de Out. de 1853.** Hei por bem... marcar para o chefe de policia da provincia do Paraná a gratificação annual de 1:200\$000.

**Decr. de 19 de Dez. de 1853. Art. 1.** Hei por bem... Ficão elevadas a 1:600\$000 as gratificações dos chefes de policia das provincias da Bahia, de Pernambuco, de Minas e de Matogrosso.

**Art. 2.** Ficão elevadas a 1:400\$000 as gratificações dos chefes de policia das provincias de Goyaz, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Maranhão, e do Pará.

**Art 3.** Ficão elevadas a 1:200\$000 as gratificações dos chefes de policia das provincias das Alagoas, da Parahyba, do Ceará, do Piahy, e do Amazonas.

**Art. 4.** Ficão elevadas a 1:000\$000 as gratificações dos chefes de policia das provincias do Rio-Grande do Norte, de Sergipe, do Espirito-Santo e de Santa Catharina.

**Decr. de 31 de Nov. de 1853.** Hei por bem... elevar a 1:600\$000 a gratificação do chefe de policia da provincia do Rio de Janeiro.

**Decr. de 16 de Dez. de 1853.** Hei por bem... declarar que ao chefe de policia exonerado ou demittido compete o ordenado de juiz de direito até regressar para o logar, de que foi tirado, ou para outro equivalente, em vista do artigo 23 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

**Decr. de 22 de Set. de 1855: Art. 1.** Fica elevada a 3:600\$000 a gratificação do chefe de policia do municipio da côrte.

**Art. 2.** Quando esta commissão fôr desempenhada por desembargador de alguma das relações do imperio, não perceberá este a gratificação da lei n. 647 de 7 de Agosto de 1852.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 1 § 5.** Os chefes de policia, quando magistrados no exercicio do cargo policial, terão os mesmos vencimentos pecuniarios, si fôrem superiores ao do logar de chefe de policia.

**Art. 28.** O governo marcará os vencimentos, que devem ter os chefes de policia, que não fôrem magistrados, não podendo exceder aos vencimentos actuaes.

**Decr. de 20 de Març. de 1872: Art. 1.** Os chefes de policia, que não fôrem magistrados, terão os mesmos vencimentos, que actualmento percebem os juizes de direito no exercicio daquelle cargo (3.600\$000 na fôrma da lei de 28 de Junho de 1870).

**Art. 2.** A importancia desses vencimentos será dividida pela metade em ordenado e gratificação.

## SECÇÃO II

### *Vencimento dos empregados das secretarias de policia*

**Decr. de 15 de Mai. de 1843: Art. un.** Os amanuenses do chefe de policia da provincia do Rio de Janeiro

vencerão o 1º a gratificação annual de 600\$000 e o 2º a de 500\$000;

Os do chefe de policia da provincia do Maranhão, o 1º a de 600\$000 e o 2º a de 500\$000;

Os do chefe de policia da provincia de Minas, o 1º a de 600\$000 e o 2º a de 400\$000;

E os do chefe de policia da provincia das Alagoas o 1º a de 500\$000 e o 2º a de 400\$000;

Dependendo, porém, taes gratificações da approvação da assembléa geral legislativa, na conformidade do art. 8 da lei de 3 de Dezembro do anno passado.

**Decr. de 13 de Jun. de 1843: Art. 4.** O chefe de policia da provincia de Goyaz terá um amanuense para o expediente da repartição a seu cargo com o vencimento de 300\$000, o qual fica dependendo da approvação da assembléa geral legislativa na conformidade do artigo 8 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

**Decr. de 13 de Jun. de 1843: Art. un.** Os amanuenses do chefe de policia da provincia de Sergipe vencerão a gratificação annual de 400\$000, dependendo, porém esta gratificação da approvação da assembléa geral legislativa, na conformidade do artigo 8 da lei de 3 de Dezembro do anno passado.

**Decr. de 11 de Jul. de 1843: Art. un.** O amanuense do chefe de policia da provincia de Santa Catharina vencerá igual gratificação (300\$000).

**Decr. de 28 de Set. de 1844: Art. un.** O amanuense do chefe de policia da provincia de Santa-Catharina vencerá de ora em diante a gratificação annual de 360\$000, ficando nesta parte revogado o decreto de 11 de Julho de 1842.

**Decr. de 11 de Jul. de 1843: Art. un.** Cada

um dos amanuenses do chefe de policia da provincia do Ceará vencerá a gratificação annual de 300\$000.

O do chefe de policia da provincia de Santa-Catharina vencerá igual gratificação; as quaes ficarão dependendo da approvação da assembléa geral legislativa, na conformidade do artigo 8 da Lei de 3 de Dezembro do anno proximo passado.

**Decr. de 1 de Ag. de 1843 : Art. 6.** Cada um dos amanuenses de sua secretaria (do chefe de policia da provincia do Pará) terá a gratificação annual de 500\$000, dependendo, porém, da approvação da assembléa geral legislativa, na conformidade do artigo 8 da lei de 3 de Dezembro do anno proximo passado.

**Decr. de 6 de Set. de 1843 : Art. 5** O amanuense do chefe de policia da provincia do Rio-Grande do Sul vencerá a gratificação de 600\$000, que fica dependendo da approvação da assembléa geral legislativa, segundo o disposto no artigo 8 da lei de 3 de Dezembro do anno proximo passado.

**Decr. de 15 de Set. de 1851 :** O chefe de policia da provincia do Amazonas terá um amanuense para o expediente da respectiva secretaria, o qual vencerá a gratificação annual de 400\$000, dependendo, porém, de approvação da assembléa geral legislativa, na conformidade do artigo 8 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

**Decr. de 24 de Out. de 1843 : Art. 7.** O amanuense do chefe de policia da provincia da Parahyba terá o vencimento annual de 300\$000; dependendo, porém, de approvação da assembléa geral legislativa, na conformidade do artigo 8 da lei de 3 de Dezembro do anno proximo passado.

**Decr. de 5 de Nov. de 1843 Art. 3.** O chefe de policia da provincia do Espirito-Santo terá um amanuense para



o expediente da sua repartição, o qual vencerá a gratificação annual de 250\$000, dependendo, porém, da approvação da assembléa geral legislativa na conformidade do artigo 8 da lei de 3 de Dezembro do anno proximo passado.

**Decr. de 5 de Nov. de 1843 : Art. un.** E o seu amanuense (do chefe de policia da provincia de Matto-Grosso) vencerá a gratificação annual de 4000\$000.

**Decr. de 5 de Nov. de 1843 : Art. un.** O chefe de policia da provincia de São-Paulo terá 2 amanuenses para o expediente da sua repartição.

Cada um delles terá o vencimento annual de 400\$000 dependendo, porém, da approvação da assembléa geral legislativa, na conformidade do artigo 8 da lei de 3 de Dezembro do anno proximo passado.

**Decr. de 23 de Fev. de 1843: Art. un.** O chefe de policia da provincia da Bahia terá dous amanuenses para o expediente da sua repartição.

Cada um delles terá o vencimento annual de 500\$000, que fica dependendo de approvação da assembléa geral legislativa, na conformidade do artigo 8 da lei de 3 de Dezembro do anno proximo passado.

**Decr. de 18 de Abr. de 1843: Art. un.** Os dous amanuenses da secretaria de policia da provincia de Pernambuco vencerão: o 1º a gratificação annual de 600\$000 e o 2º a de 500\$000, dependendo taes gratificações da approvação da assembléa geral na conformidade do artigo 8 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

**Decr. de 1 de Mai. de 1843: Art. 1.** O amanuense da secretaria da policia da mesma provincia (Rio-grande do Norte) vencerá a gratificação annual de 240\$000.

**Decr. de 27 de Fev. de 1858: Art. un.** Os empregados da secretaria de policia da provincia de Santa Catharina

perceberão os vencimentos marcados na tabella, que com este baixa, ficando sem vigor, na parte relativa á dita provincia, a tabella n. 2, que acompanhou o decreto n. 1.898 de 21 de Fevereiro do anno proximo findo.

TABELLA

|                                     | Ordem | Gratíf. | Total   |
|-------------------------------------|-------|---------|---------|
| 1 Escriptuario.....                 | 800\$ | 800\$   | 1.600\$ |
| 2 Amanuenses.....                   | 600\$ | 200\$   | 1.600\$ |
| 1 Dito externo.....                 | 600\$ | 200\$   | 800\$   |
| 1 Porteiro servindo de continuo.... | 300\$ | 200\$   | 500\$   |

SECÇÃO III

*Vencimentos dos carcereiros*

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 8.** Os vencimentos dos carcereiros serão marcados pelo governo, e sujeitos á approvação da assembléa geral legislativa.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 50.** Os vencimentos dos carcereiros serão marcados pelo governo, sobre informação dos presidentes das provincias, que ouvirão os chefes de policia, e estes aos delegados. (\*)

**Art. 153.** Os carcereiros, além dos ordenados ou

---

(\*) Os vencimentos dos carcereiros estão marcados em varios decretos do poder executivo, que determina esses vencimentos pela importancia dos logares.

gratificações que actualmente vencem, ou que lhes fôrem para o diante marcados, perceberão os emolumentos seguintes:

|                                                                                                |       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Carceragem pela soltura de qualquer preso em geral. .                                          | 1,800 |
| Dita pela soltura de pessoas recolhidas em custodia<br>ou presos por infracção de postura..... | 900   |
| Dita por mudança de prisão.....                                                                | 900   |
| Dita por soltura de escravos.....                                                              | 1,200 |

(Alvará de 10 de Outubro de 1854). (\*)

## CAPITULO II

### VENCIMENTO DOS MAGISTRADOS E SEUS AUXILIARES

#### SECÇÃO I

#### VENCIMENTO DOS JUIZES

#### *Ministros do supremo tribunal de justiça*

**Lei de 18 de Set. de 1838 : Art. 1.** Terão (os juizes do supremo tribunal de justiça) o ordenado de 4:000\$000 sem outro emolumento ou propina.

**Lei de 7 de Ag. de 1852 : Art. 3.** Os ministros do supremo tribunal de justiça vencerão, além do ordenado de 4:000\$000, uma gratificação annual de 2:000\$000.

A estas gratificações só terão direito os que se acharem em effectivo exercicio.

---

(\*) O regimento de custas promulgado com o decreto de 2 de Setembro de 1874 determinou esses emolumentos nos artigos 194 e 195.

**Lei de 28 de Jun. de 1870: Art. 12.** Os vencimentos fixos dos ministros do supremo tribunal de justiça ficão desde já elevados a mais metade do que actualmente percebem, sendo dous terços ordenado e um terço gratificação.

*Dezembargadores*

**Disp. prov.: Art. 23.** O mesmo governo na côrte, e os presidentes em conselho nas provincias, lhes arbitrarão (aos dezembargadores) ordenados razoaveis e accommodados ás circumstancias do tempo e logar em que servem; ficando dependentes da approvação do corpo legislativo.

**Decr. de 23 de Jan. de 1833: Art. 2.** O presidente e o procurador da corôa da relação desta provincia vencerão cada um annualmente o ordenado de 3:200\$000.

Cada um dos dezembargadores da dita relação 2:800\$000.

**Art. 3.** O excedente do ordenado estabelecido para o presidente, procurador da corôa e dezembargadores da relação daquelle que actualmente vencem cada um dos referidos magistrados, fica considerado como gratificação, até que o mesmo ordenado seja approved pela assembléa geral, podendo até então ser alterado como convier.

**Lei de 7 de Ag. de 1832: Art. 3.** Os dezembargadores das relações vencerão o ordenado de 3:000\$000, e a gratificação de 1:000\$000.

A estas gratificações só terão direito os que se acharem em effectivo exercicio.

**Lei de 28 de Jun. de 1870: Art. 12.** Os vencimentos fixos dos dezembargadores ficão desde já elevados á mais metade do que actualmente percebem, e serão dous terços ordenado e um terço gratificação.

**Lei de 26 de Ag. de 1873 : Art. 3.** Os juizes de direito nomeados desembargadores, e os desembargadores nomeados ministros do supremo tribunal de justiça, vencerão o ordenado do logar que deixarem, até a posse do novo cargo, si a tomarem no prazo marcado pelo governo.

**Reg. de 3 de Mai. de 1874: Art. 163.** Os juizes de direito nomeados desembargadores vencerão o ordenado dos logares que deixarem até a posse do novo cargo, si a tomarem no prazo marcado pelo governo.

**Art. 164.** O governo marcará, segundo as distancias, o prazo de 1 a 6 mezes, contado da noticia official da nomeação, para que os magistrados nomeados desembargadores entrem no exercicio de seus cargos.

**Art. 165.** Só por impossibilidade provada perante o governo antes de findo o prazo, poderá este ser prorogado até por mais de metade do tempo, sem vencimento algum.

**Art. 166.** Si no prazo marcado os juizes de direito não tomarem posse dos logares para que tiverem accesso, restituirão as quantias recebidas na fórma do artigo 163, e serão considerados avulsos na categoria que tinham antes da ultima nomeação, sem vencer ordenado nem contar antiguidade até que obtenham novo emprego.

**Art. 167.** Aos desembargadores que fôrem nomeados ministros do supremo tribunal de justiça são applicaveis as disposições dos quatro artigos precedentes.

**Lei de 20 de Out. de 1875 : Art. 16.** Fica o governo, desde já, autorizado para :

§ 3 Arbitrar uma gratificação até 2:000\$000 aos juizes de direito, que fôrem nomeados desembargadores para relações existentes em provincia diversa da em que residirem.

**Deer. de 27 de Nov. de 1875: Art. un.** As gratificações aos juizes de direito, que fôrem nomeados dezembargadores para as relações existentes, em provincia diversa da em que residirem, serão reguladas pela tabella, que com este baixa:

**TABELLA DAS GRATIFICAÇÕES A QUE SE REFERE O DECRET<sup>o</sup> DE 27  
DE NOVEMBRO DE 1875**

**RELAÇÕES**

| <i>PROVINCIAS</i>   | Baldm   | S. Luiz | Fortaleza | Recife  | S. Salvador | Côrre   |
|---------------------|---------|---------|-----------|---------|-------------|---------|
| Amazonas.....       | 500\$   | 600\$   | 700\$     | 800\$   | 900\$       | 1:000\$ |
| Pará.....           | \$      | 600\$   | 700\$     | 800\$   | 900\$       | 1:000\$ |
| Maranhão.....       | 600\$   | \$      | 600\$     | 700\$   | 800\$       | 900\$   |
| Piauhý.....         | 600\$   | 500\$   | 600\$     | 700\$   | 800\$       | 900\$   |
| Ceará.....          | 700\$   | 600\$   | \$        | 600\$   | 700\$       | 800\$   |
| R.-Grande do Norte. | 700\$   | 600\$   | 500\$     | 600\$   | 700\$       | 800\$   |
| Parahyba.....       | 800\$   | 700\$   | 600\$     | 500\$   | 600\$       | 700\$   |
| Pernambuco.....     | 800\$   | 700\$   | 600\$     | \$      | 600\$       | 700\$   |
| Alagoas.....        | 800\$   | 700\$   | 600\$     | 500\$   | 600\$       | 700\$   |
| Sergipe.....        | 900\$   | 800\$   | 700\$     | 600\$   | 500\$       | 600\$   |
| Bahia.....          | 900\$   | 800\$   | 700\$     | 600\$   | \$          | 600\$   |
| Espirito-Santo..... | 1:000\$ | 900\$   | 800\$     | 700\$   | 600\$       | 500\$   |
| Rio de Janeiro..... | 1:008\$ | 900\$   | 800\$     | 700\$   | 600\$       | \$      |
| São-Paulo.....      | 1:100\$ | 1:000\$ | 900\$     | 800\$   | 700\$       | 600\$   |
| Paraná.....         | 1:100\$ | 1:000\$ | 900\$     | 800\$   | 700\$       | 600\$   |
| Santa-Catharina.... | 1:200\$ | 1:100\$ | 1:000\$   | 900\$   | 800\$       | 700\$   |
| São-Pedro.....      | 1:200\$ | 1:100\$ | 1:000\$   | 900\$   | 800\$       | 700\$   |
| Minas-Geraes.....   | 1:300\$ | 1:200\$ | 1:100\$   | 1:000\$ | 900\$       | 800\$   |
| Matto-Grosso.....   | 1:400\$ | 1:300\$ | 1:200\$   | 1:100\$ | 1:000\$     | 900\$   |
| Goyas.....          | 1:500\$ | 1:400\$ | 1:300\$   | 1:300\$ | 1:200\$     | 1:100\$ |

| PROVINCIA           | São-Paulo | Porto-Alegre | Ouro Preto | Cuyatá  | Goyaz   |
|---------------------|-----------|--------------|------------|---------|---------|
| Amazonas.....       | 1:100\$   | 1:200\$      | 1:300\$    | 1:400\$ | 1:500\$ |
| Pará.....           | 1:100\$   | 1:200\$      | 1:300\$    | 1:400\$ | 1:500\$ |
| Maranhão.....       | 1:000\$   | 1:100\$      | 1:200\$    | 1:300\$ | 1:400\$ |
| Piauí.....          | 1:000\$   | 1:100\$      | 1:200\$    | 1:300\$ | 1:400\$ |
| Ceará.....          | 900\$     | 1:000\$      | 1:100\$    | 1:200\$ | 1:300\$ |
| R.-Grande do Norte. | 900\$     | 1:000\$      | 1:100\$    | 1:200\$ | 1:300\$ |
| Parahyba.....       | 800\$     | 900\$        | 1:000\$    | 1:100\$ | 1:200\$ |
| Pernambuco.....     | 800\$     | 900\$        | 1:000\$    | 1:100\$ | 1:200\$ |
| Alagoas.....        | 800\$     | 900\$        | 1:000\$    | 1:100\$ | 1:200\$ |
| Sergipe.....        | 700\$     | 800\$        | 900\$      | 1:000\$ | 1:100\$ |
| Bahia.....          | 700\$     | 800\$        | 900\$      | 1:000\$ | 1:100\$ |
| Espírito-Santo..... | 600\$     | 700\$        | 800\$      | 900\$   | 1:000\$ |
| Rio de Janeiro..... | 600\$     | 700\$        | 800\$      | 900\$   | 1:000\$ |
| São-Paulo.....      | \$        | 600\$        | 700\$      | 1:000\$ | 1:000\$ |
| Paraná.....         | 500\$     | 600\$        | 700\$      | 1:000\$ | 1:000\$ |
| Santa-Catharina.... | 600\$     | 500\$        | 900\$      | 800\$   | 1:000\$ |
| São-Pedro.....      | 600\$     | \$           | 900\$      | 800\$   | 1:000\$ |
| Minas-Geraes.....   | 700\$     | 900\$        | \$         | 1:100\$ | 1:000\$ |
| Matto-Grosso.....   | 1:000\$   | 800\$        | 1:100\$    | \$      | 1:200\$ |
| Goyaz.....          | 1:000\$   | 1:100\$      | 1:000\$    | 1:200\$ | \$      |

*Observações.*—Além da gratificação fixada na tabella, se arbitrará ao magistrado com familia um augmento proporcionado ao numero das pessoas de que esta se compuzer, excluidos escravos e famulos.

O augmento não excederá á quantia marcada para o magistrado sem familia, nem em caso algum ao maxime de 2:000\$000.

#### *Juizes de direito*

**Cod. proc.: Art. 49.** Os juizes de direito vencerão interinamente o ordenado que lhes fór marcado na provincia onde estiver a côrte, pelo governo, nas outras pelos presidentes em conselho, que o poderão alterar conforme as circumstancias, em quanto não fór definitivamente fixado por lei.

**Decr. de 22 de Jan. de 1833: Art. 1.** O juiz de direito da comarca do Rio de Janeiro, que fôr o chefe de policia, vencerá interinamente o ordenado annual de 2:800\$000.

Os outros juizes de direito das comarcas desta provincia, e os juizes do civil das povoações das mesmas provincias, em que os houverem, vencerão tambem interinamente o ordenado annual de 2:000\$000.

**Lei de 28 de Jun. de 1850: Art. 1.** Pelos cofres geraes se pagará aos juizes de direito, sem distincção de comarcas, o ordenado annual de 1:600\$000 e uma gratificação de 800\$000, dependendo esta de effectivo exercicio do juiz de direito, e passando para quem o substituir, de sorte que, em nenhum caso, possam os impedidos ou licenceados pelo governo vencer a gratificação.

**Art. 2.** Os juizes de direito removidos, que dentro de um mez, contado do conhecimento official da remoção, declararem, que aceitão o novo logar, terão direito desde logo ao ordenado deste, e ajuda de custo, que lhes couber.

**Art. 3.** Os que o não declararem, ou rejeitarem o novo logar, receberão, durante os primeiros seis mezes, metade do ordenado.

Os que tendo accetado, não entrarem no exercicio effectivo dos novos logares dentro do prazo para isso marcado, restituirão quanto houverem recebido em virtude da declaração, salvo o caso de impossibilidade provada perante o governo, o qual poderá prorogar aquelle prazo razoavelmente, com tanto que não exceda á metade do primeiro.

**Art. 4.** Os prazos, de que trata o artigo 3, serão marcados em regulamento do governo; e quando fôrem alterados para menos, taes alterações só deverão ser applicadas um anno depois da sua publicação: estes prazos decorrem do conhecimento official das remoções.



**Art. 5.** Os juizes de direito removidos, que rejeitarem os novos logares, os que nada declararem, e os que, tendo aceitado, não entrarem em exercicio nos prazos marcados, serão considerados avulsos, e não se lhes contará antiguidade do tempo, em que assim estiverem fóra do exercicio.

**Decr. de 25 de Jul. de 1850: Art. 26.** Os juizes de direito receberão dos cofres geraes e sem distincção de comarcas o ordenado de 1:000\$000 e 600\$000, e a gratificação de 800\$000 annualmente.

A gratificação depende do effectivo exercicio, não podendo fóra d'elle receber-se, qualquer que seja o motivo do impedimento.

**Art. 27.** Os chefes de policia, que não fôrom desembargadores, receberão, além do ordenado dos demais juizes de direito, as respectivas gratificações de exercicio com o acrescimo seguinte:

§ 1. De 800\$000 na côrte.

§ 2. De 600\$000 nas provincias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Mato-grosso.

§ 3. De 400\$000 nas do Maranhão, São-Pedro, e Goyaz.

§ 4. De 300\$000 nas do Pará, Ceará, Parahyba, Alagoas, Minas e São-Paulo.

§ 5. De 200\$000 nas do Piahy, Rio-Grande do Norte, Sergipe, Espirito-Santo e Santa-Catharina.

**Art. 28.** Os juizes municipaes, quando substituirem os juizes de direito, ou os chefes de policia, perceberão os ordenados, que como juizes municipaes percebão, e as gratificações do exercicio dos juizes de direito ou chefes de policia substituidos, mas nunca o ordenado, ainda quando estes o não recebam.

**Lei 28 de Jun. de 1870: Art. 12.** Os vencimentos fixos dos juizes de direito ficão elevados a mais metade do que

percebem, e serão 2 terços de ordenado e 1 terço de gratificação.

*Juizes dos feitos da fazenda*

**Lei de 29 de Nov. de 1841: Art. 7.** O juiz dos feitos da fazenda vencerá um ordenado igual ao dos juizes do civil respectivos.

Os das capitães das provincias, que fôrem juizes dos feitos da fazenda, não terão por este encargo mais algum vencimento, e todos receberão das partes os emolumentos, que lhes competirem na conformidade do regimento pelos actos, que praticarem, e da fazenda nacional a commissão, que lhes fôr arbitrada das quantias, que se arrecadarem por suas deligencias, além das quelhes competirem na conformidade das leis das execuções vivas.

*Auditores de guerra*

**Decr. de 21 de Jan. de 1845.** Se abonará aos nomeados interinamente para servir no impedimento dos juizes de direito pelos dias que servir, uma gratificação de duvida do soldo de auditor proprietario, que é correspondente á patente de capitão; ficando outrosim determinado que os juizes de direito só percebem esta gratificação na proporção do tempo durante o qual servirem, quando não tiverem titulo de auditores de guerra, passados pela respectiva secretaria de estado.

*Auditores de marinha*

**Decr. de 14 de Nov. de 1850: Art. 15.** Os auditores (de marinha) não perceberão por este serviço da auditoria mais que os emolumentos que lhes competirem.

**Decr. de 14 de Nov. de 1830.** Hei por bem declarar que do producto da venda das embarcações e barcos empregados no trafico e de seu carregamento, assim como da retribuição pecuniaria, que pela apprehensão de africanos deve fazer o governo, se deduzão 2 por cento para o auditor de marinha e 3 para o seu escrivão.

*Juiz de orphãos da côrte*

**Lei de 30 de Out. de 1834: Art. 3.** Terá o ordenado o juiz de orphãos da côrte e seu municipio de 1:600\$000. (\*)

*Juizes substitutos*

**Lei de 20 de Set. de 1871 Art. 29: § 12.** Quando substituir ao juiz de direito perceberá o juiz substituto nas comarcas do artigo 1 desta lei... além do proprio ordenado, a gratificação do juiz effectivo e os emolumentos pelos actos que praticar.

*Juizes municipaes*

**Cod. proc.: Art. 49.** Os juizes municipaes perceberão os emolumentos marcados nas leis para os actos, que praticarem.

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 15.** O governo poderá marcar a estes juizes um ordenado que não exceda a 400\$000.

---

(\*) Como juizes de direito hoje têm o ordenado e gratificação deste cargo.

**Art. 21.** Os juizes municipaes e de orphãos, pelos actos que praticarem, tanto no civil como no crime, perceberão dobrados os emolumentos marcados no alvará de 10 de Outubro de 1754 para os juizes de fóra e orphãos das comarcas de Minas geraes, Cuyabá e Matto-Grosso.

**Reg. de 31 de Jan. de 1843: Art. 41.** Os juizes municipaes, que fôrem bachareis formados, vencerão um ordenado (que não excederá de 400\$000), o qual será marcado pelo governo, sob informação dos presidentes das provincias.

**Lei de 28 de Jun. de 1870: Art. 13.** O ordenado dos juizes municipaes e de orphãos será de 600\$000 por anno; e onde, segundo as respectivas lotações, tiverem de vencimento quantia inferior a 1:800\$000, perceberão mais, a titulo de gratificação, a differença entre a lotação e esta quantia.

O governo lhes arbitrará ajuda de custo para transporte e primeiro estabelecimento não superior a 1:000\$000, regulada pela tabella, que fica autorizado a expedir.

**Decr. de 26 de Jul. de 1850: Art. 28.** Os juizes municipaes, quando substituirem os juizes de direito, ou os chefes de policia, perceberão os ordenados que como juizes municipaes percebão, e as gratificações de exercicio dos juizes de direito, ou chefes de policia substituidos, mas nunca o ordenado, ainda quando estes não a recebam.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 29 § 12.** Quando substituir ao juiz de direito, perceberá o juiz municipal nas outras comarcas (geraes), além do proprio ordenado, a gratificação de juiz effectivo, e os emolumentos pelos actos que praticar.

*Supplentes dos juizes municipaes*

**Lei de 30 de Set. 1871 : Art. 29 § 13.** O suplente do juiz municipal, no effectivo exercicio das respectivas funções, terá a gratificação complementar do ordenado do mesmo juiz, e os emolumentos pelos actos, que praticar.

Nos termos reunidos essa gratificação será dividida pelos supplentes que exercerem a jurisdição.

*Juizes de paz*

**Lei de 15 de Out. de 1837 : Art. 7.** Os juizes de paz terão os mesmos emolumentos que o juiz de direito.

**Cod. proc. : Art. 49.** Os juizes de paz perceberão os emolumentos marcados nas leis para os actos, que praticarem.

*Tempo para começarem os vencimentos dos magistrados despachados*

**Decr. de 14 de Març. de 1834.** A regencia permanente ha por bem declarar, que aos magistrados despachados para os differentes logares do imperio, só se deverá contar os seus respectivos vencimentos do dia da posse e exercicio em diante, e até aquellas em que largarem os logares.

SECÇÃO II

*Vencimentos dos auxiliares dos magistrados e tribunaes*

*Promotores publicos*

**Cod. proc. : Art. 49.** Os promotores publicos perceberão os emolumentos marcados em lei para os actos que praticarem.

**Lei de 3 de Dez de 1841 : Art. 23.** Os promotores vencerão o ordenado que lhes fôr arbitrado, o qual, na côrte, será de 1:200\$000 por anno, além de 1\$600 por cada offerecimento de libello, 3\$200 por cada sustentação no jury, e 2\$400 por arrazoados escriptos.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 219.** Haverá no municipio da côrte um só promotor (emquanto não fôr sufficientemente demonstrada a necessidade de mais de um) e vencerá o ordenado de 1:200\$000.

Os das comarcas das provincias vencerão aquelles ordenados que, em attenção ás circumstancias dos logares, e á maior ou menor somma que possuão nelles produzir os emolumentos que lhes fôrem arbitrados pelo governo, sob informação dos presidentes das provincias, que a darão, ouvido o juiz de direito. (\*)

*Adjuntos dos promotores publicos*

**Lei de 20 de Set. de 1871 : Art. 28 § 1.** O governo poderá arbitrar aos adjuntos dos promotores publicos uma gratificação não excedente de 500\$000 annuaes, nos logares onde julgar conveniente.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 8 § 1.** Para os adjuntos nos termos de maior importancia e fóra da residencia dos promotores, poderá o governo, sendo reconhecida a necessidade em attenção ao serviço, decretar gratificação até 500\$000.

§ 3. Na côrte haverá um adjunto com a gratificação de 500\$000.

---

(\*) Os ordenados dos promotores publicos são marcados nos decretos que creão os logares. O decreto de 2 de Outubro de 1873 marcou os vencimentos de todos os promotores publicos até então creados.

*Procurador dos feitos*

**Lei de 29 de Nov. de 1841: Art. 8.** O procurador da fazenda nacional, na cõrte, vencerá o ordenado annual de 1:600\$000, e não terá emolumento ou salario algum das partes, ou da fazenda nacional, á excepção das commissões, na conformidade do artigo antecedente. (\*)

Os procuradores fiscaes das thesourarias terão pelo augmento do trabalho um acrescimo de ordenado igual á metade do que já percebem pelo seu emprego, e as commissões que lhes fõrem arbitradas.

*Solicitador da fazenda*

**Lei de 29 de Nov. de 1841: Art. 9.** O solicitador da fazenda vencerá o ordenado de 800\$000 e as respectivas commissões.

Os das capitães das provincias, em que houverem relações, um ordenado igual á metade dos vencimentos dos procuradores fiscaes.

Os das outras provincias um ordenado igual a terça parte dos vencimentos dos respectivos procuradores da fazenda, e todas as commissões, na fõrma dos artigos antecedentes.

*Escrivães dos feitos da fazenda*

**Lei de 29 de Nov. de 1841: Art. 10.** Os escrivães destes juizos (dos feitos da fazenda) tanto na corte, como nas provincias vencerão um ordenado igual ao dos amanuenses das secretarias do thesouro, e das thesourarias das provincias.

---

(\*) Commissões, que lhes competirem na conformidade das leis das execuções vivas.

Haverão das partes os emolumentos e salarios, que lhes competirem pelo regimento, e da fazenda nacional as commissões, que tiverem logar.

*Officiaes de justiça dos feitos da fazenda*

**Lei de 29 de Nov. de 1841: Art. 11.** Os officiaes de justiça vencerão na côrte e nas provincias um ordenado igual a dos continuos do thesouro e das thesourarias; e haverão das partes e da fazenda o que lhes tocar nos termos do artigo antecedente. (\*)

*Escrivões do jury*

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 29 § 7.** Haverá na côrte mais um escrivão para o jury e execuções criminaes com o vencimento annual de 1:200\$000, tendo igual vencimento o escrivão companheiro.

*Empregados das secretarias das relações*

**Decr. de 22 de Jan. de 1833: Art. 2.** Vencerá o secretario (da relação) 1:000\$000, os continuos 400\$000 cada um e os officiaes de justiça 300\$000 cada um.

**Lei de 11 de Jan. de 1873: Art. 1.** Os vencimentos dos secretarios das relações da Bahia, Pernambuco, e Maranhão são elevados a 2:400\$000, sendo 1:600\$000 de ordenado, e 800\$000 de gratificação.

**Art. 2.** Da mesma sorte são elevados os vencimentos do secretario da relação da corte a 3:600\$000, sendo 2:400\$000 de ordenado, e 1:200\$000 de gratificação.

---

(\*) Haverão das partes os emolumentos e salarios, que lhes competirem, pelo regimento, e da fazenda nacional as commissões, que tiverem logar.



**Art. 8.** Os vencimentos dos continuos das relações do imperio são igualados aos dos continuos dos respectivos tribunaes do commercio.

**Decr. de 6 de Nov. de 1873 : Art. 13.** Os empregados da secretaria perceberão os vencimentos marcados na tabella annexa a este decreto, além dos emolumentos que lhes competirem pelo regimento de custas judiciarias.

**Art. 14.** Os secretarios, amanuenses, porteiros e continuos das relações têm direito á aposentadoria com todo o ordenado, quando completarem trinta annos de serviço; e estiverem impossibilitados de continuar no exercicio do emprego, pela idade ou molestia.

**Art. 15.** Serão aposentados com ordenado proporcional quando tiverem dez annos pelo menos de serviço, e se acharem nas condições do artigo antecedente.

**Art. 16.** Estas disposições não excluem a possibilidade da demissão, em qualquer tempo, do empregado da secretaria que servir mal.

**Art. 17.** Ao empregado que faltar á repartição se descontará a gratificação sómente, ou tambem o ordenado, segundo a falta fôr ou não justificada.

**Art. 20.** Importa em falta o comparecimento depois de encerrado o ponto, salvo obstaculo insuperavel, ou sahida, sem permissão antes de findo o experiente.

**Art. 21** O desconto de vencimentos por faltas em dias successivos entende-se áquelles dias que não fôrem de serviço.

**Art. 22.** Compete ao presidente da relação abonar as faltas do secretario, a este as dos mais empregados com recurso para o presidente do tribunal.

**Art. 33.** Não soffrerá desconto algum o empregado que faltar á repartição por estar servindo cargo gratuito e obrigatorio por lei, ou por dever do officio e ordem superior.

**TABELLA DOS VENCIMENTOS DOS EMPREGADOS DAS SECRETARIAS DAS  
RELAÇÕES, SEGUNDO O DECRETO DE 6 DE NOVEMBRO DE 1873.**

|                                                                                                       | RELAÇÕES |              |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|--------------|------------|
| <i>Côrte</i>                                                                                          | Ordenado | Gratificação | Vencimento |
| Secretario.....                                                                                       | 2:400\$  | 1:200\$      | 3:600\$    |
| Amanuenses.....                                                                                       | 1:000\$  | 500\$        | 1:500\$    |
| Porteiro.....                                                                                         | 700\$    | 300\$        | 1:000\$    |
| Continuos.....                                                                                        | 480\$    | .....        | 480\$      |
| Officiaes de justiça.....                                                                             | .....    | 360\$        | 360\$      |
| <i>Porto-Alegre, São-Paulo, Ouro-Preto,<br/>São-Salvador, Recife, Fortaleza, São-Luis<br/>e Belém</i> |          |              |            |
| Secretario.....                                                                                       | 1:600\$  | 800\$        | 2:400\$    |
| Amanuense.....                                                                                        | 800\$    | 400\$        | 1:200\$    |
| Continuos.....                                                                                        | 480\$    | .....        | 480\$      |
| Ao que servir de porteiro.....                                                                        | .....    | 480\$        | 480\$      |
| Officiaes de justiça.....                                                                             | .....    | 360\$        | 360\$      |
| <i>Goyaz e Cuyabá</i>                                                                                 |          |              |            |
| Secretario.....                                                                                       | 1:200\$  | 600\$        | 1:800\$    |
| Continuo, servindo de porteiro.....                                                                   | 480\$    | 240\$        | 720\$      |
| Officiaes de justiça.....                                                                             | .....    | 360\$        | 360\$      |

*Empregados da secretaria do supremo tribunal de justiça*

**Lei de 18 de Set. de 1838: Art. 42.** O secretario vencerá unicamente o ordenado de 2:000\$000.

**Art. 43.** Haverá um official de secretaria com o ordenado de 1:000\$000.

**Art. 43.** O thesoureiro terá o ordenado de 800\$000.

**Art. 44.** Os continuos terão de ordenado 400\$000. (\*)

---

(\*) Vide: Part. III tit. V cap. X.

**Lei de 20 de Out. de 1870: Art. 1.** Ficão elevados os vencimentos, que actualmente percebem o official, e os amanuenses do supremo tribunal de justiça, assim como o thesoureiro porteiro, e continuos do mesmo Tribunal, nos termos constantes da tabella junta.

§ um. Desses vencimentos tres quartas partes são percebidas como ordenado, e o restante a titulo de gratificação.

TABELLA :

|                           |           |
|---------------------------|-----------|
| Official...               | 2:000,000 |
| Amanuense...              | 1:500,000 |
| Thesoureiro-porteiro..... | 1:000,000 |
| Continuo.....             | 720,000   |

SECÇÃO III

*Porcentagem aos empregados do juizo dos feitos da fazenda*

**Lei de 20 de Nov. de 1841: Art. 16.** O governo fica autorizado :

§ 3. A conceder commissões, que não excedão a 10%, das sommas arrecadadas aos juizes, escrivães, fiscaes, officiaes de justiça, que se occuparem na cobrança da divida publica activa, regulando a divisão dellas da maneira seguinte, considerando-se a quota, qualquer que seja, sempre dividida em 10 partes.

|                             |             |
|-----------------------------|-------------|
| Ao juiz.....                | Tres partes |
| Ao procurador.....          | Duas        |
| Ao escrivão.....            | Uma e meia  |
| Ao sollicitador.....        | Uma e meia  |
| Ao official de justiça..... | Uma         |
| Ao official de justiça..... | Uma         |



## Additamento á Parte I

---

### TITULO XIII. — Processos especiaes na 1ª instancia

#### CAPITULO I

##### PROCESSO DE MOEDA FALSA, RESISTENCIA, ROUBO E HOMICIDIO NAS FRONTEIRAS DO IMPERIO

##### SECÇÃO I

##### *Formação da culpa*

**Decr. de 9 de Out. de 1850: Art. 1.** Nos crimes de roubo e homicidio commettidos nos municipios das fronteiras do imperio, moeda falsa, resistencia comprehendida na 1ª parte do artigo 116 do codigo criminal, tirada de presos, de que tratão os artigos 120, 121, 122, 123 e 127 do mesmo codigo, os juizes municipaes são os competentes para a formação da culpa, guardando a fórma do processo actualmente seguida.

Os supplentes dos juizes municipaes os substituirão no exercicio dessa jurisdicção, observando-se o disposto nos artigos 8 e 9 do decreto n. 276 de 24 de Março de 1843.

**Art. 2.** Do despacho de pronuncia, ou não pronuncia, o juiz municipal interporá recurso *ex-officio* para o juiz de direito.

Este recurso não terá effeito suspensivo, salvo quando tenham sido presos os réos por ser o crime inafiançavel, pois então só

depois de decidido favoravelmente o recurso serão relaxados da prisão.

Si o réo estiver preso ou afiançado, ser-lhe-ha intimada a pronuncia, e dentro de cinco dias improrogaveis poderá juntar as razões e documentos que julgar necesarios, e neste caso a parte contraria nos cinco dias seguintes poderá juntar tambem suas razões e documentos.

Si o réo não fôr pronunciado ou estiver ausente, o processo seguirá para a instancia superior sem intimação.

Para juntar as razões e documentos será dada vista dentro do cartorio do escrivão.

**Art. 3.** O juiz de direito, logo que lhe fôr presente o processo, si nelle achar preterição de formalidades legais que induzam nullidades, ou faltas que prejudiquem o estabelecimento da verdade, ordenará todas as diligencias necesarias para supri-las.

Estas diligencias poderão ser feitas perante o referido juiz, ou perante o juiz municipal, conforme aquelle julgar mais conveniente.

**Art. 4.** O juiz de direito, si não julgar necesarias as diligencias, ou concluidas ellas, deverá em prazo breve, e que nunca exceda de quinze dias, dar ou negar provimento ao recurso.

## SECÇÃO II

### *Julgamento*

**Decr. de 9 de Out. de 1850: Art. 3.** Si o juiz de direito pronunciar ou sustentar a pronuncia, mandará logo dar vista ao promotor publico para este formar o libello, que será offerecido na primeira audioncia, e no caso de haver parte accusadora poderá ser admittida a addir ou declarar o libello, comtanto que o faça na audiencia seguinte.

**Art. 6.** Si ao tempo da decisão do recurso o juiz de direito não se achar no termo em que deve ter logar o julgamento, ordenará a remessa do processo, depois de cumprido o disposto no artigo antecedente, ao juizo donde veio para nelle se preencherem as diligencias dos artigos 8 e 9.

**Art. 7.** Si o processo remettido trouxer o libello sómente, o juiz municipal assignará na primeira audiencia um termo para que na seguinte a parte accusadora o possa addir, ou declarar querendo.

**Art. 8.** Offerecido o libello, deverá o escrivão preparar uma cópia delle com additamento, si o tiver, dos documentos, e o rol das testemunhas, que entregará ao réo, quando preso, pelo menos tres dias antes do seu julgamento, e ao afiançado, si elle ou seu procurador apparecerem para recebê-lo, exigindo recibo da entrega, que juntará aos autos.

**Art. 9.** Si o réo quizer offerecer a sua contrariedade escripta, lhe será aceita, mas sómente se dará vista do processo original a elle ou a seu procurador dentro do cartorio do escrivão, dando-se-lhe porém os traslados que quizer, independente de despacho.

Na conclusão do libello, assim como do seu additamento e da contrariedade, se indicaráõ as testemunhas que as partes tiverem do apresentar.

**Art. 10.** Findo o prazo do artigo 8, na primeira audiencia, presentes o promotor, a parte accusadora, o réo, seus procuradores e advogados, o juiz fazendo lêr pelo escrivão o libello, contrariedade e mais peças apresentadas, procederá ao interrogatorio do réo e á inquirição das testemunhas, ás quaes poderão tambem o promotor e as partes fazerem as perguntas que julgarem convenientes.

O interrogatorio e os depoimentos serão escriptos pelo escrivão, assignados pelo respondente e rubricados pelo juiz.

**Art. 11.** Além das testemunhas offerecidas no libello e contrariedade, as partes terão o direito de apresentar, até se encerrarem os debates, mais tres testemunhas.

**Art. 12.** Findas as inquirições, e depois de terminar a discussão oral, si as partes a tiverem querido, immediatamente se farão os autos conclusos ao juiz, o qual proferirá a sentença, definitiva, condemnando ou absolvendo o réo. Esta sentença será publicada em uma das duas primeiras audiencias, ou no mesmo prazo, em mão do escrivão, que a intimará ás partes.

**Art. 13.** No caso do artigo 6, o juiz de direito, depois que chegar ao termo, ou mesmo antes, marcará o dia para a audiencia de que trata o artigo 10, ordenando neste caso ao juiz municipal a notificação das testemunhas, intimação ás partes, e todas e quaesquer diligencias necessarias para que o julgamento se effectue no dia designado.

**Art. 14.** Sempre que o juiz de direito se achar no termo, é obrigado a proceder logo ao julgamento, não podendo retirar-se para outro antes de haver proferido a sentença final.

**Art. 15.** Quando o juiz de direito se achar em outro termo deverá comparecer naquelle em que tiver de proceder a julgamento, logo que lh'o permitta o cumprimento de seus deveres nos outros termos da comarca.

Quando concorrerem circumstancias taes que se torne prejudicial á bôa administração da justiça qualquer demora no julgamento, o juiz de direito deverá partir immediatamente, ainda mesmo interrompendo outro serviço. Nesses casos o presidente da provincia lh'o poderá ordenar.

SEÇÃO III

*Diversas providencias sobre o processo dos crimes especiaes*

**Decr. de 9 de Out. de 1850: Art. 16.** Nos crimes de roubo e homicidio commettidos nos municipios das fronteiras do Imperio são competentes para a formação da culpa os juizes municipaes, e para o julgamento os de direito, ainda quando, em razão do domicilio, seja intentada a accusação em outro municipio.

**Art. 17.** Quando o crime de resistencia comprehendida na primeira parte do artigo 116 do codigo criminal tiver logar contra a execução de ordens do juiz de direito ou do juiz municipal, a jurisdicção que lhes competiria será exercida pelos seus substitutos.

**Art. 18.** No crime de banca-rota, ou quebra com culpa e quebra fraudulenta, formarão a culpa até ao 1.º de Janeiro de 1851 os juizes municipaes.

Desta data em diante será a mesma attribuição exercida pelos referidos juizes tão sómente nas provincias onde não houver tribunal do commercio ou relação.

**Art. 19.** Formada a culpa pelos ditos juizes, se proseguirá no processo pela forma estabelecida nos artigos antecedentes.

Quando, porém, tiverem procedido a formação da culpa os tribunaes do commercio ou relações, remettido o traslado do processo, na conformidade do artigo 820 do codigo do commercio, o juiz de direito procederá a julgamento pela forma estabelecida a respeito dos crimes de que trata este regulamento.

**Art. 20.** Não haverá recurso do despacho de pronuncia



ou não pronuncia, quando fôr proferido pelos tribunaes do commercio ou relações.

**Art. 31.** O escrivão do jury deverá escrever perante o juiz de direito em todos os processos, cujo julgamento final compete ao mesmo juiz.

**Art. 32.** Nos logares em que houver mais de um juiz de direito escreverá interinamente nos ditos processos, quando o escrivão do jury se achar impedido, qualquer dos escrivães do judicial.

**Art. 33.** O escrivão do jury do termo, em que se effectuar o julgamento, terá direito ás custas de todas as diligencias do processo.

**Art. 34.** Os processos pendentes por algum dos crimes mencionados nos artigos 1 e 18, em que ainda não houver culpa formada, serão remettidos aos juizes municipaes para que os conclua na fórma deste regulamento.

§ 1. Aquelles processos em que estiver a culpa formada, mas que não houverem sido submittidos ao jury, serão remettidos ao juiz de direito, afim de ordenar as diligencias necessarias para que tenha logar o julgamento.

§ 2. Aquelles em que houver sentença do jury pendente de appellação seguirão seus termos; mas, si a relação mandar proceder a novo julgamento, este terá logar segundo a fórma prescripta nos artigos antecedentes.

**Art. 35.** O promotor publico deverá residir no termo em que o juiz de direito tiver a sua residencia, e acompanhá-lo nas viagens que fizer em razão de officio.

**Art. 36.** O regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842 sera observado em tudo quanto por este não estiver alterado.

## CAPITULO II

### PROCESSO DO CRIME DE IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS

#### SECÇÃO I

#### *Formação da culpa*

**Decr. de 14 de Out. de 1850: Art. 23.** Havendo apprehensão de escravos, cuja importação é prohibida pela lei de 7 de Novembro de 1831, o sendo essa apprehensão no alto mar, ou na costa antes do desembarque, no acto dello, ou immediatamente depois em armazens ou depositos sitos nas costas ou portos, os auditores de marinha devem exigir dos apprehensores um auto ou parte circunstanciada da apprehensão e logar onde, e proceder immediatamente a um auto de exame por meio de peritos juramentados, afim de verificar se os escravos são ou não dos importados illicitamente. (\*)

§ 1. Si tiver havido apprehensão de embarcação ou barcos empregados no trafico, sem que existão a bordo os escravos, cuja importação é prohibida pela lei de 7 de Novembro de 1831, mas existindo vestigios que mostrem seu proximo desembarque, ou signacs que indiquem o destino ao trafico, o auditor de marinha procederá com peritos juramentados a um auto de exame desses vestigios e signacs.

§ 2. Si para o processo de presa já estiverem feitos os autos de que trata este artigo, basta que no processo dos réus sejam elles juntos por traslado.

---

(\*) Sobre o apresamento dos navios empregados no trafico, apprehensão de escravos boças, e declaração de sua liberdade e julgamento das presas, veja-se o capitulo I e titulo III do decreto de 14 de Outubro de 1850, bem como o decreto de 14 de Novembro do mesmo anno.

**Art. 24.** Formado assim o corpo do delicto directo, o auditor procederá á inquirição de testemunhas, interrogatorios, informações e mais diligencias que entender convenientes para descobrir os criminosos, ou que pelos apprehensores ou pelo promotor publico lhe fôrem requeridos.

**Art. 25.** Concluidas estas diligencias, que não excederão de oito dias sem causas muito ponderosas, que o auditor de verá especificar no processo, proferirá o seu despacho de pronuncia ou não pronuncia contra os réos que fôrem descobertos e que se acharem comprehendidos em alguma das categorias do artigo 3 da lei n. 581 de 4 de Setembro de 1850.

A respeito dos réos que fôrem descobertos, mas não se acharem comprehendidos no citado artigo, deverá remetter ao chefe de policia todos os indicios e provas que contra elle houverem, afim de que sejam processados e julgados no foro commum.

**Art. 26.** Do despacho que não pronunciar, recorrerá o auditor *ex-officio* para a relação.

**Art. 27.** Do despacho que pronunciar ou do que ordenar a renuncia de algum réo para o juizo commum, haverá recurso, si fór intentado pelas partes ou pelo promotor publico a quem tacs despachos devem sempre ser intimados.

**Art. 28.** O recurso não produz effeito suspensivo, e ainda sendo de pronuncia deve o auditor proseguir nos termos do processo até julgamento e appellação inclusivo.

## SECÇÃO II

### *Julgamento*

**Decr. de 14 de Out. de 1850: Art. 29.** Pronunciado o réo, o auditor de marinha mandará logo dar visto

ao promotor publico para esto formar o libello que será offerecido na primeira audiencia, e no caso de haver parte accusadora poderá ser admittida a addir ou declarar o libello, comtanto que o faça na audiencia seguinte.

O auditor, si não der duas audiencias semanaes, deverá fazelo desde que tenha processos desta natureza, annunciando pelos jornaes os dias e as horas.

**Art. 30.** Offerecido o libello, se seguirá até á sentença final os termos estabelecidos no decreto n. 707 de 9 de Outubro de 1850, nos artigos 8, 9, 10, 11, 12 e 26.

**Art. 31.** Nas appellações interpostas dos processos desta natureza pelo promotor publico o auditor marcará ao escriptão um prazo, nunca maior de trinta dias, para que seja o processo apresentado no correio, ou na relação, sendo em cidade que a tenha.

### SECÇÃO III

#### *Decisão dos recursos e appellações*

**Decr. n. 709 de 14 de Nov. de 1850 : Art. 10.** Os recursos interpostos pelo auditor de marinha nos termos do artigo 26 do decreto n. 708, e aquelles que as partes interpuzerem no caso de pronuncia, serão julgados pela fórma dos artigos 32 e 33 do regulamento das relações de 2 de Janeiro de 1833.

As appellações serão julgadas na fórma dos artigos 28, 29 e 30 do citado regulamento (\*).

---

(\*) As disposições aqui citadas estão substituidas pelas do novo regulamento das relações de 2 de Maio de 1874. Vide o titulo seguinte, caps. II e III.

## **TITULO XIV.— Processo criminal na Relação**

### **CAPITULO I**

#### **PROCESSO DE RESPONSABILIDADE E PROCESSO PRIVILEGIADO NA RELAÇÃO**

##### **SECÇÃO I**

##### *Actos da pronuncia*

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 10.** A queixa ou denuncia do delictos, e erros do officio, cujo conhecimento compita á relação, será apresentada ao presidente, o qual distribuirá estando formada nos termos dos artigos 79 e 152 do código do processo criminal ou por seu despacho mandará preencher os requisitos, que faltarem, pela parte ou pelo promotor si a denuncia fôr official.

**Art. 11.** O desembargador a quem fôr distribuida uma denuncia ou queixa conclulente, a mandará antuar pelo respectivo escrivão, e ordenará que o querelado, ou denunciado seja ouvido por escripto, salvo verificando-se algum dos casos, em que o não deva ser, conforme o artigo 160 do código do processo criminal, ou tendo já sido ouvido em conformidade do artigo 154 da constituição.

**Art. 12.** Para a audioncia do denunciado, ou querelado, o juiz do feito expedirá ordem dirigida ao mesmo denunciado ou querelado, ou qualquer auctoridade local, acompanhada da queixa, ou denuncia, com declaração dos nomes do accusador

e das testemunhas; e designará nella o prazo de 15 dias improrogaveis para esta resposta.

**Art. 13.** Dada a resposta do indiciado, ou sem ella nos casos de não a ter dado em tempo, ou de não dever ser ouvido conforme o citado artigo 160, o desembargador juiz do feito ordenará o processo, fazendo autuar as peças instructivas; e, procedendo ás diligencias ordenadas nos artigos 80 e 142 do codigo do processo e ás mais que julgar necessarias, apresentará o processo em mesa.

**Art. 14.** Apresentado o processo em mesa,ahi por sorte, o publicamente se escolherão tres juizes, os quaes, depois de instruidos do mesmo processo, pronunciarão, ou não, segundo a prova, vencendo-se a decisão por dous votos conformes.

**Art. 15.** Os desembargadores sorteados para esta pronuncia antes de proferirem sentença poderão mandar proceder a todas as diligencias necessarias.

**Reg. de 3 de Mai. de 1874: Art. 90.** A queixa ou denuncia por crimes communs ou de responsabilidade, cujo conhecimento competir a relação, será apresentada ao presidente que a distribuirá, si estiver nos termos dos artigos 79 e 152 do codigo do processo criminal, ou mandará, por seu despacho, preenche-los pela parte ou pelo promotor da justiça, si a denuncia fôr official.

**Art. 91.** O desembargador, a quem fôr distribuida uma queixa ou denuncia, mandará por seu despacho nota-la pelo respectivo escrivão, e expedir ordem para que o querelado ou denunciado, no prazo improrogavel de 15 dias, responda por escripto sobre o crime de que fôr accusado.

**Art. 92.** A ordem para audiencia do querelado ou denunciado será expedida sob a assignatura do desembargador juiz do

feito e dirigida ao denunciado ou querelado ou a qualquer autoridade local, com a cópia da queixa ou denuncia, documentos que a instruirem e declaração do nome do accusador e das testemunhas.

**Art. 93.** Não se expedirá ordem para audiencia, quando se verificar alguns dos casos previstos no artigo 160 do código do processo criminal, ou já tiver sido ouvido o querelado ou denunciado na conformidade do artigo 154 da constituição.

**Art. 94.** Findo o prazo de que trata o artigo 91, o juiz do feito ordenará o processo, inquirirá, ou mandará inquirir pelos juizes territoriaes as testemunhas offerecidas, si fôr caso de tal inquirição, e procedendo ás mais diligencias necessarias para a averiguação do crime, apresentará o processo em mesa com o seu relatorio verbal.

**Art. 95.** Apresentado o feito, serão sorteados dous juizes, os quaes depois de instruidos do processo, passarão com o relator, e em acto successivo, a julgar sobre a formação da culpa, vencendo-se a decisão por dous votos conformes.

**Art. 96.** Si o denunciado ou querelado não estiver preso, e o crime fôr inafiançavel, o julgamento ácerca da pronuncia terá lugar em sessão secreta, na presença dos membros do tribunal e do escrivão.

## SECÇÃO II

### *Actos do julgamento*

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 10.** Depois de feita a pronuncia, dar-se-ha vista do processo ao promotor

da justiça, para este formar o libello derivado das provas dos autos.

Si houver parte accusadora, será admittida ao addir, ou declarar o libello, com tanto que o faça no prazo de tres dias.

**Art. 17.** O réo será logo notificado por ordem do presidente para comparecer na relação no dia que lhe fór designado, por si ou por seu procurador, quando estiver preso e ahi produzir a sua defeza.

O dia será marcado com mais ou menos espaço com attenção as circumstancias, que occorrerem.

**Art. 18.** Comparecendo o réo por si ou seu procurador, no termo que lhe fór assignado e offerecido pelo promotor o libello accusatorio, se lhe dará vista para deduzir a sua defeza no termo de oito dias, que será prorogavel ao prudente arbitrio do juiz do feito.

**Art. 19.** Findo este termo, e na primeira conferencia da relação, presentes o promotor, a parte accusadora, o réo ou seus procuradores, advogados, e defensores, o mesmo juiz do feito, fazendo ler pelo secretario o libello, a contrariedade, e todas as mais peças do processo, procederá á inquirição das testemunhas, que si houverem de produzir, ás quaes poderão tambem o promotor, e as partes fazer as perguntas que lhes parecer.

**Art. 20.** Findas as inquirições e perguntas, o mesmo juiz na conferencia seguinte apresentará por escripto um relatório circumstanciado de todo o processo, que nunca poderá ser julgado por menos de seis juizes livres, e ahi será lido, podendo ser contestado pelo promotor, e pelas partes, e seus procuradores, quando fór inexacto ou não tiver a precisa clareza.

**Art. 21.** Em seguimento se discutirá a materia, no fim



do que, declarando os desembargadores que estão em estado de votar, se procederá a votação, não estando presentes o accusador o o réo, nem seus procuradores, advogados, e defensores, nem tendo voto o ministro, que formou o processo, nem os que intervieram na pronuncia.

**Art. 32.** No caso de empate, quer sobre a condemnação, quer sobre o gráo da pena, seguir-se-ha a parte mais favoravel ao réo.

A sentença, que em consequencia se proferir, poderá uma só vez ser embargada nos proprios autos.

**Art. 33.** Em qualquer tempo do processo até o ponto do artigo 20 inclusive, poderá o réo recusar dous juizes, e o accusador um, sem motivarem a recusação.

**Art. 34.** Quando fôrem dous réos, cada um recusará seu juiz; sendo mais de dous, concordarão entre si nos dous, que hão de exercer este direito; e, não concordando, a sorte decidirá.

O mesmo se observará quando houver mais de um accusador, com a differença de que, em lugar do dous, será nomeado um para exercer a recusação.

**Reg. de 3 de Maio de 1874: Art. 37.** Escripto pelo relator, o assignado pelo tres juizes do feito o despacho de pronuncia, será o réo notificado para defender-se na relação no prazo que lhe fôr designado pelo presidente, expedindo-se ao mesmo tempo a ordem de prisão, excepto si o réo estiver afiançado, ou o crime fôr daquelles em que se pódo livrar solto.

**Art. 38.** Comparecendo o réo preso, afiançado ou solto, o relator dará vista do processo ao promotor da justiça por tres dias, para que apresente o libello accusatorio.

E' admissivel o comparecimento do réo por procurador nos casos em que elle se pódo livrar solto.

**Art. 99.** Si houver parte accusadora, será admittida a declarar ou addir o libello no termo de 48 horas.

**Art. 100.** Offerecido o libello, com ou sem addições da parte accusadora, dar-se-ha vista dos autos ao réo no cartorio, para deduzir a sua defeza no termo de 8 dias, que poderá ser prorogado ao prudente arbitrio do juiz relator.

**Art. 101.** Na primeira sessão do tribunal depois do findo o termo, presentes o promotor da justiça, a parte accusadora, o réo e seus advogados ou procuradores, deverá o juiz relator:

§ 1. Mandar lôr pelo secretario a queixa ou denuncia, a resposta do réo, o libello, a contrariedade e os documentos offerecidos.

§ 2. Proceder á inquirição das testemunhas que se houverem de produzir, podendo ellas tambem ser perguntadas pelo promotor da justiça e pelas partes

**Art. 102.** Findas as inquirições e perguntas, o juiz relator, na sessão seguinte apresentará por escripto um relatório circumstanciado de todo o processo, depois do cuja leitura poderá ser verbalmente rectificado pelos desembargadores presentes, pelo promotor da justiça e pelas partes, si contiver alguma inexactidão ou falta de clareza.

**Art. 103.** Em segunda se discutirá a materia, no fim do que, declarando os desembargadores que se achão em estado de votar, retirar-se-hão da sala o accusador, o réo, advogados, procuradores e espectadores, e o presidente recolherá os votos de todos os desembargadores presentes, exceptuando unicamente o promotor da justiça, que não tem voto.

**Art. 104.** No caso de empate, quer sobre a condemnação, quer sobre o grão da pena, seguir-se-ha a parte mais favoravel ao réo.

**Art. 105.** A sentença será lançada nos autos por accórdão assignado por todos os membros do tribunal, e poderá ser uma só vez embargada.

**Art. 106.** Em qualquer tempo do processo até ao dia da sessão em que se fizer a leitura do relatorio, mas antes da discussão de que trata o artigo 103, poderá o réo recusar um juiz, e a parte accusadora outro, eem motivarem a recusa.

**Art. 107.** Havendo dous ou mais réos, concordarão entre si no que deverá exercer o direito de recusa, e do mesmo modo procederão os accusadores, si fôrem dous ou mais.

**Art. 108.** Quando os réos ou accusadores não concordarem na fórmula indicada no artigo antecedente, e houver requisição de qualquer delles, proceder-se-ha ao sorteio do que ha de exercer o direito de recusa.

**Art. 109.** Quando, em consequencia de recusações, não houver pelo menos tres desembargadores desimpellidos, e não recusados, serão pelo presidente convocados para o julgamento no tribunal os juizes de direito necessarios para completar esse numero (artigo 7).

### SECÇÃO III

#### *Embargos á sentença criminal*

**Reg. de 2 de Mai. de 1874: Art. 161.** Nos processos crimes (artigos 90 a 105) os embargos serão julgados por todos os desembargadores presentes, embora em numero inferior ou diverso dos que proferirão o accórdão. (\*)

---

(\*) Vide: Parte II tit. XVI cap. II sec. XXI.

## CAPITULO II

### DECISÃO DOS RECURSOS CRIMINAES NA BELAÇÃO

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 32.** As appellações, que se interpuzerem nos casos do artigo 167 do código do processo criminal, serão apresentadas nos prazos estabelecidos no artigo 27 deste regulamento; e sendo examinadas pelo dezembargador á quem o processo fôr distribuido, este o levará á mesa.

**Art. 33.** No mesmo dia, ou em outro que o presidente designar, serão por sorte, e publicamente escolhidos dous adjuntos, os quaes á vista do relatorio, e dos mais esclarecimentos, que exigirem, e puderem colher dos autos, julgarão com ollo a appellação, vencendo-se a decisão por dous votos conformes, e lançando o juiz a sentença, que será assignada por todos, conforme ao vencido.

**Art. 34.** O recurso de que trata o artigo 111 do código do processo criminal, será interposto e julgado, segundo a formula estabelecida nos artigos 32 e 33 e deste regulamento; e apresentado no prazo declarado no artigo 27.

**Reg. de 3 de Mai. de 1874: Art. 110.** Logo que se apresente na relação, interposto e processado nos termos dos artigos 73 a 77 da lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841 e artigo 17 § 1 da lei n. 2.033 de 20 de Setembro de 1871, o recurso das sentenças de pronunciaçõu não pronuncia proferidas pelos juizes de direito, o secretario escreverá nos autos sob sua rubrica a data do recebimento, e os fará conclusos ao presidente do tribunal, que os distribuirá ao dezembargador a quem tocar:

**Art. 111.** Examinados os autos, o relator os apresentará em mesa na primeira sessão, o proceder-se-ha ao sortio de dous juizes adjuntos.

**Art. 112.** Feito o relatorio e discutida a materia será proferida a decisão, que se tornará por accórdão, escripto pelo relator o assignado pelos tres juizes.

**Art. 113.** Os recursos das sentenças do pronuncia, proferidas pelos chefes de policia, serão decididos, nos termos do § unico do artigo 9 da lei n. 2.033 de 20 de Setembro de 1871, pelo pre-idento da relação, sem intervenção de adjuntos, no prazo de 5 dias, contados da data da apresentação dos autos no tribunal.

**Art. 114.** Ainda que expedidos o apresentados fóra dos prazos legais os recursos interpostos pelo juiz *ex-officio*, o tribunal delles tomará conhecimento, decretando, si houver culpa, a responsabilidade do funcionario, que tiver dado causa a demora.

**Art. 115.** Não ficão tambem prejudicados os recursos interpostos pelas partes, quando por falta, erro ou domissão dos empregados do juizo ou de outrem, não tiverem seguimento e apresentação no tribunal dentro do prazo legal.

**Decr. de 31 de Ag. de 1878: Art. 1.** As relações, quando fôrem submettidas á sua decisão os recursos dos despachos de pronuncia ou não pronuncia (lei de 3 de Dezembro de 1841 artigos 73 a 77, lei de 20 de Setembro de 1871 artigo 17 § 1, decreto de 2 de Maio de 1874 artigo 110) poderão ordenar as diligencias, que fôrem necessarias para mais amplo esclarecimento da verdade, e das circumstancias do facto.

**Art. 2.** O relator e os adjuntos sorteados, que houverem ordenado as diligencias, ficão juizes certos para afinal decidirem o recurso.

**Decr. de 16 de Nov. de 1878 : Art. 1.** Sempre que as decisões sobre pronúncias e recursos destas fôrem por qualquer razão adiadas depois de já haverem sido sorteados os dois juizes adjuntos, de que trata o § 7 do artigo 1 do decreto n. 2.312 de 6 de Agosto de 1873, cessarão as funções daquelles adjuntos como tales; e opportunamente, quando as mesmas causas subirem ao conhecimento do tribunal, se sortearão outros que com o relator profirão as ditas decisões.

### CAPITULO III

#### JULGAMENTO DAS APPELLAÇÕES CRIMINAES NA RELAÇÃO

**Reg. de 3 de Jan. de 1833. Art. 25.** Interposta a appellação da sentença, dada em consequencia da decisão do jury, pelo modo, e no tempo declarado no artigo 310 do codigo, o escrivão da causa *ex-officio* dará vista ás partes para arrazoarem por escripto no termo de 15 dias, o qual será concedido por inteiro, e improrogavelmente a cada uma dellas, ou sejam singulares ou collectivas.

**Art. 26.** Findo o prazo, o escrivão cobrará os autos, e com as razões, ou sem ellas, se as partes não as derem em tempo, fará remessa ao secretario da relação.

Si o appellante declarar que pretende arrazoar no logar, em que estiver collocada a relação, o escrivão, fazendo disso expressa declaração no termo da appellação, fará logo remessa dos autos ao secretario.

**Art. 27.** Os autos deverão ser apresentados ao secretario da relação no prazo de 4 mezes contados da interposição da appellação, si fôrem as sentenças proferidas por juizes da provincia, em que estiver collocada a relação; e de 8 si o fôrem por juizes de outras provincias.

Desta regra, exceptuão-se as appellações das sentenças proferidas pelos juizes das provincias de Goyaz e Matto-Grosso, emquanto pertencerem ao districto da relação da provincia do Rio de Janeiro; porque estas serão apresentadas no prazo de um anno.

Dos autos ficará traslado no juizo, de que se interpuzer a appellação à excepção das que forem interpostas dos juizes do termo, em que estiver collocada a relação, as quaes se expedirão independentes de traslado.

**Art. 28.** Recbidos os autos pelo secretario, este os apresentará na primeira conferencia, e pelo presidente será concedido ás partes prazo para arrasoarem, no caso de ter o appellante feito a declaração, de que trata o artigo 26.

Este prazo será concedido na fórma do artigo 25.

**Art. 29.** Apresentados os autos em conferencia, com as razões, ou sem ellas, no caso que as partes não as apresentem em tempo, o presidente os distribuirá ao desembargador, a quem tocar, o qual examinando-os com as allegações das partes, o pondo no processo uma simples declaração de o ter visto, e levará á mesa; e ali, depois do ter exposto a especie, de que se trata, e os pontos de direito, em que as partes se fundão, o passará ao desembargador, que immediatamente se lhe seguir, o qual procederá da mesma fórma, e assim por diante até o numero de tres.

**Art. 30.** Quando o terceiro tiver visto o processo, o apresentará em mesa no dia, que o presidente designar; e debatida a questão por todos os desembargadores presentes (com tanto que não excedão ao numero de effectivos, que deve ter a relação) decidir se ha á pluralidade de votos; e, conforme o vencimento se lançará a sentença escripta pelo juiz do feito, por todos assignada.

**Art. 31.** Julgando-se procedente o recurso por se não

terem guardado as formulas prescriptas, seguir-se-ha o que se acha determinado nos artigos 302 e 304 do código do processo criminal; no caso, porém, do artigo 303 e quando se julgar o recurso improcedente, o escrivão a quem tiver sido distribuido o feito, extrahirá sentença a respeito da qual se praticará o que se acha determinado no citado artigo 302 a respeito dos autos de appellações que são julgadas procedentes, por se não observarem as formulas.

**Reg. de 2 de Mai. de 1874: Art. 116.** O escrivão a quem forem distribuidos autos de appellação criminal, os fará immediatamente conclusos ao juiz relator, que examinará se o feito está no caso de ser proposto, e ordenará por despachos o pagamento dos direitos e as diligencias necessarias.

**Art. 117.** Si as partes não tiverem arrojado na primeira instancia, o juiz relator lhes mandará dar vista, por 10 dias improrogaveis a cada uma, ou seja singular ou collectiva.

**Art. 118.** Findos os termos, serão os autos cobrados pelo escrivão, com razões ou sem ellas, e subirão de novo ao juiz relator para apresenta-los em conferencia com o seu relatorio escripto e passa-los ao desembargador que se lhe seguir na ordem da precedencia, e este ao seguinte.

**Art. 119.** Os desembargadores que depois do relator examinarem os autos lançaráo nesta nota de *visto* e a declaração de terem ou não achado conforme o relatorio ao qual farão, neste ultimo caso, as rectificações que entenderem necessarias.

**Art. 120.** O terceiro juiz que tiver visto o processo o apresentará em mesa, pedindo ao presidente a designação de dia para julgamento.

**Art. 121.** Discutida a materia por todos os desembargadores presentes no dia aprazado para o julgamento, decidir-se-ha por maioria de votos.



**Art. 122.** Conforme o vencido, se lançará nos autos, por acórdão, a sentença do tribunal, escripta pelo relator assignado por todos os juizes.

**Art. 123.** Havendo empate na votação, prevalecerá a decisão mais favoravel ao réo.

## CAPITULO IV

### AGGRAVO NO AUTO DO PROCESSO EM CAUSA CRIMINAL

**Reg. de 2 de Mai. de 1871: Art. 124.** A materia dos agravos no auto do processo, interpostos nos termos do artigo 17 da lei n. 2.033 de 20 de Setembro de 1871, constituirá questão preliminar para ser discutida e decidida antes de se entrar da appellação.

(*Vide: Parte II tit. XVI cap. I sec. V*)

## CAPITULO V.

### JULGAMENTO DA SUSPEIÇÃO DOS DESEMBARGADORES EM CAUSA CRIMINAL

**Decr. de 23 de Nov. de 1841: Art 1.** Quando alguma parte ao tempo de algum feito se houver do desembargar em relação tiver suspeição a algum dos desembargadores, que possam ser sorteados para julgar esse feito, fará dessa informação ao presidente por meio de uma petição assignada por advogado e instruida com todos os documentos, que tiver, para

provar a suspeição; recebida a petição se fixará com antecedencia na porta da relação um edital, declarando o dia em que deve ser proposto o feito para conhecimento das partes.

**Art. 2.** O presidente da relação, logo que a petição lhe fôr apresentada, fará autoa-la, e no caso de ser sorteado o desembargador, a que a parte tiver suspeição, o mandará immediatamente responder por escripto.

**Art. 3.** Si o desembargador reconhecer a suspeição, assim o escreverá debaixo de sua assignatura, e neste caso o presidente sorteará outro em seu logar para ser juiz no feito, que se houver de desembargar.

**Art. 4.** No caso que o desembargador não se reconheça suspeito, assim o escreverá tambem debaixo de sua assignatura, e então o presidente sorteará dous desembargadores, e com elles desembargará em acto successivo a suspeição, como virem que é direito; e segundo por elle com os dous desembargadores fôr accordado por maior numero de votos, assim o mandará cumprir.

**Art. 5.** Si o presidente com os dous desembargadores achar que a suspeição procede, assim o julgará, e em logar do juiz recusado sorteará outro que desembargue o feito, como está disposto em artigo antecedente.

**Art. 6.** Si o presidente com os dous desembargadores achar que a suspeição não procede na sentença, que assim devo julgar, obrigará o advogado, que tiver assignado a petição, de que trata o artigo 1, a perder a caução depositada, que será applicada ás despesas na fórmula da lei.

**Art. 7.** Enquanto o presidente com os dous desembargadores estiverem ás vezes sobre a suspeição, o desembargador, a que fôr posta, se apartará para outra parte, até sobre ella se tomar conclusão.

**Art. 8.** O processo de suspeição, de que trata este regulamento, concluir-se-ha na mesma sessão, em que a suspeição fôr posta, e nelle escreverá o secretario da relação todos os termos, que fôrem necessarias, segundo determinar o presidente.

**Art. 9.** A disposição do presente regulamento não altera o direito, que têm as partes de recusar certo numero de juizes sem motivarem a recusação nas causas, em que as leis em vigor conferem expressamente esse direito.

( *Vide: Parte II tit. XVII cap. I sec. I* )

## CAPITULO VI

### CONFLICTO DE JURISDIÇÃO EM MATERIA CRIMINAL

( *Vide: Parte II tit. XVII cap. IV* )

## CAPITULO VII

### DECISÃO DE REVISTA EM CAUSA CRIMINAL PELA RELAÇÃO

( *Vide: Parte II tit. XVI cap. III sec. VII* )<sup>(\*)</sup>

---

(\*) O modo por que no crime se julgaõ as materias dos caps. IV, V, VI, e VII é o mesmo por que se julgaõ no civil, por isso remettemos a Parte II, onde já fica exposta a legislação respectiva.

## CAPITULO VIII

### ORDEN DE HABEAS-CORPUS NA RELAÇÃO

**Reg. de 3 de Jan. de 1833 : Art. 35.** A petição, que se fizer á relação para se obter uma ordem de *habeas-corpus* será apresentada ao presidente em acto de conferencia.

Si estiver formada com as circumstancias exigidas no artigo 341 do codigo do processo criminal, o presidente a distribuirá immediatamente, e, faltando algumas dellas, a mandará satisfazer por seu despacho, para se seguir a distribuição logo que estiver em fôrma legal.

**Art. 36.** O desembargador a quem fôr distribuida sem demora, e interrompida até qualquer outro serviço, em que se ache occupado, examinando pela petição e mais papeis a realidade, qualidade, e circumstancias do facto, fará de tudo uma fiel exposição em meza, e ali se decidirá, depois de debatida a materia, e á pluralidade de voto dos desembargadores presentes, se tem ou não logar a expedição da ordem requerida.

**Art. 37.** A decisão será lançada na petição, e assignada pelos desembargadores, que votarão: se fôr affirmativa, o secretario escreverá a ordem, que será assignada pelo presidente.

**Art. 38.** Esta ordem será passada em conformidade do disposto no artigo 343 do codigo do processo criminal, e nella se incurrá o mandado de prisão contra o autor da violencia, que fez objecto da petição, quando se verificar o caso do artigo 345 do referido codigo.

**Art. 39.** Quando na execução da ordem se der a desobediência, de que trata o artigo 347, apresentada ao presidente a certidão, ou attestação jurado do official da diligencia, conforme o artigo 348 do código do processo criminal, se procederá da maneira estabelecida nos artigos 35 e 36 deste regulamento, sendo relator o mesmo desembargador, a quem tinha sido distribuido o requerimento pelo qual se mandou passar a ordem ou quem legalmente o substituir, quando impedido.

**Art. 40.** As ordens necessarias para cumprimento do que se acha determinado nos artigos 349, 350 e 352, do dito código serão expedidas em nome, e com assignatura do presidente.

**Reg. de 3 de Mai. de 1874 : Art. 81.** A petição de ordem de *habeas-corpus*, dirigida á relação, será apresentada, em qualquer dia, ao presidente do tribunal.

**Art. 82.** Si a petição não estiver nos termos do artigo 341 do código do processo criminal e do artigo 18 da lei n. 2.033 de 20 de Setembro de 1871, o presidente mandará por seu despacho, que o impetrante preencha as formalidades legais.

**Art. 83.** Achando-se a petição nos devidos termos, o presidente, depois de examinar a realidade e circumstancias do facto á vista dos documentos, fará do tudo minuciosa exposição á meza, na primeira sessão do tribunal, si esta houver de ter logar dentro de 48 horas da apresentação da petição; e, no caso contrario, se convocará sessão extraordinaria.

**Art. 84.** Discutida a materia e votada pelos desembargadores presentes, a decisão será lançada na petição e assignada por elles.

**Art. 85.** Si houver decisão favoravel ao paciente, o secretario escreverá logo a ordem, que será assignada pelo

presidente e dirigida sem demora ao detentor, carcereiro ou outra pessoa de quem se receio o constrangimento corporal.

**Art. 86.** A ordem será passada conforme o artigo 343 do código do processo criminal, e nella se incluirá o mandado de prisão contra o autor da violencia, quando se verificar o caso previsto no artigo 345 do citado código.

**Art. 87.** Si, na execução da ordem, se der a desobediencia prevenida no artigo 347 do código do processo criminal, será apresentada ao presidente a certidão ou attostação jurada do official da diligencia, conforme o artigo 348 do mesmo código.

**Art. 88.** A' vista do documento indicado no artigo anterior, o presidente procederá nos termos do artigo 15 § 4 da lei n. 2.033 de 20 de Setembro de 1871, e imporá multa na forma no artigo 75 do regulamento n. 4.824 de 22 de Novembro de 1871, ao carcereiro, detentor, escrivão ou official de justiça que de qualquer modo embaraçar, demorar ou difficultar a expedição ou execução da ordem de *habeas corpus*.

**Art. 89.** As ordens necessarias para cumprimento do disposto nos artigos 349, 350 e 351 do código do processo criminal serão expedidas em nome e com a assignatura do presidente do tribunal. (\*)

(\*) Vide : Parte I tit. VIII.

## CAPITULO IX

**DENUNCIA E COMPETENCIA NOS CRIMES DE FURTO DE GADO E DE  
PRODUCTOS DA LAVOURA E INDUSTRIA E NOS CRIMES DE ROUBO  
E HOMICIDIO NAS FRONTEIRAS**

**Lei de 7 de Jul. de 1883: Art. 1.** Admitte denuncia, e será julgado pelo jury o crime de furto de gado vaccum, cavallar e muar.

**Art. 2.** A disposição do artigo antecedente applica-se tambem ao furto dos productos :

- 1º Da lavoura, inclusive estabelecimentos viniculos;
- 2º Dos estabelecimentos de salga ou preparação de carna, peixe, banha ou couro;
- 3º Dos córtes de madeiras.

**Art. 3.** Para dar-se a denuncia no crime de furto que trata o artigo 2, é essencial que os objectos não estejam recolhidos a depositos, armazens ou celleiros.

**Art. 4.** Ao jury competirá o julgamento dos crimes de roubo e homicidio commettidos nas fronteiras do imperio.

**Art. 5.** Revogão-se os artigos 1 § 2 do decreto n. 562 de 2 de Julho de 1850 e 1 do decreto n. 1.090 do 1º de Setembro de 1860, além das mais disposições em contrario. (\*)

---

(\*) Collocamos aqui estas disposições e não nos logares competentes por já estarem impressos os capitulos respectivos, quando appareceu a presente lei. Vide: Part. I tit. I cap. I e tit. XIII cap. I.

## CAPITULO X

### QUESTÕES PRELIMINARES NOS JULGAMENTOS NAS RELAÇÕES

**Decr. de 28 de Ag. de 1834.** A regencia permanente em nome do imperador decreta o seguinte:

§ 1. Que tendo a julgar ou decidir qualquer objecto da competencia das relações, ou seja por via de recurso, ou de petição, si o juiz relator ou qualquer dos outros que hão de conhecer do feito ou petição suscitar alguma questão preliminar ou prejudicial, porque se ponha em duvida, si deverá ou não tomar conhecimento da materia principal, por motivo de incompetencia, illegalidade, extemporaneidade, falta de formalidade ou outro similhante, esta questão tomará a precedencia, e sobre ella discutirão e julgarão os juizes, a quem tocar conhecer e julgar a causa ou materia principal.

§ 2. Que da decisão, assim affirmativa como negativa, se lançará accordão, deixando de tratar-se da materia principal, no primeiro caso, e passando-se á exposição, discussão e julgamento della no segundo, sendo obrigados a discutir e votar no segundo caso sobre a materia principal aquelles juizes, que tiverem sido vencidos na preliminar. (\*)

---

(\*) Estas disposições applicão-se igualmente ao crime e ao civil.



## **TITULO XV.— Processo eleitoral na relação**

### **CAPITULO I**

#### **RECURSO DA PROVA DE RENDA POR IMOVEIS**

**Lei de 7 de Out. de 1883: Art. 1 § 4 n. II.** O juiz de direito julgará a avaliação por sentença proferida no prazo de 15 dias, contados da em que lhe fôrem conclusos os autos, ouvindo o promotor publico que responderá dentro de 5 dias.

Cada processo poderá referir-se a mais de um terreno possuido, uma vez que pertença a um só cidadão.

III. A sentença do juiz de direito será immediatamente intimada ao promotor, e publicada por edital affixado em logar publico, e, sendo possivel, pela imprensa.

Desta sentença haverá recurso necessario para a relação do districto; caberão tambem recursos voluntarios interpostos pelo proprio interessado ou seu procurador especial, pelo promotor ou seu adjunto e por qualquer eleitor da comarca.

Todos os ditos recursos terão effeito suspensivo.

IV. Os recursos voluntarios serão interpostos por meio de requerimento, e tomados por termo no proprio processo no prazo de 15 dias contados do da publicação da sentença, allegando o recorrente no mesmo requerimento as razões do recurso, e juntando os documentos que julgar convenientes.

O escrivão fará seguir o processo para a relação do districto

dentro dos 10 dias seguintes ao prazo marcado neste numero para a interposição dos recursos.

V. A relação, no prazo de 30 dias contados da data do recebimento do processo na respectiva secretaria, julgará os recursos interpostos pelo modo determinado no § 2 do artigo 9 da lei n. 3.029 e no artigo 80 do respectivo regulamento n. 8.213; observadas as disposições do § 3 do artigo 9 da mesma lei e do artigo 81 e paragrapho do citado regulamento (\*)

VI. A avaliação a que se refere o n. I não poderá ser alterada pela sentença ou pelo accórdão de que tratão os n. III e V; devendo limitar-se o julgamento á confirmação da mesma avaliação, ou a sua annullação nos casos de infracção de disposições deste paragrapho.

VII. No prazo de 3 dias contados da data do accórdão, o processo será devolvido ao juiz recorrido, devendo constar da acta do tribunal a natureza da decisão do accórdão; e este juiz em igual prazo, contado do dia do recebimento do mesmo processo, fará publicar o accórdão por edital affixado em logar publico, e, sendo possivel, pela imprensa.

VIII. No caso de ser a decisão proferida no accórdão favoravel ao cidadão, que tiver requerido a avaliação e não tor havido interposição de recurso voluntario, o juiz de direito mandará entregar o processo sem ficar traslado, ao mesmo cidadão, ou a seu especial procurador, afim de ser exhibido como prova de renda legal.

Si porém tiver havido interposição de recurso voluntario, serão dadas ao referido cidadão para o mesmo fim as cópias que requerer, bem como os documentos, que houver juntado,

---

(\*) Vide o cap. seguinte.

## CAPITULO II

### RECURSO DA QUALIFICAÇÃO DE VOTANTES

**Lei de 10 de Ag. de 1848: Art. 48.** Das decisões deste conselho (de qualificação de votantes) poder-se-ha recorrer para a relação do districto, a qual decidirá promptamente o recurso, segundo a fórmula estabelecida nos artigos 32 e 33 do regulamento das relações, com preferencia a qualquer outro serviço sem formalidade de juizo, examinando as reclamações não attendidas, e os documentos que as acompanharão, sem admittir novos, nem allegações.

Si a relação julgar attendivel o recurso, mandará reparar a injustiça procedendo-se em conformidade do disposto no artigo antecedente, (\*) e imporá aos membros do conselho a multa do artigo 125 § 1 n. 3.

O recurso será apresentado na relação dentro do prazo marcado para as appellações criminaes, e não terá effeito suspensivo.

**Lei de 20 de Out. de 1875: Art. 1 § 18.** Os recursos interpostos sobre qualificação serão decididos pelo juiz de direito em despachos fundamentados no prazo improrogavel de 30 dias. (\*\*)

A decisão produzirá desde logo todos os effeitos. Todavia no caso de exclusão, poderão os cidadãos interessados interpor

---

(\*) Isto é: remetterá ao presidente da junta de qualificação uma relação nominal das pessoas attendidas. Esta especie de recurso desapareceu em virtude da nova legislação eleitoral de 1881.

(\*\*) Estes recursos para o juiz de direito não têm mais cabimento em razão do novo processo eleitoral estabelecido pela lei de 9 de Janeiro de 1881.

recurso para a relação do districto, a qual o decidirá promptamente, na conformidade do artigo 38 da lei de 19 de Agosto de 1846.

Si, porém, a decisão versar sobre irregularidades e vícios que importem nullidade da qualificação, haverá recurso necessario para o mesmo tribunal, o qual o decidirá no prazo improrogavel de 30 dias contados da data em que os papeis tiverem entrado na respectiva secretaria, e si o recurso não fôr provido dentro deste prazo, ter-se-ha por firme e irrevogavel a decisão do juiz de direito.

No caso de annullação o presidente do tribunal da relação enviará immediatamente ao presidente da respectiva provincia cópia do accordão, afim de que sejam dadas promptas providencias para a nova qualificação.

Servirá perante o juiz de direito o escrivão do jury. (\*)

### CAPITULO III

#### RECURSO DA QUALIFICAÇÃO DE ELEITORES

**Lei de 9 de Jan. de 1881: Art. 9.** As decisões dos juizes de direito sobre inclusão dos cidadãos no alistamento dos eleitores, ou a sua exclusão deste, serão definitivas.

Dellas, porém, terão recurso para a relação do districto sem effeito suspensivo :

1.º Os cidadãos não incluídos, e os excluídos, requerendo cada um de per si.

2.º Qualquer eleitor da comarca no caso de inclusão indevida de outro, referindo-se cada recurso a um só individuo.

---

(\*) Vide o art. 80 e seguintes até 85 das instruções contidas no decreto de 12 de Janeiro de 1876.

Estes recursos serão interpostos no prazo de 30 dias, quanto ás inclusões ou não inclusões, e em todo o tempo quanto ás exclusões.

§ 1. Interpondo esses recursos, os recorrentes allegarão as razões, e juntarão os documentos que entenderem ser a bem do seu direito.

No prazo de 10 dias, contados do recebimento dos recursos, os juizes de direito reformarão ou confirmarão as suas decisões; e, no ultimo caso, o recorrente fará seguir o processo para a relação sem accrescentar razões nem juntar novos documentos.

§ 2. Os recursos interpostos para a relação de decisões proferidas sobre alistamento serão julgados no prazo de 30 dias por todos os seus membros presentes.

§ 3. Não é admissivel suspeição dos juizes no julgamento dos recursos, salvo sómente os casos do art. 61 do codigo do processo criminal, nem se interromperão os prazos por motivo de ferias judiciaes.

§ 4. Serão observadas as disposições do decreto legislativo n. 2.675 de 20 de Outubro de 1875, e das respectivas instrucções do 12 de Janeiro de 1876 sobre os recursos, na parte não alterada por esta lei. (\*)

**Lei de 7 de Outubro de 1883: Art. 1. § 15.** O direito, que pelo artigo 9 da lei n. 3029 competo a qualquer eleitor da comarca, de recorrer da decisão do juiz de direito no caso de inclusão indevida de algum cidadão no alistamento dos eleitores, não fica prejudicado pelo facto de haver já recurso interposto por outro eleitor sobre a mesma inclusão.

§ 16. Nos recursos interpostos contra a inclusão de cidadão no alistamento de eleitores é permittida prova, por escriptura publica ou sentença passada em julgado, de simulação dos contratos, quer sobre propriedade ou posse, quer sobre rendas, ou

---

(\*) Vide o regulamento de 13 de Agosto de 1881, artigo 70 e seguintes até 83.

de illegitimidade ou falsidade dos títulos ou certidões que tenham servido de base ao alistamento.

§ 17. Além dos recursos estabelecidos no artigo 9 da lei n. 3029 e no capítulo V do regulamento n. 8213, haverá também para a relação districto recurso do alistamento dos eleitores, quando nos trabalhos deste se tiver commettido qualquer das seguintes irregularidades, que importarão nullidade total ou parcial do alistamento:

Incompetencia do juiz organizador do alistamento;

Falta de observancia do prazo marcado no artigo 6 § 6 da lei n. 3029 para o recebimento dos requerimentos.

I. Terão o direito de interpor este recurso o promotor publico ou seu adjunto ou tres eleitores da comarca.

II. Quanto a interposição e ao processo do referido recurso, serão observadas as disposições do artigo 9 da dita lei, e do capítulo V do regulamento citado, com as seguintes alterações:

O prazo de 30 dias para a interposição do recurso será contado do dia em que fór feita a publicação do alistamento, nos termos do § 10 do artigo 6 combinado com o § 6 do artigo 8 da mesma lei e do artigo 50 do referido regulamento.

Nos 10 dias de que tratão o § 1 do artigo 9 da dita lei e o artigo 75 do citado regulamento, o juiz de direito, á vista das razões allegadas e dos documentos apresentados, julgará válido ou nullo o alistamento, na totalidade ou na parte em que fór arguido, e publicará immediatamente a sua decisão por editaes affixados em logares publicos, e, sendo possivel, pela imprensa.

III. No caso de ser julgado válido o alistamento, cabe ao recorrente o direito de fazer seguir o processo para a relação de conformidade com as disposições do § 1 do artigo 9 da referida lei e do artigo 75 do mencionado regulamento, tendo o recurso o effeito devolutivo sómente.

No caso de ser julgado nullo o alistamento, a decisão não terá effeito immediato, e o recurso, com todos os papeis e documentos que o tiverem acompanhado, será remettido, no prazo de tres dias, sob registro do correio, pelo juiz de direito á relação do districto.

IV. Si o juiz de direito deixar de remetter o recurso á relação no dito prazo de três dias, terá o recorrente o direito de interpol-o directamente perante aquelle tribunal no prazo de 15 dias e mais tanto quantos corresponderem á distancia, á razão de cinco leguas por dias.

Em todo caso incumbe ao promotor publico fazel-o seguir, quando o facto lhe fór denunciado ou lhe constar de qualquer fórma.

V. No caso de julgar a relação nullo o alistamento, o respectivo presidente enviará immediatamente ao ministro do imperio na côrte ou ao presidente nas provincias cópia do accórdão, á vista do qual serão promptamente expeditas as necessarias ordens affin de se proceder a novo alistamento em toda a comarca ou na parte em que o alistamento tiver sido annullado.

Neste caso serão restituídas aos cidadãos ou seus procuradores especiaes os documentos e mais papeis por elles apresentados, relativos ao alistamento annullado, sem ficar traslado.

VI. Estes recursos serão julgados por todos os membros presentes do tribunal da relação no prazo de 30 dias, contados da data do recebimento dos processos na respectiva secretaria, do mesmo modo determinado no § 2 do artigo 9 da lei e no artigo 80 do regulamento citados para os recursos a que estes artigos se referem; observando-se as disposições do § 3 do dito artigo 9 da mencionada lei, e dos artigos 81 e paragraphos e 82 do referido regulamento.

Em caso de empate prevalecerá a decisão recorrida.

§ 18. No prazo marcado para o julgamento na relação dos recursos de que tratão o artigo 9 da lei n. 3029 e o capitulo V do regulamento n. 8213, bem como paragrapho antecedente, não se computará o tempo da interrupção das sessões do tribunal por falta de reunião de seus membros em numero sufficiente para celebral-as.

§ 19. Das decisões das relações em caso de nullidade do alistamento haverá recurso para o supremo tribunal de justiça, que decidirá definitivamente.

## CAPITULO IV

### RECURSO SOBRE A ELEIÇÃO DE JUIZES DE PAZ E VERRADORES

**Lei de 20 de Out. de 1875 : Art. 2 § 30.** O juiz de direito é o funcionario competente para conhecer da validade ou nullidade da eleição de juizes de paz e vereadores das camaras municipaes, mas não poderá fazê-lo sinão por via de reclamação que deverá ser apresentada dentro do prazo de 30 dias, contados do dia da apuração.

Do despacho que approvar a eleição, só haverá o recurso voluntario de qualquer cidadão votante do municipio, que o deverá interpor dentro de 30 dias, contados da publicação do edital do mesmo despacho; do que porém annullar a eleição, haverá recurso necessario com offeito suspensivo para a relação do districto.

§ 31. O juiz de direito deverá proferir o seu despacho no prazo improrogavel de 15 dias, contado da data em que receber as cópias autenticas, e no caso de recurso deverá enviar as actas com o seu despacho motivado e com as allegações do recorrente no prazo tambem de 15 dias, contado da data da interposição do recurso a autoridade superior competente; a qual o decidirá definitiva e irrevogavelmente nos termos da ultima parte do § 18 do artigo 1 desta lei.

§ 32. O presidente do tribunal da relação enviará ao presidente da respectiva provincia a cópia do accordão, e immediatamente se procederá a nova eleição no caso de nullidade da primeira. (\*)

**Lei de 9 de Jan. de 1881: Art. 28.** O juiz de direito de comarca continua a ser o funcionario competente para

---

(\*) Vide o art. 145 e seguintes até 152 das instrucções contidas no decreto de 12 de Janeiro de 1876.



conhecer da validade ou nullidade, não só da eleição de vereadores e juizes de paz, mas também da apuração dos votos, decidindo todas as questões concernentes a estes assumptos pela forma que dispõe a legislação vigente.

§ 1. Nas comarcas que tiverem mais de um juiz de direito competirão essas attribuições ao juiz de direito do 1º districto criminal, e na sua falta aos que devem substituí-lo.

§ 2. Das decisões do juiz de direito sobre as eleições de vereadores e juizes de paz, em conformidade deste artigo, haverá recurso para a relação do districto.

O recurso será julgado no prazo de 30 dias por todos os membros presentes. (\*)

## CAPITULO V

### PROCESSO DOS CRIMES ELEITORAES

**Lei de 9 de Jan. de 1881 : Art. 30.** No processo o julgamento dos crimes previstos no artigo antecedente (crimes eleitoraes) ainda quando commettidos por pessoas que não são empregados publicos, se observarão as disposições do artigo 25 §§ 1 e 5 da lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841, e respectivo regulamento.

§ 1. Nestes processos observar-se-ha o disposto nos artigos

---

(\*) Vide o regulamento de 13 de Agosto de 1881, art. 220 e seguintes até 2.6.

98 e 100 da lei de 3 de Dezembro de 1841, quanto ao pagamento de custas e sellos, e não serão retardados pela superveniencia de ferias.

As primeiras certidões serão passadas gratuitamente.

§ 2. Aos promotores publicos das respectivas comarcas serão intimadas todas as decisões proferidas pelas autoridades competentes, afim de promoverem a responsabilidade dos funcionarios que nella houverem incorrido, ou requererem o que fôr de direito. (\*)

---

(\*) O regulamento de 13 de Agosto de 1881 no art. 233 repete estas disposições. Nas relações o julgamento é o do crime de responsabilidade em consequencia das disposições supra. Vide *retro*, tit. XIV.

## **TITULO XVI.—Processo criminal no Supremo Tribunal de Justiça**

### **CAPITULO I**

#### **PROCESSO DOS CRIMES**

##### **SECÇÃO I**

##### *Formação da culpa*

**Lei de 18 de Set. de 1828 : Art. 20.** Quando o tribunal conhecer dos delictos e erros de officio, cujo conhecimento lhe confere a constituição, o ministro, a quem tocar por distribuição, ordenará o processo, fazendo autoar pelo secretario as peças instructivas; e procedendo ás diligencias necessarias, o apresentará á mesa, onde por sorte se escolherão tres ministros, os quaes, depois de instruidos do processo, e tendo-se ouvido o indiciado, ou pronunciarão ou não, segundo a prova.

**Art. 21.** Podem, porém, as proprias partes offendidas apresentar as suas queixas contra os presidentes das provincias, e ministros das relações, aos juizes territoriaes, aos quaes competirá sómente neste caso verificar o facto que faz o objecto da queixa, inquirir sobre elle as testemunhas que lhes forem apresentadas, e facilitar ás mesmas partes todos os meios que ellas exigirem para bem a instruirem.

Ainda que não haja parte offendida, compete ao tribunal, á requisição do procurador da corôa e soberania nacional, formar o processo ou manda-lo preparar pelo juiz territorial do crime.

**Art. 22.** Os ditos juizes enviarão as referidas queixas por cópia, aos querelados, que responderão dentro do termo de 15 dias, e dirigirão as suas respostas, ou aos mesmos juizes, ou directamente ao tribunal pelo primeiro correio, participando-o áquelles.

**Art. 23.** Findo o termo, os juizes pelo primeiro correio remetterão o processo informatorio que houverem organizado na fórma do artigo 21, com a resposta dos querelados ou sem ella ao Supremo Tribunal, que procederá sem mais audiencia dos querelados, na fórma do artigo 20 e nos mais termos pre-scriptos por esta lei.

**Art. 24.** São effeitos da pronuncia :

1.º Sujeição á accusação criminal.

2.º Suspensão do exercicio de todas as funções publicas e de metade do ordenado que vencer, e inhabilidade para empregos até final sentença, e prisão quando a accusação fôr de crimes em que não tem logar a fiança.

**Lei de 31 de Ag. de 1829 : Art. 1.** Os sorteio dos juizes para a pronuncia, determinado no artigo 20 da lei de 18 de Setembro de 1828, será feito publicamente, e terá logar depois que o indiciado tiver sido ouvido, ou se tiver findo o termo que lhe fôr assignado, expedindo o juiz do feito a ordem necessaria para esta audiencia.

**Art. 2.** Si antes da pronuncia algum dos juizes sorteados vier a ser impedido, a sua substituição será feita immediatamente pelo sorteio, ficando sómente inhibidos de votar a final os que effectivamente tiverem dado voto a respeito de pronunciar ou não o indiciado.

**Art. 3.** Ao juiz do feito compete admittir fiança aos criminosos nos casos em que ella tem logar.

**Lei de 20 de Dez. de 1830: Art. 28.** O tribunal conhecerá dos delictos e erros de officio sem precedencia de queixa da parte offendida ou do procurador da corôa; e tanto nesse caso como quando a queixa fôr directamente apresentada perante elle, o ministro, a quem tocar, inquirirá testemunhas, e procederá as demais diligencias, que são encarregadas aos juizes territoriaes pelos artigos 21, 22 e 23 da lei, ou por elles se mandarão fazer, segundo a deliberação do tribunal.

**Art. 29.** Os indiciados, no caso do artigo 20, serão ouvidos por ordem expedida na conformidade do artigo 1 da resolução de 31 de Agosto de 1829; e tanto neste caso, como no do artigo 22, se lhes enviarão as cópias da queixa com os nomes do accusador e das testemunhas.

**Art. 30.** Os ministros sorteados para a pronuncia antes de proferirem a sentença, poderão mandar proceder a todas as diligencias que entenderem necessarias; em nenhum caso, porém, se mandará proceder á devassa quando não fôr caso della, ou quando fôr segunda, posto que a primeira seja nulla.

**Art. 31.** Os effeitos da pronuncia declarada no artigo 24 da lei procedem conjunctamente, como consequencias della, sem dependencia da declaração dos juizes, a quem não é dado arbitrio algum a este respeito.

**Decr. de 20 de Out. de 1850: Art. 1.** Nos delictos e erros de officio, de que pela constituição deve conhecer o Supremo Tribunal de Justiça, e nos delictos cujo conhecimento pertence as relações, o ministro, a quem o feito tocar por distribuição, ordenará o processo, fazendo autoar as peças instructivas e procedendo a todas as diligencias necessarias, e depois apresenta-lo-ha em mesa para relata-lo na fórma que determinão os artigos 20 e 25 da lei de 18 de Setembro de 1828, e os artigos 161 e 162 do código do processo criminal.

**Art. 2.** O presidente do respectivo tribunal designará essa mesma sessão para propôr-se o feito, e immediatamente escolher-se-hão por sorte tres ministros, os quaes, depois de instruidos do processo, passarão em acto successivo, e em sessão do tribunal que tiver de conhecer o feito, a julgar se o denunciado, ou aquelle contra quem se houver dado a queixa, deve ou não ser pronunciado.

**Art. 3.** Todos os actos mencionados no artigo antecedente serão feitos em sessão publica do respectivo tribunal nos casos em que o denunciado, ou aquelle contra quem houver queixa, estiver preso, ou quando o crime fôr affiançavel.

**Art. 4.** Nos casos em que o denunciado, ou aquelle contra quem houver queixa, não estiver preso, e o crime fôr inaffiançavel, o relatorio do feito e o sorteio dos tres ministros para a pronuncia serão feitos em sessão publica do tribunal, procedendo-se depois a julgar sobre a pronuncia em sessão secreta na presença dos ministros do tribunal e do secretario.

**Art. 5.** Os ministros que tiverem de julgar sobre a pronuncia na fórmula prescripta nos artigos antecedentes, poderão antes disto conferenciar particularmente sobre o feito, comtanto que na mesma sessão se julgue sobre a pronuncia, como determina o artigo 2.

## SECÇÃO II

### *Julgamento do crime*

**Lei de 18 de Set. de 1828: Art. 25.** Depois da pronuncia feita pelo Supremo Tribunal de Justiça, ou por elle sustentada, dar-se-ha vista do processo ao promotor da justiça, que será o mesmo da relação da côrte, para este formar o libello derivado das provas autoadas.

O réo será logo notificado por ordem do presidente do tribunal para comparecer nelle por si, ou seu procurador, no caso do n. 2 do artigo 24, e produzir ahi a sua defesa dentro do prazo que lhe será marcado com attenção ás circumstancias que occorrerem.

**Art. 26.** Comparecendo o réo por si ou seu procurador, no termo que lhe fôr assignado, e offerecido pelo promotor o libello accusatorio, se lhe dará vista para deduzir a sua defesa no termo de oito dias, que será prorogavel ao prudente arbitrio do juiz do feito.

**Art. 27.** Findo este termo e na primeira conferencia do tribunal, presentes o promotor, a parte accusadora, o réo ou seus procuradores, advogados e defensores, o mesmo juiz do feito, fazendo lêr pelo secretario o libello, a contrariedade e todas as mais peças do processo, procederá á inquirição das testemunhas que se houverem de produzir, ás quaes poderão tambem o promotor e as partes fazer as perguntas que lhe parecer.

**Art. 28.** Findas as inquirições e perguntas, o mesmo juiz, na conferencia seguinte do tribunal, apresentará por escripto um relatorio circumstanciado de todo o processo, que nunca poderá ser julgado por menos de seis juizes livres, e ahi será lido, podendo ser contestado pelo promotor e pelas partes, ou seus procuradores, quando fôr inexacto, ou não tiver a precisa clareza.

**Art. 29.** Em seguimento, a sessão se tornará secreta e se discutirá a materia, no fim do que, declarando os ministros que estão em estado de votar, continuará a sessão em publico, proceder-se-ha á votação, não estando presentes o accusador, o réo, nem seus procuradores, advogados e defensores, nem tendo voto o ministro que formou o processo, nem os que intervierão na pronuncia.

Em caso de empate, quer sobre a condenação, quer sobre o grão da pena, seguir-se-ha a parte mais favorável ao réo.

Esta sentença poderá ser uma só vez embargada.

**Art. 30.** O promotor da justiça intervirá sempre na accusação de todos os crimes, ainda havendo parte accusadora.

**Art. 31.** O interrogatorio das testemunhas e todos os actos do processo, depois da pronuncia serão publicos.

**Art. 32.** Quando fôrem dous os réos, cada um recusará seu juiz; sendo mais de dous concordaráõ entre si nos dous, que hão de exercer este direito; e não concordando a sorte decidirá.

O mesmo se observará quando houver mais de um accusador, com a differença de que, em logar de dous, será nomeado um para exercer a recusação.

**Lei de 20 de Dez. de 1830: Art. 32.** Quando houver parte accusadora será admittida a addir ou declarar o libello do promotor, comtanto que o faça no prazo de tres dias.

**Art. 33.** Si algum outro juizo se intrometter no conhecimento dos delictos e erros de officio, que commetterem as pessoas declaradas no artigo 164 § 2, da constituição, poderá o tribunal avocar os autos para proceder na fórma da lei.

**Art. 34.** Si ao tempo de dever julgar-se finalmente o processo criminal não se acharem seis juizes livres, differir-se-ha o julgamento para outra sessão; e quando aconteça não os haver entre todos os membros do tribunal, convocar-se-hão por suas antiguidades os ministros da relação da cõrte que fôrem precisos.

Esta convocação será feita por officio do presidente do tribunal dirigido ao da relação.



**Art. 35.** Para a execução das sentenças criminaes, assim de condemnação, como de absolvição, se deverá ajuntar á portaria do presidente, ordenada pelo § 9 do artigo 4 da lei, uma certidão authentica da sentença passada pelo secretario, a que a mesma portaria explicitamente se refira.

**Art. 36.** A portaria, no caso de sentença condemnatoria, será remettida aos juizes e autoridades a quem tocar a sua execução, e, no caso de absolvição, se entregará á parte quando a requerer.

**Art. 37.** Si o réo que fôr absolvido no tribunal tiver prestado fiança pecuniaria, será esta a seu requerimento levantada por portaria do presidente.

## CAPITULO II

### REVISTA EM PROCESSO CRIMINAL, CASOS DELLA E SEU PROCESSO

**Lei de 18 de Set. de 1838: Art. 6.** As revistas sómente serão concedidas nas causas civeis e crimes, quando se verificar um dos dous casos, manifesta nullidade ou injustiça notoria, nas sentenças proferidas em todos os juizos em ultima instancia.

**Art. 7.** As revistas não suspendem a execução das sentenças, excepto nas causas crimes, quando é imposta a pena de morte, degredo ou galés, sendo os réos os recurrentes.

**Art. 15.** Denegada a revista, serão remettidos os autos *ex-officio* ao juizo onde fôrão sentenciados, condemnado o recorrente nas custas.

E si a sentença tiver imposto pena de morte se observará a lei de 11 de Setembro de 1826, antes da sua execução. (\*)

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 89.** E' permit-tida a revista para o tribunal competente :

§ 1. Das sentenças do juiz de direito proferidas em grão de appellação sobre crime de contrabando, segundo o artigo 17 § 1 desta lei, e sobre a prescripção de que trata o artigo 35, quando se julgar procedente.

§ 2. Das decisões das relações nos casos do artigo 78 §§ 2, 3 e 4 desta lei.

**Art. 90.** Não é permittida a revista:

§ 1. Das sentenças de pronuncia, concessão ou denegação de fiança, e de quaesquer interlocutorias.

§ 2. Das sentenças proferidas no fôro militar e no eccle-siastico.

**Reg. de 31 de Jan. de 1842.** Os recursos de revista é só permittido nos casos restrictos, especificados no artigo 89 da lei de 3 de Dezembro de 1841; e a respeito de sua interposição expediente se observará as disposições da lei de 18 de Se-tembro de 1828, decreto de 20 de Dezembro de 1830, e mais legislação em vigor.

---

(\*) Vide sobre o processo de interposição e concessão ou denegação da revista: Parte II tit. XVI cap. III.

O processo no civil e crime é o mesmo.

## **TITULO XVII. — Processos especiaes no Supremo Tribunal de Justiça**

### **CAPITULO I**

#### **CONFLITO DE JURISDICÇÃO**

**Lei de 18 de Set. de 1838: Art. 34.** No caso de conflicto de jurisdicção, ou questão de competencia das relações provinciaes entre si ou com qualquer outra autoridade, as autoridades competidoras darão immediatamente ao tribunal uma parte por escripto, acompanhada dos necessarios documentos.

**Art. 35.** O tribunal julgará qualquer destes casos pela forma estabelecida para a concessão ou denegação das revistas, ouvindo porém o procurador da corôa e soberania nacional e lançada a sentença, que explicitamente contenha a decisão e seus fundamentos.

### **CAPITULO II**

#### **ANTIGUIDADE DOS MAGISTRADOS**

##### **SECÇÃO I**

*Matricula, tempo para antiguidade, e formação da lista*

**Lei de 20 de Dez. de 1830: Art. 2.** Devem ser admittidos á matricula, de que trata o artigo 4 § 3 (da lei de

18 de Setembro de 1828), não só os magistrados, que actualmente estiverem empregados, mas também os que já tiverem servido algum lugar, e estiverem habilitados para continuar no serviço, ainda que estejam desempregados.

**Art. 3.** Os magistrados que de novo entrarem no serviço, e os actuaes que fôrem despachados para outros logares, poderão ser matriculados logo que apresentem a sua carta, ficando obrigados a remetter ao presidente do supremo tribunal a certidão de sua posse, dentro do prazo de seis mezes os que servirem nas provincias do Rio de Janeiro, São-Paulo, Santa Catharina, Rio-Grande do Sul, Minas-Geraes, Espirito-Santo e Bahia; de um anno os que servirem nas provincias de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Parahyba, Rio-Grande do Norte, e Goyaz; e 18 mezes os que servirem em outras provincias.

Aos magistrados, que se não matriculaem, ou que tendo-se matriculado não remetterem a certidão da posse nos referidos logares, se não contará a antiguidade no tempo da móra.

**Art. 4.** Quando algum magistrado fôr suspenso pelo poder moderador, na conformidade do artigo 154 da constituição, o ministro secretario de estado dos negocios da justiça o participará officialmente ao presidente do tribunal; igual participação documentada fará a relação, e qualquer julgador, quando tiver pronunciado algum magistrado, ou contra elle proferido sentença em processo criminal, passada em julgado, para se fazerem na sua matricula as devidas notas.

## CAPITULO II

### ANTIGUIDADE DOS MAGISTRADOS

**Decr. de 10 de Abril de 1833: Art. 1.** Quando houver alguma duvida sobre a antiguidade de qualquer magistrado, apresentada ao tribunal pelo seu presidente, afim de bem

desempenhar o que lhe incumbe o artigo 4 § 4 da lei de 18 de Setembro de 1828, será esta reduzida a uma proposta circunstanciada assignada pelo mesmo presidente, declarando em que versa a duvida, e as razões que para ella se offerecerão.

**Art. 2.** A proposta entrará em distribuição, e o ministro a quem fôr distribuida, depois de mandar juntar por cópia autentica, as respectivas verbas da matricula dos magistrados, sobre cuja antiguidade versar a duvida, com todas as notas, que lhes fôrem relativas, na conformidade do artigo 4 § 3 da lei de 18 de Setembro de 1828, e dos artigos 2, 3 e 4 do decreto de 20 de Dezembro de 1830, assignará termo razoavel a cada um dos sobreditos magistrados para allegarem o que convier ao direito e a justiça com que cada um delles se suppuzer.

**Art. 3.** O termo, de que trata o artigo antecedente, será regulado com attenção á distancia dos logares, em que se acharem os magistrados, não sendo maior de 15 dias para os que residirem nesta corte.

**Art. 4.** Aos que estiverem fóra da cidade se remetterão os papeis por traslado, e aos que se acharem em outra provincia se enviarão por intermedio do presidente della, ou do presidente da relação de que fôrem membros.

**Art. 5.** Formado o processo com as allegações, ou sem ellas no caso de se não apresentarem em tempo, se procederá ao julgamento pela fórma estabelecida para se julgarem os casos de conflicto de jurisdicção incluída a audiencia do procurador da corôa e soberania nacional.

**Decr. de 29 de Jul. de 1849: Art. 1.** O presidente do supremo tribunal de justiça, ouvido o mesmo tribunal, na fórma da lei de 18 de Setembro de 1828, resolução de 20 de Dezembro de 1830, decreto de 16 de Novembro de 1831, e mais legislação em vigor, mandará pelo secretario organizar

uma relação nominal de todos os magistrados de primeira instancia do imperio (sem comprehender os juizes municipaes) por ordem chronologica de sua entrada na carreira da magistratura.

**Art. 2.** Esta relação será organizada á vista da matricula, registros e documentos que existirem na secretaria de estado dos negocios da justiça, na secretaria do tribunal, e de quaesquer esclarecimentos que fôrem obtidos, na fôrma do artigo 7.

**Art. 3.** A mesma relação, em referencia a cada um dos magistrados, e seguidamente a seus nomes, será acompanhada:

- § 1. Da declaração do primeiro logar de magistratura;
- § 2. Data da primeira nomeação;
- § 3. Data da posse desse logar e da entrada em exercicio;
- § 4. Data da matricula no tribunal;
- § 5. Designação dos logares em que tenham successivamente sido providos, e datas das posses e das entradas em exercicio;
- § 6. Declaração do tempo que tiverem estado sem logar na magistratura, e dos motivos por que.

§ 7. Interrupção de effectividade ou exercicio, e si foi devida a emprego em qualquer commissão ou serviço publico, dentro ou fóra do paiz, ou a outras causas, e quaes, si pelo tribunal fôrem sabidas.

§ 8. Si fôrão suspensos, pronunciados ou sentenciados, uma vez que disso tenha o tribunal conhecimento official.

**Art. 4.** Esta relação será publicada pela imprensa, e especialmente no jornal em que se imprimirem os actos officiaes do governo, precedida de um edital do mesmo presidente, pelo qual, em referencia a este decreto, se marcará a todos os magistrados relacionados, em exercicio ou sem elle, e a todos os que deixarem de ser contemplados por qualquer motivo, o prazo de um anno, contado do dia da publicação do referido edital na corte, para dentro deste, e sob pena de não serem mais attendidos sobre seu direito de antiguidade relativa,

apresentarem ao tribunal as reclamações fundadas que tiverem sobre a eliminação ou injusta inscripção e classificação.

**Art. 5.** Da mesma relação e edital enviará o presidente do tribunal exemplares impressos, que pela secretaria de estado dos negocios da justiça lhe serão transmittidos, acompanhando-os de officios aos presidentes das quatro relações do imperio, afim de que cada um destes os faça publicar e correr nas diversas provincias comprehendidas nos districtos do sua jurisdicção, imprimindo-os na capital em que estiver situada a relação, precedidos de novo edital em que, com referencia a este decreto e ao officio que tiver acompanhado a relação a intime aos magistrados subordinados a cada um dos ditos tribunaes, e que servirem nas respectivas provincias ou por qualquer motivo nellas residirem, ainda qua não estejam em serviço.

**Art. 6.** Iguaes exemplares serão officialmente remettidos pelo presidente do supremo tribunal de justiça aos presidentes das provincias do imperio, para que os enviem directamente a cada um dos magistrados em exercicio nas respectivas provincias, dando a tudo a maior publicidade possivel, e ao presidente do tribunal conta minuciosa do que a respeito houverem praticado.

**Art. 7.** Além disso, o presidente do tribunal se dirigirá aos mesmos presidentes das provincias, aos das relações, aos ministros e secretarios de estado das differentes repartições, e mais autoridades e corporações a quem competir, para que lhe subministrem todos os esclarecimentos que puderem, em vista das relações, afim de que possa ser cumprido o que dispõe o artigo 3, principalmente quanto aos ns. 6, 7 e 8.

**Art. 8.** A medida que forem chegando os esclarecimentos e reclamações ir-se-hão fazendo, na secretaria do supremo

tribunal, a respeito de cada magistrado, as declarações, correções ou observações que delles resultarem, e no fim de 4 e 8 mezes se publicará no jornal que imprimir os actos officiaes do governo a relação dos magistrados, com os additamentos que tiver recebido.

**Art. 9.** Findo o anno não se admittirão mais reclamações, ou mesmo petições para junção de documentos de interesses, qualquer que seja a natureza dellas e o fundamento com que requeirão; e o presidente do tribunal, em vista do que se tiver apresentado, organizará a relação, mas pela ordem das antiguidades.

**Art. 10.** Publicada esta relação, pela mesma maneira recommendada nos artigos 4, 5 e 6, poderão reclamar contra a indevida classificação os magistrados que se sentirem prejudicados, fazendo-o dentro de um anno os que estiverem na provincia do Matto-Grosso ou na comarca do Alto Amazonas; dentro de 6 mezes os que estiverem residindo na provincia do Rio de Janeiro ou nas capitães das provincias em quetocão os paquetes de vapor; e dentro de 8 mezes todos os outros.

Nestas reclamações não se poderão pôr em questão as declarações mencionadas no artigo 3, salvo o caso de haverem sido desattendidas, apezar de apresentadas no prazo do artigo 4.

**Art. 11.** Apresentada qualquer reclamação será distribuida, e depois de ouvido o procurador da corôa, soberania e fazenda nacional, e examinada pelo relator e revisores, será exposta, e si o tribunal entender que é infundada a julgará desde logo improcedente.

Quando, porém, lhe parecer objecto do questão, mandará ouvir os magistrados cuja antiguidade pôde ser prejudicada, marcando a cada um prazo razoavel segundo as distancias. Para os que estiverem na côrte não excederá de 15 dias.

**Art. 12.** Findos os prazos marcados, com as respostas ou



sem ellas, examinado o feito pelo relator e revisores, terá logar o julgamento, como si se tratasse de um conflicto de jurisdicção, na fôrma dos artigos 34 e 35 da lei de 18 de Setembro de 1828 e decreto de 10 de Abril de 1833.

**Art. 13.** Logo que estejam definitivamente julgadas todas as reclamações apresentadas em tempo, o presidente do tribunal fará lançar, em um livro para esse fim designado, a relação dos magistrados pela ordem de suas antiguidades, conforme os julgamentos do tribunal; seguindo-se a cada nome as declarações mencionadas no artigo 3.

Esta relação será escripta pelo secretario, e assignada pelo presidente e por todos os membros do tribunal, sendo ao depois publicada no jornal que imprimir os actos officiaes do governo.

**Art. 14.** Nesse livro serão pelo secretario registrados todos os julgamentos que o tribunal fôr proferido a respeito das antiguidades.

**Art. 15.** Não serão admittidas questões de antiguidade entre os contemplados na relação de que trata o art. 13, senão quando tiverem por fundamento alterações provenientes de factos posteriores ao prazo marcado no artigo 4, ou quando o reclamante estivesse fóra do imperio, cazo em que o prazo marcado no artigo 10 será de dous annos.

**Art. 16.** Deste decreto, logo que fôr publicado e impresso, enviar-se-hão exemplares ao presidente do supremo tribunal de justiça, aos presidentes das relações e aos das provincias, para o executarem na parte que lhes toca.

**Lei de 26 de Jun. de 1850: Art. 1.** Por antiguidade dos juizes de direito só se entenderá tempo de effectivo exercicio nos seus logares, deduzidas quaesquer interrupções.

Exceptua-se :

§ 1. O tempo em que estiverem com parte ou licença de docente, contando que não exceda de seis mezes em cada período de tres annos.

§ 2. O tempo aprazado ao juiz removido de se transportar para outro lugar, si não fôr excedido.

§ 3. O tempo de suspensão por crime de responsabilidade, de que fôrem absolvidos.

**Art. 2.** Estas disposições serão applicadas um anno depois da publicação da presente lei, e quanto aos membros do da assembléa geral só depois de concluída a presente legislatura.

**Lei de 1 de Març. de 1873 : Art. un.** A matricula dos magistrados será de ora em diante feita á vista das participações dirigidas ao supremo tribunal de justiça pela secretaria de justiça, presidente das provincias, thezouro publico, e thezourarias.

§ 1. O julgamento da antiguidade dos magistrados, que exclusivamente compete ao supremo tribunal de justiça, prevalecerá para todos os actos dependentes de antiguidade, como o accesso, remoção ou promoção das entrancias dos juizes de direito.

§ 2. Será contada na antiguidade dos actuaes juizes de direito o tempo de effectivo exercicio, que em virtude do artigo 3 do decreto de 20 de Dezembro de 1830 não lhe tiver sido contado.

§ 3. O governo pelos ministerios da justiça e fazenda dará as providencias necessarias para a remessa regular das participações exigidas neste artigo.

§ 4. Ficão revogados o artigo 3 do decreto de 20 de Dezembro de 1830, e quaesquer disposições em contrario.

**Lei de 1 de Març. de 1873 : Art. 1.** Será contado para a antiguidade do magistrado o tempo de serviço prestado durante a guerra em junta de justiça militar.

SECÇÃO II

*Revisão annual da lista de antiguidade*

**Decr. de 20 de Out. de 1854: Art. 1.** O supremo tribunal de justiça procederá todos os annos á revisão da relação nominal dos magistrados, organizada em consequencia do regulamento n. 624 de 29 de Julho de 1849.

**Art. 2.** A revisão tem por fim :

- 1.º A inclusão dos magistrados novamente nomeados ;
- 2.º A exclusão dos promovidos, aposentados, demittidos, ou fallecidos ;
- 3.º A deducção do tempo, que conforme a lei n. 557 de 26 de Julho de 1850, e decretos respectivos não é contado para antiguidade ;

**Art. 3.** A relação, que se fizer em consequencia da revisão, será publicada até o dia 1 de Abril, e terá vigor emquanto não fôr substituida pela que se organizar na seguinte revisão.

**Art. 4.** Publicada a relação, podem contra ella reclamar os magistrados prejudicados, fazendo-o dentro de 10 mezes os da provincia de Matto-Grosso, e dentro de 6 mezes os de todas as outras.

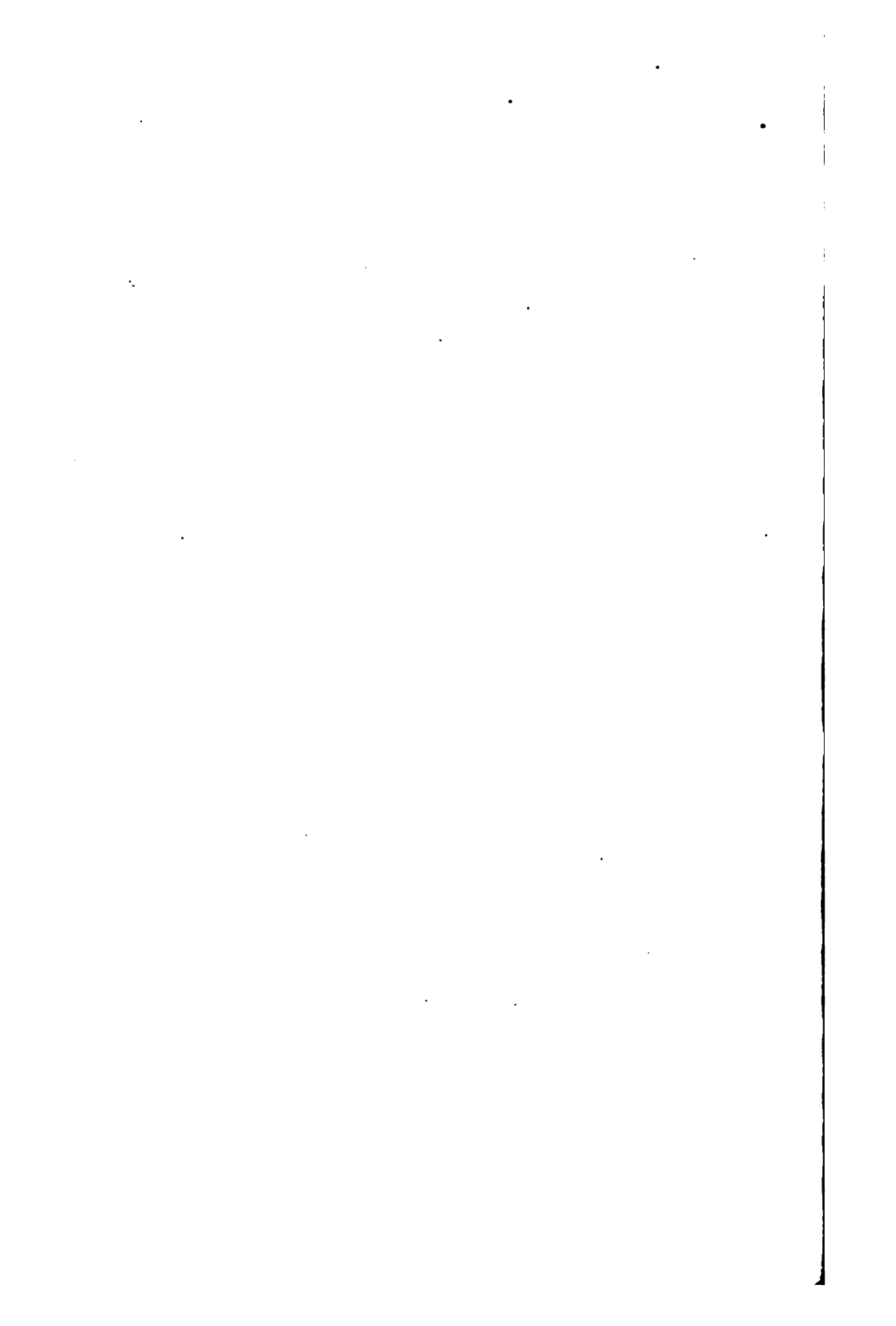
**Art. 5.** Estas reclamações não terão effeito suspensivo, e a relação prevalecerá até ser alterada.

**Art. 6.** Si a reclamação fôr attendida, o supremo tribunal a remetterá ao governo e publicará a alteração, que fôr feita na relação.

**Art. 7.** Si em razão do tempo ficar prejudicado o julgamento do tribunal para o anno corrente, será tido em consideração na revisão do anno futuro.

## **PARTE IV**

### **TERRITORIO**



# CODIGO DO PROCESSO

---

## PARTE IV — Territorio

### CAPITULO I

#### DIVISÃO TERRITORIAL PARA A JUSTIÇA CIVIL E CRIMINAL

##### SEÇÃO I

##### *Districtos, termos e comarcas*

**Cod. proc. : Art. 1.** Nas provincias do imperio, para a administração criminal nos juizos de primeira instancia, continuará a divisão em districtos de paz, termos e comarcas.

**Art. 2.** Haverá tantos districtos, quantos fôrem marcados pelas respectivas camaras municipaes, contendo cada um pelo menos 75 casas habitadas.

**Art. 3.** Na provincia onde estiver a côrte, o governo, e nas outras os presidentes em conselho, farão quanto antes a

nova divisão de termos e comarcas, proporcionada quanto fôr possível á concentração e necessidades dos habitantes, pondo logo em execução essa divisão, e participando ao corpo legislativo para ultima approvação. (\*)

**Art. 7.** Para a formação do conselho de jurados poderão ser reunidos interinamente dous ou mais termos ou julgados; e se consideraráo como formando um unico termo, cuja cabeça será a cidade, villa ou povoação, onde com maior commodidade de seus habitantes possa reunir-se o conselho dos jurados.

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 20.** A autoridade dos juizes municipaes comprehenderá um ou mais municipios, segundo a sua extensão e população.

Nos grandes e populosos, poderão haver os juizes municipaes necessarios com jurisdicção cumulativa.

**Art. 31.** Os termos em que se não apurarem pelo menos 50 jurados, reunir-se-hão ao termo ou termos mais vizinhos para formarem um só conselho de jurados; e os presidentes das provincias designaráo nesse caso o lugar da reunião do conselho e da junta revisora.

**Decr. de 31 de Jan. de 1842: Art. 31.** Nos municipios, que tiverem uma extensão e população regular, haverá um juiz municipal.

Nos grandes e populosos, em que a afluencia dos negocios assim o exigir, poderá haver até tres com jurisdicção cumulativa.

---

(\*) A lei de 12 de Agosto de 1834 diz: Art. 10. Compete ás mesmas assembléas (legislativas provinciaes) legislar: § 1. Sobre a divisão civil, judiciaria e ecclesiastica da respectiva provincia, e mesmo sobre a mudança de sua capital para o lugar que mais convier.

**Art. 32.** Os municípios, que forem pequenos, que tiverem pouca população, e os que não produzirem o numero de 50 jurados, poderão ser reunidos até o numero de 3, de baixo da jurisdicção de um só juiz municipal.

**Decr. de 24 de Març. de 1843: Art. 1.** Nos municípios e termos, que se acharem ou fôrem reunidos a outros por virtude do disposto no artigo 31 da lei de 3 de Dezembro de 1841, continuar-se-ha a observar as disposições dos regulamentos n. 120 e n. 143, formando os ditos termos um só conselho de jurados com aquelles a que fôrem reunidos, e deixando de ter em si fôro civil, que passará para o logar, que fôr designado para a reunião do conselho e da junta revisora.

**Art. 2.** Os municípios, porém, que forem, ou se acharem reunidos debaixo da autoridade de um só juiz municipal, por virtude do disposto no artigo 20 (da lei 3 de Dezembro de 1841) e tiverem apurado maior numero de juizes de facto que o declarado no artigo 31 da referida lei, terá um conselho de jurados cada um, separados dos outros municípios, a que forem annexados, devendo a reunião do dito conselho verificar-se na respectiva villa para o julgamento de todas as cauzas, que lhe pertencerem, como si o municipio reunido não fôra.

**Decr. de 24 de Nov. de 1849: Art. un.** Fica revogado o artigo 32 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, na parte que permite reunir sómente até 3 municípios debaixo da jurisdicção de um só juiz municipal.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 1.** Nas capitães que forem sédes de relações, e nas comarcas de um só termo a ellas ligadas por tão facil communicacção que no mesmo dia se possa ir e voltar, a jurisdicção de primeira instancia será exclusivamente exercida pelos juizes de direito, e a de segunda pelas relações.



**Decr. de 22 de Nov. de 1871: Art. 1.** Nas capitães, sédes de relações e nas comarcas de um só termo, a ellas ligadas por tão facil communicação que no mesmo, dia se possa ir e voltar, a jurisdição de primeira instancia será exclusivamente exercida pelos juizes de direito, e a de segunda pelas relações.

Serão declaradas por decreto as comarcas que já reúnem as mencionadas condições; procedendo-se do mesmo modo com as que de futuro as adquirirem pelo melhoramento da viação publica e regularidade de communicações.

**Decr. de 22 de Nov. de 1871: Art. 1.** São declaradas especiaes nas condições do artigo 1 da referida lei (de 20 de Setembro de 1871) as comarcas de:

Nitherohy, no Rio de Janeiro;

Pão-d'Alho, em Pernambuco;

Alcantara, no Maranhão.

**Art. 2.** Cada uma destas comarcas terá dous juizes de direito com jurisdição cumulativa, e designação de juiz da 1.<sup>a</sup> e da 2.<sup>a</sup> vara, e dous juizes substitutos.

**Decr. de 7 de Nov. de 1873: Art. 1.** São declaradas especiaes as comarcas de Porto-Alegre, São-Paulo, Ouro-Preto, Cuyabá, Goyaz, Fortaleza e Belém.

**Art. 2.** E' derogado o decreto n. 4.826 de 22 de Novembro de 1871, na parte em que declarou especiaes as comarcas de Pão-d'Alho, em Pernambuco, e de Alcantara, no Maranhão, ficando restaurado nos respectivos termos o logar de juiz municipal e de orphãos.

**Art. 3.** Não se reputarão especiaes as comarcas mencionadas no artigo 1, emquanto não se estabelecerem as novas relações.

**Decr. de 16 de Mai. de 1874:** É declarada especial

e de segunda entrancia a comarca de Jaboatão creada na provincia de Pernambuco pela lei da respectiva assembléa n. 1.093 de 24 de Maio do anno proximo findo.

**Decr. de 12 de Out. de 1880: Art. 1.** O termo ou municipio, que fôr de novo creado, ficará *ipso facto* reunido ao termo ou municipio, de que foi desannexado o seu territorio, si tanto o novo como o antigo termo pertencerem á mesma comarca.

**Art. 2.** Si, porém, o novo termo passar, pela lei de sua criação, a pertencer á comarca diversa, ou si constar de porções de territorio desannexado de mais de um municipio, será reunido a um termo, que pertença á mesma comarca, e em que haja juiz municipal (artigo 21 do regulamento de 31 de Janeiro de 1842), guardada a razão de antiguidade e maior facilidade de communicação.

**Art. 3.** A criação de fôro civil, no caso do artigo 31 da lei de 3 de Dezembro de 1841, não poderá ser effectuada, nem serão nomeados os supplentes do juiz municipal (decreto de 24 de Março de 1843 artigo 3), sinão depois que se achar instalada a respectiva camara municipal.

**Art. 4.** Compete ao presidente da provincia determinar a reunião dos termos, e a criação do fôro civil nos casos e do modo prescripto nos artigos precedentes; dará, porém, immediatamente conta circumstanciada ao governo para prover como fôr necessario de conformidade com o estabelecido neste decreto.

SEÇÃO \*

*Districtos especiaes*

**Decr. de 22 de Nov. de 1871: Art. 1.** Todos estes juizes de direito (de comarcas especiaes) ainda os das varas privativas exercerão jurisdicção criminal em districtos especiaes da respectiva comarca, que lhes fôrem designados pelo governo na côrte e pelos presidentes nas provincias, podendo, porém, ordenar as prisões e todas as diligencias em qualquer parte da comarca.

**Decr. de 1 (Dez. de 1871: Art. 1.** O municipio da côrte fica dividido em 11 districtos especiaes, que comprehenderão:

O 1º districto a freguezia de Campo-grande, e curato de Santa-cruz.

O 2º as de Guaratiba e Jacarépaguá.

O 3º as de Irajá, Inhaúma e Ilha do Governador.

O 4º as de Santa-Rita e Paquetá.

O 5º as de Sant'Anna e Espirito-Santo.

O 6º a de Santo Antonio.

O 7º a do Sacramento.

O 8º a da Candelaria,

O 9º as de Gloria e Lagôa.

O 10º a de São-José.

O 11º as de São-Christovão e Engenho-velho.

**Art. 2.** Exercerá jurisdicção criminal no 1º districto o juiz da 1ª vara orphanologica; no 2º, o da 2ª vara orphanologica; no 3º, o provedor de capellas e residuos; no 4º, o auditor de marinha; no 5º, o auditor de guerra; no 6º, o juiz dos feitos

da fazenda; no 7º, o da 1ª vara commercial; no 8º, o da 2ª vara commercial; no 9º, o da 1ª vara civil; no 10º, o da 2ª vara civil; no 11º, o da 3ª vara civil.

**Art. 3.** Cada um destes juizes pôde indistinctamente ordenar prisões e todas as diligencias em qualquer parte do municipio.

**Decr. de 17 de Jun. de 1874: Art. un.** O 11º districto especial do municipio da côrte comprehenderá, além das freguezias de São-Christovão e do Engenho-Velho, a de Nossa Senhora da Conceição do Engenho-Novo; alterado nesta parte o decreto n. 4.845 de 18 de Dezembro de 1871.

**Decr. de 21 de Ag. de 1880: Art. 1.** O 8º districto especial da côrte sob a jurisdicção criminal do juiz de direito da 2ª vara commercial, comprehenderá as freguezias da Candelaria e São-José, passando o 11º districto a ter a numeração de 10º.

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 6. § 1.** O termo da jurisdicção do juiz municipal será subdivido em 3 districtos especiaes, designando-se a cada supplente (do juiz municipal) um delles em que de preferencia terá exercicio.

Os presidentes das provincias farão essas subdivisões de districtos especiaes, não podendo altera-los durante o exercicio dos respectivos supplentes, salvo si houver augmento ou diminuição de territorio.

### SECÇÃO III

#### *Classificação de comarcas*

**Lei de 28 de Jun. de 1850. Art. 1.** As comarcas serão divididas em tres classes, a saber: 1ª, 2ª, e 3ª entrancias; sem que por isso se considerem de maior ou menor gradação.

Esta classificação será feita pelo governo; mas não poderá ser alterada senão por acto legislativo.

As comarcas novamente creadas serão encorporadas pelo governo á classe a que parecer mais propria.

**Decr. de 26 de Julho de 1850: Art. 7.** As comarcas existentes pertencem ás entrancias ou classes que se achão designadas na tabella n. 1. (\*)

Esta classificação não poderá ser alterada sinão por acto legislativo.

As comarcas novamente creadas se annexarão á classe, que parecer mais propria.

**Lei de 30 de Set. de 1871: Art. 29 § 4.** O governo fará nova classificação das comarcas quanto ás entrancias, e, feita ella, só por lei poderá ser alterada. (\*\*)

#### SSECÇÃO IV

##### *Districtos de relações*

**Const. Art. 158.** Para julgar as causas, em segunda e ultima instancia, haverá nas provincias do imperio as relações, que fôrem necessarias para commodidade dos povos. (\*\*)

**Lei de 6 de Ag. de 1873: Art. 1.** Ficão creadas mais sete relações no imperio.

---

(\*) Vide essa tabella na col. das leis.

(\*\*) Fez-se a nova classificação por varios decretos de 1872.

(\*\*\*) Das attribuições conferidas ao supremo tribunal de justiça no art. 164 da Constituição, ve-se que a sua jurisdicção abrange todo o territorio do imperio, que assim constitue para esse tribunal a sua circumscripção jurisdiccional.

§ 1. As Relações existentes e as novamente creadas terão por districtos os territorios seguintes:

1. Do Pará e Amazonas com séde na cidade de Belém;
2. Do Maranhão e Piahy, com séde na cidade de São Luiz;
3. Do Ceará e Rio-Grande do Norte, com séde na cidade da Fortaleza;
4. De Pernambuco, Parahyba e Alagôas, com séde na cidade do Recife;
5. Da Bahia e Sergipe, com séde na cidade de São Salvador;
6. Do municipio neutro, Rio de Janeiro e Espirito-Santo, com séde na côrte;
7. De São Paulo e Paraná, com séde na cidade de S. Paulo;
8. Do Rio-Grande do Sul e Santa Catharina, com séde na cidade de Porto-Alegre;
9. De Minas, com séde na cidade de Ouro-Preto;
10. De Matto-Grosso, com séde na cidade de Cuyabá;
11. De Goyaz, com séde na cidade de Goyaz;

**Decr. de 1 de Mai. de 1874: Art. 1.** O territorio do imperio é dividido em 11 districtos de relação, comprehendendo:

O 1.º o municipio neutro, e as provincias de Rio de Janeiro e de Espirito-Santo.

O 2.º as provincias da Bahia e Sergipe.

O 3.º as de Pernambuco, Alagôas e Parahyba.

O 4.º as de Ceará e Rio-Grande do Norte.

O 5.º as de Maranhão e Piahy.

O 6.º as do Pará e Amazonas.

O 7.º as de São-Paulo e Paraná.

O 8.º as do Rio-Grande do Sul e Santa Catharina.

O 9.º a de Minas-Geraes.

O 10.º a de Goyaz.

O 11.º a de Matto-Grosso.

**Art. 2.** O territorio, que for desmembrado de uma

provincia e annexado a outra pertencerá ao distincto da relação desta.

**Art. 3.** Quando se acharem comprehendidos em mais de um districto de relação territoricos desmembrados de diversas provincias para constituirem nova provincia, ficarão pertencendo ao districto designado na lei que o crear.

Na falta desta designação, o governo a fará provisoriamente por decreto, attendendo a maior commodidade dos povos.

## CAPITULO II

### *Territorio para a administração policial*

**Decr. de 31 de Jan. de 1842: Art. 4.** No municipio da côrte, e em cada provincia haverá um chefe de policia, que residirá na capital.

**Art. 5.** No municipio da côrte, e nas provincias do Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Parahyba, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Minas-Geraes, Pará, e São-Paulo, os chefes de policia não accumularão outras funcções; nas outras, porém, poderão exercer conjunctamente as de juiz de direito da capital, e sua comarca ou termo.

**Art. 6.** O chefe de policia da côrte terá os delegados e subdelegados, que o governo, sobre sua informação, julgar conveniente nomear, marcando-lhes districtos, dentro dos quaes deverão residir.

**Art. 7.** Os chefes de policia das provincias terão um delegado em cada termo, e tantos subdelegados quanto os presidentes das mesmas provincias, sobre sua informação julgarem necessarios.

Haverá por via de regra um subdelegado em cada districto de paz, quando fôr mui populoso, e tambem se fôr muito extenso, e houverem nelle pessoas idoneas para exercer esse e outros cargos publicos.

**Art. 8.** Quando se reunirem dous ou mais termos, por via do artigo 31 da lei de 3 de dezembro de 1841, terão um só delegado.

**Art. 9.** Nos termos das grandes cidades, Bahia, Recife, etc., poderá haver mais de um delegado, marcando o presidente da provincia o districto de cada um.

**Decr. de 28 de Fev. de 1842: Art. 1.** Haverá dous delegados do chefe de policia no municipio da côrto um com a deignação de 1.º e outro de 2.º

**Art. 2.** O 1º delegado terá por districto as freguezias da Lagôa, Jacarépaguá, Inhaúma, Irajá, Campo-Grande, Guaratiba, Santa-Cruz, ilha do Governador, e Paquetá, e não será obrigado a residir em qualquer dellas, mas sim proximamente.

O districto do 2º delegado será formado das freguezias do Sacramento, São-José, Sant'Anna, Santa-Rita, Candelaria, Gloria, e Engenho-Velho.

**Decr. de 31 Jan. de 1857: Art. 1.** No municipio da côrte haverá tres delegacias de policia assim divididas :

§ 1. A primeira delegacia terá por districto as freguezias de Santa-Rita, Candelaria, Sacramento, Ilha do Governador, e ilha de Paquetá.

§ 2. A segunda delegacia terá por districto as freguezias de São-José, Santo Antonio, Gloria, Lagôa, e Jacarépaguá.



§ 3. A terceira delegacia terá por districto as freguezias de Sant'Anna, Engenho Velho, São-Christovão, Inhaúma, Irajá e Campo-Grande, Guaratiba, Curato de Santa-Cruz.

**Art. 3.** Fica revogado o decreto n. 136 de 28 de Fevereiro de 1842, na parte que creou duas delegacias no referido municipio, e marcou-lhes districtos.

**Decr. de 3 de Març. de 1859:** Ficão reduzidas, com a denominação de 1ª e 2ª, as delegacias de policias da cõrte as quaes serão cumulativas, e terão por districto o municipio da cõrte.

Cada uma das delegacias terá um escrivão, e escrevente, servindo perante o 1º delegado os actuaes escrivães, e escrevente da policia. (\*)

**F I M**

---

(\*) Sobre escrivães das delegacias vide : Parte III, tit. I, Cap. IV, Sec. III.

# ACCRESCIMOS

---

## PARTE I

No tit. I cap. VI secç. III, á pag. 64.

**Cod. do proc.: Art. 313.** Quando nos crimes de liberdade de exprimir os pensamentos, o autor ou editor não tiverem meios de satisfazer a multa em que fôrem condemnados, o impressor fica responsavel á satisfação.

No tit. II cap. I, á pag. 32.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 13.** Fica abolido o procedimento *ex-officio* dos juizes formadores da culpa, excepto nos casos de flagrante delicto, nos crimes policiaes, e nas especies dos §§ 5 e 7 deste artigo.

§ 1. No caso de flagrante delicto, si o réo obtiver fiança, a queixa ou denuncia será apresentada dentro de 30 dias da perpetração do delicto.

§ 2. Si o réo estiver preso a queixa ou denuncia será offerecida dentro de 5 dias.

§ 3. Não estando o réo preso nem afiangado, o praso para a queixa ou denuncia será igualmente de 5 dias contados da data em que o promotor publico receber os esclarecimentos e provas do crime, ou em que este se tornar notorio.

§ 4. As autoridades competentes remetterão aos promotores publicos ou seus adjuntos as provas, que obtiverem sobre a existencia de qualquer delicto, a fim de que elles procedão na fórma das leis.

§ 5. Si, esgotados os prazos acima declarados, os promotores publicos ou seus adjuntos não apresentarem a queixa, ou denuncia, a autoridade formadora da culpa procederá *ex-officio*, e o juiz de direito multará os promotores ou adjuntos omissoes na quantia de 20\$000 a 100\$000, se não offerecerem motivos justificativos de sua falta.

§ 6. O promotor publico a quem o adjunto deverá communicar a queixa ou denuncia, que tiver apresentado, poderá addiciona-la como entender mais justo, e proseguir nos termos da formação da culpa.

§ 7. As autoridades judicarias, sempre que reconhecerem casos de responsabilidade, formarão culpa a quem a tiver, sendo de sua competencia; e, não sendo, remetterão ao promotor publico ou seu adjunto as provas que sirvão para fundamentar a denuncia; participando esta remessa á autoridade, a quem competir a formação da culpa.

Si, porém, o promotor ou seu adjunto não officiar nos prazos dos §§ 1, 2 e 3, applicar-se-ha a disposição do § 5.

No tit. II cap. V secç. VIII, antes do reg. de 22 de Nov. de 1871, art. 84, á pag. 55

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 20.** Os casos, do que trata o art. 10 do codigo criminal, são do conhecimento o decisão do juiz formador da culpa com appellação *ex-officio* para a relação, quando a decisão fôr definitiva.

No titulo XIII, á pag. 1091

### CAPITULO III

#### PROCESSO POR INFRAÇÃO DE PRIVILEGIO DE INVENÇÃO, OU DESCOBERTA INDUSTRIAL

**Lei de 14 de Out. de 1882: Art. 6.** São considerados infractores do privilegio:

1.º Os que, sem licença do concessionario, fabricarem os productos ou empregarem os meios, ou fizerem as applicações que fôrem objecto da patente.

2.º Os que importarem, venderem, ou expuzerem á venda, occultarem ou receberem para o fim de serem vendidos productos contrafeitos da industria privilegiada, sabendo que o são.

§ 1. Os infractores do privilegio serão punidos em favor dos cofres publicos com a multa de 500\$000 a 5:000\$000; e em favor do concessionario da patente com 10 a 50 por cento do damno causado ou que poderão causar.

§ 2. Serão consideradas circumstancias aggravantes:

1.º Ser ou ter sido o infractor empregado ou operario nos estabelecimentos do concessionario da patente.

2.º Associar-se o infractor com empregado ou operario do concessionario para ter conhecimento do modo pratico do obter-se ou empregar-se a invenção.

**Art. 6 § 3.** O conhecimento das infracções de privilegio compete aos juizes do direito das comarcas onde ellas se derem, os quaes expedirão, a requerimento do concessionario ou do seu legitimo representante, os mandados de busca, apprehensão e deposito, e ordenarão as diligencias preparatorias ou instructivas do processo.

O julgamento será regulado pela lei n. 562 de 2 de Julho de 1850, e pelo decreto n. 707 de 9 de Outubro do mesmo anno.

Os productos, de que tratão os ns. 1 e 2 deste artigo, e os respectivos instrumentos e apparatus serão adjudicados ao concessionario da patente pela mesma sentença, que condemnar os autores da infracção.

**Reg. de 30 de Dez. de 1883: Art. 65.** Os infractores do privilegio serão punidos com a multa de 500\$000 a 5:000\$000 para os cofres publicos, além de 10 a 50 % do damno causado, ou que poderão causar, para os concessionarios.

Não haverá accumulação de penas por infracções reiteradas antes da iniciação do processo.

As infracções posteriores constituem reincidencia, e sujeição a novo processo.

**Art. 66.** Exceptuado o caso de consistir a infracção em um facto unico, praticado collectivamente, não haverá solidiedade entre os infractores do privilegio quanto a indemnização do damno; cada um responderá pelo prejuizo que pessoalmente tiver causado.

**Art. 67.** Os productos fabricados com infracção do privilegio, e bem assim os apparatus e instrumentos respectivos serão adjudicados aos concessionarios das patentes pela mesma sentença que condemnar os autores das infracções.

**Art. 68.** O conhecimento das infracções compete ao juiz de direito da comarca onde ellas se derem.

A formação da culpa e o julgamento serão regulados pela lei n. 562 do 2 de Julho de 1850 e pelo decreto n. 707 de 9 de Outubro do mesmo anno, no que fôrem applicaveis.

**Art. 69.** Ao mesmo juiz de direito pertence a attribuição de conceder, com ou sem caução, os mandados de busca para apprehensão ou sequestro e deposito que lhe fôrem requeridos como preliminares do processo, ou no correr deste.

Nas buscas observar-se-hão as formalidades do Código do processo criminal arts. 189 a 202.

A ellas assistirão o escrivão do juizo e os peritos necesarios para a verificação dos objectos applicados ou destinados á infracção, e discriminação dos que pertença a misteres differentes.

Tratando-se de um estabelecimento industrial, a apprehensão ou sequestro comprehenderá os livros da escripturação e a correspondencia encontrada.

**Art. 70.** Antes da apprehensão ou sequestro e deposito, pôde a parte requerer e o juiz ordenar vistoria, em que se verifique e descreva tudo que fôr encontrado e possa constituir infracção do privilegio. Assim se procederá, em todo caso, quando se tratar de estabelecimentos industriaes que estejam abertos e funccionem publicamente.

**Art. 71.** Concluidas as diligencias preliminares devem os concessionarios da patente iniciar o processo dentro do prazo de tres dias, sob pena de ficarem nullas as mesmas diligencias.

Esta mesma comminação terá logar, si, tendo sido feitas as diligencias pendente o processo, ficar este paralyzado, por falta do autor, durante mais de 15 dias.

**Art. 72.** O processo de que tratão os artigos antecedentes não obstará as acções para os concessionarios do privilegio haverem indemnização do damno causado ou que se poderia causar.

**Lei de 14 de Out. de 1882 : Art. 6 § 6.** Serão punidos com multa de 100\$000 a 500\$000, em favor dos cofres publicos :

1.º Os que se inculcarem possuidores de patentes, usando emblemas, marcas, letreiros ou rotulos sobre productos ou preparados para o commercio ou expostos á venda, como se fóssem privilegiados.

2.º Os inventores, que continuarem a exercer a industria como privilegiada, estando a patente suspensa, annullada ou caduca.

3.º Os inventores privilegiados, que em prospectos, annuncios, letreiros ou por qualquer modo de publicidade fizerem menção das patentes sem designarem o objecto especial para que as tiverem obtido.

4.º Os profissionais ou peritos que, na hypothese do 2 do artigo 3, derem causa á vulgarização do segredo da invenção, sem prejuizo das acções criminaes ou civis, que as leis permittirem.

§ 7. As infracções, de que trata o paragrapho antecedente, serão processadas e julgadas como crimes policiaes, na conformidade da legislação em vigor.

**Reg. de 30 de Dez. de 1882: Art. 73.** Serão punidos com a multa de 100\$000 a 500\$000:

1.º Os que se inculcarem possuidores de patentes, usando de emblemas, marcas, letreiros ou rotulos sobre productos ou objectos preparados para commercio, ou expostos á venda, como si fôsssem privilegiados;

2.º Os inventores que continuarem a exercer a industria como privilegiada, estando a patente suspensa, annullada ou caduca;

3.º Os inventores privilegiados que, em prospectos, annuncios, letreiros ou por qualquer modo de publicidade, fizerem menção das patentes, sem designarem o objecto especial para que as tiverem obtido;

4.º Os profissionais ou peritos que, na hypothese do § 2, art. 3 da lei n. 2129 de 14 de Outubro de 1882 e 31 a 36 do presente regulamento, derem causa a vulgarização do segredo da invenção sem o prejuizo, neste caso, das acções criminaes ou civis que as leis permittirem.

**Art. 74.** As infracções de que trata o artigo antecedente serão processadas e julgadas como crimes policiaes de conformidade com a legislação criminal em vigor. (\*)

---

(\*) Cumpre consultar toda a lei de 14 de Outubro de 1882, bem como o seu regulamento de 30 de Dezembro do mesmo anno.

## CAPITULO IV

PROCESSO DOS CRIMES DOS FUNDADORES, E ADMINISTRADORES DAS SOCIEDADES ANONYMAS, E SOCIEDADES EM COMMANDITA

**Lei de 4 de Nov. de 1882: Art. 29.** Os crimes de que trata o art. 26 (contra a regular existencia das sociedades anonymas por seus fundadores e administradores) serão processados segundo as prescripções dos artigos 47 e 48 do decreto n. 4824 de 22 de Nov. de 1871 o julgados pelo juiz de direito da comarca com os recursos legaes.

**Art. 30.** Em todos os crimes, de que trata esta lei terá cabimento a acção publica.

**Art. 41.** São tambem applicaveis ás mesmas sociedades (em commandita) as disposições do artigo 26 ns. 1, 2, 3, 4 e dos artigos 27, 29 e 30. (\*)

No tit. XVI cap. I secç. II depois, do art. 31, á pag. 1127

**Lei de 18 de Set. de 1882: Art. 32.** As pessoas que fôrem processadas neste tribunal, poderão recusar dous juizes e o accusador um, sem motivarem a sua recusação.

---

(\*) Convem consultar toda a lei de 4 de Nov. de 1882. Os art. 26, 27 e 28 qualificão os crimes, e estabelecem a penalidade.



## **PARTE II**

No tit. v cap. III secç. I, antes do Reg. de 22 de Nov. de 1871 art. 72, á pag. 402

**Lei de 30 de Set. 1871: Art. 27 § 1.** O juiz de primeira instancia, que tiver em sua conclusão o feito, o despachará no praso de 60 dias, o mais tardar, quando a sentença for definitiva, e nos de mais casos no prazo de 10 dias.

No tit. xiv cap. III., á pag. 1098

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 81.** Das sentenças das relações nos casos especificados neste regulamento, sómente serão embargaveis as que fôrem dadas nos processos de responsabilidade, e das appellações (civeis).

No tit. xvi cap. III secç. III, depois do art. 25 da lei de 20 de Dez. de 1830, á pag. 758:

**Lei de 30 de Dez. de 1830: Art. 38.** Não se poderão supprir no tribunal as faltas e omissões das solemnidades, que a lei exige para a interposição e seguimento das revistas.

**Art. 39.** Si por qualquer desastre acontecido ao correio, se perderem os autos remettidos ao tribunal, poderá a parte com uma certidão authentica do administrador do correio da côrte, pela qual conste o desastre, interpôr de novo o recurso, na forma da lei, servindo o traslado dos autos, como si fôsem principaes.

No tit. xvii cap. i secç. i, á pag. 767

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 64.** Quando os desembargadores fôrem recusados, allegando as partes algum dos motivos enumerados no citado artigo 61 do código do processo criminal, poderão, si não se reconhecerem suspeitos, continuar a ser juizes no processo, como se lhes não fôra posta a suspeição, mas o escrivão não continuará a escrever nelle sem primeiro declarar por termo nos autos o requerimento vocal, ou por escripto sobre a suspeição, e a final resolução do desembargador, devendo para isso cobrar os autos, quando os não tenha em seu poder.

**Art. 65.** Neste caso poderá a parte recusante apresentar ao presidente da relação por escripto os motivos, que teve para pôr a suspeição ao desembargador, acompanhando a sua representação dos documentos comprobatorios della, e da certidão do termo mencionado no artigo antecedente.

**Art. 66.** Apresentada a representação do recusante, o presidente a mandará autuar pelo escrivão, e ordenará que seja ouvido o desembargador recusado no prazo improrogavel de tres dias.

**Art. 67.** Dada a resposta do recusado, ou sem ella, si a não der no dito prazo, o presidente ordenará o processo, fazendo autuar as peças instructivas, inquirindo testemunhas, que lhe fôrem apresentadas pelo recusante, e o levará á mesa.

**Art. 68.** Levado o processo á mesa, ahi por sorte, e publicamente se escolherão dous adjuntos, que com o presidente decidirão si procede ou não a suspeição. Em quanto disto se tratar, retirar-se-ha o desembargador recusado.

**Art. 69.** Dada a sentença por que se declare procedente a suspeição, nella mesma se declarará também a nullidade de todo o processado perante o desembargador julgado suspeito, e se condemnará a esto, que se não reconheceu por tal, a satisfazer á parte recusante as custas do processo, que será reformado; ficando salvo á parte o direito de requerer a imposição das penas do artigo 163 do Código criminal perante o tribunal competente.

**Art. 70.** Quando a parte contraria reconhecer a justiça da suspeição poder-so-ha, a requerimento seu lançado nos autos, suspender a continuação do processo até que se julgue a suspeição.

No tit. XVII cap. II, antes do Reg. de 2 de Maio de 1874 art. 150, á pag. 771

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 84.** Constando no juizo das appellações o fallecimento de alguma das partes, ou sendo necessaria por qualquer motivo a habilitação de alguma parte, se procederá a esta perante o juiz relator, fazendo-se a inquirição de testemunhas na fórmula do artigo 11 da Disposição provisoria acerca da administração da justiça civil; e recebendo-se os artigos, e procedendo-se ao julgamento da habilitação em mesa a pluralidade de votos dos desembargadores presentes.

**Art. 85.** Concluida a habilitação, o revertendo os autos para o poder do desembargador, perante quem se acharem, se procederá nos termos ultteriores, que faltarem para que os autos possam ser julgados definitivamente.

### **PORTE III**

No tit. I cap. IV secç. VI, depois do art. 16, á pag. 807

**Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 45.** Os amanuenses das secretarias da policia nas provincias serão nomeados pelos respectivos chefes e por elles despedidos quando convier.

Os seus vencimentos serão marcados pelo governo sob informação dos presidentes das provincias, que ouvirão os ditos chefes.

No tit. II cap. II, á pag 811

**Cod. do proc. : Art. 11.** O juiz de paz reeleito não será obrigado a servir, verificando-se a sua reeleição dentro dos tres annos que immediatamente se seguirem áquelle em que tiver servido effectivamente.

No tit. II cap. XIV, depois da lei de 4 de Set. de 1850, art. 9, á pag. 891

**Decr. de 14 de Out. de 1850: Art. 15.** Haverá auditores de marinha (além do geral que existe na cõrte) nas cidades de Belém do Pará, São Luiz do Maranhão, Recife, Bahia e Porto-Alegre.

Este logar será exercido pelo juiz de direito que fôr pelo governo designado ; em falta de designação especial servirá o juiz de direito que fôr chefe de policia.

Si o chefe de policia fôr desembargador, servirá o juiz de direito da 1ª vara crime.

Os auditores não perceberão por este serviço mais que os emolumentos que lhes competirem. Nas suas faltas ou impedimentos serão substituídos pelo juiz municipal que fôr pelo governo ou pelos presidentes designado ; em falta de designação servirá o da 1ª vara.

Si as circumstancias o exigirem, poderão crear-se novas auditorias em outros portos do Imperio.

No tit. II cap. XVI, á pag. 895

**Decr. de 16 de Mai. de 1874 : Art. 2.** Haverá na mesma comarca (de Jaboatão) um juiz de direito e um juiz substituto.

No tit. III cap. III secç. 1, depois do Decr. de 6 de Nov. de 1834, á pag. 929

**Reg. de 31 de Jan. de 1842 : Art. 489.** Quando em conformidade dos artigos 30 e 31 da lei de 3 de Dezembro de 1841 se reunirem dous ou mais termos, escreverão por distribuição (cada um no seu ramo) perante o juiz municipal e de orphãos todos os escrivães, que servião perante os juizes municipais e de orphãos dos ditos termos, quando separados.

No tit. III cap. XI, á pag. 936

**Lei de 29 de Nov. de 1841 : Art. 16.** O governo fica autorizado :

§ 1. A nomear ajudantes permanentes ou provisórios, conforme o exigir as circumstancias aos procuradores da fazenda em 1ª instancia, tanto na côrte como nas provincias, arbitrando-lhes gratificações convenientes, com tanto que não excedão tres quartos do ordenado daquelles.

§ 2. A permittir aos procuradores da fazenda de 1.<sup>a</sup> instancia em geral ou accionalmente a faculdade de delegarem em pessoas idoneas os poderes necessarios para as diligencias, que se houverem de fazer nas differentes comarcas e termos das provincias a bem da causa e execuções da fazenda nacional, arbitrando-lhes gratificações favoraveis.

No tit. iv cap. i secç. v, depois do Reg. de 3 de Jan. de 1833, á pag. 962

**Lei de 20 de Set. de 1871 : Art. 6.** Ao tribunal da relação compete conhecer e julgar todos os recursos interpostos das decisões dos juizes de direito das comarcas do artigo 1 (especiaca); e aos desembargadores, membros das respectivas relações, a presidencia das sessões] do jury nas mesmas comarcas.

No tit. iv cap. i secç. vii, á pag. 968 *in fine*.

**Reg. de 2 Mai. de 1874 : Art. 155.** Nos processos criminaes, fallecendo a parte accusadora, correrá a causa sómente com o promotor da justiça, si o crime fôr de acção official; aliás [julgar-se-ha perempta a accusação.

No tit. iv cap. ii, á pag. 982

#### SECÇÃO XII

##### *Emolumentos e despesas da relação*

**Reg. de 3 de Jan. de 1833 : Art. 87.** As assignaturas dos desembargadores, e quaesquer outros emolumentos legais, que lhes possão tocar, serão recolhidos á uma caixa, e,

divididos no fim de cada mez por todos os desembargadores, que tiverem feito serviço na relação inclusive, o presidente, e o procurador da corôa.

**Art. 88.** Não havendo no cofro da relação, em que se lançam as condemnações, o dinheiro necessario para supprir ás despesas, que se fizerem com a limpeza, manutenção dos moveis, e com papel, tinta, arca, obreias, lacre, nastro, ou fitilho, serão estas pagas pela fazenda publica em folha, que formará o thesourciro todos os mezes, assignada pelo presidente.

No tit. iv, depois do cap. x, á pag. 999

## CAPITULO XI

NUMERO DOS JULGADORES NA RELAÇÃO, CHAMAMENTO DE JUIZES DE DIREITO PARA JULGAR, E CASOS OMISSOS

**Reg. de 3 de Jan. de 1933 : Art. 82.** Quando em virtude do disposto no artigo 2 de este regulamento se ache no despacho das relações maior numero de desembargadores, que aquelle, que cada relação deve ter, conforme o disposto no artigo 1, o presidente antes da votação tirará á sorte os desembargadores, que com os que tiverem visto o feito, o hão de julgar, de maneira que nunca esse julgamento se faça com maior numero de desembargadores do que se deve compôr a relação (\*).

**Art. 83.** Não havendo nas relações o numero de desembargadores necessarios para o julgamento de algum feito em razão do impedimento, ausencia, ou licença do algum desembargador actual, adiar-se-ha a decisão do feito para a conferencia seguinte; e si nessa conferencia se não puder ainda

---

(\*) Esta disposição já não tem cabimento depois da nova organização das relações.

verificar o julgamento, o presidente chamará por officio aos juizes de direito, que fôrem necessarios para se completar o numero de desembargadores, preferindo os mais vizinhos, si não fôrem impedidos.

**Lei de 20 de Set. de 1831: Art. 27. § 4.** Os feitos civeis serão na relação vistos e julgados por tres juizes, incluindo o relator, que deverá fazer o relatorio da causa estabelecido pelo regulamento commercial.

§ 5. O juiz do feito o apresentará com o relatorio dentro de 40 dias contados daquello em que lhe fôr distribuido; podendo o presidente da relação prorogar este prazo a seu prudente arbitrio por mais 20 dias.

§ 6. Os revisores terão sómente 20 dias para a revisão, os quaes do mesmo modo poderão ser prorogados até 30.

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 89.** Tudo que occorrer no expediente das relações, processo e julgamento dos feitos, e que não se ache expressamente providenciado neste regulamento, será decidido pelo que está determinado na lei de 18 de Setembro de 1823 e nos decretos de 31 de Agosto de 1829, e 20 de Dezembro de 1830, e mais decretos relativos ao supremo tribunal de justiça no que fôr applicavel.

No tit. IV, á pag. 999

## CAPITULO XII

### DECRETAÇÃO DE DILIGENCIAS PARA JULGAMENTO FINAL NAS RELAÇÕES

**Reg. de 3 de Jan. de 1833: Art. 88.** Quando qualquer dos desembargadores, que virem os autos, achar necessario proceder-se a alguma vistoria, exame ou outra qualquer diligencia, ou o *ex-officio*, ou requerimento do parte em tales



casos trazendo-os á mesa, e conferindo com os desembargadores presentes, e assentando elles por maioria de votos, que é indispensavel para o julgamento a vistoria, exame ou diligencia, ordenaráo por accordão por elles assignado, que reverta o feito ao juiz *a quo*, para se proceder a diligencia com citação das partes.

Feita olla reverteráo os autos á relação para se proceder ao julgamento.

No tit. v cap. v, á pag. 1004, depois do decreto de 2 de Janeiro de 1829

**Lei de 20 de Dez. de 1830: Art. 44.** Haverá no tribunal assentos para as pessoas, que assistirem ás suas sessões, os quaes o governo fará collocar no logar para esse fim destinado.

No tit. v, cap. ix, á pag. 1018

**Reg: de 3 de Mai. de 1874: Art. 108.** Os desembargadores usarão de beca na relação e poderão usar tambem de capa os que tiverem o titulo do conselho de sua Magestade o Imperador.

**Art. 109.** Por occasião da aposentadoria dos juizes de direito e desembargadores, poderá o governo conferir aos primeiros as honras de desembargador, e aos segundos as de ministro do supremo tribunal de justiça, si tiverem 10 annos de bons serviços no cargo de magistratura, em que forem aposentados.

No tit. v cap. x, depois da lei de 31 de Agosto de 1829, á pag. 1011

**Lei de 20 de Dez. de 1830: Art. 43.** No impedimento do thesoureiro servirá por elle uma pessoa idonea, debaixo de sua particular responsabilidade; e o secretario será o escrivão de toda a receita e despesa.

Tit. VI cap. III secç. II, á pag. 1835 :

**Lei de 3 de Dez. de 1841: Art. 98.** A fórma do processo será a mesma determinada pela Codigo do processo criminal, que não estiver em opposição com a presente lei.

**Decr. de 15 de Març. de 1842: Art. 10.** A ordem do juizo, tanto na primeira como na segunda instancia e nas execuções, continuará a regular-se pelo que se acha disposto no liv. 3 das Ordenações, nos artigos 15, 16, 17, 18 e 19 da Disposição provisoria, ou regulamento de 3 de Janeiro de 1833, e mais legislação em vigor que não estiver alterada pela lei de 3 de Dezembro de 1841, e regulamentos expedidos para a sua execução.

**Art. 11.** Os juizes municipaes, de orfãos e os de direito do civil e crime farão observar rigorosamente todas as disposições das sobreditas ordenações, leis e regulamentos relativamente á assignação e lançamento dos termos fixados para os actos do processo, e bem assim as que nas mesmas ordenações e mais leis em vigor são relativas ás penas e multas impostas ás partes e seus advogados e procuradores pelas acções ou omissões contrarias aos regimentos e regras legaes do processo.

**Art. 33.** Não se admittirão embargos alguns, antes da sentença final de quaesquer despachos ou sentenças interlocutorias, comprehendidos os lançamentos e as decisões sobre aggravos, quer proferidos pelas relações, quer pelos juizes do direito.

Exceptuão-se os embargos que nas causas summarias servem de contestação da acção.

**Lei de 20 de Set. de 1871: Art. 27 § 2.** Das justificações feitas em qualquer juízo não se deixará traslado, salvo quando a parte o pedir.

§ 3. Ficão abolidos os dias denominados de corte, de que trata a Ord. liv. 3 tit. 1.

No tit. vi cap. iii sec. v, á pag. 1048:

**Reg. de 22 de Nov. de 1871: Art. 86.** Nos feitos pendentes de julgamento na relação, em que já tiver sido proferida qualquer decisão pela turma dos cinco juizes, por estes ainda será terminado o julgamento.

Quanto aos que estiverem sómente distribuidos, intervirão no julgamento os tres primeiros juizes na conformidade do artigo 47 § 4 da lei.

No tit. v cap. xi, á pag. 1012:

**Lei de 20 de Dez. de 1830: Art. 40.** As custas de quo trata o artigo 15 da lei (de 18 de Setembro de 1828) serão contadas pelo regimento de 10 de Outubro de 1754, feito para as comarcas de beira-mar, na parte relativa aos escrivães e tabelliães do judicial.

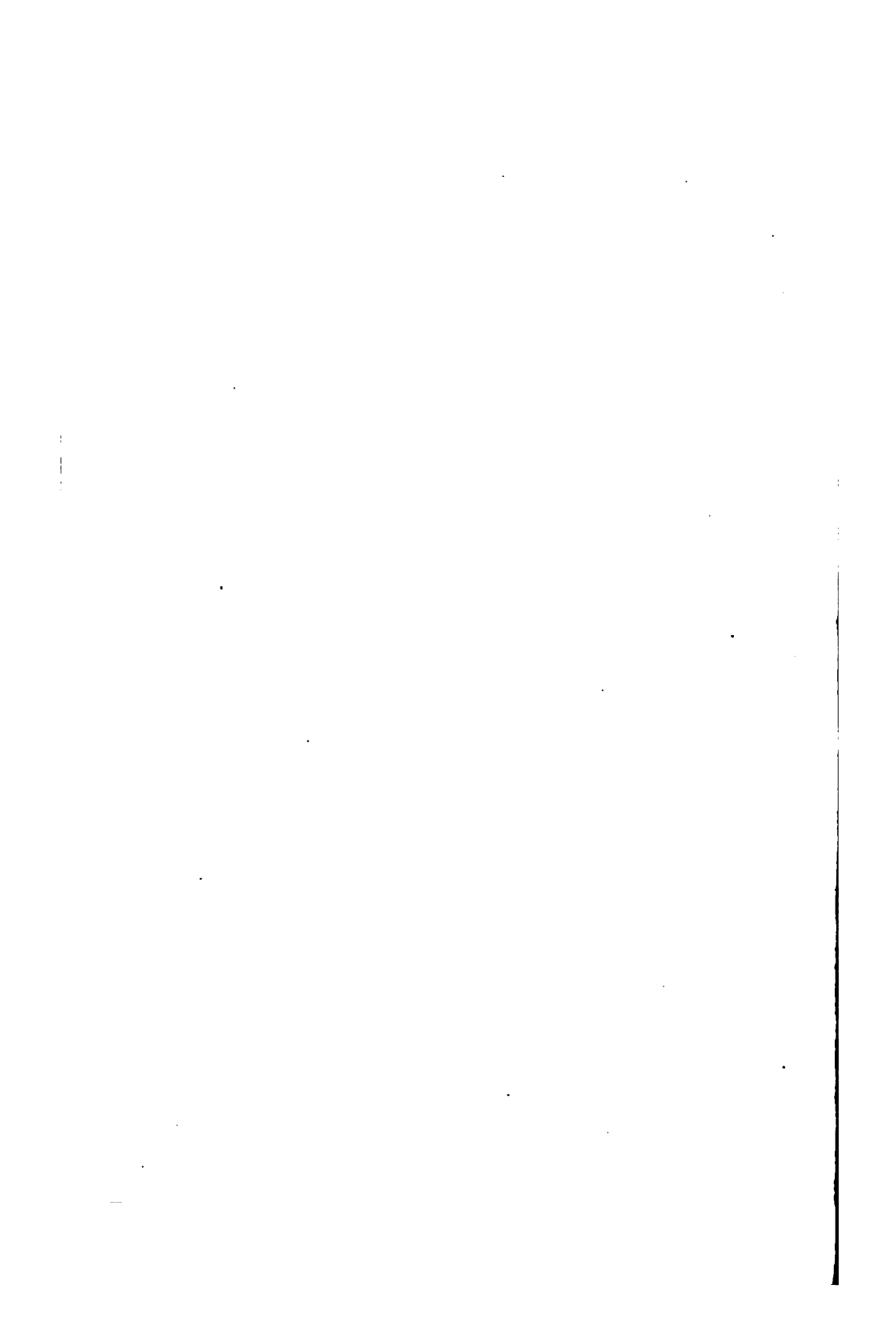
**Art. 41.** Os emolumentos de que trata o artigo 39 serão contados pelo regimento de 25 de Agosto de 1750, na parte relativa aos escrivães e official-maior do extincto tribunal do desembargo do paço.

**Art. 42.** As custas e emolumentos assim regulados, emquanto se não dêr novo regimento, serão contados nos autos pelo secretario do tribunal, e a essa cobrança se procederá executivamente, quando as partes se recusarem ao pagamento.

Na parte II tit. XVI ao cap. I, á pag. 696, deve anteceder o seguinte :

**Reg. de 15 de Març. de 1843: Art. 13.** Dão-se nas causas civeis os recursos seguintes :

- 1º Aggravos.
  - 2º Appellação.
  - 3º Revista.
-



# Repertorio da legislação contida nesta obra

---

## ADVERTENCIA

As leis, alvarás, decretos e demais actos autoritarios vão por ordem chronologica.

A diversidade da materia de que trata algumas vezes um só artigo de lei, obrigou a separação de suas partes; por isso algumas vezes se achará repetido o mesmo artigo com indicação de pagina diversa, a fim de que deste modo se encontre o artigo em sua integra, no caso de ser preciso lôr todo elle na occasião da consulta.

Quando varios artigos de uma lei, decreto, etc., estão em seguimento, indica-se apenas a pagina em que se acha o primeiro dos indicados artigos, vendo-se logo os seguintes até o numero dos indicados.

Usando deste repertorio, teremos qualquer artigo de lei ou acto autoritario, que quizermos consultar, relativo ao processo civil e criminal, independentemente de recorrer á collecção de leis do imperio.

Quando se não achar mencionado algum artigo de lei, decreto, etc., signal é de que esse artigo não contém disposição relativa ao processo civil e criminal; o que aliás mostra com quanta falta de methodo se reformão os diversos ramos da legislação patria, contendo um só acto disposições sobre variados assumptos; donde resulta a confusão, em que vemos as regras do processo disseminadas por tão numerosos actos da suprema autoridade.

Out'ora esses actos tinham diversas denominações; e assim havia a extensa nomenclatura de leis, decretos, alvarás, provisões, resoluções etc., o que tudo servia para exprimir a vontade regia; hoje, porém, esses mesmos

actos reduzem-se a 3 classes : leis, que emanão do poder legislativo ; decretos, que procedem do poder executivo com a assignatura imperial ; avisos, que partem com a simples assignatura dos respectivos ministros de estado, contendo esclarecimentos sobre doutrina, ou ordens sobre questões privadas.

Nesta compilação seguimos a classificação trinaría dos actos do nosso poder social.

| Ord. liv. 1 :                |     | Ord. liv 3:                |     |
|------------------------------|-----|----------------------------|-----|
| Tit. 1 § 13.....             | 995 | Tit. 11 pr. e § 1 a 7..... | 339 |
| » 6 pr.....                  | 939 | » 12 pr. e § 1.....        | 342 |
| » 16 § 2.....                | 546 | » 13 pr. e § 1.....        | 399 |
| » 24 § 4.....                | 574 | » 14 pr. e § 1, 2 e 3..... | 367 |
| » § 25, 26.....              | 563 | » 15 pr. e § 1, 2.....     | 369 |
| » 27 pr.....                 | 941 | » 16 pr. e § 1 a 8.....    | 522 |
| » 31 pr.....                 | 943 | » 17 pr. e § 1 a 7.....    | 476 |
| » 50 § 2.....                | 546 | » 18 § 1 a 16.....         | 349 |
| » § 16.....                  | 985 | » 19 pr. e § 1 a 15.....   | 344 |
| » 61 § 6.....                | 944 | » 20 pr.....               | 378 |
| » 62 pr. e § 1, 2, 3.....    | 648 | » § 1.....                 | 358 |
| » § 8, 9, 10, 11.....        | 649 | » § 3 e 3.....             | 379 |
| » § 12, 19, 21.....          | 651 | » § 4, 5 e 7.....          | 380 |
| » 63 pr.....                 | 935 | » § 6.....                 | 441 |
| » 68 pr. e § 23, 25, 42....  | 551 | » § 7, 8.....              | 381 |
| » 79 pr. e § 22 a 28.....    | 732 | » § 9 a 15.....            | 382 |
| » 80 § 9, 11, 12, 14, 15.... | 699 | » § 13 a 21.....           | 386 |
| » 84 § 30.....               | 574 | » § 22 a 25.....           | 388 |
| » 85 pr.....                 | 941 | » § 25 a 30.....           | 390 |
| » 83 pr.....                 | 884 | » § 31.....                | 420 |
| » § 3.....                   | 610 | » § 32.....                | 421 |
| » § 4, 6, 7, 8, 9.....       | 578 | » § 33 a 47.....           | 392 |
| » § 10 a 44.....             | 610 | » 21 pr. e § 1 a 20.....   | 424 |
| » § 49 a 55.....             | 628 | » § 21 a 29.....           | 422 |
| » 89 pr. e § 9.....          | 934 | » 22 pr. e § 1 a 4.....    | 424 |
| » 91 pr.....                 | 943 | » 23 pr. e § 1 a 3.....    | 426 |
| » 92 § 18.....               | 575 | » 24 pr. e § 1 a 3.....    | 437 |
| Ord. liv. 2:                 |     | » § 3.....                 | 575 |
| » 1 § 2.....                 | 537 | » 25 pr. e § 1 a 10.....   | 490 |
| Ord. liv. 3:                 |     | » 27 § 2.....              | 560 |
| » 1 pr. e § 1 a 19.....      | 359 | » 30 § 3.....              | 543 |
| » 2 pr. e § 1.....           | 366 | » 31 pr. e § 1 a 5.....    | 553 |
| » 3.....                     | 329 | » 33 pr. e § 1 a 8.....    | 439 |
| » 4.....                     | 330 | » 40 § 2 e 3.....          | 537 |
| » 5 pr. e § 1 a 12.....      | 381 | » 44 pr. e § 1, 2, 3.....  | 414 |
| » 6 pr. e § 1 a 6.....       | 385 | » 45 pr. e § 1 a 11.....   | 415 |
| » 7 pr. e § 1.....           | 338 | » 48 pr. e § 1 a 5.....    | 538 |
| » 8.....                     | 377 | » 49 pr. e § 1 a 6.....    | 421 |
| » 9 pr. e § 1 a 13.....      | 371 | » 50 pr. e § 1.....        | 423 |
| » 10 pr. e § 1 a 3.....      | 370 | » 51.....                  | 388 |

| Ord. liv. 3:               |     | Ord. liv. 4:                  |     |
|----------------------------|-----|-------------------------------|-----|
| Tit. 52 pr. e § 1 a 5..... | 469 | Tit. 33 pr. e § 1, 2.....     | 541 |
| » 53 pr. e § 1 a 13.....   | 472 | » 49 § 1.....                 | 555 |
| » 54 pr. e § 1 a 17.....   | 479 | » 56 pr. e § 1.....           | 576 |
| » 55 pr. e § 1 a 12.....   | 453 | » 76 § 5.....                 | 556 |
| » 56 pr. e § 1 a 11.....   | 457 | » 78 § 3.....                 | 513 |
| » 57 pr. e § 1 a 4.....    | 654 | » 95 § 2.....                 | 554 |
| » 58 pr. e § 1 a 9.....    | 461 | » 96 pr. e § 1 a 26.....      | 581 |
| » 59 pr. e § 1 a 4.....    | 443 | » 97 pr. e § 1 a 25.....      | 591 |
| » § 5, 6.....              | 467 | » 102 pr. e § 1.....          | 600 |
| » § 11 a 25.....           | 445 | » § 5 a 10.....               | 602 |
| » 60 pr. e § 1 a 7.....    | 449 | » 103 pr. e § 1 a 8.....      | 605 |
| » 61.....                  | 453 | » 104 pr. e § 1 a 6.....      | 603 |
| » 62 pr. e § 1 a 4.....    | 465 |                               |     |
| » 63 pr. e § 1 a 6.....    | 409 | L. 23 Nov. de 1616.....       | 556 |
| » 64 pr. e § 1, 2, 3.....  | 412 | Ass. 2 Mai. 1654.....         | 400 |
| » 65 pr. e § 1 a 7.....    | 407 | Ass. 11 Fev. 1658.....        | 401 |
| » 66 pr. e § 1 a 10.....   | 402 | Ass. 24 Març. 1672.....       | 401 |
| » § 6.....                 | 998 | Ass. 11 Ag. 1685.....         | 401 |
| » 67 pr. e § 1.....        | 460 | L. 29 Jan. 1739.....          | 557 |
| » 68 pr. e § 1 a 6.....    | 735 | D. 1 Març. 1758.....          | 960 |
| » § 7, 8.....              | 739 | D. 15 Jun. 1758.....          | 561 |
| » 69 pr. e § 1 a 9.....    | 718 | L. 3 Nov. 1768 § 2, 3....     | 753 |
| » 70 pr. e § 1 a 11.....   | 714 | Ass. 23 Nov. 1769.....        | 341 |
| » 73 pr. e § 1, 2.....     | 731 | Ass. 23 Nov. 1769.....        | 389 |
| » 74 pr. e § 1 a 5.....    | 696 | Ass. 23 Mai. 1758.....        | 663 |
| » 75 pr. e § 1, 2.....     | 723 | L. 22 Dez. 1761 § 1 a 10..    | 565 |
| » 76 pr. e § 1, 2, 3.....  | 721 | » § 11 a 15....               | 569 |
| » 77.....                  | 723 | Alv. 14 Out. 1773 art. 1..... | 671 |
| » 78 § 3.....              | 539 | L. 20 Jun. 1774, § 5 a 12.    | 669 |
| » § 4.....                 | 551 | » § 16 a 29.                  | 674 |
| » § 5.....                 | 554 | » § 30 a 44.                  | 670 |
| » 79 pr. e § 1 a 6.....    | 725 | Alv. 29 Nov. 1775 § 3....     | 705 |
| » 80 pr. e § 1, 2, 3.....  | 727 | L. 29 Nov. 1775.....          | 557 |
| » 81 pr. e § 1, 2.....     | 728 | Ass. 1 Març. 1783.....        | 995 |
| » 82.....                  | 561 | L. 6 Out. 1784 § 5, 7, 8..    | 558 |
| » 83 pr. e § 1, 2, 3.....  | 741 | D. 15 Nov. 1787.....          | 552 |
| » 83 pr. e § 1 a 24.....   | 658 | D. 10 Mai. 1790.....          | 562 |
| » § 17, 18, 19.....        | 682 | Alv. 24 Jul. 1793 § 2.....    | 572 |
| » § 25 a 31.....           | 672 | Alv. 28 Jan. 1803 tit. 7 § 18 |     |
| » 87 pr. e § 1 a 14.....   | 683 | » e tit. 39 § 4.              | 568 |
| » 88 pr. e § 1.....        | 688 | Alv. 25 Jan. 1809 § 1 a 9..   | 546 |
| » 94 pr. e § 1 a 4.....    | 642 | Alv. 22 Jan. 1810 § 34.....   | 573 |
| Ord. liv. 4:               |     | Ass. 23 Jul. 1811.....        | 544 |
| » 23 pr. e § 1, 2.....     | 543 | Alv. 26 Abr. 1816.....        | 943 |
| » 23 pr. e § 1, 2.....     | 572 |                               |     |
| » 24 pr. e § 1.....        | 545 | Const. 25 Març. 1824:         |     |
| » 32 pr. e § 1.....        | 540 | Art. 151, 152.....            | 896 |



Const. 25 Març. 1824 :

|                              |      |
|------------------------------|------|
| Art. 153, 154, 155.....      | 889  |
| » 153.....                   | 954  |
| » 160.....                   | 523  |
| » 161.....                   | 856  |
| » 162.....                   | 810  |
| » 163.....                   | 1000 |
| » 164 § 1.....               | 752  |
| D. 26 Abr. 1824, 1, 4, 5.... | 464  |
| Res. 17 Out. 1824.....       | 549  |
| Prov. 26 Ag. 1825.....       | 549  |
| L. 9 Set. 1826, 1 a 8....    | 501  |
| L. 11 Set. 1826, 1, 2, 3.... | 163  |
| L. 18 Set. 1827.....         | 941  |
| L. 11 Out. 1827, 1 a 8....   | 946  |
| L. 15 Out. 1827 :            |      |
| Art. 1 a 4.....              | 811  |
| » 5 § 1, 2.....              | 866  |
| » 5 § 3 a 15.....            | 814  |
| » 6.....                     | 980  |
| » 7.....                     | 1076 |
| L. 15 Nov. 1827.....         | 635  |
| L. 15 Nov. 1827, 36.....     | 668  |
| L. 30 Ag. 1828, 5.....       | 574  |
| L. 18 Set. 1828 :            |      |
| Art. 1.....                  | 1000 |
| « 1.....                     | 1018 |
| » 1.....                     | 1066 |
| » 2.....                     | 959  |
| » 2, 3.....                  | 104  |
| » 4.....                     | 1003 |
| » 5.....                     | 1001 |
| » 6, 7.....                  | 1128 |
| » 8, 9.....                  | 754  |
| » 10.....                    | 756  |
| » 11 a 16.....               | 760  |
| » 16, 17.....                | 763  |
| » 18.....                    | 754  |
| » 19.....                    | 1006 |
| » 20 a 24.....               | 1122 |
| » 25 a 31.....               | 1125 |
| » 32.....                    | 1150 |
| » 33.....                    | 1127 |
| » 34, 35.....                | 1180 |
| » 36, 37.....                | 1004 |
| » 38.....                    | 1005 |
| » 39.....                    | 1012 |
| » 40.....                    | 1010 |

L. 18 Set. 1828 :

|                                 |      |
|---------------------------------|------|
| Art. 41.....                    | 1010 |
| » 41.....                       | 1061 |
| » 42.....                       | 1011 |
| » 42.....                       | 1061 |
| » 43.....                       | 1010 |
| » 43.....                       | 1061 |
| » 44.....                       | 1011 |
| » 44.....                       | 1061 |
| » 45, 46.....                   | 1012 |
| L. 23 Set. 1828 :               |      |
| Art. 2 § 1.....                 | 550  |
| » 2 § 1.....                    | 552  |
| » 2 § 2.....                    | 1062 |
| D. 2 Jan. 1829.....             | 1004 |
| L. 31 Ag. 1829 :                |      |
| Art. 1, 2, 3.....               | 1005 |
| » 4, 5.....                     | 761  |
| » 6.....                        | 757  |
| » 7.....                        | 761  |
| L. 31 Ag. 1829, 1, 2, 3....     | 1123 |
| L. 20 Set. 1829, 3.....         | 943  |
| L. 1 Jul. 1830, 1, 2, 3....     | 947  |
| L. 26 Ag. 1830 :                |      |
| Art. 1.....                     | 815  |
| » 1 a 5.....                    | 1035 |
| L. 3 Nov. 1830, 1, 2.....       | 893  |
| L. 9 Nov. 1830, 1, 3, 7....     | 763  |
| L. 20 Dez. 1830 :               |      |
| Art. 2, 3, 4.....               | 1130 |
| » 5, 7, 8.....                  | 752  |
| » 9 a 15.....                   | 754  |
| » 18, 19, 20.....               | 758  |
| » 21 a 25.....                  | 757  |
| » 26, 27.....                   | 756  |
| » 28 a 31.....                  | 1124 |
| » 32 a 37.....                  | 1127 |
| » 38, 39.....                   | 1160 |
| » 40, 41, 42.....               | 1170 |
| » 43, 44.....                   | 1163 |
| L. 4 Oct. 1831, 88.....         | 18   |
| L. 16 Nov. 1831.....            | 1003 |
| L. 29 Nov. 1832 (Cod. doproc.): |      |
| Art. 1, 2, 3.....               | 1141 |
| » 4.....                        | 811  |
| » 5.....                        | 820  |
| » 6.....                        | 779  |
| » 6.....                        | 837  |

L. 29 Nov. 1892 (Cod. do proc.):

|                     |      |
|---------------------|------|
| Art. 7.....         | 1142 |
| » 8.....            | 1038 |
| » 9, 10.....        | 811  |
| » 10.....           | 813  |
| » 11.....           | 1164 |
| » 12 § 1, 2, 3..... | 816  |
| » § 4.....          | 816  |
| » § 4.....          | 817  |
| » § 5.....          | 816  |
| » § 6, 7.....       | 817  |
| » § 8.....          | 816  |
| » 13.....           | 811  |
| » 14.....           | 930  |
| » 15.....           | 931  |
| » 16, 17.....       | 801  |
| » 18, 19.....       | 802  |
| » 20, 21, 22.....   | 933  |
| » 23 a 32.....      | 896  |
| » 33, 34.....       | 820  |
| » 35 § 1.....       | 839  |
| » § 2.....          | 827  |
| » § 3.....          | 824  |
| » 36.....           | 919  |
| » 37, 38.....       | 923  |
| » 39, 40.....       | 927  |
| » 40.....           | 976  |
| » 41, 42, 43.....   | 932  |
| » 44, 45.....       | 837  |
| » 46.....           | 843  |
| » 47.....           | 911  |
| » 48.....           | 930  |
| » 48.....           | 932  |
| » 49.....           | 1070 |
| » 49.....           | 1074 |
| » 49.....           | 1076 |
| » 50, 51, 52.....   | 1018 |
| » 53.....           | 1031 |
| » 54 a 57.....      | 113  |
| » 58, 59, 60.....   | 8    |
| » 61 a 71.....      | 117  |
| » 72 a 80.....      | 82   |
| » 81, 82, 83.....   | 82   |
| » 84 a 99.....      | 33   |
| » 100 a 105.....    | 122  |
| » 106 a 113.....    | 124  |
| » 114 a 117.....    | 196  |
| » 118.....          | 197  |

L. 29 Nov. 1892 (Cod. do proc.):

|                      |      |
|----------------------|------|
| Art. 118.....        | 207  |
| » 119, 120.....      | 197  |
| » 121, 122.....      | 84   |
| » 123 a 130.....     | 85   |
| » 131 a 133.....     | 10   |
| » 134 a 139.....     | 27   |
| » 140 a 149.....     | 37   |
| » 150 a 174.....     | 96   |
| » 175 a 188.....     | 12   |
| » 189 a 203.....     | 22   |
| » 203, 204.....      | 87   |
| » 205 a 212.....     | 88   |
| » 213 a 227.....     | 141  |
| » 228 a 234.....     | 55   |
| » 235 a 237.....     | 44   |
| » 238 a 253.....     | 46   |
| » 254 a 291.....     | 57   |
| » 292 a 300.....     | 138  |
| » 301 a 305.....     | 153  |
| » 306.....           | 164  |
| » 309, 310, 311..... | 139  |
| » 312.....           | 1153 |
| » 313.....           | 912  |
| » 314 a 320.....     | 909  |
| » 321.....           | 912  |
| » 322.....           | 918  |
| » 323.....           | 910  |
| » 324, 325.....      | 1    |
| » 326.....           | 912  |
| » 327, 328.....      | 918  |
| » 329.....           | 79   |
| » 330 a 334.....     | 63   |
| » 335, 336, 337..... | 102  |
| » 338.....           | 64   |
| » 339.....           | 2    |
| » 340 a 355.....     | 183  |

L. 29 Nov. 1892 (Disp. prov.):

|                   |      |
|-------------------|------|
| Art. 1 a 7.....   | 357  |
| » 8.....          | 827  |
| » 9.....          | 849  |
| » 10, 11, 12..... | 1084 |
| » 13.....         | 881  |
| » 14.....         | 1084 |
| » 15.....         | 713  |
| » 16.....         | 1084 |
| » 17.....         | 858  |
| » 18.....         | 102  |

L. 29 Nov. 1881 (Disp. prov.):

|              |      |
|--------------|------|
| Art. 18..... | 1033 |
| » 19.....    | 752  |
| » 20.....    | 885  |
| » 20.....    | 889  |
| » 21.....    | 1033 |
| » 22.....    | 958  |
| » 22.....    | 963  |
| » 23.....    | 1067 |
| » 24.....    | 1035 |
| » 25.....    | 1033 |
| » 26.....    | 1034 |

D. 13 de Dez. 1832, 1 a 46.

Reg. 8 Jan. 1833:

|                |      |
|----------------|------|
| Art. 1.....    | 954  |
| » 1.....       | 959  |
| » 1.....       | 960  |
| » 1.....       | 1014 |
| » 2.....       | 954  |
| » 2.....       | 1014 |
| » 3.....       | 955  |
| » 3.....       | 1014 |
| » 3.....       | 1018 |
| » 4.....       | 984  |
| » 4.....       | 1014 |
| » 5.....       | 984  |
| » 6.....       | 984  |
| » 6.....       | 990  |
| » 7.....       | 968  |
| » 8.....       | 960  |
| » 9.....       | 961  |
| » 10 a 15..... | 1092 |
| » 16 a 21..... | 1094 |
| » 25 a 31..... | 1101 |
| » 32 a 31..... | 1099 |
| » 35 a 40..... | 1107 |
| » 41 a 46..... | 710  |
| » 47 a 58..... | 744  |
| » 59.....      | 738  |
| » 60.....      | 764  |
| » 61.....      | 778  |
| » 62.....      | 772  |
| » 63.....      | 767  |
| » 64 a 70..... | 1161 |
| » 71 a 74..... | 769  |
| » 75.....      | 769  |
| » 76, 77.....  | 970  |
| » 78, 79.....  | 974  |

Reg. 8 Jan. 1833 :

|                |      |
|----------------|------|
| Art. 80.....   | 975  |
| » 81.....      | 1160 |
| » 83.....      | 1166 |
| » 83.....      | 1167 |
| » 84, 85.....  | 1163 |
| » 86.....      | 1167 |
| » 87, 88.....  | 1165 |
| » 89.....      | 1167 |
| » 90 a 96..... | 1046 |

D. 22 Jan. 1833:

|             |      |
|-------------|------|
| Art. 1..... | 1071 |
| » 2.....    | 1067 |
| » 2.....    | 1079 |
| » 3.....    | 1067 |

D. 26 Març. 1833, 1 a 6.....

D. 29 Març. 1833, 1 a 5.....

D. 10 Abr. 1833, 1 a 5.....

D. 6 Mai. 1833, 1 a 7.....

D. 12 Ag. 1833.....

D. 20 Ag. 1833.....

D. 22 Ag. 1833.....

L. 22 Ag. 1833, 1 a 5.....

L. 20 Set. 1833:

Art. 1 a 5.....

» 6 a 12.....

L. 7 Out. 1833, 1, 2.....

D. 18 Out. 1833, 1 a 7.....

D. 19 Out. 1833:

Art. 1, 2, 3.....

» 4.....

D. 21 Out. 1833:

Art. 1, 2.....

» 2.....

D. 28 Nov. 1833, 1 a 5.....

D. 19 Dez. 1833, 1, 2.....

D. 30 Jan. 1834.....

D. 14 Març. 1834.....

D. 15 Abr. 1834, 1, 2.....

D. 16 Abr. 1834.....

L. 2 Jun. 1834:

Art. 1, 2.....

» 2.....

D. 28 Jun. 1834:

Art. 1 a 12.....

» 13.....

» 14.....

D. 28 Ag. 1834.....

|                             |      |                      |      |
|-----------------------------|------|----------------------|------|
| D. 13 Out. 1834.....        | 39   | L. 3 Dez. 1841 :     |      |
| D. 6 Nov. 1834.....         | 829  | Art. 4 § 3 a 11..... | 736  |
| D. 18 Març. 1835.....       | 750  | » 5.....             | 800  |
| D. 2 Abr. 1835, 1, 2.....   | 942  | » 6.....             | 797  |
| D. 23 Abr. 1835.....        | 827  | » 6.....             | 800  |
| L. 30 Out. 1835:            |      | » 7.....             | 787  |
| Art. 1.....                 | 885  | » 8.....             | 805  |
| » 2.....                    | 1074 | » 9.....             | 802  |
| » 4, 5.....                 | 1012 | » 9.....             | 931  |
| D. 12 Fev. 1836, 1, 2, 3... | 887  | » 10, 11.....        | 25   |
| D. 15 Març. 1836.....       | 887  | » 12.....            | 197  |
| D. 30 Març. 1836.....       | 984  | » 13, 14.....        | 820  |
| D. 2 Mai. 1836.....         | 208  | » 15.....            | 1074 |
| D. 18 Fev. 1837.....        | 888  | » 16.....            | 632  |
| D. 9 Març. 1837, 1 a 4....  | 183  | » 17 § 1 a 6.....    | 824  |
| D. 2 Mai. 1837.....         | 884  | » 17 § 7.....        | 840  |
| L. 11 Set. 1837, 1 a 6....  | 356  | » 18, 19.....        | 824  |
| L. 22 Set. 1837.....        | 884  | » 20.....            | 1142 |
| L. 11 Out. 1837, 14.....    | 818  | » 21.....            | 239  |
| D. 17 Fev. 1838, 1 a 7....  | 764  | » 22.....            | 919  |
| D. 26 Abr. 1838, 1, 2.....  | 758  | » 22.....            | 922  |
| D. 17 Jul. 1838.....        | 756  | » 23.....            | 919  |
| D. 15 Jan. 1839, 1, 2.....  | 430  | » 24.....            | 887  |
| D. 6 Fev. 1840.....         | 984  | » 25.....            | 844  |
| D. 11 Jul. 1841.....        | 1018 | » 26.....            | 851  |
| D. 11 Jul. 1841.....        | 1018 | » 27 a 31.....       | 898  |
| L. 13 Nov. 1841, 6 § 4....  | 623  | » 31.....            | 1142 |
| L. 29 Nov. 1841:            |      | » 32 a 36.....       | 239  |
| Art. 1.....                 | 842  | » 37 a 45.....       | 125  |
| » 1.....                    | 876  | » 46.....            | 123  |
| » 2.....                    | 843  | » 47 a 53.....       | 40   |
| » 2, 3, 4.....              | 877  | » 54 a 68.....       | 65   |
| » 5, 6.....                 | 986  | » 69 a 77.....       | 146  |
| » 7.....                    | 1072 | » 78, 79.....        | 154  |
| » 8 a 11.....               | 1078 | » 80.....            | 145  |
| » 12 a 15.....              | 878  | » 81, 82.....        | 155  |
| » 16 § 1, 2.....            | 1184 | » 83, 84.....        | 159  |
| » § 3.....                  | 1082 | » 85.....            | 155  |
| L. 8 Dez. 1841 :            |      | » 86.....            | 145  |
| Art. 1.....                 | 779  | » 87, 88.....        | 165  |
| » 1.....                    | 798  | » 89, 90.....        | 164  |
| » 1.....                    | 798  | » 91.....            | 816  |
| » 2.....                    | 790  | » 91.....            | 818  |
| » 2.....                    | 793  | » 92.....            | 3    |
| » 2.....                    | 798  | » 93.....            | 2    |
| » 3.....                    | 1057 | » 94.....            | 54   |
| » 4 § 1.....                | 786  | » 95.....            | 143  |
| » 4 § 2.....                | 790  | » 96.....            | 1169 |

L. 8 Dez. 1841:

|                    |     |
|--------------------|-----|
| Art. 97.....       | 118 |
| » 98, 99, 100..... | 940 |
| » 101, 102.....    | 904 |
| » 103 a 106.....   | 919 |
| » 107.....         | 910 |
| » 108.....         | 982 |
| » 109.....         | 2   |
| » 110.....         | 42  |
| » 111.....         | 190 |
| » 112.....         | 237 |
| » 112.....         | 240 |
| » 114.....         | 827 |
| » 115.....         | 881 |
| » 116.....         | 884 |
| » 117, 118.....    | 885 |
| » 119.....         | 851 |
| » 120.....         | 701 |
| » 121, 122.....    | 707 |
| » 123.....         | 748 |

Av. 21 Jan. 1842:

|                 |     |
|-----------------|-----|
| Art. 1 a 7..... | 879 |
|-----------------|-----|

D. 31 Jan. 1842:

|                     |      |
|---------------------|------|
| Art. 1, 2, 3.....   | 194  |
| » 4 a 9.....        | 1150 |
| » 10 a 16.....      | 806  |
| » 17.....           | 803  |
| » 18, 19.....       | 805  |
| » 20.....           | 226  |
| » 21 a 23.....      | 780  |
| » 24.....           | 1057 |
| » 25, 26.....       | 793  |
| » 27.....           | 799  |
| » 28 § 1, 2, 3..... | 794  |
| » 29.....           | 799  |
| » 30.....           | 794  |
| » 31 a 40.....      | 821  |
| » 41.....           | 1075 |
| » 42.....           | 801  |
| » 42.....           | 931  |
| » 43.....           | 801  |
| » 43.....           | 931  |
| » 44.....           | 801  |
| » 44.....           | 931  |
| » 45.....           | 1163 |
| » 46 a 49.....      | 809  |
| » 50.....           | 1065 |
| » 51.....           | 933  |

D. 31 Jan. 1842:

|                    |      |
|--------------------|------|
| Art. 52.....       | 885  |
| » 53.....          | 723  |
| » 54.....          | 725  |
| » 54.....          | 779  |
| » 55.....          | 822  |
| » 56.....          | 813  |
| » 57.....          | 795  |
| » 58 § 1 a 5.....  | 787  |
| » 58 § 6.....      | 790  |
| » 58 § 7 a 19..... | 788  |
| » 59 a 61.....     | 788  |
| » 62.....          | 797  |
| » 63.....          | 800  |
| » 64.....          | 804  |
| » 65.....          | 876  |
| » 66.....          | 808  |
| » 67 a 71.....     | 198  |
| » 72.....          | 208  |
| » 73 a 78.....     | 199  |
| » 79, 80.....      | 209  |
| » 81 a 90.....     | 208  |
| » 91 a 110.....    | 211  |
| » 111.....         | 65   |
| » 112, 113.....    | 86   |
| » 114 a 119.....   | 11   |
| » 120 a 127.....   | 26   |
| » 128 a 139.....   | 20   |
| » 131 a 143.....   | 221  |
| » 144 a 152.....   | 227  |
| » 153.....         | 1065 |
| » 154 a 170.....   | 229  |
| » 171 a 184.....   | 244  |
| » 185 a 192.....   | 224  |
| » 193 a 196.....   | 9    |
| » 197.....         | 810  |
| » 198.....         | 790  |
| » 199.....         | 838  |
| » 200.....         | 844  |
| » 201, 210.....    | 852  |
| » 211 § 1 a 9..... | 825  |
| » 211 § 10.....    | 821  |
| » 211 § 11.....    | 825  |
| » 212.....         | 796  |
| » 213 a 217.....   | 919  |
| » 218.....         | 922  |
| » 219.....         | 1077 |
| » 220, 222.....    | 923  |

D. 31 Jan. 1842:

|                      |      |
|----------------------|------|
| Art. 223 a 233.....  | 900  |
| » 234.....           | 904  |
| » 235 a 239.....     | 909  |
| » 240 a 248.....     | 2    |
| » 247 a 255.....     | 119  |
| » 256 a 261.....     | 28   |
| » 262 a 270.....     | 42   |
| » 271 a 284.....     | 144  |
| » 285 a 296.....     | 49   |
| » 297 a 317.....     | 127  |
| » 318 a 335.....     | 67   |
| » 336 a 395.....     | 95   |
| » 396 a 405.....     | 102  |
| » 406 a 422.....     | 168  |
| » 423 a 436.....     | 170  |
| » 437.....           | 146  |
| » 438 a 447.....     | 148  |
| » 448 a 457.....     | 155  |
| » 458, 459.....      | 159  |
| » 460, 461.....      | 162  |
| » 462, 463.....      | 165  |
| » 464.....           | 164  |
| » 465 a 472.....     | 240  |
| » 473 a 478.....     | 886  |
| » 479, 480.....      | 893  |
| » 481.....           | 882  |
| » 482.....           | 1164 |
| » 483, 484, 485..... | 237  |
| » 486.....           | 88   |
| » 487.....           | 881  |
| » 488.....           | 800  |
| » 489.....           | 780  |
| » 499.....           | 794  |
| » 490.....           | 781  |
| » 491 a 494.....     | 798  |
| » 495 a 499.....     | 1081 |
| » 500.....           | 928  |
| » 501.....           | 145  |
| » 502.....           | 158  |
| » 503.....           | 145  |
| » 504.....           | 166  |

D. 2 Fev. 1842, 1 a 37.. 1049

D. 26 Fev. 1842, 1 a 4... 840

D. 28 Fev. 1842, 1, 2..... 1151

D. 3 Març. 1842..... 491

D. 15 Març. 1842:

Art. 1... 819

D. 15 Març. 1842:

|                                |      |
|--------------------------------|------|
| Art. 2.....                    | 828  |
| » 3.....                       | 849  |
| » 4, 5.....                    | 889  |
| » 6, 7.....                    | 886  |
| » 8 § 1.....                   | 743  |
| » 8 § 1, 2, 3.....             | 707  |
| » 9.....                       | 707  |
| » 10, 11.....                  | 1189 |
| » 12.....                      | 461  |
| » 13.....                      | 171  |
| » 14 a 28.....                 | 702  |
| » 29.....                      | 710  |
| » 30.....                      | 744  |
| » 31.....                      | 766  |
| » 32.....                      | 754  |
| » 33.....                      | 1169 |
| » 34, 35.....                  | 774  |
| » 36.....                      | 852  |
| » 37 a 41.....                 | 656  |
| D. 11 Mai. 1842.....           | 1058 |
| D. 15 Mai. 1842.....           | 1068 |
| D. 15 Mai. 1842.....           | 1061 |
| D. 13 Jun. 1842.....           | 1062 |
| D. 18 Jun. 1842.....           | 1059 |
| D. 18 Jun. 1842.....           | 1062 |
| D. 11 Jul. 1842.....           | 1058 |
| D. 11 Jul. 1842.....           | 1062 |
| D. 18 Jul. 1842.....           | 1057 |
| D. 1 Ag. 1842, 6.....          | 1058 |
| L. 28 Jun. 1850, 1 a 4....     | 1023 |
| L. 28 Jun. 1850:               |      |
| Art. 1.....                    | 1147 |
| » 3.....                       | 1125 |
| L. 28 Jun. 1850, 1 a 5....     | 1071 |
| L. 2 Jul. 1850, 1, 2,.....     | 4    |
| L. 10 Jul. 1850, 1, 2, 3..     | 442  |
| L. 25 Jul. 1850, 26 a 28..     | 1072 |
| D. 26 Jul. 1850:               |      |
| Art. 1 2.....                  | 838  |
| » 2 a 6.....                   | 1024 |
| » 7.....                       | 1148 |
| » 8 a 25.....                  | 1025 |
| » 26, 27, 28.....              | 1072 |
| D. 31 Ag. 1850, 1 a 12... 906  |      |
| D. 4 Set. 1850, 8, 9..... 891  |      |
| D. 9 Out. 1850, 1 a 26... 1082 |      |
| D. 14 Out. 1850:               |      |

|                           |      |                             |      |
|---------------------------|------|-----------------------------|------|
| D. 14 Out. 1870:          |      | D. 24 Març. 1843, 1 a 8.... | 829  |
| Art. 15.....              | 1163 | D. 1 Abr. 1843, 1.....      | 209  |
| » 23 a 31.....            | 1090 | D. 18 Abr. 1843, 1.....     | 1064 |
| D. 20 Out. 1850, 1 a 5... | 1134 | D. 1 Mai. 1843, 1.....      | 1064 |
| D. 14 Nov. 1850.....      | 1074 | D. 6 Mai. 1843, 1.....      | 898  |
| D. 14 Nov. 1750:          |      | D. 4 Set. 1843, 1.....      | 959  |
| Art. 10.....              | 1091 | D. 8 Out. 1843, 1 a 5....   | 105  |
| » 15.....                 | 1073 | D. 27 Abr., 1844, 33, 34... | 20   |
| D. 20 Nov. 1850, 2 § 2.   | 20   | D. 1 Mai. 1844, 1.....      | 1059 |
| D. 25 Nov. 1850:          |      | D. 28 Set. 1844.....        | 1062 |
| Art. 81 a 91.....         | 770  | D. 23 Nov. 1844, 1 a 9....  | 1105 |
| » 192 a 197.....          | 520  | D. 21 Dez. 1844, 1 a 2....  | 889  |
| » 201, 202.....           | 521  | D. 12 Fev. 1845.....        | 888  |
| » 237 a 244.....          | 488  | D. 12 Jan. 1845.....        | 890  |
| » 657 a 660.....          | 741  | L. 24 Mai. 1845.....        | 903  |
| » 661 a 664.....          | 749  | D. 21 Jan. 1845.....        | 1073 |
| D. 28 Nov. 1850.....      | 352  | L. 12 Jul. 1845:            |      |
| L. 3 Jul. 1851:           |      | Art. 1 a 9.....             | 502  |
| Art. 1 § 1 e 2.....       | 242  | » 10 a 35.....              | 505  |
| » 1 § 2.....              | 351  | L. 19 Ag. 1846, 48.....     | 114  |
| » 1 § 2.....              | 774  | Art. 92, 99.....            | 812  |
| D. 12 Jul. 1851.....      | 184  | » 105.....                  | 813  |
| L. 18 Ag. 1851, 1.....    | 1003 | » 118.....                  | 812  |
| D. 30 Ag. 1851:           |      | D. 4 Març. 1847, 1 a 4...   | 750  |
| Art. 1.....               | 1011 | D. 16 Abr. 1847.....        | 36   |
| » 2.....                  | 971  | D. 21 Jul. 1847.....        | 162  |
| » 2.....                  | 977  | D. 3 Set. 1847.....         | 4    |
| » 3.....                  | 922  | Av. 14 Set. 1818.....       | 668  |
| » 4.....                  | 938  | L. 18 Set. 1848, 46.....    | 938  |
| » 4.....                  | 944  | R. 18 Març. 1849, 1 a 23..  | 173  |
| » 6.....                  | 934  | D. 21 Nov. 1849, 1 a 9...   | 832  |
| » 6 § 1.....              | 935  | D. 24 Nov. 1849.....        | 1143 |
| » 6 § 2.....              | 929  | D. 5 Dez. 1849, 1 a 7...    | 18   |
| » 6 § 2.....              | 935  | D. 29 Jul. 1819, 1 a 16..   | 1132 |
| » 7.....                  | 937  | D. 2 Jan. 1850.....         | 179  |
| » 7.....                  | 940  | D. 20 Jun. 1850, 1 a 5....  | 106  |
| » 8.....                  | 943  | D. 26 Jun. 1850, 1 a 3....  | 905  |
| » 8.....                  | 943  | L. 26 Jun. 1850:            |      |
| » 6.....                  | 1063 | Art. 1, 2.....              | 1138 |
| D. 21 Ag. 1842, 3.....    | 1058 | » 3.....                    | 958  |
| D. 6 Set. 1842.....       | 1058 | » 10 a 14.....              | 948  |
| D. 6 Set. 1842.....       | 1063 | D. 15 Set. 1851.....        | 1059 |
| D. 24 Out. 1842, 7.....   | 1063 | L. 17 Set. 1851, 36.....    | 20   |
| D. 5 Nov. 1842, 2.....    | 1063 | L. 18 Set. 1851, 1 § 5...   | 5    |
| D. 5 Nov. 1842.....       | 1064 | D. 20 Set. 1851, 1.....     | 840  |
| D. 5 Nov. 1842.....       | 1058 | D. 8 Jul. 1852.....         | 706  |
| D. 6 Nov. 1842.....       | 1068 | L. 7 Ag. 1852:              |      |
| D. 23 Fev. 1843.....      | 1064 | Art. 3.....                 | 1066 |

|                           |      |                              |      |
|---------------------------|------|------------------------------|------|
| L. 7 Ag. 1852:            |      | D. 29 Jan. 1859, 25.....     | 21   |
| Art. 3.....               | 1067 | D. 5 Març. 1859.....         | 179  |
| D. 2 Out. 1852, 81 a 59.. | 855  | D. 5 Març. 1859.....         | 1152 |
| Av. 27 Ag. 1853.....      | 988  | D. 25 Mai. 1859, 1, 2 ....   | 53   |
| L. 18 Set. 1853, 25.....  | 1059 | D. 15 Jun. 1859:             |      |
| D. 28 Set. 1853.....      | 782  | Art. 1, 2. ....              | 626  |
| D. 17 Out. 1853.....      | 1060 | » 3 a 10.....                | 643  |
| D. 21 Nov. 1853.....      | 1060 | » 11, 12 .....               | 626  |
| D. 30 Nov. 1853:          |      | » 18 a 19.....               | 645  |
| Art. 1 a 6.....           | 854  | » 20 a 45....                | 627  |
| » 7, 8.....               | 778  | » 46, 47.....                | 634  |
| » 8.....                  | 855  | » 48 a 62.....               | 636  |
| D. 16 Dez. 1853.....      | 185  | » 63.....                    | 634  |
| D. 16 Dez. 1853.....      | 782  | » 78.....                    | 938  |
| D. 16 Dez. 1853:          |      | » 85.....                    | 627  |
| Art. 1 a 8.....           | 952  | » 86 a 87.....               | 639  |
| » 9.....                  | 950  | D. 6 Jul. 1859, 1, 2....     | 91   |
| D. 17 Dez. 1853.....      | 880  | D. 21 Set. 1859, 1, 2....    | 202  |
| D. 19 Dez. 1853, 1 a 4... | 1060 | D. 18 Fev. 1860, 1, 2....    | 944  |
| D. 3 Fev. 1854.....       | 782  | D. 10 Març. 1860:            |      |
| D. 10 Fev. 1854.....      | 1018 | Art. 1 § 4.....              | 21   |
| L. 5 Jun. 1854:           |      | » 3, 7 § 8.....              | 22   |
| Art. 1, 2.....            | 5    | D. 28 Març. 1860, 1 a 5...   | 187  |
| » 1, 2.....               | 891  | D. 26 Mai. 1860.....         | 936  |
| L. 6 Set. 1854, 13.....   | 623  | Av. 2 Jul. 1860.....         | 939  |
| L. 16 Set. 1854, 3.....   | 875  | L. 1 Set. 1860, 1, 2, 3...   | 6    |
| L. 20 Set. 1854, 2 § 1..  | 807  | D. 30 Out. 1861, 1, 2....    | 877  |
| D. 14 Out. 1854, 1 a 10.. | 185  | D. 14 Dez. 1861.....         | 941  |
| D. 20 Out. 1854, 1 a 7... | 1138 | D. 31 Dez. 1861:             |      |
| D. 2 Nov. 1854.....       | 935  | Art. 1.....                  | 888  |
| D. 10 Jan. 1855:          |      | » 2.....                     | 842  |
| Art. 1 a 7.....           | 206  | D. 20 Fev. 1863, 1, 2....    | 936  |
| » 8 a 13.....             | 200  | L. 21 Set. 1864:             |      |
| D. 10 Jan. 1855, 1, 2.... | 202  | Art. 14 §§ 1 a 4.....        | 494  |
| D. 7 Març. 1855.....      | 706  | » 5 § 2.....                 | 682  |
| D. 7 Març. 1855.....      | 930  | D. 7 Jan. 1865.....          | 913  |
| D. 1 Mai. 1855, 89 a 44.. | 747  | D. 8 Fev. 1865, 1, 2....     | 888  |
| L. 1 Mai. 1855, 20, 21... | 875  | R. 26 Abr. 1865, 282 a 315.. | 494  |
| L. 10 Jul. 1855, 1.....   | 510  | D. 16 Dez. 1865, 1, 2....    | 834  |
| D. 22 Set. 1855, 1, 2...  | 1061 | D. 16 Fev. 1866.....         | 968  |
| D. 27 Out. 1855, 1 a 14.. | 510  | D. 21 Fev. 1866.....         | 945  |
| D. 14 Nov. 1855.....      | 431  | D. 27 Abr. 1866, 1, 2, 3...  | 21   |
| D. 7 Ag. 1856.....        | 9    | L. 14 Set. 1866, 1, 2, 3...  | 525  |
| D. 31 Jan. 1857, 1, 23..  | 944  | R. 26 Jun. 1867, 1 a 75..    | 225  |
| D. 31 Jan. 1857, 1, 2.... | 1151 | L. 17 Ag. 1867, 1.....       | 209  |
| D. 9 Fev. 1857.....       | 953  | L. 26 Set. 1867, 27.....     | 913  |
| D. 27 Fev. 1858.....      | 1064 | D. 6 Mai. 1868, 1 a 9....    | 210  |
| D. 11 Ag. 1858.....       | 1017 | D. 23 Dez. 1868, 1 a 21...   | 1014 |



L. 15 Set. 1869:

|                           |     |
|---------------------------|-----|
| Art. 1, 2, 3.....         | 183 |
| » 4, 5.....               | 189 |
| » 6.....                  | 178 |
| » 7.....                  | 168 |
| L. 5 Out. 1869, 1.....    | 751 |
| D. 10 Nov. 1869, 1 a 4... | 945 |
| L. 28 Jun. 1870:          |     |

|              |      |
|--------------|------|
| Art. 12..... | 1067 |
| » 12.....    | 1067 |
| » 13.....    | 1075 |

|                          |      |
|--------------------------|------|
| L. 27 Set. 1870, 16..    | 913  |
| L. 20 Out. 1870, 1.....  | 1082 |
| D. 5 Jan. 1871, 1 a 5... | 950  |
| D. 26 Jan. 1871.....     | 207  |
| Av. 23 Març. 1871.....   | 378  |
| D. 9 Mai. 1871.....      | 910  |
| L. 20 Set. 1871.         |      |

|                |     |
|----------------|-----|
| Art. 1.....    | 849 |
| » 1.....       | 887 |
| » 1.....       | 893 |
| § 1, 2, 3..... | 870 |
| § 3.....       | 794 |
| § 3.....       | 794 |
| § 3.....       | 795 |
| § 4.....       | 823 |
| § 5.....       | 781 |
| § 6.....       | 783 |
| § 7.....       | 225 |
| § 8.....       | 926 |

|                  |      |
|------------------|------|
| » 2.....         | 818  |
| » 3 e 4.....     | 826  |
| » 4 e 5.....     | 846  |
| » 6.....         | 1165 |
| » 7.....         | 847  |
| » 8 § 1, 2.....  | 1077 |
| » 9 e 10.....    | 791  |
| » 11.....        | 181  |
| » 12, 13.....    | 15   |
| » 14.....        | 133  |
| » 15.....        | 1153 |
| » 16.....        | 924  |
| » 17.....        | 151  |
| » 17 § 1, 2..... | 151  |
| § 3.....         | 144  |
| § 4, 5.....      | 160  |
| § 6.....         | 158  |
| » 18.....        | 192  |

L. 20 Set. 1871:

|                     |      |
|---------------------|------|
| Art. 20.....        | 1154 |
| » 22.....           | 890  |
| » 23 § 1, 2, 3..... | 899  |
| » 24 § 1, 2.....    | 849  |
| » 24 § 3.....       | 431  |
| » 25.....           | 849  |
| » 26.....           | 431  |
| » 27.....           | 455  |
| » 27.....           | 487  |

|                |      |
|----------------|------|
| § 1.....       | 1160 |
| § 2, 3.....    | 1170 |
| § 4, 5, 6..... | 1167 |
| § 7.....       | 775  |

|           |      |
|-----------|------|
| » 28..... | 1061 |
| § 1.....  | 1077 |
| § 2.....  | 870  |

|           |      |
|-----------|------|
| » 29..... | 55   |
| § 1.....  | 83   |
| § 2.....  | 7    |
| § 3.....  | 848  |
| § 3.....  | 898  |
| § 4.....  | 1148 |
| § 5.....  | 1025 |
| § 6.....  | 243  |
| § 7.....  | 933  |
| § 7.....  | 985  |
| § 10..... | 1022 |
| § 11..... | 1022 |
| § 12..... | 1074 |
| § 12..... | 1075 |
| § 13..... | 1076 |
| § 14..... | 238  |

L. 28 Set. 1871:

|                 |     |
|-----------------|-----|
| Art. 4 § 6..... | 516 |
| » 7 § 1, 2..... | 516 |

Reg. 23 Nov. 1871:

|                      |      |
|----------------------|------|
| Art. 1.....          | 1146 |
| » 1, 2.....          | 1144 |
| » 2... 887, 848..... | 893  |
| » 3 § 1, 2.....      | 871  |
| § 2.....             | 872  |
| § 3, 4.....          | 871  |
| » 4.....             | 873  |
| » 5.....             | 847  |
| » 6.....             | 874  |
| » 6 § 1, 2, 5.....   | 855  |
| § 3, 4, 5.....       | 855  |

Reg. 22 Nov. 1871:

|                     |      |
|---------------------|------|
| Art. 6 § 4.....     | 1147 |
| » 7.....            | 827  |
| » 8.....            | 925  |
| » 8 § 1.....        | 926  |
| » 8 § 2, 3.....     | 926  |
| » 9.....            | 781  |
| » 10, 11, 12.....   | 792  |
| » 13 e 14.....      | 847  |
| » 15 § 1.....       | 870  |
| » § 2, 3, 4.....    | 871  |
| » 16 e 17.....      | 826  |
| » 18.....           | 835  |
| » 19..... 817       | 1818 |
| » 20.....           | 924  |
| » 21.....           | 926  |
| » § 1.....          | 926  |
| » § 2.....          | 923  |
| » 22, 23.....       | 924  |
| » 21.....           | 914  |
| » 25.....           | 917  |
| » 26.....           | 918  |
| » 27.....           | 917  |
| » 28, 29.....       | 16   |
| » 30 a 37.....      | 134  |
| » 33 a 44.....      | 233  |
| » 45 a 48.....      | 91   |
| » 49.....           | 53   |
| » 50.....           | 33   |
| » 51, 52, 53.....   | 53   |
| » 54 e 55.....      | 151  |
| » 56.....           | 144  |
| » 57, 58.....       | 152  |
| » 59.....           | 58   |
| » 60 a 62.....      | 161  |
| » 63.....           | 495  |
| » § 1 a 10.....     | 485  |
| » 64.....           | 829  |
| » 65.....           | 428  |
| » § 1, 2, 3.....    | 490  |
| » 66, 67 e 68.....  | 850  |
| » 68.....           | 872  |
| » 69.....           | 432  |
| » 69.....           | 436  |
| » 70 § 1, 2, 3..... | 747  |
| » 71, 72.....       | 895  |
| » 73.....           | 402  |
| » 73.....           | 836  |

Reg. 22 Nov. 1871:

|                           |      |
|---------------------------|------|
| Art. 74.....              | 400  |
| » 75.....                 | 193  |
| » 77.....                 | 10   |
| » 81.....                 | 803  |
| » 81.....                 | 804  |
| » 82.....                 | 803  |
| » 83.....                 | 894  |
| » 85.....                 | 55   |
| » § 1, 2.....             | 1019 |
| » 86.....                 | 1170 |
| » 87.....                 | 935  |
| D. 22 Nov. 1871, 1, 2, 3. | 894  |
| D. 30 Nov. 1871, 3.       | 933  |
| D. 1 Dez. 1871, 45.       | 202  |
| D. 30 Dez. 1871:          |      |
| Art. 1.....               | 7    |
| » 2.....                  | 152  |
| » 3.....                  | 929  |
| D. 30 Dez. 1871, 1.....   | 871  |
| D. 30 Dez. 1871, 1.....   | 804  |
| D. 30 Dez. 1871, 1.....   | 966  |
| D. 18 Dez. 1871, 1, 2, 3. | 4146 |
| D. 2 Jan. 1872, 1 a 4..   | 911  |
| D. 2 Març. 1872, 1, 2..   | 1061 |
| D. 3 Jul. 1872, 1 a 4.    | 915  |
| D. 17 Out. 1872.....      | 804  |
| D. 13 Nov. 1872:          |      |
| Art. 39, 40, 58.....      | 518  |
| » 76, 77, 78.....         | 520  |
| » 80 a 86.....            | 516  |
| » 93.....                 | 208  |
| D. 27 Nov. 1872, 1, 2, 3. | 202  |
| D. 20 Dez. 1872, 1, 2, 3. | 921  |
| L. 11 Jan. 1873, 1, 2, 3. | 1079 |
| D. 20 Fev. 1873, 1 a 4..  | 977  |
| L. 1 Març. 1873.....      | 1137 |
| L. 1 Març. 1873.....      | 1137 |
| D. 24 Març. 1873.....     | 842  |
| L. 6 Ag. 1873:            |      |
| Art. 1.....               | 1148 |
| » § 1, 2, 3.....          | 935  |
| » § 3.....                | 1168 |
| » § 6.....                | 775  |
| D. 2 Out. 1873:           |      |
| Art. 1, 2, 3.....         | 921  |
| » 4.....                  | 959  |
| D. 5 Nov. 1873, 1 a 16..  | 995  |

D. 6 Nov. 1873 :

|                      |      |
|----------------------|------|
| Art. 1, 2, 3, 9..... | 969  |
| » 4.....             | 970  |
| » 5.....             | 973  |
| » 6.....             | 975  |
| » 6.....             | 975  |
| » 7.....             | 981  |
| » 8.....             | 989  |
| » 9, 10.....         | 977  |
| » 11, 12.....        | 981  |
| » 13 a 16.....       | 1080 |
| » 17.....            | 941  |
| » 18.....            | 969  |
| » 19 a 23.....       | 1080 |

D. 7 Nov. 1873 :

|                |      |
|----------------|------|
| Art. 1, 2..... | 1114 |
| » 3, 4.....    | 894  |
| » 5.....       | 1114 |
| » 6.....       | 921  |

D. 12 Nov. 1873 :

|                   |     |
|-------------------|-----|
| Art. 1, 2.....    | 744 |
| » 1 a 5.....      | 703 |
| » 6, 7.....       | 703 |
| » 8.....          | 743 |
| » 9.....          | 708 |
| » 9.....          | 743 |
| » 10.....         | 710 |
| » 11.....         | 707 |
| » 12 a 19.....    | 730 |
| » 19.....         | 730 |
| » 20, 21.....     | 738 |
| » 22 a 26.....    | 740 |
| » 27.....         | 738 |
| » 28, 29, 30..... | 485 |
| » 31.....         | 490 |
| » 32, 33.....     | 488 |

D. 17 Jan. 1874.....

D. 2 Mai. 1874:

|                   |      |
|-------------------|------|
| Art 1, 2, 3.....  | 936  |
| » 2.....          | 1149 |
| » 4 a 9.....      | 957  |
| » 10, 11.....     | 962  |
| » 12, .....       | 959  |
| » 12.....         | 960  |
| » 13 .....        | 959  |
| » 14, 15, 16..... | 964  |
| » 17.....         | 961  |
| » 17 a 23.....    | 667  |

D. 2 Mai. 1874 :

|                            |      |
|----------------------------|------|
| » 21, 25.....              | 972  |
| » 26, 27, 28.....          | 973  |
| » 29, 30.....              | 973  |
| Art. 31 a 34.....          | 976  |
| » 35.....                  | 82   |
| » 36 a 41.....             | 479  |
| » 42.....                  | 975  |
| » 43 a 48.....             | 983  |
| » 49 a 55.....             | 986  |
| » 56 a 70.....             | 989  |
| » 71 a 80.....             | 900  |
| » 81 a 89.....             | 1108 |
| » 90 a 96.....             | 1093 |
| » 97 a 109.....            | 1096 |
| » 110 a 115.....           | 1099 |
| » 116 a 124.....           | 1101 |
| » 125, 126, 127.....       | 712  |
| » 128.....                 | 748  |
| » 129.....                 | 710  |
| » 130.....                 | 766  |
| » 131 a 133.....           | 733  |
| » 134.....                 | 732  |
| » 135 a 148.....           | 767  |
| » 149.....                 | 769  |
| » 150 a 151.....           | 771  |
| » 155.....                 | 1165 |
| » 156 a 162.....           | 718  |
| » 161.....                 | 1098 |
| » 163 a 167.....           | 1098 |
| » 168, 169.....            | 1168 |
| D. 16 Mai. 1874.....       | 1144 |
| D. 2 Ag.....               | 1164 |
| D. 4 Ag. 1874, 6 § 2.....  | 690  |
| L. 26 Ag. 1874.....        | 916  |
| D. 27 Ag. 1874, 1 a 6..... | 916  |

D. 2 Set. 1874:

|                              |      |
|------------------------------|------|
| Art. 202 § 1, 3.....         | 575  |
| » 203, 206.....              | 575  |
| D. 6 Fev. 1875.....          | 938  |
| D. 13 Març. 1875. 1 a 5..... | 713  |
| L. 4 Ag. 1875. 1 a 4.....    | 708  |
| L. 20 Out. 1875:             |      |
| Art. 1 § 18.....             | 1114 |
| » 2 § 24, 27, 30.....        | 812  |
| » 2 § 30, 31.....            | 1119 |
| » 2 § 33.....                | 845  |

|                            |      |                               |      |
|----------------------------|------|-------------------------------|------|
| L. 23 Out. 1875:           |      | D. 21 Ag 1880:                |      |
| Art. 2. ....               | 1092 | Art. 2. ....                  | 929  |
| » 2 § 1, 2 e 3. ....       | 1006 | » 4. ....                     | 945  |
| » 16. ....                 | 1068 | D. 12 Out. 1880, 1, 2, 3, 4.. | 1145 |
| L. 6 Nov. 1875, 1 § 11..   | 678  | L. 9 Jan. 1881:               |      |
| D. 27 Nov. 1875, 1. ....   | 904  | Art. 9. ....                  | 1115 |
| D. 27 Nov. 1875. ....      | 1069 | » 11. ....                    | 958  |
| D. 18 Dez. 1875. ....      | 718  | » 28, 24. ....                | 813  |
| D. 10 Març. 1876, 2 a 11.. | 1007 | » 28. ....                    | 1119 |
| D. 3 Jun. 1876, 1 a 4...   | 996  | » 30. ....                    | 1120 |
| L. 27 Out. 1877, 1. ....   | 669  | L. 18 Ag. 1881, 1. ....       | 5    |
| D. 9 Març. 1878, 1 a 12..  | 1019 | L. 7 Out. 1882:               |      |
| D. 8 Jun. 1878, 1 a 23..   | 107  | Art. 1 § 4. ....              | 1113 |
| D. 27 Jul. 1878, 1 a 22..  | 690  | » 1 § 19. ....                | 1002 |
| D. 10 Ag. 1878, 1, 2, 3. . | 937  | L. 14 Out. 1882:              |      |
| D. 31 Ag. 1878, 1, 2. .... | 890  | Art. 6. ....                  | 1154 |
| D. 31 Ag. 1878, 1, 2. .... | 1100 | » 6 § 3. ....                 | 1155 |
| D. 16 Nov. 1878, 1. ....   | 1100 | » 6 § 6. ....                 | 1157 |
| L. 15 Març. 1879, 81 a 86. | 499  | L. 4 Nov. 1883, 29, 30, 41..  | 1159 |
| D. 27 Jul. 1880, 1 a 3...  | 605  | L. 7 Jul. 1883, 1 a 5...      | 1110 |
| D. 18 Ag. 1880. ....       | 805  | D. 30 Dez. 1882:              |      |
| D. 21 Ag. 1880:            |      | Art. 65 a 72. ....            | 1155 |
| Art. 1. ....               | 1146 | » 73, 74. ....                | 1158 |

|                                                                                                                                                     | PÁGS. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Secção II.—Formação do primeiro conselho de jurados ou jury de accusação.....                                                                       | 46    |
| Secção III.—Conferencia do primeiro conselho de jurados ou jury de accusação.....                                                                   | 47    |
| Secção IV.—Pronuncia ou sustentação e ratificação do processo da formação da culpa.....                                                             | 49    |
| Secção V.—Justificação da demora do processo.....                                                                                                   | 53    |
| Secção VI.—Summario da culpa e allegação da defesa.....                                                                                             | 53    |
| Secção VII.—Effeitos politicos da pronuncia.....                                                                                                    | 54    |
| Secção VIII.—Crimes não imputaveis.....                                                                                                             | 55    |
| CAP. VI.—Julgamento perante o jury.....                                                                                                             | 55    |
| Secção I.—Preparatorios da accusação.....                                                                                                           | 55    |
| Secção II.—Segundo conselho dos jurados ou jury de sentença.....                                                                                    | 57    |
| Secção III.— varias disposições communs ao jury de accusação, de sentença, peculiares aos casos de abuso de liberdade de exprimir o pensamento..... | 61    |
| Secção IV.—Julgamento das causas perante o conselho de jurados.....                                                                                 | 65    |
| Secção V.—Preparativos da accusação, accusação e sentença.....                                                                                      | 67    |
| Secção VI.—Accusação e julgamento.....                                                                                                              | 75    |
| Secção VII.—Sentença.....                                                                                                                           | 82    |
| TITULO III.—PROCESSOS ESPECIAES.....                                                                                                                | 84    |
| CAP. I.—Termo de bem-viver e segurança.....                                                                                                         | 84    |
| Secção I.—Bem-viver.....                                                                                                                            | 84    |
| Secção II.—Segurança.....                                                                                                                           | 85    |
| CAP. II.—Processo policial.....                                                                                                                     | 87    |
| Secção I.—Desobediencia.....                                                                                                                        | 87    |
| Secção II.—Sentença no juizo de paz.....                                                                                                            | 88    |
| Secção III.—Ajuntamentos illicitos, e sociedades secretas.....                                                                                      | 90    |
| Secção IV.—Contravenção de posturas das camaras municipaes e crimes da alçada policial.....                                                         | 90    |
| Secção V.—Testimunhas e tempo para sentença.....                                                                                                    | 91    |
| Secção VI.—Processo e julgamento das infracções de posturas municipaes.....                                                                         | 91    |
| Secção VII.—Preparo do processo nos crimes policiaes.....                                                                                           | 92    |
| CAP. III.—Processo de contrabando.....                                                                                                              | 94    |
| CAP. IV.—Denuncia dos crimes de responsabilidade dos empregados publicos, e forma do processo respectivo.....                                       | 96    |
| Secção I.—Direito de queixa, apresentação desta, e pronuncia.....                                                                                   | 96    |
| Secção II.—Processo de responsabilidade dos empregados não privilegiados.....                                                                       | 102   |
| Secção III.—Modo, prazo da audiencia nos crimes de responsabilidade.....                                                                            | 105   |
| Secção IV.—Proposição do processo e decretação da provincia.....                                                                                    | 106   |
| CAP. V.—Processo de crimes commettidos no estrangeiro.....                                                                                          | 107   |

|                                                                                                              | PAGS. |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Secção I.—Delinquentes que podem ser processados e julgados por crimes commettidos em territorio estrangeiro | 107   |
| Secção II.—Fóro competente.....                                                                              | 109   |
| Secção III.—Fórma do processo.....                                                                           | 110   |
| TITULO IV.—INCIDENTES DO PROCESSO.....                                                                       | 113   |
| CAP. I.—Prescrição.....                                                                                      | 113   |
| Secção I.—Prazos de prescrição.....                                                                          | 113   |
| Secção II.—Processo da prescrição.....                                                                       | 115   |
| CAP. II.—Suspeições e recusações.....                                                                        | 117   |
| Secção I.—Casos de suspeição, recusação e respectivo procedimento.....                                       | 117   |
| Secção II.—Processo da suspeição.....                                                                        | 119   |
| Secção III.—Processo da recusação.....                                                                       | 120   |
| Secção IV.—Competencia nas suspeições.....                                                                   | 121   |
| CAP. III.—Fianças.....                                                                                       | 122   |
| Secção I.—Fianças definitivas.....                                                                           | 122   |
| Secção II.—Fiança provisoria.....                                                                            | 133   |
| Secção III.—Tabella de fiança provisoria.....                                                                | 137   |
| TITULO V.—RECURSOS.....                                                                                      | 138   |
| CAP. I.—Recursos em geral.....                                                                               | 138   |
| Secção I.—Juizos de quem se recorre, em que prazos e como.....                                               | 138   |
| Secção II.—Recursos das juntas de paz.....                                                                   | 141   |
| Secção III.—Recursos não prejudicados.....                                                                   | 144   |
| Secção IV.—Exclusão de recurso.....                                                                          | 145   |
| Secção V.—Especiaes de recurso.....                                                                          | 145   |
| Secção VI.—Casos e processo de recurso em sentido estricto.....                                              | 146   |
| Secção VII.—Recurso de fallencia.....                                                                        | 153   |
| CAP. II.—Appellação.....                                                                                     | 153   |
| Secção I.—Appellação no jury.....                                                                            | 153   |
| Secção II.—Casos de appellação e processo della.....                                                         | 154   |
| Secção III.—Effeitos de appellação.....                                                                      | 159   |
| Secção IV.—Appellação—caso de multa e prisão.....                                                            | 162   |
| Secção V.—Nullidade—caso de appellação.....                                                                  | 162   |
| Secção VI.—Fiança nas appellações.....                                                                       | 163   |
| Secção VII.—Cumprimento da sentença appellada.....                                                           | 163   |
| CAP. III.—Revista.....                                                                                       | 164   |
| CAP. IV.—Protesto por novo julgamento.....                                                                   | 165   |
| TITULO VI.—EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS.....                                                                       | 166   |
| Secção I.—Cumprimento de pena.....                                                                           | 163   |
| Secção II.—Conversão da multa em prisão.....                                                                 | 170   |
| Secção III.—Sentença contra escravos.....                                                                    | 179   |
| Secção IV.—Pena de suspensão.....                                                                            | 179   |
| Secção V.—Cumprimento de pena em Fernando.....                                                               | 179   |
| Secção VI.—Modelos de guia e recibos.....                                                                    | 180   |

|        |                                                                        | PAGS. |
|--------|------------------------------------------------------------------------|-------|
| TITULO | XV.—PROCESSO ELEITORAL NA 'RELAÇÃO.....                                | 1112  |
| CAP.   | I.—Recurso da prova de renda por immoveis.....                         | 1112  |
| CAP.   | II.—Recurso da qualificação de votantes.....                           | 1114  |
| CAP.   | III.—Recurso da qualificação de eleitores.....                         | 1115  |
| CAP.   | IV.—Recurso sobre a eleição de juizes de paz e vereadores              | 1119  |
| CAP.   | V.—Processo dos crimes electoraes.....                                 | 1120  |
| TITULO | XVI.—PROCESSO CRIMINAL NO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.                 | 1122  |
| CAP.   | I.—Processo dos crimes.....                                            | 1122  |
| Secção | I.—Formação da culpa.....                                              | 1122  |
| Secção | II.—Julgamento do crime.....                                           | 1125  |
| CAP.   | II.—Revista em processo criminal, casos della e seu pro-<br>cesso..... | 1125  |
| TITULO | XVII.—PROCESSOS ESPECIAES NO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.              | 1130  |
| CAP.   | I.—Conflicto de jurisdicção.....                                       | 1130  |
| CAP.   | II.—Antiguidade dos magistrados.....                                   | 1130  |
| Secção | I.—Matricula, tempo para antiguidade, e formação da lista              | 1130  |
| Secção | II.—Processo para decisão da antiguidade.....                          | 1131  |
| Secção | III.—Revisão annual da lista de antiguidade.....                       | 1133  |

## PARTE II.—Processo civil

|        |                                                                            |     |
|--------|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| TITULO | I.—FÔRO COMPETENTE.....                                                    | 329 |
| Secção | I.—Fôro privilegiado da côrte.....                                         | 329 |
| Secção | II.—Fôro dos embaixadores.....                                             | 330 |
| Secção | III.—Privilegio pessoal do fôro em razão do emprego..                      | 331 |
| Secção | IV.—Privilegio de fôro em razão da pessoa e da obrigação.                  | 335 |
| Secção | V.—Competencia do fôro da citação, e obrigação de com-<br>parecimento..... | 338 |
| Secção | VI.—Fôro da residencia e do contrato.....                                  | 339 |
| Secção | VII.—Fôro privativo.....                                                   | 342 |
| Secção | VIII.—Fôro privativo da fazenda nacional.....                              | 342 |
| TITULO | II.—AUDIENCIAS.....                                                        | 341 |
| TITULO | III.—FÉRIAS DO FÔRO.....                                                   | 349 |
| TITULO | IV.—CONCILIAÇÃO.....                                                       | 356 |
| TITULO | V.—INSTANCIA.....                                                          | 359 |
| CAP.   | I.—Citação.....                                                            | 359 |
| Secção | I.—Modo de fazer a citação.....                                            | 359 |

|                                                                                           | PAGS. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Secção II.—Casos de citação do procurador do réo no começo da demanda.....                | 366   |
| Secção III.—Efeitos da citação em relação ao autor.....                                   | 367   |
| Secção IV.—Citação do réo e sua revelia.....                                              | 369   |
| Secção V.—Citação para diversos juízos. ....                                              | 370   |
| Secção VI.—Privilegios do cargo, de pessoa e do lugar para a citação                      | 371   |
| Secção VII.—Licença régia para a citação.....                                             | 377   |
| Secção VIII.—Citação de agente diplomatico como representante do respectivo soberano..... | 378   |
| CAP. II.—Constituição do juízo.....                                                       | 378   |
| CAP. III.—Termos do processo.....                                                         | 380   |
| Secção I.—Libello .....                                                                   | 380   |
| Secção II.—Tempo das excepções.....                                                       | 382   |
| Secção III.—Contrariedade, replica e treplica.....                                        | 386   |
| Secção IV.—Contestação da lide.....                                                       | 388   |
| Secção V.—Documentos do libello, da contrariedade, replica e treplica.....                | 388   |
| Secção VI.—Requerimentos e artigos depois do libello.....                                 | 390   |
| Secção VII.—Termo para fallar e arranjar nos autos.....                                   | 394   |
| Secção VIII.—Como se conta o termo dos prazos.....                                        | 399   |
| Secção IX.—Assignatura de petições, artigos e razões.....                                 | 400   |
| CAP. IV.—Sentenças.....                                                                   |       |
| Secção I.—Prazo para sentenças.....                                                       | 402   |
| Secção II.—Sentenças definitivas.....                                                     | 402   |
| Secção III.—Sentenças interlocutorias, e como podem ser revogadas.....                    | 407   |
| Secção IV.—Sentença dá-se pela verdade sabida sem embargo do erro do processo.....        | 409   |
| Secção V.—Sentença nos casos não determinados pelas ordenações .....                      | 412   |
| TITULO VI.—INCIDENTES DO PROCESSO.....                                                    | 414   |
| CAP. I.—Autoria.....                                                                      | 414   |
| Secção I.—Quando é admissivel a autoria.....                                              | 414   |
| Secção II.—Chamamento a autoria.....                                                      | 415   |
| CAP. II.—Opposição.....                                                                   | 420   |
| CAP. III.—Assistencia.....                                                                | 421   |
| CAP. IV.—Excepções.....                                                                   | 421   |
| Secção I.—Excepções dilatorias.....                                                       | 421   |
| Secção II.—Excepções peremptorias.....                                                    | 423   |
| CAP. V.—Suspeição.....                                                                    | 424   |
| Secção I.—Quando e como se oppõe a suspeição.....                                         | 424   |
| Secção II.—Competencia para o julgamento da suspeição, motivos e processo della.....      | 427   |
| Secção III.—Tempo para o julgamento de suspeição.....                                     | 432   |
| Secção IV.—Juizes a que se não põe suspeição.....                                         | 433   |
| Secção V.—Caução das suspeições.....                                                      | 434   |



|        |                                                                                                   | PÁGS. |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Secção | VI.—Suspeição dos tabelliães e escrivães.....                                                     | 436   |
| Secção | VII.—Suspeição do julgador, nos feitos dos seus parentes<br>ou dos officiaes dante elle.....      | 437   |
| CAP.   | VI.—Reconvenção.....                                                                              | 439   |
| CAP.   | VII.—Fiança ás custas.....                                                                        | 441   |
| TITULO | VII.—PROVAS.....                                                                                  | 443   |
| CAP.   | I.—Instrumentos.....                                                                              | 443   |
| Secção | I.—Casos de prova para instrumento ou escriptura<br>publica.....                                  | 443   |
| Secção | II.—Casos de dispensa de instrumento e escriptura<br>publica.....                                 | 445   |
| Secção | III.—Fé des instrumentos publicos e outras escripturas,<br>e como se podem redarguir defezas..... | 449   |
| Secção | IV.—Traslados das escripturas nas repartições publicas,<br>como se dão.....                       | 453   |
| CAP.   | II.—Testimunhas.....                                                                              | 453   |
| Secção | I.—Nomeação das testemunhas e inquirição dellas....                                               | 453   |
| Secção | II.—Pessoas inhabeis para testemunhas.....                                                        | 457   |
| Secção | III.—Incommunicabilidade das testemunhas nomeadas<br>pelas partes.....                            | 460   |
| Secção | IV.—Contradictas e reprovos.....                                                                  | 461   |
| Secção | V.—Embargos á abertura e publicação das inquirições.                                              | 465   |
| CAP.   | III.—Juramento d'alma.....                                                                        | 467   |
| CAP.   | IV.—Depoimento da parte.....                                                                      | 469   |
| Secção | I.—Quando cabe o depoimento da parte.....                                                         | 469   |
| Secção | II.—Artigos para o depoimento da parte.....                                                       | 472   |
| CAP.   | V.—Arbitramento.....                                                                              | 475   |
| CAP.   | VI.—Dilação das provas.....                                                                       | 479   |
| TITULO | VIII.—PROCESSOS ESPECIAES.....                                                                    | 485   |
| CAP.   | I.—Processo summarissimo.....                                                                     | 485   |
| Secção | I.—Valor determinativo da acção, competencia e pro-<br>cesso.....                                 | 485   |
| Secção | II.—Execução.....                                                                                 | 486   |
| Secção | III.—Excepções e sua decisão.....                                                                 | 487   |
| CAP.   | II.—Processo summario.....                                                                        | 487   |
| Secção | I.—Valor determinativo da acção e sua comprehensão                                                | 487   |
| Secção | II.—Fórma do processo.....                                                                        | 488   |
| Secção | III.—Excepções.....                                                                               | 490   |
| Secção | IV.—Execução.....                                                                                 | 490   |
| CAP.   | III.—Acção decendiaria.....                                                                       | 490   |
| CAP.   | IV.—Acção hypothecaria.....                                                                       | 491   |
| Secção | —Natureza, privilegios e custas da acção.....                                                     | 494   |
| Secção | II.—Acção contra o devedor hypothecario.....                                                      | 494   |
| Secção | III.—Remissão do immovel hypothecado.....                                                         | 496   |
| Secção | IV.—Acção do credor hypothecario contra o adquirente                                              | 498   |

|                                                                                                       | PAGS.      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAP. V.—Causas de locação de serviço.....                                                             | 499        |
| Secção I.—Competencia e processo civil.....                                                           | 499        |
| Secção II.—Competencia e processo penal.....                                                          | 500        |
| CAP. VI.—Processo de desapropriação.....                                                              | 501        |
| Secção I.—Casos de desapropriação e decretação delle.....                                             | 501        |
| Secção II.—Fórma do processo.....                                                                     | 505        |
| Secção III.—Desapropriação para construcção de ferro-vias...                                          | 510        |
| CAP. VII.—Causas de liberdade e processo da libertação...                                             | 516        |
| Secção I.—Casos e natureza da acção.....                                                              | 516        |
| Secção II.—Processo de arbitramento.....                                                              | 518        |
| CAP. VIII.—Causas arbitraes.....                                                                      | 522        |
| Secção I.—Instituição do juizo arbitral.....                                                          | 522        |
| Secção II.—Processo no juizo arbitral.....                                                            | 528        |
| Secção III.—Decisão e sentença.....                                                                   | 533        |
| Secção IV.—Execução e recurso da sentença arbitral.....                                               | 534        |
| Secção V.—Competencia do escrivão.....                                                                | 536        |
| Secção VI.—Atribuições do juiz da causa.....                                                          | 536        |
| CAP. IX.—Acção de força nova.....                                                                     | 537        |
| CAP. X.—Causa desoldada.....                                                                          | 540        |
| Secção I.—Tempo de pedir a soldada.....                                                               | 540        |
| Secção II.—Provas da acção.....                                                                       | 541        |
| CAP. XI.—Causas de alimento.....                                                                      | 542        |
| CAP. XII.—Acção de despejo de casas.....                                                              | 543        |
| Secção I.—Natureza da acção.....                                                                      | 543        |
| Secção II.—Casos de despejo.....                                                                      | 545        |
| CAP. XIII.—Causas de demarcação.....                                                                  | 546        |
| CAP. XIV.—Acção de nunciação de obra nova.....                                                        | 551        |
| CAP. XV.—Causas de sequestro.....                                                                     | 553        |
| CAP. XVI.—Preceito comminatorio.....                                                                  | 554        |
| CAP. XVII.—Causas de deposito.....                                                                    | 555        |
| CAP. XVIII.—Competencia e processo para licença para casamen-<br>to e de esponsaes.....               | 556        |
| CAP. XIX.—Acção de indemnização por esponsaes.....                                                    | 560        |
| CAP. XX.—Habilitação de herdeiros e successores.....                                                  | 560        |
| CAP. XXI.—Acção de juramento d'alma.....                                                              | 561        |
| CAP. XXII.—Reforma de autos desaparecidos.....                                                        | 563        |
| <b>TITULO IX.—ACÇÕES EXECUTIVAS.....</b>                                                              | <b>565</b> |
| CAP. I.—Causas fiscaes.....                                                                           | 565        |
| Secção I.—Natureza do processo.....                                                                   | 565        |
| Secção II.—Processo dos embargos de terceiros.....                                                    | 569        |
| Secção III.—Processo de preferencia de fazenda.....                                                   | 570        |
| CAP. II.—Causas de aluguel de casas.....                                                              | 572        |
| CAP. III.—Acção de honorario de boticarios, medicos e cirurgiões.                                     | 573        |
| CAP. IV.—Acção de custas de escrivães, officiaes de justiça,<br>advogados, procuradores e juizes..... | 574        |
| CAP. V.—Venda do penhor convencional.....                                                             | 576        |

|        |                                                                                              | PAGS. |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| TITULO | X.—PROCESSO ORPHANOLOGICO.....                                                               | 578   |
| CAP.   | I.—Inventario.....                                                                           | 578   |
| Secção | I.—Tempo e bens do inventario.....                                                           | 578   |
| Secção | II.—Sonegados.....                                                                           | 581   |
| CAP.   | II.—Partilha entre os herdeiros.....                                                         | 581   |
| Secção | I.—Pessoas a quem compete a partilha.....                                                    | 581   |
| Secção | II.—Bens da partilha e modo de a fazer.....                                                  | 582   |
| Secção | III.—Tempo para a partilha.....                                                              | 585   |
| Secção | IV.—Effeitos da partilha e emenda della.....                                                 | 587   |
| Secção | V.—Partilha nos aforamentos perpetuos.....                                                   | 589   |
| Secção | VI.—Suspeição no processo das partilhas.....                                                 | 590   |
| CAP.   | III.—Collações.....                                                                          | 591   |
| Secção | I.—Bens da collação e bens excluidos della.....                                              | 591   |
| Secção | II.—Collação em bens de emprasamento ou de fóro.....                                         | 597   |
| CAP.   | IV.—Tutores e curadores.....                                                                 | 600   |
| Secção | I.—Tutores e curadores dos orphãos.....                                                      | 600   |
| Secção | II.—Tutores e curadores testamentarios.....                                                  | 601   |
| Secção | III.—Tutor e curador legitimo.....                                                           | 602   |
| Secção | IV.—Tutores e curadores dativos.....                                                         | 603   |
| Secção | V.—Tutores e curadores aos prodigos e mentecaptos..                                          | 605   |
| Secção | VI.—Escusa dos tutores.....                                                                  | 603   |
| CAP.   | V.—Pessoa e bens dos orphãos.....                                                            | 610   |
| Secção | I.—Arrolamento dos orphãos e dos seus bens.....                                              | 610   |
| Secção | II.—Criação do orphão.....                                                                   | 610   |
| Secção | III.—Soldada.....                                                                            | 612   |
| Secção | IV.—Casamentos.....                                                                          | 615   |
| Secção | V.—Bens dos orphãos.....                                                                     | 616   |
| Secção | VI.—Arca do dinheiro e sua escripturação.....                                                | 619   |
| Secção | VII.—Destino do dinheiro dos orphãos.....                                                    | 623   |
| Secção | VIII.—Contas dos tutores.....                                                                | 623   |
| Secção | IX.—Vintena dos tutores e curadores.....                                                     | 624   |
| Secção | X.—Fiança dos juizes dos orphãos.....                                                        | 625   |
| TITULO | XI.—ARRECAÇÃO DE BENS DE INCERTO DOMINIO.....                                                | 626   |
| CAP.   | I.—Bens sujeitos á arrecadação.....                                                          | 626   |
| Secção | I.—Bens de defuntos e ausentes.....                                                          | 626   |
| Secção | II.—Bens vagos.....                                                                          | 626   |
| Secção | III.—Bens do evento.....                                                                     | 627   |
| Secção | IV.—Processo da arrecadação dos bens dos defuntos e ausentes e dos bens vagos.....           | 627   |
| Secção | V.—Vendas dos bens.....                                                                      | 631   |
| Secção | VI.—Habilitação de herdeiros.....                                                            | 634   |
| Secção | VII.—Bens das pessoas presumidas mortas.....                                                 | 634   |
| Secção | VIII.—Cobrança das dividas passivas e entrega dos bens..                                     | 636   |
| Secção | IX.—Processo da arrecadação de bens do auzente.....                                          | 639   |
| Secção | X.—Casos em que se não procede á arrecadação, em que se suspende a arrecadação começada..... | 643   |

|        |                                                                                                       | PÁGS. |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Secção | XI.—Contabilidade dos bens arrecadados.....                                                           | 645   |
| TITULO | XII.—CONTAS DE TESTAMENTARIA.....                                                                     |       |
| CAP.   | I.—Obrigaçào de prestação de contas, tempo della, e<br>verificação da existencia dos testamentos..... | 648   |
| CAP.   | II.—Tomada de contas.....                                                                             | 651   |
| TITULO | XIII.—CUSTAS NO CIVEL.....                                                                            | 654   |
| CAP.   | I.—Condemnação nas custas.....                                                                        | 654   |
| CAP.   | II.—Taxa das contas e sua cobrança.....                                                               | 656   |
| TITULO | XIV.—EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS.....                                                                      | 658   |
| CAP.   | I.—Processo das execuções.....                                                                        | 658   |
| Secção | I.—Ingresso da execução e modo delle.....                                                             | 658   |
| Secção | II.—Como e em que bens se faz a penhora.....                                                          | 661   |
| Secção | III.—Execução nas acções reaes.....                                                                   | 664   |
| Secção | IV.—Tempo para os officiaes fazerem a penhora.....                                                    | 666   |
| Secção | V.—Izenção da penhora.....                                                                            | 667   |
| Secção | VI.—Avaliação dos bens penhorados.....                                                                | 669   |
| Secção | VII.—Pregãos.....                                                                                     | 672   |
| Secção | VIII.—Arrematação dos bens.....                                                                       | 673   |
| Secção | IX.—Adjudicação dos bens.....                                                                         | 676   |
| Secção | X.—Concurso de preferencia.....                                                                       | 679   |
| CAP.   | II.—Embargos na execução.....                                                                         | 683   |
| Secção | I.—Embargos de terceiro.....                                                                          | 682   |
| Secção | II.—Embargos do executado.....                                                                        | 683   |
| Secção | III.—Segundos embargos não são admissiveis.....                                                       | 683   |
| TITULO | XV.—EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS ESTRANGEIRAS.....                                                          | 690   |
| CAP.   | I.—Exequibilidade da sentença.....                                                                    | 690   |
| CAP.   | II.—Juiz competente e agravo.....                                                                     | 691   |
| CAP.   | III.—Modo de execução e appellação.....                                                               | 692   |
| CAP.   | IV.—Sentenças de fallencia e seus effeitos.....                                                       | 693   |
| CAP.   | V.—Execução das sentenças estrangeiras na falta de<br>reciprocidade.....                              | 695   |
| TITULO | XVI.—RECURSOS.....                                                                                    | 696   |
| CAP.   | I.—Aggravos.....                                                                                      | 696   |
| Secção | I.—Obrigaçào de tornar o agravo a responder a elle e<br>carta testemunhavel.....                      | 696   |
| Secção | II.—Instrumento do agravo.....                                                                        | 699   |
| Secção | III.—Especies, casos, e processo de agravo.....                                                       | 701   |
| Secção | IV.—Competencia para o julgamento do agravo.....                                                      | 707   |
| Secção | V.—Julgamento do agravo no auto do processo.....                                                      | 710   |
| Secção | VI.—Julgamento do agravo de petição, de instrumento<br>e carta testi nunhavel na relação.....         | 712   |
| CAP.   | II.—Appellação.....                                                                                   | 713   |

|                                                                                            | PÁGS. |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Secção I.—Sentenças appellaveis.....                                                       | 713   |
| Secção II.—Appellação nas sentenças definitivas.....                                       | 714   |
| Secção III.—Appellação nas sentenças interlocutorias.....                                  | 718   |
| Secção IV.—Appellação nas execuções de sentenças.....                                      | 721   |
| Secção V.—Appellação na sentença condicional.....                                          | 723   |
| Secção VI.—Appellação nas sentenças nullas.....                                            | 723   |
| Secção VII.—Appellação nas causas da fazenda.....                                          | 724   |
| Secção VIII.—Casos que se não admitte a appellação.....                                    | 725   |
| Secção IX.—Appellação de uma só parte, havendo outros litis-consortes.....                 | 727   |
| Secção X.—Appellação de terceiros na causa.....                                            | 728   |
| Secção XI.—Interposição da appellação.....                                                 | 730   |
| Secção XII.—Nada se innova na pendencia da appellação.....                                 | 731   |
| Secção XIII.—Procuração de mulher casada nas appellações e traslado dellas.....            | 732   |
| Secção XIV.—Atempação, razões, e decisão da appellação.....                                | 735   |
| Secção XV.—Dia de apparecer.....                                                           | 736   |
| Secção XVI.—Prazo para a apresentação das appellações.....                                 | 738   |
| Secção XVII.—Deserção da appellação.....                                                   | 739   |
| Secção XVIII.—Allegações e provas na causa da appellação não dadas na causa principal..... | 741   |
| Secção XIX.—Competencia para o julgamento da appellação. ..                                | 743   |
| Secção XX.—Julgamento da appellação nas relações.....                                      | 744   |
| Secção XXI.—Embargos ao accordão da relação.....                                           | 748   |
| Secção XXII.—Embargos na chancellaria.....                                                 | 750   |
| CAP. III.—Revista.....                                                                     | 751   |
| Secção I.—Competencia para a concessão da revista civil e casos della.....                 | 751   |
| Secção II.—Interposição da revista.....                                                    | 754   |
| Secção III.—Razões e seguimentos dos autos.....                                            | 756   |
| Secção IV.—Habilitação de herdeiros na revista.....                                        | 758   |
| Secção V.—Renuncia da revista.....                                                         | 759   |
| Secção VI.—Processo de concessão ou denegação da revista...                                | 760   |
| Secção VII.—Julgamento da revista na relação revisora.....                                 | 763   |
| TITULO XVII.—PROCESSOS ESPECIAES E INCIDENTES NA RELAÇÃO...                                | 767   |
| CAP. I.—Julgamento das suspeições na relação.....                                          | 767   |
| Secção I.—Suspeição dos desembargadores.....                                               | 767   |
| Secção II.—Suspeição dos juizes de direito.....                                            | 769   |
| CAP. II.—Habilitação incidente das partes na relação.....                                  | 771   |
| CAP. III.—Prorogação de tempo do inventario.....                                           | 772   |
| CAP. IV.—Conflicto de jurisdicção.....                                                     | 773   |
| TITULO XVIII.—ALÇADA NO CIVEL COMO IMPEDIMENTO PARA A APPEL-<br>LAÇÃO E REVISTA.....       | 775   |
| CAP. I.—Alçada no juizo ordinario.....                                                     | 771   |

|                                                                           | PAGES. |
|---------------------------------------------------------------------------|--------|
| CAP. II.—Alçada no juizo privilegiado no juizo dos feitos da fazenda..... | 775    |

### PARTE III.—Pessoal para administração da justiça

|        |                                                                                                      |     |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| TITULO | I.—AUTORIDADES POLICIAES.....                                                                        | 779 |
| CAP.   | I.—Chefe de policia.....                                                                             | 779 |
| Secção | I.—Creação, nomeação, aceitação do cargo e condições do exercicio.....                               | 779 |
| Secção | II.—Chefes de policia especiaes.....                                                                 | 781 |
| Secção | III.—Substituição dos chefes de policia.....                                                         | 782 |
| Secção | IV.—Atribuições policiaes dos chefes de policia.....                                                 | 783 |
| Secção | V.—Atribuições criminaes dos chefes de policia.....                                                  | 790 |
| CAP.   | II.—Delegados de policia.....                                                                        | 793 |
| Secção | I.—Creação, nomeação e casos de escusa dos delegados de policia.....                                 | 793 |
| Secção | II.—Substituição dos delegados de policia.....                                                       | 795 |
| Secção | III.—Atribuições policiaes dos delegados de policia.....                                             | 796 |
| Secção | IV.—Atribuições criminaes dos delegados de policia...                                                | 797 |
| CAP.   | III.—Subdelegados de policia.....                                                                    | 793 |
| Secção | I.—Creação, nomeação, obrigatoriedade do cargo e de-missibilidade.....                               | 798 |
| Secção | II.—Substituição dos subdelegados de policia.....                                                    | 799 |
| Secção | III.—Atribuições policiaes dos subdelegados de policia.                                              | 800 |
| Secção | IV.—Atribuições criminaes dos subdelegados de policia.                                               | 800 |
| CAP.   | IV.—Auxiliares das autoridades policiaes.....                                                        | 801 |
| Secção | I.—Creação, nomeação, conservação, e atribuições dos inspectores de quartelão.....                   | 801 |
| Secção | II.—Escrivães dos chefes de policia.....                                                             | 803 |
| Secção | III.—Escrivães dos delegados de policia.....                                                         | 803 |
| Secção | IV.—Escrivães dos subdelegados de policia.....                                                       | 805 |
| Secção | V.—Nomeação dos officiaes de justiça dos subdelegados de policia.....                                | 805 |
| Secção | VI.—Secretarias de policia e expediente policial.....                                                | 805 |
| Secção | VII.—Nomeação e demissão dos carcereiros e exercicio de seu officio.....                             | 808 |
| TITULO | II.—AUTORIDADES CIVIS E CRIMINAES E SEUS AUXILIARES.                                                 | 810 |
| CAP.   | I.—Quaes são as autoridades criminaes, <i>alida</i> a quem está incumbida a jurisdição criminal..... | 810 |
| CAP.   | II.—Juizes de paz.....                                                                               | 810 |
| Secção | I.—Creação, nomeação e escusas dos juizes de paz....                                                 | 810 |
| Secção | II.—Substituição dos juizes de paz.....                                                              | 813 |
| Secção | III.—Atribuições policiaes dos juizes de paz.....                                                    | 814 |

|        | PAGS.                                                                                                  |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Secção | IV.—Atribuições criminaes dos juizes de paz..... 817                                                   |
| Secção | V.—Jurisdição civil dos juizes de paz..... 818                                                         |
| CAP.   | III.—Juizes municipaes..... 820                                                                        |
| Secção | I.—Creação, nomeação, tempo de exercicio e incompatibilidade..... 820                                  |
| Secção | II.—Substituição dos juizes municipaes..... 823                                                        |
| Secção | III.—Atribuições policiaes dos juizes municipaes..... 824                                              |
| Secção | IV.—Atribuições criminaes dos juizes municipaes..... 824                                               |
| Secção | V.—Jurisdição civil dos juizes municipaes..... 827                                                     |
| Secção | VI.—Jurisdição civil dos juizes municipaes nos termos reunidos..... 829                                |
| CAP.   | IV.—Supplentes dos juizes municipaes..... 832                                                          |
| Secção | I.—Nomeação e numero dos supplentes dos juizes municipaes..... 832                                     |
| Secção | II.—Atribuições criminaes dos juizes supplentes dos juizes municipaes..... 835                         |
| Secção | III.—Jurisdição civil dos juizes supplentes dos juizes municipaes..... 836                             |
| CAP.   | V.—Juizes de direito..... 837                                                                          |
| Secção | I.—Creação, nomeação dos juizes de direito, e condições de sua existencia..... 837                     |
| Secção | II.—Substituição dos juizes de direito..... 839                                                        |
| Secção | III.—Substituição dos juizes de direito pelos juizes municipaes da corte..... 840                      |
| Secção | IV.—Substituição dos juizes de direito nas comarcas especiaes..... 842                                 |
| Secção | V.—Atribuições criminaes dos juizes de direito..... 843                                                |
| Secção | VI.—Jurisdição criminal dos juizes de direito especiaes e privativos..... 848                          |
| Secção | VII.—Jurisdição civil dos juizes de direito..... 849                                                   |
| Secção | VIII.—Jurisdição do juiz de direito em correição..... 851                                              |
| Secção | IX.—Jurisdição criminal dos juizes de direito em correição..... 855                                    |
| Secção | X.—Atribuições orphanologicas dos juizes de direito em correição..... 856                              |
| Secção | XI.—Atribuições dos juizes de direito em correição sobre testamentaria..... 858                        |
| Secção | XII.—Atribuições do juiz de direito em correição relativas a capellas, hospitaes e confrarias..... 862 |
| Secção | XIII.—Atribuições fiscaes de juizes de direito em correição..... 865                                   |
| Secção | XIV.—Atribuições dos juizes de direito em correição sobre bens de ausentes e heranças jacentes... 866  |
| Secção | XV.—Limites da jurisdição correccional..... 867                                                        |
| Secção | XVI.—Penas disciplinares em correição..... 868                                                         |
| CAP.   | VI.—Juizes substitutos dos juizes de direito..... 870                                                  |
| Secção | I.—Creação, nomeação, tempo e modo de exercicio. 870                                                   |

|        |                                                                                                            | PAGS. |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Secção | II.—Atribuições criminaes dos juizes substitutos.....                                                      | 871   |
| Secção | III.—Jurisdicção civil dos juizes substitutos dos juizes de direito .....                                  | 872   |
| CAP.   | VII.—Modo do exercicio da jurisdicção das substituições dos juizes de direito.....                         | 872   |
| CAP.   | VIII.—Nomeação, numero e tempo dos supplentes dos juizes substitutos.....                                  | 874   |
| CAP.   | IX.—Creação e nomeação dos juizes especiaes do commercio e sua substituição.....                           | 875   |
| CAP.   | X.—Juizes dos feitos da fazenda.....                                                                       | 876   |
| Secção | I.—Creação dos juizes dos feitos da fazenda.....                                                           | 876   |
| Secção | II.—Substituição dos juizes dos feitos da fazenda.....                                                     | 877   |
| Secção | III.—Jurisdicção civil do juiz dos feitos da fazenda..                                                     | 878   |
| CAP.   | XI.—Juizes do civil.....                                                                                   | 881   |
| Secção | I.—Juizes do civil e sua jurisdicção .....                                                                 | 881   |
| Secção | II.—Substituição dos juizes de direito do civil.....                                                       | 882   |
| CAP.   | XII.—Juizes de orphãos.....                                                                                | 884   |
| Secção | I.—Creação e nomeação dos juizes de orphãos.....                                                           | 884   |
| Secção | II.—Substituição dos juizes de orphãos.....                                                                | 887   |
| Secção | III.—Jurisdicção civil dos juizes de orphãos.....                                                          | 889   |
| CAP.   | XIII.—Auditores de guerra.....                                                                             | 890   |
| CAP.   | XIV.—Auditores de marinha e suas attribuições.....                                                         | 891   |
| CAP.   | XV.—Provedores e sua jurisdicção civil.....                                                                | 892   |
| CAP.   | XVI.—Numero de varas da corte e das comarcas especiaes, e numero dos juizes substitutos.....               | 893   |
| CAP.   | XVII.—Juizes arbitros e sua jurisdicção.....                                                               | 895   |
| CAP.   | XVIII.—Competencia civil geral dos juizes da 1ª instancia e tempo de despacho.....                         | 895   |
| CAP.   | XIX.—Jurados.....                                                                                          | 896   |
| Secção | I.—Instituição dos jurados e sua competencia.....                                                          | 896   |
| Secção | II.—Qualificação dos jurados.....                                                                          | 896   |
| Secção | III.—Recursos da qualificação.....                                                                         | 904   |
| Secção | IV.—Jurados supplentes e seu sorteamento.....                                                              | 905   |
| Secção | V.—Conselho de jurados e suas sessões.....                                                                 | 909   |
| Secção | VI.—Falta de comparecimento dos jurados, escusas e multas .....                                            | 912   |
| Secção | VII.—Presidencia do jury nas comarcas geraes na falta dos juizes de direito effectivos e seus substitutos. | 913   |
| Secção | VIII.—Presidencia do jury nas comarcas especiaes.....                                                      | 914   |
| Secção | IX.—Suspeição do presidente do jury.....                                                                   | 917   |
| Secção | X.—Julgamento em termo diverso do logar da culpa...                                                        | 917   |
| Secção | XI.—Modo de defeza e efeitos do julgamento no jury...                                                      | 918   |
| TITULO | III.—AUXILIARES DAS AUTORIDADES CIVIS E CRIMINAES...                                                       | 919   |
| CAP.   | I.—Promotores publicos.....                                                                                | 919   |
| Secção | I.—Nomeação e numero dos promotores publicos....                                                           | 919   |
| Secção | II.—Substituição dos promotores publicos.....                                                              | 922   |



|                                                                                                                                                         | PAGE. |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Secção III.—Atribuições dos promotores publicos..                                                                                                       | 922   |
| CAP. II.—Adjuntos do promotor publico, sua substituição e suas attribuições.....                                                                        | 925   |
| CAP. III.—Escrivães ou tabelliães do judicial.....                                                                                                      | 926   |
| Secção I.—Sua criação e serviço.....                                                                                                                    | 926   |
| Secção II.—Suspensão correccional dos escrevães ou tabeliães..                                                                                          | 930   |
| CAP. IV.—Escrivães do juiz de paz, sua nomeação e funções                                                                                               | 930   |
| CAP. V.—Escrivão do jury.....                                                                                                                           | 932   |
| CAP. VI.—Officiaes de justiça dos termos, sua nomeação.....                                                                                             | 932   |
| CAP. VII.—Officiaes de justiça de paz, sua nomeação e funções                                                                                           | 933   |
| CAP. VIII.—Escrivão dos feitos e sua substituição.....                                                                                                  | 934   |
| CAP. IX.—Escrivães de orphãos, sua criação, numero e funções.....                                                                                       | 934   |
| CAP. X.—Escrivães da provedoria e seus encargos.....                                                                                                    | 935   |
| CAP. XI.—Procurador dos feitos.....                                                                                                                     | 936   |
| CAP. XII.—Solicitador do juizo dos feitos da fazenda.....                                                                                               | 937   |
| CAP. XIII.—Officiaes de justiça do juizo dos feitos da fazenda                                                                                          | 937   |
| CAP. XIV.—Curador geral, sua existencia, nomeação, e substituição.....                                                                                  | 938   |
| CAP. XV.—Solicitador de capellas e residuos.....                                                                                                        | 939   |
| CAP. XVI.—Promotor de capellas.....                                                                                                                     | 940   |
| CAP. XVII.—Distribuidor, sua criação e substituição.....                                                                                                | 941   |
| CAP. XVIII.—Contador.....                                                                                                                               | 943   |
| CAP. XIX.—Porteiros dos auditorios, sua criação, substituição e encargos.....                                                                           | 943   |
| CAP. XX.—Provimto dos logares de escrevão e outros officios de justiça.....                                                                             | 946   |
| Secção I.—Natureza do officio, habilitação e concurso para o provimento.....                                                                            | 946   |
| Secção II.—Substituição dos escrevães e outros serventuarios de officios de justiça em casos de impedimento temporario ou impossibilidade absoluta..... | 952   |
| TITULO IV.—TRIBUNAES DE SEGUNDA INSTANCIA.....                                                                                                          | 954   |
| CAP. I.—Relações.....                                                                                                                                   | 954   |
| Secção I.—Cresção das relações e sua composição.....                                                                                                    | 954   |
| Secção II.—Nomeação dos desembargadores, igualdade de serviço e incompatibilidade eleitoral.....                                                        | 958   |
| Secção III.—Presidentes das relações, sua nomeação e substituição.....                                                                                  | 959   |
| Secção IV.—Procurador da corôa e sua nomeação.....                                                                                                      | 960   |
| Secção V.—Funções das relações.....                                                                                                                     | 961   |
| Secção VI.—Atribuições do presidente.....                                                                                                               | 963   |
| Secção VII.—Atribuições do procurador da corôa.....                                                                                                     | 967   |
| CAP. II.—Empregados das relações e suas secretarias.....                                                                                                | 969   |
| Secção I.—Secretaria, sua composição, e escrevães.....                                                                                                  | 969   |
| Secção II.—Secretario.....                                                                                                                              | 970   |
| Secção III.—Amanuenses.....                                                                                                                             | 973   |

|                                                                                                              | PAGS. |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Secção IV.—Continuos.....                                                                                    | 974   |
| Secção V.—Officiaes de justiça.....                                                                          | 975   |
| Secção VI.—Porteiro.....                                                                                     | 975   |
| Secção VII.—Escrivães das appellações.....                                                                   | 976   |
| Secção VIII.—Solicitadores das relações.....                                                                 | 980   |
| Secção IX.—Contador e distribuidor da relação da corte.....                                                  | 981   |
| Secção X.—Penas disciplinares aos empregados da relação.....                                                 | 981   |
| Secção XI.—Modo de nomeação dos empregados da relação.....                                                   | 981   |
| Secção XII.—Emolumentos e despesas da relação.....                                                           | 1166  |
| CAP. III.—Exame para advogados provisionados e solicitadores.                                                | 983   |
| CAP. IV.—Conferencia das relações.....                                                                       | 984   |
| CAP. V.—Distribuição dos feitos.....                                                                         | 987   |
| CAP. VI.—Audiencias.....                                                                                     | 990   |
| CAP. VII.—Julgamento em secções na relação.....                                                              | 992   |
| CAP. VIII.—Lançamento e assignatura dos accordãos.....                                                       | 995   |
| CAP. IX.—Registro das decisões definitivas das relações.....                                                 | 996   |
| CAP. X.—Providencias por occasião da instalação das novas relações.....                                      | 997   |
| CAP. XI.—Numero dos julgadores na relação, e chamamento de juizes de direito para julgar, ocosos omissoes... | 1166  |
| CAP. XII.—Decretação de diligencias para julgamento final na relação.....                                    | 1167  |
| TITULO V.—SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....                                                                   | 1000  |
| CAP. I.—Creação e organização.....                                                                           | 1000  |
| CAP. II.—Nomeação do presidente e sua substituição.....                                                      | 1001  |
| CAP. III.—Funcções ou competencia do tribunal.....                                                           | 1001  |
| CAP. IV.—Attribuições do presidente do tribunal.....                                                         | 1003  |
| CAP. V.—Conferencias.....                                                                                    | 1004  |
| CAP. VI.—Distribuição dos feitos e livros de registro.....                                                   | 1005  |
| CAP. VII.—Ordens do tribunal, sua expedição e obrigatoriedade.                                               | 1005  |
| CAP. VIII.—Relação das causas julgadas.....                                                                  | 1006  |
| CAP. IX.—Modo de tomar assentos interpretativos.....                                                         | 1006  |
| CAP. X.—Empregados do tribunal, sua substituição e obrigações.....                                           | 1010  |
| CAP. XI.—Emolumentos e despesas do tribunal.....                                                             | 1012  |
| TITULO VI.—DISPOSIÇÕES DIVERSAS SOBRE OS MAGISTRADOS E O PROCESSO.....                                       | 1013  |
| CAP. I.—Condições do exercicio e regalias dos juizes e auxiliares.....                                       | 1018  |
| Secção I.—Diploma, juramento e posse.....                                                                    | 1013  |
| Secção II.—Uniforme das autoridades policiaes.....                                                           | 1017  |
| Secção III.—Trajo dos juizes e promotores, e tratamentos.....                                                | 1018  |
| Secção IV.—Residencia dos juizes e promotores publicos.....                                                  | 1019  |
| Secção V.—Concessão de licença aos juizes e demais funcionarios empregados na administração da justiça.      | 1019  |

|                                                                                                               | PAGS.       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Secção VI.—Aposentadoria dos magistrados.....                                                                 | 1022        |
| Secção VII.—Casos de nomeação dos juizes de direito e modo d'ella .....                                       | 1023        |
| Secção VIII.—Ajuda de custo dos juizes de direito removidos...                                                | 1025        |
| CAP. II.—Representação sobre duvidas e lacunas nas leis..                                                     | 1031        |
| CAP. III.—Providencias sobre a nova ordem na magistratura e no processo.....                                  | 1033        |
| Secção I.—Extincção das autoridades antigas.....                                                              | 1033        |
| Secção II.—Disposições sobre o processo.....                                                                  | 1034        |
| Secção III.—Causas da almotaceria.....                                                                        | 1035        |
| Secção IV.—Providencias para a nova organização dada pelo codigo do processo criminal.....                    | 1036        |
| Secção V.—Disposições sobre processos pendentes nas relações e diferentes varas.....                          | 1046        |
| Secção VI.—Julgamento de processos criminaes anteriores ao codigo do processo criminal.....                   | 1048        |
| Secção VII.—Providencias para a execução da reforma judiciaria e policial alterando o codigo do processo..... | 1049        |
| <b>TITULO VII.—VENCIMENTO DOS FUNCIONARIOS INCUMBIDOS DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA.....</b>                    | <b>1057</b> |
| CAP. I.—Vencimento das autoridades policiaes e seus auxiliares .....                                          | 1057        |
| Secção I.—Chefes de policia.....                                                                              | 1057        |
| Secção II.—Vencimento dos empregados das secretarias de policia .....                                         | 1061        |
| Secção III.—Vencimento dos carcereiros.....                                                                   | 1065        |
| CAP. II.—Vencimento dos magistrados e seus auxiliares.....                                                    | 1066        |
| Secção I.—Vencimento dos juizes.....                                                                          | 1066        |
| Ministros do supremo tribunal de justiça.....                                                                 | 1066        |
| Desembargadores.....                                                                                          | 1067        |
| Juizes de direito.....                                                                                        | 1070        |
| Juizes dos feitos da fazenda.....                                                                             | 1073        |
| Auditor de guerra.....                                                                                        | 1073        |
| Auditores de marinha.....                                                                                     | 1073        |
| Juiz de orphãos da corte.....                                                                                 | 1074        |
| Juizes substitutos.....                                                                                       | 1074        |
| Juizes municipaes.....                                                                                        | 1074        |
| Supplentes dos juizes municipaes.....                                                                         | 1076        |
| Juizes de paz.....                                                                                            | 1076        |
| Tempo para começar o vencimento dos magistrados                                                               | 1076        |
| Secção II.—Vencimentos dos auxiliares dos magistrados e tribunaes.....                                        | 1076        |
| Promotores publicos.....                                                                                      | 1076        |
| Adjuntos dos promotores publicos.....                                                                         | 1077        |
| Procurador dos feitos da fazenda.....                                                                         | 1078        |
| Solicitador da fazenda.....                                                                                   | 1078        |

|                                                                               | PAGS. |
|-------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Escrivães dos feitos da fazenda.....                                          | 1078  |
| Officiaes de justiça dos feitos da fazenda.....                               | 1079  |
| Escrivães do jury.....                                                        | 1079  |
| Empregados das secretarias das relações.....                                  | 1079  |
| Empregados das secretarias do supremo tribunal<br>de justiça.....             | 1081  |
| Secção III.—Porcentagem aos empregados do juizo dos feitos<br>da fazenda..... | 1082  |

#### PARTE IV.—Territorio

|        |                                                          |      |
|--------|----------------------------------------------------------|------|
| CAP.   | I.—Divisão territorial para a justiça civil e criminal.. | 1141 |
| Secção | I.—Districtos, termos e comarcas .....                   | 1141 |
| Secção | II.—Districtos especiaes.....                            | 1146 |
| Secção | III.—Classificação de comarcas.....                      | 1147 |
| Secção | IV.—Districtos de relações.....                          | 1148 |
| CAP.   | II.—Territorio para a adminstração policial.....         | 1150 |

6/1/11  
2) 9/11















